

# III Seminário de I&DT

VALORIZAR O SABER, CRIAR OPORTUNIDADES

Comunicações



## **FICHA TÉCNICA**

### **TÍTULO**

Comunicações no III Seminário de I&DT: *Valorizar o Saber, Criar Oportunidades*  
**Coleção C3i – N.º 3**

### **EDITOR**

Instituto Politécnico de Portalegre  
C3i – Coordenação Interdisciplinar para a Investigação e Inovação

### **ORGANIZAÇÃO**

Paulo Brito, João Alves, José Nunes, Raul Cordeiro, Catarina Dias, M<sup>a</sup> Catarina Martins, Paula Reis,  
Alexandra Palmeiro

### **PAGINAÇÃO**

Catarina Dias

### **CAPA**

Alexandra Palmeiro

### **ISBN**

978-989-98406-3-8

### **ANO**

2013

## **COMISSÃO CIENTÍFICA**

Alexandre Martins

Amélia Marchão

Anabela Oliveira

Avelino Bento

Bruno Dionísio

Filomena Martins

Isabel Machado

João Emílio Alves

João Leitão

Joaquim Mourato

José Rato Nunes

Luís Bonixe

Luís Cardoso

M<sup>a</sup> del Rosario Bonmati

M<sup>a</sup> Elisabete Mendes

M<sup>a</sup> Graça Carvalho

M<sup>a</sup> José D. Martins

Mário Martins

Nicolau Almeida

Noémia Farinha

Nuno Chuva Vasco

Orlanda Póvoa

Paulo Brito

Ricardo Braga

## **COMISSÃO ORGANIZADORA**

Paulo Brito

João Alves

José Nunes

Raul Cordeiro

Catarina Dias

Paula Reis

M<sup>a</sup> Catarina Martins

Alexandra Palmeiro

## **COLABORADORES**

Célia Correia

Tiago Balejo

Jorge Santos

Carlos Silva

Liliana Lampreia

Andreia Silva

Filipa Coelho

Margarida Meira

Clara Bravo

Filipa Raposo

Adriana Lopes

### **III SEMINÁRIO DE I&DT: VALORIZAR O SABER, CRIAR OPORTUNIDADES**

“*Valorizar o saber, criar oportunidades*” foi o tema do III Seminário de I&DT, organizado pela Coordenação Interdisciplinar para a Investigação e Inovação do Instituto Politécnico de Portalegre, que decorreu nos dias 6 e 7 de Dezembro de 2012, na Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Portalegre.

Foram dois dias de trabalho, com sessões que versaram sobre diferentes temáticas, permitindo aos docentes, investigadores e mestrandos do Instituto Politécnico de Portalegre partilhar os resultados dos trabalhos de investigação que estão a desenvolver.

É este o caminho que temos que seguir! Um caminho de maior conhecimento dos trabalhos que estamos a desenvolver, no sentido de criarmos pontes, parcerias e de nos lançarmos em projetos mais ambiciosos. Mas também um caminho de maior exigência científica, bem patente no nível das apresentações realizadas, e muito necessário para o futuro dos nossos cursos e do Politécnico.

A Comissão Organizadora

## ÍNDICE

<b>CONFERÊNCIA</b>	<b>7</b>
Investigação & Desenvolvimento em tempos de crise: constrangimentos e oportunidades <i>Wilson Correia de Abreu</i>	8
	10
<b>ECONOMIA, GESTÃO E MARKETING</b>	
A contribuição das instituições do ensino superior politécnico para o desenvolvimento regional: o caso do IPPortalegre. Notas de uma pesquisa em curso <i>Joaquim Mourato, Cristina Pereira, João Alves</i>	11
Comunicação Subliminar - A história de uma Fraude <i>Paulo Canário</i>	29
Competição na indústria de gestão de ativos financeiros – análise em diferentes cenários <i>João Romacho</i>	48
<i>Caracterizar o empresário agrícola para comunicar eficazmente. A evidência no Norte Alentejano</i> <i>Célia Correia, Ana José, Ricardo Braga</i>	64
<b>TERRITÓRIO, DESENVOLVIMENTO E TURISMO</b>	<b>79</b>
Um projeto em discussão e em busca de parcerias: O distrito de Portalegre na Fronteira – Do Contrabando ao Desenvolvimento Industrial <i>M<sup>a</sup> Filomena Barradas, Helder Henriques</i>	80
O comércio retalhista como instrumento para a criação de uma identidade transfronteiriça <i>Miguel Castro</i>	90
O Observatório Regional de Turismo do Alentejo: da ideia aos resultados <i>Eva Milheiro, Gorete Dinis</i>	105
Desenvolvimento local em áreas rurais de baixa densidade: uma proposta de intervenção para as Aldeias Históricas de Portugal de Trancoso e Marialva <i>Paula Reis</i>	122
<b>POPULAÇÕES E SAÚDE</b>	<b>138</b>
Diagnóstico da Situação no Agrupamento nº1 e Avaliação da Intervenção nos hábitos alimentares de crianças e jovens do Agrupamento nº2 de Portalegre <i>Margarida Malcata, Manuel Espírito Santo</i>	139
A relação entre a qualidade de vida dos idosos e os cuidados continuados – contributos para (re)pensar a dimensão social da QdV <i>Julietta Feliz</i>	154
Violência Conjugal. Dados sócio-demográficos, comportamentos e crenças associados. “Fragmentos de um Amor menor” <i>Octávio Tavares</i>	168
Cidades amigas das pessoas idosas – Alguns dados exploratórios do concelho de Portalegre <i>Paula Oliveira, Helena Arco, Andreia Costa, Miguel Arriaga, Olga Louro, Sofia Roque, João Alves, Bruno Dionísio, Alexandre Martins, M<sup>a</sup> Luísa Panacas, M<sup>a</sup> de Deus Bravo</i>	184
Profissões na saúde e desafios do trabalho de proximidade: médicos e assistentes sociais nos cuidados paliativos <i>Alexandre Martins, Cátia Romão</i>	204
Representações e impacto social do processo de doença, vivenciado por mulheres com diagnóstico de cancro de mama e seus familiares <i>Olga Louro, Helena Arco, Andreia Costa, Sofia Roque</i>	221
O impacto da conceção de doença nas atitudes e práticas de consumo de medicamentos <i>António Calha</i>	234
Capital social e saúde: Um espaço de interação estrutural <i>António Arco</i>	253
A metodologia <i>Lean</i> na área hospitalar – a Gestão da Qualidade enquanto fator de Melhoria Contínua e humanização do esforço de racionalização dos recursos <i>Rui Pulido Valente, Margarida Esteves, João Padilha</i>	263

<b>MEDIA, TECNOLOGIAS E COMUNICAÇÃO</b>	<b>279</b>
<i>A invenção do escândalo político n' O Independente: o caso da casa de Cadilhe</i>	<b>280</b>
<i>M<sup>a</sup> Filomena Barradas</i>	
Os debates televisivos das Eleições Presidenciais de 2011 e os seus reflexos na imprensa	<b>296</b>
<i>Catarina Dias</i>	
O jornalismo do cidadão: a <i>caserna do leitor d'o inimigo público</i>	<b>308</b>
<i>João Guimarães</i>	
Títulos de notícias: o que nos dizem, como nos dizem	<b>324</b>
<i>M<sup>a</sup> Filomena Barradas</i>	
Fontes e jornalismo – um estudo sobre a presença das ONG na imprensa diária portuguesa	<b>337</b>
<i>Cláudia Barradas, Luís Bonixe, Sónia Lamy</i>	
Os media sociais e a promoção do debate público em temáticas relacionadas com as minorias étnicas	<b>354</b>
<i>Ana Beatriz Cruz</i>	
O jornalismo em evolução	<b>368</b>
<i>Adriana Guimarães, Nuno Fernandes</i>	
Novos Modelos de Negócio para a Imprensa Online: O Modelo Freemium no Público.pt, no Elpaís.com e no Nytimes.com	<b>377</b>
<i>Ângela Mendes</i>	
Média, Claques e Violência no Futebol	<b>395</b>
<i>Rúben Martins, M<sup>a</sup> José Martins</i>	
Cyberbullying no Diário de Notícias	<b>412</b>
<i>Patrícia Azevedo</i>	
A <i>Paródia</i> no espaço público e na censura	<b>428</b>
<i>João Guimarães</i>	
<b>ENERGIAS E MATERIAIS</b>	<b>444</b>
Gaseificação Térmica de Biomassa	<b>445</b>
<i>Luís Calado, Paulo Brito</i>	
Eficiência Energética, Sustentabilidade e Conforto Interior nos Edifícios Fatores Relevantes	<b>463</b>
<i>Pedro Lopes</i>	
Estudo da degradação de estruturas de betão armado expostas ao ataque por sulfatos	<b>477</b>
<i>Pedro Romano, Paulo Brito</i>	
<b>SISTEMAS SUSTENTÁVEIS DE AGRICULTURA E AMBIENTE</b>	<b>489</b>
Avaliação dos parâmetros de qualidade dos azeites das novas cultivares híbridas derivadas da “Galega vulgar”	<b>490</b>
<i>Francisco Mondragão-Rodrigues, Carla Saramago, Maria Teresa Carvalho, António Manuel Cordeiro</i>	
Levantamento etnobotânico sobre coentros e poejos no Alentejo	<b>503</b>
<i>Orlanda Póvoa, Noémia Farinha</i>	
Avaliação da resistência mecânica do solo na homogeneidade de profundidade na sementeira de uma cultura de milho feita sob diferentes técnicas culturais	<b>522</b>
<i>Luís Conceição, Susana Dias, Ricardo Freixial, Pilar Elorza, Miguel Garrido, Constantino Valero</i>	
Levantamento de etnobotânica veterinária na região do Alentejo	<b>532</b>
<i>Noémia Farinha, Orlanda Póvoa</i>	
Fotocatálise solar na remediação de corantes indigoides usados no tingimento de fios de algodão	<b>545</b>
<i>Enrico Saggio, Thelma Pavesi, Luís Filipe Vieira Ferreira, Josino Moreira, Anabela Oliveira</i>	
Processos oxidativos avançados para remediação de corantes azo utilizados na indústria têxtil	<b>559</b>
<i>Cátia Gil Maia, Enrico Saggio, Anabela Sousa de Oliveira, Josino C. Moreira, Luís F. Vieira Ferreira</i>	

<b>EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO</b>	<b>571</b>
Promoção da igualdade de género – um estudo em contexto de educação pré-escolar	572
<i>Amélia Marchão, Alexandra Bento</i>	
Processos e Práticas de Avaliação de Centros Novas Oportunidades: O caso do CNO da Escola Secundária Gabriel Pereira	587
<i>Carmem Silva</i>	
Impactos da Formação Modular Certificada: Contributos para a Aprendizagem ao Longo da Vida	604
<i>Sandra Cardoso</i>	
“Sem letras” no mundo das letras	621
<i>Luísa Carvalho</i>	
A Transversalidade da Literatura Infantil em Contexto Pré-Escolar	638
<i>Lúcia Martins, Teresa Mendes</i>	
“A preto e branco” – A Geografia na Educação Pré-escolar	653
<i>Miguel Castro</i>	
Uma outra maneira de aprender uma língua estrangeira: a Aprendizagem Integrada de Conteúdos e de Língua (AICL/CLIL - Content and Language Integrated Learning)	663
<i>Margarida Coelho</i>	
Cooperação interorganizacional e ensino superior: Dilemas e controvérsias	681
<i>Helena Arco</i>	
Flexibilidade Cognitiva e Rendimento Escolar: estudo com alunos do Instituto Politécnico de Portalegre	694
<i>Cristina Guerra</i>	
Instituições de Proteção a Crianças e Jovens em Risco: O caso da Colónia Correcional de Vila Fernando e o Reformatório Padre António Oliveira	708
<i>Guilherme Trindade, Helder Henriques</i>	
1911/2011: Um século de Proteção a Crianças e Jovens	721
<i>Marisa Candeias, Helder Henriques</i>	
Narrativas sobre a Infância e Juventude Republicana na Imprensa Portalegrense (1910 – 1926)	738
<i>Cristina Mira-Luís, Joana Duarte, Helder Henriques</i>	
O Internato de Santo António de Portalegre: Uma perspetiva histórica (décadas de 30 a 80 do século XX)	752
<i>José Gomes, Paula Patacas, Helder Henriques</i>	
Desenvolvimento de Culturas Inclusivas para a Educação em Portugal: O papel dos diretores de agrupamentos de escolas	775
<i>M<sup>a</sup> Luísa Panaças</i>	
O Ensino da Enfermagem no Estado Novo: um olhar pela legislação (Décadas de 40 a 70)	792
<i>Helder Henriques</i>	
Fédération de blogues	804
<i>Anne Studer</i>	
<b>ARTE E CULTURA</b>	<b>818</b>
Postais Ilustrados: Um olhar sobre os silos do distrito de Portalegre	819
<i>Alexandra Palmeiro</i>	
Consciência Cidadã: novas práticas de participação e de envolvimento social tendo como itinerário e território a Arte e a Animação Sociocultural	830
<i>Avelino Bento</i>	
Os animadores: a cultura profissional e participação social	838
<i>Helena Simões</i>	
Lipovetsky e o proscénio da hipermodernidade	856
<i>Jorge Santos</i>	
Da influência de Lautréamont na poesia surrealista portuguesa	871
<i>M<sup>a</sup> Luísa Murta</i>	
Portugal e os portugueses no palco espanhol: a visão de Lope de Vega	885
<i>M<sup>a</sup> del Rosário Bonmati</i>	
A Referencialização Identificativa da Autoria Literária na Narrativa Ficcional de José Régio	894
<i>M<sup>a</sup> José D’Ascensão</i>	
Autobiografias da infância – um século e dois escritores na cidade luz	904
<i>Teresa Coelho</i>	

## **CONFERÊNCIA**



## **Investigação & Desenvolvimento em tempos de crise: constrangimentos e oportunidades<sup>1</sup>**

**Wilson Correia de Abreu**

Professor Coordenador Principal

A União Europeia vive uma crise muito pronunciada, que afeta de modo diferente os diversos países. Quais as explicações para esta crise? A Europa enfrentou sérias dificuldades de ajustamento no período pós-colonial e não tomou as melhores decisões em matéria de produção e de industrialização. Ainda nos anos oitenta assistimos a um “arrefecimento” das economias e a uma crise das dívidas soberanas, agravados pelos elevados “deficits”. Devido a uma fraca solidariedade entre países, estes encontram-se numa situação desigual para enfrentar o fenómeno da globalização. Cultivou-se uma visão minimalista dos Estados, a qual em parte explica os erros na regulação do sistema financeiro e um claro desinvestimento no capital humano.

Estamos perante um relativo insucesso do Tratado de Lisboa (2008). Este preconizava um conjunto de orientações que só em parte foram bem sucedidas: benefícios de uma maior interdependência estratégica; beneficiar do potencial de crescimento da globalização; garantir uma repartição equitativa de benefícios; adoção de um modelo de desenvolvimento sustentável; conciliar os objetivos de crescimento económico, coesão social e proteção do ambiente; definir estabilizadores económicos e “alertas diretos”; aprofundar o recurso às tecnologias de informação e uma política de investigação que conduza à criação de um Espaço Europeu da Investigação, com a criação de massa crítica capaz de se afirmar de forma mais eficaz a nível mundial.

Foi tomando corpo um importante propósito no sentido de tornar a Europa a "economia baseada no conhecimento mais dinâmica e competitiva do mundo, capaz de garantir um crescimento económico sustentável, com mais e melhores empregos e com maior coesão social”. O problema é que este importante desiderato esbarrava com as consequências da crise. Primeiro, as consequências dramáticas das políticas de austeridade, acompanhadas de um desinvestimento nas políticas de investigação e no

---

<sup>1</sup> Resumo da Conferência proferida no dia 7 de dezembro de 2012 no III Seminário de I&DT, organizado pelo C3i – Centro Interdisciplinar de Investigação e Inovação do Instituto Politécnico de Portalegre.

ensino superior. Segundo, o reflexo do mundo “imperfeito” do Euro, com aumento da desigualdade de acesso a fundos relacionados direta ou indiretamente com a investigação. Terceiro, um insucesso relativo dos programas europeus de apoio à inovação, ao emprego e à formação vocacional. Como corolário, surgiu a necessidade de apostar na inversão desta situação. A Comissão Europeia passou a apostar de forma mais consistente na inovação e na educação como estratégias para promoção de um crescimento sustentável.

O Programa Horizonte 20-20 recentemente anunciado teve na sua origem três pressupostos: tornar a Europa mais atrativa para investir e trabalhar; necessidade de apostar no conhecimento e na inovação enquanto fatores de crescimento e melhorar a qualidade de vida dos cidadãos, aumentando a qualidade do emprego, a produtividade do trabalho e a competitividade, que se traduzirão em maior crescimento económico.

O Programa Quadro da União Europeia (2014-2020) tem como desafio fundamental estabilizar os sistemas económico e financeiro e criar condições para um crescimento económico sustentado, inteligente e inclusivo. Definem-se a percentagem do PIB para a I&D em 3%, uma abordagem estratégica e integrada da investigação e da inovação e uma abordagem global e sistémica da competitividade e do emprego. No âmbito deste programa, cerca de 87 mil milhões serão investidos na investigação, para um período de seis anos (2014-2020). Os primeiros “calls” surgirão em janeiro de 2014 e apontam para financiamentos em complementaridade com os fundos estruturais.

Perante a crescente exiguidade de recursos para a investigação em diversos países, designadamente em Portugal, estes fundos Europeus para a investigação disponibilizados pelo ERC são imprescindíveis, mas convém ter em conta que serão atribuídos num contexto de profunda competição. A preparação de projetos para acesso aos diferentes programas deve ter em conta principalmente as seguintes prerrogativas: serem projetos suportados por redes (nacionais e europeias); incluir nos projetos centros de investigação e organizações da comunidade, que assegurem a capacidade de translação do conhecimento; possuírem uma natureza multidisciplinar; optar por objetos de estudo que se enquadrem nas prioridades europeias e com capacidade para produzir inovação; colocar nos projetos investigadores experimentados mas também jovens investigadores, designadamente provenientes de cursos de 2º e 3º ciclos.

## **ECONOMIA, GESTÃO E MARKETING**

# **A contribuição das instituições do ensino superior politécnico para o desenvolvimento regional: o caso do IPPortalegre.**

## **Notas de uma pesquisa em curso<sup>1</sup>**

### **The contribution of the polytechnic institutions for regional development: the case of IPPortalegre.**

#### **Notes from an ongoing research**

**Joaquim Mourato**

**Cristina Pereira**

**João Alves**

**Resumo:** O estudo da contribuição das instituições de ensino superior politécnico para o desenvolvimento regional é um projeto de investigação em curso que envolve uma parceria de sete Institutos Politécnicos (Bragança, Castelo Branco, Leiria, Portalegre, Setúbal, Viana do Castelo e Viseu), em colaboração com as universidades do Minho e do Porto, com o objetivo principal de desenvolver um modelo, adaptado ao contexto português, que permita estimar o impacto económico daquelas instituições para as regiões em que se encontram inseridas. Atendendo ao facto da pesquisa se encontrar numa fase inicial de desenvolvimento, procurar-se-á apresentar os objetivos de partida, a estratégia metodológica consensualizada no âmbito da parceria, o modelo conceptual aferido e, finalmente, alguns resultados/produtos esperados. A informação empírica subjacente ao estudo tem origem num conjunto de indicadores e variáveis, reunidos em quatro inquéritos por questionário, online, junto de uma amostra aleatória constituída por estudantes, docentes, colaboradores e ex-alunos, transversalmente às quatro unidades orgânicas do IPP e às ofertas formativas atualmente disponibilizadas (CETs, cursos de 1º e 2º ciclos).

**Palavras-chave:** Instituições de ensino superior politécnico; Impacto económico; Desenvolvimento regional.

**Abstract:** The contribution of the polytechnic institutions for regional development is a research project, involving a partnership of seven Polytechnics (Bragança, Castelo Branco, Leiria, Portalegre, Setúbal Viana do Castelo and Viseu), in collaboration with the universities of Minho and Oporto, with the main objective of developing a model, adapted to the Portuguese context, that quantifies the economic impact of those institutions to the regions in which they are embedded. Given that the research is at an early stage of development, will seek to present the objectives of departure, the methodological strategy consensual within the partnership, the conceptual model calibrated and finally some results / outcomes expected. The empirical data underlying the study comes from a set of indicators and variables, grouped into four online surveys, online, with a random sample of students, professors, employees and ex-students, across the four units of the IPP and training offers currently available (CETs, courses 1st and 2nd cycles).

**Keywords:** Polytechnic institutions; Economic Impact; Regional Development.

## **1. A importância das instituições de ensino superior para o desenvolvimento regional: alguns dados de enquadramento**

O sistema de Ensino Superior em Portugal tem conhecido nas últimas décadas uma expansão significativa, tanto pelo lado do aumento e diversificação da oferta formativa e das instituições de ensino superior que a enquadram, organizada em diferentes ciclos de estudo,

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no III Seminário de I&DT, organizado pelo C3i – Centro Interdisciplinar de Investigação e Inovação do Instituto Politécnico de Portalegre, realizado nos dias 6 e 7 de Dezembro de 2012.

como pelo lado da procura, protagonizada por diferentes públicos, a um ritmo tendencialmente crescente.

Com efeito, nos últimos 30 anos, a frequência de ensino superior conheceu uma inequívoca abertura, na sequência de processos de democratização e massificação do acesso ao ensino superior, sem precedentes na história recente do país. A alteração demográfica na composição do seu corpo estudantil (Urbano, 2011), caracterizada essencialmente pela diversificação na sua base de recrutamento, hoje transversal a todos os grupos socioprofissionais e origens sociais, aliado a um fenómeno de crescente feminização (em contraste com o período pré-democrático), constituem algumas das profundas alterações que se têm vindo a consolidar no âmbito do ensino superior em Portugal.

A década de 80 foi aquela em que o sentido desse crescimento constituiu um sinal expressivo de que se tratava de um processo “irreversível”, não só do ponto de vista político, mas também de acordo com as expectativas sociais das famílias e dos estudantes (Martins, Mauritti e Costa, 2005). Para tal terá contribuído, de forma manifesta, a implementação de um modelo institucional binário para a formação superior (universidades e politécnicos), ao qual se juntou a proliferação de instituições de ensino superior de natureza privada, à semelhança, aliás, do que acontecia na generalidade dos países europeus.

Desde esse período, o ritmo de crescimento do número de alunos e a diversificação de áreas de formação, quer de 1º ciclo, quer de 2º ciclo e mais recentemente de 3º ciclo, conheceu uma tendência de sinal crescente sem paralelo em nenhum outro país europeu. Contudo, apesar de num período alargado se ter verificado um aumento contínuo, permanece ainda uma distância considerável, documentada estatisticamente, entre Portugal e a Europa, no que concerne ao grau de qualificação das suas populações. Este facto explica-se não só por um relativo, mas gradual, abrandamento daquele crescimento, mais sentido desde o final da década de 90, mas também pelo atraso, historicamente conhecido, da estrutura de qualificações que o país tinha na transição para a democracia.

Com efeito, se é certo que hoje a rede de instituições de ensino superior (IES) prefigura uma distribuição geográfica por todo o país, permitindo o acesso à formação académica de forma descentralizada e protagonizada por estudantes com idades, origens socioeconómicas e situações perante o trabalho distintas do perfil tradicional; também é verdade que permanece um défice substancial do nível de qualificações da população ativa em comparação com

outros países. Dados da OCDE relativos a 2010 mostram que a percentagem da população na faixa etária dos 25 aos 64 anos, com qualificação académica, era de 15% em Portugal (em 2000 era de 9%, denotando um crescimento na ordem dos 5,7% entre 2000 e 2010), 27% na Alemanha, 38% na Finlândia, 38% no Reino Unido e 42% nos Estados Unidos, sendo a média dos países da OCDE, para o mesmo ano, de 30% (OECD, 2012:37-38). Esta realidade, validada pela objetividade da informação quantificada, revelam que Portugal necessita ainda de reforçar esta área da educação/qualificação, de modo a conseguir corrigir a situação herdada e diminuir o hiato que separa o país dos seus congéneres da União Europeia.

Concentrando-nos de modo específico no caso português, tem sido meritório o esforço desenvolvido neste particular. Por exemplo, num período de pouco mais de uma década (1991-2002), o quantitativo global de jovens que frequentam o ensino superior passou de cerca de 190 mil alunos para aproximadamente 400 mil (INE, censos 2001)<sup>2</sup>, mantendo-se esta tendência praticamente até meados da década de 2000, altura em que se começa a pronunciar uma relativa estagnação e um decréscimo gradual do número de candidatos ao ensino superior. Esta tendência, explicada parcialmente por razões de natureza demográfica, não deixa de levantar algumas interrogações, algumas das quais relacionadas com o facto de – segundo várias pesquisas – continuar a ser uma evidência que a posse de um certificado de nível superior representa ainda o reconhecimento, por parte do mercado de trabalho, de uma capacidade acrescida de adaptação e empregabilidade, como de recuperação do investimento em educação (Martins, Mauritti e Costa, 2005), para além de uma maior predisposição para a inovação e o empreendedorismo.

Esta realidade paradoxal, isto é, por um lado alicerçada na manifesta redução de candidatos ao ensino superior e, por outro lado, por uma permanente necessidade de qualificação da população ativa, tem produzido nos últimos anos um acréscimo de dificuldades ao quotidiano das instituições de ensino superior, as quais surgem acompanhadas e reforçadas por sucessivos cortes nos orçamentos das mesmas. Tal situação remete-nos para a necessidade de procurar identificar e quantificar os diferentes impactos económicos (mas não só) que as IES tendem a produzir, tanto à escala regional, como à escala nacional (Fernandes, 2009). O capítulo seguinte procura reunir alguns argumentos que sustentam esta convicção.

## 2. Pertinência do estudo de impacto das Instituições de Ensino Superior

O sistema de ensino superior em Portugal é constituído por 121 instituições a que correspondem 338 unidades orgânicas, cabendo ao ensino superior público cerca de um terço das instituições e 60% das unidades orgânicas (A3ES, 2012). De um universo composto por 4442 ciclos de estudos<sup>3</sup>, com um total de 171.832 vagas (380 mil estudantes inscritos no ano letivo de 2010/11), o ensino superior público (incluindo o ensino militar) representa aproximadamente três quartos dos ciclos de estudos existentes (74%), oferece dois terços das vagas (66%) e concentra cerca de 77% dos estudantes inscritos no mesmo ano letivo (*idem*).

Neste contexto e tendo em conta que a distribuição das IES em Portugal reproduz, no essencial, a rede urbana nacional, tal situação traduz-se numa relativa dispersão territorial que hoje, mais do que no passado, tende a resvalar para uma situação de competição entre as próprias IES, tanto ao nível de recrutamento de estudantes, como ao nível da angariação de recursos, sobretudo de natureza financeira. Com efeito, a relação combinada entre, por um lado, a rápida expansão do sistema de ensino superior em Portugal e, por outro lado, a diminuição de potenciais estudantes, a curto, médio e a longo prazo (acompanhando a descida da taxa de natalidade), resultam numa situação onde as IES estão a competir entre si para atrair estudantes e, analogamente, recursos financeiros, tão necessários à manutenção e consolidação da sua atividade (Amaral e Magalhães, 2007).

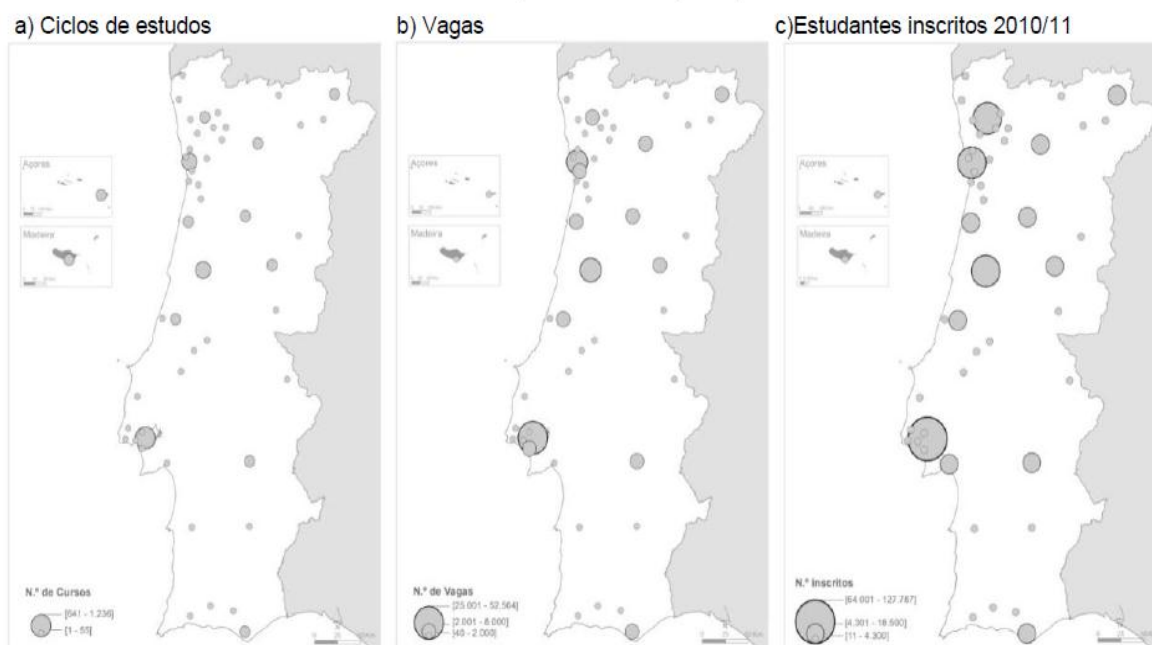
Ora, perante as atuais dificuldades económicas, com orçamentos cada vez mais reduzidos, a somar a uma curva de tendência descendente no que se refere ao preenchimento das vagas colocadas à disposição todos os anos junto das famílias e dos potenciais estudantes, as IES têm sentido uma pressão cada vez mais significativa no sentido de justificar, não só o seu valor global para a sociedade, como a sua capacidade de produção de conhecimento, de inovação e de qualificação, em áreas estratégicas para o desenvolvimento do país e, em particular, para os contextos territoriais onde operam.

Esta realidade surge agravada quando determinados discursos de cariz político (mas também técnico) parecem convergir para a ideia de que a dispersão territorial, que caracteriza a distribuição das IES pelo território nacional, é “superior ao que seria de esperar, já que o ensino superior é uma função central que necessita de patamares mínimos de procura potencial – população – dentro de determinados limites de acessibilidade, superior às outras funções de ensino, o que nem sempre se verifica” (A3ES, 2012: 9). Sendo aceitável este

argumento, pelo menos do ponto de vista da sustentabilidade da própria rede das IES, levanta, adicionalmente, o “fantasma” da eventual necessidade de proceder a uma reorganização da rede e, conseqüentemente, a uma redução ou fusão compulsiva de unidades orgânicas das mesmas IES, com os inevitáveis efeitos daí decorrentes ao nível, por exemplo, do envio de muitos dos seus quadros qualificados para o regime da mobilidade profissional.

Tal cenário tem sido particularmente sentido por parte das IES cuja localização territorial coincide, precisamente, com pequenos núcleos urbanos, “com uma dimensão populacional, um perfil funcional de comércio e serviços à população e uma base económica que poderá não assegurar a eficiência e a sustentabilidade necessárias às respetivas IES aí localizadas” (*idem, ibidem*). A figura 1 ilustra esta realidade, quer por via da distribuição dos ciclos de estudo atualmente em funcionamento no universo das IES, quer por via da distribuição de vagas, quer ainda mediante o volume de estudantes inscritos pelo total das ofertas disponibilizadas, que, no caso das IES localizadas *grossa modo* no litoral, tendem a apresentar índices de procura superior à respetiva oferta, situação que contrasta com as suas congéneres localizadas no interior do país, onde esta relação se inverte.

**Figura 1**  
**Oferta de ciclos de estudos e vagas do ensino superior e estudantes inscritos por concelho (2011)**



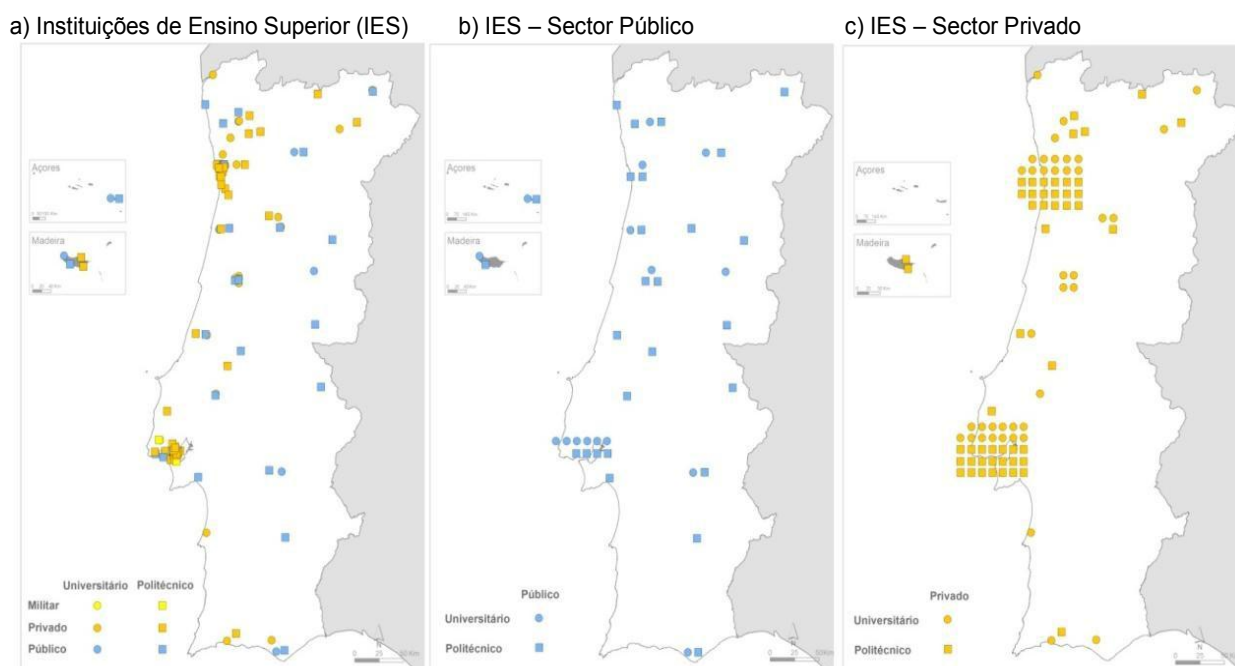
Fonte: A3ES, 2012: 21



Numa leitura transversal, é possível observar uma clara assimetria territorial, colocando de um lado (litoral) uma predominância de ciclos de estudos, de vagas e também de estudantes inscritos e, do outro lado (interior), uma realidade oposta. Esta assimetria regional não é, no entanto, exclusiva do mapeamento do ensino superior em Portugal. Conhecemo-la também a propósito da distribuição da população, da localização dos principais centros urbanos, do número de entidades empregadoras e da atividade económica em sentido lato, indicadores que, no seu conjunto, configuram uma realidade dual e profundamente assimétrica no país, com características estruturais.

Se olharmos agora a distribuição do ensino superior pelo território nacional (figura 2), é possível extrair uma leitura muito próxima da anterior. Se tomarmos como indicador a localização das IES, de acordo com a sua natureza jurídica, verifica-se mais uma vez que estas tendem a assumir a mesma polarização, concentrando-se sobretudo nas regiões metropolitanas de Lisboa e Porto, situação para a qual concorrem de modo mais significativo as IES do setor privado. Mais uma vez, a litoralização do sistema de ensino superior português é uma realidade incontestável, com todos os prejuízos de natureza social, económica e demográfica daí decorrentes, sobretudo para uma extensa faixa do território, mais afastado dos principais centros urbanos.

**Figura 2**  
**O sistema de ensino superior em Portugal: Instituições de ensino superior (2011)**



Fonte: A3ES, 2012: 20

É precisamente tendo em conta este contexto, de profunda assimetria, que caracteriza a realidade do ensino superior, que se justifica encetar uma reflexão estruturada e apoiada em estudos de natureza científica que visem quantificar e demonstrar que as IES representam um valor muito substancial para o país na globalidade e para cada região em particular, tanto do ponto de vista da qualificação que ministram, como também, e sobretudo, do ponto de vista dos efeitos positivos que geram para os territórios em que operam e que gravitam em torno da sua área de ação, num conjunto articulado de dimensões, onde se inclui a económica, a social, a demográfica e a cultural, em prol da desejada coesão territorial e social.

Neste sentido, vários autores têm vindo a concluir que existe uma relação positiva entre a existência das IES e o desenvolvimento das regiões, assumindo que as primeiras produzem um conjunto de efeitos benéficos para as regiões onde se inserem, constituindo, muitas vezes elas próprias, importantes e significativos “mecanismos indutores do desenvolvimento regional” (Fernandes, *op.cit*). A própria OCDE assim o reconhece em vários documentos oficiais publicados e que constituem referências obrigatórias para estudos e processos de monitorização e avaliação das IES nos países membros da organização<sup>4</sup>.

Em Portugal são poucos os estudos sobre o impacto das IES, sobretudo de um ponto de vista económico, muito embora seja de registar alguns trabalhos de natureza académica que têm procurado colmatar essa ausência de pesquisas. Um desses casos diz respeito a uma pesquisa levada a cabo por uma investigadora do Instituto Politécnico de Bragança<sup>5</sup>, cujos modelos analíticos ensaiados para medir o impacto daquela instituição de ensino superior no respetivo território envolvente, despertou o interesse pela replicação do mesmo estudo num conjunto alargado de IES de natureza politécnica, de diferentes dimensões e inserções territoriais.

Esta experiência constitui, precisamente, o ponto de partida para a implementação de uma investigação no âmbito do Instituto Politécnico de Portalegre (IPP), em parceria com outras instituições congéneres, cujos objetivos, metodologia e modelos de análise se dará conta a seguir.

### **3. Metodologia para análise do impacto das IES**

#### **3.1. Modelo de estimação do impacto económico das IES**

O contexto atrás descrito releva, mais do que nunca, a necessidade de desenvolver análises e pesquisas que procurem estimar o impacto, designadamente de natureza económica, por parte das IES, não só porque – como salientámos nas páginas anteriores – o contexto atual caracterizado pelos sucessivos constrangimentos orçamentais assim o exige, proporcionando argumentos que possam justificar a negociação do aumento (ou pelo menos da manutenção) dos apoios estatais; como também por razões que se prendem com a necessidade e a urgência em sublinhar a importância das IES para as regiões onde se localizam, demonstrando os benefícios que estas tendem a gerar, direta e indiretamente, para a economia regional e para as comunidades residentes. Quantificar esse impacto afigura-se, portanto, uma tarefa pertinente e imprescindível.

Tendo por base esta linha de argumentação, alguns estudos a nível internacional<sup>6</sup>, realizados por diversas IES e sobre diferentes IES, procuram determinar se existem efetivamente benefícios para as regiões envolventes às mesmas instituições e, caso existam, qual o valor desses benefícios. De forma transversal a esses estudos, observa-se que o critério utilizado para medir o impacto económico que decorre da presença das IES passa por tentar estimar e quantificar o “impacto adicional que ocorre (acima do nível de atividade económica que ocorreria se a IES não existisse) (Fernandes, *op. cit.*). Este argumento é frequentemente defendido por vários autores no pressuposto que grande parte das receitas das IES, como o caso das propinas dos estudantes, têm origem fora da economia local, sendo posteriormente retidas na região onde se localizam as mesmas IES, somando a outros estímulos e benefícios gerados para a economia local e que, genericamente, gravitam em torno da atividade das IES, como por exemplo é o caso do mercado de arrendamento habitacional para os estudantes deslocados. Deste argumento decorre a ideia de que tais benefícios não existiriam caso as IES não existissem também, não sendo possível gerar esse valor acrescentado, representado pelos gastos dos estudantes (mas também pelos colaboradores docentes e não docentes da instituição), sendo previsível que esses gastos ocorreriam fora da economia local.

De acordo com esta perspetiva, pode estimar-se qual seria a diminuição nas receitas e qual a diminuição nos empregos se as IES não existissem por relação a determinadas regiões onde estas se encontram implantadas. Dito de outro modo, o impacto económico de uma instituição

decorreria do cálculo relativo à perda para a região se a IES fosse desativada. Neste sentido, o que vários autores procuram demonstrar, de modo simplificado, é que a determinação do impacto económico de uma IES resulta da diferença entre o valor base da atividade económica da região se a mesma IES não existisse e o valor da atividade económica da região com a permanência da IES (*idem, ibidem*).

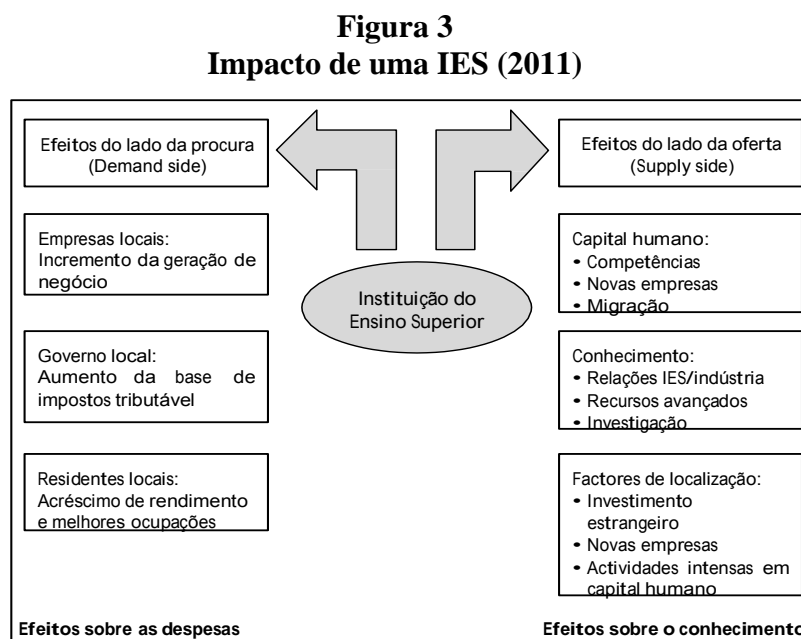
No âmbito da experiência de Bragança e do estudo ensaiado e testado a que temos vindo a fazer referência, foi definida uma fronteira geográfica de análise, coincidente com as localidades em que aquela instituição se encontra implantada<sup>7</sup>, a par da construção de um modelo de análise económica que permitisse determinar as atividades e os respetivos fluxos monetários que decorreriam da existência daquele IES, a partir de dois ângulos de análise: uma abordagem pelo lado da “procura” e uma outra pelo lado da “oferta”. A primeira corresponde a uma análise económica “tradicional”, materializada por diversos autores e em vários contextos universitários, sobretudo americanos; a segunda, também designada por análise das “competências”, assenta essencialmente na quantificação do retorno do investimento por via dos estudantes formados e das suas atividades profissionais. Tanto para uma, como para outra, coexistem diferentes modelos económicos, ensaiados e levados à prática de acordo com as especificidades dos diferentes contextos regionais e nacionais onde se localizam as IES (Fernandes, 2009).

No estudo que congrega vários institutos politécnicos<sup>8</sup>, em articulação estreita com investigadores das universidades do Porto e do Minho, retoma-se o modelo utilizado em Bragança em 2009, o qual partiu de um conjunto de propostas analíticas, tanto pelo lado da procura, como pelo lado da oferta, tendo sido posteriormente construída um modelo ajustado à realidade nacional e especificamente à região de Bragança. Com base nesse modelo pretendeu-se simplificar e determinar os impactos económicos das IES, através da identificação das principais fontes de informação, de forma articulada e permanentemente aferida entre as várias instituições agora envolvidas, através do envolvimento de uma equipa de investigadores interdisciplinar por parte de cada uma das IES, com formações distintas como os métodos quantitativos, a engenharia, a economia, a gestão e a sociologia<sup>9</sup>. É dessa experiência, atualmente em curso, que se dá conta a seguir, numa perspetiva de cunho metodológico e processual.

### 3.2. Análise pelo lado da procura: pressupostos e instrumentos

Como temos vindo a enunciar, as análises de impacto tendem a convergir, ora para uma abordagem dirigida à procura das IES, ora direcionada para o estudo da oferta gerada pela frequência do ensino superior, isto é, pela abordagem do seu “capital humano”, o mesmo é dizer, pelo lado das qualificações geradas e, analogamente, pelo valor acrescentado que esses recursos humanos qualificados tendem a gerar para a sociedade e, especificamente, para a região onde possam vir a desenvolver as suas atividades profissionais.

De uma forma simplificada, a figura 3 procura ilustrar e sintetizar os possíveis impactos de uma IES para um determinado território, quer através da análise do *input* dessa mesma IES, ou seja o impacto sobre a despesa; quer através da análise dos *outputs*, isto é, o impacto sobre o “conhecimento”.



Fonte: Fernandes, J, (adaptado de Yserte e Rivera, 2008)

Na abordagem tradicional, a contribuição das IES para as economias locais é estimada com base na análise dos “efeitos nos empregos e nos rendimentos locais que são criados pelos gastos gerados pela instituição e pelos indivíduos diretamente relacionados com ela, aos quais se aplica um multiplicador” (Fernandes, op. cit., p:17). Neste âmbito analítico, são considerados apenas os fluxos financeiros sem considerar que é feito um investimento, isto é, considera-se somente as receitas obtidas dos montantes monetários gastos na região e não os resultados obtidos com esses gastos”. Deste modo, determina-se o impacto a partir dos

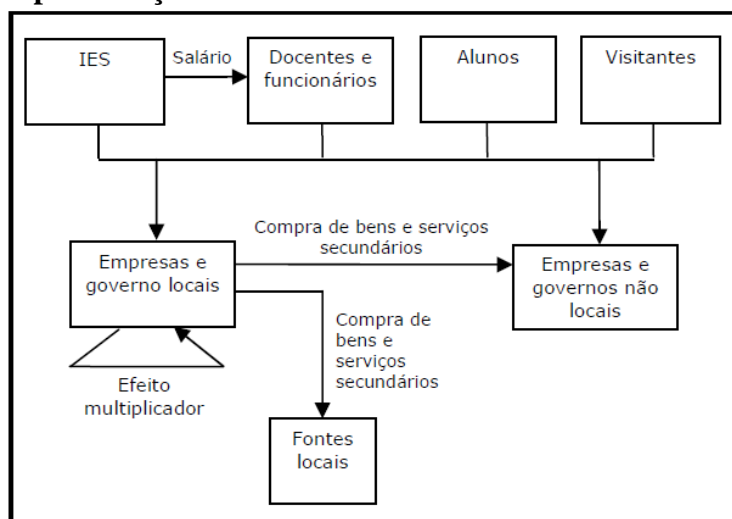
“efeitos de exportação”, o mesmo é dizer, “o aumento das atividades económicas devido às fontes não locais que resultam do funcionamento da IES” (*idem, ibidem*).

Deste modelo decorrem três tipos de efeitos económicos: diretos, indiretos e induzidos. No caso dos primeiros, correspondem a gastos diretos por parte de docentes, funcionários e estudantes, bem como pela própria instituição, na própria região, decorrente das suas atividades e consumos. No caso dos efeitos indiretos, estes relacionam-se com os impactos na cadeia de fornecedores da esfera económica, relacionados diretamente com a IES. Por fim, como efeitos induzidos são consideradas as mudanças nos gastos dos consumidores. Tendo em conta que estes dois últimos tipos de impactos são difíceis de calcular, vários autores optam pela aplicação de “multiplicadores” que lhes permitam obter uma estimativa de pendor quantitativo, entendendo estes “multiplicadores” como “números que sumariam o benefício económico total (ou impacto económico total) que pode ser esperado devido a uma mudança numa dada atividade económica ou na economia local” (*idem*: 30).

Inserida nesta linha de análise, centrada na procura, um dos modelos que mais tem inspirado e influenciado os estudos entretanto desenvolvidos para medir o impacto das IES, corresponde ao modelo American Council on Education (ACE), desenvolvido em 1971 por Caffrey e Isaacs, cuja divulgação tem sido amplamente materializada desde aquela data pela maioria das universidades americanas, encontrando-se atualmente difundido e replicado em todo o mundo, demonstrando o seu sucesso no aumento de qualidade das análises económicas, como é o caso da já citada proposta de Yserte e Rivera (2008).

Com este modelo intenta-se determinar os impactos nos negócios da região, no governo local e nos indivíduos que residem localmente. Paralelamente, procura-se identificar quem está a gastar, quanto está a gastar e que bens e serviços estão e onde a ser adquiridos. De um ponto de vista operacional, os instrumentos de recolha de informação congregam vários indicadores relativos a: i) gastos locais relacionados com a IES (equipamentos, fornecimento de material, comunicações,...); ii) gastos locais dos trabalhadores (docentes e funcionários); iii) gastos locais dos estudantes; iv) gastos locais dos visitantes. A figura 4 ilustra, de modo simplificado, a relação entre as variáveis em jogo neste modelo.

**Figura 4**  
**Representação dos fluxos monetários locais e não locais**



Fonte: Fernandes, J, 2009 (adaptado de Caffrey e Isaacs, 1971)

O suporte instrumental usual para a recolha deste tipo de informação é o inquérito por questionário, padronizado e organizado em dimensões de análise e indicadores precisos e quantificáveis, cuja estrutura e conteúdo foram idealizados de forma ajustada aos vários inquiridos (docentes, funcionários e estudantes atuais) e aferidos no âmbito da parceria estabelecida entre os sete institutos politécnicos já identificados. O modelo de inquirição baseou-se na disseminação dos mesmos questionários via on-line, tendo sido elaboradas bases de dados parciais (uma por cada IES), embora padronizadas para todas as instituições envolvidas no estudo. As tabelas 1 e 2 reúnem as principais dimensões de análise e respetivas variáveis dirigidas aos docentes, funcionários e estudantes, de acordo com uma amostra aleatória, composta por 80 docentes, 60 funcionários e 420 estudantes, transversalmente a todos os cursos e níveis de ensino ministrados (CETs, Licenciaturas, Pós-graduações e Mestrados)<sup>10</sup>.

**Tabela 1**  
**Inquérito aos docentes e funcionários: dimensões de análise e variáveis**

<b>Dimensão e análise</b>	<b>Variáveis</b>
Caracterização profissional	Categoria profissional, local de trabalho, anos no IPB, dias de trabalho, avaliação das condições de trabalho
Caracterização pessoal e familiar	Sexo, idade, estado civil, habilitações académicas, naturalidade, residência atual, número de pessoas do agregado, número de filhos
Condições de vida	Tipo de alojamento, rendimento mensal, despesas mensais do agregado, local habitual para refeições, transporte, visitas e período de estadia, poupança mensal, empréstimos, investimentos

Fonte: Elaboração dos autores

**Tabela 2**  
**Inquérito aos estudantes: dimensões de análise e variáveis**

Dimensão e análise	Variáveis
Caracterização pessoal	Sexo, idade, nacionalidade, estado civil, residência dos pais, residência atual
Percurso escolar	Curso, ano oficial, tipo de aluno, escola, primeira escolha do ensino superior, via de acesso ao ensino superior, experiência profissional
Situação escolar atual	Horas de aulas semanais, horas de estudo, horas de trabalho, relação entre atividade profissional e estudo
Condições de vida	Tipo de alojamento, condições de alojamento, orçamento mensal, desagregação das despesas mensais, avaliação da situação financeira, local habitual para refeições, transporte, visitas e período de estadia
Caracterização familiar	Caracterização profissional, nível educacional, rendimento mensal dos pais
Mobilidade internacional	Participação em programas de mobilidade, intenção de permanecer na região após a graduação

**Fonte:** Elaboração dos autores

Concluído o processo de recolha de informação junto destes três subuniversos, as taxas de retorno obtidas pelas IES envolvidas no estudo, atingem, *grosso modo*, os 70% para os estudantes, como é o caso específico do Instituto Politécnico de Portalegre (IPP) e os 60% a 70% para os docentes e funcionários, encontrando-se novamente o IPP entre os que apresenta taxas de resposta mais elevadas, respetivamente 70% e 67%.

### **3.3. Análise pelo lado da oferta: pressupostos e instrumentos**

Os autores que têm vindo a utilizar os modelos para o cálculo do impacto económico das IES, por via da análise da procura<sup>11</sup>, reconhecem, todavia, que apesar do rigor da metodologia empregue, reconhecem que o valor real desse impacto surge subestimado, uma vez que tendem a coexistir efeitos não monetários que não estão, regra geral, incluídos nos mesmos modelos. É o caso dos benefícios que vão além da quantificação monetária entre ganhos e custos, os quais traduzem-se num conjunto de *outputs* diversos e relacionados com várias áreas com importância estratégica para o desenvolvimento regional. Domínios relacionados com a educação, a sociedade e, inclusivamente, a cultura, são frequentemente mencionados, por parte dos autores críticos da abordagem económica tradicional, como áreas onde também coexistem efeitos positivos que não devem ser descurados.

Neste sentido, as análises alternativas, dirigem o seu enfoque para o lado da oferta. Consideram, regra geral, que existe uma relação estreita ente o ensino superior e as atividades e características associadas ao “estímulo intelectual” e “participação comunitária ativa”,



(Fernandes, op. cit.) benefícios difíceis de quantificar mas que tendem a representar impactos positivos para as economias locais e para as respectivas comunidades, dotando-as de maior e melhor capital social e humano.

Uma das variáveis comumente utilizada para aferir uma parte desses benefícios passa por aferir, por exemplo, o número de diplomados que ficam a trabalhar na região em que se formaram, quer integrando-se no mercado de trabalho existente, quer criando as suas próprias empresas, materializando, desse modo, uma postura ativa e empreendedora.

Sobre este particular, sabe-se que a percentagem de graduados que fica na região depende, em grande medida, do mercado de trabalho local. Ora, em regiões densamente povoadas e com relativa vitalidade económica, existe um fator atrativo mais estimulante junto destes diplomados para permanecerem nesses territórios e contribuírem para a criação de riqueza regional e respetivo desenvolvimento. Em contraponto, nas regiões menos dotadas de investimento económico e demograficamente mais debilitadas, aquele fator atrativo torna-se mais reduzido e tende a constituir muitas vezes o contrário, isto é, um fator de repulsão à fixação e ao conseqüente envolvimento no processo de criação de riqueza para a região.

Neste sentido, ganha particular acuidade perceber, ou pelo menos identificar, até que ponto as IES estimulam o desenvolvimento económico nos territórios em que se encontram implantadas, não só por via do volume de diplomados que enviam para o mercado laboral, mas também pelos efeitos inovadores associados, por exemplo, à respetiva produção científica e à sua conseqüente transferência de conhecimento e inovação para a comunidade e para a economia regional. O conceito de “capital humano” constitui neste âmbito um bom indicador para avaliar o impacto das IES para as respetivas regiões, já que, permite sinalizar os efeitos económicos sobre o emprego e os rendimentos resultantes do investimento em formação e qualificação” (Becker, citado por Fernandes, 2009:38).

Porém, sendo possível, pelo menos aproximadamente, aferir algumas das dimensões inerentes ao capital humano, permanece, no entanto, uma dificuldade – reconhecida aliás pelos autores defensores de uma abordagem do impacto económico das IES pelo lado da oferta – que se prende especificamente com a quantificação das influências geradas por via dos diplomados das IES e, analogamente, através de estimativas dirigidas às mudanças introduzidas nas comunidades e nas regiões, direta e indiretamente, a partir das próprias IES. Com refere Smith (in Fernandes, op. cit., 36) “é praticamente impossível criar um modelo do lado da oferta que

consiga estimar o impacto total em valor. Pode-se, no entanto, fazer estimativas grosseiras dos benefícios ou, quando possível, tentar relacioná-los com diferentes medidas da atividade económica”.

Como estratégia operacional para concretizar esta vertente de análise, pelo lado da oferta, a equipa do projeto a que temos vindo a aludir, convencionou que a principal fonte de informação centrar-se-ia nos elementos fornecidos pelos ex-estudantes das IES envolvidas, através de uma amostra a estipular em função do número de diplomados pelas mesmas IES nos últimos cinco a dez anos, com o objetivo de recuperar e evidenciar possíveis exemplos de empreendedorismo e de envolvimento direto nas comunidades e nas economias regionais por parte dos ex-estudantes. Esse processo encontra-se ainda em preparação, pelo que apenas é possível, nesta fase, identificar algumas das dimensões de análise e respetivas variáveis em estudo, de forma a incluir num inquérito por questionário on-line, a disseminar muito brevemente pelos ex-estudantes de cada IES envolvida no estudo. A tabela 3 reúne essas dimensões de análise e respetivas variáveis.

**Tabela 3**  
**Inquérito aos ex-estudantes: dimensões de análise e variáveis<sup>12</sup>**

<b>Dimensão e análise</b>	<b>Variáveis</b>
Caracterização pessoal	Sexo, idade, nacionalidade, estado civil, residência atual
Percurso escolar	Data de entrada no instituto, curso, ano conclusão do curso, média obtida, residência anterior e posterior à formação
Situação profissional atual	Atividade profissional, concelho onde trabalha, 1º emprego e empregos subsequentes, categoria socioprofissional, rendimento líquido mensal, natureza da entidade empregadora, grau de satisfação com emprego, iniciativas de empreendedorismo

**Fonte:** Elaboração dos autores

Para além da informação a recolher junto destes quatro subuniversos, necessária à quantificação dos impactos económicos das IES nas regiões em que se inserem, a pesquisa em curso prevê ainda uma análise mais alargada de outras variáveis e indicadores, com recurso a fontes oficiais e institucionais, quer no interior de cada instituto politécnico, quer a nível nacional, reunindo estatísticas que permitam uma contextualização mais efetiva e aprofundada de cada território em que operam as várias IES envolvidas no estudo.

#### 4. Contributos esperados

A pesquisa que serve de modelo para a realização deste estudo a uma escala mais ampla<sup>13</sup>, envolvendo – como já se disse – sete instituições de ensino superior politécnico, permitiu chegar à conclusão de “por cada euro financiado pelo Estado ao Instituto Politécnico de Bragança, gerou-se um nível de atividade económica nos concelhos de Bragança e de Mirandela de 2,33 euros. Na estrutura simplificada determinou-se que o impacto do IPB representa 8,2% do PIB” nos mesmos concelhos (Fernandes, op. cit.: 257). De acordo com estes números, calculados para Bragança, será expetável que em Portalegre o resultado possa ser traduzido na mesma relação, assim como nas outras IES. Determinar esse valor constitui o propósito nuclear desta pesquisa.

Para além deste objetivo central, vertido num valor global e ilustrativo do impacto económico de cada IES para a respetiva região, o estudo contempla outros objetivos associados. Desde logo, procura-se contribuir para o aprofundamento da discussão em torno da importância estratégica que as IES representam para as respetivas regiões onde estão inseridas. Não só pelo facto de constituírem importantes mecanismos de formação avançada junto de potenciais públicos, geograficamente mais afastados dos grandes centros urbanos, fornecendo, por essa via, um importante contributo para o aumento da qualificação da população ativa do país; mas também porque os seus impactos podem e devem ser analisados a outros níveis, de uma forma integrada e multidimensional, tão importantes à própria coesão social, económica e cultural dos territórios, em particular os que se situam no interior do país.

Por outro lado, ao encetar este tipo de pesquisas, as IES assumem-se como sujeitos ativos sobre as políticas de ensino superior, nomeadamente no que respeita à reorganização da rede, na qual, aliás, são os principais atores num processo político com contornos de alguma complexidade. Deste modo se contraria um tipo de atitude caracterizada por uma postura passiva e expectante relativa às políticas do Ministério ou dos relatórios de Agências Internacionais, cujas análises e propostas podem não ser as mais convergentes com as expectativas das próprias IES.

Por fim, trata-se de contribuir para a definição dos termos inerentes a uma abordagem da rede de ensino superior que ultrapasse a visão redutora, por ventura insuficiente, balizada exclusivamente por critérios de base economicista, mas acentuando, pelo contrário, a

importância e a necessidade de materializar, em toda a sua aceção, a missão das IES públicas, de acordo com a legislação em vigor.

## 5. Notas de Texto

<sup>2</sup> Em 1975/76 eram apenas de 86 mil alunos (Fernandes, 2009).

<sup>3</sup> Este número é hoje mais reduzido, na sequência da divulgação da proposta da A3ES em reduzir o número de cursos existentes para cerca de 3300, em virtude de alguns processos de avaliação terem culminado na indicação de encerramento de alguns cursos do 1º ao 3º ciclo, sobretudo em instituições de ensino superior privadas e em algumas universidades públicas, por estes não reunirem as condições mínimas necessárias ao reconhecimento da sua qualidade.

<sup>4</sup> Ver a este respeito, por exemplo, OECD (2008a) “Higher Education and Regional Development: Introduction to the special Issue”, Higher Education Management and Policy, n20, 2, 1-2(2) e OECD (2008b, 2012), Education at a Glance.

<sup>5</sup> Fernandes, Joana M. S. R. (2009), *O impacto económico das Instituições de Ensino Superior no Desenvolvimento Regional: o caso do Instituto Politécnico de Bragança*, Universidade do Minho, Tese de Doutoramento.

<sup>6</sup> Ver, por exemplo University of California (2003).

<sup>7</sup> Os concelhos de Bragança e de Mirandela.

<sup>8</sup> Institutos Politécnicos de: Bragança, Castelo Branco, Leiria, Portalegre, Setúbal, Viana do Castelo e Viseu.

<sup>9</sup> No caso do Instituto Politécnico de Portalegre, a equipa é composta pelos subscritores deste artigo.

<sup>10</sup> Apenas dois institutos politécnicos (Leiria e Setúbal) tiveram quantitativos nas suas amostras relativamente superiores, dada a sua dimensão e número de recursos humanos e estudantes inscritos. Nestes casos, as respetivas amostras eram constituídas por 120 docentes, 100 funcionários e 500 estudantes.

<sup>11</sup> Nomeadamente Caffrey e Isaacs (1971), entre outros.

<sup>12</sup> Ainda em construção.

<sup>13</sup> Referimo-nos ao caso do Instituto Politécnico de Bragança.

## 6. Referências bibliográficas

AMARAL, Alberto e A. Magalhães (2007), “Market competition, public good and institutional governance: analyses of Portugal’s experience”, *Higher Education and Management Policy*. Vol.19, nº1, pp:63-76).

A3ES- Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (2012), *O Sistema de Ensino Superior em Portugal*, Parte I, Maio 2012.

BECKER, G. (1993), *Human Capital: a theoretical and practical analysis with special reference to education*. 3ª ed. New York, University of Chicago Press.

CAFFREY J. e H. ISAACS (1971), Estimating the impact of a college or university on the local economy. Washington, DC American Council on Education. ERI ED 252100.

FERNANDES, Joana M. S. R. (2009), *O impacto económico das Instituições de Ensino Superior no Desenvolvimento Regional: o caso do Instituto Politécnico de Bragança*, Universidade do Minho, Tese de Doutoramento.

MARTINS, S., R. Mauritti e A. Costa, *Condições Socioeconómicas dos estudantes do Ensino Superior em Portugal*, Lisboa, DGES-Direção Geral do Ensino Superior, Col. Temas e Estudos de Ação Social.

OECD (2008a), “Higher Education and Regional Development: Introduction to the special Issue”, *Higher Education Management and Policy*, n20, 2, 1-2(2).

OECD (2008b), Education at a Glance, 2008.

Disponível em <http://www.oecd.org/dataoecd/23/46/41284038.pdf> (consultado em 30 de outubro de 2012).

OECD (2012), Education at a Glance, 2012.

Disponível em [http://www.oecd.org/edu/EAG%202012\\_e-book\\_EN\\_200912.pdf](http://www.oecd.org/edu/EAG%202012_e-book_EN_200912.pdf) (consultado em 6 novembro de 2012).

UNIVERSITY OF CALIFORNIA (2003), California's future: it starts here. Disponível em <http://www.universityofcalifornia.edu/> (consultado a 1 de novembro de 2012).

URBANO, Cláudia (2011), “A (Id)entidade do Ensino Superior Politécnico em Portugal: da Lei de Bases do Sistema Educativo à Declaração de Bolonha” in *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº66, Lisboa, CIES-IUL e Editora Mundos Sociais, pp: 95-115.

YSERTE, R. e M. Rivera, (2008), “The impact of the university upon local economy: three methods to estimate demand-side effects” in *The Annals of Regional Science*, nº29, Springer Berlin/Heidelberg.

## **Nota sobre os autores**

### **Joaquim Mourato**

[amourato@ippportalegre.pt](mailto:amourato@ippportalegre.pt)

Presidente do Instituto Politécnico de Portalegre (IPP)

Docente do IPP

Investigador do C3I-IPP, Centro Interdisciplinar de Investigação e Inovação do Instituto Politécnico de Portalegre.

### **Cristina Pereira,**

[cristina.pereira@ippportalegre.pt](mailto:cristina.pereira@ippportalegre.pt)

Docente do IPP,

Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Portalegre.

### **João Alves,**

[j.alves@ippportalegre.pt](mailto:j.alves@ippportalegre.pt)

Docente do IPP,

Investigador do C3I-IPP, Centro Interdisciplinar de Investigação e Inovação do Instituto Politécnico de Portalegre.

# Comunicação Subliminar - A história de uma Fraude <sup>1</sup>

## Subliminal Communication - The history of a fraud

Paulo Nuno Canário

### Resumo

O presente trabalho que se insere no domínio da Comunicação de Marketing, é de natureza didática, e pretende analisar a Publicidade na sua componente teórica e enquadrá-la na prática publicitária em Portugal. Pretende-se que as questões teóricas abordadas possam ser refletidas em exemplos quotidianos. Para tentar superar os desafios do mercado o Marketing utiliza teorias explicativas do comportamento, algumas da psicologia, outras da sociologia ou da economia e até das neurociências. Para o trabalho e de forma a que o mesmo fosse rigoroso, utilizou-se como conceitos os definidos na lei, bem como os exemplos apresentados ilustram o que se pensa serem algumas aplicações possíveis de técnicas de comunicação publicitária, no entanto podem ser apenas uma mera coincidência, não aplicando as empresas essas mesmas técnicas. Da mesma forma não existe aqui subjacente, nenhum juízo de valor acerca das técnicas em si. Considerando que estas técnicas podem ser consideradas controversas, pouco éticas capazes ou incapazes de levar à compra, o principal objetivo do trabalho é fazer um levantamento da realidade, apresentando algumas utilizações, levantando assim interrogações. Sem no entanto deixar de concluir que existem argumentos publicitários que são recorrentes, enquanto utilizadores de técnicas subliminares e estes estão mais representados nos produtos em que o consumo é menos apoiado pelos argumentos racionais.

**Palavras-chave:** publicidade; comunicação subliminar; comunicação de marketing.

### Abstract

This work falls within the field of Marketing Communications, is didactic in nature, and aims to analyze the Advertising at its theoretical component and fit it in advertising practice in Portugal. It is intended that the theoretical issues addressed will be reflected in everyday examples. To try to overcome market challenges Marketing uses the theories that explain the behavior, some psychology, sociology or other of the economy and even the neurosciences. For work and so that it could be stringent used as concepts defined in the law and the examples illustrate what are believed to be some possible applications of techniques for advertising, but may be a mere coincidentally, these companies not applying the same techniques. Likewise there is underlying here, no value judgment about the techniques themselves. Whereas these techniques can be considered controversial, unethical able or unable to lead to the purchase, the main objective is to make a survey of reality, presenting some uses, thus raising questions. Without however only conclude that there are arguments that advertisers are recurring, as users of subliminal techniques and these are more represented in products where consumption is less supported by rational arguments.

**Keywords:** advertising; subliminal communication; marketing communications.

---

1

Trabalho apresentado no III Seminário de I&DT, organizado pelo C3i – Centro Interdisciplinar de Investigação e Inovação do Instituto Politécnico de Portalegre, realizado nos dias 6 e 7 de Dezembro de 2012.

## **Introdução**

A face mais visível do marketing é a Comunicação de Marketing e dentro desta a publicidade, se fosse uma boneca russa estávamos a falar da maior. Por isso, grande parte do orçamento de comunicação é-lhe dedicada. A Publicidade como uma técnica para comunicar com massas é inclusivamente anterior ao marketing, na forma como ele é entendido atualmente, e aparece com a produção em massa e com os jornais no século XIX.

Talvez a Publicidade seja das atividades empresariais que mais nos afeta. Todos os dias somos confrontados com os seus efeitos, mas qual Coca-Cola bebemos sem saber o seu segredo. O planeamento inicial, os passos intermédios (planos criativos, planos de media...) permanecem escondidos para rebentar no espetáculo final do anúncio publicitário.

O propósito deste trabalho é tão-somente, descrever o que se faz e como se faz, não com o propósito de introduzir inovação mas para despertar o interesse sobre o assunto e para que a poltrona em frente da televisão seja ocupada por um olhar mais crítico. No entanto pretendeu-se ser rigoroso mas acessível e sobretudo que no fim alguns fiquem, mais atentos, mais críticos e melhores consumidores.

Assim procedeu-se primeiro a um enquadramento da publicidade, posteriormente a um levantamento de exemplos publicitários aos quais se aplicou a técnica de análise de conteúdo, o que permitiu registar os exemplos em categorias e inclusivamente tendências.

O mundo está estranho, querem que se compre e não há dinheiro para comprar, que se inove e se poupe ao mesmo tempo. Querem que a comida não tenha sal para que duremos mais anos, para nos porem num lar. O mundo é cada vez mais global interessa mais, um Real Madrid-Barcelona que um Benfica-Porto, sabemos que raça de cão é o Bo do Obama e não fazemos ideia se o nosso presidente tem gato, cão ou periquito. O ciclo de vida dos produtos nos mercados dura o mesmo que um cubo de gelo num “whisky on the rocks”. Por outro lado os consumidores sabem cada vez mais sobre tudo, uma ida ao médico é complementada com uma vista de olhos na Internet, no fim –

“afinal nem valia à pena ter ido ao médico”. Os mercados são cada vez mais racionais na sua emoção e emocionais na sua razão. Sabe-se tudo sobre marca do telemóvel que vai durar seis meses e nada sobre o político que nos vai governar quatro anos.

Para tentar resolver estes desafios o Marketing utiliza teorias explicativas do comportamento, algumas da psicologia, outras da sociologia ou da economia e até das neurociências.

Estas teorias permitem entender melhor os fenómenos associados ao consumo, mas raramente é abordada a questão da comunicação. Os tempos são sérios, não há lugar para a brincadeira e os publicitários, esses, são uns brincalhões. Existe como que uma espécie de negação do fenómeno, sabe-se que se tem de fazer publicidade, mas sem grande convicção. Convicção, essa que não falta quando se trata de acusar a publicidade dos males do mundo. A obesidade infantil, o alcoolismo, o endividamento das famílias, o tabagismo, são, todos, culpa da publicidade e não da incompetência de todos e de cada um. Se além da publicidade se se tratar da questão subliminar aí já é uma espécie de “Teoria da Conspiração” ficção científica mal feita e pouco credível. Será possível provocar estímulos de consumo sem que os públicos se apercebam? Mensagens mágicas criadas por *druidas publicitários, feiticeiros do lado negro do marketing?*

A publicidade subliminar é um tema controverso, pacificamente aceite e provado na Psicologia, na Comunicação de Marketing continua a não interessar.

As condições de mercado levam a que empresas tentem rentabilizar ao máximo o seu investimento em comunicação. Garantindo que com um investimento publicitário igual (produção do anúncio; inserção do anúncio) se no mesmo colocarem mensagens subliminares o impacto pode ser maior rentabilizando melhor o investimento. Ainda que alguns dos atores do *circo publicitário* neguem a sua eficácia, e por vezes a existência das Técnicas de Comunicação Subliminar, o que é facto é que outros assumem que é possível introduzir mensagens publicitárias sem que nós espectadores nos demos conta. Ou seja mesmo sendo uma mensagem publicitária a utilização de comunicação subliminar permite que estas sejam mais eficazes em relação a outras que não utilizem este tipo de técnicas. Apela-se ao emocional dando um impulso ao comportamento do consumidor que apenas o racional não permitia. Considerando que estas técnicas podem



ser consideradas controversas, pouco éticas capazes ou incapazes de levar à compra o principal objetivo aqui proposto é fazer um levantamento da realidade apresentando algumas utilizações.

Os defensores destas técnicas, porém, defendem que estas permitem que o apelo ao consumo seja feito sem que de isso se dê conta, ou pelo menos que a publicidade seja mais eficaz, porque apela no mesmo anúncio também ao subliminar, sendo assim mais abrangente. Estas técnicas que muitas vezes são reprovadas eticamente ao mesmo tempo que são apelidadas de ineficazes, existem porém no nosso dia-a-dia, e se já acusam os publicitários de mentir o que lhe vão chamar face a estas técnicas.

### **Aplicações das técnicas subliminares na publicidade**

«Existem dois universos de discurso podemos chamar-lhe “físico” e “fenomenológico”, mas os termos não são importantes. ... Todos temos os nossos dois mundos mentais distintos, as nossas viagens e paisagens internas.»<sup>1</sup>

### **Linguagem publicitária subliminar**

A linguagem da Publicidade é uma linguagem de sedução, para que esta seja mais eficaz, a mensagem surge não só no expresso mas também no subliminar. Depois de se dirigirem ao nosso nível de percepção consciente os publicitários começaram a tentar atingir aquele lado “escuro” e “grande” que é o inconsciente. Além de mensagens para a consciência plena, aquelas que se dirigem à “inconsciência subliminar” “ocupam” mais espaço nos media. Aproveitando os suportes técnicos dos media e o facto de estes terem uma capacidade superior àquilo de que os sentidos se apercebem de forma consciente, o “1984” não é o “big brother is watching you” mas sim o que não se está a ver dele.

Por definição, *subliminares* são as mensagens que são enviadas dissimuladamente ocultas, abaixo dos limites da nossa percepção consciente e que vão influenciar, como já vimos, os desejos e motivações que levam à tomada de decisões posteriores. O conceito está, como já foi referido, plasmado na lei, e como tal existe e pode ser preocupante ou interessante dependendo do ponto de vista.

Numa altura em que se vê televisão enquanto se conversa nas redes sociais se manda sms's e sendo mais velho troca-se a rede social e o sms's pelo jornal, a informação é cada vez em maior número. Assim nesta sociedade as empresas têm cada vez mais dificultada a tarefa publicitária. Vivemos numa sociedade saturada de informação. Assim para se defender da “overdose“ a mente humana adaptou-se aprendendo a filtrar e a rejeitar a informação à qual não lhe interessa expor-se.

“O animal compõe-se primeiro de uma alma, depois de um corpo: a primeira, por sua natureza, comanda e o segundo obedece. Digo "por sua natureza", pois é preciso considerar o mais perfeito como tendo emanado dela, e não o que é degradado e sujeito à corrupção. O homem, segundo a natureza, é aquele que é bem constituído de alma e de corpo. Se nas coisas viciosas e depravadas o corpo não raro parece comandar a alma, é certamente por erro e contra a natureza”.<sup>2</sup>

Se entendermos o subliminar à luz da teoria de Aristóteles são apelos às “*coisas viciosas e depravadas*” que a alma não domina. O cérebro réptil, hipotálamo sede dos comportamentos de auto preservação, ou como Freud definia o ID sede das pulsões primitivas, é hoje espectador atento dos nossos media e tomado em conta enquanto público consumidor. A mente humana é limitada, gosta de situações simples, de se sentir segura, é conservadora e perde-se com facilidade, ou seja filtra, esquece, confunde-se, sente-se insegura, e não gosta de mudar. Porém o excedente de informações é ou pode ser passivamente assimilado pelo subconsciente, que não mastiga mas engole aquilo para o qual não é dado tempo para pensar sobre. Pelo menos foi este o paradigma que se instalou nas empresas publicitárias nos Estados Unidos. A economia em desenvolvimento do pós-guerra trouxe para si as teorias da propaganda militar, e começou a introduzir mensagens que não são, no seu todo, explícitas. No entanto é uma fraude produzida em 1957 por James Vicary que ainda hoje é uma referência em muita da literatura sobre o assunto.

O que se constata é que face ao investimento publicitário exigido atualmente, e aos entraves que os indivíduos põem às mensagens, as empresas utilizam suplementarmente mensagens deste tipo. Não só dentro dos anúncios, como atualmente utilizando também o “product placement”. Não vamos tratar esta questão que é muito mais pacífica,

bastando ver um episódio de novela (“Morangos com Açúcar”), de uma série americana (CSI Miami), ou um qualquer filme de Hollywood.

### **Símbolos da publicidade subliminar**

Como foi referido a linguagem do inconsciente é diferente da outra por ser pré-verbal, icónica, figurativa e concreta. A evolução racionalidade só não se deu na região icónica do pensamento inconsciente, aqui a descodificação de uma imagem é global e instantânea. Em frações de segundo o olho percorre a imagem. O hemisfério esquerdo do cérebro avalia e crítica, compara detalhes e detém a decisão lógica. O hemisfério direito é visual, holístico, analógico e decide impulsivamente. E reconhece o que conhece. Como é uma linguagem pré racional tem a particularidade de ser universal. Ou seja existem símbolos que percorrem todas as culturas, normalmente associados em dois grandes grupos: aos “mistérios” da origem da vida, amor e sexo; e ao seu contrário o fim da vida, morte, violência e lutas. Quase que se podia dividir a programação televisiva, também ela nestes dois grupos. A história do homem é uma obsessão pelo sexo e pela morte, e a publicidade ao aproveitá-las não faz mais do que o que sempre foi feito.

### **Símbolos masculinos**

Assim os publicitários, também eles, utilizam esses símbolos nas suas propostas. Como símbolos da primeira categoria de representações temos todos os símbolos fálicos representados umas vezes quase de forma explícita, por objectos alongados, serpentes, canetas, automóveis entre outros.

1. A forma do desodorizante se não vivêssemos tão distraídos nem seria subliminar.



Fonte: Vogue

### Símbolos femininos

E como contraponto no simbolismo feminino temos a representação da vagina para a qual se usam objetos redondos ou ovais; caras rodeadas de cabelo; flores; frutas como laranjas, morangos e cerejas; e lábios.

2. O perfume substitui os cheiros que já não produzimos, mas que nos continuam a fazer falta.



Fonte: Vogue

## Simbologia do ato sexual

Para representar o ato sexual utiliza-se o encontro de objetos alongados com redondos, copos de cerveja donde sai espuma, ou outro tipo de associações que possam ser do ato, representativas.

3. A guitarra é usada como símbolo masculino como que a dizer que com esta marca, acontece.



Fonte: Vogue

## Símbolos de abismo e morte

No segundo grupo simbólico que representa aquela atração pelo abismo, que nos leva a acelerar o carro até ao nível do perigo, encontramos carros; lutas; acontecimentos que inspirem medo; evocações bíblicas; competições de todo o tipo.

4. A última ceia do papel higiénico.



Fonte: [www.wellbeingworld.com](http://www.wellbeingworld.com)

## Exemplos de aplicações subliminares em anúncios de imprensa

Todo o discurso gráfico é subliminar, a ordenação dos textos, os títulos, os tipos a cor, assim um anúncio não é apenas o que está dito mas a forma. Portanto até por aí não seria difícil provar estas técnicas. No entanto o trabalho realizado revela que mensagens mais complexas vão sendo veiculadas na imprensa. Existem tipos de produto/serviço que em virtude do tipo de necessidades a que apelam que recorrem mais a este tipo de técnicas. Outra constatação é que o apelo ao sexo de forma subliminar foi verificado mais em produtos serviços para o sexo feminino. Revistas que têm como argumento de venda o sexo, “*revistas de comportamento*” (Cosmopolitam; Happy; Maria...).

### 5. A capa tem a vermelho e fora do alinhamento das outras chamadas à capa as palavras “*vida sex*”.



Fonte: Visão

Os apelos fazendo referência à morte, velocidade abismo são maioritariamente feitos ao sexo masculino. Talvez o instinto maternal impeça o funcionamento desses estímulos no sexo feminino.

6. Como se pode ver o cabelo está “despenteado” de forma a que esteja escrito a palavra sex isto em duas fotografias diferentes.



Fonte: Vogue

O tema mamilos é recorrente nos anúncios analisados, talvez porque no fundo eles foram a primeira fonte de prazer de qualquer ser humano. Ou pelo tal apelo maternal, que referimos. No entanto ele existe também em imagens de representação masculina.

7. Os mamilos exagerados são completados com a questão – “e tu, tens?”



Fonte: Vogue

Todos os outros mamíferos segregam odores para atrair o parceiro sexual, os humanos deitaram esses odores fora e compraram outros, que são os perfumes. No fundo tenta-se comunicar conscientemente em domínios da nossa comunicação animal. Tentam-se

criar odores de forma, a que já que “não é possível não comunicar”. Mas como a indústria dos perfumes apesar de ter noção que esse é o seu negócio prefere apelar de forma subentendida, deixando o explícito para o domínio dos desodorizantes, muitos dos anúncios a perfumes recorrem a comunicação de tipo subliminar.

**8. O frasco que representa um óvulo está a ser fecundado.**

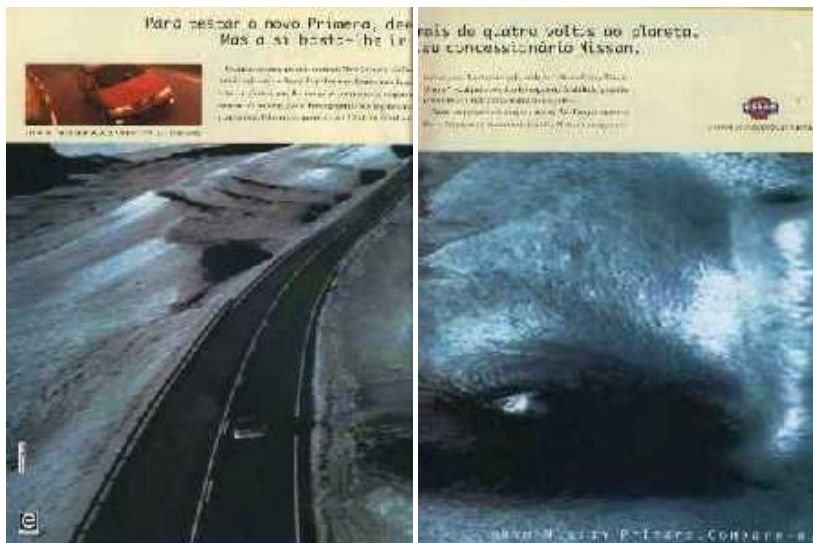


Fonte: Máxima

Um dos argumentos que interessa ao ser humano e que pode ser utilizado em publicidade é o da proximidade. Gostamos de reconhecer os sítios que aparecem nos anúncios, só de forma subliminar se consegue ter uma paisagem reconhecida por um público-alvo mais vasto.



**9. Uma paisagem que todos conhecem sem saber de onde.**



Fonte: Visão

**10. A única estrada que todos cruzam sempre é o rosto dos outros.**



Fonte: Visão

A Publicidade tende a ser conservadora enquanto negócio, reproduz estereótipos e vai atrás dos acontecimentos. Por isso quando na nossa sociedade masculino e feminino heterossexual, homossexual, começa a ser um tema “aceite” em publicidade ainda é subliminar.

## 11. É um homem e uma mulher ou serão duas mulheres?



Fonte: Visão

Talvez possa haver a dúvida se não se tratam de anúncios estrangeiros que são vertidos para português pelas agências internacionais, não havendo afinal publicidade subliminar de origem nacional. No entanto num sector em crescimento no nosso país (clínicas estéticas) aparecem alguns exemplos deste tipo de apelo.

### Conclusão

Esta abordagem não pretendeu explicar exhaustivamente a questão da publicidade nem, de forma alguma, ter a palavra final sobre o subliminar. Ficam sempre inúmeras coisas por abordar ou explicar. Quisemos apenas, por um lado, elencar e explicitar questões fundamentais, que em nosso entender, se deve ter em conta nesta matéria. Tentámos, por outro lado, dar um contributo original possível para acrescentar adeptos à “causa” publicitária e criar mais espíritos críticos destes assuntos. Partimos de ideias de outros, tentámos interpretá-las e integrá-las no nosso próprio sistema de valores e referências. Fez-se um levantamento e análise de anúncios que após uma análise mais cuidada tornam evidente a presença do subliminar nos nossos media.

Apenas por uma questão técnica a análise abordou apenas os exemplos impressos. No entanto que não fique a ideia que perdendo a imprensa lugar na mesa do bolo publicitário os casos de comunicação subliminar irão diminuir, o que acontece é que

pela sua materialidade os exemplos impressos são mais fáceis de analisar. O “*product placement*” que apenas foi referido pode por si só merecer outro tipo de análise.

Não é por se produzir todo este tipo de mensagens, que se pode estar convencido que se domina a matéria dos sonhos. Mas se estamos “cegos” para as mensagens subliminares, os seus produtores estão cegos em relação aos seus resultados porque a medição do efeito não pode ser posta em prática. Porém uma prática não tem necessidade de ser esclarecida para operar. Aliás o inconsciente é ele próprio uma palavra negativa, que engloba tudo o que não se conhece, mas não é por esse facto que deixa de existir.

A questão é que há que conseguir que além dos argumentos lógicos a decisão seja também emocional. Aliás as grandes decisões na vida são emocionais. As empresas estão a atribuir “almas” aos objetos e a ver os consumidores como máquinas e tem de se lançar mão a tudo nessa tentativa. Conforme mais nos convencemos que somos a nossa medida do mundo mais nos estamos a enganar. A nossa apreensão não se reduz ao concreto, ao real, mas é também sentimento, que nos é roubado para nos porem lá outro. Os sentimentos que nós temos foram gratuitos, por isso há que arranjar outros, estes sim possíveis de trazerem retorno para as empresas.

Não se está aqui a condenar a utilização deste tipo de técnicas, apenas a dizer – Elas existem vivamos com elas.

### **Notas de texto**

- 1.Sacks, Oliver (1990) **O Homem que Confundiu a Mulher com o Chapéu**. Lisboa: Relógio D' Água.
2. Aristóteles (1977) **Tratado da Política**. Lisboa: Europa-América.

### **Bibliografia**

Albright, J. (1992). *Creating the Advertising Message*. Mountain View: Mayfield Publishing Company.

Aristóteles (1977). **Tratado da Política**. Lisboa: Europa-América.

Barthes, Roland (1984). **Elementos de Semiologia**. Lisboa: Edições 70.

Bassat, Luis (2001). **El libro Rojo de la Publicidad**. 2.ªed. Barcelona: Plaza & Janés Editores,S.A..

Bataille, George (1988). **O Erotismo**. Lisboa: Antígona.

Benn, Alec (1981). **The 27 Most Common Mistakes in Advertising**: Boston, Amacom Books.

Bourdieu, Pierre (1985). **Qué Significa hablar?** Madrid: Akal/Univertaria

Brafman, O.& Brafman,R. (2008). **Irracional – O Que Leva Pessoas Inteligentes a Tomarem Decisões Erradas**. Alfragide: Lua de Papel.

Cabral,N. & Almeida, R. F. (1994). **Grupo McCann Portugal - 65 Anos de Publicidade**. Lisboa:Texto Editora,Lda.

Camino,J.R. & Martín, L.S. (2004). **Marketing y Publicidad Subliminal – Fundamentos y Aplicaciones**. Madrid: ESIC Editorial.

Cardoso, Paulo (2008). **Os Apelos Racionais e Emocionais na Publicidade - uma análise conceptual**, in: SOPCOM – Ciências da Comunicação em Congresso na Covilhã. Covilhã: Universidade da Beira Interior.

Carrilho, M. et al. (1991). **Retórica e Comunicação**. Porto: Edições Asa.

Castro, João P. (2002). **Comunicação de Marketing**. Lisboa 1ª edição: Edições Sílabo.

Chomsky, Noam (2002). **Propaganda e Opinião Pública**. Lisboa: Campo da Comunicação. **Código de Conduta do ICAP - 31 de Março de 2010** - Instituto Civil da Autodisciplina da Comunicação Comercial.

Cortjens, J. (1990). **Strategic Advertising**. Oxford: Heinemann Professional Publishing.

Crandal, K. (2006). **Invisible Commercials and Hidden Persuaders: James M. Vicary and the Subliminal Advertising Controversy of 1957**. Gainesville: University of Florida

**Decreto-Lei n.º 330/90 de 23 de Outubro** (Com as alterações introduzidas pelos Decretos-Lei n.º 74/93, de 10 de Março, n.º 6/95, de 17 de Janeiro e n.º61/97 de 25 de Março, n.º275/98 de 9 de Setembro).

Eco, Umberto (1997). **O Signo**. Lisboa: Editorial Presença.

- Eco, Umberto (1991). **Apocalípticos e Integrados**. Lisboa: Difel.
- Eco, Umberto (1994). **Viagem na Irrealidade Quotidiana**. Lisboa: Difel.
- Fennis, B.M. e Stroebe, W. (2010). **The Psychology of Advertising**. Utrecht: Utrecht University.
- Fleur, M.L., Ball-Rokeach (1993). **Teorías de la Comunicación de Masas**. Barcelona: Ediciones Paidós.
- Freud, Sigmund (1992). **O Mal-Estar na Civilização**. Lisboa: Relógio D'Água.
- Hall, Edward (1994). **A Linguagem Silenciosa**. Lisboa: Relógio D'Água.
- Helfer, J.P. e Orsoni, J. (1996). **Marketing**. Lisboa: Edições Sílabo.
- Joannis, H. (1998). **O Processo de Criação Publicitaria**. Mem Martins: Edições CETOP.
- Jones, Gareth (1995). **Organizational Theory**. Addison Wesley.
- Keynes, J.M. (2010). **Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda**. Lisboa: Relógio D'Água.
- Kirkpatrick, C. (1964). **Advertising: Mass Communication in Marketing**. Los Angeles: Feffer and Simons International University Edition
- Kotler, Philip (1991) **Principles of Marketing**. 5th ed, Englewood Cliffs: Prentice-Hall.
- Kotler, P.(2006). **Marketing management**. New Jersey 12<sup>a</sup> by Prentice-Hall, Inc.
- Kotler, Philip (2000). **Marketing para o Século XXI**. Lisboa: Editorial Presença.
- Kristeva, Julia (2001). **Semiótica**. 4a Ed. Madrid: Ed. Madrid Espiral.
- Lacan, Jacques (1993). **Psicoanálisis Radiofonía e Television**. 3<sup>a</sup> ed., Barcelona: Anagrama.
- Leiss, William; Kline, Stephen e Jhally, Sut (1988). **Social Communication in Advertising. Products & Images of Well Being**. Ontário: Nelson Canada.

Mattelart,A. & Mattelart,M. (1997). **História das Teorias da Comunicação**. Lisboa: Campo das Letras.

McCarthy, Jerome e Perreault, William (1996). **Marketing**. 11<sup>a</sup> ed., Madrid: Irwin.

Miranda, Ricardo (2002). **A Voz das Empresas**. Porto: Porto Editora.

Mongin, Olivier (1998). **A Violência das Imagens – Ou como eliminá-las**. Lisboa: Editorial Bizâncio.

Moles, A. et al (1985). **La Comunicación y los Mass Media**. Bilbao: Mensajero.

Moriarty, S. (1991). **Creative Advertising, Theory and Practice**. New Jersey: Prentice Hall.

Ogilvy, David (1983). **Ogilvy on Advertising**. London: Pan Books.

Peirce, Charles (1977). **Semiótica**. São Paulo: Editora Perspectiva.

Pereira, F. , Veríssimo, Jorge (2004). **Publicidade – O Estado da Arte em Portugal**. Lisboa: Edições Sílabo, Lda.

Pignatari, Décio (1973). **Contracomunicação**. São Paulo: Editora Perspectiva.

Rodrigues, Adriano D. (1996). **Dimensões Pragmáticas do Sentido**. Lisboa: Cosmos

Rossiter, J., Percy, L. (1998). **Advertising Communications & Promotion Management**. Boston: Irwin McGraw-Hill.

Russel, Bertrand (1997). **A Conquista da Felicidade**. Lisboa: Guimarães Editores.

Sacks, Oliver (1990). **O Homem que Confundiu a Mulher com o Chapéu**. Lisboa: Relógio D` Água.

Santos, Rogério (1998). **Os Novos Media e o Espaço Público**. Lisboa: Gradiva.

Séguéla, Jacques (1992). **Hollywood lave plus blanc**. Paris: Flammarion.

Séguéla, Jacques (1990). **C'est gai, la Pub !**. Paris: Flammarion.

Séguéla, Jacques (1992). **Ne dites pas à ma mère que je suis dans la publicité- elle me croit pianiste dans un bordel.** Paris: Flammarion.

Searle, J. (1998). **A Redescoberta da Mente.** Lisboa: Instituto Piaget.

Shimp, Terence A. (1997). **Advertising promotion: supplemental aspects of integrated marketing communications.** 5ª ed., New York - Fort Worth: The Dryden Press.

Thompson, J. Walter (1980). **The T-Plan. What is it? How to use it.** Chicago: JWT.

Vattino, Gianni (1992) **A Sociedade Transparente.** Lisboa: Relógio D'Água

Volli, Ugo (2005) **Semiótica da Publicidade - A criação do texto publicitário.** Lisboa: Edições 70

Watzlawik, Paul (2000). **La nouvelle communication.** Paris: Seuil.

Wells, W.; Burnett, J.; Moriarty, S. (2000). **Advertising: principles and practice** 4ª ed., New Jersey Prentice Hall.

Wolf, Mauro (1994) **Los Efectos Sociales de los Media.** Barcelona: Ediciones Paídos.

## **Iconografia**

### **Revistas:**

**Máxima** (Consultada de 1998 a 2011). Lisboa: Ediresvitas Sociedade Editorial S.A..

**Visão** (Consultada de 1998 a 2011). Lisboa: Mediapress – Sociedade Jornalística e Editorial Lda..

**Vogue - Portugal** (Consultada de 2000 a 2011). Lisboa: Ediresvitas Sociedade Editorial S.A..

### **Internet:**

[www.walfaromeo.uk](http://www.walfaromeo.uk) ( Consultado em 2007)

[www.wellbeingworld.com](http://www.wellbeingworld.com)(Consultado em 2010)

**Notas sobre o autor**

Paulo Nuno Canário – [pnuno@estgp.pt](mailto:pnuno@estgp.pt)

Escola Superior de Tecnologia e Gestão – Instituto Politecnico de Portalegre – C3i Centro Interdisciplinar de Investigação e Inovação.

Docente na Escola Superior de Tecnologia e Gestão – Instituto Politecnico de Portalegre – da Área do Marketing (Gestão da Comunicação, Comunicação Publicitária; Estratégia e Planeamento Publicitário; Campanhas Publicitárias...), Principais interesses de investigação publicidade e marketing político.



# Competição na indústria de gestão de ativos financeiros – análise em diferentes cenários<sup>1</sup>

## Competition in the industry of asset management – analysis on different settings

João Carlos Parente Romacho

### Resumo

Este estudo analisa o comportamento de competição/estratégico entre fundos de investimento mobiliário de vários países da União Europeia (UE). Para o efeito é utilizada a metodologia de Brown, Harlow e Starks (1996) aplicada em diferentes cenários. Assim, é analisado o comportamento de competição/estratégico em subperíodos de igual duração e em subperíodos que correspondem a diferentes ciclos de mercado, são consideradas as características dos fundos (a dimensão das suas carteiras e o seu período de atividade), assim como o possível efeito do *survivorship bias*.

Os resultados obtidos evidenciam a existência de comportamento estratégico entre os fundos de investimento mobiliário na UE, sendo o mesmo mais intenso entre os fundos da Bélgica, Espanha e Reino Unido. Este comportamento, com exceção do Reino Unido, mostra-se mais intenso entre os fundos com menor período de atividade e no período mais recente. Desta forma, parece que, por um lado, a maior interação estratégica entre os fundos com menor período de atividade pode advir da sua maior audácia, por contraposição aos fundos mais experientes que tendem a revelar maior cautela. Por outro, o crescimento dos mercados da UE em termos do número de fundos parece contribuir para o aumento do comportamento estratégico.

**Palavras-chave:** Competição; Gestão de ativos; Fundos de investimento.

### Abstract

This study analyses the competition/strategic behaviour among the mutual funds of several countries from the European Union (EU). To achieve this aim, it is used the Brown, Harlow and Starks (1996) methodology applied in different settings. Thus, the competition/strategic behaviour is analysed in subperiods with the same duration and in subperiods that correspond to different market cycles, the characteristics of the funds are also contemplated (the dimension of their portfolio and its period of activity), as well as the possible effect of the survivorship bias.

The outcomes obtained show the existence of strategic behaviour among the mutual funds from the EU, this is stronger among the funds from Belgium, Spain and United Kingdom. Furthermore, with the exception of the United Kingdom, this behaviour is stronger among the funds with a smaller period of activity and in the most recent period. So, it seems that, on the one hand, the greatest strategic interaction among funds with smaller period of activity can occur from its greatest audacity, unlike the most experienced funds that tend to reveal higher caution. On the other hand, the growth of the markets from the EU concerning the number of funds seems to contribute to the increase of the strategic behaviour.

**Keywords:** Competition; Asset management; Mutual funds.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no III Seminário de I&DT, organizado pelo C3i – Centro Interdisciplinar de Investigação e Inovação do Instituto Politécnico de Portalegre, realizado nos dias 6 e 7 de dezembro de 2012.

## 1 - Introdução

A indústria de gestão de ativos é um setor essencial para o crescimento económico. Ela permite a ligação entre os investidores que procuram um meio de poupança apropriado e as necessidades financeiras da economia real. Este setor tem assumido, nas duas últimas décadas, nos Estados Unidos da América (EUA) e na Europa, uma importância crescente.

Considerando o crescimento deste setor, será natural questionar-se sobre o seu nível de competição. Na realidade, o estudo da *“competition in the mutual fund industry is of paramount importance for several reasons”* (Ferreira e Ramos, 2009, pp. 3). Desde logo para a qualidade, variedade e custos dos produtos, passando pela compreensão da alteração da volatilidade das carteiras em resposta à competição existente no setor, pelo que *“the competition in the mutual fund industry may therefore have far ranging and long lasting implications for the wealth of investors”* (Ramos, 2009, pp. 176).

Neste contexto, pretende-se, com o presente trabalho, contribuir para um conhecimento acrescido do comportamento da indústria de Fundos de Investimento Mobiliário (FIM), particularmente na União Europeia (UE). Assim, o objetivo global do mesmo é investigar o comportamento de competição/estratégico entre os fundos de investimento na UE, usando-se para o efeito uma amostra de FIM de ações globais de sete países. Como objetivo específico, visa-se, através da utilização de diferentes cenários (análise do efeito de *survivorship bias*<sup>2</sup>, utilização de diferentes períodos temporais e separação dos fundos em função das suas características - idade e dimensão das carteiras), identificar os que serão mais favoráveis ao desenvolvimento daqueles comportamentos.

Face à amostra selecionada e aos objetivos estabelecidos, esta investigação contribuirá a diferentes níveis para a literatura. Assim, será o primeiro trabalho, a nível mundial, a estudar o comportamento de competição/estratégico para indústrias de fundos de diferentes países e para FIM de ações globais. Excetuando o Reino Unido, será também o primeiro estudo a analisar este comportamento em cada um dos países da amostra, utilizando-se para o efeito a metodologia de Brown, Harlow e Starks (1996) (BHS).

Este trabalho está organizado em cinco secções. Na secção 2 será efetuada uma breve revisão da literatura no âmbito da competição entre os fundos de investimento, sendo apresentados os principais resultados alcançados. Na secção 3 é apresentada a metodologia que visa identificar e avaliar o comportamento de competição/estratégico. Na secção 4 é descrito o processo de constituição da amostra, assim como são apresentados e analisados os resultados obtidos. Finalmente, na secção 5, são expostas as principais conclusões do estudo realizado.

## **2 - Revisão da literatura**

Dentro da indústria de gestão de ativos financeiros as relações entre as características dos fundos e o seu desempenho obtido tem sido, nos últimos anos, um aspeto muito analisado, particularmente as comissões<sup>3</sup> e os fluxos monetários<sup>4</sup>. De facto, ambos são relevantes quando se analisa a competição nesta indústria, dado que o interesse das sociedades gestoras será a obtenção de rendimentos superiores, os quais estão relacionados com as duas variáveis. Na realidade, os gestores além de poderem usar as comissões como fator de competição podem, ainda, atrair fluxos monetários adicionais para as suas carteiras, através da obtenção de um desempenho superior.

A investigação desenvolvida tem mostrado, por um lado, um peso elevado das comissões praticadas comparativamente ao desempenho alcançado pelos gestores, como apontado por Gil-Bazo e Ruiz-Verdú (2009) e Khorana, Servaes e Tufano (2009). Por outro lado, vários autores, como é o caso de Ferruz, Nievas e Vargas (2008) e Gil-Bazo e Ruiz-Verdú (2009), identificam uma relação negativa predominante entre estas duas variáveis.

Em termos do estudo da relação entre os fluxos monetários e o desempenho, diferentes autores verificam que os investidores tendem a aplicar o seu capital nos fundos com melhor desempenho e a não penalizar de forma proporcional aqueles que apresentam fraco desempenho, ou seja, parece identificar-se uma relação positiva e convexa entre as duas variáveis. Vejam-se, neste âmbito os trabalhos de Sirri e Tufano (1998), Ferruz, Ortiz e Sarto (2009) e Ferreira, Keswani, Miguel e Ramos (2010). Neste contexto, e dado que o rendimento dos fundos depende bastante do valor das carteiras, existirá um incentivo para os gestores aumentarem os riscos dessas carteiras de forma a obterem no

futuro fluxos monetários adicionais e, em consequência, a assistir-se a um incremento da competição.

Apesar da constatação anterior, o grau de competição na indústria de gestão de ativos não havia sido ainda claramente avaliado. Brown, Harlow e Starks (1996) são os primeiros a darem um contributo neste sentido. Baseados na relação positiva e convexa entre fluxos monetários e desempenho, os autores definem a hipótese de competição como aquela em que os fundos com pior desempenho a meio do ano tendem a aumentar mais o risco das suas carteiras na última parte do ano, tendo como objetivo alcançarem melhor desempenho no final do mesmo. Usando testes não paramétricos sobre uma amostra de fundos de ações americanos, os autores confirmam a sua hipótese de competição. Esta hipótese de competição volta a ser confirmada por Koski e Pontiff (1999), mas com o uso de testes paramétricos (análise de regressão), os quais incidem também sobre fundos americanos.

Busse (2001), ao aplicar a metodologia de BHS e a análise de regressão a uma amostra de fundos de ações americanos, também identifica comportamento de competição, mas apenas para rendibilidades mensais dos fundos, dado que para rendibilidades diárias tal não se confirma. Mais tarde, Gorjaev, Nijman e Wermers (2005) analisam os resultados de Busse (2001), verificando pouca evidência da hipótese de competição. Posteriormente, Schwarz (2008), usando uma metodologia alternativa baseada na composição das carteiras, ainda para o mercado americano, volta a encontrar resultados consistentes com Brown, Harlow e Starks (1996), embora com menor evidência.

Contrariamente à generalidade dos estudos anteriores, e ainda para o mercado de ações americano, Qiu (2003), baseado na metodologia de BHS, e Taylor (2003), através da aplicação de um modelo alternativo, verificam que são os fundos com desempenhos superiores os que têm mais incentivos para incrementarem o risco, sendo este fenómeno designado de comportamento estratégico. Posteriormente, Makarov (2008) critica a hipótese de competição de Brown, Harlow e Starks (1996), defendendo que, em equilíbrio, os fundos com melhor desempenho tendem a aumentar mais a volatilidade das suas carteiras do que os fundos com pior desempenho.

Outros estudos mais recentes mostram-se consistentes com estes últimos trabalhos, ou seja, os fundos parecem mostrar evidência de comportamento estratégico. Tal verifica-se, por um lado, com a aplicação da metodologia de BHS, como é o caso dos estudos de Hallahan, Faff e Benson (2008) e Hallahan e Faff (2009), sobre fundos de pensões australianos, e do trabalho de Elton, Gruber, Blake, Krasny e Ozelge (2010), sobre fundos de ações americanos. Por outro, com a aplicação de metodologias baseadas em matrizes de transição, como o trabalho de Ammann e Verhofen (2009), o qual incide sobre fundos de ações americanos.

Acker e Duck (2006) desenvolvem, pela primeira vez, um estudo para o mercado europeu (Reino Unido), obtendo resultados consistentes com a existência de comportamento de competição. Contudo, para uma amostra diferente deste mesmo mercado, e através da aplicação da metodologia de BHS, Jans e Otten (2008) não encontram comportamento de competição para o período global analisado. Utilizando a mesma metodologia, Romacho (2010), baseado em fundos de ações portuguesas, identifica comportamento de competição para os fundos que investem no próprio país, mas ausência do mesmo para os que investem na UE e a nível mundial.

Muito recentemente, Cullen, Gasbarro, Monroe e Zumwalt (2012) analisam as transações nas carteiras com vista à distinção entre a alteração intencional e não intencional do risco das mesmas pelos gestores, resultante da reação ao seu desempenho relativo. Os resultados globais de uma amostra de fundos de ações americanos não evidenciam relação entre as rendibilidades passadas e a alteração do risco nas carteiras, pelo que tal é consistente com a inexistência de comportamento de competição.

Face à controvérsia em torno da hipótese de competição, à tendência mista dos resultados obtidos e à escassez de estudos na UE, parece existir claramente necessidade de investigação adicional, particularmente neste mercado.

### **3 - Metodologia**

Brown, Harlow e Starks (1996) mostram que a natureza competitiva da indústria de gestão de ativos financeiros pode influenciar o comportamento dos gestores, sendo que o mesmo pode revelar certas tendências e ser, assim, identificado.

Através da análise das alterações do risco efetuadas pelos gestores nas suas carteiras, Brown, Harlow e Starks (1996) testam a hipótese de competição durante o período de um ano. Segundo esta hipótese, os fundos que obtêm fraca rendibilidade na primeira parte do ano (perdedores intermédios - com rendibilidade inferior à mediana) têm um incentivo superior para aumentarem o seu nível de risco na segunda parte do ano, quando comparados com os que obtêm melhor rendibilidade na primeira parte do ano (vencedores intermédios - com rendibilidade superior à mediana). Esta intuição leva a que a hipótese de competição possa ser apresentada da seguinte forma:

$$\frac{\sigma_{P2}}{\sigma_{P1}} > \frac{\sigma_{V2}}{\sigma_{V1}} \quad (1)$$

onde,  $\sigma_{P1}$  ( $\sigma_{P2}$ ) é o desvio-padrão das rendibilidades do fundo perdedor na primeira (segunda) parte do ano e  $\sigma_{V1}$  ( $\sigma_{V2}$ ) é o desvio-padrão das rendibilidades do fundo vencedor na primeira (segunda) parte do ano.

Para testar, através da expressão anterior, se os fundos perdedores aumentam o seu nível de risco numa maior magnitude do que os fundos vencedores a partir de determinado momento do ano é necessário definir duas variáveis.

A primeira variável deve permitir dividir os fundos em dois grupos: os vencedores e os perdedores na primeira parte do ano, ou seja, de acordo com o desempenho relativo dos mesmos entre janeiro e o mês  $M^5$ . A Rendibilidade Acumulada (RA) até ao mês  $M$  é calculada através da seguinte expressão:

$$RA_{jMy} = [(1 + r_{j1y})(1 + r_{j2y}) \dots (1 + r_{jMy})] - 1 \quad (2)$$

onde,  $r_{jMy}$  é a rendibilidade do fundo  $j$ , no mês  $M$ , do ano  $y$ . Depois de calculada a RA para cada ano, os fundos são ordenados do valor mais alto para o mais baixo, sendo considerados vencedores e perdedores os que se situam, respetivamente, acima e abaixo da mediana.

A segunda variável é construída a partir da equação 1, e deve permitir comparar a volatilidade de cada fundo antes e depois do mês  $M$ , ou seja, será a relação entre o desvio-padrão da segunda e da primeira parte do ano. O Rácio de Ajustamento do Risco (RAR) do fundo  $j$ , no ano  $y$ , é então calculado da seguinte forma:

$$RAR_{jy} = \sqrt{\frac{\sum_{m=M+1}^{12} (r_{jmy} - \overline{r_{j(12-M)y}})^2}{(12-M)-1}} / \sqrt{\frac{\sum_{m=1}^M (r_{jmy} - \overline{r_{jMy}})^2}{M-1}} \quad (3)$$

Se  $RAR > 1$  ( $RAR < 1$ ) tal significa que há um(a) aumento (diminuição) do risco da carteira na segunda parte do ano relativamente à primeira. Note-se que, segundo a hipótese de competição, é esperado que esta variável seja superior para os fundos perdedores intermédios relativamente aos fundos vencedores intermédios.

Com base nas duas equações anteriores é possível criar, para cada fundo, um par (RA, RAR) para cada ano, o que permite construir uma tabela de contingência 2X2, em que cada par é colocado numa das quatro células: (Alta RA, Alto RAR); (Alta RA, Baixo RAR); (Baixa RA, Alto RAR); e, (Baixa RA, Baixo RAR). Desta forma, na hipótese nula de não existência de comportamento de competição, cada uma destas quatro células deve conter 25% das frequências. Na hipótese alternativa as células (Alta RA, Baixo RAR) e (Baixa RA, Alto RAR) devem conter um número mais significativo de frequências que as outras duas, evidenciando assim comportamento de competição. A significância estatística é avaliada através do teste  $\chi^2$ , com um grau de liberdade.

#### 4 - Análise empírica do comportamento de competição/estratégico

##### 4.1 – Constituição da amostra

O mercado europeu de FIM apresenta um forte crescimento na primeira década do século XXI face ao mercado de referência, a América (influenciada claramente pelos EUA). Enquanto durante este período a Europa cresce 65% em termos dos ativos geridos, os EUA registam apenas um crescimento de 14%. Em termos de valores geridos por categorias, os fundos de ações dominam tanto a nível mundial como europeu, com respetivamente, 40% e 30% no final da década<sup>6</sup>.

A amostra selecionada para o presente estudo reflete as circunstâncias anteriores. Assim, a mesma é constituída por 1485 FIM de ações globais, incluindo os fundos sobreviventes e os extintos, de sete países da UE (Alemanha, Bélgica, Espanha, França, Itália, Reino Unido e Suécia)<sup>7</sup>, para o período compreendido entre janeiro/1994 a

dezembro/2009. A escolha de fundos que investem globalmente justifica-se pela maior globalização e integração das economias e mercados financeiros mundiais nas duas últimas décadas, assim como pelo facto de todos os fundos da amostra terem o mesmo universo de investimento, permitindo comparações mais fiáveis entre os países. O valor mensal das unidades de participação dos fundos são adquiridos à *Thomson Reuters*, através da base de dados *Lipper*.

## 4.2 – Resultados

O estudo do comportamento de competição/estratégico é efetuado através da metodologia proposta por Brown, Harlow e Starks (1996) descrita na secção 3. Neste estudo são efetuadas cinco diferentes análises, com a construção de dois cenários em cada uma delas. Desta forma, é possível, por um lado, testar a robustez dos resultados obtidos e, por outro, uma melhor compreensão deste fenómeno dentro da UE, em geral, e para cada um dos sete países em particular. A apresentação das análises assim como a construção destes cenários é indicada de seguida.

Na primeira análise, a qual incide sobre o período global (janeiro/1994 a dezembro/2009), é estudado o possível efeito de *survivorship bias* na identificação do comportamento de competição/estratégico. Assim, no primeiro cenário, são incluídos os dados dos 1485 fundos tanto sobreviventes como extintos. No segundo, são incluídos apenas os fundos sobreviventes (1201), ou seja, os que têm cotação em dezembro/2009. Após análise do período global, interessará analisar a consistência dos resultados ao longo do mesmo. Neste sentido, na segunda análise, a amostra é dividida em dois subperíodos de igual duração: o subperíodo 1 (janeiro/1994 a dezembro/2001) e o subperíodo 2 (janeiro/2002 a dezembro/2009). Na terceira análise, é estudado o comportamento dos fundos mais novos comparativamente ao dos fundos mais antigos. A divisão dos fundos nos dois grupos é efetuada, para cada país, tendo como referência a respetiva mediana do número de meses de cotação de cada fundo desde a sua criação até à sua extinção ou até dezembro/2009. Na quarta análise, os fundos são divididos em função da sua dimensão, ou seja, do seu valor líquido global. Dado que este valor apenas é fornecido para 1000 dos 1201 fundos sobreviventes, aqueles 1000 fundos são separados em fundos pequenos e fundos grandes, tendo como referência a mediana do valor líquido global da carteira dos fundos para cada país. Na última análise, pretende-



se identificar diferenças de comportamento em fases de subida do mercado (“*bull market*”) e em fases de descida do mesmo (“*bear market*”). Neste sentido, com base em Merton (1981), é identificada uma subida do mercado quando a rendibilidade do mesmo é superior à taxa dos ativos isentos de risco e uma descida quando acontece o inverso. Neste sentido, um determinado ano é classificado como de “*bull market*” (“*bear market*”) se a rendibilidade média do índice *MSCI World* é superior (inferior) à taxa média da *one-month eurodollar deposit rate* para esse mesmo ano. Esta metodologia conduz a que os anos de 1994 a 1999, de 2003 a 2007 e o ano de 2009 sejam classificados como de “*bull market*”, e que os anos de 2000 a 2002 e o ano de 2008 sejam classificados como de “*bear market*”.

No quadro de aplicação da metodologia de BHS, a primeira e segunda parte do ano não têm que ter a mesma duração. De facto, os gestores não têm necessariamente que usar os seis primeiros meses do ano para compararem as rendibilidades das suas carteiras com as dos seus pares e ajustarem as respetivas carteiras para os seis últimos meses do ano. Considerando este facto, é determinado o comportamento de competição/estratégico para diferentes períodos de avaliação. Assim, os primeiros quatro, cinco, seis, sete e oito meses são usados como a primeira parte do ano, constituindo os restantes meses a segunda parte do ano. Os resultados são apresentados na tabela 1.

Os resultados da coluna (1) da tabela 1 mostram que não haverá comportamento de competição entre os fundos, nem a nível da amostra total nem para cada um dos sete países. Ao nível da amostra total, existirá comportamento estratégico, com um nível de significância de 1%, relativamente aos períodos de avaliação (7,5) e (8,4). Assim, parece que os gestores usam sete a oito meses do ano para compararem as rendibilidades das suas carteiras com as dos seus pares, ajustando o risco das suas carteiras para os restantes meses do ano. A nível dos países individualmente, apenas em três este comportamento é realmente forte. Só na Bélgica, Espanha e Reino Unido é evidenciado um comportamento estratégico significativo a um nível de significância de 1%, e em mais do que um período de avaliação. Estes resultados são, assim, opostos à hipótese de competição inicialmente formulada por Brown, Harlow e Starks (1996).

**Tabela 1. Comportamento de competição/estratégico por cenário**

Esta tabela apresenta, para cada país e para a amostra total, os resultados da aplicação da metodologia de Brown, Harlow e Starks (1996) para identificação de comportamento de competição/estratégico em dez cenários. Cada cenário é constituído da forma seguinte: são incluídos os fundos sobreviventes e extintos (1) durante todo o período amostral, janeiro/1994 a dezembro/2009, e apenas os fundos sobreviventes (2); é considerado o subperíodo 1 (3), de janeiro/1994 a dezembro/2001, e o subperíodo 2 (4), de janeiro/2002 a dezembro/2009; os fundos são divididos naqueles que apresentam menor (5) e maior (6) número de meses de cotação durante todo o período amostral; os fundos são divididos naqueles que apresentam menor (7) e maior (8) dimensão das carteiras; e, são identificados períodos de subida (9) e descida (10) do mercado (10). É indicado o número de fundos incluídos em cada cenário.

C (CC): Período com comportamento de competição estatisticamente significativo a um nível de significância de 5% (1%)

E (EE): Período com comportamento estratégico estatisticamente significativo a um nível de significância de 5% (1%)

Países	Período avaliação	Cenários / Comportamento									
		Survivorship bias		Subperíodos		Idade		Dimensão		Fases mercado	
		Sobr.Ext. (1)	Sobrev. (2)	SP1 (3)	SP2 (4)	Novos (5)	Antigos (6)	Pequenos (7)	Grandes (8)	"Bull" (9)	"Bear" (10)
Alemanha	(4,8)	-	E	-	-	E	-	-	E	-	E
	(5,7)	-	-	-	-	E	-	-	-	-	E
	(6,6)	-	-	-	E	EE	-	-	-	-	-
	(7,5)	E	-	-	-	EE	-	-	-	E	-
	(8,4)	E	-	-	-	-	-	E	-	EE	-
	[N.º fundos]	[212]	[175]	[110]	[212]	[106]	[106]	[85]	[85]	[211]	[212]
Bélgica	(4,8)	EE	E	-	EE	-	-	-	EE	-	EE
	(5,7)	-	-	-	-	-	-	-	-	C	EE
	(6,6)	EE	E	-	EE	-	EE	-	-	-	EE
	(7,5)	EE	EE	-	EE	EE	-	EE	-	-	EE
	(8,4)	E	EE	-	E	-	E	-	E	-	EE
	[N.º fundos]	[202]	[184]	[55]	[202]	[101]	[101]	[87]	[88]	[198]	[196]
Espanha	(4,8)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	(5,7)	EE	EE	-	EE	E	-	E	-	EE	-
	(6,6)	EE	EE	-	EE	EE	E	EE	-	EE	EE
	(7,5)	EE	E	-	EE	EE	E	EE	-	E	-
	(8,4)	E	E	-	E	-	-	-	-	E	-
	[N.º fundos]	[83]	[53]	[57]	[83]	[42]	[41]	[27]	[26]	[82]	[83]
França	(4,8)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	(5,7)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	EE
	(6,6)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	EE
	(7,5)	-	-	-	E	EE	-	-	-	-	-
	(8,4)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	[N.º fundos]	[318]	[252]	[138]	[318]	[159]	[159]	[125]	[125]	[317]	[305]
Itália	(4,8)	-	-	-	-	E	-	-	-	-	-
	(5,7)	-	-	-	-	E	-	-	-	-	-
	(6,6)	-	-	-	-	EE	-	-	-	-	-
	(7,5)	-	-	-	-	EE	-	-	-	-	-
	(8,4)	E	-	-	E	-	-	-	-	-	E
	[N.º fundos]	[95]	[45]	[48]	[95]	[48]	[47]	[19]	[19]	[95]	[87]
Reino Unido	(4,8)	-	-	-	-	-	-	-	-	CC	EE
	(5,7)	-	-	EE	-	-	-	-	-	-	EE
	(6,6)	-	-	EE	-	-	-	-	-	-	-
	(7,5)	EE	EE	EE	EE	E	EE	EE	EE	EE	-
	(8,4)	EE	EE	EE	E	-	EE	-	E	EE	-
	[N.º fundos]	[507]	[433]	[231]	[507]	[253]	[254]	[128]	[129]	[506]	[489]
Suécia	(4,8)	-	-	-	-	-	-	-	-	C	E
	(5,7)	-	-	-	EE	-	-	-	-	-	EE
	(6,6)	-	-	CC	-	-	-	-	-	-	-
	(7,5)	-	-	C	E	-	-	-	-	-	-
	(8,4)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	[N.º fundos]	[68]	[59]	[44]	[68]	[34]	[34]	[29]	[28]	[68]	[67]
<b>AMOSTRA TOTAL</b>	(4,8)	-	-	E	-	E	-	-	-	CC	EE
	(5,7)	-	-	E	-	-	-	-	-	CC	EE
	(6,6)	-	-	-	-	E	-	-	-	CC	EE
	(7,5)	EE	EE	EE	EE	EE	EE	EE	EE	EE	-
	(8,4)	EE	E	-	EE	E	E	-	-	EE	-
[N.º fundos]	[1485]	[1201]	[683]	[1485]	[743]	[742]	[500]	[500]	[1477]	[1439]	

A comparação dos resultados da coluna (2) com os da coluna (1) mostra que os mesmos não diferem substancialmente, verificando-se apenas uma ligeira menor evidência de comportamento estratégico entre os fundos sobreviventes. Assim, parece que o *survivorship bias* não afeta significativamente os resultados do teste do comportamento de competição/estratégico na UE, resultado este que é consistente com o obtido por Jans e Otten (2008) relativamente ao mercado do Reino Unido.

A comparação entre os resultados obtidos nos dois subperíodos [colunas (3) e (4)], ao nível da amostra total, mostra evidência de comportamento estratégico em ambos os subperíodos, mas uma tendência para os gestores usarem um maior número de meses (sete) para compararem as suas rendibilidades com as dos seus pares no subperíodo mais recente. Também a nível dos países se notam alterações de comportamento entre os dois subperíodos. De facto, no subperíodo 1 apenas o Reino Unido e a Suécia evidenciam, respetivamente, comportamento estratégico e de competição. No subperíodo 2, onde o número de fundos na indústria (e da amostra) é maior, todos os países exibem comportamento estratégico significativo a 5% ou 1%, embora sendo o mesmo mais evidente nuns países do que noutros. Neste contexto, o desenvolvimento dos mercados em termos do número de fundos parece contribuir para a existência de comportamento estratégico nesta indústria.

A comparação entre as colunas (5) e (6) mostra que, para a amostra total, os fundos novos desenvolvem um comportamento estratégico mais intenso comparativamente aos fundos antigos, pelo menos num maior número de períodos de avaliação. Ao nível dos países, a exceção mais evidente desta tendência geral será no Reino Unido, onde serão os fundos antigos a evidenciar maior comportamento estratégico. Estes resultados podem ser justificados, por um lado, como o faz Hallahan, Faff e Benson (2008), pelo maior “atrevimento” dos fundos novos, por outro, pela maior experiência e cautela dos fundos antigos. Relativamente ao Reino Unido, a explicação pode ser oposta. Dado que este mercado é o maior e mais dinâmico, os fundos com maior experiência podem sentir-se com maior capacidade em interagir com os seus pares do que os fundos novos, os quais podem ter subjacente algum receio em entrarem em competição num mercado com estas características.

De acordo com Brown, Harlow e Starks (1996), seria de esperar que os fundos pequenos, pelo facto de possuírem carteiras de menor dimensão e por isso com maior facilidade de ajustamento das mesmas, tivessem mais apetência e flexibilidade para alterarem o risco face aos fundos grandes. Contudo, as colunas (7) e (8) revelam, globalmente, comportamentos semelhantes em ambos os grupos. A Espanha será o país onde haverá maior diferença entre os dois grupos de fundos, havendo apenas evidência de comportamento estratégico entre os fundos pequenos.

Na última análise do comportamento de competição/estratégico dos gestores de fundos, as colunas (9) e (10) da tabela 1 parecem mostrar que, se em “*bear market*” haverá evidência de comportamento estratégico, em “*bull market*” a evidência de comportamento de competição ou estratégico depende do período de avaliação considerado. Estes resultados obtidos em “*bull market*” refletem o facto de alguns países (Bélgica, Reino Unido e Suécia) revelarem comportamento de competição em certos períodos de avaliação, contrariamente a fases de “*bear market*” em que este comportamento nunca é identificado.

A comparação destes últimos resultados com os obtidos aquando da análise do período global [coluna (1)] mostra ainda que os países com maior evidência de comportamento estratégico (Bélgica, Espanha e Reino Unido) são aqueles que mais alteram o seu comportamento de “*bull market*” para “*bear market*”, ou vice-versa, apresentando comportamentos quase opostos em cada um dos cenários. A Bélgica é talvez o caso mais evidente, onde os fundos em “*bull market*” mostram comportamento de competição significativo a 5% relativamente ao período de avaliação (5,7), ao passo que em “*bear market*” é evidenciado comportamento estratégico significativo a 1% em todos os períodos de avaliação. Note-se ainda que, nos cenários anteriormente analisados, os fundos da Bélgica e da Espanha têm demonstrado um comportamento estratégico semelhante. No entanto, parece agora haver diferenças em função da fase do mercado! Enquanto os fundos belgas desenvolvem este comportamento em “*bear market*”, os fundos espanhóis fazem-no, essencialmente, em “*bull market*”!

## 5 - Conclusões

O presente trabalho aplica a metodologia de BHS para estudar o comportamento de competição/estratégico em sete países da UE. Face aos vários cenários analisados, parece que haverá comportamento estratégico entre os fundos da UE, com maior intensidade na Bélgica, Espanha e Reino Unido. Este comportamento será, excetuando o Reino Unido, mais evidente nos fundos com menor período de atividade e no período mais recente. A nível individual daqueles três países, os cenários mais favoráveis ao desenvolvimento deste comportamento será: para a Bélgica, no subperíodo 2 e em “*bear market*”; para a Espanha, no subperíodo 2 e em “*bull market*”, assim como para os fundos mais novos e com carteiras de menor dimensão; e, finalmente, para o Reino Unido, no subperíodo 1 e para os fundos mais antigos.

Estes resultados mostram que, por um lado, a maior interação estratégica entre os fundos novos pode advir da sua maior audácia, por contraposição aos fundos mais experientes que tendem a revelar maior cautela. Por outro, o crescimento dos mercados da UE em termos do número de fundos (2002 a 2009) parece contribuir para o aumento do comportamento estratégico. Note-se que o comportamento, de certa forma oposto, do mercado do Reino Unido, poderá justificar-se pela maior maturidade, dinamismo e dimensão do mesmo.

Refira-se que a aplicação da metodologia de BHS poderá ser questionada, tanto pelo facto de ser aplicada a subamostras do mercado global, como pelo facto de considerar que toda a alteração do risco das carteiras provém da reação dos gestores ao seu desempenho relativo. Assim, uma das formas de tornar os resultados mais robustos pode passar pela utilização e comparação dos resultados obtidos por outras metodologias. É o caso, por um lado, da metodologia de Acker e Duck (2006) e da de Schwarz (2008) e, ainda, da proposta por Ammann e Verhofen (2009). Por outro, da metodologia de Cullen, Gasbarro, Monroe e Zumwalt (2012), que visa identificar (e apenas quantificar) as alterações intencionais no risco da carteira provenientes da reação dos gestores ao desempenho dos seus pares.

Notas de texto:

<sup>2</sup> Este efeito ocorre quando apenas são selecionados para a amostra os fundos de investimento sobreviventes, os quais podem ter desempenho superior aos extintos. Na presença deste enviesamento, o desempenho dos fundos tende a ser sobrestimado (Brown, Goetzmann, Ibbotson e Ross, 1992).

<sup>3</sup> Geralmente, as comissões suportadas pelos investidores incluem: comissões de subscrição, de resgate, de gestão e de depósito.

<sup>4</sup> Referentes às entradas e saídas de capital das carteiras dos fundos de investimento.

<sup>5</sup> Refira-se que este momento não tem que ser, necessariamente, o meio do ano, pelo que o espaço temporal da primeira e da segunda parte do ano podem não coincidir.

<sup>6</sup> Cálculos com base em *Investment Company Institute (ICI)* e *European Fund and Asset Management Association (EFAMA)*.

<sup>7</sup> Note-se que a UE é claramente representativa do mercado europeu, representado 96% do total de FIM de ações da Europa (dezembro/2009). Por sua vez, os sete países selecionados representam 62 % do valor gerido pelos FIM de ações na UE (dezembro/2009).

## Referências bibliográficas

Acker, D. & Duck, N. (2006). A tournament model of fund management. *Journal of Business Finance & Accounting*, 33(9-10), 1460-1483.

Ammann, M. & Verhofen, M. (2009). The impact of prior performance on the risk-taking of mutual fund managers. *Annals of Finance*, 5(1), 69-90.

Brown, K., Harlow, W. & Starks, L. (1996). On tournament and temptations: an analysis of managerial incentives in the mutual fund industry. *Journal of Finance*, 51(1), 85-110.

Busse, J. (2001). Another look at mutual fund tournaments. *Journal of Financial and Quantitative Analysis*, 36(1), 53-73

Cullen, G., Gasbarro, D., Monroe, G. & Zumwalt, J. (2012). Changes to mutual fund risk: intentional or mean reverting? *Journal of Banking & Finance*, 36(1), 112-120.

Elton, E., Gruber, M., Blake, C., Krasny, Y. & Ozelge, S. (2010). The effect of holdings data frequency on conclusions about mutual fund behavior. *Journal of Banking & Finance*, 34(5), 912-922.

Ferreira, M., Keswani, A., Miguel, A. & Ramos, S. (2010). *The flow-performance relationship around the world*. Working Paper, Universidade Nova de Lisboa, Cass Business School and ISCTE Business School.

Ferreira, M. & Ramos, S. (2009). *Mutual fund industry competition and concentration: international evidence*. Working Paper, Universidade Nova de Lisboa and ISCTE Business School.

Ferruz, L., Nieves, J. & Vargas, M. (2008). Do Spanish mutual fund managers use public and private information correctly? Use of information in mutual fund management. *Applied Financial Economics*, 18(16), 1319-1331.

Ferruz, L., Ortiz, C. & Sarto, J. (2009). Decisions of domestic equity fund investors: determinants and search costs. *Applied Financial Economics*, 19(16), 1295-1304.

Gil-Bazo, J. & Ruiz-Verdú, P. (2009). The relation between price and performance in the mutual fund industry. *Journal of Finance*, 64(5), 2153-2183.

Goriaev, A., Nijman, T. & Werker, B. (2005). Yet another look at mutual fund tournaments. *Journal of Empirical Finance*, 12(1), 127-137.

Hallahan, T. & Faff, R. (2009). Tournament behavior in Australian superannuation funds: a non-parametric analysis. *Global Finance Journal*, 19(3), 307-322.

Hallahan, T., Faff, R. & Benson, K. (2008). Fortune favours the bold? Exploring tournament behavior among Australian superannuation funds. *Journal of Financial Services Research*, 33(3), 205-220.

Jans, R. & Otten, R. (2008). Tournaments in the UK mutual fund industry. *Managerial Finance*, 34(11), 786-798.

Khorana, A., Servaes, H. & Tufano, P. (2009). Mutual fund fees around the world. *Review of Financial Studies*, 22(3), 1279-1310.

Koski, J. & Pontiff, J. (1999). How are derivatives used? Evidence from the mutual fund industry. *Journal of Finance*, 54(2), 791-816.

Makarov, D. (2008). *Difference in interim performance and risk taking*. Working Paper, New Economics Schools in Moscow.

Merton, R. (1981). On market timing and investment performance. I. An equilibrium theory of value for market forecasts. *Journal of Business*, 54(3), 363-406.

Qiu, J. (2003). Termination risk, multiple managers and mutual fund tournaments. *European Finance Review*, 7(2), 161-190.

Ramos, S. (2009). The size and structure of the world mutual fund industry. *European Financial Management*, 15(1), 145-180.

Romacho, J. (2010). Competição e desempenho na gestão de fundos de acções – O caso português (1996-2006). *Revista Portuguesa e Brasileira de Gestão*, 9(1-2), 39-48.

Schwarz, C. (2008). *Mutual fund tournaments: the sorting bias and new evidence*. Working Paper, University of California at Irvine.

Sirri, E. & Tufano, P. (1998). Costly search and mutual fund flows. *Journal of Finance*, 53(5), 1589-1622.

Taylor, J. (2003). Risk-taking behavior in mutual fund tournaments. *Journal of Economic Behavior & Organization*, 50(3), 373-383.

Notas sobre o autor:

*E-mail:* [jromacho@gmail.com](mailto:jromacho@gmail.com)

*Afiliação institucional:* Instituto Politécnico de Portalegre - Escola Superior de Tecnologia e Gestão

*Breve nota biográfica:* O autor é docente do Departamento de Ciências Empresariais, Sociais e Humanas, possuindo a Licenciatura em Gestão de Empresas e o Mestrado em Gestão de Empresas - Ramo de Finanças Empresariais, pela Universidade de Évora, e o Doutoramento em Ciências Empresariais – Especialidade de Finanças Empresariais, pela Universidade do Minho.



# Caracterizar o empresário agrícola para comunicar eficazmente. A evidência no Norte Alentejano<sup>1</sup>

Target to communicate effectively with the farmer. The evidence in the Northern Alentejo

Célia Correia

Ana José

Ricardo Braga

## Resumo

No âmbito do programa PRODER – Redes Temáticas de Informação e Divulgação, o Instituto Politécnico de Portalegre através da Escola Superior de Tecnologia e Gestão e da Escola Superior Agrária, juntamente com a Universidade de Évora e a Natur-al-Carnes é parceiro da Associação de Agricultores do Distrito de Portalegre (AADP), no projeto “Nutrição de Bovinos de Carne” no qual a AADP é líder.

Neste sub-programa específico do PRODER o objetivo máximo é a divulgação do conhecimento agrícola. Com evidência regional no Norte Alentejano verifica-se elevada importância na atividade pecuária de bovinos de carne, o que define como principal objetivo deste projeto a criação de um sistema de informação para o produtor local de bovinos de carne para difundir o estudo de formas de alimentação e distribuição de alimentos aos efetivos, também estudados pela equipa do projeto. Assim, pretende-se fazer chegar ao produtor a informação e conhecimento agrícolas para que seja otimizada o modo de alimentação animal e rentabilizada a exploração no seu total.

O estudo incide na realidade vivida no distrito de Portalegre em termos de procura de informação no âmbito da produção de bovinos de carne.

Foram aplicados 200 questionários validados, nos meses de julho e agosto de 2011, segundo o cálculo de uma amostra aleatória estratificada a todo o distrito de Portalegre; administrados através de correspondência, *e-mail*, telefone e entrevista pessoal.

Os resultados mostram que em 72% dos casos os produtores são do sexo masculino e que os meios de comunicação preferenciais são o contacto pessoal e o telefone para contactarem com os técnicos de saúde animal, com outros produtores agrícolas e com a AADP. A maioria dos produtores, 69%, considera o seu modo de produção como tradicional.

Destacam-se dois *clusters* diferenciados pela utilização dos meios de comunicação, conforme a intensidade e sofisticação do uso. O tipo de produção está relacionado com a procura de informação junto de outros produtores e dos veterinários e os leilões na AADP são um ponto de recolha de informação. Como maiores necessidades de informação os produtores abrangidos apontam a criação de novos canais de distribuição da carne e os preços praticados no mercado.

**Palavras-chave:** Segmentação, Bovinos de Carne, Comunicação, Portalegre.

## Abstract

Nowadays we can't deny that the information itself is a very important resource which needs to be available and managed on a daily basis. This information management should be performed on a useful and attempted manner. In agriculture the information plays a vital role on the management of any agricultural exploration regarding its size. To be able to deliver that information on time so that info can be useful to the farmers, so they can use it with the intuit of maximize their resources and production it's a process that implies a existing communication channel uniform and self automatized, in another words its needed a information management tool.

However the information needs are distinct and they are unique. So if we are unable to attend all situations on a individual basis, it is mandatory that we gather all the similar cases with the same

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no III Seminário de I&DT, organizado pelo C3i – Centro Interdisciplinar de Investigação e Inovação do Instituto Politécnico de Portalegre, realizado nos dias 6 e 7 de Dezembro de 2012.

information needs, all the information sources that were contacted, and the communication channels used for that situation. The process that allows this is the market characterization and segmentation. Previous studies show that in communication area and marketing on the agricultural world. The farmers showed that they prefer a face to face contact than computers/it devices/PDA/Smartphone's that started to appear. The present study focuses on the realities on the North Alentejo in terms of information sought under the production of beef cattle in the district of Portalegre, where 200 validated questionnaires were applied in July and August 2011, according to the calculation a stratified random sample of the entire district, administered by mail, e-mail, telephone and personal interview.

The results shows that the majority of the producers are male and they prefer a personal contact or telephone contact with the animal health technicians, including veterinarians, other farmers and with the AADP. Among them are two different clusters that we can differentiate by the use of the media, according to the intensity and sophistication of use. One of the most important needs of the producers is the creation of new channels of distribution for the meat and information about market prices.

**Keywords:** Segmentation, Beef Cattle, Communication, Portalegre.

O desenvolvimento e a introdução de inovação na agricultura portuguesa devem ter como premissa a transmissão de conhecimento em formato prático até ao utilizador final. A produção deste conhecimento está muitas vezes nas instituições do sistema científico e tecnológico nacional (tanto universidades como politécnicos), mas não tem sido observada a sua transmissão aos agricultores para que estes consigam aplicar na prática agrícola diária (Pinto, 2012). Para colmatar esta fragilidade que existe na comunicação do conhecimento produzido existem diversos mecanismos, entre eles os sistemas de informação direcionados para a agricultura que permitem veicular eficazmente as inovações que a agricultura necessita na prática. Assim, o objetivo máximo destes sistemas de informação para a prática agrícola prende-se com a disponibilização de informação pertinente, de modo que o produtor compreenda e no momento oportuno para decidir e atuar (Neto, 1994).

Para disponibilizar esta informação e o conhecimento produzidos especificamente a este público-alvo é necessário compreender quais as fontes de informação a que recorrem e através de que meios de comunicação o fazem. Torna-se, assim, necessário caracterizar este público para concluir acerca dos meios de comunicação utilizados e aferir sobre a necessidade de segmentar as estratégias de comunicação desses conteúdos para que seja eficaz a sua divulgação e compreensão.

Neste sentido de caracterização dos produtores e de possível heterogeneidade, surge no âmbito do marketing a segmentação para que seja adaptada a oferta (comunicação da

informação) às necessidades (conhecimento científico aplicável à realidade) e consiga ser alcançada a satisfação dos produtores agrícolas.

Sendo assim, a segmentação deverá ser um processo de divisão do mercado em subconjuntos distintos de clientes formados segundo comportamentos, valores semelhantes, que se comportam da mesma maneira ou têm necessidades similares. Cada subconjunto pode ser escolhido como um mercado-alvo que deve ser alcançado com estratégias de marketing específicas às características apuradas (Foedermayr e Diamantopoulos, 2008). Consequentemente, o segmento de mercado corresponde a um grupo de consumidores que possuem preferências e características idênticas (Kotler e Kevin, 2006). A segmentação de um determinado público apresenta como vantagem máxima a adequação de um produto existente ou em produção adequado ao cliente e, por isso, com maiores probabilidades de compra ou repetição desta (Kotler, 2000; Yankelovich, 1964). Isto significa que o esforço feito ao comunicar especificamente a um segmento fica reduzido, comparando com a comunicação a todo o mercado e com maior probabilidade de sucesso. Devido à sua natureza que deve intervencionar a montante da estratégia, a segmentação tem sido um processo em constante e profundo estudo desde a sua introdução por Smith (1956).

Este processo, conforme estruturado na Tabela 1, pode ser executado com base em variáveis que correspondem às características pelas quais se diferenciam os grupos (segmentos) segundo a sua natureza: demográficas como o sexo, a idade, a naturalidade ou a escolaridade (Kotler, 2000; Yankelovich e Meer, 2006), geográfica como sendo as regiões, os países, as freguesias, entre outros (Kotler e Keller, 2006), psicográfica como estilos de vida e valores dos indivíduos (Kotler, 2000; Yankelovich e Meer, 2006), a comportamental que divide segundo o registo de diferentes comportamentos face à utilização de determinado produto/serviço (Kotler, 2000) ou a combinação de diversas variáveis independentemente da sua natureza, chamada multiatributos (Kotler, 2000).

Estes parâmetros pelo qual se definem os segmentos são utilizados pelo investigador segundo os objetivos que se pretendem atingir com o processo de segmentação, sendo que em estudos sobre os sistemas de informação, a frequência e a sofisticação da utilização dos meios de comunicação por parte do utilizador devem ser medidos (Kotler e Keller, 2006).

**Tabela 1 - Considerações Principais no Estudo da Segmentação**

<p>I. <i>A definição do problema</i></p> <ul style="list-style-type: none"><li>A. Gestão de Requisitos</li><li>B. A Linha de Base <i>versus</i> Segmentação em Curso</li><li>C. O Modelo de Segmentação<ul style="list-style-type: none"><li>1. Selecionar as Variáveis para o Modelo</li><li>2. Métodos Tradicionais <i>a-priori</i> e <i>clustering versus</i> Métodos e Componentes Flexíveis para Projetos de Segmentação</li></ul></li></ul>
<p>II. <i>Projeto de pesquisa</i></p> <ul style="list-style-type: none"><li>A. A Unidade de Análise</li><li>B. Definições Operacionais das Variáveis</li><li>C. Desenho da Amostra</li><li>D. Nível de Confiança dos Dados</li><li>E. Estabilidade do Segmento</li><li>F. Homogeneidade do Segmento</li><li>G. Até que Ponto o Mercado pode ser Segmentado</li><li>H. Validação</li></ul> <p>I. Considerações sobre o Custo</p>
<p>III. <i>Recolha de dados</i></p> <ul style="list-style-type: none"><li>A. Fontes Primárias ou Fontes Secundárias</li><li>B. Procedimentos Convencionais ou Recentes</li></ul>
<p>IV. <i>Análise de dados</i></p> <ul style="list-style-type: none"><li>A. Para Determinar os Segmentos: Classificação</li><li>B. Para o Estabelecimento de Perfis dos Segmentos: a discriminação</li><li>C. Para a Classificação Simultânea e Discriminação</li></ul>
<p>V. <i>A interpretação dos dados e implementação de resultados</i></p> <ul style="list-style-type: none"><li>A. Determinar o Número de Segmentos e Seleção de Segmentos-alvo</li><li>B. Traduzir as Conclusões/Descobertas da Segmentação realizada na Estratégia Empresarial</li></ul>

Fonte: Adaptado de Wind, 1978.

## Metodologia

A diversidade de explorações e de condições diferenciadas de produção de bovinos de carne é elevada, por isso foi calculada uma amostra estratificada de modo a abranger em primeiro estágio concelhos e, posteriormente, freguesias de todo o distrito de Portalegre, equitativamente. Pretende-se, assim, que os resultados fossem o mais representativos possível da realidade vivida no Norte Alentejano (Reis e Moreira, 1993).

Segundo informação recolhida junto da Associação de Agricultores do Distrito de Portalegre (AADP), existem na região cerca de 3000 agricultores registados no Sistema Nacional de Identificação e Registo de Bovinos (SNIRB) o que representa o universo em estudo. Deste total, 399 foram selecionados para aplicação de um questionário de modo aleatório sistemático (Reis e Moreira, 1993) e 200 foram recolhidos e validados (taxa de resposta de 50,13%). Foi assumido um nível de confiança de 97% e uma margem de erro de 5%.

Do universo de produtores em análise, cerca de 500 registos correspondem a empresas, 9 a cooperativas, 3 a Misericórdias e 41 a entidades públicas, contabilizando--se os restantes como produtores agrícolas individuais.

A base de dados referente ao universo em estudo revelou desatualização ao nível dos registos e dos contactos (tanto telefone, como moradas e *e-mail*) transversal a 57,46% dos produtores identificados.

A recolha de informação foi realizada por meio de questionários durante os meses de julho e agosto de 2011, em todos os concelhos do distrito de Portalegre, realizados através de *e-mail*, telefone, correspondência e entrevistas pessoais. A taxa de resposta atingiu os 50,13% (Tabela 2).

**Tabela 2 – Estratificação da Aplicação dos Questionários**

<b>Concelho</b>	<b>Nº Produtores</b>	<b>Questionários</b>	<b>Questionários Validados</b>	
Alter do Chão	179	27	10	
Arronches	189	29	20	
Avis	133	20	11	
Campo Maior	91	14	5	
Castelo de Vide	166	25	22	
Crato	250	38	16	
Elvas	329	50	22	
Fronteira	95	14	6	
Gavião	42	6	5	
Marvão	147	22	11	
Monforte	217	33	19	
Nisa	195	30	9	
Ponte de Sor	139	21	5	
Portalegre	352	54	29	
Sousel	104	16	10	
<b>População</b>	<b>2628</b>	<b>Amostra</b>	<b>399</b>	<b>200</b>

**Fonte: Elaboração Própria.**

A construção do questionário pretendeu caracterizar o produtor do distrito de Portalegre de acordo com os meios de comunicação e as fontes de informação utilizados diariamente para o desenvolvimento da sua atividade agrícola na produção de bovinos de carne. Para tal utilizou-se uma combinação de variáveis de todas as naturezas para aferir sobre:

- 1- A caracterização demográfica do produtor (variáveis demográficas);
- 2- Uma breve caracterização da exploração agrícola (variáveis quantitativas e geográficas);
- 3- Os meios de comunicação utilizados (variáveis de medição de utilização de tecnologias);
- 4- As fontes de informação procuradas (variáveis psicográficas);
- 5- A relação que estabelece com a Associação de Agricultores do Distrito de Portalegre (variáveis comportamentais);
- 6- A opinião sobre a informação agrícola disponibilizada na região (variáveis psicográficas).

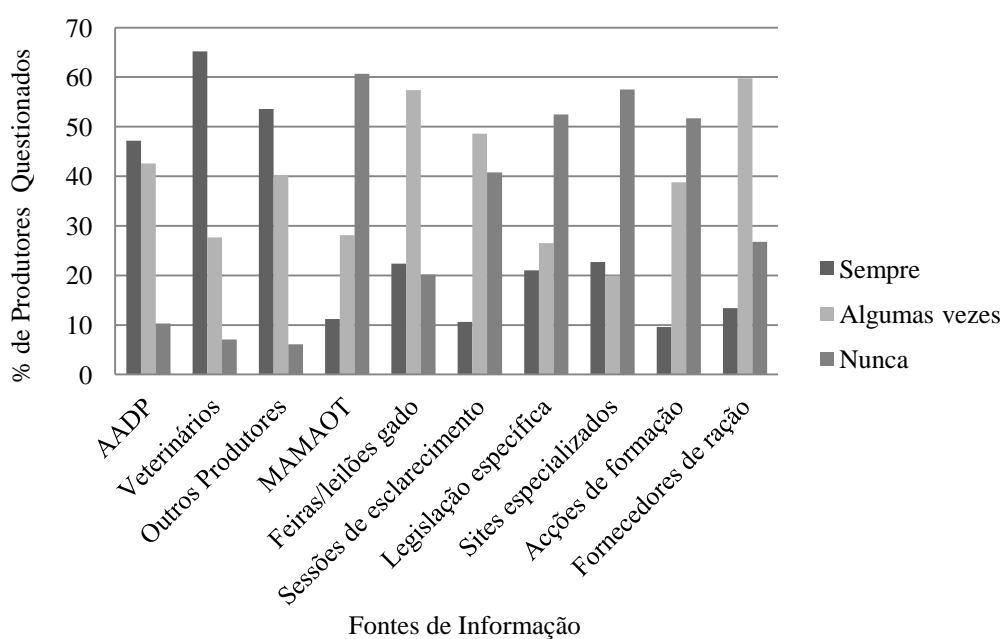
## Resultados e Discussão

Os resultados apurados mostram que o produtor de bovinos de carne do Distrito de Portalegre tem entre 41 e 50 anos, é do sexo masculino e possui o Ensino Primário, sendo que a sua atividade principal é a agricultura.

A exploração foi, na maioria dos casos, herdada dos familiares e a mão-de-obra empregue corresponde a duas pessoas - os proprietários da exploração. Em média a área do terreno abrange 200 *ha* que comporta um efetivo animal de 73 bovinos com encabeçamentos <1CN/*ha*, em que o tipo de produção é considerado pelo produtor como tradicional em regime extensivo.

Devido à tradição agrícola na região que passa ao longo de gerações, os conhecimentos dos produtores são de origem familiar baseados nas experiências anteriores e nos modos de manejo praticados. Apesar disso, o produtor considera que esse mesmo conhecimento é insuficiente levando-o a procurar constantemente informação. Para tal, utiliza prioritariamente o contacto pessoal para troca de informações com outros produtores agrícolas, com os veterinários e com a própria AADP, como observado na Figura 1.

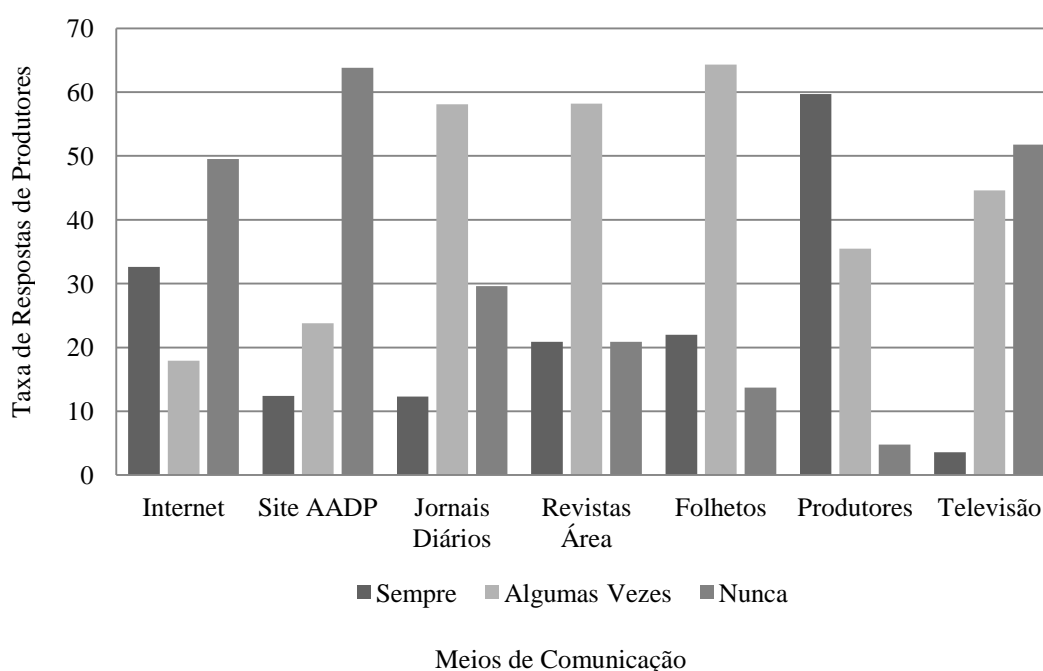
**Figura 1 – Distribuição Percentual dos Produtores Questionados Segundo a Utilização das Fontes de Informação**



Fonte: Elaboração Própria.

As conversas entre produtores que privilegiam o contacto pessoal são um meio de comunicação que permite um *feedback* momentâneo e a possibilidade imediata de esclarecer dúvidas. O telemóvel é um meio de comunicação muito utilizado ao contrário do que acontece com a Internet, embora já se registre a utilização deste meio por parte de alguns produtores, como representa a Figura 2.

**Figura 2 – Distribuição Percentual dos Produtores Questionados Segundo os Meios de Comunicação Utilizados**



Fonte: Elaboração Própria.

A AADP, tal como todas as associações da mesma natureza em Portugal, desempenha um papel fundamental na gestão, legalização e divulgação de informação junto dos proprietários das explorações agrícolas, independentemente da atividade desenvolvida. Em Portalegre não é diferente, os produtores locais estabelecem uma relação muito próxima com a Associação e em média fazem três deslocações às suas instalações por mês com o principal propósito de pedir informação e atualizar o registo animal da exploração.

Como principal necessidade de informação sentida pelos produtores surgem as informações ao nível da comercialização e de novos canais de venda da carne de bovino no Norte Alentejano.



Uma vez encontrado o perfil geral do produtor de gado bovino do distrito de Portalegre, foram identificados dois grupos distintos de produtores que se diferenciam precisamente pela utilização que fazem dos meios de comunicação e as fontes de informação que contatam: um grupo que privilegia o contacto pessoal e outro que é utilizador de Internet e recolhe mais informação em entidades reguladoras da atividade.

O primeiro grupo é mais expressivo com cerca de 60% dos produtores.

### **Produtor que Prefere o Contacto Pessoal**

Este grupo de produtores caracteriza-se por ter entre 51 e 60 anos, é predominantemente do sexo masculino (61 homens, 21 mulheres e 1 empresa), são os proprietários das explorações, possuem o Ensino Primário e não têm habilitações literárias específicas em agricultura (74,1%).

A exploração foi herdada de familiares onde trabalham duas pessoas a tempo inteiro, segundo um tipo de produção considerado pelo produtor como tradicional em sistema extensivo com área superior a 100 *ha* e encabeçamento menor que uma cabeça normal.

Quanto aos seus meios de comunicação, verificou-se que têm telemóvel através do qual fazem e recebem chamadas frequentemente, mas não utilizam o serviço de mensagens para envio (60,9%). Desconhecem os PDA e não têm computador (85,2%), por isso, também não utilizam a Internet. As conversas com outros produtores são o meio preferencial de comunicação.

A alimentação animal é uma preocupação diária, mas existe muito receio na administração de novas rações ou fórmulas que combinem diversos alimentos devido à implicação direta que representa na qualidade da carne e na saúde animal, assim como a estrutura de custos que representa. Os produtores que formam este *cluster*, 84,1%, afirmam que receiam esta experiência.

Estes produtores também mostram pouca disponibilidade para aprender a navegar na Internet (74,4% não está motivado para tal) e para participarem em ações de formação

mesmo que gratuitas (57%). Identificam as informações sobre os mercados preços dos produtos e a divulgação ou criação de novos canais de venda e distribuição de carne como sendo as áreas com mais necessidades de informação na região do Norte Alentejo (62,1%).

Para este grupo a procura de informação junto de outros produtores pecuários e dos técnicos de produção animal (principalmente dos veterinários assistentes da sua exploração pecuária) e da AADP são a principal constante.

As feiras de gado, os fornecedores de ração, os jornais diários e específicos da área em conjunto com os folhetos aos quais têm acesso são consultados pontualmente. Contrariamente acontece com o Ministério da Agricultura do Mar do Ambiente e do Ordenamento do Território (MAMAOT), com as sessões de esclarecimento, com a legislação específica, com os *sites* especializados, com as ações de formação de carácter generalista, com a Internet e com os programas de televisão sobre agricultura que só muito raramente são utilizados como fontes de informação (Tabela 3).

**Tabela 3 - Utilização das fontes de informação e meios de comunicação - Contacto Pessoal**

<b>Sempre</b>	<b>Algumas Vezes</b>	<b>Nunca</b>
Troca de impressões com outros produtores pecuários	AADP	Sites especializados
		Site da AADP
	Feiras/leilões de gado	Internet
Outros produtores pecuários	Folhetos/brochuras	MAMAOT
	Fornecedores de ração	Legislação específica
	Jornais/revistas da área	Ações de formação
Técnicos de produção animal	Jornais diários	Sessões de esclarecimento
		Programas de televisão

**Fonte: Elaboração Própria.**

## **Produtor Procura Informação Diversa**

Representando 10 empresas, 33 homens e 9 mulheres, o segundo grupo de produtores identificado caracteriza-se por procurar informação sempre através da Internet para procurar informações em todos os canais indicados, diferente do que acontecia no grupo anterior. Este grupo é maioritariamente constituído por indivíduos do sexo masculino, que têm idades compreendidas entre os 31 e os 40 anos, são proprietários das explorações possuindo habilitações académicas superiores na área agrícola.

As explorações agrícolas são de origem familiar onde trabalham, normalmente, 3 indivíduos assalariados (57,7%). O efetivo animal encontra-se num tipo de produção considerado pelos produtores como tradicional extensivo, em média com encabeçamentos menor que 1 CN/ha.

Em relação aos meios de comunicação, utilizam telemóvel para fazer e receber chamadas (88%) assim como mensagens escritas (62%), alguns utilizam PDA (25,5%) e têm computador onde acedem à Internet regularmente para visitar muitos *sites* diversificados ligados à agricultura, nomeadamente nas áreas da meteorologia, legislação, alimentação animal e maquinaria agrícola.

Este grupo mostra também receio em experimentar novas formulações dietéticas nos seus efetivos pecuários pelas consequências negativas que daí possam resultar (45,8%), nomeadamente ao nível da saúde animal e da qualidade da carne.

Ainda assim, devido ao seu interesse na temática da alimentação animal, mostram muita disponibilidade para a aprendizagem e frequência de ações de formação e *workshops* (55,1%). Contudo, estes produtores, eleitos como indivíduos que privilegiam a utilização da Internet (Tabela 4) para aceder a informação agrícola, indicam como necessidades de informação os valores de mercado dos produtos que pretendem transacionar e a criação ou abertura de novos canais de venda de carne como a sua maior necessidade de informação (42,5%).

**Tabela 4 – Cluster 2 Utilização das Fontes de Informação e Meios de Comunicação - Procura de Informação Diversificada**

	Sempre	Algumas Vezes
Cluster 2	Internet	AADP
		Técnicos de produção animal
		Sites especializados
		Troca de impressões com outros produtores
		Legislação específica
		Outros produtores pecuários
		Jornais/revistas da área
		Folhetos ou brochuras
		Site da AADP
		Feiras/leilões de gado
		Sessões de esclarecimento
		MAMAOT
		Ações de formação
		Jornais diários
		Fornecedores de ração
Programas de televisão		

Fonte: Elaboração Própria.

## Conclusões

A caracterização do produtor de bovinos de carne no distrito de Portalegre segundo os seus meios de comunicação e as suas fontes de informação pretende dividir os produtores conforme essas mesmas diferenças registadas, segundo a segmentação deste mercado. Esta base de segmentação permite diferenciar os produtores para que seja possível desenhar um sistema de informação que seja acessível a todos eles, independentemente das suas características demográficas. Neste sentido, por meio da segmentação é possível conhecer o produtor de gado bovino no distrito de Portalegre e desenhar um serviço adequado totalmente a si.

Na sua maioria, o produtor do Norte Alentejano privilegia o contacto pessoal principalmente entre produtores e junto dos médicos veterinários onde recolhe a maior

quantidade de informação. Contudo, existem duas tipologias de produtores conforme os canais de comunicação que usam.

A primeira tipologia corresponde ao produtor de mais idade, que prefere trocar informações com outros produtores diretamente e baseia a sua atividade nos ensinamentos transmitidos pelos seus familiares. Assume-se que os canais de informação que devem ser desenvolvidos para este público correspondem a ações de marketing direto, através da AADP, nos leilões a nível regional, através do envio de avisos por sistema de mensagens escritas no telemóvel (uma vez que apenas utilizam para receber e não para enviar informações) e quando se deslocam à Associação de Agricultores (visto que fazem em média 4 visitas mensais).

O outro tipo de produtor do Norte Alentejano utiliza a Internet para procurar informação de forma atempada e credível junto de diversas fontes de informação como o MAMAOT, legislação específica, meteorologia, outras associações de agricultores, Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas I.P. (IFAP). São, portanto, produtores que diversificam a sua procura de informação, possuem Internet e assumem uma postura de constante atualização dos seus conhecimentos.

No que respeita aos resultados do estudo, confirmou-se que a idade e escolaridade (atributos demográficos verificados nos produtores) têm relação significativa com a frequência do uso de meios de comunicação [1].

A televisão, o MAMAOT e os fornecedores de rações são as fontes de informação menos procuradas pelos produtores.

As principais dificuldades na divulgação da informação agrícola baseiam-se na complexidade da temática agrícola, na interpretação das normas e a sua receção, ou seja nas constantes alterações na legislação e respetiva atualização que são vistas como entraves à receção de informação.

Torna-se, assim, pertinente o desenvolvimento de canais de comunicação com base nos contactos pessoais, nos encontros entre produtores identificando quais os principais líderes de opinião para que se consiga difundir informação de forma rápida e correta. A

segmentação dos produtores permitiu compreender como são utilizados os canais de comunicação para o desenvolvimento diário da atividade agrícola e que existem líderes de opinião (como por exemplo os veterinários) que podem funcionar como difusores de mensagens curtas, levando os produtores a procurarem informação junto de mais fontes de informação como a Internet e a própria Associação.

## **Bibliografia**

Boz, Ismet e Ozcatalbas, Orhan (2010). Determining information sources used by crop producers: A case study of Gaziantep province in Turkey. *African Journal of Agricultural Research*. Volume: 5 (10). pp. 980-987.

Entrevista ao ex-Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas no XV Governo Constitucional, Armando Sevinato Pinto.

<http://www.agroportal.pt/a/2012/aspinto.htm> 16 Janeiro 2012

[Consultado a 12 de abril de 2012]

Foedermayr, Eva K.; Diamantopoulos, Adamantios. (2008). Market Segmentation in Practice: Review of Empirical Studies, Methodological Assessment, and Agenda for Future Research. *Journal of Strategic Marketing*. Volume: 16, Issue: 3. pp. 223-265.

Neto, Miguel (1994). *Novas Tecnologias de Informação e Comunicação em Agricultura: Proposta de um Serviço de Informação Agrícola no Serviço World Wide Web da Internet*. Doutoramento em Engenharia Agrónoma. Lisboa: Instituto Superior de Agronomia - Universidade Técnica de Lisboa.

Kotler, Philip e Keller, Kevin (2006). *Administração de Marketing* Pearson Prentice Hall. [s.I.] (12ª ed.).

Kotler, Philip (2000). *Administração de Marketing*. Prentice Hall (10ª ed.). São Paulo. pp. 127-136.

Reis, Elizabeth e Moreira, Raul (1993). *Pesquisa de Mercados*. Lisboa: Edições Sílabo.

Wind, Yoram (1978). Issues and advances in segmentation research. *Journal of Marketing Research*. Volume: 15. pp. 317-37.

Yankelovich, Daniel (1964). New Criteria for Market Segmentation. *Harvard Business Review*. Volume: 42 Iss: 2. pp. 83-90.

Yankelovich, Daniel e Meer, David. (2006). Rediscovering Market Segmentation. *Harvard Business Review*. Volume: 84 N.º 2. pp. 123-131.

### **Notas sobre os autores**

#### **Célia Correia**

[celia.correia@ipportalegre.pt](mailto:celia.correia@ipportalegre.pt)

Bolsista de Investigação em Marketing do Projeto PRODER 14296, C3i – Centro Interdisciplinar de Investigação e Inovação do Instituto Politécnico de Portalegre

#### **Ana José**

[anajose@estgp.pt](mailto:anajose@estgp.pt)

Prof. Adjunta Escola Superior de Tecnologia e Gestão/Instituto Politécnico de Portalegre

#### **Ricardo Braga**

[ricardo\\_braga@esaelvas.pt](mailto:ricardo_braga@esaelvas.pt)

Prof. Adjunto Escola Superior Agrária de Elvas/Instituto Politécnico de Portalegre

## **TERRITÓRIO, DESENVOLVIMENTO E TURISMO**



# Um projeto em discussão e em busca de parcerias: O distrito de Portalegre na Fronteira - Do Contrabando ao Desenvolvimento Industrial<sup>1</sup>

*A project in discussion and in search of partnerships: The district of Portalegre in the border – from smuggling to industrial development*

Helder Henriques

Maria Filomena Barradas

## Resumo

A comunicação pretende apresentar o projeto de investigação “O distrito de Portalegre na fronteira – do contrabando ao desenvolvimento industrial”. Ainda numa fase embrionária, o projeto pretende estudar o contrabando no distrito de Portalegre, tendo sido proposto à Associação para o Desenvolvimento em Espaço Rural do Norte Alentejo (ADER-AL).

Visando o reconhecimento da importância e da riqueza da atividade de contrabando para o desenvolvimento económico do distrito de Portalegre, procurar-se-á valorizar o património histórico, cultural e económico associado a esta temática como motores para o desenvolvimento local. Serão utilizadas metodologias de natureza quantitativa e qualitativa e recorrer-se-á a testemunhos orais, através de técnicas próprias da História Oral.

O projeto, que nasce de uma parceria entre a ESE, ESTG e o C3i, procurará envolver um conjunto alargado de docentes e alunos do IPP, bem como associações locais, procurando ainda outros parceiros que pretendam envolver-se nestas questões.

**Palavras-Chave:** Parcerias; Contrabando; Território; Desenvolvimento Local.

## Abstract

This presentation aims to introduce the investigation project “The district of Portalegre in the border: from smuggling to industrial development”. Still in its germinal stadium, the project intends to study the smuggling in the district of Portalegre, and it has been proposed to Associação para o Desenvolvimento em Espaço Rural do Norte Alentejo (ADER-AL) [Association for the Development of the North Alentejo’s Rural Space].

Addressing the acknowledgment of smuggling activity importance and richness to the economic development of the district of Portalegre, the project will enhance the historical, cultural and economical heritage of smuggling as means to pursue and achieve local development. Oral history techniques, quantitative and qualitative methodologies and oral testimonies will be used.

The project, yield from a partnership from ESE, ESTG and C3i, will seek to involve a wide range of IPP’s teachers and students, local associations and other partners, who wish to engage in these issues.

**Key words:** Smuggling; Territory; Local Development; Partnerships.

## 1. Introdução

O propósito desta comunicação consiste na apresentação de um projeto sobre o contrabando no distrito de Portalegre. A História Regional e Local deve ser interpretada

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no III Seminário de I&DT, organizado pelo C3i – Centro Interdisciplinar de Investigação e Inovação do Instituto Politécnico de Portalegre, realizado nos dias 6 e 7 de Dezembro de 2012.

como um domínio científico capaz de gerar oportunidades culturais, económicas e turísticas que podem gerar dinâmicas favoráveis em territórios desfavorecidos. Este projeto vai ao encontro da missão que o Instituto Politécnico de Portalegre assume, enquanto elemento de grande importância ao nível do desenvolvimento regional. Neste sentido, devemos ter a capacidade para apreender as singularidades do nosso território e ser capazes de promovê-lo das formas mais diversificadas.

O estudo da memória apresenta-se como um elemento cada vez mais relevante no contexto da sociedade atual. A sua importância prende-se com questões identitárias e com o reforço do sentimento de pertença de uma comunidade na relação com o seu território. Michel Pollak refere-se a esta questão do seguinte modo:

Estudar as memórias coletivas fortemente constituídas, como a memória nacional, implica preliminarmente a análise de sua função. A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra, como vimos, em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações etc. A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementaridade, mas também as oposições irredutíveis. Manter a coesão interna e defender as fronteiras daquilo que um grupo tem em comum, em que se inclui o território (no caso de Estados), eis as duas funções essenciais da memória comum (Pollak, 1989: 9).

Efetivamente, a inserção do distrito de Portalegre do ponto de vista geográfico numa zona influenciada fortemente pela linha da fronteira deve constituir matéria relevante para se proceder a um estudo aprofundado. Na discussão sobre as dimensões da fronteira imediatamente surgiu a importância histórica, cultural e identitária da prática do contrabando. Assim, articulando a Escola Superior de Tecnologia e Gestão (Departamento de Ciências Empresariais, Sociais e Humanas) com a Escola Superior de Educação (Área Científica de História, Geografia e Património) formulou-se um projeto que visa promover e aproveitar a especificidade de um território que se situa não tanto junto ao atlântico, mas próximo da Europa.

## **2. História, cultura e território**

Na história, Portugal define-se pela sua fronteira. Se esta afirmação se pode considerar válida para todos os estados-nação, cujos limites políticos coincidem com aqueles da

“comunidade imaginada”, como lhe chamou Anderson Benedict, cremos que no caso português foi o estabelecimento e a manutenção de uma fronteira terrestre, desde a fundação do reino, contribuiu indubitavelmente para a emergência dessa comunidade, em que fronteira política e fronteira mental são indistintas.

Face à fronteira natural do oceano era, desde logo, importante fixar a fronteira terrestre, cujos limites não decorriam maioritariamente de acidentes geográficos: a fronteira era espaço de disputa entre grupos étnicos, religiosos ou políticos que litigavam entre si.

Por isso, na Península Ibérica, a grande nação da Cristandade tanto ambicionava expulsar do território os inimigos da Fé, como estabelecer as suas próprias fronteiras político-geográficas, limites elásticos, que ora uniam ora separavam.

Neste quadro que se desenha durante a Idade Média, vários fenómenos potenciadores da individualidade de Portugal vão ocorrendo, sendo um dos mais claros a diferenciação linguística, que ocorre tanto do ponto de vista da oralidade, com da escrita, tanto pela produção literária, como na adopção do vernáculo na documentação oficial.

Em 1297, D. Dinis assinava com Castela o Tratado de Alcanizes. A fronteira política aí traçada permaneceu praticamente inalterada até à actualidade: e na sua recusa de se unir a Castela, Portugal optou por forçar os limites geográficos da sua fronteira oceânica. Castela, por seu turno, foi absorvendo os demais reinos peninsulares até que no final do século XV se ter constituído, finalmente, na Espanha.

Apesar de alguns obstáculos geográficos, como os rios Minho, Tejo e Guadiana, a fronteira entre Portugal e Espanha foi sempre um fenómeno de características iminentemente político-administrativas. Confirmam-no, entre outros, a rede de fortalezas defensivas, desde o Minho até ao Guadiana, o sistema de alfândegas e as tarifas aduaneiras cobradas quando se pretendia comerciar.

As populações raianas tinham, por isso, perfeita consciência da fronteira, já que ela se materializava no seu quotidiano, por vezes, de forma violenta, como no caso das guerras travadas entre Portugal e Espanha. Do mesmo modo, porém, essas populações sentiam a proximidade com os seus vizinhos do outro lado da fronteira, pelo que esta se configura

quer como um obstáculo, quer como um recurso. Assim, face à malha apertada que pretendia controlar a circulação de bens e que se foi apertando à medida que o Estado moderno emergia (García, 2009: 139), foi-se desenhando um sistema alternativo de comércio – o contrabando, expressão que “designa a introdução clandestina de produtos num território demarcado por uma fronteira político-administrativa” (Silva, 2009: 265).

O contrabando era uma prática corrente, sendo que os produtos transacionados obedeciam a “uma lógica de mercado sensível aos períodos históricos e às conjunturas vividas por Portugal e Espanha” (Silva, 2009: 265).

Eusebio Medina García, ao caracterizar a actividade comercial na fronteira luso-estremenha (aquela que aqui que também aqui nos interessa explorar) aponta o facto de ter sido nas em épocas de crise e de confronto que o contrabando floresceu<sup>1</sup>. Sendo uma forma de contornar tais vicissitudes, o contrabando constituía, também, uma fonte de rendimento alternativa àquelas que eram propiciadas pela economia tradicional, que no caso da área luso-estremenha, eram a agricultura praticada em regime de latifúndio e a pecuária. Para o grosso da população, estas actividades eram praticadas ao serviço dos senhores da terra e o que delas se obtinha garantia apenas a autossubsistência. Neste contexto, o contrabando surge como a actividade que, operando nos limites da legalidade, permitia àqueles que o encetavam um tipo de ascensão económica e social.

### **3. O contrabando no distrito de Portalegre: um projecto de investigação e intervenção**

Castelo Branco, Portalegre, Évora e Beja são os quatro distritos portugueses que confinam com a Estremadura espanhola. Embora existam nesta região fronteiriça algumas bacias hidrográficas, como a do Tejo e a do Guadiana, a verdade é que elas nunca se impuseram como barreiras geofísicas à circulação de pessoas e bens. Como foi dito antes, o florescimento do contrabando acompanhou não só a centralização dos estados português e espanhol, como as épocas de crise vividas no espaço ibérico. Há indicadores que fazem remontar esta prática à Idade Média e sabe-se que ela acompanhou o modo de vida das populações até muito recentemente, diluindo-se a partir do momento em que Portugal e Espanha entraram na CEE<sup>2</sup>, já que, pouco tempo depois, a livre circulação de pessoas, bens, serviços e capitais foi institucionalizada,

deixando de haver razão para continuar a praticar o contrabando. Apesar disso, aqueles que vivem junto à raia, continuam a beneficiar da proximidade com o país vizinho e é tão vulgar encontrar portugueses a fazer compras em Badajoz, como espanhóis aproveitando a gastronomia portuguesa.

Ocupação centenária, o contrabando teve de ficar impresso na memória colectiva de alguma maneira. Luís Cunha, que tem vindo a estudar a fronteira e emergência de narrativas identitárias neste espaço de transição, nota como o contrabando ocupa um lugar central nestas memórias colectivas, pese embora esteja afastado dos discursos oficiais e não seja uma memória assumida para o exterior (Cunha, 2007). Tendo desenvolvido a sua pesquisa na vila de Campo Maior, Cunha reflecte sobre os temas principais que informam as narrativas de contrabando:

“(…) o perigo e a aventura; a esperteza que permite iludir os guardas ou a valorização da ousadia nas jogadas arriscadas (...), a sorte que diferencia uns de outros ou ainda a inveja e a competição. Em torno destes e de outros temas semelhantes estruturam-se identidades: contrabandistas face a guardas fronteiriços; homens face a mulheres; (...) contrabandistas ocasionais face a contrabandistas profissionais – expressando diferenças não só na relação com a actividade, mas também no plano ético.” (Cunha, 2007:83).

O antropólogo considera ainda o caso de Campo Maior paradigmático, já que o contrabando saiu da esfera íntima da comunidade e foi assumido socialmente, tendo os contrabandistas de outrora ascendido à categoria de empreendedores e de empresários: o café, produto-chave nessas transações ilícitas, começou a ser torrefeito em várias unidades fabris da vila, sendo a mais emblemática a Delta-Cafés. Aspectos como a existência do Museu do Café, propriedade da Delta, onde um dos objetos em exposição é uma reprodução em grandes dimensões de uma fotografia da atividade contrabandista, bem como a edificação de uma estátua de homenagem a Rui Nabeiro, mostram como a memória do contrabando vem sendo, em certa medida, objeto de reabilitação (Cunha, 2007).

No entanto, tendo em conta o facto de que são vários os concelhos do distrito de Portalegre que confinam com Espanha, devemos interrogar-nos (1) se há outros exemplos de desenvolvimento industrial que tenham sido alavancados pelo contrabando e (2) se é possível encontrar outras localidades, para além de Campo Maior, onde se esteja a proceder a algum tipo de reabilitação da memória do contrabando.

Estas duas perguntas servem de ponto de partida ao projecto que agora se apresenta: *Um projeto em discussão e em busca de parcerias: O distrito de Portalegre na Fronteira - Do Contrabando ao Desenvolvimento Industrial.*

No que respeita à primeira questão, tome-se o exemplo de Santo António das Areias, concelho de Marvão, onde, na década de 30 do século passado, João Nunes Sequeira começou a desenvolver importante atividade, também ela inicialmente alicerçada em atividades ilícitas propiciadas pela situação de proximidade com a fronteira, mas que evoluiu noutros sentidos, designadamente, pela atividade industrial agro-alimentar (transformação de azeitonas, pimentos e outros frutos e legumes, bem como a confeitaria) e pelo fabrico do calçado. Mas, a intervenção da família Nunes Sequeira na região de Portalegre não se ficou por aí, contando-se entre as suas propriedades o Cineteatro Crisfal, em Portalegre, que esteve em funcionamento entre 1959 e 2005; as termas de Fadagosa do Pereiro, ativas entre 1894 e 1971; ou o atual edifício da Câmara Municipal de Portalegre, antigo colégio jesuíta, que o Marquês de Pombal transformara em Real Fábrica dos Lanifícios.

O reconhecimento da importância e riqueza deste património histórico, cultural e económico, cuja génese se encontra neste tipo de trocas comerciais transfronteiriças, encontra-se bem atestado pela valorização que tem recebido através de iniciativas como Rota do Contrabando/ Ruta del Contrabando. Este evento, cuja XIII edição se realizou em Março, e que vem sendo organizado INIJOVEM - Associação Para Iniciativas Para a Juventude de Nisa, a FCMP (Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal) e a EXTREMO POSITIVO - Desporto Aventura, em colaboração com o Ayuntamiento de Cedillo, Junta de Freguesia de Montalvão e Câmara Municipal de Nisa, mostra, claramente como o contrabando faz parte da memória coletiva e do património comum, que urge preservar.

Nesse sentido, e respondendo ao desafio lançado pela ADER-AL, Associação para o Desenvolvimento Rural do Norte Alentejo, que nas suas competências como Grupo de Ação Local tem como missão “fomentar a participação da população no desenvolvimento do território de intervenção, nomeadamente através da promoção do encontro e diálogo entre as pessoas, a aproximação entre os sectores, o intercâmbio do

saber e a complementaridade entre as competências”, a equipa de investigadores do Instituto Politécnico de Portalegre/ C3I, constituída pelos docentes Hélder Henriques (ESEP) e Maria Filomena Barradas (ESTG) apresentou o projecto, que agora se divulga junto da comunidade académica e que já recebeu parecer positivo por parte da ADER-AL.

Visando responder às questões anteriormente enunciadas, o projecto terá duração de 12 meses e contará com a colaboração de um bolseiro de investigação.

As actividades iniciar-se-ão com o levantamento sistemático de fontes, testemunhos orais e bibliografia específica sobre o assunto em análise. Simultaneamente, proceder-se-á a incursões exploratórias e respetiva recolha de informação em bibliotecas e arquivos. A utilização das metodologias de recolha de informação associada à história oral e à análise de conteúdo serão privilegiadas ao nível dos testemunhos orais.

No final deste processo, pretende-se que sejam atingidos os seguintes resultados:

- Produção de uma monografia sobre o contrabando e os seus protagonistas;
- Relatório com propostas de actividades culturais e turísticas a desenvolver no futuro com base no estudo, com o contributo de especialistas do IPP nesta área;
- Criação de uma página da internet com a divulgação dos resultados obtidos (vídeos, fotos, testemunhos,...)
- Atividade de reconstituição histórica do contrabando, envolvendo associações locais, grupos de teatro, alunos de diferentes cursos do IPP, etc.

Assim, o projecto que aqui apresentamos e que julgamos ter um carácter suficientemente abrangente e multidisciplinar convida todos aqueles que assim o desejarem a dar o seu contributo. De facto, é nossa convicção de que o desenvolvimento local e regional actual passa pela recuperação e requalificação da memória histórica da fronteira, que é constitutiva da identidade do distrito de Portalegre.

#### 4. Considerações finais

Uma das tendências da actualidade, como Gilles Lipovetsky bem nota é a preponderância das actividades de lazer. Diz o filósofo:

“O turismo tornou-se a primeira indústria mundial (...). Esta preponderância das actividades de lazer levou alguns analistas a falar de um novo capitalismo centrado, já não na produção material, mas no divertimento e na área da cultura.” (Lipovetsky, 2007: 53).

Esta observação parece-nos pertinente, pois consideramos que, se no passado o contrabando foi uma fonte de rendimento suplementar para aqueles que o praticavam e permitiu, nalguns casos, quer a mobilidade social, quer a transição de contrabandista a empresário (Cunha, 2006), na actualidade ele continua a configurar-se como um potencial recurso que urge patrimonializar. Silva (2009: 261) explica:

“A expressão património reporta-se actualmente a um leque de referentes extremamente alargados, qua abrange bens de ordem excepcional e ordinária, erudita e popular, material e imaterial: monumentos, tecidos urbanos, eventos, paisagens, festividades, sonoridades... Tal significa que o património deixou de estar confinado aos interesses e às coisas das elites culturais para integrar, ainda que de modo diferenciado, interesses e coisas de outras classes sociais. A emergência de património rural adquire, neste ponto, um valor lapidar. Esta reporta-se a um conjunto variado de referentes empíricos, incluindo a arquitectura popular, o património histórico edificado, os vestígios arqueológicos, as paisagens, as festas, feiras e romarias, as práticas alimentares, o artesanato, o folclore e a medicina tradicional.”

Neste sentido, a tarefa de patrimonializar o contrabando corresponde àquilo que o mesmo autor diz ser “a inserção dos objectos presentes na actividade dos indivíduos que vivem nos espaços rurais numa economia à escala da Europa das Regiões” (Silva, 2009: 263).

À beleza da paisagem da Serra de São Mamede, ao encanto de Marvão, ao sabor dos rebuçados de ovos, que já são justamente considerados parte do património do distrito de Portalegre, deve acrescentar-se o potencial do contrabando<sup>3</sup>, factor identitário e distintivo num distrito naturalmente na fronteira – entre o Alentejo e a Beira, entre Portugal e Espanha.

---

#### Notas de texto

<sup>1</sup> “La guerra, a la vez que fortalecía la “*frontera intensa*” y los controles fronterizos, generaba más y mejor contrabando; las restricciones al libre comercio y los monopolios favorecieron igualmente el contrabando. A mayor represión y diferencia de precios, mayor contrabando; por el contrario, éste tendía a reducirse, incluso a diluirse, en tiempos de paz, cuando se normalizaban las relaciones comerciales transfronterizas y disminuían las diferencias en el precio de los productos. El peligro y el beneficio han sido los mayores incentivos para los contrabandistas a lo largo de la historia” (García, 2009: 138).



---

<sup>2</sup> A adesão de Portugal e Espanha à CEE deu-se em 1986. Em 1992, foi assinado o Tratado da União Europeia, ou Tratado de Maastricht, que estabelecia os princípios conducentes à criação de uma moeda única, uma política externa e segurança comum e do reforço da cooperação na justiça e assuntos interno no espaço europeu. A Comunidade Europeia dava lugar, assim, à União Europeia. A 1 de Janeiro de 1993 nascia o mercado único: a livre circulação de pessoas, bem, serviço e capitais tornava-se numa realidade que tornava obsoleta a existência de barreiras alfandegárias.

<sup>3</sup> Não deixa de ser curioso que, no site que visava promover a XIII Rota do Contrabando – INJOVEM, encontremos um post que faz referência ao facto de o Geopark Naturtejo ter promovido “a Rota como produto turístico, num pacote que inclui alojamento e participação no evento. Esta promoção permitirá que a informação sobre a Rota chegue a cerca de 8.000 novos contactos”. Esta informação atesta bem o carácter turístico presente na recuperação da rota que era seguida pelos antigos contrabandistas.

## Referências

Anderson, Benedict (2006 [1983]). *Imagined Communities*. London: Verso

Cunha, Luís (2006). “Dinâmicas e processos de transformação económica: do contrabando à indústria de torrefacção de café em Campo Maior”. *Etnográfica*, Vol. X (2), pp. 251-262

Cunha, Luís (2007). “A herança do contrabando em Campo Maior – a memória social e os seus usos”. In *Actas das Jornadas do Contrabando*. Sabugal: Câmara Municipal do Sabugal

Cunha, Luís (2010). “A memória como património: da narrativa à imagem”. In Mármol, Camila del e outros (eds). *Los Lindes del Patrimonio. Consumo y Valores del Pasado*. Barcelona: Icaria

García, Eusebio Medina (2009). “Orígenes, características y transformación del contrabando tradicional en la frontera de Extremadura com Portugal”. In Freire, Dulce e outros (coord). *Contrabando na Fronteira Luso-Espanhola – Práticas, Memórias e Património*. Lisboa: Edições Nelson de Matos

Lipovetsky, Gilles (2007). *A Felicidade Paradoxal – Ensaio Sobre a Sociedade do Hiperconsumo*. Lisboa: Edições 70

Martins, Luís Cunha (2011). “A problemática da fronteira, a matéria identitária e os operadores do limite. Demarcação, ilimitação e centralidade”. In Amante, Maria de Fátima (coord.). *Identidade Nacional – Entre o Discurso e a Prática*. Porto: CEPES/ Esfera do Caos Editores

Pollak, Michell (1989). “Memória, Esquecimento e Silêncio”. In *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, pp. 3-15.

Silva, Luís (2009). “A patrimonialização e a turistificação do contrabando”. In Freire, Dulce e outros (coord). *Contrabando na Fronteira Luso-Espanhola – Práticas, Memórias e Património*. Lisboa: Edições Nelson de Matos.

---

Sobral, José Manuel e Vala, Jorge (org) (2010). *Identidade Nacional, Inclusão e Exclusão Social*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais

## **Notas sobre os Autores**

### **Helder Henriques**

[henriqueshelder@gmail.com](mailto:henriqueshelder@gmail.com)

ESEP/ IPP, C3I-IPP, Ceis20-UCoimbra

Doutor em História da Educação. Professor na Escola Superior de Educação de Portalegre. Investigador do CEIS20 da Universidade de Coimbra e do Centro Interdisciplinar de Investigação e Inovação do Instituto Politécnico de Portalegre. (C3I)

### **Maria Filomena Barradas**

[filomenab@gmail.com](mailto:filomenab@gmail.com)

ESTG/ IPP, C3I-IPP, CLEPUL-ULisboa

Docente da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Portalegre desde 1999. Licenciada em Estudos Portugueses (1998) e Mestre em Literatura Portuguesa Moderna e Contemporânea (2003) pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Os seus estudos têm incidido especialmente sobre as relações entre literatura e jornalismo, sobre o género crónica e sobre a cultura portuguesa e a identidade nacional no final do século XX. Neste momento, aguarda a defesa da sua tese de doutoramento. É investigadora do Centro Interdisciplinar de Investigação e Inovação do Instituto Politécnico de Portalegre (C3i) e do CLEPUL.

# O comércio retalhista como instrumento para a criação de uma identidade transfronteiriça<sup>1</sup>

## Retail trade as a tool to create a border identity

Miguel Castro

### Resumo

Desde sempre as localidades próximas das fronteiras estabeleceram relações entre as suas populações - familiares, de trabalho e, talvez as mais antigas, comerciais. Desde sempre o factor barreira, induzido pela fronteira, não representou obstáculo às relações entre povos. Dependendo da porosidade da fronteira, as relações podem tornar-se mais ou menos intensas, mais ou menos tranquilas, mas nunca nulas. O contrabando e o aproveitamento das vantagens comparativas entre dois países proporcionaram sempre contactos e uma alteridade que potencia a formação de uma identidade na população, que não deixando de ser nacional, é, simultaneamente, transfronteiriça.

No caso da fronteira interna da Península Ibérica, sempre se puderam verificar relações comerciais que, essencialmente após a adesão dos dois países à U. Europeia, e mais concretamente a partir de Schengen, se intensificaram, devido à diluição do efeito de barreira. No caso do polígono formado por Portalegre/Elvas/Badajoz/Valência de Alcântara verifica-se que o factor de maior aproximação entre as populações é o comércio a retalho e que este, directa ou indirectamente, influencia o crescimento e a expansão urbanos.

**Palavras-chave:** Fronteira; Comércio a retalho; Região de fronteira; Expansão urbana; Identidade fronteiriça

### Abstract

Border lands have always established relationships among their people - family, work, and perhaps the oldest, commercial affairs. The barrier factor- induced by the border control, has never represented an obstacle to relations amongst peoples. Depending on the porosity of the border, relations may be more or less intense, calmer or less calm but never inexistent. Smuggling and exploitation of comparative advantages between two countries have always provided contacts and an alterity that enhances the formation of an identity in the population, which despite being national, is a trans-frontier individuality, as well.

As far as the internal border of the Iberian Peninsula is concerned, commercial relations have always existed, essentially following the accession of the two countries to the European U., and more specifically from Schengen on, due to disappearance of the frontier. In the case of the polygon formed by Portalegre / Elvas / Badajoz / Valencia de Alcantara the retail is the factor which brings the populations closer to each other, which directly or indirectly, influence the urban growth and expansion.

**Keywords:** Frontier; Retail; Border Region; Urban sprawl; Border identity

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no III Seminário de I&DT, organizado pelo C3i – Centro Interdisciplinar de Investigação e Inovação do Instituto Politécnico de Portalegre, realizado nos dias 6 e 7 de Dezembro de 2012.

## 1 – As fronteiras e a actividade comercial

‘you may remove the door but the doorframe remains...’ (1)

As fronteiras são cicatrizes de uma história mais ou menos recente e são, também, convenções políticas estabelecidas entre grupos humanos. Principalmente a partir da Paz de Vestfália (1648) com o advento do Estado-nação e os princípios fundamentais da sua soberania, a fronteira constitui-se como uma linha de divisória política, que com maior ou menor porosidade constituía (e em larga maioria ainda constitui) uma barreira à livre circulação de pessoas, bens e serviços.

Estas barreiras dividiram regiões e em muitos casos povos; não obstante, as populações que habitam estas áreas mantiveram, e mantêm, relações de vária ordem. Mesmo que a fronteira trace limites entre culturas, línguas ou modos de vida, estas diferenças não são impeditivas do estabelecimento de relações entre populações, especialmente aquelas que estão muito próximas destas linhas de separação.

As relações podem ser mais ou menos intensas, dependendo do maior ou menor controlo, mas nunca são inexistentes. Principalmente a actividade comercial (de forma legal ou ilícita) está sempre presente nas regiões de fronteira. A passagem de bens de um lado para o outro da fronteira, aproveitando as vantagens comparativas ou a carência de bens num ou noutro país, está presente na vida das populações. O comércio e o contrabando (que é também uma forma de comércio) são, quanto a nós, a principal alavanca para o contacto com o *Outro* e que posteriormente permitem um alargar de relações que se vão, progressivamente, tornando mais estreitas.

O estreitamento de relações vai permitir uma fusão, mais ou menos amalgamada, que vai constituir e construir uma identidade das populações que habitam na fronteira, uma cultura, que não deixando de pertencer a cada um dos países, está cheia de hibridismos, que advêm do contacto entre culturas distintas.

Numa época em que as políticas europeias apontam para um processo de *debordering*, muitos autores (Odgers – 2001; Viktorova – 2003) continuam a pressupor que a identidade fronteiriça depende da existência da fronteira. É esta que estabelece a diferença e

potencia a alteridade. É o confronto com o *outro* que provoca a necessidade de conhecimento e induz a uma forma de estar própria das regiões fronteiriças.

Com maior ou menor diluição do efeito barreira, provocado pelo controlo alfandegário, o que se verifica é uma vivência característica nestas regiões. O comércio a retalho, pelo menos no caso da fronteira “seca” luso-espanhola (sem contacto com o oceano), é responsável pelos fluxos entre os habitantes que se situam perto da divisória política e condicionam o crescimento dos centros urbanos em direcção uns aos outros, podendo a longo prazo criar regiões de fronteira com identidade própria.

O que se está a verificar é uma aproximação do tecido urbano de Elvas/Badajoz/Campo Maior. Portalegre, embora polarizando a área a norte, pretende cada vez estar mais conectado com Badajoz. Esta realidade e os fluxos predominantes da população são essencialmente alavancados pela actividade do comércio a retalho e distribuição.

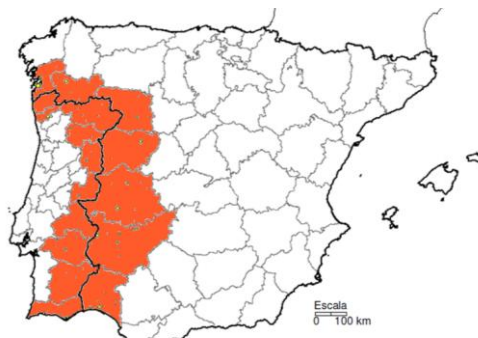
## 2 – A Fronteira Portugal - Espanha

Ao contrário da maioria das fronteiras internas da União Europeia, a fronteira luso-espanhola sempre foi caracterizada pelo despovoamento e por uma forte marginalidade face aos centros de poder e decisão Ibéricos, apresentando, face aos padrões médios de desenvolvimento de cada país, um forte afastamento.

Devido a esta posição marginal e periférica, tendemos a esquecer o espaço ocupado pelas regiões de fronteira (1234 km de extensão).

“Há na Península Ibérica uma grande zona (maior em extensão superficial que a Grécia ou a Checoslováquia, vez e meia a Áustria, três vezes maior que a Dinamarca ou a Suíça e quatro vezes a Holanda ou a Bélgica), formada por nove distritos portugueses e seis províncias espanholas (2)

A superfície ocupada pelas regiões da fronteira corresponde, segundo os dados de 2011, a uma área de 136 649 Km<sup>2</sup> (23,5% do total), onde residem perto de milhão e meio de pessoas, ou



Mapa 1 - Regiões de fronteira Luso Espanhola - Cartografia própria

seja, aproximadamente 2,6% da população da Península Ibérica.

A fronteira dos dois países foi sempre compável, tendo em conta os contextos nacionais. Apresentava valores estatísticos com afastamentos semelhantes relativamente às médias nacionais. Porém, convém estabelecer dois períodos de análise: antes da adesão à então C.E.E. e Pós-1986.

O primeiro período ficou conhecido como a “Fronteira do subdesenvolvimento”, descrita por Pintado e Barrenechea (3) de forma muito expressiva.

A demografia revelava o forte desinvestimento e realidade marginal destas regiões.

<b>Quadro 1 -População nos Distritos/Províncias Fronteiriços (1960/1970)</b>								
Distrito/Província						Densid. Pop.		Emigração Perda de pop. 60/70 (n° abs.)
	Censo 1960	Censo 1970	Perda de pop. (60/70)	Perda de Pop. % (60/70)	Superfície (Km²)	1960	1970	
<b>Portugal</b>								
Bragança	230206	176660	-53606	-23	6545	36	27	-81853
Vila Real	322649	264508	-58141	-18	4239	77	64	-106091
Viseu	477468	409753	-67715	-14	5019	96	81	-126461
Guarda	276470	212191	-64278	-22	5496	51	38	-86118
Castelo Branco	310745	261861	-58894	-19	6730	47	37	-82192
Portalegre	183841	145242	-38599	-21	5889	32	24	-49011
Évora	215186	176044	-38142	-18	7394	29	23	-56607
Beja	268911	202193	-66718	-25	10240	27	19	-105397
Faro	311302	266621	-44681	-14	5072	62	52	-59019
<b>Total Portugal</b>	<b>2596838</b>	<b>2105063</b>	<b>-491775</b>	<b>-18,9</b>	<b>56597</b>	<b>46</b>	<b>37</b>	<b>-833809</b>
<b>Espanha</b>								
Orense	451474	413733	-37741	-8	7278	62	57	-55579
Zamora	301129	251934	-49195	-16	10559	28,6	24	-66814
Salamanca	405729	371607	-34122	-8	12336	33	30	-71836
Cáceres	544407	457777	-86630	-16	19945	27,3	23	-144137
Badajoz	834370	687599	-146771	-17,5	21657	38,5	32	-233999
Huelva	399934	397683	-2251	-0,5	10085	39,7	39	-43976
<b>Total Espanha</b>	<b>2937048</b>	<b>2580333</b>	<b>-356710</b>	<b>-1,2</b>	<b>81860</b>	<b>36</b>	<b>31</b>	<b>-616341</b>
<b>Total Port./Esp.</b>	<b>5533731</b>	<b>4685396</b>	<b>-848485</b>	<b>-15,3</b>	<b>138457</b>	<b>39</b>	<b>34</b>	<b>-1450150</b>

Fonte INE Port/ESP

Nos indicadores de desenvolvimento e na conectividade, quer com as regiões espanholas, quer com o todo nacional, o quadro geral demonstrava, por um lado, a deficiente qualidade de vida e, por outro, a incapacidade de gerar ou atrair investimentos que pudessem sustentar um caminho para a modificação do tecido produtivo e, conseqüentemente, emprego e uma elevação consistente no bem-estar das populações.

Os esquemas da rede principal de estradas em Portugal e Espanha, na década de 70 revelam uma lógica interna de centralização em Madrid e Lisboa e uma marginalização das áreas de fronteira, sendo cortadas apenas por faixas de passagem.

No mapa de Portugal estão marcadas apenas as auto-estradas portuguesas existentes; no entanto, já estava em projecto, ou estudo, a conclusão da auto-estrada até Cascais (A 5), Porto - Famalicão, a actual Via do Infante e o troço Porto - Valença do Minho, não estando prevista, em 1970, qualquer ligação Lisboa-Madrid.

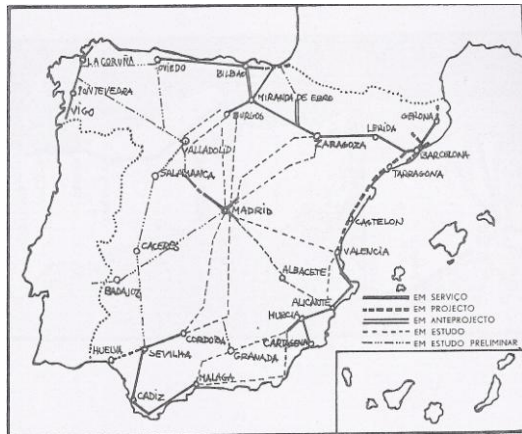
<b>Quadro 2 - Indicadores de Saúde – 1970 – Distritos/Províncias Fronteiriços</b>		
	<b>Mortalidade Infantil</b>	<b>Habitantes/Médico</b>
<b>Portugal</b>		
Bragança	69,8‰	2767
Vila Real	70,7‰	3323
Viseu	57,2‰	2731
Guarda	68,1‰	2040
Castelo Branco	47,8‰	2652
Portalegre	45,1‰	2151
Évora	42,8‰	2272
Beja	61,0‰	3125
Faro	48,7‰	2812
<b>Média Nacional - Portugal</b>	55,45‰	-
<b>Espanha</b>		
Orense	21,8‰	1236
Zamora	31,6‰	773
Salamanca	16,6‰	583
Cáceres	27,0‰	668
Badajoz	27,3‰	1081
Huelva	22,4‰	1184
<b>Média Nacional - Espanha</b>	16,5‰	-

Fonte INE Port/Esp

Também a rede ferroviária entre os dois países se pautava pela reduzida conectividade. Apenas existiam duas ligações principais e eficientes: Porto-Vigo e Lisboa-Madrid.

Com estas condições de mobilidade, a actividade económica estava reduzida e os contactos entre as populações fronteiriças eram condicionados pelos controlos alfandegários e pelos horários de funcionamento das fronteiras. Este obstáculo era um promotor de economias paralelas, muito dependentes do contrabando, mas não era suficiente para conduzir ao aparecimento e desenvolvimento de actividades económicas sustentáveis de modo a, no mínimo, fixar populações.

Mapa 2 - rede de autoestradas e viária principal - 1970 Portugal



Fonte: Brisa/Estradas de Portugal

Mapa 3 - rede de autoestradas e viária principal - 1970 Espanha



Fonte: Pintado e Barrenechea – Obra citada

A partir de 1986, a realidade das regiões de fronteira iniciou um processo de mudança à custa dos fundos comunitários e, desde 1990, devido ao grande impulso gerado pelo PIC INTERREG A. Este programa injectou muitos milhares de milhões de Euros nas regiões de fronteira dos dois países ibéricos. Nas primeiras fases, os projectos foram mais orientados para a construção de infra-estruturas pesadas, como foi o caso das ligações rodoviárias e acessibilidades internacionais e regionais. Nas últimas gerações deste programa, passou-se para projectos de carácter imaterial que pudessem dinamizar actores e populações locais; no entanto, continua a aposta em infra-estruturas de comunicações e outras que aumentem a coesão social e os indicadores de desenvolvimento.

Quadro 3 - População Portuguesa nas Regiões de Fronteira – 1991/2001/2011						
NUTS III	Pop. 1991	Pop. 2001	Pop. 2011	Varição 91/01 (%)	Varição 01/11 (%)	I. de Env. 2001
Minho-Lima	250059	250275	244836	0,1	-2,2	139,7
Cávado	353267	393063	410149	11,3	4,4	64,0
Douro	238695	221853	205902	-7,1	-7,2	133,2
Alto Trás-os-Montes	235241	223333	204381	-5,1	-8,5	177,5
B. I. Norte	118531	115325	104403	-2,7	-9,5	196,5
B.I. Sul	81015	78123	75026	-3,6	-4	234,1
Alto Alentejo	134607	127026	118352	-5,6	-6,8	200,1
Alentejo Central	173216	173646	166802	0,2	-3,9	169,7
Baixo Alentejo	143020	135105	126692	-5,5	-6,2	177,5
Algarve	341404	395218	451005	15,8	14,1	128,2
Total R. Front.	3345827	3394939	2107548	2,1	-37,9	162,0
Total Cont	9375926	9869343	10561614	5,3	7	107,8/131,3**

Fonte: INE (Port.)



<b>Quadro 4 - Cidades de fronteira consideradas – População residente - Espanha</b>				
Cidades/População	1991	2001	2010	Tendência
Vigo	276109	280186	297124	+
Pontevedra	75148	74942	81981	+
Verín	12271 (1996)	13246	14633	+
Zamora	68022	65226 (2000)	65.998	-
Ciudad Rodrigo	15324	13991	13.777	-
Plasencia	36826	37390	41.447	+
Cáceres	84319	82034	94.179	+
Badajoz	122225	133519	150376	+
Ayamonte	16891 (1990)	17084	20597	+
Huelva	144579	141334	149310	+

Fonte: INE. es

Como podemos constatar pelos quadros, a realidade demográfica alterou-se em números absolutos mas, em relação aos todos nacionais, continua a revelar um afastamento significativo. As regiões de fronteira de Espanha revelam alguma capacidade de recuperação de população, essencialmente na carga demográfica dos principais centros urbanos. No caso nacional, as regiões de fronteira perdem população, apenas com a excepção do Algarve e Cávado.

<b>Quadro 5 - Indicadores Nuts III – Regiões de Fronteira - Portugal</b>								
Área/Indicador	PIB/cap (2004)	Desvio ao PIB Nacional	Méd/1000 hab (2004)	Desvio à Média Nacional	% de Pop. no Ensino Sup.(2001)	Desvio à Média Nacional	T. de Actividade (2001)	Desvio à Média Nacional
Portugal	13636€	-	3,34	-	8,57	-	57,40	-
Minho/Lima	8443€	(-)38,4%	2,16	(-)1,18	5,35	(-)3,22	51,90	(-)5,5
Cávado	10509€	(-)28,9%	2,33	(-)1,10	7,26	(-)1,31	47,10	(-)10,30
Alto Trás-os-Montes	9095€	(-)33,3%	2,04	(-)1,3	5,75	(-)2,82	48,70	(-)8,7
Douro	8848€	(-)35,1€	1,67	(-)1,67	5,77	(-)2,8	50,00	(-)7,40
Beira Int. Norte	9330€	(-)31,6%	2,00	(-)1,34	6,14	(-)2,43	58,90	(+)1,50
Beira Int. Sul	11636€	(-)14,5%	2,56	(-)0,78	6,70	(-)1,87	46,80	(-)10,60
Alto Alentejo	12158€	(-)10,8%	2,62	(-)0,72	5,22	(-)3,35	57,00	(-)0,40
Alentejo Central	11820€	(-)13,3%	1,97	(-)1,37	6,55	(-)2,02	53,40	(-)4,0
Baixo Alentejo	11188€	(-)18%	1,70	(-)1,64	5,19	(-)3,38	63,90	(+)6,9
Algarve	14039€	(+)3%	2,69	(-)0,65	7,27	(-)1,30	52,30	(-)5,10

Fonte: INE e Medeiros (4)

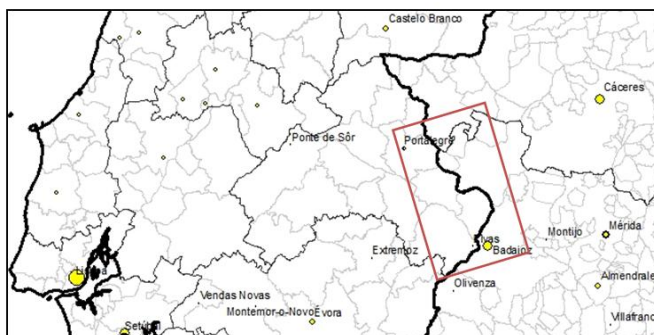
<b>Quadro 6 - Indicadores Nuts III – Províncias de Fronteira - Espanha</b>								
Área/Indicador	PIB/cap (2004)	Desvio à Média Nacional	Méd/1000 hab (2003)	Desvio à Média Nacional	% de Pop. no Ensino Sup.(2001)	Desvio à Média Nacional	T. de Actividade (2003)	Desvio à Média Nacional
Espanha	18233€	-	4,50	-	18,64	-	55,48	-
Pontevedra	14303€	(-)21,6%	3,78	(-)0,72	16,13	(-)2,51	54,39	(-)1,09
Orense	14047€	(-)23,0%	3,92	(-)0,58	14,13	(-)4,51	46,17	(-)8,31
Zamora	12868€	(-)29,4%	4,32	(-)0,18	8,25	(-)10,15	39,99	(-)15,49
Salamanca	15251€	(-)16,4%	6,09	(+)1,59	21,62	(+)2,98	50,24	(-)5,24
Cáceres	12673€	(-)30,5%	4,02	(-)0,48	13,35	(-)5,29	48,37	(-)7,11
Badajoz	11866€	(-)34,9%	4,07	(-)0,43	11,80	(-)6,84	51,14	(-)4,34
Huelva	14535€	(-)20,3%	3,59	(-)0,91	11,23	(-)7,41	53,23	(-)2,25

Fonte: INE.es e Medeiros (5)

Noutros aspectos que não os estritamente demográficos, podemos constatar o grande salto qualitativo em relação à década de 70; porém, os desvios às médias nacionais, continuam bastante relevantes, levando a concluir que as regiões da fronteira luso-espanhola continuam afastadas dos padrões nacionais, não obstante a evidente melhoria de nível de vida. Restaria averiguar se o desvio relativamente aos padrões se deve a uma marginalização por parte dos poderes políticos, ou a incapacidades regionais de seguirem uma orientação articulada em rede, quer com as regiões nacionais, quer encontrando novas centralidades com as regiões espanholas, tal como é recomendado no EDEC (6). Parece-nos existir responsabilidades aos dois níveis, o que põe em evidência a falta de articulação quer a nível interno de decisão política, quer a nível de cooperação transfronteiriça.

### 3 – O comércio retalhista no polígono Portalegre/Elvas – Valência de Alcântara/Badajoz

A área de fronteira que aqui analisamos tem uma longa história de relações comerciais entre as populações. Muita da actividade comercial esteve relacionada com o contrabando; no entanto, também a nível formal, os habitantes de um e de outro lado da fronteira sempre mantiveram relações, fundamentalmente comerciais, mas também de trabalho, familiares ou de amizade.



Mapa 4 - Localização da área em estudo

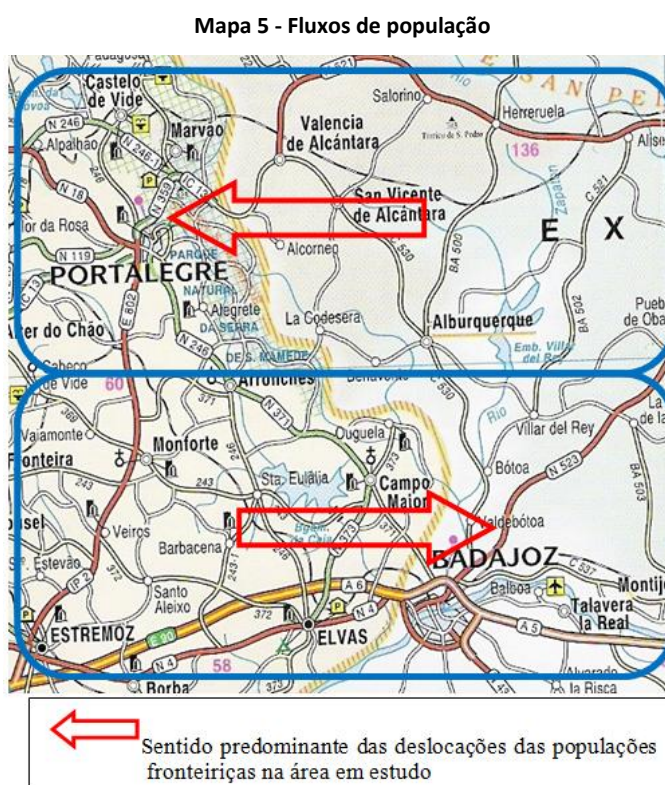
O comércio a retalho e a prática do contrabando foi sempre uma das primeiras formas de aproximação das populações raianas, sendo que as outras formas de relacionamento, se mantiveram (e mantêm)

residuais, como demonstram os estudos do OTEP (7), de José Pintor (8) e também a nossa pesquisa empírica. Nesta área, o contrabando teve um forte significado a dois níveis: o pequeno contrabando, que providenciava alguma melhoria e desafogo nas economias familiares; o contrabando a grande escala, fomentado por empresas e empresários, com um significado económico diferente. O caso de Campo Maior e dos cafés é emblemático deste último tipo de contrabando, como demonstra Luís Cunha (2006) (9).

Para além desta actividade, as populações sempre cruzaram a fronteira em busca do que não existia, variedade e, essencialmente, das vantagens comparativas em termos de preços. Mais ou menos controlada, a fronteira interna da Península Ibérica sempre permitiu alguma porosidade, aproveitada pelas populações, que se reflectia nas economias locais com alguma importância. É esta vivência de trocas comerciais (que posteriormente potencia outras relações) que constrói uma forma de vida particular que se reflecte na criação de uma identidade de fronteira particular e única. Cada fronteira é uma realidade, que devido aos seus contextos particulares, dificilmente é passível de comparação.

Após a adesão à C.E.E., e particularmente a partir da entrada em vigor do acordo de Schengen, a actividade contrabandista perdeu o seu significado, pelo menos à escala local. As populações, no entanto, continuaram a atravessar a fronteira, principalmente para “fazer compras” com regularidade.



O que pudemos verificar na região em causa é o facto de existirem diferenças nos comportamentos das populações espanholas e portuguesas. Os Portugueses deslocam-se a Espanha, essencialmente a Badajoz, em busca de variedade, quantidade e raridade de bens. A diferença de preço, embora ainda seja significativa, verifica-se apenas em alguns produtos. O bem mais procurado, neste momento, é o combustível, mas também a moda e acessórios e alguns produtos de mercearia, disponíveis nas grandes superfícies espanholas. A principal motivação do fluxo dos portugueses para Badajoz é o comércio. No caso dos espanhóis que se deslocam a Portalegre e Elvas, as motivações são diferentes entre a área norte, de Albuquerque até Valência de Alcântara, e a área mais a sul, na área de influência de Badajoz.



No caso da parte norte desta região, devido à distância e acessibilidades a Badajoz, as populações espanholas, são, no que diz respeito a produtos de mercearia e artigos para o lar, polarizados por Portalegre, que apresenta uma quantidade significativa de grandes superfícies. Esta cidade, em termos de vestuário e acessórios, também exerce alguma atracção nas populações do outro lado da fronteira, não a partir do comércio da área central da cidade mas, essencialmente, devido ao mercado mensal que aqui se realiza.

As populações da restante área em causa, também se deslocam a Portugal (Elvas. Campo Maior ou Portalegre) essencialmente para um turismo de fronteira, onde o passeio familiar e a gastronomia são as principais motivações. Não obstante, o facto de se deslocarem a Portugal leva a que também façam compras no comércio das cidades portuguesas, essencialmente moda e acessórios.

Os resultados apresentados foram obtidos por uma amostra aleatória de 400 inquiridos, com uma margem de erro de 5%.

<b>Quadro 7 - CONSUMIDOR TIPO DO POLÍGONO PORTALEGRE/ELVAS – VALÊNCIA DE ALCÂNTARA/BADAJOZ</b>		
	<b>Traços Comuns</b>	<b>Traços diferenciadores</b>
<b>Português</b> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Procuram o consumo</li> <li>. Frequência das deslocações mensal ou superior, independentemente da existência de controlo alfandegário</li> <li>. Procuram aproximação entre as populações</li> <li>. Comunicam com fluência mesmo com línguas-mãe diferentes</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>. <b>Procuram principalmente combustível mais barato</b></li> <li>. <b>Procuram a variedade de escolha</b></li> <li>. <b>Consumem mercearias, moda e acessórios</b></li> </ul>
<b>Espanhol</b> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Mantêm boas relações de vizinhança</li> <li>. O preço dos bens e serviços é um factor de atractividade, motivador das deslocações</li> <li>. Não consideram as deslocações às localidades vizinhas como visita ao estrangeiro</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>. <b>Comportam-se como turistas/visitantes</b></li> <li>. <b>Procuram essencialmente restauração, atracções turísticas e lazer</b></li> <li>. <b>Consumem artigos de moda e acessórios, mas também mercearias</b></li> </ul>

#### **4 – A expansão urbana das áreas comerciais**

Sendo, na nossa opinião, a actividade comercial e de distribuição um dos primeiros motivos que provoca o atravessar da fronteira por parte das populações, é também natural que aquelas actividades procurem uma maior aproximação aos mercados.

Desta forma, é interessante notar que a expansão urbana dos principais núcleos desta área apresentem crescimentos na direcção das respectivas fronteiras.

Actualmente, a procura do consumo apresenta características diferentes da tradicionalmente associada a sociedades modernas. Embora a fronteira esteja ainda nas margem dos padrões de desenvolvimento nacionais, a facilidade de informação e mobilidade leva a que os comportamentos se homogeneízem. O acto do consumo não é apenas o adquirir bens dos quais necessitamos; é essencialmente um acto de lazer, divertimento e convívio, onde cada um se transporta para um universo particular, por vezes tribal, hedonista e pleno de representações sociais e individuais.

Face a esta transformação por parte da procura, o comércio tradicional das áreas centrais tem encontrado alguma dificuldade em concorrer com os novos formatos – Hipermercados, centros comerciais, outlets ... Para tentar ultrapassar as dificuldades de atracção de consumidores, o comércio das áreas centrais tem de se reinventar, para oferecer a quem o procura não a venda de produtos mas, essencialmente, a criação de ambientes e o proporcionar de experiências. No caso do polígono que analisámos, é visível o definhamento do comércio das áreas centrais. Os novos formatos comerciais apresentam não apenas preços mais competitivos, como também ambientes mais de acordo com os consumos actuais. Nos casos de Portalegre e Elvas, o comércio a retalho apresenta um panorama de decadência e desactualização que não o torna atractivo. Badajoz, no entanto, conseguiu resistir à nova centralidade, provocada pela loja do El Corte Inglés, recorrendo a uma actualização das suas formas de comércio e apostando em marcas franchisadas, com forte representação social, em diferentes classes etárias. É certo que o antigo núcleo de comércio entrou em decadência, mas, ainda no casco antigo, novas ruas foram invadidas por marcas e formatos comerciais de acordo com o imaginário dos consumidores. Para além deste facto, a carga demográfica de Badajoz (mais de 151000 habitantes) oferece um mercado potencial que pode suportar este tipo de comércio.

Se observarmos as plantas, principalmente de Elvas e Badajoz, verificamos que a expansão de novas áreas comerciais, com novos formatos de vendas se fez em direcção à fronteira.

Mapa 6 - Elvas - Nova área de expansão comercial



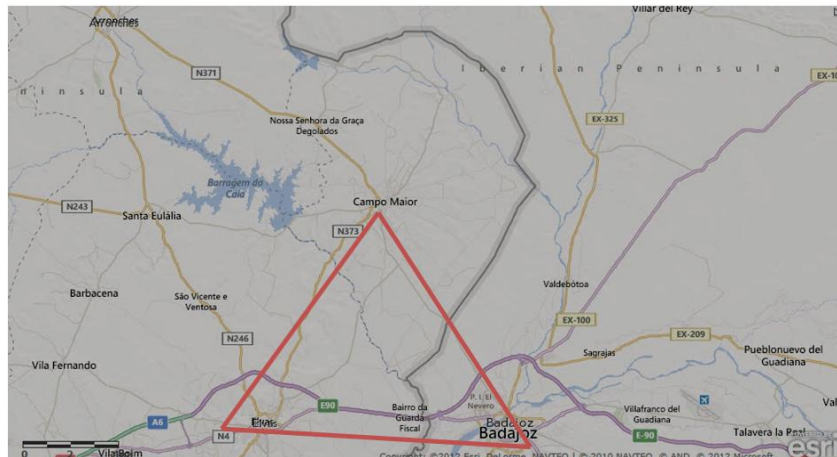
Desta forma, temos um quase contínuo urbanizado entre Elvas/Badajoz, baseado no comércio.

Mapa 7 - Badajoz - Novas áreas de expansão comercial



Badajoz apresenta ainda outra tendência de crescimento das suas áreas, em direcção a Campo Maior, ficando os núcleos urbanos portugueses francamente abrangidos pela área de influência da cidade espanhola. A noroeste da cidade, na estrada que conduz a Campo Maior, está a nascer, no Polígono Industrial El Nevero, uma área que apresenta um mix de comércio grossista, hipermercados especializados, serviços e indústria. Estão previstas para o polígono a instalação de grandes superfícies do IKEA, MediaMarket; Norauto, Leroy Merlin, Decathlon, entre outras.

Na saída sudoeste, perto do antigo posto fronteiriço do Caia, nasceu um centro comercial, El Faro, que apresenta grande diversidade de marcas internacionais e espanholas, com uma variedade, diversidade e qualidade que é raro encontrar perto da fronteira, não tendo concorrência do lado português num raio de mais de 100 km por estrada. Para além destes núcleos comerciais, a cidade ainda possui dois hipermercados Carrefour e uma unidade da Loja Toy'r'Us.



No caso de Portalegre, o fenómeno da expansão não é tão visível, muito provavelmente, pela carga demográfica dos núcleos urbanos espanhóis mais próximos e da própria cidade, que comanda a área norte deste troço, ser relativamente baixa e estarem situados a alguma distância da fronteira e desta cidade. No entanto, a principal área de concentração de unidades de distribuição e da realização do mercado mensal, encontram-se na Av. da Extremadura Espanhola, ou seja na estrada de acesso a Elvas e Campo Maior.

O que podemos daqui concluir é que a aproximação das populações e a intensidade dos fluxos humanos que atravessam a fronteira são, em grande parte provocados pelo comércio e distribuição. A expansão das cidades, em direcções convergentes e a frequência das deslocações, levam a que se crie, na raia, um modo de vida onde, embora saibamos que a barreira existe e separa realidades culturais diferentes, a permeabilidade conduz a uma área de vivências integradas, criando uma identidade regional específica.

## Notas

- (1) SIDAWAY, J (2002); Signifying Boundaries: Detours around the Portuguese-Spanish (Algarve/Alentejo-Andalucía) Borderlands; Geopolitics, 1557-3028, Volume 7, Issue 1, Pag. 139
- (2) (3) PINTADO, Antº, BARRENECHEA, Eduardo (1972); “A raia de Portugal. A fronteira do subdesenvolvimento”, Afrontamento, Porto
- (4) (5) MEDEIROS, Eduardo (2007); “16 anos de cooperação transfronteiriça no âmbito do INTERREG-A”; Actas do III congresso de estudos rurais, UAlg, Faro
- (6) “ESQUEMA DE DESENVOLVIMENTO DO ESPAÇO COMUNITÁRIO” (1999); Comunidades Europeias, Luxemburgo
- (7) “Movimentos pendulares e organização do território fronteiriço: Portugal 2001”, Revista de Estudos Demográficos, Nº 34, 2004, INE, Lisboa
- (8) PINTOR, José Manuel Pérez (2011); Dimensión y tipología de las relaciones transfronterizas en la frontera hispano-lusa (Extremadura-Alentejo-Región Centro); UNEX, Cáceres
- (9) CUNHA, Luís (2006); Dinâmicas e procesos de transformação económica: do contrabando à indústria do café em Campo Maior; Etnográfica, Vol.X (2), pp. 251-262

## Bibliografia

ALISEDA, Julián Mora (2002); “Frontera e vertebración transfronteriza”; Fundicotex e Universidad de Extremadura; Cáceres

AMANTE, M (“2007); “Fronteira e identidade: construção e representação identitárias na raia luso-espanhola”; UTL/ISCSP, Lisboa

BARATA SALGUEIRO, Teresa; CACHINHO, Herculano (2002); “Comércio, consumo e (re)produção do espaço urbano”; Apontamentos de Geografia; Centro de Estudos Geográficos, Lisboa

CACHINHO, Herculano (2006); “*Consumactor*: da condição do indivíduo na cidade pós-moderna”; Finisterra, XLI, 81.; C.E.G. Lisboa

CAVACO, Carminda (coord.) (1995); “As regiões de fronteira. Inovação e desenvolvimento na perspectiva do mercado único europeu”; CEG, UL; Lisboa

CUNHA, Luís (2006); Dinâmicas e processos de transformação económica: do contrabando à indústria do café em Campo Maior; Etnográfica, Vol.X (2), Lisboa, pp. 251-262

HOUTOM, Henk van; KRAMSCH, Olivier; ZIERHOFER, Wolfgang (2005); “B/ordering space”, Ashgate, Inglaterra

MEDEIROS, Eduardo (2007); “16 anos de cooperação transfronteiriça no âmbito do INTERREG-A”; Actas do III congresso de estudos rurais, UAlg, Faro

“MOVIMENTOS PENDULARES E ORGANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO FRONTEIRIÇO: PORTUGAL 2001”, Revista de Estudos Demográficos, Nº 34, 2004, INE, Lisboa



ODGERS (2001); Citado por J.M. Malheiros (2010), Documento policopiado distribuído no âmbito do seminário de Cidades de Fronteira; Mestrado em População, Sociedade e Território; IGOT, Lisboa

PINTOR, José Manuel Pérez (2011); Dimensión y tipología de las relaciones transfronterizas en la frontera hispano-lusa (Extremadura-Alentejo-Región Centro); UNEX, Cáceres

PINTADO, Ant<sup>a</sup>, BARRENECHEA, Eduardo (1972); “A raia de Portugal. A fronteira do subdesenvolvimento”, Afrontamento, Porto

PIRES, Iva Miranda; PIMENTEL, Dulce (2004); “Revisitando a região transfronteiriça ibérica: potencialidades e estrangulamentos nos novos contextos de integração ibérica”; in “V Congresso da Geografia Portuguesa. Portugal: territórios e protagonistas”; Ass. Portuguesa de Geógrafos, Lisboa

SIDAWAY, J (2002); Signifying Boundaries: Detours around the Portuguese-Spanish (Algarve/Alentejo-Andalucía) Borderlands; *Geopolitics*, 1557-3028, Volume 7, Issue 1

VIKTOROVA, Jevgenia (2003); Bridging identity and alterity: an apologia for boundaries”; pag.143, in “Routing borders between territories, discourses and practices”, citando Lotman (1992); Ashgate, Inglaterra

### **Notas sobre o autor**

Miguel Castro

[miguel.sardica@gmail.com](mailto:miguel.sardica@gmail.com)

Escola Superior de Educação de Portalegre

Licenciado em Geografia e Mestre em Geografia Humana – Estudos Urbanos pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Doutorando em Geografia Humana, no Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa.

# O Observatório Regional de Turismo do Alentejo: da ideia aos resultados <sup>1</sup>

## Alentejo regional Tourism Observatory: from the idea to the results

Eva Milheiro  
Maria Gorete Dinis

### Resumo

O turismo é um setor estratégico para o desenvolvimento do Alentejo sendo que, para fomentar sua competitividade, tanto as empresas como os decisores públicos que operam no setor neste território devem estar dotados de informação atempada e fiável sobre a sua evolução, tendências, dinâmicas e posição face a outros mercados.

Foi com este intuito que a Entidade Regional de Turismo do Alentejo criou um Observatório em parceria com as Instituições de Ensino Superior e os Núcleos Empresariais da Região. Durante o seu horizonte temporal vários foram os estudos desenvolvidos que vão permitir um melhor conhecimento da oferta e procura turística deste território, dando resposta às necessidades de informação dos intervenientes no setor do turismo no Alentejo.

Este artigo procura mostrar a importância da informação pertinente e fiável para o melhor exercício das competências da Entidade Regional de Turismo do Alentejo e dos investidores privados, apresentando as diversas atividades, e respetivos resultados, desenvolvidas no âmbito do Projeto Observatório Regional de Turismo do Alentejo.

**Palavras-chave:** Competitividade; Alentejo; Observatório do Turismo; Informação

### Abstract

Tourism is a strategic sector for the development of the Alentejo and, to foster its competitiveness, both companies and public decision-makers operating in this territory should be provided with timely and reliable information about its evolution, trends, dynamics and position compared to other markets.

It was with this intention that the Regional Entity of Alentejo Tourism has established a partnership with Higher Education Institutions and the Business Associations of the Region in order to create the Tourism Observatory. During its time horizon several studies were developed that will allow a better understanding of tourism supply and demand of this territory, responding to the information needs of stakeholders in the tourism sector in the Alentejo.

This article seeks to show the importance of relevant and reliable information to the best exercise the powers of the Regional Tourism Organization of Alentejo and private investors, with the various activities and their results, carried out under the Project Regional Tourism Observatory of Alentejo.

**Keywords:** Competitiveness; Alentejo; Tourism Observatory; Information

## 1. Introdução

O turismo é um setor com características únicas, fortemente dependente da informação disponível. Essa informação deve ser atualizada e fornecida atempadamente aos agentes do setor de forma a auxiliá-los no planeamento e gestão das atividades turísticas. Em Portugal, existem lacunas ao nível da informação recolhida e publicada pelas Entidades oficiais, que se agravam quando se pretende informação a níveis regionais ou locais. Esta constatação conduziu a Turismo do

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no III Seminário de I&DT, organizado pelo C3i – Centro Interdisciplinar de Investigação e Inovação do Instituto Politécnico de Portalegre, realizado nos dias 6 e 7 de dezembro de 2012.

Alentejo, ERT (ERTA) a propor a criação do Observatório Regional de Turismo da Região do Alentejo, cumprindo, assim, uma das suas atribuições, em matéria de planeamento turístico. Refira-se que, entre as diversas atribuições da ERTA, compete-lhe “promover a realização de estudos e de projetos de investigação que contribuam para a caracterização e afirmação do setor turístico regional”, bem como, “criar e gerir um observatório da atividade turística, visando acompanhar a implementação da estratégia turística regional e avaliar o desempenho do setor turístico regional”. É neste enquadramento que surge o Observatório Regional de Turismo do Alentejo, respeitando o determinado na Portaria nº 1038/2008 de 15 de setembro.

O Observatório Regional de Turismo do Alentejo é um projeto cofinanciado pelo INALENTEJO no quadro do Regulamento do SIAC – Sistema de Apoio às Ações Coletivas - que se define enquanto instrumento estratégico, de nível regional, destinado a detetar oportunidades de mercado e a antever necessidades ligadas ao empreendedorismo no setor do turismo.

“O Observatório Regional do Turismo do Alentejo pretende ser um instrumento de apoio ao planeamento e prospeção do Setor Turístico no Alentejo, capaz de produzir informação técnica fiável e independente, que favoreça a promoção, qualificação, diferenciação, sustentabilidade, e a inovação do seu tecido empresarial” [Turismo do Alentejo, 2009].

O projeto iniciou-se formalmente em maio de 2010 e tem o seu término marcado para outubro de 2013 e resulta de uma parceria estabelecida entre o Instituto Politécnico de Beja (IPB), Instituto Politécnico de Portalegre (IPP), NERBE/AEBAL – Associação Empresarial do Baixo Alentejo e Litoral, NERE – Núcleo Empresarial da Região de Évora, NERPOR – Núcleo Empresarial da Região de Portalegre e a Universidade de Évora (UE), coordenada pela ERTA.

As atividades desenvolvidas durante o projeto foram as seguintes as seguintes:

- Atividade 1: Sistema de Informação do Observatório do Turismo do Alentejo;
- Atividade 2: SIG – Sistema de Informação Geográfica da Oferta Turística da Área Regional de Turismo do Alentejo;
- Atividade 3: Barómetro do Turismo;
- Atividade 4: Conta Satélite do Turismo da Região do Alentejo;
- Atividade 5: Conferência Internacional;

Atividade 6: Perfil do Visitante;

Atividade 7: Análise dos Mercados Emissores para o Alentejo;

Atividade 8: Ações de Dinamização e Sustentabilidade de Base Regional;

Atividade 9: Modelo de Governação;

Atividade 10: Plano de Comunicação.

Este artigo pretende apresentar, de uma forma sumária, as principais atividades desenvolvidas no âmbito deste projeto, dando particular relevância às metodologias utilizadas e aos resultados alcançados nas atividades em que o IPP se encontrou diretamente envolvido: as atividades do Sistema de Informação e Barómetro; o Sistema de Informação Geográfica da Oferta Turística do Alentejo; o Perfil do Visitante e a Conta Satélite do Turismo.

## **2. Apresentação das metodologias e resultados**

### **2.1. Sistema de Informação e Barómetro**

#### **2.1.1. Objetivos do Sistema de Informação e Barómetro**

O Sistema de Informação (SI) e o Barómetro do Turismo do Alentejo surgiram devido à necessidade dos agentes públicos e privados do setor disporem de informação atualizada e fiável, ao nível da região do Alentejo, indispensável ao processo de tomada de decisão. Assim, foi proposta a implementação e desenvolvimento de um sistema de informação com o objetivo geral de recolher, processar, transmitir e disseminar dados considerados determinantes para a competitividade do Alentejo enquanto destino turístico. A criação do Barómetro do Turismo do Alentejo decorre do sistema de informação e tem como objetivo a disseminação de informação sobre a atividade turística da região do Alentejo para os agentes do setor. Visto tratar-se de um sistema de informação que se pretende dinâmico, com o intuito não apenas de recolha e armazenagem de dados, mas também o seu processamento, através da geração de relatórios periódicos, e a sua disseminação, a informação é difundida aos principais *players* do turismo regional através de um portal na Web, ao qual tem acesso restrito a indicadores de performance por categoria as empresas que contribuem com dados para o Sistema de Informação e acesso livre aos demais dados.

### **2.1.2. Metodologia do Sistema de Informação e Barómetro**

No âmbito desta atividade fizeram-se reuniões com todos os parceiros, sob a orientação da Turismo do Alentejo e da consultora Cestur, onde se definiram, essencialmente, os seguintes aspetos: matriz de indicadores a alimentar o SI e metodologia de recolha; os relatórios a gerar pelo sistema; imagem do portal do Alentejo; funcionalidades e métodos de análise dos dados a disponibilizar aos agentes; e entidades, e forma de acesso aos dados.

Para além disso, foram contactadas, nesta primeira fase, as unidades de alojamento do Alentejo com o intuito de aderirem, através de protocolo, formalmente ao SI. Em 25 de abril de 2011, pertenciam ao sistema 111 empresas, participando ativamente no sistema com o envio de dados respeitantes ao ano de 2011 (algumas não enviaram alguns dos meses) 87 entidades. Destas entidades, nessa data, só estavam a ser incluídas nas amostras, de forma a garantir a confidencialidade estatística, os seguintes alojamentos: Hotéis de 4\*, Hotéis de 3\*, Pousadas, unidades de Turismo em Espaço Rural (TER), Parques de Campismo, Alojamento Local, Pousada de Juventude e Hoteis Rurais de 4 \* (Turismo do Alentejo, 2012). Estas entidades, ou outras que entretanto pretendam aderir ao sistema, têm acesso através de password a toda a informação disponibilizada através do monitor do Alentejo.

Em março de 2012, foram incluídos na amostra os Hotéis de 2\*, passando a amostra, em termos de unidades, a ser constituída por 86 alojamentos, num universo de 581 alojamentos. Em termos de quartos, a amostra abrange cerca de 29% do total, cobrindo a totalidade dos alojamentos na categoria de hotéis de 5\* e das pousadas da juventude e, cerca de 80% e 84% dos quartos dos hotéis de 4\* e pousadas de Portugal, respetivamente.

### **2.1.3. Principais resultados do Sistema de Informação e Barómetro**

O SI e o barómetro podem ser acedidos através do seguinte endereço (URL): <http://www.observatorioturismoalentejo.pt/>. Na figura seguinte, encontra-se o interface da página principal do sistema e, pode-se verificar que, no barómetro do turismo encontram-se relatórios mensais, desde janeiro 2011 até março de 2012, onde

estão publicadas os resultados das análises efetuadas com os dados dos alojamentos, em forma de gráficos e/ou quadros, destacando-se os indicadores: volume de hóspedes, dormidas, estada média, taxas de ocupação quarto, quotas de dormidas do mercado português, quotas de dormidas do mercado espanhol, composição do mercado por categoria e análise de mercados por categoria de alojamento.

Para além destes relatórios, podem ainda visualizar-se outros dois relatórios, um deles referente aos turistas residentes em Espanha desagregado por províncias que visitaram o Alentejo em 2011, e o outro referente aos turistas portugueses desagregado por concelhos, onde são apresentados, para o ano de 2011, os indicadores: origem dos turistas por concelho/província; principais concelhos/províncias emissores; 15 principais concelhos/províncias emissores por meses; e, Top 10 dos concelhos/províncias emissores por meses.



Figura 1: Site oficial do Observatório Regional de Turismo do Alentejo

Para além desta informação, encontram-se ainda os resultados da Sondagem bianual sobre o Perfil do Turista, Motivação de Viagem, Canais de Distribuição e Análise do Destino, que serão abordados num ponto específico deste artigo e, levantamento dos

principais estudos e estatísticas oficiais publicados pelo Turismo de Portugal e pelo Instituto Nacional de Estatística com informação importante para a compreensão do setor do turismo.

## **2.2. Sistema de Informação Geográfica (SIG) para a oferta turística do Alentejo**

### **2.2.1. Objetivos do SIG**

Os Sistemas de Informação Geográfica (SIG) podem constituir uma importante ferramenta no planeamento e ordenamento do turismo, reunindo potencialidades de recolha, visualização, análise espacial de informação e produção de mapas que permitam adquirir um conhecimento integrado de uma região constituindo, assim, uma importante ferramenta de apoio à decisão.

O objetivo desta atividade consistiu em utilizar os SIG como ferramenta de análise do turismo, mais concretamente no que respeita à oferta de recursos turísticos no território do Alentejo. Assim, podemos afirmar que o objetivo principal desta ação consistiu em inventariar, sistematizando informação existente e recolhendo informação de base quando inexistente, os recursos turísticos do Alentejo e representá-los em ambiente SIG, proporcionando uma importante ferramenta no apoio à decisão dos empresários do setor e ao planeamento do turismo na região. Este levantamento e avaliação de recursos são essenciais para conhecer o potencial turístico do território, assim como na definição dos produtos turísticos a desenvolver.

### **2.2.2. Metodologia do SIG**

Após revisão bibliográfica, foi construída uma grelha de recursos turísticos baseada nas orientações de Inskeep (1991), nos critérios definidos pela DGT (1996) na criação do Inventário de Recursos Turísticos, nos produtos característicos do turismo considerados na Conta Satélite do Turismo (INE, 2003).

Esta grelha contempla cinco grandes grupos de recursos:

- 1) Atrações naturais
- 2) Atrações culturais (monumentais, artísticas, etnográficas, complementares)

- 3) Atividades (desportos terrestres, desportos aquáticos, gastronomia e vinhos, rotas e circuitos turísticos)
- 4) Equipamentos (equipamentos culturais, equipamentos desportivos, equipamentos recreativos, equipamentos e serviços turísticos)
- 5) Infraestruturas (infraestruturas e serviços de transporte, outras infraestruturas e serviços).

Cada um dos grupos agregou uma lista exhaustiva de recursos, de acordo com o exemplo da tabela 1.

Equipamentos	Equipamentos culturais	Espaços de exposições
		Galerias
		Auditórios/Salões
		Centros Culturais
		Bibliotecas
	Equipamentos desportivos	Zonas de caça
		Centros hípicas
		Golfe
		Pavilhões multidesportivos
		Campos de Jogos
		Court de Ténis
		Campos de Tiro
		Piscinas
		Circuitos de manutenção
		Locais para desportos motorizados
		Locais para desportos de aventura
		Locais para desportos náuticos
		Equipamentos recreativos
	Praças de Touros	
	Teatros e Salas de Espetáculos	
	Casinos/Bingos	
	Feiras e Mercados	
	Salas de Dança	
	Equipamentos e serviços turísticos	Empreendimentos Turísticos
		Restauração e bebidas
		Rent-a-Car
		Agências de Viagens/Operadores Turísticos
		Empresas de Animação Turística
Postos de Turismo		
City Tours, coches		
Combóios turísticos		

Tabela 1: Grelha de equipamentos

Fonte: Elaboração própria



Após a elaboração desta listagem exaustiva de recursos a recolher, procedeu-se à elaboração de fichas de recursos, contemplando diversos campos de informação que permitam caracterizar o recurso da forma mais completa possível. Exemplificando, a ficha do alojamento continha atributos que se consideraram relevantes conhecer, tais como a tipologia, classificação, alvará, rede de empreendimentos a que pertence, número de quartos, número de suítes, número de apartamentos, número de camas duplas, número de camas individuais, número de unidade para mobilidade reduzida, aceitação de animais, restaurantes, número de bares, auditórios/ salões, serviços complementares, entidade exploradora, funcionamento, ano de abertura, utilidade turística, declaração de interesse para o turismo, reconhecimento como turismo de natureza, atividades de animação próprias, outras atividades, infraestruturas de lazer, certificação de qualidade, certificação ambiental, outras certificações.

Seguiu-se a fase de trabalho de campo, tendo sido inventariados e georeferenciados, sempre que possível *in loco*, os recursos, e preenchidas as diversas fichas correspondentes.

Procedeu-se, ainda, a dois controlos de qualidade, para aferir da correção da informação, bem como das coordenadas geográficas.

Após recolhidos os dados, foram inseridos num ficheiro excel de sistematização da informação que, posteriormente, foi inserida no SIG criado, utilizando o Arc Gis 10.0. Nesta atividade, todos os parceiros se envolveram de uma forma muito ativa, tendo participado na elaboração da metodologia e grelhas de apoio à recolha de dados, bem como assumindo a responsabilidade pela recolha de dados nos respetivos territórios. O IPP, para além da recolha dos recursos no Alto Alentejo e elaboração da base de dados e integração dos mesmos, com a assessoria técnica do Instituto Superior de Agronomia de Lisboa (ISA), também se responsabilizou, em colaboração com a ERTA, pela recolha dos dados no Litoral Alentejano.

### **2.2.3. Principais resultados do SIG**

O SIG desenvolvido no âmbito deste trabalho permite visualizar espacialmente a distribuição dos recursos turísticos do Alentejo, nos seus diferentes concelhos, por

categorias, atributos descritos na metodologia e evolução ao longo dos últimos anos, utilizando para o efeito diversas ferramentas de análise espacial e apresentando os resultados em formato de mapas. Foram recolhidos cerca de 7000 recursos das diversas categorias estabelecidas, em todo o Alentejo, a maior parte deles *in loco*, e elaborada uma base de dados de mais de 4000 fotografias dos recursos do Alto Alentejo.

As análises possíveis a partir destes dados, constantes na BD, serão ilimitadas, consoante o interesse e a finalidade a que se destinem. A título de exemplo, poderemos mencionar a possibilidade de efetuar análises de densidade (por exemplo, camas por Km<sup>2</sup>, monumentos, atrações, equipamentos); a elaboração de mapas temáticos (por exemplo, para os museus, praias fluviais e oceânicas, alojamento por categoria, entre todos os outros recursos inventariados); ou visualizar de uma forma gráfica e imediata, a distribuição dos recursos por todo o território ou por outras unidades territoriais (distrito, concelho, freguesia).

Desta forma, obtemos resposta a questões relativas à inventariação dos recursos (o que está aqui?), a sua localização (onde está?), usando simbologia de reconhecimento imediato, permitindo-nos a análise de informação (o que há perto de?) e um melhor conhecimento do território no que concerne à sua oferta turística.

## **2.3. Perfil do Visitante do Alentejo**

### **2.3.1. Objetivos do estudo do perfil do visitante**

Para além da informação quantitativa que o projeto recolheu sobre as unidades de alojamento e os seus hóspedes, na atividade do SI divulgada no Barómetro, considerou-se imprescindível a recolha de informação qualitativa não apenas sobre os turistas que visitam a região, mas também os visitantes do próprio dia (excursionistas), tendo-se procedido a um estudo sobre o perfil do visitante do Alentejo, com o intuito de conhecer aspetos determinantes da procura turística, nomeadamente os relacionados com os aspetos sociológicos, económicos e ligados às particularidades da própria viagem.

Assim, foram realizadas quatro sondagens ao longo de dois anos em épocas distintas (verão e inverno), o que permite avaliar eventuais desvios estruturais e comportamentais entre a procura nas duas épocas. O estudo do perfil do visitante, visou dar resposta aos seguintes objetivos (Turismo do Alentejo, 2012): caracterizar o perfil dos visitantes do Alentejo no que respeita a aspetos sociológicos, critérios económicos e às características da visita; analisar a perceção dos comportamentos de utilização e consumo, no que respeita aos hábitos e procedimentos de compra e aos mecanismos de recolha de informação referentes à visita; avaliar o grau de satisfação dos visitantes relativamente aos atributos que caracterizam o destino Alentejo; perceber as suas intenções comportamentais futuras; ensaiar uma primeira aproximação aos fluxos turísticos globais do Alentejo.

### **2.3.2. Metodologia do estudo do perfil do visitante**

Os diversos parceiros, em colaboração com a ERTA e consultoria do Cestur, construíram um modelo de inquérito usado nas sondagens efetuadas. Este inquérito contemplava quatro grupos de informação distintos:

- a) Características sócio-demográficas: género, idade, estado civil, nacionalidade, distrito de residência em Portugal e províncias espanholas, rendimento mensal médio, habilitações literárias e situação perante o emprego;
- b) Características de reserva: fontes de informação, número de noites, antecedência de reserva, características da compra de pacote turístico, reserva individual – canais e serviços associados;
- c) Características da viagem: meio de transporte utilizado para chegar ao Alentejo, companhia de viagem, gasto médio por dia e por pessoa no destino;
- d) Motivações, experiência e satisfação: principal motivo da viagem, atributos mais importantes na escolha do destino, expectativas relacionadas com o destino Alentejo, experiência de visita e repetição, grau de satisfação global com o destino, avaliação do Alentejo em termos de qualidade/preço, intenção de voltar e recomendar o destino Alentejo.

Após definida a amostra (estratificada com base nos dados oficiais dos hóspedes nos meios de alojamento turístico classificados), foram efetuadas quatro sondagens (em 2011 e 2012, no verão e inverno) com 1000 entrevistas cada em Évora, Monsaraz,

Vila Viçosa, Elvas, Beja, Mértola, Serpa, Portalegre, Marvão, Castelo de Vide, Porto Covo, Troia, Vila Nova de Milfontes e Alqueva.

O método de recolha de informação aplicado foi a entrevista direta e pessoal, tendo estas sido asseguradas por vários inquiridores, sob a coordenação de investigadores do IPP, UE e IPB.

### **2.3.3. Principais resultados do estudo do perfil do visitante**

Apesar de ainda não estarem tratados os dados para o ano de 2012, podemos apontar desde já alguns resultados que foram apurados para o ano de 2011. Assim, e de uma forma muito sintetizada, os resultados apurados indicam (Turismo do Alentejo, 2012):

- Supremacia dos visitantes com idade compreendida entre os 35 e os 44 anos (28,4%), maioritariamente casados (73,1%);
- Elevada preponderância dos visitantes internos (residentes em Portugal) oriundos dos distritos de Lisboa e Setúbal (em conjunto, correspondem a mais de 35% dos fluxos);
- Espanha lidera os visitantes residentes no estrangeiro;
- Rendimentos entre os 1001 e os 3500 euros;
- Procura composta por indivíduos empregados (quadros superiores, quadros técnicos e técnicos especializados);
- Via rodoviária como principal acessibilidade à região;
- Permanência média na região de 3,9 noites, sendo ligeiramente mais alta no verão (4,5 noites) do que no inverno (3,2 noites);
- Visitantes fazem-se acompanhar na visita ao destino de familiares/amigos (46,2%) ou casal (39,3%);
- Gasto médio por dia foi de 56,9 euros;
- Principal fonte de informação utilizada foram os familiares/amigos (43,3%), seguindo-se a Internet (15,6%);
- A reserva individual dos serviços turísticos através da Internet foi a forma de reserva mais utilizada no inverno (60,3%) e o balcão foi mais utilizado no verão (50,4%);
- Dos visitantes que efetuaram reservas, 10,9% fizeram-no no próprio dia da deslocação;

- A motivação principal é o lazer/ gozo de férias/ recreio (79,5%), seguindo-se a visita a familiares/amigos (13,7%);
- As expectativas dos visitantes chegados ao Alentejo eram moderadas, mas a avaliação final foi muito favorável, com 97% a referirem satisfação com o destino;
- A intenção de regresso teve uma cotação elevada (89,1%) de menções, bem como o desígnio de recomendar o destino a familiares ou amigos (78,8%);
- As atividades mais praticadas pelos visitantes centram-se sobretudo no descanso (17,1%), nas visitas culturais (16,9%), nas experiências gastronómicas (13,0%), nas visitas ao património natural (9,6%), nos passeios pedestres (8,7%) e na frequência de praias (7,3%);
- A segurança, a experiência com os vinhos, a autenticidade do destino, e experiência gastronómica, assim como as acessibilidades, a hospitalidade e a tranquilidade, foram os atributos do destino com os quais os turistas e visitantes do dia ficaram mais satisfeitos; no plano inverso, surgiu a menção à falta de eventos atrativos e de animação noturna.

## **2.4. Conta Satélite do Turismo**

### **2.4.1. Objetivos da Conta Satélite do Turismo**

Com o crescente desenvolvimento da atividade turística torna-se cada vez mais importante conhecer a dimensão económica deste setor. Visto que em Portugal já tinha sido implementada a Conta Satélite do Turismo e disponibilizados indicadores económicos ao nível nacional, considerou-se relevante, numa primeira fase, desenvolver o quadro metodológico a utilizar na Conta Satélite do Turismo da região do Alentejo, com o objetivo de medir e avaliar a dimensão económica do turismo na Região.

### **2.4.2. Metodologia da Conta Satélite do Turismo**

A concretização desta atividade esteve a cargo da consultora Celeste Eusébio, da Universidade de Aveiro, sob a coordenação da Universidade de Évora, e requereu os seguintes passos: revisão dos quadros metodológicos publicados de âmbito nacional e

internacional para o desenvolvimento de uma conta satélite do turismo regional; levantamento da informação necessária para o desenvolvimento de uma conta satélite para a região do Alentejo; avaliação da informação existente; e, definição do quadro metodológico para a obtenção de dados primários.

Ao longo do período de execução da atividade, que decorreu de fevereiro de 2011 até julho de 2012, ocorreram reuniões com os parceiros no sentido de colaborarem, principalmente nas seguintes tarefas: identificação das entidades que constituem a oferta turística da Região Alentejo e que deverão ser objeto de inquirição; identificação das fontes de informação secundárias que existem a nível regional que possam ser utilizadas para a recolha da informação necessária para a CST; identificação de projetos a decorrer na Região Alentejo que sejam considerados relevantes para a recolha de dados primários.

#### **2.4.3. Principais resultados da Conta Satélite do Turismo**

Desta atividade resultaram três relatórios progresso e um relatório final. Do primeiro relatório resultou uma análise das metodologias apresentados a nível internacional, tanto para as economias nacionais como regionais, para desenvolver Contas Satélites do Turismo (CST). A metodologia utilizada na elaboração da CST em Portugal e as iniciativas desenvolvidas, por algumas entidades, para construir CST para as economias regionais foram analisadas em pormenor. No segundo relatório foram identificadas as principais necessidades de informação para quantificar a procura e a oferta turística da região do Alentejo, bem como alguns indicadores não-monetários considerados relevantes para a sua caracterização. Do terceiro relatório consta a caracterização das fontes de informação secundárias, que disponibilizam informação que poderá ser utilizada para desenvolver a CST da região do Alentejo. O relatório final apresenta a metodologia proposta para quantificar os impactes económicos totais (diretos, indiretos e induzidos) do turismo na região do Alentejo, para além disso são apresentados resultados, obtidos através de métodos indiretos, para o ano de 2007 (Eusébio, 2012).

### 3. Conclusão

Nos últimos anos, o setor do turismo sofreu influências de diversos domínios que obrigam as entidades públicas e privadas a repensar a sua forma de atuação numa constante adaptação ao ambiente competitivo em que exercem a sua atividade, particularmente, no que refere ao comportamento e exigências do consumidor (Milheiro *et al*, 2010). Por outro lado, informação atualizada, atempada, pertinente e rigorosa, sobre a evolução e tendências do turismo, que permita a monitorização do destino, nas suas várias vertentes, tornou-se essencial na definição de políticas e estratégias, no planeamento do turismo e no acesso a programas de financiamento.

O projeto do Observatório Regional de Turismo do Alentejo, que se descreveu neste artigo, produziu informação relevante e crucial, não só para as entidades públicas a operar no setor, como para os académicos, mas também para os empresários, permitindo-lhes basear as suas opções estratégicas em conhecimento, visando o aumento da sua competitividade. Dados sobre o perfil do visitante, as suas preferências, motivações, comportamento antes e durante a viagem, indicadores de gestão, a possibilidade de comparação de desempenho entre categorias, o conhecimento dos recursos turísticos da região, são fundamentais para se perceber o turismo atual e potencial, bem como para ajustar as técnicas de gestão e promoção efetuadas, numa ótica de criação de novos produtos, mais adaptados às exigências e preferências dos consumidores.

### Bibliografia

Bahaire, T., Elliott-White, M. (1999). The Application of Geographical Information Systems (GIS) in Sustainable Tourism Planning: A Review. *Journal of Sustainable Tourism*, 2 (7).

Baidal, Josep A. I. (2004). Tourism planning in Spain: Evolution and Perspectives. *Annals of Tourism Research*, 31(2), 313-333.

Baud-Bovy, M. (1982). New concepts in planning for tourism and recreation, *Tourism Management*, 3 (4), pp. 308-313.

Costa, C. (2006). Tourism Planning, Development and the Territory. In Buhalis, D., Costa, C. (eds.). *Tourism management dynamics – trends, management and tools*. Burlington: Elsevier Butterworth- Heinemann, pp. 236-243.

Costa, C., Buhalis, D. (2006). Synergies between Territorial Planning and Strategic Management: A prospective analysis. In Fonseca, M. L. (ed), *Desenvolvimento e Território: Espaços Rurais Pós-Agrícolas e Novos Lugares de Turismo e Lazer* (pp. 191-213). Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, Universidade de Lisboa.

DGT. (1996). Inventário dos Recursos Turísticos. Lisboa: DGT.

Eusébio, C. (2012). Definição do quadro metodológico a utilizar na elaboração da conta satélite do turismo para a região do Alentejo: Relatório Final.

Getz, D. (1986). Models in Tourism Planning. Towards Integration of Theory and Practice. *Tourism Management* 7(1), 21-32.

Giles, W. (2003). GIS Applications in Tourism Planning. *GIS 340 – GIS Seminar*.

Gunn, C. A. (1988). *Tourism Planning* (2<sup>nd</sup> ed.). Nova Iorque: Taylor and Francis.

Gunn, C. A. (1994). *Tourism Planning* (3<sup>rd</sup> ed.). Washington: Taylor and Francis.

Hall, C. (2000). *Tourism Planning. Policies, Processes and Relationships*. Essex: Prentice

INE. (2003). *Estudo de Implementação da Conta Satélite de Turismo em Portugal*; consultado em 28 de outubro de 2009, em [http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_estudos&ESTUDOSest\\_boui=106315&ESTUDOSmodo=2](http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_estudos&ESTUDOSest_boui=106315&ESTUDOSmodo=2).

Inskeep, E. (1991). *Tourism Planning. An Integrated and Sustainable Development Approach*. New York: Van Nostrand Reinhold.

Julião, R. P. (2001). *Tecnologias de Informação Geográfica e Ciência Regional Contributos Metodológicos para a Definição de Modelos de Apoio à Decisão e Desenvolvimento Regional*. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa. Tese de Doutoramento.

Mlheiro, E., Dinis, G., Correia, E. (2010). O papel do Observatório do Turismo na operacionalização das competências da Entidade Regional de Turismo do Alentejo. *Seminário Consolidar o conhecimento, perspetivar o futuro*. Portalegre: Instituto politécnico de Portalegre, 6 e 7 de dezembro de 2010.

Page, S. (2007). *Tourism Management: Managing for Change* (2<sup>nd</sup> ed.). Burlington: Elsevier Butterworth- Heinemann.



Turismo do Alentejo (2009). Memória descritiva (não publicado).

Turismo do Alentejo (2012). *Caracterização do perfil do visitante – caracterização da procura turística no Alentejo 2011*, março de 2012.

Tonsun, C., & Jenkins C.L. (1996). Regional planning approaches to tourism development: the case of Turkey. *Tourism Management* 17 (7), 519-531.

UNEP.(2009). *Sustainable Coastal Tourism: An integrated planning and management approach*. Retrieved October 24, 2010, from [http://www.unep.org/pdf/DTIE\\_PDFS/DTIx1091xPA-SustainableCoastalTourism-Planning.pdf](http://www.unep.org/pdf/DTIE_PDFS/DTIx1091xPA-SustainableCoastalTourism-Planning.pdf).

UNWTO. (1994). *National and Regional Tourism Planning – methodologies and case studies*. London: International Thomson Business Press.

UNWTO. (1998). *Guide for Local Authorities on Developing Sustainable Tourism*. Madrid: World Tourism Organisation.

UNWTO (s.d). *Evaluating Tourism Resources*. Madrid: World Tourism Organisation

### **Notas sobre as autoras**

Eva Milheiro

[eva@esep.pt](mailto:eva@esep.pt)

Escola Superior de Educação de Portalegre

Licenciada em Gestão e Planeamento em Turismo pela Universidade de Aveiro, Pós-graduada em Sistemas de Informação Geográfica e Turismo, pelo Instituto Politécnico de Coimbra, Mestre em Gestão de Informação, pela Universidade de Aveiro e Doutoranda em Turismo, pela Universidade de Aveiro.

Exerce funções na ESEP desde outubro de 2000, tendo sido sub-coordenadora do Curso de Turismo e Termalismo entre 2002 e 2007. Desde 2007 é diretora do Curso de Turismo. É presidente da Área Científica de História, Geografia e Património desde fevereiro de 2010 e membro do Conselho Pedagógico.

A docente é autora de um livro, e diversos artigos publicados em revistas internacionais e nacionais com arbitragem científica. Participou como oradora em diversos encontros científicos de âmbito nacional e internacional. Atualmente,

coordena a equipa técnica do IPP no projeto “Observatório Regional de Turismo do Alentejo”.

Maria Gorete Dinis

[gdinis@esep.pt](mailto:gdinis@esep.pt)

Escola Superior de Educação de Portalegre

Licenciada em Gestão e Planeamento em Turismo, Mestre em Inovação, Planeamento e Políticas de Desenvolvimento e Doutoranda em Turismo, pela Universidade de Aveiro (UA). Para além disso, é também investigadora integrada da Unidade de Investigação Governança, Competitividade e Políticas Públicas (UA). Desenvolveu a tese de mestrado sobre o “Impacte das Comunicação Móveis da 3G no setor das Agências de Viagens e Turismo”. Atualmente, encontra-se a desenvolver investigação no domínio dos indicadores de turismo com utilização das Tecnologias e Informação e Comunicação. Desde 2006, exerce funções de docente do curso Turismo na Escola Superior de Educação, do qual é sub-diretora, a tempo integral, com a categoria de Equiparada a Professora Adjunta e integra a equipa do projeto do Observatório Regional de Turismo do Alentejo. Nos últimos anos tem publicado artigos científicos e apresentado algumas comunicações nas suas áreas de investigação.

# **Desenvolvimento local em áreas rurais de baixa densidade: uma proposta de intervenção para as Aldeias Históricas de Portugal de Trancoso e Marialva<sup>1</sup>**

## **Local development in rural areas of low density: an intervention proposal for the Historical Villages of Portugal Trancoso and Marialva**

**Paula Reis**

### **Resumo**

*Ao longo das últimas décadas, as áreas rurais de baixa densidade têm vindo a sofrer constantes mutações, oriundas de modelos de desenvolvimento e políticas sectoriais. Neste quadro, emergem novos conceitos e funcionalidades, que conduzem a uma alteração substancial na forma de encarar o espaço rural e, conseqüentemente, o modo como as estratégias de desenvolvimento a implementar nestes espaços deverão ser conduzidas.*

*Nesta perspectiva a grande aposta para o futuro, ao nível da revitalização do mundo rural passa por intervenções directas junto das comunidades locais, procurando-se aproveitar as vantagens locais e pelo estímulo de actividades que valorizem e incrementem o uso sensato dos recursos existentes, em complementaridade com a actividade agrícola, ponderando, de forma sistemática, os impactos sociais, culturais e ambientais de todo o processo. Uma estratégia de trabalho assumida na proposta de intervenção para as duas Aldeias Históricas de Portugal de Trancoso e Marialva.*

**Palavras-chave:** *desenvolvimento local; áreas rurais de baixa densidade; Aldeias Históricas de Portugal*

### **Abstract**

*Over the last decades, rural areas of low density have been undergoing constant changes, derived from models of development and sectoral policies. In this context, emerge new concepts and features, leading to a substantial change in the way of facing the countryside and hence the mode how to implement development strategies in these areas.*

*In this perspective the big bet for the future, the level of revitalization of rural undergoes direct interventions with local communities, seeking to take advantage of the stimulus locations and activities that complementary from farming, pondering, systematically, the social, cultural and environmental aspects of the entire process. A working strategy assumed in the proposed intervention for the two Historic Villages of Portugal from Trancoso and Marialva.*

**Keywords:** *Local development; low density of rural areas; Historical Villages of Portugal*

### **Introdução**

No período pós 2.<sup>a</sup> Guerra Mundial pensou-se que o crescimento económico criaria, de uma forma sustentável, as condições de bem-estar e qualidade de vida das populações. Actualmente, reconhece-se que, apesar do crescimento constituir importante contributo para o processo de Desenvolvimento, dificilmente se pode ignorar que a economia desenquadrada de outras dimensões como sejam o bem-estar social, a animação cultural

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no III Seminário de I&DT, organizado pelo C3i – Centro Interdisciplinar de Investigação e Inovação do Instituto Politécnico de Portalegre, realizado nos dias 6 e 7 de Dezembro de 2012.

e a preservação do ambiente natural, não conduz à sustentabilidade dos recursos e, neste sentido, não produz nem promove o verdadeiro Desenvolvimento. Portugal não constitui excepção a esta realidade. O interior do país, marcado essencialmente pela ruralidade, continua a estar esquecido, dependente da centralidade, com uma população envelhecida e empobrecida, desmotivada e descrente no futuro.

Existem, contudo, recursos, potencialidade e sinergias capazes de inverter esta tendência negativa. Às tradicionais funções do mundo rural juntam-se novos serviços e novas representações simbólicas. O estado de relativa preservação ambiental do espaço rural, a necessidade crescente de amplas zonas de lazer e de descompressão física e psicológica das populações urbanas, a qualidade da gastronomia local, a cultura, a autenticidade e o poder simbólico do mundo rural são novas mais valias que podem e devem ser tomadas em consideração em qualquer estratégia de desenvolvimento local, nomeadamente quando no quadro dessa estratégia se pretender promover a actividade do turismo.

Quando se equacionam estratégias de desenvolvimento de locais de características rurais existe, infelizmente, a tendência para delinear estratégias assentes em pressupostos seguidos para a promoção do desenvolvimento de locais urbanizados. Isto é, considera-se que o desenvolvimento das zonas rurais se deve aproximar dos padrões de vida, comportamentais e de convivência das zonas industriais e urbanas, consideradas “desenvolvidas”. Na nossa perspectiva, esta visão assenta no falso pressuposto de que zonas “desenvolvidas” estão associadas a regiões urbanizadas e zonas “sub-desenvolvidas” ou mesmo “atrasadas” estão associadas a regiões de características rurais.

Em Portugal, são abundantes os casos em que a regeneração e a promoção (turísticas, arquitectónicas, ambientais, culturais...) criaram não lugares ou lugares vazios de dinâmicas, tanto no que diz respeito às suas velhas funções, como às suas novas vocações. A maior parte das Aldeias Históricas de Portugal, a maior parte das aldeias da serra da Lousã, a maior parte dos lugares que integram a Rede das Aldeias de Xisto, as aldeias vinhateiras, entre outros casos, podem constituir-se como exemplos de como a regeneração nem sempre redundava em significativos ganhos económicos e sociais, sobretudo para os locais. Ou de como, mesmo quando neles resultam, transformam

esses lugares em recriações de uma espécie de ruralidade *made in China*, em que o que se oferece, o que se sonha o que se deseja parece ser global e não como todas as políticas de desenvolvimento rural proclamam como sendo absolutamente necessário – local, endógeno e específico. Em parte, isto sucede porque estas intervenções sejam públicas ou privadas derivam mais de exigências e olhares exteriores do que das necessidades internas e são, igualmente desenvolvidas por agentes externos ao mundo rural. Paralelamente, existe uma grande descoincidência no tempo das intervenções, porque existe uma variedade no tempo dos actores sociais, dos agentes políticos e até do próprio espaço geográfico (Figueiredo, 2003), ou seja, há uma negligência no tempo que existe para proceder à reanimação de um território, sem esquecer a falta de recurso aos instrumentos metodológicos que qualquer processo de desenvolvimento proclama como necessário – planeamento.

Mas será que haverá soluções milagrosas para certas situações em Portugal que parecem não ter volta a dar? Existem áreas rurais que parecem não ter volta a dar, muitos dos programas de financiamento, medidas e instrumentos de planeamento chegaram tardiamente, ou seja, existem aldeias que a população é reduzida e idosa, onde não nasce uma única criança e outras que simplesmente os actores do território desapareceram, em que a sua história morreu juntamente com os que partiram.

Neste contexto, a nossa estratégia formulou-se em função do conhecimento obtido, do qual resulta uma proposta de intervenção/acção e que combina com uma configuração estratégica que se revelou mais adequada ao estádio em que se encontra o território, no que concerne à valorização sócio-económica do binómio Turismo/Aldeias Históricas de Trancoso e Marialva.

## **2. As áreas rurais de baixa densidade: transformações e dinâmicas de desenvolvimento local**

Nas últimas décadas, em muitas regiões e países, os contornos do espaço rural foram-se alterando, ainda que com uma grande diversidade, decorrente das características e dinâmicas de cada contexto socioeconómico. Mercê dessas transformações, uma boa parte dos territórios rurais atravessa hoje processos mais ou menos profundos de redefinição, de reestruturação, de reconfiguração e, até, de reinvenção ou recriação.

As alterações sofridas, nas zonas rurais portuguesas estão relacionadas com o modelo de desenvolvimento económico adoptado – paradigma funcionalista, do forte êxodo da década de 60, uma maior abertura da económica do país e a crescente modernização da agricultura, consequências dos efeitos das políticas sectoriais agrícolas e regionais. Foram depois, os acontecimentos dos anos pós 1974, que sucedeu um período de instabilidade económica, social e governativa que se estendeu até meados do decénio seguinte, embora com maior força até 1976, período que decorreu a Reforma Agrária e contra-Reforma Agrária. Registaram-se, ainda, os efeitos dos anos oitenta e noventa da nossa integração na Comunidade Económica Europeia (políticas sectoriais e territoriais), actualmente designada União Europeia, que comandou uma recuperação económica assistida, acompanhada de estabilidade política (Baptista, 2011).

Nos finais dos anos 80, a Comissão Europeia traduziu bem o papel das áreas rurais, com o reforço de medidas estruturais que valorizam os espaços rurais numa perspectiva ambiental e paisagística (agro-ambientais), e reforçaram-se os caminhos de diversificação de actividades e funções das explorações agrícolas e dos agricultores – renascimento das zonas rurais. As vocações do mundo rural foram-se alterando ou readaptando à necessidade de atracção e de captação de dinheiro e pessoas, transformando aldeias de produção agrícola em lugares de consumo de actividades de turismo, recreio e reprodução de alimentos típicos e tradicionais, um rural que sobrevive para ser consumido ou para ser palco de múltiplos consumos. A questão da preservação e protecção do mundo rural é, cada vez mais, entendida como uma questão principal para os actores económicos, sociais, políticos e instituições oficiais.

Perante este cenário de depressão dos territórios de baixa densidade, diversas entidades têm procurado contrariar ou atenuar os efeitos prejudiciais ao nível do êxodo rural e do envelhecimento demográfico. Vários programas e projectos têm procurado solucionar os problemas destes territórios com intervenções de revitalização sócio-económica, fixação de população, reforço do investimento público e da promoção turística, sendo o caso do programa das Aldeias Históricas de Portugal (Região Centro). Esta iniciativa, lançada no âmbito do Quadro Comunitário de Apoio II (Programa Operacional da Região Centro, nomeadamente a Acção Integrada de Base Territorial “Acções Inovadoras de Dinamização das Aldeias”), abrangeu uma dezena de aldeias<sup>1</sup>.

As estratégias de desenvolvimento dos territórios rurais têm vindo a apontar o Turismo como um dos sectores fundamentais para o desenvolvimento de territórios menos favorecidos, pois potencia a sua reconstituição e preservação, contribui para o desenvolvimento da economia local, através da criação de novos empregos, quer na área do Turismo, quer na área das actividades artesanais e proporciona outras fontes complementares de rendimentos (Cavaco, 1999).

As recentes transformações tem desencadeado, nas áreas rurais, novas dimensões e novos valores como espaços de recreio e lazer, como espaços de reserva de recursos e bens ambientais e também como espaços de memória e herança cultural (Figueiredo, 2011:16). Ou seja, o conceito de rural tende a ganhar novos contornos como consequência das transformações que têm tido nos vários territórios. Por outro lado, o rural tende a distanciar-se cada vez mais de uma concepção sectorial que assentava tradicionalmente nas actividades agrícolas.

Deste modo, presencia-se a proliferação de actividades de turismo, recreio e lazer para as populações urbanas e da produção de valores simbólicos (Reis, 2001: 41). Na sua obra Miguel Carvalho (2009), citado por Álvaro Domingues, refere que na actualidade, *“as nossas aldeias estão condenadas a ser o recreio das pessoas da cidade”* (Domingues, 2011:146), uma opinião partilhada por João Ferrão (2000), que designa esta crescente utilização, pelos cidadãos, de espaços rurais para fins lúdicos como ludificação territorial, através de novas formas de re-invenção do rural com o processo de turistificação ou de patrimonialização (Peixoto, 2002).

Para o geógrafo João Ferrão, este género de processo, organiza-se em redor de quatro elementos: a ruptura explícita e deliberada com a função “clássica” dos campos (produção de alimento/actividade agrícola); a valorização da dimensão não agrícola do mundo rural, a partir da ideia de património, sustentada quer em ideias de renaturalização do espaço rural, quer de procura de sinais de autenticidade ou mercantilização das paisagens; transformação do mundo rural em espaços multifuncionais com valor patrimonial; a crescente abordagem do rural à luz de uma nova concepção: a dos espaços de baixa densidade, não apenas física, mas também relacional (Ferrão, 2000).

Hoje, o mundo rural é um lugar de encenação, repleto de representações, por certas fracções de populações urbanas, recriando e reinventando à imagem e semelhança das representações urbanas – imaginário rural, sobre o qual se constroem as novas vocações destes espaços, como por exemplo o caso de Óbidos. Assiste-se a apropriação destas áreas rurais como áreas de pleno consumo (áreas comercializáveis), sem grandes estratégias de diferenciação, existindo, uma apropriação da própria paisagem com estratégias de marketing. Por vezes, sucede que o território não dispõe do factor diferencial, ele é inventado, como sucedeu com o festival de chocolate de Óbidos com o objectivo de atrair o maior número de turistas e visitantes, mas o chocolate não possui nenhum relacionamento com a história da cidade. Na eminência deste cenário é levantada uma questão: espaço rural ou recreação?

Nos últimos anos, tem crescido a transformação do rural em paisagens recriadas, criando fossos entre o carácter utilitário das áreas rurais, uma especificidade atribuída pelas gentes locais a contrapor ao carácter de folclorização e museificação de visitantes e Estado.

Uma situação que provoca conflitos na rede de actores, mais concretamente entre estes últimos e os residentes, em muitas situações não existe uma envolvimento nos processos de desenvolvimento local ou regional da população local, o que provoca um sentimento de perda de pertença ou autenticidade destes territórios, com a mudança dos hábitos quotidianos dos habitantes locais, sendo um dos principais transtornos, preconizados pelo Estado através da vinculação de programas e medidas, que vinculam um rural orientado para o exterior. Um desses casos, é o programa das Aldeias Históricas de Portugal, aonde, decorreu diversas intervenções em infra-estruturas mas hoje são apenas cenários, palcos vazios de actores locais e não locais. Em parte, isto acontece porque estas intervenções derivam de olhares externos à comunidade – museificação. Na rota deste exemplo, emerge um vasto conjunto doutras aldeias típicas, de festivais, de alojamentos, de paisagens, etc, com fracas estratégias de diferenciação e muitas semelhanças na sua produção. Mas qual será a viabilidade socioeconómica destas aldeias sem apoios estatais? Haverá vida nestas áreas rurais sem programas de financiamento e políticas mais relevantes?



As diversas políticas públicas promovidas nos últimos anos registam uma grande dificuldade de actuação, perante esta realidade que gera um ciclo de causalidade cumulativa nos territórios de baixa densidade, quer ao nível de empreendedorismo inovador e gerador de actividade económica, que automaticamente gera desemprego, perda demográfica e de recursos com qualificações e coloca em causa todo o esforço ao nível de serviços e infra-estruturas realizado. Alguns autores defendem o combate urgente desta trajectória de espaço museu num claro esforço de reconquista e revitalização territorial.

### 3. Metodologia

Face as especificidades do estudo, a escolha da metodologia centrou-se numa triangulação de métodos, isto é, uma combinação de métodos quantitativos e qualitativos: inquérito por questionário, inquérito por entrevista e estudo de casos (ver quadro 1) com vista a enriquecer os resultados da investigação de carácter exploratório-descritivo. Apesar, de tradicionalmente estes dois métodos de investigação estarem associados a paradigmas distintos, muitos investigadores defendem a combinação dos dois métodos na resolução de um problema de pesquisa (por exemplo, Brewer e Hunter, 1989; Bryman, 1992), porém, outros autores apresentam opiniões contraditórias à combinação das duas metodologias, por razões de ordem teórica e epistemológica (Brannen, 1992).

**Quadro n.º 1 – Dimensão de abordagem pelos métodos utilizados para a investigação realizada**

Métodos	Dimensão	Público-alvo
<b>Inquérito por questionário</b>	Caracterizar a população das aldeias históricas; conhecer as percepções dos residentes sobre turismo na aldeia histórica; aferir a relação entre turismo e desenvolvimento na aldeia histórica e; as perspectivas futuras de intervenção e rentabilização dos recursos endógenos na aldeia histórica.	Amostra estratificada proporcional: sexo, idade (entre 15 e os 65+ anos) e aldeia histórica (Trancoso e Marialva) – 350 habitantes
<b>Entrevistas semi-directivas</b>	Identificar as principais potencialidades e condicionantes ao desenvolvimento do turismo; aferir as actividades de animação turística; determinar as medidas/iniciativas para a concepção de produtos turísticos; perceber as dinâmicas criadas para a competitividade do destino e o envolvimento em rede com as outras aldeias.	Amostragem intencional – 7 informantes-chaves: representantes das autarquias, de associações de desenvolvimento local e empresários locais

<b>Estudo de casos múltiplo (inquérito por questionário)</b>	Caracterizar a procura e a oferta turística nas aldeias históricas; e aferir a percepção sobre o desenvolvimento de circuitos turísticos.	Estudo de casos aos visitantes das duas A.H.P. (8 casos)
--	---	--

**Fonte:** Elaboração própria

Para analisar as diferentes dimensões dos inquéritos por questionário à população local, utilizou-se uma serie de testes estatísticos com o recurso à análise de distribuição de frequências – análise univariada, e para se efectuar a análise bivariada, no sentido de relacionar as variáveis, utilizou-se testes estatísticos: o Qui-quadrado, no das variáveis nominais e o Teste de U Mann-Whitney, no caso das variáveis ordinais, sempre que possível (Pestana e Gageiro, 1998). Ao nível da análise e interpretação da informação obtida junto dos informantes-chave e dos visitantes das aldeias históricas, foi realizada através da análise de conteúdo com base na modalidade categorial temática.

### **3. Proposta de intervenção: Aldeias Históricas de Portugal de Trancoso e Marialva**

As duas aldeias históricas que integram a Rede das Aldeias Históricas de Portugal são uma pequena amostra da realidade transversal da restante rede. As duas aldeias históricas localizam-se entre o Vale do Douro e a Serra da Estrela, a leste fazem fronteira com Espanha e a oeste com o rio Dão, no interior da Beira Interior Norte – NUT III, na parte noroeste do distrito da Guarda.

Nas duas aldeias, o sector primário tem vindo a perder importância, praticada, essencialmente, de forma tradicional e como agricultura de subsistência por uma população envelhecida, verifica-se uma predominância clara das actividades não agrícolas, incidindo, principalmente, no sector terciário. Trancoso apresenta uma maior diversidade de comércio e serviços, estando Marialva em situação oposta pelas diferentes funcionalidades administrativas. As actividades de animação turística são, nas duas aldeias históricas, relativamente escassas.

Apesar de haver consenso quanto às melhorias registadas na aldeia histórica de Marialva com as intervenções do Programa das Aldeias Históricas de Portugal, nomeadamente na recuperação dos arruamentos da aldeia, nas canalizações, nas fachadas das casas, na recuperação do património e investimentos privados. Esta

realidade desmorona-se, quando, abordamos a população da aldeia histórica de Trancoso, segundo os inquiridos, este projecto não trouxe benefícios a verificar-se pela ausência de notoriedade e desconhecimento do projecto das Aldeias Históricas de Portugal. No geral os inquiridos têm a percepção de que a dinâmica criada com o projecto das Aldeias Históricas foi fraca.

O quadro seguinte apresenta as percepções dos habitantes, informantes-chave e visitantes das Aldeias Históricas de Portugal, perfazendo uma síntese da visão destes actores quanto aos pontos fortes, pontos fracos e oportunidades das duas aldeias históricas, nas diferentes dimensões. Em síntese, o quadro que se apresenta é, um retrato transversal da própria Rede na sua globalidade e da própria região.

**Quadro nº 2 – Pontos fortes, pontos fracos e oportunidades das Aldeias Históricas de Portugal de Trancoso e Marialva**

<b>Dimensões</b>	<b>Aspectos assinalados</b>
<b>Pontos Fracos</b>	População envelhecida; Ausência de actividades económicas/debilidade do sector primário; falta de investimentos públicos e privados; falta de oferta ao nível da restauração, de museus e exposições, de actividades de animação turística e de merchandising (gastronomia/artesanato); desaproveitamento dos recursos endógenos; pouca intervenção do poder local; fraca divulgação e rentabilização do Programa das Aldeias Históricas; ausência de cooperação inter-concelhia; fragilidades na conservação do património; falta de recursos humanos qualificados na área do turismo; falta de sinalização de alguns pontos de interesse; inadequado horário do posto de turismo e tempo de permanência de turistas e visitantes curto – “ponto de passagem” e ausência de operadores turísticos.
<b>Pontos Fortes</b>	Património; paisagens e natureza; gastronomia; cultura local; produtos locais (vinho, azeite, castanha, mel, queijo e fumeiro); festas e festividades religiosas; usos e costumes; artesanato; clima; turismo de aldeia; saber-fazer do mundo rural; boas acessibilidades e centralidade geográfica; segurança e sossego.
<b>Oportunidades e Iniciativas</b>	Promoção do património, paisagem, gastronomia, produtos regionais e da oferta turística (alojamento, restauração e artesanato); feiras e mercados; aparecimento de investimentos; redescoberta e projecção de sítios de valor turístico; criação de infra-estruturas de apoio e criação de circuitos temáticos.

**Fonte:** Elaboração própria

Partindo da análise do quadro 2 elaborado na fase de diagnóstico, foi definida a estratégia de desenvolvimento para as duas aldeias históricas, com a apresentação de uma proposta de intervenção.

Nesta linha, a proposta de desenvolvimento local para as aldeias históricas tem como objectivo primordial definir a estratégia integrada de actuação do turismo nestas aldeias históricas e contextualizar os vários agentes locais na afirmação desta estratégia, dotando-as de um conjunto de intervenções que contribuam para afirmar o desenvolvimento turístico, tirando partido dos recursos endógenos que se integram no binómio Turismo/Aldeias Históricas e que sustentam a estratégia de desenvolvimento local. A estratégia de desenvolvimento local preconizada é consubstanciada através da análise dos contextos que motivam a procura de novas práticas ligadas ao turismo cultural, patrimonial e de natureza.

Assim, pretende-se com esta estratégia dinamizar um processo de desenvolvimento económico-social, de valorização e fruição sustentada das Aldeias Históricas de Trancoso e Marialva, conducente a maiores níveis de atractividade territorial, de fixação de população e que alcance níveis mais elevados de qualidade de vida através da geração de maior valor acrescentado, criação de emprego e formação de recursos humanos e qualificação da oferta, em estreita consonância com a estratégia delineada pelos vários regulamentos estratégicos de nível municipal, regional, nacional e comunitário<sup>2</sup>.

Assim, que actividade turística tem potencial de desenvolvimento nas Aldeias Históricas de Trancoso e Marialva, que estruture um novo perfil de especialização económica e assegure novas capacidades competitivas e desencadeie sinergias de qualidade de vida das populações assim como sustentabilidade no longo prazo?

A informação obtida junto dos intervenientes locais mostrou um cenário favorável de uma estratégia de desenvolvimento local baseada numa opção de fundo: dinamizar e explorar as actividades turísticas, como via de promoção e valorização dos recursos endógenos das Aldeias Históricas de Trancoso e Marialva, para alavancar um novo ciclo de desenvolvimento económico e social.

A análise ao diagnóstico deixa transparecer as potencialidades do território, pese embora a verificação de algumas carências relevantes, as Aldeias Históricas de Trancoso e Marialva são consideradas um local privilegiado para o incremento de um: turismo integrado, de autenticidade, excelência e diversidade. Em que a sua implementação e desenvolvimento assenta numa estratégia distinta e única, assente em três pilares: património construído, recursos naturais e paisagísticos, cultura, tradição/usos e costumes de uma ruralidade.

Dessa forma, a estratégia proposta passa pela exploração deste mosaico de recursos endógenos das Aldeias Históricas de Trancoso e Marialva, conjugando diferentes dimensões de sustentabilidade – criação de produtos únicos. Este agregado de recursos endógenos, e não apenas cada uma das suas especificidades territoriais, forma o macro recurso endógeno que se projecta valorizar nestas aldeias históricas, de molde a despoletar uma nova dinamização de desenvolvimento das actividades turísticas e culturais e, por estas e pelas sinergias que criarão contribuir para um processo sustentado de desenvolvimento socioeconómico social e cultural deste território.

A congregação destes princípios acima definidos articulam-se ao desiderato de impulsionar as Aldeias Históricas de Trancoso e Marialva a um processo dinâmico de transformação no sector turístico, procurando atingir: um desenvolvimento harmonioso e equilibrado; daí resultando um crescimento sustentado da actividade; ao mesmo tempo que se fazem expandir os seus efeitos para áreas adjacentes.

Esta estratégia de desenvolvimento turístico pretende:

- Adoptar um padrão de melhores práticas para o desenvolvimento local;
- Promover e consolidar um produto turístico considerado estratégico;
- Promover a competitividade do território – destino turístico;
- Valorizar os recursos endógenos do território para o desenvolvimento das actividades turísticas e dinamização local;
- Proteger e valorizar os recursos culturais, ambientais e das paisagens que marcam a identidade das Aldeias Históricas de Portugal de Trancoso e Marialva;
- Estimular formas de cooperação e parcerias locais e regionais, e um sistema de actividades mais consistente e sinérgico.

Tomando como orientação estas linhas estratégicas com a integração de circuitos turísticos nas Aldeias Históricas de Portugal de Trancoso e Marialva, foi então definido um quadro geral de objectivos estratégicos sistematizados em objectivos estruturantes, que inclui os objectivos de integração (I) e de qualificação e sustentabilidade (Q) e objectivos operacionais (O).

### **Quadro nº 3 – Quadro geral de objectivos estratégicos**

<b>Objectivos gerais e de integração (I):</b>
<p><b>I1.</b> Promover o desenvolvimento integrado de produtos turísticos, criando complementaridades interterritoriais;</p> <p><b>I2</b> Potenciar o crescimento da actividade turística como mecanismo de desenvolvimento sócio-económico em inter-ligação com o meio ambiente;</p> <p><b>I3.</b> Valorizar o património cultural, ambiental e natural em plena articulação com as particularidades das Aldeias Históricas no domínio do Turismo;</p> <p><b>I4.</b> Consolidar a identidade das Aldeias Históricas de Trancoso e Marialva como destino turístico, na projecção de circuitos turísticos temáticos;</p> <p><b>I5.</b> Dar visibilidade ao turismo como factor contributivo no quadro de relações intersectoriais e no alargamento do mercado de emprego.</p>
<b>Objectivos específicos de qualificação e sustentabilidade (Q)</b>
<p><b>Q1.</b> Desenvolver e manter actualizado um estado de espírito de qualificação, planeamento, estruturação, organização e promoção da oferta, reforçando a respectiva atractividade em conexão com a valorização do ambiente histórico, económico e social, natureza, cultura e tradição;</p> <p><b>Q2.</b> Criar e manter actualizado um calendário de actividades e eventos que assegure notoriedade ao destino e o enriquecimento da experiência do turista;</p> <p><b>Q3.</b> Sensibilizar os actores locais do sector privado para as oportunidades de investimento abertas, principalmente no ramo turístico da animação turística e restauração;</p> <p><b>Q4.</b> Criar uma rede de infra-estruturas e serviços de oferta de modo a transformar o número de visitantes em turistas;</p> <p><b>Q5.</b> Preservar, recuperar e proteger o património edificado, os recursos naturais e culturais em articulação com as entidades locais, regionais e nacionais.</p>
<b>Objectivos Operacionais (O)</b>
<p><b>O1.</b> Estimular a criação de novos serviços turísticos e distribuídos de forma uniforme nas Aldeias Históricas;</p> <p><b>O2.</b> Operacionalizar um crescimento sustentado dos fluxos de turistas visando especialmente circuitos turísticos temáticos;</p>

- O3.** Aumentar a estada média dos turistas, rentabilizando/jogando com a situação geográfica, com a criação de produtos e serviços amplos por todo o território;
- O4.** Fazer crescer a receita média diária por turista principalmente ao nível da hotelaria, através de uma melhor integração entre a oferta dos vários serviços prestados aos visitantes e turistas;
- O5.** Diminuir a sazonalidade da procura turística;
- O6.** Segmentar o espaço turístico, gerando sinergias entre espaços e produtos turísticos;
- O7.** Melhorar e valorizar o profissionalismo na actividade turística, através do desenvolvimento de um processo de formação profissional contínuo e consolidar uma cultura de bom acolhimento ou hospitalidade;
- O8.** Afirmar uma imagem turística atractiva.

**Fonte:** Elaboração própria

Como horizonte temporal da presente proposta de intervenção foi considerado um período de oito a dez anos. De qualquer forma, será desejável e muito importante que na aplicação concreta deste horizonte temporal, se processe uma compatibilização com o período de aplicação do planeamento económico global de toda a Região que abrange as Aldeias Históricas de Trancoso e Marialva.

Na linha das objectivos apresentados na estratégia de desenvolvimento turístico, para que possam atingir o sucesso desejado, e na ausência de uma entidade gestora e fomentadora do desenvolvimento das actividades turísticas e culturais no sentido de criar uma dinâmica apoiada de investimento, que permita abrir o progresso da oferta e desencadear acções promocionais, torna-se necessário criar uma rede de trabalho pluridisciplinar, com uma estrutura sólida e organizacional capaz de incentivar, gerir, monitorizar e avaliar a implementação dos circuitos turísticos e todas as acções adjacentes, ou seja, “pilotar a estratégia”. A proposta de intervenção assume-se como um instrumento que de forma integrada de longo prazo, envolvendo os vários agentes sociais e económicos, durante todo o processo.

A governança moderna é, contudo, exigente em partilha dos meios e de responsabilidades, o que exige aos diversos actores e protagonistas em presença, um esforço de abertura a novos modelos de gestão e exploração turística do destino. É neste âmbito que sugerimos a criação de uma Agência de Desenvolvimento e Marketing Territorial das Aldeias Históricas, para que a proposta de desenvolvimento que se lançou possa produzir resultados esperados.

## **Conclusões**

O texto que acabamos de produzir procurou, a partir de um estudo exploratório-descritivo, traduzir a realidade de duas aldeias históricas que integram a Rede, são uma pequena amostra da realidade regional e nacional, que representam um conjunto de reflexões e preocupações entre estudiosos e instâncias nacionais e comunitárias, mas estamos ainda longe da luz ao fundo do túnel.

De facto, está ainda por implementar um modelo de desenvolvimento capaz de devolver a estas regiões o lugar que elas deverão ocupar no quadro regional, nacional e europeu. A Rede das Aldeias Históricas de Portugal constitui um exemplo claro da necessidade de intervenção e implementação de medidas conducentes ao seu desenvolvimento. É necessário, neste sentido, tirar partido dos pontos fortes que as Aldeias Históricas de Portugal, em particular, apresentam para dessa forma traçar as estratégias de desenvolvimento mais adequadas.

Não nos devemos esquecer, contudo, que o processo de desenvolvimento a desencadear, não deverá ter como finalidade única o desenvolvimento económico da rede, mas sim o desenvolvimento integrado dos principais sectores de actividade, entre os quais o turismo e agricultura. Só através do desenvolvimento articulado e concertado de todos os sectores locais se poderá alcançar o desenvolvimento económico da região.

É dentro deste quadro que se entendeu que o Turismo, sob a forma de circuitos turísticos temáticos, podem constituir um motor de desenvolvimento das Aldeias Históricas de Portugal, visto que, possibilitam pela sua natureza o aproveitamento racional e sustentado dos recursos endógenos existentes, bem como contribuem para o renascimento e para o futuro dos espaços rurais.

Os espaços rurais serão no futuro aquilo que a evolução da economia e da sociedade permitirem e aquilo que todos quisermos que eles sejam.

## **Notas de texto**

<sup>1</sup> A rede das Aldeias Históricas de Portugal é composta por: Piódão, Marialva, Linhares da Beira, Castelo Rodrigo, Almeida, Castelo Mendo, Sortelha, Castelo Novo, Monsanto, Idanha-a-Velha, Trancoso e Belmonte.

<sup>2</sup> Plano Estratégico de Desenvolvimento Rural 2007-2013; PROT – Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro; PROVERE – Programa de Valorização Económica de Recursos Endógenos; PRODOR – Programa de Desenvolvimento Rural;



## Referências Bibliográficas

Baptista, Fernando, “Os contornos do rural”, in Elisabete Figueiredo (Coord.) (2011), *O Rural Plural – Olhar o Presente, Imaginar o Futuro*, Castro Verde, 100 Luz, pp. 49-58.

Brannen, J. (1992), “Combining qualitative and quantitative approaches: an overview”, in Brannen, J. (Ed.), *Mixing Methods: qualitative and quantitative research*, Ashgate, pp. 3-37. 23.

Brewer, J. & e Hunter, A. (1989). *Multimethod Research. A Synthesis of Styles*. Newbury Park: Sage.

Bryman, A. (1992), “Quantitative and qualitative research: further reflections on their integration”, in Brannen, J. (ed.), *Mixing Methods: qualitative and quantitative research*, Ashgate, pp. 57-78.

Cavaco, Carminda, “O Mundo Rural Português: Desafios e Futuros”, in Carminda Cavaco (Coord.) (1999), *Desenvolvimento Rural: Desafio e Utopia*, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, pp. 135 – 148.

Domingues, Álvaro (2011), *Vida no Campo*, Porto, Dafne Editora.

Ferrão, João (2000), “Relações entre o Mundo Rural e Mundo Urbano – Evolução Histórica, Situação Actual e Pistas para o Futuro”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº33, pp.45-54.

Figueiredo, Elisabete, “«Quantas mais “aldeias típicas” conseguimos suportar?» Algumas reflexões a propósito do turismo como instrumento de desenvolvimento local em meio rural” in Orlando Simões e Artur Cristóvão (org.) (2003) *TER – Turismo em Espaços Rurais e Naturais*, Coimbra: Instituto Politécnico de Coimbra, pp. 65-81.

Figueiredo, Elisabete, “Um rural cheio de futuros?”, in Elisabete Figueiredo (Coord.) (2011), *O Rural Plural – Olhar o Presente, Imaginar o Futuro*, Castro Verde, 100 Luz, pp. 13-46.

Peixoto, P. (2002), “Os Meios Rurais e a Descoberta do Património”, *Cadernos Oficina do Centro de Estudos Sociais*, nº 175.

Pestana, M. e Gageiro, J. (1998), *Análise dos dados para ciências sociais – A complementaridade do SPSS*, Edições Sílabo, Lisboa.

Reis, José (2001), “ A globalização como metáfora de perplexidade? Os processos geo-económicos e o «simples» funcionamento dos sistemas complexos”, in Santos, Boaventura de Sousa (Org.). *Globalização. Fatalidade ou Utopia?* Porto: Edições Afrontamento, pp. 111-134.

## **Notas sobre a autora**

**Email:** [paula.reis@ipportalegre.pt](mailto:paula.reis@ipportalegre.pt)

**Afiliação Institucional:** Centro Interdisciplinar de Investigação e Inovação do Instituto Politécnico de Portalegre

### **Nota biográfica:**

Licenciada em Sociologia, mestre em Turismo (Especialização em Turismo e Desenvolvimento) pela Universidade de Évora e doutoranda em Turismo, Lazer e Cultura na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Os principais interesses de investigação incidem em: Sociologia Rural e Urbana, Turismo, Desenvolvimento e Planeamento (metodologia e instrumentos de intervenção). Colaboradora e investigadora do Centro Interdisciplinar de Investigação e Inovação do Instituto Politécnico de Portalegre.

## **POPULAÇÕES E SAÚDE**

# **Diagnóstico da Situação no Agrupamento nº1 e Avaliação da Intervenção dos hábitos alimentares de crianças e jovens do Agrupamento nº2 de Portalegre<sup>1</sup>**

**An intervention on eating habits of children of a group of schools in Portalegre**

**Maria Margarida Cândido Malcata**

**Manuel de Jesus Espirito Santo**

## **Resumo**

**Introdução:** Os hábitos alimentares das crianças do Agrupamento nº1 e 2 foram analisados, e foi realizado um estudo interventivo nas crianças do Agrupamento nº2. O diagnóstico dos hábitos alimentares das crianças do Agrupamento nº1 foi feito para o planeamento de uma intervenção mais focada.

**Métodos:** Crianças e jovens, dos 6 aos 17 anos foram estudadas, tendo sido recolhidos os dados antropométricos e verificados os hábitos alimentares. A colheita de dados desenvolveu-se em dois momentos distintos: 2007 e 2012. No período intercalar, o “Projeto Alimentação Saudável” foi implementado a nível da sala de aula, escola e comunidade, no Agrupamento nº2.

**Resultados:** Após a intervenção no Agrupamento nº2, registou-se: aumento do consumo de fruta, produtos hortícolas e leite e a redução de alimentos de maior valor energético. A par das mudanças alimentares, verificou-se uma diminuição dos valores de excesso de peso e obesidade de 0,5% nas raparigas e 0,6% nos rapazes. Comparativamente, no Agrupamento nº1 (sem intervenção), observou-se uma maior frequência de alimentos menos saudáveis: bolos, manteiga e “fast-food”. A par destas diferenças nos hábitos alimentares, constatamos um diferencial no excesso de peso e obesidade de 1,7% nas raparigas e de 2,3% nos rapazes a favor do Agrupamento nº1.

**Conclusão:** Propomos iniciativas semelhantes, para mudar os hábitos alimentares das crianças e jovens.

**Palavras-chave:** perímetro da cintura (PC); síndrome metabólica (SM); obesidade; hábitos alimentares.

## **Abstract**

**Introduction:** It is well accepted that non healthy diet may lead to overweight and obesity in children. This study consists of an intervention on eating habits of children from a secondary school and we report eating habits of primary school children for planning of future intervention.

**Methods:** Children with 6-17 years of age were studied, collecting information about their anthropometric data and eating habits, in two distinct time periods: 2007 (only children of Agrupamento nº2) and 2012. In between, interventions in class rooms, schools and in the general community were undertaken as part of the “Projeto Alimentação Saudável”.

**Results:** As result of the intervention, children (Agrupamento nº2) increased their consumption of fruit, vegetables and milk and decreased the amount of high-energy food on their diet. Simultaneously to diet changes, overweight and obesity rates diminished by 0,5% for girls and 0,6% for boys. In comparison, children from Agrupamento nº1 eat more high-energy food, such as cakes, butter and fast-food and their overweight and obesity rates are higher by 1.7% (girls) and 2.3% (boys).

**Conclusion:** The non-healthy diet of children is related with their overweight and obesity. Teaching the community about healthy eating habits was effective. Similar initiatives should be considered to promote healthy eating habits of children and teenagers.

**Keywords:** waist circumferences, metabolic syndrome, obesity, eating habits.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no III Seminário de I&DT, organizado pelo C3i – Centro Interdisciplinar de Investigação e Inovação do Instituto Politécnico de Portalegre, realizado nos dias 6 e 7 de Dezembro de 2012.

## **Introdução**

A obesidade é uma doença crónica com enorme prevalência nos países desenvolvidos, que atinge ambos os géneros de todas as etnias e de todas as idades, reduz a qualidade de vida e tem elevadas taxas de morbilidade e de mortalidade. É considerada pela Organização Mundial de Saúde como a “Epidemia do século XXI”, e é considerada a segunda causa de morte passível de ser prevenida (D. G. d. Saúde, 2005)<sup>19</sup>.

Os mais recentes dados relativos à prevalência da obesidade e excesso de peso nas crianças portuguesas são preocupantes, mais de 30% das crianças portuguesas são obesas ou têm excesso de peso (Camolas, 2011)<sup>5</sup>, (Carmo, 2006)<sup>6</sup>. Os estudos apontam também para que esta situação resulta, em larga medida, de escolhas e estilos de vida que conduzem a hábitos alimentares desadequados e pouco saudáveis.

Os fatores de risco para o desenvolvimento de obesidade nas crianças e jovens incluem maus hábitos alimentares (consumo exagerado de alimentos altamente energéticos, ricos em açúcares e gordura, refeições irregulares e baixo consumo de fruta e hortícolas), comportamentos sedentários (ver televisão e jogar jogos de vídeo, etc.) e baixos níveis de atividade física praticada pelas crianças e jovens (Rennie K, 2005)<sup>16</sup>.

O distúrbio orgânico associado à obesidade, o que mais tem motivado investigações científicas internacionais (Villa-Roel, 2009)<sup>22</sup> e nacionais (Raposo, 2010)<sup>15</sup>, nos últimos anos, é a síndrome metabólica. Esta consiste num conjunto de distúrbios metabólicos, incluindo resistência à insulina, hipertensão e dislipidémia diabetes tipo II, associadas ao risco aumentado de doenças cardiovasculares (IDF, 2007)<sup>12</sup>.

Muitos são os autores que referenciam que, se os hábitos alimentares corretos forem adquiridos durante a infância, tendem a permanecer por toda a vida e, consecutivamente, trazem também efeitos benéficos para a saúde (Verde, 2010)<sup>21</sup>.

## **Objetivos**

O objetivo principal deste estudo é realizar o diagnóstico da situação do Agrupamento nº1 e avaliar a intervenção do projeto nas crianças e jovens do Agrupamento nº2 de

Portalegre. Assim, analisar e comparar os hábitos alimentares, a atividade física, os valores antropométricos, a doença ao nível dos dentes e a caracterização profissional dos pais de ambos os Agrupamentos bem como, comparar com os dados obtidos no estudo realizado anteriormente no Agrupamento nº2, em 2007 foi o que foi realizado.

## Material e Métodos

O estudo desenvolvido foi analítico, de intervenção, longitudinal, prospetivo e experimental.

**Tabela 1** – Distribuição das amostras das crianças e jovens dos Agrupamentos nº1 e nº2 do estudo realizado em 2012, e do Agrupamento nº2 do estudo realizado em 2007.

<b>Agrupa/to nº1 (2012)</b>	<b>N</b>	<b>%</b>	<b>Agrupa/to nº2 (2012)</b>	<b>N</b>	<b>%</b>	<b>Agrupa/to nº2 (2007)</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
<b>José Régio</b>	140	49,5	<b>Cristóvão</b>	133	43	<b>Cristóvão</b>	59	50,9
<b>Atalaião</b>	79	27,9	<b>Praceta</b>	95	30,7	<b>Praceta</b>	0	0,0
<b>Urta</b>	34	12,0	<b>Fortios</b>	55	17,8	<b>Fortios</b>	39	33,6
<b>Reguengo</b>	30	10,6	<b>M.Carvalho</b>	26	8,4	<b>M.Carvalho</b>	18	15,5
<b>Totais</b>	<b>283</b>	100	<b>Totais</b>	<b>309</b>	100	<b>Totais</b>	<b>116</b>	100

Observando a tabela nº1, verificamos que a população do estudo realizado em 2012, incidiu em crianças dos 6 aos 17 anos de idade dos Agrupamentos nº1 e nº2 de Portalegre. Nas escolas do Agrupamento nº1 (Escola José Régio) entraram no estudo as seguintes escolas: Atalaião (uma turma do 1º, 2º, 3º e 4º ano), Reguengo e Urta; duas turmas do 5º e 6º ano e uma turma do 7º, 8º e 9º ano, com um total de 283 crianças e jovens. No Agrupamento nº2 (Escola Cristóvão Falcão) fizeram parte do estudo, as seguintes escolas: Praceta (uma turma do 1º, 2º, 3º e 4º ano), Fortios e Monte Carvalho; duas turmas do 5º e 6º ano e uma turma do 7º, 8º e 9º ano, com um total de 309 crianças e jovens. No estudo realizado em 2007, nas escolas do Agrupamento nº2, fizeram parte do estudo, as seguintes escolas: Fortios (uma turma) e Monte Carvalho; duas turmas do 5º e uma turma do 7º e 8º ano, com uma amostragem de 116 crianças (tabela nº1).

No estudo realizado em 2012, a aplicação do instrumento de recolha de dados realizou-se nos meses de Fevereiro e Março, mediante a aplicação de um inquérito, elaborado num estudo de Mestrado na Faculdade de Ciências da Nutrição e Alimentação da Universidade do Porto, em 2006. Os inquéritos foram aplicados através de uma entrevista individual a cada um dos participantes.

No estudo realizado em 2007, as crianças e jovens foram inquiridas em Junho de 2007. Para recolha de informação utilizámos neste estudo dois instrumentos de pesquisa: um questionário às crianças e jovens - para avaliar os comportamentos alimentares saudáveis e não saudáveis e detetar o estado de saúde das crianças e jovens (6 aos 17 anos); um questionário aos pais - para avaliar a ingestão alimentar nas 24 horas precedentes das crianças (3 aos 5 anos), e também para completar a informação recolhida no questionário aplicado às crianças e jovens.

As Variáveis a estudar no estudo realizado em 2007, foram selecionadas as seguintes variáveis: hábitos alimentares na criança, com duas dimensões para a medirem: - a dimensão de hábitos alimentares saudáveis na criança, avaliada através de três indicadores: dieta mediterrânea; roda dos alimentos e alimentação fraccionada. A dimensão de hábitos alimentares não saudáveis na criança, foi também avaliada por três indicadores: alimentação com alto teor de gorduras e sal; alimentação rica em hidratos de carbono com libertação rápida e alimentação reduzida ou mesmo nula em teor de fibras. O IMC e o Nível de doença dos dentes são variáveis que caracterizam a saúde da criança. Para caracterização da criança e jovem, foram condicionantes a escola, a idade, o sexo, o local onde almoça, a ingestão alimentar nas 24 horas precedentes.

No estudo realizado em 2012, foram selecionadas as seguintes variáveis: Caracterização do aluno, tendo sido recolhidos dados sociodemográficos relevantes sobre cada um dos participantes e seus familiares diretos; doença ao nível dos dentes foi avaliada pelo Índice CPO, (Resende, 1999)<sup>17</sup>; avaliação antropométrica: os valores obtidos do índice de massa corporal foram classificados em percentis de acordo com as tabelas de percentil (CDC, 2011)<sup>7</sup>, quanto à variável perímetro da cintura, utilizou-se a estimativa do valor de tabela, para a regressão percentual para todas as crianças, de acordo com o sexo, tabela elaborada por (Fernández JR, 2004)<sup>8</sup>; a variável tensão arterial nas crianças e jovens, foram utilizadas, como referência, as tabelas de percentis de TA, segundo as

definições (P. D.-G. d. Saúde, 2012)<sup>20</sup>; dados relativos aos hábitos alimentares, a recolha de dados sobre os hábitos alimentares das crianças e jovens foi feita através da realização de um questionário de frequência alimentar (nº de vezes) por semana e de um inquérito alimentar às 24 horas precedentes, com perguntas de resposta aberta e fechada, pedindo a todos os alunos que descrevessem pormenorizadamente o seu dia alimentar; dados relativos à Atividade Física, as crianças e jovens foram igualmente questionados sobre os níveis de atividade física, através do indicador “exercício fora de casa”, nomeadamente através de tempo gasto em minutos por semana em várias modalidades desportivas (natação, ginástica, futebol, basquetebol, dança de salão, atletismo, caminhadas, ciclismo) e o indicador “sedentarismo em casa”, através do tempo gasto em minutos, passados a ver televisão e/ou jogar computador, jogos de vídeo e "game boy".

O tratamento estatístico dos dados foi feito através de análise de variáveis, realizou-se através do tratamento descritivo: medidas de tendência central e frequências relativas e absolutas.

No estudo efetuado em 2007, foram realizados testes de Correlação de Pearson e Spearman para verificar a associação entre as variáveis, e o teste de Análise de Regressão Linear Múltipla para verificar o valor preditivo de uma variável em relação a outras. No estudo realizado em 2012, além destes testes, utilizou-se a ANOVA para comparar médias entre grupos e o teste não paramétrico – Man Whitney para comparar o número de ordem das profissões dos pais e das mães dos referidos Agrupamentos. A diferença foi considerada estatisticamente significativa quando se obtiveram valores de  $p < 0,05$ .

## **Resultados / Discussão**

Das 309 crianças e jovens avaliadas no Agrupamento nº2 (Cristóvão Falcão), 142 (46%) são do sexo feminino e 167 (54%) do sexo masculino. Esta amostra apresenta uma média de idades de 9,58 anos ( $\pm 2,51$  anos). Das 283 crianças e jovens avaliados no Agrupamento nº1 (José Régio), 148 (52,3%) são do sexo feminino e 135 (47,7%) do sexo masculino. Esta amostra apresenta uma média de idades de 10,05 anos ( $\pm 2,63$  anos).



No estudo realizado no Agrupamento nº2, em 2007, das 116 crianças e jovens avaliadas, com idade compreendida entre 6 e os 17 anos, 50 (43,1%) são do sexo feminino e 66 (56,9%) do sexo masculino. Esta amostra obteve uma média de idade de 9,85 anos ( $\pm$  2,95 anos).

Em relação à caracterização profissional dos pais, nos inquiridos no Agrupamento nº2, a profissão mais representada é o grupo2 (licenciatura), o pai com o valor de 86 (27,8%) e a mãe com o valor de 105 (34%), seguindo-se o grupo4 (motorista, polícia, cozinheiro), o pai com o valor de 74 (23,9%) e a mãe com o valor 70 (22,7%). No Agrupamento nº1, a profissão mais representada é o grupo5 (empregado de limpeza, jardineiro), o pai com o valor de 74 (26,1%) e a mãe com o valor de 104 (36,7%), seguindo o grupo4 (motorista, polícia, cozinheira), o pai com o valor de 62 (21,9%) e a mãe com o valor de 57 (20,1%).

As crianças e jovens inquiridas do Agrupamento nº1 são oriundas de famílias de classe socioeconómica média baixa, já que as profissões com maior expressão eram profissões manuais e não qualificadas tanto dos pais como as das mães, enquanto as crianças e jovens inquiridos no Agrupamento nº2 são oriundos de famílias de classe socioeconómica média alta, já que as profissões mais representativas dos pais e mães são manuais e com qualificação. E o desemprego é mais representativo nas famílias das crianças e jovens do Agrupamento nº1. Esta componente social deverá ter repercussões a nível dos hábitos alimentares, já que as condições socioeconómicas e o meio envolvente influenciam o consumo alimentar e, conseqüentemente, a ingestão nutricional (Boumtje P, 2005)<sup>4</sup>.

Verificamos que a média do número de ordem das profissões dos pais e das mães dos Agrupamentos nº1 e nº2, apresentam um  $p=0,00$  em ambos Agrupamentos, valores inferiores a  $p<0,05$ , obtêm diferença significativa entre a média do número de ordem das profissões das mães e dos pais nos Agrupamentos nº1 e nº2, com significado estatístico.

Relativamente aos dados das 24 horas alimentares precedentes, quanto ao número de refeições por dia, na amostra do Agrupamento nº1, foram tomadas 5,021 refeições em média, por dia, e no Agrupamento nº2, foram consumidas em média 5,098 refeições. Na

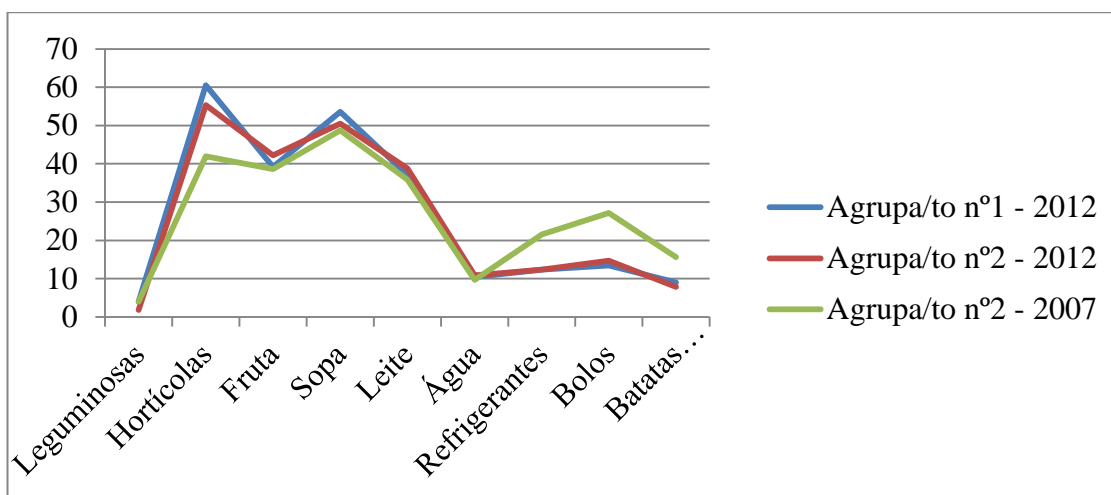
amostra do estudo de 2007, foram tomadas 4,95 refeições em média, por dia. Mas comparativamente com o estudo realizado em 2012, verificamos que nesse estudo, que as crianças e jovens omitem o pequeno-almoço e o lanche da manhã num valor superior. Vários autores são unânimes no seguinte: que o facto de serem omisas refeições durante o dia, principalmente, o pequeno-almoço, poderá ser um indutor à obesidade na criança (Mello, 2004)<sup>13</sup>.

Segundo o local de realização das refeições, é de salientar que quanto à refeição do almoço, as crianças e jovens apresentam comportamentos muito diferentes. Relativamente ao estudo realizado em 2012, no Agrupamento nº1, tomam no refeitório da escola, no valor de 62,5%, no Agrupamento nº2 em casa e na escola, com os valores de 57% e 38,8% respetivamente. No estudo em 2007, tomam na cafetaria/bar escola, no valor de 50,4%. No estudo realizado nos Agrupamentos nº1 e nº2 em 2012 e no Agrupamento nº2 em 2007, verificamos que o local de eleição, na maioria das refeições, é em casa. Mas a refeição do almoço, é preferida na escola, com maior número de crianças e jovens nos Agrupamentos nº1 e nº2, cabe à escola oferecer refeições saudáveis, equilibradas e seguras, que ajudem a preencher as necessidades nutricionais e energéticas das crianças (PORTUGAL, 2007)<sup>14</sup>, enquanto no estudo realizado em 2007, o Agrupamento nº2 apresentava o local preferencial a cafetaria ou bar da escola. Constatamos um valor percentual elevado nas refeições (pequeno-almoço, lanche da manhã e o lanche da tarde) que são realizadas na cafetaria ou bar da escola, sendo este valor relativamente menor no estudo efetuado em 2012, em ambos Agrupamentos.

Vários estudos demonstram que, em geral, as crianças escolhem frequentemente os alimentos que lhes são servidos e elas também preferem os alimentos que estão disponíveis em casa (Rossi, 2008)<sup>18</sup>.

Frequência de ingestão de alimentos nas 24 horas precedentes, através do gráfico nº1, observamos que no estudo realizado em 2012, há maior consumo de fruta e de leite no Agrupamento nº2, e de hortícolas no Agrupamento nº1, alimentos que previnem as principais doenças crónicas como as doenças cardiovasculares, a obesidade e diversos tipos de cancro.

**Gráfico n°1** - Frequência de ingestão de alimentos nas 24 horas precedentes

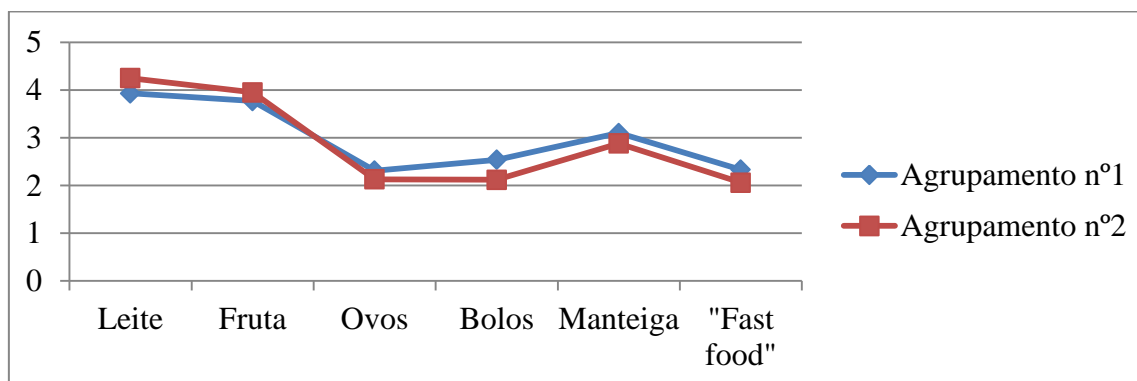


Verificamos que no estudo realizado em 2012 no Agrupamento n°2, há maior ingestão de fruta e de hortícolas comparando com o estudo de 2007, alimentos que proporcionam uma adequada ingestão de vitaminas, minerais e fibra. Além disso, o aumento do consumo destes nutrientes pode ajudar a substituir alimentos que possuem alta concentração de gordura saturada, açúcar e sal (Gomes, 2007)<sup>10</sup>. Em relação à ingestão de alimentos altamente energéticos nas diversas refeições do dia das crianças, aquando dos estudos realizados em 2007 e em 2012 no Agrupamento n°2, observando o gráfico n°1, verificamos que houve uma redução substancial no consumo deste tipo de alimentos, nomeadamente: bolos, refrigerantes, batatas fritas e salgados.

Dados relativos ao questionário de frequência alimentar, foi através do teste de ANOVA, que comparamos as médias da frequência alimentar, dos vários alimentos ingeridos durante a semana, nos Agrupamentos n°1 e n°2. Através do gráfico n°2, observamos, a frequência alimentar dos alimentos, que apresentam diferença significativa, entre os Agrupamentos n°1 e n°2, com o valor  $p < 0,05$ .

Verificamos maior frequência alimentar no Agrupamento n°2 de alimentos mais saudáveis, nomeadamente: leite e fruta. No Agrupamento n°1 verificamos maior frequência alimentar em alimentos menos saudáveis, nomeadamente: bolos, manteiga e “fast-food” (gráfico n°2).

**Gráfico nº 2** – Distribuição da frequência alimentar dos alimentos que apresentam diferença significativa entre os Agrupamentos nº1 e nº2, em 2012.



A avaliação da doença ao nível dos dentes foi calculada através do Índice CPO (Resende, 1999)<sup>17</sup>. No estudo em 2012, verificamos que o Agrupamento nº1 apresentou o valor de 0,88 e o Agrupamento nº2 de 0,72, obtendo ambos Agrupamentos doença muito baixa ao nível dos dentes. No estudo em 2007, o Agrupamento nº2 apresentou o valor de 2,10. Comparando o resultado do Agrupamento nº2 de 2012 com o de 2007, concluímos que houve uma melhoria de doença baixa para muito baixa.

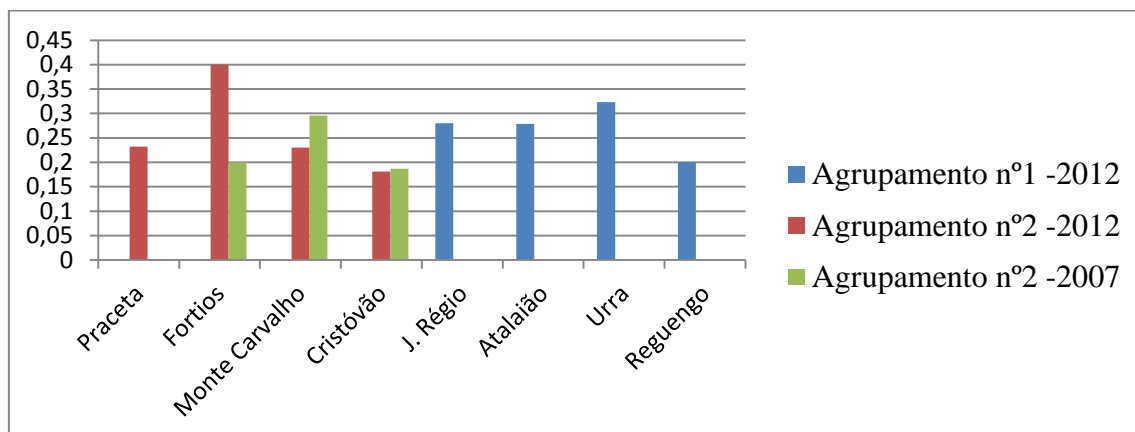
Verificamos que no estudo de 2012, o Agrupamento nº1, apresenta 27,7% de raparigas e 24,5% de rapazes, com excesso de peso e obesidade. No Agrupamento nº2, observamos 26% de raparigas e 22,2% de rapazes, com excesso de peso e obesidade. E no estudo realizado em 2007, o Agrupamento nº2, apresenta 26,5% raparigas e 22,6% rapazes com excesso de peso e obesidade. Verificamos que no Agrupamento nº2, houve um decréscimo de 0,5% nas raparigas e 0,6% nos rapazes no excesso de peso e obesidade.

Os valores do IMC obtidos nos Agrupamentos nº1 e nº2 em 2012 espelham os hábitos alimentares destas crianças e jovens. Como verificamos nos dados apresentados nos estudos de 2007 e 2012 no Agrupamento nº2, houve aparentemente mudança dos hábitos alimentares, ao longo de todas as refeições do dia e, assim, podemos verificar também que aconteceu o mesmo, ao nível dos valores antropométricos.

Neste estudo, em 2012, podemos observar no gráfico nº3, que as escolas que fazem parte do Agrupamento nº1 apresentam valores de excesso de peso e obesidade superiores ao Agrupamento nº2. E comparando os valores do Agrupamento nº2 no estudo de 2012 com os resultados obtidos no estudo em 2007, verificamos que nas

escolas de Cristóvão Falcão e de Monte Carvalho houve um decréscimo nos valores de excesso de peso e obesidade. E na escola de Fortios houve aumento de crianças com excesso de peso e obesidade.

**Gráfico nº3** – Percentagem de excesso de peso e obesidade nas crianças e jovens, por escolas que fazem parte dos Agrupamentos nº1 e nº2 em 2012, e do Agrupamento nº2 em 2007.



Neste estudo, em 2012, verificamos que os alimentos mais energéticos estão associados ao PC, nas crianças e jovens dos Agrupamentos nº1 e nº2, através do Teste de Correlação de Spearman, obtendo um valor de  $p=0,019$ , sendo  $p<0,05$ , o resultado tem significado estatístico.

Em 2007, testou-se que os fatores associados aos comportamentos alimentares não saudáveis eram determinantes para o excesso de peso e obesidade das crianças e jovens do Agrupamento nº2, através do teste de análise de regressão linear múltipla, obteve-se um valor preditivo de 15,2%, com um valor de  $p < 0,05$ .

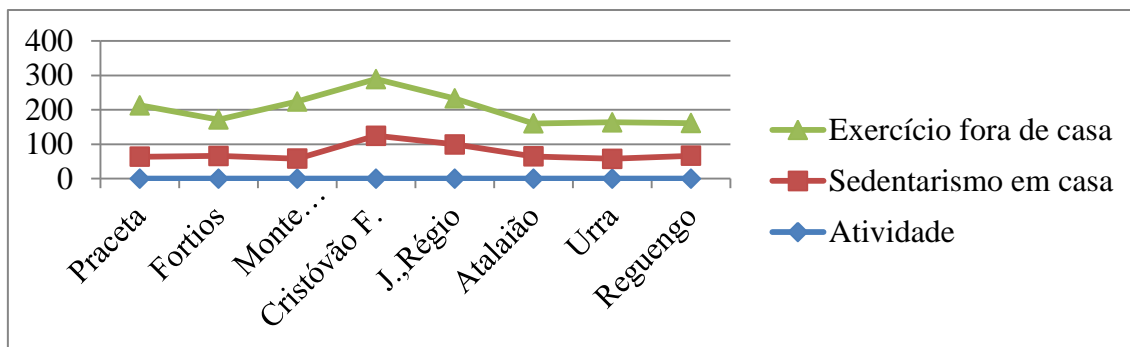
Neste estudo realizado em 2012, verificamos a prevalência dos Parâmetros que definem a Síndrome metabólica nas crianças e jovens com excesso de peso e obesidade, segundo Cruz et al (2004), (IDF, 2007)<sup>12</sup>, (Vliet, 2010)<sup>23</sup>, que no Agrupamento nº1, dos 24,5% de rapazes que apresentam excesso de peso e obesidade, 11,14% apresentam  $PC \geq p90$ , 1,48% apresentam  $TA > 90$  e outros 6,68% apresentam, simultaneamente,  $TA > 90$  e  $PC \geq p90$ . Dos 27,7% de raparigas que apresentam excesso de peso e obesidade, 10,82% apresentam  $PC \geq p90$ , 3,38% apresentam  $TA > 90$  e outros 6,75% apresentam, simultaneamente,  $TA > 90$  e  $PC \geq p90$ . No Agrupamento nº2, dos 22,2% de rapazes que

apresentam excesso de peso e obesidade, 7,80% apresentam  $PC \geq p90$ , 1,80% apresentam  $TA > 90$  e outros 6,60% apresentam, simultaneamente,  $TA > 90$  e  $PC \geq p90$ . Dos 26,0% de raparigas que apresentam excesso de peso e obesidade, 7,03% apresentam  $PC \geq p90$ , 3,51% apresentam  $TA > 90$  e outros 7,03% apresentam, simultaneamente,  $TA > 90$  e  $PC \geq p90$ . A presença de parâmetros que definem a SM, terão maior risco de desenvolver problemas cardiovasculares tanto em criança e jovem (Villa-Roel, 2009)<sup>22</sup>, como na vida adulta (Vliet, 2010)<sup>23</sup>. Verifica-se que no Agrupamento nº1, 17,80% de rapazes e 17,57% de raparigas apresentam  $p \geq p90$ , e no Agrupamento nº2, 14,40% de rapazes e 14,06% de raparigas apresentam  $p \geq p90$ , resultados que merecem muita atenção, pois a obesidade abdominal é um fator independente para o desenvolvimento de Síndrome Metabólica (IDF, 2007)<sup>12</sup> e também é considerado o fator com maior risco cardiovascular, pela associação de Diabetes Tipo II com Hipertensão (Franks Paul W., 2010)<sup>9</sup>, (Andaki, 2011)<sup>3</sup>.

Verificou-se que existe associação entre os parâmetros que fazem parte da Síndrome Metabólica, nomeadamente a tensão arterial e o perímetro da cintura nas crianças e jovens nos Agrupamentos nº1 e nº2, foi realizado o teste de correlação de Pearson, obtendo o valor de correlação (0,119) e  $p=0,045$  no Agrupamento nº1, e o valor de correlação (0,117) e  $p=0,041$  no Agrupamento nº2, estatisticamente significativo. Estas associações existem.

Os valores de sedentarismo em casa das crianças e jovens são ligeiramente semelhantes nos Agrupamentos nº1 e nº2. Ao contrário, ao nível do exercício fora de casa, o Agrupamento nº2, tanto nos rapazes como nas raparigas apresentaram valores superiores ao Agrupamento nº1. Observando e analisando o gráfico nº4, verificamos que as escolas que fazem parte do Agrupamento nº2, apresentam valores médios de exercício fora de casa superiores às escolas que fazem parte do Agrupamento nº1.

**Gráfico nº4** – Média de tempos em minutos de sedentarismo em casa e exercício fora de casa durante a semana, das crianças e jovens das escolas dos Agrupamentos nº1 e nº2 em 2012.



Neste estudo, em 2012, constatamos que o tempo de sedentarismo em casa está associado ao índice de massa corporal nas crianças e jovens do Agrupamento nº1, através do Teste de Correlação de Spearman, obtendo um valor de  $p=0,017$ , sendo  $p<0,05$ . O resultado tem significado estatístico. Bem como o tempo de sedentarismo em casa está associado ao perímetro da cintura nas crianças e jovens do Agrupamentos nº1, através do Teste de Correlação de Spearman, obtendo um valor de  $p=0,036$ , sendo  $p<0,05$ . O resultado tem significado estatístico.

## Conclusão

Os dados apresentados revelam que o projeto está a intervir de forma positiva, verificando melhoria ao nível dos hábitos alimentares e dos valores do IMC.

Comparando com alguns estudos de intervenção ao nível internacional, estes dados vão ao encontro dos seus resultados (Hirst., 2010)<sup>11</sup>. No entanto, encontramos no estudo algumas limitações, que é preciso mencionar:

A amostra do estudo que foi desenvolvido nos dois momentos, 2007 e 2012, não é a mesma, apesar da população alvo, em que o Projeto se desenvolve e se realiza a intervenção, ser a mesma: o Agrupamento nº2 de Portalegre; o método da ingestão alimentar nas 24 horas precedentes não representa a variação da ingestão nutricional da criança, pois a ingestão alimentar de um dia não revela a nutrição média da criança. Contudo, é utilizado como instrumento para avaliação da ingestão alimentar média para grupos de indivíduos (Willet W, 1990)<sup>25</sup>, o qual é bastante usado em estudos internacionais (Altenburg, 2010)<sup>1</sup>, (Alves, 2007)<sup>2</sup>.

A metodologia empregue não possibilita diagnosticar a SM, só indica alterações de alguns parâmetros que a definem.

Conclui-se que as crianças e jovens que apresentam excesso de peso e obesidade apresentam também alguma prevalência nos parâmetros que definem a SM, principalmente, no  $p \geq 90$ . Estes resultados sugerem que estas crianças e jovens já apresentam complicações metabólicas, revelando necessidade de medidas que promovam mudança no seu estilo de vida: nutrição adequada e aumento da prática de atividade física, em termos de frequência e de duração, em ambos Agrupamentos, mas reforçando a ideia, principalmente ao nível do Agrupamento nº1, visando a redução do IMC e a diminuição de probabilidade de complicações cardiovasculares, que possam surgir precocemente.

### **Referências Bibliográficas**

1. Altenburg, M. A. (2010). Análise qualitativa da dieta de amostra probabilística de escolares de Florianópolis, Santa Catarina, Brasil, com o uso do Questionário Alimentar do Dia Anterior. *Cad. Saúde Pública*, 26(7), 1355-1365.
2. Alves, H. J. B., Maria Cristina Faber. (2007). Comportamento alimentar em moradia estudantil: um espaço para promoção da saúde. *Rev. Saúde Pública*, 41(2), 197-204. Retrieved from <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-89102007000200005>
3. Andaki, M. C. R. T., Adelson Luiz Araújo; Mendes, Edmar Lacerda; Priore, Silvia Eloíza; Franceschini, Sylvia do Carmo Castro; Santana, Luciana Ferreira da Rocha. (2011). Metodologias para avaliação da composição corporal em crianças. *Revista Digital*, 16(156).
4. Boumtje P, H. C., Lee J-Y, Lin B-H. . (2005). Dietary habits, demographics and development of overweight and obesity among children in the United States. *Food Policy*. (30), 115-128.
5. Camolas, J. S., Osvaldo. (2011). Prioridades de Intervenção para Controlo da Obesidade na Infância e Adolescência Symposium conducted at the meeting of the 2º Fórum do Observatório Nacional da Obesidade e do Controlo do Peso, Lisboa.
6. Carmo, I. S., O.; Camolas, J.; Vieira, J.; Carreiras, M.; Medina, L.; Reis; Galvão-Teles, A. . (2006). Prevalence of obesity in Portugal. *obesity reviews*, 7, 233-237.
7. CDC. (2011). Healthy Weight: Assessing your Weight: BMI: About BMI for Children. Retrieved from [http://www.cdc.gov/healthyweight/assessing/bmi/childrens\\_bmi/about\\_childrens\\_bmi.html](http://www.cdc.gov/healthyweight/assessing/bmi/childrens_bmi/about_childrens_bmi.html)



8. Fernández JR, D. R., Pietrobelli A, Allison DB. . (2004). Waist circumference percentiles in nationally representative samples of African American Children, European, American and Mexican-Americans and Adolescents. *J Pediatr*(145), 439-444
9. Franks Paul W., P. D., Hanson Robert L., M.D., M.P.H., Knowler William C., M.D., Dr.P.H., Sievers Maurice L., M.D., Bennett Peter H., M.B., , & F.R.C.P., a. L. H. C., M.B., B. (2010). Childhood Obesity, Other Cardiovascular Risk Factors, and Premature Death. *N Engl J Med*, 362(6), 485–493.
10. Gomes, F. d. S. (2007). Frutas, legumes e verduras: recomendações técnicas versus constructos sociais *Rev. Nutr.*, 20(6).
11. Hirst., F. G. L. B. B. T. C. D. G. L. H. J. K. F. M. M. T. R. (2010). A School-Based Intervention for Diabetes Risk Reduction. *N Engl J Med*, 363(5), 443-453.
12. IDF, I. D. F.-. (2007). The IDF consensus definition of Metabolic Syndrome in Childrens and Adolescents Symposium conducted at the meeting of the IDF Task Force on Epidemiology and Prevention, Bruxelas - Bélgica.
13. Mello, E. D. L., Vivian C.; Meyer Flavia (2004). Obesidade infantil: como podemos ser eficazes? . *J. Pediatr. (Rio J.)*, 80(3 ), 1-15.
14. PORTUGAL, M. d. E. (2007). *CIRCULAR Nº. 14/DGIDC/2007*. Lisboa.
15. Raposo, L. S., Ana Cristina. (2010). *Estudo Pormets - Resultados preliminares (G.E.I.R.)*. Faculdade de Medicina do Porto, Porto.
16. Rennie K, J. L., Jebb S. (2005). Behavioural determinants of obesity. *Best Practice & Research Clinical Endocrinology & Metabolism*. 19(3), 343-358.
17. Resende, C. P., Cristina. (1999). Rastreio da Cárie Dentária. *Revista de Saúde Infantil*, 21(2), 43-52.
18. Rossi, A. M., Emília Addison Machado; Rauen, Michelle Soares. (2008). Determinantes do comportamento alimentar: uma revisão com enfoque na família. *Rev. Nutr.*, 21(6), 1-9. Retrieved from <http://dx.doi.org/10.1590/S1415-52732008000600012>
19. Saúde, D. G. d. (2005). *Programa Nacional de Combate à Obesidade*. Lisboa: DGS.
20. Saúde, P. D.-G. d. (2012). *Saúde Infantil e Juvenil - Programa Nacional*. Lisboa: DGS.

21. Verde, S. M. M. L. O., Querubina Bringel. (2010). Educação nutricional: uma ferramenta para alimentação saudável. *Rev. bras. promoç. saúde*, 23(3). Retrieved from <http://pesquisa.bvsalud.org/enfermagem/resources/lil-587881>
22. Villa-Roel, C. B., Adriana; Rodríguez Diana C.; Cano, Diana J.; Martínez María P.; Camacho, Paul A.; Ruiz, Álvaro J. and Durán, Álvaro E. . (2009). Prevalence of metabolic syndrome in scholars from Bucaramanga, Colombia: a population-based study. *BMC Pediatr*, 9(28). Retrieved from <http://pesquisa.bvsalud.org/enfermagem/resources/mdl-19383169>
23. Vliet, M. v. (2010). *Chubby Children; Weighing the Risk*. University of Utrecht, Utrecht.
24. Waist, C. W. (2005). Circumference Percentiles in Children and Adolescents. *Growth, Genetics & Hormones*. 21(1), 1. Retrieved from <http://www.gghjournal.com/volume21/1/ab17.cfm>
25. Willet W, e. (1990). *Nutritional Epidemiology*. Oxford: Oxford University Press.

#### **Notas sobre os Autores**

##### **Maria Margarida Lourenço Tomaz Cândido Boavida Malcata**

margaridamalcata@gmail.com

Professora Adjunta na Escola Superior de Saúde de Portalegre, Licenciada em enfermagem, com o Curso de Especialização em Saúde Infantil e Pediátrica (1994); Mestre em Ecologia Humana pela Universidade de Évora (1998), detentora da Formação Avançada em Doenças Metabólicas e Comportamento Alimentar (2011) e Doutorando em Doenças Metabólicas e Comportamento Alimentar na Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa.

##### **Manuel de Jesus Garção do Espírito Santo**

esp@essp.pt

Professor Adjunto na Escola Superior de Saúde de Portalegre, Licenciado em enfermagem, detentor do Curso de Especialização em Saúde Infantil e Pediátrica, com Pós-Graduação em Psicologia Social e Organizacional pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa. Os seus atuais interesses situam-se na área da Sociologia da Saúde, enquanto ferramenta para diagnóstico e intervenção social.

# **A relação entre a qualidade de vida dos idosos e os cuidados continuados – contributos para (re)pensar a dimensão social da Qualidade de Vida<sup>1</sup>**

**The relation between elders Quality of Life and long-term care, contributions to rethink the social dimension of QoL**

**La relation entre la Qualité de Vie et des soins de longue durée – les contributions à repenser la dimension sociale de la QdV**

**Julieta Feliz**

## **Resumo**

*Neste trabalho abordamos o conceito de qualidade de vida e, a partir de uma revisão da literatura, procuramos evidenciar a dimensão social da qualidade de vida dos idosos com dependência funcional. Tendo surgido algumas questões prévias: quais os instrumentos para avaliar a QdV dos idosos? Qual a dimensão social deste conceito? Apresentamos uma reflexão em torno de quem define a QdV, principais fatores, seus indicadores sociais e a sua relevância para a avaliação dos cuidados que são prestados aos idosos mais fragilizados pela perda de capacidades e sobretudo de participação social. Analisamos ainda os principais instrumentos para avaliação da QdV relacionada com os cuidados, podendo os cuidados de saúde, neste caso os cuidados continuados, ser entendidos quer como direito quer como um fator que contribui para a QdV dos idosos.*

**Palavras-chave:** Qualidade de Vida; Qualidade de Vida relacionada com os cuidados; Idosos.

## **Abstract**

*In this paper we discuss the concept of quality of life, and from a literature review, we highlight the social dimension of the quality of life of older people with functional dependence. There were major issues previous: which instruments to assess QoL of the elderly? What is the social dimension of this concept? We present a reflection on who defines QoL main factors, its social indicators and their relevance for the assessment of care provided to elderly who are most vulnerable by the loss of skills and especially of social participation. We also analyzed the main instruments for the assessment of QoL related to the care, health care and can, in this case the continuum of care, be understood either as a right or as a contributing factor to the QoL of the elderly.*

**Keywords:** Quality of Life; Care-related Quality of Life; Elderly.

## **Abstraite**

Dans cet article, nous discutons de la notion de qualité de vie, et à partir d'une revue de la littérature, nous mettons en évidence la dimension sociale de la qualité de vie des personnes âgées ayant une dépendance fonctionnelle. Il y avait des grandes questions précédentes: quels instruments pour évaluer la qualité de vie des personnes âgées? Quelle est la dimension sociale de ce concept? Nous présentons une réflexion sur qui qui définit les principaux facteurs de la qualité de vie, ses indicateurs sociaux et de leur pertinence pour l'évaluation des soins dispensés aux personnes âgées qui sont les plus vulnérables à la perte de compétences et surtout de la participation sociale. Nous avons également analysé les principaux instruments pour l'évaluation de la qualité de vie liée à la garde, les soins de santé et peut, dans ce cas, le continuum de soins, être compris soit comme un droit ou comme un facteur contribuant à la qualité de vie des personnes âgées.

**Mots-clés:** Qualité de Vie; Qualité de Vie liée aux soins; Personnes âgées.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no III Seminário de I&DT, organizado pelo C3i- Centro Interdisciplinar de Investigação e Inovação do Instituto Politécnico de Portalegre, realizado nos dias 6 e 7 de Dezembro de 2012.

## **Qualidade de Vida: da emergência do conceito enquanto “estado dos estados” à proliferação de estudos na área dos cuidados de saúde e sociais**

Quando situado cronologicamente o conceito de qualidade de vida (QdV) surge, na maioria das vezes, associado a um discurso de Lyndon Johnson sobre a Grande Sociedade, em 1964. Cummins (1997) atribui a este presidente norte-americano o cunho do termo qualidade de vida, naquilo que considera ser a sua forma moderna, ou seja enquanto característica da pessoa e ao mesmo tempo como um indicador do progresso das sociedades.

A QdV está relacionada com uma avaliação global das condições de vida dos sujeitos, mas conotada essencialmente com a bondade da vida, representando ao mesmo tempo um balanço da posição social dos sujeitos. Assim aquilo que permite classificar a vida como boa ou má para uns investigadores depende dos contextos e características sociodemográficas mas para outros foca-se nas perceções dos sujeitos. Esta dicotomia característica da emergência e evolução do conceito é referida por autores como Phillips (2006), Rapley (2003) e Canavarro (2010).

A qualidade de vida pode ser percebida ao nível individual, por exemplo para a compreensão de doenças crónicas ou incapacidades vividas pelos sujeitos, mas também ao nível coletivo percebendo como vivem as populações, por exemplo em determinados territórios, em contextos urbanos ou rurais (Phillips, 2006).

Rapley (2003) sintetiza esta dicotomia referindo-se à QdV, enquanto “Estado dos Estados” (State of States) e enquanto “Estado da Pessoa” (State of the Person). Para Rapley (2003) este conceito, enquanto Estado dos Estados”, ganhou mais força a partir do “movimento dos indicadores sociais” dos anos 60. O desenvolvimento do conceito numa perspetiva mais individualizada não foi imediato, o referido “movimento dos indicadores sociais” foi importante para discutir as implicações políticas e sociais do crescimento económico, uma vez que nos anos 60 e 70 ganhava força a ideia de que “mais não significava melhor” (Rapley, 2003). Este é um ponto de viragem importante, uma vez que qualidade de vida deixaria de ser avaliada exclusivamente, a partir de indicadores económicos para passar a contemplar sobretudo indicadores sociais (Rapley, 2003; Canavarro, 2010). Neste contexto a QdV era considerada sobretudo a

partir de um aglomerado de indicadores sociais. Segundo Phillips (2006) os estudos sobre a QdV coletiva são mais centrados em comunidades e sociedades, os fatores que a determinam são a sustentabilidade e o ambiente, a segurança, a tranquilidade e as normas de convivialidade.

Rapley (2003) considera que, recentemente, a QdV tem sido concebida e desenvolvida como um aspeto da subjetividade individual, ou seja, enquanto “Estado da Pessoa”. A tendência à individualização deste conceito, terá surgido sob a influência de um novo paradigma de gestão pública, amplamente influenciado por governos, como o de Margaret Thatcher (Rapley, 2003).

Ainda em relação à dicotomia do conceito, para Canavarro (2010), que investiga a QdV relacionada com a saúde, os conceitos de QdV podem ser sistematizados em modelos que a abordam como *objeto predominantemente psicológico* e os modelos que o consideram enquanto *objeto predominantemente social*, clarificando que:

Os primeiros centram-se numa abordagem da QdV como *output* ou resultado final individual, enquanto os segundos valorizam particularmente os contextos e processos sociais que determinam o resultado final, em termos de QdV individual, ou focam tópicos sociais de QdV. (Canavarro, 2010:10)

A QdV é um conceito também aplicado ao estudo de condições específicas de grupos e do seu bem-estar, que tem sido muito desenvolvido no âmbito da saúde e que apresenta potencialidades de investigação sobre grupos, como os idosos, e os fatores que melhoram a sua QdV.

A relação da QdV com a saúde surgiu ao mesmo tempo que o conceito se desenvolvia, a partir dos anos 60. Contudo, nos últimos anos, especialmente desde a década de 90, assistimos a um aumento exponencial de estudos sobre a qualidade de vida relacionada com saúde (QdVrS), com o intuito de avaliar os cuidados prestados em determinadas doenças, com especial enfoque nas doenças crónicas. Segundo Canavarro (2010) a importância da QdV relacionada com a saúde deve-se ao advento da medicina moderna, “ ao dispor de tratamentos, que na sua maioria não curam mas permitem um controlo dos sintomas ou um abrandamento do curso natural da doença” (Canavarro, 2010:3), vem recorrendo a este conceito para compreender os resultados em saúde.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) apresenta-nos em 1996 uma definição de QdV que se refere “às percepções do indivíduo sobre a sua posição na vida, dentro de um contexto de sistemas de cultura e valores nos quais está inserido em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações”.

Devido aos processos de envelhecimento das populações, designadamente ao aumento da morbilidade, especialmente insidiosa nos países da Europa, surge um interesse crescente por relacionar a QdV com os cuidados prestados a este grupo populacional. Estes cuidados processam-se a dois níveis distintos, médico e social, sendo, no entanto, cuidados de saúde, se considerarmos o conceito da OMS, de 1948, enquanto condição de bem-estar em vários domínios físico, social, económico e espiritual.

São várias as questões que se levantam quando estamos perante um conceito como o de QdV e a sua dimensão social, pela pluralidade de visões e estratégias para o estudo da mesma, que advêm da própria evolução histórica do conceito e que ficam claras na dicotomia do conceito. Pretendemos tratar aqui uma questão que nos permite situar face a essa dicotomia: As sociedades preocupam-se mais com a QdV à medida que envelhecem? Esta questão leva-nos a pensar quais as condições necessárias para que os mais velhos vivam com QdV nas sociedades democráticas, e como os países determinam as suas políticas face ao envelhecimento da população.

Rapley (2003) assinalou a importância que a QdV tem adquirido para a avaliação da qualidade dos cuidados que são prestados por exemplo na área de saúde. Para Bowling (2005) os investigadores na área dos cuidados de saúde e sociais estão muito centrados na avaliação dos resultados da intervenção e dos serviços prestados. Concluindo que o que importa neste século não é o que os profissionais pensam sobre como se sentem os doentes, mas sim como os pacientes avaliam a sua QdV (Bowling, 2005), numa perspectiva mais centrada na pessoa.

O conceito de qualidade de vida relacionada com os cuidados (QdVrC), foi recentemente desenvolvido a partir de um projeto europeu de investigação, denominado “Care Keys”, e que visava compreender a QdV do grupo populacional dos idosos, a partir da relação com os cuidados de longa duração e domiciliários em países como a

Suécia, Estónia, Finlândia, Reino Unido, Alemanha e Espanha. Os resultados deste estudo foram publicados posteriormente por Vaarama, Pieper e Sixsmith (2008).

No âmbito dos cuidados aos mais velhos a QdV pode ser entendida como um resultado (outcome) do processo de cuidado segundo a teoria da produção do bem-estar (Knapp, David, Fernández & Netten, 2004), introduz-se assim um quadro global para a compreensão do papel dos cuidados na produção do bem-estar. A ideia chave é de que os cuidados e os serviços desempenham um papel mediador na produção do bem-estar. Segundo Vaarama, Pieper e Sixsmith (2008) no processo de produção da QdV os recursos, como o número, qualificações do pessoal e a sua amabilidade, são combinados para produzirem quantidade (tipos e intensidade) e qualidade dos cuidados, com o objetivo de manter e melhorar o bem-estar, ou melhor a QdV do utente.

O modelo de produção de bem-estar tem sido aprofundado no sentido de definir quais as dimensões sociais da produção do bem-estar, no que se refere às pessoas idosas e que estão dependentes de cuidados de longa duração (Knapp, David, Fernández & Netten, 2004).

A partir da investigação sobre o instrumento da OMS, mais específico para os idosos, Vilar, Simões, Sousa, Firmino, Paredes e Lima (2010) sustentam que o mesmo tem inúmeras potencialidades de utilização que vão:

Desde a investigação, à prática clínica, podendo ser usado em estudos epidemiológicos, nomeadamente transculturais, para desenvolvimento de serviços e/ou seleção e monitorização de intervenções, onde aspetos relativos à QdV sejam cruciais, podendo mesmo permitir esboçar implicações de ordem social e política para a população idosa. (Vilar, Simões, Sousa, Firmino, Paredes & Lima, 2010:245)

Como refere Rapley (2003) a QdV é um conceito que permite sensibilizar para pensarmos sobre os objetivos e modelos de cuidados nas respostas sociais, bem como formas de melhorar a vivência de alguns grupos e comunidades de uma forma democrática, inclusiva e emancipadora.

## **A qualidade de vida dos idosos dependentes**

A qualidade de vida (QdV) e o bem-estar são conceitos importantes para conhecermos as percepções dos idosos, em particular os mais frágeis, vulneráveis e incapacitados, uma vez que apesar da mudança nas suas capacidades, competências e circunstâncias relacionadas com o próprio processo de envelhecimento as respostas que promovam a capacitação e autonomia, como os cuidados continuados podem melhorar a sua qualidade de vida (Vaarama, Pieper & Sixsmith, 2008).

Com o envelhecimento ocorrem perdas progressivas, a nível biológico, social e emocional, mas reconhece-se a existência de potencial, a nível cognitivo, emocional e de aprendizagem ao longo da vida, no entanto segundo Vilar, Simões, Sousa, Firmino, Paredes e Lima (2010) este potencial poderá ficar comprometido quanto menor é a capacidade funcional que os idosos mais velhos apresentam.

Se por um lado associamos perdas ao processo de senescência, este não significa um inevitável retrocesso, especialmente quando acompanhado de intervenções que visem o potencial dos idosos a outros níveis, por exemplo social e afetivo, e, ao mesmo tempo, permitam manter a sua autonomia. Consideramos por isso pertinente a qualidade dos cuidados continuados que são desenvolvidos a partir da RNCCI, para uma melhoria significativa da QdV dos idosos com dependência. Para tal importa salientar como se tem desenvolvido o conceito de QdV relacionada com os cuidados e quais os indicadores mais utilizados.

Vaarama, Pieper e Sixsmith (2008) o conceito de QdVrC quando aplicado aos idosos é multidimensional, inclui dimensões objetivas (rendimento, habitação, saúde e mobilidade) e subjetivas (satisfação com a vida e felicidade) e combina quatro áreas-chave: (i) saúde física e capacidades funcionais; (ii) bem-estar psicológico, bem-estar subjetivo e satisfação com a vida; (iii) redes sociais, atividades (de lazer e produtivas) e participação; (iv) condições socioeconómicas e o meio onde vive.

Por sua vez Vilar, Simões, Sousa, Firmino, Paredes e Lima (2010), consideram que o paradigma da QdV avançado pela OMS assenta em três pressupostos: o da subjetividade, porque centra-se nas percepções do sujeito, e o da multidimensionalidade,



por abranger várias dimensões. O terceiro pressuposto é a dimensão positiva-negativa, ou seja, se a dor é um fator negativo a mobilidade é um fator positivo, estabelecendo-se assim uma compreensão dinâmica, ou balanço, entre as duas dimensões.

Vaarama, Pieper e Sixsmith (2008) concluem, a partir da discussão teórica do conceito e também dos resultados empíricos da sua aplicação, que a QdV pode ser um conceito universal, mas adaptável a diferentes grupos. Para isso podem definir-se indicadores específicos para acrescentar aos já existentes, em escalas como a WHOQOL ou a WHOQOL-OLD.

A partir de uma revisão da literatura sobre a QdV dos idosos mais fragilizados, Vaarama, Pieper e Sixsmith (2008), encontraram nove fatores ou dimensões específicas da QdV para idosos: (1) a demografia, (2) a situação socioeconómica, (3) a saúde física, (4) o bem-estar psicológico, (5) as redes sociais, (6) o meio em que vivem, (7) os estilos de vida e atividades, (8) os acontecimentos traumáticos e o (9) cuidado. Para os autores estes fatores não invalidam uma definição mais global e integrada de qualidade de vida, que podemos sintetizar em quatro domínios principais (físico, psicológico, social e material/recursos).

Para adaptação do instrumento da OMS para a QdV dos idosos (WHOQOL-OLD) à população portuguesa, Vilar, Simões, Sousa, Firmino, Paredes e Lima (2010) identificaram seis facetas da QdV: (1) Funcionamento Sensorial, (2) Autonomia, (3) Atividades passadas, presentes e futuras, (4) Participação social, (5) Morte e morrer e (6) Intimidade. Este instrumento deverá, no entanto, ser complementar aos instrumentos gerais da QdV, tais como o WHOQOL-100 ou o WHOQOL-Bref.

A QdV aplica-se ao estudo da saúde, principalmente, nas situações em que ocorrem mudanças nas condições físicas dos sujeitos (tratamentos oncológicos, cirurgias e reabilitação após AVC), sendo relevante para a medição dos resultados em saúde. Está relacionada com esses indicadores, ao passo a qualidade de vida relacionada com os cuidados, permite avaliar os cuidados prestados, nas situações em que não haverá resultados significativos de tratamento de doenças, aplica-se a populações mais vulneráveis e que são consideradas dependentes de cuidados. A Qualidade de Vida é um resultado relevante para o estudo do bem-estar das populações. mas que não substitui os

resultados em saúde, apenas pode estar relacionado com os mesmos. Se o primeiro conceito de QdV relacionada com a saúde tem sido desenvolvido essencialmente por médicos, enfermeiros e psicólogos, a QdV relacionada com os cuidados tem despertado o interesse de assistentes sociais.

Como vimos os cuidados são apresentados por Vaarama, Pieper e Sixsmith (2008) como um dos fatores de QdV para os idosos com dependência, pois estes cuidados são uma resposta social indispensável para este grupo da população. Sendo no entanto muito relevante, para as sociedades envelhecidas, a compreensão do impacto desta resposta sociais para o bem-estar dos idosos com dependência, pode-se constituir como uma resposta do tipo assistencial, uma vez que suprime as necessidades básicas destes sujeitos (alimentação, medicação, higiene e limpeza da casa) ou tem uma ação mais global sobre a QdV dos idosos, tendo um impacto na participação social, na mobilização de redes de proximidade e vizinhança, na autonomia para a tomada de decisões e empoderamento dos idosos que apresentam os mais diversos graus de dependência funcional.

A partir de uma abordagem holística centrada no cliente os cuidadores formais promovem a autonomia e competências do cliente, contribuem para as suas relações sociais e influenciam o bem-estar psicológico do cliente (Vaarama, Pieper & Sixsmith, 2008).

As unidades de cuidados continuados investem em processos de cuidar que combinam a intervenção de profissionais de saúde e de serviço social, nas respostas institucionais (cuidados formais) mais vocacionadas para necessidades individuais. As equipas que trabalham na área dos cuidados continuados desenvolvem um modelo de cuidados continuados integrado para a reabilitação dos doentes com multipatologias e/ou dependentes, tal como consta no Dec-Lei nº 101/2006 de 6 de Junho: “Tal modelo tem de situar-se como um novo nível intermédio de cuidados de saúde e de apoio social, entre os de base comunitária e os de internamento hospitalar.” A Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados, criada pelo Decreto-Lei nº 101/2006 de 6 de Junho, em Portugal assume-se como um exemplo de resposta que visa a promoção da qualidade de vida.

A organização de um “mix” de cuidados deve ter em conta os padrões éticos e profissionais, mas também a divisão do trabalho que está muitas vezes subjacente aos cuidados, na qual destacamos três tipos principais: entre cuidados sociais e cuidados de saúde, entre cuidados formais e informais e entre cuidados institucionais e cuidados domiciliários (Vaarama, Pieper & Sixsmith, 2008).

### **A Qualidade de vida relacionada com os cuidados: principais instrumentos**

Após uma revisão global da literatura de referência sobre qualidade de vida, qualidade de vida dos idosos e qualidade de vida relacionado com os cuidados, procuramos rever alguns estudos sobre os indicadores e instrumentos do conceito de qualidade de vida relacionado com os cuidados a idosos.

Optámos por fazer uma pesquisa rápida nos repositórios de acesso livre, designadamente através da plataforma b-on, por nos permitir um acesso imediato aos artigos. Os resultados para as palavras-chave “qualidade de vida e idosos”, em português, não foram surpreendentes, 406 artigos e publicações. Destes 406 nenhuma investigação respeitava ao conceito que propomos desenvolver, ou seja qualidade de vida relacionada com os cuidados. Assim optámos por fazer uma nova busca, mas mais refinada, desta vez utilizámos as palavras-chave “Care-related” e “Quality of Life” combinadas, o que leva à identificação apenas de artigos cujo título combina as duas palavras, sendo que estariam disponíveis essencialmente estudos na língua inglesa, foram apresentados apenas 75 resultados que combinavam estas duas palavras “Care-related” e “Quality of Life”.

Desta pesquisa seleccionámos apenas os artigos que se reportavam ao estudo da qualidade de vida relacionada com os cuidados em idosos, ficando a pesquisa muito limitada a 2 estudos (Vaarama, Pieper e Sixsmith, 2008; Malley, Towers, Netten, Brazier, Forder & Flynn, 2012). Estes tratam exclusivamente de instrumentos de medida da QdV relacionada com o Cuidados, o tipo de cuidados sobre os quais incidiram estes estudos foram os cuidados formais.

No quadro nº 1 apresentamos uma síntese dos principais instrumentos utilizados no âmbito desses estudos.

Em ambos os estudos foi aplicado um conjunto considerável de instrumentos, que são combinados com a finalidade de analisar a interdependência entre a qualidade de vida e os cuidados. Desde logo os instrumentos utilizados para a qualidade de vida são diferentes, no primeiro caso utilizou-se a escala abreviada da OMS (WHOQoL-Bref) no segundo caso a Global 7-point self-related QoL.

Os instrumentos utilizados no estudo de Vaarama, Pieper e Sixsmith (2008) preveem o estudo da relação entre a avaliação do idoso, a avaliação do processo de cuidados e da gestão e administração, enquanto a proposta de Malley, Towers, Brazier, Forder e Flynn (2012), se centra exclusivamente na perspetiva do idoso.

No primeiro estudo há uma preocupação com a avaliação dos cuidados que são prestados pelas equipas e desenvolveram-se instrumentos específicos com essa finalidade.

No segundo estudo os cuidados são avaliados a partir do ASCOT pelos adultos idosos que recebem cuidados domiciliários. Para validarem a avaliação do idoso sobre os cuidados são aplicadas em simultâneo diversas escalas e questionários que avaliam o estado geral do idoso, neste segundo estudo pretendia-se validar o questionário ASCOT, para uma avaliação dos resultados dos cuidados sociais pelos adultos, neste caso idosos. Este questionário aborda 8 resultados (outcomes) dos cuidados sociais: higiene pessoal e conforto; comida e bebida; controlo das atividades diárias; limpeza da casa; segurança; participação social; ocupação e dignidade, o que é revelador da sua especificidade na avaliação dos cuidados domiciliários.

Os tipos de cuidados a avaliar, se domiciliários ou residenciais, devem ser tidos em conta, em função dos cuidados que prestam quando se trata de escolher dos instrumentos deste tipo. Consideramos o questionário ASCOT um instrumento inovador para a avaliação, centrada no utente-idoso, pela sua especificidade em relação aos cuidados domiciliários, mas sobretudo pela integralidade dos cuidados que permite analisar.

**Quadro 1- Síntese de dois instrumentos para estudar a qualidade de vida relacionada com os cuidados prestados aos idosos**

Conceito	Care-related quality of life in old age (qualidade de vida relacionada com os cuidados nos idosos)	Social Care-related quality of life with older adults (Qualidade de vida relacionada com os cuidados sociais para adultos idosos)
Tipo de cuidados	Formais (domiciliários, residências assistidas e lares de idosos/casas de repouso)	Formais (domiciliários)
Instrumentos	<p><b>CLINT</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>(1) Identificação</li> <li>(2) Informação sobre habitação</li> <li>(3) Controlo das AD</li> <li>(4) Redes sociais, atividades e participação</li> <li>(5) Qualidade dos Cuidados</li> <li>(6) Qualidade de Vida</li> </ul> <p><b>InDEX</b> Instrumento para recolha de dados registados sobre o idoso, suas necessidades e planos de cuidados.</p> <p><b>ManDEX</b> Instrumento para recolha de dados dos gestores das instituições e da administração)</p>	<p><b>ASCOT</b> (Adult Social Care Outcomes Toolkit)</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>(1) Higiene pessoal e conforto</li> <li>(2) Comida e bebida</li> <li>(3) Controlo das AD</li> <li>(4) Limpeza da casa</li> <li>(5) Segurança</li> <li>(6) Participação social</li> <li>(7) Ocupação</li> <li>(8) Dignidade</li> </ul> <p><b>Global 7-point self-rated QoL</b></p> <p><b>GHQ-12</b> (Saúde Psicológica)</p> <p><b>EQ-5D</b> (Saúde Física)</p> <p><b>CASP Control</b> (Controlo e autonomia)</p> <p><b>UCLA – 3</b> (Redes Sociais)</p>
Autores	Vaarama, Pieper & Sixsmith, 2008	Malley, Towers, Brazier, Forder & Flynn, 2012

**Considerações finais**

Apresentamos algumas reflexões sobre o trabalho desenvolvido, que se situam entre a necessidade de pôr em evidência a dimensão social da Qualidade de Vida relacionada com os cuidados e ao mesmo tempo de repensar o conceito global de Qualidade de Vida a partir de modelos de cuidados que se caracterizem pela sua interdisciplinaridade.

A interdisciplinaridade entre cuidados de saúde e sociais prestados nas unidades da RNCCI representam o desafio para compreender os impactos dos cuidados para Qualidade de Vida dos idosos dependentes, sugerindo a criação de instrumentos que captam a sua dinâmica e especificidade, por exemplo face aos cuidados domiciliários e até mesmo aos lares de idosos, que sejam particularmente adequados à observação e registo das práticas desenvolvidas no âmbito dos planos de cuidados continuados.

Como podemos verificar através da revisão da literatura, os estudos sobre os cuidados tendem a separar por tipologias, os cuidados sociais e os cuidados de saúde, focando-se quer num quer noutra tipo. A maioria dos estudos sobre QdVrS é desenvolvida numa perspectiva de grupo profissional, ou seja por médicos, enfermeiros e psicólogos. Sendo um desafio relevante o desenvolvimento de estudos que englobem uma perspectiva interdisciplinar.

A avaliação dos cuidados institucionais ou formais, também levanta algumas dificuldades uma vez que há uma distinção entre os cuidados prestados no domicílio e os cuidados continuados que são prestados em instituições, como as unidades de cuidados continuados. Os cuidados domiciliários são considerados mais contextuais enquanto os institucionais poderão ou não ser mais padronizados.

O estudo sobre QdVrC dos idosos dependentes que recebem cuidados formais, institucionais e domiciliários (Vaarama, Pieper e Sixsmith, 2008), referia que eram raros os estudos que se centram na avaliação dos cuidados domiciliários e também nos cuidados informais. Esta ausência poderia ser justificada pelo facto de os cuidados domiciliários (homecare), serem considerados como um “fenómeno contextual”, que varia com o tempo e a localização, no entanto também existem mais estudos sobre os cuidados de enfermagem do que os cuidados sociais no domicílio (Vaarama, Pieper e Sixsmith, 2008). Recentemente foi feito um estudo para a avaliação dos cuidados domiciliários, que apresenta uma visão mais integral dos cuidados, no qual foi aplicado o caso o questionário ASCOT, contudo este instrumento tem uma fragilidade para aplicação nos cuidados continuados adequando-se apenas a cuidados domiciliários.

O desenvolvimento de um instrumento específico para avaliação dos cuidados pelos idosos num contexto de cuidados continuados formais, por exemplo nas unidades de

cuidados continuados, será útil? Ou poderá à partida ficar condicionado pela divisão de saberes entre profissionais e utentes?

Por fim é importante destacar a relevância que o estudo dos impactos dos cuidados continuados pode ter na melhoria da qualidade de vida dos idosos mais frágeis, uma vez que a saúde por si só pode não ser um direito já adquirido, pois está dependente de diferentes fatores, nomeadamente o biológico, a senescência não tem necessariamente de ser um processo regressivo, mas aquilo que devemos colocar enquanto direito é o acesso a cuidados de saúde adequados a cada grupo populacional, neste caso que permitam aos idosos viverem com maior autonomia, com poder e dignidade.

### **Abreviaturas:**

AD- Atividades Diárias  
ASCOT- Adults Social Care Outcomes Toolkit  
AVC- Acidente Vascular Cerebral  
OMS- Organização Mundial de Saúde  
RNCCI- Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados  
QdV- Qualidade de Vida  
QdVrC- Qualidade de Vida relacionada com os Cuidados  
QdVrS- Qualidade de Vida relacionada com a Saúde  
QoL- Quality of Life  
WHOQoL-Bref- World Health Organization Quality of Life- Bref  
WOHQOL-100- World Health Organization Quality of Life-100

### **Referências Bibliográficas:**

Bowling, A. (2005). *Measuring Health: a review of quality of life measurement scales*, third edition, Berkshire: Open University Press.

Canavarro, M. C. (2010). “Qualidade de Vida: Significados e Níveis de Análise” em Canavarro, M.C. e Vaz Serra, A.(Coord.) *Qualidade de Vida e Saúde: Uma Abordagem na Perspectiva da Organização Mundial de Saúde*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Decreto-Lei nº 101/2006 de 6 de Junho, publicado no Diário da República nº 109, I Série-A.

Knapp, M., David, C., Fernández, J-L. & Ann Netten (2004). *Long-Term Care: Matching Resources and Needs*. Aldershot: Ashgate Publishing.

Malley, J., Towers, A-M., Netten, A., Brazier, J. Forder, J. & Terry Flynn, (2012). “An Assessment on the Construct Validity of the ASCOT Measure of Social Care-related Quality of

Life with Older People”, Health and Quality of Life Outcomes 2012, 10:21 disponível em: <http://hqlo.com/content/10/1/21> consultado em: 25 de Novembro de 2012.

Phillips, D. (2006). *Quality of Life: concept, policy and practice*, London: Routledge.

Rapley, M. (2003). *Quality of Life Research: a critical introduction*. London: Sage Publications.

Vaarama, M., Pieper, R. & Andrew Sixsmith (2008). *Care-related Quality of Life in Old Age: Concepts, Models and Empirical Findings*, New York: Springer Science.

Vilar, M., Simões, M., Sousa, L., Firmino, H., Paredes, T. & M. Lima (2010).”Avaliação da Qualidade de Vida em Adultos Idosos: Notas em Torno do Processo de Adaptação e Validação do WHOQOL-OLD para a População Portuguesa” em Canavarro, M.C. e Vaz Serra, A. (Coord.) *Qualidade de Vida e Saúde: Uma Abordagem na Perspectiva da Organização Mundial de Saúde*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Notas sobre a autora:

[julieta.feliz@esep.pt](mailto:julieta.feliz@esep.pt)

Instituto Politécnico de Portalegre – Escola Superior de Educação de Portalegre  
Assistente Social, Docente no 1º ciclo de Serviço Social, Equiparada a Assistente do Segundo Triénio, membro da direção de curso de Serviço Social. Licenciada em Serviço Social pelo ISSS de Lisboa, Mestre em Serviço Social pelo ISSSL-ULL e doutoranda no 3º ciclo de estudos de Serviço Social do ISCTE-IUL.



# **Violência Conjugal-**

## **Dados sócio- demográficos, comportamentos e crenças associados**

### **“Fragmentos de um Amor menor”<sup>1</sup>**

#### **Conjugal violence-**

#### **Socio-demographic data, behaviors and beliefs associated**

#### **"Fragments of a lower Love"**

**Octávio Tavares**

#### **Resumo**

A violência doméstica tornou-se um fenómeno social de grande complexidade, que não pode ser tratado de forma superficial, seja por parte daqueles que intervêm tecnicamente, seja por parte das vítimas e agressores, pois trata-se da vida real de muitos indivíduos ou sujeitos.

Deste modo, tornou-se necessário analisar a violência doméstica, procurando perceber o papel dos agentes, em especial dos técnicos, que acompanham as vítimas de violência doméstica na construção do seu projeto de vida.

Assim sendo, e porque pretendi fazer uma análise à forma como é realizado o acompanhamento e intervenção por parte dos técnicos, este trabalho apresenta ainda uma investigação empírica realizada através da aplicação de inquéritos por questionário vítimas e não vítimas de violência doméstica, bem como a caracterização dos dados sociodemográficos do distrito de Portalegre.

O tratamento e análise dos dados permitiram confirmar, em larga medida, a fundamentação teórica apresentada na primeira parte do estudo onde se verificou haver a divergência no conceito de violência doméstica, as vítimas serem predominantemente do sexo feminino e os agressores do sexo masculino, os vários motivos que levam as vítimas a permanecer na relação e a importância do papel dos técnicos de acompanhamento na definição de projetos de vida alternativos.

**Palavras-chave:** vítima-agressor; violência doméstica; família; técnicos.

#### **Abstract**

Domestic violence became a social complex phenomenon today and, therefore, it cannot be looked upon superficially, both by those who are technically involved in it and also by the victims and aggressors themselves, as it refers to the actual life of many individuals.

Thus, it became necessary to analyze domestic violence, while trying to understand the role played by the experts/technicians who give support to the victims and help them to (re)design their project of life. .

Following this line of thought, and because I intended to analyze how support and intervention by the experts is given, this work presents empirical data. The data were obtained by means of a questionnaire to the victims and not victims of domestic violence, as well as the characterization of the partner demographic data of the district of Portalegre.

The treatment and analysis of data allowed to confirm, in general, the theoretical basis presented in the first part of this study, namely the different concepts of domestic violence, the fact that victims tend to be female and aggressors males, the reasons why victims tend to remain in the home, and the importance of the role played by the experts in helping to design alternative life projects.

**Key-words:** victim-aggressor; domestic violence; family; experts.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no III Seminário de I&DT, organizado pelo C3i – Centro Interdisciplinar de Investigação e Inovação do Instituto Politécnico de Portalegre, realizado nos dias 6 e 7 de dezembro de 2012.

## **Introdução**

Porquê a violência doméstica e a intervenção dos técnicos de acompanhamento? Porquê a intervenção dos técnicos na violência doméstica?

Acima de tudo porque vivemos um tempo em que a violência no interior das famílias tem vindo a crescer e a ter maior relevo e destaque na vida de qualquer cidadão.

Porque na minha prática profissional deparo-me quase diariamente com um número significativo de mulheres que procuram soluções para relações de conflito e agressão. Porque nós, os técnicos de acompanhamento, devemos procurar ter uma intervenção preventiva de situações de violência doméstica, com um olhar cuidadoso sobre as reais causas e consequências do problema em questão.

Quer o homem quer a mulher procuram encontrar uma —alma gémea, desvalorizando, muitas vezes, os sinais de alerta que o seu próprio corpo dá ou os sinais decorrentes de atitudes mais agressivas. Contudo, o técnico de acompanhamento não deve descurar estes sinais aquando da avaliação diagnóstica da situação.

Mas, também, temos consciência que homem e mulher são seres onde as emoções, como o amor, a alegria, a tristeza, o ódio, a raiva são uma constante e misturam-se de tal forma que muitas vezes se torna difícil definir os sentimentos que nutrem uns pelos outros.

Todo e qualquer ato de violência doméstica não tem apenas consequências nefastas nas vítimas, pois, o próprio agressor é muitas vezes vítima das suas próprias ações. Da mesma maneira, os filhos que assistem aos atos e por vezes interferem em defesa da mãe, sofrem quer física quer psicologicamente, tendo repercussões na sua vida futura.

No desenvolvimento da minha prática profissional deparo com várias situações familiares onde a violência doméstica predomina, estando muitas vezes associada a outras problemáticas, como a instabilidade profissional, económica, ao consumo excessivo de bebidas alcoólicas, ao ciúme, ao exercício do poder, à infidelidade conjugal, entre outras. No entanto e apesar de estatisticamente se associar a violência

doméstica a agregados de estratos sociais mais desfavorecidos, este é um fenómeno transversal a toda e qualquer pessoa independentemente da idade, sexo, estrato social, convicção política e religiosa. (DGAI, 2010)

Um problema tão complexo quanto o da violência doméstica exige de nós, técnicos, uma aprendizagem constante, não só dos motivos que levam as pessoas a atitudes agressivas ou conformistas, como também do conhecimento aprofundado das emoções que estes (vítimas e agressores) experienciam e da forma como podem aprender a controlá-las.

A intervenção dos técnicos deve ter em conta que para se obterem mudanças no sistema familiar, cada um dos elementos tem que obrigatoriamente proceder a transformações pessoais (Alarcão, 2002, p. 316). Neste sentido, exige também dos técnicos uma sensibilidade maior para a complexidade do problema bem como uma atuação mais humanizada e não tanto institucional.

O problema da violência doméstica sendo atualmente considerado como um crime público, deve ser assumido como responsabilidade de toda a comunidade e não apenas de alguns serviços interventores.

Os técnicos que efetuam o acompanhamento de pessoas vítimas de violência doméstica confrontam-se com factos que sendo reais, provocam-lhes diferentes reações. Também estes são pessoas com crenças, valores e ideias de família que muitas vezes sentem como postos em causa.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) considera a violência doméstica como um problema de saúde pública, pois esta tem efeitos não só sobre a integridade física mas também na saúde mental das vítimas.

É habitual abrir o jornal e encontrar artigos que referenciam episódios de violência doméstica que retratam a dimensão de um problema que assola a sociedade em que vivemos.

De acordo com os dados fornecidos pela CIDM, Comissão para a igualdade e para os Direitos da Mulher, num documento apresentado num seminário específico, em 1995, 52% das mulheres inquiridas, dizem ter sido vítimas de um ou mais ato de violência. Destas 36% refere mais de um ato.

Segundo Alarcão (2002: 291) a compreensão da violência passa por termos em conta questões como a dependência relacional ou interpessoal. Quando se analisa a história familiar de pessoas que vivem situações de violência, há normalmente episódios semelhantes, que nos fazem pensar como que num processo —hereditário de transmissão geracional de violência. A verdade é que o indivíduo sentindo-se vítima da sociedade em geral, com baixa autoestima, vai procurar exercer poder sobre os mais fracos, tentando criar uma identidade que lhe permita saber quem é e o que fazer.

Segundo Alarcão:

*(...) o segredo (i.e., o não falar, interna e externamente, sobre a violência que ocorre no seio da família) é fundamental pois reforça as alianças intra-familiares e a dependência relacional. Neste sentido, a intervenção externa é, muitas vezes, mal aceite, sentida como intrusiva, e desencadeadora de um movimento de reforço daqueles mecanismos familiares.” (2002: 293)*

É esta dificuldade de intervenção junto de famílias onde a violência é uma realidade persistente, que me levou à escolha deste tema. Acresce o facto de profissionalmente me deparar com indivíduos e famílias, vítimas e agressores que procuram indiretamente ajuda para a resolução dos seus problemas individuais e/ou familiares.

Assim, considerando o atrás exposto e a minha convicção da necessidade de reflexões contínuas sobre a intervenção dos técnicos no âmbito da violência doméstica, encetei este estudo, visando contribuir, de alguma forma, para o aperfeiçoamento das estratégias e medidas de intervenção.

### **Desenvolvimento do estudo**

Na I Parte deste trabalho procurei aprofundar os conhecimentos sobre as questões subjacentes ao enquadramento deste tipo de criminalidade.

Comecei por fazer uma análise sobre o fenómeno da violência no seu sentido lato.

De seguida procedi à análise teórica subjacente ao conceito de violência doméstica.

Para recorrer três opiniões fundamentais no panorama português, para enquadrar o fenómeno: a definição de violência doméstica proposta pela APAV; a significação enunciada no Preambulo do II Plano nacional contra a violência doméstica, e por fim a descrição derivada do artigo 152 do Código Penal, Lei 59/2007.

Ao longo deste capítulo procurei dar um contributo para a tentativa de compreensão do fenómeno da violência conjugal e posteriormente proceder à análise do modelo de Urie Bronfenbrenner, adaptado por George Corsi, denominado Sistema Ecológico.

Pretende-se aprofundar o estudo sobre a violência conjugal contra a mulher. Para tal, fiz uma análise desta temática, tendo por base a óptica de Lenore Walker sobre a violência conjugal, analisando o Ciclo da violência, analisando também os fatores que contribuem para que uma mulher se mantenha numa relação violenta, bem como alguns mitos que ainda permanecem sobre a problemática.

Por último iremos debruçar-me sobre as consequências da violência conjugal contra a mulher.

Fiz ainda neste Capítulo um enquadramento da violência conjugal em Portugal.

Na II parte desenvolvemos o nosso estudo empírico que tem principalmente dois intuitos:

Fizemos uma análise sócio- demográfica e cultural detalhada das vítimas de violência doméstica no Distrito de Portalegre durante os últimos anos, comparando esses resultados com os dados a nível nacional.

Saber se as crenças das vítimas de violência conjugal se diferenciam das crenças de um grupo similar de não vítimas, isto é, se as vítimas têm em maior número e com mais intensidade crenças sexistas que justificam a violência conjugal quando comparadas com as não vítimas.

## **RESULTADOS:**

### **Do primeiro estudo:**

A Nível Nacional:

1. Em 2008 foram registadas, a nível nacional, pelas Forças de Segurança 27.743 participações de violência doméstica, sendo a maioria feita nos postos da PSP;

Em 2009 foram registadas, a nível nacional, pelas Forças de Segurança 30.543 participações de violência doméstica e uma vez mais a PSP registou um maior número de ocorrências. É ainda de referir que relativamente a 2008 se registou um aumento de 2800 participações;

2. Em 2008 os distritos onde se registaram mais participações foram: Lisboa (7009), Porto (6035), Aveiro (1819), Setúbal (1809), e Braga (1329).

Em 2009 os distritos onde se registaram mais participações foram: Lisboa (7522), Porto (6562), Setúbal (2400), Aveiro (1929) e Braga (1635). Nos distritos de Setúbal e Évora registaram-se as mais elevadas taxas de variação anual: 32,7% e 30,3%, prospectivamente;

3. O aumento no ano de 2008 relativamente a 2009, em termos do número de participações foi mais acentuado na GNR (+14,4%) comparativamente ao registado na PSP (+7,7%);

4. Em 2008 foram recebidas pelas FS, em média, 2312 participações por mês, o que corresponde a cerca de 72 queixas por dia (45 na PSP e na 27 na GNR), e a 3 queixas/denúncias por hora;

Em 2009 foram recebidas pelas FS, em média, 2545 participações por mês, o que corresponde a cerca de 84 queixas por dia (52 na PSP e na 32 na GNR), e a 3, 4 queixas/denúncias por hora;

5. Em Portugal continental, nos anos de 2008 e 2009, os distritos que apresentaram as mais elevadas taxas de incidência foram: Lisboa, Porto e Setúbal. Os distritos de Beja, Santarém, Guarda, Bragança foram aqueles que apresentaram as menores taxas de incidência;

Relativamente ao Distrito de Portalegre:

1. Apresentou uma taxa de variação anual comparando os anos de 2008 e 2009 de 3,2%. Sendo que durante o ano de 2008, foram apresentadas 277 denúncias (189 na GNR e 88 na PSP) e durante o ano de 2009, 286 (177 na GNR e 109 na PSP).

Durante o ano de 2010, foram apresentadas no CTPortalegre GNR 182 denúncias.

2. Os Concelhos de Ponte de Sôr; Campo Maior e Portalegre, são aqueles que apresentaram as mais elevadas taxas de incidência;

3. Os Concelhos de Avis; Monforte e Marvão, são aqueles que apresentaram as mais baixas taxas de incidência;

4. Na Área Policial à guarda da GNR no Distrito de Portalegre tivemos:

Em 2008, 163 denúncias, o que equivale a 13,53 denúncias mensais, 0,44 denúncias diárias e 0,01 denúncias por hora.

Em 2009, 183 denúncias, o que equivale a 15,25 denúncias mensais, 0,50 denúncias diárias e 0,20 denúncias por hora.

Em 2010, 182 denúncias, o que equivale a 15,16 denúncias mensais, 0,49 denúncias diárias e 0,20 denúncias por hora.

É de referir que entre o ano de 2009 e o ano de 2010 o número das denúncias é praticamente equivalente.

### **No segundo estudo, apurou-se:**

O grupo das vítimas comparativamente ao das não vítimas apresenta claramente um maior número, e com maior intensidade de crenças sexistas, associadas a estereótipos de género que justificam a violência dos seus cônjuges apesar das denúncias efetuadas. Esta constatação pode explicar a prevalência neste tipo de relações e elevada reiteração (violência repetida através de diferentes relações) verificada neste estudo. (quase metade da amostra das vítimas).

A intervenção com estas vítimas deverá levar em conta esta constatação, trabalhando a natureza das crenças que justificam a violência afim de facilitar o afastamento do relacionamento conjugal, caso seja esta a vontade da mulher.

Há ainda a salientar que mais de metade das vítimas de violência doméstica desculpabiliza o agressor, alegando que as agressões acontecem apenas quando este está alcoolizado.

Aquando da agressão, as vítimas, perante o perigo e o medo, chamam as forças policiais, no entanto, algum tempo depois retiram a queixa apresentada, muitas vezes influenciadas pelos agressores. Por vezes, a denúncia é entendida como forma de acalmar o agressor e não como forma de o afastar da vítima.

Existe na mulher vítima de violência doméstica dificuldade em assumir publicamente que a sua relação afectiva falhou, por essa razão, mais de metade do grupo das “vítimas” que responderam ao inquérito, considera que a violência doméstica é um assunto privado que se deve resolver em casa.

### **CONCLUSÕES**

De acordo com o nosso estudo, as formas de violência são diversificadas, com predominância das agressões físicas e verbais e de uma forma crescente; Como nos refere Dias (2004: 91), numa família podem ocorrer todos os tipos de violência, ou apenas um tipo, bem como as suas consequências.



Sendo assim, no referente às questões de investigação levantadas no estudo poderemos referir que as vítimas consideram o técnico como um elemento importante nas suas vidas, como transmissor de informação, refúgio de angústias e amarguras. E até como instrumento ameaçador. De acordo com o nosso estudo pudemos concluir que a consciência da influência que exercemos sobre os outros permite ao próprio o controle sobre essa mesma influência. Da mesma forma que as vítimas definem para si próprias os seus objetivos de acordo com as suas crenças, valores e princípios, também os técnicos são influenciados, quando efetuam o diagnóstico das situações e transmitem ao outro aquilo que ele é e em que acredita.

Tendo em conta a questão de investigação 1- concluímos que a tipologia do crime de violência doméstica no distrito de Portalegre se enquadra na tipologia das vítimas a nível nacional, tendo apenas a particularidade de apresentarem uma faixa etária, relativamente mais elevada, o que pode ser explicado pela elevada taxa de envelhecimento demográfico do distrito.

Relativamente à questão de investigação 2- encontramos claramente uma diferenciação no que respeita às crenças sexistas que justificam o uso de violência entre os dois grupos estudados (vítimas e não vítimas), no sentido de que o grupo das vítimas apresenta claramente crenças e atitudes mais favoráveis à violência do que o grupo das não vítimas.

No que concerne à questão de investigação 3- ficou claro, a nosso ver, que as crenças e atitudes das vítimas de violência doméstica, no distrito de Portalegre, contribuem, não só para o aparecimento da violência, mas também para que as mesmas se mantenham numa situação violenta. Consideramos ser preocupante a taxa de reiteração encontrada, que poderá ser consequência das atitudes e das crenças.

A procura de ajuda no exterior da família, ou a sua aceitação quando esta não é sentida como necessária, é, segundo Dias, (2004: 130) necessário para a vítima ser ouvida, perceber o que se passa consigo própria e que formas pode encontrar para ultrapassar/mudar a sua situação.

A definição de projetos de vida que constituam uma alternativa positiva é, para as vítimas, difícil de definir e concretizar sem o apoio efetivo e sistemático dos técnicos.

A intervenção concertada de técnicos da área das Ciências Sociais, como o Assistente Social, o Educador Social e o Psicólogo em equipas multidisciplinares que desenvolvem as competências individuais em contexto familiar, constitui uma mais-valia na promoção de vidas mais saudáveis.

De acordo com o estudo efetuado, as vítimas não associam a violência a um crime. Este facto pode decorrer não só da falta de informação, como de questões educacionais, de crenças, valores e princípios que as vítimas têm como garantidas.

De acordo com Elza Pais (1998:13), os atos de violência cometidos pelos maridos continuam a ser aceites pelas suas mulheres; que em classes sociais mais baixas e grupos etários mais velhos é mais comum a violência física; e que por questões de ordem cultural ainda hoje, alguma violência na família, e às mulheres em particular, é social e legalmente aceite. Costa e Duarte (2000: 65) referem-nos que muitas vezes as vítimas desculpabilizam os agressores, considerando as suas atitudes como educativas, resignando-se, culpabilizando-se e mantendo a esperança de que esses episódios não se repitam.

Tudo isto acontece pelo conceito que cada um tem do que é violência.

O medo é o principal motivo apontado para que as vítimas evitem apresentar queixa. Também a vergonha é identificada como uma das razões para a não apresentação de queixa.

Vergonha que pode ser de a vítima assumir publicamente que é vítima; de assumir que o seu casamento/relação não é o que sonhou; dos juízos de valor que os outros irão fazer sobre si; e também porque consideram como responsabilidade sua, todas as situações de agressão a que são sujeitas.

As vítimas, só quando deixam de acreditar na mudança, como nos refere Conceição Lavadinho, é que decidem apresentar queixa e cortar o ciclo de violência, definindo

outro projeto de vida para si e seus filhos. Esta ideia é também corroborada por outros autores como Costa e Duarte.

No acompanhamento a situações de violência doméstica os técnicos devem ter um papel preventivo de novas agressões, proteção das vítimas, sensibilização dos agressores para acompanhamento/tratamento, independentemente da idade, sexo, estrato social, convicções políticas, religiosas ou outras.

Atendendo ao estudo que efetuámos, concluímos que a vítima não pretende mudar, mas quer que o técnico modifique o comportamento do seu agressor. A saída de casa é, muitas vezes, uma forma de revitimização, é como que um castigo aplicado porque se é vítima. Esta saída de casa, implica muitas vezes o regresso, que pode ter muitas razões:

- o afastamento do seu espaço, a não adaptação ao desconhecido;
- razões emocionais directamente relacionadas com o seu cônjuge/companheiro;
- questões económicas e questões de educação e culturais.

A esperança de mudanças no comportamento violento, a dependência económica, o medo de perderem os filhos e as ameaças de morte ou suicídios, são algumas das razões que, pesam nas decisões que as vítimas venham a tomar: de ficar ou de sair da relação.

Na maior parte das situações, como comprovámos, as vítimas apenas querem que o comportamento violento do seu cônjuge/companheiro se modifique e que seja o próprio técnico a provocar essa alteração. Quando a intervenção é mais radical e traduz-se no acolhimento institucional da vítima, o regresso ao lar acontece com frequência.

Como fomos demonstrando ao longo deste trabalho, as mulheres ao longo da história, eram as pessoas que sofriam mais agressões na família, e o seu agressor, normalmente o homem, saía impune desta situação. Os estudos, os dados estatísticos assim nos dizem, que são as mulheres as vítimas mais directas da violência doméstica e que é perpetrada pelos seus companheiros/cônjuges ou ex-companheiros/ex-cônjuges.

Mas Costa e Duarte (2000:14) salientam a importância de olharmos para a violência sem preconceitos, pois, normalmente consideramos o homem como o agressor, mas “...na sua essência todos são vítimas e agressores, ou pelo menos, são responsáveis pela

manutenção do clima de violência...”. Em situações de violência a vítima por vezes agride o seu agressor, quanto mais não seja em situação de defesa da sua própria vida.

Como também referimos no desenvolvimento do nosso trabalho de dissertação, também as crianças podem ser vítimas diretas ou indiretas, sendo certo que as consequências de viver num ambiente agressivo podem ser desastrosas. Da revisão da literatura pudemos constatar que em algumas famílias parece haver como que um processo de transmissão geracional que promove a continuação da violência doméstica de geração em geração. No entanto, também concluímos que não é pressuposto que uma criança que cresce numa família com ambiente agressivo, se torne necessariamente numa vítima ou num agressor.

Mas outras vítimas existem: com as transformações que a família tem sofrido, presentemente esta pode abranger três ou quatro gerações vivas e por vezes convivendo debaixo do mesmo teto, é, portanto, normal o convívio entre duas, ou três ou quatro gerações adultas. Esta coexistência obriga não só à modificação de comportamentos individuais das famílias, mas também da própria sociedade em que estes se inserem.

O aumento da esperança de vida, a baixa natalidade associada a questões económicas, sociais e profissionais, tornam mais complexas as relações familiares.

Isto significa que os idosos vivem mais tempo, quer seja de forma autónoma, quer dependentes de outros para a realização de atos básicos para sobreviverem.

Em Portugal, de um modo tradicional ainda se considera que é à família que compete cuidar de todos os que carecem de cuidados, onde se incluem os idosos.

Tradicionalmente atribui-se à família e à mulher a responsabilidade de cuidar dos mais velhos e dos familiares mais chegados. Hoje em dia, aumenta não só o número de idosos a necessitar de apoio como o número de anos que a família tem que tomar a responsabilidade de cuidar, mas diminui o número de filhos por quem dividir a tarefa.

Isto é, menos filhos, mais idosos, mais anos de vida (Sousa & Cerqueira, 2004: 53).

Os idosos pela sua fragilidade psíquica e dependência física são vítimas fáceis dos seus próprios filhos, netos e outros cuidadores.

A violência doméstica exige formas de intervenção tão complexas quanto o é este problema, sendo necessário compreender as dinâmicas que se estabelecem entre a vítima e o agressor. A compreensão das dinâmicas das famílias violentas é fundamental para adequar a intervenção junto da vítima, do agressor e da comunidade em que estes se inserem (Manita, 2005: 9)

Algumas famílias em que as situações de violência doméstica são recorrentes, nem sempre as vítimas pretendem recomeçar sozinhas, abandonando o seu companheiro, o seu lar. Por razões várias, estas mantêm-se na relação, pelo que é necessário que a intervenção junto delas tenha também como objetivo não só a proteção da vítima como a prevenção de futuras agressões que poderão terminar em morte. Isto só é possível se a intervenção dos técnicos também estiver direcionada para o agressor, não esquecendo que o problema não está só na vítima mas sim no agressor.

Mesmo com o afastamento da vítima, o agressor mantém a sua condição e fará uma nova vítima.

Da mesma maneira que muitas vítimas não se identificam como vítimas, também os agressores não o reconhecem e por isso torna mais difícil a intervenção dos técnicos.

Ajudar as pessoas a gerir sentimentos perturbadores como a ira, a cólera, a ansiedade, o pessimismo, é fundamental para que desenvolvam a capacidade de pensar antes de agir. Goleman (1997: 268) diz-nos que isto consegue-se se ensinarmos “algumas competências emocionais básicas, incluindo como resolver desentendimentos”.

Numa lógica preventiva, devemos ensinar às nossas crianças como evitar uma vida de violência, dotando-as de capacidades para gerir as suas próprias emoções, desde a tristeza, à alegria, da frustração, à angústia ou à raiva.

Não esgotamos este assunto, pois muito mais haveria para analisar, assim, deixamos aqui algumas pistas que poderão servir para estudos futuros.

- replicar este estudo em contextos socioculturais e geográficos diferentes do abordado neste estudo, para eventual comparação de resultados;
- recolher e analisar os relatórios de trabalho dos grupos multidisciplinares que atualmente se debruçam sobre o tratamento dos aspetos cognitivos, afetivos e relacionais das vítimas de violência doméstica e respetivos agressores;
- analisar a violência doméstica sobre o sexo masculino de modo a determinar os contornos da mesma, o perfil das vítimas e consequências contextualizadas dessa violência;
- comparar formas de violência sobre vítimas institucionalizadas em diversos contextos sócio-económicos e geográficos.
- constituir e dinamizar grupos de apoio de mulheres vítimas de violência, no sentido de promover o empowerment e a capacidade de lidar com este problema e evitar a continuação da situação de vítima.

### **Referências bibliográficas**

Alarcão, M. (2002). *(des) Equilíbrios familiares*. Coimbra: Quarteto.

Costa, M. E. & Duarte, C. (2000). *Violência familiar*. Porto: Âmbar.

Dias, I. (2004). *Violência na Família. Uma abordagem Sociológica*. Porto: Afrontamento. *Estratégias de Combate à Violência Doméstica. Manual de recursos* (2003), Lisboa: Direcção Geral de Saúde.

Direcção Geral da Ad. Interna (2010)- Relatório de Segurança Interna 2007, 2008 e 2009. Ministério da Administração Interna. Lisboa

Goleman, D. (1997). *Inteligência Emocional*. Sociedade Industrial Gráfica Lda.

Machado, Carla & Matos, Marlene & Gonçalves. (2010). *Manual de Escala de Crenças sobre Violência Conjugal (E.C.V.C.) e do Inventário Violência Conjugal (I.V.C.)*. 2ª Edição, Psiquilibrios edições.

Manita, C. (2005). *A intervenção em Agressores no Contexto da Violência Doméstica em Portugal. Estudo Preliminar de Caracterização*. Maia: SerSilito

Pais, E. (1998). *Espaço doméstico e violência*. In Espaço S: Revista de Educação Social 0, 11-15

Prieur, B. et.al. (coord) (1999). *As heranças familiares*. Lisboa: Climepsi.

Sousa, L.; Figueiredo, D. & Cerqueira, M. (2006) *Envelhecer em família. Os cuidados familiares na velhice*. Porto: Ambar

### **Notas sobre o autor**

**Email:** [ojrtavares@gmail.com](mailto:ojrtavares@gmail.com)

[tavares.ojr@gnr.pt](mailto:tavares.ojr@gnr.pt)

**Afiliação institucional:** Escola Superior de Educação de Portalegre e Universidade da Extremadura – Espanha

### **Breve nota biográfica:**

Licenciatura em Ciências Sociais – Área de Psicologia Social, com a Classificação de 13 valores, pela Universidade Aberta, em 13 de Março de 2006;

Mestrado em Formação de Adultos e Desenvolvimento Local – com a Classificação de 17 valores, Escola Superior de Educação de Portalegre em 2 de Dezembro de 2011;

Atualmente e desde 26 de Janeiro de 2007, que chefiou o Núcleo de Investigação e Apoio a Vítimas Específicas do Comando Territorial da Guarda Nacional Republicana de Portalegre, que corresponde de grosso modo ao distrito de Portalegre.

Entre 20 de Setembro de 2004 e 26 de Janeiro de 2007, fui Comandante do Posto Territorial da Guarda Nacional Republicana em Campo Maior, no Distrito de Portalegre.

De 12 de Janeiro de 2004 e 20 de Setembro de 2004, fui Comandante do Posto Territorial da Guarda Nacional Republicana em Gavião, no Distrito de Portalegre.

### **ACCÕES DE FORMAÇÃO/CURSOS**

Especialização em Formação e Educação de Adultos e populações em Risco, pela Escola Superior de Educação de Portalegre, em 2011.

Formação Especializada em Estratégias e Intervenção em situações de Crise e Emergência, com a Classificação de 18 valores, pela Escola Superior de Saúde de Portalegre, em 30 de Novembro de 2007.

Curso de Inglês Geral, A1 (Básico), Ministrado pela Oxford School, com a duração de 25 horas, com a Classificação de 75%.

Frequência do Curso “Técnicas de Entrevista e Interrogatório”, Ministrado no Instituto Superior de Polícia Judiciária e Ciências Criminais, de 09 a 11 de Julho de 2007, com a duração de 18 horas.

Frequência do 5º Curso do Núcleo Mulher e Menor, na escola da Guarda em Queluz, em 17 de Janeiro de 2007.

Formação Básica em Socorrismo, ministrada pela Cruz Vermelha Portuguesa, com a duração total de 24 horas, com a classificação final de 20 valores, em 26 de Agosto de 2004.

Curso de Formação Inicial dos Membros das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens, intitulado “ O sistema de Promoção dos Direitos das Crianças e Jovens, promovido pela Comissão Nacional de Proteção das Crianças e Jovens em Risco, com a duração de 28 horas.

Formação Profissional para agentes qualificados que atuem no domínio da violência doméstica e/ou da prevenção da vitimização ou revitimização desta, com a duração de 30 horas.

Ação de sensibilização sobre violência em contexto escolar, realizada pela Escola Superior de Educação de Portalegre no dia 16 de Dezembro de 2010.

Ação de sensibilização sobre violência doméstica para as forças de segurança - módulo “Avaliação de risco”, organizado pela Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, com a duração de 7 horas.

Ação de sensibilização sobre violência doméstica para as forças de segurança - módulo “Atendimento à vítima”, organizado pela Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, com a duração de 7 horas.

Workshop “Quebrar amarras - na conquista da autonomia”: Grupo de Ajuda Mútua para vítimas de violência doméstica nas relações de intimidade, com a duração de 6 horas.

Congresso internacional família, educação e desenvolvimento no séc. XXI: Olhares interdisciplinares, realizado nos dias 3 e 4 de Junho de 2011.



# **Cidades amigas das pessoas idosas – Alguns dados exploratórios do Concelho de Portalegre<sup>1</sup>**

## **Age-friendly cities – Some exploration data on Portalegre County**

Paula Oliveira, Helena Arco, Andreia Costa, Miguel Arriaga,  
Olga Louro, Sofia Roque, João Alves, Bruno Dionísio,  
Alexandre Martins, Luísa Panaças, Maria de Deus Bravo

### **Resumo**

Para a OMS “O envelhecimento ativo é o processo de otimização de condições de saúde, participação e segurança, de modo a melhorar a qualidade de vida à medida que as pessoas envelhecem” dependendo de vários fatores, influências e sentimentos (OMS, 2007 citado em FCG, 2009: 5). Assim é essencial conhecermos as condições de vida destas pessoas, contemplando dimensões ligadas à territorialidade ao nível dos espaços lúdico-desportivos, habitacionais, de transporte, serviço comunitário e saúde. Importa perceber ainda a forma como é efetuada a participação e inclusão social, a participação cívica bem como as potencialidades e constrangimentos da comunicação e informação que é disponibilizada ao idoso, tendo como objetivo último melhorar as condições oferecidas aos idosos. Foi objetivo deste trabalho, gerar um retrato local onde as pessoas idosas e instituições possam fazer a sua autoavaliação e registar os progressos efetuados baseado em perceções. Como estratégia metodológica, utilizámos o questionário elaborado pela OMS e cedido em Portugal pela Associação Vida.

**Palavras-chave:** Idosos, cidade, condições de vida

### **Abstract**

*The WHO "Active aging is the process of optimizing health, participation and security in order to improve the quality of life as people age" depending on several factors, influences and feelings (WHO, 2007 cited in FCG, 2009:5). This is essential to know the living conditions of these people, considering the geographical dimensions linked to the level of leisure-sporting spaces, housing, transportation, health and community service. It even realize how it effected the participation and social inclusion, civic participation and the potential and constraints of communication and information that is available to the elderly, with the ultimate goal of improving conditions offered to seniors. The goal of this work was generate a picture where older people and institutions can make your self-assessment and record the progress made based on perceptions. As a methodological strategy, we used the questionnaire developed by WHO and ceded to Portugal by the Association Life.*

**Keywords:** Seniors, city, living conditions

## **Projeto Cidades Amigas das Pessoas Idosas: contextualização e conceitos referência**

Nas últimas décadas, o avanço científico e tecnológico característico das sociedades modernas tem permitido avanços significativos na concretização da melhoria das condições de vida das populações, conferindo-lhes mais saúde, melhores condições de trabalho, melhores condições

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no III Seminário de I&DT, organizado pelo C3i – Centro Interdisciplinar de Investigação e Inovação do Instituto Politécnico de Portalegre, realizado nos dias 6 e 7 de Dezembro de 2012.

de habitação, em suma, melhores condições de vida, o que tem conduzido, naturalmente, a uma maior longevidade.

O aumento da longevidade vai refletir-se no aumento do número de idosos na população e se juntarmos a este facto a diminuição da natalidade, somos confrontados com uma população cada vez mais envelhecida. Esta realidade pode ser observável em qualquer zona do mundo, mas é especialmente notória nas cidades que estão a aumentar largamente nos países em desenvolvimento. “Em 2030, cerca de três em cada cinco pessoas viverão em cidades e o número de habitantes das cidades nas regiões menos desenvolvidas será quatro vezes superior ao das regiões mais desenvolvidas” (OMS 2007, citado em FCG, 2009:3). Este cenário leva-nos a imaginar o crescimento urbanístico e as dinâmicas próprias que se criam nas comunidades e/ou cidades, incluindo o desenvolvimento científico, cultural, social, político e económico de onde emergem novas ideias, formas de vida, produções, tarefas, encargos e obrigações, sempre imaginando o caminho do progresso.

Em 2050 prevê-se que 25% da população urbana seja constituída por idosos. Este cenário, a concretizar-se, contrastará com o passado, o que implicará o reajustamento de contextos, dinâmicas e de ofertas de serviços nas cidades, adequando-as de forma sustentável às necessidades emergentes. Por outro lado, importa não esquecer que, à medida que as cidades crescem em dimensão e em número de população idosa, mais podem enriquecer, pelo recurso que os próprios idosos representam no contexto familiar e, paralelamente, pelos contributos que estes podem dar à sociedade, desde que lhes seja proporcionado apoio e possibilidade para que isso aconteça.

Torna-se então, pelo anteriormente exposto, imperativo analisar e refletir acerca das causas e consequências do envelhecimento demográfico enquanto fenómeno social das sociedades contemporâneas e das implicações resultantes das suas características. O desafio é perceber que tipo de respostas ou serviços de proximidade podem combater a desvinculação gradual dos idosos, que tendem muitas vezes a ficar alheados, quer da participação social, quer de uma vida familiar salutar.

Assumir 2012 como o Ano Europeu do Envelhecimento Ativo e da Solidariedade entre Gerações implica celebrar a longevidade, mas remete-nos também para a necessidade de nos posicionarmos e refletirmos sobre os problemas de forma a criar solidariedade entre gerações.

Coloca-nos, igualmente, desafios como o da urgência da tomada de consciência sobre a necessidade individual e coletiva de preparação de um projeto de envelhecimento, mudando hábitos e comportamentos, para além da responsabilização de todos, enquanto cidadãos, no combate à exclusão social, aos estereótipos, à discriminação e à indiferença. No fundo, trata-se de uma abordagem multidimensional de respostas, também elas pensadas e desenvolvidas em rede, que contribuirão para responder aos desafios com que nos deparamos.

Conforme preconizado pelo programa de ação de Portugal para o Ano Europeu do Envelhecimento Ativo e da Solidariedade entre Gerações (2012), devem ser tomadas em conta dimensões de referência, tais como o reforço do papel das famílias, o reforço das relações intergeracionais, a valorização do papel, da participação ativa e do exercício dos direitos dos séniores e a maior e melhor prevenção de situações de dependência.

Neste sentido, as cidades vão ter que se adaptar e dotar de estruturas e condições de vida, pois “as pessoas mais velhas, em especial, têm necessidade de viver em meios envolventes que lhes proporcionem apoio e capacitação, para compensar as mudanças físicas e sociais associadas ao envelhecimento” (*idem*:3) e para que desta forma seja possível receber os seus contributos, como uma mais-valia para as diferentes sociedades.

Esta situação foi considerada prioritária pelas Nações Unidas em 2002 e neste contexto surgiu em 2005 através da OMS o projeto “Cidades Amigas dos Idosos”, enquadrando-se no conceito de envelhecimento ativo que é o “processo de otimização de condições de saúde, participação e segurança, de modo a melhorar a qualidade de vida à medida que as pessoas envelhecem”.

Em Portugal, a Associação VIDA – Valorização Intergeracional e Desenvolvimento Ativo, deu início a um projeto denominado “Cidades”, em que foi apresentado o conceito da Organização Mundial de Saúde (OMS), para aplicação de uma lista de verificação (questionário) em Portugal Continental e nas Ilhas. Trata-se de um projeto de investigação-ação que visa a identificação das práticas e serviços em Portugal com o objetivo de os compreender, melhorar e reformar. O projeto é cofinanciado pela Direção Geral da Saúde e pela Fundação Calouste Gulbenkian, estando aberto a todos os municípios, instituições académicas e população em geral, que manifestem interesse em tornar as suas cidades mais amigas dos idosos.

De acordo com a OMS, “uma cidade amiga das pessoas idosas estimula o envelhecimento ativo através da criação de condições de saúde, participação e segurança, de modo a reforçar a qualidade de vida à medida que as pessoas envelhecem. Em termos práticos, uma cidade amiga das pessoas idosas adapta as suas estruturas e serviços, de modo a que estes incluam e sejam acessíveis a pessoas mais velhas com diferentes necessidades e capacidades”. (*idem*:1). Ainda assim, uma cidade amiga dos idosos não é só benefício para os idosos, mas sim para todas as faixas etárias, uma vez que, direta ou indiretamente, os benefícios são recíprocos. Neste sentido, a “palavra-chave”, no que diz respeito a cenários urbanos sociais e físicos assumidos como “amigos das pessoas mais idosas” é a “capacitação” (*idem*:6), sempre com o objetivo de promover a independência e prevenir as incapacidades, de forma a poder ser garantida a autonomia e qualidade de vida da população em geral e dos idosos em particular.

A partir dos pressupostos anteriores, a OMS identificou as características-chave de uma cidade amiga das pessoas idosas e preparou uma lista de verificação, que não pretende comparar cidades, mas sim, constituir uma ferramenta para que cada cidade se autoavale e possa delinear estratégias, no sentido de implementar as mudanças necessárias para melhorar as condições que oferece à sua população mais envelhecida.

A lista de verificação visa apontar os aspetos positivos e os obstáculos em relação a oito áreas: i) prédios públicos e espaços abertos; ii) transportes; iii) habitação; iv) participação social; v) respeito e inclusão social; vi) participação cívica e emprego; vii) comunicação e informação; viii) apoio comunitário e serviços de saúde. Estas áreas de intervenção, surgem elencadas no pressuposto de que o ambiente físico, as infraestruturas públicas e as condições habitacionais podem influenciar fortemente a mobilidade individual, a segurança, a proteção e a prevenção de acidentes domésticos e na via pública, constituindo atitudes promotoras de saúde e de participação social. Por outro lado, o ambiente da sociedade, o apoio comunitário e dos serviços de saúde, o nível cultural e de literacia individual podem, igualmente, influenciar o bem-estar psicológico, a participação social e o nível de saúde da mesma população.

Com base na aplicação da lista de verificação, pretende-se ainda o empoderamento das pessoas com mais de 55 anos envolvidas (através das respostas e sugestões dadas), a identificação das áreas prioritárias de atuação, a fundamentação de novos projetos de atuação com base nas oito áreas, a formulação de políticas para adequação de orientações técnicas e ainda a aquisição e o reforço de competências dos profissionais envolvidos, o enriquecimento

curricular das instituições e a integração na Rede Mundial das Cidades Amigas das Pessoas Idosas.

### **Estratégia metodológica e etapas da pesquisa**

A estratégia metodológica implementada para a realização deste estudo partiu então de um modelo de questionário (lista de verificação) ensaiado e testado noutras cidades envolvidas no projeto Cidades Amigas das Pessoas Idosas. A investigação levada a cabo constituiu o prolongamento de uma parceria com a autarquia de Portalegre, em associação estreita com a Associação Vida.

No caso de Portalegre, a equipa do projeto agrega investigadores do Instituto Politécnico de Portalegre, na sua generalidade membros do Centro Interdisciplinar de Investigação e Inovação (C3I-IPP), em articulação com um técnico superior da autarquia, reunindo, no seu conjunto, várias competências técnicas e científicas numa base interdisciplinar.

O questionário aplicado corresponde a uma versão reelaborada e ajustada à realidade do país e do concelho em particular, tendo sido, no entanto, aprofundados alguns indicadores numa das dimensões de análise. Consensualizado o modelo de questionário, tratou-se de operacionalizar o processo de recolha de informação, definindo-se uma amostra acidental, inicialmente composta por 368 indivíduos com idade superior a 55 anos (de acordo com as normas emanadas da equipa responsável pelo projeto a nível nacional), correspondendo a 4,2% da população do concelho. Este valor decorreu do número de residentes recenseados em 2001 (últimos dados oficiais disponíveis à altura do lançamento do questionário), tendo a mesma amostra sido repartida proporcionalmente ao volume de população residente em cada uma das freguesias.

Em virtude de várias dificuldades inerentes ao próprio processo de recolha de informação no terreno, o valor final da amostra cifrou-se na ordem dos 192 indivíduos (ver quadro 1). A recolha de informação esteve a cargo de uma equipa de estudantes da Escola Superior de Saúde e da Escola Superior de Educação, devidamente credenciados e após formação específica para o efeito. A aplicação dos questionários decorreu no período compreendido entre os meses de Fevereiro e Maio de 2012, sob acompanhamento e supervisão por parte dos elementos da equipa de investigação.

**Quadro 1**  
**Dimensão da amostra (acidental)**

	Amostra final	Amostra inicial
<b>Freg. Urbanas</b>		
<b>Sé</b>	<b>38</b>	113
<b>S. Lourenço:</b>	<b>26</b>	89
<b>Freg. Rurais</b>		
<b>Alagoa</b>	<b>11</b>	11
<b>Alegrete</b>	<b>34</b>	35
<b>Carreiras</b>	<b>12</b>	11
<b>Fortios</b>	<b>30</b>	30
<b>Reguengo</b>	<b>9</b>	13
<b>Ribeira de Nisa</b>	<b>11</b>	23
<b>S. Julião</b>	<b>0</b>	11
<b>Urra</b>	<b>21</b>	33
<b>TOTAL</b>	<b>192</b>	<b>368</b>

Fonte: Elaboração própria

Para além da publicação de um relatório de cariz técnico a entregar à autarquia de Portalegre, contemplando não só os resultados do inquérito, mas também algumas propostas decorrentes das perceções e das avaliações realizadas pelos próprios inquiridos face às necessidades e prioridades em matéria de planeamento municipal dirigido a este segmento etário da população, outros produtos decorrentes da investigação tomarão a forma de um artigo científico, a publicar numa revista da especialidade, uma comunicação numa conferência internacional e outra num encontro nacional.

### **O concelho de Portalegre: breve caracterização territorial e sociodemográfica**

O concelho de Portalegre encontra-se situado no Alto Alentejo (NUT 3), pertencendo à região do Alentejo (NUT 2), constituindo um território com 10 freguesias, duas das quais urbanas e as restantes de matriz rural.

A sede de concelho concentra a generalidade dos serviços públicos de apoio à população, bem como outros serviços de abrangência regional decorrentes da centralidade que o concelho ocupa no contexto da região. Para comprovar este diagnóstico basta uma abordagem dirigida aos dados demográficos, sociais e económicos, relativos às últimas décadas, acessíveis na generalidade dos documentos oficiais de natureza estatística, para reconhecer que o concelho de Portalegre constitui um polo urbano cuja centralidade tende a adquirir uma relevância

estratégica e funcional no contexto da região e, por conseguinte, ocupa um lugar destacado no âmbito dos fluxos de mobilidade das suas populações.

Do ponto de vista demográfico, o concelho tem registado uma diminuição generalizada da sua população, tendencialmente mais acentuada nas freguesias rurais, sobretudo nas que, geograficamente, distam mais da sede de concelho e onde o isolamento geográfico constitui um fator pouco atrativo para a fixação de população. Os últimos recenseamentos levados a cabo pelo INE confirmam esta tendência, sendo de assinalar, contudo, algumas dinâmicas de crescimento populacional, particularmente em duas freguesias periféricas ao centro urbano da cidade, assumindo um perfil de freguesias marcadamente residenciais e periféricas à cidade: Ribeira de Nisa e Fortios. Mesmo as freguesias urbanas (Sé e São Lourenço), de acordo com os dados disponíveis, parecem não escapar à tendência de diminuição da sua população residente, embora em proporção mais reduzida, comparativamente às freguesias rurais.

Nesta linha de análise de índole demográfica ganha particular importância o segmento da população de idade mais avançada. A somar ao decréscimo populacional, fenómeno transversal à generalidade do concelho, acresce o facto de uma fatia considerável da mesma população ter idade superior a 65 anos. Quer nas freguesias urbanas, quer nas freguesias rurais, salvaguardando as devidas diferenças, esta tendência é hoje um dado estrutural no que respeita à composição etária da população residente. Os dados (provisórios) já disponibilizados pelos Censo 2011 mostram a mesma tendência para o conjunto das freguesias do concelho, sendo possível observar igualmente o fenómeno do envelhecimento gradual da sua população, situação que, aliás, reproduz a realidade à escala nacional.

Tendo em conta que, em Portugal, os idosos representavam em 2008 17,4% da população, dados de 2011 mostram que a população idosa, com 65 ou mais anos, residente em Portugal é atualmente de 2,023 milhões de indivíduos (19% da população total), tendo crescido na mesma proporção na última década. As projeções elaboradas pelo INE estimam que em 2060 possam vir a residir no território nacional cerca de 3 idosos (32%) por cada jovem. Deste universo, também na última década, o número de pessoas idosas a viver sozinhas ou a residir exclusivamente com outras pessoas com 65 ou mais anos, aumentou 28%.

No caso específico do concelho de Portalegre, os valores conhecidos não só tendem a reproduzir este cenário, como mostram, inclusivamente, um nível de incidência mais

acentuado, quer no que toca à proporção da população idosa face ao total de indivíduos residentes no município, quer no que concerne, de modo específico, ao número de pessoas idosas a viver sozinhas.

**Quadro 2**  
**Concelho de Portalegre (2011)**

	<b>Homens:</b>	<b>Mulheres</b>	<b>Total</b>
<b>população residente</b>	11 971	12 959	<b>24 930</b>
<b>população com 65 ou mais anos</b>	2 535	3 297	<b>5 832</b>

Fonte: INE, Censo 2011 (resultados provisórios)

Do quadro anterior constata-se que a proporção de pessoas idosas representa cerca de 23,4% face ao total da população residente no concelho, situação que tende a convergir com resultados muito similares verificados para outros concelhos limítrofes da região Alto Alentejo, com valores ainda mais significativos.

Estes dados e tendências demográficas, com particular incidência na população mais envelhecida do concelho, conduz-nos à reflexão sobre a necessidade de se ter em linha de conta esta realidade nos processos de planeamento das cidades e, especificamente, nas áreas onde este segmento da população tende a ocupar um papel e uma centralidade mais evidenciada. Reconhecer este imperativo é assumir que estamos hoje perante um conjunto de desafios que se colocam, tanto às equipas técnicas de planeamento urbanístico, como aos próprios decisores políticos locais, cujas responsabilidades neste âmbito ganham particular acuidade e pertinência. Na prática, quer uns, quer outros, confrontam-se com renovados desafios, cujo denominador comum passa por pensar e planear os espaços urbanos, procurando adaptá-los a este perfil populacional, desenhando e redimensionando acessos, estruturas e espaços, com condições mais adequadas às necessidades específicas das pessoas idosas, que permitam a estas últimas “viver em meios envolventes que lhes proporcionem apoio e capacitação, para compensar as mudanças físicas e sociais associadas ao envelhecimento” (FCG, 2009).

Os resultados exploratórios adiante apresentados procuram evidenciar algumas das áreas de vivência urbana e de intervenção que, segundo a população inquirida, tendem a constituir vetores de planeamento e atuação política em termos futuros, visando aproximar a realidade de Portalegre a uma possível “cidade amiga das pessoas idosas”.



## Resultados do inquérito à população sénior: perfil da pessoa idosa no concelho de Portalegre

O perfil da população idosa auscultada no âmbito deste estudo tende a reproduzir a perceção genericamente conhecida a respeito das principais características sociodemográficas da população mais envelhecida do país.

Para além de uma paridade no que se refere à composição em termos de género (46% homens, 54% de mulheres), o estado civil preponderante corresponde à situação de casado/união de facto para 56% da população inquirida. As situações de viuvez totalizam cerca de 35%, situação que se relaciona de perto com a observação de um considerável número de agregados domésticos compostos por apenas uma pessoa, como adiante se confirmará. Os estados civis “divorciado” e “solteiro” representam valores pouco expressivos no conjunto da população estudada, não ultrapassando os 6%.

**Quadro 3**  
**Estado Civil**

	<b>N</b>	<b>%</b>	<b>% Acum.</b>
Casado / União de fato	107	55,7	55,7
<b>Divorciado(a) /separado(a)</b>	7	3,6	59,4
<b>Solteiro(a)</b>	11	5,7	65,1
Viúvo(a)	67	34,9	100,0
<b>Total</b>	<b>192</b>	<b>100,0</b>	

Fonte: Lista de Verificação de Características Fundamentais das Cidades Amigas das pessoas Idosas da OMS – Organização Mundial de Saúde

No que concerne aos níveis de escolaridade, observa-se que cerca de 77% da população inquirida apresenta no máximo o primeiro ciclo do ensino básico, sendo que cerca de 16% deste valor corresponde a casos de analfabetismo, apesar de 7% referir saber ler e escrever, mas sem ter frequentado a escola. Dos níveis de ensino mais elevados, destaque-se o facto de aproximadamente 7% ter uma licenciatura ou grau de ensino superior. Mais uma vez, também por via deste indicador, verifica-se uma relativa reprodução do perfil típico de escolaridade da generalidade da população idosa portuguesa.

**Quadro 4**  
**Grau de escolaridade**

	N	%	% Acum.
Não sabe ler nem escrever	30	15,7	15,7
Sabe ler e escrever mas não frequentou a escola	14	7,3	23,0
1º Ciclo incompleto	48	25,1	48,2
1º Ciclo completo	55	28,8	77,0
2º Ciclo completo	11	5,8	82,7
3º Ciclo completo	15	7,9	90,6
12º Ano	5	2,6	93,2
Licenciatura ou grau superior	13	6,8	100,0
<b>Total</b>	<b>191</b>	<b>100,0</b>	

Fonte: Lista de Verificação de Características Fundamentais das Cidades Amigas das pessoas Idosas da OMS – Organização Mundial de Saúde

Na esfera profissional e tomando como referência dois indicadores associados – a condição perante o trabalho e a situação na profissão – a grande maioria dos inquiridos encontra-se em situação de inatividade laboral, perfazendo cerca de 83% do total, muito embora uma margem relativamente menor, mas ainda assim significativa (16%), se encontre ainda no mercado de trabalho. Dos que ainda trabalham ou já trabalharam, três quartos da população estudada (75%) desenvolve ou desenvolveu a sua atividade profissional por conta de outrem e apenas 17% por conta própria. A condição de patrão ocupa uma franja minoritária, não ultrapassando os 6%. Acresce o facto da generalidade das atividades profissionais identificadas inscreverem-se no setor primário e secundário da economia, paralelamente a um número significativo de casos cujas profissões remetem para o setor terciário mais desqualificado, ligadas sobretudo ao pequeno comércio local e a alguns serviços de menor exigências do ponto de vista qualificacional.

No que toca à idade da população inquirida, tendo em conta que o universo de partida teria que incluir cidadãos com idade igual ou superior a 55 anos, os dados observados mostram que aproximadamente 63% da população tem entre sessenta a oitenta anos, registando-se adicionalmente uma percentagem expressiva, na ordem dos 22%, com idade igual ou superior a oitenta anos. Os restantes 15% correspondem ao número de inquiridos com idade entre os cinquenta e cinco e os sessenta anos. Estes valores acentuam a tendência de um envelhecimento prolongado da população, situação que tende a ocorrer igualmente noutros territórios, de acordo com as mais recentes pesquisas desenvolvidas sobre a temática.

Por fim, cruzando a freguesia de residência com a composição do agregado familiar, é possível observar, numa primeira análise, que a maioria dos inquiridos pertence a agregados domésticos cuja composição não ultrapassa, para a generalidade dos casos, as duas pessoas. Aliás, em conjunto, as famílias compostas por dois elementos, mais as situações correspondentes a agregados domésticos compostos por apenas um indivíduo, perfazem cerca de 80% do total de inquiridos. Numa segunda análise e no caso destes últimos – agregados domésticos isolados – a sua distribuição pelas freguesias de residência evidencia uma ligeira sobre representação nas duas freguesias de matriz urbana e em algumas freguesias rurais, mais numerosas do ponto de vista populacional.

**Quadro 5**  
**Composição do Agregado Familiar por Freguesia de Residência**  
(leitura em coluna)

Freguesia de Residência		Composição do Agregado Familiar					Total
		Vive só / Isolado(a)	Vive com o cônjuge	Vive com os filhos	Vive com o cônjuge e os filhos	Outra situação	
Sé	N	11	18	1	5	0	35
	%	19,0%	20,0%	7,7%	33,3%	,0%	18,8%
São Lourenço	N	11	9	1	4	1	26
	%	19,0%	10,0%	7,7%	26,7%	10,0%	14,0%
Alagoa	N	6	5	0	0	0	11
	%	10,3%	5,6%	,0%	,0%	,0%	5,9%
Alegrete	N	9	16	5	3	1	34
	%	15,5%	17,8%	38,5%	20,0%	10,0%	18,3%
Carreiras	N	5	2	1	0	4	12
	%	8,6%	2,2%	7,7%	,0%	40,0%	6,5%
Fortios	N	8	13	3	1	3	28
	%	13,8%	14,4%	23,1%	6,7%	30,0%	15,1%
Reguengo	N	3	3	1	0	1	8
	%	5,2%	3,3%	7,7%	,0%	10,0%	4,3%
Ribeira de Nisa	N	4	4	1	2	0	11
	%	6,9%	4,4%	7,7%	13,3%	,0%	5,9%
Urra	N	1	20	0	0	0	21
	%	1,7%	22,2%	,0%	,0%	,0%	11,3%
<b>Total</b>	<b>N</b>	58	90	13	15	10	186
	<b>%</b>	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Lista de Verificação de Características Fundamentais das Cidades Amigas das pessoas Idosas da OMS – Organização Mundial de Saúde

Já no caso das famílias em que a coabitação é geralmente partilhada apenas com o cônjuge, a sua distribuição territorial apresenta-se de modo transversal às freguesias, tanto rurais como urbanas, muito embora seja de assinalar uma expressão mais significativa em três delas. É o caso das freguesias da Urra, Sé e Alegrete. As restantes modalidades de coabitação

distribuem-se de forma relativamente idêntica pelos vários locais de residência, correspondendo a um menor número de famílias no conjunto da amostra estudada (20%).

### **Equipamentos e Serviços mais utilizados**

No que concerne à utilização, com mais ou menos regularidade, dos inquiridos face aos equipamentos e serviços disponíveis no concelho de Portalegre, observa-se uma clara preponderância dos espaços públicos, significando um tipo de apropriação de vocação lúdica e de fruição da cidade, designadamente jardins, praças e passeios.

**Quadro 6**  
**Equipamentos e serviços utilizados**

<b>Equipamentos e Serviços utilizados</b>	<b>N</b>	<b>%</b>	<b>Total</b>
<b>Espaços Públicos (jardins, praças, ...)</b>	<b>154</b>	<b>80,2</b>	192
<b>Passeios nas ruas</b>	<b>156</b>	<b>81,3</b>	192
<b>Passadeiras</b>	<b>122</b>	<b>63,5</b>	192
<b>Ciclovias</b>	12	6,3	192
<b>Edifícios públicos (Câmara M., Correios, ...)</b>	<b>118</b>	<b>61,5</b>	192
<b>Transportes Públicos</b>	85	44,3	192
<b>Atividades/Eventos organizados pelo município (festivais, feiras, passeios,...)</b>	83	43,2	192
<b>Serviços prestados por voluntários</b>	21	11,0	192
<b>Serviços de Saúde e apoio social (Centro de Saúde, Lares, Centros de Dia, ...)</b>	<b>98</b>	<b>51,0</b>	192
<b>Serviços de Apoio domiciliário</b>	26	13,5	192

Fonte: Lista de Verificação de Características Fundamentais das Cidades Amigas das pessoas Idosas da OMS – Organização Mundial de Saúde

Num patamar seguinte, com um grau de respostas intermédio, é possível encontrar um número considerável de respostas dirigidas para equipamentos relacionados com serviços públicos, necessários ao quotidiano da população inquirida, a par da utilização das passadeiras nas vias públicas.

Os serviços de saúde e de apoio social ocupam também uma posição intermédia no conjunto de equipamentos e serviços utilizados pelos inquiridos, seguidos pelos transportes públicos e por atividades/eventos, de diferente natureza, organizados pelo município.

Com um grau de utilização menos expressivo surgem os serviços de apoio domiciliário, os serviços prestados por voluntários e as ciclovias, com valores relativos entre os 13,5% e os 6,3% no conjunto da população inquirida.

Estes valores traduzem uma primeira perceção acerca dos equipamentos e serviços que, do ponto de vista da população idosa inquirida, tendem a constituir os espaços de maior apropriação e fruição da cidade, associados aos usos e rotinas instaladas e que tendem a preencher o quotidiano das pessoas idosas auscultadas neste estudo. O capítulo seguinte procura sistematizar e aprofundar um pouco mais o significado desta primeira perceção e avaliação.

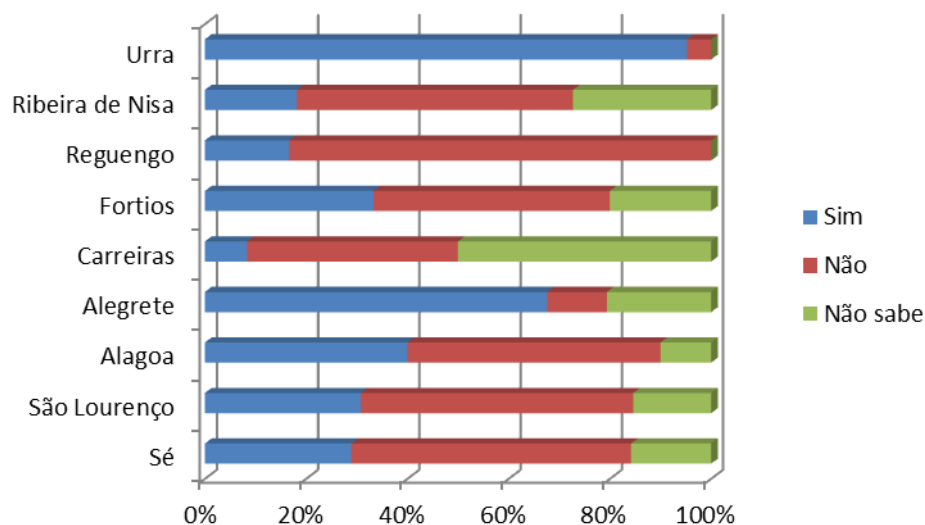
### **Dimensões de análise contempladas: uma leitura transversal**

As questões do território não poderão ser alheias às questões da população, uma vez que esta é também o reflexo das dinâmicas físicas, socioeconómicas e culturais dos contextos locais (Marques, 2010). O território surge ainda enredado nas questões da globalização, não descurando o particularismo local, sendo o trabalho que aqui se desenvolve, um exemplo efetivo desta perspetiva, até pelo já anteriormente abordado.

O conhecimento das dinâmicas locais e dos próprios espaços públicos, constituem-se, assim, determinantes na reconfiguração de processos de desenvolvimento comunitário, para que estes se possam efetuar, sustentados nas características particulares encontradas.

Assim, e no que diz respeito às questões relacionadas com a dimensão *Espaços Exteriores e Edifícios*, os inquiridos que responderam (189) consideraram que, em termos de espaços públicos, estes se apresentavam limpos (79,9%) e gradáveis (84% de 187 respondentes). Relativamente aos espaços verdes, a maioria dos 188 respondentes, concordou com a existência de bancos (86,7%), os espaços estarem bem cuidados (79,6%) e em termos de segurança, apresentarem-se seguros (82,1% dos 190 inquiridos). Quanto aos passeios, 78,3% referiram que os mesmos estavam bem cuidados; contudo, apenas 42,6% dos 188 respondentes disseram serem antiderrapantes. No intuito de uma melhor compreensão, cruzamos esta resposta com a freguesia de origem, verificando-se que apenas nas freguesias da Urra e de Alegrete foi considerada a existência de passeios antiderrapantes; nas restantes freguesias, tanto rurais como urbanas, as respostas foram maioritariamente “não”.

**Gráfico 1**  
**Distribuição das respostas segundo a questão “Os passeios são antiderrapantes?” e a freguesia de origem**



Fonte: Lista de Verificação de Características Fundamentais das Cidades Amigas das pessoas Idosas da OMS – Organização Mundial de Saúde

De referir ainda que 46,6% de 189 inquiridos aludiram ao facto dos passeios não serem suficientemente largos para cadeiras de rodas. Também quando questionados acerca das passadeiras 52,1% das respostas foram que estas não tinham marcas antiderrapantes, à semelhança do que tínhamos verificado anteriormente com os passeios.

Outra questão que mereceu resposta negativa por parte da maioria dos questionados (190) foi relativamente à existência de sinais sonoros nos semáforos, sendo que 64,7% respondeu não. Quanto aos edifícios públicos, a maioria dos inquiridos considerou estarem perto uns dos outros (68,1%) e serem de fácil acesso (75,3%). Contudo, 47,6% dos 189 respondentes considerou que as pessoas mais velhas não tinham prioridade no atendimento. Apesar de tudo, a maioria dos respondentes entendeu que os edifícios públicos estavam bem assinalados, que a sinalização interior era adequada e que os mesmos tinham lugares sentados para descansar quando era necessário esperar e ainda existirem rampas e escadas em número suficiente. Porém, no que diz respeito à acessibilidade dos elevadores desses mesmos edifícios, as respostas dos 183 participantes dividiram-se em 33,9% sim, 36,6% não e 29,5% afirmou não saber.

No que diz respeito a questões higiénicas, a maioria dos respondentes concordou com a existência de casas de banho públicas em número suficiente, serem de fácil acesso e apresentarem-se limpas.

Relativamente à dimensão *Transportes* e nomeadamente no que diz respeito a custos, cerca de metade dos inquiridos, quando questionados acerca dos custos dos transportes públicos estarem afixados em local visível, responderam negativamente. O mesmo aconteceu, numa proporção superior, quando questionados acerca da frequência de transportes públicos à noite, fim de semana e feriados, situando-se as respostas negativas acima dos 70%. Relativamente ao estado dos veículos, a maioria dos respondentes considerou que estes estavam bem assinalados, limpos e em bom estado de conservação. Já em termos de acesso e utilização, dos 185 idosos que responderam a esta questão, 47% considera que tem dificuldade para entrar nos veículos públicos e 53,5% observa que os mesmos veículos circulam superlotados. Quanto aos lugares reservados e prioritários, as opiniões dividem-se entre as três hipóteses de resposta, não havendo uma posição clara dos respondentes sobre um direito que lhes é reservado.

Ainda no âmbito desta dimensão há a salientar uma clara tendência favorável nas respostas dos inquiridos que responderam (188), relativamente ao desempenho dos motoristas, assim como relativamente à localização, sinalização, acesso, limpeza, segurança e iluminação de paragens e estações de transportes públicos, considerando ainda a existência, nas mesmas, de lugares sentados (80,9%). Nas respostas dos inquiridos a esta dimensão, há ainda a salientar que apenas 20,4% dos 186 respondentes considerou que os táxis tinham um preço acessível, assumindo 44,6% desconhecimento relativamente à tarifa.

Situando-nos numa outra dimensão, no caso a *Habituação*, esta constitui uma das necessidades básicas que a população procura satisfazer. Analisando as suas características através de um olhar mais profundo, é possível ter uma perspetiva das condições dos seus residentes. Relativamente a esta dimensão, os respondentes do concelho de Portalegre consideraram, com valores acima dos 50%, que as casas estavam situadas em zonas seguras, próximas dos serviços e com vizinhança. No entanto, 68,4% de 190 participantes neste estudo, consideraram a existência de casas também elas situadas em locais isolados.

Também em termos de conforto, segurança e construção, as respostas foram majoritariamente afirmativas com frequências superiores a metade dos respondentes. Já relativamente à adaptação da habitação a pessoas com dificuldade na mobilidade e se estas existiam em número suficiente, a posição dos respondentes não foi tão clara, verificando-se alguma semelhança na distribuição das respostas pelas três opções disponíveis (sim, não e não sabe). O mesmo aconteceu quando inquiridos acerca do preço, quer em situação de arrendamento, quer de compra.

Entrando na linha da *Participação Social*, sabemos ser esta dimensão de extrema importância em termos de alteração de infraestruturas de âmbito local e inclusive do próprio planeamento de atividades e eventos culturais com vista ao “envelhecer com qualidade”, tal como já foi aludido por Torres (2008). No que diz respeito ao estudo aqui em discussão, é possível constatar que, no que se refere à boa localização dos eventos e atividades culturais, assim como à acessibilidade efetuada através de transportes públicos, as respostas foram positivas, situando-se em valores de 82,2 e 71,4%. O mesmo se verificou quando questionados acerca das condições de iluminação, horários, custos e informação disponibilizada em torno dos eventos, situando-se as respostas “sim”, em valores superiores a 50% dos inquiridos. O mesmo não se verificou, relativamente à questão da acessibilidade a estas mesmas atividades através de transportes públicos e variedade da oferta de eventos e atividades, oscilando as respostas entre o “sim” e o “não”, revelando uma área onde é necessário incidir a atenção em termos futuros.

Relativamente às questões relacionadas com a dimensão *Respeito e Inclusão Social*, verificou-se que segundo a opinião dos idosos inquiridos, os funcionários que prestam serviços são considerados prestáveis e amáveis, apresentando as respostas afirmativas uma percentagem de 79,9%. No que diz respeito à boa acessibilidade aos serviços públicos, por parte dos mais velhos com menos recursos económicos, assim como a instituições de solidariedade, esta foi considerada por mais de 50% dos inquiridos. Contudo, quando questionados acerca do bom acesso aos serviços privados a pagar, as respostas dividiram-se, sendo a frequência mais elevada (42,6%) verificada na resposta “não”. Quanto às questões relacionadas com o hábito de participação dos mais velhos nos meios de comunicação social, também a maioria das respostas se verificou na opção “não”. Porém, 46,6% consideraram que quando participavam, transmitiam uma imagem positiva. Quando questionados acerca da participação transgeracional, as respostas variaram bastante. Os participantes no estudo



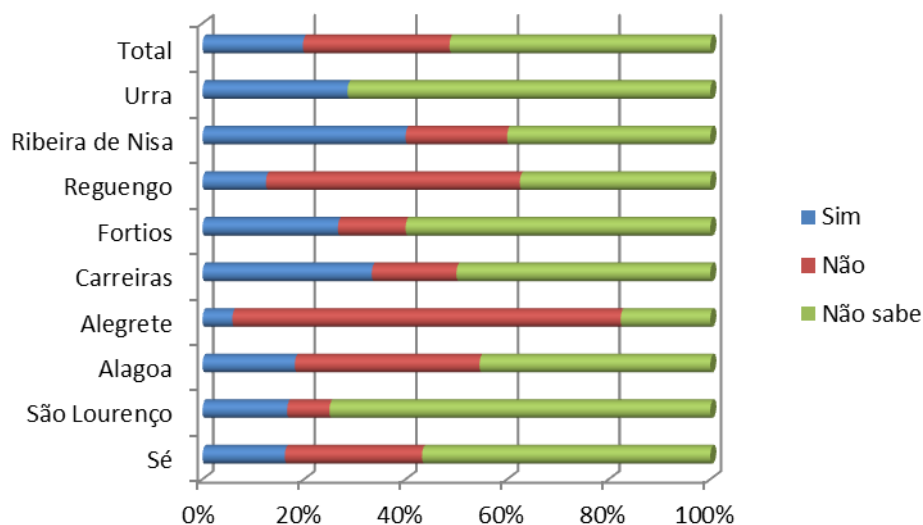
consideraram que os locais e as atividades para a comunidade eram feitos para atrair todas as gerações e que as pessoas mais velhas participam nas atividades comunitárias para as “famílias”, situando-se nestes casos as respostas “sim” em valores superiores a 50%. Tal poderá dever-se às características do próprio meio onde decorreu o estudo, pois tratando-se de um contexto do interior do país com características urbano-rurais, onde coexiste ainda um conceito de família muito próximo do tradicional conceito de família alargada, residindo até por vezes várias gerações com alguma proximidade geográfica.

Ainda no âmbito desta dimensão, mas quando questionados acerca do envolvimento das pessoas mais velhas nas atividades escolares, 50% dos 190 respondentes afirmaram que não havia esse envolvimento.

Quanto às questões relacionadas com a dimensão *Participação Cívica e Emprego*, verificou-se que 49,5% dos respondentes responderam “sim” à questão sobre as pessoas mais velhas poderem fazer voluntariado. Contrariamente, quando inquiridos sobre a existência de oportunidades para que os mais velhos possam trabalhar, 57,2% de 187 responderam que não. Outro aspeto que emergiu nesta dimensão foram as frequências elevadas na resposta “não sabe”, quando questionados sobre a existência de apoios para que as pessoas mais velhas possam trabalhar, se era encorajada a participação de pessoas mais velhas nos órgãos de decisão de instituições públicas, empresas privadas e associações sem fins lucrativos, o que demonstra uma necessidade de esclarecimento a este nível junto da população.

Na dimensão *Comunicação e Informação* e nas questões que abordavam o acesso a meios de comunicação, distribuição de sinal e receção, divulgação de informação e se esta informação tinha interesse para os mais velhos, os respondentes afirmaram maioritariamente que sim, verificando-se frequências superiores a 60%. No que diz respeito à comunicação oral e escrita, também a maioria dos respondentes concordou que eram utilizadas palavras simples e frases curtas. Contudo, quando lhes foi perguntado se os serviços de atendimento telefónico forneciam instruções de forma lenta/adequada, apenas 44,1% de 188 dos questionados respondeu afirmativamente. Quando inquiridos acerca do acesso à internet, uma percentagem significativa respondeu “não sabe”, verificando-se esta situação tanto nas freguesias rurais, como nas urbanas, revelando uma clara necessidade de intervenção e de esclarecimento também nesta área.

**Gráfico 2**  
**Distribuição das respostas segundo a questão “Nos locais públicos com computadores e internet o acesso é gratuito?” e a freguesia de origem**



Fonte: Lista de Verificação de Características Fundamentais das Cidades Amigas das pessoas Idosas da OMS – Organização Mundial de Saúde

Neste estudo, também as questões relacionadas com os *Serviços Comunitários e de Saúde* foram abordadas. Verificou-se que, quando questionados acerca da disponibilidade de serviços de saúde adequados para promover a saúde, tratar a doença, reabilitação e apoio domiciliário, a maioria dos respondentes afirmou que sim. Todavia, revelaram algum desconhecimento relativamente à gestão/coordenação dos mesmos (42,8%, respondeu “não sabe”). A maioria também considerou que estavam bem localizados, acessíveis através dos transportes públicos e próximos da comunidade, sendo as suas instalações seguras para os mais velhos. De salientar que quando questionados acerca do atendimento efetuado pelos funcionários destes serviços, se eram respeitadores e prestáveis, as respostas afirmativas assumiram valores superiores a 80%.

Ainda nesta dimensão há a destacar o desconhecimento dos respondentes acerca de planos para ajudar os mais velhos em caso de calamidade, assumindo a resposta “não sabe” o valor de 48,4% o que traduz a necessidade de mais e melhores informações acerca dos planos de proteção civil e da divulgação dos mesmos junto da população mais idosa.

## Nota Final

Uma cidade amiga das pessoas idosas apoia e protege as pessoas, permitindo-lhes envelhecer ativamente, ao reconhecer que os mais velhos representam um alargado leque de capacidades e recursos, apresentando respostas flexíveis às necessidades relacionadas com o envelhecimento, protegendo e apoiando os mais vulneráveis no sentido de promover a sua inclusão e contribuição na vida comunitária (FCG, 2009).

Face ao envelhecimento populacional a que assistimos e tendo em conta a noção de território exposta, não poderemos deixar de considerar diferentes aspetos, onde as acessibilidades dos espaços poderão ser desadequadas, ou até mesmo inacessíveis, ao uso público já antes aludido por Pereira (2012), impondo constrangimentos neste caso aos mais velhos. Logo, a inclusão da perceção dos mais velhos tal como foi aqui exposta, numa futura definição de prioridades em matéria de planeamento municipal dirigido a este segmento etário da população, será essencial numa perspetiva integradora socio espacial, proporcionadora de contributos, que concorram para a redefinição de uma urbanidade que se configure amiga dos idosos.

## Referências bibliográficas

Fundação Calouste Gulbenkian (2009). *Guia Global das Cidades Amigas das Pessoas Idosas*. Lisboa, FCG.

Governo de Portugal (2012), Programa de Ação de Portugal para o Ano Europeu do Envelhecimento Ativo e da Solidariedade entre Gerações.

INE, Censos 2011. Resultados provisórios.

Marques, A. (2010). Da Construção do Espaço à Construção do Território. *Revista Fluxos & Riscos*, n.º1, pp. 75 – 88. Acedido em 29 de outubro em:  
<http://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/3293/1/Da%20constru%c3%a7%c3%a3o%20do%20esp a%c3%a7o%20%c3%a0%20constru%c3%a7%c3%a3o%20do%20territ%c3%b3rio.pdf>

Pereira, V. (2012). O Espaço Público da Cidade Competitiva: Lazer e Mobilidade; Inclusão e Exclusão. Atas do VII Congresso Português de Sociologia, acedido em 29 de outubro em:  
[http://www.aps.pt/vii\\_congresso/papers/finais/PAP1453\\_ed.pdf](http://www.aps.pt/vii_congresso/papers/finais/PAP1453_ed.pdf)

Torres, M. (2008). Envelhecimento activo: um olhar multidimensional sobre a promoção da saúde. Estudo de caso em Viana do Castelo. Atas do VI Congresso Português de Sociologia, acedido em 29 de outubro em: <http://www.aps.pt/vicongresso/pdfs/233.pdf>

United Nations, 2002, *Report of de Second World Assembly on Ageing*, Madrid, 8-12 de Abril. New York. Acedido em 17 de setembro de 2012 em: [http://www.c-fam.org/docLib/20080625\\_Madrid\\_Ageing\\_Conference.pdf](http://www.c-fam.org/docLib/20080625_Madrid_Ageing_Conference.pdf)

### **Nota sobre os autores**

Paula Oliveira\*Δ, [paulaoliveira@essp.pt](mailto:paulaoliveira@essp.pt);  
Helena Arco\* Δ [helenarco@essp.pt](mailto:helenarco@essp.pt);  
Miguel Arriaga\*Δ, [miguelarriaga@essp.pt](mailto:miguelarriaga@essp.pt);  
Olga Louro\*Δ, [olgalouro@essp.pt](mailto:olgalouro@essp.pt);  
Sofia Roque\*Δ, [sofia.m.b.roque@essp.pt](mailto:sofia.m.b.roque@essp.pt);  
João Alves\*\*Δ, [joaoemilioalves@esep.pt](mailto:joaoemilioalves@esep.pt);  
Bruno Dionísio\*\*Δ, [bmdionisio@gmail.com](mailto:bmdionisio@gmail.com);  
Alexandre Martins\*\*Δ, [alxmiguelc@gmail.com](mailto:alxmiguelc@gmail.com);  
Luísa Panaças\*\*Δ, [mlpanacas@esep.pt](mailto:mlpanacas@esep.pt);  
Maria de Deus Bravo\*\*\*, [deus.bravo@cm-portalegre.pt](mailto:deus.bravo@cm-portalegre.pt);  
Andreia Costa\*\*\*\*\*Δ, [andreiasilva@dgs.pt](mailto:andreiasilva@dgs.pt).

\* Docentes da Escola Superior de Saúde de Portalegre

\*\* Docentes da Escola Superior de Educação de Portalegre

\*\*\* Técnica Superior de Serviço Social – Câmara Municipal de Portalegre

\*\*\*\* Dirigente da Direção-Geral da Saúde

Δ Investigador do C3I-IPP

# **Profissões na saúde e desafios do trabalho de proximidade: médicos e assistentes sociais nos cuidados paliativos<sup>1</sup>**

## **Health professions and proximity work's challenges: physicians and social workers in palliative care**

**Alexandre Cotovio Martins  
Cátia Janeiro Romão**

### **Resumo**

A noção de qualidade de vida das pessoas doentes ou dependentes vem sendo crescentemente encarada como simultaneamente central e problemática nos processos de definição das políticas de saúde, mas também na organização dos processos de trabalho de várias profissões neste campo. Nas sociedades ocidentais contemporâneas, o incremento da esperança média de vida, assim como as alterações nos padrões epidemiológicos e as transformações nas redes de suporte familiar, têm colocado desafios diversos aos serviços de saúde e aos corpos profissionais. Um destes desafios relaciona-se com as mudanças nas modalidades de trabalho profissional e nas competências aí exigidas. Com efeito, face àquelas tendências, várias são as profissões de saúde que se veem na necessidade de se deslocarem de uma abordagem orientada para a prevenção e tratamento da(s) doença(s), para uma abordagem mais focalizada no *cuidar* do doente, centrada em medidas de conforto e promoção da qualidade de vida. Nestes processos de mudança, competências profissionais e psicossociais orientadas para um trabalho de proximidade com os doentes são recorrentemente exigidas aos profissionais de saúde. Este é o caso do trabalho em cuidados paliativos, que procuraremos analisar na nossa comunicação, partindo de duas investigações distintas mas com linhas de continuidade e comparabilidade entre si: uma investigação conducente ao doutoramento em Sociologia, já concluída, dedicada ao estudo do trabalho médico em cuidados paliativos e uma dissertação de mestrado em Formação de Adultos e Desenvolvimento Local, em curso, dedicada ao estudo do trabalho dos assistentes sociais no mesmo tipo de contexto.

**Palavras-chave:** Profissões – cuidados paliativos – competências profissionais – trabalho de proximidade.

### **Abstract**

The notion of quality of life for ill or dependent people is increasingly seen as both central and problematic in the processes of policy-making in health, but also in the organization of work processes of various professions in this field. In contemporary Western societies, increased life expectancy, as well as changes in the epidemiological patterns and changes in family support networks, have posed several challenges to health services and professional bodies. One of these challenges is related to changes in the working methods and the professional skills which are required. Indeed, in light of those trends, there are several health professions who find themselves in the need of moving from an approach targeted for the prevention and treatment of disease, for an approach more focused in the patient, in caring and comfort measures and in promoting quality of life. In these processes of change, new psychosocial skills oriented to proximity work with patients are frequently required to healthcare professionals. This is the case of the work in palliative care, which we will try to analyze in our communication, departing from two separate investigations which have lines of continuity and comparability among themselves: a PhD. research in sociology, already completed, dedicated to the study of medical work in palliative care, and a dissertation in Adult Education and Local Development, ongoing, dedicated to the study of the work of social workers in the same type of context.

**Keywords:** Professions – Palliative care – Professional competencies – Proximity work.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no III Seminário de I&DT, organizado pelo C3i – Centro Interdisciplinar de Investigação e Inovação do Instituto Politécnico de Portalegre, realizado nos dias 6 e 7 de Dezembro de 2012.

## **Transformações nas concepções de saúde e novas competências profissionais**

### *Nota prévia*

Este texto articula, de forma predominantemente teórica, elementos conceptuais e de reflexão construídos a partir da realização de dois processos de investigação estruturados à luz de problemas analíticos que se intersejam parcialmente: uma tese de doutoramento em Sociologia e uma dissertação de mestrado (ainda não discutida) em Formação de Adultos e Desenvolvimento Local, ambas dedicadas ao estudo do trabalho profissional em cuidados paliativos: no primeiro caso, o trabalho médico, no segundo, o trabalho dos assistentes sociais. O objetivo central do texto é suscitar o debate teórico e metodológico acerca da análise social da ação profissional nos cuidados paliativos, pelo que deve o mesmo ser entendido sempre como um ponto de partida e não um ponto de chegada. Por outro lado, deixamos ao leitor interessado a análise mais sistematizada e circunstanciada dos quadros de referenciação empírica - e dos dados aí captados – que consubstanciam as afirmações que se seguem, nos próprios trabalhos de investigação referenciados.

### *Novos domínios de trabalho no âmbito da saúde e competências de proximidade*

A noção de *qualidade de vida* dos doentes ou dependentes é crescentemente encarada como um âmbito central e problemático a ter em conta na definição das políticas de saúde e, mais especificamente, na organização do trabalho médico. Com efeito, nas sociedades contemporâneas, o aumento da esperança média de vida, associado a decréscimos de natalidade, tem contribuído para uma transformação demográfica pesada, que coloca os prestadores de cuidados de saúde e os respetivos sistemas organizativos à prova, na medida em que o trabalho dos profissionais, anteriormente consagrado sobretudo a aspetos preventivos e curativos, se desloca agora, de modo crescente, para a necessidade de preparar medidas de reabilitação, conforto e promoção da qualidade de vida de uma população maioritariamente envelhecida.

Neste processo de mudança, novas competências profissionais têm vindo a ser exigidas aos profissionais de saúde, designadamente em áreas nas quais anteriormente não existia forte investimento e eram deixadas, de certo modo, ao critério de cada um, como a capacidade para avaliar o sofrimento subjetivo de um doente ou a aptidão para

estabelecer com este uma relação interpessoal promotora do seu bem-estar e atenta às suas necessidades.

Dentro deste âmbito geral, três domínios da intervenção profissional no campo da saúde vêm ganhando relevo na sociedade portuguesa: o domínio da *dor* crónica, o domínio dos *cuidados continuados* e o domínio dos *cuidados paliativos*. Os profissionais destas áreas de trabalho têm, por seu turno, vindo a desenvolver um conjunto de *críticas* à organização do trabalho dos profissionais de saúde naquilo a que, noutro contexto, chamámos de um mundo industrial (MARTINS, 2010). As áreas da dor, dos cuidados continuados e dos cuidados paliativos são, na verdade, domínios que têm vindo a afirmar-se sob a argumentação crítica de que o trabalho dos profissionais e a organização dos serviços de saúde, na sua forma «clássica», se têm revelado incapazes de dar resposta cabal aos problemas e necessidades específicos dos doentes, o que se afirma resultar, quer de um défice de competências específicas para a promoção da qualidade de vida dos doentes, mormente nas formações universitárias de medicina, quer da forma como muitos serviços estão organizados.

Caso paradigmático apontado no esforço crítico dos profissionais ligados a estas áreas é o dos hospitais, organizações integradoras de serviços altamente especializados e centrados na luta contra a doença, com muito forte componente tecnológica e orientados sobretudo para doentes agudos, assim como a grande ausência de referenciais estruturados de competências psicossociais para o trabalho médico nos programas das formações universitárias. Ora, nos termos da crítica, as necessidades dos doentes com dor crónica e/ou suscetíveis de receberem cuidados continuados ou paliativos deveriam, idealmente, ser assegurados por serviços e profissionais centrados no *doente* mais que na doença, assim como beneficiar de um ambiente com menor componente tecnológica e maior componente *humana* e orientado para o cuidado a doentes crónicos. Tal é, pelo menos, a forte reivindicação de muitos profissionais que trabalham em cuidados continuados, na área da dor ou dos cuidados paliativos.

A construção progressiva de uma filosofia de cuidados de saúde centrada na atenuação do sofrimento como valor central e prioritário sobre a procura da cura ou prevenção da doença é um processo que se pode observar, em Portugal, nas últimas décadas. Este processo está a ter – e terá – implicações diversas, como vimos de salientar, a nível de

serviços, mas também de práticas profissionais. No momento presente, contudo, as incertezas ainda são muitas e a necessidade de compreender quais as competências necessárias ao profissional para promover um trabalho de qualidade nestes domínios, bem como as inovações organizativas a introduzir, impõe o recurso a uma partilha crescente de experiências e conhecimentos entre os profissionais de diferentes áreas e especialidades, mas também, como não poderia deixar de ser, supõe o estudo cientificamente orientado e validado destes domínios, tendo em vista descrever, analisar e avaliar, quer a crescente importância quantitativa do fenómeno, quer a sua importância qualitativa.

### **A medicina paliativa: no caminho da proximidade**

Os cuidados paliativos inscrevem-se numa lógica de *humanização* dos cuidados de saúde que promove um regime de proximidade como modalidade de constituição do ato médico e da intervenção médica no âmbito da saúde. Orientados para o *alívio do sofrimento* ou, se quisermos, para a *promoção do conforto* de doentes em estado avançado ou terminal de doença crónica mortal, estes cuidados tendem a ser perspectivados, na ótica dos seus principais promotores, como um campo dos cuidados de saúde situado para lá dos protocolos, técnicas e modalidades de relação com o doente mais próprios de uma fase preventiva ou curativa, industrial e orientada para a eficácia diagnóstica e terapêutica, da intervenção dos profissionais (MARTINS, 2010).

Ora, o que está em jogo na abordagem dos cuidados paliativos é a suspensão, no próprio seio da ação médica, dos juízos - e ações neles suportadas - fundados nas equivalências convencionais de carácter generalizador e instituídas no seio de uma ordem industrial e a passagem a um regime de ação de proximidade, caracterizado pela sua vocação, dir-se-ia, particularista.

Dito de outra forma, trata-se aqui de um domínio de intervenção médica em que todo o aparato tecnológico e relacional que configura os dispositivos convencionais de uma ordem industrial se suspende para se entrar num domínio de solicitude interpessoal e atenção médica às necessidades do doente, mais próprio da *assistência* que da terapêutica.



Na verdade, os cuidados paliativos são geralmente defendidos pelos seus porta-vozes como um tipo de cuidados específicos, centrados sobre a promoção do conforto do doente em condições avançadas ou terminais de doença crónica mortal, pelos quais se tenta realizar um trabalho sobre a relação entre a equipa de cuidados paliativos e o doente, entre este e a sua família, sobre a dor e outras complicações de raiz orgânica, que se situa num campo no qual a medicina de pendor curativo e assente numa lógica de eficácia tende a não atuar.

Um dia há, como diz Abiven (2001), em que os tratamentos curativos se começam a revelar ineficazes, em que a doença começa a ultrapassar a capacidade curativa dos tratamentos disponíveis. Este autor refere que a tendência de muitos médicos nesta situação é para persistir na luta contra uma doença que já não recua perante os tratamentos, o que tende a causar simplesmente sofrimento e desconforto adicionais aos doentes. Ora, um dos pontos característicos da medicina paliativa é precisamente a recusa da persistência nos tratamentos médicos para lá do período em que a eficácia dos mesmos é um facto.

Na abordagem dos cuidados paliativos, assumem centralidade os cuidados ao *doente*, por contraposição a uma lógica de trabalho que, na busca da eficácia, se centra muito frequentemente na *doença* e nas suas manifestações objetivas, no seio de uma ordem convencional específica. Ou seja, o reconhecimento da especificidade do carácter da morte e do período que a precede no caso dos doentes crónicos que seguramente vão morrer, presente na crítica realizada a uma medicina iátrica e industrial, vai de par com uma alteração do julgamento médico e com as concomitantes modalidades de ação.

O que caracteriza uma medicina (ou intervenção de saúde) iátrica, segundo Roland Gori e Marie-José Del Volgo (GORI e Del VOLGO, 2005), é o direcionamento da atenção e da ação médicas para o *corpo* do doente e, acrescentemo-lo, esta ação sobre o corpo é uma ação organizada em torno de objetivos de *eficácia* na luta contra a doença e na promoção da cura.

O deslocamento do foco da atenção, avaliação e da ação médicas, ou do julgamento médico, advogado pelos profissionais ligados aos cuidados paliativos e já não centrado apenas nos aspetos físicos e na eficácia da intervenção de saúde, envolve o

estabelecimento de uma relação de proximidade entre a equipa de cuidados paliativos e o doente, a qual exige da equipa de saúde o envolvimento na ação numa modalidade de compreensão interpessoal, sustentada por uma metodologia de escuta, abertura e negociação com o doente e sua família de vários dos procedimentos de cuidados.

Esta relação de proximidade implica tendencialmente a entrada dos médicos, o mais possível, num regime de *familiaridade* com o doente, no qual se deixam em larga medida *guiar* pelas necessidades e vontade expressas por este. Tal alteração consubstancia, assim, a passagem de um regime de ação em plano, fortemente consolidado num mundo industrial, a um regime de ação familiar, em que a própria noção de *plano* se esbate e a ação médica passa a ser muito mais orientada - ou pelo menos atenta - pelas necessidades subjetivas do paciente.

Neste quadro, uma distinção entre dois verbos geralmente utilizada pelos médicos dos cuidados paliativos recobre muito bem esta diferença entre regimes: a distinção entre *curar* e *cuidar*. A uma medicina iátrica centrada na busca da eficácia no tratamento da doença e correlativa busca da cura, corresponde então o ato de *curar*. A uma medicina paliativa, mais orientada para a assistência e atenção às necessidades subjetivas do doente e ao alívio sintomático, corresponde o ato de *cuidar*.

O ato de cuidar é um ato de solicitude (DODIER, 2004) interpessoal. Isto significa, à luz de uma análise sociológica pragmática, que o envolvimento dos profissionais na ação visa a *manutenção da pessoa* doente através de um trabalho realizado junto dela *e das suas ligações mais próximas*, nomeadamente as ligações afetivas (com pessoas, mas também com objetos) que ajudam a pessoa a manter-se, a dar um sentido de continuidade à sua existência.

Encontramos numa dissertação de mestrado em cuidados paliativos uma boa explicitação daquilo que querem dizer os profissionais dos cuidados paliativos, quando falam em *cuidar* (QUERIDO, 2005):

O cuidado é uma atenção particular que se dedica à pessoa, e limitando o conceito ao campo da saúde, prestar cuidados ou cuidar designa essa atenção especial que se vai dar a uma pessoa que vive uma situação particular, com vista a ajudá-la, a contribuir para o seu bem-estar, a promover a sua saúde. § Neste sentido cuidar é ajudar a viver e manter a vida garantindo a satisfação de um conjunto de necessidades

indispensáveis à vida, mas que são diversificadas na sua manifestação. É entendido como um ato individual que prestamos a nós próprios enquanto seres autónomos, mas também um ato de reciprocidade que prestamos a quem, temporária ou definitivamente na sua vida, sofre limitações à sua autonomia e tem necessidade de ajuda para assumir as suas necessidades.

A apreensão do ser humano doente é, assim, realizada de acordo com uma modalidade de julgamento diferenciada e considerada mais abrangente. Mais do que um indivíduo, o doente é visto como uma *pessoa*, desejavelmente em toda a complexidade da sua existência e da sua biografia única. A suspensão das convenções de uma ordem industrial significa, neste caso, a saída dos quadros de equivalências cognitivas que organizam a perceção médica de forma rotineira quando se trata de *curar* e a entrada numa modalidade de ação em que os apoios convencionais da cognição (e da ação) resultantes dos *investimentos de forma* passados já não realizam uma apreensão sobre a cognição. Esta, desloca-se no sentido do *informal*, no sentido muito preciso em que já não posto em forma, para se distribuir e dispersar de forma tendencialmente compreensiva sobre o doente e o seu entorno. Este é um processo de *reconhecimento*, no duplo sentido cognitivo e avaliativo, na medida em que se trata, agora, de o profissional possuir as competências cognitivas para identificar as necessidades do doente, incluídas eventualmente as mais subjetivas, mas também valorizá-las, pelo próprio facto de lhes *dar atenção* e agir em conformidade.

Cuidar significa ajudar a pessoa a ser, ou seja reconhecer e utilizar o seu potencial humano, que lhe permite lidar com os problemas da vida no seu contexto que lhe é presente. Pressupõe ver o indivíduo na sua globalidade, como pessoa detentora de sentimentos, emoções e necessidades físicas, psicológicas e espirituais, prestando os cuidados atendendo a todas essas mesmas necessidades (QUERIDO, *ibidem*).

No regime de ação desta maneira convocado, temos pois uma modalidade percetiva e avaliativa específica. Aqui assumem, necessariamente, grande centralidade as competências sociais e relacionais que o médico deve deter para conseguir *aliviar o sofrimento* do doente, não apenas nas suas vertentes mais diretamente fisiológicas, como no caso de uma medicina iátrica – caso da dor oncológica -, mas também nas suas vertentes mais profundamente subjetivas e pessoais.

Fazem estas competências sentido, acima de tudo - defendem os profissionais de cuidados paliativos - como formas ativas de garantia do respeito pela *vontade* do doente, encarado agora como o ser melhor posicionado para saber aquilo que é, dentro dos estreitos limites de dependência em que se encontra, *melhor para si*. Isto é assim na

medida em que, segundo os guias analisados, não é possível compreender o doente, conhecer a sua vontade efetiva e as dimensões do seu sofrimento senão através de um trabalho de proximidade realizado pelo médico e pelo conjunto da equipa de cuidados paliativos.

Por outro lado, estas competências sociais não poderão, argumenta-se na generalidade dos documentos consultados sobre cuidados paliativos, estar desligadas de competências propriamente *éticas* dos profissionais de saúde. Assim sendo, os *bens* que se procura através da constituição – possível – de um regime de familiaridade entre médicos e doentes, com as suas modalidades específicas de julgamento e ação, são colocados em evidência enquanto bens propriamente *éticos*, que não apenas morais. Já vimos que é frequente encarar-se a palição como um *dever* profissional. Neste sentido, ela deve fazer parte da deontologia própria das profissões de saúde.

É nesta ótica que os profissionais de saúde ligados aos cuidados paliativos entendem que os cuidados específicos a pessoas em estado avançado ou terminal de doença crónica mortal, enquanto dever, devem ser reconhecidos como tal. Numa dissertação de mestrado em bioética, dedicada ao cuidado de doentes em fase terminal encontramos as seguintes afirmações:

A relação de cuidado pressupõe o estabelecimento de uma relação com a pessoa, o que constitui a própria essência do cuidar. Com efeito, é esta relação estabelecida entre o profissional de saúde e a pessoa que vive o seu projeto de saúde que justifica e dá sentido à intervenção destes profissionais. (...) A *perspetiva do cuidar* distingue-se pela sua preocupação com os cuidados, a sensibilidade e a responsabilidade nas relações interpessoais, e por um modo de deliberação num contexto de sensibilidade que resista às formulações abstratas dos problemas morais. (...) O destaque recai sobre os direitos, deveres e obrigações morais [dos profissionais de saúde] (LOPES, 2005).

A assunção do *dever de cuidar* estes doentes, que perpassa os discursos dos profissionais defensores dos cuidados paliativos é clara nas palavras de Isabel Neto. Esta autora, num esforço crítico dirigido a uma medicina como aquela que designámos de iátrica e fortemente ancorada numa ordem convencional de tipo industrial, afirma o que considera ser a importância de constituição de cuidados específicos aos doentes que, por já não serem curáveis, não têm uma resposta particularizada no seio de uma ordem de ação médica daquele tipo.

Quando se assume que, por não haver mais nada a fazer para curar, nada mais se pode oferecer a um doente, caímos na armadilha da desumanização crescente, na negação do sofrimento associado à doença terminal, no esquecimento de valores éticos fundamentais inerentes ao ser humano (NETO *et al*, 2004).

Esta autora afirma, aliás, a dependência do próprio movimento dos profissionais de saúde associado à promoção dos cuidados paliativos face ao reconhecimento ético da necessidade de encontrar uma resposta «humana» aos doentes terminais, de certo modo secundarizados ante os protocolos terapêuticos e os espaços hospitalares e, em geral, de cuidados de saúde, predominantemente organizados em função da cura.

Foi precisamente como reação a esta tendência desumanizante da medicina moderna que surgiu, a partir de 1968, o «movimento dos cuidados paliativos» (...) (*idem, ibidem*).

Um argumento central na defesa dos cuidados paliativos e na concomitante crítica dirigida a uma medicina cívica-industrial (MARTINS, 2010) é, assim, a ótica integradora e «humanista» que, diz-se, os cuidados paliativos promovem.

A temática do cuidado centrado no *doente* e não na *doença* assume aqui contornos de fundamentação axial. Esta distinção, estruturante de todo o discurso da medicina paliativa, assenta na ideia de que os cuidados paliativos devem ser cuidados efetivos de incidência global, *holística*, por contraposição, designadamente, ao espírito da medicina especializada e, enquanto tal, dividida em corpos de especialistas, que perdem, nos termos da crítica paliativa, a perspetiva do doente como um «todo». Robert Twycross, especialista inglês na área dos cuidados paliativos, reconhece, numa entrevista a um periódico português (ALVES, s/d):

(...) É o todo da pessoa que importa. E é aprendendo alguma coisa da sua história passada, alguma coisa da sua biografia, que muitas vezes conseguimos ajudar a pessoa a ultrapassar a sua condição de doente. Todos temos uma biografia rica de 30, 40, 50, 60 ou 80 anos e, quando temos à nossa frente um doente debilitado e caquético, a definhar fisicamente, importa ter tempo para saber um pouco dos últimos anos da sua vida. Se conseguirmos isso vemos que está alguém muito completo, que já teve saúde e foi muito dinâmico (...).

Para este médico, o trabalho médico junto dos doentes terminais deve, também e de forma muito clara, assentar numa metodologia de escuta, dir-se-ia uma abordagem *qualitativa*, no sentido de *compreender* com a profundidade possível quem é a *pessoa* que ali está, na sua condição de doente.

Esta metodologia, porém, não surge apenas no sentido de possuir um valor estético ou mesmo compreensivo. Pretende-se com ela, também, construir uma plataforma especificamente terapêutica, no sentido de funcionar como uma modalidade específica de intervenção médica dirigida à redução do sofrimento e promoção do conforto do doente, nas suas dimensões morais e identitárias. Perante a decadência e a falência dos corpos, o cuidado da subjetividade pessoal é, nos termos deste trabalho, ponderado como uma via privilegiada para a *manutenção do doente* enquanto pessoa com dignidade especificamente humana.

A maior parte dos doentes sentem-se reduzidos porque o próprio corpo os reduz a essa condição, à medida que se tornam menos capazes fisicamente, à medida que se tornam mais dependentes dos outros. Sentem-se um fardo para os outros e é justamente por isso que a minha atitude e a atitude dos outros profissionais de saúde é tão radicalmente importante. Se nós tivermos um olhar construtivo e acolhedor para com os doentes, eles melhoram, e todos mudam de atitude. A família e os amigos também podem transmitir um sentido de dignidade constante. (...) Cada um de nós tem o seu mundo individual que se sobrepõe, aqui e ali, ao mundo individual dos outros. Acontece que apesar de vivermos em comunidade acabamos por fazer um caminho solitário e isto é ainda mais verdadeiro à medida que nos aproximamos da morte. Daí o companheirismo e a presença dos outros ajudar sempre tanto. É espantoso o que os seres humanos conseguem melhorar e fazer se tiverem um amigo ou amigos (a começar pela família) para os apoiar positivamente na sua angústia e no seu sofrimento (*idem, ibidem*).

O conceito do doente como *ser multidimensional* e com uma pluralidade de necessidades de diferentes ordens de intervenção tende a fundamentar a noção, de que a nenhuma especialidade, por exemplo médica, por abrangente que se pretenda, *não é suficiente* para a constituição de uma terapêutica paliativa de qualidade. Assim, os profissionais ligados aos cuidados paliativos tendem a advogar a indispensabilidade do trabalho em equipa multidisciplinar como modalidade específica de trabalho capaz de dar conta das necessidades múltiplas e plurais, no sentido de oriundas de diferentes dimensões de realidade, dos doentes, colocados assim no centro das preocupações destas equipas.

Os profissionais de cuidados paliativos encaram assim frequentemente o doente nos termos de um registo perceptivo, avaliativo e de ação altamente *familiar*, no sentido em que se trata de um quadro de perceção, avaliação e ação no qual se dá uma suspensão das equivalências cognitivas e morais assentes em dispositivos e convenções de grande alcance e característicos de regimes que envolvem a apreensão do outro sob uma forma mais propriamente *categorial*.

Neste sentido, encarar o doente sobretudo sob o ponto de vista do diagnóstico e tratamento da sua *doença*, mormente no seio dos dispositivos de um compromisso cívico-industrial, é construir do doente uma percepção *categorial*, tomando-o como indivíduo que faz parte de uma determinada população, definida pelas propriedades clínicas que organizam um dado quadro clínico.

O doente é apreendido, assim, num regime tendente ao *anonimato*, porquanto, como bem assinala Foucault, se trata, no limite, do encontro entre um corpo *mudo* e um olhar clínico: a palavra do doente é relegada para segundo plano, tanto mais quanto essa palavra é ultrapassada, ao longo do processo clínico, pelos resultados dos testes diagnósticos realizados através de diferentes máquinas, métodos e técnicas de *recolha de dados* sobre o seu corpo doente. Neste contexto, o doente torna-se tendencialmente uma cifra, ou conjunto de cifras, que importa *analisar*, no sentido de intervir para a cura, de trabalhar contra a doença.

Em semelhante modalidade de procedimento clínico, como dizíamos, a palavra do doente é secundária e tendencialmente abandonada enquanto indicadora de sentido(s) medicamente relevante. A sua *linguagem natural*, eivada de sentido subjetivo, é desvalorizada ou mesmo rejeitada enquanto pobremente descritora do *estado efetivo* de saúde do corpo e desprovida da *objetividade* ancorada nas convenções técnico-instrumentais de cunho industrial.

### **Competências de proximidade do assistente social em Cuidados Paliativos**

A filosofia dos Cuidados Paliativos, pela sua abordagem holística da dor e do sofrimento, requer, como vimos já a propósito dos profissionais de medicina, a aquisição de um conjunto de competências, menos valorizadas em outras áreas de intervenção. Pressupõe a criação de laços de *familiaridade* entre os profissionais e os doentes e suas famílias, ou seja, prevê uma relação de proximidade em detrimento de uma abordagem baseada meramente no diagnóstico ou no tratamento. Também no caso dos assistentes sociais estas asserções são verdadeiras.

As especificidades dos Cuidados Paliativos implicam uma reflexão, compreensão, investigação e adaptação constantes. Os profissionais de Cuidados Paliativos são

invitados a rever os seus quadros de referência assim como os seus padrões de acção profissional, ajustando-o às necessidades dos doentes em fase terminal de vida. Esta observação leva-nos a considerar que os profissionais ao entrarem num registo de *familiaridade* com os doentes afastam-se de uma acção em plano, onde o foco é a eficácia do tratamento curativo sendo, por isso, pobre em componentes relacionais e afectivas onde os profissionais são orientados para *curar* a doença.

A relação de proximidade entre a equipa de profissionais e o doente é direccionada para o *cuidar* e requer “o envolvimento na acção numa modalidade de compreensão interpessoal, sustentada por uma metodologia de escuta, abertura e negociação com o doente e sua família de vários dos procedimentos de cuidados”. Os dois regimes são diferenciados através de “uma distinção entre dois verbos (...): a distinção entre curar e cuidar”. (MARTINS, 2010).

Em Cuidados Paliativos o *cuidar* assoma-se como a combinação de ações dirigidas ao doente e às suas necessidades, incluindo as mais subjetivas e pessoais. Como tal, é fundamental o treino e aquisição de competências (p. ex. cognitivas, relacionais, comunicacionais, sociais) que se afiguram como “(...) formas ativas de garantia do respeito pela vontade do doente, encarado agora como o ser melhor posicionado para saber aquilo que é, dentro dos estreitos limites de dependência em que se encontra, melhor para si”. (MARTINS, 2010).

O assistente social, tal como os outros profissionais, na sua intervenção profissional faz uso de um conjunto de competências pensado e ajustado à correta identificação e satisfação das necessidades dos doentes. Breviglieri (2005) designa estas competências como sendo de proximidade.

A intervenção de proximidade é caracterizada por aquilo a que se designa de *tato* (BREVIGLIERI, 2005). A noção de *tato* facilita o afastamento normal entre o profissional e o utente. Mais do que isso, permite motivar o utente, envolvê-lo num clima de confiança e ampliar os seus compromissos na relação de ajuda. Esta confiança é depositada na instituição que o assistente social representa, fazendo com que o utente se comprometa de forma mais efetiva no compromisso que estabeleceu com o profissional. O ambiente de familiaridade facilita *chegar até à pessoa*; permite



estabelecer uma relação de ajuda através da real compreensão da pessoa, da captação das suas especificidades, das suas frustrações e expectativas. Suscita o desafio de trabalhar com a subjetividade.

É possível trabalhar a subjetividade através de dispositivos de controlo social, dotando a pessoa de capacidades que lhe permitam agir de forma emancipada. O olhar dos assistentes sociais deve incidir no íntimo das pessoas (na sua subjetividade), promovendo a sua autonomia e responsabilidade, para que estas sejam capazes de enfrentar as exigências que estão associadas à vida em sociedade. Ou seja, a ação profissional é vista como um trabalho de integração no qual a pessoa recupera as habilidades necessárias (autonomia e responsabilidade) para ocupar o seu lugar na sociedade. O trabalho com a subjetividade, ao ir contra uma generalização, coloca aos assistentes sociais o imperativo de recorrer a pelo menos três vias; à individualização, à responsabilização e à mobilização das pessoas que recorrem aos seus serviços (PATTARONI, 2005, 2007).

Esta perspetiva vai ao encontro da “*ética do cuidado*”. A *atenção* para com os *outros* promove uma organização social justa. As obrigações para com *o outro* – o próximo -, são da responsabilidade de todos nós e, sobremaneira das instituições sociais. O assistente social, enquanto agente capacitador no âmbito dessas instituições, terá um papel fundamental na promoção dessas premissas deontológicas. No entanto, não é apenas a capacitação dos mais vulneráveis que está em jogo. É a sua transformação. Para além da vertente deontológica importa por isso considerar, neste tipo de intervenção, uma intenção política. A satisfação das necessidades ao nível da emancipação promove cidadãos autónomos, responsáveis e por isso capazes de agir ativamente na sociedade (PATTARONI, 2005).

A ação social de proximidade implica por isso uma aproximação do profissional à pessoa; descrita quase que como uma fusão. Esta característica é ambígua no sentido em que, por um lado pode atenuar a vulnerabilidade da pessoa que não é capaz de concretizar o compromisso, ao mesmo tempo que pode ameaçar as exigências ao nível da autonomia e da responsabilidade. Esta ação implica também a concessão de um espaço relacional fundado em laços de proximidade, no qual a pessoa consiga trabalhar os requisitos para a sua emancipação, recuperando a sua singularidade e a sua base

familiar; que lhe irá permitir “*manter-se a si*”. Esta ação libertadora ao estar correlacionada com a capacidade de distanciamento e reflexão sobre as necessidades subjetivas edificada a partir da relação de proximidade entre o assistente social e os seus utentes, surge em si mesma, como portadora de diversos defeitos relativamente à atenção que lhes é dirigida. As críticas que recaem sobre os laços estabelecidos entre o assistente social e utente são, na maioria dos casos, reduzidas de forma negativa a uma de três figuras; ao paternalismo, ao assistencialismo e à ideia de clausura. Ou seja, estas representações traduzem, respetivamente, a ideia de dominação, dependência e de medo em relação às instituições de apoio. Portanto, o trabalho de subjetividade suscetível de consolidar a autonomia e responsabilidade necessárias no utente pode potenciar uma “*colonização do próximo*” e, desta forma, ameaçar a sua capacitação a esses dois níveis. A ação profissional implica um constante questionamento sobre os recursos e os efeitos colonizadores da sua proximidade com as pessoas que ajuda. Implica ainda a garantia sobre a sua capacidade em superar os seus resultados, implementando vários processos de subjetividade para capacitar um “eu” capaz de agir de forma independente e global tanto na esfera familiar como na esfera socioeconómica (PATTARONI, 2005, 2007).

A relação de proximidade que caracteriza a intervenção do assistente social desenvolve-se a par das tensões inerentes a esta profissão. Segundo Luca Pattaroni (2007) estas tensões nascem de uma “contradição entre a emancipação da pessoa e da sua integração numa ordem comum. Pela sua capacidade de conter essa contradição, a subjetividade emerge como um elemento central de qualquer política de coexistência”.

As competências profissionais de proximidade são, desta forma, indispensáveis para a ação com doentes paliativos e seus familiares. A dor e o sofrimento dos doentes e da sua família assim como o confronto com a morte implicam o desenvolvimento de competências específicas e especializadas por parte dos assistentes sociais integrados nas equipas de Cuidados Paliativos.

### **Em jeito de conclusão: competências de proximidade e trabalho profissional**

As competências de proximidade, pela sua especificidade, não se adquirem sobretudo na formação inicial. Esta noção vai no sentido daquilo que Canário (2003) defende. A formação inicial é vista como insuficiente para alocar todos os saberes necessários ao

desempenho de uma profissão. Estas adquirem-se sim no âmbito da formação em contexto de trabalho. O profissional não pode ser apenas um executor técnico dos procedimentos. Deve ser capaz de transformar os conhecimentos adquiridos formalmente em competências para dar resposta a cada situação em concreto. Deve ser um agente ativo no processo de construção e aperfeiçoamento profissionais. A formação inicial é apenas um ponto no encadeamento de aquisição e mobilização de competências.

Os Cuidados Paliativos podem, por conseguinte, ser vistos como um relevante dispositivo formativo. A ação paliativa tem um carácter formativo uma vez que proporciona a aquisição de diversas aprendizagens aos profissionais. A proximidade que caracteriza a relação de ajuda oferece uma prestação de cuidados num ambiente familiar, onde o olhar do profissional recai na compreensão da pessoa doente encarando-a como um todo, no conhecimento dos seus interesses e desejos e na apreensão da dimensão da sua dor e do seu sofrimento, não ficando limitado à ideia da pessoa enquanto portadora da doença (CARRAPIÇO, 2011).

### **Referências bibliográficas**

ABIVEN, M. (dir). (2001). *Para uma Morte mais Humana – Experiência de uma Unidade Hospitalar de Cuidados Paliativos*. 2ª edição, Loures: Lusociência.

ALVES, L. Viver e morrer no hospital. *Revista Xis*.

BREVIGLIERI, M. (2005). *Bienfaits et méfaits de la proximité dans le travail social*. in Ion, J. (dir.), *Le Travail Social en Debat(s)*. Paris: Éditions La Découverte. pp. 219-224.

CANÁRIO, R. (2003). *Formação e Mudança no campo da Saúde*. In Rui Canário (Org.). *Formação e Situações de Trabalho*. Porto: Porto Editora, 2ª Edição, pp. 117-146;

CARRAPIÇO, M. (2011). *Quando a morte chega como mestre: O lugar e o significado das experiências de formação informal em Cuidados Paliativos*. Dissertação de mestrado não publicada. Escola Superior de Educação de Portalegre (2º Curso de Mestrado em Formação de Adultos e Desenvolvimento Local), Portalegre.

DODIER, N. (1993). Les appuis conventionnels de l'action. Éléments de pragmatique sociologique. *Réseaux*. **62**.

DODIER, N. (1994). Expert medical decisions in occupational medicine: a sociological analysis of medical judgment. *Sociology of Health & Illness*, Vol. 16. 4: 489-514.

DODIER, N. e BARBOT, J. (2000). Le temps des tensions épistémiques. Le développement des essais thérapeutiques dans le cadre du Sida. *Revue française de sociologie*. 41: 79-118.

GORI, R. e DEL VOLGO, M.-J. (2008). *Exilés de l'intime – La médecine et la psychiatrie au service du nouvel ordre économique*. s.l.: Denöel.

GORI, R. e DEL VOLGO, M.-J. (2005). *La santé totalitaire – Essai sur la médicalisation de l'existence*. s.l.: Denöel.

LOPES, A. J. M. (2004). *Experiência de Cuidar da Pessoa em Fase Terminal*. Tese de Mestrado em Ciências de Enfermagem. Instituto de Ciências Biomédicas de Abel Salazar – Universidade do Porto, Porto.

LOPES, P. E. P. (2005). *Atitudes Éticas dos Enfermeiros perante o Doente em Fase Terminal*. Tese de Mestrado em Bioética. Faculdade de Medicina de Lisboa – Universidade de Lisboa, Lisboa.

MARTINS, A. (2010). *A medicina paliativa como medicina de proximidade. Suspensão dos julgamentos gerais e acção médica em regime de familiaridade*. Tese de doutoramento não publicada, Universidade Nova de Lisboa (Doutoramento em Sociologia), Lisboa.

NETO, I., AITKEN, H. e PALDRÖN, T. (2004). *A Dignidade e o Sentido da Vida. Uma reflexão sobre a Nossa Existência*. Lisboa: Pergaminho.

PATTARONI, L. (2005). *Le Care est-il institutionnalisable? Quand la «politique du care» é moussse son éthique* in Paperman, P. & Laugier, S. (Eds). *Le souci des autres. Éthique et politique du care*. Paris: Éditions de L'ècole des Hautes, Etudes en Sciences Sociales, pp.177-197.

PATTARONI, L. (2007). *Le sujet en l'individu La promesse d'autonomie du travail social au risque d'une colonisation par le proche* in Cantelli, F. & Genard, J.L. *Action publique et subjectivité*. Paris: L.G.D.J., col. Direito e Sociedade, vol. 46, pp.203-218.

QUERIDO, A. I. F. (2005). *A Esperança em Cuidados Paliativos*. Tese de Mestrado em Cuidados Paliativos. Faculdade de Medicina – Universidade de Lisboa, Lisboa.

**Nota sobre os autores:**

**Alexandre Cotovio Martins** ([a.martins@esep.pt](mailto:a.martins@esep.pt)) é Sociólogo, Doutor em Sociologia, Professor Adjunto da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Portalegre, Investigador Integrador do C3I e do CESNOVA.

**Cátia Janeiro Romão** ([catia-romao@hotmail.com](mailto:catia-romao@hotmail.com)) é Assistente Social, Mestranda em Formação de Adultos e Desenvolvimento Local na Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Portalegre.

# **Representações e impacto social do processo de doença, vivenciado por mulheres com diagnóstico de cancro de mama e seus familiares <sup>1</sup>**

## **Representations and social impact of the disease process, experienced by women diagnosed with breast cancer and their families**

**Olga Batista Louro  
Helena Reis Arco  
Andreia Silva da Costa  
Sofia Maria Borba Roque**

### **Resumo**

O cancro da mama constitui a forma de neoplasia mais frequente na mulher, representando um importante problema de Saúde Pública, tanto pela sua incidência como pelos riscos em termos de mortalidade. Neste trabalho focamo-nos no impacto e representação social do processo de doença, com o objetivo de contribuir para a compreensão do fenómeno em causa. Delineámos um estudo centrado na revisão da literatura, com uma abordagem qualitativa recorrendo ao método PICOD. A análise foi feita através de análise de conteúdo. Os resultados sugerem que, relativamente à representação social do cancro, este é encarado tanto pelas mulheres doentes como pelos seus familiares, como uma doença fatalista, ligada ao incurável, traduzida numa morte anunciada. Estas representações potenciavam quadros de ansiedade e depressão, com impactos na qualidade de vida das mulheres, na esfera pessoal, familiar e social, permeando as fases de diagnóstico, de tratamento e de remissão ou sobrevivência. Verificamos ainda uma pluralidade de representações e impactos, mediadores deste fenómeno social, vivenciado de forma única pelos atores envolvidos, numa teia complexa na qual a mobilização de equipas multidisciplinares e de grupos de autoajuda se revestem de primordial importância. A relevância deste estudo emerge do seu contributo potenciador para a compreensão do fenómeno, ensaiando processos cuidativos singulares.

**Palavras-chave:** cancro da mama; representação social; impactos

### **Abstract:**

Breast cancer is the most common form of cancer in women. This being the first cause of cancer in Portugal, it represents an important public health problem, sustained in its incidence as well as the risks in terms of mortality.

In this framework, we focus our attention on the impact and social representation of the disease process, with the aim of contributing to the understanding of the phenomenon in question. In order to achieve this goal a study focused in literature review was outlined in a qualitative approach. For the compilation of studies, we used the method PICOD. The analysis of selected works was done through content analysis.

The results suggest that the social representation of cancer is seen by both women patients and their relatives, as a fatalistic disease, linked to the incurable, translated into a death foretold. These representations potentiate the anxiety and depression, producing effects on quality of life of women in the personal, familial and social aspects, permeating the phases of diagnosis, treatment and remission or survival.

The results suggest that there is a plurality of representations and impacts, mediators of this social phenomenon, uniquely experienced by the actors involved in a complex web in which the mobilization of multidisciplinary teams and self-help groups, are of paramount importance. The relevance of this study emerges from its enhancer contribution to the understanding of the phenomenon, rehearsing natural processes.

**Keywords:** breast cancer; social representation; impacts

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no III Seminário de I&DT, organizado pelo C3i – Centro Interdisciplinar de Investigação e Inovação do Instituto Politécnico de Portalegre, realizado nos dias 6 e 7 de Dezembro de 2012.

## **Introdução**

O cancro da mama constitui um grave problema de saúde com considerável impacto na mulher pela elevada incidência e mortalidade, constituindo a maior causa de morte por cancro nas mulheres.

A inclusão do cancro da mama no Plano Nacional de Saúde prevê a realização de um programa nacional de rastreio que se desenvolva em estreita articulação, com a rede de referenciação.

Considerando a possibilidade de identificação precoce e o encaminhamento para especialistas, na senda da vigilância ou terapêuticas específicas, o rastreio representa uma intervenção fundamental integrando as medidas de saúde e os profissionais de saúde, relevando-se indispensável a sensibilização da população com vista à sua inclusão no processo de monitorização.

A implementação de programas de rastreio e a evolução do conhecimento científico e tecnológico traduzem uma significativa redução na taxa de mortalidade, por cancro da mama, na maioria dos países (Organization for Economic Co-operation and Development [OCDE], 2011). Numa análise internacional comparativa entre 34 países, verifica-se que, em 2009, Portugal integra o grupo em que se verificou uma redução na taxa de mortalidade, ocupando a 8ª posição dos que registam melhores resultados (OCDE, 2011). Pelo exposto, o cancro da mama assume enorme relevância, estimando-se que uma em cada nove mulheres poderá vir a apresentar esta patologia. Na última década, identifica-se uma tendência crescente da taxa de incidência na maioria dos países que integraram esta análise. As diferenças constatadas entre os países analisados, podem estar relacionados com os fatores de risco para o desenvolvimento da doença mas também pelas opções de rastreio, diagnóstico e terapêutica que cada país dispõe, sendo que é recomendada a realização de mamografia e do autoexame da mama regularmente. Da mesma forma, o rastreio tem impactos diferentes nos vários países, na Turquia, apenas 12% da população feminina, com idade entre os 50 e os 69 anos, foi rastreada para o cancro da mama, em contraste com 86% na Finlândia. Também no Brasil (importante neste estudo pelos critérios de inclusão da nossa amostra), a realidade não é benévola, estima-se, segundo dados da Sociedade Brasileira de Mastologia [SBM] (2011) e

do Instituto Nacional de Câncer [INCA] (2011), o cancro da mama é o mais comum entre as mulheres, mantendo taxas de mortalidade elevadas, muito provavelmente porque a doença ainda é em muitos casos diagnosticada em estádios avançados. Segundo a SBM (2011), no ano de 2010, ocorreram 49240 novos casos de cancro da mama, sendo apenas superado pelo cancro de pele.

O rastreio do cancro da mama, pela sua deteção na fase inicial, contribui para o aumento da taxa de sobrevivência, no entanto, apesar do conhecimento disponível, a adesão aos programas de rastreio não se verifica de igual forma em todas as mulheres, observando-se diferenças nas diversas faixas etárias e de acordo com a situação sócio económica, sendo que as mulheres com situação menos favorável representam um grupo com menor probabilidade de inclusão em programas que visem a prevenção (OCDE, 2011; Wagner *et al*, 2011). A evidência regista maior número de mamografias nas mulheres em idade ativa e em situação socio económica superior (Sirven & Or, 2010).

Relativamente à população feminina, que viveu de forma bem sucedida a situação de doença por cancro da mama, a mesma comparação internacional permite aferir diferenças nas taxas de sobrevivência nos diversos países, sendo que Portugal ainda se situa abaixo da média da OCDE, refletindo uma taxa de sobrevivência de cinco anos por cancro da mama em 82% da população feminina.

Face aos dados apresentados, somos de constatar que o cancro da mama é uma realidade social, causadora de diversos impactos, não só na mulher enquanto doente, mas também na família e no meio onde esta se insere. Tais números, apesar de elucidativos, não nos mostram por si só a realidade vivenciada na primeira pessoa, onde, entre o desfazer e refazer do corpo e da vida, há uma existência marcada por instrumentos médicos e cirúrgicos essenciais na ação contra a doença. Mas, há também um universo simbólico e de representações, que coabitam no tempo e no espaço destas mulheres e suas famílias que paralelamente e em sincronia às trajetórias da doença, cruzam hospital e domicílio, numa dialética particular que é necessário descortinar, no sentido de atenuar impactos e reificar recuperações. Neste enquadramento, traçamos como principal objetivo deste trabalho, contribuir para a compreensão da representação e impacto social do processo de doença, vivenciado por mulheres com diagnóstico de cancro de mama e respetivos familiares.



## **Metodologia**

As opções metodológicas passaram por abordagens qualitativas, pela possibilidade de procedimentos racionais e intuitivos que facilitaram o reconhecimento global do que estudamos, descrevendo e interpretando (Streubert & Carpenter, 2002). A revisão da literatura (Muñoz, Takayanagui, Santos & Sanchez-Sweatman, 2002) visou a síntese do conhecimento científico sobre a representação social do processo de doença bem como o impacto social do processo, vivenciado por mulheres com diagnóstico de cancro de mama e respetivos familiares. Assim, definimos como problemática central da pesquisa:

Representação e impacto social do processo de doença, vivenciado por mulheres com diagnóstico de cancro de mama e respetivos familiares.

Zelando pelo rigor científico desenhamos um protocolo de pesquisa, definindo os critérios de seleção das fontes de informação e estratégia de pesquisa. Recorremos ao método PICOD (Centre for Reviews and Dissemination [CRD], 2009) (Participants; Intervention; Comparisons; Outcomes; Design) onde definimos como Participantes: mulheres com diagnóstico de cancro de mama e familiares; Intervenção: experiência da doença; Comparação: instrumentos de colheita de dados e consequentes resultados em estudos conduzidos durante o processo saúde/doença; Resultados: significados das experiências vivências durante as trajetórias saúde/doença traduzidas em representações e impactos; Tipos de Estudo: foram incluídos todos os tipos de estudo, exceto revisões da literatura por se pretenderem estudos primários.

Definimos como critérios de inclusão estudos de natureza qualitativa e quantitativa, publicados em língua portuguesa (de Portugal e do Brasil) entre 2007 e 2011, procurando apresentar os dados mais recentes, contributivos da realidade que pretendíamos desocultar. Os descritores que nortearam a pesquisa foram: Cancro da mama, representação social e impacto social, sendo a mesma realizada durante o mês de Fevereiro na B-on, Scielo e Biblioteca da Escola Superior de Saúde de Portalegre.

Constatamos a existência de 91 artigos e na primeira fase da pesquisa foram eliminados 78 por não cumprirem alguns dos critérios estabelecidos, resultando 12 artigos para o estudo em causa. A análise decorreu de uma leitura atenta e profunda, através de análise de conteúdo,

recorremos a autores, cujas obras abordam esta metodologia (Vala, 1999, Bardin, 1977; Grawitz, 1984; Miles & Huberman, 1984).

Foram salvaguardados os princípios éticos da investigação, sendo os conteúdos e dados apresentados da inteira responsabilidade dos seus autores.

### **Análise e Discussão dos resultados**

Efetuada a seleção e análise dos estudos procedemos à reinterpretação reflexiva, dos resultados encontrados.

Sustentados nos trabalhos de Jodelet (1989) e Moscovici (2003) sobre representação social, constatamos que esta representação, constitui uma forma de conhecimento que se caracteriza por uma elaboração socialmente compartilhada, no intuito de organizar linhas de comunicação que contribuam para uma visão comum da realidade. Desta forma, descortinámos as vivências das mulheres com cancro da mama, e dos seus familiares, descritas nos trabalhos analisados, caracterizando ainda os impactos psicossociais da doença. Procedeu-se à integração das evidências identificadas como forma de melhorar a compreensão do fenómeno social, dando particular atenção às descrições imbuídas nos textos e caracterizadoras das vivências dos atores envolvidos neste contexto.

Da análise efetuada aos 12 estudos selecionados, verificámos que, os títulos dos mesmos nos remetiam para 2 dimensões de impactos, uma primeira relacionada com as mulheres com cancro da mama em si e uma segunda com os seus familiares. Os mesmos também contribuíam para a compreensão das representações detidas pelos 2 grupos.

No que diz respeito à *População*, incidiu essencialmente em mulheres com cancro ou sobreviventes (10 estudos), em 4 destes, foram ainda incluídas mulheres saudáveis numa perspetiva comparativa de resultados. Dos estudos analisados (3), integraram a perspetiva dos familiares significativos e/ou mais próximos como maridos/companheiros e filhos.

Quanto à área de *Intervenção*, 6 dos estudos analisados versaram as vivências e impactos da doença tanto na doente como nas pessoas significativas e familiares mais próximos. Cinco dos

estudos focaram-se em aspetos relacionados com a qualidade de vida das mulheres com cancro da mama e 1 deles interveio especificamente na área do *cooping*.

Relativamente à *Comparação* de instrumentos de medida e dados colhidos, e *Desenho do estudo*, constatámos que a maioria dos estudos (7), seguiram um desenho quantitativo, socorrendo-se de questionários e escalas como instrumentos para recolha dos dados, 4 seguiram um desenho qualitativo, utilizando como técnica a entrevista. Um dos estudos foi efetuado com recurso a uma metodologia eclética, mobilizando a observação, entrevista e análise documental.

Relativamente aos resultados (*Outcomes*), para melhor perceção dos mesmos, após a sua análise, procedemos a uma reorganização interpretativa, tendo em consideração o conteúdo dos mesmos. Identificámos nos 12 trabalhos analisados 3 grandes dimensões temáticas: As *Representações* construídas pelos doentes e familiares sobre o cancro, os *Impactos* da doença e as *Intervenções* preconizadas, face aos resultados encontrados nos diversos estudos. As dimensões temáticas emergiram no intuito da compreensão do fenómeno e alcance do objetivo.

Relativamente à *Representação Social do Cancro* verificamos que ainda hoje este é encarado pelos doentes e seus familiares, como uma doença ameaçadora. Pinho, Campos, Fernandes & Lobo (2007) verificaram que na maioria dos casos o diagnóstico de cancro da mama é recebido como algo de irreal, visto como uma doença letal e assustadora, trazendo, medo e desespero, transmitido por uma vivência cultural na qual cancro constitui sinónimo fatalista de morte.

Quando se trabalharam as questões ligadas à qualidade de vida, estas representações encontravam-se subjacentes, principalmente nas fases iniciais e de diagnóstico da doença. Silva, Bettencourt, Moreira & Canavarrol (2011) assim o verificaram, ao revelarem que ainda nos dias de hoje este é encarado como uma sentença de morte.

Diretamente associados às representações, surgiram os *impactos*, principalmente os psicológicos, tantas vezes alicerçados, não apenas em critérios de cariz científico que apontam hoje em dia para um aumento significativo das situações de cura, mas radicados, em crenças culturais essencialmente fatalistas, que promovem aumentos significativos dos níveis de

ansiedade e depressão com conseqüente alteração na qualidade de vida destas mulheres. Sabemos também que a trajetória do cancro da mama, comporta fases diversas, constituindo cada uma delas um desafio a ser transposto, mediado por estratégias de ação diversificadas e para as quais concorrem os impactos sentidos pelas mulheres, tanto na esfera pessoal, como familiar e até social. Sustentados nestes pressupostos, a análise da dimensão *Impactos*, foi efetuada contemplando a diferenciação das *fases de diagnóstico*, de *tratamento* e de *remissão ou sobrevivência*.

Verificámos pela análise efetuada aos trabalhos selecionados, que a fase de diagnóstico é geralmente uma das mais difíceis, Canavarro, Pereira, Moreira & Parades (2010) perceberam que nesta fase a qualidade de vida das mulheres com cancro da mama surge afetada, uma vez que se verificam níveis mais elevados de depressão e ansiedade, relativamente às sobreviventes, os autores apuraram resultados semelhantes neste grupo e no grupo de mulheres saudáveis, isto é, níveis de depressão e ansiedade médios, notando desta forma uma adaptação positiva ao longo do processo.

A fase de tratamento também é difícil, pois estes são muitas vezes agressivos e prolongados, deixando a mulher suscetível devido a sequelas físicas e também na sua autoimagem (Silva *et al*, 2011).

Numa outra perspetiva Salci e Marcon (2008), verificaram que a mulher com cancro da mama, por vezes passa de cuidadora a cuidada. Se para algumas a receção de cuidados por parte dos familiares mais próximos como o cônjuge, filhos ou pais, constitui uma situação onde sentiram “amparo”, para outras não é visto de igual forma, principalmente quando esses cuidados são efetuados por pessoas exteriores ao seio familiar. As doentes necessitavam, por vezes, auxílio nas atividades de vida diária, o que lhes causava dificuldades de aceitação. As autoras constataram que os familiares, apesar do impacto provocado pela doença, assumem como natural a participação nos cuidados, ainda que a necessidade muitas vezes não se relacione com atividades físicas. A “companhia” foi identificada como muito importante, sendo a sua presença essencial sempre que possível, pois o não acompanhamento do familiar às sessões de tratamento, constituía fator de preocupação. Contudo, esta cumplicidade no cuidado não parava por aqui, pois as mulheres com cancro ainda que doentes, debilitadas física e psicologicamente, continuavam a assumir o seu papel de cuidadoras ao preocuparem-se com o estado emocional dos seus familiares.

Numa linha análoga surge o trabalho de Costa, *Silva & Rosa* (2007) ao caracterizar as relações mãe/filha vivenciadas pelas últimas, concluindo que, mesmo nesta altura de crise na família, são particularmente valorizadas as relações, funcionando as filhas como suporte, sendo as preocupações muitas vezes partilhadas entre irmãs.

A fase de remissão ou sobrevivência é vivida de uma forma menos adversa. Segundo Moreira, *Silva & Canavarro* (2008) a depressão e ansiedade diminuem ao longo do processo de tratamento e recuperação. Contudo, *Silva et al* (2011) asseguram que mesmo quando os tratamentos terminam e passam ao período de remissão, as mulheres são frequentemente acometidas por sentimentos de incerteza e preocupação relativamente ao futuro e à possibilidade de uma recidiva ou mesmo do aparecimento de um novo cancro.

De uma forma global os estudos consultados mostram que apesar do impacto psicossocial da doença, as mulheres e famílias, demonstram uma capacidade de resiliência significativa. São inquestionáveis as dificuldades manifestadas principalmente no início do diagnóstico e tratamento, dificuldades a nível físico e psicológico, relacionados com o próprio tratamento e efeitos do mesmo, como a perda de cabelo, diminuição da força física, fadiga, insatisfação com a imagem corporal, que se traduz por vezes em aspetos da própria sexualidade e conjugalidade (*Gomes, Monteiro, Costa, Santos* 2009). Apesar de tudo e devido também às estratégias de *cooping* mobilizadas quer pelas doentes quer pelas famílias (*Varela & Leal*, 2007), onde o espírito de luta emerge, verifica-se que as mulheres vão recuperando.

Ainda assim, coexistem mulheres que manifestam sequelas físicas e psicológicas, algumas resultantes até do próprio tratamento, como níveis elevados de fadiga, capacidade de trabalho reduzida e ainda dificuldade em lidar com a sua própria imagem com conseqüente desinteresse no relacionamento sexual (*Silva et al*, 2011). Torna-se então necessário *Intervir* prevenindo outros males diretamente associados ao processo de doença vivenciado por estas mulheres e com repercussões ao nível da sua qualidade de vida.

Os textos analisados, nesta revisão, focam a necessidade de *Intervenção*, reportando-a a diversos domínios, desde a mobilização de equipas multidisciplinares aos grupos de autoajuda. *Gomes & Costa* (2008), alertam para o bem-estar psicológico como dimensão fundamental na vivência da mulher com cancro da mama, sugerindo a necessidade da implementação estratégica integrada e multidisciplinar ajustada à promoção do bem-estar.

Também Amorim (2007) sugere a criação de grupos de auto-ajuda enquanto promotores do bem-estar, indo ao encontro dos trabalhos de Pinho *et al* (2007). Assim, verificamos que a vivência do cancro da mama, assume-se como complexa e multidimensional e que a prestação de cuidados de qualidade a estas mulheres, envolvem o conhecimento de uma multiplicidade de fatores, sobre os quais é necessário atuar.

## **Conclusões**

Verificámos que há uma pluralidade de representações e impactos que convivem nem sempre de forma harmoniosa durante as trajetórias de doença e saúde, tanto das mulheres com cancro da mama como das suas famílias. Face à complexidade dos mesmos é essencial não só a mobilização de equipas multidisciplinares como de grupos de cariz mais informal, tantas vezes com conhecimentos sustentados nas experiências vivenciadas na primeira pessoa. Tal confere-lhes um conhecimento singular, como são os casos dos grupos de autoajuda onde colaboram os chamados “sobreviventes”, que pelo seu exemplo, são capazes de mobilizar estratégias únicas, que associadas ao conhecimento técnico dos profissionais conseguem trilhar caminhos tantas vezes sinuosos, pois o que se pretende fundamentalmente é *Cuidar*.

## **Referências bibliográficas**

Amorim, C. (2007). Doença Oncológica da Mama: Vivências de Mulheres Mastectomizadas.(Tese de Doutoramento). Porto: Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar. Acedido em 6 de janeiro de 2012 em <http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/7213/2/Tese%20Dout%20Cidlia.pdf>

Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.

Canavarro, M.; Pereira, M.; Moreira, H. & Paredes, T. (2010). Qualidade de vida e Saúde: Aplicações do WHOQOL, Acedido em 6 de janeiro de 2012 em <http://repositorio.ipl.pt/bitstream/10400.21/770/1/Qualidade%20de%20vida%20e%20sa%C3%BAde.pdf>

Centre for Reviews and Dissemination (2009). *Systematic Reviews: CRD's Guidance for undertaking reviews in health care*, University of York

Costa, A.; Silva, C. & Rosa A. (2007).Experiências vividas pelas filhas de mulheres a quem foi diagnosticado cancro da mama. *Revista Investigação em Enfermagem* 16, 75-78 Acedido em 6 de janeiro de 2012 em [www.cdi.sep.pt/pesquisa/Listar\\_op.asp?valueref=16389&orig=31](http://www.cdi.sep.pt/pesquisa/Listar_op.asp?valueref=16389&orig=31)

Gomes, V. & Costa, S. (2008). Estudo das determinantes psicossociais e de contexto conjugal no bem-estar psicológico das mulheres com cancro da mama. *Revista da Associação Portuguesa dos Enfermeiros Obstetras*, 9, 18-20

Gomes, V; Monteiro, R; Costa, S. & Santos, C. (2009). O impacto da sexualidade versus conjugalidade na qualidade de vida da mulher com cancro da mama. *Revista da Associação Portuguesa dos Enfermeiros Obstetras*, 10, 25-30

Grawitz, M. (1984). *Méthodes des sciences sociales* (6.<sup>a</sup> edição). Paris: Dalloz.

Instituto Nacional de Câncer [INCA] (2011). MAMA. Acedido em 6 de janeiro de 2012 em <http://www2.inca.gov.br/wps/wcm/connect/tiposdecancer/site/home/mama>

Jodelet, D. (1989). Représentations sociales : un domaine en expansion. Dans D. Jodelet (Ed.). (1994) *Les Représentations sociales* (pp. 47-78). Paris: Presses Universitaires de France. 2ième édition, p.31-61

Miles, M. & Huberman, A. (1984). *Qualitative data analysis: A sourcebook of new methods* (2.<sup>a</sup> edição). Newbury Park: Sage Publications.

Moreira, H.; Silva, S. & Canavarro, M. (2008). Qualidade de vida e ajustamento psicossocial da mulher com cancro da mama: do diagnóstico à sobrevivência, *Psicologia., Saúde & Doenças*, 9 (1), 165-184 Acedido em 6 de janeiro de 2012 em <http://redalyc.uaemex.mx/pdf/362/36290114.pdf>

Moreira, H.; Silva, S. & Canavarro, M. (2009). O papel da intimidade conjugal na qualidade de vida da mulher com cancro da mama *Psicologia, Saúde & Doenças*, 10 (1), 127-147 Acedido em 6 de janeiro de 2012 em [http://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&frm=1&source=web&cd=1&ved=0CCUQFjAA&url=http%3A%2F%2Fredalyc.uaemex.mx%2Fsrc%2Finicio%2FForazarDescargaArchivo.jsp%3FcvRev%3D362%26cvArt%3D36219059010%26nombre%3DO%2520PAPEL%2520DA%2520INTIMIDADE%2520CONJUGAL%2520NA%2520QUALIDADE%2520DE%2520VIDA%2520DA%2520MULHER%2520COM%2520CANCRO%2520DA%2520MAMA&ei=1512UOOSO8qT0QWMi4GYCw&usg=AFQjCNFJccPSfsiP6Jno0R-d\\_AGQYrDA-A&sig2=z3vbQtbaJH0DMZEA4C-3TQ](http://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&frm=1&source=web&cd=1&ved=0CCUQFjAA&url=http%3A%2F%2Fredalyc.uaemex.mx%2Fsrc%2Finicio%2FForazarDescargaArchivo.jsp%3FcvRev%3D362%26cvArt%3D36219059010%26nombre%3DO%2520PAPEL%2520DA%2520INTIMIDADE%2520CONJUGAL%2520NA%2520QUALIDADE%2520DE%2520VIDA%2520DA%2520MULHER%2520COM%2520CANCRO%2520DA%2520MAMA&ei=1512UOOSO8qT0QWMi4GYCw&usg=AFQjCNFJccPSfsiP6Jno0R-d_AGQYrDA-A&sig2=z3vbQtbaJH0DMZEA4C-3TQ)

Moscovici, S. (2003). *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Rio de Janeiro: Vozes

Muñoz, S.; Takavanagui, A.; Santos, C. & Sanchez-Sweatman, O. (2002) – Revisão sistemática de literatura e metanálise: noções básicas sobre seu desenho, interpretação e aplicação na área da saúde. *Brazilian Nursing Communication Symposium* (8) Acedido em 6 de janeiro de 2012 em [http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC000000052002000200010&script=sci\\_arttext](http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC000000052002000200010&script=sci_arttext)

Organization for Economic Co-operation and Development [OCDE] (2011), Mortality from cancer, in *Health at a Glance 2011: OECD Indicators*, OECD Publishing. Acedido em 6 de janeiro de 2012 em [http://dx.doi.org/10.1787/health\\_glance-2011-7-en](http://dx.doi.org/10.1787/health_glance-2011-7-en)

Pinho, L.; Campos, A; Fernandes, A & Lobo, S. (2007). Câncer de mama: da descoberta à recorrência da doença *Revista Eletrônica de Enfermagem*, 09, 01, 154 – 165 Acedido em 6 de janeiro de 2012 em <http://www.revistas.ufg.br/index.php/fen/article/view/7143/5056>

Rebelo, V.; Rolim, L.; Carqueja, E. & Ferreira, S. (2007). Avaliação da qualidade de vida em mulheres com cancro da mama: um estudo exploratório com mulheres portuguesas. *Psicologia, Saúde & Doenças*, 8 (1), 13-32 Acedido em 6 de janeiro de 2012 em <http://redalyc.uaemex.mx/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=36280102>

Salci, M. & Marcon, S. (2008, Julho- Setembro). De cuidadora a cuidada: quando a mulher vivencia o câncer. *Texto Contexto Enferm*, 17(3),. 544-551. Acedido em 6 de janeiro de 2012 em <http://redalyc.uaemex.mx/pdf/714/71417318.pdf>

Silva, S.; Bettencourt, D; Moreira, H & Canavarro, M (2011). Qualidade de vida de mulheres com cancro da mama nas diversas fases da doença: o papel de variáveis sociodemográficas, clínicas e das estratégias de coping enquanto fatores de risco protecção. *Revista Portuguesa de Saúde Pública* ., 29, nº 1, 64-76. Acedido em 6 de janeiro de 2012 em [http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/scielo.php?pid=S0870-90252011000100009&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/scielo.php?pid=S0870-90252011000100009&script=sci_arttext)

Sirven, N. & Or, Z. (2010) *Disparities in Regular Health Care Utilisation in Europe*, 37. Paris: IRDES Acedido em 6 de janeiro de 2012 em <http://www.irdes.fr/EspaceAnglais/Publications/WorkingPapers/DT37DisparitiesRegularHealthCareUtilisationEurope.pdf>

Sociedade Brasileira de Mastologia [SBM] (2011). Estatísticas sobre câncer de mama no Brasil. Acedido em 6 de janeiro de 2012 em <http://www.sbmastologia.com.br/cancer-de-mama/rastreamento-diagnostico-cancer-de-mama/estatisticas-sobre-cancer-de-mama-no-brasil-5.htm>

Streubert, H.& Carpenter, D. (2002) *Investigação qualitativa em enfermagem: avançando o imperativo humanista*. 2ª ed. Loures: Lusociência.

Vala, J. (1999) A análise de conteúdo. In Silva, A. e Pinto, J. (orgs.), *Metodologia das ciências sociais* (10.ª edição, pp. 101-128). Porto: Edições Afrontamento.

Varela, M. & Leal, I. (2007). Estratégias de coping em mulheres com cancro da mama, *Análise Psicológica*, 3 (XXV), 479-488 Acedido em 6 de janeiro de 2012 em <http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/pdf/aps/v25n3/v25n3a13.pdf>

### **Notas sobre as autoras**

Olga Joaquina Vaz Batista Louro

[olgalouro@essp.pt](mailto:olgalouro@essp.pt)

Escola Superior de Saúde de Portalegre.



Professora Adjunta da Escola Superior de Saúde do Instituto Politécnico de Portalegre, Mestre em Sociologia pela Universidade de Évora, Licenciada em Enfermagem e Especialista em Enfermagem Comunitária pela Escola Superior de Saúde do Instituto Politécnico de Portalegre. Membro colaborador do Centro Interdisciplinar de Investigação e Inovação do Instituto Politécnico de Portalegre. Os seus atuais interesses de investigação, situam-se nas áreas das Representações Sociais da Enfermagem, bem como em torno dos dados epidemiológicos de indicadores de saúde da população, contributivos do diagnóstico do estado de saúde e intervenção adequada, das respetivas populações.

Helena Maria de Sousa Lopes Reis do Arco

[helenarco@essp.pt](mailto:helenarco@essp.pt)

Escola Superior de Saúde de Portalegre

Professora Adjunta na Escola Superior de Saúde do Instituto Politécnico de Portalegre. Doutora em Sociologia pela Universidade de Évora, Mestre em Sociologia pela mesma Universidade, Licenciada em Enfermagem e Especialista em Enfermagem Comunitária. Investigadora do Centro Interdisciplinar de Investigação e Inovação do Instituto Politécnico de Portalegre. Colabora também com o CESNOVA. Tem nos últimos anos desenvolvido os seus trabalhos em torno das questões relacionadas com as redes sociais no âmbito da saúde. Os seus atuais interesses de pesquisa situam-se na área da Sociologia da Saúde e Enfermagem nomeadamente na linha das experiências vividas pelas pessoas em situação de doença ou vulnerabilidade.

Andreia Jorge Silva da Costa

[andreiajorgesilva@gmail.com](mailto:andreiajorgesilva@gmail.com)

Escola Superior de Saúde de Portalegre; Doutoranda em Enfermagem na Universidade Católica Portuguesa

Professora-Adjunta da Escola Superior de Saúde do Instituto Politécnico de Portalegre, Mestre em Saúde Pública - Especialização em Políticas e Administração de Saúde pela Universidade de Nova de Lisboa, Licenciada em Enfermagem pela Escola Superior de Saúde do Instituto Politécnico de Portalegre. Membro colaborador do Centro Interdisciplinar de Investigação e Inovação do Instituto Politécnico de Portalegre. Os seus atuais interesses de investigação situam-se nas áreas da saúde pública, especificamente no envelhecimento da população, no acompanhamento epidemiológico da saúde da população.

Sofia Maria Borba Roque

[sofia.m.b.roque@essp.pt](mailto:sofia.m.b.roque@essp.pt)

Escola Superior de Saúde de Portalegre; Doutoranda em Enfermagem na Universidade Católica Portuguesa

Assistente de 2º Triénio da Escola Superior de Saúde do Instituto Politécnico de Portalegre, Mestre em Intervenção Sócio-organizacional na Saúde- Especialização em Políticas de Administração e Gestão dos Serviços de Saúde pela Universidade de Évora, Licenciada em Enfermagem pela Escola Superior de Saúde do Instituto Politécnico de Portalegre. Membro colaborador do Centro Interdisciplinar de Investigação e Inovação do Instituto Politécnico de Portalegre. Os seus atuais interesses de investigação, situam-se nas áreas da Gestão dos Serviços de Enfermagem, bem como em torno de dados epidemiológicos de indicadores de saúde da população, contributivos do diagnóstico do estado de saúde e intervenção adequada, das respetivas populações.

# O impacto da conceção de doença nas atitudes e práticas de consumo de medicamentos<sup>1</sup>

## The impact of the disease conception in the attitudes and practices of medicine consumption

António Calha

### Resumo

Procuramos, nesta comunicação, proceder à definição de uma tipologia de atitudes relativas a sintomas de doença a partir do tratamento dos dados obtidos no *European Social Survey (round 2)*. Com base nos resultados obtidos, aferimos, posteriormente, em cada um dos perfis identificados, as diferentes disposições no consumo de medicamentos. A análise realizada evidencia a existência de uma apropriação leiga das lógicas periciais de gestão terapêutica. No entanto, essa tendência assume proporções diferenciadas em função do perfil de conceção de doença.

**Palavras-chave:** atitudes; doença; medicação; sintomas

### Abstract

Our aim, in this communication, is to determine of a typology of attitudes regarding disease symptoms from the data obtained in the *European Social Survey (round 2)*. Based on the results, we try to measure, in each of the profiles identified, different provisions on medication use. The analysis shows the existence of an appropriation of the logical expertise of therapy management. However, this tendency assumes different proportions according to the disease conception profile.

**Keywords:** attitudes; illness; medication; symptoms.

O crescimento da despesa pública desacompanhado do crescimento económico tem conduzido, nos últimos anos, a políticas de restrição orçamental em vários dos setores de intervenção tradicional do Estado. A prestação de cuidados de saúde, enquadrada no Serviço Nacional de Saúde (SNS), não tem constituído exceção, tendo sido implementadas medidas de contenção e controlo dos gastos públicos nesta área. Os gastos com saúde em Portugal representavam, em 2010, 10,7% do PIB (OCDE, Health Data, 2012), um dos valores mais altos dos países da OCDE. Os fatores associados ao crescimento da despesa de saúde são conhecidos e encontram-se referidos na literatura da economia da saúde (Ferreira *et al.*, 2006). Entre eles contam-se a crescente inovação tecnológica nos domínios do diagnóstico e da terapêutica, o envelhecimento da população, a intensidade em trabalho da prestação de cuidados em saúde, o efeito Baumol e o próprio ritmo do crescimento económico.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no III Seminário de I&DT, organizado pelo C3i – Centro Interdisciplinar de Investigação e Inovação do Instituto Politécnico de Portalegre, realizado nos dias 6 e 7 de Dezembro de 2012.

Em Portugal, no âmbito das despesas com a saúde, destaca-se o peso dos gastos em medicamentos nas despesas totais. Segundo os dados da OCDE, as despesas com medicamentos correspondiam, em 2010, a cerca de 18,6% da despesa total em saúde. De acordo com os dados do Infarmed, em 2009, o número de medicamentos prescrito por consulta foi de 2,21 por consulta, o que se traduziu num custo médio de 36,65€ por receita, equivalendo a um gasto do SNS de 25,04€ por receita. Ainda assim, apesar do elevado peso das despesas com medicamentos nos gastos totais com saúde em Portugal, a percentagem de financiamento público destas despesas é das mais baixas, e tem vindo a decrescer (Tribunal de Contas, 2011).

A forte pressão que os custos com medicamentos colocam na gestão dos recursos públicos tem gerado um conjunto de medidas macroeconómicas (Ferreira *et al.*, 2006) com o intuito de regular o mercado e, simultaneamente, gerar poupanças para o SNS. O sucesso das medidas é, no entanto, comprometido pelo funcionamento atípico do mercado do medicamento (Gonçalves, 2010), derivado da participação de agentes com diferentes motivações: o médico (que prescreve), a cadeia de produção (que fornece); o doente (que utiliza e paga) e o Estado (que comparticipa ou paga) (*idem*, *ibidem*).

A investigação académica tem-se debruçado, com regularidade, sobre as lógicas e os fatores de funcionamento do mercado do medicamento. Ao nível microeconómico, a atenção tem-se centrado, sobretudo, na assimetria da relação médico-doente no que respeita à informação acerca da eficácia, adequabilidade e qualidade do medicamento (Caprana e Rodrigues, 2004; Mota *et al.*, 2008). Na relação de agência médico-doente é salientada a pouca motivação para forçar o médico a considerar o custo total dos medicamentos aquando da prescrição (López-Casasnovas e Puig-Janoy, 2005; Ferreira, 2006).

Embora a relação de agência seja, reconhecidamente, de natureza imperfeita, parece-nos que o consumo de medicamentos poderá ser influenciado pelo perfil do consumidor. Deste modo, procuramos, nesta investigação, determinar a forma como os hábitos e atitudes de consumo de medicamentos varia em função do perfil do consumidor face à doença e, em última instância, definir uma tipologia de atitudes face aos sintomas de doença.

As abordagens sociológicas ao comportamento de doença retratam-no em termos da sequência de opções que o indivíduo toma perante um conjunto de sintomas encarados como problemáticos. São vários os estudos existentes que descrevem o processo de ação dos atores sociais face a uma situação da doença (Zola, 1973; Calnan, 1983; Punamaki e Kokko, 1995; Campbell e Roland 1996). Os resultados destes estudos têm revelado que, antes de procurarem apoio médico, os indivíduos passam por um processo de interpretação dos sintomas, construindo um autodiagnóstico e encontrando diferentes explicações para a doença. A decisão pela procura de cuidados de saúde é, portanto, baseada num conjunto complexo de fatores de diferente natureza: físicos, psicológicos e sociais. Apesar do avanço da ciência no universo de referência individual na interpretação do corpo, diferentes estudos têm revelado que os indivíduos percecionam o corpo, a saúde e a doença através de sistemas de explicação mais amplos que os profissionais de saúde. De facto, os critérios de deteção e de interpretação dos sintomas de doença variam entre os diferentes grupos sociais, estando relacionados com a acessibilidade de cada grupo à cultura médica (Hespanha, 1987) e sendo influenciados pelos sistemas de explicação da cultura popular. A existência de padrões diferenciados de comportamento (Calha, 2012) sugere que o comportamento face à doença é condicionado por fatores sociais e culturais associados à condição dos indivíduos (Weiss e Lonquist; 2006:129). A forma como os diferentes grupos sociais interpretam a doença poderá constituir um fator determinante de diferenciação na procura e no consumo de medicamentos. É, pois, objetivo do presente estudo contribuir para este debate, através da definição de uma tipologia de atitudes relativas a sintomas de doença, com base nos resultados do *European Social Survey*, e aferindo a eventual existência de diferentes disposições no consumo de medicamentos em cada um dos perfis. Para tal, recorreremos aos resultados da segunda edição do *European Social Survey* (2004/05). As amostras utilizadas são representativas dos indivíduos com mais de catorze anos oriundos de 26 países europeus<sup>2</sup>. Os dados utilizados foram ponderados de acordo com as recomendações do próprio *European Social Survey* de modo a permitir uma aproximação das amostras dos diferentes países à realidade demográfica.

## Tipologia de atitudes face aos sintomas de doença

No que concerne ao comportamento dos indivíduos face a sintomas genéricos de doença, foram contempladas, no questionário, quatro questões sobre a quem recorre o inquirido quando padece de uma grave inflamação na garganta, uma forte dor de cabeça, sérias dificuldades em dormir e uma forte dor nas costas. As respostas relativas a cada um dos quatro sintomas encontram-se no quadro 1.

**Quadro 1. Distribuição de frequências relativa a quem recorrem os inquiridos face a diferentes sintomas de doença**

	Grave inflamação da garganta		Forte dor de cabeça		Sérias dificuldades em dormir		Forte dor nas costas	
	N.	%	N.	%	N.	%	N.	%
Ninguém	11006	23,2	14324	30,4	9861	21,2	3930	8,3
Amigos ou familiares	8497	17,9	7864	16,7	6161	13,2	4155	8,8
Farmacêutico	7816	16,5	6487	13,8	2964	6,4	1264	2,7
Médico	18520	39,1	17005	36,1	25718	55,3	33938	72,1
Enfermeiro	696	1,5	550	1,2	397	0,9	387	0,8
Internet	114	0,2	76	0,2	233	0,5	93	0,2
Linha telefónica de apoio médico	322	0,7	321	0,7	198	0,4	168	0,4
Outro técnico de saúde	392	0,8	524	1,1	1005	2,2	3165	6,7
<b>Total</b>	<b>47363</b>	<b>100,0</b>	<b>47151</b>	<b>100,0</b>	<b>46538</b>	<b>100,0</b>	<b>47100</b>	<b>100,0</b>

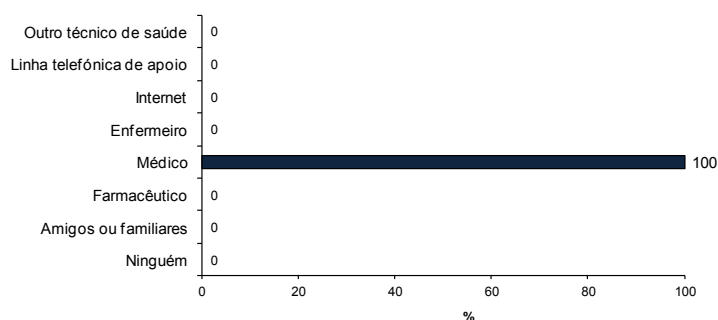
O quadro permite observar que o recurso ao médico é a resposta mais referida em qualquer um dos sintomas considerados. No entanto, tem maior expressão nos sintomas menos comuns, sobretudo na forte dor de costas, sendo menos expressiva em sintomatologias mais comuns, como seja a forte dor de cabeça. Em contraste, a passividade perante os sintomas, traduzida na ausência de recurso a qualquer tipo de apoio, surge com grande expressividade, especialmente quando os sintomas são mais vulgares, perdendo frequência na situação de forte dor de costas.

Com base na tipologia de respostas dadas pelos inquiridos a cada uma das quatro questões, procurou-se definir perfis de comportamento face aos sintomas de doença. Para tal, recorreu-se à Análise de Clusters (utilizando o método Two-Step Cluster), da qual resultou a determinação de quatro clusters correspondentes a quatro perfis distintos com a configuração que se descreve em seguida.

### **Perfil 1 – Indivíduos que optam exclusivamente pelo aconselhamento médico**

A este perfil correspondem 23,2% dos indivíduos da amostra, os quais recorrem sempre e em exclusivo ao médico quando confrontados com os quatro sintomas enunciados.

**Gráfico 1 – Configuração das respostas, às quatro questões, dadas pelos indivíduos com que optam exclusivamente pelo aconselhamento médico**



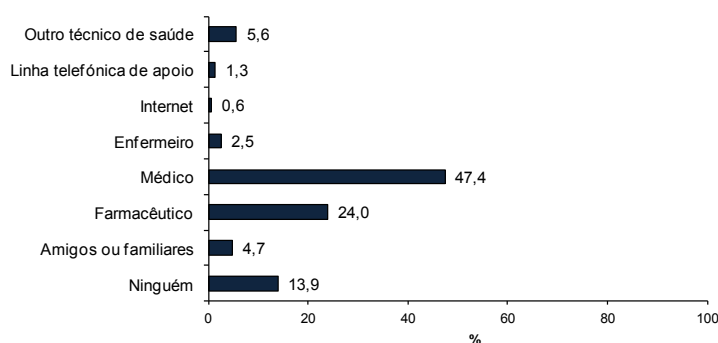
**Perfil 2 – Indivíduos que diversificam a fonte de aconselhamento em função dos sintomas**

O segundo perfil, correspondente a 39,5% dos inquiridos, é constituído por indivíduos que evidenciam uma procura mais moderada de cuidados médicos, comparativamente ao perfil anterior, e alternada com outras instâncias de recurso. Face aos sintomas, estes indivíduos recorrem, em maioria, ao médico, mas também a outros profissionais de saúde, com particular relevância para o farmacêutico. O recurso ao médico verifica-se em 47,4% das situações (com particular relevância nos sintomas ‘forte dor nas costas’ onde essa procura perfaz 73,9% das referências, e ‘sérias dificuldades em dormir’, perfazendo 55% das referências). O recurso ao farmacêutico é a resposta mais referida nos sintomas ‘grave inflamação na garganta’ (40,7% dos inquiridos) e ‘forte dor de cabeça’ (34,2% dos inquiridos). Este perfil evidencia, também, de forma expressiva, a ausência de recurso a qualquer fonte de aconselhamento ou de tratamento, particularmente em sintomatologias mais comuns, como a ‘forte dor de cabeça’ (com 22,9% das referências) e a ‘grave inflamação na garganta’ (com 15,6% das referências).

**Quadro 2 – Distribuição de frequências por tipo de recurso face aos sintomas de doença dos indivíduos que diversificam a fonte de aconselhamento**

	Grave inflamação da garganta		Forte dor de cabeça		Sérias dificuldades em dormir		Forte dor nas costas	
	N.	%	N.	%	N.	%	N.	%
Ninguém	2833	15,6	4173	22,9	2512	13,8	611	3,4
Amigos ou familiares	723	4,0	1171	6,4	1277	7,0	285	1,6
Farmacêutico	7406	40,7	6224	34,2	2772	15,2	1053	5,8
Médico	5810	31,9	5234	28,7	10007	55,0	13458	73,9
Enfermeiro	643	3,5	521	2,9	357	2,0	295	1,6
Internet	109	0,6	67	0,4	179	1,0	67	0,4
Linha telefônica de apoio médico	314	1,7	318	1,7	187	1,0	144	0,8
Outro técnico de saúde	372	2,0	502	2,8	919	5,0	2297	12,6
<b>Total</b>	<b>18210</b>	<b>100</b>	<b>18210</b>	<b>100</b>	<b>18210</b>	<b>100</b>	<b>18210</b>	<b>100</b>

**Gráfico 2 – Configuração das respostas, às quatro questões, dadas pelos indivíduos que diversificam a fonte de aconselhamento**



### **Perfil 3 – Indivíduos que privilegiam o recurso aos contactos informais**

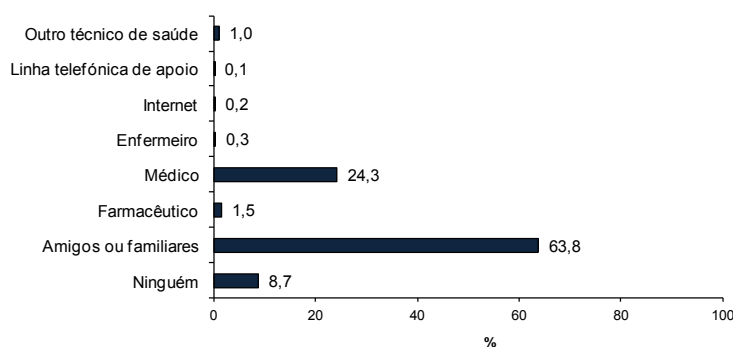
Os indivíduos enquadrados neste perfil, face aos sintomas enunciados, aconselham-se, na maioria das situações, com amigos ou familiares e constituem 18,6% dos inquiridos. Trata-se de um perfil de comportamento que se traduz na propensão para o recurso às redes informais de apoio, como familiares e amigos, com particular expressividade nos casos dos sintomas ‘grave inflamação na garganta’ (destacado em 86,2% das respostas), ‘forte dor de cabeça’ (referido em 75,1%) e, ainda que com menor relevância, ‘sérias dificuldades em dormir’ (apontado por 55,2% destes indivíduos). Relativamente ao sintoma ‘forte dor nas costas’, regista-se uma inversão na ordem de preferência deste grupo, surgindo em primeiro lugar o médico (referido por 51,3% destes inquiridos) e em seguida os amigos ou familiares (41,1% das preferências).

**Quadro 4 – Distribuição de frequências por tipos de recurso face aos sintomas de doença, dos indivíduos que privilegiam o recurso aos contactos informais**

	Grave inflamação da garganta		Forte dor de cabeça		Sérias dificuldades em dormir		Forte dor nas costas	
	N.	%	N.	%	N.	%	N.	%
Ninguém	700	8,7	1111	13,8	858	10,7	132	1,6
Amigos ou familiares	6910	86,1	5969	74,4	4389	54,7	3219	40,1
Farmacêutico	63	0,8	94	1,2	207	2,6	114	1,4
Médico	319	4,0	837	10,4	2444	30,5	4204	52,4
Enfermeiro	15	0,2	4	0,0	30	0,4	60	0,7
Internet	5	0,1	7	0,1	48	0,6	12	0,1
Linha telefónica de apoio médico	2	0,0	3	0,0	10	0,1	17	0,2
Outro técnico de saúde	11	0,1	0	0,0	39	0,5	267	3,3
<b>Total</b>	<b>8025</b>	<b>100</b>	<b>8025</b>	<b>100</b>	<b>8025</b>	<b>100</b>	<b>8025</b>	<b>100</b>



**Gráfico 3 – Configuração das respostas, às quatro questões, dadas pelos indivíduos que privilegiam o recurso aos contactos informais**



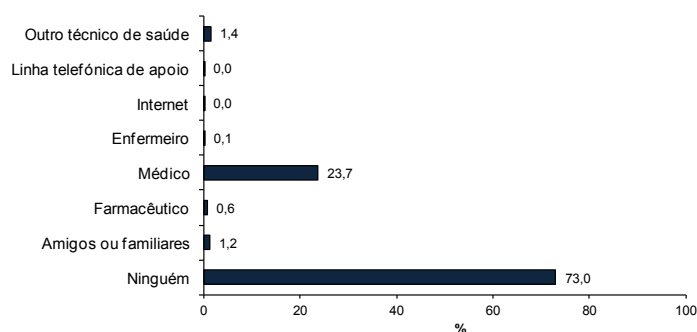
**Perfil 4 – Indivíduos com atitude tendencialmente passiva**

Trata-se de um perfil que envolve 18,7% dos inquiridos sendo constituído por indivíduos que optam, tendencialmente, por uma atitude de passividade face aos sintomas referidos. O quadro 5 permite confirmar essas tendências. A percentagem de indivíduos, incluídos neste perfil, que afirmam não recorrer a ninguém face ao sintoma de ‘forte dor de garganta’ é de 98,8%; no sintoma de ‘forte dor de cabeça’ o valor é de 83,1% e quanto ao sintoma ‘sérias dificuldades em dormir’ é de 73,8%. A opção pelo recurso ao médico assume prevalência apenas no caso do sintoma ‘forte dor nas costas’, referido por 54,2% destes indivíduos.

**Quadro 5 – Distribuição de frequências por tipo de recurso face aos sintomas de doença dos indivíduos com atitude tendencialmente passiva**

	Grave inflamação da garganta		Forte dor de cabeça		Sérias dificuldades em dormir		Forte dor nas costas	
	N.	%	N.	%	N.	%	N.	%
Ninguém	7363	83,1	8748	98,8	6536	73,8	3208	36,2
Amigos ou familiares	95	1,1	33	0,4	44	0,5	238	2,7
Farmacêutico	133	1,5	0	0,0	0	0,0	95	1,1
Médico	1254	14,2	70	0,8	2267	25,6	4799	54,2
Enfermeiro	9	0,1	0	0,0	0	0,0	19	0,2
Internet	3	0,0	1	0,0	0	0,0	9	0,1
Linha telefónica de apoio médico	0	0,0	0	0,0	1	0,0	8	0,1
Outro técnico de saúde	0	0,0	5	0,1	9	0,1	481	5,4
<b>Total</b>	<b>8857</b>	<b>100</b>	<b>8857</b>	<b>100</b>	<b>8857</b>	<b>100</b>	<b>8857</b>	<b>100</b>

**Gráfico 4 – Configuração das respostas, às quatro questões, dadas pelos indivíduos com atitude tendencialmente passiva**

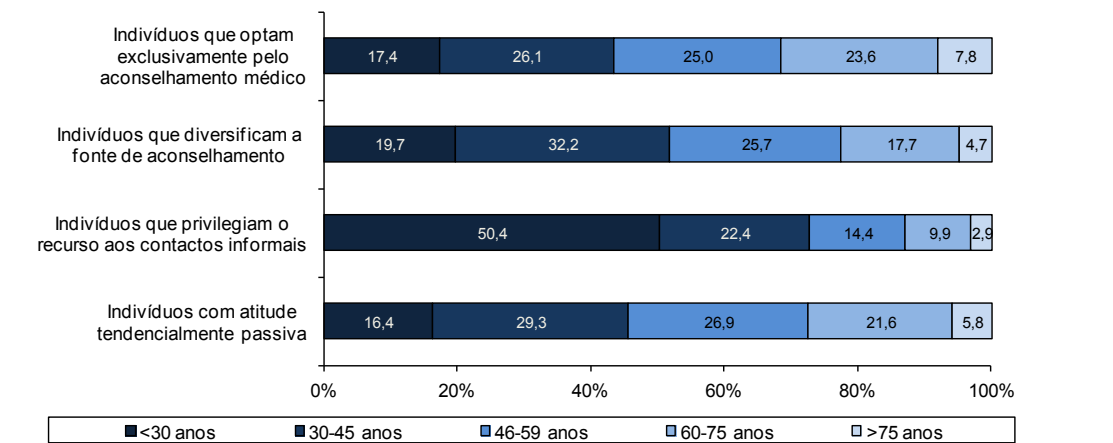


### **Caracterização dos diferentes perfis de atitudes face aos sintomas de doença**

O gráfico 5 permite observar a constituição etária dos grupos em referência. Os indivíduos que optam exclusivamente pelo aconselhamento médico apresentam uma média de idades de 49,1 anos de idade, tratando-se do perfil mais envelhecido dos quatro em análise. Os indivíduos que diversificam a fonte de aconselhamento têm uma média de idades de 45,6 anos (refira-se que 51,9% destes indivíduos não têm mais de 45 anos de idade). O grupo mais jovem corresponde aos indivíduos que privilegiam o recurso aos contactos informais, cuja média de idades se situa nos 34,9 anos. Relativamente aos indivíduos que evidenciam uma atitude de passividade face aos sintomas de doença, a média de idades situa-se nos 48 anos.

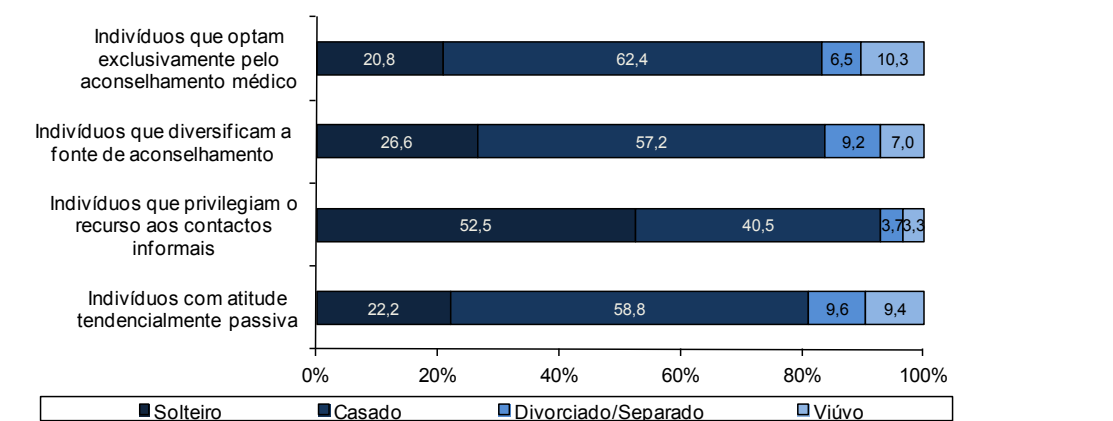
Através da realização do teste de Kruskal-Wallis<sup>3</sup> é possível confirmar a existência de diferenças na distribuição etária em, pelo menos, um dos diferentes perfis ( $\chi^2_{KW(3)} = 3604,247$ ;  $p < 0,001$ ). Os resultados da comparação múltipla da média das ordens<sup>4</sup> permitem identificar a existência de diferenças entre todos os grupos em análise.

**Gráfico 5 – Escalões etários dos perfis de atitudes face aos sintomas de doença**



A caracterização do estado civil de cada um dos perfis identificados encontra-se representada no gráfico 6. O resultado obtido com a realização do teste do Qui-quadrado permite constatar que as variáveis ‘perfil do inquirido face aos sintomas de doença’ e ‘estado civil’ estão relacionadas ( $\chi^2_{(9)}=3044,332$  ;  $p<0,001$ ). Todavia, a intensidade da relação é muito fraca (V de Cramer = 0,152). O perfil que mais se distingue relativamente aos restantes é o dos indivíduos que privilegiam o recurso aos contactos informais, constituído maioritariamente por solteiros (52,5%).

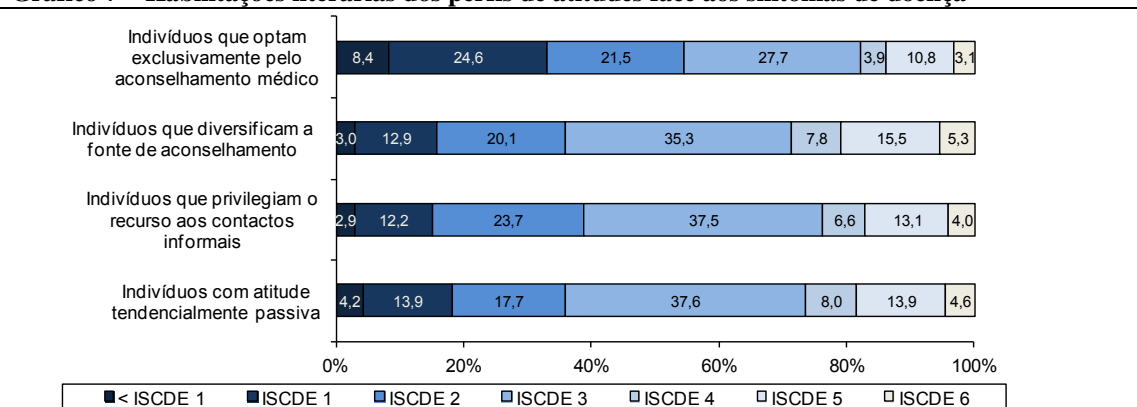
**Gráfico 6 – Estado civil dos perfis de atitudes face aos sintomas de doença**



O gráfico 7 representa os níveis de habilitações literárias de cada um dos perfis em análise. Os níveis educativos utilizados baseiam-se na Classificação Internacional Normalizada da Educação, comumente denominada ISCED, correspondente aos níveis educativos de referência da UNESCO, e que torna possível a harmonização e a comparabilidade das estatísticas educativas<sup>5</sup>.

Para avaliar se existem diferenças no nível de qualificações de cada um dos perfis de atitudes face aos sintomas de doença, recorreu-se ao teste não paramétrico de Kruskal-Wallis, seguido da comparação múltipla das médias das ordens. O resultado do teste revela a existência de diferenças em, pelo menos, um dos grupos na distribuição por níveis etários dos quatro perfis de atitudes ( $\chi^2_{KW(3)} = 1266,685$ ;  $p < 0,001$ ). A comparação múltipla da média das ordens permite constatar que as diferenças encontradas se verificam entre todos os perfis considerados. São os indivíduos que diversificam a fonte de aconselhamento quem apresenta um nível de habilitações mais elevado. Seguem-se os indivíduos com uma atitude tendencialmente passiva e os indivíduos que privilegiam o recurso aos contactos informais. Estes dois grupos são, aliás, aqueles que menos se diferenciam ( $p = 0,044$ ), ainda que a diferença seja estatisticamente significativa para uma probabilidade de erro de 0,05. O perfil de indivíduos que optam exclusivamente pelo aconselhamento médico é o que revela um nível mais baixo de qualificação escolar.

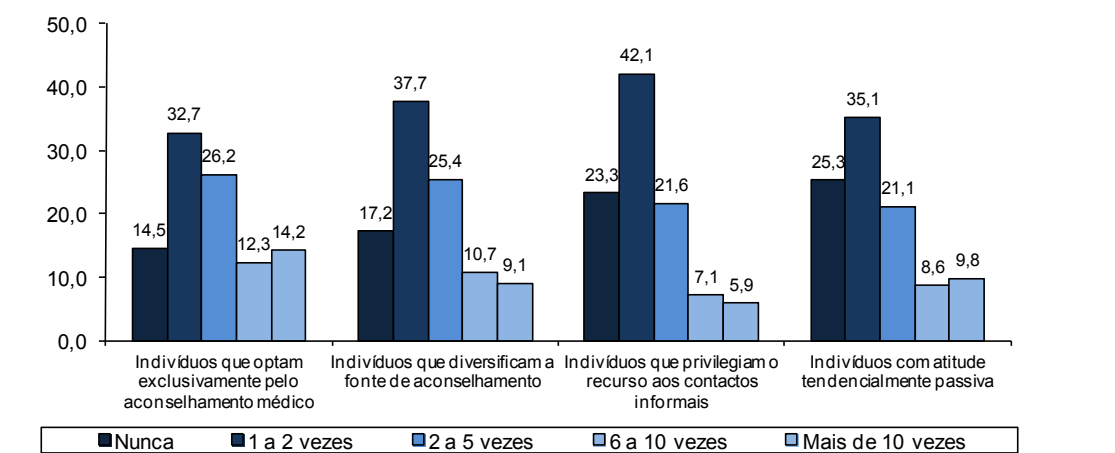
**Gráfico 7 – Habilitações literárias dos perfis de atitudes face aos sintomas de doença**



No que diz respeito ao número de idas ao médico nos 12 meses anteriores à realização do inquérito, o gráfico 8 permite-nos concluir que existe coerência entre os perfis de atitudes dos inquiridos e o seu comportamento relativamente à procura de cuidados médicos. O resultado do teste Kruskal-Wallis evidencia a existência de diferenças na distribuição do número de idas ao médico, em pelo menos, um dos quatro perfis de atitudes ( $\chi^2_{KW(3)} = 882,52$ ;  $p < 0,001$ ). Através da comparação múltipla da média das ordens, verifica-se que as diferenças encontradas se manifestam entre todos os perfis considerados. Para além disso, revela que são os indivíduos que optam exclusivamente pelo aconselhamento médico quem mais procurou o médico nos últimos 12 meses, seguidos dos indivíduos que diversificam a fonte de aconselhamento. Depois destes

surgem os indivíduos com uma atitude tendencialmente passiva e, por fim, os indivíduos que privilegiam o recurso aos contactos informais.

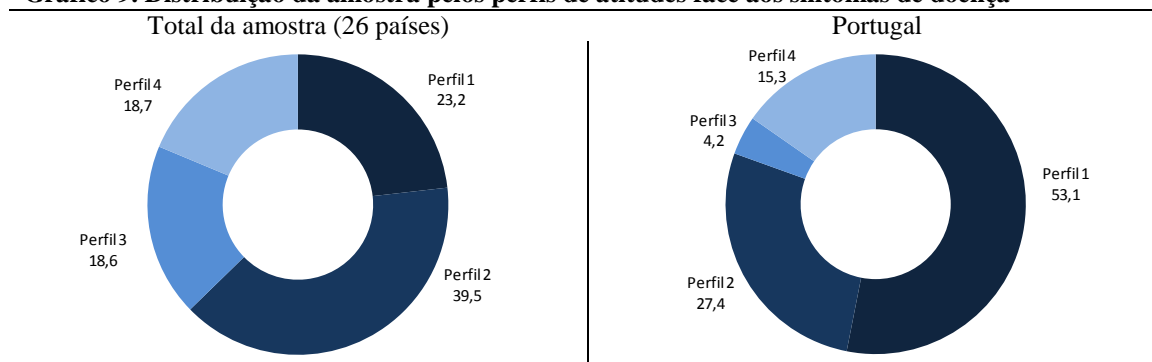
**Gráfico 8 – Distribuição relativa do número de idas ao médico nos últimos 12 meses em cada um dos perfis de atitudes face aos sintomas de doença**



### Os perfis de atitudes face aos sintomas de doença na população portuguesa

Comparando a realidade portuguesa com a totalidade da população europeia considerada no estudo, constata-se que a configuração da distribuição da amostra pelos diferentes perfis de atitudes é bastante distinta. Como se pode observar no gráfico 9, em Portugal, verifica-se uma sobre-representação do perfil 1, correspondente aos indivíduos que, face ao conjunto de sintomas de doença, optam exclusivamente pelo aconselhamento médico. O peso relativo deste perfil indicia uma maior propensão para a sobrecarga da procura de cuidados em Portugal, quando comparado com a realidade europeia. Em contraponto, o perfil constituído por indivíduos que privilegiam o recurso a contactos informais apresenta, em Portugal, um peso residual relativamente aos restantes grupos.

**Gráfico 9. Distribuição da amostra pelos perfis de atitudes face aos sintomas de doença<sup>6</sup>**



## Atitudes face aos medicamentos

Para a caracterização das atitudes dos inquiridos face aos medicamentos foram utilizadas cinco questões presentes no questionário. Estas pretendem avaliar o grau de concordância dos inquiridos relativamente à utilização de medicamentos por parte de pessoas saudáveis com os seguintes objetivos: perder peso; reduzir a queda de cabelo; melhorar a memória; sentir-se mais feliz e melhorar a vida sexual. O valor do Alpha de Cronbach (0,830) evidencia uma consistência interna alta entre as cinco variáveis. Esse facto possibilitou a criação de uma nova variável compósita referente ao índice de concordância com a utilização de medicamentos por parte de pessoas saudáveis. Este índice, construído a partir do cálculo da média das respostas dos inquiridos às cinco questões, tem uma amplitude de variação entre 1 (correspondente a uma total discordância) e 5 (correspondente a uma total concordância). No quadro 6 e no gráfico 10 são apresentadas as posições médias dos inquiridos face à utilização de medicamentos por parte de pessoas saudáveis em cada um dos perfis de atitudes face aos sintomas de doença.

**Quadro 6 – Nível de concordância com a utilização de medicamentos por parte de pessoas saudáveis**

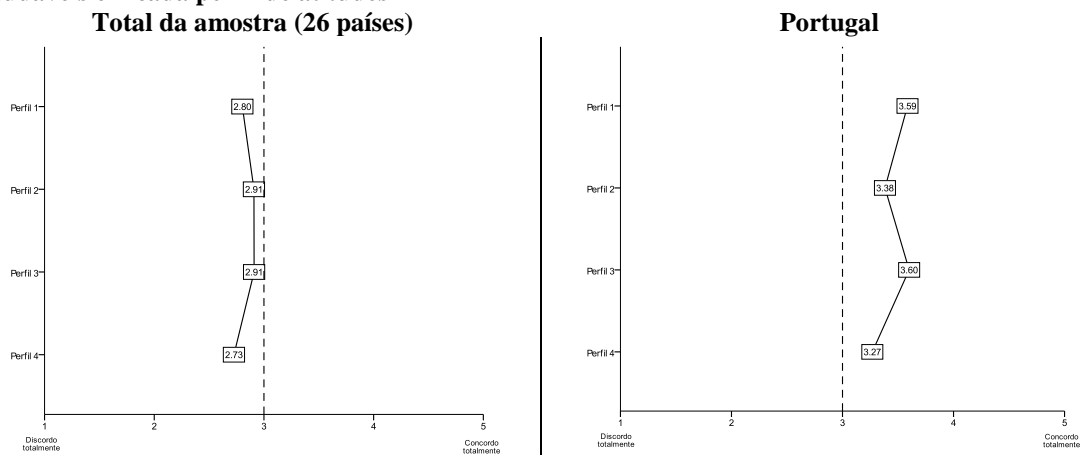
	Total da amostra (26 países)		Portugal	
	Média	D.P.	Média	D.P.
Indivíduos que optam exclusivamente pelo aconselhamento médico	2,80	0,92	3,59	0,66
Indivíduos que diversificam a fonte de aconselhamento em função dos sintomas	2,91	0,80	3,38	0,72
Indivíduos que privilegiam o recurso aos contactos informais	2,91	0,81	3,60	0,61
Indivíduos com atitude tendencialmente passiva	2,73	0,90	3,27	0,78

Considerando a totalidade da amostra (26 países europeus), verifica-se que, independentemente do perfil, os inquiridos revelam uma tendência para discordar da utilização de medicamentos por parte de pessoas saudáveis. A comparação destes resultados com os resultados obtidos junto dos inquiridos portugueses permite constatar uma maior propensão da população portuguesa para a aceitação do consumo destes produtos.

A comparação entre os diferentes perfis de atitudes na população portuguesa ( $\chi^2_{KW(3)} = 66,217$ ;  $p < 0,001$ )<sup>7</sup> torna possível verificar que existem diferenças estatisticamente

significativas em, pelo menos, um dos quatro grupos relativamente ao nível de concordância com a utilização de medicamentos por parte de pessoas saudáveis.

**Gráfico 10 – Nível médio de concordância com a utilização de medicamentos por parte de pessoas saudáveis em cada perfil de atitudes<sup>6</sup>**



Para identificar os pares de médias estatisticamente diferentes, realizou-se o teste de comparações *a posteriori* Games-Howell. Os resultados do teste revelam que as diferenças encontradas no grau de concordância relativamente à utilização de medicamentos por pessoas saudáveis não são estatisticamente significativas entre os perfis 1 (Indivíduos que optam exclusivamente pelo aconselhamento médico) e 3 (Indivíduos que privilegiam o recurso aos contactos informais) (Games-Howell;  $p=0,997$ ) e entre os perfis 2 (Indivíduos que diversificam a fonte de aconselhamento em função dos sintomas) e 4 (Indivíduos com atitude tendencialmente passiva) (Games-Howell;  $p=0,174$ ). Os resultados obtidos apontam para uma propensão, ainda que pouco acentuada, da população portuguesa para a concordância na utilização de medicamentos por parte de pessoas saudáveis. Apesar das diferenças estatisticamente significativas verificadas entre alguns dos grupos em análise, estas são, na realidade, pouco expressivas.

No que se refere às práticas de automedicação, a análise dos quadros 7 e 8 revela uma maior frequência destas práticas entre a população portuguesa. Esta tendência verifica-se quer nas situações em que a automedicação se faz através do consumo de medicamentos que foram anteriormente prescritos para o próprio, quer nas situações que correspondem ao consumo de medicação prescritos para outra pessoa. Estes valores

contribuem para a explicação dos elevados níveis de consumo de medicamentos em Portugal.

**Quadro 7. Uso regular de medicamentos prescritos, anteriormente, para o próprio**

	N.		%	
	Sim	Não	Sim	Não
Portugal	882	1168	43,0	57,0
Total da amostra (26 países)	18545	28819	39,2	60,8

**Quadro 8. Distribuição relativa pelo número de vezes, nos últimos 5 anos, que consumiu medicamentos receitados para outra pessoa**

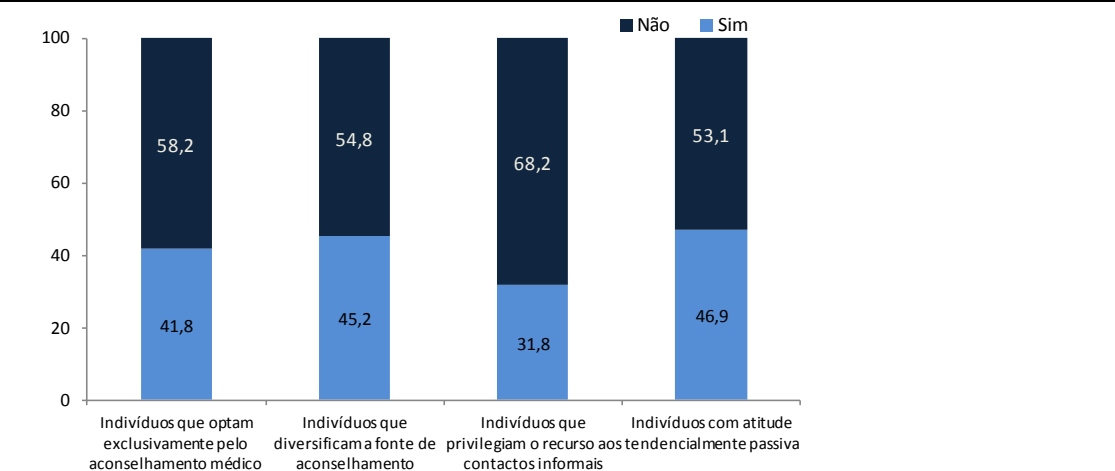
	Nunca	Uma vez	Duas ou três vezes	Quatro vezes ou mais
Portugal	66,0	15,8	15,1	3,1
Total da amostra (26 países)	80,3	8,5	8,1	3,2

Analisando a realidade portuguesa, é de salientar a existência de diferenças estatisticamente significativas relativamente ao uso regular de medicamentos prescritos, anteriormente, para o próprio em cada um dos perfis de atitudes ( $\chi^2_{(3)}=8,13$ ;  $p=0,043$ ). Através da análise de ‘resíduos ajustados’, concluímos que as diferenças identificadas resultam da distribuição das respostas do perfil dos indivíduos que privilegiam o recurso aos contactos informais, revelando, nestes casos, uma menor propensão para a automedicação.

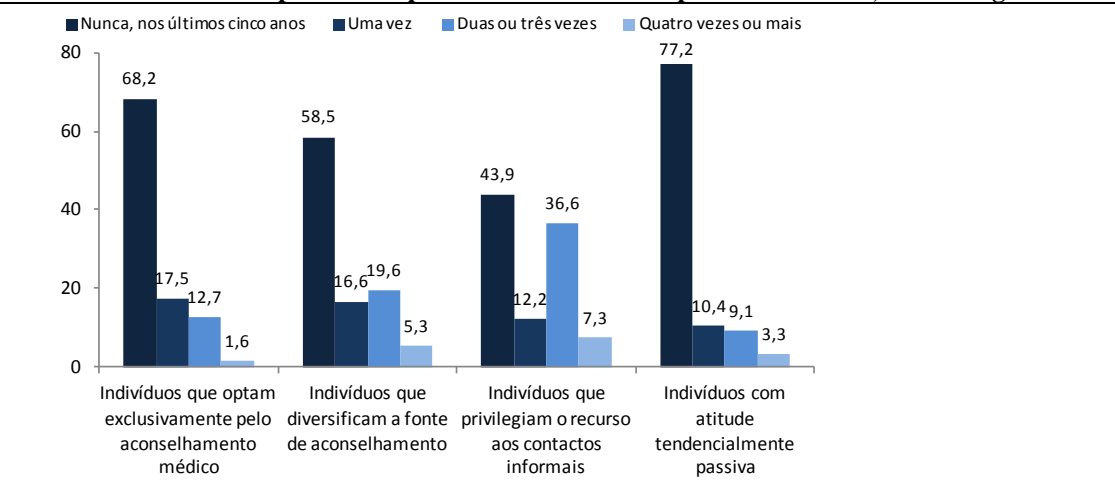
Quando considerada a prática de automedicação, traduzida no consumo de medicação receitada para outros ( $\chi^2_{KW(3)} = 65,278$ ;  $p<0,001$ ), verifica-se que esta é mais comum entre os indivíduos que privilegiam o recurso aos contactos informais. Os resultados obtidos demonstram que as práticas de automedicação, em Portugal, sendo comuns, variam na sua natureza em função do perfil de atitudes face aos sintomas de doença.



**Gráfico 11 –Uso regular de medicamentos prescritos, anteriormente, para o próprio em cada um dos perfis de atitudes, em Portugal**

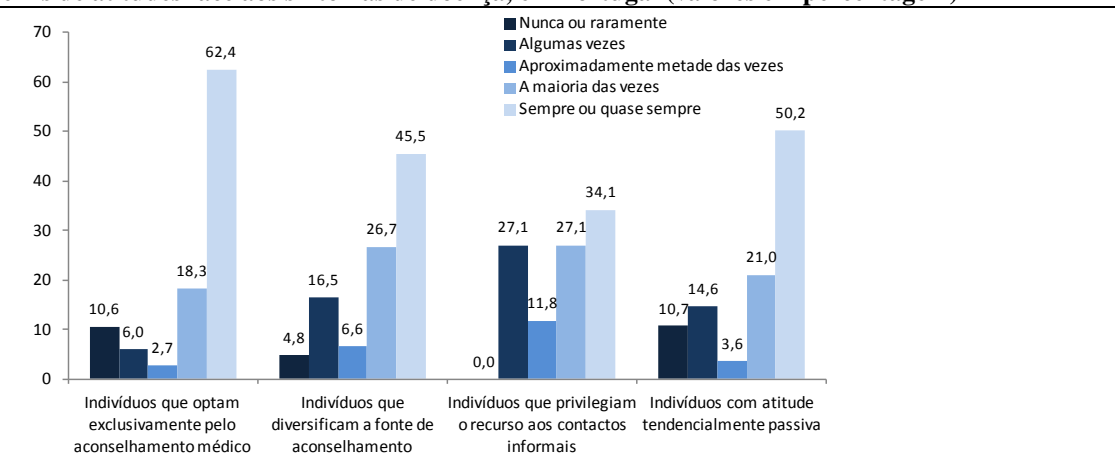


**Gráfico 12 – Distribuição relativa do número de vezes, nos últimos 5 anos, que consumiu medicamentos receitados para outra pessoa em cada um dos perfis de atitudes, em Portugal**



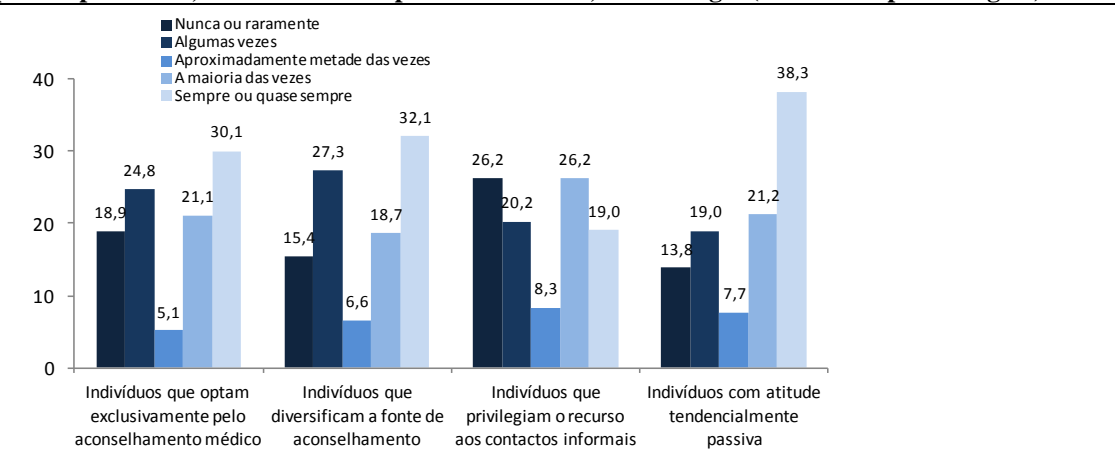
O gráfico 13 dá conta da preferência por medicamentos receitados pelos médicos. Como se pode verificar, os indivíduos que recorrem exclusivamente ao médico enquanto fonte de informação revelam uma clara preferência por medicamentos prescritos pelo médico (62,4% afirma fazê-lo em mais de metade das vezes). Este perfil contrasta com os indivíduos que têm uma atitude privilegiadora do recurso aos contactos informais, grupo em que essa preferência é menos acentuada. O teste Kruskal-Wallis identifica diferenças na distribuição em pelo menos um dos grupos considerados ( $\chi^2_{KW}(3) = 48,348$ ;  $p < 0,001$ ). Através da realização do teste Games-Howell percebemos que a diferença das distribuições é estatisticamente significativa, apenas, entre os indivíduos que optam exclusivamente pelo aconselhamento médico e todos os restantes perfis.

**Gráfico 13 – Frequência com que prefere medicamentos prescritos pelo médico em cada um dos perfis de atitudes face aos sintomas de doença, em Portugal (valores em percentagem)**



Relativamente à preocupação com os efeitos secundários dos medicamentos, sobressai, em todos os perfis considerados, uma predominância para a confiança nestes produtos. Os diferentes perfis apresentam uma distribuição de frequências relativamente semelhante, embora o teste Kruskal-Wallis identifique diferenças na distribuição em, pelo menos, um dos quatro grupos considerados ( $\chi^2_{KW}(3) = 15,559; p < 0,001$ ).

**Gráfico 14 – Frequência com que se preocupa com os efeitos secundários dos medicamentos, quando prescritos, em cada um dos perfis de atitudes, em Portugal (valores em percentagem)**



## Conclusão

Os dados apresentados anteriormente permitem caracterizar e diferenciar cada um dos perfis de comportamento face aos sintomas de doença relativamente ao consumo de medicamentos. Assim, no que diz respeito aos indivíduos que optam exclusivamente pelo aconselhamento médico quando em face de sintomas de doença, estes apresentam práticas de automedicação baseadas, sobretudo, no recurso a medicamentos que foram

utilizados em situações anteriores, dando clara preferência a medicamentos prescritos pelo médico.

O perfil constituído por indivíduos que diversificam a fonte de aconselhamento é marcado por posições intermédias em relação às diferentes questões consideradas. As práticas de automedicação são relativamente elevadas quando comparadas com as dos restantes grupos. Evidenciam, porém, um nível moderadamente elevado de preocupação com os efeitos secundários dos medicamentos.

Os indivíduos que privilegiam os contactos informais constituem o perfil com maior frequência de práticas de automedicação com recurso a medicamentos prescritos para outra pessoa, manifestando uma menor preocupação com os efeitos secundários dos medicamentos e níveis relativamente baixos de preferência por medicamentos receitados pelo médico.

Entre todos os perfis considerados, os indivíduos com atitude tendencialmente passiva perante os sintomas de doença são os que mais reticências levantam quanto ao consumo de medicamentos. Apresentam práticas de automedicação recorrentes com base em medicamentos prescritos em situações anteriores.

Os resultados obtidos evidenciam a existência de uma apropriação leiga das lógicas periciais de gestão terapêutica. No entanto, essa tendência assume proporções diferenciadas em função da forma como se encara a doença.

## Notas de texto

<sup>2</sup> Os países incluídos no estudo são: Alemanha; Áustria; Bélgica; Dinamarca; Estónia; Eslovénia; Eslováquia; Espanha; Finlândia; França; Grécia; Holanda; Hungria; Irlanda; Islândia; Itália; Luxemburgo; Noruega; Polónia; Portugal; Reino Unido; República Checa; Suécia; Suíça; Turquia e Ucrânia.

<sup>3</sup> A utilização do teste não-paramétrico Kruskal-Wallis justifica-se face ao não cumprimento dos requisitos necessários à realização do teste One-Way ANOVA

<sup>4</sup> Para a comparação múltipla da média das ordens seguiram-se os procedimentos sugeridos por Maroco (2007: 234)

<sup>5</sup> Os seis níveis considerados são os seguintes: **ISCED 1** - Primary education or first stage of basic education correspondente ao ensino básico (1º e 2º ciclo); **ISCED 2** - Lower secondary or second stage of basic education correspondente ao ensino básico (3º ciclo); **ISCED 3** - Upper secondary education correspondente ao ensino secundário; **ISCED 4** - Post-secondary non-tertiary education correspondente ao ensino pós-secundário; **ISCED 5** - First stage of tertiary education correspondente ao ensino superior (bacharelato e licenciatura); **ISCED 6** - Second stage of tertiary education correspondente ao ensino superior (mestrado, doutoramento e pós-doutoramento).

<sup>6</sup> Perfil 1 – Indivíduos que optam exclusivamente pelo aconselhamento médico; Perfil 2 – Indivíduos que diversificam a fonte de aconselhamento em função dos sintomas; Perfil 3 – Indivíduos que privilegiam o recurso aos contactos informais; Perfil 4 – Indivíduos com atitude tendencialmente passiva.

<sup>7</sup> A violação dos pressupostos da normalidade das distribuições e da igualdade de variâncias nas amostras consideradas impossibilitaram a comparação dos grupos através do teste One-way ANOVA, pelo que se recorreu à alternativa não paramétrica dada pelo teste Kruskal-Wallis.

## **Bibliografia**

Abdelmalek, Ali; Gerárd, Jean-Luis (1999). *Ciências humanas e cuidados de saúde*. Lisboa: Instituto Piaget.

Calha, António (2012). Contributo para a definição de uma tipologia de comportamentos e atitudes face aos sintomas de doença. *Atas do VII Congresso Português de Sociologia*. Porto: APS.

Calnan, Michael (1983). Managing 'minor' disorders: pathways to a hospital accident and emergency department, *Sociology of Health and Illness*, vol. 5, n.º 2, 149-167.

Campbell, Stephen; Roland, Martin (1996). Why people consult the doctor?. *Family Practice*, vol. 13, n.º 1, 75-83.

Caprara, Andrea and Rodrigues, Josiane (2004). A relação assimétrica médico-paciente: repensando o vínculo terapêutico. *Ciência e saúde coletiva*, vol.9, pp. 139-146.

Duarte, Susana (2002). *Saberes de saúde e de doença: porque vão as pessoas ao médico?* Coimbra: Quarteto Editora.

Ferreira, A. Et al. (2006). Políticas de controlo dos gastos públicos com a saúde, *O Economista - Anuário da Economia Portuguesa.*, 111-117.

Hammond T.; Clatworthy, J.; Horne, R. (2004), Patients' use of GPs and community pharmacists in minor illness: a cross-sectional questionnaire-based study, *Family Practice*, vol. 21, n.º 2, 146-149.

Hespanha, Maria (1987). O corpo, a doença e o médico, *Revista Critica de Ciências Sociais*, n.º 23, 195-210.

Little, Paul et al. (2001). Psychosocial, lifestyle, and health status variables in predicting high attendance among adults, *British Journal of General Practice*, n.º 51, 987-994.

Lopes, Noémia (2001). Automedicação: algumas reflexões sociológicas, *Sociologia Problemas e Práticas*, n.º 37, 141-165.

Lopes, Noémia (2004). Automedicação: as encruzilhadas sociológicas, *Contextos de Sociologia*, n.º 3, 60-67.

López-Casasnovas, G. e Puig-Janoy J. (2005), “Reference pricing as a pharmaceutical reimbursement mechanism” in Puig-Janoy J. (ed.), *The public Financing of Pharmaceuticals: an Economic Approach*, Londres: Edward Elgar.

Maroco, João (2007). *Análise estatística com a utilização do SPSS*. Lisboa: Edições Sílabo.

Mota, D.; Silva, M.; Sudo, E. e Ortun, V. (2008). Uso racional de medicamentos: uma abordagem econômica para tomada de decisões, *Ciência e saúde coletiva*, vol.13, 589-601.

Porteous, T. et al. (2006). Preferences for self-care or professional advice for minor illness: a discrete choice experiment, *British Journal of General Practice*, n.º 57, 911-917.

Punamaki, R.; Kokko, S. (1995). Reasons for consultation and explanations of illness among Finnish primary-care patients, *Sociology of Health & Illness*, vol. 17, n.º 1, 42-64.

Tribunal de Contas (2011) *Auditoria ao INFARMED - Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde, I.P., e ao funcionamento do mercado do medicamento*. Lisboa: Tribunal de Contas.

Weiss, Gregory; Lonnquist, Lynne (2006). *The sociology of health, healing, and illness*. Pearson Prentice Hall.

Zola, I. (1973). Pathways to the doctor – from person to patient, *Social Science and Medicine*, n.º 7, 677-689.

### **Notas sobre o autor**

Endereço de e-mail: antoniocalha@essp.pt [institucional]; antoniocalha@hotmail.com [pessoal]  
Afiliação institucional: Equiparado a Assistente do 2.º Triénio na Escola Superior de Saúde do Instituto Politécnico de Portalegre

Nota biográfica: Licenciado em Sociologia pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (1998); Mestre em Sociologia pela Universidade de Évora (2000); Doutorando em Sociologia no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (laboratório associado FCT); Pós-graduado em *Human Rights* pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (1999); Pós-graduado em Proteção de Menores pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (2000); Pós-graduado em Análise de Dados em Ciências Sociais pelo ISCTE (2008).

# Capital social e saúde: Um espaço de interação estrutural<sup>1</sup>

## Social Capital and Health: A structural interaction area

António Reis do Arco

### Resumo

Nos últimos anos têm-se vindo, progressivamente, a constatar que o capital social se encontra, inequivocamente, relacionado com a edificação de estruturas comunitárias que promovam estratégias de empoderamento e desenvolvimento sustentado, fomentando melhorias na qualidade de vida dos indivíduos, influenciando o surgimento de benefícios globais ao nível da saúde coletiva, pelo contributo facultado na identificação e satisfação das necessidades de diferentes populações-alvo. Alguns estudos empíricos apontam a existência de uma relação entre as diferentes formas de capital social e os ganhos em saúde, individuais e coletivos, ao nível da saúde física, da saúde mental e dos comportamentos e atitudes relacionados com estilos de vida saudável, facto que leva a poder encarar a conexão estabelecida entre capital social e saúde como uma eventual estratégia de dimensão global, sustentada e sustentável de promoção da saúde e de desenvolvimento sociocomunitário. Neste domínio, a mobilização das diferentes estruturas comunitárias, alicerçada na concertação da participação coletiva e no estabelecimento de relações em que impera a confiança mútua, representa uma verdadeira representação de vitalidade, que possibilita concetualizar a saúde como um fenómeno que associa a qualidade de vida dos indivíduos, grupos e comunidades às principais dimensões que emergem do conceito de capital social.

**Palavras-chave:** capital social; saúde; participação; desenvolvimento; comunidade

### Abstract

*In the last years we have gradually find that the social capital is clearly related to the construction of structures that promote community empowerment strategies and sustainable development, indorsing improvements in the individuals life quality, influencing the arrival of global benefits at the public health level, from the contribute provided in the identification and satisfaction of different target populations needs. Some empirical studies indicate the existence of a relationship between different forms of social capital and health outcomes, individual and collective, associated to physical health, mental health and healthy lifestyles behavior and attitudes, fact that allows to establish a connection between social capital and health as a possible strategy for a global dimension, sustained and sustainable health promotion and socio-communitarian development. In this area, the mobilization of different community structures, based on concerted collective participation and in the establishment of relations, where mutual trust prevails, represents a true representation of vitality, allowing to conceptualize health as a phenomenon that combines individuals, groups and communities quality of life to the main dimensions that emerge from the social capital concept.*

**Keywords:** social capital; health; participation; development; community

### Introdução

A reflexão que se vem efetuando, principalmente na ultima década, relativamente à temática abordada neste artigo permite estabelecer a existência de uma interação efetiva, de carater estrutural, entre o conceito de capital social e de saúde, do qual emergem dimensões contextuais mais ou menos profundas e relevantes, abrindo um espaço de reflexão, (re)conceptualização e estudo relativamente às estratégias adotadas neste âmbito e, de forma global, às novas formas de comunicação associadas à transmissão de informação sobre saúde

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no III Seminário de I&DT, organizado pelo C3i – Centro Interdisciplinar de Investigação e Inovação do Instituto Politécnico de Portalegre, realizado nos dias 6 e 7 de Dezembro de 2012.

e, conseqüentemente, à educação em e para a saúde (Rodríguez, 2007).

A importância atualmente atribuída ao empoderamento individual e comunitário encontra no contexto socioeducativo contemporâneo diversos elementos catalisadores que fomentam, por exemplo, grupos de discussão em torno de temáticas de interesse comum, fruto das facilidades oferecidas pela dimensão global dos recursos comunicativos quotidianos, estabelecendo novas áreas de intervenção formativa, fruto da utilização e reutilização educativa dos múltiplos recursos que atualmente facilitam o acesso à informação, cujo valor ao nível das comunidades educativas importa compreender.

Os constructos enunciados por Kawachi, Subramanian & Kim (2008) permitem exponenciar a conceção de capital social e saúde, configurando-a como uma perspetiva que permite agregar múltiplos elementos que são contemporaneamente considerados fundamentais, dos quais se pode destacar os aspetos relacionados com o contínuo desenvolvimento tecnológico, nomeadamente ao nível dos recursos relacionados com a comunicação e a informação, e dos impactos produzidos ao nível da saúde, da educação e da qualidade de vida, sendo esta uma noção que emerge de um conceito mais clássico de capital social, configurado por Bordieu (1986) e Coleman (1988).

Contemplando o conceito de capital social como um efetivo contributo para o conhecimento do impacto das múltiplas variáveis sociais na saúde, bem como da forma como poderão ser integradas em intervenções neste âmbito, perspetiva-se a possibilidade de uma efetiva ação de carácter social ao nível das estratégias de promoção da saúde podendo ser, neste caso, o capital social entendido simultaneamente como um recurso e um objetivo, baseado no reconhecimento da importância da participação social, interdisciplinar e intersectorial que possibilitem uma ação cooperativa com ganhos efetivos no âmbito da saúde, mas também noutras áreas da sociedade (Sapag & Kawachi, 2007).

### **Capital Social: Mobilizando o potencial coletivo**

A perspetiva de que o envolvimento e a participação dos indivíduos em grupos normalmente se traduz em resultados positivos, tanto para o(s) indivíduo(s) como para a própria comunidade, representa uma conceção usual, já enfatizada por Émile Durkheim quanto ao facto da vida em grupo constituir uma forma de evitar a falta de objetivos ou a perda da

identidade, muitas vezes associada a fenómenos de autodestruição.

Também Karl Marx já efetuava uma distinção clara entre o conceito de classe-em-si, associado à fragmentação social ou à individualização, e o de classe-para-si, associado à efetiva mobilização social, constituindo estas noções elementos que permitem considerar que o conceito contemporâneo de capital social emerge da recaptura das ideias já anteriormente expressas por estes autores (Portes, 1998).

Bourdieu interpreta o conceito de capital social tendo por base a associação dos recursos reais ou potenciais que estão relacionados com a existência de uma estrutura relacional duradoura, cujo carácter tem uma disposição mais ou menos institucionalizada, em termos da reciprocidade do conhecimento ou reconhecimento que se lhe encontra associado, sendo esta conceção caracterizada por Coleman como um processo que contempla diferentes entidades com dois elementos em comum: integram uma mesma estrutura social e promovem determinadas ações dos atores nessa estrutura, seja a título individual ou corporativo (Aquino, 2000).

Assumindo desde logo a existência de diferenças nas perspetivas apresentadas por estes autores, contempla-se como componente unificadora do conceito que estabelecem a conceção de que o capital social emerge de elementos presentes na estrutura das relações sociais, que assumem enquanto atores sociais, de cunho manifestamente distinto das que são assumidas nos domínios associados ao capital económico, cultural ou simbólico, bem como ao capital físico ou humano.

Tendo em consideração elementos como o contexto, a mudança, o propósito e a eficácia, que lhe podem ser associados, o capital pode apresentar diferentes formas, *capital económico*, transformável em dinheiro e passível de ser institucionalizado na forma de direitos de propriedade, *capital cultural*, passível de ser transformado em capital económico e de institucionalização na forma de qualificação educativa, *capital social*, correspondente às relações sociais sendo passível de ser transformado em capital económico e institucionalizado de modo simbólico, e *capital simbólico*, passível de ser englobado nas diferentes formas de capital e representado ou apreendido de emblematicamente em reconhecimento do prestígio social inerentes às mesmas (Bourdieu, 1986).



Enunciando a importância do envolvimento e participação cívica, associativa e comunitária dos atores sociais, Putnam (1995) relaciona o conceito de capital social com as próprias características intrínsecas da organização social, como as redes formadas, as regras estabelecidas e a confiança desenvolvida, enquanto aspetos que promovem a ação coordenada e a cooperação com vista ao benefício mútuo, fazendo uma analogia com as noções de capital físico e humano, que associa aos instrumentos e aprendizagens que reforçam os benefícios de índole individual (Portes, 1998).

Pode-se considerar que a premissa basilar à noção de capital social é consideravelmente simples e objetiva, o investimento nas relações sociais com retornos de acordo com as expectativas dos atores intervenientes, tendo como elementos base a facilitação do fluxo de *informação*, a *influência* que os laços sociais podem exercer nos agentes com um papel decisor relativamente aos atores, as *credenciais sociais* do indivíduo que refletem a sua acessibilidade a recursos por intermédio das redes sociais e das relações (o seu capital social), os *reforços* essenciais para a manutenção da saúde física e mental e para o reconhecimento público do seu direito aos recursos disponíveis, para além do *controle* que reflete a localização na rede ou a sua posição hierárquica permitindo a definição do seu próprio capital social.

Estes elementos permitem aclarar o papel do capital social em ações não integradas em formas de capital individual, como o capital económico ou o capital humano. Emerge neste âmbito a teoria da rede de capital social (Lin, 1999; 2001), na qual o conceito é definido em termos dos recursos (como são exemplo o apoio social, as fontes de informação ou as credenciais sociais) que são incorporados numa estrutura social e acedidos ou convocados em ações de cunho intencional, sendo conceptualizado simultaneamente como um atributo individual e como propriedade coletiva (rede social).

Conforme se pode constatar nesta perspetiva, a noção de capital social engloba três elementos essenciais, os recursos integrados numa estrutura social (incorporação), a oportunidade dos indivíduos utilizarem esses recursos (acessibilidade) e a aplicação ou mobilização dos recursos sociais pelos indivíduos em ações premeditadas (utilização), obtendo resultados ao nível da ação instrumental, adotada para obter recursos não detidos pelo ator, e da ação expressiva, adotada para manter os recursos possuídos pelo ator.

Contemplando este modelo teórico e a interconexão entre os seus componentes, a forma como os elementos estruturais e posicionais na rede afetam as oportunidades de construção e manutenção de capital social encontra-se relacionada com as desigualdades associadas ao seu desenvolvimento, representando padrões diferenciais quanto à incorporação, acesso ou mobilização dos recursos sociais disponíveis, enquanto ativos de caráter coletivo.

O processo de capitalização relaciona dois elementos fundamentais, o acesso e a utilização do capital social, ou seja a forma como este é mobilizado, sendo enfatizada a sequência causal que aglutina os recursos incorporados e as opções e ações individuais tomadas. Os efeitos representam o modo pelo qual o capital social se traduz em retornos ou ganhos para o indivíduo, tendo um impacto direto ou indireto na vida quotidiana ao nível do seu capital económico, político e social (recursos) ou do seu bem-estar físico, mental e pessoal, estando estes últimos aspetos diretamente ligados a benefícios para a saúde.

Perante o exponencial desenvolvimento da tecnologia e a omnipresença de interesses comerciais, as redes informáticas levam à fusão de elementos sócio-económico-tecnológicos nas relações sociais e no capital social, emergindo uma associação ao nível dos capitais económico e social que implica refletir sobre as questões relacionadas com o acesso e utilização do capital social (Lin, 1999; 2001).

### **Capital Social e Saúde: Da ação coesa aos ganhos em saúde**

A inter-relação estabelecida entre o capital social e a saúde tem vindo a ser extensivamente abordada nos últimos anos, nomeadamente no que se refere aos níveis de confiança interpessoal, à existência de permutas recíprocas entre os indivíduos e à participação em organizações cívicas, emergindo a perspetiva de que o capital social individual se encontra relacionado a um conjunto de proveitos em saúde, que abarcam a autoavaliação da saúde física, a saúde mental e os comportamentos em saúde (Fujiwara & Kawachi, 2008).

Configura-se a existência três áreas distintas nas quais o capital social poderá melhorar a saúde individual, nomeadamente através da promoção de hábitos de comportamento saudáveis, aumentando o acesso aos serviços locais de saúde e fomentando o desenvolvimento de processos psicossociais, como o acesso ao apoio psicológico, elementos que realçam os benefícios que advêm para as políticas de promoção de saúde da

implementação de intervenções sustentadas que fomentem na comunidade a confiança social.

A análise efetuada por Welsh & Berry (2009), com base em estudos científicos desenvolvidos na última década, aponta para uma crescente evidência que sugere a associação do capital social a um amplo espectro de proveitos sociais, económicos e de saúde, neste caso tanto no que respeita a doenças específicas, como as cardiovasculares, a obesidade ou a diabetes, como em relação às taxas de suicídio e de mortalidade, em geral.

Sendo possível efetuar a concetualização da noção de capital social com base em diferentes perspetivas, esta engloba normalmente dois elementos essenciais, ou seja *o que os indivíduos fazem e o que os indivíduos sentem*, ou seja componentes de carácter estrutural e cognitivo cuja associação e coesão são fundamentais, por se constatar que são basilares ao facto do aumento da participação da comunidade estar relacionada com maiores níveis de coesão social, bem como ao impacto da combinação destes aspetos contribuir para a criação de capital social que, por sua vez, sustenta as vantagens que podem ser obtidas ao nível da saúde.

O capital social estrutural descreve as relações, redes, associações e instituições que interligam pessoas e grupos. O capital social cognitivo é constituído por valores, normas, reciprocidade, altruísmo e responsabilidade cívica, sendo por vezes apelidado de recurso moral coletivo (McKenzie & Harpham, 2006).

Como forma de explicitação prática dos constructos enunciados, pode-se evidenciar a interconexão entre capital social e promoção da saúde, que vem atualmente decorrendo na América Latina, tanto ao nível do meio rural como urbano, em que se verifica que apesar da adoção de comportamentos e estilos de vida distintos, entre populações de áreas diferentes, existe um denominador comum caracterizado pela melhoria da qualidade de vida através da ação humana, aspeto diretamente vinculado com a construção e promoção da saúde (Sapag & Kawachi, 2007; Silva *et al.*, 2011; Souza & Grundy, 2004).

Neste sentido realça-se a mobilização social, como forma de garantir os recursos necessários para proporcionar melhores condições de existência, a par do desenvolvimento de estratégias para a promoção de comportamentos saudáveis conectados ao capital social, que possibilitem facultar e educar os indivíduos quanto aos benefícios proporcionados pela melhoria na qualidade de vida.

Entre outros exemplos que poderiam ser indicados considera-se o da América Latina como expressivamente representativo, neste âmbito, pelo facto de se encontrar neste contexto um conjunto de problemáticas associadas ao desenvolvimento no domínio social e da saúde, que facilmente podem ser transpostos para outros contextos sociais, contemplando-se o imperativo de fomentar a equidade e debelar as condições de pobreza como elementos fulcrais para uma vida saudável.

Desta forma, partindo da noção que o conceito de capital social contempla as redes sociais, as suas reciprocidades e o potencial com vista a alcançar objetivos mútuos que delas emerge, quando assumido como uma característica individual pode largamente contribuir para a promoção da saúde, adicionando novos conhecimentos relativamente à forma como se poderão desenvolver intervenções mais eficazes ao nível da rede social, visando responder às reais necessidades do público-alvo.

Já se for concetualizado como algo que caracteriza a própria comunidade, poderá contribuir para o seu desenvolvimento ao nível da promoção da saúde, facultando uma estrutura útil e um alicerce para a construção de espaços de apoio à saúde e da forma como obtê-lo, constituindo a delimitação e mobilização do capital social nas comunidades locais uma forma de fomentar a ação comunitária, o que em suma representa um evidente impulso nos processos que influenciam as interações humanas, a cooperação e a ação comunitária para a promoção da saúde em nos mais variados contextos (Eriksson, 2011).

## **Nota Final**

Apesar de ser inequívoco que o capital social constitui um conceito amplamente debatido, nomeadamente na vertente sociológica, com destaque para as perspetivas de Bourdieu (1986) e Coleman (1988), das ciências políticas, onde se pode realçar as conceções de Putnan (1995), ou mesmo envolvendo contornos mais amplos, se contemplarmos a teoria das redes de capital social (Lin, 1999), verifica-se que a aplicação deste conceito à área da saúde constitui, efetivamente, um fenómeno relativamente recente (Kawachi, Subramanian & Kim, 2008).

O desenvolvimento comunitário e a promoção da saúde representam elementos prioritários, a par da mediação e do fortalecimento do capital social, enquanto fator crítico numa estratégia

global em que o empoderamento, a participação ativa e a ação interdisciplinar e intersectorial, constituem aspetos essenciais para a consolidação das políticas de saúde pública e a concretização de mudanças sociais sustentadas e sustentáveis.

O capital social, quando encarado como uma característica individual, poderá constituir um relevante contributo no campo da saúde, nomeadamente ao nível da promoção da saúde, acrescentando novos conhecimentos quanto ao desenvolvimento de uma rede de ação social que contribua para responder às necessidades do público-alvo. Por outro lado, se concetualizado como algo que caracteriza a comunidade, poderá contribuir para uma melhor abordagem ao nível do contributo das estratégias de promoção da saúde para o desenvolvimento comunitário, propiciando um ponto de partida para a edificação de espaços e ambientes saudáveis e dá orientações sobre como alcançá-los.

Admitindo-se que possam ser apontadas, atualmente, algumas ambiguidades de carácter metodológico e concetual relativamente ao conceito de capital social, isoladamente, e a sua interpelação com a saúde, nomeadamente a nível comunitário, a possibilidade de exploração empírica aprofundada das perspetivas e noções subjacentes a áreas de interesse emergentes, como é o caso do conceito de capital social e saúde, constitui um dos principais pontos fortes da pesquisa de natureza qualitativa (Whitley, 2008).

Efetivamente, as estruturas teóricas e as definições pré-existentes não são elementos aprioristicamente impostos na pesquisa qualitativa, surgindo normalmente a partir dos dados (des)enraizados e (des)construídos tendo por base a experiência dos atores sociais no terreno, podendo os resultados da pesquisa efetuada ser concetualizados como uma coprodução do investigador e dos participantes no estudo, em que o investigador compara e contrasta as experiências dos participantes com as construções teóricas existentes relativamente à temática em questão.

Neste sentido, o capital social e saúde pode perspetivar-se como uma linha de investigação contemporânea com um importante potencial latente, na qual se entrecruzam de forma multidimensional diferentes domínios científicos e do saber, entre os quais se destacam as ciências da saúde, as ciências sociais e as ciências da educação, possibilitando o efetivo desenvolvimento de projetos de nível pluridisciplinar, que visem, em última instância, a promoção da saúde, o desenvolvimento sociocomunitário e a melhoria da qualidade de vida

dos indivíduos.

Sendo cada vez mais reconhecido o imperativo de se efetivar uma clara (re)definição do impacto das iniciativas desenvolvidas no âmbito da saúde, vai sendo dada uma maior relevância à concretização de intervenções orientadas não só para as necessidades de carácter individual mas também às que produzem mudança, sustentável e sustentada, a nível da comunidade e dos próprio sistema social (Sapag & Kawachi, 2007), podendo e devendo caber ao capital social, neste âmbito, um claro e decisivo papel principal.

### **Referências bibliográficas**

Aquino, J. (2000). As teorias da acção social de Coleman e Bourdieu. *Humanidades e Ciências Sociais*, 2 (2), 17-29.

Bourdieu, P. (1986). The forms of capital. In Richardson, J. (ed.), *Handboock of theory and research for the sociology of education* (pp. 241-258). New York: Greenwood.

Coleman, J. (1988). Social capital in the creation of human capital. *The American Journal of Sociology*, 94 (Supplement), S95-S120.

Eriksson, M. (2011). Social capital and health – implications for health promotion. *Global Health Action*, 4, 5611. Acedido em 29 de Outubro de 2011 em <http://www.globalhealthaction.net/index.php/gha/article/view/5611/7006>

Fujiwara, T. & Kawachi, I. (2008). Social capital and health: A study of adult twins in the U.S. *American Journal of Preventive Medicine*, 35 (2), 139-144.

Kawachi, I., Subramanian, S. & Kim, D. (2008). Social capital and health: A decade of progress and beyond. In Kawachi, I., Subramanian, S. & Kim, D. (eds.), *Social capital and health* (pp. 1-26). New York: Springer.

Lin, N. (2001). *Social capital: A theory of social structure and action*. New York: Cambridge University Press.

Lin, N. (1999). Building a network theory of social capital. *Connections*, 22 (1), 28-51.

McKenzie, K. & Harpham, T. (2006). Meanings and uses of social capital in the mental health field. In McKenzie, K. & Harpham, T. (eds.), *Social capital and mental health* (11-23). London: Jessica Kingsley Publishers.

Portes, A. (1998, Agosto). Social capital: Its origins and applications in modern sociology. *Annual Review of Sociology*, 24, 1-24.

Putnam, R. (1995, Janeiro). Bowling alone: America's declining social capital. *Journal of Democracy*, 6 (1), 65-78.

Rodríguez, J. (2007). Como as comunidades virtuais de prática e de aprendizagem podem transformar a nossa concepção de educação. *Sísifo – Revista de Ciências da Educação*, 3, 117-124.

Sapag, J. & Kawachi, I. (2007). Capital social y promoción de la salud en América Latina. *Revista de Saúde Pública*, 41 (1), 139-49.

Silva, E., Silva, P., Venceslau, P., Santos, P., Azevedo, A. & Freitas, C. (2011). Capital social y la promoción de hábitos saludables en el medio rural y urbano brasileño. *Revista Sustentabilidades*, 5. Acedido em 29 de Outubro de 2011 em <http://www.sustentabilidades.org/revista/publicacion-05-2011/capital-social-y-la-promocion-de-habitos-saludables-en-el-medio-rural-y-urbano-brasileno>

Souza, E. & Grundy, E. (2004, Setembro-Outubro). Promoção da saúde, epidemiologia social e capital social: Inter-relações e perspectivas para a saúde pública. *Cadernos de Saúde Pública*, 20 (5), 1354-1360.

Welsh, J. & Berry, H. (2009). *Social capital and mental health and well-being*. HILDA Survey Research Conference 2009, Melbourne Institute – The Household, Income and Labour Dynamics in Australia (HILDA) Survey, The University of Melbourne, Melbourne, 1-31. Acedido em 29 de Outubro de 2011 em [http://melbourneinstitute.com/downloads/hilda/Bibliography/2009\\_papers/Welsh,%20Jennifer\\_paper.pdf](http://melbourneinstitute.com/downloads/hilda/Bibliography/2009_papers/Welsh,%20Jennifer_paper.pdf)

Whitley, R. (2008). Social capital and public health: Qualitative and ethnographic approaches. In Kawachi, I., Subramanian, S. & Kim, D. (eds.), *Social capital and health* (pp. 95-116). New York: Springer.

### **Notas sobre o autor**

- a.arco@essp.pt
- Instituto Politécnico de Portalegre – Escola Superior de Saúde de Portalegre
- Professor Adjunto – Departamento das Ciências e Tecnologias da Saúde
- Doutorando em Educação na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias – Lisboa
- Mestre em Ciências da Educação na Especialidade de Educação para a Saúde pela Faculdade de Motricidade Humana – Universidade Técnica de Lisboa
- Licenciado em Enfermagem pelo Instituto Politécnico de Portalegre – Escola Superior de Enfermagem de Portalegre

# A metodologia Lean na área hospitalar – a Gestão da Qualidade enquanto factor de Melhoria Contínua e humanização do esforço de racionalização dos recursos<sup>1</sup>

## Lean methodology in health services – Quality Management as a Continuous Improvement system and peoples effort to better resources management

Rui Pulido Valente

Margarida Esteves

João Padilha

### Resumo

O desenvolvimento de um conjunto de projectos na área biomédica, a partir da colaboração entre o Instituto Politécnico de Portalegre e o Hospital José Maria Grande, desta mesma cidade, capital do Alto Alentejo, revela a importância da Gestão da Qualidade enquanto factor de identificação do desperdício e racionalização de meios. Ponto comum a temática da Qualidade e, concretamente, a preocupação crescente com os custos e a redução do desperdício, no sentido da melhoria da utilização dos recursos (humanos, técnicos e territoriais). O presente artigo pretende demonstrar que a melhoria da produtividade do sector hospitalar está dependente da aplicação de modelos de gestão que integrem as três metodologias: Qualidade Total (TQM), *Lean Six Sigma* e Custeio ABC. São apresentadas três experiências desenvolvidas com estudantes do 3º ano do curso de Bioengenharia no âmbito do estágio curricular e do seu projecto final:

- Avaliação dos custos da não qualidade nos serviços de patologia e esterilização do Hospital José Maria Grande;
- *Lean Six Sigma* no serviço de Oftalmologia do Hospital José Maria Grande;
- Modelo para cálculo de custos da qualidade e da não qualidade numa Farmácia hospitalar a partir da ferramenta *Lean*.

No primeiro caso o objectivo foi a definição de um modelo para identificação dos custos da não qualidade a partir da metodologia de custeio ABC, tendo como referencial um grupo de serviços, previamente seleccionados, nas duas instituições que constituem a Unidade Local de Saúde do Norte alentejano EPE, Hospital de Portalegre e Hospital de Elvas.

No segundo caso procedeu-se à caracterização detalhada dos processos e modo de funcionamento do serviço de Oftalmologia do Hospital de Portalegre. O estudo seguiu a metodologia *Lean Six Sigma*, tendo como objectivo adicional a identificação de oportunidades de melhoria nos processos que foram definidos, caracterizados e quantificados. Este trabalho foi desenvolvido com o apoio da empresa Blueworks que criou uma aplicação específica testada nos Hospitais de Coimbra.

O terceiro estudo foi desenvolvido a partir de uma situação muito concreta de racionalização do fornecimento de medicamentos com base nas prescrições entregues pelos médicos, revistas e negociadas com a responsável da farmácia. Este procedimento foi objecto de avaliação em termos de redução de custos. Foram identificadas outras medidas e formas de reduzir o “desperdício”, emagrecendo (*Lean*) os “custos”. Foram formuladas propostas para a estruturação de um modelo de custos que permita identificar factores de racionalização e reajustamento, sempre enquadrados pelo Sistema de Gestão da Qualidade existente e certificado.

**Palavras-chave:** Gestão pela Qualidade Total (TQM); *Lean Six Sigma*; Custeio ABC; Custos da Qualidade e da Não-Qualidade.

### Abstract

*Quality management is identified as an important tool for resources control and waste reduction based on studies developed in straight collaboration between our Politechnical Institut and José Maria Grande Hospital Unit, both located in Portalegre.*

*The growing interest and concern about cost control and waste control resulted from the financial crisis and the necessity for better management tools with practical application having in mind human, technical and territorial resources.*

*We present three different projects developed by Bioengineering students in his 3th and last year of course:*

- *Non quality costs evaluation in pathologic and sterilization services at José Maria Grande Hospital;*

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no III Seminário de I&DT, organizado pelo C3i – Centro Interdisciplinar de Investigação e Inovação do Instituto Politécnico de Portalegre, realizado nos dias 6 e 7 de dezembro de 2012



- *Lean Six Sigma applied in the Ophtalmological Service at José Maria Grande Hospital;*
- *Lean tool for defining a quality cost model for the Pharmaceutical Hospital Service.*

*The first project deals with quality and non-quality costs as a fundamental area in the quality management system implemented in the local health services (Portalegre and Elvas's Hospitals). The ABC cost model was the reference methodology and the first approach was directed to laboratories and analysis services, where we expected more cost reduction.*

*The issue in the second situation is to describe in detail the processes and way of working in the Ophtalmological Service at José Maria Grande Hospital. The Lean Six Sigma methodology was the main support for the study and the other goal was to identify improvement opportunities in processes and quantify those improvements. We had the important partnership of a small company called Blueworks who developed a specific software application tested in Coimbra's Hospital.*

*The last study was a kind of integration of the first two, once he gather a lot of information collected before. We search for specific good practices in prescription and organizational questions in a certified sector.*

**Key-words:** *Total Quality Management (TQM); Lean Six Sigma; Activity-based costing; Quality and Non-quality costs.*

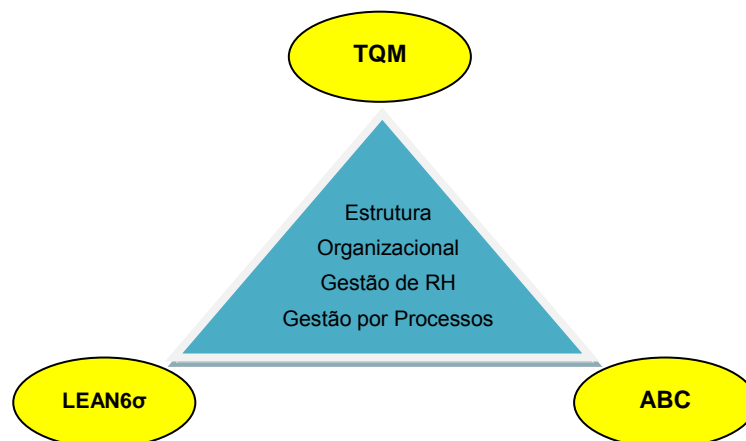
## **A Qualidade em meio hospitalar**

Nos últimos anos diversas experiências têm sido desenvolvidas no meio hospitalar para implementar sistemas de gestão da qualidade e aplicar a filosofia de gestão pela Qualidade Total. Vários modelos têm sido seguidos, várias ferramentas têm sido testadas, várias abordagens têm sido tentadas. Uma passagem rápida sobre o que ficou destes últimos anos de aplicação do modelo Inglês e do modelo Andaluz, ou mesmo da aplicação do referencial NP EN ISO 9001 de 2008, permite identificar um conjunto de questões que continuam a ser críticas no desenvolvimento da Qualidade em meio hospitalar. Algumas dessas questões têm sido claramente integradas no processo de implementação dos SGQ's, como é o caso da organização por Processos, o controlo de documentos e registos, o estabelecimento de indicadores de desempenho ou, ainda, a identificação de não conformidades, tratamento de reclamações e desenvolvimento de acções correctivas e auditorias. Muitos destes aspectos não exigem uma participação generalizada dos colaboradores e recaem muito sobre as dimensões mais técnicas da actividade.

Verifica-se, no entanto, que a complexidade profissional, social e organizacional de um hospital, traz uma exigência muito superior no que respeita a criação de um SGQ que pretenda obter o envolvimento de todas as partes interessadas. A dificuldade reside, principalmente, na multiplicidade de interesses que é necessário conciliar, na variedade de especialidades técnicas que participam na vida de um hospital, no convívio permanente de seres humanos com culturas, origens e formações completamente distintas.

Na pesquisa efectuada sobre a qualidade em meio hospitalar ressaltam alguns aspectos que podem constituir elementos fundamentais na evolução futura da implementação de soluções ao nível da produtividade dos serviços: o reconhecimento unanime da ajuda que foi possível recolher da experiência industrial; o potencial de aplicação do modelo dos Processos nos serviços de saúde e, em particular, nos hospitais; a dificuldade acrescida da aplicação de modelos da Qualidade Total em organizações com uma estrutura hierárquica e funcional muito pesada; a necessidade indiscutível de associar uma componente de custos ao desempenho de sistemas públicos de saúde; finalmente, a inevitabilidade do envolvimento da própria organização e seus recursos humanos para a mudança pretendida.

O problema da Qualidade em meio hospitalar levou-nos à associação de três grandes referências a nível metodológico provenientes, exactamente, do meio industrial e, curiosamente, sempre com um apelo às filosofias orientais: TQM – Total Quality Management (Gestão pela Qualidade Total); Lean Six Sigma (uma estreita ligação entre TPS – Toyota Production System, que se tornou mais tarde no Lean, e a utilização efectiva, séria e consistente das ferramentas da qualidade, em particular, das técnicas estatísticas, através da sigla  $6\sigma$  que traduz um nível de erro de 3,4 PPM); e sistema de custeio ABC, metodologia com largos anos de evolução e que permite traduzir em valor todas as análises e decisões a tomar. O esquema abaixo pretende evidenciar este “triângulo de ouro” da gestão hospitalar ou da produtividade.



**Figura 1** – O triângulo de ouro da produtividade

Num estudo desenvolvido num serviço de imagiologia (*Melhoria dos processos hospitalares através de ferramentas Lean: aplicação ao serviço de Imagiologia do Centro Hospitalar Entre Douro e Vouga*, Maria Orlanda Fernandes Barbosa de Resende, Projecto de

Dissertação, FEUP 2010) são claramente equacionadas as questões que caracterizam o sector da saúde e as suas particularidades. A propósito da identificação do cliente ou clientes dos serviços de saúde refere-se: “De facto, ainda hoje, muitos dos profissionais não trabalham para o utente, não conhecem o seu cliente, nomeadamente, quando não estão no *front-office* ou no atendimento directo. Por outro lado, há muitos e diferentes clientes”. Um hospital é um organismo social de grande complexidade, que conta com a colaboração de uma multiplicidade de profissionais, com interesses muito variados, que têm como grande elemento de união nos seus objectivos o Utente, sendo obrigados, simultaneamente, a satisfazer um conjunto alargado de clientes. Para tornar a situação ainda mais elaborada, emocional e socialmente falando, teremos também de ter em linha de conta a amplitude de situações pessoais e familiares que convivem num hospital: desde a felicidade de ver nascer um filho, à tristeza da despedida de um ente querido. Por isso, e ao contrário do que acontece no meio industrial, as questões humanas e organizacionais tomam na saúde uma dimensão completamente diferente.

O presente artigo pretende sistematizar uma aproximação aos problemas da produtividade da organização hospitalar pública a partir de estudos concretos realizados na Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano (ULSNA), que tem como uma das unidades principais o Hospital José Maria Grande, em Portalegre.

### **TQM – *Total Quality Management***

A TQM pode classificar-se como sendo uma abordagem de Gestão com vista a um êxito a longo-prazo baseado na satisfação dos clientes. Os seus métodos baseiam-se em ensinamentos de Gurus da Qualidade como Philip Crosby, Edwards Deming, Armand Feigenbaum, Karou Ishikawa e Joseph Juran, como se pode observar no quadro seguinte:

Autor	Contribuição
<b>Walter Shewhart</b>	Compreensão da variabilidade dos processos Desenvolvimento do conceito de gráfico de controlo estatístico
<b>W. Edwards Deming</b>	Enfatizou a responsabilidade da Gestão pela Qualidade Desenvolveu 14 pontos para orientar as organizações na melhoria da qualidade
<b>Joseph M. Juran</b>	Definiu a Qualidade como <i>fitness for use</i> Desenvolveu o conceito de <i>Cost of Quality</i> Planeamento do Processo
<b>Armand V. Feigenbaum</b>	Introduziu o conceito de <i>Total Quality Control</i>
<b>Philip B. Crosby</b>	Criou a expressão “ <i>A qualidade é gratuita</i> ” e a o conceito de <i>zero defects</i>
<b>Kaoru Ishikawa</b>	Desenvolveu o diagrama <i>causa-efeito</i> e o conceito de <i>cliente interno</i> e dos <i>círculos da Qualidade</i>
<b>Genichi Taguchi</b>	Desenvolveu a <i>função de perda</i>

**Quadro 1-** Autores e sua contribuição para a evolução da Qualidade, baseado no esquema da fonte: Dias, 2011

Por volta dos anos 60, a gestão da qualidade começou a ser aplicada também na área da saúde e Donabedian foi o pioneiro nesta domínio tornando-se conhecido como o pai do movimento de avaliação da qualidade na saúde. Porém, o sector da saúde é bastante diferente do sector industrial porque lidamos com pessoas e não com máquinas, a motivação aqui é um fator crucial para implementação de metodologias da qualidade. Outra principal diferença reside no facto de os resultados da aplicação de modelos de gestão serem visíveis a longo prazo e não no imediato.

Tendo as condições anteriores, Donabedian criou um modelo de avaliação da qualidade estruturado em três componentes diferentes, sendo eles a estrutura, o processo e os resultados, que durante alguns anos foram utilizados nas organizações de cuidados de saúde (Sousa et al,2008).

### ***LEAN Six Sigma***

O conceito de Lean foi introduzido por Womack e Jones no seu livro “A Máquina que mudou o mundo”, publicado em 1996, e que assenta numa interpretação histórica da evolução da indústria a nível mundial. Nessa publicação os autores estabelecem o paralelo entre os dois caminhos escolhidos por duas personagens fundamentais do mundo automóvel: Henry Ford e Taiichi Ohno, engenheiro da Toyota que deu seguimento às ideias do fundador da empresa,

Sakichi Toyoda. O primeiro transformou a sua fábrica de viaturas familiares numa linha de produção em massa atribuindo um papel secundário ao factor humano (deixando as preocupações de qualidade e do chão da fábrica para o pós-produção e a engenharia) e o segundo relevou o papel da mão de obra não permitindo que o ritmo fosse imposto pelas máquinas (confiando aos operários da linha o controlo da qualidade do fabrico e a eliminação do erro). Poderá dizer-se que Ohno pretendeu manter o que de melhor havia no sistema artesanal. Talvez esta visão seja um pouco simplista mas torna-se extremamente útil para compreender o fosso que se foi criando entre as empresas Japonesas e as Americanas. Efectivamente, quando Womack e a sua equipa se lançam no estudo do sector automóvel e aprofundam o sistema da Toyota (TPS – Toyota Production System) e o comparam com a organização das multinacionais americanas, apenas um termo lhe vem à cabeça: Lean.

Emagrecimento (Lean) como contraposição às inúmeras gorduras que o sector automóvel evidenciava por comparação com a Toyota. Todos temos no nosso imaginário o americano como um indivíduo gordo e grande em contraste com a ideia que temos dos japoneses como sujeitos magros e pequenos. A comparação não poderia ser mais elucidativa: a produção em massa revelou-se um foco de desperdício e algum desrespeito pelo factor humano, o sistema TPS deu origem a um movimento apelidado de Lean Manufacturing ou Lean Management que, nos últimos anos, conheceu um desenvolvimento muito para além do sector industrial.

No artigo, “Lean tools and lean transformation process in health care”, publicado no International Journal of Management Science, em 2010, da autoria de V. Cruz Machado e Ursula Leitner, são descritos 24 casos de estudo sobre transformações lean em sistemas de cuidados de saúde, considerando o Lean como o sistema de gestão mais ajustado à realidade das organizações de saúde. Refere-se que se constitui como a única resposta actual aos problemas dos custos crescentes do sector e aumento do consumo dos serviços de saúde devido ao envelhecimento da sociedade e evolução da ciência.

### **Custeio ABC**

O custeio baseado nas actividades, conhecido como Custeio ABC, tem sido uma ferramenta de enorme utilidade na avaliação de custos industriais e na definição de modelos de custos para as empresas, permitindo a melhoria acentuada do planeamento e assegurando uma clarificação da estratégia suportada por informação fiável. O bom modelo de custos facilita

claramente as previsões e o controlo, se cumprir as seguintes características: relevância, rigor e utilidade (ou usabilidade). A aplicação do custeio baseado nas actividades às organizações de serviços trouxe melhorias substanciais na qualidade da informação, na tomada de decisão e no controlo do desempenho. A recente associação deste modelo ao Balanced Scorecard (BSC) permitiu uma melhor integração com os objectivos estratégicos da instituição (*“An activity-based costing model for long-term preservation and dissemination of digital research data: the case of DANS”*, 2012).

A dificuldade na aplicação do modelo ABC numa organização depende do nível de normalização dos seus processos o que significa que a adopção de um Sistema de Gestão da Qualidade constitui uma mais valia importante para a adopção deste tipo de custeio. Numa outra perspectiva, e recordando alguns dos mestres, como Deming, Feigenbaum, Juran ou Taguchi, falar de Qualidade sem incluir o elemento custo é tão ineficaz como tentar fazer uma omeleta sem ovos.

O ABC e o Lean são importantes complementos da Gestão pela Qualidade Total enquanto instrumento de Melhoria Contínua e reforço da Produtividade de uma organização, particularmente, quando tratamos de serviços da administração pública na área da saúde ou da educação.

Na abordagem ABC, os recursos são associados a actividades e respectivos custos e, posteriormente, vinculados a serviços que se enquadram em Processos. Esta sequência é fundamentalmente diferente da visão tradicional dos custos que estabelece que os serviços utilizam recursos directamente e indissociáveis.



**Figura 2** – Adaptado de *“An activity-based costing model for long-term preservation and dissemination of digital research data: the case of DANS”*, 2012

De acordo com a metodologia ABC os recursos organizacionais são primeiramente agrupados de forma lógica em unidades (células). Posteriormente, diversas actividades desenvolvidas na organização são agrupadas em unidades funcionais de actividades homogéneas que dão origem aos Processos. Deste modo é garantida a associação directa entre uma entidade da

Qualidade (Processo) e uma entidade de custeio possibilitando e facilitando o desenho dos mapas de fluxo de valor (*Value Mapping*) e a identificação dos custos da não qualidade. Esta entidade de custeio resulta da associação directa entre recursos e actividades e designa-se por custo\_objecto.

***Avaliação dos custos da não qualidade nos serviços de patologia e esterilização do Hospital José Maria Grande***

(trabalho de estágio do aluno João Padilha – 3º ano do curso de Bioengenharia)

**Custos da Qualidade e da Não Qualidade**



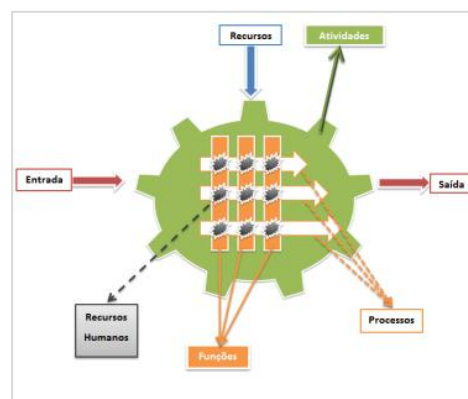
**Figura 3** - Identificação dos custos da qualidade

Os custos da qualidade podem ser aqueles que é possível incorporar no produto ou serviço porque criam valor no próprio produto ou serviço.

Os custos da não qualidade são aqueles que não têm correspondência directa no valor do produto ou serviço, que não é possível incorporar no produto ou serviço.

**Metodologia ABC nos Hospitais**

A implementação de um sistema de custeio baseado em actividades (ABC) nos hospitais permite apurar os custos reais dos serviços prestados. O sistema calcula os custos da actividade assistencial realizada no hospital: consultas, urgências, actos de diagnóstico e terapêutica, procedimentos cirúrgicos ou por patologia.

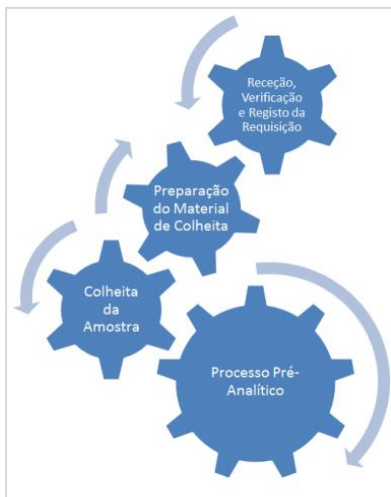


**Figura 4:** Modelo de Custo(eio) Baseado nas Actividades<sup>2</sup>

<sup>2</sup> [http://gestao-qualidade.dashofer.pt/library/c9f0f895fb98ab9159f51fd0297e236d8/ext\\_data/13.14\\_Custos%20da%20Qualidade%20e-ou%20Beneficios.pdf](http://gestao-qualidade.dashofer.pt/library/c9f0f895fb98ab9159f51fd0297e236d8/ext_data/13.14_Custos%20da%20Qualidade%20e-ou%20Beneficios.pdf)

## Trabalho Desenvolvido - Aplicação do custeio ABC a dois serviços do Hospital José Maria Grande

- Definição dos Processos que compõem o Serviço de Patologia do Hospital



**Fig. 5** - Representação esquemática do processo Fase Pré-Analítica



**Fig. 6** - Representação esquemática do processo Fase Analítica.



**Fig. 7**- Representação esquemática do processo Fase Pós-Analítica

- Cálculo do custo médio da Fase Pré-Analítica



**Figura 8** - Identificação das diferentes etapas da Fase Pré-Analítica nas quais é despendido tempo (Fonte: adaptado de BD Preanalytical Systems).

- Cálculo do custo médio da recepção, verificação, registo e impressão de etiquetas
- Cálculo do custo médio da preparação
- Cálculo do custo médio de uma colheita
- Cálculo do custo médio da distribuição
- Cálculo do custo das falhas da Fase Pré Analítica



➤ Definição das actividades que compõem o Serviço Esterilização

De acordo com as finalidades e funções, o Serviço de Esterilização do H. de Portalegre é constituído pelas áreas:



**Figura 9** – Serviço de esterilização do Hospital de Portalegre

- Cálculo do custo médio da Esterilização
- Cálculo do custo médio do ciclo de descontaminação mecânica
- Cálculo do custo médio do ciclo de descontaminação Manual
- Cálculo do custo médio dos ciclos de esterilização
  - Cálculo do custo médio do ciclo de STERRAD
  - Cálculo do custo médio do ciclo de Óxido de Etileno

***Lean Six Sigma no serviço de Oftalmologia do Hospital José Maria Grande***  
(trabalho de estágio da aluna Margarida Esteves – 3º ano do curso de Bioengenharia)

É importante salientar que o serviço de oftalmologia do HDJM não é um serviço certificado, não tem manual da qualidade nem fluxogramas de trabalho, conseqüentemente todos os processos de trabalho e fluxogramas foram criados pelo estagiário em questão e avaliados posteriormente pelo supervisor e orientadores do estágio.

**Caracterização do Funcionamento do Serviço de Oftalmologia**

Funcionário	Tarefas	Observações	NºFuncionários	Nº Horas semanais (h)
Médico Director do Serviço	Consultas	Médico pertencente ao HDJMG	1	35
	Urgências			
	Cirurgias			
Outros Médicos	Cirurgias	Equipa de Espanha	2	Varia de semana para semana
	PERDT			
	Urgências	Equipa de Lisboa	16	
	Consultas Gerais			
	MCDT			

<b>TDT</b>	Auxiliam o Médico em Diversas Atividades	Pertencem ao HDJMG	2	35 a 45
<b>Funcionário</b>	<b>Tarefas</b>	<b>Observações</b>	<b>NºFuncionários</b>	<b>Nº Horas semanais (h)</b>
<b>Enfermeiros</b>	Prestam apoio em todos os procedimentos evasivos prestados ao doente	Enfermeiros que fazem parte da equipa da Consulta Externa (não existe um enfermeiro específico para cada tipo de tarefas, é rotativo)	1 ou 2	35
	Organizam a listagem dos doentes de Retinopatia Diabética			
	Preparação do doente para a Cirurgia			
	Ensino do Doente pós-Cirurgia			
<b>Assistente Operacional</b>	Vão buscar e levar os processos dos doentes	Assistentes Operacionais que fazem parte da equipa da Consulta Externa (não existe um Assistente específico para cada tipo de tarefas, é rotativo)	1	35
	Auxiliam o enfermeiro na preparação pré e pós-cirúrgica			
<b>Administrativos</b>	Elaboram a listagem de doentes para consultas e cirurgias	Administrativos que fazem parte da equipa da Consulta Externa	1 ou 2	35
	Outras tarefas administrativas			

**Quadro 2 – Caracterização dos meios humanos**

Equipas	Média Atraso na 1ª Chamada (min)	Média Tempo de 1ª Chamada (min)	Média de Tempo 2ª chamada (min)	Média Doentes por hora
<b>Eq. Espanha</b>	0:31	0:03	00:09	8
<b>Eq. Lisboa</b>	0:21	0:04	00:11	7.6
<b>Diretor Serviço</b>	0:23	0:05	00:09	3

**Quadro 3 - Tempo médio de atraso de consulta e tempo médio de duração de consulta**

Tipo consulta	Consultas	2011	2012
<b>Consultas gerais</b>	1ª consulta	576	815
	consultas seguintes	1679	1702
<b>Laser</b>	1ª consulta	0	3
	consultas seguintes	42	25
<b>PERDT</b>	1ª consulta	78	58
	consultas seguintes	682	669
<b>Totais de Consultas</b>			
<b>Total 1ªas consultas</b>		<b>654</b>	<b>876</b>
<b>Total consultas seguintes</b>		<b>2403</b>	<b>2396</b>
<b>Total</b>		<b>3057</b>	<b>3272</b>
<b>Percentagem de Consultas iniciais</b>		<b>21.39%</b>	<b>26.77%</b>

**Quadro 4 - Número de consultas do primeiro semestre de 2011 e 2012**

O quadro 4 permite analisar o número de doentes novos de consultas de oftalmologia e compara o número de consultas iniciais do primeiro semestre de 2011 com o primeiro semestre de 2012 verificando-se que ocorreu um aumento do número de primeiras consultas. Mas, mesmo assim, a percentagem de primeiras consultas é ainda muito baixa em relação número total de consultas, apenas 26,77% das consultas são doentes novos (as restantes consultas são de seguimento).

Total de custos 1º Semestre	Consultas	Doentes	Valor Total	Preço Consulta	Preço Doente
<b>Equipa Espanhola</b>	990	637	9,510€	9.61 €	14.93 €
<b>Equipa Lisboa</b>	1843	1412	36315 €	19.70 €	25.72 €
<b>Drº Canas</b>	411	344	16222.14 €		

**Quadro 5** – Valor gasto durante o primeiro semestre com médicos externos

No quadro acima podemos verificar que o valor total gasto com médicos externos para diminuir as listas de espera de oftalmologia ronda os 45825€, ou seja, por ano, são gastos cerca de 100mil euros com médicos externos.

Equipas	Acuidade visual	Autorrefracção	Angiografia	Tensões oculares	Fundoscopia	OCT
<b>Eq. Espanha</b>	16.00%	76.00%	0.00%	24.00%	64.00%	8.00%
<b>Eq. Lisboa</b>	45.24%	0.00%	4.88%	9.52%	40.48%	14.29%
<b>Dr. Canas</b>	56.10%	17.07%	0.00%	46.34%	51.22%	0.00%

**Quadro 6** - Exames efetuados por equipa de trabalho

O quadro 6 permite aferir o tipo de exame mais efetuado por cada equipa médica e, através disso, podemos concluir o tipo de consulta que cada uma das equipas faz mais com mais frequência.

***Modelo para cálculo de custos da qualidade e da não qualidade numa Farmácia hospitalar a partir da ferramenta Lean***  
(projecto da aluna Margarida Esteves – 3ºano do curso de Bioengenharia)

Definiram-se como objectivos do projecto:

- Caracterização do Sistema de Gestão da Qualidade aplicado na ULSNA;
- Caracterização dos processos associados ao funcionamento do SFARM (Serviços de Farmácia);

- Identificação de pontos e aspectos dos processos atrás caracterizados que mereçam atenção do ponto de vista da avaliação do potencial de melhoria;
- Identificação e análise de indicadores da qualidade e elaboração de planos de acção de melhoria,

Os SFARM são responsáveis por todo o circuito do medicamento desde a sua aquisição até este sair da farmácia para o utente interno (internamento) ou externo (ambulatório). Este circuito, engloba um conjunto de tarefas que serão descritas de seguida e foram esquematizadas com base nos Procedimentos da Qualidade referidos no Manual de Qualidade do serviço em questão.

Durante o período de observação *in loco*, do dia-a-dia deste serviço, confirmou-se que existe um conjunto de movimentações físicas dos profissionais, durante a satisfação de pedidos, que não têm valor agregado e originam desperdício de tempo.

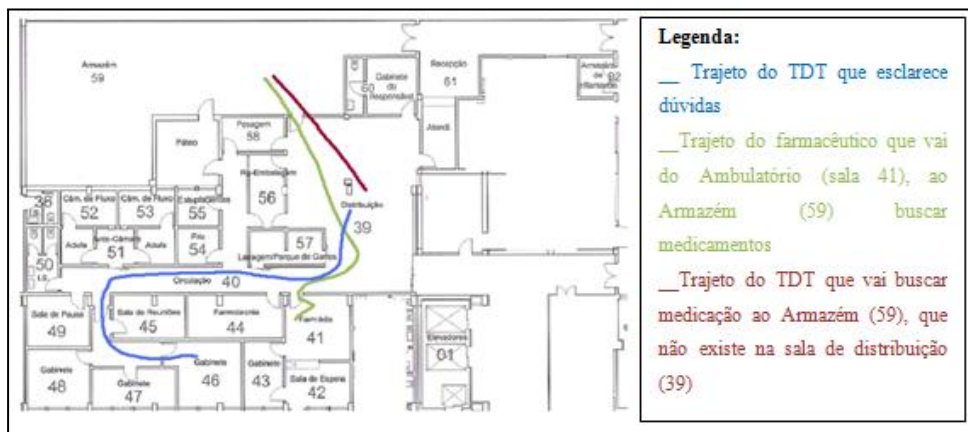


Figura 10 – Estudo dos tempos de deslocação na Farmácia hospitalar

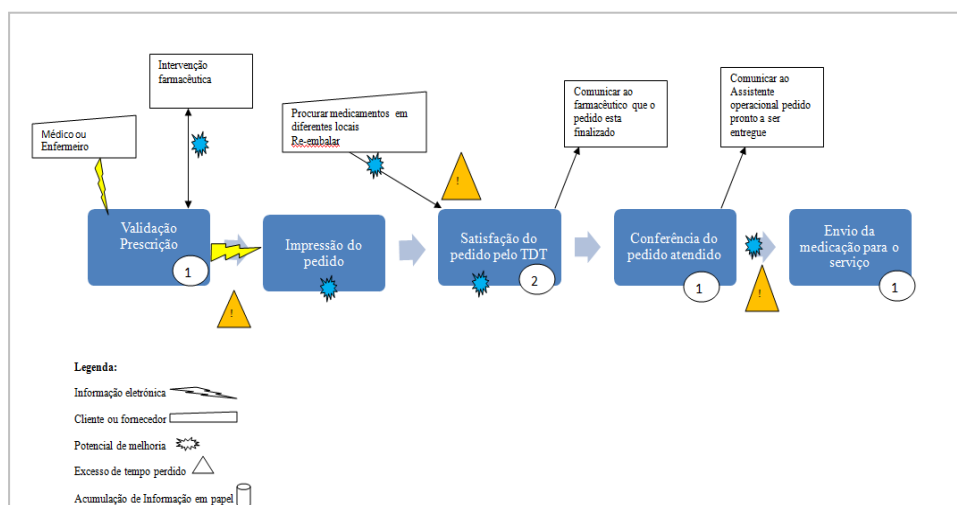


Figura 11 – Identificação dos desperdícios de acordo com o Lean

O levantamento e análise efectuados na primeira fase do estudo permitiram a identificação dos desperdícios de acordo com a filosofia *Lean* e, posteriormente, agrupá-los em três grandes dimensões da gestão do serviço: tempo, stocks e informação.

#### Grupo I “Gestão de Tempo”:

- Tempo perdido na validação:
- Tempo perdido a comunicar ao TDT que a medicação foi validada:
- Tempo perdido na impressão do pedido:
- Medicação não se encontra nas boxes da sala de distribuição ou do ambulatório:
- Armazenamento de Medicamentos em diversos locais:
- Duplicação de Registos durante o re-embalamento:
- Planificação de tarefas:

#### Grupo II “Gestão de Stocks”:

- Inutilização de medicamentos ao re-embalar,
- Enfermeiro ou médico não comunicam a alta clinica do doente:
- Elevado Stock de medicamentos:
- Preparação de Não-estéreis em número elevado:
- Efectuar a saída ou entrada do fármaco no sistema informático logo quando ele entra ou sai dos SFARM;

#### Grupo III “Gestão de Informação”

- Importância da Intervenção Farmacêutica:
- Falta de informação e motivação para os processos de qualidade:
- Prescrição-eletrónica:
- Falta de atenção ou stress:
- Falta de comunicação dos SFARM com os enfermeiros, em relação à reposição por níveis:

O desafio será o de actuar ao nível de cada um dos pontos identificados e criar uma resposta do Sistema de Gestão da Qualidade para integrar as preocupações do *Lean* e dos custos.

## Referências bibliográficas

(1) *Melhoria dos processos hospitalares através de ferramentas Lean: aplicação ao serviço de Imagiologia do Centro Hospitalar Entre Douro e Vouga*, Maria Orlanda Fernandes Barbosa de Resende, Projecto de Dissertação, FEUP 2010

(2) *Lean healthcare across cultures: state-of-the-art*, Cristina Machado Guimarães, José Crespo de Carvalho, American International Journal of Contemporary Research, vol 2, nº6, June 2012

(3) *Implementing Lean in Health Care: Making the link between the approach, readiness and sustainability*, Zoe Radnor, International Journal of Industrial Engineering and Management (IJIEM), Vol. 2 No 1, 2011, ISSN 2217-2661

(4) *Implementing large-scale quality improvement - Lessons from The Productive Ward: Releasing Time to Care*, Elizabeth Morrow, Glenn Robert, Jill Maben, Peter Griffiths, International Journal of Health Care Quality Assurance, Vol. 25 No. 4, 2012 pp. 237-253

(5) *The role of actor associations in understanding the implementation of Lean thinking in healthcare*, Thanos Papadopoulos, Zoe Radnor, International Journal of Operations & Production Management, Vol. 31 No. 2, 2011, pp. 167-191

(6) *Quality and lean health care: a system for assessing and improving the health of healthcare organisations*, Jens J. Dahlgarda, Jostein Pettersena and Su Mi Dahlgard-Parkb, Total Quality Management, Vol. 22, No. 6, June 2011, 673–689

(7) *Implementação da metodologia Lean Seis-Sigma – O caso do Serviço de Oftalmologia dos Hospitais da Universidade de Coimbra*, Sérgio Matos Dias, Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre em Engenharia Biomédica, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, Setembro 2011

(8) *Lean tools and lean transformation process in health care*, V. Cruz Machado, Ursula Leitner, International Journal of Management Science and Engineering Management, 5(5): 383-392, 2010, ISSN 1750-9653

(9) *Reduce health care costs: eliminate structural traps*, Randal Ford, Physician Executive Journal, January/February, 2012

(10) *On the estimation of hospital costs: the approach*, Kurup, Hari K K, online at [http://mpra.ub.uni-muenchen.de/22767/MPRA Paper no.22767](http://mpra.ub.uni-muenchen.de/22767/MPRA_Paper_no.22767), posted 18. May 2010

(11) *Can improving quality decrease hospital costs?*, Agnes Jarlier, Suzanne Charvet-Protat, International Society for Quality in Health Care and Oxford University Press, 2000

(12) *An activity-based costing model for long-term preservation and dissemination of digital research data: the case of DANS*, Anna S. Palaiologk, Anastasios A. Economides, Heiko D. Tjalsma, Laurents B. Sesink, *Int J Digit Libr* (2012) 12:195–214, DOI 10.1007/s00799-012-0092-1, 2012

## **Notas sobre os autores**

### **Rui Pulido Valente**

[rpval@estgp.pt](mailto:rpval@estgp.pt)

Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Portalegre

Rui Pulido Valente, Mestre em Engenharia Industrial pela FCT-UNL, actualmente é docente na Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Portalegre, em regime de não exclusividade, desenvolvendo actividade de consultoria às empresas e organizações nos domínios da reengenharia, qualidade, manutenção e produção. Interesse de investigação: Qualidade; *Lean Management*; *Lean, Agile, Resilient and Green Supply Chain*.

### **João Miguel Zorreta Padilha Rosado**

[joapadilha@hotmail.com](mailto:joapadilha@hotmail.com)

Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Portalegre

João Miguel Zorreta Padilha Rosado está a frequentar o último ano da licenciatura de Bioengenharia, ramo de Biomédica, da Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Portalegre (ESTG-IPP). Actualmente está a concluir o seu estágio curricular no Departamento de Qualidade sob o tema “Custos da Não Qualidade do serviço de Esterilização e do serviço de Patologia Clínica nos Hospitais José Maria Grande de Portalegre e Santa Luzia de Elvas”.

### **Margarida Isabel Esteves**

[esteves.margarida@gmail.com](mailto:esteves.margarida@gmail.com)

Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Portalegre

Margarida Isabel Esteves licenciada em Farmácia pela ESTESCoimbra, actualmente frequenta o último ano do curso de Bioengenharia da ESTG. Exerce funções como técnica de farmácia nos Serviços Farmacêuticos do Hospital Dr. José Maria Grande - HDJMG, desde Agosto de 2007 e desempenha o cargo de Responsável Técnica de uma Parafarmácia Farmalínea,Lda, desde Fevereiro 2008. Actualmente está a concluir o estágio curricular no Serviço de Oftalmologia do HDJMG e o projecto de final de curso foi realizado nos Serviços Farmacêuticos da mesma instituição

## **MEDIA, TECNOLOGIAS E COMUNICAÇÃO**



# A invenção do escândalo político n' *O Independente*: o caso da casa de Cadilhe<sup>1</sup>

## The invention of political scandal by *O Independente*: the matter of Cadilhe's new house

Maria Filomena Barradas

### Resumo

No final dos anos 80, o regime democrático português era já uma certeza. O discurso oficial exaltava as virtudes dos governantes e maiorias obtidas pelo PSD, liderado por Cavaco Silva, provavam a confiança dos eleitores. No entanto, este cenário foi perturbado quando *O Independente* noticiou que o ministro das Finanças, Miguel Cadilhe, tinha lesado o Estado num negócio imobiliário, lançando a suspeita na (virtuosa) governação cavaquista.

Analisando o modo como este escândalo se foi construindo nas páginas d' *O Independente*, a presente comunicação visa reflectir sobre o papel dos escândalos políticos mediáticos nas sociedades democráticas e, em especial, na sociedade portuguesa, nos últimos vinte anos.

**Palavras-chave:** Portugal; anos 80; escândalo; política; *O Independente*.

### Abstract

In the late 80's, the Portuguese democracy was already a certainty. The official discourse extolled the virtues of the political rulers and the majorities obtained by the PSD and its leader, Cavaco Silva, proved the confidence of voters. However, this scenario was disturbed when the weekly newspaper *O Independente* reported that the Finance Minister, Miguel Cadilhe, had harmed the State in a real estate business, casting suspicion on the (virtuous) cavaquista governance.

Analyzing how this scandal has been built in the pages of *O Independente*, this paper will reflect on the role of political media scandals in democratic societies, in particular in the Portuguese society over the last twenty years.

**Key-words:** Portugal; eighties; scandal; politics; *O Independente*.

Parte da reputação conquistada pel' *O Independente* prendeu-se com a divulgação de escândalos. De acordo com Lull & Hinerman (2005 [1997]:3), um escândalo mediático ocorre quando actos privados, que constituem uma ofensa à moral dominante e idealizada de uma comunidade, são tornados públicos e narrativizados pelos *media*, produzindo efeitos tão diversos como o reforço da estrutura de valores dominantes ou a ruptura com esses mesmos valores.

Mas que características deve manifestar uma notícia para que seja entendida como escândalo? John B. Thompson elenca cinco aspectos indicadores do escândalo<sup>1</sup>:

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no III Seminário de I&DT, organizado pelo C3i – Centro Interdisciplinar de Investigação e Inovação do Instituto Politécnico de Portalegre, realizado nos dias 6 e 7 de Dezembro de 2012.

1. Transgressão de normas, valores ou códigos morais;
2. Crença na ocorrência ou conhecimento da ocorrência escandalosa por parte de indivíduos que a ela são alheios;
3. Sentimento de desaprovação e ofensa em indivíduos não participantes na ocorrência escandalosa;
4. Expressão pública de desaprovação da ocorrência escandalosa por indivíduos não participantes;
5. Eventual prejuízo da reputação dos praticantes da ocorrência escandalosa, devido à sua revelação e condenação pública.

Thompson esclarece que, embora nem toda a transgressão seja escandalosa, todo o escândalo implica uma transgressão; no entanto o modo como a transgressão é interpretada varia de acordo com os valores, normas e códigos morais prevaletentes nas diversas comunidades, pelo que aquilo que é entendido como ofensa e violação num contexto, pode não o ser noutro. Para que a infração resulte em escândalo é, depois, necessário que ela ultrapasse as fronteiras do privado e ganhe uma dimensão pública: passando a ser do conhecimento de terceiros, o evento escandaloso desperta a desaprovação e o desagrado, exteriorizados frequentemente naquilo que Thompson designa como “opprobrious discourse”, expressão que se pode traduzir como “discurso da desonra pública”. São intervenções moralizantes, pois tendem a sublinhar o modo como as acções praticadas são vergonhosas e, portanto, dignas de desaprovação, censura e condenação. Os meios de comunicação de massa amplificam este discurso, afectando, finalmente, a reputação do indivíduo cujas acções estão no centro do escândalo<sup>2</sup>.

A manutenção do bom nome, da credibilidade e reputação de um político dependem do seu comportamento, que se espera irrepreensível e acima de qualquer suspeita. Isso significa, também, que a classe política se torna muito vulnerável ao escândalo, já que acções que noutros indivíduos poderiam não ser entendidas como escandalosas, como, por exemplo, o adultério, são-no quase sempre se envolverem um político.

A vulnerabilidade dos políticos ao escândalo explica-se também pelas relações de dependência que existem entre estes e os *media*. De facto, a maioria dos membros de uma comunidade só conhecem os seus políticos através da comunicação social; ao mesmo tempo, os políticos dependem da visibilidade mediática, pois só assim se podem dar a conhecer a si e às suas propostas. Uma vez que a presença mediática dos políticos é alvo de escrutínio e avaliação constante, uma acção que seja escandalosa será repercutida pelos *media*, podendo contribuir para a queda em desgraça do político que prevaricou.

Bruno Paixão (2010), que estudou o escândalo político em Portugal, inspirando-se em Thompson, distingue entre três tipos de escândalo político: o escândalo político sexual (adultério, pedofilia, envolvimento em redes de prostituição, etc.), o escândalo político financeiro (subornos, desvios, fugas aos impostos, etc.) e o escândalo político de poder (tráfico de influências, gestão danosa dos dinheiros públicos, etc.). Estas categorias são, no entanto, permeáveis e, por vezes, torna-se difícil distinguir entre situações que envolvam abuso de poder político e outras que tenham que ver, por exemplo, com a má gestão financeira<sup>3</sup>.

O escândalo é um assunto apetecível, pois, para além da sua função informativa – expor a transgressão praticada por um político –, tem associada uma função de entretenimento e uma carga moralizadora. Não raro, os escândalos são apodados de “folhetins”. Este termo indicia quer o modo como o escândalo se vai formando – ao longo do tempo e por uma sucessão de revelações relacionadas com a transgressão fundadora –, quer o modo como a exposição desses novos eventos é percebida, já que cada novo evento divulgado acrescenta alguma coisa à sequência narrativa e prende a atenção da audiência, desejosa de saber qual o desenlace da história.

Um dos efeitos apontados ao escândalo é o de contribuir para o reforço da moral pública, ao expor uma violação dessa mesma moral. Ora este objectivo parece estar muito claro no primeiro escândalo divulgado pel’*O Independente*, aqui designado como “O caso da casa de Cadilhe”, que ocupou a agenda noticiosa entre 1988 e 1990<sup>4</sup>.

Este caso começa a desenhar-se meses antes da divulgação da notícia que dava conta do negócio imobiliário do ministro das Finanças, quando, entrevistando o arquitecto Tomás

Taveira<sup>5</sup>, Miguel Esteves Cardoso e Paulo Portas gravam “um interessante telefonema”, que publicam posteriormente<sup>6</sup>. A polémica rapidamente se instala, ficando no ar a sugestão de que poderia estar em causa uma troca de favores entre o arquitecto e o ministro, o que serviu para alavancar a revelação do escândalo do “Caso da casa de Cadilhe”. Assim, *O Independente* de 6 de Janeiro de 1989 exibia a manchete O MISTÉRIO DA CASA DE CADILHE.

O mistério era, segundo o sumário que acompanhava a manchete, o da “estranha compra, pelo ministro das Finanças, de um andar nas Amoreiras”, pelo qual pagara um valor irrisório, uma vez que parte do pagamento fora constituído pela antiga casa onde vivia. Em resultado desta permuta, Cadilhe conseguira escapar ao pagamento da sisa (o imposto sobre transações onerosas de bens imóveis). Além disso, sabia-se que o ministro usara veículos da Guarda Fiscal nas mudanças.

A notícia da página 2, intitulada “Lisboa. Torre 4. 4º andar. 4 assoalhadas – O negócio da vida de Miguel Cadilhe”, relatava como o ministro das Finanças poderia estar envolvido numa série de ilícitos, entre eles, “Fuga aos impostos [à sisa], favores da sociedade que gere o empreendimento das Amoreiras, [e] negócio “especial” com a anterior casa”. O boato de que o ministro praticara ilegalidades circulava há vários meses; mas foi só quando *O Independente* publicou esta notícia que o rumor se transformou verdadeiramente em escândalo. Embora o jornal tivesse dado também voz à versão de Cadilhe, que defendia a legalidade de todas as suas acções<sup>7</sup>, a suspeição em relação ao ministro das Finanças estava lançada. A partir daí, novos factos virão à colação e todos eles contribuirão para complexificar e engrossar o filão do escândalo.

Assim, logo no número seguinte (13/01/89), *O Independente* publicou a carta que tinha recebido de Miguel Cadilhe, onde o ministro fazia a sua defesa<sup>8</sup>. O jornal respondia<sup>9</sup> às alegações de Cadilhe, recusando que a notícia publicada tivesse sido o resultado de um abuso da lei de liberdade de imprensa, pelo contrário:

“Investigámos, ouvimos o ministro, publicamos as suas informações e comentários. Cumprimos o dever de informar.”

A carta do ministro constituía, para *O Independente*, uma espécie de “alegação de advogado”; porém, ao jornal não competia julgar, mas apurar factos. Por isso, os esclarecimentos prestados pelo ministro eram saudados. No entanto, para *O*

*Independente*, ao fazer a sua autodefesa, Cadilhe laborava na sua autocondenação, pois acabava por oferecer aos contribuintes portugueses uma nova interpretação do imposto da sisa, ensinando como contornar o seu pagamento.

Na sua resposta, *O Independente* sublinha que lhe cabia a missão de informar os cidadãos acerca de factos, consultando as fontes diversas e desejáveis; não era seu objectivo julgar os factos, pois essa era uma tarefa dos tribunais. Porém, lendo a resposta dada a Miguel Cadilhe o leitor fica com a sensação – senão com a certeza – de que a mera suspeita de que o ministro pudesse ter praticado ilícitos era censurável. Esta análise, que constitui uma violação da esperada isenção de um órgão de comunicação, explica-se porque o jornal não tem a pretensão de ser isento. Assim, a crítica era uma maneira de *O Independente* reafirmar o pressuposto, expresso no seu Estatuto Editorial, de que não seria conivente com abusos de poder. Por isso, as palavras que encerram a resposta a Miguel Cadilhe sublinhavam que, caso as suspeitas da prática de ilícitos se confirmassem, isso legitimaria o julgamento do ministro pela opinião popular.

Perante o crescente número de notícias e de suspeitas em relação a um dos membros do seu governo, foi a vez de o primeiro-ministro entrar em cena. Assim, a edição de 20 de Janeiro de 1989 dava notícia da proposta do PSD para a realização de um inquérito parlamentar “a todos os políticos [que], nos últimos cinco anos, compraram casas ou terrenos”<sup>10</sup>, sabido através da uma nota oficiosa emitida pelo gabinete do primeiro-ministro. Mais uma vez, *O Independente* não se escusará a comentar as acções dos políticos, desta feita do primeiro-ministro e das intenções que se estavam por trás do seu comunicado, voltando a sublinhar que o seu posicionamento jornalístico era comprometido com a verdade e com a ideia de que os cargos políticos deviam ser rigorosamente vigiados.

No que se refere à verdade, o jornal esclarecia que a matéria publicada jamais poderia ser entendida como insinuação ou calúnia, já que o visado tinha sido ouvido e as suas declarações reproduzidas. Além disso, o próprio não contestava os factos publicados; assim, o jornal tinha cumprido a sua missão de informar, em resultado de um trabalho de investigação. É certo que aquilo que era boato tinha passado a ser do conhecimento geral, mas tal explicava-se porque cabia ao jornal observar o comportamento dos

servidores públicos e dele dar notícia, contribuindo para a responsabilização democrática.

Caso se pudesse presumir que o negócio de Cadilhe com a casa era do domínio do privado, Cavaco Silva, ao publicar a nota oficiosa, declarava, implicitamente, que era um assunto do domínio público e político. As acções que se presumiam potencialmente ilegais não tinham sido praticadas por um cidadão privado, mas por um servidor público. Os limites do “público” e do “privado” são, por isso equacionados. Tem um ministro o direito à privacidade? *O Independente* era peremptório: com certeza; porém, os seus deveres públicos excedem os seus direitos privados. Qualquer servidor público está sujeito ao escrutínio da sua vida privada e os cidadãos esperam que ela seja regida por padrões elevados; um ministro não é uma pessoa comum, logo, não pode ter comportamentos ou acções vulgares.

Na edição de 27 de Janeiro de 1989, um novo facto era divulgado pel’*O Independente*. Na última página revelava-se que Miguel Cadilhe tinha sido condenado, em 1980, pelo Supremo Tribunal Administrativo, por não ter pago a sisa de um imóvel comprado em 1977... e que também envolvera uma permuta. Embora *O Independente* se coíba de assumir um posicionamento institucional em relação a mais esta notícia, a crónica de Miguel Esteves Cardoso, intitulada “A aventura do trocadilhe”, reflectia sobre o escândalo que tinha vindo a ser revelado nas páginas do jornal.

Miguel Esteves Cardoso pegava no apelido do ministro das Finanças – Cadilhe – e explorava a sua sonoridade, transforma-o em palavras novas, acabando por cunhar um novo verbo, “cadilhar”, que traduzia a maneira de contornar situações de maneira dúbia, de forma a obter benefícios:

“Os outros países têm economias “subterrâneas”, mercados negros, fugas ao fisco e não sei que mais. Representam uma pequena parte da economia nacional, legítima e contabilizada. Em Portugal essa economia não é uma coisa marginal, escondida e envergonhada. Não é culpa do governo. Não é culpa do contexto. É culpa nossa. (...)

A estes negócios um bocadilhe dúbios e um bocadilhe aldrabados, que fazem o dia-a-dia dos portugueses, se dá o nome de *cadilhes*. É só um petisco que calhou. É um bocadilho que se trincou. (...)

Cadilhar é obter uma coisa através dum esquema absolutamente legal. Legal, no sentido brasileiro, claro. É um *double-entendre*, porque pode ser entendido como uma aldrabice ou não, conforme se quiser. Enfim, é uma troca com garantia de baldroca, uma permuta. É um *trocadilhe*. (...)

Cadilhar é perceber que a vida é feita de ligações e estamos todos atados uns aos outros por meio de cadilhos. “Quem tem filhos, tem cadilhos”, diz o povo. Só que, no caso de Portugal, quem não tem também tem. (...)

Os que não cadilham estão quilhados. Quem não se dá ao trabalho de arranjar esquemas e expedientes, obras e manobras para se desenvencilhar está condenado. Quem não cadilha não petisca. Quem paga os impostos, quem se recusa a meter cunhas ou a tirar partido dos buracos da lei, ou a perder tempo a inventar maneiras legais de poupar uns tostões, não é um português decente. É parvo. Ninguém pode acusar o ministro das Finanças de o ser. Estou convencido que, muito secretamente, nos corações de todos os portugueses, viciados em espertezas saloias e estratagemas palacianos, o ministro das Finanças é um herói. Do nosso tempo.”

Nem Esteves Cardoso é imune a esta propensão nacional para “cadilhar”. Mas o que era, a seu ver, inadmissível era que o ministro das Finanças se regesse pela mesma bitola do resto dos portugueses:

“Aquilo que se exige de Miguel Cadilhe, no fundo, não é ser igual a todos nós. Raros serão aqueles que não se aproveitam como ele se aproveitou. O que um português exige do seu ministro das Finanças é que ele seja *diferente*. De facto, só ele não tem o direito de *ser* aldrabão.”

De acordo com Thompson, a exposição de factos escandalosos serve para reafirmar o sistema de valores duma comunidade; por outras palavras, sendo o escândalo uma transgressão, a sua exposição lembra aos cidadãos quais os valores que são pertinentes para a comunidade. Nesse sentido, a prática de ilícitos, potencialmente geradora de escândalo, pode ser entendida como uma forma de decadência moral, que é contrariada – ou travada – através do “discurso da desonra pública”. Este trabalha não só no sentido da publicitação das transgressões, mas também no sentido da remoralização social.

Se este intuito fica claro nos textos que eram uma resposta às cartas de Cadilhe ou à nota oficiosa do primeiro-ministro, a que *O Independente* respondia a título institucional e porque tinha sido parte interpelada, mais claro fica ainda quando, na coluna de opinião que semanalmente escreviam, Miguel Esteves Cardoso e Paulo Portas, director e subdirector do jornal, não se coíbiam de criticar o ministro das Finanças<sup>11</sup>. Apesar de reconhecer que as acções de Miguel Cadilhe tinham sido feitas ao abrigo da lei, Esteves Cardoso questionava a justeza das acções praticadas, indiciando que uma coisa era a legalidade das acções, outra coisa era o modo como essas acções tinham sido publicamente valoradas pela população, que, não tendo conhecimentos de Direito,

esperava que os políticos, enquanto servidores da coisa pública, tivessem um comportamento acima de qualquer suspeita.

No início de Fevereiro de 1989, *O Independente* noticiava que Miguel Cadilhe deveria proceder judicialmente contra “pessoas e entidades que, ao abrigo da lei da liberdade de imprensa, atentaram contra a sua honra e dignidade”<sup>12</sup>.

Não seria apenas Cadilhe a processar *O Independente*. De facto, o jornal começara a revelar outros escândalos, nomeadamente aqueles que envolviam Costa Freire<sup>13</sup> e Leonor Beleza<sup>14</sup>. Miguel Esteves Cardoso comentava, em “A aventura dos processos” (7/04/89), que entre o semanário e o governo se tinha criado “uma simbiose perversa” e, embora seja sugerido nomeadamente por Costa Freire, que *O Independente* era parte duma engrenagem conspirativa, destinada a prejudicar o executivo cavaquista, Esteves Cardoso apressa-se a rejeitar essa ideia. Parece-lhe, pelo contrário, é que existe uma campanha contra *O Independente* e, paralelamente a esta, “uma outra campanha contra a chamada *Vergonha na Cara*”. Face ao escândalo geral, o discurso de Miguel Esteves Cardoso é implacável:

“ (...) Olhemos à nossa volta. As pessoas com Vergonha na Cara já não chegam a lado nenhum. Parece que lhes estão vedados todos os altos postos. Dir-se-ia que foram afastados do serviço público e da vida partidária em geral. Hoje em dia, já há quem diga que, para ir buscar uma pessoa com Vergonha na Cara, é preciso ir-se à província. (...) [A] Vergonha na Cara é contagiosa. Transmite-se depressa. O que vale é que, não havendo indivíduos transmissores, é fácilimo de erradicar. Havendo falta de Vergonha na Cara em determinada população, a coisa vai desaparecendo. Deixa de afectar a cara inteira e localiza-se exclusivamente nas bochechas. Parece que ainda coram de vez em quando. Passados uns anos e governos, porém, desaparece totalmente.”<sup>15</sup>

Assim, *O Independente* aparece como o guardião da “Vergonha na Cara”, expressão que popularmente designa o decoro e a observância das normas de conduta, que estes membros do governo faziam perigar, embora devessem ser eles os primeiros a estabelecer os padrões e os exemplos de comportamento.

No final de Junho de 1989, a Procuradoria-Geral da República ilibava Miguel Cadilhe do crime de peculato de uso, na sequência da queixa apresentada pelo PCP sobre a utilização dos serviços da Guarda Fiscal, nas mudanças do Lumiar para as Amoreiras. Seria de esperar que, pondo a lei fim ao caso Cadilhe, o assunto desaparecesse das páginas dos jornais. No entanto, *O Independente* continuaria a expor os pécadilhos do



ministro, nomeadamente, ao divulgar que ele recebia a verba, que era atribuída aos ministros de que não tinham residência permanente em Lisboa<sup>16</sup> e ao revelar as ligações entre Cadilhe e Emanuel de Sousa, o banqueiro da Caixa Económica Faialense<sup>17</sup>, já que este último ficara com o andar do Lumiar que fora do ministro das Finanças<sup>18</sup>.

Apesar de, no fim de Agosto, se começar a perspectivar uma remodelação do executivo de Cavaco Silva por causa dos escândalos, ela só ocorreria no início de Janeiro de 1990, depois das eleições autárquicas. Entretanto, no fim de Setembro de 1989 rebentava um novo escândalo, que implicaria, de forma enviesada, Miguel Cadilhe.

Assim, sob o título “Chantagem na Judiciária”, *O Independente* de 29 de Setembro noticiava que Tomás Taveira estaria a ser alvo de chantagem, por causa de uma “videocassete com imagens eventualmente chocantes”. O que se sabia era que tinha chegado à redacção da revista *Semana Ilustrada* uma cassete de vídeo, contendo gravações do arquitecto mantendo relações sexuais, em ocasiões distintas e com mulheres diversas, no seu escritório das Amoreiras. Dessa cassete tinham sido extraídas as fotografias, que foram publicadas no segundo número da *Semana Ilustrada*. A revista foi apreendida e a sua terceira edição já não chegou às bancas. As filmagens tinham sido feitas sem o conhecimento das intervenientes e corria o boato de que uma delas seria a esposa de um dos ministros de Cavaco Silva, que, nunca sendo identificada, se presumia ser Maria Antónia Cadilhe, mulher do ministro das Finanças.

Vasco Pulido Valente reflectia sobre o caso na sua coluna, considerando que o caso Taveira inaugurava o jornalismo de escândalos em Portugal. Porém, para o colunista parecia existir uma diferença qualitativa entre os escândalos cujos protagonistas são os políticos e que envolviam abusos de poder ou a obtenção de benefícios financeiros e os escândalos cujos protagonistas eram pessoas célebres:

“ (...) Em nenhum regime representativo o eleitorado admite que os políticos ignorem os limites da sua “moral”. Ora um político obrigado a viver uma vida clandestina constitui um perigo público, porque se torna vulnerável à chantagem. O seu direito à privacidade não pode, assim, ser igual ao de uma pessoa privada. O direito à privacidade de nenhuma pessoa pública pode ser igual ao de uma pessoa privada porque a única garantia da sua independência é o escrutínio livre e permanente de todos os seus actos, sejam eles de que natureza forem.

Convém nesta altura esclarecer que o desagradável arquitecto Taveira não é uma pessoa pública. Uma pessoa célebre não é uma

peessoa pública: e o que o arquitecto Taveira faz ou não faz no seu escritório não afecta ninguém fora desse escritório.”<sup>19</sup>

Também Miguel Esteves Cardoso reagia, em “A aventura de Taveira” (13/10/89), ao escândalo. O cronista confessava-se “indignadíssimo com o caso da videocassete do sr. arquitecto e da revista do sr. André<sup>20</sup>”, mas, se, antes, denunciava a desmoralização e a falta de “Vergonha na Cara” dos políticos, agora, aquilo que lhe merecia censura era que as mulheres filmadas fossem as mais penalizadas pelo caso, dado que eram parte silenciada.

Portanto, no escândalo Taveira, o problema que se punha era sempre ao nível da violação da privacidade, que tinha sido feita a múltiplos níveis: em primeiro lugar, porque o arquitecto fizera gravações das suas relações íntimas, sem conhecimento e consentimento das envolvidas; em segundo lugar, porque essas gravações tinham caído em mãos alheias e tinham sido tornadas públicas; em terceiro lugar, porque, podendo Tomás Taveira agir judicialmente contra o órgão de comunicação que divulgara detalhes da sua intimidade, dificilmente as mulheres que ele filmara sem autorização poderiam fazer o mesmo.

O caso não tinha nada de político; o envolvimento da esposa de Cadilhe com Taveira não passava de um boato. Mas a publicação de mais fotos na revista espanhola *Interviú* trouxe um novo elemento para o escândalo: a revista foi impedida de circular em Portugal e o caso mereceu uma comunicação ao país do primeiro-ministro. A reacção d’*O Independente* foi contundente, como se depreende das palavras de Paulo Portas:

“Cavaco Silva foi à televisão (...). Nesse mesmo dia tinha caído o muro de Berlim. Coisa de somenos importância ao pé de rumores de alcova. Somos os maiores. (...)

Cavaco Silva usou o tempo de antena do Governo. Mas preveniu que “*não se trata de um assunto de governação*”. O que o movia, disse, era uma “*verdadeira questão de Estado*”. Poderia imaginar-se um conflito institucional, uma crise política ou uma posição diplomática. Não. “Nos últimos tempos têm vindo a público em alguns jornais ou revistas notícias falsas ou caluniosas dirigidas a membros do Governo ou mesmo a familiares seus”, disse ele e é tudo. Disse nada. Cavaco Silva não clarificou quando é que essas notícias foram publicadas. Tão-pouco indicou os jornais ou revistas em que saíram. Nem sequer explicou que notícias são, quem atingem e onde está a falsidade e a calúnia.”<sup>21</sup>

O estatuto do caso Taveira era bem diferente do de outros escândalos; na perspectiva d’*O Independente*, era um perfeito *fait divers*, conquanto constituísse uma transgressão;

no entanto, a intervenção televisiva do primeiro-ministro, podendo ser entendida como uma parcela do “discurso da desonra pública”, contribuiu para politizar aquilo que era uma infracção do âmbito privado. Assim, aparecesse ou não a mulher de um dos ministros de Cavaco Silva na fita de Taveira, a partir do momento em que o primeiro-ministro se dirige ao país para falar sobre esse boato, era como se esse rumor tivesse sido confirmado, como Miguel Esteves Cardoso bem nota:

“ Aludindo às terríveis e criminosas conjecturas dos portugueses acerca da cassette Taveira, dando-as oficialmente como existentes e reagindo a elas ardentemente, o pobre primeiro-ministro leal e patriota e bem-intencionado acabou por gravá-las no famigerado imaginário português.”<sup>22</sup>

O caso Cadilhe conheceu, entretanto, o seu epílogo. Ainda em Outubro de 1989, a Comissão de Inquérito Parlamentar deu como provados os benefícios de Cadilhe, mas o relatório teve de ser alterado, por imposição da maioria parlamentar; no início de Janeiro de 1990, depois das eleições autárquicas, Cavaco Silva remodelou o executivo e o ministro das Finanças foi um dos que saíram. Comentava *O Independente* na sua edição de 5 de Janeiro:

“A sisa, as cassetes... a inflação foram o seu fim. Há muito que o país pedia a sua cabeça. Cavaco nunca cedeu. Chegou mesmo a fazer um discurso à Nação em sua defesa. Mas de repente deu-se a reviravolta. O primeiro-ministro pegou no telefone e despediu-o. Agora Miguel Cadilhe vai regressar à sua terra e ao seu banco. Deverá ocupar o cargo de director do Banco Português do Atlântico. O convite da Sonae será recusado. Isto porque quem o conhece diz que “*o Miguel não vai aceitar nada*”.”<sup>23</sup>

Com a saída de Cadilhe do executivo, o(s) escândalo(s) envolvendo o seu nome cessaram. Outros surgiram. Porém, o processo que o ex-político pôs a *O Independente* só se resolveu cerca de dois anos depois. Na edição de 3 de Abril de 1992, a última página 18 era ocupada pela notícia “Independente 1 – Cadilhe 0”. Como se de um desafio de futebol se tratasse, dava-se a conhecer a sentença proferida pelo tribunal, que tinha sido favorável ao jornal.

De facto, a decisão judicial confirmava que o jornal se tinha pautado pelo “*uso do seu direito de informação, de expressão e crítica, sendo que todos os escritos se reportam a factos socialmente relevantes e a justificar colectivamente*”. Nesse sentido, a sentença reafirma muito do discurso moralizador d’*O Independente*:

Observou-se aqui a formação de dois escândalos: o da casa de Cadilhe, que constitui um verdadeiro escândalo político, dado que o protagonista era um ministro; e o escândalo da videocassete de Tomás Taveira. Como se viu, *O Independente* tratou de forma diversa estes dois escândalos.

Em relação ao primeiro, não se coibiu de, em paralelo com as notícias que iam saindo, dar a sua opinião acerca dos comportamentos do ministro: o jornal afirmava-se como o guardião da coisa pública, pois tratava-se de um caso político, que não tinha a ver a sua pessoa privada, Miguel Cadilhe, mas sim com aquilo que lhe é exigido enquanto pessoa pública e ministro das Finanças. Já o segundo escândalo é tratado como um *fait divers*, que, conquanto criticável, tendo sido praticado por uma pessoa privada, não merecerá o mesmo tipo de invectivas ou censuras.

Citando Thompson (2002), Bruno Paixão afirma que o escândalo político é uma forma de luta “pelo poder simbólico, em que a reputação e a confiança estão em jogo” (Paixão, 2010:183). A reputação pode incidir tanto na competência demonstrada na condução dos negócios públicos, como no carácter, que se espera íntegro. Manter a reputação depende da apreciação de terceiros. Também a confiança requer demonstração e reafirmação, pois, de outra forma, pode ser quebrada ou destruída. Tendo trabalhado vários escândalos políticos nacionais, Paixão nota a excepcionalidade do caso português, no que se refere à condenação das transgressões praticadas por vários políticos, como Fátima Felgueiras, Isaltino Morais e Valentim Loureiro.

A condescendência face aos ilícitos praticados por estes políticos pode explicar-se pela ideia generalizada de que o poder político é corrupto, pelo carisma demonstrado por certos protagonistas políticos ou pelo facto de, apesar de terem prevaricado, os políticos mostrarem obra feita, tornando-se a sua corrupção tolerável. De facto, é como se a sociedade portuguesa estivesse imune aos efeitos do escândalo, como Pedro Rolo Duarte sintetizava num artigo do *Diário de Notícias* (22/02/2006), justamente intitulado “O fim do escândalo”:

“Há uns bons 15 anos, o então ministro Miguel Cadilhe fez uma mudança de casa utilizando serviços do estado e aproveitou uma alteração legislativa para pagar um valor de sisa inferior ao que seria devido numa transacção imobiliária. O jornal *O Independente* (...) denunciou o caso, transformou-o em assunto nacional, e o ministro foi para casa. Era o começo de uma época marcada pela palavra “escândalo”. Os portugueses

acordavam, atónitos, num país cheio de “escândalos”, corrupção, vigarice, abuso de poder, tráfico de influências, estava descoberta a razão pela qual havia pessoas que se “interessavam” pela política: para “se servirem”. Nasceu aí, também, a frase “eles são todos iguais”.

Os anos passaram. Como sucede com tudo o que se repete incessantemente, a palavra “escândalo” cansou Portugal (...) Habitúamo-nos de tal forma à ideia de que “não há almoços grátis” que já pouco ou nada nos espanta. Amolecemos com os “escândalos” à frente do nariz (...).

Eu já desconfiava, mas agora tenho a certeza: o escândalo, tal e qual o conhecemos, chegou ao fim. Agora vivemos na normalidade democrática. Tão normal e tão democrática que somos realmente todos iguais. Impunes. E a fazer pela vida. Cada um como pode, claro...”<sup>24</sup>

O escândalo político em Portugal é uma questão de cidadania e de exercício do poder público, como bem acentua Bruno Paixão. A tolerância manifestada pelos portugueses em relação ao enriquecimento ilícito, ao tráfico de influências, ao peculato, à pequena corrupção e ao abuso de poder evidencia a fraca concepção de cidadania existente, bem como “a má estruturação do poder administrativo e [a] insuficiente exposição e condenação pública destes delitos” (Paixão, 2010:186).

O facto de *O Independente* ter expressado o seu desejo de se constituir como interlocutor da sociedade portuguesa explica por que razão o escândalo político se tornou numa peça importante do seu noticiário. Revelando os ilícitos e abusos de poder dos servidores público, *O Independente* convidava os leitores a exercerem o seu dever de cidadania, ajuizando sobre o carácter e acções dos agentes políticos, de maneira informada e consciente.

---

#### Notas de texto

<sup>1</sup> Cf. Thompson. In Lull & Hinerman, 2005 [1997]:39.

<sup>2</sup> “Reputation is a kind of resource, a sort of “symbolic capital” that individuals can accumulate, cultivate, and protect. It is a valuable resource, because it enables individuals to exercise a certain kind of power – what we could call a “symbolic power” – and to elicit the support of others. While the use of symbolic power is important in many spheres of social life, it is particularly important in the political field, since anyone who wishes to acquire political power and to exercise it in a durable and effective fashion must use symbolic power to some extent in order to cultivate and sustain the believe in legitimacy.” (In Lull & Hinerman, 2005 [1997]:47)

<sup>3</sup> No seu trabalho, Paixão teve em conta os semanários *Expresso* e *O Independente*, nos períodos de 1991-1993 e de 2002-2004. Foram identificados 17 escândalos, sendo que seis se reportam ao primeiro período, e onze ao segundo, num total de 670 peças jornalísticas. Paixão aponta, entre outras, as seguintes conclusões: (1) os títulos usados nos semanários estudados raramente apontam directamente para o escândalo que noticiam e (2) os dados não confirmam a ideia popular de que o escândalo vende, visto que “o volume de vendas e de tiragem dos semanários *Expresso* e *O Independente* não parece ter sido directamente influenciado pela cobertura de escândalos políticos” (Paixão, 2010:181).

<sup>4</sup> No entanto, só em 1992 o caso chega realmente ao fim, quando é proferida a decisão judicial que opôs Cadilhe a *O Independente*.

<sup>5</sup> A entrevista fora motivada pela hipótese de Tomás Taveira vir a ser encarregue da reabilitação do Chiado, que, recorde-se ardera a 25 de Agosto de 1988. Acrescente-se que Taveira é o autor de um dos mais icónicos edifícios lisboetas construídos na década de 80, o complexo das Amoreiras, cuja estética era bastante discutível para os directores d’ *O Independente*.

---

<sup>6</sup> “Não, Senhor Arquitecto!” 2/09/88, III:8.

<sup>7</sup> O ministro das Finanças justificava que a isenção do pagamento da sisa tinha sido possível, por ter havido uma permuta de imóveis. Acusado de ter usado viaturas da Guarda Fiscal para fazer as mudanças, Cadilhe justificara-se afirmando tratar-se de algo permitido pelo seu estatuto de membro do governo.

<sup>8</sup> “O que diz Cadilhe”. 13/01/89, I: 5.

<sup>9</sup> A resposta d’ O Independente à carta de Cadilhe está estruturada num texto organizado em cinco tópicos. (Cf. “O que diz Cadilhe”. 13/01/89, I:5).

<sup>10</sup> Cf. 20/01/89, I:1ª página: “Contra um inquérito, inquéritos mil - A GRANDE RUSGA - Cavaco Silva decidiu contra-atacar. Incomodado com o caso do apartamento de Cadilhe, chamou os seus conselheiros e tomou uma decisão: o PSD deverá propor um inquérito parlamentar a todos os políticos que, nos últimos cinco anos, compraram casas ou terrenos. (...) A oposição diz que é um estratagemas para impedir que se saiba a verdade sobre o ministro das Finanças”. Embora recebendo destaques de primeira página, o assunto só é retomado na última página. No entanto, na economia do jornal, a última página é a segunda mais importante.

<sup>11</sup> Paulo Portas escreverá na sua coluna que o não pagamento da sisa por parte de Cadilhe “serve de símbolo ao bando possidónio que tomou conta da cidade sem respeito, nem continência e que vê na política uma espécie de promoção social”. (14/04/89).

<sup>12</sup> 3/02/89, I: última página.

<sup>13</sup> Costa Freire foi secretário de Estado da Saúde, no Ministério de Leonor Beza, durante o segundo mandato de Cavaco Silva. Em 1987, a Ordem dos Médicos recebeu um *dossier* sobre campanhas publicitárias que tinham sido propostas ao Ministério da Saúde. Tais campanhas foram propostas pela empresa que Costa Freire à época dirigia e teriam sido concretizadas, através da empresa de José Manuel Beza, irmão da ministra da Saúde. Ora as campanhas, apesar de pagas, nunca existiram. Alegadamente, o Estado foi burlado em 57 mil contos (perto de 285 mil euros). O caso é longo e prolongado. Em 1990, Costa Freire foi preso e Zezé Beza fugiu do país. Em 1994, Costa Freire foi condenado a sete anos de prisão, com perdão de um ano e Zezé Beza a quatro, com perdão de um; tinham também de pagar 100 mil contos (500 mil euros) de indemnização ao Estado. Em 1999, a sentença da condenação foi considerada inconstitucional, porque a prisão tinha sido ordenada por um procurador do Ministério Público e não por um juiz. Em Dezembro de 2003 foi decidida a repetição do julgamento, mas os crimes prescreveram no início de 2004.

<sup>14</sup> Leonor Beza foi ministra da Saúde entre 1985 e 1990. No início do seu ministério, foi lançado um concurso para a compra de produtos derivados de sangue, sendo os lotes adquiridos à austríaca Plasma Pharm. Os derivados de sangue foram distribuídos nos hospitais públicos e foram os responsáveis pela contaminação de 137 hemofílicos com o vírus do VIH/ Sida. Entre 1985 e 1987 morreram 23 doentes. Apesar de Leonor Beza ter sido constituída arguida em 1994 e de, em 1995, os doentes infectados terem começado a receber indemnizações do Estado Português, o Tribunal de Instrução Criminal arquivou o processo contra a ex-ministra, em 1997.

<sup>15</sup> *Idem*.

<sup>16</sup> 14/07/89, I: 1ª página: O MISTÉRIO DOS SUBSÍDIOS DE CADILHE.

<sup>17</sup> O escândalo da Caixa Económica Faialense rebentou em 1986, quando a instituição bancária abriu falência fraudulenta. Os clientes que tinham feito depósitos superiores a 10 mil contos só viram 80% do depósito ser devolvido; um deles, José Bairos Fernandes, que depositara no banco 115 mil contos, não voltou a ver o dinheiro. Em 2004, o Supremo Tribunal de Justiça estabeleceu que deviam ser entregues 2,5 milhões de euros ao lesado. Devido à morosidade do processo, José Bairos Fernandes processou o Estado Português em 550 mil euros.

<sup>18</sup> 21/07/89, I: 1ª página: BANQUEIRO PROIBIDO FICOU COM A CASA DE CADILHE.

<sup>19</sup> “O Público e o Privado” [Revisões]. 5/10/89, III:7.

<sup>20</sup> Referência a André Neves, o editor da *Semana Ilustrada*.

<sup>21</sup> “Boa noite” [Antes pelo contrário]. 17/11/89, I:14.

<sup>22</sup> “La aventura de los culos calientes” [As Minhas Aventuras na República Portuguesa]. 17/11/89, III:7.

<sup>23</sup> 5/01/90, I:6.

<sup>24</sup> Disponível em: [http://www.dn.pt/inicio/interior.aspx?content\\_id=636270](http://www.dn.pt/inicio/interior.aspx?content_id=636270).

## Referências Bibliográficas

*O Independente* (1988-1992)

---

Cardoso, Miguel Esteves e Portas, Paulo. “Não, Senhor Arquitecto!” [Pessoas]. Nº 16, 02/09/88, III: 6-8

“Uma carta de Miguel Cadilhe” [Carta]. Nº 17. 09/09/88, I: 3

“O Mistério da Casa de Cadilhe” [1ª página]. Nº 34. 6/01/89, I

“Lisboa. Torre 4. 4º andar. 4 assoalhadas – O negócio da vida de Miguel Cadilhe” [Primeira Linha]. Nº 34. 6/01/89, I:2

“O que diz Cadilhe” [Política [carta de Miguel Cadilhe]]. Nº 35. 13/01/89, I: 5

[Resposta de *O Independente* à nota oficiosa de Cavaco Silva ao caso Cadilhe [sem título]]. Nº 36. 20/01/89, I: última página.

“Sisa: Cadilhe condenado em 1989”. Nº 37. 27/01/89, I: última página

Cardoso, Miguel Esteves. “A aventura do trocadilhe” [As Minhas Aventuras na República Portuguesa]. Nº 37. 27/01/89, III: 47

“Cadilhe: processos e novos dados”. Nº 38. 3/02/89. I: última página

Cardoso, Miguel Esteves “A aventura dos processos” [As Minhas Aventuras na República Portuguesa]. Nº 47. 7/04/89, III: 47

“O mistério dos subsídios de Cadilhe” [1ª página]. Nº 61. 14/07/89, I

“Banqueiro proibido ficou com a casa de Cadilhe” [1ª página]. Nº 62. 21/07/89, I

Valente, Vasco Pulido. “O público e o privado” [Revisões]. Nº 73. 05/10/89, III: 7

Cardoso, Miguel Esteves. “A aventura de Taveira” [As Minhas Aventuras na República Portuguesa]. Nº 74.13/10/89, III: 62

Portas, Paulo. “Boa noite” [Antes Pelo Contrário]. Nº 79. 17/11/89, I: 12

Cardoso, Miguel Esteves. “La aventura de los culos calientes” [As Minhas Aventuras na República Portuguesa]. Nº 79. 17/11/89, III: 70

### Crítica

Biressi, A. and Nunn, H. (2008). *The Tabloid Culture Reader*, McGraw Hill/ Open University Press

Lull, James & Hinerman, Stephen. Eds. (2005 [1997]). *Media Scandals*. Cambridge: Polity Press

Paixão, Bruno. (2010). *O Escândalo Político em Portugal – 1991-1993 e 2002-2004*. Coimbra: Minerva

### **Notas sobre a Autora**

#### **Maria Filomena Barradas**

[filomenab@gmail.com](mailto:filomenab@gmail.com)

ESTG/ IPP, C3I-IPP, CLEPUL-ULisboa

Docente da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Portalegre desde 1999. Licenciada em Estudos Portugueses (1998) e Mestre em Literatura Portuguesa Moderna e Contemporânea (2003) pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Os seus estudos têm incidido especialmente sobre as relações entre literatura e jornalismo, sobre o género crónica e sobre a cultura portuguesa e a identidade nacional no final do século XX. Neste momento, aguarda a defesa da sua tese de doutoramento. É investigadora do Centro Interdisciplinar de Investigação e Inovação do Instituto Politécnico de Portalegre (C3i) e do CLEPUL.



# Os debates televisivos das Eleições Presidenciais de 2011 e os seus reflexos na imprensa<sup>1</sup>

## The televised debates of the Presidential Elections of 2011 and its repercussions in the press

Catarina Dias

### Resumo

O estudo propõe uma breve análise sobre os principais temas abordados nos debates televisivos entre os três candidatos mais votados nas Eleições Presidenciais de 23 de janeiro de 2011 e os seus reflexos nas notícias publicadas no jornal *i* e no Público.

Num debate que dura, cerca de 30 minutos, não é possível confrontar os candidatos sobre muitos assuntos, cabe, por isso, ao jornalista que está a moderar o debate escolher, de entre todas as possibilidades, as que lhe parecem mais relevantes e, também, as que têm gerado mais controvérsia na opinião pública.

Se nos debates televisivos se verifica uma condensação dos assuntos, o que acontecerá quando os debates são noticiados na imprensa escrita?

Após a análise aos debates seleccionados, concluiu-se que o tema central do debate televisivo não corresponde ao tema com maior destaque na imprensa escrita.

**Palavras-chave:** Jornalismo, eleições presidenciais, debates televisivos

### Abstract

The study proposes a brief analysis of the main topics discussed in televised debates between the three strongest candidates in the presidential elections of January 23, 2011, and its repercussions on the news published in the journal *I* and Público.

In a debate that lasts about 30 minutes, you can not confront the candidates with many issues. It is therefore the journalist who is moderating the debate that chooses, from among all the possibilities, which seem more relevant and also which have generated the most controversy in public opinion.

If in televised debates there is a condensation of issues, what will happen when the discussions are reported in the press?

After analyzing the debates selected we conclude that the central theme of the TV debate does not match with the theme most prominently in the press.

**Keywords:** Journalism, presidential elections, televised debates

### Introdução

Considerando que vivemos numa sociedade em que o conhecimento é mediatizado pelos meios de comunicação e em que o cidadão é cada vez mais dependente desses meios para “conhecer o mundo”, podemos afirmar que só os cidadãos informados poderiam votar em consciência e, nesse sentido, os media têm um papel preponderante

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no III Seminário I&DT, organizado pelo C3i – Centro Interdisciplinar de Investigação e Inovação do Instituto Politécnico de Portalegre, realizado nos dias 6 e 7 de Dezembro de 2012

pois fazem a mediação dos acontecimentos políticos que são disponibilizados ao público em geral.

Segundo Estrela Serrano (2006), a televisão é, em regra, a maior fonte de informação dos eleitores sobre os problemas do seu país, sobre as posições de cada partido e sobre a personalidade dos candidatos, especialmente através da presença destes em entrevistas e debates. Por esse motivo, é objetivo deste estudo efetuar uma comparação das temáticas abordadas nos debates televisivos entre os candidatos às Eleições Presidenciais de 23 de janeiro de 2011 e os seus reflexos na imprensa escrita.

Thomas Patterson (1997) refere que “no mundo da política, os temas derivam sempre de problemas e de valores sociais que estão profundamente embebidos no tecido social”. Acrescenta que a controvérsia e o conflito são os temas habituais em política e que o jornalismo investiga pouco as posições políticas ou as condições sociais subjacentes a um problema político.

Os estudos sobre jornalismo e política remontam aos anos 40, quando o sociólogo Paul Lazarsfeld, juntamente com os seus colaboradores da Universidade de Columbia, procurou perceber qual a influência da campanha eleitoral sobre o voto dos cidadãos norte-americanos (Traquina, 2000).

Em Portugal, a história do estudo do jornalismo confunde-se com a própria história do jornalismo e da sociedade portuguesa (Traquina, 2001). Apesar de ser cada vez maior o número de investigações realizadas sobre os media, sobre o jornalismo e sobre os seus impactos e efeitos, contínua a ser pertinente desenvolver e aprofundar mais os conhecimentos sobre esta matéria, no sentido em que se podem sempre prestar novos contributos.

O estudo sobre a relação entre o jornalismo e as eleições é fundamental para que se compreendam as configurações assumidas pela política na contemporaneidade, sobretudo nas democracias “ocidentais”, em que as eleições se encontram consolidadas como procedimento e ritual imprescindíveis à realização de escolhas políticas (Serrano, 2006).

São os meios de comunicação, em geral, que fornecem à população a informação sobre os vários assuntos e, neste caso particular, sobre os candidatos, sobre os seus projetos, ideias e ideais, ou seja, fazem a “construção social da realidade”, destacando os aspetos mais relevantes, dizendo não como pensar, mas em que pensar.

“No último quartel do século, os media passaram gradualmente de um papel de reportar a política ou sobre a política, a partir do exterior, para um papel de participantes activos, influenciando uma parte importante do processo político. Este tipo de intervenção é especialmente visível durante as campanhas eleitorais, uma vez que as funções políticas dos media assumem grande visibilidade e significado durante esses períodos de intensa comunicação.” (Serrano, 2002).

Partindo do princípio que o conteúdo das notícias não retrata propriamente factos sobre o mundo, mas ideias e perspectivas, Estrela Serrano (2006:92), citando Patterson (1993), diz-nos que “os media passaram a deter posições-chave no campo político - especialmente a televisão e os jornais - cujas políticas editoriais não se pautam, necessariamente, pelo interesse público”.

### **Eleições Presidenciais 2011**

Portugal tem um sistema político “semi-presidencial” (Maurice Duverger, 1979 *apud* Serrano, 2006: 261), em que, de acordo com a Constituição da República Portuguesa, cabe ao Presidente da República garantir a independência nacional, a unidade do Estado e o regular funcionamento das instituições democráticas.

Em Portugal, a eleição do Presidente da República é feita de cinco em cinco anos, através de sufrágio universal, constituindo-se como candidato presidencial qualquer cidadão que cumpra os requisitos estipulados por lei.

Às eleições de 23 de janeiro de 2011 concorreram seis candidatos: Cavaco Silva (a cumprir o primeiro mandato e candidato a um segundo mandato), apoiado pelo Partido Social Democrata (PSD), pelo Centro Democrático Social (CDS) e pelo Movimento Esperança Portugal (MEP); Manuel Alegre apoiado pelo Partido Socialista (PS) e pelo Bloco de Esquerda (BE); Francisco Lopes, apoiado pelo Partido Comunista Português

(PCP) e Os Verdes; José Manuel Coelho, apoiado pelo Partido da Nova Democracia (PND); Defensor Moura e Fernando Nobre, ambos independentes.

O período de campanha para as Eleições Presidências em Portugal decorreu entre os dias 9 e 21 de janeiro de 2011. Ainda no período de pré-campanha eleitoral, os três canais de televisão em Portugal – RTP, SIC e TVI – acordaram efectuar dez debates (ver tabela), com a duração média de 30 minutos, que se realizaram entre o dia 14 e 29 de dezembro, proporcionando um confronto direto, e em direto, entre os vários candidatos.

<b>Data</b>	<b>Canal de televisão</b>	<b>Candidatos</b>
14/12/2010	RTP	Francisco Lopes - Fernando Nobre
16/12/2010	RTP	Manuel Alegre – Defensor Moura
17/12/2010	SIC	Cavaco Silva – Fernando Nobre
18/12/2010	SIC	Manuel Alegre – Francisco Lopes
21/12/2010	TVI	Cavaco Silva – Francisco Lopes
22/12/2010	TVI	Fernando Nobre – Manuel Alegre
23/12/2010	SIC	Cavaco Silva – Defensor Moura
27/12/2010	RTP	Defensor Moura – Fernando Nobre
28/12/2010	TVI	Francisco Lopes – Defensor Moura
29/12/2010	RTP	Cavaco Silva – Manuel Alegre

Se considerarmos que num debate que dura cerca de 30 minutos, à partida não é possível confrontar os candidatos sobre muitos assuntos, cabe ao jornalista que está a moderar o debate escolher, de entre todas as possibilidades, as que lhe parecem mais relevantes no momento e, também, as que têm gerado mais controvérsia na opinião pública. Se nos debates televisivos se verifica já uma condensação dos assuntos, o que acontecerá quando os debates são noticiados na imprensa escrita?

Importa referir que partimos do princípio que os debates televisivos, por si só, possuem critérios de noticiabilidade<sup>1</sup>, merecendo, por isso, um tratamento jornalístico por parte da imprensa escrita.

## **Metodologia e *corpus* de análise**

Foram selecionados os três debates televisivos entre os três candidatos mais votados nas eleições presidenciais<sup>2</sup> (Cavaco Silva, Manuel Alegre e Fernando Nobre) e as correspondentes notícias publicadas no jornal *i* e no *Público*, nas suas edições dos dias 18, 23 e 30 de dezembro.

Um dos objetivos deste estudo é perceber de que modo os debates televisivos entre os candidatos presidenciais são noticiados por parte da imprensa escrita, verificando quais os temas destacados pelos jornais e tendo em consideração os debates televisivos: temas *versus* duração.

Para fazer a análise das notícias publicadas na imprensa escrita, escolhemos dois jornais diários: o *Público*<sup>3</sup> porque é considerado um jornal de referência ao nível da abordagem da maioria dos conteúdos e o jornal *i*<sup>4</sup> por se considerar que, devido à sua juventude (está nas bancas desde maio de 2009) e ao facto de ser a primeira vez que fazia cobertura de eleições presidenciais em Portugal. Por esse motivo o jornal *i* poderia imprimir uma nova dinâmica no tratamento de assuntos relacionados com a vida política.

Quando iniciámos o estudo pretendíamos conseguir dar resposta às seguintes questões:

- que importância é dada aos debates televisivos por parte da imprensa escrita?
- quais os temas abordados na televisão e quais os seus reflexos na imprensa escrita?

Em termos de análise temática, optámos por visionar primeiro os debates televisivos e criar uma grelha de análise com os temas abordados e com os tempos de duração (minutos e segundos) de cada tema. Considerámos que um assunto que fosse discutido um minuto ou mais, deveria corresponder a uma categoria, o que correspondeu a doze temas:

- Alterações à Lei Laboral<sup>5</sup>
- Orçamento de Estado
- FMI<sup>6</sup>
- Situação financeira do país

- Justiça
- Funções, perfil e poderes do Presidente da República
- Apoios partidários vs candidaturas independentes
- Governabilidade vs dissolução da Assembleia da República
- Caso BPN<sup>7</sup>
- Sistema Nacional de Saúde
- Escutas a Belém<sup>8</sup>
- Ataques ao adversário e responsabilidades políticas

No que diz respeito à análise das notícias publicadas no jornal i e no Público, optámos por contabilizar o número de linhas que foi dedicado a cada um dos temas, de modo a perceber qual ênfase dado a determinado assunto. Ambos os jornais são paginados em colunas, que medem entre quatro e cinco centímetros.

### Apresentação dos resultados

Da análise aos debates televisivos podemos concluir que, no total dos três debates, os ataques aos adversários e a responsabilização política de algumas medidas foram o tema dominante, seguindo-se da abordagem às funções, ao perfil e aos poderes do Presidente da República e ainda as questões ligadas ao Orçamento de Estado.

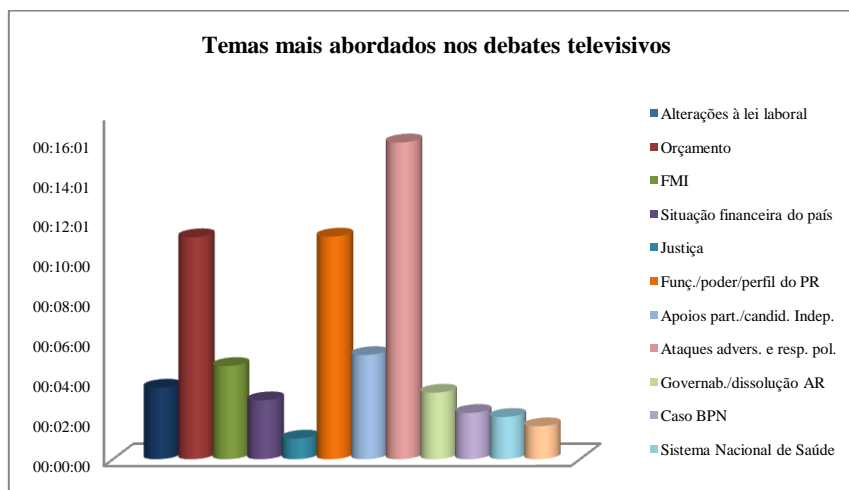


Gráfico n.º 1

No debate televisivo entre Cavaco Silva e Fernando Nobre os temas que dominaram a discussão entre os dois candidatos foram: as funções, o perfil e os poderes do Presidente

da República, o Orçamento de Estado, as alterações à Lei Laboral e o FMI, conforme se pode constatar através do gráfico n.º 2.



Gráfico n.º 2

Em termos de notícias na imprensa escrita, o jornal i destaca no título e subtítulo o Orçamento e dá-lhe ênfase no corpo da notícia. Foca ainda o FMI e a legislação laboral. A notícia não faz qualquer referência ao tema dominante do debate sobre as funções, os poderes e o perfil do Presidente da República. O Público faz o título com as alterações à lei laboral e no corpo da notícia aborda os restantes temas do debate: orçamento, FMI e as funções, os poderes e o perfil do Presidente da República.

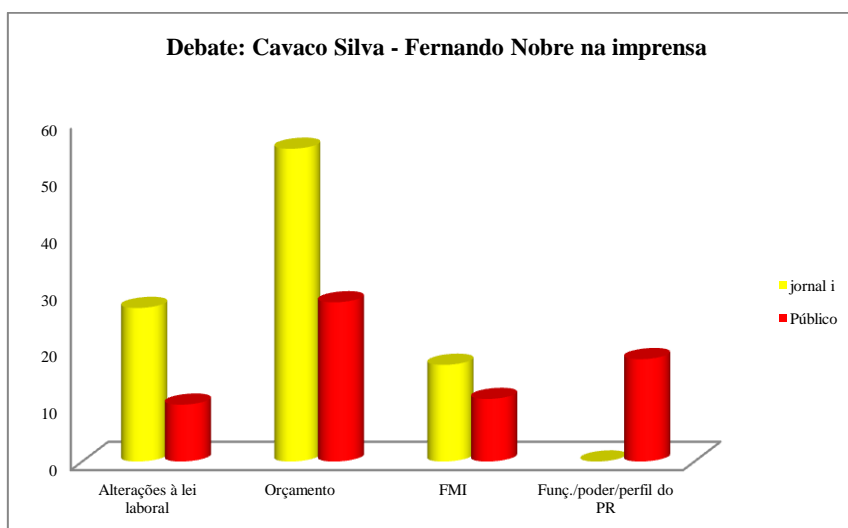


Gráfico n.º 3

Como se pode verificar pela leitura do gráfico n.º 3, ambos os jornais dão maior ênfase ao orçamento, dedicando entre 30 a 60 linhas a este tema. Podemos concluir que

nenhum dos jornais dá especial importância ao assunto que dominou o debate televisivo, isto é, ao assunto que ocupou maior tempo de discussão entre os candidatos. Note-se que o jornal i nem aborda esse tema.

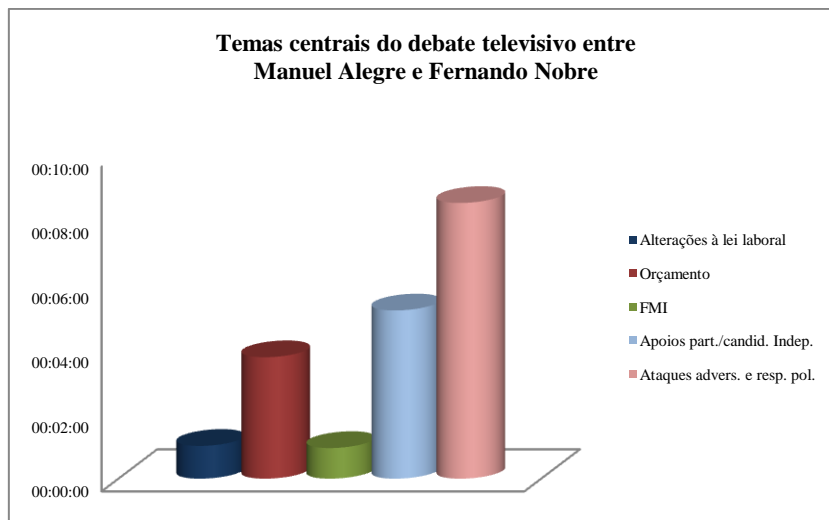


Gráfico n.º 4

Os ataques pessoais e a imputação de responsabilidades políticas marcaram o debate televisivo entre Manuel Alegre e Fernando Nobre, conforme mostra o gráfico n.º 4. Também foram abordados os apoios partidários do PS e do BE a Manuel Alegre e o facto de Fernando Nobre se candidatar como independente.

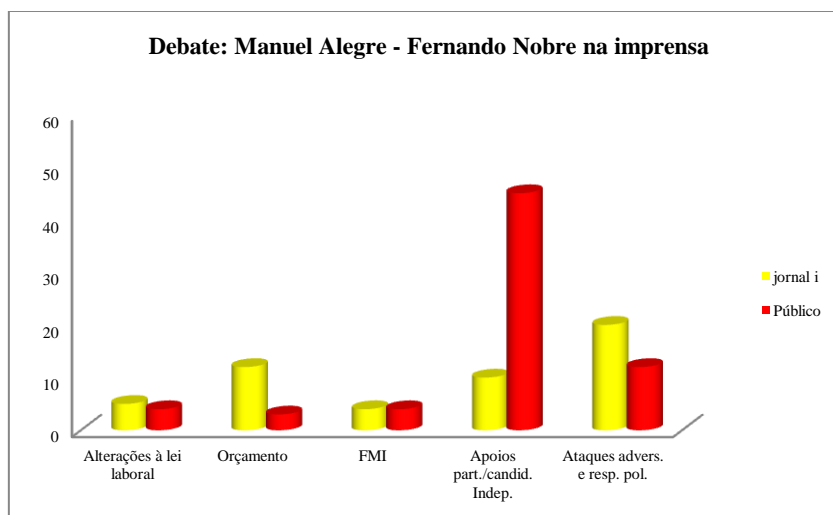


Gráfico n.º 5

As notícias publicadas nos jornais em análise destacam nos títulos os ataques aos adversários, que foi o tema dominante do debate televisivo entre Manuel Alegre e



Fernando Nobre, no entanto, no corpo da notícia, o Público dá um grande relevo à questão dos apoios partidários e das candidaturas independentes.

O debate televisivo entre Cavaco Silva e Manuel Alegre ficou marcado pelas acusações e ataques pessoais entre os dois. No decorrer do debate foram focados dez dos doze temas que identificámos (ver gráfico n.º 6), o que denota uma maior abrangência em termos de assuntos discutidos.

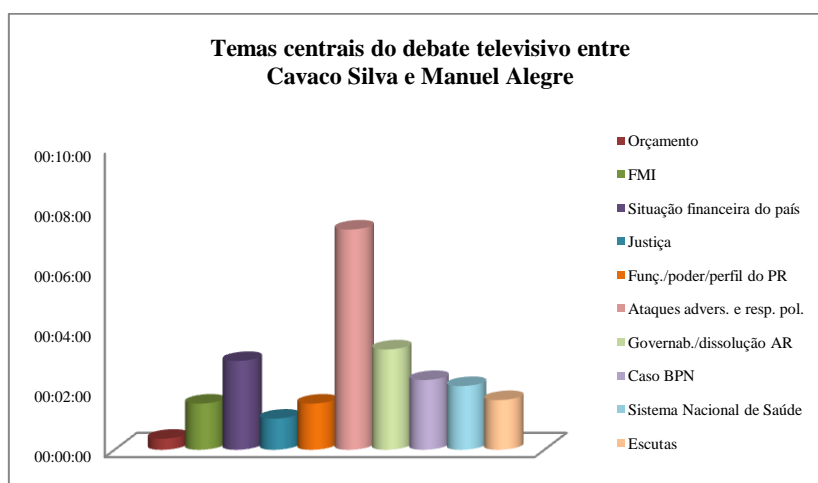


Gráfico n.º 6

Na imprensa escrita, o jornal i faz título com o tema da dissolução da Assembleia da República e o Público destaca o caso BPN. A notícia do Público dá maior relevo ao tema central do debate televisivo: as acusações e ataques a adversários e o jornal i ao tema da dissolução da Assembleia da República, mas há dois temas abordados no debate televisivo que não mereceram destaque por parte dos jornais. O i ignorou a abordagem às funções, aos poderes e ao perfil do Presidente da República e o Público as questões relacionadas com a governabilidade e a dissolução da Assembleia da República.

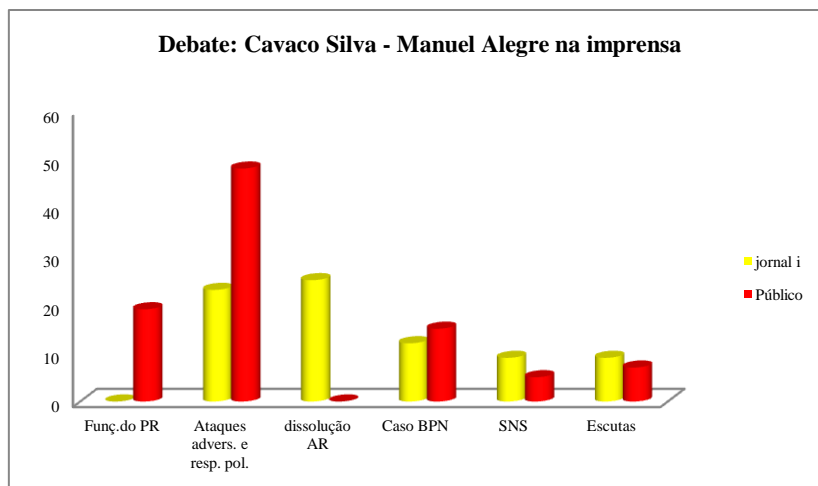


Gráfico n.º 7

É importante referir que, quer a televisão (RTP) quer os jornais em análise deram maior importância ao debate entre Cavaco Silva e Manuel Alegre, talvez porque, desde o início, as sondagens os colocavam nos primeiros lugares em termos de resultados eleitorais<sup>9</sup>. No jornal i a notícia referente a este debate foi publicada na secção Zoom, enquanto que as notícias dos outros debates foram publicadas na secção Radar. No Público, foi notícia na secção Destaque e os outros dois foram publicados na secção Portugal.

Além disso, o debate entre Cavaco Silva e Manuel Alegre teve uma duração de cerca de quarenta minutos, o que difere dos restantes. Tanto o jornal i, como o Público, fizeram um tratamento diferente deste debate, utilizando duas páginas. No i foi feita uma espécie de balanço dos debates e da prestação dos candidatos, utilizando várias fotografias (uma de cada candidato) para ilustrar essa análise. No Público também é feita uma pequena análise dos debates, acompanhada de uma fotografia de Defensor Moura, e são publicados dois artigos de opinião. Para ilustrar a notícia do debate é utilizada uma fotografia de Cavaco Silva e Manuel Alegre com os respectivos directores de campanha em estúdio.

### **Considerações finais**

Procurámos perceber a importância dos debates televisivos para a imprensa escrita e podemos verificar que representam um acontecimento revestido de critérios de noticiabilidade que levaram o jornal i e o Público a fazer notícia sobre eles.

Tentámos também aferir se um tema muito debatido em televisão corresponde a um tema central na imprensa escrita, se ocupa mais espaço na notícia e se tem direito a destaque no título. Verificámos, no entanto, que isso praticamente não se verifica, pois um tema muito debatido em televisão não corresponde a um destaque no título, nem a um destaque particular na notícia. Verificámos também que, em regra, a imprensa escrita dá preferência ao tema que ficou em “segundo lugar” no debate televisivo.

## Notas de texto

- 1- Segundo Traquina (2004), os critérios de noticiabilidade são “o conjunto de valores-notícia, que determinam se um acontecimento, ou assunto, é suscetível de se tornar notícia, isto é, ser julgado como merecedor de ser transformado em matéria noticiável”.
- 2- De acordo com os resultados oficiais publicados no site <http://www.presidenciais.mj.pt/index.html> [acedido no dia 28/jan/2011]
- 3- O jornal Público está dividido em quatro secções: Destaque, Portugal, Mundo, Economia, P2, Desporto e Espaço Público.
- 4- O jornal i está dividido em quatro secções: A – Opiniões, B – Radar, C – Zoom, D – Mais.
- 5- O governo aprovou nessa semana o pacote de medidas sobre a legislação laboral e por isso o tema estava na agenda pública e na agenda mediática.
- 6- Devido à crise financeira que Portugal atravessa, especula-se a vinda do Fundo Monetário Internacional a Portugal, caso o Governo recorra à ajuda do Fundo Europeu de Estabilização Financeira.
- 7- O Banco Português de Negócios, detido pela Sociedade Lusa de Negócios é um dos bancos investigados na operação «Furacão» por suspeitas de crime de fraude fiscal e branqueamento de capitais. Foi nacionalizado através da publicação da Lei n.º 62-A/2008 de 11 de Novembro.
- 8- Neste caso, terá estado envolvido o principal assessor do Presidente da República à época, Fernando Lima, que terá tornado públicas as suspeitas de que Cavaco Silva estaria a ser vigiado pelo Governo.
- 9- De acordo com uma sondagem da Eurosondagem, realizada antes dos debates televisivos (18 a 23 de Novembro de 2010), Cavaco Silva seria eleito com 57% e Manuel Alegre, ficaria em segundo lugar com 32%. Disponível em <http://presidenciais.com/2010/11/27/sondagem-eurosondagem-cavaco-silva-continua-na-frente/> [acedido no dia 28/Jan/2011]

## Bibliografia

PATTERSON, Thomas (1997). *Serão os media noticiosos actores políticos eficazes?* in Revista de Comunicação e Linguagens. Relógio D'Água Editores.

SERRANO, E. (2002). *Presidenciais 2001: temas e vozes na cobertura jornalística da campanha eleitoral*. Revista Media & Jornalismo. Volume I, n.º1

SERRANO, Estrela (2006). *Jornalismo Político em Portugal*. Edições Colibri

TRAQUINA, Nelson (2000). *Jornalismo 2000. O estudo das notícias no fim do século XX* in Revista de Comunicação e Linguagens. Relógio D'Água Editores.

TRAQUINA, Nelson et al, (2001). *O Jornalismo em Análise de Casos*. Lisboa: Caminho

TRAQUINA, Nelson (2004). *A tribo jornalística. Uma comunidade transnacional*. Lisboa: Editorial Notícias

### **Artigos de imprensa**

Jornal i, de 18/19 de dezembro de 2010

Público, de 18 de dezembro de 2010

Jornal i, de 23 de dezembro de 2010

Público, de 23 de dezembro de 2010

Jornal i, de 30 de dezembro de 2010

Público, de 30 de dezembro de 2010

### **Notas sobre a autora**

[catarina.dias@ipportalegre.pt](mailto:catarina.dias@ipportalegre.pt)

Membro colaborador do C3i-IPP, Centro Interdisciplinar de Investigação e Inovação do Instituto Politécnico de Portalegre.

Mestranda em Jornalismo, Comunicação e Cultura na Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Portalegre. Licenciada em Jornalismo e Comunicação (2007) e em Assessoria de Administração (2002).

Foi Assistente Convidada na Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Portalegre nos anos letivos de 2010/2011 e 2011/2012.

# O jornalismo do cidadão: a caserna do leitor d' o inimigo público<sup>1</sup>

## Citizen's journalism: O Inimigo público's caserna do leitor

### Le journalisme citoyen: la caserna do leitor de o inimigo público

João Paulo Duque Löbe Guimarães

#### **Resumo**

*Este artigo tem como objetivos fazer a análise da página Caserna do Leitor do sítio O Inimigo Público, aferindo da participação dos cidadãos na elaboração de conteúdos.*

*Para o efeito, aborda o ciberjornalismo, sob o ponto de vista dos novos conteúdos, nomeadamente, a interatividade. Analisa as questões relacionadas com o jornalismo do cidadão, desde os seus antecedentes até às suas potencialidades e limitações. Refere as teorias do riso e da sátira, bem como as suas técnicas principais. Aborda, ainda, a questão do infotainment.*

*Por fim, procedemos à análise de conteúdos da Caserna do Leitor, sobre a participação dos leitores, temas abordados, personagens satirizados e técnicas de sátira utilizadas.*

*As conclusões indicam que existe alguma participação dos leitores na página A Caserna do Leitor, que os temas mais abordados são a política e a sociedade e que são utilizadas as principais técnicas de sátira, embora os cidadãos jornalistas satíricos possam ser considerados amadores.*

**Palavras-Chave:** ciberjornalismo; interatividade; jornalismo do cidadão; infotainment; jornalismo satírico.

#### **Abstract**

*This article aims to analyze the webpage Caserna do Leitor in the site O Inimigo Público checking citizens' participation regarding published contents.*

*In order to do so, we refer to online journalism from the point of view of new content, namely interactivity. It analyses the issues related to citizen journalism, from its history up to its potential benefits and limitations.*

*It refers to the theories of laughter and satire, as well as their main techniques. It also discusses the issue of infotainment.*

*Finally, we analyzed the contents of Caserna do Leitor, regarding readers' participation, main topics, characters satirized and satire techniques employed.*

*The results indicate that there is some participation from readers on Caserna do Leitor webpage, that the most widely discussed subjects are politics and society and that the main techniques of satire are used, even if the citizen satiric journalists may be considered amateurs.*

**Keywords:** online journalism; interactivity; citizen journalism; infotainment; news satire.

## INTRODUÇÃO

O ciberjornalismo, que surgiu com o desenvolvimento das potencialidades da internet, utiliza uma nova linguagem que o distingue do jornalismo tradicional (Canavilhas, 2007). Essa linguagem engloba três características que permitem o desenvolvimento de novos conteúdos: a hipertextualidade, a multimedialidade e a interatividade (Canavilhas, 2007). A interatividade vai permitir ao recetor passivo tornar-se num emissor ativo (Alves, 2006), dando origem a uma forma de expressão que se desenvolveu a partir dos blogues (Correia, 2008).

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no III Seminário de I&DT, organizado pelo C3i – Centro Interdisciplinar de Investigação e Inovação do Instituto Politécnico de Portalegre, realizado nos dias 6 e 7 de dezembro de 2012.

Existindo alguma polémica sobre esta forma de expressão, que tem nomes diversos (Correia, 2008; Glaser, 2006), o que chamamos jornalismo do cidadão tem vindo a desenvolver-se de forma inequívoca. Assim, proliferam os vídeos no *Youtube* disponibilizados por jornalistas cidadãos, muitos sítios de jornais na internet disponibilizam páginas para conteúdos criados pelos cidadãos e desenvolvem-se sítios especificamente para conteúdos criados pelos cidadãos, como o *Ohmynews*. No entanto, apontam-se várias limitações ao jornalismo do cidadão, nomeadamente, em termos de credibilidade (Fenton, 2009; Gillmor, 2005).

O riso é uma prática inerente ao homem (Bergson, 1983). A sátira é o processo de atacar pelo ridículo em qualquer tipo de média (Hodgart, 2009). Tem quatro técnicas: a mordacidade, a redução, a invetiva e a ironia (Hodgart, 2009). O *infotainment* é uma mistura de notícias com entretenimento (Brants, 2005).

O sítio d' *O Inimigo Público* promove a participação dos cidadãos através da página *Caserna do Leitor*, onde são publicados artigos escritos por cidadãos (L. P. (Diretor) Nunes, 2012). O objetivo da nossa investigação é aferir qual o significado da participação dos cidadãos no sítio d' *O Inimigo Público*, quais são os temas abordados e quais as técnicas de sátira utilizadas. Para o efeito, elaboramos uma tabela de conteúdos, onde inscrevemos diversos itens: o nº de artigos disponíveis, o nº de colaboradores, os temas abordados e as personagens satirizadas. Esta análise foi, em parte, complementada com um esclarecimento do diretor d' *O Inimigo Público*.

## **O CIBERJORNALISMO E OS NOVOS CONTEÚDOS**

O ciberjornalismo é “la especialidad del periodismo que emplea el ciberespacio para investigar, producir y, sobre todo, difundir contenidos periodísticos” (Salaverría apud Canavilhas, 2007, p 4). Canavilhas refere a discussão existente sobre o termo, segundo vários autores, que empregam, também, outros termos como o jornalismo digital, jornalismo eletrónico, multimédia ou cibernético (Canavilhas, 2007). O primeiro exemplar digital de uma revista foi o da *Palo Alto Weekly*, dos EUA, em 1994, embora já tivessem existido experiências desde finais dos anos 80 (Salaverría, 2006).

A primeira fase deste novo jornalismo terá sido a do *shovelware* ou fac-simile, que era a reprodução simples da edição impressa de um jornal, a que se seguiu a do modelo adaptado,

que continha já algumas hiperligações para outras notícias. A terceira fase foi a do modelo digital, já pensado e criado para a internet, com recurso ao hipertexto e à possibilidade de comentar a informação. Finalmente, a quarta fase corresponde a um modelo multimédia (Gonzalez apud Canavilhas, 2007), em que as publicações aproveitam ao máximo as características da internet, nomeadamente, a interatividade, o som, vídeo, fotografia, ilustrações e gráficos (Canavilhas, 2007).

Em relação à evolução do ciberjornalismo em Portugal, Bastos destaca três fases: a da implementação (1995-98); a da expansão ou *boom* (1999-2000) e a da depressão seguida de relativa estagnação (2001-2010) (Bastos, 2010). A participação dos leitores não atingiu níveis satisfatórios porque os cibermedia se limitaram a abrir espaços e rubricas elementares (comentários, fóruns, participação em sondagens, etc.), em detrimento de rubricas do tipo «jornalismo do cidadão» (Bastos, 2010) e, também, porque investiram pouco no “diálogo permanente com as suas audiências” (Bastos, 2010, p 87).

Em 2005, existiam já 9000 edições digitais de diários impressos em todo o mundo (Yahoo apud Salaverría, 2006). Em Portugal, haveria 6 milhões de utilizadores da internet em 2005 (Clickz apud Salaverría, 2006). O acesso à internet continua a crescer em Portugal, atingindo 57% dos agregados domésticos em 2011 (Paisana & Lima, 2012). 91% dos internautas nacionais servem-se da internet para procurar notícias, dos quais 33% fazem-no semanalmente. No entanto, só 11,5% afirmam que colocam na sua rede social notícias de um jornal, TV ou rádio com uma frequência inferior à mensal (Paisana & Lima, 2012).

A nova linguagem, que permite o desenvolvimento de novos conteúdos engloba três características: a hipertextualidade, a multimedialidade e a interatividade (Canavilhas, 2007). A hipertextualidade é a “capacidad de hacer conexiones entre nodos de información a través de enlaces” (Canavilhas, 2007, p 7). A multimedialidade é a “posibilidad de que esos nodos de información sean de características tan diferentes como texto, vídeo o audio” (Canavilhas, 2007, p 7). Quanto à interatividade, é a “capacidad del usuario para interactuar con el contenido” (Canavilhas, 2007, p 7). É a utilização simultânea destes três fatores numa notícia *web* que permite ao utilizador fazer uma leitura personalizada da informação disponível, fragmentando-a em áreas de interesse a que “llamamos personalización de contenidos” (Canavilhas, 2007, p 7).

Existem, já, muitas publicações que recorrem a conteúdos próprios (Salaverría, 2006). O jornalismo participativo é um desafio para o futuro da imprensa digital (Gillmor apud Salaverría, 2006), no qual o diálogo com o público e a interatividade se configuram como elementos fundamentais, assim como a questão económica, que remete para a própria sobrevivência do jornalismo (Salaverría, 2006). Desta forma, “o jornalista vai perdendo o monopólio do jornalismo, enquanto cidadãos, que até bem pouco tempo atrás não tinham como publicar e chegar a grandes audiências, encontram na *web* formas de comunicar suas mensagens” (Alves, 2006, p 99). O recetor passivo transforma-se num emissor ativo, “com potencial até de, em certos casos, chegar a audiências comparáveis às dos meios de comunicação de massa tradicionais” (Alves, 2006, p 99).

## **O JORNALISMO DO CIDADÃO**

Em relação ao jornalismo do cidadão, “o primeiro esboço estava a ser escrito, em parte, por aqueles a quem as notícias se destinavam” (Gillmor, 2005, p 12). Tornou-se possível devido às “novas ferramentas de comunicação disponíveis na Internet” (Gillmor, 2005, p 12). Assim, “num mundo de comunicações por satélite e fibras óticas, o jornalismo em tempo real é uma rotina; mas agora, nós, os jornalistas, acrescentámos os conhecimentos do público sobre a matéria a tratar” (ibidem, p 14). O jornalismo vai-se transformar “em algo mais profundamente cívico e democrático” (Gillmor, 2005, p 14). A produção de notícias deixou de ser um domínio quase exclusivo dos jornalistas, das pessoas de quem eles falavam e dos profissionais de relações públicas e marketing (Gillmor, 2005). No futuro, “a linha divisória entre produtores e consumidores vai esbater-se, provocando alterações, que só agora começamos a antever, nos papéis de cada um dos grupos” (Gillmor, 2005, p 15). No blogue *Center for Citizen Media*, Gillmor refere os princípios pelos quais se deve reger o jornalismo do cidadão: a precisão, o rigor, a equidade, a transparência e a independência («KCNN: Principles Module», 2005).

O jornalismo do cidadão pode ser apelidado das mais diversas formas: “*networked journalism, participatory journalism, open source journalism, we media, grassroots journalism e participatory media*” (Correia, 2008, p 13). O sítio *OhmyNews*, da Coreia do Sul, é um dos maiores exemplos de jornalismo de cidadão. Knowles engloba os blogues, preferindo chamá-lo de jornalismo conversacional (Knowles apud Correia, 2008). O jornalismo *open source* permite que “várias pessoas (que não apenas os jornalistas) escrevam



e, sem a castração da imparcialidade, deem a sua opinião, impedindo assim a proliferação de um pensamento único” (Moura apud Correia, 2008, p 16). Existe alguma controvérsia a propósito dos termos para definir este conceito (Glaser, 2006). Kalehoff afirma que o termo jornalismo seria mais facilmente entendido (Kalehoff apud Glaser, 2006). Glaser refere as potencialidades das novas tecnologias (Glaser, 2006).

Um dos conceitos-chave do jornalismo do cidadão é de que os repórteres e produtores de média *mainstream* não são o centro exclusivo de conhecimento sobre um assunto, pois a audiência sabe mais coletivamente do que o repórter sozinho (Glaser, 2006). Atualmente, “many of these Big Media outlets are trying to harness the knowledge of their audience either through comments at the end of stories they post online or by creating citizen journalist databases of contributors or sources for stories” (Glaser, 2006).

A mais antiga expressão desta forma de comunicação surgiu nos finais do séc. XVIII, com Thomas Payne, que publicou panfletos “acerca da revolta, da liberdade e da governação” (Gillmor, 2005, p 22). Foram, ainda, importantes “os autores anónimos dos *Federalist Papers*” (Gillmor, 2005, p 22), que constituíram um fórum de discussão sobre a Constituição dos EUA. Quanto aos *muckrackers*, estes “chamaram a si a função de serviço público dos jornais ao exporem uma grande diversidade de escândalos” (ibidem, p 23). A rádio assumiu, também, um papel preponderante através dos programas de debates que surgiram a partir de 1945, que permitiam a participação dos ouvintes, expondo as suas opiniões através da rádio (Gillmor, 2005). Mas, foi o desenvolvimento do PC e da internet, através das publicações nos blogues, a partir dos anos 90, que fizeram emergir o jornalismo cívico no início do séc. XXI, com grande expressão na tragédia do 11 de setembro, com partilha de fotografias, comentários e informações pessoais (Gillmor, 2005). Outros dos antecedentes do jornalismo do cidadão foram as cartas do leitor que, durante o regime do Estado Novo, em Portugal, quando a opressão era visível e clara, foram uma “oportunidade para os opositores do regime exprimirem as suas ideias e opiniões, ou pelo menos tentarem” (Correia, 2008, p 10).

O movimento original do jornalismo cívico teve o seu início nos EUA com duas variantes, a *public* e *civic journalism*. O primeiro “pretendia impor uma nova agenda de opinião e se tornar o intérprete dos cidadãos quanto à hierarquia dos problemas e à escolha das soluções pela comunidade” (Abreu apud Correia, 2008, p 14). Quanto ao segundo, surgiu na década de

1970, “por iniciativa de um industrial de petróleo, que decidiu financiar projetos de jornalismo tendentes a enaltecer os valores democráticos” (Abreu apud Correia, 2008, p 14).

Os blogues são “os principais responsáveis pela modificação da forma de comunicar e informar” (Correia, 2008, p 5). Tendo nascido como uma espécie de diário *online*, tiveram a sua grande expansão em 2003 (Santos apud Correia, 2008). A sua definição tornou-se, também, mais abrangente, sendo considerados uma ferramenta de expressão, comunicação e socialização que serviu para “ tejer un complejo subespacio de comunicación en la Red que conocemos como blogosfera” (Fumero et Roca apud Correia, 2008, p 6).

É o próprio espaço disponível que permite o crescimento do potencial de uma pluralidade de fornecedores de notícias que ameaçam o monopólio das corporações internacionais, ”opening up news production to all citizens able to get access to a computer and the right software” (Fenton, 2009, p 8). Assim, “the blogosphere has been credited with taking on the major news corporations through instant feedback that is often lively, openly subjective and highly critical” (Fenton, 2009, p 8). A norma, no entanto, são comentários fragmentados em vez de uma análise sustentada (Fenton, 2009). Deste modo, os valores das velhas notícias podem ser substituídos por reclamações populistas ou mesmo por publicidade pessoal (Fenton, 2009). Outra crítica que a autora tece é a da falta de prestação de contas e o anonimato dos que publicam na internet, o que traz preocupações sobre a verificação e precisão de informação (Fenton, 2009). Teme-se, mesmo, que seja uma ameaça económica “with grave consequences for politics and public life” (Singer apud Fenton, 2009, p 11). Além disso, “the increasing presence of non-professional or ‘citizen’ journalists is suggestive of a type of journalistic autonomy that may be able to disrupt and change institutionalized journalism in particular ways in certain circumstances (although currently these instances are rare)” (Fenton, 2009, p 14).

No entanto, Gillmor acredita num “equilíbrio que, simultaneamente, preserve o que o sistema atual tem de melhor e estimule o emergente jornalismo de publicação pessoal, o do futuro” (Gillmor, 2005, p 19). Assim, em relação às máquinas fotográficas digitais, “as redes de banda mais larga e a quase omnipresença desse tipo de máquinas nas mãos das pessoas comuns dão-nos a certeza de que todos os grandes acontecimentos [...] serão vistos, e gravados, por várias ou mesmo por muitas pessoas” (ibidem, p 51). Por outro lado, tanto as

fontes, entre políticos, empresários e instituições poderosas, como os jornalistas, ficaram sujeitos a um maior escrutínio (Gillmor, 2005).

Segundo dados do *Pew Internet & American Life Project*, em 2010, nos EUA, 37% dos utilizadores da internet contribuíram para a criação de notícias, comentaram-nas, ou disseminaram-nas através de publicações no *Facebook* ou no *Twitter* (Purcell & Rainie, 2010). “As ferramentas de criação espalharam-se por toda a parte e estão a melhorar” (Gillmor, 2005, p 164). Por outro lado, “centenas de milhões de pessoas, nos Estados Unidos e no estrangeiro, usam telemóveis com máquinas fotográficas” (Gillmor, 2005, p 164). Para o autor, “o repórter do futuro – amador ou profissional – estará equipado com uma espantosa caixa de ferramentas” (ibidem, p 165).

Porém, mesmo o jornalismo cívico, das bases, “tem vindo acompanhado de graves questões, que incluem tanto a veracidade como a mais completa fraude” (ibidem, p 173). É o caso das fotografias manipuladas de forma imprópria, vídeos adulterados, técnicas feitas à medida da internet, “onde as mentiras se espalham rapidamente e podem causar imensos prejuízos antes de a verdade vir ao de cima” (ibidem, p 177). Outro dos problemas referidos por Gillmor é o dos embustes (Gillmor, 2005).

Existem, contudo, formas de contornar este problema, pois “nos projetos de fonte aberta, a combinação de todos aqueles olhos e pensamentos pode criar um fenómeno de autocorreção” (Gillmor, 2005, p 186). No entanto, “estes novos média criaram, ou pelo menos exacerbaram, difíceis questões de credibilidade e de justeza” (ibidem, p 228). O autor, ainda assim, tem confiança que estas dificuldades venham a ser ultrapassadas. Nesse sentido, “os cidadãos têm de ser utentes ativos das notícias” (ibidem, p 229).

## **O JORNALISMO SATÍRICO OU O *INFOTAINMENT***

O jornalismo satírico não está, propriamente, contextualizado e definido pelos autores que mais o estudaram (Humorgrafe, 1997; Sousa, 1998; Medina, 2008; França, 2007). Para Sousa, o termo caricatura, no âmbito francófono, engloba “todo o desenho de imprensa de cunho humorístico-satírico, termo esse que os anglo-saxões substituíram por *Cartoon*” (Sousa, 1998, p 9). Medina refere, no séc. XIX, os “pioneiros do nosso jornalismo satírico ilustrado, de tão promissor porvir nesse século e no seguinte, com o longo eclipse da ditadura do séc. XX,

entre 1926 e 1974” (Medina, 2008, p 29) mas, também, não esclarece o conceito. Para França, o termo utilizado é de jornais humorísticos ilustrados (França, 2007).

Na ausência de um conceito esclarecedor, importará, pois, esclarecer os conceitos de riso, humor e sátira para caracterizar este gênero jornalístico. O riso foi estudado por Bergson, como próprio da condição humana (Bergson, 1983). Para este autor, o riso tem um significado social e é provocado pela comicidade (Bergson, 1983). O humor é o inverso da ironia, sendo ambos duas formas de sátira, a segunda de natureza retórica, sendo o primeiro mais científico, já que se acentua, quanto mais se desce no interior do mal, “para lhe notar as particularidades com mais fria indiferença” (Bergson, 1983, p 57).

O riso resulta de contrações musculares e será inerente à espécie humana (Homem, 2011). No entanto, Fossey e Provine estudaram experimentalmente o riso e “admitiram que gorilas e chimpanzés pudessem ser atreitos a exteriorizações comportamentais muito idênticas às do riso do homem” (Homem, 2011, p 64). Por outro lado, Provine “comprovou que a maior parte das respostas de sorriso – ou mesmo de riso moderado – eram inerentes a comportamentos normais de sociabilidade e de comunicação, não sendo inevitável a presença de elementos de rábula” (Homem, 2011, p 64). Assim, o riso “surge como uma resposta adaptativa a dinâmicas coletivas de sociabilidade”(Homem, 2011, p 64).

A sátira é "the process of attacking by ridicule in any medium" (Hodgart, 2009, p 7). O termo pode ser usado em vários sentidos: como uma obra literária, coletivamente como o conjunto destas obras literárias e, numa definição mais moderna, como o emprego na escrita ou na fala de sarcasmo, ironia, ridículo, etc., para denunciar e expor o vício, a tolice, abusos ou males de qualquer gênero (Hodgart, 2009). Dos muitos temas de sátira, o mais proeminente é o da política (Hodgart, 2009). Para este autor, excelentes sátiras podem ser encontradas no jornalismo, através da história (Hodgart, 2009), nomeadamente, o jornal francês *Le Canard Enchaîné*. Para este investigador, a caricatura e o *cartoon* representam a “sátira visual tradicional” (Hodgart, 2009, p 243).

A essência da anedota e da sátira literária é a mordacidade (*wit*), que é distinta do humor (Hodgart, 2009) e que, no sentido moderno, é “«the power of giving pleasure by combining or contrasting ideas», the quality of speech or writing which can «surprise and delight by its unexpectedness»” (Hodgart, 2009, p 111). Outra técnica da sátira é a da redução, que consiste

na degradação ou desvalorização da vítima, reduzindo a sua estatura ou dignidade (Hodgart, 2009). A invetiva é uma mais úteis armas da sátira e uma arte que requiere elegância de forma “to set off grossness of content, and learned allusiveness to set off open insult” (Hodgart, 2009, p 130). È utilizada pelos satiristas para causar um efeito de choque (Hodgart, 2009). O mecanismo *standard* é, no entanto, a ironia, que significa literalmente dissimulação e é o uso sistemático de um duplo sentido (Hodgart, 2009).

Zink refere a origem romana da sátira, afirmando que esta “consiste numa mistura de géneros com fim violento” (Zink, 2001, p 29). Quanto ao escritor satírico, este “tem um alvo preciso e usa de um humor truculento para lograr eficácia” (Zink, 2001, p 29). Por outro lado, “a sátira, sobretudo a que se aplica ao domínio do político, maneja um riso de desqualificação ou de rebaixamento” (Homem, 2011, p 67). Pretende-se provar que o adversário político “não possui a qualidade bastante para o exercício das responsabilidades públicas que aceitou exercer”(Homem, 2011, p 67). Surgiu na imprensa portuguesa há 149 anos, “utilizando um humor panfletário e agressivo, mais como insulto que como graça” (Humorgrafe, 1996, p 9) com a regularidade na publicação do *Suplemento Burlesco* de *O Patriota*, que foi publicado entre 1847 e 1853 (Sousa, 1998).

Considerando os conceitos apresentados, podemos afirmar que o jornalismo satírico será, então, um género jornalístico humorístico que utiliza a sátira como forma de crítica, nomeadamente, política, atacando pelo ridículo os «atores» deste palco da comunicação contemporânea.

O *infotainment* “é uma combinação entre a reportagem factual e as convenções normalmente associadas ao entretenimento ficcional” (J. Hartley apud Cabrera, 2010, p 212) ou "mistura elementos de informação política em programas de entretenimento, ou características de entretenimento em programas tradicionalmente informativos" (Brants, 2005, p 50). É dentro desta categoria de programas que Cabrera vai classificar *The Daily Show* e *O Gato Fedorento Esmiúça os Sufrágios* (Cabrera, 2010).

Brants, que analisou os efeitos do *infotainment* na televisão e na campanha eleitoral na Holanda, afirma que a questão é saber se o *infotainment* “é o resultado e, ao mesmo tempo, prova da crise da comunicação política em democracia” (Brants, 2005, p 40). É associado à tabloidização da imprensa e à qualidade do sistema democrático (Brants, 2005). Segundo

Brants, Blumler e Gurevitch, a crise da comunicação pública e a invasão comercial terá levado à origem do *infotainment* (Brants, 2005). No entanto, “o *infotainment* ou a popularização da política [...] é, segundo creio, problemática em três aspetos: em primeiro lugar, se constitui a principal forma pela qual a política é representada; em segundo, se leva a que se omitam outros aspetos; em terceiro, se conduz a uma distorção da imagem da política” (Brants, 2005, p 52).

## ESTUDO DE CASO

### Metodologia

A metodologia escolhida foi de análise de dados qualitativos. Foi, ainda, enviado um questionário a *O Inimigo Público*, que pretendia aferir da frequência de atualização dos conteúdos, de alguma forma de filtragem dos artigos que pudesse ser feita na seleção dos mesmos artigos e do próprio grau de participação dos cidadãos.

<b>Perguntas de partida</b>	1 - Qual é o significado da participação dos cidadãos no sítio de <i>O Inimigo Público</i> ?
	2 - Que tipos de participação têm os cidadãos no sítio de <i>O Inimigo Público</i> ?
	3 - Quais são os temas abordados?
	4 – Quais as técnicas de sátira utilizadas?
	5 – Qual a partilha no <i>facebook</i> dos conteúdos da <i>Caserna do Leitor</i> ?
<b>População</b>	Conteúdos publicados na página <i>Caserna do Leitor</i> do sítio na internet d’ <i>O Inimigo Público</i> <sup>2</sup> .
<b>Instrumento</b>	Construção de uma tabela de análise de conteúdos, onde foram referenciados os seguintes itens: 1- nº de artigos; 2 – nº de colaboradores; 3 –; destaques; 4 - frequência de renovação dos artigos; 5 - temas (política, sociedade, cultura/média, desporto, pessoas); 6 – personagens satirizadas; 7 – «gosto» no <i>facebook</i> ; 8 – sátira; 9 – técnicas de sátira.
<b>Hipóteses</b>	<b>Hipótese 1:</b> Os cidadãos têm uma grande participação nos conteúdos da <i>Caserna do Leitor</i> .
	<b>Hipótese 2</b> Os cidadãos têm uma pequena participação nos conteúdos da

	<i>Caserna do Leitor.</i>
	<b>Hipótese 3:</b> Os cidadãos não têm participação nos conteúdos da <i>Caserna do Leitor.</i>
	<b>Hipótese 4:</b> As principais técnicas de sátira são utilizadas pelos cidadãos jornalistas na <i>Caserna do Leitor.</i>
	<b>Hipótese 5:</b> As principais técnicas de sátira não são utilizadas pelos cidadãos jornalistas na <i>Caserna do Leitor.</i>
	<b>Hipótese 6:</b> Os artigos publicados pelos cidadãos jornalistas na <i>Caserna do Leitor</i> têm muita partilha no <i>facebook</i> .
	<b>Hipótese 7:</b> Os artigos publicados pelos cidadãos jornalistas na <i>Caserna do Leitor</i> têm pouca partilha no <i>facebook</i> .

**Tabela 1:** Metodologia

### Análise de conteúdos

Nº de artigos		18	«Gosto» no <i>facebook</i> <sup>3</sup> (Humorista, 2012)	Sátira	Técnica de sátira
Nº de colaboradores		10			
Destaques		1 <sup>4</sup>			
Temas <sup>5</sup>	Mundo	1	10	Sim	Mordacidade e redução
	Política	4	72	Sim	Mordacidade e redução
	Desporto	1	6	Sim	Mordacidade e redução
	Sociedade	6	339	2 não e 4 sim	Mordacidade, redução e ironia
	Cultura	1	26	Sim	Mordacidade e redução
	Local	3	54	Sim	Mordacidade, redução e ironia
	Média	1	13	Sim	Mordacidade, redução e ironia
<b>Frequência de renovação dos artigos</b>				Mais de um mês	

<b>Personagens satirizados</b>	Fernando Nobre	1	Hugo Chávez	1
	Paul Thomsen	1	Reinaldo Teles	1
	Lili Caneças	1	Assunção Esteves	1
	Cinha Jardim	1	Miguel Macedo	1
	Eduardo Catroga	2	Passos Coelho	2
	José Sócrates	2	Cavaco Silva	1
	Medina Carreira	1	Santo António	1
	Miguel S. Tavares	1	António Costa	1
	Vasco Granja	1	Khadafi	1
	Pinto da Costa	1	Hugo Chávez	1
			Reinaldo Teles	1

**Tabela 2:** Tabela de análise de conteúdos da *Caserna do Leitor*

### **Análise de resultados**

Na análise efetuada, detetamos 18 artigos, dos quais 4 repetidos na seção «Outras Notícias». Foram escritos por 10 cidadãos, tendo um deles escrito 7 (maxi) e outros dois, 2 (Sérgio Mak Costa e Rui jacaré). Estes resultados denotam alguma participação dos leitores, embora uns de forma mais frequente. Em relação aos destaques, este manteve-se o mesmo, não havendo qualquer renovação neste campo, o que denota alguns problemas de atualização de conteúdos. Esta constatação é realçada pelo fato de, no período observado, não ter havido qualquer renovação dos artigos publicados, o que denota, também, falta de participação dos cidadãos.

Quanto à temática dos artigos, na sua maioria, eles são de uma temática de Sociedade (5), Política (4) e, com alguma expressão, o Local (3). Estes resultados vão no sentido dos próprios conteúdos do semanário *O Inimigo Público* que são, na sua maioria, de natureza política. A temática que se destaca é, portanto, a Sociedade, embora, muitas vezes, com personagens políticos (Cavaco Silva, Passos Coelho, etc.).

Em relação às personagens satirizadas, não houve uma que se destacasse, tendo ficado empatados Eduardo Catroga, José Sócrates e Passos Coelho (2). Estes resultados apontam para a data em que terão sido publicados a maioria dos artigos, pelo seu contexto, que terá sido há mais de um ano, ainda com o Governo de José Sócrates no poder. Verificou-se, assim,



a segunda hipótese, por se considerar que os cidadãos têm, ainda, pouca participação nos conteúdos da *Caserna do Leitor*. Quanto às técnicas de sátira utilizadas, embora de uma qualidade literária amadora, verificou-se a Hipótese 4. Finalmente, em relação à partilha no *facebook*, ela foi bastante inferior às outras publicações do jornal, pelo que se verificou a Hipótese 7.

Em relação ao questionário enviado a *O Inimigo Público* e que foi respondido pelo seu diretor, a *Caserna do Leitor* “foi uma boa ideia que nunca funcionou. Nós a determinada altura fomos postos fora do Público e deixámos de te contacto direto com os programadores. E eles nunca mais nos ligaram” (L. P. Nunes, 2012). Desta forma, *O Inimigo Público* e a *Caserna do Leitor* deixaram de ser prioridades do jornal (L. P. Nunes, 2012). Esta resposta justifica a falta de renovação dos conteúdos e mesmo o desinvestimento do jornal *Público* na participação dos jornalistas satíricos cidadãos e no próprio *O Inimigo Público*.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O ciberjornalismo, através da disponibilização de novos conteúdos, permitiu o desenvolvimento de uma nova linguagem, na qual se destaca a característica da interatividade (Canavilhas, 2007). Esta vai permitir a participação dos cidadãos nos conteúdos das notícias, provocando o desenvolvimento do chamado jornalismo do cidadão (Gillmor, 2005; Glaser, 2006; Correia, 2008). Este tipo de participação pública nas notícias, sendo questionável, tem assumido um grande desenvolvimento através da internet. *O Inimigo Público* promove esta participação no seu sítio, através da página *Caserna do Leitor*. Embora a expressão das participações dos cidadãos nesta página e a sua divulgação no *facebook* sejam, ainda, modestas, elas já tem alguma expressão. Há colaboradores mais prolíficos do que outros e diversas temáticas são abordadas. Estas notícias assumem a forma de *infotainment* (Brants, 2005), pois utilizam a interferência de séries (Bergson, 1983), para misturarem alguma informação verdadeira com entretenimento na construção do humor. Por outro lado, nas circunstâncias económicas atuais no jornalismo, há, claramente, um desinvestimento no jornalismo satírico e na participação dos seus leitores.

A sátira utilizada, ao atacar pelo ridículo personagens ou situações (Hodgart, 2009), emprega técnicas como a mordacidade, já que combinam ideias contrastantes, a redução, pois desvalorizam a dignidade da «vítima» ao associá-la a ações fora do seu âmbito normal de vida

política (como Cavaco Silva a medalhar turistas) e a ironia, na utilização do duplo sentido. A invetiva, mais elaborada, não foi por nós considerada presente nestes artigos. Consideramos, assim, que estes artigos, sendo escritos por amadores, não são, puramente, obras artísticas de sátira, embora utilizem as suas técnicas principais.

Para uma futura investigação, será necessário aferir do grau de participação dos cidadãos no *twitter* e na página do *Facebook* de *O Inimigo Público*.

### NOTAS DE TEXTO

2 - Observação de 1 mês da página Caserna do Leitor (L. P. (Diretor) Nunes, 2012), em que foram registados os dias 18, 22, 23, 26 e 27-05-2012, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 10, 11, 12, 14 e 21-06-2012, o que correspondeu à totalidade dos artigos publicados até à data.

3 - Nas mesmas datas, a página do *facebook* de *O Inimigo Público* teve um total de 14 publicações com um máximo de 346 gostos.

4 - «Funcionários públicos obrigados a realizar teste de Índice de Massa Corporal».

5 - Os temas são os mesmos da edição *online* do *Público*

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Alves, R. C. (2006). Jornalismo digital: Dez anos de web... e a revolução continua. *Comunicação e Sociedade*, 9-10, 93-102. Obtido de [http://revcom2.portcom.intercom.org.br/index.php/cs\\_um/article/view/4751/4465](http://revcom2.portcom.intercom.org.br/index.php/cs_um/article/view/4751/4465)

Bastos, H. (2010). *Origens e evolução do ciberjornalismo em Portugal*. Porto, Portugal: Edições Afrontamento.

Bergson, H. (1983). *O riso, ensaio sobre a significação do cômico* (2<sup>a</sup> ed.). Rio de Janeiro, Brasil: Zahar Editores.

Brants, K. (2005). Quem tem medo do infotainment? *Media & Jornalismo - Revista do Centro de Investigação Media e Jornalismo*, 7(7), 315-335. doi:10.1177/0267323198013003002

Cabrera, A. (2010). O Humor na Campanha Eleitoral: Legislativas 2009 em Portugal. *Media & Jornalismo - Revista do Centro de Investigação Media e Jornalismo*, 9(17), 18.

Canavilhas, J. (2007). *Webnoticia: Propuesta de Modelo Periodístico para la WWW*. Covilhã, Portugal: Labcom Books. Obtido de <http://www.labcom.ubi.pt/livroslabcom/pdfs/canavilhas-webnoticia-final.pdf>.

Correia, F. (2008). Jornalismo do cidadão – quem és tu? *BOCC*. Obtido de <http://bocc.ubi.pt/pag/correia-frederico-jornalismo-do-cidadao.pdf>

Fenton, N. (2009). Drowning or Waving? New Media, Journalism and Democracy. Em N. Fenton (Ed), *New Media, Old News: Journalism and Democracy in the Digital Age* (pp 3-16). Sage Publications Ltd.

França, J. A. (2007). *Rafael Bordalo Pinheiro: O português tal e qual* (3<sup>a</sup> ed.). Lisboa, Portugal: Livraria Bertrand.

Gillmor, D. (2005). *Nós, Os Média* (2005th ed.). Lisboa, Portugal: Editorial Presença. Obtido de <http://oreilly.com/catalog/9780596007331/book/index.csp>

Glaser, M. (2006, Setembro 27). Your Guide to Citizen Journalism. *Mediashift Your Guide to the Digital Media Revolution*. Obtido de <http://www.pbs.org/mediashift/2006/09/your-guide-to-citizen-journalism270.html>

Hodgart, M. (2009). *Satire: Origins and Principles*. New Jersey, EUA: Transaction Publishers.

Homem, A. C. (2011). Riso, Sátira e Caricatura: Algumas Considerações. *Humor AmadoraBD* (pp 64-69). Amadora, Portugal: Câmara Municipal da Amadora.

Humorgrafe. (1996). *Iconografias da sátira contemporânea : homenagem a Raphael Bordalo Pinheiro nos 150 anos do seu nascimento*. Lisboa, Portugal: Humorgrafe.

Humorgrafe. (1997). *150 anos da caricatura em Portugal*. Porto, Portugal.

Humorista, J. H. (2012). Inimigo Público | Facebook. *Inimigo Público*. facebook. Obtido Outubro 8, 2012, de <http://www.facebook.com/pages/Inimigo-P%C3%BAblico/99134956781>

KCNN: Principles Module. (2005). *JLab - Knight Community News Network*. Obtido Julho 2, 2012, de <http://www.kcnn.org/principles>

Medina, J. (2008). *Caricatura em Portugal: Rafael Bordalo Pinheiro, pai do Zé Povinho*. Lisboa, Portugal: Edições Colibri.

Nunes, L. P. (2012, Outubro 18).

Nunes, L. P. (Diretor). (2012). Caserna do Leitor. *O Inimigo Público*. Obtido Julho 8, 2012, de <http://inimigo.publico.pt/CasernaDoLeitor>

Paisana, M., & Lima, T. (2012). *A Sociedade em Rede em Portugal 2012 – A Internet em Portugal* (p 35). Lisboa, Portugal: OberCom - Observatório da Comunicação.

Purcell, K., & Rainie, L. (2010). *Understanding the Participatory News Consumer*. Pew Internet & American Life Project. Obtido de <http://pewinternet.org/Reports/2010/Online-News.aspx>

Salaverría, R. (2006). Construyendo un nuevo periodismo. Diez años de logros y retos en la prensa digital. *Comunicação e Sociedade*, 9-10, 129-137.

Sousa, O. M. de. (1998). *História da arte da caricatura de imprensa em Portugal* (Vol. I: Na Monarquia 1847/1910). Lisboa, Portugal: Humorgrafe/S.E.C.S.

Zink, R. (2001). *O Humor de Bolso de José Vilhena* (1ª ed.). Celta Editora.

## **NOTAS SOBRE O AUTOR**

**Endereço de correio eletrónico para contacto:** joalobe@sapo.pt

**Afiliação institucional:** Escola Superior de Educação de Portalegre, Instituto Politécnico de Portalegre

### **Breve nota biográfica**

Nasceu no Porto em 10-11-1966, é licenciado em Turismo e Termalismo pela Escola Superior de Educação de Portalegre (2003) e fez o curso de mestrado em Jornalismo, Comunicação e Cultura na mesma escola (2012), onde prepara a sua dissertação de mestrado sobre a temática do jornalismo humorístico.

# Títulos de notícias: o que nos dizem, como nos dizem<sup>1</sup>

## News titles: what they say, how they say it

Maria Filomena Barradas

### Resumo

Na presente comunicação, ter-se-á como *corpus* de análise alguns títulos de primeira página do semanário *O Independente*.

Com funções informativas e apelativas, os títulos observados retiram a sua força de dispositivos retóricos como a ironia, a metáfora e a metonímia. Comumente designadas como “figuras de estilo” e consideradas como um ornato do discurso, ver-se-á como estas figuras são consubstanciais a qualquer discurso, já que é através delas que o pensamento toma forma, sendo, por isso, fundamentais para qualquer estratégia comunicacional.

**Palavras-chave:** títulos; primeira página; dispositivos retóricos; *O Independente*

### Abstract

In this paper, some of the front page titles of the weekly newspaper *O Independente* will be taken into account.

These titles are both informative and compelling, and their strength can be explained by the use of rhetorical devices such as irony, metaphor and metonymy. Commonly referred as “figures of speech” and regarded as ornament, we will see how that these devices are intrinsic to any discourse. In fact, it is through them that thought takes shape, being, therefore, so they are crucial to any strategy communication.

**Key words:** titles; front page; rhetoric devices; *O Independente*

Um dos aspectos unanimemente apontados como inovador e distintivo d’*O Independente* relaciona-se com o seu “estilo”. Este aspecto relaciona-se com a enunciação e com o discurso adoptado dentro de uma redacção. As suas características distintivas tornam-no facilmente identificável e permitem integrar a publicação em categorias, como sejam a imprensa de referência ou a imprensa tablóide.

Nesse sentido, o estilo tem que ver, portanto, quer com os eventos que são noticiáveis pelos jornais, quer com o modo como tais eventos são trabalhados na sua transposição para a escrita.

O Estatuto Editorial d’*O Independente*, ao definir como linhas mestras a visão conservadora, a defesa do liberalismo económico, a crença nas elites e a defesa daquilo que é português, dava pistas importantes no que respeita àquela que era a cultura de

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no III Seminário de I&DT, organizado pelo C3i – Centro Interdisciplinar de Investigação e Inovação do Instituto Politécnico de Portalegre, realizado nos dias 6 e 7 de Dezembro de 2012.

redacção do jornal. Em simultâneo, as mudanças políticas, sociais e económicas verificadas em Portugal exigiam um novo tipo de discurso jornalístico, a que *O Independente* procurará (com sucesso) dar forma.

A consciência de que existia um estilo “à *Independente*”, distinto em relação a outros órgãos de imprensa, fica clara, nomeadamente na comemoração do primeiro aniversário, onde, numa reportagem assinada por Helena Sanches Osório, a jornalista afirma, peremptória, que

“modificámos completamente as relações displicentes que se tinham estabelecido entre os que podem ser objecto de notícia e os jornais e entre estes e o público”<sup>1</sup>.

*O Independente* desejava conquistar leitores junto de um público heterogéneo, no momento histórico que representava a consolidação da democracia portuguesa, pelo que era urgente inventar uma forma de contar que fosse distinta, encontrando uma retórica, isto é, uma forma de conformação dos pensamentos em palavras, com a qual os leitores se identificassem. Por isso, o jornal adopta um registo próximo da coloquialidade e do conversacional – ou, dito de outro modo – um registo popular. No entanto, esta popularização foi, a muitos níveis, apenas aparente, pois *O Independente* dava destaque a assuntos que são eminentemente do âmbito da “imprensa séria” e o leitor do semanário é jovem, urbano, letrado e cosmopolita, um perfil que se afasta do perfil do leitor de tablóides<sup>2</sup>.

As primeiras páginas são um dos aspectos mais eloquentes da criação de uma retórica própria n’*O Independente*: nelas pontificavam imagens e manchetes apelativas, que, ao chamarem a atenção do leitor e ao despertarem a sua curiosidade, conduziam à compra do jornal. As estratégias usadas nas manchetes, como se verá, entroncavam no eficiente uso de certos dispositivos retóricos, propiciadores da persuasão pela emoção.

A consciência de que existia um modo particular no que dizia respeito à criação das primeiras páginas e dos títulos das notícias n’*O Independente* é confirmada em “A verdade a que temos direito”<sup>3</sup>, uma reportagem assinada por Helena Sanches Osório, com fotografias de Inês Gonçalves e publicada no primeiro aniversário do semanário:

“(…) as atenções foram-se voltando cada vez mais para a hilariante tarefa de encontrar notícias.

O grande jogo passou a ser a perseguição da magnífica novidade que possa figurar na página um. Só é incómodo quando aparecem muitas porque desgraçadamente a capa é só uma. Até já pensámos, com o sucesso que este entretenimento está a ter, reivindicar seis ou sete páginas. (...)

Fazer títulos é outro dos divertimentos que preenchem as noites de quarta e quinta-feira. Surgem coisas tão estranhas que, por vezes, é necessário fazer intervalos de meia hora para recuperar o fôlego perdido no coro de uivos e gargalhadas que se seguem às soluções mais disparatadas dos vários cantos da sala.

Um dia – mais propriamente uma madrugada – depois de ter escrito uma trágica entrevista com Zita Seabra (que fora expulsa do Comité Central do seu partido) implorei a ajuda do pessoal para titular a peça. “Foi-se”, sugeriu João Bugalho. “Foi-se a Martelo”, acrescentou o “genial” Jorge Colombo.”

Decidir qual a manchete adequada à primeira página ou quais os títulos das notícias era, de acordo com este testemunho, uma tarefa em que toda a redacção colaborava e que era executada sob os signos da camaradagem, entreadajuda e boa disposição.

Ora, pode comparar-se a primeira página do jornal com a capa de um livro; no entanto, tem de se conceder desde logo que, embora ambas sirvam o objectivo de traçar uma fronteira e estabelecer uma individualidade entre objectos semelhantes, ambas têm regimes de funcionamento muito distintos.

Assim, ainda que a capa do livro possa variar de edição para edição, tal variabilidade é infinitamente menor do que num jornal. Cada número do jornal corresponde a uma nova edição, em que não só a primeira página varia, como todo o conteúdo é novo, mantendo-se o nome do jornal e o estilo – o nome e a personalidade – usados como elementos unificadores, pois são eles que revelam a identidade do periódico.

É na primeira página que o jornal destaca aquelas que considera serem as notícias mais relevantes, pelo que a escolha de títulos para elas é fundamental, como esclarece Estrela Serrano (2006: 305-306):

“No título, o jornal indica duas coisas: informa sobre um assunto e mostra que informa. É no título que o acontecimento se expõe primeiro à compreensão dos leitores e é através dele que o jornal mostra o valor que atribui à informação.

Titular é uma das operações mais complexas do processo de produção de um texto jornalístico: implica dar o máximo de informação, num espaço limitado, o que significa condensar, com rigor, os dados disponíveis.”

Para o seu estudo, que incidiu sobre a cobertura das eleições presidenciais nacionais (1976-2001), Estrela Serrano desenvolveu um esquema tipológico das funções dos títulos, que a seguir se adapta<sup>4</sup>:

1. Títulos informativos indicativos - identificam o acontecimento, sem pressupor qualquer tipo de conhecimento anterior do destinatário sobre o contexto; enfocam nas questões *Quem? O Quê? Onde? e Quando?*.
2. Títulos informativos explicativos – indicam sinteticamente as causas ou consequências de um acontecimento; respondem à pergunta *Como?*
3. Títulos expressivos (apelativos, lúdicos e interrogativos)<sup>5</sup> – predominam as funções poética, fática, conotativa e expressiva da linguagem; neles invoca--se um facto que se presume conhecido e procura-se a sensação e a dramatização. O trocadilho, a alusão e a interrogação são usados com frequência e com eles procura estabelecer-se uma ligação com o leitor.
4. Títulos categoriais – indicam a categoria ou tema, sem sintetizar o conteúdo.
5. Títulos declarativos – recorrem a uma citação atribuída a uma personalidade ou entidade externa ao jornal.

Embora seja possível encontrar exemplos dos outros tipos de títulos, n' *O Independente* preponderam os títulos expressivos, como se pode verificar no quadro 1.

**Quadro 1 – Títulos Expressivos n' *O Independente* (corpus exemplificativo)**

<b>Antetítulo</b>	<b>Manchete</b>	<b>Sumário</b>
Lisboa, Porto, Alentejo e S. Bento	HÁ GUERRILHAS NO CAVAQUISTÃO	O PSD é o maior partido português. Não é unânime nem podia ser. Há lutas, apesar de Cavaco. Há divergências, mesmo com Cavaco. Há ambições, ao lado de Cavaco. O Primeiro-Ministro é incontestado mas o partido está a mexer. Em vésperas do Congresso, <i>O Independente</i> faz o balanço de seis casos polémicos. E ouve Santana Lopes, o homem que abriu a crise em Lisboa e diz que o Norte tem peso a mais no PSD. Págs. 2, 3 e 4. [3/06/1988]



Antetítulo	Manchete	Sumário
Cavaco Silva pode dar um banco à UGT	O BANQUEIRO DO POVO	Quando fez o acordo com Cavaco, o líder da UGT já sabia que o Governo estava disposto, agora, a dar-lhe o banco que sempre quis. Um secretário de Estado ofereceu aos sindicatos a entrada na Caixa Económica. Mas Torres Couto prefere um banco novinho em folha e não deseja herdar prejuízos. Seja amanhã, seja depois, Torres Couto vai cobrar de Cavaco Silva uma autorização. Para ser um capitalista em nome do povo. A história na pág. 2. E mais a crise da UGT. [3/02/1989]
Toda a história secreta da remodelação	O CAÇA MINISTROS	Eurico de Melo foi desautorizado duas vezes. Demitiu-se. Está ofendido com Cavaco. Queria sair sozinho. Fernando Nogueira tomou conta da crise. Em três dias alucinantes, sucederam-se os convites. Cadilhe está irado mas Beleza tem lugar prometido. Pimenta recusou o Ambiente. Saiba toda a intriga, o relato das conversas com os ministros e os nomes dos novos secretários de Estado. Páginas 2 a 7 e 36. [5/01/1990]
O negócio secreto da amnistia de Otelo	TUDO BONS RAPAZES	Almeida Santos fez a lei. Vítor Gonçalves representa as FP-25. Montalvão Machado fala pela maioria. São os negociadores secretos da amnistia. Soares quer Otelo livre nos próximos quinze dias, o ministro da Justiça convenceu Cavaco a aceitar sob condições. Discute-se dinheiro para as vítimas, as promessas dos presos, um perdão especial para os autores materiais dos crimes e até uma amnistia geral. Dossier de sete páginas. [28/12/1990]
[Inexistente]	DUELO NO DESERTO	A guerra avança para o deserto, Hercules portugueses transportam patriots, embaixador do Iraque pede asilo. Os aliados já desembarcaram numa ilha de Saddam. Tudo sobre a guerra em 26 páginas. [25/01/1991]
Lei secreta aumenta brutalmente os impostos	TAXA E ESFOLA	Vem aí depois das eleições. Está fechado a sete chaves. É um código que manda avaliar de novo todos os prédios de Portugal. Na cidade e no campo. O governo já tem os testes. Dão resultados incríveis. Um andar pobre no Porto aumenta 98%. Vivenda em Cascais sobe 2370%. Casa no Algarve e herdade no Alentejo pagarão 100 vezes mais. E há casos no Minho de 70000% de aumento. <i>O Independente</i> divulga o código e revela os testes, o governo defende-se. Todos os segredos de uma revolução nos impostos. Páginas 2, 3 e 4. [14/06/1991]
Grande burla de Sousa Cintra no Sporting	O LEÃO MOSTRA A SUA FRAUDE	Documentos provam que Sousa Cintra meteu o Sporting na fraude fiscal. São só declarações falsas. Ele paga 2 mil contos a jogadores, mas declara que ganham 40 contos. Só no ano passado, a burla atingiu 100 mil contos. É o património de Alvalade que fica em risco. Toda a história, com as provas, nas págs. 44 e 45. [6/12/1991]
Exclusivo: Chefe da Casa Civil demite-se de Belém	CONVERSA AFIADA	O homem-sombra do Palácio de Belém demitiu-se. Alfredo Barroso é sobrinho do Presidente e chefe da sua Casa Civil. Foi o braço direito de Mário Soares. Os dois tiveram uma discussão muito violenta. Mário Soares atacou o sobrinho por causa das fugas de informação. E mostrou ter perdido a confiança nele. Alfredo não hesitou: escreveu a carta de demissão e Soares não lhe responde. A intriga e toda a história do palácio presidencial. Página 4. [3/01/1992]
[Inexistente]	O TRAMADO DE MAASTRICHT	Um grande <i>dossier</i> de 11 páginas. [5/06/1992]
Cavaco Silva retira poderes a Braga de Macedo	A QUEDA DO ANJO	Cavaco Silva deixou o ministro das Finanças de fora na reunião com os sindicatos. Tirou-lhe o protagonismo nas taxas de juro. Despacha directamente com dois dos seus secretários de Estado. Em Conselho de ministros, devolve-lhe os diplomas. É a queda livre do ministro das Finanças. Página 9. [8/01/1993]
Exclusivo: Nova lei dos	ABRE-TE SILVA	Cavaco cedeu. O PSD já decidiu que as declarações de

<b>Antetítulo</b>	<b>Manchete</b>	<b>Sumário</b>
rendimentos dos políticos		rendimentos dos políticos vão ser, finalmente, públicas. Mas só durante trinta dias, de quatro em quatro anos, defendem os mais renitentes. Nas leis que o PSD vai apresentar, também, há outra cedência: passar a haver limites para os donativos das empresas e dos particulares aos partidos. A história na Pág. 7. [28/05/1993]
PJ investiga director dos fundos europeus	TRIPA FORRA	É o último desmando do Fundo Social Europeu. O homem que gere os fundos comunitários acaba de retirar 126 mil contos à segurança social, tudo para pagar uma revista a um jornalista que o estava a investigar. O pior é q o dinheiro foi levantado sem autorização de Bruxelas. Há indícios de crime e o procurador abriu um inquérito. Toda a história nas págs. 2 e 3. [26/11/1993]
Congresso de Soares dá guerra com Guterres	SANGUE SOARES E LÁGRIMAS	Mário Soares quer juntar toda a oposição num congresso. António Guterres não gostou de se ver ultrapassado. Os dirigentes do PS que lhe são mais chegados já criticaram o palácio de Belém. Mas Soares está tão empenhado que combinou o discurso de Ano Novo com o manifesto do Congresso. É a história de alta tensão na esquerda – págs. 2 e 3. [7/01/1994]
Dois deputados receberam 13 500 contos em troca de influências	OS DEPUTADOS VAMPIROS	Dois deputados. Um do PSD, outro do PS. Receberam 13 500 contos de um empresário em dificuldades. Prometeram-lhe influências e negócios, com o Estado e com as câmaras. Não fizeram nada e fugiram ao fisco. Toda a história nas págs. 6 e 7. [6/01/1995]
Soares desconfia de negócio que poupa 14 milhões aos privados	PETROGOLPE	Soares está a ser pressionado para assinar o decreto mais caro do ano. Mas desconfia das pressões do seu amigo Monjardino. Em sete dias, o ministro Catroga decidiu perdoar 14 milhões de contos aos privados da Petrogal e refazer uma lei à sua medida. Por isso, vai demitir a administração na terça-feira e, de caminho, vai lá meter um assessor. É a história secreta de uma estranha privatização. Pág. 6. [26/05/1995]

Como se pode verificar, estas manchetes expressivas são acompanhadas por um antetítulo e por um sumário, graças aos quais se resumem os aspectos mais relevantes da peça e se contextualiza a informação, o que determina que a manchete se inscreva numa estrutura informativa indicativa. A missão do antetítulo e do sumário é, portanto, ajudar o leitor a decifrar uma manchete que é, quase sempre, obscura.

Perante manchetes como A QUEDA DO ANJO que deve inferir o leitor?

O leitor pode associar a “queda do anjo” à crença judaico-cristã que afirma a existência de seres espirituais (os anjos) que abandonaram ou foram expulsos do Céu, tornando-se demónios. Se o leitor for suficientemente erudito reconhecerá na manchete uma menção ao romance de Camilo Castelo Branco, *A Queda Dum Anjo* (1866), onde se relata como o morgado Calisto Elói de Silos e Benevides de Barbuda passa de uma vida incorrupta para uma vida corrupta, ao tornar-se deputado e ao trocar a província por Lisboa. Por qual destas possibilidades de leitura optar? Provavelmente, pelas duas. O antetítulo e o

sumário esclarecem que a manchete remete para uma notícia de âmbito político, escolhida pelo seu valor-notícia, isto é, pelo seu potencial para se transformar numa “história” interessante para a audiência, ou algo que lhe dê uma relevância apelativa” (McQuail, 2003:345); mas a sua eficácia expressiva resulta das possibilidades de leitura invocadas e da sua adequação aos eventos que serão divulgados na notícia. É que a manchete não só é um apelo dirigido à audiência, como também é uma forma de acrescentar valor à própria peça jornalística, dela dependendo, em larga medida, a compra e leitura do jornal.

Se das manchetes dependem a compra e a leitura do jornal, o mesmo é dizer que elas têm associado um poder argumentativo, que deriva da aplicação de princípios retóricos. Outrora conotada com a expressão eloquente, mas desprovida de conteúdo, ao ornato e ao tropo, entendidos como elementos decorativos na expressão linguística e literária, a Retórica tem vindo a ser reabilitada nas últimas décadas, sendo que alguns teóricos defendem que toda a língua, na sua realização como discurso, é retórica<sup>6</sup>.

Nesta concepção, as figuras de retórica não servem já como forma de embelezar a expressão linguística; elas são a própria matéria discursiva, pois são elas que permitem a expressão do pensamento, já que, como afirma Maria Lúcia Lepecki (2001:688),

“o pensamento depende da formulação discursiva para tomar existência enquanto interpretação da complexidade do mundo [pelo que] segue-se ser necessário atentar nas palavras para entender como se forma um pensamento.”

Desta forma, o elemento trópico está presente em todo o discurso, por mais realista que ele pretenda ser, pois é através dos tropos que o discurso constitui os seus objectos (White, 1985 [1978]:2).

Para Maria Lúcia Lepecki, metáfora, ironia e metonímia são os três principais mecanismos retóricos (ou tropos), já que é a eles que qualquer indivíduo deita mão quando pretende conformar os seus pensamentos em palavras<sup>7</sup> (Lepecki, 2001). Vejamos porquê.

A metáfora consiste em transferir a significação própria de uma palavra para outra palavra, através duma comparação que existe no espírito (Le Guern, 1973:11). Significa

isto que a metáfora permite agregar duas instâncias dissemelhantes numa única instância. Numa frase como “O João é burro”, está-se perante uma formulação metafórica, pois só a metáfora tem a capacidade de exprimir o sentido de uma propriedade comum – no caso, a falta de inteligência – entre duas entidades disjuntas, “O João” e “burro”. Por isso, graças à possibilidade retórica da metáfora, o enunciador consegue exprimir aquilo que, do seu ponto de vista, torna “O João” igual a um “burro”.

Por seu turno, a ironia é comumente entendida como dizer uma coisa pelo seu contrário. Assim, pegando no exemplo de cima, o significado da frase inverter-se-ia; quem a produziu já não quereria significar a falta de inteligência do indivíduo denotado como “O João”, mas precisamente o seu contrário, ou seja, o facto de “O João” ser um indivíduo de manifesta inteligência. No entanto, esta formulação revela-se insuficiente, porque o enunciado irónico, ao resultar de uma distância criada pelo enunciador em relação ao seu enunciado, exige um destinatário com capacidade interpretativa:

“Em presença dum enunciado irónico, duas coisas acontecem. Uma toda a gente sabe: deve-se “virar ao contrário” o que é dito. Uma segunda é a seguinte: quem enuncia ironicamente não só está mostrando conhecimento do assunto (conhece-o tão bem que até o sabe dizer pelo contrário), como também está apontando o seu estatuto de sujeito de conhecimento.

É o estatuto de sabedoria que dá direito, à pessoa irónica, de dizer *como quer*. Há, ainda, uma terceira coisa: quem fala ironicamente expressa confiança no seu interlocutor, espera que ele seja capaz de descodificar correctamente.”<sup>8</sup>

Assim, a ironia implica a manipulação de estratos de intenções, que precisam, por sua vez, de ser desdobrados e explicados – tarefa que caberá, por sua vez, à metonímia:

“Forma de pensamento tanto como recurso retórico, a metonímia como que cria as condições da sua própria existência, quando toma um elemento verbal (uma “realidade”) que entendemos como “um inteiro” e o desdobra em componentes menores (“partes de um todo”) também susceptíveis de serem objecto de atenção discursiva. Desde que tomem forma verbal, as componentes menores do todo podem ser contiguizadas no discurso. A consequência mais facilmente constatável dessa criação de condições para alargamento discursivo talvez seja a descrição (...)”<sup>9</sup>

A metonímia pode, assim, agir sobre os outros tropos – no caso, a metáfora e a ironia – e contribuir para explicar ou clarificar o que fora formulado através delas. Considere-se de novo o enunciado “O João é burro”. Já se viu como pode ser interpretado como uma metáfora – porque “O João” e o “burro” são ambos pouco inteligentes; ou como uma ironia – porque “O João” é bastante inteligente, afinal. A volta usada para explicar este raciocínio é, no entanto, de ordem metonímica. De facto, o desmembramento do

enunciado nos seus diferentes elementos exigiu raciocínio e esforço interpretativo; exigiu também a conformação daquilo que se pensou a uma estrutura discursiva. Por isso, à medida que se tenta explicar o sentido da frase “O João é burro”, o discurso expande-se, descobre novas direcções, desliza para novos sentidos e complexifica-se – algo que a metonímia permite.

Volte-se agora às manchetes elencadas no Quadro 1. Tendo por base este *corpus* exemplificativo, ver-se-á como os tropos da metáfora, da ironia e da metonímia se efectivam.

A primeira observação que é possível fazer é que as manchetes são apelativas, porque funcionam no regime da alusão, que pertence, de acordo com Lausberg, aos tropos de limite de pensamento. A alusão serve uma intenção lúdica, adequada quer para obscurecer o pensamento, quer para gracejar (§418). Acrescenta Lausberg que a alusão se usa para pôr à prova o ouvinte, no que se refere à sua cultura.

Ora, dizer que a alusão pertence ao âmbito dos tropos de alteração de limite é o mesmo que dizer que ela reflecte uma forma de pensamento metonímico: o locutor, ao fazer uma alusão, pretende provocar o pensamento e (eventualmente) o discurso do seu interlocutor. Assim, a simplicidade das manchetes é apenas aparente, pois o seu sentido só é descodificado quando o leitor desmancha o enunciado nos fios de pensamento que o teceram.

As alusões empregues nas manchetes remetem para títulos de filmes (O CAÇA-MINISTROS / *Os Caça Fantasmas* [*Ghostbusters*, 1984]; TUDO BONS RAPAZES / *Tudo Bons Rapazes* [*Goodfellas*, 1990]; SANGUE, SOARES E LÁGRIMAS/ *Sangue, Suor e Lágrimas* [*In Which We Serve*, 1943]; DUELO NO DESERTO/ *Duelo no Deserto* [*The Shooting*, 1968]); *slogans* publicitários (O LEÃO MOSTRA A SUA FRAUDE / “O leão mostra a sua raça”, *slogan* da Peugeot); expressões idiomáticas ou de domínio comum (TAXA E ESFOLA/ “mata e esfola”; ABRE-TE SILVA/ “abre-te sésamo”), explorando, também, as propriedades alusivas da sonoridade das palavras, como em PETROGOLPE, HÁ GUERRAS NO CAVAQUISTÃO ou O TRAMADO DE MAASTRICHT.

As manchetes obedecem também a uma motivação irónica. Como já foi referido, a ironia marca uma desvinculação entre o enunciador e o enunciado que produz; essa distância tem de ser reconhecida pelo destinatário da mensagem, enquanto sujeito cuja missão é reconverter o enunciado ao seu sentido original.

Por exemplo, quem conhecesse o filme *Tudo Bons Rapazes* saberia que as personagens principais são *gangsters*, pelo que a ironia do título do filme provavelmente se manteria na manchete – e os rapazes aludidos não seriam, afinal, “bons”. No entanto, a ironia age ainda de outras formas.

A escolha de títulos de filmes, expressões populares e *slogans* publicitários que são depois distorcidos ou reinventados nas manchetes é sinal de ironização. Como nota Lepecki (1988), o ironizador actua como sujeito de sabedoria: é porque domina uma série de conhecimentos (cinematográficos, linguísticos, de geopolítica, etc.) que quem faz a manchete da semana n’*O Independente*, pode escolher entre os referentes do seu universo e pode submeter esses mesmos referentes a um processo de distorção. Como pode dizer como lhe apetece, a manchete aparece como que desagarrada da notícia que deveria referir.

O bom entendimento da manchete passará, então, pela leitura dos sumários, que, ocorrendo também na primeira página, funcionam como *superleads* alargados das notícias e que são um primeiro esforço explicativo – metonímico – de um enunciado que era obscuro, que exigia esforço de interpretação, descodificação e raciocínio.

Assim, a expressividade das manchetes d’*O Independente* não corresponde a uma ornamentação do discurso; releva antes de uma forma específica de configuração discursiva que privilegia a enunciação irónica e alusiva e que obriga o leitor a um esforço de interpretação.

Se se aceitar o pressuposto de Maria Lúcia Lepecki de que as configurações textuais são a face visível de uma dada configuração de pensamento, então a formulação das manchetes d’*O Independente* traduz uma forma particular de mundividência e de ideologia.

Tomem-se as manchetes HÁ GUERRILHAS NO CAVAQUISTÃO e O TRAMADO DE MAASTRICHT. O termo “Cavaquistão”, cunhado pel’*O Independente* – e ainda hoje empregue –, simbolizava o distrito de Viseu, que sempre teve entre as maiores votações do PSD – e, por extensão, Portugal, que dera a maioria absoluta a Cavaco Silva. Trata-se de uma metáfora, cuja eficácia se realiza porque é coadjuvada por outros mecanismos, como o do trocadilho entre o nome do então primeiro-ministro, Cavaco Silva, e a evocação do nome de uma das repúblicas soviéticas, o Cazaquistão. Num momento em que se assistia à dissolução da URSS, chamar “Cavaquistão” a Portugal tinha ainda outras implicações. Poderia, por exemplo, significar que *O Independente* considerava a governação cavaquista pouco liberal do ponto de vista económico e que as “guerrilhas” eram travadas por aqueles que pretendiam a liberalização económica.

O posicionamento ideológico revelava-se de forma muito clara em O TRAMADO DE MAASTRICHT. O “tratado” converte-se em “tramado”, não só porque essa é uma boa maneira de explorar as potencialidades fonéticas da língua, mas, sobretudo porque “tramado” revelava o ponto de vista do semanário em relação ao Tratado da União Europeia, que era visto como uma forma de pôr em perigo (de “tramar”, portanto) a soberania nacional.

Neste sentido, as manchetes produzem um duplo efeito persuasivo: num primeiro momento, porque se recorreu a certas formas de configuração discursiva, as manchetes foram capazes de seduzir e excitar o leitor, levando-o a comprar o jornal; porém, esse trecho textual divertido, evocativo e provocatório pedia uma interpretação que fosse além da superfície. É nesse movimento de desvendar os sentidos propostos pela manchete que o leitor é persuadido de novo, pois é obrigado a reconhecer a autoridade de quem produziu aquela manchete e que mostrou virtuosismo no manuseio dos referentes.

A questão da autoridade é retomada nos antetítulos e sumários que acompanham a manchete. Ao contrário desta, que é dirigida à pura emoção do leitor, visando despertar a sua curiosidade, estimular a sua inteligência e espicaçar a sua argúcia, antetítulos e sumários visam uma ligação mais racional com o leitor, pois ensinam do que trata a peça jornalística que mereceu honras de destaque e indicam onde se pode ler tal peça. Não raro, antetítulos e entradas fazem do leitor uma testemunha privilegiada da

“história”, que é divulgada “em 1ª mão”, em “exclusivo”; uma história que é “secreta”, mas que graças a *O Independente* é “toda” revelada.

Este tipo de enunciação hiperbólica destinava-se a provocar a sensação e a superlativar o valor da informação, sendo, também, um argumento para o leitor que sentisse o apelo de ler *O Independente*, porque fica convencido de que aquilo que ia encontrar era notícias de valor bem definido, cujo escrutínio tinha estado a cargo de uma voz de autoridade.

---

<sup>1</sup> III:14-15, 19/06/89.

<sup>2</sup> A distinção entre aquilo que é a imprensa de elite (preocupada sobretudo com as questões da governação e da política, que trata os assuntos com sobriedade e que contrasta fontes e perspectivas) e a imprensa popular e tablóide (inclinada para o drama, o escândalo, o entretenimento e o imediatismo) cada vez é mais posta em causa, já que é preciso atender tanto às diferenças nos *media* (imprensa escrita, radiofónica, televisiva ou online regem-se por diferentes códigos), como aos contextos culturais de produção noticiosa, que variam de comunidade para comunidade e ao longo do tempo. Por outro lado, há que considerar que a crescente diluição das diferenças entre estes tipos de jornalismo parece ser um sinal da mudança cultural operada pela Pós-Modernidade. O “popular” deixa de ser conotado com inferioridade estética, equiparando-se àquilo que era do âmbito da “elite”. Assim, à medida que a fronteira entre a política (a imprensa séria) e o entretenimento (a imprensa popular ou tablóide) se esboroa, aquilo que era a pedra de toque do jornalismo fica ameaçada, já que o relato noticioso deixa de poder arrogar-se da sua “verdade”, uma vez que esta se multiplica em diferentes formas de contar, procurando ir ao encontro de diferentes públicos.

<sup>3</sup> 19/06/89, III:14-15.

<sup>4</sup> Cf. Serrano, 2006:307-308.

<sup>5</sup> Embora Estrela Serrano identifique três categorias distintas dentro dos “Títulos Expressivos” (títulos expressivos apelativos; títulos expressivos lúdicos e títulos expressivos interrogativos), considerou-se que tal divisão se revela difícil de traçar – pelo menos no que às manchetes d’*O Independente* respeita. Como se procurou demonstrar, o lúdico e o interrogativo são estratégias apelativas, destinando-se a estabelecer uma ligação com o leitor.

<sup>6</sup> A este propósito veja-se Lepecki, 2001 e White, 1985 [1978]. Seguindo a lição de Maria Lúcia Lepecki, grafou-se “Retórica” para fazer referência a um campo de estudo e de teorização e “retórica” para indicar um desempenho discursivo.

<sup>7</sup> Citando Kenneth Burke, Hayden White sustenta que são quatro os tropos-mestres (*master tropes*): metáfora, metonímia, sinédoque e ironia (White, 1985 [1978]:5).

Maria Lúcia Lepecki não considerou na sua análise a sinédoque, o que pode explicar-se pelo facto de este tropo poder ser entendido como um caso particular de metonímia, já que em ambos são “tropos de alteração do limite” e em ambos se opera a “deslocação vicinal dos limites do conteúdo conceptual de um corpo de palavra” (Lausberg, 1993 [1967]:§184).

No parágrafo 192, que dedica à sinédoque, Lausberg explica que a deslocação do sentido actua ao nível conceptual, afectando os limites entre género e espécie; entre a parte e o todo; entre a matéria fabricada e a matéria-prima. Numa frase como “A fera rosnou”, está-se perante uma sinédoque, já que o termo “fera” foi usado em vez do termo próprio, que seria “cão”, operando-se, assim, uma deslocação de sentido.

No que respeita à metonímia, Lausberg (§216) afirma que ela “consiste numa alteração da denominação fora do plano do conteúdo conceptual (...). Esta alteração movimenta-se nos planos que correspondem à implicação de um fenómeno da realidade com as realidades que o rodeiam (...)”. Assim, é afectada a relação entre, por exemplo, autor e obra (“Leio Eça de Queirós” em vez de “Leio o livro escrito por Eça de Queirós”); entre conteúdo e continente (“Só comi um prato de sopa” em vez de “Só comi a sopa que estava contida no prato”), entre outros.

A fronteira entre a metonímia e a sinédoque é, portanto, difusa e com tendência à sobreposição. Como se verá adiante, a metonímia raramente é entendida como uma forma de embelezar o discurso, pois as palavras são usadas no sentido próprio. No entanto, a sua natureza plástica permite tornar contíguo e pôr lado a lado diferentes elementos discursivos, contribuindo, assim, para a expansão do texto em diferentes direcções e sentidos.

A propósito ainda da questão da metáfora, da metonímia e da sinédoque veja-se *Sémantique de la Métaphore et de la Métonymie*, de Michel Le Guern. Disponível em: <http://www.revue-texto.net/Parutions/LeGuern/LeGuern.html>.

<sup>8</sup> Lepecki, 1988:190.

<sup>9</sup> Lepecki, 2001:693.



---

## Referências Bibliográficas

Biressi, A. and Nunn, H. (2008). *The Tabloid Culture Reader*. McGraw Hill/ Open University Press

Genette, Gérard (1987). *Seuils*. Paris: Éditions du Seuil

Lausberg, Heinrich (1993 [1967]). *Elementos de Retórica Literária*. 4ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian

Le Guern, Michel. (1973). *Sémantique de la métaphore et de la métonymie*, Paris : Larousse. Disponível em: <http://www.revue-texto.net/Parutions/LeGuern/LeGuern.html>. Acesso: 7/02/2012

Lepecki, Maria Lúcia. (1988). “Para (não) dizer o contrário”. In *Sobreimpressões – Estudos de Literatura Portuguesa e Africana*. Lisboa: Caminho.

———. (2001). “Metáfora, metonímia e construção do pensamento”. In AAVV. *Poiética do Mundo – Homenagem a Joaquim Cerqueira Gonçalves*. Lisboa: Colibri, pp. 687-696

Ponte, Cristina (2004). *Leitura das Notícias – Contributos para uma Análise do Discurso Jornalístico*. Lisboa: Livros Horizonte

Serrano, Estrela (2006). *Jornalismo Político em Portugal – A cobertura de eleições presidenciais na imprensa e na televisão (1976-2001)*. Lisboa: Edições Colibri/ Instituto Politécnico de Lisboa

White, Hayden. (1985 [1978]). *Tropics of Discourse – Essays in Cultural Criticism*. The Jonh Hopkins University Press: Baltimore and London

## Notas sobre a Autora

### Maria Filomena Barradas

[filomenab@gmail.com](mailto:filomenab@gmail.com)

ESTG/ IPP, C3I-IPP, CLEPUL-ULisboa.

Docente da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Portalegre desde 1999. Licenciada em Estudos Portugueses (1998) e Mestre em Literatura Portuguesa Moderna e Contemporânea (2003) pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Os seus estudos têm incidido especialmente sobre as relações entre literatura e jornalismo, sobre o género crónica e sobre a cultura portuguesa e a identidade nacional no final do século XX. Neste momento, aguarda a defesa da sua tese de doutoramento. É investigadora d Interdisciplinar de Investigação e Inovação do Instituto Politécnico de Portalegre (C3i) e do CLEPUL.

# Fontes e jornalismo – um estudo sobre a presença das ONG na imprensa diária portuguesa<sup>1</sup>

## Sources and journalism – a study on the presence of the NGO in the Portuguese daily press

**BARRADAS, Cláudia**

**BONIXE, Luís**

**LAMY, Sónia**

### Resumo

*Nas sociedades modernas, o jornalismo representa o principal veículo de contacto dos cidadãos com o mundo. Por outro lado, a visão que temos desse mundo depende do modo como ele nos é transmitido pelo jornalismo, o que nos remete para um processo complexo de construção do real no qual as fontes de informação têm um papel determinante.*

*As organizações por seu lado procuram desenvolver estratégias de comunicação coerentes e eficazes sobretudo no que à assessoria diz respeito, já que reconhecem os media como um target importante na construção de uma imagem que se pretende favorável. Essas estratégias passam por um leque diversificado de ferramentas ao serviço das organizações.*

*Enquanto atores do espaço público, as Organizações não Governamentais procuram passar a sua mensagem através dos média. A nossa pesquisa tem como base uma análise desenvolvida a partir de 183 notícias publicadas no decorrer de três anos (entre 2009 e 2011) num jornal diário português - Público. Verificamos que as ONG tentam de facto ser incluídas na agenda de notícias, mas em situações humanitárias e ambientais são os jornalistas que procuram estas fontes.*

**Palavras-chave:** Fontes de Informação; jornalismo; imprensa; ONG.

### Abstract

*In modern societies, journalism is the primary medium of contact between citizens and the world. Moreover, the vision we have of this world depends on how it is conveyed by journalism, which brings us to a complex process of construction in which the sources of information have a decisive role. Organizations seek to develop communication strategies consistent and effective especially in regards to advice, since they recognize the media as an important target in building a favorable image. While actors of public space, non-governmental organizations seek to get their message through the mass media. Our research is based on an analysis developed from 183 news-topics published during the three years (between 2009 and 2011) in “Público” a Portuguese daily newspaper. We found that NGOs try to actually be on the agenda of news, but in humanitarian situations and environmental journalists who seek these sources.*

**Keywords:** News sources; Journalism; Press; NGO.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no III Seminário de I&DT, organizado pelo C3i – Centro Interdisciplinar de Investigação e Inovação do Instituto Politécnico de Portalegre, realizado nos dias 6 e 7 de Dezembro de 2012.

## **Introdução**

A relação entre fontes de informação e jornalismo é dos temas mais estudados e debatidos quer pela academia quer pelos profissionais dos média. Este interesse decorre, naturalmente, da consciência da existência de vários pressupostos. Em primeiro lugar, que os média e em particular o jornalismo têm um papel ativo no modo como percebemos a realidade, em segundo que esse processo de reconstrução da realidade não é simples e mimético, pois nele interferem vários atores sociais e, por fim, que a profissionalização das fontes de informação aliada a um contexto em que a comunicação nas sociedades modernas adquire grande importância quer para indivíduos quer para empresas, confere a todo este processo uma complexidade que importa conhecer.

No presente artigo, procuramos entender como um tipo muito específico de fontes de informação se relaciona com o jornalismo e os jornalistas. As Organizações Não Governamentais são elas próprias atores sociais que através da sua ação têm demonstrado capacidade para moldar políticas públicas e atuar junto das opiniões públicas. A adoção de estratégias de comunicação por parte das ONG revela a consciência da importância de se fazerem representar nos meios de comunicação, veiculando assim as suas mensagens.

O objetivo deste estudo passa, por isso, por caracterizar a relação existente entre estas fontes de informação e o jornalismo, partindo de uma análise quantitativa às notícias publicadas no Público, um dos principais jornais diários portugueses. No plano teórico, procurámos cruzar a teoria geral sobre fontes de informação com as perspetivas teóricas da comunicação organizacional.

## **Fontes de informação e construção do real**

A importância das fontes de informação para o trabalho jornalístico pode ser avaliada por aquilo que o sociólogo norte-americano, Michael Schudson, refere: para se compreender o que são as notícias é necessário entender, em primeiro lugar quem são aqueles que atuam como fontes de informação (2003).

A frase de Schudson aponta para a existência de um processo complexo de reprodução do real que não se limita à divulgação daquilo que poderíamos simplesmente entender como “factos noticiáveis”. Efetivamente, considerar que na gênese da produção noticiosa estão atores que interferem, condicionam ou de algum modo determinam o que é reproduzido pelos média sugere um quadro com alguma complexidade e que é composto por diversos patamares que se relacionam entre si.

Bastará, numa primeira análise, tomar em consideração que um determinado acontecimento noticiado raramente é vivenciado pelo jornalista que o reporta. Significa isto, como sugere Schudson, que alguém tem por função contar aos jornalistas o que se passou, ou melhor dizendo, a sua visão da realidade. “Notícia não é o que aconteceu, mas sim o que alguém diz que aconteceu ou vai acontecer” (Sigal *in* Schudson, 2003:134).

Como reconhecimento da sua importância para a compreensão do jornalismo e do modo como é feita a reprodução da realidade nos média, o papel das fontes de informação tem merecido da parte de investigadores sociais uma série de contributos.

Um desses contributos foi dado por Stuart Hall e a sua equipa de investigadores ao proporem o conceito de “definidores primários”. Segundo os autores, os jornalistas estão organizados de acordo com uma lógica temporal. Estão subjugados ao tempo e por ele pressionados, obrigando-os a encontrar estratégias que lhes permitam garantir o sucesso. Estas estratégias passam, por exemplo, pela calendarização do trabalho e pela cobertura de acontecimentos agendados, práticas que conduzem à dependência dos jornalistas das fontes de informação. Assim, os profissionais de informação são impelidos a reproduzir a visão daqueles que têm acesso regular e normal aos meios de comunicação social, na medida em que, com frequência, fazem a cobertura noticiosa dos acontecimentos promovidos pelas fontes oficiais.

A dependência dos jornalistas de fontes oficiais é também sugerida por Molotch e Lester (1974/1993) ao referirem que os jornalistas fazem notícias de acontecimentos que lhes chegam através da ação de indivíduos ou grupos, geralmente com interesse na divulgação pública dos eventos. Os jornalistas reproduzem assim, com maior

frequência, a “visão dos poderosos”, entendendo-se aqui por poderosos os indivíduos ou grupos com acesso regular aos media.

Por outro lado, uma perspectiva crítica aponta para a existência de um conjunto de outros mecanismos no processo de construção das notícias que, embora não desvalorizando o papel e até a predominância das fontes oficiais, introduz novos elementos na relação entre fontes de informação e jornalistas.

Erik Neveu (2005) sublinha que é preciso ter em conta que nem todas as informações decorrem diretamente dos canais oficiais, lembrando que no seio das instituições ocorrem fugas de informação ou discursos dissonantes e que isso implica a existência de outras vias de comunicação (2005:74).

Por outro lado, sublinha Rogério Santos, por vezes são os próprios jornalistas que “tomam a iniciativa de provocar os chamados primeiros definidores e os obrigar a responder – como, por exemplo, quando o jornalismo de investigação se ocupa de escândalos no interior do aparelho do Estado (...)” (1997:31).

Estamos, por isso, perante um processo complexo que implica vários atores e diversas relações entre eles. Philip Schlesinger sugere um modelo em que essa relação está assente em estratégias que passam pelo conhecimento que as fontes têm dos processos de rotina produtiva dos jornalistas, do grau de probabilidade de publicação de uma informação, do suporte financeiro enquanto determinante de estratégias de acesso aos média e a própria credibilidade e legitimação da fonte de informação.

Para Érik Neveu, a contribuição de Schlesinger convida a repensar o problema das fontes do ponto de vista da sua profissionalização que as dota de uma capacidade de antecipação das rotinas e práticas jornalísticas “de modo a fornecer-lhes um ‘pronto a publicar ou a difundir’” (2005:69).

Partindo da realidade francesa, Érik Neveu constata a crescente evolução de pessoas envolvidas na promoção da comunicação de empresas. “Existem, em França, mais de 40 000 assessores de imprensa, número que é superior ao dos jornalistas e que não inclui os directores de comunicação ou os especialistas em *lobbying*” (Neveu, 2005:69).

A realidade francesa é facilmente extrapolada para outras latitudes, incluindo Portugal. O que importa referir é que não estamos apenas a falar do número de profissionais de comunicação, mas sim, e sobretudo do aperfeiçoamento de estratégias decorrentes de uma formação mais adequada.

### **A importância dos média enquanto público-alvo das estratégias de comunicação organizacionais**

No planeamento das estratégias de comunicação, duas questões estão permanentemente a ser trabalhadas, por um lado a imagem, que se quer obviamente favorável, e por outro lado a cultura que é preciso também ser desenvolvida de forma sustentada. Genericamente pode entender-se como imagem “um conjunto de representações mentais que surgem no espírito do público perante a invocação de uma instituição” (Tajada,1994)

Esta imagem pode ser ainda a personalidade ou também um conjunto de representações, tanto afetivas como racionais, que a ela se associam de forma instantânea, sendo que estas representações são por assim dizer, o resultado de experiências, crenças que estão em definitivo ligadas à própria instituição.

Contudo a imagem não é algo estático, apresenta uma estrutura sensível às alterações sociais, às estratégias bem como à própria competência organizacional. Deste modo verificamos que a imagem tem vários componentes, sendo eles a notoriedade, a força e o conteúdo (Tajada,1994). Resumidamente, ainda na linha do autor citado, a notoriedade refere-se ao conhecimento que os indivíduos têm no que concerne à instituição, a força da imagem prende-se com a rapidez de associação no binómio organização/estímulo e por último o conteúdo da imagem faz referência aos atributos concretos que se relacionam com a organização.

Outro conceito de imagem institucional está diretamente ligado ao seu aspeto intangível construído a partir de um processo de acumulação de *inputs* que podem ser decisivos no momento de identificação de uma determinada organização. Assim sendo para que na mente do público resulte uma imagem eficaz e duradoura, capaz de gerar uma imagem positiva, deve a instituição em primeiro lugar basear-se na própria realidade: “tentando

geri-la de acordo com uma estratégia que crie uma repercussão positiva, revelando assim um grau de maturidade e seriedade na sua gestão” (Villafañe,1993)

Para conseguir uma imagem positiva uma organização deve também fazer prevalecer na mente dos seus públicos os pontos fortes da sua comunicação. Por fim um último preceito que exige uma imagem positiva é a coordenação das políticas formais com as políticas funcionais na gestão da imagem.

Outro aspeto a ter em conta quando se definem estratégias de comunicação é o da cultura organizacional que respeita essencialmente à sua própria identidade, através de uma definição precisa da missão a cumprir, que está condicionada aos princípios e valores que defende. Esta missão é suscetível de ser veiculada para o exterior mediante diferentes formas, técnicas e procedimentos de comunicação.

A identidade por seu lado constitui o substrato próprio da comunicação institucional ao serviço da sua imagem.

“Para que uma organização seja de que tipo for, possa comunicar com os seus públicos, deve possuir uma identidade bem estruturada e um conjunto de distintas características típicas que denominamos atributos da instituição” (Tajada, 1994)

Tendo por base uma aceção mais alargada do termo comunicação, podemos dizer que comunicar é dominar a própria identidade com vista a conseguir uma imagem consistente, sendo esta indispensável para a cultura institucional. Esta engloba por seu lado, diversas variáveis e componentes ligados aos seus valores, rituais, símbolos e mitos. Deste modo, a cultura está estruturada à volta de um conjunto de convicções e conhecimentos organizados e interiorizados pelos seus membros que permitem um sentimento de pertença à organização.

Por último podemos definir cultura institucional como “o conjunto de atitudes, sentimentos, conhecimentos e fatores de carácter transponível que caracterizam o desempenho de uma instituição na sociedade.” (Caetano e Rasquilha, 2007)

A afirmação de que se não fabricarmos a nossa imagem, alguém o fará por nós, tem toda a pertinência num trabalho desta natureza. Programar e planificar uma política de comunicação é acima de tudo um elemento de rentabilidade e um mecanismo de defesa própria perante agentes externos.

Hoje em dia, todas as organizações independentemente da sua natureza estão conscientes de que só têm sucesso se desenvolverem ações planificadas em direção aos meios de comunicação, pois sabemos que “ a entidade não é para a sociedade senão a imagem que dela oferecem, principalmente os meios de comunicação.” (Alvarez e Caballero,1997)

Neste pressuposto temos que as relações com os media passam por estabelecer de forma permanente um serviço de fonte informativa para os meios de comunicação, analisar a informação emanada destes, criar e dirigir instrumentos de comunicação de vários tipos, como os comunicados de imprensa e os boletins informativos e ainda canalizar as informações da organização suscetíveis de converter-se em notícias.

Em suma pode dizer-se que o trabalho da organização no seu relacionamento com os media se baseia em atuações jornalísticas encaminhadas no sentido de selecionar material próprio para ser submetido pelos meios de comunicação e responder às expectativas naturais destes, sendo que para isto é fundamental que o gabinete de comunicação se assuma como uma fonte de informação regular com alto nível de credibilidade.

Não basta por isso mesmo ser conscientes desta realidade concreta, é preciso fazer um trabalho diário no relacionamento com os meios. É fundamental ter presente que desde a hora que se convoca um jornalista até à linguagem utilizada num *press realease*, tudo concorre para sedimentar esta relação que se quer saudável.

Como sabemos, os jornalistas recebem na sua redação inúmeros comunicados de imprensa e têm que selecionar de entre estes, alguns mais interessantes para publicação. Assim importa que a apresentação do comunicado seja pensada de forma séria, determinando com exatidão o conteúdo, a forma, o acontecimento, os suportes, os apoios e a organização do evento, se for o caso.



Os jornalistas deixam aqui de ser meros retransmissores da informação submetida pelas fontes, para transformarem-se em catalisadores e investigadores das notícias que transmitem. Pelo exposto entende-se, que radica neste intento a importância do relacionamento com os média, já que a qualidade das informações, continua a ser um elemento essencial, embora dada a competitividade existente e a proliferação das fontes de informação, a forma como se apresenta a comunicação e sobretudo, em nosso entender, o meio utilizado, pode fazer uma diferença considerável.

Outra ideia que aqui nos parece importante reter prende-se com o fator tempo. Conscientes desta realidade, devem os gabinetes de comunicação informar com a devida antecedência os média, sobre os diversos eventos suscetíveis de terem cobertura jornalística, tendo sempre em conta as suas rotinas diárias.

Uma outra questão final, é a ideia de que não basta ser coerente no discurso, há que fazer a correta difusão do mesmo. Fins-de-semana, feriados e férias (*silly season*) são momentos menos agitados nas redações jornalísticas e oportunidades para os gabinetes de comunicação terem o espaço noticioso que ambicionam.

## **Metodologia**

Neste artigo pretende observar-se a relação entre as ONG e os jornalistas a partir da cobertura noticiosa destas instituições. Considerou-se determinante a representatividade e relevância do meio de comunicação em análise, bem como a abrangência do período de recolha da amostra. Optámos, por isso, pela análise do jornal Público um diário representativo das tendências da imprensa diária generalista portuguesa de qualidade.

Foram analisados um total de 84 números, entre 2009 e 2011, em quatro diferentes meses do ano - Março, Junho, Setembro, e Dezembro. Pretendia-se estudar as dinâmicas das ONG como fontes de notícias, analisando a forma como estas organizações aparecem nas notícias. Do período em análise não fazem parte datas comemorativas, aniversários, ou outros acontecimentos que à partida pudessem influenciar de modo relevante a amostra recolhida e comprometer os resultados.

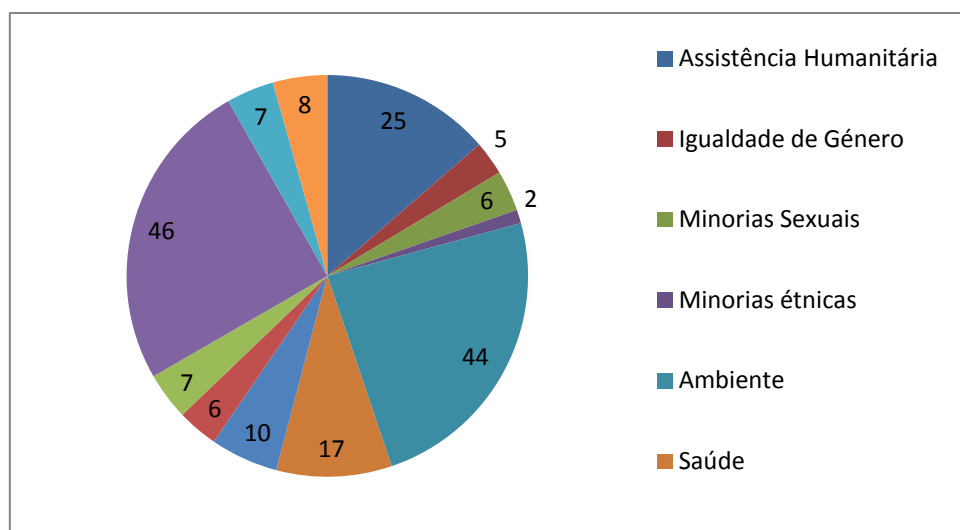
Foram recolhidas 183 peças jornalísticas cuja fonte primária ou secundária é uma Organização não-governamental. Neste artigo pretendemos realizar uma breve caracterização dos temas mais noticiados e das ONG, a sua relevância no contexto da atualidade, tentando ainda compreender as principais características da instituição enquanto fonte da notícia. Neste sentido abordaremos os temas tratados, área de atuação e caracterização, relevância da ONG e das peças publicadas, género das notícias, caracterização dos porta-vozes e tipo de comunicação desenvolvida.

A tendência que se observa através desta amostra é que as ONG são contactadas enquanto fontes de informação em temas nos quais as instituições são reconhecidas enquanto “especialistas”. Um facto aliás também apontado em duas entrevistas exploratórias realizadas para este estudo. Entrevistámos um profissional de comunicação de uma ONG – a Amnistia Internacional - e um jornalista da agência Lusa que recorre regularmente ao contacto com estas instituições, Sofia Branco.

### As Organizações não-governamentais na imprensa diária

Avaliando as notícias publicadas (gráfico I) cuja fonte principal ou secundária é uma ONG podemos verificar que em 25 por cento dos casos, ou seja, em 46 peças há um contacto com uma ONG de direitos humanos, e em 24 por cento (44 peças) uma das fontes é uma ONG relacionada com o ambiente.

**Gráfico I**  
**Caracterização/área de atuação das ONG**



Neste caso distinguimos as ONG relacionadas com os direitos humanos e as instituições de assistência humanitária, pois os seus objetivos são muito diferentes tanto no tipo de contacto e tipo de situações em que são fonte de notícias. As instituições que dedicam o seu trabalho à assistência humanitária, surgem como fontes em 25 peças na amostra que recolhemos.

**Quadro I**  
**Relevância da ONG na peça**

Tema Geral da Peça	Relevância da ONG na peça			Total
	ONG primeiro plano	ONG em segundo plano	Escassa referência	
Pobreza, exclusão social	15	4	1	20
Violação de direitos humanos	12	12	3	27
Igualdade	7	3	2	12
Crimes de guerra	0	3	1	4
Justiça	2	4	1	7
Ambiente	24	14	6	44
Catástrofes ambientais	6	2	0	8
Catástrofes humanitárias	1	2	1	4
Saúde	8	6	3	17
Questões cívicas	1	4	1	6
Cultura	1	2	0	3
Direitos dos Animais	2	2	1	5
Política Nacional	4	6	0	10
Política internacional	2	6	4	12
Outros	1	1	1	3
Não se aplica	1	0	0	1
Total	87	71	25	183

Como se pode verificar (Quadro I) há a tendência para as ONG de ambiente surgirem em primeiro plano. Em mais de 50 por cento dos casos em que o tema é ambiente, são as ONG as fontes principais das notícias. Nas peças sobre pobreza e exclusão social as instituições não-governamentais são fontes primárias em 14 peças, e nas notícias sobre violações de direitos humanos são fontes prioritárias em 12 casos, e em outros 12 casos surgem como fontes secundárias, o que tem muito a ver com uma tendência que verificámos nas notícias, em que as ONG são contactadas para acrescentarem informações às notícias.

Só a Amnistia Internacional surge como fonte de informação em cinco casos e a *Human Rights Watch*, uma organização não-governamental internacional surge como fonte em quatro peças, em que é contactada para comentar assuntos de política internacional.

A Quercus é outra fonte recorrentemente contactada. Nesta amostra há um contacto com esta instituição em dez peças. O ambiente é o tema que parece motivar a produção de notícias. Há um total de 52 peças relacionadas com o ambiente – 44 de ambiente num tom geral, e 8 que se focam na especificidade das catástrofes ambientais. Já o tema da violação de direitos humanos é outro para o qual os jornalistas parecem estar sensibilizados. No contexto de 27 notícias focadas sobre este tema as ONG são contactadas enquanto fontes de informação, e em 20 casos de notícias sobre pobreza e exclusão social estas instituições cedem informações aos jornalistas. As questões relacionadas com o tema da saúde são também notícia através das informações que provém das organizações não-governamentais, em 17 casos são estas que acrescentam informação no contexto das peças realizadas.

### **Acessibilidade e credibilidade são essenciais ao contacto**

De facto as ONG mais contactadas repetem-se nas notícias. Como pudemos esclarecer junto das instituições, é frequente o contacto, tanto com a Amnistia Internacional como com a Quercus, no sentido de se esclarecerem assuntos, ou obterem mais informações a respeito de temas da atualidade. Irene Rodrigues, diretora de Comunicação da Amnistia Internacional (AI) refere o seguinte:

“a Amnistia lucra muito com o facto de ser acessível aos jornalistas e ser reconhecida enquanto capaz de dar resposta sobre tudo o que tem a ver com direitos humanos. Por vezes pedem-nos opinião até sobre coisas que são alheias à AI. Vêm-nos como especialistas na área dos direitos humanos. Principalmente, de há uns dez anos para cá percebe-se mais isso – contactam-nos para obter uma posição ou um esclarecimento.”

Por seu lado Sara Campos, assessora de imprensa da Quercus, refere a importância da figura por detrás da instituição: “O Francisco Ferreira é muito acessível. Muitos jornalistas contactam com ele diretamente para obter reações ou informações”.

Sofia Branco, jornalista da secção de internacional da Agência Lusa refere a este respeito que contacta muito com as ONG: “Eu procuro muito as organizações para acrescentar informação à que é difundida. Vejo as ONG como fontes tão credíveis como as institucionais, e há inclusivamente informação que só nos chega através delas.”

As ONG surgem muitas vezes em segundo plano, no ângulo de abordagem da peça. Muitas das vezes os jornalistas apenas recorrem a estas fontes, para comporem a informação avançada por outras instituições, no sentido de completar ou mesmo apresentar uma perspetiva contrária à que é apresentada. Isto acontece em mais de 50 por cento dos casos, ou seja, em 96 das 183 peças.

Nem sempre a notícia reflete um contacto direto com a ONG. Este apenas é feito em 41 por cento das peças. Em 59 por cento dos casos (107 casos) o jornalista não contacta diretamente com a fonte. Em 27 casos há um contacto direto com a ONG para a exposição ou esclarecimento de dados relativamente a uma determinada iniciativa da instituição. Mas os porta-vozes das entidades também aparecem em discurso direto nas notícias, nos casos de peças em que são feitas denúncias (17) ou na manifestação de um ponto de vista contraditório ao que aparece em primeiro plano na notícia, como acontece em 18 dos trabalhos analisados.

Mas o discurso indireto, muitas vezes transcrito pelos jornalistas através de relatórios ou comunicados emitidos pelas organizações, também está muito presente nas notícias. As denúncias são as que mais motivam a transposição de um discurso indireto, já que isto sucede em 20 casos. Em 11 peças em que há a exposição de iniciativas o jornalista recorre também ao discurso indireto. Neste contexto interessa salientar que as ONG são fonte, de modo direto ou indireto, principalmente em acontecimentos em que estas aparecem expondo factos – 41 casos – e publicitando iniciativas – 40 casos – mas também na apresentação de denúncias (38) e de informações que mostram outro ângulo do tema, já que em 27 casos as ONG veiculam uma voz contraditória à que serve de ponto de partida para a notícia.

**Quadro II**  
**Origem do contacto realizado na peça**

<b>Iniciativa</b>	Peças
Campanha	10
Iniciativa de solidariedade	5
Dias comemorativos	4
Comunicado ou Press	6
Relatórios	18
Congressos ou colóquios	5
Inauguração	1
Manifestações/protestos/marchas	12
Iniciativas legislativas	12
Reuniões/Conferências	10
Denúncias	20
Entrevista	15
Não identificado	8
Estudos/Projetos	16
Petições	4
Complemento informação	26
Doação	3
Ação no Terreno	6
Não se aplica	2
Total	183

Através do quadro II podemos compreender que uma significativa parte dos contactos feitos pelos jornalistas pretendem aprofundar um determinado assunto. Em 26 casos os jornalistas procuram a ONG para acrescentar informação e complementar a peça. Em 20 peças o contacto é feito para veicular denúncias realizadas pelas instituições, e em 18 casos a ONG é referida tendo como ponto de partida um relatório. Nestes casos há um trabalho de investigação por parte da instituição, sobre um determinado tema de referência da organização.

As reuniões ou conferências e as campanhas desenvolvidas pelas organizações servem de mote para o contacto em 15 peças. As manifestações e protestos também motivam o contacto dos jornalistas com as ONG. Em 12 casos o jornalista procurou a instituição partindo destes eventos. É curioso que os comunicados ou *press-releases* têm aqui pouca expressão. Apenas em seis casos estes foram referidos de forma clara na peça.

Mas neste contexto, do contacto com a imprensa, os assessores adotam um espaço de relevância. Em 30 por cento dos casos são os assessores que falam com o jornalista. Mas em 29 por cento das notícias, a ONG é abordada sem que haja uma personalização da informação, ou seja, sem a identificação de quem é o porta-voz. A ONG é referida enquanto instituição, num tom coletivo, em 53 casos. Os diretores ou presidentes das instituições também prestam declarações à imprensa, como acontece em 43 dos 183 casos identificados, mas outras vezes, habitualmente elementos com cargos de responsabilidade nas instituições, estão também presentes em 10 dos casos em análise.

São as peças de atualidade que mais motivam o contacto com a voz não-governamental, já que estas surgem em 52 notícias relativamente desenvolvidas, com um tamanho entre três a seis parágrafos, e em 50 notícias mais desenvolvidas, com mais de sete parágrafos. Já o relevo dado às notícias que contam com as ONG como fontes de informação pode dar pistas sobre o impacto dos temas, pelo menos no contexto da atualidade informativa geral. Em apenas seis casos o assunto, no âmbito do qual a ONG é contactada, é tema de manchete. Dez das notícias têm uma chamada de primeira página com algum destaque, e em seis peças há apenas uma chamada à primeira apenas com o tema, sem qualquer desenvolvimento. As restantes 160 não têm qualquer chamada na primeira página do jornal, o que torna clara alguma subvalorização destas fontes, em relação a outras fonte habitualmente definidas como “oficiais” e mais frequentemente chamadas às manchetes e chamadas de primeiras páginas, o espaços de maior destaque nos jornais.

## **Conclusões**

Este estudo apontar alguns caminhos na construção de uma caracterização das fontes não governamentais na atualidade. Sabendo que as ONG não são as fontes preferenciais na imprensa, é importante compreender também que espaço ocupam estas no contexto da agenda informativa e o papel desempenhado pelo planeamento das estratégias de comunicação, tanto a imagem da empresa, como a própria cultura da instituição em causa. Neste estudo é possível compreender de modo mais claro a relação entre os jornalistas e as ONG, sendo esta também consequência de uma estratégia de comunicação das instituições.

Apesar de as ONG não alimentarem a atualidade informativa de modo regular, são habitualmente uma voz que aparece mas apenas em momentos e temas muito específicos, como os que se relacionam com questões de direitos humanos e ambiente. E na maior parte dos casos estas vozes não-governamentais surgem no contexto de temas cujo ponto de partida não é a ONG.

A maior parte das peças em análise revelam que os jornalistas entram em contacto com as ONG sobretudo para obtenção de informações complementares a temas desenvolvidos no contexto da atualidade. O recurso a comunicados ou *press-releases* como ponto de partida são usados em casos pontuais, o que revela por um lado a fragilidade desta estratégia de comunicação. A facilidade de contacto com a instituição não governamental e a imagem e credibilidade desta junto da comunidade jornalística, parece revelar-se determinante na maior ou menor presença das ONG nos media.

### **Referências Bibliográficas**

ALVAREZ, T e Caballero, M. (1997), *Vendedores de imagen. Los retos de los nuevos gabinetes de comunicación*. 1ª edición, Ediciones Paidós, Barcelona.

ANUARIO (2003): *Gabinetes de comunicación: tendencias funcionales y estructurales*, Nº 8, Universidad Internacional SEK.

CABRERO J. e CABRERO M. (2001), *O livro de ouro das Relações Públicas*, Porto Editora, Porto.

CAETANO, Joaquim., RASQUILHA, Luís (2007), *Gestão e planeamento de comunicação*. Quimera ed., Lisboa.

CARDOSO, Gustavo, (2006), *Os media na sociedade em rede*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

CASTILLO, MARTÍNEZ y otros (2005), *Organicom – Dossiê de Comunicação digital*, Revista Brasileira de Comunicação organizacional e relações públicas, ano 2, nº 3, Espanha.

HALL, Stuart *et al.* (1993), “The Social Production of News: Mugging in the Media”. Utilizada tradução portuguesa: “A produção social das notícias: o *mugging* nos media”, in TRAQUINA, Nelson, *Jornalismo: Questões, Teorias e “estórias”*, Lisboa: Vega, pp. 224-248.



MARTIN, F.(2003):*Comunicación Empresarial e Institucional*,3ª Edición, Editorial Universitas, Madrid.

MOLOTCH, Harvey e LESTER, Marilyn (1974/1993), “News as Purposive Behaviour: On the Strategic Use of Routine Events, Accidents, and Scandals”. Utilizada a tradução portuguesa: “As notícias como procedimento intencional: acerca do uso estratégico de acontecimentos de rotina, acidentes e escândalos”, in TRAQUINA, Nelson (org.), *Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”*, Lisboa: Vega, pp. 34-59.

NEVEU, Érik (2005), *Sociologia do Jornalismo*, Porto: Porto Editora.

OROSA, B. (2009), *Gabinetes de comunicação on line, Claves para generar información corporativa en la red*. Comunicación social ediciones y publicaciones, Madrid.

SANZ DE LA TAJADA (1994), L. A.: *Integración de la identidad y la imagen de la empresa. Desarrollo conceptual y aplicaciones prácticas*. ESIC Ed.Madrid.

SANTOS, Rogério (1997), *A Negociação entre Jornalistas e Fontes*, Coimbra: Minerva.

SCHUDSON, Michael (2003), *The Sociology of News*, W.W. Norton & Company: New York.

SIGAL, Leon (1973), *Reporters and Officials – The Organization and Politics of Newsmaking*, Lexington: D.C. Heath and Company.

TUCHMAN, Gaye (1978), *A Study in the Construction of Reality*, New York: The Free Press.

VILLAFANE, Justo (1993), *Imagen positiva. Gestión estratégica de la imagen de la empresa*. Pirámide, Madrid.

## **Notas sobre os Autores**

### **BARRADAS, Cláudia**

[cpacheco@esep.pt](mailto:cpacheco@esep.pt)

IPP/C3i

Doutoranda em Comunicação Y Informação, na Universidade da Extremadura, Badajoz (Espanha), a desenvolver a dissertação sobre assessoria de imprensa na vertente digital. Professora na área da comunicação na ESE de Portalegre.

**BONIXE, Luís**

[luisbonixe@esep.pt](mailto:luisbonixe@esep.pt)

IPP/C3i

Doutor em Ciências da Comunicação, especialização em Jornalismo, com uma tese defendida na Universidade Nova de Lisboa sobre jornalismo radiofónico. Professor de Jornalismo na ESE de Portalegre.

**LAMY, Sónia**

[sonialamy@esep.pt](mailto:sonialamy@esep.pt)

IPP/C3i

Doutoranda em Ciências da Comunicação, na área de Estudos dos Media e Jornalismo, na Universidade Nova de Lisboa, atualmente a desenvolver a dissertação sobre as fontes de informação não-governamentais. Professora de Jornalismo da ESE de Portalegre.

# Os media sociais e a promoção do debate público em temáticas relacionadas com as minorias étnicas<sup>1</sup>

## Social media and the promotion of public debate about ethnic minorities themes

Ana Beatriz Cruz

### Resumo

Os media sociais possibilitam um novo papel de utilizador. Esse papel veio tornar-nos participantes ativos na agenda mediática.

As minorias étnicas são sub-representadas nos media, devido à hierarquia das fontes informativas e ao défice de discursos alternativos.

Neste artigo objetivou-se perceber se os media sociais proporcionam o debate público acerca das minorias étnicas através de dois níveis de estudo: o primeiro consistiu na análise das peças jornalísticas sobre as minorias étnicas em primeiro plano; e o segundo constituiu-se pelo estudo dos comentários efetuados às mesmas no site e na página do Facebook do ‘Correio da Manhã’ e do ‘Público’.

Conclui-se que os media sociais proporcionam o debate público, porém os utilizadores não contribuem na plenitude para a construção de uma opinião pública fundamentada.

**Palavras-chave:** minorias étnicas; media sociais; debate público.

### Abstract

Social media enables a new user role. This role becomes us active participants in the media agenda.

Ethnic minorities are underrepresented in the media, because the hierarchy of information sources and the lack of alternative discourses.

This article aimed to understand if social media provide public debate about ethnic minorities through two levels of study: the first consisted in the analysis of news stories about ethnic minorities in the foreground; and the second consisted in the study of the comments in the site and in the Facebook page of ‘Correio da Manhã’ and ‘Público’.

We concluded that social media provide public debate, but users do not contribute entirely for the construction of a reasoned opinion.

**Keywords:** ethnic minorities; social media; public debate.

### Introdução

O presente estudo pretende perceber se os media sociais promovem o debate público sobre questões relacionadas com as minorias étnicas.

Ao longo deste artigo, o debate público é considerado como um discurso produtor de opiniões positivas ou negativas, podendo ser apresentadas como soluções, contradições, questões e perspetivas, não considerando opiniões “out of context” ou desrespeitosas,

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no III Seminário de I&DT, organizado pelo C3i – Centro Interdisciplinar de Investigação e Inovação do Instituto Politécnico de Portalegre, realizado nos dias 6 e 7 de Dezembro de 2012.

mas as que proporcionem o gerenciamento de opinião pública e a promoção da cidadania.

A nossa pesquisa engloba duas vertentes de investigação, o estudo da representação das minorias étnicas nos media e o estudo do novo paradigma do jornalismo. Assim, seleccionámos dois jornais diários com linhas editoriais diferentes: um ‘popular’, o Correio da Manhã; e um de ‘referência’, o Público – com vista à comparação do discurso dos mesmos e dos comentários dos seus utilizadores.

## **1. Representação das minorias étnicas nos media**

O conceito de minoria consiste na possibilidade de ter voz ativa e de intervir em questões decisórias do poder, logo as minorias são setores ou frações sociais comprometidas pelas lutas em volta das questões sociais (Sodré, 2005).

Um grupo étnico é um grupo social minoritário, percebido e classificado como diferentes da cultura dominante (Cabecinhas & Amâncio, 2004).

De acordo com Smith (*in* Carvalho, 2007) as seguintes características definem os grupos étnicos: nome próprio coletivo; mito de linguagem comum; memórias históricas partilhadas; elementos diferenciadores de cultura comum; associação a uma terra natal; e sentido de solidariedade em sectores significativos da população.

Estudos realizados pelo *European Monitoring Centre on Racism and Xenophobia* (*in* Ferin, Torres, Filho & Santos, 2008) sobre as atitudes face aos imigrantes e às minorias étnicas, concluíram que os media têm impacto na formulação da opinião e nos comportamentos perante estes grupos.

Pois, como denotaram Wilson et. al. (2003) a cobertura mediática dos grupos étnicos minoritários “(...) has often focused inordinate attention on the more bizarre or unusual elements of minority communities, such as youth gangs, ilegal immigration, and interracial violence.” (Wilson et. al., 2003: 29).

Dijk (2000a) menciona que o racismo e as ideologias são reproduzidos pelas práticas sociais, especialmente através do discurso. Uma vez que media têm um papel fundamental na produção e reprodução de discursos, podemos dizer que também têm responsabilidade da reprodução do racismo.

Logo é importante que os media façam retratos positivos das minorias étnicas objetivando influenciar a percepção que a restante sociedade tem das mesmas, e consequentemente atenuando o preconceito (Zhang, 2005).

Os media têm assim um papel central na reprodução do racismo devido às relações que têm com as elites e há sua influência em moldar e alterar as “mentes” sociais (Dijk, 1995).

Além disso, a sub-representação e a discriminação dos jornalistas dos grupos étnicos também leva à reprodução do racismo nos media (*idem*).

A falta de credibilidade que as minorias étnicas têm como fontes de informação também condiciona a sua representação mediática. Pois, as minorias têm menos acesso aos media visto que não controlam o “discurso das fontes” em que é baseado o newsmaking: conferências de imprensa, press releases, briefings, brochuras informativas, documentos, entrevistas, etc. (Dijk, 2000b).

Dijk (2005) afirma que há uma tendência global para uma cobertura mediática em termo de “problemas” ou até de “ameaças”. Facto confirmado na pesquisa de Carvalho (2007) que refere que as temáticas sobre imigração e minorias étnicas na imprensa popular portuguesa tendem para a criminalidade.

Em suma, a representação das minorias étnicas nos media é/está condicionada por vários fatores - falta de minorias nas redações, falta de discursos alternativos, falta de acesso, falta de credibilidade, falta de interação social - contudo os media devem sempre tentar ser objetivos e imparciais.

## **2. Jornalismo participativo das mudanças ao paradigma atual**

A internet surge com um grande potencial para a interação e para a participação devido à possibilidade de trazer novas vozes para os media (Hermida, 2011), de conectar o mundo e de disseminar informação.

A mudança na comunicação refletiu-se tanto na informação como no jornalismo, de modo que agora podemos falar de “jornalismo participativo” (Singer, 2011a). Sendo que associamos este termo aos comentários, aos fóruns de discussão, aos blogues dos utilizadores (Lasica *in* Singer, 2011a), aos micro-blogues e às redes sociais (Singer, 2011a).

O jornalismo participativo veio alterar as redações e o próprio conceito de jornalismo, pois: “o novo jornalista já não decide o que o público deve saber. Ajuda-o, antes, a ordenar as informações.” (Kovach & Rosenstiel, 2004: 23).

Desta feita, “o jornalista transforma-se em «líder de um fórum» ou em mediador, deixando de ser simplesmente um professor ou conferencista.” (Brown *in* Kovach & Rosenstiel, 2004: 23).

Por conseguinte, o conceito de gatekeeper tornou-se indefinido, deixando de ser exclusivo do jornalista, editor, etc. (Heinrich *in* Primo, 2011: 132), uma vez que as novas tecnologias permitem que os utilizadores criem e distribuam informação baseada nas suas próprias observações ou opiniões (Hermida, 2011).

Assim, o cidadão de hoje não se limita às informações de organizações jornalísticas ou às opiniões de terceiros, dado que consome toda a informação a que tiver acesso (Primo *in* Primo, 2011).

Com a democratização dos media toda a gente passou a ser um potencial criador, tornando-se colaborador (Gillmor, 2010), isto é “prosumers”, visto que os utilizadores são produtores e consumidores de informação (Kovach & Rosenstiel, 2004).

Singer (2011b) alude que as contribuições dos utilizadores apresentam dois problemas éticos: o desconhecimento da informação; e a natureza abusiva dos conteúdos produzidos pelos utilizadores. A este propósito, Gillmor (2010) expressa que algumas

peças estão a espalhar “lixo”, deliberadamente ou inadvertidamente, contudo outras dão-nos a esperança de um futuro rico em informações confiáveis e oportunas.

Apesar do advento da participação, os media estão pouco abertos às histórias dos cidadãos, e quando permitem a submissão das mesmas sujeitam-nas a controlos editoriais ou a determinados tópicos (Hermida, 2011).

E caso o público atribua a mesma importância aos conteúdos gerados dos utilizadores que atribui aos dos jornalistas, poderão surgir casos de desinformação, porque à partida os cidadãos sem formação jornalística estão menos preparados para separar os factos das opiniões e para serem objetivos. Além disto, as normas e regras deontológicas que são seguidas pelos jornalistas podem não ser cumpridas pelos cidadãos (Rodrigues, 2006).

Posto isto, para que a participação na sua plenitude deixe de ser uma teoria os jornalistas precisam de aceitar o facto de que os seus leitores podem saber mais do que eles próprios (Gillmor *in* Heinonen, 2011); e os cidadãos devem reconhecer o valor individual e social da sua participação (Souza *in* Francisco, 2010).

### **3. Redes sociais como potenciadoras de interação e de um novo espaço público**

A expansão da internet remete-nos para a realidade das redes sociais já que estas se constituem como um novo espaço com grandes potencialidades.

Para Boyd & Ellison (*in* Recuero, 2009), os sites de redes sociais definem-se como sistemas que permitem: a construção de uma *persona* através de um perfil ou página pessoal; a interação feita pelos comentários; e a exposição pública da rede social de cada ator. Por sua vez Recuero (2009) considera que as redes sociais são constituídas por vários elementos, designadamente: atores, ou seja pessoas envolvidas na rede; conexões, compostas pelos laços sociais; e interação, relação e laços sociais.

As redes sociais fizeram com que o cidadão comum ganhasse voz e pudesse dar a sua opinião para todo o mundo, ou seja os cidadãos tornaram-se participantes.

Para Habermas (*in* Rieffel *in* Rodrigues, 2006) o espaço público grego da Pólis era comum a todos os cidadãos livres e estava separado da esfera privada. Já a esfera pública burguesa era entendida inicialmente como a esfera das pessoas privadas reunidas em público (Habermas *in* Rodrigues, 2006). Rodrigues (2006) relaciona este modelo de esfera pública com a blogosfera, porque em ambas todos podemos falar, questionar e debater sobre tudo – relacionamos também este modelo com as redes sociais, pois possuem a mesma configuração.

Segundo Rodrigues (2010: 4), “(...) o Espaço Público foi alargado às inúmeras possibilidades do virtual (...) o ciberespaço ganhou uma visibilidade nunca alcançada por uma outra ágora territorial.”. O que não quer dizer que a discussão pública seja mais significativa e que acrescente algo de interesse público.

As redes sociais são assim mais um espaço público de discussão onde os cidadãos podem contribuir para formar opinião pública fundamentada tal como Habermas a define.

#### **4. Novos media como construtores da democracia e promotores da cidadania**

Considerando o jornalismo como promotor da democracia e da cidadania, interessa-nos observar a realidade dos media sociais.

Assim, a internet permite uma sociabilização mais alargada e uma integração na vida ativa mais ampla. Esta abertura remete-nos para o conceito de democracia “que só existe se os cidadãos puderem expressar-se, trocar argumentos e dar a sua opinião livremente (...)” (Rodrigues, 2006: 24).

Esteves (2010) considera que a internet pode reforçar as formas de vida democrática devido ao seu potencial comunicacional e à sua potencialidade interativa.

A possibilidade de mais vozes, pode auxiliar os cidadãos a exercer a cidadania, pois: “quanto mais variadas forem as vozes, maior é a probabilidade do povo conhecer a verdade e, desta forma, ser capaz de se autogovernar” (Bollinger *in* Kovach & Rosenstiel, 2004: 22). Contudo, a tentativa de o jornalismo decidir o que as pessoas



querem e precisam saber para se autogovernarem tornou-se ainda mais necessária (Kovach & Rosenstiel, 2004).

## **5. Metodologias e objetivos da investigação**

O objetivo central desta investigação é perceber se a representação das minorias étnicas suscita debate público, ou seja se os media sociais são proporcionadores e impulsionadores de discussão pública.

A recolha de dados dos sites e das páginas do Facebook do Correio da Manhã e do Público foi efetuada diariamente às 21h00 nos meses de Novembro e Dezembro de 2011 e nos meses de Janeiro e Fevereiro de 2012. Decidimos selecionar as peças jornalísticas que focavam as minorias étnicas em primeiro plano, bem como os comentários às mesmas no site e nas páginas do Facebook de ambos os jornais.

Para a análise das peças determinámos as categorias e subcategorias seguintes: temas (políticos, discriminação étnica e racial, imigração ilegal, crimes, outros); fontes de informação (membros das minorias, fontes políticas, Serviços de Estrangeiros e Fronteiras, policiais, judiciais, especialistas, associações/instituições, cidadãos-comuns, outras); género (notícias, breves, reportagens); âmbito (local, nacional, internacional).

Já para analisarmos os comentários, adaptamos uma lista de critérios da investigação de Silva (2004), feita aos comentários dos leitores da TSF Online sobre as notícias da Cimeira de Copenhaga, como se pode ver:

- Interpelação direta ao trabalho do Jornalista: retificação, retificar erros do jornalista; crítica positiva; e crítica negativa;
- Linguagem: informal (que se caracteriza por abreviaturas, erros, expressões coloquiais, etc.); e formal (linguagem característica de locais públicos);
- Características do utilizador: identificado (nome, nome e apelido, apelido); não identificado (anónimos, pseudónimos);
- Interatividade: jornalista-utilizador; utilizador-utilizador;
- Contributo do comentário para o debate público: não contribui (desvio do assunto da peça; comentário inadequado); contribui (apresenta soluções; apresenta outros pontos de abordagem; coloca questões fundamentadas; acrescenta conteúdo à peça).

## **6. Análise das peças jornalísticas sobre minorias étnicas**

Ao longo do período de recolha os dados obtidos foram os seguintes: 11 peças sem comentários no Público e 21 peças sem comentários no Correio da Manhã; 9 peças com comentários no Público online e 38 peças com comentários no Correio da Manhã.

Os temas com mais destaque nas peças sem comentários foram os crimes e a imigração ilegal. Já nas peças com comentários foram apenas os crimes. Temas que estão habitualmente relacionados com as minorias étnicas, tal como mencionaram Carvalho (2007) e Wilson et. al. (2003). Porém, no Público o tema que mais se destacou foi a discriminação racial e étnica, o que demonstra a importância desta problemática.

Em relação às fontes de informação, quer nas peças sem comentários como nas peças com comentários, a maioria corresponde ao Serviços de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) e às fontes policiais, devido ao caráter oficial de ambas. Contudo, no Público as fontes mais utilizadas nas peças com comentários foram as associações/instituições de apoio às minorias étnicas, demonstrando rigor jornalístico na medida em que permite discursos alternativos.

Os membros das minorias étnicas não assumem um papel preponderante como fontes de informação, uma vez que só registámos um membro de uma minoria étnica como fonte no Correio da Manhã.

Na totalidade a maioria das peças jornalísticas sem comentários são notícias de âmbito local, possivelmente devido ao valor-notícia da proximidade. A maior parte (85%) das peças jornalísticas com comentários também são notícias. Sendo que, 43% eram de âmbito nacional. No jornal Público esta tendência não se verifica, registando-se 56% das peças com comentários de âmbito internacional.

Algumas das peças sem comentários identificam os cidadãos das minorias ou expressam tentativas de identificação, verificando-se com mais frequência em peças sobre a imigração ilegal e aos crimes. Por outro lado, algumas das peças com comentários fazem uma referência à nacionalidade dos cidadãos.

## **7. Análise e interpretação dos comentários**

No total recolhemos 999 comentários, isto é: 382 comentários na página do Facebook e 135 comentários no site do Público; 263 comentários correspondem à página do Facebook e 219 comentários ao site do Correio da Manhã.

Salientamos que os comentários apresentados nos itens seguintes, a título de exemplo, estão transcritos na íntegra.

### **7.1. Análise e Interpretação dos comentários nos sites**

Em termos gerais não se verificou uma correção fundamentada ao trabalho jornalístico, notando-se apenas algumas sugestões e críticas negativas.

Relativamente à linguagem 55% dos comentários contém linguagem informal, no entanto no Público o número de comentários com linguagem formal é superior (55%).

Um exemplo de linguagem informal são os vocábulos específicos do calão e da gíria, como on comentário 42 da peça 1 de novembro do Público: “(...) e depois disse fiteiro de merda. E tu, só ouviste preto de merda.” (comentário não identificado, Público, em 07/11/2011, às 14:03).

Em relação à identificação dos comentários, na generalidade estes são não identificados (54%). Ou seja, tal como referiam Mckenna & Greene (in Reich, 2011) há uma tendência para o anonimato devido ao ‘efeito desinibidor’.

No que diz respeito à interatividade, apenas 5% se dirigem particularmente a outros utilizadores.

Verificámos que 54% dos comentários contribuí para o debate público na generalidade, o que não se verifica no Correio da Manhã (em cerca de 56%).

Os comentários que contribuem para o debate público normalmente apresentam soluções, outros pontos de abordagem, colocam questões fundamentadas, acrescentam

conteúdo e/ou contam experiências pessoais. Já os comentários que não contribuem estes geralmente desviam-se do tema em si ou são inadequados (por exemplo contêm insultos, expressões típicas da internet).

É de salientar uma tendência para a discriminação das minorias étnicas que se manifesta através de comentários racistas, preconceituosos e estereotipados, como por exemplo: “Vê-se bem que este comissário não vive nem convive com eles e fala sem conhecimento de causa.” (comentário não identificado, CM, em 27/02/2012, 18:02). Este facto alude ao que Dijk (2005) chama de tendência global para uma cobertura mediática em termo de “problemas” ou até de “ameaças”.

Em suma, a percentagem os comentários que contribuem para o debate público e dos que não contribuem é praticamente igual. Notando-se uma tendência para a discriminação mesmo em comentários que contribuem para o debate público.

## **7.2. Análise e Interpretação dos comentários na página do Facebook do Correio da Manhã e do Público**

Ao longo da investigação recolhemos apenas 9 peças (20%) com comentários nas páginas do Facebook dos jornais em análise (7 no Correio da Manhã e 2 no Público).

Os comentários do Facebook caracterizam-se por uma maior interatividade e troca de ideias entre utilizadores, e uma linguagem mais informal.

Assim, 71% dos comentários têm uma linguagem informal, que apresenta com mais frequência o uso de abreviaturas, gíria, calão e expressões típicas da internet, como se pode denotar: “Com o histórico que este animal tem entre eles o crime de violação para mim era cabeça fora, chega de andarmos a sustentar estes animais sejam eles portugueses ou estrangeiros....” (comentário identificado, facebook do CM, em 11/11/2011, 18:07).

Em relação à interação entre os utilizadores é frequente a resposta a outros, que por vezes chega a ser insultuosa.

Cerca de 58% dos comentários não contribuem para o debate público, apresentando argumentos inadequados, tal como: “Este :::::::::::::::,devia ter mais respeito !!!!!!!! pois nós sabemos onde aprendeu a dizer estas coisas ,, ,, ,, triste ,, ,, ,,insurreto” (comentário 8 da peça 1 do facebook do Público, identificado, em 07/11/2011, hora não especificada).

No Facebook há uma tendência para a identificação pois grande parte dos utilizadores usam o seu perfil pessoal para comentar, o que não significa que não haja uma distorção/personalização dos dados pessoais.

Apesar de a maioria de os comentários do Facebook não contribuírem para o debate público e do carácter menos rigoroso que apresentam, existe um uso mais eficaz da página da rede social, notando-se uma predileção pelas redes sociais como os autores Freire et. al. (2010) referem.

Ainda assim, a diferença entre o número de comentários que não contribuem para o debate e o número de comentários que contribuem não é muito diferente, podendo estar condicionado pelo mediatismo de algumas peças que levam a uma “explosão” de emoções, e conseqüentemente a uma opinião menos pensada e fundamentada.

## **Conclusão**

Concluimos que as minorias étnicas são sub-representadas nos media, uma vez que: verificámos um défice de discursos alternativos, com uma cobertura mediática que aposta nos temas negativos; e denotámos que as minorias étnicas não são consideradas fontes de informação credíveis.

Os media sociais promovem a discussão pública sobre as minorias étnicas, contudo os cidadãos ainda não veem estes espaços como uma “ágora” que os permite democratizar a opinião pública e construir a cidadania, pois: a maior parte das peças jornalísticas recolhidas aborda aspetos negativos, o que tem efeitos negativos nas “mentes” dos recetores (Dijk, 2000b); e a discriminação racial e étnica está presente nos comentários.

Além disso, os media sociais deparam-se com dois problemas éticos principais: o desconhecimento da informação e a natureza abusiva dos conteúdos (Singer, 2011b), o que nos faz acreditar de este novo paradigma ainda tem um longo caminho a percorrer.

O jornalismo está sempre condicionado às inovações tecnológicas, logo não surpreende que se verifiquem variadas opiniões sobre aquilo que são os media sociais e sobre a promoção do debate público nos mesmos.

O debate público enquanto objetivo/dever central do jornalismo deve ser promovido em todos os media. Logo, o objetivo da participação dos utilizadores devia ser oferecer a informação independente, fidedigna, variada, precisa e relevante que uma democracia requer, tal como Bowman & Willis (*in* Rodrigues, 2006) defendem. Contudo, essa informação não consegue ser na totalidade aquilo que uma democracia requer.

Consideramos que os media fornecem um espaço para os cidadãos trocarem argumentos racionais, porém muitas das vezes há uma diluição dos ideais democráticos com opiniões estereotipadas, preconceituosas, insultuosas, discriminatórias e inapropriadas.

### **Referências Bibliográficas**

Cabecinhas, R. & Amâncio, L. (2004). Dominação e exclusão: Representações sociais sobre minorias raciais e étnicas. *Actas do V Congresso Português de Sociologia - Sociedades Contemporâneas - Reflexividade e Acção* (pp. 139-146).

Carvalho, M. (2007). *A construção da imagem dos imigrantes e das minorias étnicas pela imprensa portuguesa. Uma análise comparativa de dois jornais diários*. Dissertação de Mestrado. Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa, Lisboa.

Dijk, T. (1995). Elite Discourse and the reproduction of racism (pp. 1-27). In Slayden, R. & Slayden, D. (Eds.) *Hate Speech*. Newbury Park: Sage.

Dijk, T. (2000a). 5 Ideologies, Racism, Discourse: Debates on Immigration and Ethnic Issues, In Wal, J. & Verkuyten, M. (Eds.), *Comparative perspectives on racism*. (pp. 91-116). Aldershot etc.: Ashgate.

Dijk, T. (2000b). New(s) Racism: A discourse analytical approach. In Cottle, S. (Ed.), *Ethnic minorities and the media*. (pp. 33-49). Buckingham, UK & Philadelphia, USA: Open University Press.

Dijk, T. (2005). *Discurso, Notícia e Ideologia. Estudos na Análise Crítica do Discurso*. Famacão: Campo das Letras.

Esteves, J. P. (2010). Novos Media e Deliberação: sobre redes, tecnologia, informação e comunicação. In *IC - Revista Científica de Información y Comunicación* (pp. 171-191), nº 7.

Ferin, I. et. al. (2008). *Media, imigração e minorias étnicas 2005-2006*. Lisboa: Alto-Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural.

Francisco, K. C. (2010) O jornalismo e as redes sociais: participação, inovação ou repetição de modelos tradicionais? In *PRISMA – Especial Ciberjornalismo2010*, nº12. Acedido em 20 de Dezembro de 2011 em <http://revistas.ua.pt/index.php/prismacom/article/viewFile/754/681>

Gillmor, D. (2010) *Mediative*. Acedido em 4 de Novembro de 2011 em <http://mediactive.com/book/table-of-contents-2/>

Hermida, A. (2011). Mechanisms of Participation: How audience options shape the conversation. In Singer, J. et al., *Participatory Journalism: Guarding Open Gates at Online Newspapers*. (pp. 13-33). Inglaterra. Wiley-Blackwell.

Heinonen, A. (2011). The Journalist's Relationship with Users: New dimensions to conventional roles. In Singer, J. et al., *Participatory Journalism: Guarding Open Gates at Online Newspapers*. (pp. 34-55). Inglaterra. Wiley-Blackwell.

Kovach, B. & Rosenstiel, T. (2004). *Os elementos do jornalismo – O que os profissionais devem saber e o que o público deve exigir*. Porto: Porto Editora.

Primo, A. (2011). Transformações no jornalismo em rede: sobre pessoas comuns, jornalistas e organizações; blogs, Twitter, Facebook e Flipboard. In *Intexto*, (pp. 130-146). v. 02, nº 25, Porto Alegre. Acedido em 12 de Dezembro de 2011 em: <http://seer.ufrgs.br/intexto/article/viewFile/24309/14486>

Recuero, R. (2009) *Redes sociais na internet*. Meridional, Coleção Cibercultura. Porto Alegre.

Rodrigues, C. (2006). *Blogs e a fragmentação do espaço público*. Universidade da Beira Interior. Labcom.

Rodrigues, R. (2010) *Ciberespaços Públicos: As Novas Ágoras de Discussão*. Acedido a 28 de Abril de 2012 em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/cibrespacos-rodrigues.pdf>

Singer, J. (2011a). Introduction: Sharing the Road. In Singer, J. et al., *Participatory Journalism: Guarding Open Gates at Online Newspapers*. (pp. 1-9). Inglaterra. Wiley-Blackwell.

Singer, J. (2011b). Taking Responsibility: Legal and ethical issues in participatory journalism. In Singer, J. et al., *Participatory Journalism: Guarding Open Gates at Online Newspapers*. (pp. 121-138). Inglaterra. Wiley-Blackwell.

Silva, M. T. (2004) A Cimeira de Copenhaga e os comentários dos leitores às notícias da TSF. In *Media & Jornalismo*, nº 4, pp. 59-72.

Sodré, M. (2005). Por um conceito de minoria. In Paiva, R. & Barbalho, A. (orgs.), *Comunicação e cultura das minorias*. (pp. 11-14). São Paulo, Brasil: Paulus.

Wilson, C., Gutiérrez, F. & Chao, L. (2003). *Racism, sexism, and the media – the rise of class communication in multicultural America* (3ª ed.). Estados Unidos da América: Sage Publications.

Zhang, Y. (2005). *Stereotypes of and discrimination against racial/ethnic minorities: can media exposure help change people's racial/ethnic prejudice for the better or for the worse?* Dissertação de mestrado. Washington State University, Washington.

### **Notas sobre a autora**

E-mail: [beatrizcruz@gmail.com](mailto:beatrizcruz@gmail.com)

Mestranda de Jornalismo, Comunicação e Cultura no Instituto Politécnico de Portalegre, Escola Superior de Educação.

Licenciada em Jornalismo e Comunicação – vertente Jornalismo no Instituto Politécnico de Portalegre, Escola Superior de Educação, com média de 15 valores.



# O jornalismo em evolução <sup>1</sup>

## Journalism in evolution

Adriana Mello Guimarães

Nuno Ricardo Fernandes

### Resumo

Que mudanças ocorreram no jornalismo? É a pergunta que procuramos responder. Para tanto, pretendemos realizar uma análise sobre o desenvolvimento do jornalismo. A nossa análise parte do século XIX, pois foi um período de expansão da imprensa portuguesa, um legado rico, marcado por um carácter idealista e doutrinário que serviu para o estabelecimento das coordenadas ideológicas de toda uma memória coletiva até chegar ao jornalismo *on-line*, que proporciona rapidez para informar, mas também para desinformar.

**Palavras-chave:** Jornalismo; História; Desinformação

### Abstract

What changes have occurred in journalism? It's the question we seek to answer. For that, we will perform an analysis on the development of journalism. Our analysis start at nineteenth century, because it was a period of expansion in the Portuguese press, a rich legacy, marked by an idealistic and doctrinaire character who served to establish the ideological coordinates of an entire collective memory until it reach the online journalism, which provides quick information, but also misinform.

**Keywords:** Journalism, History, Disinformation

## A ascensão de uma profissão

Ao longo do século XIX, numa época em que só a imprensa escrita existia como meio de comunicação de massa, os jornais desempenharam um papel revolucionário na vida social. Em Portugal, um artigo da Revista Universal Lisbonense registava a seguinte observação: “A imprensa cinge o mundo. Dantes reinava a espada – hoje governa a pena (...) A antiga civilização estava nas guerras, a nova está na imprensa”. (SILVA, 1841, p.345) que chama a atenção para o poder da imprensa enquanto difusora de ideias que suscita a discussão.

Nesse contexto oitocentista, marcado pela exigência de uma consciência social, cabe a interrogação: qual era o conceito de jornalismo? No mundo europeu industrializado, a melhoria dos transportes, o alargamento da vida escolar e a evolução das técnicas gráficas foram determinantes para fazer do jornalismo uma atividade sustentável. A

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no III Seminário de I&DT, organizado pelo C3i – Centro Interdisciplinar de Investigação e Inovação do Instituto Politécnico de Portalegre, realizado nos dias 6 e 7 de Dezembro de 2012.

inserção da ação jornalística como fator de produção cultural na vida moderna logo se fez refletir em Portugal:

*O jornalismo desempenhava na difusão das atitudes inovadoras papel de relevo, condicionado embora pelo analfabetismo generalizado e pelo baixo poder de compra dos possíveis leitores. Mas a imprensa de então é, apesar de tudo, uma realidade cultural de peso (...) só de 1869 a 1871 surgiram em todo o país, 45 novas tentativas. São, sobretudo, folhas políticas, literárias, de anúncios, religiosas, humorísticas, pedagógicas. (Serrão, 1983, p.67-68)*

De facto, o jornalismo oitocentista conferiu à vida do espírito uma presença social mais intensa, e marcou a mentalidade nacional de toda uma geração como um espaço de formação da opinião e da consciência do cidadão. Nesse espaço, os literatos ocuparam, desde sempre, um lugar de destaque:

*Os jornais eram, à época, importantes centros sociais. Era ali – e Eça recordá-lo-á em várias obras – que se faziam amigos, se discutia política, se ficava a par das intrigas do dia. Um periódico oitocentista era o centro do mundo. (Mónica, 2001,p.33)*

Ao longo dessa fase da chamada “imprensa de opinião”, as empresas jornalísticas contaram com a participação de grandes nomes da literatura e caracterizaram-se por manter, em termos de recursos humanos, uma estrutura centralizada:

*O chefe da redação era o verdadeiro espírito e a alma da publicação. O jornal, geralmente, era um homem, mais até do que um partido. (...) Era o redator responsável com a sua personalidade, quem, dentro das coordenadas gerais, imprimia ao jornal uma vida própria. (Tengarrinha, 1967, pp190,191)*

Ideologicamente, devemos lembrar que “a imprensa da época é, em primeiro lugar política, em segundo lugar, literária e só acidentalmente noticiosa dos acontecimentos da vida quotidiana” (Serrão, 1978, p.41). No que diz respeito à circulação da informação, uma característica importante desta fase é assinalada por Tengarrinha: “Em voz alta liam-se (...) os editoriais dos jornais mais importantes: de tal maneira, assim, a Imprensa e a oratória andavam intimamente ligadas.” (Tengarrinha, 1965, p.150)

Entre os múltiplos escritores que emprestaram a sua pena a imprensa, destacamos o crítico alentejano Fialho de Almeida que, conforme o espírito da época, entendia o jornalismo como uma missão pedagógica de intervenção e, sobretudo, como um meio para a circulação de ideias. Daí afirmar: “Da imprensa deriva toda a espécie de

incentivo e de energia fecunda e transformável que vai depois propulsar em todos os distritos gerais da atividade, moral e ciência, indústria e arte, política e religião”. (1904, p. 214). Na sequência deste pensamento, Fialho defende o interesse da esfera pública, o chamado “espírito público” – “É a imprensa que reforça e purifica a voz da opinião” (idem, p. 214). Outro grande escritor oitocentista, Eça de Queirós, concebia um jornalismo de projeção para o futuro, onde era necessário relacionar os factos para melhor compreender e fazer entender. Vejamos, logo no primeiro número de *O Distrito de Évora*, que fora posto a circular no dia 6 de Janeiro de 1867, o que Queirós afirma:

*O jornalismo na sua justa e verdadeira atitude, seria a intervenção permanente do país na sua própria vida política, moral, religiosa, literária e industrial. [...] É o grande dever do jornalismo fazer conhecer o estado das coisas públicas, ensinar ao povo os seus direitos e as garantias da sua segurança, estar atento às atitudes que toma a política estrangeira, protestar com justa violência contra os atos culposos, frouxos, nocivos, velar pelo poder interior da pátria, pela grandeza moral, intelectual e material em presença das outras nações, pelo progresso que fazem os espíritos, pela conservação da justiça, pelo direito, da família, do trabalho, pelo melhoramento das classes infelizes. (Queirós, 1967, p. 9)*

Ora, tais ideias compõem uma verdadeira “teoria do jornalismo”, na medida em que evidenciam as principais funções da imprensa: informar; interpretar; atuar e intervir.

Por outro lado, cabe assinalar o surgimento de novos processos comunicacionais que deram origem à chamada fase da imprensa industrial. De facto, segundo José Tengarrinha, “só entre 1865 e 1885 é que se estabeleceram em Portugal as condições propícias à transformação industrial da imprensa” (1965, p.127), o que deu ênfase à informação como preocupação e objetivo. Nesse período destacamos o surgimento do *Diário de Notícias* (1/1/1865) um jornal barato, acessível que inovou o panorama jornalístico oitocentista. Justamente nessa fase industrial, os jornais passaram a dispor do auxílio do telégrafo e, então, surgiram as agências noticiosas:

*O progresso das técnicas e o aparecimento de uma imprensa barata, diversificando o seu conteúdo para deixar mais espaço à relação de informações, em vez de se dedicar apenas à expressão de opiniões, permitiram – causa e consequência ao mesmo tempo – a criação das agências. (Derieux, 1978, p. 11)*

Desta forma, o sistema de comunicações melhorou, tornou-se mais rápida a circulação de notícias e ampliou-se o hábito de ler jornais. Assim, “o jornal lançado

romanticamente pelo indivíduo isolado que nele fazia quase tudo deixava, passo a passo, de ter condições para competir e subsistir. As redações alargaram-se”. (Sousa, 2008a, p. 106). Será útil relembrar, ainda, as influências que o jornalismo luso recebeu:

*O jornalismo português nasceu e evoluiu sintonizado com o que se fazia na Europa, em particular em França, país que até ao século XIX ditou «as modas» em Portugal. No entanto, as guerras napoleónicas (em que Portugal alinhou pelos britânicos) e, posteriormente, as lutas liberais (...) e o liberalismo permitiram que a imprensa portuguesa se abrisse ao modelo britânico de jornalismo, assente no princípio da liberdade de imprensa. (idem, p. 117)*

Enfim, não há dúvida de que o século XIX foi um período de expansão da imprensa portuguesa, um legado rico, marcado por um carácter idealista e doutrinário que serviu para o estabelecimento das coordenadas ideológicas de toda uma memória coletiva.

### **A legitimação do grupo profissional**

Passo a passo o jornal torna-se num produto e a informação transforma-se de opinativa para cada vez mais objetiva. Já em pleno século XX, em 1938, Andrade de Saraiva, ao falar sobre a missão da imprensa afirma:

*Em lugar do apostolado, do idealismo e da doutrina, surgiu a empresa. A caixa substituiu a tribuna. (...) A personalidade do diretor apagou-se e subalternizou-se; em vez de um tributo ou de um apóstolo, tornou-se antes um chefe de escritório sempre atento às condições e desejos do conselho de administração. (Saraiva, 1938)*

Ou seja, o ofício de jornalista foi aos poucos transformando-se numa profissão e os jornalistas, enquanto grupo profissional começaram à procura de um espaço autónomo de legitimação. De facto, apesar de ser considerada (durante muitos anos) uma atividade socialmente desvalorizada e intelectualmente desprestigiada, passa a ser socialmente reconhecida e juridicamente legitimada. O jornal torna-se um bem de consumo. Emblemáticos destas alterações são os novos perfis profissionais dos jornalistas: o repórter passa a ser valorizado e surge a figura do correspondente de guerra.

Além da informação geral, aparece a chamada “imprensa especializada” e nas redações ocorre a expansão do número de jornalistas. Emerge a fixação de uma hierarquia profissional e a divisão do trabalho no seio da redação por secções, bem como a fixação de um vocabulário próprio e a definição de competências técnicas associadas à

profissão, a diferenciação de estilos, a criação de embriões do que viria a ser o Sindicato dos Jornalistas, e a mobilidade dos jornalistas entre os diversos órgãos de comunicação social. O jornalismo português ao longo do século XX sofreu diversas mutações estruturais e legislativas e vivenciou um longo contexto de privação de liberdade que condicionou a autonomização e profissionalização dos jornalistas.

Assistiu-se a massificação do uso da rádio (anos 40-50) que mudou a forma de fazer jornalismo, assim como a implantação da televisão (1957). Nesse tempo a antiga máxima “a televisão mostra, a rádio conta e o jornal explica” atingiu o seu ápice. No entanto, uma mudança no nosso panorama mediático veio a alterar a forma de fazer jornalismo. Os jornais deixaram de explicar e passaram a “contar” e com um dia de atraso. As estratégias dos proprietários dos *media* levaram a que os nossos jornais perdessem a sua principal característica – o aprofundamento das peças jornalísticas – para passarem a ter a mesma característica dos outros meios. Será a morte anunciada do jornalismo impresso? Fica a questão que não cabe aqui tentar responder.

### **A internet e o universo digital**

No fim do século XX e à passagem para o século XXI, verificamos que o processo de identidade profissional do jornalista continua em mudança. Com o desenvolvimento da Internet surgiram claros desafios para os órgãos de comunicação social, mas sobretudo surgiram necessidades novas para os jornalistas portugueses de adaptação a novas linguagens.

Novas formas de jornalismo surgiram mas a necessidade de “criar ou experimentar essas formas não é fazê-lo à toa, como se o futuro nada tivesse a ver com o passado. A maneira mais simples até de se familiarizar com o novo meio é transpor para ele as formas tradicionais e depois, e só depois, começar a experimentar.” (Fidalgo, 2001,p. 8).

E esse foi o passo natural dado pelo ciberjornalismo português e pelos ciberjornalistas portugueses. É certo que não podemos esquecer a existência de projetos ciberjornalísticos portugueses totalmente desfasados da realidade e que tiveram uma curta existência.

Com a emergência do ciberjornalismo foi rapidamente detetada, no sector empresarial e no campo do ensino, a necessidade de profissionais formados para o jornalismo digital. Os primeiros ciberjornalistas portugueses eram jornalistas transferidos das redações tradicionais.

No contexto académico a formação passou também a olhar para o ciberjornalismo como uma disciplina, a qual surgiu com o nome de “ciberjornalismo ” na Universidade Nova de Lisboa em, fevereiro de 2000. A partir daí a disciplina passou a integrar as várias licenciaturas de Ciências da Comunicação e Jornalismo das Universidades portuguesas.

As necessidades dos órgãos de comunicação eram assim combatidas já que estes exigiam jornalistas com “domínio alargado de múltiplas capacidades, bem como a aptidão para trabalhar em ciclos de notícias de atualização permanente. Em certos casos, o ciberjornalista terá de redigir notícias, produzir fotografia, áudio e vídeo, construir páginas Web, transpor conteúdos impressos ou audiovisuais para a rede, acrescentar hiperligações, fornecer interfaces que permitam aos utilizadores o recurso a bases de dados diversas” (Bastos, 2007,p. 4).

Se na imprensa surgiram novas formas de trabalho, nas rádios a história não foi muito diferente. A ligação ao multimédia, transformou a rádio, em claro benefício da interatividade. A TSF, a Antena 1, e a Rádio Renascença, são três exemplos onde a aposta informativa não se fica apenas pelas ondas da rádio. Nos respetivos *sites* existe um claro intuito interativo, desenvolvem-se novas linguagens (no caso da RR o vídeo possui um claro espaço) e são potenciadas novas formas de apresentar o conteúdo veiculado pelas ondas hertzianas. Isto “transforma o ouvinte num utilizador e favorece a fragmentação das audiências” (Cordeiro, 2004, p. 5), tendo modificado “a forma de receção radiofónica, transformando o conceito de recetor” (Cordeiro, 2004, p.9). Hoje para além de se ouvir a rádio podemos consultar o *site* da estação emissora.

Outro desafio nasceu para os jornalistas portugueses, o qual talvez no futuro venha a implicar alterações na forma de ensino: o jornalismo para dispositivos móveis.

Esta nova forma de apresentar os conteúdos jornalísticos está a obrigar, tal como o ciberjornalismo obrigou, a uma adaptação dos conteúdos, num primeiro momento, mas a evolução de uma linguagem e de apresentação dos conteúdos informativos parece-nos ser um passo necessário. Atualmente são várias as investigações académicas em torno

deste fenómeno e nas próprias redações assiste-se ao lançamento de vários projetos para dispositivos móveis.

Ou seja, o jornalismo continua em grande evolução. No entanto, devemos estar atentos. Afinal, com tantos avanços na tecnologia de transmissão surgem novas problemáticas. Como afirma Richard Wurman, um dos problemas contemporâneos é justamente o excesso de informação que pode provocar a angústia (típica dos tempos atuais) ou até a desinformação.

### **Referências bibliográficas:**

Almeida, Fialho. (1904) *Pasquinadas (jornal de um vagabundo)*. Porto: Livraria Chardron de Lello & Irmão.

Bastos, H. (2007). “Ciberjornalismo: dos primórdios ao impasse”, in <http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/25259>, consultado a 9 de outubro de 2012

Cordeiro, P. (2004). “A Rádio em Portugal: um pouco de história e perspectivas de evolução” in BOCC, consultado a 2 de outubro de 2012

Derieux, Emmanuel (1978). “Agências Noticiosas”, *Guia alfabético das comunicações de massa*. Direção de Jean Cazeneuve, tradução Licínio Martins, Cascais Franco, Orlando Neves e Raquel Silva. Lisboa: Edições 70.

Fidalgo, A. (2001). “O ensino do jornalismo no e para o século XXI”, in BOCC, consultado a 2 de outubro de 2012.

Fidalgo, Joaquim (2008). *O jornalista em construção*. Porto: Porto Editora.

Mónica, Maria Filomena (2001). *Eça de Queirós*. Lisboa: Quetzal Editores.

Queirós, Eça de. (1967) *Da Colaboração no Distrito de Évora I*. Lisboa: Livros do Brasil.

Santo, Rogério. (1998) *Os novos media e o espaço público*. Lisboa: Gradiva.

Saraiva, Andrade (1938). “A pequena imprensa e a sua missão”. In *Seleções da Gazeta do Sul*. I volume. Montijo: Edição da Gazeta do Sul.

Serrão, Joel (1983). *Temas de cultura portuguesa*, Lisboa: Livros Horizonte.

Silva, M. A. (1841). “Uma Lenda de Montrose”, *Revista Universal Lisbonense*, Tomo I, ano 1841-1842, Lisboa: Imprensa Nacional (pp. 344-346).

Sobreiro, R.M (2010). “O Ensino do Jornalismo e a Profissionalização dos Jornalistas em Portugal (1933-1974) “ in Traquina, N. (2010) (Org). “Do Chumbo à Era Digital”, Coleção Media e Jornalismo, Lisboa: Livros Horizonte.

Sousa, Jorge Pedro (2008a). “Uma História do Jornalismo em Portugal até ao 25 de Abril de 1974”. *Jornalismo: história, teoria e metodologia da pesquisa, perspectivas luso-brasileiras*. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa.

Sousa, J.P. (2008). “Uma história do jornalismo em Portugal até ao 25 de abril de 1974”, in BOCC, consultado a 2 de outubro de 2012.

Tengarrinha, José. (1965). *História da Imprensa Periódica Portuguesa*. Lisboa: Portugalíia.

Wurman, Richard Saul (1991). *Ansiedade de Informação*. Tradução de Virgílio Freire. São Paulo: Cultura editores associados.

Vacas, F. (2005). “La Televisión En Extremadura: Un Proyecto de Televisión Regional”, visitado a 4 de Junho de 2008, <http://www.juntaex.es/consejerias/infraestructuras-desarrollo-tecnologico/dgsociedadinformacion/Publicaciones/common/TOMO1TELEVISION.pdf>

Volkoff, Vladimir. (2000) Pequena história da desinformação: do cavalo de Troia à internet. Lisboa, Editorial Notícias.

## **Notas sobre os autores**

**Adriana Mello Guimarães** [adrianamello@esep.pt](mailto:adrianamello@esep.pt)

Assistente Convidada na Escola Superior de Educação de Portalegre.

Doutoranda em Literatura na Universidade de Évora. Licenciada em Ciências da Comunicação pela Universidade Nova de Lisboa e Mestre em Estudos Lusófonos pela Universidade de Évora; participante do grupo Filosofia Brasileira e Portuguesa junto ao Centro de Filosofia Brasileira do Programa de Pós-graduação em Filosofia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Brasil). Membro Integrado do CLEPUL, Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias da Universidade de Lisboa.

**Nuno Ricardo Fernandes** [nrfernandes@esep.pt](mailto:nrfernandes@esep.pt)

Assistente Convidado na Escola Superior de Educação de Portalegre.



Doutorando em Ciências da Comunicação na Universidade da Beira Interior. Licenciado em Ciências da Comunicação pela Universidade da Beira Interior e Mestre em Jornalismo: Imprensa, Rádio e Televisão, pela Universidade da Beira Interior. Membro do LABCOM, Laboratório Online de Ciências da Comunicação, da Universidade da Beira Interior, e membro do Laboratório de Jornalismo Convergente, da Faculdade de Comunicação, da Universidade Federal da Bahia (Brasil).

# Novos Modelos de Negócio para a Imprensa Online: o Modelo Freemium no Público.pt, no Elpais.com e no Nytimes.com<sup>1</sup>

## New business models for Online Press: The *Freemium* model on Público.pt, Elpais.com and Nytimes.com

Ângela Mendes

### Resumo

A evolução tecnológica e o aparecimento da Internet provocaram grandes mudanças no sector dos média, sendo a Imprensa um dos sectores mais afetados.

Encontrar modelos de negócio alternativos que garantam a sustentabilidade dos média no novo ambiente Online torna-se essencial.

O New York Times e o El País são jornais diários de referência nos seus países e a nível internacional, e apresentam-se neste trabalho como estudos de caso, que nos permitirão ter uma imagem mais alargada daquilo que é uma evolução, que se encontra em diferentes estágios nos Estados Unidos e na Europa.

Queremos também perceber, através do estudo e comparação com o Público.pt, onde podemos posicionar a realidade portuguesa nesta metamorfose, que irá mudar a forma como consumimos os média, em particular a Imprensa.

Que modelos de negócios estão a ser adotados e que resultados práticos estão a ter ao nível dos conteúdos produzidos e de receitas, é então o ponto fulcral deste trabalho, que pretende em primeira instância avaliar a implementação e o funcionamento do modelo Freemium destes três órgãos de comunicação nos seus espaços online.

**Palavras-Chave:** Modelos de Negócio, Freemium, Público Online, New York Times, El País.

### Abstract

Technological developments and the emergence of the Internet caused great changes in the media sector, and the Press is one of the sectors that has been affected the most.

Finding alternative business models that enable the sustainability of media online, it's nowadays essential. The New York Times and the El País are daily newspapers, references in their countries as well as internationally, and they are presented in this paper as case studies that will allow us to have a broader picture of this evolution, which is in different stages in the United States and Europe.

We want to understand, through the study and comparison with Público Online, where the Portuguese reality can be positioned in this metamorphosis, which will change the way we consume the media, in particular the Press.

What business models are being adopted and what practical results are being achieved, at the level of content and revenue will then be the main points of this dissertation, which aims to evaluate the implementation and workability of the Freemium model of these three bodies of media on their online spaces.

**Key-words:** Business models, Freemium, Público Online, New York Times, El País.

### Introdução

Os média enfrentam hoje em dia um grande desafio, o de encontrar um modelo de negócio online que garanta a sua sustentabilidade enquanto estruturas empresariais. Mas este não é um momento imprevisto: desde o aparecimento da Internet e da expansão do seu uso a nível pessoal, nos anos noventa, que a indústria pressentia a mudança. Mas a

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no III Seminário I&DT, organizado pelo C3i – Centro Interdisciplinar de Investigação e Inovação do Instituto Politécnico de Portalegre, realizado nos dias 6 e 7 de Dezembro de 2012

recessão que teve início em 2008 acelerou o processo que já se havia iniciado, segundo Philip Meyer, nos anos setenta. *“Para alguns, o apocalipse chegou mais cedo do que o esperado. A recessão de 2008-09 sobrepôs uma recessão cíclica por cima de um longo e lento decréscimo de leitores que os jornais sentiam desde os anos 70.”* (2009:1)<sup>1</sup>

Embora as dificuldades se encontrem um pouco por todos os média, a Imprensa parece ser o meio que mais dificuldades têm encontrado nesta nova plataforma. A Imprensa e o seu modelo tradicional estão em declínio. Gustavo Cardoso afirma mesmo que:

“O Jornal enquanto empresa, local de trabalho e modelo jornalístico baseado apenas na escrita e na fotografia terminou, ou melhor, não terminou ainda, mas encontra-se num processo de mutação, que nos fará olhar para este momento actual como o início de uma ruptura.”  
(2009:44)

Esta dificuldade em adaptar-se ao novo ambiente online talvez se justifique porque o modelo de negócio que tem acompanhado o sector ao longo das décadas não seja linear.

“The economics of journalism are not straightforward. Most other businesses operate with a simple formula: they offer products and services for sale and people choose to buy or not. But Journalism has mainly been paid for through indirect means.”  
(Kaye, J., Quinn, S., 2010:5)

Este modelo de negócio funcionou durante décadas, atravessando aquele que foi o século da Era Industrial, sendo o jornal impresso em si um produto acabado dessa Era. No entanto, à medida que entramos na Era Digital, este produto começa a tornar-se obsoleto, assim como o modelo de negócio que o sustém.

As companhias que detêm os jornais têm sofrido ao longo dos últimos anos aquilo a que Theodore Levitt chamou de “Marketing Myopia” e que Ken Doctor aplica às companhias detentoras de jornais:

“They noted as an article of faith that they need to avoid the fate of the railroad owners, who had thought they were in the “train business” when in fact they were in the “shipping” business. (...) The parallel, publishers noted, is that newspaper companies should be about news and information – and not printing ink on paper.”  
(2010:76)

Os dois elementos essenciais no modelo de negócio da Imprensa, a audiência e os anunciantes, estão a mudar de comportamento. Se por um lado, os consumidores se mostram relutantes em pagar por conteúdos online, por outro, o mercado da publicidade encontrou na Internet outras plataformas mais apetecíveis do que os média.

Com a quebra expressiva das vendas em banca ao longo dos últimos anos, e o mercado publicitário em baixa e a tentar encontrar novas plataformas, mais baratas e eficazes, os jornais estão a perder aquilo que é a base do seu modelo de negócio. Acelerados pela crise económica que se iniciou em 2008, os jornais e revistas começaram a apostar nas suas plataformas online, embora estas não sejam ainda sustentáveis.

Tradicionalmente, os conteúdos online têm sido oferecidos aos consumidores de forma gratuita. Por um lado, aquando do aparecimento da Internet, este era um mundo novo que levantou muitas dúvidas, tendo os jornais começado a depositar conteúdos decalcados das versões impressas, o chamado *Shovelware*, sem grandes pretensões à obtenção de lucro; por outro lado, a informação na Internet é abundante e fácil de encontrar, e como afirma Chris Anderson no seu livro “Free: The Future of a Radical Price”: “A informação abundante quer ser gratuita. A informação escassa quer ser dispendiosa.” (s/n)<sup>2</sup>

Apesar da perceção generalizada de que os conteúdos jornalísticos na Internet são abundantes, fáceis de encontrar e de má qualidade, geralmente apenas uma versão online do trabalho que foi impresso, os modelos que imputam os custos de produção das notícias aos consumidores estão a ser testados por alguns jornais. O New York Times implementou uma nova *paywall*, e em Portugal, o Público começou a disponibilizar um espaço exclusivo para assinantes, assim como o El País em Espanha.

Os últimos desenvolvimentos na área da tecnologia trouxeram um novo fôlego àqueles que apostam nos conteúdos pagos, com os *Tablets* e os *Smartphones* a serem hoje em dia uma das mais importantes formas de se aceder à informação, com a venda de aplicações e versões em formatos adaptados a estes dispositivos a passar a ser a grande esperança da indústria. No entanto, ainda não é claro que seja este o modelo de negócio que vai garantir a estabilidade financeira da Imprensa.

Dos vários modelos de negócio que estão atualmente em discussão a nível académico e, em muitos casos, a serem testados em projetos um pouco por todo o mundo desenvolvido, o modelo *Freemium* surge como uma das alternativas.

Este é um modelo de negócio aplicado em muitas plataformas na Internet, como é o caso do Flickr, do LinkedIn ou do Skype. Todos conseguimos aceder e utilizar os

serviços que estes sites têm para oferecer. No entanto, para aqueles que se tornam assinantes, há vários benefícios, como um maior espaço de armazenamento, serviços extra e um maior acompanhamento técnico. Quando aplicado aos média, o modelo consiste na disponibilização da maior parte dos conteúdos de forma gratuita, à qual se junta a criação de conteúdos complementares e exclusivos, os chamados conteúdos *Premium*, assim como a oferta de serviços de valor acrescentado, pagos pelo consumidor e de acesso restrito.

O modelo *Freemium* foi um conceito apresentado em 2006, por Fred Wilson<sup>3</sup>, um investidor de capitais de risco sediado em Nova Iorque e um proeminente bloguer. Começou por definir o conceito deste modo:

“Give your service away for free, possibly add supported but maybe not, acquire a lot of customers very efficiently through word of mouth, referral networks, organic search marketing, etc., then offer premium priced value added services or an enhanced version of your service to your customer base.”

Pedi depois aos visitantes do seu blogue para o ajudarem a escolher um nome para o conceito, tendo em poucas horas chegado ao nome *Freemium*, que veio mais tarde a ser usado na revista *Wired* e na *Business 2.0*.

A questão que se coloca aos média é perceber quais são os conteúdos ou serviços passíveis de serem *Premium*, ou seja, afinal quais são os conteúdos pelos quais os nossos leitores estão dispostos a pagar.

Fazer a diferenciação entre os conteúdos gratuitos e os “vendáveis” pode ser mais complexo do que apenas uma simples decisão editorial. Criar conteúdos de valor acrescentado implica investimento em meios e em recursos humanos. Estes são dois pontos nos quais as empresas de média têm desinvestido nos últimos anos, encurtando o número de repórteres nas suas redações e prescindindo de correspondentes no estrangeiro, numa tentativa de cortar os custos. Nestas condições, voltar a produzir estes conteúdos é também um risco económico que muitas empresas temem correr.

Há ainda a necessidade de reforçar as redações dedicadas ao conteúdo online e de procurar profissionais familiarizados com o novo ambiente. Não se trata só de escrever

peças – os conteúdos *Premium* têm de explorar todos os recursos multimédia que a Internet tem para oferecer.

Não basta apenas disponibilizar versões integrais em PDF das edições impressas no site ou de criar aplicações para as novas plataformas como os *Smartphones* ou os *Tablets*. Criar conteúdos *Premium* é produzir conteúdos que os consumidores estejam dispostos a pagar, como faz, por exemplo, o Wall Street Journal.

Num debate online promovido pelo jornal Público, João Canavilhas<sup>4</sup> afirma que “*Parece existir um público Premium que está disposto a pagar pelo acesso aos conteúdos, mas quer receber informação multimédia, personalizada e exclusiva. O problema é que esta informação é cara e as empresas não arriscam.*”

Muitos teóricos colocam a tónica na qualidade dos conteúdos. Pagar por eles é uma possibilidade remota, visto que não têm qualidade. Portanto, há primeiro que produzir melhores conteúdos.

Esta é uma realidade que ainda não acontece na maioria dos média. Os conteúdos que disponibilizam online são derivados dos trabalhos feitos para a versão impressa, sem uma mais-valia para o leitor, e sem aproveitamento de todas as ferramentas que a Internet coloca ao serviço dos jornalistas para enriquecer um trabalho.

João Canavilhas afirma ainda que o modelo *Freemium* é um dos que tem sido mais utilizado e define-o como:

*“ (...) uma oferta informativa que junta conteúdos gratuitos (free) e conteúdos de acesso pago (premium). As empresas conseguem receitas das vendas, mas também da publicidade que procura os consumidores dos conteúdos gratuitos. É claramente aquilo a que poderíamos chamar um “modelo de hibernação”: permite a sobrevivência das empresas, mas o produto jornalístico não evolui.”<sup>5</sup>*

As hipóteses avançadas têm sido muitas. O *Paywall* total, o *crowdfunding*, os micro-pagamentos, o mecenato, a venda de aplicações para plataformas móveis, a réplica de antigos modelos baseados na publicidade ou uma mistura de vários destes modelos a funcionar ao mesmo tempo, são parte das propostas.

Os teóricos dividem-se entre os que acham que a filosofia de gratuidade de conteúdos na Internet se deve manter e os que defendem o pagamento dos mesmos. Fernando Zamith<sup>6</sup> afirmou mesmo que *“Quem descobrir o modelo de negócio ideal para o jornalismo na Internet vai salvar não só uma indústria que emprega milhões de pessoas em todo o mundo como poderá mesmo salvar o próprio jornalismo.”*

Numa coisa estão todos de acordo, os média estão a mudar. No futuro, a maneira como se definem os meios, as plataformas em que teremos acesso a conteúdos e os próprios conteúdos, serão diferentes. No entanto, o bom jornalismo *“têm conseguido sobreviver, embora nem sempre prevalecer, através das muitas mudanças tecnológicas do último século. A Internet é apenas o mais recente numa série de avanços que têm contribuído para a demassificação dos média.”* (Mayer, P., 2009:6)<sup>7</sup>

Ken Doctor<sup>8</sup> afirma, num dos seus artigos que: *“não se conseguiu ainda encontrar alguém que diga que têm um modelo de negócio provado e sustentável, para avançar para a frente”*<sup>9</sup>. E esta é no fundo a realidade com que nos debatemos hoje em dia. Uma realidade complexa, onde o jornalismo online sofre pressões de vários setores e onde uma pergunta se impõe fazer:

*“With print and broadcast news companies losing audiences and advertising income, and online news providers so far unable to develop business models to support comprehensive, quality news coverage, the questions arise: How will journalism be funded in long term?”*  
(Kaye & Quinn, 2010:7)

## **O modelo de negócio da Imprensa ao longo do Século XXI**

O modelo de negócio da Imprensa escrita foi, até ao aparecimento da Internet, algo simples e estável. Os jornais produziam notícias que vendiam aos seus leitores, os seus leitores compravam os jornais em banca, por um preço simbólico, providenciando aos jornais a moeda de troca para os anunciantes.

Jeff Kaye e Stephen Quinn sintetizam esta equação: *“O verdadeiro dinheiro tem vindo geralmente da venda de espaço publicitário. O conteúdo noticioso atrai audiência, e os anunciantes pagam para ter a sua mensagem posta em frente a essa audiência.”* (2010:6)<sup>10</sup>

A equação era simples, quanto maior fosse o número de leitores, maior seria o valor do espaço publicitário. Os jornais estavam então no negócio de providenciar “eyeballs” aos seus anunciantes, como se lhes refere Philip Meyer, na sua obra *“The Vanishing Newspaper – saving Journalism in the Digital Age”*. No mundo pós Revolução Industrial, onde o capitalismo se instalara confortavelmente nas nossas vidas e a prosperidade era um dado adquirido, a publicidade era rainha, impulsionada por um novo modo de estar na vida: o consumismo.

Desde o aparecimento do primeiro anúncio no Boston News-Letter, em 1704, que o casamento entre o jornais e os anunciantes *“provou ser duradouro e geralmente feliz.”* (Kaye & Quinn, 2010:19)<sup>11</sup>

A abundância de anunciantes durante a maior parte do Século XX levou a que este modelo se disseminasse e fosse de algum modo consensual. *“A glória do negócio dos jornais nos Estados Unidos costumava ser a sua capacidade de equiparar o seu sucesso como um negócio, com a atenção auto-consciente dada à sua missão social. Ambas as funções estão ameaçadas hoje em dia.”* (Meyer, 2009:9)<sup>12</sup>

## **Metodologia**

Que potencialidades apresenta o modelo Freemium para se constituir como um modelo de negócio para o jornalismo online?

Foi a pergunta de partida para a nossa investigação. Para a realização deste trabalho de investigação, compreendeu-se que seria necessário a recolha de dados ao longo de um período de tempo alargado e bem definido.

Através da efetivação da assinatura digital dos três jornais, pretendemos perceber que benefícios efetivos existem para os assinantes, em comparação ao que é disponibilizado de forma gratuita nos sites destes três meios de comunicação.

Esta comparação pretende perceber se os sites disponibilizam conteúdos diferenciados nos seus espaços reservados a assinantes, se produzem conteúdos exclusivos ou se disponibilizam qualquer outro serviço de valor acrescentado, de modo a podermos encontrar o seu modelo de negócio no modelo *Freemium*.



Começámos por recolher dados durante o mês de novembro de 2011, com o período de recolha compreendido entre os dias 1 e 30 de novembro de 2011. Escolhemos novembro por ser um mês neutro, quando comparado com as oscilações do mês de dezembro, com as suas festividades de Natal.

Pretendíamos que o nosso intervalo de recolha de dados incluísse um mês em 2011, pois esse facto permite-nos fazer também a comparação entre aquilo que existia em 2011 e as inovações que um novo ano tradicionalmente trazem para os média.

O segundo período de análise estendeu-se de 1 de fevereiro de 2012 até ao fim do mês, neste ano bissexto, sendo o último dia de recolha de dados o de 29 de fevereiro de 2012. Escolhemos excluir o mês de janeiro, pois este é um mês de transição, em que ainda se está a fazer o balanço do ano anterior e a tentar projetar aquilo que será o ano que começa. Avaliámos que este não seria um mês neutro para a recolha de dados, pelo que o mês de fevereiro foi o eleito.

Fechámos a recolha de dados no período de 1 a 31 de abril de 2012, deixando um mês de intervalo entre o último período de análise.

A nossa observação baseia-se em quatro elementos fundamentais, que iremos catalogar em categorias de análise: conteúdos, acessibilidade, plataformas e serviços.

Conteúdos e serviços, por serem no fundo o “produto”, aquilo que justifica um pagamento por parte do leitor. É nesses elementos, ou na capacidade de inovação e criatividade dos *News Media* que reside a chave para o sucesso comercial da indústria.

Acessibilidade e plataformas, porque a Internet é uma presença constante na nossa vida, especialmente agora que novos dispositivos como os *Smartphones* e os *Tablets* nos permitem aceder a ela em qualquer momento e em qualquer lugar.

A análise do que está a ser feito nestes campos pelo *Publico.pt*, pelo *Elpais.com* e pelo *Nytimes.com* é feita através da exploração das suas plataformas online, nos diversos

dipositivos e pelo acompanhamento, ao longo dos períodos de recolha de dados, das estratégias implementadas pelos mesmos.

### **Considerações finais**

“O *antigo mundo noticioso desapareceu. Acostumem-se a isso.*”<sup>13</sup> (2010:75), afirma Ken Doctor num dos capítulos de seu livro “Newsonomics”, lançado em 2010.

O sentimento de que algo mudou e não existe como voltar atrás, é transversal a todos os média. Não é apenas a imprensa que agoniza numa espécie de estrangulamento económico.

São as televisões que perdem audiências para o mundo cada vez mais fragmentado dos canais por cabo, ou as rádios que se diluem no éter, entre tantos outros meios mais convidativos, os *Podcasts*, as rádios feitas à medida de cada um, ou as plataformas online multimédia, onde para além do som, há o vídeo, a imagem e o texto.

O mundo mudou com a Internet e cabe a todos nós aceitar a mudança e aos média, cabe a difícil tarefa de se reinventarem e de se adaptarem à nova realidade.

O velho mundo das notícias pode ter desaparecido, mas as notícias não. Nem a necessidade que o cidadão comum tem de as receber.

Doctor considera que “*Aproximadamente dez anos depois da emergência dos sites online, a primeira guerra terminou, e os jornais perderam-na.*” (2010:76)<sup>14</sup>

Pensamos que não terão ainda perdido a guerra, mas a primeira batalha está já perdida. Passada que está a primeira década do século XXI, com todas as inovações tecnológicas que foram introduzidas no mercado e com todas as mudanças sociais e económicas que o mundo experienciou, torna-se imperativo voltar a repensar os modelos de negócio para os News Media Online.

Os profissionais e a sociedade em geral começam a aceitar que os News Media são organizações que necessitam de encontrar estabilidade económica e que esse processo é

difícil e implica a gestão cuidadosa de muitos fatores. Kovach & Rosenstiel afirmam que *“Uma organização jornalística de sucesso tem de servir e ter em consideração instituições comunitárias, grupos de interesse locais, empresas-mãe, acionistas, anunciantes e muitos outros interesses”* (2004:52). Esta tomada de consciência por parte da comunidade em geral e principalmente por parte da classe jornalística é um primeiro passo para aceitar as mudanças necessárias na busca de um modelo de negócio sustentável online.

O mundo que era antes estável tornou-se desarticulado (Doctor, 2010:75). Este é um facto incontornável e que a indústria levou a última década a aceitar.

Doctor afirma que:

“The internet changing reader and advertiser preferences, and just plain bad luck have conspired to wreak havoc with traditional print – both newspapers and magazines – and broadcast media. Despite their sometimes valiant, and sometimes comical, efforts, these efforts, these legacy media just haven’t adapted sufficiently to the new world commanded by Google, Facebook, YouTube, and iPhone.” (2010:75)

Há novos *players* no mercado, novos dispositivos onde aceder aos conteúdos, existem conceitos centenários que estão a ser derrubados, e a *deadline* é já um mito nas redações que funcionam 24 horas/7 dias por semana e em constante atualização.

Enquanto muitos jornais desinvestem no papel e caminham para um novo conceito de jornal diário, que apenas sai para as bancas 3 vezes por semana, as plataformas móveis afirmam-se com um elemento a ter em conta no futuro da indústria. João Canavilhas afirmou, no V Foro de Periodismo Digital de Rosario, que *“Quem não pensar na ideia dos dispositivos móveis como a plataforma mais importante, não terá futuro, temos muito carinho pelo papel, mas por detrás disto existe um modelo de negócio, e teremos de nos adaptar a esta nova situação.”*<sup>15</sup>

Os dispositivos móveis vieram para ficar e parecem ocupar um lugar cada vez mais importante nas nossas vidas, principalmente no modo como acedemos à informação.

Não antecipamos o fim do jornal impresso, mas a verdade é que a venda em banca está em queda. Segundo o Jornal Público, *“Os diários estão em queda de vendas, o que*

*corresponde a uma descida de 11,5%, quando comparado com o mesmo período de 2011.*”<sup>16</sup> E a tendência é para contínua a descer.

É tempo de as empresas jornalística olharem para o online como uma oportunidade de futuro a médio e longo prazo. E muitas delas percorrem, ainda que hesitantes, esse caminho.

Ao longo desta investigação, o Público.pt, o Elpais.com e o Nytimes.com provaram ser pró-ativos na procura de novos caminhos, quer no campo da sua oferta online, como na procura de novos modelos de negócio que permitam encontrar a sustentabilidade.

Ainda assim, para o Publico.pt e para o Elpais.com, esta procura centra-se mais na acessibilidade dos conteúdos, quer nas suas plataformas online, quer nos novos dispositivos móveis. Pouco ou nenhum conteúdo é produzido em exclusivo para assinantes online.

No Público.pt, existem conteúdos apenas acessíveis a assinantes, que ainda assim são resultado do já falado *shovelware*, como é o exemplo das colunas de opinião.

Pelo contrário, o Elpais.com disponibiliza todo o seu conteúdo online de forma gratuita, mesmo os conteúdos que produz apenas com vista ao online, como é o caso de alguns conteúdos multimédia, o que nos aponta o caminho da acessibilidade através das plataformas móveis como o ponto forte para os assinantes.

O Nytimes.com é o objeto de estudo mais complexo neste item de observação, sendo o único dos três meios que produz conteúdos exclusivos para assinantes e para as plataformas online. Apesar de apostar forte na acessibilidade nas plataformas móveis, não descarta aquilo que é o seu produto, os conteúdos.

Estes resultados sugerem-nos que efetivamente as plataformas móveis vieram abrir novas oportunidades de negócio para os News Media online e que serão um dos caminhos a percorrer nos próximos anos.

Podemos afirmar, depois de concluído o nosso estudo, que o modelo *Freemium* é utilizado pelos três objetos de estudo, no entanto ele é aplicado de formas diferenciadas. O Publico.pt é aquele cujo site nos permite diferenciar melhor entre aquilo que são conteúdos para assinantes e o que é de livre acesso, havendo um espaço reservado que nos permite aceder a outros conteúdos, à leitura do e-paper e de todos os suplementos do jornal, ou às colunas de opinião que não estão acessíveis de forma gratuita.

Já o Elpais.com limita o seu serviço de valor acrescentado à disponibilização do jornal do dia em formato PDF, libertando de forma gratuita toda a sua produção de conteúdos. Em comparação com os dois anteriores, o Nytimes.com é aquele que investe mais na proteção do seu produto, e que coloca por detrás de uma *paywall* todo o seu conteúdo, concedendo, no entanto, o acesso livre a um número limitado de conteúdos, o que nos leva a enquadrar o seu modelo de negócio num modelo *Freemium*, embora mais regido do que os restantes.

Não se provou com este trabalho que o modelo *Freemium* é o mais adequado ou o mais usado pelos média online. Mas provou-se que é um dos modelos que estão a ser testados, e embora existam várias nuances deste modelo que cada meio usa, há um fio condutor que permanece igual: há que implicar os leitores/consumidores no processo de pagamentos da produção de conteúdos online.

É imperativo quebrar a rotina de grande dependência da publicidade nos News Media, ao mesmo tempo que se definem novos paradigmas para a profissão.

O modelo *Freemium* parece ser um bom começo para a transição necessária, mas no entanto é cada vez mais claro que todos os modelos de negócio irão conviver no futuro, cada meio adaptando-se ao que melhor condiz com a sua dimensão, à região onde está implementado e até com a sua linha editorial.

Ficou claro que o modelo *Freemium* é uma aposta no momento, talvez porque permite ter o melhor dos dois mundos, o acesso gratuito para aqueles que interagem pouco com o meio e o acesso pago para aqueles que têm uma relação mais profunda com o seu jornal.

Desta forma, permite um período de transição, um espaço de tempo híbrido em que os jornais podem ir aprofundando a relação com os seus leitores e ao mesmo tempo ir restringindo cada vez mais o acesso a conteúdos, até chegar a um ponto em que pagar por eles seja algo normal.

O modelo *Freemium* não poderá, no entanto, ser encarado como o único modelo para o futuro. Outros modelos têm igualmente potencialidades. Veja-se o exemplo do modelo 360º graus, mencionado por João Canavilhas num artigo inserido no debate promovido pelo Publico.pt<sup>17</sup>, talvez aquele que mais sentido faz nesta nova organização do mundo, que é fragmentada, multifacetada, onde tudo é facilmente acessível e onde a cultura de nicho será cada vez mais a realidade.

Um só modelo será restritivo e na busca contínua pela sustentabilidade, os média devem diversificar as suas fontes de receita, procurar ser inovadores e criativos, sem nunca perder o sentido da sua existência, ou a sua obrigação para com a verdade e a sua lealdade para com os seus leitores.

Muito mudou no mundo nos últimos anos, muito continuará a mudar. Mas há valores que são âncoras e devem prevalecer, e só respeitando-os os média conseguirão manter o seu papel fundamental no seio das sociedades modernas.

## Notas de Texto

1. "For some, the apocalypse came sooner than expected. The 2008-9 recession overlaid a cyclical downturn on the top of the long, slow secular decline in readership that newspapers had been experiencing since the 1970s." (Meyer, 2009:1)
2. Abundant information wants to be free. Scarce information wants to be expensive" (Anderson, s/n)
3. Fred Wilson é um investidor de capitais de risco sediado em Nova Iorque e proeminente Blogger, promotor de várias Start-ups e reconhecido como uma voz de relevo na área da Economia em Nova Iorque.
4. Docente da Universidade da Beira Interior, participou no Debate Online promovido pelo Jornal Público, em que diversas personalidades apresentaram a sua opinião sobre os novos modelos de negócio, com o título: Jornalismo Online: Pagar ou não pagar? <http://www.publico.pt/15Anos/DebatesPagar/Index>
5. Docente da Universidade da Beira Interior, participou no Debate Online promovido pelo Jornal Público, em que diversas personalidades apresentaram a sua opinião sobre os novos modelos de negócio, com o título: Jornalismo Online: Pagar ou não pagar? <http://www.publico.pt/15Anos/DebatesPagar/Index>
6. Fernando Zamith é Docente de Técnicas de Expressão Jornalística Online, Ateliers de Jornalismo Online e Seminário de Jornalismo, artigo em [http://www.publico.pt/Media/modelos-de-negocio-para-a-imprensa-online\\_1457100](http://www.publico.pt/Media/modelos-de-negocio-para-a-imprensa-online_1457100)
7. "has managed to survive, if not always to prevail through many changes in technology in the past century. The internet is just the latest in a long series of advances that contribute to the demassification of the media." (Mayer, 2009:6)
8. Autor do Livro *Newsonomics: Twelve New Trends That Will Shape The News You Get* e participante do site [www.newsonomics.com](http://www.newsonomics.com). Consultor da área dos Média. Trabalhou 21 anos com a Knight Ridder, onde desempenhou uma série de cargos e chegou a ser Vice-Presidente da Knight Ridder Digital. Citação retirada de "The newsonomics of oblivion" <http://www.niemanlab.org/2011/03/the-newsonomics-of-oblivion/>
9. "You can't find anyone who says he has yet a proven, sustainable business model for moving forward" (Doctor)
10. "The real Money has usually come from selling advertising space. The News content attracts an audience and advertisers pay to get their message in front of that audience." (Kaye & Quinn, 2010:6)
11. "Proved to be a long and mostly happy one." (Kaye & Quinn, 2010:19)
12. "The glory of the newspapers business in the United States used to be its ability to match its success as a business with self-conscious attention to its social service mission. Both functions are threatened today" (Meyer, 2009:9)
13. "The Old News World is Gone. Get Over it" (Doctor, 2010:75)

14. "Roughly ten years after the emergence of online sites, the first war is over, and newspapers have lost." (2010:76)
15. "Quien no piense en los dispositivos móviles como principal plataforma no tiene futuro, queremos mucho al papel pero detrás de esto hay un modelo de negocio y hay que adaptarse a esta nueva situación" V Foro de Periodismo Digital de Rosario <http://www.lacapital.com.ar/la-ciudad/Joao-Canavilhas-Quien-no-piense-en-los-telefonos-moviles-como-principal-plataforma-no-tiene-futuro20120606-0063.html> acedido a 7 de junho de 2012
16. <http://www.publico.pt/Media/por-dia-vendemse-menos29-mil-jornais-generalistas1552423> acedido a 28 de junho de 2012
17. [http://www.publico.pt/Media/modelos-de-negocio-para-a-imprensa-online\\_1457100?p=1](http://www.publico.pt/Media/modelos-de-negocio-para-a-imprensa-online_1457100?p=1) acedido a 31 de maio de 2011

## **Bibliografia**

Anderson, C., (2009). *Free: The past and the future of a radical price*, New York: Hyperion

Anderson, C., (2008). *The Long Tail - Why the future of business is selling less of more*. New York: Hyperion e-book

Canavilhas, J., Cardoso, G., Granado, A. e Zamith, F., *Debate Jornalismo Online - Pagar ou não pagar? Opinião de académicos*. In <http://static.publico.pt/15Anos/DebatesPagar> Acedido a 31 de maio de 2011

Canavilhas, J., *Foi você que pediu uma notícia? (Modelos Económicos para um Ecosistema Mediático em Mudança)*. II Congresso Internacional de Ciberjornalismo. Porto, 9 e 10 de Dezembro, 2010

Cardoso, G., (2009). *Da Comunicação de Massas para a comunicação em Rede* in Caraça, J., Cardoso, G., Silva, A., Torres, E., Cádima, F., Damásio, M. et al, *Media, Redes e Comunicação, Futuros, Presentes*, pp. 15-54, Lisboa: Quimera

Castells, M., (2007). *A sociedade em Rede - A Era da informação: Economia, Sociedade e Cultura*, Volume I, pp.2-33 e 430-492, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Castells, M., (2007). *A Galáxia Internet, Reflexões sobre Internet, Negócios e Sociedade*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian

Derek Thompson, *The Collapse of Print Advertising in 1 Graph* in <http://www.theatlantic.com/business/archive/2012/02/the-collapse-of-print-advertising-in-1-graph/253736/#.T05dHST5BX4.facebook> acedido a 28 de fevereiro de 2012

Doctor, K., (2010). *Newsonomics - Twelve New Trends that will Shape the News you get*, New York: St. Martin's Press

Doctor, K., *The Newsonomics of Oblivion* in <http://www.niemanlab.org/2011/03/the-newsonomics-of-oblivion/> acedido em 30 de maio de 2011

Doctor, K., *The Newsonomics of the fading 80/20 rule* in <http://www.niemanlab.org/2010/08/the-newsonomics-of-the-fading-8020-rule/> Acedido a 2 de abril de 2012

Doctor, K., The Newsonomics of the Missing Link in <http://www.niemanlab.org/2011/05/the-newsonomics-of-the-missing-link/> acedido em 30 de maio de 2011

Freedman, D., (2010). The Political Economy of the 'New' News Environment, in Natalie Fenton, *New Media, Old News: Journalism and Democracy in the Digital Age*, pp.35-50 London: SAGE Publications Ltd.

Grueskin, B., Seave. A. & Graves, L., (2011). *The Story So Far: What We Know About the Business of Digital Journalism*, New York: Columbia Journalism School, Tow Center for Digital Journalism.

Hamilton, Holt (2010). *Commercialism and journalism*. Copyright, 1909, by the Regents of the University of California, The Project Gutenberg

<http://blogues.publico.pt/publicolab/2012/03/01/ola-mundo/> acedido a 1 de março de 2012

<http://blogues.publico.pt/publicolab/2012/03/05/o-salto/> acedido a 5 de março 2012

[http://elpais.com/diario/2011/07/14/radiotv/1310594402\\_850215.html](http://elpais.com/diario/2011/07/14/radiotv/1310594402_850215.html) acedido a 13 de fevereiro de 2012

<http://ipsilon.publico.pt/cinema/texto.aspx?id=297270> notícia acedida a 23 de novembro de 2011

<http://newsosaur.blogspot.pt/2012/04/banner-ads-flop-in-consumer-trust-poll.html> acedido a 16 de abril de 2012

<http://pewinternet.org/Reports/2012/Cell-Internet-Use-2012/Main-Findings/Cell-Internet-Use.aspx> acedido a 2 de julho de 2012

<http://stateofthedia.org/2012/mobile-devices-and-news-consumption-some-good-signs-for-journalism/> acedido a 4 de julho de 2012

[http://tecnologia.elpais.com/tecnologia/2006/11/19/actualidad/1163928478\\_850215.html](http://tecnologia.elpais.com/tecnologia/2006/11/19/actualidad/1163928478_850215.html) acedido a 16 de maio de 2012

<http://timesmachine.nytimes.com/browser> acedido a 8 de junho de 2012

<http://www.elpais.com/especiales/2006/30aniversario/index.html> acedido a 16 de maio de 2012

<http://www.elpaisclubdevinos.com/que-es-elpaisclubdevinos/> acedido a 8 de junho de 2012



<http://www.huffingtonmagazine.com/> acessado a 27 de junho de 2012

<http://www.lacapital.com.ar/la-ciudad/Joao-Canavilhas-Quien-no-piense-en-los-telefonos-moviles-como-principal-plataforma-no-tiene-futuro-20120606-0063.html> acessado a 7 de junho de 2012

<http://www.niemanlab.org/2010/08/the-newsonomics-of-the-fading-8020-rule/> acessado a 2 de abril de 2012

<http://www.niemanlab.org/2010/12/the-newsonomics-of-all-access-%E2%80%94-and-apple/> acessado a 4 de julho de 2012

<http://www.niemanlab.org/2011/03/that-was-quick-four-lines-of-code-is-all-it-takes-for-the-new-york-times-paywall-to-come-tumbling-down-2/> acessado a 25 de junho de 2012

<http://www.niemanlab.org/2011/03/that-was-quick-four-lines-of-code-is-all-it-takes-for-the-new-york-times-paywall-to-come-tumbling-down-2/> acessado a 25 de junho de 2012

<http://www.niemanlab.org/2011/10/the-newsonomics-of-piano-media/> acessado a 25 de junho de 2012

<http://www.niemanlab.org/2012/03/the-newsonomics-of-100-products-a-year/> acessado a 4 de julho de 2012

<http://www.niemanlab.org/2012/06/the-newsonomics-of-the-shiny-new-wrapper/> acessado a 21 junho de 2012

<http://www.niemanlab.org/encyclo/new-york-times/?from=front> acessado a 10 de maio de 2012

[http://www.nytimes.com/2012/02/13/business/media/pew-study-finds-ads-on-news-web-sites-are-missing-users.html?\\_r=2&src=tp&smid=fb-share](http://www.nytimes.com/2012/02/13/business/media/pew-study-finds-ads-on-news-web-sites-are-missing-users.html?_r=2&src=tp&smid=fb-share) acessado a 13 de fevereiro de 2012

<http://www.ojr.org/ojr/stories/050809glaser/> acessado a 10 de maio de 2012

<http://www.poynter.org/latest-news/mediawire/167147/changes-to-new-york-times-paywall/> acessado a 20 de março de 2012

<http://www.publico.pt/15Anos/DebatesPagar/Index> acessado em 30 de maio de 2011

[http://www.publico.pt/Media/modelos-de-negocio-para-a-imprensa-online\\_1457100?all=1](http://www.publico.pt/Media/modelos-de-negocio-para-a-imprensa-online_1457100?all=1) acessado a 19 de junho de 2012

<http://www.publico.pt/Media/-new-york-times-ja-pode-ser-lido-em-chines-1552394> acedido a 28 de junho de 2012

<http://www.publico.pt/Media/o-papel-do-papel-e-o-porque-da-mudanca-1535856?all=1#> acedido a 29 de fevereiro de 2012

<http://www.publico.pt/Media/por-dia-vendemse-menos-29-mil-jornais-generalistas-1552423> acedido a 28 de junho de 2012

<http://www.theatlantic.com/business/archive/2012/02/the-collapse-of-print-advertising-in-1-graph/253736/#.T05dHST5BX4.facebook> acedido a 28 de fevereiro de 2012

Jarvis, J., Profitable News in <http://www.buzzmachine.com/2012/02/19/profitable-news/> acedido a 3 de abril de 2012

*Katerina E. M., Olmstead, K., Mitchell, A. & Rosenstiel, T. (2012). Who Advertises on News Sites and How much those Ads are Targeted, Pew Research Center*

Kaye J. & Quinn, S., (2010). *Funding Journalism in the digital age - business models, Strategies, issues and trends*, New York, Lang Publications.

Levitt, T., "Marketing Myopia", in *Harvard Business Review*, September-October 1975  
Lévy, P. (1999). *Cibercultura*, São Paulo: Editora 34 Ltda.

Meyer, P. (2009). *The Vanishing Newspaper: Saving Journalism in the Information Age*, Updated Second Edition, Columbia: University of Missouri Press.

Mitchell, A., Christian, L. & Rosenstiel, T. (2011). *The Tablet Revolution and What it Means for the Future of News*, Pew Research Center

*New Revenue Models for Newspapers Companies (2010). Strategy Report Volume 9 Nº 2, February 2010, World Association of Newspapers And News Publishers*

Rosenstiel, T. & Kovach, B., (2005). *Os Elementos do Jornalismo - O que os profissionais de jornalismo devem saber e o público deve exigir*, Lisboa: Porto Editora.

Salaverría, R., Negredo, S. (2008). *Periodismo Integrado Convergencia de Medios y Reorganización de Redacciones*, Barcelona: Editorial Sol 90media.

Santos, A.S., (2009). Os media em mudança e as novas formas de problemas antigos, in Caraça, J., Cardoso, G., Silva, A., Torres, E., Cádima, F., Damásio, M. et al, *Media, Redes e Comunicação, Futuros, Presentes*, pp. 55-69, Lisboa: Quimera.

The Search for a Business Model An in-deep look at how newspapers are faring trying to build digital revenue (2012). Pew Research Center

World Association of Newspapers and News Publishers Conference Summary (2012) Digital Media Europe 2012, 16-18 April 2012, London, United Kindgom

**Notas sobre a autora**

Ângela da Conceição Mendes

angelamendes@pormenores.pt

Escola Superior de Educação de Portalegre, Instituto Politécnico de Portalegre

Licenciada em Jornalismo e Comunicação pela Escola Superior de Educação de Portalegre, fundadora e Sub-directora da Revista Pormenores, Mestre em Jornalismo, Comunicação e Cultura, onde desenvolve investigação na área dos novos modelos de negócio para os média na Internet.

# Média, Claques e Violência no Futebol<sup>1</sup>

## Media, Cheerleaders and Football Violence

Rúben Miguel Pereira Martins  
Maria José D. Martins

### Resumo

A presente comunicação pretende contribuir para a compreensão da violência no futebol e o eventual papel das claques de futebol e dos *social media* no desencadear dessa mesma violência. Pretendemos assim divulgar a visão de alguns autores sobre o problema das claques no panorama futebolístico mundial, as consequências que este fenómeno pode trazer, os fatores que desencadeiam a violência e algumas soluções para prevenir a violência nos estádios de futebol.

Assim, foram realizados dois estudos para perceber este fenómeno. O primeiro estudo compreende uma análise quantitativa de trinta e cinco questionários a pessoas comuns e a membros de uma claque de futebol que pretende identificar, por um lado, se estes testemunharam ou participaram em atos de violência nos estádios de futebol e, por outro lado, inventariar as razões que podem explicar essa violência. O segundo estudo baseou-se na análise dos comentários colocados no mural do facebook de uma claque de futebol, o “Esquadrão Maritimista”, com a tentativa de analisar o tipo de conteúdos aí colocados e avaliar se os mesmos instigam à violência ou não.

**Palavras – Chave:** violência; media; claques de futebol; facebook; futebol

### Abstract

This communication aims to contribute to understand football violence and the possible role of cheerleading football and social media in triggering this same violence. After the view of some authors on the problem of football violence, namely the factors and consequences associated, and solutions to prevent football violence, two studies were conducted to understand the phenomenon. The first one includes a quantitative analysis of 35 questionnaires to ordinary people and members of a football cheerleader to identify in one hand, if they witnessed or participated in acts of violence in football stadiums and on the other hand, inventory the reasons that may explain this violence. The second study based on analysis of comments posted on the facebook of a football cheerleader, o Esquadrão Maritimista, to analyse the type of content placed there and assess if they incite violence or not.

**Key – words:** violence; media; cheerleaders; facebook; football

## 1. Introdução

O futebol é o desporto mais popular em todo o mundo, é praticado e visto por milhões e milhões de pessoas. O problema da violência no futebol vem ganhando atenção significativa na agenda social, em especial nos meios de comunicação de massas, constituindo uma das preocupações dos poderes públicos e da sociedade contemporânea. A maior parte dos clubes de futebol dispõe, para além dos adeptos e sócios desses clubes, de claques organizadas, cuja finalidade é ao apoio incondicional ao clube que representam. As claques de futebol são consideradas por vários autores (Vázquez, 1995; Rivera, 1995; Junquera, 1995, citados por Martins, 1999) como

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no III Seminário de I&DT, organizado pelo C3i – Centro Interdisciplinar de Investigação e Inovação do Instituto Politécnico de Portalegre, realizado nos dias 6 e 7 de Dezembro de 2012.

verdadeiras tribos urbanas, ou seja, são grupos de indivíduos, jovens ou não, que se assemelham pela sua maneira de vestir (indumentária com as cores do clube que defendem); gostos musicais, hábitos de consumo e vida noturna similares; ocupam espaços específicos nas cidades; aceitam um código de conduta ideado por um líder; incluem todos os estratos sócio-económicos (embora partilhem uma subcultura comum); exibem níveis de conflitualidade elevados (face a grupos com características opostas, forças policiais e demais população, por esta ordem); proferem palavras de ordem características do clube a que pertencem; fazem provocações à claqué oposta e envolvem-se, com alguma frequência, em atos desordeiros, geralmente nos momentos que se sucedem às entradas e saídas dos recintos de futebol.

De acordo com vários autores (Gehani, 2007; Marivoet, 1992; Pagés & González, 2009; Russell, 2004) as causas que podem levar à existência de violência nos recintos desportivos prendem-se com treze aspetos: masculinidade dos intervenientes, hooliganismo, natureza do recinto desportivo, patriotismo, condições de temperatura, obscuridade e ruído, álcool, racismo, grupos ultras, rivalidade entre os clubes envolventes, laços identificativos e o seu próprio historial violento.

No que respeita à prevenção da violência no desporto, e em particular da violência associada ao futebol, vários autores (Pagés & González, 2009; Russell, 2004) salientam que esta deve associar-se à: prevenção de outras formas de violência, nomeadamente da violência doméstica e da violência em certos bairros; inserir-se em programas de educação cívica; promoção da divulgação de normas de conduta e códigos de ética para regular comportamentos em recintos desportivos, através dos próprios clubes e associações desportivas; restrição da venda de bebidas alcoólicas nos recintos desportivos; regulação dos níveis de ruído e evitar que os espetáculos ocorram à noite, pois a obscuridade parece facilitar a violência.

Recentemente as claques têm vindo também a utilizar as redes sociais, nomeadamente o facebook, para divulgar as atividades do clube, comentar os jogos e dar vários tipos de informação sobre o clube, os jogadores e os eventos desportivos. O facebook originalmente criado em Fevereiro de 2004 como uma rede social da Universidade de Harvard, nos Estados Unidos, depressa se tornou aberta ao público devido à sua elevada procura (2006). Em Dezembro de 2006, o Facebook tinha mais de 12 milhões de

usuários, e em Dezembro de 2009 o número de utilizadores ativos aumentou para 350 milhões (Hew, 2011). É essencialmente uma rede social em que os indivíduos podem partilhar fotografias, informação pessoal e juntar-se a grupos de amigos com outros. Os indivíduos que desejam usar o Facebook devem registar-se online e criar um perfil usando para esse efeito um endereço de correio eletrónico válido. Para criar um perfil, os usuários – estudantes, alunos, faculdades, empresas ou associações – têm de ter uma conta de correio eletrónico que seja posteriormente associado à rede social. Quando estiver concluída a ligação à rede, podem começar a completar a sua “página” com fotografias, informações pessoais, páginas da web (blogs, sites), vídeos, entre outros. Posteriormente a isso começa a procura dos “amigos”, isto é, das pessoas que, após serem convidadas pelo utilizador, aceitam o pedido. Podem também enviar-se convites para se ser membro de um grupo restrito, como por exemplo, das “XIV Jornadas da Comunicação”, ou da claque “Esquadrão Maritimista” do Clube Sport Marítimo da Madeira; uma vez aceite passa-se a ser membro e pode interagir-se com os restantes membros do grupo.

Este estudo tinha como objetivos:

- Conhecer as opiniões de adeptos, simpatizantes, sócios e membros de claques dos clubes de futebol relativamente à violência praticada nos estádios durante os espetáculos de futebol, nomeadamente saber se a testemunharam, quais as formas que essa violência geralmente assume, a quem atribuem a responsabilidade pela sua ocorrência, qual o papel das claques nessa violência, e o que acham que pode ser feito para a prevenir;

- Analisar o conteúdo dos posts do facebook da claque Esquadrão Maritimista pertencente ao Clube Sport Marítimo da Madeira futebol SAD, durante um determinado período de tempo, para identificar como e com que finalidades as claques utilizam as redes sociais e, em particular, saber se os posts do facebook funcionam ou não como mediadores de violência nos estádios de futebol.

## **2. Metodologia**

Foram realizados dois estudos: um de análise de questionários de opinião relativamente à existência ou não de violência associada ao futebol, e ao papel que as claques eventualmente têm nessa violência e, um outro, de análise de conteúdo aos comentários

feitos no perfil do facebook de uma claque de futebol, afim de identificar o tipo de comentários aí colocados e saber em que medida alguns desses comentários instigam ou não à violência.

## **2.1. Estudo 1: Questionários de opinião sobre violência associada ao futebol**

### **2.1.2. Participantes:**

35 Questionários foram respondidos por indivíduos com idades compreendidas entre os 15 e aos 61 anos, 20 do género masculino e 14 do género feminino. Destes 35, 14 pertenciam à claque Esquadrão Maritimista, do Clube Sport Marítimo da Madeira Futebol Sociedade Anónima; os restantes participantes eram adeptos, simpatizantes ou sócios de vários outros clubes.

### **2.1.3. Instrumentos:**

Foi construído um questionário propositadamente para este estudo com 10 perguntas, abertas e fechadas, com o intuito de saber se os inquiridos: assistiam a espetáculos de futebol em recintos desportivos; se estiveram envolvidos em atos de violência; presenciaram formas de violência no recinto desportivo; quem identificam como responsáveis pela violência e qual o papel das clagues na mesma; que opinião têm sobre os conteúdos do facebook das clagues; e o que sugerem para reduzir a violência nos estádios de futebol. Dessas 10 perguntas, 6 delas foram fechadas e as restantes 4 foram perguntas abertas. De salientar que em 4 dessas perguntas abertas foi acrescentado uma alínea com uma pergunta aberta para que o inquirido justificasse a resposta anterior.

### **2.1.4. Procedimentos:**

O questionário foi enviado via e mail aos membros da claque do Esquadrão Maritimista, do Clube Sport Marítimo da Madeira Futebol Sociedade Anónima; e aos restantes inquiridos foi entregue pessoalmente e devolvido depois de respondido.

## **2.2. Estudo 2: Análise dos comentários no facebook da claque “Esquadrão Maritimista” do Clube Sport Marítimo da Madeira Futebol Sociedade Anónima**

### **2.2.1. Participantes:**

Os participantes desta análise foram todas aquelas pessoas, organizações, grupos que publicaram comentários, vídeos, fotografias, hiperligações ou outras informações na página do facebook da claque “Esquadrão Maritimista” durante o período de tempo analisado.

### **2.2.2. Instrumentos:**

Análise do conteúdo escrito e imagético dos comentários postados durante duas datas distintas: de 11 de Novembro a 07 de Dezembro de 2011 e de 01 de Abril a 08 de Abril de 2012. As datas escolhidas para a análise foram estas devido ao facto de coincidirem com a data de realização do dérbi madeirense, jogo de futebol realizado entre duas equipas da mesma cidade, entre Clube Sport Marítimo e Clube Desportivo Nacional para a Liga Zon Sagres 2011/2012.

### **2.2.3. Procedimentos:**

Foi efetuada uma análise de conteúdo de carácter qualitativo, quer dos comentários escritos, quer das imagens, das fotografias e dos vídeos disponíveis na página do facebook da claque Esquadrão Maritimista. Essa análise permitiu identificar conteúdos escritos e imagens que se podiam incluir numa das seguintes categorias: dão informações objetivas sobre as atividades do clube; fazem comentários insultuosos e ameaças contra outros; fomentam a instigação à violência contra outro clube; fazem comentários de louvor ao próprio clube e comentários de louvor aos outros clubes; colocam outro tipo informações que não se incluíram nas quatro categorias anteriores e que não tem a ver com o futebol.

## **3. Análise dos Resultados**

### **3.1. Estudo 1: Análise dos questionários**



A análise das respostas aos questionários revelou que dos 35 inquiridos, 9 assistiam muitas vezes aos jogos de futebol nos estádios; e 17 algumas vezes, apenas 9 afirmaram nunca assistir a jogos nos estádios (ver gráfico 1).

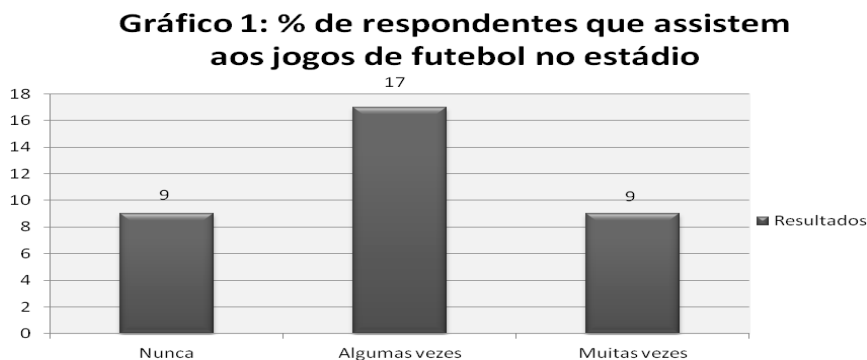


Tabela 1: % de respondentes que assistiram ou não a violência no estádio

Já presenciou alguma forma de violência no estádio?	SIM	NÃO	NÃO RESPONDE
N=35 (%=100)	15 (43%)	11 (31%)	9 (26%)

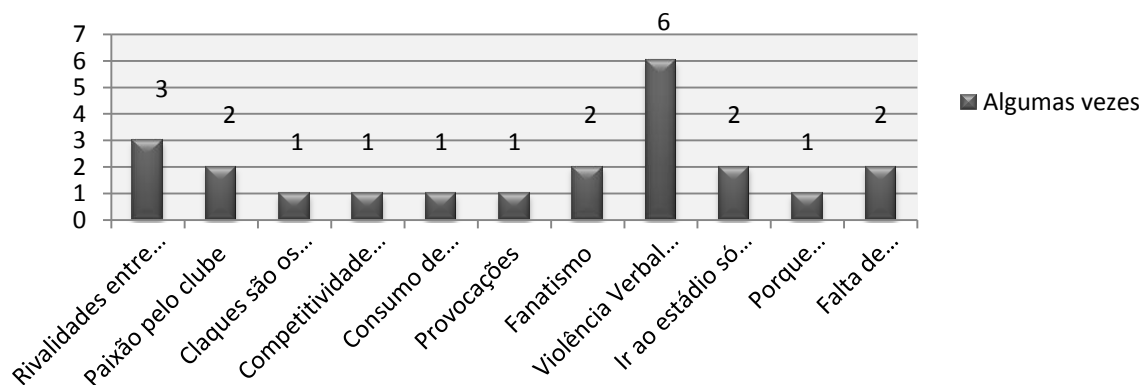
Tal como pode ler-se na tabela 1, a maioria dos inquiridos que assistem a jogos nos estádios já presenciou alguma forma de violência no estádio (15 em 26).

Tabela 2: % de respondentes que acham que as claques de futebol têm comps. violentos

Acha que as claques têm comportamentos violentos?	NUNCA	ALGUMAS VEZES	MUITAS VEZES
N=35 (%=100)	1 (3%)	22 (63%)	12 (34%)

Tal como pode constatar-se na tabela 2, a maioria dos inquiridos considera que as claques têm comportamentos violentos: algumas vezes 63% e muitas vezes 34%.

**Gráfico 3: % de respondentes que acham que Algumas vezes as claques têm comportamentos violentos**



Os comportamentos violentos mais frequentes por parte das claques, identificados pela amostra deste estudo, foram violência verbal e física e rivalidade entre clubes (ver gráfico 3 e 4).

**Gráfico 4: % de respondentes que acham que Nunca e Muitas Vezes as claques têm comportamentos violentos**

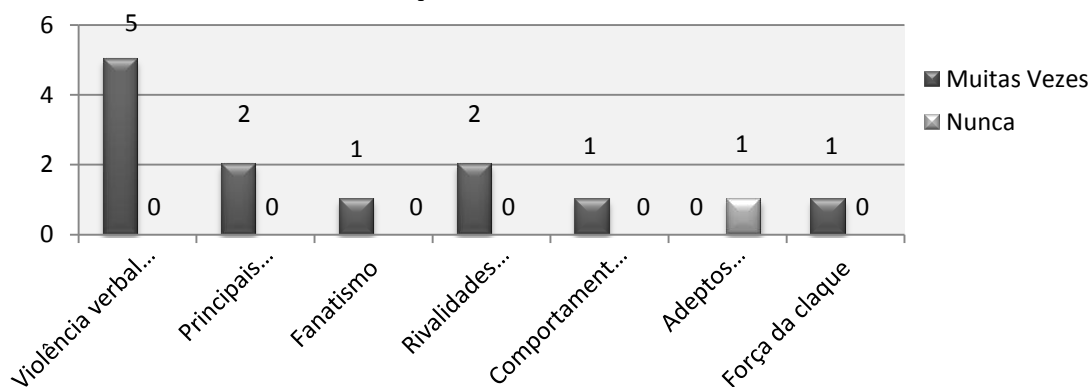
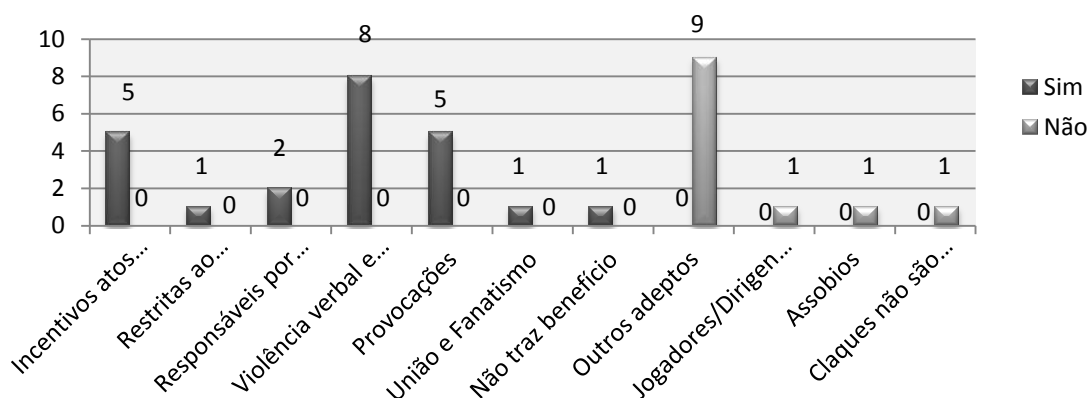


Tabela 3: % de respondentes que concorda que as claques sejam as principais causadoras de violência

Concorda que as claques sejam as principais causadoras de violência?	SIM	NÃO
N=35 (%=100)	23 (66%)	12 (34%)

A leitura da tabela 3 sugere que a maioria da amostra (66%) atribui a violência nos estádios às claques de futebol, usando violência verbal e física, incentivando a atos violentos e fazendo provocações (ver gráfico 5).

**Gráfico 5: % de respondentes que diz que as claques são as principais causadoras de violência**

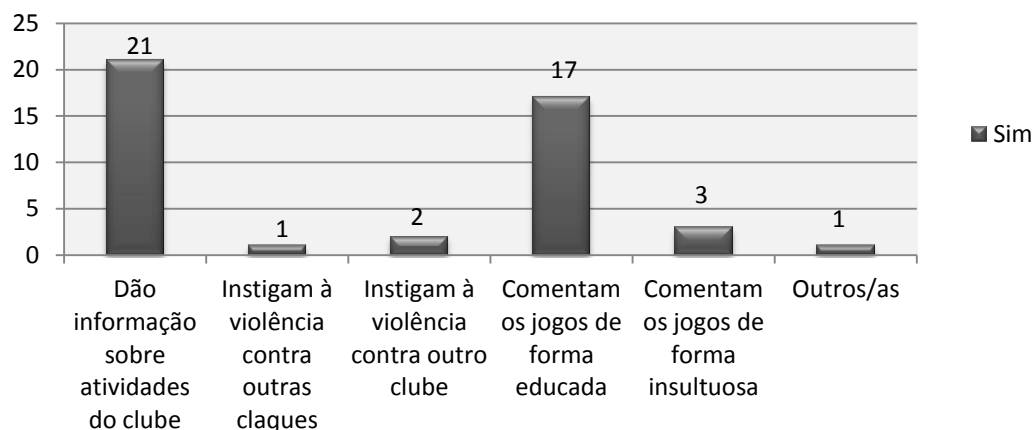


A leitura da tabela 4 informa-nos que a maioria dos inquiridos aderiu ao facebook de uma claque de futebol (60%); a maioria considera que o facebook das claques proporciona informação sobre os clubes e comenta os jogos de forma educada, contudo um considera que instigam à violência e três que comentam os jogos de forma insultuosa (gráfico 6).

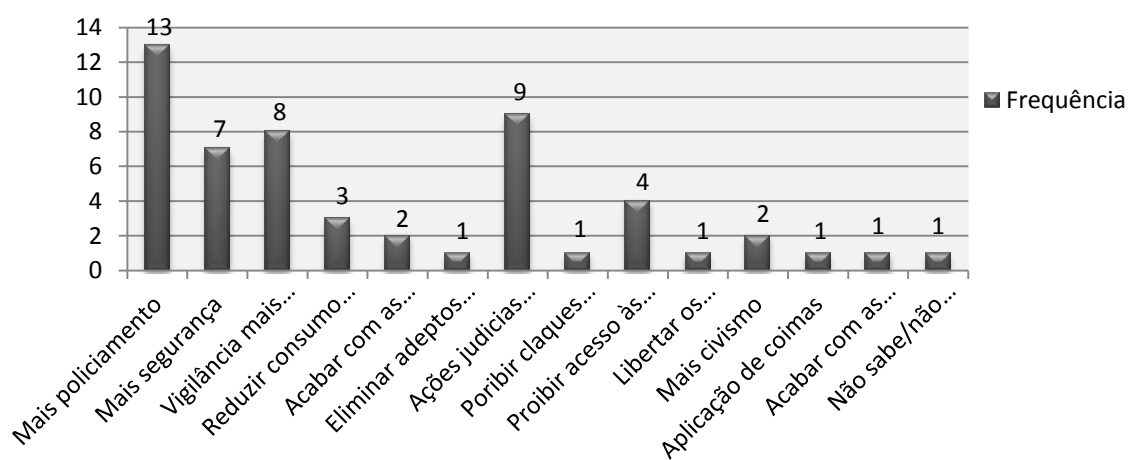
Tabela 4: % de respondentes que dizem que são amigos do facebook de alguma claque de futebol.

É utilizador / amigo do facebook de alguma claque de futebol?	SIM	NÃO
N=35 (%=100)	21 (60%)	14 (40%)

**Gráfico 6: nº de respondentes que disseram SIM e sobre o que fala o facebook de uma claque de futebol**



**Gráfico 7: nº de respondentes que disseram o que deve ser feito para reduzir a violência nos recintos desportivos**



Quanto às sugestões dos inquiridos para reduzir a violência nos estádios a maioria sugere mais policiamento, mais vigilância, mais segurança; e ações judiciais na sua sequência (ver gráfico 7).

### 3.2 – Análise dos comentários do Facebook claque Esquadrão Maritimista do Clube Sport Marítimo da Madeira futebol SAD

Em seguida apresentam-se 3 quadros com a análise de conteúdo dos comentários escritos, fotografias e imagens e vídeos, respetivamente do facebook da claque

Esquadrão Maritimista. A análise dos quadros revela que a maioria dos comentários, fotografias, imagens e vídeos são informações neutras sobre a atividade do clube e da claque ou comentários de louvor ao clube ou aos jogadores, contudo existem também alguns comentários insultuosos ou ameaças a outros clubes e alguns comentários menos frequentes de instigação à violência.

**Quadro 1: Comentários escritos no facebook da claque Esquadrão Maritimista**

Identificação das categorias	Caracterização das categorias	Exemplos	% de unidades de resposta
Dão informação sobre as atividades do clube e da claque	Nesta categoria de carácter neutro e não violento, são apresentadas unidades de resposta sobre a informação do clube quer esta seja colocada pelos membros da claque ou por pessoas extra-claque.	<p><i>X<sub>1</sub>-Marítimo – União, 16h nos Barreiros.</i></p> <p><i>X<sub>2</sub>-Taça de Portugal-Juventude 0 Marítimo 1 que venha o próximo marítimo sempre. ☺</i></p> <p><i>A<sub>1</sub>-Esquadrão Maritimista é agora amigo de Movimento Duas Rodas e de Juan Duarte.</i></p> <p><i>A<sub>1</sub>-Esquadrão Maritimista é agora amigo de Carina Nóbrega e de 3 pessoas.</i></p> <p><i>A<sub>1</sub>-Esquadrão Maritimista é agora amigo de Jerónimo Nóbrega e de 2 pessoas.</i></p> <p><i>A<sub>1</sub>-Esquadrão Maritimista é agora amigo de Ricardo Camacho e de 6 pessoas.</i></p> <p><i>A<sub>1</sub>-Esquadrão Maritimista é agora amigo de Mary Fernandes e de 2 pessoas.</i></p> <p><i>Y<sub>3</sub>-e o que dá piada...é que segundo o que veio no diário de hoje...os bilhetes para o benfica-sporting é a partir de 22 euros.</i></p> <p><i>X<sub>11</sub>-agora tem no Marítimo a 22 euros.</i></p>	9 un. de resposta (36%)
Comentários insultuosos e ameaças contra outrém	Nesta categoria de carácter violento, são apresentadas unidades de resposta sobre os comentários proferidos por membros da claque ou não a insultar ou a ameaçar outra pessoa	<p><i>X<sub>3</sub>-O iluminado Rui Alves (..) Este senhor (com pouca massa cinzenta na cabeça) pensa que comanda o Arsenal ou o Barcelona...só pode!</i></p> <p><i>X<sub>4</sub>-nem um bilhete para ver um porto-benfica se é assim tão caro e aquelas zebras dos</i></p>	8 un. de resposta (32%)

	ou outro clube.	<p><i>pinheiros pensam que vão fazer um jogo para a liga dos campeões e metem os bilhetes a 40.50 euros.</i></p> <p><i>X<sub>4</sub>-Tontos da merda.</i></p> <p><i>X<sub>5</sub>-Amanhã apoiar em força o marítimo e ridicularizar o clube de merda sempre a gritar maritimoooooooo.</i></p> <p><i>X<sub>6</sub>-Se calhar ainda vai agarrar touros pelos cornos nos Barreiros. Já vieste tarde sr. Forcado.</i></p> <p><i>X<sub>7</sub>-Este Caixinha passou-se (..)Valha-nos Deus com tanto asneiro. (..) com Marítimo da Madeira e 4 outras pessoas.</i></p> <p><i>X<sub>3</sub>-Para aqueles falsos maritimistas que viram lampiões quando jogamos com o Benfica aproximam-se tempos de confusão nas suas cabeças!</i></p> <p><i>X<sub>12</sub>-Este homem deve estar a fazer algum trabalho sobre a história dos Barreiros, só falta mais um aqui.</i></p>	
Instigação à violência contra outro clube	Nesta categoria de carácter violento, são apresentadas unidades de resposta sobre os comentários proferidos por membros da claque ou não a insultar ou a ameaçar outra pessoa ou outro clube.	<p><i>X<sub>3</sub>-Enfim, bom bom era o Clube Sport Marítimo cilindrar esses pandas da choupana!</i></p> <p><i>X<sub>8</sub>-Vamos os comer vivos.</i></p>	2 un. de resposta (8%)
Comentários de louvor para com o próprio clube ou para outro clube	Nesta categoria de carácter positivo e não violento, são apresentadas respostas com os comentários de louvor para com o próprio clube ou outro clube quer pelos membros da claque ou por extra-claque.	<p><i>Y<sub>1</sub>-Há Grande Marítimo ☺</i></p> <p><i>X<sub>1</sub>- Muito mesmo :D</i></p> <p><i>X<sub>9</sub>-Marítimoooo! 14 jogos sem perder! Quebramos a invencibilidade da única equipa que na Europa ainda não tinha perdido. É obra, grande Marítimo! Venha o próximo!</i></p> <p><i>X<sub>10</sub>-Ontem o caldeirão voltou a vibrar com a ajuda do Esquadrão Maritimista e dos Templários ☺ Somos nós o orgulho da Madeira somos</i></p>	5 un. de resposta (20%)

		<i>nós... Grande Marítimo. X<sub>16</sub>-Parabéns e muito obrigado pelo vosso apoio imparável ao grandioso Clube Sport Marítimo. Carrega Esquadrão...Marítimooooooooo .</i>	
Outros	Nesta categoria de carácter neutro e não violento, são apresentados os resultados de tudo aquilo que não diz respeito direto à claque nem ao clube.	<i>Y<sub>2</sub>-Olá Esquadrão Maritimista;) Nova Música do Dj Mayna! Download à borla! Partilha se faz favor;) beijinhos</i>	1 un. de resposta (4%)

**Quadro 2: Fotografias ou infografias postadas no mural do facebook da claque Esquadrão Maritimista.**

Identificação das categorias	Caracterização das categorias	Exemplos	% de unidades de resposta
Fotografias sobre a claque e sobre o clube	Nesta categoria de carácter neutro e não violento, são apresentadas fotos do clube que tenham sido colocadas pelos membros da claque ou por pessoas extra-claque.	<i>Y<sub>3</sub>-Esquadrão Maritimista foi identificado no álbum de Y<sub>3</sub> em Marítimo ♥ vs. Nacional. (foto de um casal juntamente com os membros da claque Esquadrão Maritimista). Y<sub>3</sub>-Chicooooo :D (foto do líder e fundador da claque Esquadrão Maritimista com o cabo de uma bandeira na mão). X<sub>1</sub>-Adicionou 35 novas fotos ao álbum Nacional 2-2 Marítimo. (fotos do jogo entre o Marítimo e o Nacional para o campeonato). X<sub>13</sub>.Esquadrão Maritimista foi identificado no álbum de X<sub>13</sub>. (fotos da claque Esquadrão Maritimista a festejar fora e dentro do Estádio). X<sub>3</sub>-Grandes momentos que vivi nesta noite no Caldeirão! Infelizmente este e muitos outros jogos não dispõe de imagens em lado nenhum ☹ Ainda vou ao arquivo da RTP-Madeira pedir! (foto de arquivo do Jornal Record de um jogo disputado no ano 2000 recordando uma vitória do Marítimo sobre o Benfica por 3-</i>	9 un. de resposta (56,25%)

		<p>0. Na capa, referência ao jogador Lagorio, autor dos 3 golos.</p> <p><i>X<sub>13</sub>-Esquadrão Maritimista foi identificado na foto de X<sub>13</sub>.</i> (foto com os dois emblemas: o leão do Marítimo e a águia do Benfica momentos antes do jogo.</p> <p><i>X<sub>11</sub>-Águia cai no caldeirão.</i> (foto do jogo entre dois jogadores, um de cada clube, a disputar a bola, fazendo referência ao facto do Benfica ter perdido com o Marítimo.</p> <p><i>X<sub>13</sub>-Esquadrão Maritimista foi identificado no álbum de X<sub>13</sub>.</i> (foto nas bancadas do Estádio dos Barreiros de dois homens com um cachecol a dizer “Esquadrão Maritimista”.</p> <p><i>Y<sub>5</sub>-Foto de Y<sub>5</sub> com membros do Esquadrão Maritimista e com bandeiras.</i> (foto com membros da claque do Marítimo a segurar bandeiras e cachecóis).</p>	
<p>Fotografias insultuosas e de ameaças contra outrem</p>	<p>Nesta categoria de carácter violento, são apresentadas unidades de resposta sobre os comentários proferidos por membros da claque ou não a insultar ou a ameaçar outra pessoa ou outro clube.</p>	<p><i>X<sub>14</sub>-Esquadrão Maritimista foi identificado na foto de X<sub>14</sub>:</i> (foto onde aparece uma caricatura do treinador do Benfica Jorge Jesus num corpo de macaco e com as mãos nos ouvidos com uma banana). <i>prefiro comer banana do que ouvir o bailinho da madeira.</i></p> <p><i>X<sub>11</sub>-Que vergonha Sport TV:</i> (foto da Sport TV com alusão ao resultado: 2-2 na foto quando na verdade ficou 2-1).</p> <p><i>X<sub>11</sub>-Foto contra o Sport Lisboa e Benfica:</i> (foto onde mostra o treinador do Benfica a dizer Ok e a Taça de Portugal, acabada de ser perdida pelo clube, a voar com duas asas).</p> <p><i>X<sub>11</sub>-Sábado às 18h30 Marítimo vs. Zebras, vamos todos apoiar o grande Marítimo com a claque Esquadrão Maritimista.</i> (foto da claque Esquadrão Maritimista durante um jogo no Estádio dos Barreiros).</p> <p><i>X<sub>11</sub>-Nacional? Na Madeira o rei sou eu!:</i> (foto com a representação de um leão e um emblema do Marítimo a insultar o Nacional.</p>	<p>5 un. de resposta (31,25%)</p>



Instigação à violência contra outro clube	Nesta categoria de caráter violento, são apresentadas unidades de resposta sobre as fotos colocadas por membros da claque ou não a insultar ou a ameaçar outra pessoa ou outro clube.		0 un. de resposta (0%)
Fotografias de louvor para com o próprio clube ou para outro clube	Nesta categoria de caráter positivo e não violento, são apresentadas fotos de louvor para com o próprio clube ou outro clube quer pelos membros da claque ou por extra-claque.	<i>X<sub>15</sub>-Muito orgulhoso deste equipa do Clube Sport Marítimo!!! Perdemos (no desporto é normal também perder) mas constatámos o apoio incondicional ao maior das ilhas..ontem havia 1 adepto de 5 outros clubes madeirenses a ver o jogo, outros 50 eram do Nacional e 4.500 eram do Marítimo. (foto do Estádio dos Barreiros com o público presente a aplaudir um golo do Marítimo e alguns jogadores junto à vedação a festejar com os adeptos).</i>	1 un. de resposta (6,25%)
Outros	Nesta categoria de caráter neutro e não violento, são apresentados os resultados de tudo aquilo que não diz respeito direto à claque nem ao clube ao qual a claque faz parte.	<i>Y<sub>4</sub>- Esquadrão Maritimista foi identificado na foto de Y<sub>4</sub>. (representação de um pinheiro de natal com vários círculos e neles estão contidos pessoas, amigos de Y<sub>4</sub>).</i>	1 un. de resposta (6,25%)

**Quadro 3: Vídeos e hiperligações postados no mural do facebook da claque Esquadrão Maritimista**

Identificação das categorias	Caracterização das categorias	Exemplos	% de unidades de resposta
Vídeos e hiperligações sobre as informações claque e sobre o clube	Nesta categoria de caráter neutro e não violento, são apresentados vídeos ou hiperligações do clube ou da claque que tenham sido colocadas pelos membros da claque ou por pessoas extra-claque.	<i>X<sub>11</sub>- Alerta do Marítimo faz Liga obrigar a baixar preços dos bilhetes na Choupana. (ligação feita no site do clube a obrigar a Liga de Clubes a baixar o preço dos bilhetes para o jogo contra o Nacional.</i>	1 un. de resposta (11%)
Vídeos e hiperligações insultuosas e de ameaças contra outrem	Nesta categoria de caráter violento, são apresentados vídeos ou hiperligações colocados por membros da claque ou não a insultar ou a ameaçar outra pessoa ou outro clube.	<i>X<sub>11</sub>-Esquadrão Maritimista e Ultra Templários em grande na Choupana – ligação feita pelo próprio X<sub>11</sub> (vídeo colocado pelo próprio X<sub>11</sub> com comentários e músicas ofensivas à porta do Estádio do Nacional.</i>	1 un. de resposta (11%)
Instigação à violência contra outro	Nesta categoria de caráter violento, são apresentados os vídeos e as hiperligações		0 un. de resposta (0%)

clube	colocados por membros da claque ou não a insultar ou a ameaçar outra pessoa ou outro clube.		
Vídeos e hiperligações de louvor para com o próprio clube ou para outro clube	Nesta categoria de carácter positivo e não violento, são apresentados os vídeos ou as hiperligações de louvor para com o próprio clube ou outro clube quer pelos membros da claque ou por extra-claque.	<p><i>X<sub>11</sub>-Danilo Dias Best Moments 2009/11 – ligação feita no youtube.</i> (ligação a louvar um jogador do clube).</p> <p><i>X<sub>11</sub>-Robson Best Moments 2010/11 – ligação feita no youtube.</i> (ligação a louvar um jogador do clube).</p> <p><i>X<sub>11</sub>-Valentin Roberge Best Moments 2009/11 – ligação feita no youtube.</i> (ligação a louvar um jogador do clube).</p> <p><i>X<sub>11</sub>-Marítimo 2-1 SL Benfica Golos com relato – ligação feita no youtube.</i> (ligação a louvar um golo de um jogador do clube durante o jogo frente ao Benfica).</p> <p><i>X<sub>11</sub>-Grande golo! Marítimo 1-1 Benfica – Roberto – ligação feita no myspace.</i> (ligação no MySpace a louvar um jogador do clube pelo golo que marcou).</p> <p><i>Y<sub>1</sub>-Grande golo de Roberto Sousa no Marítimo – Benfica Taça de Portugal 02/11/11</i> ((ligação no Youtube a louvar um jogador do clube pelo golo que marcou).</p>	6 un. de resposta (67%)
Outros	Nesta categoria de carácter neutro e não violento, são apresentados os vídeos de tudo aquilo que não diz respeito direto à claque nem ao clube ao qual a claque faz parte.	<i>X<sub>16</sub>- kkkk! Melhor que o original –Para nossa alegria: Os Simpsons – ligação feita no youtube.</i> (vídeo no youtube com os Simpsons).	1 un. de resposta (11%)

#### 4. Conclusões e discussão

De acordo com a opinião dos inquiridos neste estudo, pode concluir-se que existe violência nos recintos desportivos associada ao futebol; que muita da violência existente nos recintos desportivos é maioritariamente da responsabilidade das claques de futebol organizadas que recorrem algumas, ou mesmo muitas vezes, a atos de violência física e/ou verbal; os adeptos não pertencentes às claques também são por vezes considerados responsáveis por essa violência mas menos do que as claques organizadas.

Ao solicitar-se que sugerissem formas de prevenir essa violência, os participantes deste estudo salientaram sobretudo a necessidade de mais policiamento, segurança e vigilância. Muito poucos referiram as restrições no acesso ao álcool; mais e melhor educação cívica e a mobilização dos próprios clubes e associações para a elaboração de normas e códigos de conduta para atletas e adeptos, aspetos que a maioria dos autores considera mais eficazes na prevenção da violência no desporto (Russel, 2004; Pagés & Gonzalez, 2009).

Apesar do mural do facebook da claque Esquadrão Maritimista, propriedade do Clube Sport Marítimo da Madeira Futebol Sociedade Anónima Desportiva, apresentar maioritariamente informação de carácter neutro sobre as atividades do clube e também elogios e louvores aos seus atletas; apresentava também alguns registos relativos a ofensas, ameaças e instigação à violência contra outras pessoas ou outros clubes, embora em menor quantidade que os registos positivos.

Finaliza-se com uma sugestão, que os clubes utilizem as redes sociais, em particular o facebook, para divulgar normas de conduta e segurança ou um código de ética para a regular os comportamentos dos adeptos, sócios, e outros espetadores nos recintos de futebol antes, durante e depois dos jogos.

Este estudo teve poucos inquiridos e um período de tempo de análise do facebook limitado, o aperfeiçoamento do questionário e a sua aplicação a um número maior de participantes, bem como uma análise mais extensa no tempo, quer ao facebook da claque Esquadrão Maritimista, quer ao facebook de outras claques, seriam necessários para verificar os dados obtidos.

## **5. Referências Bibliográficas**

Gehani, V. (2007). *Por qué son violentos los fanáticos del fútbol*. Barcelona: Cornell University.

Hew, K. F. (2011). Students and teachers use of Facebook. *Computers in Human Behavior*, 27, 2, pp. 662-676.

Marivoet, S. (1992). Violência nos espetáculos de futebol. *Sociologia – problemas e práticas*, 12, pp. 137-153.

Martins, M. J. D. (1999). Delinquência juvenil, “tribos urbanas”, e violência escolar. *Aprender*, 23, 97-101.

Pagés, J. C.; González, D. (2009). Masculinidade y violencia: aproximaciones desde el universo del deporte. UFPR. Curitiba: *Educar*, 35, pp. 123-136.

Russell, G. (2004). Deporte. In J. SanMartín (Dir.) *El laberinto de la violencia*. Barcelona: Ariel.

## **Notas sobre os Autores**

### **Rúben Martins**

[rubenmadeira@live.com.pt](mailto:rubenmadeira@live.com.pt)

Mestrando no curso de mestrado em Jornalismo, Comunicação e Cultura na Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Portalegre

### **Maria José D. Martins**

[mariajmartins@esep.pt](mailto:mariajmartins@esep.pt)

Professora-adjunta da área de Psicologia e Supervisão da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Portalegre

Diretora do curso de mestrado em Educação e proteção de crianças e jovens em risco  
Grau de doutor em Psicologia da Educação

# Cyberbullying no Diário de Notícias<sup>1</sup>

## Cyberbullying in “Diário Notícias”

Patrícia Azevedo

### Resumo

Os novos média vieram transformar o mundo comunicacional. Hoje comunicar está ao alcance de um telefonema ou de um clic.

As TIC (Tecnologias da Informação e Comunicação) ocupam um lugar central da informação e de comunicação na sociedade ocidental, o que permite o nascimento de um novo modelo comunicacional. São cada vez mais os jovens que se adaptam com facilidade a estas tecnologias sem, por vezes conhecerem os perigos que correm. Assim fenómenos como o Cyberbullying começam a surgir e a serem estudados.

O Cyberbullying ou “bullying cibernético” trata-se de uma versão do bullying, mas feita virtualmente através de mensagens insultuosas, colocação de fotografias de cariz sexual e até mesmo mensagens com conteúdos ameaçadores. No entanto, não se conhecem que vítimas de Cyberbullying passem de vítimas do foro psicológico para os maus tractos físicos. Campos (2009:9) define Cyberbullying como um comportamento hostil e deliberado que tem como intuito prejudicar os outros através da utilização de tecnologias da informação (TIC). Vários estudos têm sido realizados. Alguma investigação tem sido feita.

**Palavras - chave:** internet; media; cyberbullying

### Abstract

The new media have transformed the world of communication. Today communication is within reach of a phone call or a click.

ICT (Information and Communication Technologies) occupy a central place of information and communication in Western society, allowing the birth of a new communication model. Are increasingly young people who adapt easily to these technologies without sometimes knowing the dangers they face. Thus phenomena such as Cyberbullying begin to emerge and be studied.

The Cyberbullying or "cyber bullying" it is a version of bullying, but done virtually through messages insulting, placing photographs of a sexual and even threatening messages with content. However, there are no known victims of Cyberbullying pass that victims of psychological to physical ill tracts. Fields (2009:9) defines Cyberbullying as a deliberate and hostile behavior that has the intention to harm others through the use of information technologies (ICT). Several studies have been conducted. Some research has been done

**Keywords:** Internet, Media and Cyberbullying

### Introdução

As novas Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC) acarretam efeitos sobre o comportamento das crianças e dos jovens. Fenómeno que tem sido alvo de estudos nos últimos anos. As TIC ocupam um lugar central da informação e de comunicação na sociedade ocidental, o que permite o nascimento de uma nova sociedade. São cada vez mais os jovens que se adaptam com facilidade a estas tecnologias sem, por vezes

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no III Seminário de I&DT, organizado pelo C3i – Centro Interdisciplinar de Investigação e Inovação do Instituto Politécnico de Portalegre, realizado nos dias 6 e 7 de Dezembro de 2012.

conhecerem os perigos que correm.

De acordo com Manuel Castells, “a Internet foi apropriada pela prática social, em toda a sua diversidade” (2001:118). O autor conclui que, apesar de se argumentar que a Internet, por um lado, daria origem a um novo tipo de comunidade e, por outro, causaria alienação relativamente ao mundo real, novo *media* não afetou de forma drástica o quotidiano dos indivíduos, mas acrescentou a interação *online* às relações sociais existentes, o que é, afinal, um efeito positivo.

Para Amado et al (2008:302) “Cyberbullying constitui uma nova expressão do bullying enquanto agressão, ameaça e provocação de desconforto, premeditadas e repetidas, realizadas com recurso a dispositivos tecnológicos de comunicação tais como o e-mail, o chat, o blogue, o telemóvel, etc.”

Em suma, o nosso trabalho tem por objetivo analisar o Cyberbullying na Comunicação Social (especificamente num período de tempo no Diário de notícias).

## **1- Enquadramento Teórico**

Willard (2005 in Beran & Li, 2007:p.17) afirma que o Cyberbullying é “enviar mensagens cheias de ira, grosseiras e vulgares acerca de uma pessoa, para um grupo online, ou para essa mesma pessoa, através de e-mail ou de outras mensagens de texto”.

Para Smith et al (2008:p.376), Cyberbullying é “an aggressive , intentional act carried out by a group or individual, using electronic forms of contact, repeatedly and over time against a victim who cannot easily defend him or herself.”

En palabras de Nancy Willard (2004, 2006), “el cyberbullying consiste en ser cruel con otra persona mediante el envío o publicación de material dañino o la implicación en otras forma de agresión social usando Internet u otras tecnologías digitales. El desarrollo de esta forma de violencia se convertiría en una verdadera “agresión social online” (Willard, 2005 cit. Ortega, 2007).”

O Cyberbullying pode ser classificado quanto ao comportamento dos indivíduos ou quanto às tecnologias utilizadas.

Willard (2005 in Beran & Li, 2007:p.17) classifica o Cyberbullying quanto ao tipo de

comportamento:

-**Insultos inflamados:** utilização de linguagem vulgar e agressiva na comunicação on-line com outros:

- **Assédio:** enviar de forma repetida mensagens insultuosas;
- **Difamação:** enviar, colocar mensagens ou imagens que não são verdadeiras e prejudicam a reputação dos outros;
- **Assumir a identidade do outro:** fingir ser outra pessoa e enviar mensagens que comprometam essa pessoa;
- **Revelar dados pessoais de alguém:** partilhar on-line segredos ou dados privados embaraçosos sobre alguém;
- **Enganar:** levar alguém a revelar segredos ou dados embaraçosos que se partilham on-line;
- **Exclusão:** excluir intencionalmente ou cruelmente alguém dos grupos on-line;
- **Cyberbullying:** Assédio intenso e repetido, com difamação que inclui ameaças e cria medo significativo.

Smith et al (2008 in [www.cybertraining-project.org](http://www.cybertraining-project.org)) classifica o Cyberbullying quanto aos meios ou canais utilizados da seguinte forma:

- **SMS:** enviar ou receber mensagens abusivas através do telemóvel;;
- MMS:** enviar ou receber fotos, imagens ou filmes através do telemóvel;
- **Telefone:** enviar ou receber telefonemas maliciosos;
- E-mail:** envio de e-mails maliciosos ou ameaçadores a alguém ou sobre alguém;
- **Chatrooms:** intimidação e abusos quando se participa em grupos de conversação on-line;
- Mensagens Instantâneas:** de natureza abusiva (MSN, Yahoo);
- Websites:** revelar segredos ou dados pessoais detalhados de forma abusiva ou colocar comentários desagradáveis nas redes sociais.

### 1.1- Estudos Empíricos do uso da TIC/Cyberbullying

Alguns estudos tem sido realizados sobre este fenómeno. Em Portugal, o projeto Eu Kids Onlne (2006-2009), o mais conhecido estudo português, revela qual a relação entre os jovens e a Internet. Este estudo incluiu uma amostra de cerca de 25 000 crianças entre os 9 e os 16 anos. Segundo este estudo 93% das crianças usaram a Internet

semanalmente; 60% diariamente e 1/3 das crianças de 9/10 anos diariamente. Ainda no Eu Kids Online 85% das crianças revela que usa a Internet para os trabalhos de casa; 83% para jogar jogos; 76% ver vídeo clips; 37% coloca imagens ou mensagens; 16% partilham sites; 11% blogues e 59% afirmam ter perfil nas redes sociais. O Eu Kids Online revela também que 1/3 das crianças afirmam saber mais sobre como utilizar a internet do que os pais.

Outro estudo realizado em Portugal, nomeadamente no Norte Alentejano, por Beirão e Martins (2009) colocou em evidência alunos de uma Escola Secundária que utilizam as tecnologias da informação (telemóvel, e-mail, etc.) para praticar Cyberbullying. O estudo revela que esta prática é mais frequente no sexo feminino em que 45% admite ter enviado mensagens ofensivas. Já o sexo masculino apresenta uma percentagem de 35%. Contudo, a prática de Cyberbullying diminui com o aumento do nível da escolaridade, 74% dos alunos do 10º e 12º anos referiu que nunca enviou mensagens ofensivas enquanto que, no 9º ano, essa percentagem diminui para 44%. Ainda neste estudo é visível que a raiva é o sentimento predominante, mas é mais revelante no sexo feminino, 38%, enquanto que para o sexo masculino é de 16%. O canal escolhido para a prática de Cyberbullying, independentemente do ano de escolaridade e sexo é o telemóvel, variando entre os 74% e 85%.

Com estudantes do ensino superior foi apenas realizado um estudo nos EUA. O estudo elaborado nos EUA de Walker, Socckman & Kohen (2011) revela que 70% dos alunos que praticavam Bullying na escola primária, continuavam esse comportamento na Universidade. 50% dos estudantes vítimas de Bullying na primária e no secundário repetiam esse comportamento na Universidade.

Está patente, pois, a necessidade de uma investigação mais alargada e profunda que permita caracterizar o fenómeno e assim se possa, no futuro, adaptar modelos explicativos e interpretativos que possam ter um verdadeiro impacto na prevenção dos fenómenos de violência entre os jovens portugueses.

## **1.2- Formas de prevenção de Cyberbullying:**

- Internet Segura – Website que disponibiliza aos utilizadores ferramentas de



prevenção bem como às crianças/jovens jogos educativos sobre o tema.

– Linha Ajuda – 808 91 90 90 é o número para onde deve ligar quem tiver dúvidas ou pedir ajuda. Os **objectivos da Linha Ajuda** são:

- Prestar apoio telefónico ou online, de forma anónima e confidencial, a crianças, jovens, pais e professores, sobre questões relacionadas com o uso da tecnologia;
- Informar activamente os utilizadores (crianças, jovens, pais e professores) sobre a actividade da linha de apoio e de como entrar em contacto;
- Dispor de um sistema para remeter ocorrências graves às autoridades competentes quando uma criança parecer estar em perigo;
- Analisar, discutir e fornecer resultados que contribuam para as estratégias de sensibilização na área da Internet Segura

– Cybertraining – Manual criado por formadores que disponibiliza informação muito útil sobre o tema

### **1.3 - Papel dos Meios de Comunicação, Autoridades locais , Internet na Violência Escolas e no Bullying**

Numa sociedade cada vez mais globalizada, as relações estabelecidas entre os seres humanos tornam-se diferentes. Hoje, o contacto face-a-face foi trocado por letras através de mensagens de telemóvel ou correio eletrónico ou por voz nas chamadas telefónicas. No entanto, a legislação estimula a construção de um espaço europeu de educação, que deve dotar as crianças, adolescentes e jovens para que no futuro sejam cidadãos com uma visão cosmopolita do mundo.

Apesar da importância da **Escola** no desenvolvimento da criança, adolescente e jovem, também é neste cenário que surgem problemas na relação entre estudantes ou até mais geral problemas de convivência. A escola torna-se num cenário bi-valorativo, ou seja transmite e incute valores positivos, mas não consegue “travar” acontecimentos negativos.

Para Ortega e Mora-Mechán (1996, pág. 8):

“Desde el planteamiento teórico que entonces defendíamos y aún mantenemos, estos fenómenos de violencia deben ser interpretados como el resultado de la participación en procesos interpersonales que incluyen

distintos grados de la misma violencia estructural de la sociedad y se hacen presentes en los actitudes y actividades que se desarrollan dentro del aula.”

Em muitos países, a verdade é que os casos de bullying, violência escolar e Cyberbullying, não são alvos regulares, nem tão pouco presenças assíduas nos órgãos de comunicação social. Surgem nos media quando acontecem coisas sensacionais pois o sensacionalismo é aquilo que vende. Os casos de menor ênfase nem se quer merecem a atenção dos media. Em países como a Noruega, a atenção dos media sobre a violência escolar, bullying e Cyberbullying é enorme e os investigadores acreditam que isso tenha contribuído para o decréscimo de números de casos. É um exemplo que foge á regra da maioria dos países.

No século XX surgem termos novos de violência com recurso às novas tecnologias. O ano passado por exemplo, foi exageradamente exibido um vídeo de uma agressão a uma jovem em Benfica. A jovem foi agredida fisicamente, e essa agressão foi filmada e depressa correu mundo através das redes sociais. A este tipo de violências dá-se o nome de Happy Slapping. Com o avançar do tempo, o requinte dos agressores torna-se maior. Hoje quem termina uma relação amorosa, em qualquer idade, sofre por vezes de violência física, psicológica e sexual através da Internet, denomina-se de Dating Violence.

A **Internet** veio permitir um mundo novo. Informações, imagens, falar com pessoas em qualquer sítio, de qualquer lugar. Parecia um mundo cor-de-rosa, cheio de sonhos. No entanto com o tempo e com acessibilidade, esse mundo tornou-se num cenário sinuoso, cheio de perigos. Nele agora também se desenvolvem mundos paralelos perigosos e casos de violência.

Hoje, o papel da Internet não é só permitir uma maior facilidade de comunicação entre as pessoas no mundo, mas também encontrar soluções para o Cyberbullying. Cabe á Internet desenvolver ferramentas que protejam os seus usuários de serem alvos de ataques eletrónicos, de ameaças, que vejam fotos suas em sites desapropriados.

Há, no entanto exemplos bons como é que a Internet pode contribuir favoravelmente

para a diminuição do Bullying e do Cyberbullying. A criação de sites com informações sobre os fenômenos, os blogs antibullying, grupos nas redes sociais antibullying, dicas e truques sobre cyberbullying, são alguns dos recursos que podem ser utilizados.

As **autoridades locais** têm um papel fundamental no campo da violência escolar, no bullying, e mais recentemente no Cyberbullying.

Segundo Pradet (in Ortega, Mora Merchán & Jager, 2007: pag. 89) “las autoridades locales tienen que convencer al otro/a para que haga algo. Esto significa alertar y convencer. Ante todo, es importante proporcionar los conocimientos necesarios a profesores y padres para reconocer episodios de bullying y también manifestar y actuar recíprocamente con autoridades locales (servicios sociales, policía).”

O pensamento neste tipo de fenômeno deve ser global. Quanto ao agir deve ser local. Cada caso é um caso.

Quando a autoridade atua localmente conhece de perto a sua cidade, as regiões que dela fazem parte e os problemas que os habitantes têm. Porém “pensar globalmente” é igualmente importante. Ao atuar-se localmente, conhecendo os casos, identificando os problemas, esses irão, posteriormente, ter importância na vida das pessoas daquela localidade. A solução encontrada localmente pode ela servir noutro caso, noutro ponto.

Pensar globalmente para atuar localmente é a melhor forma para responder a atos de violência.

Os **meios de comunicação de massas** são concebidos e desenhados para chegar a uma grande audiência. Os meios têm como principais funções: informar, anunciar, entreter, anunciar, fazer propagandas e educar.

Várias são as teorias da comunicação que têm sido propostas por vários autores. A verdade é que os meios de comunicação exercem influência sobre o seu público-alvo. As classes dominantes utilizam os meios de comunicação de massas para imporem a sua própria ideologia e os seus próprios valores. Por outro lado, as pessoas dependem da informação que lhes é dada por estes canais de informação.

Os meios de massa têm, em geral, força para influenciarem a opinião das pessoas controlando realmente o seu comportamento.

## 2 - Metodologias da Investigação:

A análise documental no media Diário de Notícias foi realizada no período de seis meses entre novembro de 2011 e abril de 2012. Escolhemos, aleatoriamente 2 semanas de cada mês. Assim ficamos com o seguinte quadro de análise: novembro (de 7 a 19); dezembro (de 12 a 24 e o 26); janeiro (de 2 a 15); fevereiro (de 13 a 26); março (de 5 a 18) e finalmente abril (de 16 a 29).

Como categorias de análise do Diário de Notícias destacamos o número de peças por secção. Quantificamos, posteriormente o número de peças sobre Cyberbullying; o assunto tratado nas peças sobre Cyberbullying ; tamanho da peça (1/4, 1/2, 1 página, mais de uma página); secção onde se encontra e Fotografia (ausente/ presente). Consideramos na categoria de análise assunto tratado elaborar 4 sub-categorias : estudos (peça que indique dados estatísticos de um estudo realizado); explicações do fenómeno (informações sobre o fenómeno, definições), testemunho real (peça que dá a conhecer um testemunho real de uma vítima de Cyberbullying) e por fim Notícia (técnicas de prevenção, cibersegurança, medidas do Governo, Leis).

## 3- Apresentação dos Resultados:

**Tabela 1-Totais**

Secções	Meses						Totais
	Novembro	Dezembro	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	
Atual	111	122	116	85	110	106	650
Opinião	64	62	64	57	60	60	367
Política	159	155	171	135	158	159	937
País	358	331	324	371	425	370	2179
Globo	168	182	183	193	191	167	1084
Especial	122	51	70	55	57	67	422
Bolsa	222	223	231	174	218	204	1272
Sport	150	237	217	243	271	268	1386
Guia	72	56	56	56	56	56	352
Artes	120	142	139	159	160	165	885
Media	89	97	113	105	105	114	623
Forúm	61	79	74	74	76	84	448

Ciência	23	38	25	31	31	28	176
Grande Investigação	44	0	0	60	0	17	121
Entrevista	1	2	2	2	2	2	11
Reportagem	2	8	0	9	11	5	35
Iniciativa	1	0	1	2	0	0	4
Saúde	0	0	4	4	6	2	16
Ambiente	2	0	4	2	5	4	17
Total	1769	1785	1794	1817	1942	1878	10985

Para uma leitura mais fácil optamos por unir os totais e elaboramos a tabela acima, calculando posteriormente as percentagens que nos dão uma melhor visibilidade.

Encontramos na tabela que a secção País lidera com 19,83%. É nesta secção que encontramos também o maior número de peças relacionadas com o tema cyberbullying. Esta secção é fortemente dedicada às questões sobre sociedade e problemas relacionados com ela. Sendo o Cyberbullying, um fenómeno social do século XXI, insere-se nesta secção. Mais á frente mostraremos os resultados específicos desta análise específica.

Seguidamente á secção País encontramos a secção Sport com 12,60%; Bolsa com 11,50%; Globo com 9,86%; Política com 8,50%; Artes com 8,05%; Atual com 6%; Media com 5,67%; Forum com 4,07%; Especial com 3,84%; Opinião com 3,30%; Guia com 3,20%; Ciência com 1,60%; Grande Investigação com 1,10%; Reportagem com 0,31%; Ambiente com 0,15%; Saúde com 0,14%; Entrevista com 0,10% e Iniciativa com 0,03%.

### 3.1 - Análise Descritiva das Peças relativas a Cyberbullying

**Tabela 2**

N <sup>o</sup> . de Peças de Cyberbullying	6	0,05%
N <sup>o</sup> . de Peças /Totais	10 985	100%

Na leitura da Tabela 62 relativa a análise descritiva das peças sobre Cyberbullying encontradas no período de análise do nosso estudo, no jornal Diário de Notícias, podemos observar que das 10985 peças, apenas 6 referem-se a Cyberbullying, o que dá uma percentagem muito baixa (0,05%).

**Tabela 3 – Assunto nas Peças sobre Cyberbullying**

Assunto nas Peças de Cyberbullying	
Estudos	0
Explicação do Fenómeno	0
Testemunhos/Casos Reais	5
Notícia	0
Outros	1

A Tabela 3 refere-se ao Assunto tratado nas Peças sobre Cyberbullying. A maior parte das peças jornalísticas (5) tratam-se de Casos Reais que vêm noticiados e o seu desenvolvimento. Encontramos também no nosso corpus de análise uma peça jornalística que se refere à Pornografia nos Jovens. Como o nosso tema se trata de Cyberbullying, e esta peça apresenta dados sobre o uso das tecnologias por parte das crianças e jovens e a partilha de fotografias por parte destes na Internet. Isto pode nos conduzir para um tipo de Cyberbullying, o Sexting.

**Tabela 4– Fotografia nas Peças sobre Cyberbullying**

Fotografia	
Ausente	3
Presente	3

Na Tabela 4 podemos ver que no caso de utilização de Fotografia nas peças relativas ao Cyberbullying está equilibrado, tendo em conta que metade tem foto, enquanto que a outra metade não tem.

**Tabela 5 – Secção onde se encontram as peças sobre Cyberbullying**

Secção	
Atual	1
Globo	0
País	5
Grande Investigação	0
Outra	0

Como se pode verificar através da Tabela 5 é na secção país que se encontram a maioria das peças relativas ao Cyberbullying do nosso corpus de análise (5) contra apenas 1 que

se encontra na Secção Atual.

#### **4 - Discussão e Conclusão**

Hoje em dia em cada lar existe um computador, e cada ser humano tem, pelo menos um telemóvel.

As Novas tecnologias da Informação (TIC) revolucionaram o modo de comunicação, e apesar das inúmeras vantagens que trouxeram, acarretaram também alguns problemas como é o caso do Cyberbullying.

Os jovens conhecem as novas tecnologias e usam-nas quer para o bem, quer para o mal.

Neste estudo foram poucos os artigos que encontramos, analisamos apenas aqueles que se referiam a Cyberbullying, um total de 0,05 % (6 peças jornalísticas no total).

Relativamente às peças encontradas que se referem a Cyberbullying, apenas uma se refere a um estudo sobre Pornografia Infantil, que decidimos colocar porque os dados revelados envolvem o uso da Internet e dos computadores por parte das crianças e, por outro lado, a partilha de imagens com crianças despidas pode-se considerar sexting (uma das formas de Cyberbullying que utiliza imagens sexuais sem consentimento dos intervenientes)

Sem dúvida que o caso mediático foi o da aluna de Benfica, espancada e filmada. As imagens da agressão violenta que foi vítima correram mundo pelas redes sociais, noticiários e jornais. Os agressores tomaram a iniciativa de colocar o vídeo na Internet e de permitir comentários desagradáveis. A vítima ficou inconsolável e recebeu tratamento psicológico. Os agressores foram ouvidos em tribunal. É este o caso que apresenta mais peças na nossa recolha no Diário de Notícias (3) pois tratou-se do Julgamento dos arguidos, uma continuidade no acompanhamento deste caso pelo media.

Mas não só de casos mediáticos, o DN fala. No dia 14 de fevereiro, no artigo “mensagens no Facebook acabaram á estalada em escola da Azambuja” conta-nos outro caso de Cyberbullying. Muitas vezes, a agressão passa do virtual para o real ou vice-

versa. Os jovens têm uma enorme dificuldade em “separar as águas”. Neste caso uma simples troca de mensagens no Facebook entre 3 amigas acabou à estalada no pátio da Escola Secundária da Azambuja. O caso aconteceu em janeiro, mas só agora foi tornado público porque os colegas da escola em vez de separar as colegas, preferiram filmá-las e fotografa-las e colocaram o vídeo na net. Este caso específico começou no mundo virtual, caminhou para o mundo real e voltou novamente a mundo virtual. Em casos de Cyberbullying isto acontece frequentemente. Encontramos 5 Testemunhos/casos Reais e apenas Outros que é o caso da pornografia Infantil. Em relação ao uso de fotografia nestas peças, três delas estão com fotografia, e uma dela vê-se claramente o agressor á porta do Tribunal e outras três não têm qualquer imagem. 5 das peças encontradas estavam na seção pais do DN, um seção dedicada á sociedade e aos problemas que daí advém e uma peça na seção Atual.

Concluimos que este estudo vai de encontro ao Estudo realizado por Ortega et al (2007). De fato, os media tem um papel fundamental no comportamento humano. No entanto são eles também muito influenciadores desse comportamento. Em casos de Cyberbullying ficou comprovado que, o Diário de Notícias não dá relevância a este fenómeno, no período em análise, na sua versão impressa. Contudo, e apesar da pouca frequência de casos de Cyberbullying no DN, pensamos que os media são importante veiculo de transmissão de ideias para os jovens. Asseguramos, por isso que as peças aqui encontradas foram poucas, mas são claras, concisas e muito pouco sensacionalistas, confirmado pela teoria que nos diz que :

“Lo que es más importante que la dosis, es la manera en que se trata el tema, sin hacer que éste suene a sensacionalismo, pero hablándolo de una manera abierta, clara y fiel, con un énfasis en la autoayuda y otras soluciones más que la acusación. Mientras que al tema debe darse la importancia oportuna, demasiado a menudo reducirá el interés del público general sobre el asunto” (Raymond Portelli, Malta, conference3.bullying-in-school.info in Ortega et al ;2007: pág. 133).

Para posteriores estudos sobre esta área temática propomos o seguinte:

- Estudar o Cyberbullying no Ensino Superior através de entrevistas Semidiretivas;
- Comparar a mediatização do Cyberbullying em três media: Rádio, Televisão e Jornal;
- Comparar o Cyberbullying entre ensino Básico, Secundário e Superior;
- Analisar o tipo de peça sobre Cyberbullying (Estudos, notícia, sensacionalismo).



## Bibliografia

Amado, João, Armanda Matos, Teresa Pessoa e Thomas Jäger. *Cyberbullying: Um desafio à investigação à formação* (2009) (online) <http://www.eses.pt/interaccoes-acesso> 15 de maio de 2011

Beirão, C. & Martins, M.J.D. (2009). *Cyberbullying e emoções na adolescência*. In Departamento de Psicologia e Educação da universidade da Beira Interior (Orgs.). *Atas do 1º Congresso Internacional de psicologia e Educação: Práticas, Formação e Investigação* (CD-Rom). Covilhã: Universidade da Beira Interior

Beran T & Li Q. (2005). *Cyber-harassment: A study of a new method for an old behavior*. Journal of Educational Computing Research, Vol. 32 (3), pp. 265–277.

Beran, T. & Li, Q. (2007). *The Relationship between Cyberbullying and School Bullying*. Journal of Student Wellbeing, Vol. 1(2), pp.15-33.

Bianconi, Ellen (2011). *Ciberespaço, Cibercultura, Cyberbullying* (Online) <http://bullyingnaoembrincadeiradcrianca.blogspot.com/2011/06/ciberespaco-cibercultura-cyberbullying.html>-acesso a 16 de maio de 2011

Calamaestra, Juan, Rosario del Rey, Rosario Ortega e Joaquín A. Mora-Merchán *Cybetraining E-Book. Agir contra o Cyberbullying-Manual de Formação, Módulo 3* (Online) [www.cybertraining-project.org/](http://www.cybertraining-project.org/)- acesso a 17 de maio

Calmaestra, J. Ortega, R. & Mora-Merchán, J. (2008). *Cyberbullying, ways of intimidation more frequent*. Comunicação apresentada na IV Conferência Mundial: Violência na Escola e Políticas Públicas, Lisboa: Faculdade de Motricidade Humana.

Calhau, Lélío Braga.( 2009.) *Bullying: o que você precisa saber: identificação, prevenção e repressão*. Niterói: Impetus,  
Cardoso, Gustavo (2003). *O que é – Internet*, 1ª Ed., S.L: Quimera Editores.

Castells, Manuel (2001). *The Internet Galaxy – Reflections on the Internet, Business, and Society*, Oxford: Oxford University Press.

\_\_\_\_\_ (2002). *A Sociedade em Rede*, col. «A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura», vol. 1, 1ª Ed. (ed. original 1996, 2000), Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Cowie, Helen e Pat Colliety *Cybetraining E-Book. Agir contra o Cyberbullying-Manual de Formação, Módulo 4* (Online) [www.cybertraining-project.org/](http://www.cybertraining-project.org/)- acesso a 17 de maio

Gaspar, Ana F.(2008) *A reconstrução da Identidade na Internet* (Online) [https://repositorio.iscte.pt/.../A\\_Reconstrucao\\_da\\_Identidade\\_na\\_Internet-AFG.pdf](https://repositorio.iscte.pt/.../A_Reconstrucao_da_Identidade_na_Internet-AFG.pdf)-acesso 15 de maio de 2011

Lévy, Pierre (2000). *Cibercultura*, trad. José Dias Ferreira, Col. «Epistemologia e Sociedade», 1ª Ed., Lisboa: Instituto Piaget.

Livingstone, S.; Haddon, L.; Gorzig, A. & Olafsson, K. (2011). Risks and safety on the internet: the perspective of European children. Full findings. Disponível em [http://www2.ise.ac.uk/media@Ise/research//EuKidsOnline/EuKidsII%20200911\)/EUKidsOnlineReports/D4FullFindings.pdf](http://www2.ise.ac.uk/media@Ise/research//EuKidsOnline/EuKidsII%20200911)/EUKidsOnlineReports/D4FullFindings.pdf) - acesso a 7 de abril de 2011

Maldonado, Maria Tereza. *Bullying e cyberbullying – o que fazer com isso?* Disponível em: <http://www.mtmaldonado.com.br/>. Acesso a 15 maio. 2011.

Maldonado, Maria Tereza. *A face oculta; uma história de bullying e cyberbullying*. São Paulo: Saraiva, 2009.

Martins, Mª J. D. (2009). *Maus tratos entre adolescentes na escola*. Penafiel: Editorial novembro.

McQUAIL, D. (1991) - *Introducción a la teoría de la comunicación de masas*. 2ª edición revisada y ampliada. Barcelona: Paidós.

Melo, Alexandre (2002). *O que é – Globalização Cultural*, 1ª ed., S.L.: Quimera Editores.

Microsoft (2009). 29% of European Teenagers are Victims of Online Bullying. Retrieved April, 8 of 2010 from 15 de maio de 2011 [http://www.microsoft.com/emea/...OnlinebullyingPR\\_100209.msp](http://www.microsoft.com/emea/...OnlinebullyingPR_100209.msp) - acesso 15 de maio de 2011

OIC, 2004 - Observatório da Inovação e Conhecimento. *Inquérito à Utilização das TIC pela População Portuguesa*. (Consultado a 14 de maio de 2011 em [http://www.unic.pt/images/stories/publicacoes/OIC\\_2004\\_IUTIC041109.pdf](http://www.unic.pt/images/stories/publicacoes/OIC_2004_IUTIC041109.pdf)).

Ortega, R. y Mora-Merchán, J. A. (1996). *El aula como escenario de la vida afectiva y moral*. *Cultura y Educación*, 3, 5-18.

Ortega, R., Mora-Merchán, J.A. & Jaguer, T. (2007). *Atuando contra el bullying y la violence escolar. El papel de los médios de comunicación, las autoridades locales y la internet*.

Pinheiro, L. O. (2009). *Cyberbullying em Portugal: uma perspectiva sociológica*. (Tese de Mestrado não publicada). Universidade do Minho: Braga

Taki, M.; Slee, P.; Hymel, S.; Pepler, D.; Sim, H. & Swearer, S. (2008). *A new definition and scales for indirect aggression in schools: results from the longitudinal comparative survey among five countries*. *International Journal of Violence and School*, nº 7, pp. 3-19.

Turkle, Sherry (1997). *A Vida no Écrã. A identidade na era da Internet*. Lisboa: Relógio d'Água.

Walker, Carol M., Beth Rajan Socckaman e Stevven Kohen.(2011). *An Exploratory Study of Cyberbullying with Undergraduate University Students*. TechTrench, Volume 55, Number 2.

Wilard, N. (2007). *The Authority and Responsibility of School Officials in Responding to Cyberbullying*. *Journal of Adolescent Health*, 41, S64–S65

Williams, K. R. & Guerra, N.G. (2007). *Prevalence and predictors of Internet bullying* *Journal of Adolescent Health*, 41, pp. S14.S21

Wolak, J.D., Janis, M., Kimberly J. & Finkelhor, D. (2007). *Does Online Harassment Constitute Bullying? An Exploration of Online Harassment by Known Peers and Online-Only Contacts*. *Journal of Adolescent Health*, Vol. 41, pp.51–5

Q. Li(2006). *Cyberbullying in schools:A research of gender differences* (Electronic Version). *School Psychology International*, 27 (2), 157-170.

### **Artigos de Jornais**

Diário de Notícias (2011), “Agressões a jovem reconhecidas”, 16 de novembro, pp.17

Diário de Notícias (2011), “Jovem espancada pede indemnização”, 21 de dezembro,pp.16

Diário de Notícias (2012), “Jovem detido ouvido por agredir fotojornalista”, 14 de fevereiro,pp.17

Sousa, Filipa Ambrósio de (2012), “Portugal está na lista negra da pornografia infantil na net”. *Diário de Notícias*, 5 de janeiro,pp.6/7

Sousa, Filipa Ambrósio de (2012), “Aumento de violência entre adolescente assusta APAV”. *Diário de Notícias*, 8 de janeiro,pp.18

Robalo, Hélder (2012), “Mensagens no Facebook acabaram em estalada em escola da Azambuja”. *Diário de Notícias*,14 de fevereiro,pp.17

### **Notas sobre a Autora**

Patrícia Alexandra Veríssimo Azevedo

[patriciazevedo@fer.pt](mailto:patriciazevedo@fer.pt)

Escola Superior de Educação de Portalegre

Mestranda em Jornalismo, Comunicação e Cultura

**Breve Nota Biográfica**

Data de Nascimento: 24/05/1986

De 2004 a 2008 frequentou o curso de Jornalismo e Comunicação da Escola Superior de Portalegre

Setembro de 2010 até à data frequenta o Mestrado de Jornalismo, Comunicação e Cultura com Dissertação de Mestrado sobre Cyberbullying em estudantes do Ensino Superior

2012 – Jornalista (estagiária) na Fer Tv em [www.tv.fer.pt](http://www.tv.fer.pt)

# ***A Paródia no espaço público e na censura***<sup>1</sup>

## ***A Paródia in the public space and the censorship***

### ***L'espace public et la censure dans A Paródia***

**João Paulo Duque Löbe Guimarães**

#### **Resumo**

*Este ensaio analisa os conceitos de público, multidão e opinião pública e o conceito de uso crítico da razão. Analisa o conceito de esfera pública, associado ao uso público da razão da sociedade burguesa dos sécs. XVII e XVIII.*

*Referimos o desenvolvimento da imprensa como fator decisivo na formação da opinião pública, na fragmentação do espaço público e no nascimento do jornalismo satírico.*

*Enunciamos as transformações ocorridas no jornalismo durante o séc. XIX e o aparecimento da imprensa comercial. Referimos o surgimento das massas.*

*Analizamos a expansão da imprensa em Portugal durante o séc. XIX e da caricatura política, através de Rafael Bordalo Pinheiro.*

*Referimos o aparecimento das leis das rolhas como a forma que o regime monárquico liberal encontrou para silenciar os jornais e explicamos a apreensão de A Paródia em 1902.*

*Finalmente, tecemos algumas conclusões que nos permitem afirmar que, embora fragmentado, o espaço público permaneceu, neste período, como uma afirmação de liberdade.*

**Palavras-Chave:** espaço público; opinião pública; jornalismo satírico; Lei da Rolha; A Paródia.

#### **Abstract**

*This essay examines the concepts of public, crowds and public opinion and the concept of critical use of reason. It analyzes the concept of public sphere, associated to the public use of reason of the bourgeois society in the 17<sup>th</sup> and 18<sup>th</sup> centuries.*

*We report the development of the press as a critical factor in shaping public opinion, the fragmentation of the public space and the birth of satirical journalism.*

*We enounce the changes occurred in journalism during the 19<sup>th</sup> century, namely the appearance of the commercial press, which made public a mere consumer. We refer to the emergence of the masses, as they were characterized by Mills.*

*We analyzed the expansion of the press in Portugal during the second half of the 19<sup>th</sup> century and the development of political cartoon, specifically through the artist Rafael Bordalo Pinheiro.*

*We report the establishment of the censorship laws by the liberal monarchy as a means to silence Republican newspapers and others and we explain the seizure of A Paródia in 1902.*

*Finally, we considered some conclusions that allow us to say that public space, although fragmented, remained at the time as an affirmation of freedom.*

**Keywords:** public space; public opinion; satire news; censorship decree; A Paródia.

#### **Résumé**

*Cet essai analyse les concepts de public, multitude et opinion publique ainsi que le concept de l'usage critique de la raison.*

*Il analyse le concept de sphère publique associé à l'usage public de la raison de la société bourgeoise des siècles XVII et XVIII.*

*Nous référons le développement de la presse comme facteur décisif dans la formation de l'opinion publique, dans la fragmentation de l'espace public et dans la naissance du journalisme satirique.*

*Nous énonçons les transformations advenues dans le journalisme au cours du XIX<sup>ème</sup> siècle et la naissance de la presse commerciale. Nous faisons référence à la naissance des masses.*

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no III Seminário de I&DT, organizado pelo C3i – Centro Interdisciplinar de Investigação e Inovação do Instituto Politécnico de Portalegre, realizado nos dias 6 e 7 de dezembro de 2012.

*Nous analysons l'expansion de la presse au Portugal pendant le XIX<sup>ème</sup> siècle et de la caricature politique, notamment avec Rafael Bordalo Pinheiro.*

*Nous référons la promulgation des lois de censure comme le moyen que la monarchie libérale a trouvé pour faire taire les journaux et ensuite nous expliquons l'appréhension de A Paródia en 1902.*

*Enfin, nous présentons quelques conclusions qui nous permettent d'affirmer que, quoique fragmenté, l'espace public est resté dans cette période comme une affirmation de liberté.*

**Mots-clé:** *espace publique; opinion publique; journalisme satirique; censure; A Paródia.*

## **INTRODUÇÃO**

Este ensaio permite-nos uma reflexão sobre os públicos, o espaço público e a opinião pública desde a sua génese até ao princípio do séc. XX, na época da imprensa de massas e de alguma censura que se veio a refletir na apreensão do nº 152 do semanário satírico *A Paródia* de Rafael Bordalo Pinheiro.

Os públicos surgiram no séc. XVII, com o desenvolvimento da imprensa e a edição de livros e da gazeta mensal entre os membros da Corte (Tarde, 1910). O público é uma coletividade puramente espiritual em que existe uma coesão mental entre indivíduos separados fisicamente (Tarde, 1910). Ao invés, as multidões são, apenas, associações humanas com algumas características animais que, partindo de um contacto físico, têm um contágio psicológico (Tarde, 1910). O Iluminismo permitiu o uso público da razão que, segundo Kant, se trata daquele que qualquer homem erudito faz perante um público letrado (Kant, 1992).

A opinião pública surge com o desenvolvimento da imprensa e das comunicações, através de uma conformidade parcial sobre pontos importantes partilhados por uma multiplicidade de públicos (Tarde, 1910). A nova representatividade pública gerada pela separação entre o Estado e a sociedade consubstanciou, assim, o uso público da razão (Guedes, 2010). Surge a esfera pública liberal, estudada por Habermas, que a considerou como “a esfera das pessoas privadas reunidas em um público” (Habermas, 1984, p 42). Consistiu, inicialmente, numa esfera pública burguesa que pretendia pressionar o poder do Estado para que este fosse de encontro aos objetivos da mesma (Guedes, 2010).

A imprensa estabeleceu-se, no início do séc. XVIII, como o quarto estado, órgão crítico de um público que pensa política (Habermas, 1984). Surgiram os primeiros folhetos humorísticos que criticavam, já, a situação política portuguesa (Sousa, 1998).

No séc. XIX, surge a imprensa de massas (Guedes, 2010; Habermas, 1984; Mills, 1981). Em 1847, surge, também, aquele que é considerado como o primeiro jornal satírico português, o *Suplemento Burlesco* de *O Patriota* (Sousa, 1998; Medina, 2008). Este autor destaca o principal caricaturista desta época, Rafael Bordalo Pinheiro, que seria o responsável de três jornais satíricos publicados de 1879 a 1902 (Medina, 2008).

A Monarquia liberal, acossada pela crise e pelos republicanos, estabeleceu as Leis da Rolha que pretenderam silenciar a imprensa da época (Barbosa & Matos, 2005). Um dos atingidos foi Rafael Bordalo Pinheiro e o seu jornal *A Paródia*, que viram um número deste semanário apreendido (Barbosa & Matos, 2005). No entanto, Bordalo Pinheiro não deixou de criticar e caricaturar, expondo ao ridículo todas as tentativas de regulação do poder político sobre a imprensa periódica (Barbosa & Matos, 2005).

### **KANT E TARDE: O USO PÚBLICO DA RAZÃO, O PÚBLICO E A MULTIDÃO**

As multidões seriam consideradas para designar todo o tipo de associações humanas (Tarde, 1910). No entanto, este autor esclarece que não se devem confundir com os públicos, porque as primeiras apresentam características animais, ao partir de contactos físicos que têm um contágio psicológico (Tarde, 1910). Tarde realça vários tipos de multidões: assembleias de cidadãos armados ou não armados, corpo eleitoral, as feiras e peregrinações da Idade Média, etc. (Tarde, 1910).

Com a invenção da imprensa, no séc. XV, e o seu desenvolvimento, no século seguinte, criou-se a sensação de que os seus leitores constituíam um corpo social novo, separado da Igreja, mas a verdadeira afirmação do público, como entidade própria, só surgiria no século XVII, na época do rei de França Luís XIV (Tarde, 1910). Este público era, inicialmente, composto por membros da Corte que liam livros e a gazeta mensal (Tarde, 1910). O público, para Tarde, não é o de um teatro, de uma assembleia qualquer, é, sim, “une collectivité purement spirituelle, comme une dissémination d’individus physiquement séparés et dont la cohésion est toute mentale” (Tarde, 1910, p 2). As correntes de opinião não surgem nas reuniões de homens na via pública, mas sim através da leitura do mesmo jornal dispersos por um vasto território (Tarde, 1910). O que une este público é, pois, a consciência que cada um tem de que uma ideia ou vontade é partilhada por um grande número de homens (Tarde, 1910).

No séc. XVIII, há um grande crescimento do público, que se começa a fragmentar. Este público especial só se constitui a partir do momento em que homens que se dedicam aos mesmos estudos se tornaram demasiado numerosos para se poderem conhecer pessoalmente (Tarde, 1910). Assim, é na 2ª metade do séc. XVIII, que se desenvolve um público político que absorve todos os outros públicos (Tarde, 1910).

Kant sublinha esta expressão do Iluminismo, afirmando que “é perfeitamente possível que um público a si mesmo se esclareça” (Kant, 1992, p 12) e que “sempre haverá alguns que pensam por si” (Kant, 1992, p 12) e que “espalharão à sua volta o espírito de uma avaliação racional do próprio valor e da vocação de cada homem para por si mesmo pensar” (Kant, 1992, p 12). Surge, então, o uso público da razão, como “aquele que qualquer um, enquanto *erudito*, dela faz perante o grande público do *mundo letrado*” (ibidem, p 13). O homem tem o dever de não renunciar a esta faculdade do uso crítico da razão, devendo comunicar as suas observações ao seu público (Kant, 1992).

O uso crítico da razão não se pode dissociar da liberdade civil, pois um grau maior desta “parece vantajosa para a liberdade do espírito do povo e, no entanto, estabelece-lhe limites intransponíveis; um grau menor cria-lhe, pelo contrário, o espaço para ela se alargar segundo toda a sua capacidade” (Kant, 1992, p 13). O filósofo conclui que

“se, pois, a natureza, debaixo deste duro invólucro, desenvolveu o germe de que delicadamente cuida, a saber, a tendência e a vocação para o pensamento livre, então ela atua por sua vez gradualmente sobre o modo do sentir do povo (pelo que este tornar-se-á cada vez mais capaz de agir segundo a liberdade) e, por fim, até mesmo sobre os princípios do governo que acha salutar para si próprio tratar o homem, que agora é mais do que uma máquina, segundo a sua dignidade” (Kant, 1992, pp 18-19).

Com o desenvolvimento da imprensa, dos caminhos de ferro e do telégrafo, constituiu-se a formidável potência da imprensa que fez crescer o auditório dos tribunos e dos predicadores (Tarde, 1910). Para este autor, “le groupement social en publics, est celui qui offre aux caractères individuels marquants les plus grandes facilités de s'imposer, et aux opinions individuelles originales les plus grandes facilités de se répandre” (Tarde, 1910, p 21). A opinião é uma conformidade parcial sobre alguns pontos importantes partilhados por uma multiplicidade de públicos que coexistem e se misturam (Tarde, 1910).



## **A ESFERA PÚBLICA BURGUESA DE HABERMAS: O ESPAÇO PÚBLICO/A OPINIÃO PÚBLICA**

Guedes considera que

“com a separação entre o Estado e a sociedade, a autoridade despersonalizava-se, dando lugar a uma nova representatividade pública – o uso público da razão –, o que implicava comunicar publicamente os pensamentos, por meio de um discurso racional” (Guedes, 2010, p 2).

Deste modo, a publicidade crítica substituía a representativa, surgindo “a esfera pública liberal, fundada na conversação crítica dos indivíduos entre si, onde as coisas se verbalizavam e se configuravam publicamente, em um movimento contrário à política de segredo de Estado” (Guedes, 2010, p 2).

Para Habermas, que analisou, longamente, a questão da esfera pública burguesa, esta pode ser entendida

“como a esfera das pessoas privadas reunidas em um público; elas reivindicam esta esfera pública, regulamentada pela autoridade, mas diretamente contra a própria autoridade, a fim de discutir com ela as leis gerais da troca na esfera fundamentalmente privada, mas publicamente relevante, as leis do intercâmbio de mercadorias e do trabalho social” (Habermas, 1984, p 42).

A esfera pública burguesa era “uma instância de reivindicação de poder” (Guedes, 2010, p 2), que se afirmava frente ao poder público, constituindo-se como uma caixa de ressonância dos interesses burgueses em oposição às diretrizes do poder (Guedes, 2010). Havia uma clara separação entre a esfera pública e a privada (Guedes, 2010). Para Habermas, “o sujeito dessa esfera pública é o público enquanto portador da opinião pública; à sua função crítica é que se refere a «publicidade» (Publizität)” (Habermas, 1984, p 14). Para este autor, a publicidade mais não era do que publicitar uma opinião, isto é, torna-la pública (Habermas, 1984).

O objetivo da esfera pública burguesa era, evidentemente, o de pressionar o poder do Estado para interferir nas políticas públicas de forma a ir de encontro aos “anseios, expectativas e interesses universais” (Guedes, 2010, p 2). Se até aquela época, os assuntos de interesse público eram monopólio da Igreja e do Estado, com o surgimento da esfera pública burguesa passaram a incluir as “pessoas privadas (proprietários) reunidas em salões e cafés” (ibidem, p 3). Esta esfera pública, no entanto, limitava-se “aos homens instruídos e detentores de meios financeiros, excluindo mulheres e escravos” (Guedes, 2010, p 3).

No início do séc. XVIII, “os cafés já eram tão numerosos, os círculos dos frequentadores de cafés já eram tão amplos que a coesão desse círculo multiforme só podia ser mantida através de um jornal” (Habermas, 1984, p 58). O autor explica que “os artigos de jornais não só são transformados pelos públicos dos cafés em objeto de suas discussões, mas também entendidos como parte integrante deles” (Habermas, 1984, p 58). Destaca, igualmente, o grande número de cartas de leitores publicadas semanalmente (Habermas, 1984). No entanto, só em 1726, com a publicação do primeiro número do *Craftsman* por Bollingbroke, seguida do *Gentleman’s Magazine* “é que a imprensa se estabelece propriamente como órgão crítico de um público que pensa política: como quarto estado” (Habermas, 1984, p 78).

Nos finais do séc. XVII, “o humor ganharia condições para se desenvolver como crítica, opinião, numa sociedade que procurava o progresso” (Sousa, 1998, p 14). Essa abertura verificou-se “pela imprensa, o suporte mais importante em toda a história do humor caricatural” (Sousa, 1998, p 14). Surgiram, então, os primeiros folhetos, ao longo do séc. XVIII, “aliando-se a esses impressos escritos, gravuras avulso, desenhos com um cunho satírico cuja intenção caricatural já é incontestável, apesar de nem sempre atingirem os objetivos propostos” (Sousa, 1998, p 14). Eram desenhos que criticavam “a situação política nacional, mas por serem trabalhos de artistas estrangeiros adaptados, sente-se um certo desfasamento, uma incapacidade de satirizar realmente os governantes” (Sousa, 1998, p 14).

No séc. XIX, porém, a imprensa de opinião, artesanal e polémica foi substituída pela imprensa comercial, “comprometida com os interesses mercadológicos” (Guedes, 2010, p 4). Assim, “o público leitor dava lugar ao público consumidor” (ibidem, p 5). No final do século, “também no continente europeu se impõe a forma «americana» de imprensa de massas; a imprensa de fim de semana e as revistas ilustradas são aqui, igualmente, precursoras dos jornais sensacionalistas propriamente ditos” (Habermas, 1984, p 200). Mills dá-nos conta que “numa sociedade de massas, o tipo de comunicação dominante é o veículo formal, e os públicos se tornam apenas simples *mercados desses veículos*: expostos que são aos veículos de comunicações em massa” (Mills, 1981, p 357).

Habermas explica que a grande imprensa assenta na “refuncionalização comercial daquela participação de amplas camadas na esfera pública: arranjar preponderantemente às massas de um modo geral um acesso à esfera pública” (Habermas, 1984, p 200). No entanto, “essa esfera pública ampliada perde o seu caráter político à medida que os meios para a «acessibilidade

psicológica» poderiam tornar-se uma finalidade em si mesma de uma posição consumista comercialmente fixada” (Habermas, 1984, p 200).

Habermas constatou que “à medida que o setor público se imbricava com o privado, a esfera pública burguesa deixava de existir” (Guedes, 2010, p 4). A imprensa, detida pelos proprietários dos meios de comunicação, “ao deter o controlo da informação, ganhava posição privilegiada no exercício do poder no espaço público e substituía os cafés e salões” (ibidem, p 5). Assim, passou-se a uma esfera pública “manipulada e sedutora, cuja opinião «pública» era construída de acordo com interesses de grupos específicos” (Guedes, 2010, p 5). O público passou a decidir, apenas através do voto (Guedes, 2010). Silva acrescenta que “à medida que público e privado se vão tornando indistintos, surge uma esfera social repolitizada que se afasta claramente do ideal burguês oitocentista de uma esfera pública formada por pessoas privadas em debate sobre questões públicas” (Silva, 2002, p 36).

## **A CARICATURA POLÍTICA EM PORTUGAL DURANTE O SÉCULO XIX**

Em Portugal, “a história da produção jornalística a partir do século XIX será a história da tolerância ou intolerância, da liberdade de imprensa ou a castração pelas «leis das rolhas»” (Sousa, 1998, p 16). Em 1836, num período de liberdade, havia 67 jornais; em 1850, com a implantação da «lei das rolhas» havia, apenas, 15 jornais publicados.

À semelhança da história da imprensa, para os investigadores são necessárias as seguintes condições para marcar a data do nascimento do jornalismo satírico em Portugal: “regularidade na sua publicação; serem trabalhos noticiosos ligados aos acontecimentos do dia a dia, e serem de autoria reconhecida” (ibidem, p 24). Estas características viram-se reunidas no *Suplemento Burlesco* de *O Patriota*, que foi publicado entre 1847 e 1853 (Sousa, 1998).

Segundo Medina, “a verdadeira atividade da caricatura na nossa imprensa periódica ilustrada começa com o regime representativo, no século XIX” (Medina, 2008, p 29). As próprias medidas liberticidas dos Cabrais, as famosas «Leis da Rolha», contribuíram para o desenvolvimento da caricatura lusa, de que são exemplos os órgãos *A Matraca*, *O Patriota*, *O Torniquete*, *Demócrito*, *O Duende*, etc. (Medina, 2008). Dos seus primeiros artistas assinaláveis, destacam-se Cecília, o «Pinta-Monos», ilustrador do *Suplemento do Patriota* e

alguém que assinava Maria e, ainda, Manuel Macedo (1846-1915), Manuel Maria Bordalo Pinheiro, pai de Rafael e Columbano e Nogueira da Silva (1830-1896) (Medina, 2008).

Com a *Geração de 70*, surgiria “o primeiro grande vulto, não só pela sua extensa presença nas lides da Imprensa satírica, como pelo seu génio criador” (Medina, 2008, p 30): Rafael Bordalo Pinheiro. Este artista foi o criador do *Zé Povinho*, animador de três semanários, *António Maria*, *Pontos nos ii* e *A Paródia* e do *Álbum das Glórias* (Medina, 2008).

O sucesso de Rafael Bordalo Pinheiro levou a que tivesse muitos seguidores: Sebastião Sanhudo, Columbano, o irmão do artista e o seu filho Manuel Gustavo Bordalo Pinheiro (1867-1920), João de Almeida e Silva (*Charivari*, Porto), Alfredo de Moraes (1872), Jorge Cid (1877-1935), Silva e Sousa (*O Zé*), João Amaral (*A Careta*, *O Século Cómico*), Cristiano de Carvalho (1871), Tomás Leal da Câmara (1876-1948), que viveu e colaborou em França no prestigiado *L’Assiette au Beurre*, Celso Hermínio (1871-1904), Hugo Sarmiento (1885) e Arnaldo Ressano (1880) (Medina, 2008).

## **RAFAEL BORDALO PINHEIRO**

A carreira de desenhador humorístico de Rafael Bordalo Pinheiro iniciou-se com o álbum *Calcanhar de Aquiles* (1870), a que se seguiu uma colaboração em *A Berlinda* (1871), onde publicou “uma admirável reportagem, em «quadrinhos» das *Conferências democráticas do Casino Lisbonense*” (Medina, 2008, p 44).

Seguiu-se a publicação daquela que é considerada a primeira BD publicada em Portugal, *Apontamentos da pitoresca Viagem do Imperador do Rasilb pela Europa* (1872), colaborações no *Illustrated London News*, n’*O Binóculo* e n’*A Lanterna Mágica* (1875), onde cria o *Zé Povinho* (Medina, 2008). Paralelamente, ilustra o *Almanaque de Caricaturas* (1873 e 1874) e capas de romances em voga (Paul de Koch, Tomás de Mello, Bulhão Pato, Camilo, Pérez Escrich) e o livro *Os Teatros de Lisboa* de Júlio César Machado (1874) (Medina, 2008).

Apesar de toda esta assinalável atividade, Rafael emigra para o Brasil, em agosto de 1875, fixando-se no Rio de Janeiro, onde colabora n’*O Mosquito* (1876-77), *Psitt!* (1877-78) e n’ *O Besouro* (1878) (Medina, 2008).

Após entrar em “querela com brasileiros em torno dos méritos comparativos da ópera *O Guarani* (1870) de Carlos Gomes (1836-1896) e do *Eurico de Herculano*” (Medina, 2008, p 45), acaba por ser anavaldado na rua e regressar a Portugal, em março de 1879 (Medina, 2008). Nesse mesmo ano, lança o “primeiro grande semanário satírico, *António Maria*” (Medina, 2008, p 45), numa referência a António Maria Fontes Pereira de Melo, que terá duas séries (1879-1885 e 1891-1898), os *Pontos nos ii* (1885-1891), onde começa a colaborar o seu filho Manuel Gustavo e, por fim, *A Paródia* (1900-1902) (Medina, 2008), continuada pela *Paródia – Comédia Portuguesa* (1903- 1905) (Deus, 1997) e *Paródia – Fundador Rafael Bordalo Pinheiro* (1905-1907) (França, 2007). Editou, também, uma série de litografias, o *Álbum das Glórias*, “acompanhadas de textos de Guilherme de Azevedo, Ramalho Ortigão, D. João da Câmara e outros” (Medina, 2008, p 45).

## A LEI DA ROLHA

Barbosa explica que

“o aparecimento e a valorização da opinião pública (em si mesma, um valor político e um contra poder), resultante da dinâmica política gerada pela Revolução Francesa, propiciou a construção da modernidade, do Liberalismo, através do emergente Constitucionalismo, e da Democracia na perspetiva atual” (Barbosa & Matos, 2005, p 7).

Acrescenta que “é neste contexto que se entende a proliferação de títulos de Imprensa Periódica em Portugal a partir da segunda metade do século XIX, e a necessária construção das relações de convivência, nem sempre pacíficas, entre a Política e a Imprensa” (Barbosa & Matos, 2005, p 7). Destaca, finalmente, “a importância da comunicação para a construção da Cidadania” (Barbosa & Matos, 2005, p 7).

Matos refere que há na obra humorística de Rafael Bordalo Pinheiro um lado pouco explorado e que são as “relações, nem sempre pacíficas, da Política com a Imprensa Periódica e suas implicações para uma questão de que o artista não abdicava, a liberdade de expressão ou pensamento” (ibidem, p 9). Em 1880, já Pimentel, A. escrevia no *Diário Ilustrado* que

“desabam sobre o Parlamento as propostas da Fazenda, o país fica petrificado, embuchado como se tivesse levado um muro no estômago, mas, na primeira quinta-feira, arregalou o lúzio, com uma grande desopressão salutar para ver as caricaturas do Bordalo. E riu, riu da sua própria desgraça” (Pimentel apud Barbosa & Matos, 2005, p 8).

O período de 1875-1905 foi o de “explosão do periodismo nacional” (Barbosa & Matos, 2005, p 9) que foi, igualmente, verdadeira “para a chamada imprensa humorística ou satírica,

da qual Bordalo Pinheiro seria o expoente máximo” (Barbosa & Matos, 2005, p 9). Na década de 60, duplicou o número de jornais em relação à década de 50 e o pico foi atingido na década de 90 “com a criação de 416 periódicos” (Barbosa & Matos, 2005, p 9). Em 1900, o número subiria para 543 e, em 1930, para 662. Portugal tinha mais títulos por habitante (1 para 6500) do que a França e a Inglaterra. No entanto, as tiragens eram mais pequenas (Barbosa & Matos, 2005).

Durante o período da Regeneração, a expansão dos jornais esteve ligada à elevação do nível de cultura das populações, alargando-se a massa de leitores por todo o país (Barbosa & Matos, 2005). Segundo Matos, “o hábito de ler jornais espalhava-se e radicava-se no público” (Barbosa & Matos, 2005, p 9). Mas, esta expansão ficou, também, a dever-se ao “alargamento da politização da opinião pública” (Barbosa & Matos, 2005, p 9), com um novo entendimento dos partidos políticos sobre o papel da imprensa, que se transformara “no mais importante instrumento de ação e no principal veículo” (Barbosa & Matos, 2005, p 9) da sua afirmação.

A maior parte dos jornais fundados durante estes anos eram “órgãos de determinadas parcialidades políticas” (ibidem, p 10). Havia a família progressista regeneradora, com 19 periódicos, o Partido Histórico, o cartismo conservador e o Partido Legitimista (Barbosa & Matos, 2005). “Nem as revistas cómicas escapavam a esta tendência alinhando, de uma forma mais ou menos clara, por determinada parcialidade política” (Barbosa & Matos, 2005, p 10). O *António Maria*, de Bordalo Pinheiro, caracterizou-se pelo “ataque quase ininterrupto ao Fontismo e pela simpatia que revelava pela República” (Barbosa & Matos, 2005, p 10). O epíteto que lhe atribuiu o *Diário Ilustrado*, em 1881, foi mesmo “de «forte elemento de dissolvência»” (Barbosa & Matos, 2005, p 10). Matos explica que eram os jornais “quem marcava a agenda política e pressionava ou defendia os governos” (Barbosa & Matos, 2005, p 10). Aliás, eles eram “os grandes formadores da opinião pública” (Barbosa & Matos, 2005, p 10).

Com a melhoria das vias de comunicação, das relações postais, o aumento da procura, a aquisição de máquinas rotativas de grande tiragem, os preços baixaram, a qualidade gráfica dos jornais melhorou e “a imprensa entrava, assim, na sua fase industrial” (Barbosa & Matos, 2005, p 10).

Durante a segunda metade do século XIX, “vemos desenvolver-se entre nós a imprensa *popular*, sem filiação partidária, por oposição à imprensa de *opinião*” (Barbosa & Matos, 2005, p 10). Assim, “abandona-se a discussão, a polémica, o combate e privilegia-se o entretenimento, a notícia, a informação” (Barbosa & Matos, 2005, p 10). Destacaram-se, então, o *Diário de Notícias* e, a partir de 1895, o *Século* que optaram pelo jornalismo popular (Barbosa & Matos, 2005). Contudo, “a maior parte dos jornais ainda se encontrava alinhada partidariamente” (Barbosa & Matos, 2005, p 11). Assim, coexistindo com os jornais noticiosos, havia jornais de opinião ou, simultaneamente, de informação e opinião, as revistas cómicas, onde se destacavam as de Bordalo Pinheiro e publicações de todas as espécies (Barbosa & Matos, 2005).

Também nesta altura se deu o crescimento da imprensa republicana (Barbosa & Matos, 2005), que publicava jornais “mais austeramente doutrinários e menos sensacionalistas” e que tinham muito pouca leitura e viviam com dificuldades, enquanto aqueles que “não hesitavam em publicar todo o tipo de calúnias, insinuações e escândalos, eram lidos por milhares de pessoas” (Barbosa & Matos, 2005, p 11), Para “este tipo de imprensa, só o que pudesse ser dramatizado e serializado interessava [...]” e os “seus principais destinatários eram as camadas mais baixas da população, embora com predomínio da média e pequena burguesia” (Barbosa & Matos, 2005, p 11). Ainda assim, “esta imprensa não deixou de contribuir para a formação de uma opinião pública republicana, hostil à monarquia” (Barbosa & Matos, 2005, p 11). No entanto, era uma opinião pública pouco doutrinada e instável (Barbosa & Matos, 2005). A imprensa transformou-se, então, numa indústria (Barbosa & Matos, 2005). Por outro lado, “a ausência de censura facilitava igualmente a expansão dos jornais” (Barbosa & Matos, 2005, p 14).

A «2ª Lei das Rolhas» foi publicada no Decreto de 29 de março de 1890, referendada por Lopo Vaz (Barbosa & Matos, 2005). Este decreto “suprimia o júri, entregando os delitos de imprensa à alçada da polícia correcional, alargava a responsabilidade por abusos, solidarizando autor e editor, e admitia a suspensão da venda, ou mesmo a supressão definitiva do jornal” (Barbosa & Matos, 2005, p 14). A 13 de fevereiro de 1896, “era publicada outra lei geral, chamada pelos contemporâneos de «lei dos anarquistas» por incidir com inusitada violência contra as suas publicações e doutrinas” (Barbosa & Matos, 2005, p 14). Esta lei podia atingir qualquer indivíduo, “se este «por escrito de qualquer modo publicado» incitasse a «atos subversivos»” (Barbosa & Matos, 2005, p 14), sendo o castigo a deportação. Em

1898, foi publicada uma lei mais liberal, de 7 de julho, que “não impediu que se continuassem a cometer as maiores arbitrariedades contra a imprensa e a praticar-se mesmo a censura prévia, apesar de expressamente proibida” (Tengarrinha apud Barbosa & Matos, 2005, p 14). Foi neste quadro que se assistiu à apreensão de *A Paródia* (Barbosa & Matos, 2005).

A Lei de 11 de abril de 1907, pela mão de João Franco fixou, ainda, “uma mais severa classificação dos delitos e das penas, o alargamento da censura preventiva e das facilidades de apreensão, suspensão e proibição de jornais, e uma tramitação de julgamento mais sumária, preparada pelos chamados «gabinetes negros»” (Barbosa & Matos, 2005, p 14). Finalmente, com o Decreto de 20 de junho de 1907, foi proibida a “circulação ou publicidade a escritos «atentatórios da ordem ou segurança pública»” (Barbosa & Matos, 2005, p 14), estabelecida a autorização prévia para todos os periódicos e a imprensa foi entregue ao arbítrio dos governadores civis (Barbosa & Matos, 2005).

A Monarquia, ao enfrentar graves problemas, como a desagregação económica, política, social, ideológica, etc., um forte descontentamento social, a crescente oposição do republicanismo, “que fez da imprensa uma das melhores armas de combate ao sistema vigente” (Barbosa & Matos, 2005, p 15) virou-se, então, contra a imprensa com esta súbita atividade legislativa. Segundo Matos, “muitos foram os jornais apreendidos ou suspensos, muitos foram os jornalistas presos ou desterrados, muitos foram os jornalistas obrigados a fugir do país” (Barbosa & Matos, 2005, p 15). Bordalo Pinheiro, “pelas suas caricaturas e desenhos, que tanto pânico causavam aos políticos e notáveis da terra, foi objeto de vários processos judiciais e querelas [...], decorrentes deste maior aperto sobre os periódicos” (Barbosa & Matos, 2005, p 15).

Apesar deste cenário, assistiu-se a um ritmo impressionante de criação de publicações periódicas, devido à facilidade com que se criavam jornais (Barbosa & Matos, 2005). Nesse sentido, “a imprensa afirmava-se como «a maior força social» do tempo” (Barbosa & Matos, 2005, p 15) e a perseguição de que era alvo testemunhava do seu poder. Ramos, citado por Matos, refere que

“nunca se compreenderá o que foi a imprensa desde meados do século XIX se se julgar que os jornais eram apenas algo que se acrescentara ao mundo [...]. A imprensa era o principal mecanismo de um universo em que os negócios públicos tinham saído do segredo das cortes para a praça pública por onde passava o povo soberano. A imprensa era a «democracia», a nova medida de todas as coisas” (Ramos apud Barbosa & Matos, 2005, p 15).



Matos refere que Bordalo Pinheiro cedo adivinhou a *Lei das Rolhas* e sobre a sua perspectiva desenhou várias caricaturas, nomeadamente, do Marquês de Valada, de Rodrigues Sampaio e do Conselheiro Arrobas (Barbosa & Matos, 2005). Muitos dos textos foram escritos por Guilherme de Azevedo, “um dos principais colaboradores literários de Bordalo Pinheiro n’ *O António Maria*” (Barbosa & Matos, 2005, p 16). Quando saíu a *Lei da Rolha*, em 1890, Bordalo Pinheiro publicou a caricatura «Pum, cá está a Rolha» no seu semanário *Pontos nos ii* (Barbosa & Matos, 2005). Seguiu-se o *cartoon* com rolhas por todo o lado, também nos *Pontos nos ii*, em que o próprio caricaturista aparece a questionar-se

“O que aconteceu à gente? A gente já não pode falar, a gente já não pode rir, a gente já não pode escrever, a gente já não pode ouvir, a gente já não pode reunir, a gente já não pode pensar, a gente já não pode referir, já não pode comentar, a gente já não pode desenhar. A gente só pode gesticular, a gente está armada em S. Francisco desde pela manhã até à noite. Já doem os braços de tanto gesticular” (Pinheiro apud Barbosa & Matos, 2005, p 17).

Outro alvo constante de Bordalo Pinheiro foi o juiz Veiga que, curiosamente, viria a ditar a apreensão do nº 152 de *A Paródia*, de 10-12-1902, devido a um *cartoon* de Manuel Gustavo Bordalo Pinheiro, filho de Rafael, em que o rei D. Carlos era retratado de costas a descalçar as botas, auxiliado por um mordomo (Barbosa & Matos, 2005). O número seguinte de *A Paródia* dava invulgar relevância ao caso, com caricaturas de Manuel Gustavo, Celso Hermínio e Rafael Bordalo Pinheiro. Segundo Matos, “o caso terminou sem implicações para o jornal” (Barbosa & Matos, 2005, p 19), tendo mesmo este sido indemnizado na importância de 8\$000 reis (Barbosa & Matos, 2005).

Matos explica que “a imprensa não deixava de estar protegida contra as interpretações abusivas da lei” (Barbosa & Matos, 2005, p 19). O autor afirma que Bordalo Pinheiro se posicionou “sempre contra qualquer tentativa de regulação ou controlo político sobre a imprensa periódica” (Barbosa & Matos, 2005, p 19). Matos conclui que “o uso de alegorias e metáforas nas suas caricaturas e desenhos é frequente, ou sobre a imprensa, no sentido mais genérico, ou sobre a Opinião Pública, a Liberdade de imprensa ou a Crítica Jornalística” (ibidem, p 20).

Tal não impediu, porém, que o jornal se fundisse com a *Comédia Portuguesa*, de Marcelino Mesquita, a partir de 14 de janeiro de 1903, iniciando a sua 2ª série com o título *Paródia – Comédia Portuguesa* (França, 2007). Esta fusão terá ocorrido, não por exigência legal nem

por estratégia, mas por uma “provável cautela ante um julgamento em curso e que finalmente lhe será favorável” (França, 2007, p 216).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O espaço público, que surgiu como afirmação do Iluminismo e do uso crítico da razão, surgiu nos cafés e salões da sociedade burguesa dos sécs. XVII e XVIII como resposta às necessidades de um público burguês que pretendia afirmar a sua posição em relação aos negócios do Estado (Habermas, 1984; Guedes, 2010; Tarde, 1910).

Com o seu crescimento e com o desenvolvimento da imprensa e das comunicações, este espaço público veio a fragmentar-se numa multitude de públicos que se encontravam na leitura dos jornais, os quais, por seu turno, tiveram, também, uma crescente especialização (Sousa, 1998).

O jornalismo satírico surgiu, assim, nesta época de fragmentação do espaço público, como uma forma de criticar a situação política nacional e granjeou de um enorme sucesso (Sousa, 1998). Um dos artistas que mais se notabilizou nesta área foi Rafael Bordalo Pinheiro, que teve uma intensa produção artística satírica na segunda metade do séc. XIX e no princípio do séc. XX (Medina, 2008).

A fragmentação do espaço público não impediu, portanto, o desaparecimento destes públicos, como o demonstra a grande ansiedade com que eram esperados os desenhos e as caricaturas de Bordalo todas as semanas (Pimentel apud Barbosa & Matos, 2005).

No entanto, a transformação da imprensa de opinião numa imprensa de massas, com intuítos comerciais, levou ao desaparecimento da esfera pública burguesa, conforme a definiu Habermas (Guedes, 2010).

A crescente oposição do republicanismo à monarquia liberal, e a crise económica e política, levou a que o regime impusesse as famosas «leis da rolha» que levaram à prisão inúmeros jornalistas, vítimas de uma perseguição feroz (Barbosa & Matos, 2005).

Bordalo Pinheiro foi um dos artistas atingidos, nomeadamente, com a apreensão do nº 152 do semanário satírico *A Paródia* em 1902. Esta apreensão seria contestada em tribunal e nos números seguintes do mesmo jornal, através de caricaturas e *cartoons*. *A Paródia* acabou por ser indemnizada em 8\$000 reis, o que prova que mesmo debaixo do fogo de uma censura nascente, a imprensa não deixava de estar protegida contra as interpretações abusivas da lei que teimavam em impor restrições à liberdade da opinião pública (Barbosa & Matos, 2005).

Nesse sentido, podemos afirmar que o espaço público em Portugal no final do séc. XIX não deixou de ser um espaço público plural, embora a censura se tenha começado a manifestar.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

Barbosa, M. M. P., & Matos, Á. C. de. (2005). *A Rolha Bordalo: Política e Imprensa na Obra Humorística de Rafael Bordalo Pinheiro*. Lisboa, Portugal: Hemeroteca Municipal de Lisboa.

Deus, A. D. de. (1997). *Os Comics em Portugal: uma História da Banda Desenhada* (1ª ed.). Lisboa, Portugal: Edições Cotovia e Bedeteca de Lisboa.

França, J. A. (2007). *Rafael Bordalo Pinheiro: O português tal e qual* (3ª ed.). Lisboa, Portugal: Livraria Bertrand.

Guedes, E. N. (2010). Espaço público contemporâneo: pluralidade de vozes e interesses. *Biblioteca Online de Ciências da Comunicação*. Obtido de <http://www.bocc.ubi.pt/pag/guedes-ellida-espaco-publico-contemporaneo.pdf>

Habermas, J. (1984). *Mudança Estrutural da Esfera Pública: Investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro, Brasil: Tempo Brasileiro.

Kant, I. (1992). Resposta à pergunta o que é o Iluminismo. *A Paz Perpétua e Outros Opúsculos* (pp 11-19). Lisboa, Portugal: Edições 70.

Medina, J. (2008). *Caricatura em Portugal: Rafael Bordalo Pinheiro, pai do Zé Povinho*. Lisboa, Portugal: Edições Colibri.

Mills, C. W. (1981). *A Elite do Poder*. Rio de Janeiro, Brasil: Zahar.

Silva, F. C. da. (2002). *Espaço público em Habermas*. Lisboa, Portugal: Imprensa de Ciências Sociais.

Sousa, O. M. de. (1998). *História da arte da caricatura de imprensa em Portugal* (Vol. I: Na Monarquia 1847/1910). Lisboa, Portugal: Humorgrafe/S.E.C.S.

Tarde, G. (1910). *L'Opinion et la Foule* (3<sup>a</sup> ed.). Paris, França: Félix Alcan, Éditeur.

**NOTAS SOBRE O AUTOR:**

**Endereço de correio eletrónico para contacto:** joalobe@sapo.pt

**Afiliação institucional:** Escola Superior de Educação de Portalegre, Instituto Politécnico de Portalegre

**Breve nota biográfica**

Nasceu no Porto em 10-11-1966, é licenciado em Turismo e Termalismo pela Escola Superior de Educação de Portalegre (2003) e fez o curso de mestrado em Jornalismo, Comunicação e Cultura na mesma escola (2012), onde prepara a sua dissertação de mestrado sobre a temática do jornalismo humorístico.

## **ENERGIAS E MATERIAIS**

# Gaseificação Térmica de Resíduos Agroindustriais<sup>1</sup>

## Thermal Gasification of Agro-industrial Wastes

Paulo Sérgio Duque de Brito

Luís Filipe do Carmo Calado

### Resumo

O presente artigo pretende demonstrar os resultados experimentais de gaseificação térmica de biomassa, sobre o potencial energético de resíduos agroindustriais da região de Portalegre.

Os ensaios foram realizados utilizando uma unidade piloto de gaseificação térmica de biomassa, de leito fluidizado borbulhante, às temperaturas de 750° C, 800° C e 850° C, com caudais mássicos de 30 kg/h, 40 kg/h e 60 kg/h.

Os resultados do estudo demonstram a influência negativa que o aumento da temperatura provoca no poder calorífico do gás de síntese. Os ensaios realizados a temperaturas inferiores, 750° C, revelam um aumento na concentração de CO entre os 10%-20%, e um decréscimo da concentração de N<sub>2</sub> na ordem dos 10%, bem como de CO<sub>2</sub> na ordem dos 5%, relativamente aos ensaios à temperatura de 850° C. Os resultados obtidos demonstram também que o aumento do caudal mássico é responsável pelo aumento do poder calorífico do gás de síntese para a biomassa cascarilha de café, nomeadamente, no aumento da concentração de CO, superior a 10% comparando os caudais de 30% e 60%, e o aumento da concentração de H<sub>2</sub>, que em alguns dos ensaios realizados chega quase a 50%. Para as biomassas *miscanthus* e caroço de pêssigo o aumento de caudal foi prejudicial para o poder calorífico do gás de síntese.

No entanto, o aumento da temperatura é favorável a uma diminuição da produção de alcatrões, no processo de gaseificação térmica.

O estudo demonstra a viabilidade e potencialidade da utilização destas biomassas, com poderes caloríficos na ordem dos 4 MJ/kg a 6 MJ/kg, para a valorização energética através de gaseificação térmica.

**Palavras Chave:** biomassa; gaseificação térmica; leito fluidizado borbulhante; poder calorífico.

### Abstract

This article intends to demonstrate the experimental results of thermal gasification of biomass, on the energy potential of agro-industrial wastes in the region of Portalegre.

Assays were performed using a pilot thermal gasification of biomass, with bubbling fluidized bed, at temperatures of 750° C, 800° C and 850° C, mass flow rate 30 kg/h 40 kg/h 60 kg/h.

The results of the study demonstrate the negative impact that increasing of the temperature causes on the calorific value of the synthesis gas. Tests conducted at lower temperatures, 750° C, show an increase in the concentration of CO in order of 10%-20% and a decrease in the concentration of N<sub>2</sub> in order of 10%, and CO<sub>2</sub> in the range of 2% relative to the tests at a temperature of 850° C. The results also show that, increasing the mass flow rate in coffee husk biomass, is responsible for increasing the calorific value of the synthesis gas, particularly at increased concentration of CO, over 10% comparing rates of 30% and 60% feeding, and increased concentration H<sub>2</sub>, in some of the tests reaches almost 50%. For *miscanthus* and peach pit biomasses the increasing mass flow rate was adverse for the caloric value of synthesis gas.

However, increased temperature favors a decreased production of tars in the thermal gasification process.

The study demonstrates the feasibility and potential of coffee husk, with calorific values around 4 MJ/kg to 6 MJ/kg for energy recovery through thermal gasification.

**Keywords:** biomass; thermal gasification; bubbling fluidized bed; calorific value.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no III Seminário de I&DT, organizado pelo C3i – Centro Interdisciplinar de Investigação e Inovação do Instituto Politécnico de Portalegre, realizado nos dias 6 e 7 de Dezembro de 2012.

## 1. Introdução

Durante o processo industrial são produzidos muitos resíduos, nomeadamente nas indústrias agroalimentares. Enquanto a maioria dos resíduos tem como destino final a reutilização em ração para animais, outros que pelas suas características, são inadequados para as rações de animais e tem como destino final a utilização como fertilizantes ou então são queimados para aproveitamento térmico. Os exemplos típicos destes tipos de resíduos são, a cascarilha e borra de café, sedimentos de chá, caroço de pêsego e bagaço de azeitona. Todos estes materiais representam uma fonte de biomassa concentrada, fazendo desta matéria-prima uma fonte fácil e eficiente de ser usada para neutralizar o dióxido de carbono. Deste ponto de vista, o desenvolvimento de tecnologias de alta eficiência de conversão de energia torna-se altamente necessária.

A gaseificação térmica de biomassa é um dos processos mais eficientes de transformar resíduos em energia disponível.

O presente estudo pretende demonstrar a viabilidade da gaseificação térmica de cascarilha de café, caroço de pêsego e *miscanthus*, em gás de síntese rico em hidrogénio e monóxido de carbono ao mesmo tempo que demonstra a sustentabilidade da gaseificação térmica por leito fluidizado borbulhante.

## 2. Fundamento Teórico

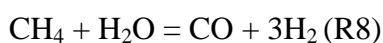
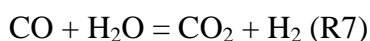
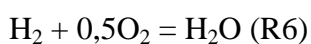
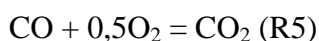
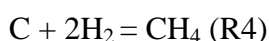
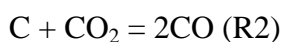
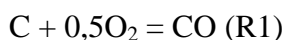
### 2.1 Gaseificador de leito fluidizado

O processo de gaseificação térmica por leito fluidizado borbulhante, dá-se através da adição de ar e um catalisador (dolomite e/ou olivina), queimando-se parte dos carvões e alcatrões produzidos. Esta etapa dá-se a temperaturas na ordem dos 650°C até aos 900°C, e a admissão de oxigénio atmosférico, em quantidades inferiores à reação estequiométrica, é favorável para a combustão dos carvões e alcatrões remanescentes.

Destas reações heterogéneas entre a fase sólida e a fase gasosa, resulta um gás cujos conteúdos são hidrogénio, monóxido e dióxido de carbono, metano, e vapor de água e azoto se for alimentada a ar.

A composição dos gases depende essencialmente da taxa de aquecimento, da temperatura final e da quantidade de biomassa e ar introduzidos no reator.

Os mecanismos catalíticos das reações de gaseificação são descritos em seguida:



- A reação 2 (R2) é endotérmica; portanto à medida que a temperatura aumenta no interior do gaseificador maior será a reatividade entre  $\text{CO}_2$  e os carvões presentes, dando origem ao CO. Mas quando a temperatura atinge os  $800^\circ \text{C}$  nos ensaios realizados (exceção para a cascarilha de café), existem ainda suficientes carvões presentes para dar continuidade à reação, embora não para manter a alta temperatura no interior do gaseificador, e como resultado a quantidade de  $\text{CO}_2$  aumenta, enquanto o CO diminui.
- A reação 3 (R3) é endotérmica; o que significa que o aumento de temperatura aumenta a produção de CO e  $\text{H}_2$ , sendo que aumenta o consumo de carvões e água.
- A reação 4 (R4) é exotérmica; com o aumento da temperatura existe a diminuição da concentração de  $\text{CH}_4$ , deixando mais  $\text{H}_2$  presente no gás de síntese.
- O CO entra em reação com o  $\text{O}_2$  (R5) disponível produzindo  $\text{CO}_2$ .
- O  $\text{H}_2$  reage com o  $\text{O}_2$  (R6), originando  $\text{H}_2\text{O}$ .
- A reação 7 (R7) é exotérmica; produz menos  $\text{CO}_2$  e  $\text{H}_2$  a altas temperaturas, o que significa que o CO e  $\text{H}_2\text{O}$  são menos consumidos.



- O  $\text{CH}_4$  é reduzido durante a reação 8 (R8); é uma reação endotérmica e é favorecida pelo aumento da temperatura, sendo assim o  $\text{CH}_4$  diminui enquanto o  $\text{H}_2$  e o  $\text{CO}$  aumentam a concentração.

## 2.2 Efeito da temperatura no gás de síntese

A pirolise é uma etapa fundamental do processo de degradação térmico da biomassa e cujo controlo determina a composição final do gás de síntese e a distribuição dos seus componentes.

Os principais componentes do gás de síntese,  $\text{H}_2$ ,  $\text{CO}$ ,  $\text{CH}_4$  e  $\text{CO}_2$ , sofrem alterações com o aumento da temperatura e o tempo de residência no interior do reator. A tendência do rendimento do  $\text{CH}_4$  e  $\text{CO}_2$  no gás de síntese é de aumentar com a temperatura para valores assintóticos.

A alta temperatura é responsável também pela produção de alcatrões na reação de gaseificação térmica. O aumento da temperatura permite uma menor produção de alcatrões na reação.

## 2.3 Efeito da admissão de biomassa

O aumento do caudal mássico, em condições controladas devido ao excesso de ar no interior do reator, reflete um aumento do poder calorífico do gás de síntese.

Aumentando a admissão de biomassa tende para um favorecimento do aumento das concentrações de  $\text{CO}$  e  $\text{H}_2$  no gás de síntese.

## 3 Metodologia Utilizada

Este estudo foi realizado no Instituto Politécnico de Portalegre, Escola Superior de Tecnologia e Gestão, utilizando uma central piloto de gaseificação térmica de biomassa por leito fluidizado, como é representado na figura 1, e equipamentos de caracterização de biomassa do laboratório de química.

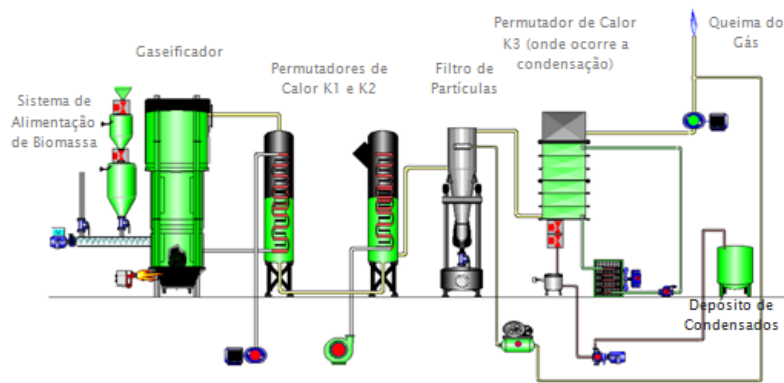


Figura 1. – Esquema da central piloto de gaseificação térmica de biomassa.

O sistema é composto por dois silos de biomassa, ligados a um parafuso sem fim, que constitui o sistema de alimentação.

O gaseificador tem cerca de 4,5 metros de altura e 0,5 metros de largura, de capacidade de admissão de biomassa de 100 kg/h com 50kg de dolomite no leito.

O gás de síntese é arrefecido por dois permutadores de calor, K1 e K2, sendo que o permutador de calor K1 é também responsável pelo pré-aquecimento do gás de síntese. As cinzas e os carvões vão ser removidos nos filtros de mangas, sistema com sete filtros limpos com disparados de gás de síntese recolhido através de um compressor a jusante da bomba de vácuo.

O permutador de calor K3, serve para retirar os alcatrões do sistema através de condensação, que são posteriormente reencaminhados para um depósito.

O último órgão do sistema, é uma bomba de vácuo, que garante que todo o controlo do sistema.

Uma vez garantida a temperatura pré-determinada e o caudal de entrada de biomassa, o sistema estabilizava cerca de duas horas e em seguida inicia-se o ensaio. Os ensaios

tiveram a duração de duas horas cada um, com recolhas em duplicado do gás de síntese e contabilização de temperaturas, fluxos, cinzas e alcatrões.

## 4 Resultados do Estudo

Os resultados do estudo sobre gaseificação térmica das diferentes biomassas por leito fluidizado para diferentes temperaturas e diferentes admissões de biomassa são apresentados. Os principais parâmetros de desempenho de gasificação abordados incluem a evolução do gás de síntese e a composição do gás de síntese.

### 4.1 Composição das biomassas

As análises imediatas e definitivas correspondentes a cada tipo de biomassa, são apresentadas no quadro 1:

Parâmetro	Biomassa		
	Cascarilha	Caroço de Pêssego	Miscanthus
Análise elementar (%)			
C	40,1	41,0	44,5
H	5,6	5,7	5,2
N	5,2	4,9	5,3
Densidade (Kg/m <sup>3</sup> )	623	600	600
Poder calorífico (MJ)	17,9	18,8	18,6
Humidade (%)	15,0	7,0	11,4
Voláteis (%)	60,5	63,0	64,4
Carbono fixo (%)	22,9	29,0	22,1
Cinzas (%)	1,8	1,0	2,1

Tabela 1. Características da biomassa.

A primeira observação dos resultados obtidos pelos diferentes ensaios realizados às biomassas, permite verificar que, o poder calorífico aumenta com a quantidade de carbono presente na biomassa, mas também é afetado devido à presença de humidade.

O poder calorífico considera-se como a quantidade de calor sensível que é extraído da combustão de um combustível. Ora o poder calorífico aumenta quando diminuí a humidade porque, durante a combustão, parte da energia libertada durante a queima é utilizada para a mudança de estado físico da água, de líquido para gasoso (vaporização).

Geralmente a biomassa na natureza apresenta um teor superior a 60% de matéria volátil. Este teor, relativamente elevado, quando comparado com o da lenhite e carvão betuminoso (25-40%), resulta num aumento de produtos condensáveis em qualquer sistema de conversão termoquímica, nomeadamente no período inicial do ensaio.

Apesar das biomassas utilizadas nos ensaios de gaseificação térmica apresentarem um baixo teor em cinzas, quando comparadas, por exemplo, com a casca de arroz (cerca de 20%), estas podem ser responsáveis por vários contratempos no sistema, como fundirem no distribuidor de ar, formarem depósito no gaseificador, ou formarem depósito nas superfícies dos tubos.

As cinzas e os condensados (alcatrões) são dois produtos da gaseificação térmica que constituem uma influência notável nos sistemas de conversão termoquímica, e por conseguinte, dependendo do que se pretende gaseificar, são os grandes responsáveis pelo design e construção de uma central de gaseificação térmica de biomassa.

Os resultados da análise elementar são muito importantes no sentido de determinar a relação ar-combustível em sistemas de termoconversão teóricos, para calcular a taxa de aquecimento e também para ter um conhecimento do potencial poluidor da biomassa. Geralmente a análise elementar relata a percentagem de carbono, hidrogénio, azoto e enxofre numa amostra de biomassa.

A composição orgânica de biomassas linhocelulósicas não difere muito, apresentando aproximadamente a seguinte fórmula  $C_6H_9O_4$ , representando 50% de carbono em peso total.

#### 4.2 Análise XRF

Este método analisa a composição média dos elementos metálicos presentes nas amostras de dolomite.

Nesta análise a dolomite utilizada foi do ensaio com biomassa de cascarilha de café.

Amostras	Dolomite														
	%														
	Zr	Sr	Rb	Pb	Zn	Fe	V	Ti	Ca	K	P	Si	Cl	S	Mg
Dolomite Nova	0,000	0,023	0,000	0,000	0,000	0,121	0,005	0,011	85,551	0,000	0,000	0,620	0,063	0,063	13,542
Dolomite Utilizada	0,015	0,030	0,001	0,002	0,016	4,492	0,004	0,019	82,507	0,617	1,408	1,817	0,179	0,054	8,838

Tabela 2. Análise da Dolomite Antes e Depois do Ensaio.

Os resultados apresentados demonstram a composição inorgânica da dolomite antes e depois do ensaio.

Embora em pequenas percentagens, a dolomite analisada posteriormente ao ensaio de gaseificação, mostra que, na sua composição existem alguns metais que não se encontram na dolomite nova. A presença destes metais, que constituem a biomassa, deve-se às diferentes reações provocadas pela gaseificação, os quais ficam retidos nos poros da dolomite. A diminuição das concentrações de cálcio e magnésio pode dever-se à dolomite ser muito friável, como referido anteriormente, e ser arrastada, depois de degradada, com o caudal de gás e partículas até aos filtros de mangas. De facto foi usual a observação de dolomite junto com as cinzas quando se realizavam os primeiros ensaios.

### 4.3 Resultados dos Ensaios de Gaseificação Térmica

A gaseificação térmica foi estudada com variação de temperatura (750° C, 800° C e 850° C) e também com a variação do caudal mássico (30 kg/h, 40 kg/h e 60 kg/h). Os resultados são apresentados:

Parâmetros	Biomassa								
	Cascailha de Café								
<b>Operatórios</b>									
Temperatura (°C)	755	799	851	749	797	853	747	800	850
Pressão no parafuso (mbar)	-16	-15	-30	-50	-25	-38,9	-21	-44	-30
Caudal mássico (kg/h)	30,3	30,3	30,3	40,4	40,4	40,4	58,2	58,2	58,2
Caudal de ar entrada (kg/h)	299,9	283,7	551,25	737,7	616,1	729,6	583,7	721,5	810,7
Caudal de gás saída (kg/h)	360,7	403,7	434,63	659,9	565,3	538,9	509,5	434,6	647,3
Condensados (kg/h)	3,1	5,3	5,2	8,6	6	6,3	6,4	3,3	2,7
Cinzas (kg/h)	0,1	0,2	1	4,5	1,1	1	2	3	4,1
<b>Composição do gás (%)</b>									
H <sub>2</sub>	7,8	7,2	11,4	10,2	13,8	8,8	15,3	13,9	12,7
CO	12,3	11,6	10,5	10,2	12,6	8,9	13,3	12,2	11,5
CH <sub>4</sub>	3,4	3,2	2,9	2,7	2,7	2,2	2,9	2,9	3,4
Etano	0,1	0	0	0	0	0	0,1	0	0
Etileno	1,1	1	0	0,4	0,5	0,2	0,9	0,6	0,4
CO <sub>2</sub>	18,1	17,6	19	17,1	18,9	17,2	18,1	18,7	18,5
N <sub>2</sub>	53,5	55,7	53,2	53,9	49,5	56,2	47,2	49,3	51,1
Outros Gases	3,7	3,7	3	5,5	2	6,5	3	2,5	2,5
Poder calorífico (MJ/Kg)	3,4	3,1	2,9	3,6	3,6	2,3	4,1	3,6	3,5

Tabela 3. Resultado dos ensaios de gaseificação térmica da biomassa cascailha de café.

Biomassa									
Parâmetros	Caroço de Pêssego								
<b>Operatórios</b>									
Temperatura (°C)	750	796	853	750	802	847	746	800	846
Pressão no parafuso (mbar)	-36,5	-29	-52	-24	-25	-27	-54	-51	-52
Caudal mássico (kg/h)	33,1	33,1	33,1	45,3	45,3	45,3	59,4	59,4	59,4
Caudal de ar entrada (kg/h)	405,3	364,8	478,3	445,9	462,1	478,3	729,6	705,3	737,7
Caudal de gás saída (kg/h)	381,7	248	507,8	532,2	507,8	722,2	989,5	756,6	828,9
Condensados (kg/h)	6,7	5,7	5,7	10,5	7,6	8,2	6,1	8,8	5,7
Cinzas (kg/h)	0,5	1,5	1,4	1,2	1,1	0,6	2,1	2,7	2
<b>Composição do gás (%)</b>									
H <sub>2</sub>	7,9	8,2	8,2	8,5	7,4	12,6	10,3	11,4	11
CO	18,6	16,5	14,3	15,7	14,9	10,9	12,4	14	13,7
CH <sub>4</sub>	3,6	3,6	3,5	4,1	4,2	3	3,2	2,8	2,9
Etano	0,1	0,1	0	0,1	0,1	0	0	0	0
Etileno	1,1	1	0,8	1,1	1,1	0,8	0,4	0,4	0,3
CO <sub>2</sub>	12,8	14,7	16,7	15,1	15,2	13,7	16,7	16	16
N <sub>2</sub>	51,8	52	52,9	51,1	52,2	50,9	52,9	51,8	51,9
Outros Gases	4,1	3,8	3,4	4,5	4,8	7,8	4,1	3,6	4,1
Poder calorífico (MJ/Kg)	4,3	4	3,6	4,1	3,9	3,7	3,3	3,5	3,4

Tabela 4. Resultado dos ensaios de gaseificação térmica da biomassa caroço de pêssego.

Biomassa									
Parâmetros	Miscanthus								
<b>Operatórios</b>									
Temperatura (°C)	747	795	853	745	805	853	756	798	853
Pressão no parafuso (mbar)	-13	-16	-17	-10	-1	-38,9	-25	-30	-26
Caudal mássico (kg/h)	33,1	33,1	33,1	45,3	45,3	45,3	59,4	59,4	59,4
Caudal de ar entrada (kg/h)	291,8	316,2	308,1	243,2	405,3	729,6	689,1	697,2	713,4
Caudal de gás saída (kg/h)	275,8	324,5	318,6	318,6	424,6	360,7	658,3	721,3	679,3
Condensados (kg/h)	3,4	2,2	5,2	4,9	2,8	6,3	6,4	7,6	5,8
Cinzas (kg/h)	0,3	0,2	1	0,6	0,9	1	3,3	5,8	2,2
<b>Composição do gás (%)</b>									
H <sub>2</sub>	8	7,8	9,5	10,9	12,8	9,7	10,9	8,9	10,8
CO	15,7	13,9	13,3	17	15	12	13,3	11	13,2
CH <sub>4</sub>	4,9	4	3,3	6,8	4,6	3,5	3,7	2,9	3,8
Etano	0,1	0	0	0,2	0	0	0	0	0
Etileno	1,3	1	0,6	1,6	0,6	0,3	0,5	0,3	0,3
CO <sub>2</sub>	16,5	16,1	17,1	15,9	16,6	16,8	16,8	15,7	15,7
N <sub>2</sub>	49,9	51,9	52,1	43,1	47,2	52,5	51,2	54,1	50,7
Outros Gases	3,4	5	3,7	4,3	3	4,9	3,6	7	5,5
Poder calorífico (MJ/Kg)	4,4	3,8	3,6	5,8	4,5	3,3	3,7	2,9	3,6

Tabela 4. Resultado dos ensaios de gaseificação térmica da biomassa *miscanthus*.

#### 4.4 Efeito temperatura no gás de síntese

Uma primeira análise mostra que gás de síntese produzido é relativamente rico em monóxido de carbono (percentagem em massa, entre os 5% e os 14%), metano e etileno (entre 1% e 3%) e hidrogénio (entre 9% e 15%) sendo, efetivamente, estes quatro gases os principais pelo poder calorífico dos gases de síntese produzidos.

#### *Miscanthus*

Observando a análise aos resultados obtidos com a biomassa *miscanthus* para admissão de biomassa de 45,3 kg/h, à temperatura de 745° C, 805° C e 853° C, é notório que o

poder calorífico diminui com o aumento da temperatura, como também é explícito no gráfico seguinte:

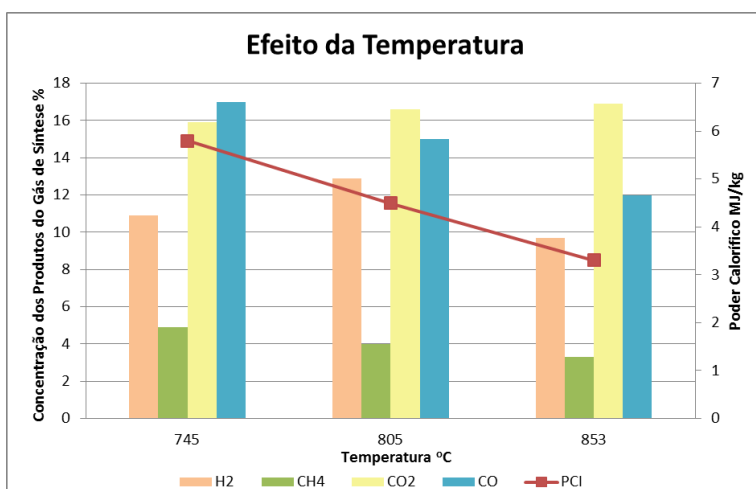


Gráfico 1. Efeito da temperatura no poder calorífico do gás de síntese e na sua composição.

Ao aumentar a temperatura do ensaio de gaseificação, a uma temperatura mais elevada, resulta numa maior conversão de biomassa em dióxido de carbono e, como consequência, observa-se uma diminuição do poder calorífico do gás.

Neste ensaio em particular as reações que mais caracterizam o ensaio são:

- A reação 2 (R2) é endotérmica; o aumento de temperatura conduziu à diminuição de CO e ao aumento de CO<sub>2</sub>.
- A reação 3 (R3) é endotérmica. Neste caso esta equação não se aplica por que não há variação de admissão de biomassa ao longo do ensaio. Esta análise, efeito da admissão, será realizada mais à frente.
- A reação 4 (R4) é exotérmica. De facto é o que se observa neste ensaio, com o aumento de H<sub>2</sub> e a diminuição de CH<sub>4</sub>, à medida que a temperatura aumenta.

## Caroço de Pêssego

Para os resultados obtidos com a biomassa caroço de pêssgo, para admissão de biomassa de 33,1 kg/h, à temperatura de 750° C, 796° C e 853° C, é notório que o poder calorífico diminui com o aumento da temperatura, tal como acontece com a biomassa anterior:

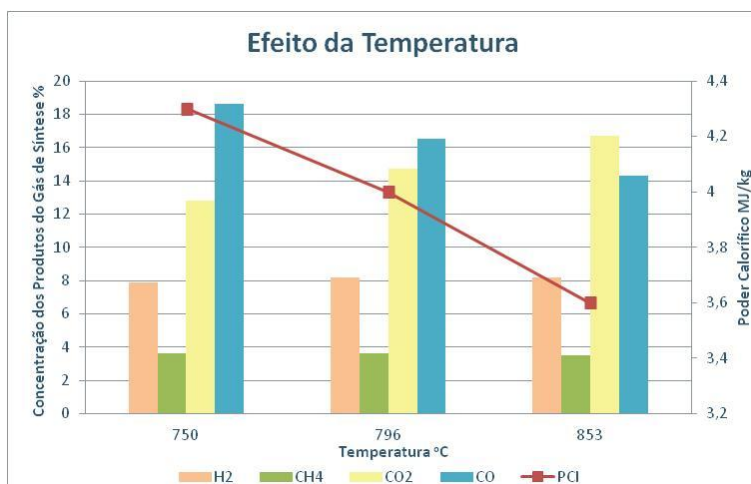


Gráfico 2. Efeito da temperatura no poder calorífico do gás de síntese e na sua composição.

Um pouco à imagem do que se passa com o ensaio dos *miscanthus*, ao aumentar a temperatura do ensaio de gaseificação, resulta numa maior conversão de biomassa em dióxido de carbono e, como consequência, observa-se uma diminuição do poder calorífico do gás.

As concentrações de CO e CH<sub>4</sub> diminuem com o aumento da temperatura e a concentração de H<sub>2</sub> e CO<sub>2</sub> aumentam, seguindo as mesmas justificações que o ensaio anterior.

## Borra de Café

Com este tipo de biomassa decorreram ensaios semelhantes aos analisados anteriormente, mas devido à especificidade da composição física da mesma, encontrava-se a granel, os resultados não foram satisfatórios. Os ensaios foram repetidos e os



melhores resultados são analisados, apesar de não seguirem o mesmo critério utilizado nas anteriores biomassas, devido à falta de tempo para realização dos ensaios.

Para os resultados obtidos com a biomassa borra de café, para admissão de biomassa de 58,4 kg/h, à temperatura de 717° C, a 97,3 kg/h, à temperatura de 717° C e à admissão 136,3, à temperatura de 736° C. Existe um aumento do poder calorífico, não só devido ao aumento da temperatura, mas também devido ao aumento do caudal mássico de borra de café que foi gaseificado.

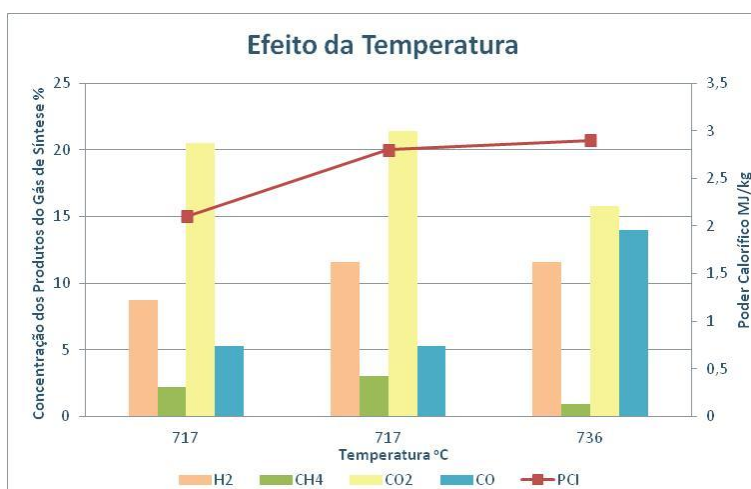


Gráfico 3. Efeito da temperatura no poder calorífico do gás de síntese e na sua composição.

Esta análise não pode ser tão objetiva como as análises às restantes biomassas, uma vez que o aumento da temperatura também coincidiu com o aumento da admissão de biomassa. No entanto, nota-se que com o aumento da temperatura, e indiferentemente à quantidade de biomassa que é introduzida no gaseificador, a percentagem de CH<sub>4</sub> diminui e as percentagens de CO e H<sub>2</sub> aumentam, mostrando que O CH<sub>4</sub> é reduzido durante a reação 8 o que favorece o aumento das concentrações de H<sub>2</sub> e o CO presentes no gás de síntese.

### Cascarilha de Café

Analisando os resultados obtidos com a biomassa cascarilha de café, para admissão de biomassa de 58,2 kg/h, à temperatura de 747° C, 800° C e 850° C, é evidente o

decréscimo do poder calorífico com o aumento da temperatura, tal como acontece com os resultados das biomassas caroço de pêsego e *miscanthus*:

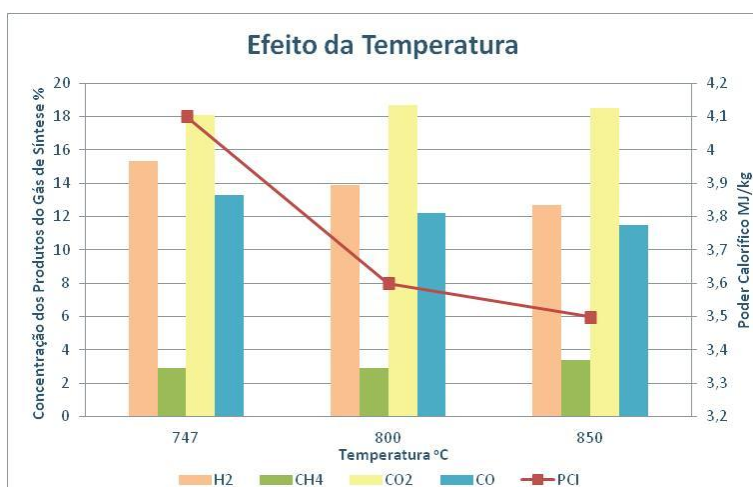


Gráfico 4. Efeito da temperatura no poder calorífico do gás de síntese e na sua composição.

Neste caso, apesar da diminuição do poder calorífico com a temperatura a concentração de H<sub>2</sub> e CO diminuem também com o aumento da temperatura, aumentando a concentração de CO<sub>2</sub>.

O aumento do CO<sub>2</sub> explica-se pela reação 5 (R5), pois existe muito mais oxigénio disponível no gaseificador, com o aumento da temperatura.

#### 4.5 Efeito admissão de biomassa no gás de síntese

Normalmente variações de temperatura e/ou admissão de biomassa estão relacionadas com variações do caudal de ar que entra no gaseificador.

Nos ensaios realizados com as biomassas *miscanthus* e caroço de pêsego, para uma mudança de caudal de aproximadamente 10kg, regista-se um pequeno aumento do poder calorífico do gás de síntese, pois as alterações no sistema não foram exageradas e houve uma boa resposta. No que respeita a uma aumento de aproximadamente 30 kg/h relativamente à primeira admissão, não correspondeu a um aumento do poder calorífico, pelo contrário, o poder calorífico decresceu devido à excessiva introdução de ar para estabilizar a temperatura no reator devido ao excesso de biomassa:

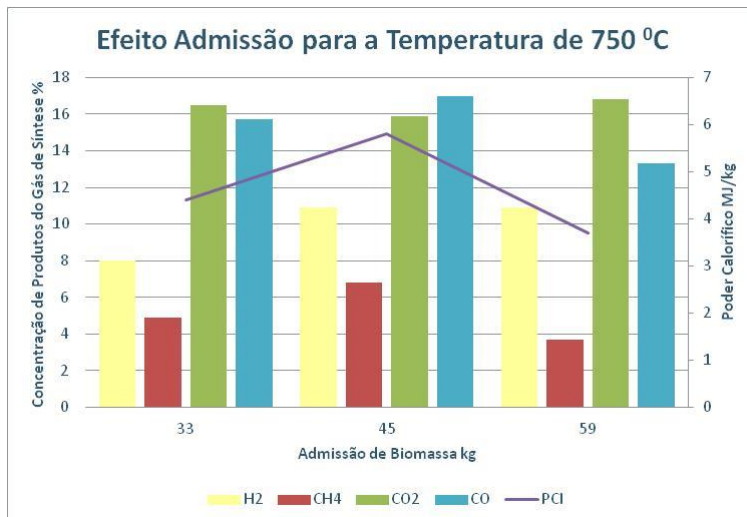


Gráfico 5. Efeito da admissão no poder calorífico do gás de síntese e na sua composição. Miscanthus.

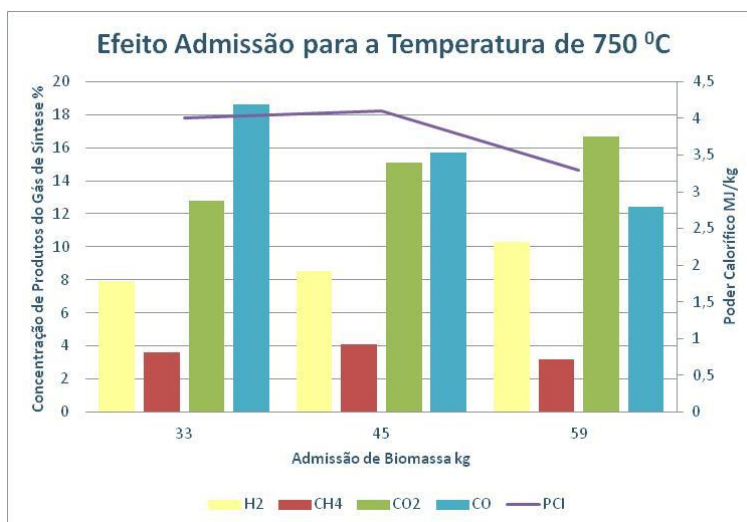


Gráfico 6. Efeito da admissão no poder calorífico do gás de síntese e na sua composição. Carço de Pêssego.

O contrário passa-se com as biomassas borra de café e cascarilha de café. Ao aumentar o caudal de biomassa o poder calorífico tende a aumentar.

O aumento de biomassa aumenta a quantidade de C e H<sub>2</sub> presentes no gaseificador, o que, com a introdução de ar em pequenas quantidades, favorece o aumento das concentrações de CO e H<sub>2</sub> presentes no gás de síntese.

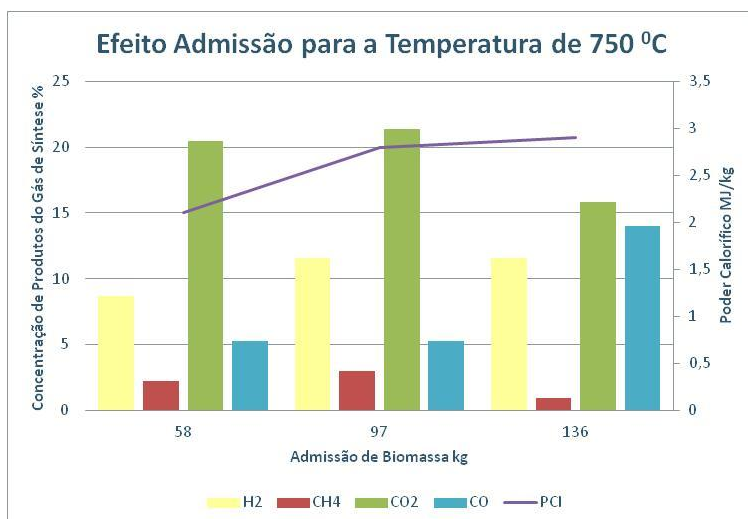


Gráfico 7. Efeito da admissão no poder calorífico do gás de síntese e na sua composição. Borra de Café.

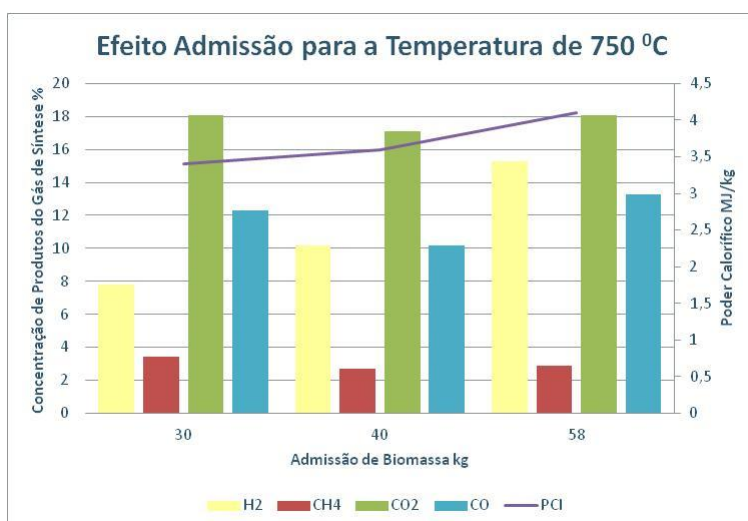


Gráfico 7. Efeito da admissão no poder calorífico do gás de síntese e na sua composição. Cascarilha de Café.

## 5 Conclusão

No presente estudo foi analisada a gaseificação térmica de cascarilha de café em leito fluidizado borbulhante, utilizando dolomite como catalisador, a temperaturas na gama do 700° C até 850° C.

Os efeitos da temperatura e quantidade de biomassa que se introduz no gaseificador desempenham um papel importante na qualidade final do gás de síntese.

Os ensaios realizados a uma temperatura mais elevada resultaram numa maior conversão de biomassa em gás de síntese rico em hidrogénio. Embora não se reflita no

aumento do poder calorífico, uma vez que o gás de síntese analisado, não é um gás seco. As temperaturas menos elevadas tendem favorecer as reações de cracking térmico e o aumento da concentração de monóxido de carbono, que vão aumentar o poder calorífico do gás de síntese.

A admissão de biomassa tem grande influência no gás de síntese final, pois aumenta a concentração de hidrogénio e monóxido de carbono. Ao aumentar a quantidade de biomassa no interior do reator, deve-se ter em consideração o aumento do ar no interior do reator. O ar em excesso vai prejudicar as reações de cracking térmico e também promove a diminuição da concentração de monóxido de carbono, ao mesmo tempo que promove o aumento dos alcatrões presentes no gás de síntese.

Além disso, este trabalho tem como objetivo demonstrar a viabilidade de transformar resíduos ou culturas energéticas num gás valioso, rico em hidrogénio e outros produtos altamente relevantes em termos de poder calorífico e interessantes para a indústria química. Mostrou também que a unidade de gaseificação térmica teve um desempenho muito aceitável durante os ensaios.

## 6 Referencias

- [1] Peter McKendry, “*Energy production from biomass (part 1): overview of biomass*”, Bioresource Technology 83, 2002.
- [2] Directive 2009/28/EC of the European Parliament and of the Council, “*on the promotion of the use of energy from renewable sources*”, 23/04/2009.
- [3] Dermibas, Ayhan, “*A realistic fuel alternative for diesel engines*”, Springer, 28/02/2008.
- [4] Santos, Jorge, “*Avaliação da Biomassa de Plantas Bioenergéticas*”, dissertação para a obtenção do Grau de Mestre em Engenharia do Ambiente – Tecnologias Ambientais, 2009.
- [5] Velez Jhon F., Chejne Farid, Valdés Carlos, Eder J. Emery, Londoño Carlos, “*Co-gasification of Colombian coal and biomass in fluidized bed: An experimental study*”, 11/03/2008.
- [6] Knoef, HAM., et al, “*Hand Book Biomass Gasification*”, BTG biomass technology group BV, Holanda, 2005.

[7] Loo, Sjaak Van, et al, “*The Hand book of Biomass Combustion and Co-firing*”, Earthscan Publications Ltd”, 2007.

[8] Juan Manuel de Andrés, Adolfo Narros, María Encarnación Rodríguez, “*Behaviour of dolomite, olivine and alumina as primary catalysts in air-steam gasification of sewage sludge*”, 02/2011.

[9] D. Dayton, “*A Review of the Literature on Catalytic Biomass Tar Destruction*”, 12/2002.

[10] Coelho Pedro, Costa Mário, “*Combustão*”, Edições Orion, 1ª Edição, 2007.

[11] Doherty Wayne, Reynolds Anthony, Kennedy Kennedy, “*Simulation of a Circulating Fluidised Bed Biomass Gasifier using ASPEN Plus: a Performance Analysis*”, School of Mechanical and Transport Engineering at ARROW@DIT, 01/01/2008.

## 7 Notas sobre autores

### **Paulo Sérgio Duque de Brito**

[pbrito@estgp.pt](mailto:pbrito@estgp.pt)

É Professor Coordenador com Nomeação Definitiva na Escola Superior de Tecnologia e Gestão, do Instituto Politécnico de Portalegre, onde exerce atualmente funções de Presidente do Departamento de Tecnologias e Design. É também, Coordenador Institucional do C3i-IPP.

É Licenciado em Engenharia Química, ramo de Processos e Indústria, pelo Instituto Superior Técnico; Mestre em “Corrosion Science and Engineering” pelo UMIST, Universidade de Manchester; Doutor em Engenharia Química, pelo Instituto Superior Técnico na área da electroquímica – sobre células galvânicas. Possui também um MBA – Master of Business and Administration.

As principais áreas de investigação estão relacionadas com bioenergia, tratamentos ambientais de resíduos, corrosão de materiais e produção galvânica de energia.

Tem cerca de 150 trabalhos publicados entre revistas científicas, capítulos de livros e apresentações em congressos.

### **Luís Filipe do Carmo Calado**

[lfcc22@gmail.com](mailto:lfcc22@gmail.com)

Bolseiro de Investigação no âmbito do projeto ALTERCEXA, apoiado pelo C3i/Instituto Politécnico de Portalegre.

É licenciado em Engenharia do Ambiente pela Universidade Lusófona e mestrando em Energia e Ambiente na Universidade de Évora.

As áreas de investigação prendem-se com gaseificação térmica de biomassa em leito fluidizado borbulhante.

# **Eficiência energética, sustentabilidade e conforto interior nos edifícios, fatores relevantes<sup>1</sup>**

**Energy efficiency, sustainability and building's interior comfort, relevant factors**

**Pedro M. B. C. Lopes**

**Pedro M. G. S. Romano**

## **Resumo**

Na sequência das directivas europeias, Portugal possui desde 2006, legislação no sentido de promover a Eficiência Energética, tendo estas entrada em pleno vigor em janeiro de 2009. No entanto, os autores, enquanto Peritos Qualificados do Sistema de Certificação Energética, no âmbito do Regulamento das Características de Comportamento Térmico dos Edifícios, têm-se vindo a deparar com uma série de casos de incumprimento do referido regulamento, devendo-se este fato, essencialmente à "resistência" que tem vindo a ser exercida pelos empreiteiros, principalmente pelos mais "pequenos", por desconhecimento das novas directivas legislativas, travando assim todo o esforço de redução de consumos energéticos e de emissões de CO<sup>2</sup>, que tem vindo a ser levado cabo, em especial pela ADENE, agência para a energia. Apresenta-se, assim de seguida uma proposta de abordagem, tendente a uma efectiva transferência de conhecimento, da comunidade científica até aos seus aplicadores. Cabendo aqui ao Ensino Politécnico esse papel de interlocutor.

**Palavras chave:** eficiência energética, consumo de energia, certificação energética, sustentabilidade.

## **Abstract**

Following the European directives, Portugal has since 2006, legislation to promote energy efficiency, and these entry into full force in January 2009. However, the authors, while the Expert Qualified Energy Certification System, under the Regulation of Thermal Behaviour Characteristics of Buildings, have been faced with a series of breaches of regulation, having to this fact, essentially the "resistance" that has been exercised by contractors, mainly by the more "small", for lack of new legislative directives, thus locking all the effort of reducing energy consumption and CO<sub>2</sub> emissions, which has been taken cable, especially by ADENE agency for energy. Presents itself, so then a proposed approach, aimed at an effective transfer of knowledge, the scientific community until their applicators. Fitting here to Polytechnic Education that role of interlocutor.

**Keywords:** energy efficiency, energy consumption, energy certification, sustainability.

## **1 - Introdução**

Num momento em que tanto se fala de eficiência energética e da necessidade de redução da pegada de CO<sub>2</sub>, e que no cumprimento das diretivas europeias, lançadas para o efeito, foi criada em Portugal uma legislação extremamente rigorosa (comparativamente com outros países da Comunidade Europeia), e que tanta investigação tem vindo a ser desenvolvida, no sentido de minorar os consumos

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no III Seminário de I&DT, organizado pelo C3i – Centro Interdisciplinar de Investigação e Inovação do Instituto Politécnico de Portalegre, realizado nos dias 6 e 7 de Dezembro de 2012.



energéticos, pareceu-me relevante refletir sobre a forma como tudo isto tem vindo a ser implementado no nosso parque imobiliário, quer em termos de novas construção, quer para as construções já existentes.

Assim vejamos, a realidade é que o consumo de energia está intimamente ligado ao desenvolvimento de uma sociedade, quanto mais “desenvolvida” é uma sociedade, maior são as necessidades de conforto interno nos edifícios, implicando maiores necessidades de consumo de energia. Necessidades estas que nos foram “impostas” pelos novos padrões de conforto, a que passivamente nos fomos habituando e aos quais fomos aderindo tranquilamente.

A realidade é que nas sociedades mais primitivas, no tempo dos nossos avós, por exemplo, o consumo de energia era pequeno.

O estilo de vida utilizado no mundo ocidental, e que tem vindo a ser adoptado pelas sociedades em desenvolvimento, baseia-se numa utilização intensiva de energia.

Felizmente, e esperemos, que não tarde de mais, o homem começou a perceber que os recursos energéticos eram escassos e que a sua utilização intensiva implicava grandes consequências para o Planeta, provocando graves problemas de sustentabilidade.

A União Europeia procurou então desenvolver uma estratégia de médio/longo prazo que permitisse manter o nível de vida dos seus concidadãos, com os seus elevados padrões de consumo, mas que ao mesmo tempo conduzisse a um menor consumo de energia. Tal objectivo só se conseguirá obter, através da promoção e implementação de uma política de eficiência energética, de forma a alcançar-se o objetivo pretendido com um menor consumo de energia.

Assim, para que tal pudesse vir a concretizar-se, começou por se proceder à identificação e respetiva ponderação dos consumos globais de energia, de forma a perceber-se qual o verdadeiro peso de cada sector e quais as suas necessidades em termos energéticos, para em seguida se desenvolverem políticas eficazes de forma a atuar-se ao nível de cada um destes sectores.

Desta decomposição de consumos, rapidamente se percebeu que o setor dos edifícios é o responsável pelo consumo de aproximadamente 30% da energia final total consumida na Europa, como se pode verificar na figura abaixo.

Industria	Serviços	Residencial	Agricultura	Transportes
33%	12%	17%	2%	36%

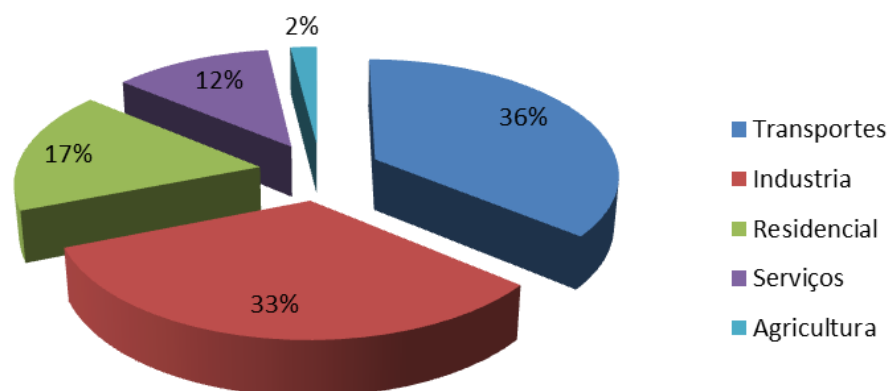


Fig. 1 – Consumo desagregado de Energia Final

O que em termos de energia eléctrica, significa um consumo de cerca de 62% da energia eléctrica total consumida pelo sector dos edifícios.

Industria	Serviços	Residencial	Agricultura	Transportes
35%	34%	28%	2%	1%

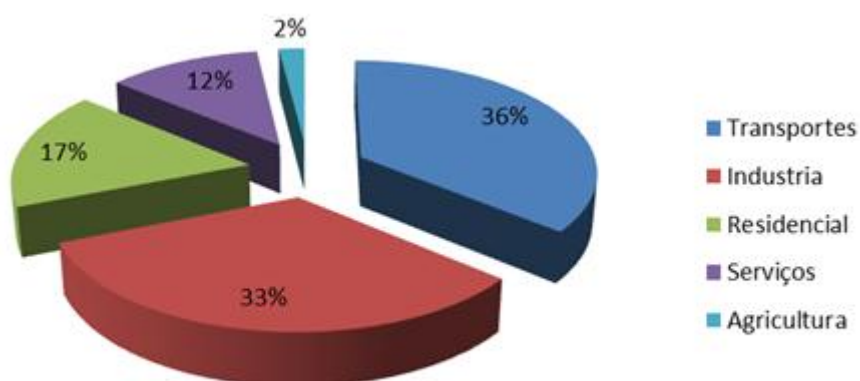


Fig. 2 – Consumo desagregado de Energia Elétrica

Seguidamente, e continuando esta desagregação dos consumos, nomeadamente nos consumos domésticos, chegaram-se aos seguintes resultados, que se traduzem no gráfico abaixo:

Frio	32%
Aquecimento ambiente	15%
Iluminação	12%
Audoivisuais	9%
Lavagem e secagem de roupa	7%
AQS elétrico	6%
Lavagem de loiça	3%
Arrefecimento ambiente	2%
Informática	2%
Forno	1%
Outros	11%

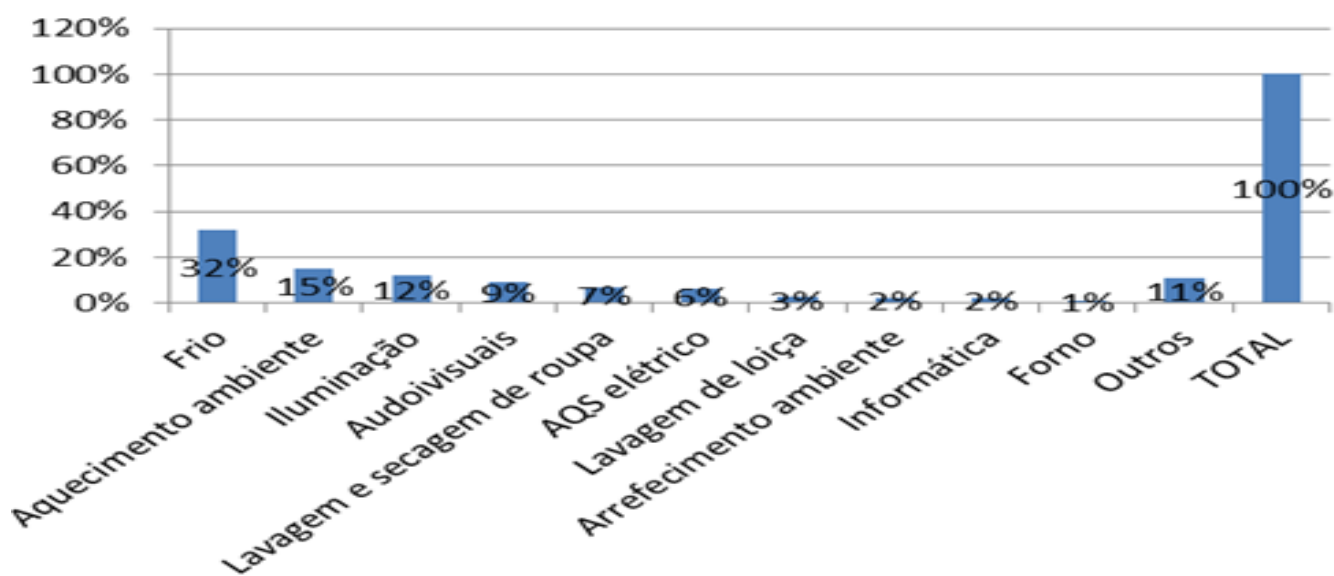


Fig 3 – Repartição do consumo doméstico de eletricidade

Percebendo-se que os edifícios são responsáveis por uma grande fatia do consumo de energia elétrica, a União europeia, através dos seus Estados-Membros, entenderam propor um vasto conjunto de medidas com vista a promover a melhoria do desempenho energético e das condições de conforto dos edifícios.

Tendo-se estimado, que mais de 50% dos consumo de energia final, poderiam ser reduzidos através da adoção e da implementação de medidas eficiência energética, o que poderia representar uma redução anual de milhões de toneladas de CO2.

Foi neste contexto que surgiu a **Directiva nº 2002/91/CE**, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de Dezembro, relativa ao desempenho energético dos edifícios.

No caso português, a Diretiva Europeia foi transposta para a legislação portuguesa através da criação e aprovação de 3 diplomas fundamentais:

- SCE – Sistema Nacional de Certificação Energética e da Qualidade do Ar Interior nos Edifícios (Decreto-Lei n.º 78/2006 de 4 de Abril)
- RSECE – Regulamento dos Sistemas Energéticos de Climatização dos Edifícios (Decreto-Lei n.º 79/2006 de 4 de Abril)
- RCCTE - Regulamento das Características de Comportamento Térmico dos Edifícios (Decreto-Lei n.º 80/2006 de 4 de Abril)

Estes diplomas tiveram uma entrada faseada da sua implementação, encontrando-se em pleno vigor desde janeiro de 2008.

A legislação que rege a implementação das soluções construtivas a adotar nos edifícios, encontra-se basicamente compilada no diploma Decreto-Lei n.º 80/2006.

RCCTE

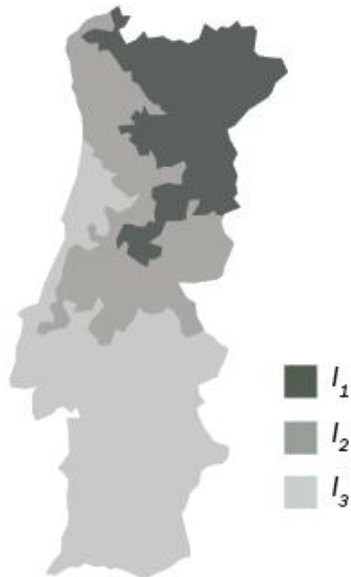
Este diploma cria as designadas condições ambientais de conforto de referência, nos edifícios, demasiado exigentes, em minha opinião, que são:

- Temperatura mínima do ar de 20°C para a estação de aquecimento (inverno), um luxo.
- Temperatura máxima do ar de 25°C e um mínimo de 50% de humidade relativa para a estação de arrefecimento (verão).
- A taxa de referência para a renovação do ar, para garantia da qualidade do ar interior, é de 0,6 renovações por hora, como mínimo.
- O consumo de referência, de água quente sanitária para utilização em edifícios de habitação é de 40 l de água quente a 60°C por pessoa e por dia, ninguém consegue tomar banho a essa temperatura.

Foram ainda introduzidos requisitos mínimos construtivos e foi criada uma limitação nos consumos das principais necessidades de consumo de energia, que se encontram num edifício, consoante a zona climática onde estão inseridos:

## Zonamento climático de Portugal Continental

Zonas climáticas inverno



Zonas climáticas verão

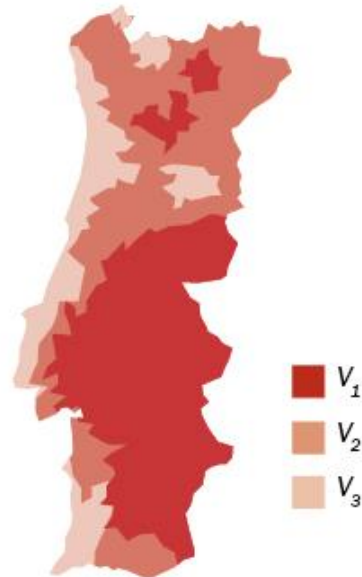


Fig 4 – Zonas climáticas em Portugal Continental

- Requisitos mínimos de isolamento térmico (U), limitado, região a região.
- Requisitos mínimos (pontes térmicas), limitado, região a região.

QUADRO IX.1

### Coefficientes de transmissão térmica superficiais máximos admissíveis de elementos opacos

Elemento da envolvente	Zona climática (*)		
	I <sub>1</sub>	I <sub>2</sub>	I <sub>3</sub>
Elementos exteriores em zona corrente (**):			
Zonas opacas verticais .....	1,8	1,60	1,45
Zonas opacas horizontais	1,25	1	0,90
Elementos interiores em zona corrente (***):			
Zonas opacas verticais .....	2	2	1,90
Zonas opacas horizontais	1,65	1,30	1,20

(\*) V. anexo II.

(\*\*) Incluindo elementos interiores em situações em que  $\tau > 0,7$ .

(\*\*\*) Para outros edifícios e zonas anexas não úteis.

- Requisitos mínimos de protecção solar (Fs), limitado, região a região.

QUADRO IX.2

### Factores solares máximos admissíveis de vãos envidraçados com mais de 5 % da área útil do espaço que servem

Classe de inércia térmica (**), factor solar:	Zona climática (*)		
	V <sub>1</sub>	V <sub>2</sub>	V <sub>3</sub>
Fraca .....	0,15	0,15	0,10
Média .....	0,56	0,56	0,50
Forte .....	0,56	0,56	0,50

- Necessidades nominais de energia útil para aquecimento ( $N_{ic}$ ):  $N_{ic} \leq N_i$
- Necessidades nominais de energia útil para arrefecimento ( $N_{vc}$ ):  $N_{vc} \leq N_v$
- Necessidades nominais de energia útil para AQS ( $N_{ac}$ ):  $N_{ac} \leq N_a$
- Necessidades nominais globais de energia primária ( $N_{tc}$ ):  $N_{tc} \leq N_t$

## SISTEMA DE CERTIFICAÇÃO ENRGÉTICA

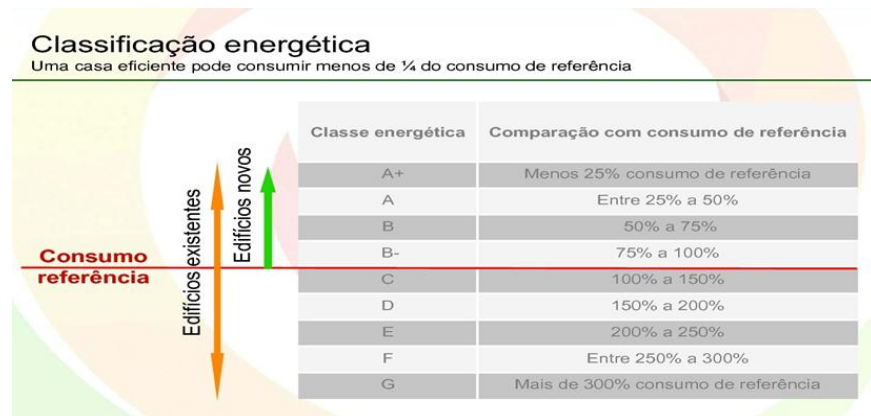


SCE

Através do Decreto Lei 78/2006, foi ainda implementada uma exigente política de Certificação Energética, o SCE - Sistema Nacional de Certificação Energética e da Qualidade do Ar Interior nos Edifícios.

A implementação de todo este processo foi efectuada através de um complexo e exigente processo de formação de quadros técnicos, partindo-se do princípio que assim a cadeia de transmissão de conhecimentos, iria chegar à base, ou seja à obra. Uma vez que a partir de agora o projecto de Comportamento Térmico dos edifícios obrigava a uma DCR – Declaração de Conformidade Regulamentar, documento que atesta que o projecto foi elaborado de caordo com a legislação em vigor, e que atinge como mínimo, uma classificação energética de B-. E há partida, este projeto, como todos os outros projectos de especialidades, iria fazer parte da “base de dados”, para o empreiteiro executar a obra.

Acontece que a realidade do nosso país, pelo menos no que respeita ao sector da construção, não é essa, pois uma



grande parte dos pequenos empreiteiros não desenvolveram, por enquanto, essa cultura de necessidade de aquisição e de actualização de conhecimentos. Isto deve-se em grande parte, ao fato de que a empresa é formada pelo dono de obra, que nalguns casos se esforçou e conseguiu tirar um “CAP” para poder ser titular de alvará, sem ter de pagar uma avensa a um engenheiro civil, e mais dois ou três pedreiros e serventes. E no fundo é ele que acumula e centraliza, aquilo que nas pequenas e médias empresas, está dividida numa série de direcções: gestão, comercial, administrativa, financeira e a

produção (que é onde efectivamente ele ocupa grande parte do seu tempo), e como os novos conhecimentos e as novas tecnologias, não vão ao seu encontro, ele apresenta sempre uma grande inércia à sua utilização (principalmente porque não as domina), fazendo mesmo grande resistência junto dos donos de obra.

### **A realidade da eficiência energética longe dos centros do conhecimento**

Toda esta introdução procurou demonstrar que apesar de decorridos mais de 4 anos desde a implementação em pleno dos novos regulamentos, os Peritos Qualificados, continuam a deparar-se nas obras, com situações muito constrangedoras, onde se utilizaram materiais impróprios, onde as soluções construtivas foram mal executadas, onde não foram instalados os equipamentos que tinham recomendados pelo projectista, e que vinham inscritos na DCR...

Resumindo aqui tudo o que pretendi ilustrar anteriormente,

- elaborou-se uma legislação demasiado exigente
- tem sido desenvolvido muita actividade científica, tendente ao aumento da eficiência energética no sector da construção.
- foram consumidos muitos milhares de euros em incentivos à promoção da eficiência energética.
- mas não houve a preocupação de fazer passar essa informação até às bases, não foi feita a tão necessária transmissão de conhecimentos desde a Academia até à Produção, para que na realidade mostrem resultados todos os esforços que tem vindo a ser desenvolvidos, no sentido de uma efectiva redução do consumo de energia e consequente redução das emissões de CO<sub>2</sub> para a atmosfera.

### **Experiencias negativas**

Com base na experiência adquirida ao longo dos 175 Certificados Energéticos e Declarações de Conformidade Regulamentar, executados pelo ator, enquanto Perito Qualificado no âmbito do RCCTE, ao longo dos últimos quatro anos, constataram-se e identificaram-se diversos problemas, tendo a grande maioria surgido, devido precisamente ao mau aconselhamento prestado pelos construtores, quase na generalidade, muito pequenos construtores.

- falta de cumprimento do Projeto de Comportamento Térmico, grande maioria, nem sequer os abriu.
- aplicação de espessuras insuficientes de isolamento térmico nos vários elementos das envolventes, quer exterior, quer interior. Continua-se a ter a ideia, que basta colocar 2 ou 3 cm, que já mais do que suficiente, quando hoje em dia, nas zonas II (menos desfavoráveis em termos de Inverno), já se estão utilizar espessuras mínimas da ordem dos 6 cm em paredes e 8 cm em coberturas.
- a deficiente correcção das pontes térmicas planas, pilares ou talões de vigas, intercalados no interior das paredes ou lajes aligeiradas.
- colocação indiferenciada dos isolamentos térmicos nas lajes de esteira ou de cobertura, sem se atender à existência de desvãos úteis ou não úteis, ou até mesmo na separação de pisos da mesma fracção.
- falta de isolamento perimetral sob o pavimento térreo.
- excesso de espessura de isolamento térmico sob o pavimento térreo (desperdício económico, sem qualquer vantagem).
- falta de isolamento nos paramentos em contacto com áreas não úteis, por exemplo paredes e pavimentos em contacto com garagens, com marquises fechadas, etc.
- deficiente colocação do isolamento térmico, nas zonas de contactos com as caixilharias e com as caixas de estore, etc.
- falta de critério na encomenda das caixilharias, quer em termos de permeabilidade ao ar, quer em termos de espessura dos vidros e da caixa de ar entre eles.
- deficiente opção na escolha dos dispositivos de protecção solar, muitas das vezes este erro é cometido pelos autores do projecto (arquitectos).
- falta de critério na escolha do equipamento de apoio à produção de AQS, optando-se actualmente, em regra, pela colocação de resistência eléctrica no depósito de acumulação do termossifão, em detrimento da colocação de um equipamento de apoio, com termóstato, que apenas proceda ao aquecimento, até à temperatura de conforto (60°C), da água que vai ser realmente consumida.

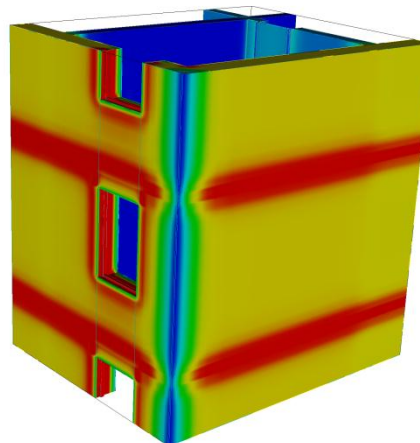


Fig. 5 – identificação de pontes térmicas



- falta de critério na escolha do equipamento de colector solar, sem se olhar à sua eficiência energética, à sua capacidade, instalando-os com inclinações e orientações deficientes, ou o mais gravoso de tudo, instalação de painéis não certificados.

## **Metodologia proposta para uma efetiva eficiência energética**

### **Recolha de informação**

Estes são apenas alguns dos erros mais comuns identificados pelo autor, mas pretendendo que este estudo tenha características mais abrangentes, surgiu a necessidade de identificar e catalogar os principais erros e os mais frequentes, detetados nas obras de construção, sejam elas de raiz ou de reabilitação, e para tal, está a ser elaborada um inquérito diagnóstico, destinado a ser enviado a todos os peritos qualificados de RCCTE, de modo a proceder-se a toda essa recolha de elementos.

### **Catálogo de erros frequentes e elaboração de catálogo**

Pretendendo que este estudo tenha características mais abrangentes, pretende-se catalogar os principais erros e os mais frequentes, detetados nas obras de construção, sejam elas de raiz ou de reabilitação, e para tal, propõe-se a elaboração um inquérito diagnóstico, destinado a ser enviado a todos os peritos qualificados de RCCTE, de modo a proceder-se a toda essa recolha de elementos, com a finalidade de criar um catálogo com os erros mais frequentes, de forma a criar propostas de soluções e de sistemas construtivos corretos.

### **Medidas de melhoria para a reabilitação de edifícios**

Outro aspeto que tem vindo a ser defendido é a importância da identificação e da consequente necessidade de Medidas de Melhoria, destinadas não só a incorporar nos Certificados Energéticos, mas que sejam analisadas caso a caso e elaboradas com o máximo de seriedade, e de modo a que haja aplicabilidade por parte dos proprietários, não se limitando a simples exercícios académicos para se obterem altas classificações energéticas, mas cuja viabilidade de implementação seja muito reduzida. Por exemplo,

propor a colocação de isolamento na tubagem de água quente, numa casa que acabou de ser construída...

Pois a elaboração de propostas de melhoria e a respectiva implementação de medidas de melhoria efectivas, é a forma mais eficaz de se conseguir fazer acontecer a Eficiência Energética ao nível do parque habitacional existente, e veja-se com atenção a figura seguinte, onde é possível verificar o impacto da implementação de medidas de melhoria em edifícios residenciais.

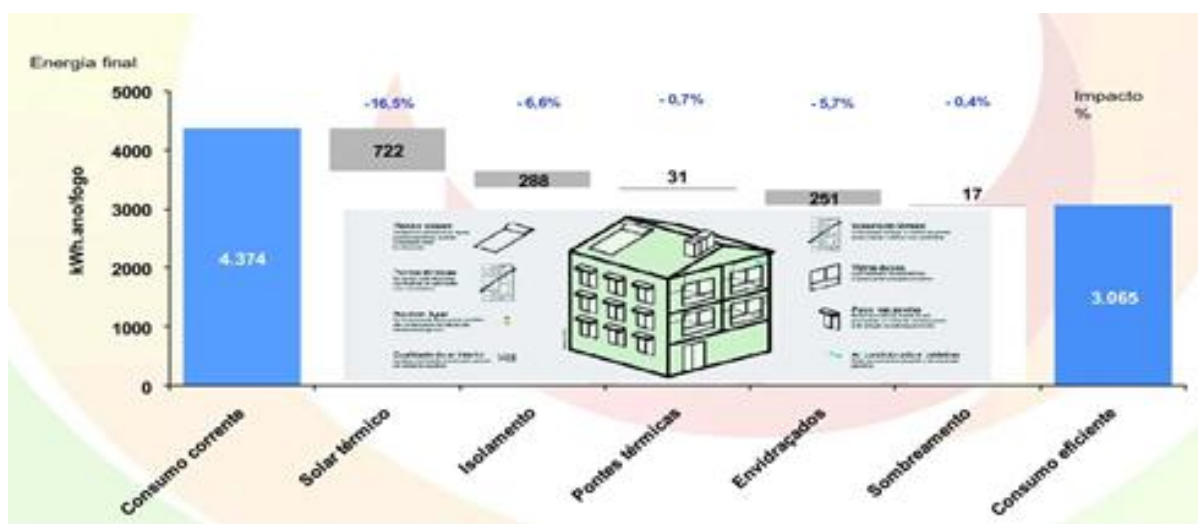


Fig. 6 – Importância da eficiência na redução dos consumos residenciais

Muito sucintamente, as principais medidas de melhoria a propor, terão de passar sempre por:

Diminuição das necessidades de energia no INVERNO – Estação de AQUECIMENTO

- Através da aplicação de isolamento térmico nas envolventes opacas, para que o “calor não fuja”.
- Tirar o máximo aproveitamento dos Ganhos Solares, através de uma utilização racional dos envidraçados, principalmente os virados a Sul.

Diminuição das necessidades de energia no VERÃO – Estação de ARREFECIMENTO

- Através da aplicação de isolamento térmico nas envolventes opacas, para que o “calor não entre”.
- Utilização eficaz de Proteções Solares nos vãos envidraçados e promoção de sombreamento dos mesmos.
- Utilização de caixilharias com “corte térmico” e vidro duplo.
- Promoção de Ventilação nocturna, de forma a promover o arrefecimento.

Diminuição as necessidades de energia com AQS – Águas Quentes Sanitárias

- Instalação de sistemas solares térmicos eficazes,
- Instalação de sistemas de apoio eficientes.

### **Transferência de conhecimentos**

Como forma de efectivar este projecto e dando sequência à identificação de más práticas efectivas da construção, e juntamente com o catálogo de boas práticas construtivas ao nível de uma aplicação eficiente do RCCTE, será incluída a identificação das principais medidas de melhoria e sua implementação.

### **Conclusões**

É urgente a tomada de medidas conducentes à implementação de uma efectiva política de eficiência energética, promovendo a transmissão de conhecimentos desde a Comunidade Científica até às empresas e seus aplicadores diretos, tendo aqui o ensino politécnico um papel fundamental, uma vez que os seus representantes percebem a “linguagem” de cada uma das partes, podendo assim atuar como elo de ligação.

### **PROPOSTA DE PROJETO 5E's**

#### **EMENDAR os ERROS para uma EFICIÊNCIA ENERGÉTICA EFETIVA**

Este projecto de disseminação de boas práticas e de transferência de conhecimento, culminará com a edição de um Manual de Boas Práticas Construtivas, para promoção da Eficiência Energética e com a organização de diversas acções de sensibilização, descentralizadas, a realizar em diversos pontos do distrito, em horário pós laboral, destinadas empreiteiros e técnicos do sector da construção civil, com o fim de promover a disseminação de boas práticas construtivas e de forma a evitar a repetição de soluções erradas. Estas acções serão complementadas com a realização de pequenos work shops a realizar por empresas fornecedoras de produtos e soluções para a construção.

## Referências bibliográficas

[1] SCE – Sistema Nacional de Certificação Energética e da Qualidade do Ar Interior nos Edifícios (Decreto-Lei n.º 78/2006 de 4 de Abril)

[2] RSECE – Regulamento dos Sistemas Energéticos de Climatização dos Edifícios (Decreto-Lei n.º 79/2006 de 4 de Abril)

[3] RCCTE - Regulamento das Características de Comportamento Térmico dos Edifícios (Decreto-Lei n.º 80/2006 de 4 de Abril)

[4] [www.adene.pt](http://www.adene.pt)

## Notas sobre os autores

### Pedro Lopes

[pedrocl@estgp.pt](mailto:pedrocl@estgp.pt)

Professor adjunto da ESTG do IPP, desempenhando entre outras as funções de Coordenador do curso de Engenharia Civil e sub coordenador do Mestrado em Reabilitação Urbana

Licenciado em engenharia civil, pelo IST

Diploma de Estudos Avançados em “ Desenvolvimento Sustentável e Ordenamento do Território” e “Suficiência Investigadora”, pela Universidade da Extremadura

Perito Qualificado de RCCTE

Especialista em Engenharia Civil, pelo Instituto Politécnico de Portalegre

Engenheiro Civil Sênior da Ordem dos Engenheiros

Desenvolveu funções profissionais, entre outras, como:

Técnico Superior na Secretaria Regional de Obras Públicas do Governo Regional dos Açores

Técnico Superior na Câmara Municipal de Elvas

Diretor Técnico da empresa ECL – Empreendimentos Costa Lopes, Escritório de Projetos e Construção Civil, Lda

Diretor de Produção da empresa TTB – Tratamento Técnico de Betão, Lda

Profissional Liberal, como projetista de especialidades e Consultor em engenharia civil e eficiência energética

### Pedro Romano

[promano@estgp.pt](mailto:promano@estgp.pt)

Assistente do 2º triénio na ESTG-IPP;

Licenciado em Engenharia Civil, IST-UTL;

Pós-graduado em Construção, IST-UTL;

Perito Qualificado RCCTE, ADENE;

Assessor do sistema LiderA - Construção Sustentável.

Experiência profissional anterior:

PrPc Engenheiros, Lda - Elaboração de projetos;

Câmara Municipal de Monforte (GTL) - Elaboração de projetos.

# Estudo da degradação de estruturas de betão armado expostas ao ataque por sulfatos<sup>1</sup>

## Study of the degradation of reinforced concrete structures exposed to attack by sulfates

Pedro Romano

Paulo S. D. Brito

### Resumo

As estruturas de betão armado quando sujeitas a ambientes agressivos tendem a perder capacidade de proteção das armaduras nelas inseridas. É conhecido que, a proteção das armaduras está associada ao PH do betão que as envolve, e cujo valor tende a diminuir na presença de sulfatos que contribuem para a descalcificação do betão. Quando o PH desce para níveis inferiores a 9, ficam criadas as condições para a dissolução da película de proteção passiva das armaduras. O presente trabalho compara o comportamento de estruturas de betão armado com quatro tipos distintos de armaduras (aço macio, revestido, galvanizado e proteção catódica) exposta ao ataque por sulfatos. Recorreu-se a sondas eletroquímicas embebidas no betão para a monitorização da condutividade do betão envolvente, do potencial de corrosão do aço e da velocidade de corrosão do aço com recurso ao método da resistência à polarização linear.

**Palavras chave:** degradação, corrosão, betão armado

### Abstract

The concrete structures when subjected to aggressive environments tend to lose the ability to protect reinforcement embedded therein. It is known that the protection reinforcement is associated with the pH of the concrete surrounding it and whose value tends to decrease in the presence of sulphates which contribute to the softening of the concrete. When the pH drops to below 9, the conditions are created for the dissolution of the passive film of protective reinforcement. This paper compares the behavior of reinforced concrete structures with four distinct types of reinforcement (steel, coated, galvanized and cathodic protection) exposed to attack by sulfates. Resorted to electrochemical sensors embedded in the concrete for monitoring the conductivity of the concrete surrounding the steel corrosion potential and corrosion rate of steel using the method of linear polarization resistance.

**Keywords:** degradation, corrosion, reinforced concrete

## 1. Introdução

Por durabilidade de uma estrutura de betão armado entende-se a sua capacidade para desempenhar as funções para as quais foi concebida durante o tempo de vida útil previsto em fase de projeto, sem recurso a trabalhos de manutenção e/ou reparação não previstos ou excessivos. A durabilidade depende, entre outros fatores, da qualidade de execução, das medidas de proteção utilizadas e do ambiente a que a estrutura está exposta. A qualidade de execução, que é fundamental para a garantia de um bom desempenho do betão, está intimamente relacionada com o projeto de estruturas, os

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no III Seminário de I&DT, organizado pelo C3i – Centro Interdisciplinar de Investigação e Inovação do Instituto Politécnico de Portalegre, realizado nos dias 6 e 7 de Dezembro de 2012.

materiais utilizados na execução do betão, o modo como a estrutura é executada e o processo de cura a que o betão está sujeito. As medidas de proteção de uma estrutura podem ser de dois tipos, proteção do betão ou proteção das armaduras. A proteção do betão consiste na colocação de revestimentos superficiais, mais ou menos duráveis, mas sempre com uma durabilidade limitada, que formam uma barreira à penetração de agentes agressivos. A proteção das armaduras pode ser do tipo passivo, como por exemplo a pintura ou galvanização das armaduras, ou do tipo ativo, como é o caso da proteção catódica. A exposição ambiental da estrutura é um dos principais fatores que condiciona a escolha do tipo de betão e da camada de recobrimento a utilizar. A NP EN 206-1:2007 [1] e a NP EN 1992 [2] definem, respetivamente, os critérios que devem ser adotados na composição do betão e a espessura da camada de recobrimento em função das classes de exposição ambiental.

O betão é um material que possui uma estrutura porosa determinada pela difusidade da pasta de cimento, sendo a relação água/cimento (A/C) um dos principais fatores que condicionam a sua porosidade. A maior ou menor porosidade do betão determina a sua suscetibilidade ao ataque dos iões agressivos. Outra das propriedades do betão relevantes para a sua durabilidade é a sua alcalinidade (PH) que, em geral, se situa entre 12 e 14, permitindo a formação e manutenção de uma camada passiva (óxido de ferro) de proteção das armaduras que se encontram no seu interior.

A degradação de estruturas de betão armado está associada à alteração das propriedades mecânicas, físicas e químicas do betão. Esta degradação pode manifestar-se através do aparecimento de fendilhação, desagregação e destacamento do betão ou através da corrosão ou rotura das armaduras. A degradação resulta da interação entre o betão e o meio envolvente a que está exposto. É na interface entre o betão e a sua envolvente que se dão os principais fenómenos físicos (vento, água, poluição do ar,...), químicos (carbonatação, penetração de cloretos, ataque com sulfatos,...) ou biológicos (raízes, fungos, ação das águas residuais,...), que conduzem a um maior ou menor nível de degradação do betão. Entre estes fenómenos destacam-se, para o presente estudo, os processos de degradação química.

A caracterização do meio envolvente pode ser efetuada através da temperatura e da humidade relativa, fatores que têm pouca influência na durabilidade do betão, ou pelo

tipo de contaminantes (tais como dióxido de carbono, cloretos e sulfatos), fator este determinante no processo de degradação do betão. Serão estes contaminantes e a forma como se relacionam com o betão que vão determinar os processos de degradação química a que este estará sujeito e que condicionam a sua durabilidade.

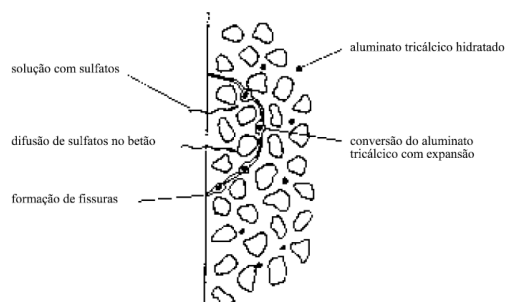
A carbonatação é um fenómeno originado pela reação do carbono atmosférico ( $\text{CO}_2$ ) com os produtos do cimento hidratado na presença de humidade, da qual resulta a formação de carbonato de cálcio. Este processo ocorre no betão, com maior ou menor velocidade em função da porosidade aberta, e tem como consequência a redução da alcalinidade do betão, conduzindo à destruição da camada de óxido de ferro que protege as armaduras da corrosão. Quando a frente de carbonatação atinge a zona das armaduras, reduzindo o PH do betão para valores inferiores a 9, é eliminada a camada de óxido de ferro que protege as armaduras, permitindo, na presença de água ou oxigénio, a corrosão das armaduras.

A penetração dos cloretos dissolvidos em água no betão (por permeabilidade, capilaridade ou difusão) tem como consequência a redução da alcalinidade do betão (redução de pH) e a remoção da película de proteção das armaduras (óxido de ferro) dando origem à corrosão destas. Este processo é cumulativo, ou seja, os iões de cloro são depositados no interior dos poros do betão quando a água que os transporta evapora, ocorrendo de modo mais acelerado quando a estrutura está sujeita a ciclos seco/molhado.

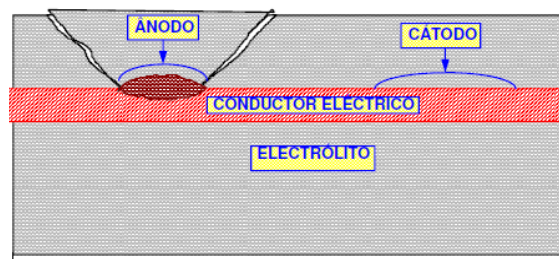
A degradação induzida pelo ataque de sulfatos é caracterizada pelas reações químicas dos iões de sulfato com os compostos de alumina, os iões de sulfatos, cálcio e hidróxidos do cimento Portland endurecido ou, cimento contendo clínquer Portland, formando etringite e de forma residual, gesso. Em geral, o ataque por sulfatos conduz a uma expansão e fendilhação da pasta de cimento endurecido pelo processo associado à formação de etringite. Este efeito é usualmente designado por etringite secundária, em oposição à etringite criada durante a fase de hidratação do cimento, cuja formação não tem consequências para betão. O ataque por sulfatos tem como efeito a redução da rigidez e da resistência do betão. A figura 1 mostra o efeito da ação dos sulfatos sobre o betão.



Para as armaduras do inseridas no betão existem dois fatores que inibem a sua corrosão, o primeiro fator é o efeito de barreira física que o betão confere à exposição ambiental da armadura, o segundo está associado à elevada alcalinidade do betão que induz a formação de uma película de óxido de ferro ( $Fe_2O_3$ ) na superfície da armadura, designada por camada ou película de passivação.



**Figura 1** – Efeito do ataque por sulfatos [5].



**Figura 2** – Mecanismo de corrosão [7].

O fenómeno da corrosão das armaduras no betão consiste na oxidação destrutiva do aço das armaduras pelo meio que o envolve. Para a corrosão ocorrer é necessário que o PH baixe para valores inferiores a 9 e que se dissolva a película passiva, permitindo a formação de uma célula eletroquímica, constituída por um ânodo (zona despassivada onde ocorre a oxidação), um cátodo (zona de acesso a oxigénio onde ocorre a redução), um condutor metálico (armadura onde a corrente eléctrica passa na forma de fluxo de electrões) e um eletrólito (betão onde a corrente eléctrica é gerada pelo fluxo de iões). Na figura 2 está representado o mecanismo de corrosão das armadura.

Com o presente estudo pretende-se obter informação sobre o processo de degradação do betão sujeito ao ataque por sulfatos, correlacionando-o com os dados recolhidos por sondas eletroquímicas, de forma a estimar o estado de degradação do betão e o nível de proteção das armaduras ou, em fases mais avançadas, determinar o início do processo de corrosão das armaduras.

## 2. Ataque por sulfatos

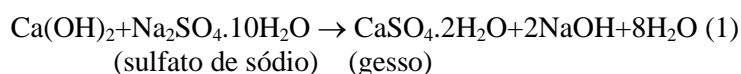
O ataque por sulfatos, que se enquadra nos fenómenos de degradação química do betão, resulta, em geral, da reação entre o ião sulfato com os aluminatos de cimento, formando-se sulfoaluminato tricálcico (etringite) e gesso, produzindo um significativo aumento de volume na presença da água. A presença de sílica e carbonato pode

conduzir à formação de um terceiro composto a taumasite. São, portanto, dois os fenómenos de degradação do betão associados ao ataque por sulfatos que interessa analisar, a formação da etringite e da taumasite.

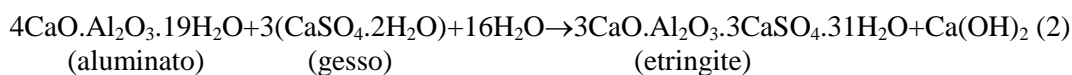
### Formação da etringite

A etringite pode resultar de dois processos químicos diferentes, um dos processos está associado aos sulfatos de cálcio e de sódio, e o outro associado ao sulfato de magnésio. O primeiro processo resulta da reação do sulfato de sódio com o hidróxido de cálcio formando sulfato de cálcio (gesso), seguida da reação deste com o aluminato de cálcio hidratado formando sulfoaluminato de cálcio (etringite), conforme indicado nas expressões 1 e 2.

Reação do sulfato de sódio com formação de gesso:

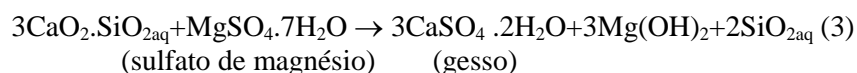


Reação do sulfato de cálcio com formação de etringite:

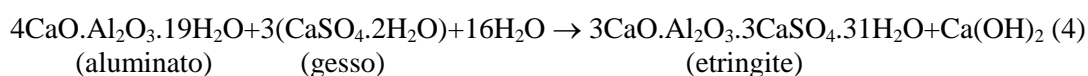


O segundo processo de formação da etringite, que tem uma ação mais devastadora que o processo anterior, resulta da ação do sulfato de magnésio sobre os silicatos de cálcio hidratados e respetiva reação com os aluminatos e hidróxidos de cálcio, conforme apresentado das expressões 3 e 4.

Reação do sulfato de magnésio com formação de gesso:



Reação do sulfato de cálcio com formação de etringite:

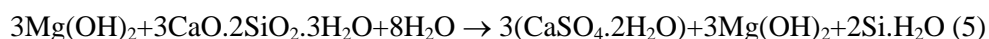


De referir que a formação de etringite é elevada para temperaturas baixas (0°C) e reduzida ou nula para temperaturas altas (80°C), pelo que é uma reação lenta em países quentes. O modo de garantir a proteção do betão contra o ataque de sulfatos são passa pela escolha do tipo de cimento (cimentos não reativos aos sulfatos) e pelo nível de porosidade do betão (razão a/c baixa).

### **Formação da taumasite**

A taumasite resulta da reação dos sulfatos com os silicatos cálcicos hidratados (C-S-H), que são o principal agente de ligação do cimento Portland. Esta reação é acompanhada por perda de resistência do betão, transformando o ligante numa pasta sem coesão. Para ocorrer esta reação é necessário a existência de iões sulfatos, iões carbonato (em geral calcário presente no betão), silicatos cálcicos hidratados ou não hidratados e humidade ou água.

A decomposição dos silicatos cálcicos hidratados assume a seguinte forma:



A principal consequência deste processo é a descalcificação do C-S-H, com alteração da estrutura cimentícia por perda do ligante, com a consequente perda de resistência.

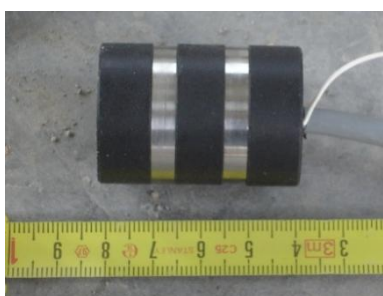
### **3. Parte experimental**

Os ensaios foram desenvolvidos em laboratório com recurso a dois conjuntos de provetes. O primeiro conjunto constituído por 12 provetes em betão armado com forma paralelepípedica com 40x30x15 cm<sup>3</sup>, sendo o segundo conjunto de provetes constituído por 12 provetes cúbicos com 15x15x15 cm<sup>3</sup>. Todos os provetes foram executados com betão C20/25 XC1 de dosagem prescrita de acordo com a Norma NP EN 206-1. Os provetes cúbico, não monitorizados, foram utilizados para ensaios de resistência à compressão, tendo os provetes paralelepípedicos sido monitorizados com sondas eletroquímicas.

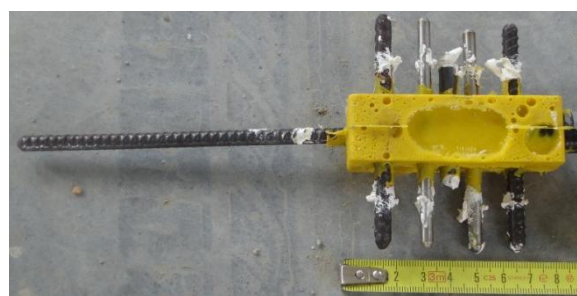
Os provetes paralelepípedicos foram armados com três varões de aço em cada direção formando uma malha ortogonal, tendo-se recorrido a quatro soluções para as armaduras:

armadura de aço macio (S), revestida (R), galvanizada (G) e com proteção catódica (P). Para cada tipo de armaduras foram executados três provetes, tendo sido adotado um recobrimento de 50mm.

Na monitorização dos provetes recorreu-se a duas técnicas eletroquímicas, uma com recurso a dois elétrodos afastados de 5cm (técnica dos dois sensores) e, outra, com sensores constituídos por dois pares de elétrodos (um par de elétrodos em aço macio e outro em aço inox) e um elétrodo de referência (grafite), sistema de monitorização da corrosão MonIcorr<sup>Pat.Pend.</sup>. Os sensores foram instalados nos interior do provete antes da betonagem. Para a recolha de informação utilizaram-se sistemas de aquisição de dados, que tem como função comandar e recolher os dados das leituras periódicas efetuadas pelos sensores instalados. As fotografias 1 e 2 mostram os sensores utilizados e as fotografias 3 e 4 mostram os sistemas de aquisição de dados.



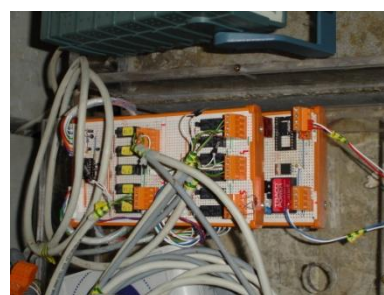
**Fotografia 1** – técnica dos dois sensores.



**Fotografia 2** – Sistema MonIcorr<sup>Pat.Pend.</sup>.



**Fotografia 3** – Sistema de aquisição de dados.



**Fotografia 4** – Sistema de comando.

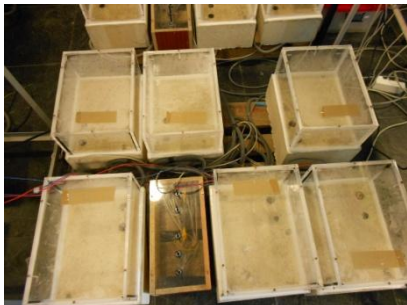
A técnica dos dois sensores permite medir a resistividade do betão duas profundidades (1,5 cm e 3,0 cm) através da criação de um campo elétrico alternado (172 Hz) entre os elétrodos de aço inox, à mesma profundidade, criando uma corrente e medindo a diferença de potencial.

A segunda técnica permite determinar a velocidade de corrosão das armaduras, através da técnica da Resistência de Polarização Linear (LPR) por ligação direta à armadura, a

corrente galvânica, entre os pares de elétrodos de aço macio e de aço inox, e a condutividade do betão na envolvente das armaduras.

Em paralelo foi implementado um processo de recolha de amostra de pó do betão, por perfuração, até 5cm de profundidade, de forma a determinar as alterações químicas que se desenvolvem ao longo do tempo. Estas amostras foram analisadas por espectroscopia de fluorescência de raios X (XRF). Para a determinação do pH recorreu-se à lixiviação do pó recolhido com água destilada, colocando 5 g de amostra em 50 ml de água destilada num balão de decantação com tampa. Após um período de agitação enérgica, seguido de 24 horas de repouso, a mistura foi filtrada e mediu-se finalmente valor de pH da solução.

Estes provetes foram sujeitos a um processo de contaminação por sulfatos com uma duração de cerca de 9000 horas. Para a contaminação dos provetes utilizou-se uma solução constituída por sulfatos de sódio e de magnésio com uma concentração de 2.5% de cada um dos componentes, conforme prescrito na norma ASTM C1012-04. Nas fotografias 5 e 6 mostra-se os provetes ensaiados.



**Fotografia 5** – Provetes 1 a 6 - proteção catódica e armadura galvanizada.



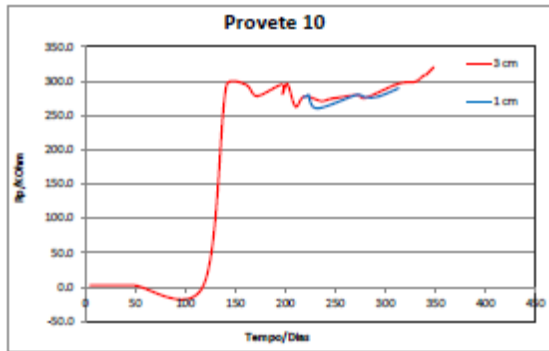
**Fotografia 6** – Provetes 7 a 12 - armadura pintada e armadura sem proteção.

#### **4. Resultados e discussão**

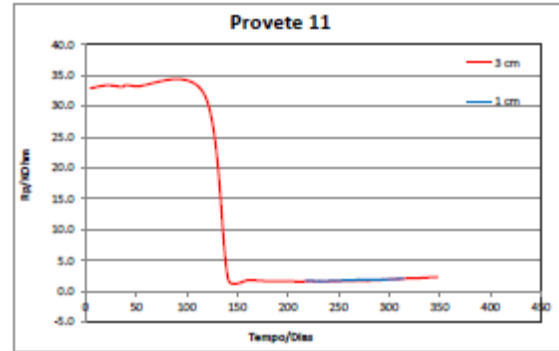
Os gráficos 1 a 3 são relativos à resistência de polarização ( $R_p$ ) do aço, dos provetes de betão, armados com armaduras de aço macio (provetes 10, 11 e 12). Nestes gráficos pode-se observar que os provetes 10 e 12 apresentam um comportamento semelhante, enquanto o provete 11 apresenta um comportamento diferentes dos restantes.

A primeira observação que se pode fazer relativamente aos gráficos 1 e 3 é que a resistência de polarização numa fase inicial do ensaio apresenta valores baixos que,

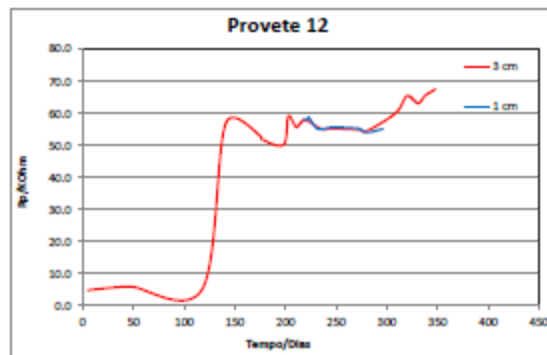
após um período de cerca de 150 dias, sobe para valores elevados, indicando uma redução da velocidade de corrosão.



**Gráfico 1** – Variação da resistência de polarização ( $R_p$ ) função do tempo - provete 10.

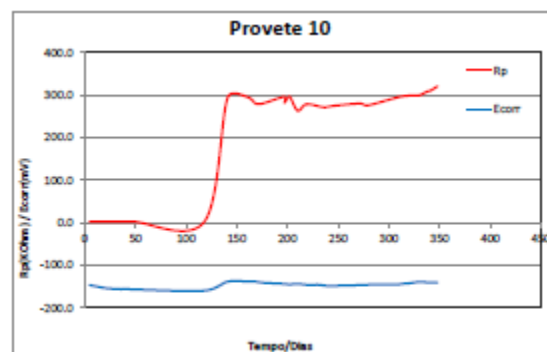


**Gráfico 2** – Variação da resistência de polarização ( $R_p$ ) função do tempo - provete 11.



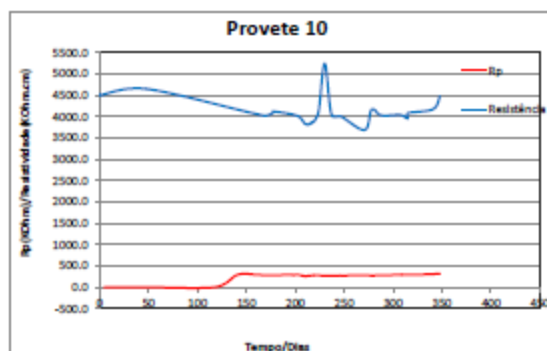
**Gráfico 3** – Variação da resistência de polarização ( $R_p$ ) função do tempo - provete 12.

O gráfico 4 apresenta a variação da resistência de polarização e do potencial de corrosão ( $E_{corr}$ ) ao longo do ensaio. Neste gráfico pode-se verificar que o potencial de corrosão se mantém a um nível estável ao longo do tempo, indicando que a armadura se encontra passivada, ou seja, os produtos da corrosão servem de proteção às armaduras.



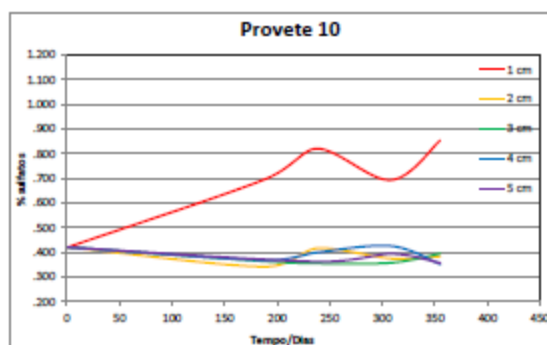
**Gráfico 4** – Variação da resistência de polarização ( $R_p$ ) "versus" potencial de corrosão ( $E_{corr}$ ) função do tempo - provete 10.

No gráfico 5 está representada a variação da  $R_p$  do ferro da armadura com a variação da resistividade do betão ao longo do tempo de ensaio. A análise da figura permite verificar que as ambas apresentam um andamento semelhante.



**Gráfico 5** – Variação da resistência de polarização ( $R_p$ ) "versus" resistividade função do tempo - provete 10.

O gráfico 6 mostra a percentagem de sulfatos no betão, para o provete 10, por camadas de 10mm, até uma profundidade de 50 mm. A análise da figura permite verificar que as ambas apresentam um andamento semelhante.



**Gráfico 6** – Percentagem de sulfatos no betão por camadas - provete 10.

## 5. Conclusões

A primeira conclusão que se pode tirar é que o processo de contaminação por sulfatos de provetes de betão ainda não está concluído.

A segunda conclusão é de que a monitorização da variação, ao longo do tempo, do potencial de corrosão do aço da armadura e da sua resistência de polarização permitem perceber as várias fases do processo de degradação a que uma estrutura de betão armado esta sujeita.

Por fim, parece existir correspondência entre a resistividade e o estado do processo degradativo do betão.

### **Agradecimentos**

O trabalho foi financiado pelo RITECA, “Red de Investigación Transfronteriza de Extremadura, Centro y Alentejo”, (POCTEC - 0318\_RITECA\_4\_E, 2008).

### **Referências bibliográficas**

- [1] NP EN 206-1 - "Betão. Especificação, desempenho, produção e conformidade", IPQ, 2007.
  
- [2] NP EN 1992 - "Eurocódigo 2: Projecto de estruturas de betão", IPQ, 2010
  
- [3] LNEC E-464 - "Betões. Metodologia prescritiva para a vida útil de projeto de 50 anos face às ações ambientais", LNEC, Lisboa, 2004.
  
- [4] LNEC E-465 - "Betão. Metodologia para estimar as propriedades de desempenho do betão armado ou pré-esforçado que permitem satisfazer a vida útil de projeto sob as exposições ambientais XC ou XS", LNEC, Lisboa, 2007.
  
- [5] Coutinho, Joana Sousa, “Melhoria da durabilidade dos betões por tratamento da cofragem”, dissertação para doutoramento, FEUP, Porto, 1998.
  
- [6] Costa, António; Appleton, Júlio, "Mecanismo de deterioração em estruturas de betão", Apontamentos da Cadeira de Reabilitação e Reforço Estrutural, IST, 1999.
  
- [7] Costa, António, "Durabilidade estruturas de betão", Apontamentos da Cadeira de Reabilitação e Reforço de Estruturas, IST, 2006.
  
- [8] Ferreira, Rui Miguel, "Avaliação de ensaios de durabilidade do betão", Universidade do Minho, Guimarães, 2000.
  
- [9] Alves, M.<sup>a</sup> Teresa Pinheiro; Gomà, Ferrán; Jalali, Said, "Um cimento mais sustentável frente a um ataque severo por sulfatos", Congresso da Construção 2007, Coimbra, 2007.
  
- [10] Mehta, P. Kumar; Monteiro, Paulo J. M., "Concrete: Microstructure, properties and materials", 2001
  
- [11] Brito, Paulo; Rodrigues, Luiz; Cunha, M., "Apresentação de um Sistema de Monitorização da Degradação de Estruturas de Betão Armado - monicorr", Ingenium n° 98 (2007).



## Notas sobre os autores

### **Pedro Romano**

[promano@estgp.pt](mailto:promano@estgp.pt)

Assistente do 2º triénio na ESTG-IPP;

Licenciado em Engenharia Civil, IST-UTL;

Pós-graduado em Construção, IST-UTL;

Perito Qualificado RCCTE, ADENE;

Assessor do sistema LiderA - Construção Sustentável.

Experiência profissional anterior:

PrPc Engenheiros, Lda - Elaboração de projetos;

Câmara Municipal de Monforte (GTL) - Elaboração de projetos.

### **Paulo Brito**

[pbrito@estgp.pt](mailto:pbrito@estgp.pt)

É Professor Coordenador com Nomeação Definitiva na Escola Superior de Tecnologia e Gestão, do Instituto Politécnico de Portalegre, onde exerce atualmente funções de Presidente do Departamento de Tecnologias e Design. É também, Coordenador Institucional do C3i-IPP.

É Licenciado em Engenharia Química, ramo de Processos e Indústria, pelo Instituto Superior Técnico; Mestre em “Corrosion Science and Engineering” pelo UMIST, Universidade de Manchester; Doutor em Engenharia Química, pelo Instituto Superior Técnico na área da electroquímica – sobre células galvânicas. Possui também um MBA – Master of Business and Administration.

As principais áreas de investigação estão relacionadas com bioenergia, tratamentos ambientais de resíduos, corrosão de materiais e produção galvânica de energia.

Tem cerca de 150 trabalhos publicados entre revistas científicas, capítulos de livros e apresentações em congressos.

## **SISTEMAS SUSTENTÁVEIS DE AGRICULTURA E AMBIENTE**

# Avaliação dos parâmetros de qualidade dos azeites das novas cultivares híbridas derivadas da “Galega vulgar”<sup>1</sup>

## Evaluation of olive oils quality parameters of new hybrid cultivars derived from 'Galega vulgar'

Francisco Mondragão-Rodrigues  
Carla Cristina Saramago  
Maria Teresa Magalhães Carvalho  
António Manuel Cordeiro

### Resumo:

Num trabalho realizado em 2011, no Laboratório do INIAV de Elvas, foram analisados os azeites de 17 híbridos de “Galega vulgar” provenientes do Programa de Melhoramento Genético da cultivar “Galega vulgar” em curso no INIAV de Elvas, em relação aos seguintes parâmetros: acidez, índice de peróxidos, absorvâncias no ultravioleta, estabilidade oxidativa e teor de gordura. Os resultados mostraram de uma maneira geral, melhorias significativas nos híbridos, em relação à “Galega vulgar” padrão. O teor de gordura na matéria seca variou entre 36% e 46%, muito acima dos valores médios da “Galega vulgar”. Na grande maioria dos genótipos em estudo, os valores obtidos para a acidez, o índice de peróxidos e as absorvâncias no ultravioleta, possibilitam classificar estes azeites na categoria de “Azeite Virgem Extra”. Os resultados preliminares permitiram identificar três genótipos que se destacaram dos restantes e ultrapassaram, na maioria dos parâmetros, os valores de referência do padrão de “Galega vulgar” usado neste trabalho. A confirmação destes resultados, com análises a realizar com azeitonas das campanhas dos próximos anos, permitirá obter novas variedades produtoras de azeites de alta qualidade, com perfis semelhantes aos da “Galega vulgar”, mas sem os problemas agronómicos que caracterizam esta cultivar tradicional.

**Palavras-chave:** olival; melhoramento; hibridação; azeite virgem extra

### Abstract:

In a work dated from 2011, carried out in the INIAV-Elvas Laboratory of olive oil, olives of 17 hybrids from ‘Galega vulgar’ were analyzed. These hybrids came from the Genetic Improvement Program of the cultivar ‘Galega vulgar’ variety, currently under way in the INIAV. The chemical parameters analyzed were: acidity, peroxide index, ultraviolet absorbency, oxidative stability and fat content. In general, the results have demonstrated a significant improvement in the hybrids, in relation to the standard ‘Galega vulgar’. The fat content of the dry matter had a variation between 36% and 46%, well above the medium values of the ‘Galega vulgar’. In the majority of the studied genotypes, the obtained values for the acidity, the peroxide index and the ultraviolet absorbency allow the classification of these olive oils as ‘extra virgin olive oil’. The preliminary findings of this work allowed the identification of 3 genotypes that stood out from the rest, and have overtaken, in the majority of the parameters, the reference values of the ‘Galega vulgar’ standard used in this work. The confirmation of these results, with future analyses taking place with olives from the harvests of the following years, will allow to obtain new olive oil production varieties of high quality, with similar profiles to the ‘Galega vulgar’ and without the agronomical problems that characterized this traditional cultivar.

**Keywords:** olive grove; olive breeding; hybridization; extra virgin olive oil

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no III Seminário de I&DT, organizado pelo C3i – Centro Interdisciplinar de Investigação e Inovação do Instituto Politécnico de Portalegre, realizado nos dias 6 e 7 de dezembro de 2012.

## **Introdução**

A qualidade do azeite tem vindo a ser progressivamente valorizada mundialmente pelas suas características organolépticas de excelência e pelo seu contributo para uma alimentação saudável. A procura crescente por parte de consumidores cada vez mais informados e preocupados com a sua saúde tem promovido o aumento da produção de azeites de qualidade superior, tanto no mundo como em Portugal.

Essa necessidade em obter um produto diferenciado e de características qualitativas superiores tem obrigado os países produtores de azeite ao estudo e seleção de determinadas características agronómicas e de qualidade do azeite, através de Programas de melhoramento das variedades de oliveira. Estes programas têm contribuído para a obtenção de variedades cada vez mais bem adaptadas a diferentes condições edafo-climáticas, com uma maior resistência a pragas e doenças, assim como uma forte capacidade de adaptação a novas práticas culturais e técnicas de exploração.

Tal como outros países europeus, Portugal tem vindo a desenvolver, desde 2002, um programa de melhoramento genético por cruzamento da variedade “Galega vulgar” procurando encontrar descendentes resultantes das hibridações sem alguns dos problemas agronómicos que caracterizam esta cultivar, mas preservando a elevada qualidade do seu azeite, que ainda é considerado como referencial nacional de excelência, apesar do grande número de cultivares estrangeiras introduzidas nos últimos anos em Portugal (Cordeiro & Morais, 2006).

Os genótipos resultantes dos cruzamentos da “galega vulgar” com outros cultivares terminaram a sua fase juvenil tendo as primeiras entrado em produção um ano após plantação da parcela experimental de genótipos F1.. É sobre a produção de azeitona deste genótipos recolhida na campanha de 2010/2011 que se efetuaram os primeiros estudos de qualidade do azeite e cujos resultados preliminares se reportam neste trabalho.

## Material e Métodos

Neste trabalho foram analisados os azeites de 17 genótipos selecionados a partir dos descendentes provenientes dos cruzamentos obtidos no programa de melhoramento genético por cruzamento da variedade “galega vulgar”. Os genótipos foram identificados com os seguintes códigos: G22, GG35, GG42, G13, G7, GG49, G41, G6, GG38, GG48, G52, G25, G51, G40, G4, GG27, G49. Utilizaram-se amostras de azeitona colhidas na campanha de 2010/2011 que foram congeladas imediatamente após a colheita e analisadas em Fevereiro de 2011, no Laboratório de tecnologia do azeite do INIAV-Elvas.

A extração do azeite foi efetuada num equipamento laboratorial “ABENCOR”. O procedimento de extração foi realizado segundo o protocolo proposto por Martinez *et al.* (1975), apropriado para este tipo de equipamento.

A determinação do teor de gordura foi efetuada por Ressonância Magnética Nuclear, por meio do equipamento “OXFORD 4000”, mediante o procedimento proposto por Ruiz (1991).

O índice de peróxidos foi determinado de acordo com o Anexo III do Regulamento CE nº 2568/91, de 11 de Julho, com uma pequena alteração, usual em laboratórios que executam esta determinação, e que consistiu no uso de uma solução de Tiosulfato de Sódio 0,002 N, independentemente do valor de Índice de Peróxidos presumido.

As absorvâncias no ultravioleta foram determinadas de acordo com o Anexo IX do Regulamento CE nº 2568/91, de 11 de Julho, usando um espectrofotómetro UV/VIS “HITACHI”, modelo U2000.

A acidez foi determinada de acordo com o Anexo II do Regulamento CE nº 2568/91, de 11 de Julho, com duas pequenas alterações, usuais em laboratórios que executam esta determinação, e que consistiu na titulação da solução etanólica e das tomas de azeite com uma solução de hidróxido de sódio 0,1 N e na utilização de tomas de azeite com 5 g.

A estabilidade oxidativa foi determinada pelo método de condutividade usando o equipamento RANCIMAT Metrohm 679 e a interpretação das leituras foi feita conforme indicado por Aparício *et al.* (1999).

A análise estatística dos resultados foi realizada pelo programa SPSS v. 19, tendo-se calculado o valor médio e o desvio padrão de cada genótipo para todos os parâmetros analisados, a partir de duas amostras.

Os resultados obtidos para os diferentes genótipos, em cada parâmetro, foram comparados com um valor de referência, usado como valor padrão (V.P.), e estabelecido por Gouveia (1995) para a “Galega vulgar” presente nos azeites virgens do Alto Alentejo.

### **Análise e discussão dos resultados**

No quadro 1 são apresentados os valores médios do teor de gordura na matéria seca dos genótipos analisados, expressos em percentagem de gordura na matéria seca (% GMS).

Quadro 1 – Valores médios do teor de gordura na matéria seca, em percentagem, dos genótipos em estudo

Genótipo	Valor médio (%)
G13	46,05
G40	45,49
G22	44,56
G4	44,11
GG27	43,90
G41	43,62
G49	42,95
G6	41,88
G7	40,74
G51	40,50
GG38	40,34
G52	39,53
GG49	38,97
GG42	38,56
GG48	38,52
GG35	38,40
G25	36,23

Tendo em consideração que a cultivar “Galega vulgar” é caracterizada pelo seu baixo teor em azeite, comparativamente às outras cultivares portuguesas e espanholas, referenciado entre os 30 % GMS e os 38% GMS (Gouveia, 1995), verifica-se que todos os genótipos analisados apresentam valores superiores ao V.P. usado, o que é bastante satisfatório. O genótipo G13 apresenta um valor médio 10 pontos percentuais superior ao V.P. (36 % GMS) e mais de metade dos genótipos apresentam teores de gordura na matéria seca superiores a 40%. Apenas um genótipo (G25) apresenta um teor de GMS dentro do intervalo (30% - 38%) indicado para a “Galega vulgar” por Gouveia (1995). Isto significa que os materiais híbridos selecionados são, neste parâmetro, quase todos superiores à “Galega vulgar” padrão.

O Índice de Peróxidos permite avaliar o estado de oxidação primária do azeite, sendo os processos oxidativos de um azeite naturais e irreversíveis. Este parâmetro representa desta forma um indicador negativo de degradação do azeite. Interessam, por isso, azeites com baixos teores de peróxidos.

Os valores médios do Índice de Peróxidos dos genótipos analisados, expresso em miliequivalentes de oxigénio ativo por quilo de azeite, são apresentados no quadro 2.

Quadro 2 – Valores médios do Índice de Peróxidos, em meq. O<sub>2</sub>/kg, dos genótipos em estudo

Genótipo	Valor médio (meq. O <sub>2</sub> /kg)
G25	8,40
G49	7,16
GG48	6,07
GG35	6,00
GG42	6,00
G52	5,98
G6	5,90
G41	5,68
GG49	4,90
GG27	4,57
G7	4,40
G51	4,07
G40	3,91
G4	3,58

G22	3,24
GG38	1,91
G13	1,82

Como se pode verificar na figura 2, todos os azeites analisados encontram-se dentro dos limites legais definidos para a sua classificação como Azeites Virgem Extra, uma vez que o limite máximo para este parâmetro definido pelo Regulamento CE nº 1989/2003 é de 20 meq. O<sub>2</sub>/kg.

Os genótipos que obtiveram os valores mais baixos foram o G13 com um índice de Peróxidos de 1,82 meq. O<sub>2</sub>/kg e o GG38 com 1,91 meq. O<sub>2</sub>/kg. Os genótipos G25 e o G49 registaram os valores mais elevados, com 8,40 e 7,16 miliequivalentes de oxigénio ativo por quilo de azeite, respetivamente.

Relativamente ao valor de referência do padrão “Galega vulgar” que se situa nos 6 meq. O<sub>2</sub>/kg apenas dois genótipos, o G25 e G49 ultrapassaram esse valor, ficando os genótipos GG35, GG42, GG48 e o G52 no limite do valor padrão. Os 11 restantes genótipos apresentam valores de Índice de Peróxidos mais baixos que o valor padrão (6 meq. O<sub>2</sub>/kg).

Nos quadros 3 e 4 são apresentados os valores médios da absorvância no UV a 232 nm (K232) e a 270 nm (K270) dos genótipos analisados, expressos em  $\epsilon^{1\%}$  1 cm, respetivamente.

Quadro 3 – Valores médios do K232, em  $\epsilon^{1\%}$  1 cm, dos genótipos em estudo

Genótipo	Valor médio ( $\epsilon^{1\%}$ 1 cm)
G52	1,98
G41	1,90
G6	1,59
GG38	1,57
G49	1,57
G22	1,55
GG48	1,55



G7	1,51
G40	1,50
GG49	1,48
G4	1,47
GG35	1,45
G13	1,40
G51	1,40
G25	1,39
GG27	1,38
GG42	1,27

Os valores médios obtidos para o K232, em todos os genótipos analisados, encontram-se abaixo do limite máximo de 2,5  $\varepsilon^{1\%}$  1 cm estabelecido pelo Regulamento CE n° 1989/2003, o que permite a sua classificação como Azeites Virgem Extra.

O genótipo que obteve o valor mais elevado foi o G52, com 1,98  $\varepsilon^{1\%}$  1 cm. Também com um valor elevado aparece o genótipo G41, com 1,90  $\varepsilon^{1\%}$  1 cm. Por seu lado, o genótipo GG42 registou o valor mais baixo, com 1,27  $\varepsilon^{1\%}$  1 cm.

Relativamente ao valor padrão da “Galega vulgar” que se situa nos 1,30  $\varepsilon^{1\%}$  1 cm, apenas o genótipo GG 42 ficou abaixo desse valor. Todos os restantes genótipos apresentaram valores acima da referência definida por Gouveia (1995).

Quadro 4 – Valores médios do K270, em  $\varepsilon^{1\%}$  1 cm, dos genótipos em estudo

Genótipo	Valor médio ( $\varepsilon^{1\%}$ 1 cm)
G49	0,17
G25	0,15
G51	0,15
G4	0,14
GG35	0,13
G52	0,13
G41	0,12
GG48	0,12
G40	0,12
G7	0,11
G6	0,11

G22	0,10
G13	0,10
GG42	0,09
GG49	0,09
GG38	0,09
GG27	0,08

As absorvâncias para o K270 revelam, no geral, uma influência do fator genético. Por esta razão, os valores obtidos neste parâmetro estão mais ligados a fatores intrínsecos de cada genótipo e não tanto a fatores externos, passíveis de serem manipulados pelo homem (Guillén, 1998).

As absorvâncias no ultravioleta para o K270 não registaram diferenças significativas entre os genótipos analisados, apresentando concentrações baixas para os produtos secundários da oxidação. Em todos os genótipos analisados encontram-se abaixo do limite máximo de  $0,22 \text{ } \varepsilon^{1\%} \text{ 1 cm}$  estabelecido pelo Regulamento CE nº 1989/2003, o que permite a sua classificação como Azeites Virgem Extra.

Verifica-se que o genótipo G49 apresentou o valor mais elevado, com  $0,17 \text{ } \varepsilon^{1\%} \text{ 1 cm}$ . Apenas cerca de metade dos genótipos apresentaram valores inferiores ao valor padrão ( $0,11 \text{ } \varepsilon^{1\%} \text{ 1 cm}$ ). O genótipo que registou o valor mais baixo foi o GG27 com  $0,08 \text{ } \varepsilon^{1\%} \text{ 1 cm}$ .

Conforme se pode observar no quadro 5, todos os genótipos analisados apresentam azeites com valores de acidez abaixo do limite máximo de 0,8 (% em ac. oleico) estabelecido pelo Regulamento CE nº 1989/2003, o que permite a sua classificação como Azeites Virgem Extra.

Quadro 5 – Valores médios da acidez, em percentagem de ácido oleico, dos genótipos em estudo

Genótipo	Valor médio (% ac. ol.)
G4	0,28
G22	0,23
GG35	0,18

G41	0,18
GG27	0,17
GG42	0,15
G51	0,15
G7	0,14
GG49	0,14
G49	0,14
G13	0,13
G52	0,13
G25	0,13
G6	0,11
G40	0,11
GG38	0,10
GG48	0,10

Os genótipos que obtiveram os valores mais baixos foram o GG38 e o GG48, ambos com uma acidez de 0,10 (% em ácido oleico) e os genótipos G6 e G40 com 0,11 (% ácido oleico). Os genótipos G4 e o G22 registraram os valores mais elevados, com 0,28 e 0,23 (% ácido oleico), mas mesmo assim muito abaixo do limite máximo de 0,8 (% ácido oleico) indicado no Regulamento CE nº 1989/2003.

Relativamente ao valor padrão da “Galega vulgar” que se situa nos 0,4 (% em ácido oleico), verifica-se que todos os genótipos resultantes de cruzamento apresentaram valores consideravelmente mais baixos, o que nos permite afirmar que, se as azeitonas forem colhidas sãs é possível obter azeites de elevada qualidade.

A estabilidade à oxidação não está contemplada nos regulamentos comunitários ou do Conselho Oleícola Internacional como fazendo parte dos parâmetros de qualidade, pelo que não há um valor limite oficial para os Azeites Virgem Extra. No entanto, os valores obtidos no RANCIMAT são fundamentais no mercado do azeite, quando se comercializam lotes e se pretende ter informação sobre o período de tempo até o azeite atingir o ponto crítico de oxidação. Pois, os valores da estabilidade oxidativa estão diretamente relacionados com o prazo de validade do azeite. Essa relação é inversa, quanto maior o valor deste parâmetro, menor será o prazo de validade do azeite.

No quadro 6 são apresentados os valores médios para a estabilidade oxidativa dos genótipos analisados, expressos em número de horas.

Quadro 6 – Valores médios da estabilidade oxidativa, em número de horas, dos genótipos em estudo

Genótipo	Valor médio (em horas)
G13	124,5
G51	123,5
G22	122,0
G7	91,0
G40	90,0
GG35	79,5
G41	74,0
GG42	73,0
GG48	73,0
GG38	70,0
GG49	69,0
G52	66,0
G25	62,0
G6	50,0
G4	49,0
GG27	46,0
G49	34,0

Os genótipos que obtiveram os valores mais baixos neste parâmetro foram o G49, o GG27, o G4 e o G6, todos com valores abaixo das 50 horas. Os genótipos G13, G51 e G22, registaram os valores mais elevados, com 124,5 horas, 123,5 horas e 122,0 horas, respetivamente.

Relativamente ao valor de referência da “Galega vulgar” que se situa nas 55 horas, apenas os genótipos G49, GG27, G4 e G6 apresentaram valores inferiores ao padrão. Isto significa que, a confirmarem-se este resultados com azeítonas de outras campanhas, o prazo de validade dos azeites obtidos a partir da maioria destes genótipos em estudo será menor que o padrão da “Galega vulgar” dos atuais azeites do Alto Alentejo.

## Considerações finais

Este trabalho foi apenas um estudo preliminar. Analisou apenas azeitonas de uma campanha e contemplou unicamente a análise de alguns parâmetros químicos de qualidade, dentro de vários possíveis cujo estudo teria um relevante interesse para uma melhor caracterização e diferenciação dos genótipos estudados. Referimo-nos por exemplo à composição em ácidos gordos. Este é um fator chave na qualidade nutricional de um azeite e representa um parâmetro importante na caracterização e definição do mesmo. Seria também interessante a determinação dos polifenóis totais, na medida em que são os principais responsáveis pela defesa contra a oxidação do azeite. Os valores obtidos nos parâmetros que determinam o grau de oxidação de um azeite são bastante influenciados pelos teores de compostos antioxidantes (polifenóis totais e tocoferóis) e também pela percentagem de ácidos gordos monoinsaturados (Gouveia *et al.*, 2003). A determinação de polifenóis totais e da composição dos ácidos gordos, permitiriam um conhecimento mais amplo, possibilitando sustentar, reforçar ou direcionar os resultados obtidos, com maior convicção.

A partir dos resultados obtidos, podemos assim concluir que os genótipos G13, G22 e o G40, apresentaram os melhores valores na quase totalidade dos parâmetros avaliados, evidenciando um elevado padrão de qualidade. Em segundo plano, os genótipos G4 e G51 também apresentaram valores aceitáveis e bastante promissores, revelando características muito interessantes sob o ponto de vista químico, antevendo a possibilidade de encontrar descendentes dos cruzamentos com a cultivar “Galega vulgar” de grande potencial.

Conclui-se, por isso, que se deve aprofundar o estudo destes genótipos, pois só através da repetição deste trabalho por mais anos será possível confirmar os resultados obtidos, as conclusões estabelecidas e os genótipos evidenciados como melhores. Resultados experimentais obtidos noutros programas de melhoramento da oliveira por hibridação puseram de manifesto que algumas características tais como o conteúdo em gordura e as características do azeite apenas se estabilizam depois de 2 a 3 anos (Lavee, 1996). Este mesmo autor também observou a ausência de dominância na heritabilidade dos níveis de rendimento em azeite. Nesta circunstância parece-nos que ao fim de 3 campanhas

será possível apresentar resultados conclusivos. A ser possível deverão ser efetuadas as análises à composição de triglicéridos e aos polifenóis.

## **Bibliografia**

Aparício, R.; Roda, L.; Albi, M.; Gutierrez, F. (1999). Effect of various compounds on virgin olive oil stability measured by Rancimat. *J. Agric, Food Chem.*

Cordeiro, A.M.; Morais, N.C. (2006). Melhoramento genético da oliveira: programa de obtenção de novas cultivares in: *Melhoramento* vol.41,pp.27

Gouveia, C.; Peres, M.F.; Henriques, R.L.; Pinheiro-Alves, M.C.(2003). Polifenóis e tocoferóis em azeites monovarietais. III Simpósio Nacional de Olivicultura, Castelo Branco.

Gouveia, J.M.N.B. (1995). Azeites virgens do Alto Alentejo. Comportamentos químicos, tecnológico e sensorial. Dissertação para obtenção do Grau de Doutor. UTL – ISA, Lisboa, p. 561.

Jornal Oficial da União Europeia. Regulamento CE nº 1989/2003 de 6 de Novembro de 2003.Características dos azeites e dos óleos de bagaço de azeitona e métodos de análise.

Jornal Oficial das Comunidades Europeias. Regulamento CE nº 2568 de 11 de Julho de 1991. Anexo II – Determinação da acidez.

Jornal Oficial das Comunidades Europeias. Regulamento CE nº 2568 de 11 de Julho de 1991. Anexo III – Determinação do índice de peróxidos.

Jornal Oficial das Comunidades Europeias. Regulamento CE nº 2568 de 11 de Julho de 1991. Anexo IX – análise por espectrofotometria no ultravioleta.

Lavee, S. (1996) “Biología y fisiología del olivo”. In: COI (Conselho Oleícola Internacional). *Enciclopedia mundial del olivo*. COI, Madrid, 1ª edição, pp. 60-110.

Martínez, J.M.; Muñoz, E.; Alba, J. (1975). La utilización del analizador de rendimiento “ABENCOR”. *Grasas y Aceites, Espanha*, 26, pp. 379-385.

Ruiz, L.F. (1991). *Analistas de Laboratorio de Almazara. Apuntes 6/91*. Ediciones Junta de Andalucía, Sevilla, pp.111

### **Francisco Mondragão-Rodrigues**

[fmondragao@esaelvas.pt](mailto:fmondragao@esaelvas.pt)

Professor-coordenador da Escola Superior Agrária de Elvas.

Docente do Departamento de Agricultura e Recursos Naturais, responsável por unidades curriculares das fitotecnias (Culturas arvenses, olivicultura, fruticultura), área onde tem desenvolvido diversos trabalhos de investigação.

### **Carla Cristina Saramago**

[cristinasaramago@sapo.pt](mailto:cristinasaramago@sapo.pt)

Bolseira. Aluna do Mestrado em Agricultura Sustentável, da Escola Superior Agrária de Elvas.

### **Maria Teresa Magalhães Carvalho**

[teresa.carvalho@iniav.pt](mailto:teresa.carvalho@iniav.pt)

Investigadora auxiliar do Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária, I.P., de Elvas. Desenvolve trabalhos de investigação na área da fitopatologia da oliveira e é responsável pelo laboratório de azeites do INIAV-Elvas.

### **António Manuel Cordeiro**

[amcolivo@yahoo.com](mailto:amcolivo@yahoo.com)

Investigador auxiliar do Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária, I.P., de Elvas. Responsável pelos trabalhos de investigação em recursos genéticos, melhoramento e selecção da Oliveira do INIAV-Elvas.

# Levantamento etnobotânico sobre coentros e poejos no Alentejo<sup>1</sup>

## Ethnobotanical survey of cilantro and pennyroyal on Alentejo

Orlanda Póvoa

Noémia Farinha

Susana Saraiva Dias

### Resumo

O coentro (*Coriandrum sativum* L.), o poejo (*Mentha pulegium* L.) e o poejo fino (*Mentha cervina*) são frequentemente utilizados na cozinha tradicional alentejana, imprimindo-lhes um toque distintivo comparativamente à cozinha tradicional das restantes regiões portuguesas.

Foi efectuado um levantamento etnobotânico da utilização medicinal e condimentar destes três *taxa* com base em 67 entrevistas semi-estruturadas com informantes individuais ou em grupo em todo o Alentejo, compilando 91 fichas para as três espécies em estudo.

A maioria dos informantes era idoso (>60 anos), analfabeto (40%) ou com o ensino básico (55%), reformado ou doméstica, mas com profissões passadas relacionadas com a agricultura e o mundo rural. A utilização condimentar destas espécies foi fundamentalmente para açordas, pratos de peixe, sopas de peixe e migas. A utilização do coentro foi mais frequente e envolveu mais receitas do que para as *Mentha* spp. Não foi recolhida nenhuma informação sobre utilização medicinal de coentro. A utilização medicinal das *Mentha* ssp. foi idêntica sendo sobretudo relacionada com afecções do sistema respiratório (76%) e do sistema digestivo (11%).

**Palavras-chave:** Etnobotânica; Plantas medicinais, *Coriandrum sativum*; *Mentha cervina*; *Mentha pulegium*; Portugal.

### Abstract

*Coriandrum sativum*, *Mentha pulegium* and *M. cervina* are often used for food seasoning in Alentejo traditional dishes, being a distinguish 'touch' when compared with other Portuguese regions traditional cuisine.

An ethnobotanical survey was carried out in Alentejo, south Portugal with 67 semi-structured interviews and 91 individual species data files. Data on medicinal uses and food seasoning were collected for the 3 *taxa*.

The average informant's are elder people (>60 years), illiterate (57%), retired or domestic and have, or had, professions related with agriculture or nature. Food seasoning with these species is mainly for 'açorda' (traditional bread dish), fish soups and fishes. Coriander use for food seasoning is broader and more often than *Mentha* spp. No medicinal use was reported for *C. sativum*. The 2 *Mentha* species are used mainly to treat health problems related to the digestive (11%) and respiratory (76%) systems. Traditional knowledge erosion risk in the region is high due to rural desertification and rural population aging.

**Keywords:** Ethnobotany; Medicinal plants; *Coriandrum sativum*; *Mentha cervina*; *Mentha pulegium*; Portugal.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no III Seminário de I&DT, organizado pelo C3i – Centro Interdisciplinar de Investigação e Inovação do Instituto Politécnico de Portalegre, realizado nos dias 6 e 7 de Dezembro de 2012.



## Introdução

A etnobotânica é uma ciência interdisciplinar que se debruça sobre o estudo das pessoas e a gestão e o uso que fazem das plantas. Não se restringe apenas à recolha do conhecimento sobre as plantas, trata também da conservação da biodiversidade e desenvolvimento comunitário (Martin, 1995). Numa definição actual, é uma ciência interdisciplinar que agrega objectivos, conceitos e metodologias de diversas disciplinas como a antropologia, a etnografia, a história, a botânica ou a farmacologia, tendo como âmbito a percepção, uso e gestão do universo vegetal num determinado contexto cultural (Schultes & von Reis, 1995; Alexiades, 1996; Carvalho, 2005).

O conhecimento sobre as plantas foi desenvolvido pelas sociedades humanas ancestrais pelo método de tentativa e erro, aprendendo-se a reconhecer a sua utilidade como alimento, medicamento, abrigo, mágico-religioso, etc., passando de geração em geração através da tradição oral (Camejo-Rodrigues *et al.*, 2006). Nos países chamados desenvolvidos, sobretudo nas últimas duas gerações, tem-se assistido a um processo de aculturação, no sentido da dominância de uma cultura «superior» - industrial e «moderna» - sobre a cultura «tradicional» baseada no mundo rural, considerada inferior, sobretudo como resultado de pressões económicas externas. Esta aculturação, em acumulação com a desertificação humana das zonas rurais, levou à erosão do conhecimento tradicional (Bonet *et al.*, 1999).

É urgente preservar esse conhecimento em vias de se perder, pois as pessoas mais velhas, depósitos vivos dos saberes tradicionais, vão morrendo ou migrando para o mundo urbano, com a conseqüente perda dessa cultura. Existe também um desinteresse por parte dos jovens em aprender os conhecimentos tradicionais, tendo como resultado o rompimento do sistema de transmissão tradicional, deixando de haver passagem de informação para as gerações mais novas (Martin, 1995). Acresce ainda a ameaça da globalização da cultura moderna através dos meios de comunicação social, sobretudo informática, mas também audiovisual, sendo já, por vezes difícil distinguir, nos trabalhos de campo de recolha de informação, entre o conhecimento tradicional e aquilo que é a amálgama resultante da mistura do conhecimento tradicional e do conhecimento livresco e globalizado (Camejo-Rodrigues, 2006).

É muito importante a simpatia e calma na aproximação e principalmente a utilização de linguagem simples para não chocar com a linguagem dos informantes. Outro aspecto a ter em conta é a perícia e a intuição do entrevistador para evitar que os informantes se desviem do tema e assim desenvolver a entrevista de acordo com os resultados que pretende obter, sem querer fazer um inquérito rígido e sequencial (Blanco, 1996; Casana-Martinez *et al.*, 1996).

A selecção de informantes geralmente é feita de forma não aleatória, começando por contactos privilegiados fornecidos por técnicos de entidades públicas (juntas de freguesia, Instituto da Conservação da Natureza, e outras). A procura de informantes, em locais sem contactos prévios, costuma iniciar-se em locais públicos como asilos de idosos, mercados, cafés e restaurantes (Novais *et al.*, 2004; Carvalho, 2005). Estes informantes iniciais podem indicar outros, num processo designado por efeito de bola de neve (*snowball sampling*, Bernard, 1988).

Várias entrevistas sucessivas costumam ser feitas para completar informação e confirmar a identificação de algumas plantas (Novais *et al.*, 2004; Carvalho, 2005; Camejo-Rodrigues, 2006).

Quanto à recolha directa dos conhecimentos etnobotânicos no campo, o método mais utilizado pelos etnobotânicos ibéricos tem sido a “entrevista etnobotânica” (Novais, 2002; Carvalho, 2005; Camejo-Rodrigues, 2001, 2006, Pardo de Santayana *et al.*, 2005). Pode-se optar por um inquérito com questionário ou por uma conversa informal. No entanto, alguns autores dizem que os questionários escritos formais criam situações forçadas e não dão bons resultados. Assim, os investigadores aconselham a preparar bem a entrevista, apoiando-se num guião mental dos pontos a tratar, sem no entanto seguir uma ordem rígida pré-definida, evitando-se fazer demasiadas perguntas sucessivas e directas, de modo a obter as informações quase espontaneamente e obter confiança por parte dos informantes (Blanco, 1996; Camejo-Rodrigues, 2001, 2006).

A contrastação e **validação da informação** etnobotânica é fundamental para obter dados fidedignos e representativos. A contrastação faz-se através da confrontação dos informantes com perguntas directas sobre o uso de determinadas espécies; usando exemplares de plantas herborizadas no caso de não ser possível efectuar visitas ao

campo. Estes métodos de contrastação de informação são aplicados aos informantes que mostrem não ser facilmente influenciáveis.

Tradicionalmente a etnobotânica baseava-se na descrição de espécies e usos e aplicava métodos qualitativos na análise da informação (Mesa, 1996). Actualmente pretende-se valorizar mais os aspectos quantificáveis, partindo do pressuposto que os dados quantitativos são mais fiáveis que os de carácter qualitativo; no entanto, esta quantificação pode implicar a simplificação artificial da realidade e conduzir a conclusões falsas. De qualquer forma é consensual que a quantificação permite avaliar e comparar dados etnobotânicos (Carvalho, 2005).

A apresentação de dados qualitativos sobre a forma de tabelas, catálogos e listas, assim como a citação textual, permitem concluir sobre a riqueza florística de uma região e a integração das comunidades rurais no seu meio (Carvalho, 2005).

Diversos autores referidos na bibliografia apresentam métodos muito diversos de **tratamento quantitativo de dados etnobotânicos** de forma a determinar a interacção Homem e planta. Carvalho (2005) cita os métodos de tratamento quantitativo de dados propostos por Zent (1996), mas considera-os dispendiosos, demorados no tempo e demasiado intromissivos na vida quotidiana dos informantes.

Carvalho (2005) optou por utilizar o índice de etnobotanicidade, o índice de importância relativa para avaliação da versatilidade de usos de cada espécie e um factor de consenso. Aquela autora também contabilizou a percentagem de famílias botânicas e *taxa* utilizados por cada uso, assim como a importância relativa de cada *taxon* ou família dentro de cada uso.

Considera-se como aplicação, as distintas finalidades (uso exacto) de uma planta dentro de uma categoria. A frequência de citação é considerada como o número de vezes que a planta é mencionada pelos diferentes informantes para determinado uso (Carvalho, 2005).

Na pesquisa bibliográfica sobre a etnobotânica das espécies em estudo, verificou-se que as espécies *Coriandrum sativum* e *M. pulegium* são largamente utilizadas em Portugal e

Espanha mas, pelo contrário, as referências quanto à utilização da espécie *M. cervina* são raras. A *M. pulegium* tem diversas utilizações como medicinal, condimentar e alimentar e ainda outros fins, por exemplo, como repelente de insectos, em perfumaria e sabões (Monteiro, *et al.*, 2007). A *C. sativum*, sobretudo os frutos, têm aplicações medicinais e as suas folhas e caules tenros são amplamente utilizados como condimento de diversos pratos tradicionais (Delaveau *et al.*, 1983; Moreira *et al.*, 2005). A única referência encontrada relativa ao uso da *M. cervina* é feita por Camejo-Rodrigues (2001) que a refere como condimentar de pratos de peixe (caldeirada e molhos para peixe grelhado).

Deste modo, foi objectivo deste trabalho a recolha etnobotânica dos usos do coentro (*C. sativum*), do poejo (*Mentha pulegium*) e do poejo fino (*Mentha cervina*) na região alentejana para complementar estudos anteriores e, preencher a lacuna de conhecimento escrito relativo ao uso da *M. cervina*. A escolha destas espécies em particular deveu-se ao facto de todas elas serem características da cozinha tradicional alentejana.

## **Metodologia**

### *Área de estudo e recolha de dados*

O levantamento etnobotânico efectuou-se entre Nisa (Montalvão), a Norte, até Almodôvar (Cansados) e Odemira (Nave Redonda), a Sul; e desde Campo Maior (Ouguela) a Este e a Vila Nova de Milfontes, a Oeste. A altimetria da área amostrada variou entre os 63 metros (Alcácer do Sal) até a um máximo de 644 metros de altitude (Marvão) (Anexo 2).

As saídas de campo realizaram-se maioritariamente em feriados ou fins-de-semana. Este facto levou a que fosse possível entrevistar pessoas de todas as escalas etárias e não apenas os idosos, domésticas e reformados que costumam permanecer em casa no horário laboral.

A recolha de informação iniciou-se em 2002, estendendo-se a 2003, com algumas saídas de campo ainda em 2004.

A selecção de informantes foi feita sem contactos prévios, em locais públicos, como cafés, restaurantes, praças, quintais, etc. O método utilizado foi o da entrevista semi-estruturada, muitas vezes em grupos de pessoas (tendo sido registados com o nome do informante mais importante). Os potenciais informantes eram esclarecidos sobre o âmbito do nosso trabalho de investigação e questionávamos sobre a disponibilidade de germoplasma vegetal para propagação *ex-situ* na ESAE, preferencialmente oriundo de habitat silvestre; também se perguntava acerca dos usos das plantas em estudo. Na maioria dos casos, o germoplasma pretendido e a respectiva informação etnobotânica eram obtidos de um desses informantes iniciais; noutros casos, eram-nos indicadas outras pessoas/locais onde continuar a recolha de informação e colheita de germoplasma vegetal.

O registo da informação foi feito em fichas de campo preparadas pela equipa líder do projecto Agro 34 (Banco Português de Germoplasma Vegetal, em Braga, Anexos 4 e 5). A ficha de campo aborda várias tipologias de informação: a caracterização do informante, informação sobre o uso das plantas e informação sobre o local de colheita. A ficha de campo é exaustiva e longa, por vezes repetitiva e nem sempre foi possível obter a totalidade das informações requeridas. Sempre que necessário foram anotadas informações adicionais que não constavam dessa ficha. Por vezes foi necessário efectuar várias visitas sucessivas ao mesmo local/informante para recolha adicional de germoplasma vegetal, esclarecimento de dúvidas e recolha de informação em falta. Foi tentada a recolha da informação em falta através de contacto telefónico, mas com poucos resultados.

Foi usada a fotografia para registo de dados ecológicos das espécies, assim como usos específicos (particularidades de armazenamento de sementes), etc. (Figura 1). Foram herborizados exemplares de plantas dos locais onde as espécies foram colhidas no seu estado silvestre. Pontualmente, na recolha do método de elaboração do 'piso' de *M. pulegium* e de *M. cervina* (2004) foi feita gravação em vídeo e usado o método de observação participante.



Figura 1 - Realização de entrevistas etnobotânicas em Figueira e Barros (Avis) e Monte do Pardo (Nisa).

### *Tratamento estatístico dos dados etnobotânicos*

Os dados recolhidos nas entrevistas etnobotânicas foram introduzidos em folhas de cálculo do Excel, tendo sido divididos em duas bases de dados cruzadas; uma delas com as informações relativas à caracterização dos informantes; a outra relativa aos usos citados para as plantas. No tratamento dos dados foram usadas as ferramentas estatísticas incluídas no Excel.

Foi feita uma análise quantitativa, baseada em frequências e percentagens, dos dados relativos à caracterização dos informantes, tendo sido necessário agregar os dados por classes de informação (idades, profissões, etc.). Para as utilizações medicinal, alimentar e condimentar e outras, também foi feita uma quantificação em frequências e percentagens de citações de usos, agregados em classes de uso.

Como crivo de validação, não foram consideradas as informações fornecidas por apenas um informante.

## **Resultados**

### *Caracterização dos informantes*

No total foram entrevistados 67 informantes, tendo sido recolhidas 91 fichas de dados etnobotânicos relativos às espécies em estudo.

A grande maioria dos informantes (74%) tinha mais de 50 anos, dos quais 18% tinham mais de 70 anos (Figura 2).

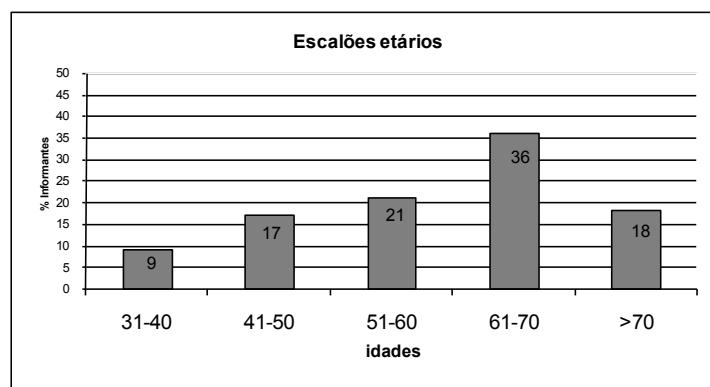


Figura 2 - Escalões etários dos informantes.

A maioria dos informantes pertencia ao sexo feminino (52%). No entanto, sobretudo quando a entrevista foi feita em meios familiares, com a presença do casal, os dados ficaram registados no nome do marido por insistência do membro feminino, possivelmente devido a questões culturais profundamente enraizadas.

A maioria dos informantes era reformada ou tinha actividades domésticas (66%), sendo que muitos desempenhavam funções ligadas à agricultura e natureza (agricultores, capatazes, guardas-florestais, etc.). Os profissionais ligados à agricultura representavam 13%, 43% eram reformados, 23% eram domésticas. Os restantes informantes (21%), com profissões muito variadas foram agregados numa categoria generalista (outra) (Figura 3). Destes últimos, muitos tinham actividades de ocupação de tempos livres na natureza (pescadores, caçadores, etc.). Todos os entrevistados eram directamente responsáveis pelo cultivo e/ou colheita de plantas, assim como da prática dos usos citados.

A maioria dos informantes tinha um grau de instrução baixo: 40% eram analfabetos e 55% tinham apenas a 4ª classe (Figura 3).

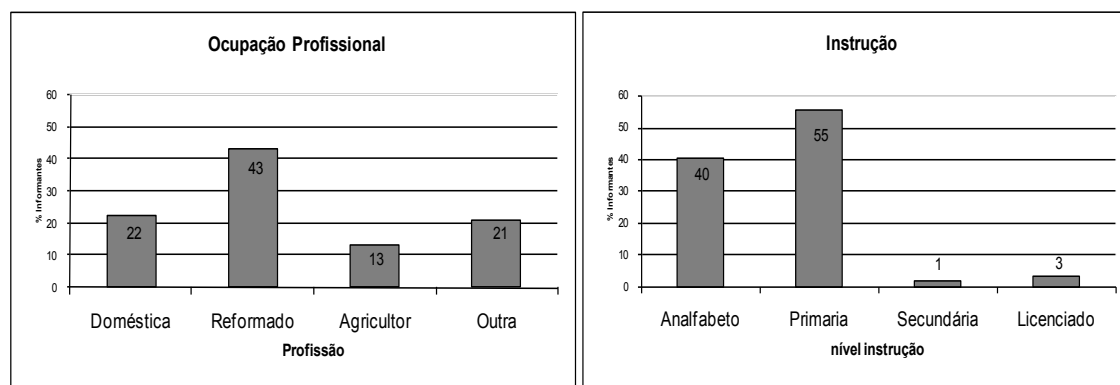


Figura 3 - Ocupação profissional (esquerda) e instrução escolar dos informantes (direita).

### *Utilização dos taxa*

Relativamente aos nomes vulgares, na região de estudo foram registados os seguintes para *C. sativum*: coentros e cheirinhos. Para *M. pulegium*: poejo (em todo o Alentejo) e poejo-de-folha-larga (Alto Alentejo). Para a espécie *M. cervina* foram registados as designações: hortelã-da-ribeira (em todo o Alentejo) e poejo-fino (no Alto Alentejo). No estudo encetado o coentro apenas foi referido pelas suas utilizações aromática/condimentar, embora a sua utilização medicinal esteja registada na bibliografia consultada.

As sumidades floridas e toda a parte aérea eram usadas para fins medicinais e produção de licores das *Mentha* sp.. Nas preparações medicinais (infusão, licor, mistura com outras plantas) eram usadas quer as plantas frescas quer as secas (sumidades floridas). Na alimentação, como aromáticas e condimentares e para a elaboração do 'Piso', os informantes davam preferência às folhas e caules tenros. Nos períodos do ano de maior escassez de plantas no campo, normalmente durante o repouso vegetativo invernal, recorrem a plantas congeladas, plantas secas e também ao 'piso'.

Constatou-se que a maioria dos informantes cultivava estas plantas em pequenas áreas (<0,5m<sup>2</sup>), no seu quintal, em vaso ou em canteiro. São cultivadas nestas condições também outras plantas aromáticas e medicinais, o que denota que o cultivo é, maioritariamente, para consumo próprio. O cultivo das plantas também é um indicador da erosão genética da espécie, uma vez que para 93% dos informantes, o acesso a *M. cervina* era por cultivo, enquanto apenas 59% dos informantes depende do cultivo para ter acesso a *M. pulegium*. Este raciocínio não se aplica ao coentro uma vez que se trata de uma espécie que não existe fora de cultivo na nossa região.

A partir da análise das 33 fichas de *M. cervina*, apenas 9 referiam utilização medicinal, enquanto, para as 30 fichas de *M. pulegium*, apenas 12 não indicavam qualquer uso medicinal. Foram registadas 53 citações de usos medicinais para ambas as espécies (37 para *M. pulegium*, 16 para *M. cervina*): 76% das utilizações relacionam-se com doenças do sistema respiratório, como tosse, constipação, resfriado, dor de garganta e gripe (29 citações referentes a *M. pulegium*, 13 a *M. cervina*); 11% para o sistema digestivo,



como digestivo, dor de barriga, vesícula, problemas de fígado e má disposição (3 de cada *taxa*) e 13% para outros usos medicinais, como colesterol, para o sangue, vermífugo (lombrigas) e hipertensão (Figura 4).

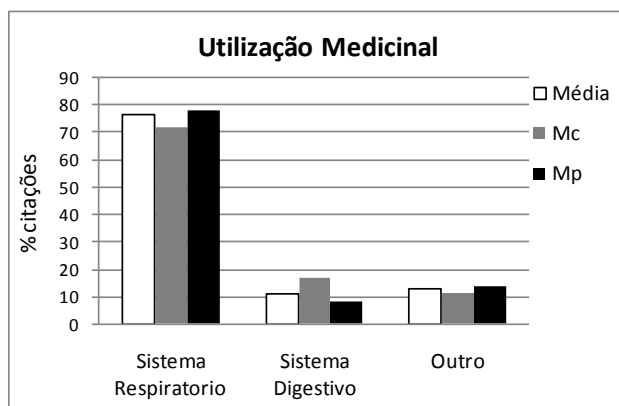


Figura 4 - Uso medicinal de *Mentha pulegium* (Mp) e *Mentha cervina* (Mc).

Genericamente, ambas as espécies de *Mentha* sp. são utilizadas no Alentejo para tratar maioritariamente problemas relacionados com os sistemas respiratórios e digestivo.

Do total de 63 fichas de plantas, apenas 1 relativa a *M. cervina* e 2 relativas a *M. pulegium* não contêm referência ao uso como condimentar. A frequência de uso da *M. pulegium* como condimentar é maior que de *M. cervina*. A *M. pulegium* é utilizada pelo menos uma vez por semana, enquanto que a *M. cervina* é usada uma vez por mês ou menos. Todas as 30 fichas de plantas relativas a *C. sativum* contêm usos como condimentar, sendo a frequência de utilização uma vez por semana.

Foram registadas 184 citações de usos como condimento para os *taxa*. A grande maioria das citações corresponde aos usos como condimento de açordas, sopas de peixe e outros pratos de peixe; as restantes categorias de utilização (migas, licor, outros tipos de sopa, pratos de leguminosas, pratos de carne e 'piso') embora minoritárias não deixam de ser interessantes (Figura 5).

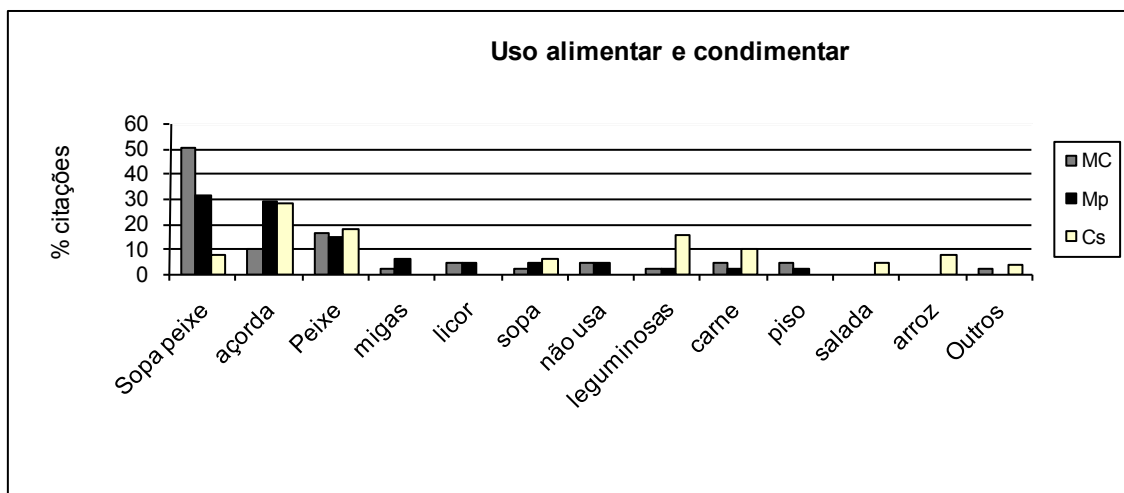


Figura 5 - Uso alimentar e condimentar de *Coriandrum sativum* (CS), *Mentha pulegium* (Mp) e *Mentha cervina* (Mc).

## Discussão

A grande maioria dos informantes entrevistados tem mais de 50 anos, muitos dos quais têm mais de 70 anos; o grau de instrução é maioritariamente baixo (analfabetos e quarta classe). Este perfil de informante coincide com a maioria dos trabalhos de etnobotânica realizados (Novais, 2002; Carvalho, 2005; Camejo-Rodrigues, 2001 e 2006). De facto, o conhecimento etnobotânico resiste sobretudo nas pessoas mais idosas. Tratando-se do Alentejo, a região portuguesa com maiores problemas de desertificação humana e envelhecimento da população, não é estranho que nos tenhamos deparado com este grupo etário.

Dada a avançada idade dos informantes, alguns faleceram durante os anos que durou a nossa recolha de dados. Este facto também é referenciado na bibliografia consultada (Blanco, 1996). No nosso caso e, segundo o nosso conhecimento, faleceram três informantes, tendo sido perdida irreversivelmente toda a informação adicional que pudéssemos ainda vir a adquirir; desapareceram também os respectivos originais de germoplasma vegetal. Este facto realça a necessidade premente de continuar e aumentar a recolha de conhecimento etnobotânico.

A maioria dos informantes pertence ao sexo feminino, o que também coincide com a maioria dos trabalhos etnobotânicos existentes na bibliografia. No entanto, sobretudo quando a entrevista foi feita em meios familiares, com a presença e participação de

ambos os membros do casal, os dados ficaram registados no nome do marido por insistência do membro feminino, possivelmente devido a questões culturais profundamente enraizadas.

A maioria dos informantes é reformado ou doméstica, o que está em conformidade com o perfil de idades dos informantes. A maioria desempenha ou desempenhou profissões, ou tem actividades de ocupação de tempos livres, ligadas à agricultura e natureza (agricultores, capatazes, guardas-florestais), o que está em consonância com outros trabalhos (Blanco, 1996; Tardio *et al.*, 2002). Todos os entrevistados estão directamente ligados ao cultivo e/ou colheita de plantas, assim como à prática actual dos usos citados.

Relativamente aos nomes vulgares, as espécies têm um nome mais conhecido e usado em toda a região alentejana, sendo coentro ou coentros para a *C. sativum*, poejo para a *M. pulegium* e hortelã-da-ribeira para a *M. cervina*. Na sub-região do Alto Alentejo, aparecem ainda os nomes de poejo-de-folha-larga para a *M. pulegium* e poejo-fino para a *M. cervina*. Destes nomes, os apresentados para a *M. pulegium* (poejo, poêjo, poejos) estavam registados na bibliografia entre vários outros (poejo, poêjo, poejos, hortelã-dos-Açores, hortelã-pimenta-mansa) (Novais, 2002; Costa, 1994). No Parque Natural de Montesinho (Carvalho, 2005) a *M. pulegium* é conhecida por: poejo, poejos, mangerico-do-rio e poejo-dos-lameiros. No parque Natural de São Mamede, Camejo-Rodrigues (2001) recolheu o nome vulgar de surguilheira para *M. cervina*. Os restantes nomes vulgares da *M. cervina* (hortelã-da-ribeira, poejo-fino) não estavam ainda documentados, assim como não estava documentado o carácter sub-regional dos nomes poejo-de-folha-larga e poejo-fino.

As referências aos usos como alimento/condimento recolhidas para as *Mentha* sp., sobretudo aqueles na área de influência do Alentejo, coincidem com os trabalhos publicados de *M. pulegium*; as citações referentes ao coentro também estão de acordo com o publicado (Gaspar *et al.*, 1995, Camejo-Rodrigues, 2001; Serrano, 2004; Novais *et al.*, 2004; Carvalho, 2005).

Constatámos que a maioria dos informantes cultiva as suas plantas aromáticas e medicinais em pequenas áreas no seu quintal, em vaso ou em canteiro; o que denota que o cultivo é, maioritariamente, para consumo próprio. O cultivo das plantas também é

um indicador da erosão genética da espécie, uma vez que 93% dos informantes cultivam a *M. cervina* enquanto que apenas 59% cultivam a *M. pulegium*. Para a *C. sativum*, sendo uma espécie inexistente na natureza nesta região, este critério não é útil.

Foram registadas 53 citações de usos medicinais para ambas as *Mentha* sp. (37 para *M. pulegium*, 16 para *M. cervina*); 76 % para o sistema respiratório (13 referentes a *M. cervina*, 29 a *M. pulegium*); 11 % para o sistema digestivo (3 de cada *taxa*) e 13% para outros usos medicinais. As citações de uso medicinal encontradas coincidem *sensu lato* com as referidas pela bibliografia para *M. pulegium* (Gaspar *et al.*, 1995; Torres & Guita, 1995; Vasquez *et al.*, 1996; Marti, 1998; Bonet *et al.*, 1999; Manganelli *et al.* 2001; Agelet *et al.*, 2000; Viegi *et al.* 2003; Serrano, 2004; Novais *et al.*, 2004, Carvalho, 2005; Camejo-Rodrigues *et al.*, 2003; Camejo-Rodrigues, 2006), exceptuando-se o uso como vermífugo que é novo. As utilizações da *M. cervina*, encontradas e recolhidas, são muito idênticas às de *M. pulegium*, mas não se encontram registadas em trabalhos anteriores. Genericamente, ambas as espécies são utilizadas no Alentejo para tratar problemas relacionados com os sistemas respiratório e digestivo. Não foram recolhidas citações sobre a utilização medicinal do oentro na região, apesar desse uso estar registado na bibliografia consultada.

Relativamente aos usos como condimentar, a frequência de uso de *C. sativum* e *M. pulegium* é maior que de *M. cervina*. O coentro e poejo são utilizados maioritariamente pelo menos uma vez por semana; enquanto a *M. cervina* é usada uma vez por mês ou menos. Foram registadas 184 citações de usos como condimentar para os *taxa*. As referências aos usos como alimento/condimento recolhidas para as espécies de *Mentha* sp. coincidem com as publicadas nos trabalhos referentes a *M. pulegium*; assim como as citações relativas ao uso condimentar de *C. sativum* (Camejo-Rodrigues, 2001, Serrano, 2004, Novais *et al.*, 2004, Gaspar *et al.*, 1995, Carvalho, 2005), sobretudo na área do Alentejo. Tanto no Alentejo como na área acima do rio Tejo, estas espécies são usadas como condimento e aromatizantes, sobretudo em açordas, sopas, pratos de peixe e saladas.

## **Conclusões**

Das citações recolhidas de uso condimentar/alimentar, as diferentes receitas de licores de poejo e de ‘piso’ de poejos e coentro foram aquelas que nos pareceram mais promissoras como produtos da fileira agro-industrial com potencial para o desenvolvimento regional sustentável.

Existe uma grande diversidade de citações de usos medicinais de *Mentha pulegium* e *Mentha cervina*, sobretudo para tratamento de problemas respiratórios e digestivos, mas também outros usos, como por exemplo, vermífugo (inédito), o que abre promissoras perspectivas para a indústria farmacêutica e para a etnomedicina.

Existem evidências de que o conhecimento tradicional está a desaparecer, devido à desertificação humana das zonas rurais e ao envelhecimento da população. Esse conhecimento faz parte da nossa herança cultural e é necessário como fonte de informação para o desenvolvimento de novos produtos farmacêuticos ou agro-industriais, capazes de contribuir para o desenvolvimento regional sustentável. Os estudos de etnobotânica na região da raia alentejana são poucos, sendo do nosso conhecimento apenas o que foi realizado por Camejo-Rodrigues em 2001 no Parque Natural de S. Mamede. Deste modo, considerando estes resultados como uma boa aproximação à etnobotânica dos coentros e poejos no Alentejo, será necessário e urgente efectuar mais estudos na região raiana, englobando a totalidade da flora aromática e medicinal da região.

## **Agradecimentos**

Agradecemos a todos os informantes que partilharam os seu conhecimento com a nossa equipa no terreno. Também agradecemos o financiamento da União Europeia e do governo português através dos projectos de I&D Agro 34 e Agro 522.

## **Referências bibliográficas**

Agelet, A., M. A. Bonet, J. Vallès (2000), Homegardens and their role as a main source of medicinal plants in mountain regions of Catalonia (Iberian Peninsula), *Economic Botany*, vol. 54, pp. 295-309.

Alexiades, M. N. (1996), Collecting ethnobotanical data: an introduction to basic concepts and techniques, *In* M. N. Alexiades (ed.), *Selected guidelines for ethnobotanical research: a field manual*, New York: The New York Botanical Garden, pp 53-94.

Amorozo, M. C. M. (2002), Uso e diversidade de plantas medicinais em Santo António do Leverger, MT, Brasil, *Acta Botanica Brasileira* 16 (2), pp. 189-203.

Begossi, A. (1996), Use of ecological methods in Ethnobotany: diversity indices, *Economic Botany* 50 (3), pp. 280-289.

Bermejo, J. E. H.; E. G. Sanchez (1998), Economic Botany and Ethnobotany in Al -andalus (Iberian Peninsula: Tenth – Fifteenth Centuries), as unknown Heritage of Mankind, *Economic Botany*, vol. 52, pp. 15 - 26.

Bernard, H. R. (1988), *Research methods in cultural anthropology*, Newbury Park, CA: Sage Publications.

Blanco, E. (1996), Ideas metodológicas relativas al trabajo de campo etnobotánico. *Monografías del Jardín Botánico de Córdoba*, vol. 3, pp. 89-91.

Bonet, M. A.; M. Parada, A. Selga, J. Vallès (1999), Studies on pharmaceutical ethnobotany in the regions of L'Alt Empordà and les Guilleries (Catalonia, Iberian Peninsula), *Journal of Ethnopharmacology*, vol. 68, pp. 145-168.

Bown, D. (1995), *The Royal Horticultural Society encyclopedia of herbs & their uses*. Dorling Kinderley. London, pp. 158, 159, 311, 312.

Camejo-Rodrigues, J. S. (2001), *Contributo para o estudo etnobotânico das plantas medicinais e aromáticas no Parque Natural da Serra de S. Mamede*, [Tese de licenciatura], Lisboa: Faculdade de Ciências, Universidade Clássica de Lisboa, 249 pp.

Camejo-Rodrigues, J. S. (2006), *Recolha dos 'Saber-fazer' tradicionais das Plantas aromáticas e Medicinais. Concelhos de Aljezur, Lagos e Vila do Bispo*, AFLOSUL, Bordeira. 253 pp.

Camejo-Rodrigues, J.S., L. Ascensão, M. A. Bonet, J. Vallès (2003), An ethnobotanical study of medicinal and aromatic plants in the natural park of «Serra de São mamede» Portugal, *Journal of Ethnopharmacology* 89, pp. 199-209.

Carvalho, A. M. P. (2005), *Etnobotánica del Parque Natural de Montesinho, Plantas, Tradición Y Saber Popular en un Territorio del Nordeste de Portugal*, [Tesis Doctoral], Universidad Autónoma de Madrid, 468 pp.

Casana-Martínez, E., R. Galán-Sol de Villa, J. E. Hernández-Bermeho (1996), Registro de datos: Preparación y Estrategia del Trabajo de Campo, *Monografías del Jardín Botánico de Córdoba*, vol. 3, pp. 57-62.

Costa, A.F. (1994), *Farmacognosia*, vol.I, 5.<sup>a</sup> Ed, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, pp. 653, 689.

Cotton, C.M. (1996), *Ethnobotany - Principles and Practices*, John Wiley and Sons, West Sussex, 424 pp.

Delaveau, P. *et al.* (1983), *Segredos e Virtudes das Plantas Mediciniais*, Selecções do Reader's Digest. Lisboa. 463 p.

Gaspar, N., M. Cruz, M. Batista, D. Caldas, P. Mendes, A. Machado (1995), Estudos de Etnobotânica no Distrito de Santarém, *Encontro Nacional de Plantas Aromáticas e Mediciniais*, Vila Real.

Jain, S. (1987), *A Manual of Ethobotany*, Scientific Publishers, Jodhpur-India, 228 pp.

Manganelli, R.E.U., F. Camangi, P.E. Tomei (2001), Curing animals with plants: traditional usage in tuscan (Italy), *Journal of Ethnopharmacology*, vol. 78, pp. 171-191.

Marti, A.S. (1998), *Estudis etnobotànics a les guilleries*, [Tese de licenciatura], Facultat de Farmàcia, Universitat de Barcelona, pp 98-99.

Martin, G. J. (1995), *Ethnobotany - A People and Plants Conservation manual*, Chapman & Hall, London, 268 pp.

Mesa, S. (1996), Algunos elementos para el análisis numérico de los datos en Etnobotánica, *Monografías del Jardín Botánico de Córdoba* 3, pp. 69-73.

Morris, J.A.; A. Khettry; E.W. Seitz (1979), Antimicrobial activity of aroma chemicals and essential oils, *Journal of the American Chemical Society*, vol. 56, pp. 595-603.

Moreira, C., N. Farinha, O. Póvoa (2005), «Preliminary Study of Coriander's (*Coriandrum sativum* L.) Ethnobotany and Variability in the Alentejo Region» in *Revista de Fitoterapia* 2005; 5 (SI), pp. 196-201.

Monteiro, A., O. Póvoa, S. Marinho, L. Rodrigues, P. Monteiro (2007), *Mentha pulegium e Mentha cervina. Os poejos na Boa Cozinha Portuguesa*, Isapress, Lisboa. 107 pp.

Novais, M. (2002), *Plantas Aromáticas e/ou Medicinais no Parque da Natural da Arrábida*, Universidade de Évora, 233 pp.

Novais, M.I. Santos, S. Mendes, C. Pinto-Gomes (2004), Studies on pharmaceutical ethnobotany in Arrabida Natural Park (Portugal), *Journal of Ethnopharmacology* vol. 93, pp. 183-195.

Palacín J.M. (1996), Notas sobre el estudio de la medicina popular del alto Aragón, *Monografías del Jardín Botánico de Córdoba*, vol. 3, pp. 15-22.

Pardo de Santayana, M. (2003), *Las plantas en la cultura tradicional de la antigua Merindad de Campoo*, [Tesis doctoral], Facultad de Ciencias, Universidad Autónoma de Madrid, Madrid. 398 pp.

Pardo de Santayana, M.; J. Tardio; R. Morales (2005), The gathering and consumption of wild edible plants in the Campoo (Cantabria, Spain), *International Journal of Food Sciences and Nutrition*, vol. 56, pp. 529-542.

Portéres, R. (1970), Cours de ethno-botanique et ethno-zoologie (1969-1970). vol. I, *Ethnobotanique générale*. Paris: Museum National d' Histoire Naturelle, Laboratoire de ethno-botanique et ethno-zoologie.

Rivera, D.; A. Verde; C. Inocêncio; C. Obón (2003), La utilidad de los índices de usos totalizados en la Investigación Etnobotánica com fines etnofarmacológicos, *Resúmenes del 5º Colóquio Europeu de Etnofarmacologia*, Valencia, p.114.

Schultes, R. E., S. von Reis (eds.) (1995), *Ethnobotany. Evolution of a Discipline*, London, Chapman & Hall.



Serrano, L. J. L. (2004). *Estudos sobre a composição química e actividade biológica das folhas de Mentha cervina (L.) Fresen*, [Trabalho de projecto para a disciplina de Laboratórios II], Universidade de Évora, Évora, pp. 53, 58-59.

Tardio, J.; H. Pascual; R. Morales (2002), *Alimentos Silvestres de Madrid. Guia de plantas e setas de uso alimentario tradicional en la comunidad de Madrid*, Ediciones La Librería, Madrid, p. 21.

Torres, N.; R. Guita (1995), *Ervas e Cheiros - Espécies Aromáticas e Mediciniais do Concelho de Mértola*, Escola C+S de Mértola, Mértola, pp. 26-27.

Tuxill, J.; G. P. Nabhan (2001), *People, plants and protected areas. A guide to in situ management*, London, Earthscan Publications.

Vásquez, F.M., M.A. Suarez, A. Pérez (1996), Medicinal plants used in the Barros Area, Badajoz Province (Spain), *Journal of Ethnopharmacology*, vol.55, pp. 81-85.

Viegi, L.; A. Pieroni; P.M. Guarrera; R. Vangeslisti (2003), A review of plants used in folk veterinary medicine in Italy as basin for databank, *Journal of Ethnopharmacology*, vol.89, pp. 221-244.

Villar, L. (1996), Propuesta de un sistema de tipificación en etnobotânica: Herbario, *Monografías del Jardín Botánico de Córdoba*, vol. 3, pp. 75-78.

Zent, S. (1996), Behavioral orientations toward ethnobotanical quantification. In M. N. Alexiades (ed.), *Selected guidelines for ethnobotanical research: a field manual*, New York: The New York Botanical Garden, pp. 53-94.

## **Notas sobre os autores**

### **Orlanda Póvoa**

[opovoa@gmail.com](mailto:opovoa@gmail.com)

Instituto Politécnico de Portalegre – Escola Superior Agrária de Elvas

Licenciado em Engenharia Florestal Agronomia, doutorado em Agronomia, Professor Adjunto, trabalho de investigação sobre conservação de recursos fitogenéticos

**Noémia Farinha**

[nfarinha@esaelvas.pt](mailto:nfarinha@esaelvas.pt)

Instituto Politécnico de Portalegre – Escola Superior Agrária de Elvas

Licenciado em Agronomia, doutorado em Agronomia, Professor Coordenador, trabalho de investigação sobre conservação de recursos fitogenéticos

# **Avaliação da resistência mecânica do solo na homogeneidade de profundidade na sementeira de uma cultura de milho feita sob diferentes técnicas culturais<sup>1</sup>**

**Evaluation of soil mechanic resistance and seed depth placement in a maize crop seed under different soil management practices**

**Luís A. Conceição  
Pilar B. Elorza  
Ricardo Freixial  
Susana Dias  
Miguel Garrido  
Constantino U. Valero**

## **Resumo**

Com o objetivo de estudar a influência da resistência mecânica do solo na distribuição vertical de semente obtida por semeadores numa cultura de milho, realizou-se na campanha de 2011 um estudo de campo na região do Alentejo, sendo a operação de sementeira feita sob diferentes praticas culturais: mobilização convencional, mobilização mínima e sementeira direta. Em sementeira direta foram ainda testadas duas velocidades de trabalho, 4 km<sup>-1</sup> e 6 km<sup>-1</sup>. A profundidade de sementeira foi determinada a partir da medição do comprimento do mesocótilo do milho após a emergência da cultura. A média, desvio padrão, coeficiente de variação e correlação dos valores de resistência ao rompimento do solo e profundidade de sementeira foram determinados. Os resultados demonstraram que independentemente da pratica cultural utilizada se verificou uma correlação negativa entre os valores encontrados para a resistência ao rompimento do solo e os valores de profundidade de deposição da semente, sendo o valor mais acentuado na condição de sementeira direta ( $r = - 0.77$ ) à velocidade de trabalho de 4 km<sup>-1</sup>. A melhor performance de sementeira foi conseguida em sementeira direta com o aumento de velocidade de trabalho de 4 para 6 km<sup>-1</sup> com um coeficiente de variação de 10.1%. A análise de variância demonstrou haverem diferenças significativas nas profundidades de sementeira causadas pela resistência do solo e pela velocidade de trabalho do semeador de sementeira direta.

**Palavras-chave:** milho; sementeira direta; agricultura de precisão; semeador

## **Abstract**

In Alentejo region, Portugal, maize crop field studies were conducted to compare the effect of different tillage systems and no tillage in seed depth placement. Seed depth placement was measured by maize mesocotyl length after crop emergence under conventional tillage (CT), minimum tillage (MT) and no-tillage conditions (NT). In no-tillage condition two work speeds, 4km<sup>-1</sup> and 6 km<sup>-1</sup>, were tested. Mean, standard deviation, coefficient of variation and correlation between seed depth placement and soil resistance values were measured. Results showed that independently of the soil practice, there was a negative correlation between seed depth placement and soil mechanic resistance being the higher correlation ( $r = - 0.77$ ) in NT condition operating at 4 kmh<sup>-1</sup>. Considering the lowest coefficient of variation of seed depth placement of 10.1%, best seeder performance was achieved in NT condition increasing work speed from 4 to 6 kmh<sup>-1</sup>. A double-factor ANOVA showed that the effect of soil mechanic resistance and work speed in NT caused significant differences in depth seed placement.

**Keywords:** maize; no-till; precision farming; planter

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no III Seminário de ID&T, organizado pelo C3i – Centro Interdisciplinar de Investigação e Inovação Instituto Politécnico de Portalegre, realizado nos dias 6 e 7 de Dezembro de 2012.

## Introdução

Em Portugal, independentemente do destino cultural ser a produção de grão ou de silagem, a cultura de milho constitui a principal cultura de regadio com 138000ha no ano agrícola de 2011, segundo dados da ANPROMIS. Sendo tradicionalmente uma cultura arada, considerando os atuais problemas de erosão do solo e, bem como as elevadas potências instaladas nos sistemas tradicionais de mobilização do solo torna-se pertinente o estudo de sistemas alternativos de mobilização que permitam redução dos aportes energéticos à realização da cultura e contribuam de modo positivo para o ambiente. Neste sentido, na região do Alentejo, muitos são os agricultores que têm vindo a substituir as tradicionais técnicas de mobilização do solo por sistemas de mobilização de conservação recorrendo a técnicas de mobilização mínima e de sementeira direta, tanto mais que, nesta última opção torna-se possível reduzir custos e tempos de operação que permitindo a instalação de duas culturas por ano na mesma parcela (Carvalho, 1994). Atualmente a área de cereais feita em sementeira direta, segundo os últimos censo agrícolas, é de 47000 ha. Algumas dificuldades discutidas a propósito da implementação da técnica de sementeira direta, prendem-se com a heterogeneidade dos solos em regiões mediterrâneas e o facto dos semeadores deverem apresentar grande capacidade de adaptação essa heterogeneidade física para que a sua performance no que respeita à distribuição de semente não prejudique a produtividade da cultura. Considerando que a resistência de penetração de um solo no seu estado natural se traduz pela pressão exercida pelo rompimento e penetração do mesmo por um objeto rígido (Soil Survey Staff, 1993), pode esperar-se que esteja altamente correlacionada com o crescimento radicular (Carvalho, 2006), compactação do solo (Freddi *et al.*, 2009) e com a sua densidade aparente. Nestas circunstâncias, e numa cultura de milho, Laborde (2011) refere que um semeador a uma velocidade de trabalho de  $5 \text{ km}^{-1}$  deverá ser capaz de garantir uma distribuição horizontal e vertical tão homogênea quanto possível que se possa observar nos alongamentos regulares dos mesocótilos das plantas. Efetivamente a performance dos semeadores de sementeira direta está muito dependente das condições do solo, do tipo e quantidade de resíduos deixados à superfície da cultura anterior e do tipo de órgão sulcador que equipa o semeador. Tipos de órgãos sulcadores frequentemente usados em semeadores convencionais são os de bico de escarificação, *chísel*, discos simples ou duplo e T invertido (Chaudhuri, 2001). No caso de semeadores de sementeira direta, de acordo com o tipo de resíduos à superfície, os órgãos sulcadores mais comuns são do tipo bico de escarificador, disco simples ou disco duplo desfasado (Carvalho, 2001). A sua importância prende-se com a função que têm de abrir um sulco no solo que permita a deposição das sementes parcialmente cobertas por terra pelo que a maximização da produtividade da cultura passa pela homogeneidade da deposição da semente em profundidade. Isto, porque, apesar do teor de humidade do solo ter tendência para aumentar em profundidade, também aumenta a impedância do solo, o que dificulta a homogeneidade de distribuição vertical dos semeadores (Ozmerzi, 2002). Num ensaio preliminar Conceição *et al.* (2011) avaliando a necessidade de desenvolvimento de dispositivos dinâmicos de controlo de pressão das linhas de sementeira num semeador

de sementeira direta de precisão em que uma das linhas de sementeira foi equipada com um recetor de GPS, um data logger, uma célula de carga e um sensor de variação linear, demonstraram haver uma correlação moderada de  $r$  0.4 entre a força exercida na linha e a correspondente classe de profundidades de 0 a 10mm, 10 a 20mm e de 20 a 30 mm, e, através de um SIG criados os respetivos mapas de variabilidade espacial para os dois parâmetros em estudo. No mesmo estudo, Garrido *et al.* (2011) também demonstraram haver uma correlação negativa entre os valores de resistência ao rompimento do solo medidos por um penetrómetro de cone e os respetivos valores de força na linha de sementeira, registados a partir da célula de carga que equipava o semeador. Karayel *et al.* (2008) definem que a avaliação da distribuição de um semeador se pode efetuar de acordo com um plano horizontal e um plano vertical, sendo que este segundo se prende com a deposição da semente em profundidade no solo, pelo que, a sua avaliação permite desde logo ser um dado para o maior ou menor sucesso da cultura atendendo à homogeneidade de emergências conseguidas. Liu *et al.* (2004) demonstraram haver uma correlação maior entre produtividade e uniformidade da emergência da cultura do que produtividade e espaçamento das plantas na linha. Neto *et al.* (2007) num ensaio em 38 propriedades agrícolas cuja cultura de milho era realizada em sistema de sementeira direta verificaram haver elevados coeficientes de variação da ordem dos 20% para o parâmetro profundidade de sementeira, por determinação do comprimento do mesocótilo das plantas colhidas, e concluíram ser necessário uma melhor calibração dos respetivos dispositivos de regulação nas máquinas para uma melhor performance das mesmas.

Assim, neste ensaio, considerando as metodologias mais frequentes de cultivo do milho para grão, mobilização convencional, mobilização mínima e sementeira direta, pretendeu-se avaliar o trabalho dos respetivos semeadores no que respeita à sua performance na deposição da semente em profundidade (distribuição vertical), bem como esta varia de acordo com os valores de resistência de penetração do solo.

## **Material e Métodos**

O ensaio teve lugar entre Abril e Maio de 2011 em três propriedades agrícolas, Sociedade Agrícola do Pigeiro, Herdade da Comenda e Herdade das Lages no norte Alentejo, sendo as parcelas constituídas maioritariamente por solos do tipo fluvisolo e aluviosolo, segundo a classificação FAO, em que o cultivo de uma variedade de milho grão, ciclo FAO 500, com um peso específico de  $320\text{g } 1000^{-1}$  foi feito sob diferentes práticas culturais, em sistema de mobilização convencional (MC), mobilização mínima (MM) e sementeira direta (SD), nas parcelas cujas coordenadas geográficas são  $38^{\circ}36'29''$  N,  $7^{\circ}23'17,01''$  W;  $38^{\circ}53'37,35''$  N,  $7^{\circ}02'41''$  W;  $38^{\circ}38'51,25''$  N  $7^{\circ}46'55'',55$  W; respetivamente.

Sendo uma zona caracterizada por um clima mediterrâneo, no período de ensaio verificaram-se temperaturas médias de  $18.4^{\circ}\text{C}$  e de precipitação de  $73.5\text{mm}$  durante o mês de Abril e de  $21^{\circ}\text{C}$  e de  $83\text{ mm}$  em Maio. As análises de solo indicaram a presença

de texturas franco argilosas para os solos das parcelas em que se realizou o milho em MC e MM e argilosas para a parcela em SD. No sistema de MC o solo antes da operação de sementeira foi sujeito a: uma passagem de *chísel* a cerca de 30 cm de profundidade, uma passagem cruzada de grades de discos e uma passagem com um rototerra. Em MM a preparação da cama de sementeira fez-se com uma passagem cruzada de grade de discos. À data de sementeira as percentagens de humidade do solo determinadas a 60°C eram de 14.8%, 11% e 12,5% para as parcelas em MC, MM e SD, respetivamente. Os semeadores utilizados foram em MC marca RAU modelo Maxem, em MM marca Semeato modelo SPE e em SD marca Semeato modelo SSE. Todos os semeadores têm um trem de sementeira, constituído por 4 linhas, com uma entre linha de 0.75m, órgãos sulcadores de duplo disco desfasado, roda controladora de profundidade e controlo de pressão da linha por tensão mecânica de uma mola amortecedor ajustada para 3 cm de profundidade. A densidade de plantação usada foi de 85000 plantas por hectare. As velocidades médias de operação foram de 4 km h<sup>-1</sup> em MC e MM. Em SD usaram-se duas velocidades de trabalho de 4 e 6km h<sup>-1</sup>.



Fig. 1. Operações de sementeira e máquinas utilizadas em cada uma das parcelas (da esquerda para a direita): sementeira em mobilização convencional (Pigeiro), sementeira em mobilização mínima (Comenda) e sementeira direta (Lages).

A resistência do rompimento do solo à penetração foi avaliada com recurso a um penetrómetro de cone da marca Dickey John em pontos georeferenciados com um equipamento de GPS da marca Magellan modelo Mobile Mapper CX no decurso das operações de sementeira. Em cada ponto, aleatoriamente escolhido, foram retirados 3 valores à profundidade de até 5 cm. Após emergência da cultura, nos mesmos pontos georeferenciados foram colhidas 4 plantas nas quais se determinou a profundidade de sementeira pela avaliação do comprimento dos respetivos mesocótilos (figura 2).



Fig. 2. Mostrador do penetrómetro de cone para determinação da resistência mecânica do solo ao rompimento (à esquerda) e determinação da profundidade de sementeira pela avaliação do comprimento do mesocótilo de plantas de milho pós emergência.

Recorrendo ao software estatístico Statistica 6.0 (StatSoft®), para ambos os parâmetros foram determinados as médias, desvio padrão, coeficiente de variação e coeficientes de correlação. para avaliar a influencia da resistência de rompimento do solo e dos sistema de preparação do solo na profundidade de sementeira procedeu-se a uma ANOVA e à comparação de médias pelo teste de Tukey. Num SIG usando o software ArcView 9.0, por interpolação dos valores obtidos foram criados os respetivos mapas de variabilidade espacial de resistência do rompimento do solo e de profundidade de sementeira.

## Resultados e discussão

A figura 3 apresenta a relação existente entre a resistência mecânica do solo e a profundidade de sementeira para os diferentes sistemas de preparação dos solos. À semelhança dos resultados obtidos por Garrido *et al.* em 2011, independentemente do sistema de preparação do solo verificou-se em todas as situações uma correlação negativa entre os parâmetros em estudo. Da mesma forma, os mapas de variabilidade espacial (figura 4) mostram que para as áreas de deposição de semente mais superfície do solo correspondem a zonas de maior resistência mecânica do solo ao rompimento indo ao encontro do defendido por Ozmerzi (2002) acerca do efeito de impedância do solo na homogeneidade de distribuição de semente em profundidade.

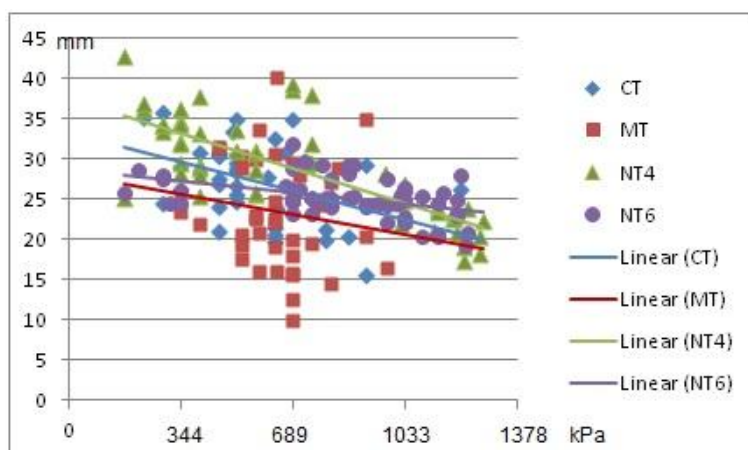


Fig. 3 Profundidade de sementeira (mm) e resistência mecânica do solo (kPa) para as diferentes práticas culturais em estudo

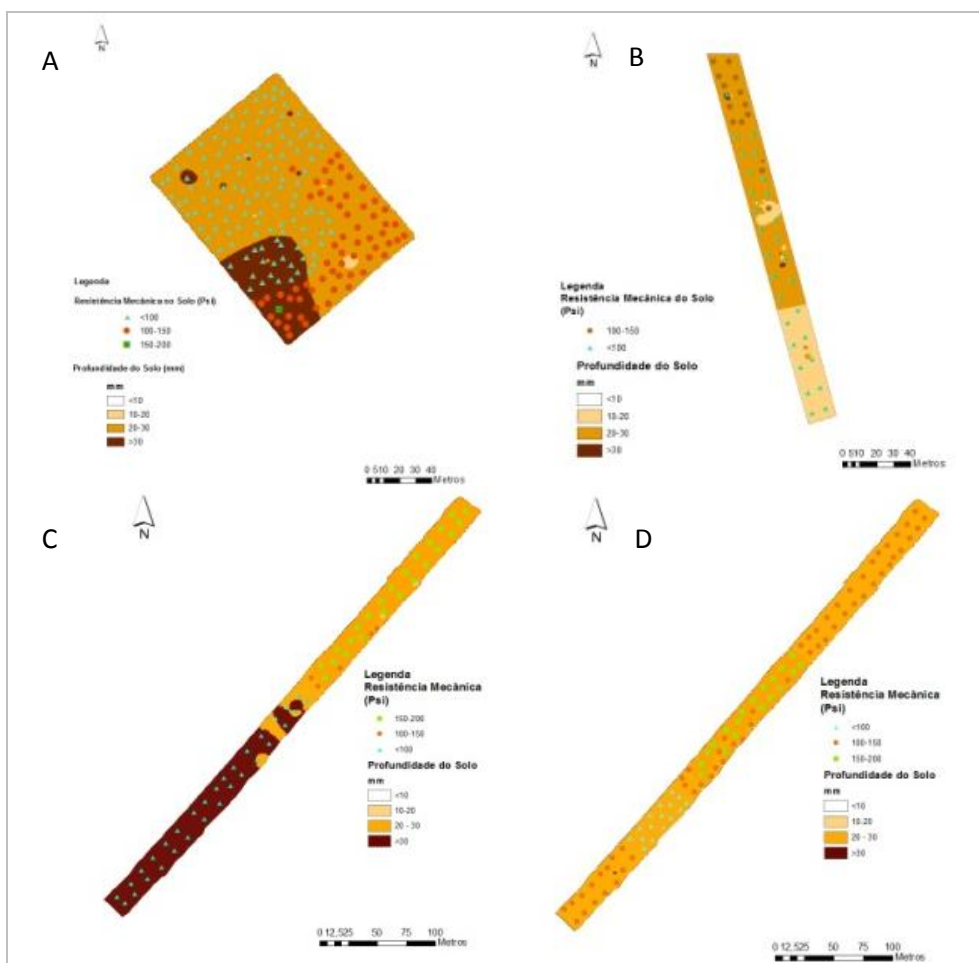


Fig. 4. mapas de variabilidade espacial da profundidade de sementeira e resistência mecânica do solo para as diferentes práticas culturais, MC(A), MM (B), SD a 4km h<sup>-1</sup> (C) e SD a 6km h<sup>-1</sup>(D).

Comparando as classes de resistência mecânica do solo ao rompimento acima dos 1033 kPa, de 689 a 1033 kPa e abaixo dos 689 kPa, verificaram-se diferenças significativas com a profundidade de sementeira (tabela 1). Apesar de agronomicamente os valores médios de profundidade de sementeira serem admissíveis, a distribuição vertical dos semeadores foi afetada significativamente pelo sistema de preparação do solo, nomeadamente quando comparados os sistemas de MC e MM com o de SD a 4 km h<sup>-1</sup> (tabela 2). A maior influencia da resistência mecânica do solo manifestou-se no sistema de SD a 4 km h<sup>-1</sup> dado pelo maior valor de correlação de  $r = -0.77$ . A melhor uniformidade de profundidade de sementeira obteve-se em SD quando a velocidade de trabalho passou de 4 para 6 km h<sup>-1</sup>. Em MM o maior elevado de coeficiente de variação de 28.8 % sugere resultados idênticos aos encontrados por Neto *et al.* (2007) em que a má regulação do semeador e ou desajuste do mesmo às condições de preparação do solo parecem estar na origem de elevada irregularidade das profundidades de sementeira observadas.



Tabela 1  
Influencia da resistência mecânica do solo à profundidade de sementeira

Resistencia do solo (kPa)	> 1033 n = 37	689 - 1033 n = 69	< 689 n = 88	Signf
Prof. sementeira (mm)	22.95 ± 2.54 <sup>a</sup>	25.19 ± 5.6 <sup>a</sup>	28.35 ± 5.39 <sup>b</sup>	***

Note: Note:\*\*\* p <0.001  
médias seguidas da mesma letra não são significativas pelo teste de comparação de médias de Tukey

Tabela 2  
Influencia da técnica cultural na profundidade de sementeira

MC	Ct n = 42	MT n = 40	NT 4 n = 56	NT 6 N = 56	Signf
Prof. sementeira (mm)	27.01 ± 4.74 <sup>ab</sup>	23.43 ± 6.75 <sup>a</sup>	28.49 ± 6.07 <sup>c</sup>	25.27 ± 2.56 <sup>ab</sup>	***

Note:\*\*\* p <0.001  
médias seguidas da mesma letra não são significativas pelo teste de comparação de médias de Tukey

## Conclusões

Com base neste estudo pode concluir-se:

- independentemente dos sistema de preparação dos solo verificou-se uma correlação negativa entre resistência mecânica do solo ao rompimento e profundidade de sementeira, sendo o valor mais elevado de  $r = 0.77$  sendo que a maior influencia da preparação do solo se fez sentir na parcela em SD com o semeador a operar a  $4 \text{ km h}^{-1}$ ;
- a resistência mecânica do solo e a velocidade de trabalho causaram diferenças significativas na profundidade de sementeira;
- a melhor uniformidade de sementeira foi obtida em SD À velocidade de trabalho de  $6 \text{ km h}^{-1}$  em que o coeficiente de variação foi de 10.1%;
- pelo contrário, os maiores coeficientes de variação obtidos foram na parcela de MM sugerindo má regulação dos órgãos de pressão do semeador ou desajustamento do mesmo a um campo com mobilização do solo;
- os resultados agora obtidos, concordam com resultados anteriores em que se defende o desenvolvimento de dispositivos ativos de controlo de pressão dos órgãos controladores de profundidade dos semeadores, especialmente em sementeira direta atendendo às heterogéneas condições físicas que o solo oferece à passagem do semeador.

## Referências bibliográficas

Albert Porte Laborde (2011), (personal communication). Workshop " A produção de milho em Portugal: cuidados técnicos actuais". Anpromis.

Carvalho, M. and Basch, G. (1994). Experiences with direct drilling in Portugal. In: Proceedings of the EC- Workshop- I-, Giessen, 27-28 June, 1994, Experience with the applicability of no-tillage crop production in the West- European countries, Wissenschaftlicher Fachverlag, Giessen, 1994, 105- 110.

Carvalho, M (2001). Manual de Divulgação Sementeira Directa e Técnicas de Mobilização Mínima. (1<sup>st</sup> ed) Direcção-Geral de Desenvolvimento Rural (DGDRural), (chapter 3).

Carvalho, G. J; Carvalho, M. P.; Freddi, O. S.; Martins, M. V. (2006). Correlação da produtividade do feijão com a resistência à penetração do solo sob plantio direto. Revista Brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiental, v.10, p.765-771.

Chaudhuri, D. (2001). Journal of Agricultural Engineering Research, Volume 79, Issue 2, Pages 125-137.

Conceição,L.A.; Elorza, P.B; Valero,C., Izard,M., Dias,S. (2011). Direct Seed and Precision Agriculture Technologies – an environment contribute to improve efficiency and energy saving in cereal crops. Abstracts 4th International Congress on Energy and Environment Engineering and Management, pp - 122 - 124. Mérida, Spain.

Freddi, O. S.; Centurion, J. F.; Duarte, A. P.; Peres, F. S. C. (2009). Compactação do solo e produção de cultivares de milho em Latossolo Vermelho. II - Intervalo hídrico ótimo e sistema radicular. Revista Brasileira de Ciência do Solo, v.33, p.805- 818.

Garrido,M.;Conceição,L.A.;Baguena,E.M.;Valero,C.;Barreiro,P.(2011). Evaluating the need for an active depth-control system for direct seeding in Portugal . Proceedings of the 8th European Conference on Precision Agriculture 11th - 14th July 2011, Czech University of Life Sciences Prague.

Karayel, D., Ozmerzi, A. (2008). Evaluation of Three Depth-Control Components on seed Placement Accuracy and Emergence for a Precision Planter. Applied Engineering in Agriculture Vol.24(3): 271-276.

Liu,W.; Tollenar, M.; Stewart, G., Deen, W., (2004). Response of Corn Grain Yield to Spatial and Temporal Variability in Emergence. Crop Science, Madison, V.44(3): 847-854.

Neto, P., Schimandei, A., Gimenez, L.,Colet, M., Garbui, P. (2007). " Profundidade de Deposição de Sementes de Milho na Região dos Campos Gerais, Paraná". Eng. Agric. Jaboticabal, Vol. 27(3): 782-786.

Ozmerzi A.; Karayel D.; Topakci M,(2002). Effect of Sowing Depth on Precision Seeder Uniformity. Biosystems Engineering 82 (2), 227–230.

Recenseamento agrícola 2009 (2011). Instituto Nacional de Estatística. ISBN 978-989-25-0108-6.

Soil Survey Staff (1993). Soil survey manual. Washington: USDASCS. U.S. Gov. Print. Office. 437p. (chapter 1).

## **Notas sobre os Autores**

### **Luís Alcino Conceição**

[luis\\_conceicao@esaelvas.pt](mailto:luis_conceicao@esaelvas.pt)

Instituto Politécnico de Portalegre/Escola Superior Agrária de Elvas

Professor Adjunto do departamento de Agricultura e Recursos Naturais

### **Pilar Elorza Barreiro**

[pilar.barreiro@upm.es](mailto:pilar.barreiro@upm.es)

Universidade Politécnica de Madrid

Professora Catedrática do departamento de Engenharia Rural da Escola de Engenheiros Agrónomos

### **Ricardo Freixial**

[rnc@uevora.pt](mailto:rnc@uevora.pt)

Universidade de Évora

Professor Auxiliar do departamento de Fitotecnia da Escola de Ciências e Tecnologia

### **Susana Dias**

[sdias@esaelvas.pt](mailto:sdias@esaelvas.pt)

Instituto Politécnico de Portalegre/Escola Superior Agrária de Elvas

Professora Adjunto equip. do departamento de Agricultura e Recursos Naturais

### **Miguel Izard**

[miguel.garrido.izard@upm.es](mailto:miguel.garrido.izard@upm.es)

Universidade Politécnica de Madrid

Investigador bolsheiro do Laboratório de Propriedade Físicas -Tagralia da UPM

**Constantino Valero**

[constantino.valero@upm.es](mailto:constantino.valero@upm.es)

Universidade Politécnica de Madrid

Professor Titular do departamento de Engenharia Rural da Escola de Engenheiros Agrónomos

### **Agradecimentos**

Os autores agradecem a disponibilidade dada pelos proprietários das herdades onde se realizaram os ensaios, engenheiro António Perdigão (herdade das Lages), engenheiro Luís Bulhão Martins (Soc. Agrícola do Pigeiro) e engenheiro Nuno Riscado (responsável técnico da herdade da Comenda da Direção Regional de Agricultura do Alentejo) bem como à colaboração do engenheiro Rui Amante na logística e conhecimentos transmitidos.

# Levantamento de etnobotânica aplicada à veterinária na região Alentejo<sup>1</sup>

## Survey of veterinary ethnobotany in Alentejo region

Noémia Farinha  
Orlanda Póvoa

### Resumo

A utilização tradicional de plantas para o tratamento de afecções animais é importante pelas suas potencialidades de utilização em pastagens medicinais, no desenvolvimento potencial de novas formulações farmacêuticas veterinárias para agricultura biológica e na preservação e valorização do conhecimento tradicional do Alentejo.

Foi efetuado um levantamento etnobotânico para aplicação no tratamento de animais, na região alentejana, tomando como base 56 entrevistas semi-estruturadas realizadas entre Julho 2011 e Abril 2012. O informante médio tem como perfil ser do sexo masculino, com mais de 70 anos, frequência do ensino básico e profissões ligadas à agricultura. As utilizações de plantas referidas destinam-se maioritariamente a tratar afecções de bovinos, equinos, ovinos e caprinos. O tratamento de traumatismos externos e as afecções gastro-intestinais foram as mais citadas. As famílias botânicas mais citadas foram *Malvaceae*, *Hypericaceae* e *Asteraceae*. Destacam-se pela frequência de citação: *Malva sp.* e *Lavatera sp.*, *Hypericum tomentosum*, *Olea europaea* e *Xolantha tuberaria*. Foram também referidas diversas misturas de plantas. Na maioria dos casos (78%), as utilizações descritas já não são utilizadas há mais de 30 anos, o que justifica a recolha deste conhecimento tradicional.

**Palavras-chave:** *etnoveterinária; fitoterapia; Alentejo; Portugal*

### Abstract

The traditional use of plants for treatment of animal diseases is important for its potential use in medicinal pastures, the potential development of new veterinary pharmaceutical formulations for organic farming and the preservation and promotion of traditional knowledge of the Alentejo. A preliminary ethnoveterinary survey was carried out in Alentejo, based on 56 semi-structured interviews conducted between July 2011 and April 2012. The profile of the informant is: male, over 70 years, the frequency of primary and professions related to agriculture. The citations are intended primarily to treat diseases of cattle, horses, sheep and goats. The treatment of external injuries and gastrointestinal disorders were the most cited. The most frequently mentioned botanical families were *Malvaceae*, *Asteraceae* and *Hypericaceae*. Distinguished by frequency of citation: *Malva sp.* and *Lavatera sp.*, *Hypericum tomentosum*, *Olea europaea* and *Xolantha tuberaria*. Were also mixtures of these various plants. In most cases (78%) of the uses described are no longer used for over 30 years, which justifies the collection of this traditional knowledge.

**Keywords:** *ethnoveterinary; phytotherapy; Alentejo; Portugal.*

### Introdução

A região mediterrânica destaca-se pela notável diversidade das suas plantas: cerca de 25.000 espécies são nativas da região e mais da metade delas são endémicas; por outras palavras, não são encontrados em nenhum outro lugar na Terra. Isto conduziu ao reconhecimento do Mediterrâneo como um dos 25 “pontos quentes” (Hotspots) da biodiversidade global (Myers et al. 2000). Plantas mediterrânicas têm sido utilizados

1 - Trabalho apresentado no III Seminário de I&DT, organizado pelo C3i – Centro interdisciplinar de Investigação e Inovação do Instituto Politécnico de Portalegre, realizado nos dias 6 e 7 de Dezembro de 2012

para o desenvolvimento de produtos farmacêuticos modernos e cerca de 70% das plantas silvestres do Norte de África, da região mediterrânica, são conhecidos por terem valor potencial em áreas como a medicina, biotecnologia e melhoramento de plantas (UNEP 2006).

O uso medicinal de plantas tendo em vista a saúde animal, é uma tradição no Mediterrâneo e em outras regiões do mundo. Algumas destas tradições foram cientificamente testados e dizem respeito aos princípios farmacológicos encontrados em plantas, outras constituem rituais antigos e crenças religiosas.

Em Portugal, como na maioria do mundo ocidental, a descoberta, desenvolvimento e comercialização de uma variedade ilimitada de eficazes e seguros produtos químicos sintéticos com espectros de atividade muito amplos, conduziram ao desaparecimento de remédios baseados em plantas. Hoje em dia, esta atitude está a mudar rapidamente com o ressurgimento da medicação com base em produtos naturais, impulsionado por ameaças devidas ao aparecimento de pragas e doenças multi-resistentes e diminuição da perceção pública de que os produtos químicos sintéticos são a panaceia para controlar todas as doenças (Waller et al., 2001).

Por outro lado, o mundo enfrenta atualmente uma necessidade crescente de produtos alimentares e fontes de proteína, tais como carne e produtos lácteos. Isto mostra a importância crescente de soluções locais, de baixo custo, para a criação de gado em regiões pobres e subdesenvolvidas. Explorar e valorizar as propriedades medicinais das plantas da região poderia ajudar no desenvolvimento de tais soluções. No seu conjunto, esta área de conhecimento pode, no futuro, desempenhar um papel importante na preservação da biodiversidade, na redução dos impactos ambientais da agricultura e na produção de alimentos mais baratos e mais seguros.

Uma quantidade substancial de trabalhos foram publicados abordando o uso tradicional de plantas para fins medicinais em seres humanos e animais em diferentes partes do mundo. Na região Mediterrânica existem já alguns trabalhos que tratam da utilização tradicional de plantas medicinais em saúde animal, como os de Pieroni *et al.* (2006) em oito países do Mediterrâneo (Albânia, Argélia, Chipre, Egipto, Grécia, Itália, Marrocos e Espanha), Viegi *et al.* (2003) em Itália e Vasquez (2008) na Extremadura espanhola.

Em Portugal apesar de existirem vários trabalhos publicados sobre etnobotânica, como os de Camejo-Rodrigues (2006), Carvalho (2005), Novais *et al.* (2004) e Póvoa (2008). É contudo escassa, no nosso país, a documentação dos conhecimentos tradicionais sobre a utilização de plantas no tratamento de animais.

O presente trabalho teve como objetivo fazer um levantamento das utilizações tradicionais das plantas em saúde animal, na região Alentejo. O objetivo global é, no futuro, encontrar taxa relevantes que possam ser testados para introduzir na alimentação animal, ou até mesmo em pastagens, para fins medicinais. Estes taxa, depois dos necessários testes, também podem ser úteis para a produção de medicamentos a utilizar em fitoterapia, ou para a utilização pelas indústrias farmacêuticas. Pensamos contribuir desta forma para a valorização da flora do nosso país e para a diversificação das fontes de rendimentos das explorações agrícolas.

## **Material e métodos**

Entre Junho de 2011 e Abril de 2012, foram realizadas 56 entrevistas semi-estruturadas, planeadas para englobar toda a região Alentejo. O contacto com os informantes teve origem em projetos de investigação anteriores (inicialmente foram encontrados ao acaso), recomendados por informantes iniciais (processo de bola de neve, segundo Bernard (1988)), encontrados ao acaso em locais públicos ou recomendados por profissionais ligados ao setor agrícola.

A maioria das entrevistas foi realizada em locais públicos (cafés, praças, mercados, etc.), usando uma linguagem simples e conversação direcionada para o assunto em questão. Algumas entrevistas foram realizadas em grupo, considerando-se apenas uma entrevista, sendo considerada a identificação do informante principal.

Muitas plantas referidas pelos informantes eram comuns e a sua identificação botânica conhecida. Quando existiam dúvidas sobre a identificação, pedia-se aos informantes que mostrassem a planta a que se referiam e foram tomados exemplares para herbário. Em casos de impossibilidade física dos informantes, foram levados exemplares anteriormente colhidos, fotografias, etc. para permitir a identificação. Foram efetuadas várias visitas ao mesmo local e os informantes contactados de outras formas para

confirmação de plantas e de informação. Apesar destes esforços, algumas plantas permanecem ainda por identificar e foram ignorados no presente trabalho.

Em alguns casos, para taxa diferentes foram referidos o mesmo nome comum (ex... Malva referindo-se a várias espécies de *Lavatera* sp e *Malva* sp). Nestes casos, foi considerado o género.

No início de cada entrevista era fornecida a informação sobre o âmbito e objetivo da mesma (aplicação ao tratamento de animais). No entanto, foi frequentemente referida a utilização de plantas em problemas de saúde humana.

A validação da informação é uma questão importante. Muitos autores consideram apenas informações recolhidas de, pelo menos, três informantes e todas as informações obtidas a partir de informantes especializados considerados como “informante estrela” (Carvalho, 2005). No entanto, outros autores como Pardo de Santayana (2003) consideram toda a informação relevante, porque pode representar uma relíquia de uso do passado. Neste trabalho foi considerada toda a informação recolhida, na perspectiva de validação futura em novas pesquisas etnoveterinárias.

## Resultados

Os locais das entrevistas foram dispersos por todo o Alentejo (figura 1). Esta região, com uma área de 31 551,2 km<sup>2</sup> representa 33% da área de Portugal continental.

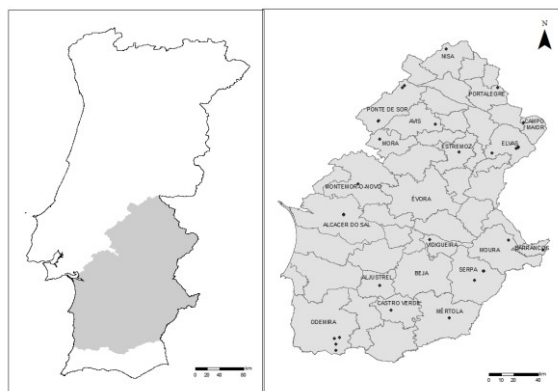


Figura 1 - Área de estudo em Portugal continental. Os pontos representam a distribuição das entrevistas na região.



Os informantes eram na sua maioria homens (67,9%) com mais de 70 anos (62,5%), detentores do ensino básico (51,8%) (quadro 1). Devido à sua idade, a maioria de nossos informantes estão aposentados (75%), no entanto, nas suas ocupações anteriores eram agricultores ou tratadores de animais, pelo que a maioria (67,9% estavam ligados à agricultura. Este perfil de idade, nível de instrução, a profissão é semelhante a outros relatos etnobotânicos em Portugal e na Península Ibérica (Blanco, 1996; Tardio *et al*, 2002;. Novais *et al*, 2004;. Carvalho, 2005; Camejo-Rodrigues, 2006).

Quadro 1 – Caracterização dos informantes

Idade	Frequência (%)
<40	0
40-60	16,2
60-70	21,4
>70	62,5
Grau de instrução	
<i>Analfabeto</i>	33,9
<i>1º ciclo(4 anos)</i>	51,8
<i>2º ciclo (6 anos)</i>	1,8
<i>3º ciclo (9 anos)</i>	3,6
<i>Escola Secundária (12 anos)</i>	8
Profissão/atividade	
<i>Agricultor</i>	47,5
<i>Tratador de animais</i>	20
<i>Outra</i>	32,5
Sexo	
<i>Masculino</i>	65
<i>Feminino</i>	35

A informação fornecida tem origem na tradição oral tradicional e na experiência pessoal. Em alguns casos, os livros foram também referenciados como fonte de informação parcial. Resultados semelhantes foram encontrados por Camejo-Rodrigues (2006). A maioria dos informantes (77,8%) já não usa estes tratamentos, em média há cerca de 30 anos.

Considerando uma citação, como a referência a uma planta para um animal e um tratamento, obteve-se um total de 933 citações. As citações humanas correspondem a 25% do total, enquanto as veterinárias correspondem a 75%. Nas referências aos animais, a subfamília *Bovinae* foi a que obteve maior número de citações veterinárias

(32%), seguido de Equídeos (22%), Caprinae-Ovis (16%), Caprinae-Capra (11%) e Suidae (11%).

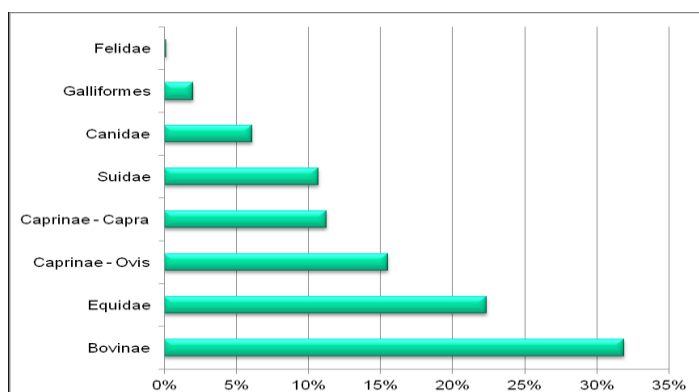


Figura 2 – Citações para uso de plantas medicinais em tratamentos de animais

Os métodos predominantes para a preparação de plantas individuais ou misturas foram tisana e infusão.

As principais aplicações referidas para a utilização de plantas no tratamento de animais foram no tratamento de traumatismos (principalmente feridas e entorses) e nas afeções do trato gastrointestinal (figura 3). Estas aplicações predominantes coincidem com aqueles relatados por Pieroni *et al.* (2006) para a região do Mediterrâneo. A febre, afeções do aparelho respiratório, parasitas externos e internos, anemia, afeções do olho, etc., foram menos citadas (28% no total)

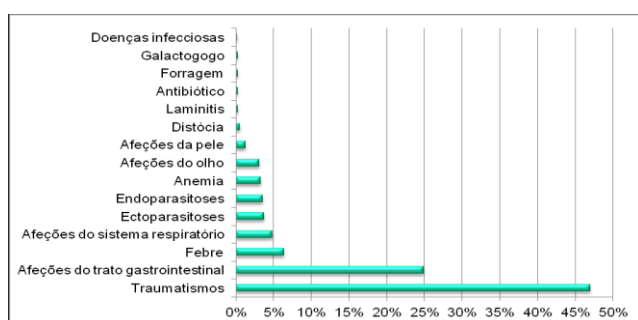


Figura 3 – Principais aplicações citadas no tratamento de animais

Quanto às famílias botânicas mais referidas, foram as Malvaceae, *Hypericaceae* e *Asteraceae*, com, respetivamente 12%, 11% e 10% das citações (figura 4). Em 14% das citações, as famílias botânicas foram referidas apenas uma vez nesta pesquisa.

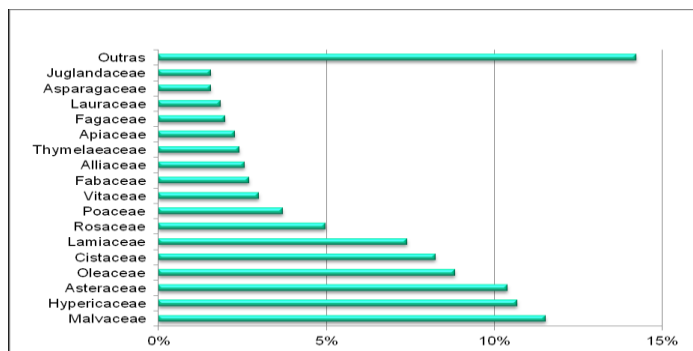


Figura 4 – Frequência das citações das famílias botânicas utilizadas no tratamento de animais.

As plantas mais referidas pertencem ao género *Malva/Lavatera* e às espécies *Hypericum tomentosum*, *Olea europaea* e *Xolantha tuberaria* (quadro 2). Foi efetuada pesquisa bibliográfica para avaliar se as utilizações referidas pelos informantes encontravam apoio nos estudos já disponíveis sobre as propriedades medicinais destas espécies.

A *Malva/Lavatera* foi o taxa mais referido e destina-se a tratar traumatismos, afeções gastrointestinais (principalmente obstipação), afeções do trato respiratório, laminite e ectoparasitas. As malvas contém mucilagens com propriedades emolientes (a maioria das espécies têm entre 5 e 10% de mucilagens), propriedades mucolíticas e laxativas. A sua atividade anti-inflamatória é devida à presença de flavonoides e antocianosidos (Proença da Cunha *et al.*, 2010). Bown (1995) refere-as como expectorantes, adstringentes ligeiros e anti-inflamatórias, usadas em bronquites, tosse, inflamação da garganta, gastrites, externamente para abscessos e mordeduras de insectos. Desta forma a bibliografia está de acordo com as utilizações medicinais de *Malva/Lavatera*, resultantes do conhecimento tradicional.

A espécie *Hypericum tomentosum* citada pelos informantes para tratar sobretudo traumatismos, afeções do trato gastrointestinal e afeções do olho, contém flavonoides e proantocianidinas, com propriedades anti-inflamatorias, vasoprotectivo e espasmolítico (Proença da Cunha *et al.*, 2009). A Hipericina é antisseptica, anti-inflamatoria e cicatrizante (Proença da Cunha *et al.*, 2010). A Hiperforina tem um efeito antibiótico em bactérias Gram-positivas (Schempp *et al.*, 1999). Estas propriedades justificam o

uso nos tratamentos referidos pelos informantes. De notar que a Hipericina e hiperforina em grandes quantidades provocam fotossensibilização (Knight and Walter, 2003).

A *Olea europaea*, utilizada sobretudo sob forma de azeite ou de calda de azeitonas, foi citada para afeções do trato gastrointestinal, traumatismos, febre, ecto e endoparasitoses e afeções do sistema respiratório. A bibliografia refere esta espécie como sendo utilizada na extremadura Espanhola como vulneraria, anti-inflamatória, para tratar dermatites, hemorroidas, hipotensora, tranquilizante, laxante, estimulante da secreção biliar, anti-helmintica (Vasquez, 2008).

A *Xolantha tuberaria* foi citada para tratar traumatismos; afeções do trato gastrointestinal e afeções do olho. Em Espanha é usada a parte aérea para tratamento de feridas em cavalos, ruminantes e cães (Pieroni *et al.*, 2006). Em Portugal foi citada para a prevenção de infeções, feridas, problemas de olhos e mordeduras de insetos (Carvalho, 2005) e no tratamento de feridas e inchaços (Camejo-Rodrigues, 2006). Possui ainda comprovada actividade antivirica, HIV (Abad *et al.*, 1997, Bedoya *et al.*, 2001 and Bedoya *et al.*, 2010). Relativamente ao tratamento de trauma, aparentemente *Hypericum tomentosum* foi mais frequentemente citado no Baixo Alentejo sub-região, enquanto *Xolantha tuberaria* foi mencionada principalmente no Alentejo Litoral e Alentejo Central.

Outras espécies menos referidas, mas que poderão ter interesse foi o *Senecio* sp. (Tasna), apenas para uso externo (feridas e entorses), uma vez que a sua ingestão é tóxica para os animais por causa do seu teor em alcalóides (OMS, 1998). Outras plantas com toxicidade conhecida, como *Daphne gnidium* e *Urginea maritima*, também foram citados pelos informantes para uso externo.

Várias plantas da família *Lamiaceae* também foram citados (*Mentha pulegium*, *Rosmarinus officinalis*, *Melissa officinalis* e *Mentha spicata*), com diferentes aplicações medicinais. Pieroni *et al.* (2006) sugerem que o uso relativamente comum e generalizado de *Asteraceae* e *Lamiaceae* pode ser devido a características fitoquímicas, como o conteúdo em lactonas sesquiterpênicas na *Asteraceae* e o conteúdo em óleos essenciais nas *Lamiaceae*. De acordo com estes autores, estes produtos químicos conferem um sabor muito marcado (amargo no caso de *Asteraceae* e aromático, no caso

de *Lamiaceae*), que poderia ter um papel na seleção dessas plantas medicinais com os primeiros grupos humanos.

Quadro 2 – Espécies botânicas mais citadas e aplicação medicinal referida pelos informantes

<i>Espécie</i>	<i>Nº citações</i>	Doença-tipo (número de citações)
<i>Malva sp. Lavatera sp.</i>	83	Traumatismos (59); Afeções do trato gastrointestinal (19); Afeções do trato respiratório (2); Ectoparasitoses (1); Laminite (1)
<i>Hypericum tomentosum</i>	72	Traumatismos (54); Afeções do trato gastrointestinal(12); Afeções do olho(4); Febre (1); Laminite (1)
<i>Olea europaea</i>	58	Afeções do trato gastrointestinal (25); Traumatismos (23); Febre (3); Ectoparasitoses (3); Endoparasitoses (1); Afeções do sistema respiratório (4)
<i>Xolantha tuberaria</i>	43	Traumatismos (38); Afeções do trato gastrointestinal (3); Afeções do olho (3)
<i>Vitis vinifera</i>	21	Traumatismos (8); Afeções do trato gastrointestinal (7); Anemia (6)
<i>Chamaemelum nobile</i>	18	Afeções do trato gastrointestinal (9); Traumatismos (4); Afeções do olho (3); Afeções do sistema respiratório (2)
<i>Daphne gnidium</i>	17	Afeções do trato gastrointestinal (14); Ectoparasitoses (2); Traumatismos (1)
<i>Allium sativum</i>	15	Afeções do sistema respiratório (5); Endoparasitoses (4); Afeções do trato gastrointestinal (3); Afeções do olho (1); Traumatismos (1); Antibiótico (1)
<i>Mentha spicata</i>	15	Endoparasitoses (14); Afeções do sistema respiratório (1)
<i>Cistus ladanifer</i>	13	Traumatismos (12); Ectoparasitoses (1)
<i>Mentha pulegium</i>	13	Afeções do sistema respiratório (5); Ectoparasitoses (3); Endoparasitoses (3); Afeções do trato gastrointestinal (2)
<i>Sanguisorba sp.</i>	12	Traumatismos (6); Febre (6)
<i>Senecio sp.</i>	12	Traumatismos (12)
<i>Trifolium angustifolium</i>	12	Afeções do trato gastrointestinal (12)
<i>Juglans regia</i>	11	Ectoparasitoses (6); Traumatismos (4); Afeções do trato gastrointestinal (1)
<i>Quercus suber</i>	11	Traumatismos (8); Afeções da pele (3)
<i>Rosmarinus officinalis</i>	11	Traumatismos (5); Afeções do olho (4); Ectoparasitoses (1); Anemia (1)
<i>Foeniculum vulgare</i>	10	Afeções do trato gastrointestinal (5); Afeções do sistema respiratório (2); Traumatismos (2); Distócia (1)
<i>Triticum aestivum</i>	10	Traumatismos (2); Afeções do trato gastrointestinal (2); Galactogogo (2); Anemia (4)
<i>Achillea ageratum</i>	9	Traumatismos (2); Afeções do trato gastrointestinal (4);

		Afeções do sistema respiratório (2); Febre (1)
<i>Urginea maritima</i>	9	Ectoparasitoses (1); Traumatismos (3); Afeções da pele(5)

## Conclusões

O conhecimento de origem tradicional está sobretudo na posse de pessoas idosas e com pouca utilização atual, o que justifica o investimento na recolha de informação, dado que corre um forte risco de se perder. Contudo as pessoas mais novas com interesse pelos conhecimentos tradicionais, associados a livros, denotam que o conhecimento tradicional deve ser valorizado, porque estão interessados na sua aplicação.

A fitoterapia pode contribuir para sistemas de produção animal mais sustentáveis, visando não só os modos de produção biológica, mas também os pequenos produtores, independentemente do modo de produção. Estes trabalhos podem constituir a base para futuros estudos fitoquímicos e farmacológicos os quais podem conduzir a novos produtos terapêuticos.

As doenças mais referidas foram os traumatismos e afeções do trato gastrointestinal. As restantes (febre, afeções do sistema respiratório, parasitas etc.) foram comparativamente pouco referidas. As plantas mais utilizadas foram *Malva sp./ Lavatera sp.*, *Hypericum tomentosum* e *Olea europaea* para tratar traumatismos e afeções do trato gastrointestinal.

Algumas espécies, como *Mentha pulegium* e *Trifolium angustifolium*, também poderiam ser usadas em misturas de pastagens, com potenciais efeitos preventivos sobre diarreia e infestação parasitária.

Os resultados da etnobotânica podem contribuir para a valorização dos recursos genéticos vegetais, mas deveriam ser testados antes de serem utilizados em produção animal.

É necessário continuar a conduzir investigação específica a cada espécie animal com plantas potencialmente úteis e tornar a informação disponível para os agentes envolvidos.

## Referências bibliográficas

Abad M.J., Bermelo P, Villar A, Palomino S.S., Carrasco L. (1997), Antiviral activity of medicinal plant extracts. *Phytother Res.*; **11**:198–202.

Bedoya, L.M.; Abad, M.J.; Sánchez-Palomino, S.; Alcami, J.; Bermejo, P. (2010), Ellagitannins from *Tuberaria lignosa* as entry inhibitors of HIV. *Phytomedicine*, Vol.17, Issue 1, 69–74

Bedoya, L.M, Sanchez-Palomino, S., Abad, M.J, Bermejo, P., Alcami J. (2001), Anti-HIV activity of medicinal plant extracts. *J Ethnopharmacol.*, **77**:113–116.

Bernard, H. R. (1988), *Research methods in cultural anthropology*, Newbury Park, CA: Sage Publications.

Blanco, E. (1996), Ideas metodológicas relativas al trabajo de campo etnobotánico. *Monografías del Jardín Botánico de Córdoba*, vol. 3, pp. 89-91.

Bown, D. (1995), *The Royal Horticultural Society encyclopedia of herbs & their uses*, Dorling Kinderley, London.

Camejo-Rodrigues, J. S. (2006), *Recolha dos ‘Saber-fazer’ tradicionais das Plantas aromáticas e Medicinais. Concelhos de Aljezur, Lagos e Vila do Bispo*, AFLOSUL, Bordeira. 253 pp.

Carvalho, A. M. P. (2005), *Etnobotánica del Parque Natural de Montesinho, Plantas, Tradicion Y Saber Popular en un Territorio del Nordeste de Portugal*, [Tesis Doctoral], Universidad Autónoma de Madrid, 468 pp.

Hammond, J.A., Fielding, D., Bishop, S.C. (1997), Prospects for plant anthelmintics in tropical veterinary medicine, *Veterinary Research Communications*, 21(3) 228.

Knight, A. P., Walter, R.P. (2003), Plants affecting the skin and liver, in: *A Guide to Plant Poisoning of Animals in North America*, Teton Media, Jackson WY; available online at: [http://www.ivis.org/special\\_books/Knight/chap4/IVIS.pdf](http://www.ivis.org/special_books/Knight/chap4/IVIS.pdf), 19-Jan-2012.

Kubo I., Fujita K. (2001), Naturally occurring anti-Salmonella agents. *J. Agric. Food Chem.* 49 (12): 5750–4. doi:10.1021/jf010728e.

Martínez, G.J., Luján, M.C. (2011), Medicinal plants used for traditional veterinary in the Sierras de Córdoba (Argentina): An ethnobotanical comparison with human medicinal uses, *Journal of Ethnobiology and Ethnomedicine*, 7:23

Myers, N., Mittermeier, R.A., Mittermeier, C.G., da Fonseca, G.A.B. and Kent, J. (2000), Biodiversity hotspots for conservation priorities, *Nature* 403: 853-858

Novais, M.I. Santos, S. Mendes, C. Pinto-Gomes (2004), Studies on pharmaceutical ethnobotany in Arrabida Natural Park (Portugal), *Journal of Ethnopharmacology* vol. 93, pp. 183-195.

Pardo de Santayana, M. (2003), *Las plantas en la cultura tradicional de la antigua Merindad de Campoo*, [Tesis doctoral], Facultad de Ciencias, Universidad Autónoma de Madrid, Madrid. 398 pp.

Pieroni A., Giusti M.E., De Pesquale, Lenzarini C., Censorii E., Gonzales-Tejero M.R., Sanches-Rojas C.P., Della A., Paraskeva-Hadjichambis D., Hadjichambis A.C.H., Skoula M., Johnson C.H., Sarpaki A., El-Demerdash M., El-Zayat M., Hmamouchi M. (2006), Circum Mediterranean cultural heritage and medicinal plant uses in traditional animal health care in eight selected areas within the RUBIA project. *J Ethnobiol Ethnomed* 2:16.

Povoa, O. L. V. 2008. *Produção e utilização dos taxa *Mentha pulegium* L. e *M. cervina* L. tese de doutoramento em engenharia agrónomica*. Instituto Superior de Agronomia, Universidade Técnica de Lisboa, 151p.

Proença da Cunha, A., Pereira da Silva, A., Roque, O.R. (2009), *Plantas e produtos vegetais em fitoterapia*, 3ª edição. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa., 702 pp.

Proença da Cunha, A., Teixeira, F., Pereira da Silva, A., Roque, O.R. (2010), *Plantas na terapêutica – farmacologia e ensaios clínicos*, 2ª edição, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 476 pp.

Tardio, J.; H. Pascual; R. Morales (2002), *Alimentos Silvestres de Madrid. Guia de plantas e setas de uso alimentario tradicional en la comunidad de Madrid*, Ediciones La Librería, Madrid, p. 21.

UNEP (2006), *Africa Environment Outlook 2 - Our Environment, Our Wealth*. United Nations Environment Programme, Nairobi, Kenya.

Vasquez Pardo, F.M. (2008), *Plantas medicinales en la comunidade de Extremadura*, Diputación de Badajoz, 573 pp.

Viegi, L., Pieroni, A., Guarrera, P.M., Vangelisti, R. (2003), A review of plants used in folk veterinary medicine in Italy as basis for a databank, *Journal of Ethnopharmacology*, 89 221–244

Waller, P.J., Bernes, G., Thamsborg, S.M., Sukura, A., Richte, S.H., Ingebrigtsen, K., Höglund, J. (2001), *Plants as De-Worming Agents of Livestock in the Nordic Countries: Historical Perspective, Popular Beliefs and Prospects for the Future*, *Acta Vet. Scand.*, 42, 31-44.

W.H.O. (1988), *Environmental Health Criteria 80 – Pyrrolizidine alkaloids*, Report from the World Health Organization, Geneva. Available online, at: <http://www.inchem.org/documents/ehc/ehc/ehc080.htm>, 19-Jan-2012.



Williams, C.A., Lamprecht, E.D. (2008), Some commonly fed herbs and other functional foods in equine nutrition: a review, *The Veterinary Journal*, 178(1), 21-31.

### **Notas sobre os autores**

#### **Noémia Farinha**

[nfarinha@esaelvas.pt](mailto:nfarinha@esaelvas.pt)

Instituto Politécnico de Portalegre – Escola Superior Agrária de Elvas

Licenciado em Agronomia, doutorado em Agronomia, Professor Coordenador, trabalho de investigação sobre conservação de recursos fitogenéticos

#### **Orlanda Póvoa**

[opovoa@gmail.com](mailto:opovoa@gmail.com)

Instituto Politécnico de Portalegre – Escola Superior Agrária de Elvas

Licenciado em Engenharia Florestal Agronomia, doutorado em Agronomia, Professor Adjunto, trabalho de investigação sobre conservação de recursos fitogenéticos

# Fotocatálise solar na remediação de corantes indigoides usados no tingimento de fios de algodão<sup>1</sup>

Solar photocatalysis in remediation of indigoides dyeing used in colouring cotton yarn

Enrico Saggiaro

Thelma Pavesi

Luís Filipe Vieira Ferreira

Josino Moreira

Anabela Oliveira\*

## Resumo

O objetivo do presente trabalho é avaliar a eficiência da fotodegradação solar do corante índigo carmim mediada pelo dióxido de titânio. O processo de degradação do índigo carmim foi avaliado sob a luz solar na localização S 22°52'37.3" e W 43°15'0.9" (Rio de Janeiro, Brasil). Volumes de 100 mL de solução aquosa (30 mgL<sup>-1</sup>) do corante foram irradiados por 5 h na presença de TiO<sub>2</sub> (1 gL<sup>-1</sup> a 1x10<sup>-3</sup> gL<sup>-1</sup>). As alíquotas (0, 15, 30, 45, 60, 90, 120, 180 e 300 min) do corante foram analisadas por Espectrofotometria UV-Vis, observando  $\lambda_{\text{máx}}=610\text{nm}$  do corante. A velocidade de degradação aumentou com a concentração de TiO<sub>2</sub>. Para a luz solar aos 15 min notou-se 99% de degradação para concentração de 1gL<sup>-1</sup>, enquanto apenas 8% para concentração de 1x10<sup>-3</sup> gL<sup>-1</sup>. A constante de velocidade de degradação diminui para a concentração 1x10<sup>-1</sup> gL<sup>-1</sup> e aumenta para a concentração 1x10<sup>-3</sup> gL<sup>-1</sup>, sendo que ao final de 5 h ambas degradaram aproximadamente 99% do corante. A fotocatalise mediada pelo TiO<sub>2</sub> mostra-se uma alternativa viável e eficaz para o tratamento de efluente contendo resíduos de corantes têxteis. O processo mostra-se mais atraente considerando-se a possibilidade de utilização da radiação solar como meio para diminuir o tempo de reação e o custo energético para o tratamento.

**Palavras chave:** dióxido de titânio; índigo; fotodegradação solar; fotocatalise; processos oxidativos avançados.

## Abstract

The aim of this study is to evaluate the efficiency of solar photodegradation of indigo carmine dye mediated titanium dioxide. The process of degradation of indigo carmine was evaluated under sunlight in location S 22 ° 52 '37.3 '' W and 43 ° 15 ' 0.9 '' (Rio de Janeiro, Brazil). Volumes of 100 ml of aqueous (30 mgL<sup>-1</sup>) dye were irradiated for 5 h in the presence of TiO<sub>2</sub> (1 gL<sup>-1</sup> to 1x10<sup>-3</sup> gL<sup>-1</sup>). Aliquots (0, 15, 30, 45, 60, 90, 120, 180 and 300 min) dye were analyzed by UV-Vis spectrophotometry by observing the dye  $\lambda_{\text{máx}} = 610\text{nm}$ . The degradation rate increased with the concentration of TiO<sub>2</sub>. To sunlight for 15 min was noted to 99% degradation 1gL<sup>-1</sup> concentration, while only 8% to 1x10<sup>-3</sup> gL<sup>-1</sup>. The rate constant for degradation decreases the concentration 1x10<sup>-1</sup> gL<sup>-1</sup> concentration and increases to 1x10<sup>-3</sup> gL<sup>-1</sup>, and after 5 h degraded both approximately 99% of the dye. The mediated TiO<sub>2</sub> photocatalysis showed a feasible and effective treatment of waste effluent containing textile dyes. The process appears to be more attractive considering the possibility of using solar radiation as a means to decrease reaction time and energy cost for the treatment.

**Keywords:** titanium dioxide, indigo, solar photodegradation, photocatalisys, advanced oxidation processes.

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no III Seminário de I&DT, organizado pelo C3i – Centro Interdisciplinar de Investigação e Inovação do Instituto Politécnico de Portalegre, realizado nos dias 6 e 7 de Dezembro de 2012.

## 1. Introdução

Desde os primórdios da história, nossos ancestrais usavam corantes como formas de expressão. Escritos datados de 2500 a.C. foram encontrados na China. Posteriormente, os romanos já dominavam o processo para o tingimento dos fios de lã com corantes naturais (SILVA, 2006). Desde o início do século XX, os corantes naturais foram sendo substituídos pelos sintéticos, representando estes, hoje, mais de 10 mil compostos orgânicos sintéticos ligados a indústria têxtil (SILVA, 2006). O número de corantes sintéticos cresce e se diversifica com a demanda de novas combinações, sendo a grande questão atual o uso e manejo dos corantes de maneira sustentável, sem causar danos à saúde humana e ambiental, danos ocasionados principalmente pelos resíduos gerados pelas indústrias têxteis.

Atualmente estima-se que o consumo anual de corantes sintéticos possa atingir cerca de  $7 \times 10^5$  toneladas no mundo, e no Brasil esses números giram em torno de 26.500 toneladas (DANESHVAR et al., 2004; KUNZ et al., 2002).

Diante deste cenário em que os problemas ambientais tem se tornado cada vez mais críticos e frequentes, a preservação do meio ambiente ganha forte importância (BONANCÊA, 2005). Quando não tratados corretamente, os efluentes industriais tornam-se potencialmente nocivos ao ambiente, devido às diversas substâncias utilizadas no processo. Cerca de 5 a 20% do corante é perdido no processo de tingimento, causado pela incompleta fixação deste nas fibras têxteis durante a lavagem do tecido (PASCOAL; TREMILIOSI-FILHO, 2005). Sendo que grande parte do efluente contendo corante não sofre qualquer tipo de tratamento, o que gera grandes volumes com altas cargas de compostos orgânicos fortemente coloridos, promovendo alterações quanto aos processos fotossintéticos naturais dos corpos d'água onde são descarregados (HASSEMER, 2006).

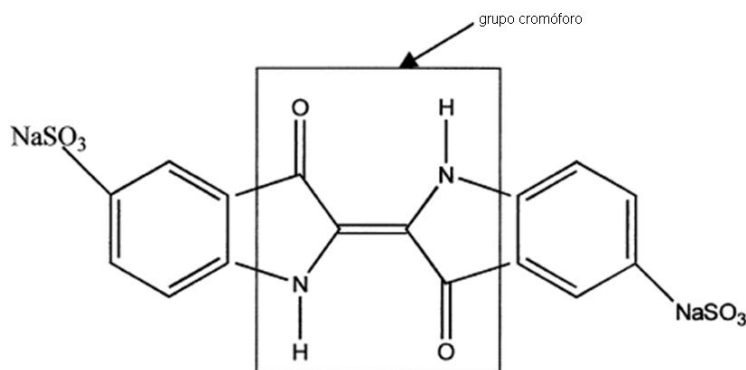
Devido a sua estrutura química complexa, quando descartados no ambiente sem nenhum tipo de tratamento, os corantes, não são facilmente biodegradados pelas bactérias presentes nos sistemas, ficando assim por um longo período nos ecossistemas. Os efeitos dos corantes atingem primeiramente a biota aquática, acumulando-se em altas concentrações nos níveis mais elevados da cadeia alimentar (ROBINSON et al., 2000).

O índigo é conhecido desde a antiguidade, tendo sua origem na Índia, nas antigas civilizações do Egito, Grécia e Roma, sendo considerado um corante nobre devido as suas excelentes qualidades em tingir. Como todo produto industrializado tem primeiramente suas origens na natureza, com este corante não foi diferente, tendo como forma natural a Indigotina, a qual era extraída diretamente das plantas; nos países tropicais das espécies *Indigosfera tictória* e nos países temperados da *Polygonium tintoorun*. Sua extração era com água resultando em uma solução de glicósido de indoxilo e devido à oxidação com o ar dava origem ao índigo (SANTOS, 2006).

Com o advento da industrialização, em 1897, a BASF iniciou a produção do índigo sintético a preços mais baixos do que o produto natural extraído. E nos dias de hoje, cerca de 20.000 toneladas/ano de índigo sintético são produzidos, principalmente como agente corante dos “blue jeans” (SANTOS, 2006).

O corante índigo *carmin* é considerado um indigóide altamente tóxico, podendo causar irritações na pele e na córnea. O corante possui propriedades cancerígenas e que interferem no desenvolvimento neural; e o seu consumo pode ser fatal. Othman *et al* (2007) demonstraram que o corante induz a ocorrência de tumores nos locais de aplicação e, quando administrado por via intravenosa, pode causar hipertensão grave, doenças cardiovasculares e problemas respiratórios.

Na Figura 1, observamos as duas estruturas dos corantes, atentando para os grupamentos  $\text{NaSO}_3$  do índigo *carmin*, os quais lhe confere solubilidade em meio aquoso. Também na figura abaixo, é evidenciando o grupo cromóforo, responsável pela cor do corante, este consiste de um sistema conjugado de uma ligação  $\text{C}=\text{C}$  substituído por dois grupos doadores de elétrons (NH) e dois grupos aceitadores de elétrons ( $\text{C}=\text{O}$ ) (VAUTIER *et al.*, 2001).

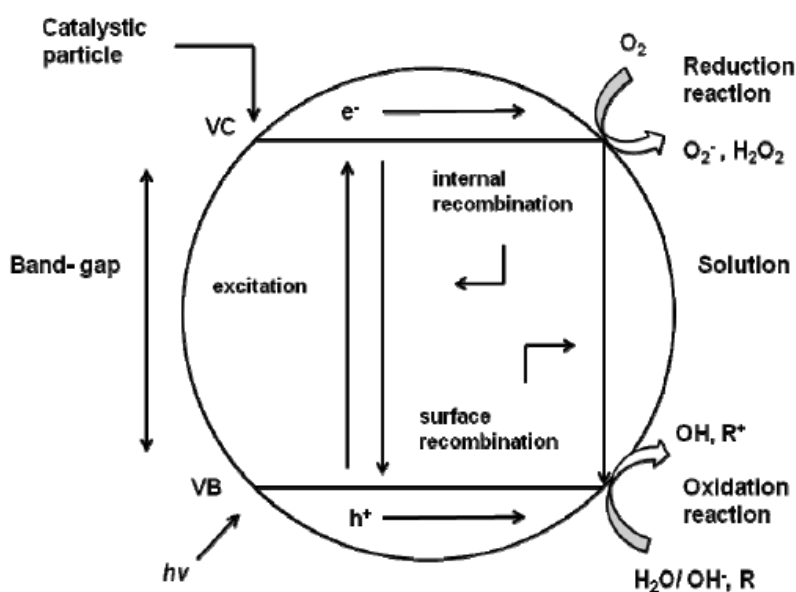


**Figura 1.** Estrutura do índigo carmim

Diversos processos oxidativos avançados (POAs) têm se destacado na tentativa de tratar as águas residuais contaminadas por diversas substâncias persistentes, em virtude da sua elevada capacidade destrutiva de moléculas orgânicas. Baseados na formação de radicais hidroxilas altamente oxidantes, possuem capacidade de reagir com os mais variados tipos de componentes orgânicos e inorgânicos, levando à formação de produtos intermediários de menor toxicidade ou a completa mineralização, com formação de dióxido de carbono ( $\text{CO}_2$ ) e água (ALMEIDA, 2004). São processos limpos e não seletivos, podem ser usados para tratamento de todo o tipo de poluentes orgânicos em meio líquido, gasoso ou sólido. Ocorrem em temperatura e pressão normais, sendo que existem diversos caminhos para formação do radical hidroxila, diferenciando e classificando os diversos processos que podem ser heterogêneos ou homogêneos, conforme a ausência ou presença de catalisadores, além de estarem ou não sob irradiação (LEGRINI et al., 1993; TEIXEIRA; JARDIM, 2004).

O sistema de fotocatalise heterogênea baseia-se na utilização de semicondutores que atuam como fotocatalisadores possuindo duas regiões energéticas: a região de energia mais baixa é a banda de valência (BV), onde os elétrons não possuem movimento livre, e a região de energia mais alta é a banda de condução (BC), onde os elétrons são livres para se movimentar. Entre essas duas regiões existe uma zona denominada de “band gap”. A energia de “band gap” é a energia mínima necessária para promover a excitação de um elétron para que ele salte da camada de valência para a camada de condução (ZIOILLI, 1999).

O dióxido de titânio é o fotocatalisador mais ativo e o mais utilizado na degradação de compostos orgânicos presentes em águas e efluentes. O  $\text{TiO}_2$  apresenta baixo custo, a não toxicidade, a insolubilidade em água, a estabilidade química em ampla faixa de pH, a possibilidade de utilizar luz solar e por fim possibilidade de imobilização sobre sólidos. Esta última vantagem facilita o processo de fotodegradação, eliminando as etapas de filtração quando o mesmo é utilizado em suspensão (FERREIRA; DANIEL, 2004).



**Figura 2.** Mecanismo de ativação do dióxido de titânio.

Desta forma, o objetivo do presente trabalho foi avaliar a eficiência da fotodegradação solar do corante índigo carmim mediada pelo dióxido de titânio.

## 2. Metodologia

O dióxido de titânio Degussa P25 (70% anatase: 30% rutilo), possui a capacidade de ser ativado pela luz solar, fato este que reduz os custos com energia gerada, além de ser ambientalmente favorável. Desta forma foram feitos testes em ambientes abertos, utilizando luz solar como fonte de energia, como mostrado na figura 3.



**Figura 3.** Degradação fotocatalítica do corante índigo carmim sob diferentes concentrações de  $\text{TiO}_2$  utilizando a luz solar, na localização S 22°52'37.3" e W 43°15'0.9" (Rio de Janeiro, Brasil).

Para os testes foi utilizada uma solução de índigo carmim  $30\text{mg L}^{-1}$ . Cada béquer continha 100 ml da solução índigo carmim e variadas de concentrações de  $\text{TiO}_2$  em pó. As soluções ficaram em agitação constante, garantida por um agitador magnético.

Para avaliar a eficiência do tratamento, relacionando-o com as radiações solares disponíveis nas diferentes estações do ano, foram feitos testes com as condições acima descritas em dois dias de cada mês, variando dos meses de Janeiro de 2011 a Fevereiro de 2011 e de Julho de 2011 a Agosto de 2011, na cidade do Rio de Janeiro. Os testes foram iniciados a partir das 10h00min até as 15h00min, e a cada 60 minutos foi medida a intensidade da radiação solar com o radiômetro. Antes da exposição à luz, as amostras ficaram sob agitação constante no escuro por 30 minutos.

A exposição à luz solar foi de 5 horas para cada amostra, sendo retiradas alíquotas para posterior análise, ao longo do tempo: 0 min, 15 min, 30 min, 45 min, 60 min, 90 min, 120 min, 180 min, 300 min. As amostras foram centrifugadas e filtradas. O

monitoramento das amostras foi feito por Espectrofotometria UV-Vis, observando  $\lambda_{\text{máx}}=610\text{nm}$  do corante.

A localização exata do experimento foi S 22°52'37.3" e W 43°15'0.9" (Rio de Janeiro, Brasil) utilizando um GPS.

Para observar os melhores horários do dia e as estações do ano com maior eficiência para o tratamento de efluentes utilizando  $\text{TiO}_2$ , na localização descrita anteriormente, será medida a intensidade da radiação de 10h00min até as 16h00min a cada 60 minutos, durante 10 dias escolhidos aleatoriamente de cada mês durante um ano.

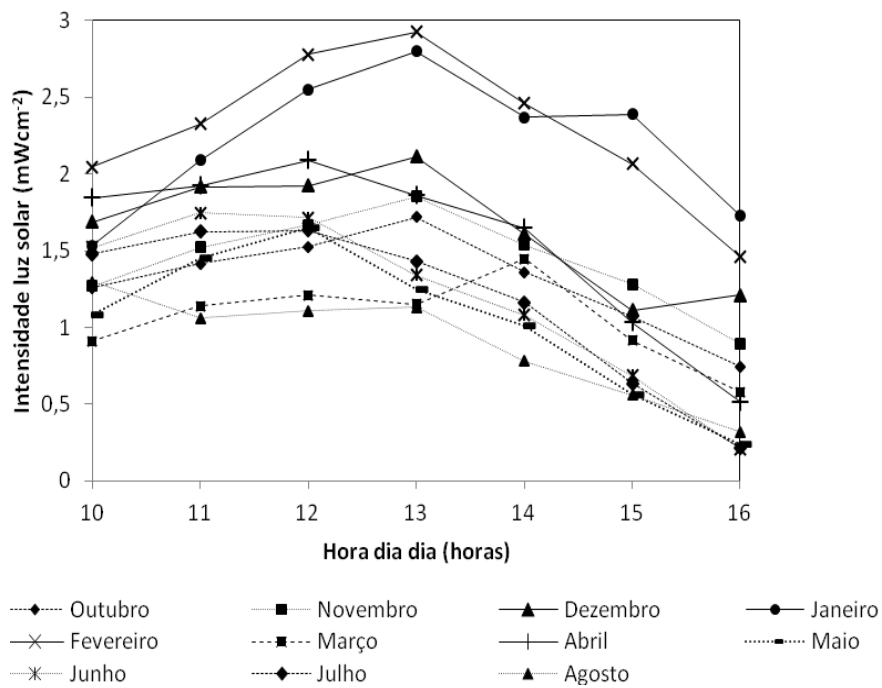
### 3. Resultados e discussão

Os resultados de acordo com a figura 4 demonstram que os melhores meses para realizar o tratamento de águas contendo corantes mediados por  $\text{TiO}_2$ , são os meses de janeiro e fevereiro, correspondendo o verão dos países do hemisfério sul. A intensidade de luz solar está diretamente relacionada com a atividade do dióxido de titânio, visto que, para a formação dos radicais hidroxilas é necessário que o elétron passe da banda de valência para a banda de condução do semiconductor, sendo necessária uma energia, energia esta advinda dos raios solares. Desta forma, os horários para um melhor aproveitamento energético estão entre 12:00h e 13:00h, como visto na figura 4.

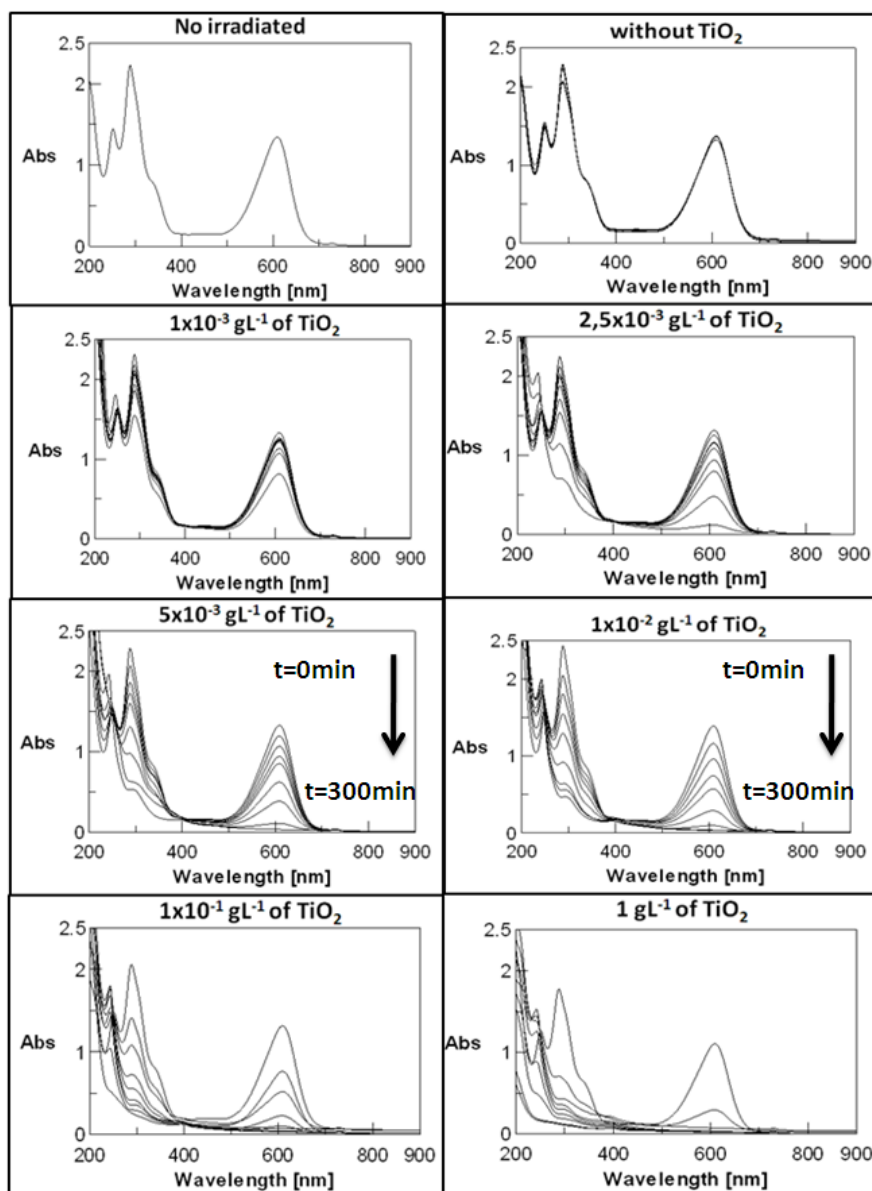
A variação da concentração do  $\text{TiO}_2$  é um importante parâmetro para avaliar a eficiência do processo fotocatalítico. A figura 5 relaciona os espectros de absorção UV-Vis (200-900nm) do corante índigo blue para os testes fotocatalíticos utilizando diferentes concentrações de  $\text{TiO}_2$  sob luz solar, em diferentes tempos de irradiação. A velocidade de degradação aumentou com a concentração de  $\text{TiO}_2$ . Aos 15 min observou-se 99% de degradação para concentração de  $1\text{gL}^{-1}$ , e 8% para concentração de  $1 \times 10^{-3}\text{gL}^{-1}$ . Porém a constante de velocidade de degradação diminuiu para a concentração  $1 \times 10^{-1}\text{gL}^{-1}$  e aumenta para a concentração  $1 \times 10^{-3}\text{gL}^{-1}$  e ao final de 5 h observou-se uma degradação de 99,8% do corante. A descoloração de índigo na presença de  $5 \times 10^{-3}\text{gL}^{-1}$  de  $\text{TiO}_2$ , foi 95% sob 90 min de radiação solar. O decréscimo da constante de velocidade é atribuído à agregação e sedimentação das partículas do  $\text{TiO}_2$ , impedindo a penetração de luz.



Ambos os fatores, a luz e o catalisador são necessários para a descoloração efetiva do corante.

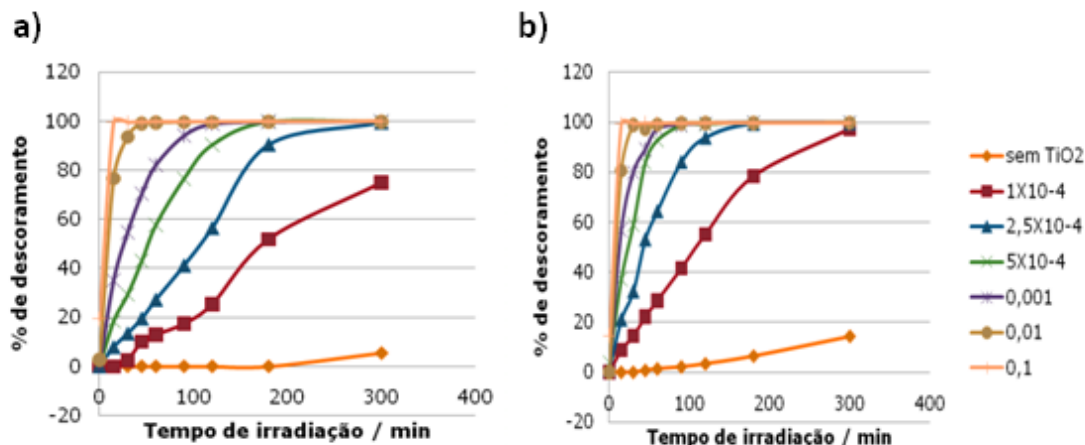


**Figura 4.** Intensidade média da luz solar medida ao longo do ano na localização S 22°52'37.3" W 43°15'0.9" de 10h-16h.



**Figura 5.** Degradação fotocatalítica utilizando luz solar do corante índigo carmin com diferentes concentrações de  $\text{TiO}_2$ . Intensidade média da radiação solar foi de  $2,834 \text{ mW/cm}^2$ .

Quando comparamos a degradação do corante índigo carmin sob luz solar, temos em vista que a intensidade da radiação varia drasticamente em um dia, como demonstrado na figura 4. Desta forma, analisar a degradação do corante mediada pelo dióxido de titânio tendo a luz solar como fonte de energia, torna-se interessante a necessidade de avaliar a degradação fotocatalítica do composto em questão em um dia nublado e em um dia ensolarado, como demonstrado pela figura 6. O resultado evidencia que, embora a degradação seja mais eficiente em dias de sol intenso, o método de tratamento é totalmente apropriado para dias nublados, onde a intensidade da luz solar torna-se mais baixa.



**Figura 6.** Degradação do corante índigo carmim com luz solar. **a)** dia nublado ( $0,88428571 \text{ mW/cm}^2$ ) e **b)** dia ensorralado ( $1,77128571 \text{ mW/cm}^2$ ).

Para demonstrar que a degradação do corante pode vir a ocorrer em qualquer época do ano, testes de degradação foram feitos no verão e inverno na cidade do Rio de Janeiro, Brasil. Foram escolhidos dois meses do verão e dois meses do inverno, e para cada mês foi selecionado aleatoriamente dois dias para realização dos testes de fotodegradação. A tabela 1 resume os resultados obtidos em 120 min de tratamento em diferentes concentrações de  $\text{TiO}_2$ . A degradação sem  $\text{TiO}_2$ , ou seja, fotólise, foi insuficiente para todos os meses escolhidos, demonstrando que a presença de  $\text{TiO}_2$  é primordial para a quebra da molécula do corante de maneira eficiente.

Para a maior concentração de  $\text{TiO}_2$  ( $1 \text{ gL}^{-1}$ ) a degradação foi entre 97-99% para todos os meses, independente da estação do ano. Isso demonstra que uma quantidade elevada de  $\text{TiO}_2$  degrada o corante mesmo em baixa intensidade luz, pois a proporção de radicais hidroxila formados é suficientemente grande para degradar a quantidade de moléculas de corante presentes no efluente. Mesmo diminuindo a quantidade de  $\text{TiO}_2$  até  $1 \times 10^{-2} \text{ gL}^{-1}$ , a degradação continua satisfatória independentemente da estação do ano, somente quando a concentração de  $\text{TiO}_2$  é abaixada para  $5 \times 10^{-3} \text{ gL}^{-1}$  que observamos uma diferença entre as estações do ano.

**Tabela 1.** Porcentagem de degradação do corante índigo carmim durante o verão e o inverno em diferentes concentrações de  $\text{TiO}_2$  (concentração do corante:  $30 \text{ mgL}^{-1}$ ; tempo de irradiação: 120min).

Concentração de TiO <sub>2</sub>	Verão				Inverno			
	Janeiro		Fevereiro		Julho		Agosto	
	dia 1	dia 2	dia 1	dia 2	dia 1	dia 2	dia 1	dia 2
Intensidade da luz (mWcm <sup>-2</sup> )	(2.041)	(2.834)	(1.546)	(1.464)	(1.677)	(0.335)	(1.25)	(1.743)
Controle	0	9.27	3.66	2.32	1.94	0	1.81	0.90
1x10 <sup>-3</sup> gL <sup>-1</sup>	45.86	61.54	45.44	26.04	42.67	22.83	20.90	42.79
2.5x10 <sup>-3</sup> gL <sup>-1</sup>	89	91.07	83.57	64.28	72.92	31.30	66.56	86.72
5x10 <sup>-3</sup> gL <sup>-1</sup>	97.51	98.92	95.70	93.67	95.95	57.57	59.60	89.84
1x10 <sup>-2</sup> gL <sup>-1</sup>	99.52	99.30	95.93	96.97	96.55	81.66	95.88	92.29
1x10 <sup>-1</sup> gL <sup>-1</sup>	99.60	99.46	99.77	99.13	97.24	96.56	97.59	97.83
1 gL <sup>-1</sup>	99.67	99.61	99.17	99.45	97.32	97.56	97.97	98.01

#### 4. Conclusão

A fotocatalise solar mediada pelo TiO<sub>2</sub> mostrou ser uma alternativa viável e eficaz para o tratamento de efluente contendo resíduos de corantes têxteis. O processo mostra-se mais atraente considerando-se a possibilidade de utilização da radiação solar ao longo de todo o ano como meio para diminuir o tempo de reação e o custo energético para o tratamento.

#### Agradecimentos

Os autores agradecem a Fundação para Ciência e Tecnologia (FCT, Portugal) através dos projetos PTDC|QUI|65510\2006 and PTDC|QUI|70153\2006. E.M. Saggioro agradece a Faperj e ENSP/FioCruz. J.C. Moreira agradece a Faperj e CNPq.

#### Referências Bibliográficas

ALMEIDA, E.I. **Remediação de Solos Contaminados com Hexaclorociclohexano através da utilização de Dióxido de Titânio – Estudo na Cidade dos Meninos**. 2004. 103f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Saúde Pública) – Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2004.

BONANCÊA, C.E. **Estudo dos mecanismos de fotodegradação de corantes sobre dióxido de titânio através de técnicas de espectroscopia Raman intensificadas**. 2005. 94f. Dissertação (Mestrado em química) – Faculdade de Química, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

DANESHVAR, N.; RABBANI, M.; MODIRSHAHLA, N.; BEHNAJADY, M.A. Kinetic modeling of photocatalytic degradation of Acid Red 27 in UV/TiO<sub>2</sub> process. **Journal of Photochemistry and Photobiology**, Tabriz, v.168, n.1-2, p. 39-45, jul. 2004.

FERREIRA, I.V.L.; DANIEL, L.A. Fotocatálise heterogênea com TiO<sub>2</sub> aplicada ao tratamento de esgoto sanitário secundário. **Engenharia Sanitária e Ambiental**, São Carlos, v.9, n.4, p. 335-342, dez. 2004.

HASSEMER, M.E. **Oxidação fotoquímica – UV/H<sub>2</sub>O<sub>2</sub> – para degradação de poluentes em efluentes da indústria têxtil**. 2006. 175f. Tese (Doutorado em Engenharia Ambiental) – Faculdade de Engenharia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

KUNZ, A.; ZAMORA, P.P.; MORAES, S.G.; DURÁN, N. Novas tendências no tratamento de efluentes têxteis. **Química Nova**, v. 25, n.1, p. 78-82, jun. 2002.

LEGRINI, O.; OLIVEROS, E.; BRAUN, A. Photochemical Processes for Water Treatment. **Chemical Reviews**, v. 93, p. 671-698, jun. 1993.

OTHMAN, I.; MOHAMEND, R.M.; IBRAHEM, F.M. Study of photocatalytic oxidation of indigo carmine dye on Mn-supported TiO<sub>2</sub>. **Journal of Photochemistry and Photobiology**, Cairo, v. 189, p. 80-85, jan. 2007.

PASCHOAL, F.M.; TREMILIOSI-FILHO, G. Aplicação da tecnologia de eletrofloculação na recuperação do corante Índigo Blue a partir de efluentes industriais. **Química Nova**, São Paulo, v. 28, n. 5, p. 766-772, jun. 2005.

ROBINSON, T.; McMULLAN, G.; MARCHANT, R.; NIGAM, P. Remediation of dyes in textile effluent: a critical review on current treatment technologies with a proposed alternative. **Bioresource Technology**, Coleraine, v. 77, p. 247-255, mai. 2000.

SANTOS, E.O. **Caracterização, biodegradabilidade e tratabilidade do efluente de uma lavanderia industrial**. 2006. 136f. Dissertação (Mestrado em engenharia civil) – Faculdade de engenharia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

SILVA, A.C. **Degradação de corante em meio salino por ozonização**. 2006. 181f. Tese (Doutorado em Ciências em Engenharia Química) – Faculdade de Engenharia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

TEIXEIRA, C.P.; JARDIM, W.F. Processos Oxidativos Avançados. **Caderno Temático**, Campinas, v. 6, ago. 2004.

VAUTIER, M.; GUILLARD, C.; HERMANN, J. Photocatalytic Degradation of Dyes in Water: Case Study of Indigo of Indigo Carmine. **Journal of Catalysis**, Lyon, v. 201, p. 46-59, 2001.

ZIOLLI, R.L. **Fotodegradação da fração de petróleo solúvel em águas de mar sob ação da luz solar**. 1999. 140f. Tese (Doutorado em Química Ambiental) – Faculdade de Química, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

## Notas sobre os autores

### **Enrico Saggio**

[saggi\\_br@hotmail.com](mailto:saggi_br@hotmail.com)

Doutorando em Saúde Pública e Meio Ambiente - Toxicologia Ambiental no Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana, Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, Brasil (J.C. Moreira / A.S. Oliveira)

Bacharel em Farmácia pela Universidade Federal de Juiz de Fora, 2009

### **Thelma Pavesi**

[thelma@fiocruz.br](mailto:thelma@fiocruz.br)

Tecnologista júnior da Fundação Oswaldo Cruz – Pesquisador do Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana, Escola Nacional de Saúde Pública, Rio de Janeiro, Brasil

Mestre em Química Analítica pela Universidade de São Paulo, 2006

Licenciatura e Bacharelato em Química pela Universidade Estadual de Campinas, 1988

### **Luís Filipe Vieira Ferreira**

[luisfilipevf@ist.utl.pt](mailto:luisfilipevf@ist.utl.pt)

Professor Associado Agregado (1999), Responsável pelo Grupo de Fotoquímica de Superfícies no Centro de Química-Física Molecular e no Instituto de Nanociências e Nanotecnologias (Laboratório Associado) do Instituto Superior Técnico, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, Portugal

Pós-Doutoramento, Loughborough University, Reino Unido (F. Wilkinson), 1987

Doutoramento em Engenharia Química pelo Instituto Superior Técnico, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, Portugal (J. Conte), 1983

Licenciado em Engenharia Química pelo Instituto Superior Técnico, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, Portugal, 1972

### **Josino Moreira**

[josinocm@fiocruz.br](mailto:josinocm@fiocruz.br)

Tecnologista sênior da Fundação Oswaldo Cruz – Pesquisador do Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana, Escola Nacional de Saúde Pública, Rio de Janeiro, Brasil

Doutorado em Química pela Loughborough University, Loughborough, Reino Unido (A. Fogg), 1991

Mestrado em Química Analítica pela Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-Rio, Brasil, 1977

Bacharel em Farmácia pela Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil 1967

### **Anabela Oliveira\***

[asoliveira@estgp.pt](mailto:asoliveira@estgp.pt)

Professora Coordenadora da Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Portalegre

Centro Interdisciplinar de Investigação e Inovação, C3i, do Instituto Politécnico de Portalegre, Portalegre, Portugal

Grupo de Fotoquímica de Superfícies no Centro de Química-Física Molecular e no Instituto de Nanociências e Nanotecnologias (Laboratório Associado) do Instituto Superior Técnico, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, Portugal

Pós-Doutoramento, Fundação Oswaldo Cruz, Brasil / Instituto Superior Técnico (J.C. Moreira, L.F. Vieira Ferreira), 2007-2008, Instituto Superior Técnico (L.F. Vieira Ferreira), 2001 - 2003, Instituto Superior Técnico / Loughborough University, Reino Unido (L.F. Vieira Ferreira / F. Wilkinson), 1997 - 2000

Doutoramento em Engenharia Química pelo Instituto Superior Técnico, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, Portugal (L.F. Vieira Ferreira), 1997

Licenciada em Engenharia Química – Ramo de Química Aplicada pelo Instituto Superior Técnico, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, Portugal, 1990

# Processos oxidativos avançados para remediação de corantes azo utilizados na indústria têxtil<sup>1</sup>

## Advanced oxidation processes for remediation of azo dyes used in the textile industry

Cátia Gil Maia

Enrico Saggioro

Anabela Sousa de Oliveira\*

Josino C. Moreira

Luis F. Vieira Ferreira

### Resumo

O objectivo deste trabalho visa avaliar a degradação fotocatalítica dos corantes azo Remazol Amarelo Ouro, Azul e Carbon RGB. Para tal foram avaliados os seguintes parâmetros: concentração de TiO<sub>2</sub>, concentração do corante, efeito do H<sub>2</sub>O<sub>2</sub>, efeito do pH e da reciclagem de TiO<sub>2</sub>. TiO<sub>2</sub> Degussa P25 foi testado em concentrações a partir de 0g L<sup>-1</sup> a 1 g L<sup>-1</sup>. A concentração do corante foi de 30 mg L<sup>-1</sup> a 120 mg L<sup>-1</sup> e a concentração do peróxido de hidrogénio foi de 0.3x10<sup>-3</sup> a 6x10<sup>-2</sup> mol L<sup>-1</sup>. A variação do pH foi de 2 a 11 e de reciclagem de TiO<sub>2</sub> foi feita com 5 ciclos. As amostras foram tratadas durante duas horas com irradiação artificial (lâmpada de vapor mercúrio, 125W) e as amostras foram recolhidas aos 0, 15, 30, 45, 60, 90 e 120 minutos. A fotodegradação das amostras foi seguida por espectroscopia UV-Vis. A eficiência da degradação fotocatalítica aumentou com o aumento da quantidade de TiO<sub>2</sub>. O efeito do H<sub>2</sub>O<sub>2</sub> foi benéfico para a degradação dos 3 corantes. Os resultados indicam que a degradação fotocatalítica depende da concentração de corante, da quantidade de fotocatalisador utilizado, irradiação UV vs tempo, do pH da solução e da concentração de peróxido de hidrogénio adicionado.

**Palavras-chave:** Degradação fotocatalítica, Fotocatálise Heterogénea, Semicondutores, TiO<sub>2</sub>, Corantes Azo, Efluentes com corantes.

### Abstract

The aim of this study was to evaluate the photocatalytic degradation of azo dyes, respectively Remazol Yellow Gold, Blue and Carbon RGB. The following parameters were evaluated: TiO<sub>2</sub> concentration, dye concentration, effect of H<sub>2</sub>O<sub>2</sub>, pH effect and recycling of TiO<sub>2</sub>. TiO<sub>2</sub> Degussa P25 was tested at concentrations from 0g L<sup>-1</sup> to 1 g L<sup>-1</sup>. The dye concentration was from 30 mg L<sup>-1</sup> to 120 mg L<sup>-1</sup> and the concentration of hydrogen peroxide was 0.3x10<sup>-3</sup> to 6x10<sup>-2</sup> mol L<sup>-1</sup>. The pH variation was from 2 to 11 and TiO<sub>2</sub> recycling was performed with 5 cycles. Samples were treated for two hours with artificial irradiation (125W mercury vapor lamp) and samples were collected at 0, 15, 30, 45, 60, 90 and 120 minutes. The photodegradation of the samples was monitored by UV-Vis spectroscopy. The efficiency of photocatalytic degradation increased with increasing the amount of TiO<sub>2</sub>. The effect of H<sub>2</sub>O<sub>2</sub> was beneficial for the degradation of the three dyes. The results indicate that the photocatalytic degradation depends on the concentration of dye, the amount of photocatalyst used, UV irradiation vs time, the pH solution and concentration of hydrogen peroxide added.

**Keywords:** Photocatalytic Degradation, Heterogeneous Photocatalysis, Semiconductors, TiO<sub>2</sub>, Azo dyes, Dye effluents.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no III Seminário de I&DT, organizado pelo C3i – Centro Interdisciplinar de Investigação e Inovação do Instituto Politécnico de Portalegre, realizado nos dias 6 e 7 de Dezembro de 2012.



## **Introdução**

A utilização pelo Homem de substâncias corantes de origem animal, vegetal e mineral, tem mais de 20 000 anos, sendo testemunhada pelas pinturas rupestres realizadas por caçadores do período glacial encontradas em inúmeras cavernas. Estas substâncias, muitas vezes designadas apenas por corantes mas que incluem os corantes e os pigmentos, foram usadas para adorno pessoal, decoração de objectos, armas e utensílios, pinturas e principalmente tingimento dos têxteis com os quais cobriram o corpo e adornaram as habitações. Durante séculos, o Homem utilizou corantes naturais extraídos de flores, frutos, sementes, bagas, madeiras, raízes, insectos, moluscos, minerais, etc., sendo que a maior parte tinha cores pouco persistentes que desapareciam facilmente com a lavagem e/ou com a exposição à luz [1].

Os efluentes com cor têm vindo a ser produzidos desde a descoberta da técnica de tingimento. As primeiras tentativas de tingimento foram realizadas em escalas muito pequenas e os corantes utilizados, na altura, eram de origem natural e possuíam uma intensidade de cor limitada. Com o desenvolvimento da técnica de tingimento é óbvio que a escala de utilização de corantes e pigmentos foi aumentando, a natureza dos corantes foi sofrendo alterações, tendo como consequência um grande impacto ambiental resultando da sua utilização [2].

Hoje em dia, grandes quantidades de corantes são extensivamente utilizadas em etapas do processamento das indústrias têxteis. Assim, estas águas residuais quando descarregadas em rios ou estações de tratamento de esgotos público apresentam-se altamente contaminadas quando não são correctamente tratados, provocam sérios problemas de contaminação ambiental [3]. A classe de corantes azo representa 60% do que os corantes utilizados em todo o mundo, fundamentalmente, devido à capacidade dos seus grupos reactivos para se ligarem a fibras têxteis por ligação covalente [4]. O semiconductor de dióxido de titânio  $TiO_2$  produz radicais hidroxilo que atacam rapidamente e não selectivamente as moléculas orgânicas mais recalcitrantes [5 - 7].

O objectivo deste trabalho visa avaliar os parâmetros operacionais sobre a degradação fotocatalítica dos corantes Remazol Amarelo Ouro RGB, Remazol Azul RGB e o Remazol Carbon RGB. Os parâmetros de fotodegradação foram avaliados segundo os

seguintes critérios: variação da concentração de TiO<sub>2</sub>, variação da concentração de corante, variação da concentração de H<sub>2</sub>O<sub>2</sub>, variação do pH e da reciclagem de TiO<sub>2</sub>. As concentrações de TiO<sub>2</sub> Degussa P25 variaram de 0gL<sup>-1</sup> a 1 gL<sup>-1</sup>. A concentração do corante foi de 30 mgL<sup>-1</sup> a 150 mgL<sup>-1</sup> e a concentração do peróxido de hidrogénio foi de 0.3x10<sup>-3</sup> a 6x10<sup>-2</sup> mol L<sup>-1</sup>. A variação do pH foi de 2 a 11 e a reciclagem do TiO<sub>2</sub> foi realizada em 5 ciclos de 1 hora.

## **Materiais e Método Experimental**

### **Materiais**

Para preparar as soluções utilizaram-se balões volumétricos de 100 ml e pipetas de diferentes volumes. Para irradiar as amostras utilizou-se copos de 100ml, agitadores magnéticos estáticos e lâmpada de vapor de mercúrio de 125W. Para filtrar as amostras utilizou-se, papel de filtro e para acertar o pH, papel indicador de pH.

A fotodegradação das amostras foi seguida por espectrofotometria UV-Vis, de forma a controlar a diminuição da absorção máxima de cada corante para as diferentes variações. Leram-se as amostras no espectrofotómetro de UV-Vis, em células de quartzo com 1 cm.

### **Reagentes**

- Remazol Yellow Gold RGB (Dystar, Brasil)
- Remazol Blue RGB (Dystar, Brasil)
- Remazol Carbon RGB (Dystar, Brasil)
- Dióxido de Titânio (TiO<sub>2</sub>) P25 Degussa (M=79,87 g mol<sup>-1</sup>)
- Peróxido de Hidrogénio
- NaOH
- HCl

### **Equipamentos**

- Espectrofotómetro UV-VIS (Varian Cary Bio 100)
- Balança analítica de precisão com 4 casas decimais (OHAUS, AS120)
- Centrífuga (Sigma, 2K15)

- Agitador magnético (SBS, A06)
- Montagem de Filtração com trompa de água (Funil de Buchner, Kitasato)
- Radiómetro Cole Parmer (série 9811-50)
- Lâmpada de vapor de mercúrio 125W (Osram, HQL)

### **Irradiação de Amostras**

Os reactores fotoquímicos geralmente são dotados de uma fonte de radiação UV e são projectados de forma a promover um tratamento contínuo ou em batelada. Neste trabalho para proceder à irradiação das amostras utilizou-se uma lâmpada de vapor de mercúrio de 125W. A lâmpada foi instalada numa campânula com interior espelhado (Figura 1) que provavelmente garantiu algum aumento de luz reflectida. Na montagem utilizada a lâmpada encontrava-se a 45 cm de altura da bancada, o agitador magnético estava colocado debaixo do reactor, onde os copos com as amostras foram colocados a irradiar. Neste arranjo as soluções a tratar ficam a 20 cm da lâmpada de vapor de mercúrio. A distância da campânula e da lâmpada á bancada e aos copos foi testada de modo a permitir a máxima proximidade da lâmpada às amostras sem as sobreaquecer. A intensidade da lâmpada foi medida com um radiómetro Cole Parmer (série 9811-50) nos três locais onde são colocados os copos com as soluções a irradiar, e o seu valor médio é de 2,70 mW/cm<sup>2</sup>.



**Figura 1 Lâmpada de vapor de mercúrio de 125 W instalada no interior da campânula de interior espelhado.**

## **Parâmetros avaliados na degradação do corante**

De forma a estudar a degradação dos três corantes, sujeitámos estes corantes a diferentes estudos, nomeadamente variação da concentração de  $\text{TiO}_2$ , variação da concentração de corante, variação do pH da solução, variação da concentração de peróxido de hidrogénio. Foi efectuado também o estudo da reciclagem de  $\text{TiO}_2$  com uma solução deste corante e a simulação de um efluente real, em que se misturaram os três corantes.

Todas as amostras foram colocadas no escuro a agitar durante 40 minutos antes de irem a irradiar, com o objectivo de atingir o máximo de adsorção do corante na superfície do semiconductor.

As amostras foram tratadas durante duas horas com irradiação artificial (lâmpada de vapor mercúrio 125W) e as amostras foram colectadas aos 0, 15, 30, 45, 60, 90 e 120 minutos.

Todas as colheitas depois de centrifugadas e filtradas foram lidas no espectrofotómetro de UV-Vis.

## **Resultados e Discussão**

### **Efeito da variação da concentração de Dióxido de Titânio**

O comportamento do  $\text{TiO}_2$  na degradação depende de diversos factores, tais como a sua concentração, a sua forma na reacção (visto que se pode encontrar em 3 diferentes formas cristalinas: anatase, rutilo e brokite). A anatase é a forma mais activa do  $\text{TiO}_2$ , porque possui elevada capacidade de absorver o oxigénio molecular e as formas ionizadas [8].

Para o estudo deste efeito foram utilizadas 6 concentrações de  $\text{TiO}_2$ , 1, 0,1, 0,01, 0,0005, 0,0001 e 0  $\text{g L}^{-1}$  para uma concentração de corante de  $30\text{mg L}^{-1}$ . O tempo de irradiação foi de 2 horas, tendo sido colectadas amostras nos seguintes tempos: 0, 15, 30, 45, 60, 90 e 120 minutos e os resultados obtidos são apresentados na Figura 2.

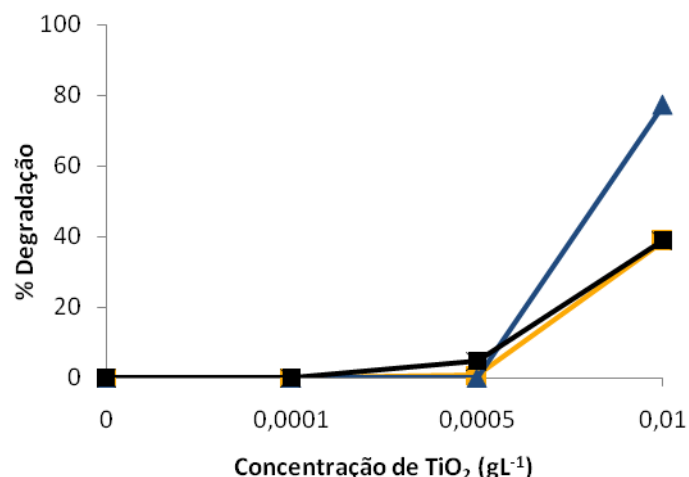


Figura 2 Efeito da Concentração de TiO<sub>2</sub> na Fotodegradação de 30 mgL<sup>-1</sup> de (■) Remazol Amarelo Ouro RGB, (▲) Remazol Azul RGB e (■) Remazol Carbon RGB em 120 minutos de irradiação com 2.70 mW/cm<sup>2</sup> de poder de irradiação com uma lâmpada devapor de mercúrio de 125W .

Os resultados mostram que a partir de 0,01 gL<sup>-1</sup> de fotocatalizador adicionado já se obtêm percentagens de fotodegradação que variam entre 40 a 80%. Com concentrações superiores atingem-se sempre degradações em torno de 100%.

### Efeito da variação da concentração do corante

Usaram-se 6 concentrações, de cada um dos corantes. As concentrações estudadas foram: 30, 50, 80, 100, 120, 150 mg L<sup>-1</sup>. A concentração de TiO<sub>2</sub> utilizada foi de 0.1gL<sup>-1</sup>, para todas as amostras e os resultados são apresentados na Figura 3.

Como se pode ver na figura, a eficiência do processo de fotodegradação diminui consideravelmente quando a concentração dos corantes em solução aumenta. Presume-se que à medida que se aumenta a concentração de corante mais moléculas serão adsorvidas na superfície do TiO<sub>2</sub>. Quanto maior for a quantidade de moléculas adsorvidas, maior será a inibição à reacção de produção de radicais hidroxilo. Por outro lado, uma vez aumentada a concentração de corante, aumentando consideravelmente a coloração das soluções (e a sua absorvância), a radiação é portanto cada vez mais absorvida pelas moléculas de corante, impedindo que esta entre em contacto com o fotocatalisador, diminuindo assim a eficiência da fotodegradação [9].

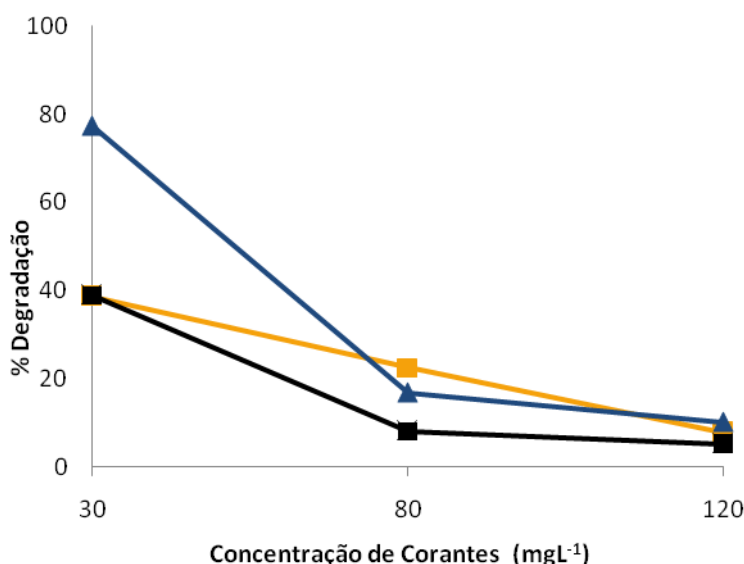


Figura 3 Efeito da Concentração Corante na Fotodegradação com  $0,1 \text{ mgL}^{-1}$  de ( ■ ) Remazol Amarelo Ouro RGB, ( ▲ ) Remazol Azul RGB e ( ■ ) Remazol Carbon RGB em 120 minutos de irradiação com  $2,70 \text{ mW/cm}^2$  de poder de irradiação com uma lâmpada devapor de mercúrio de 125 W.

### Efeito da variação do pH

Para estudar o efeito do pH utilizou-se  $100 \text{ ml}$  de  $30 \text{ mg L}^{-1}$  de corante e  $0,1 \text{ g L}^{-1}$  de  $\text{TiO}_2$ . Os valores de pH estudados foram: 2, 4, 7, 9 e 11. Para acertar o pH utilizaram-se soluções 1N de HCl, para tornar a amostra ácida, e 1N de NaOH, para tornar a amostra básica. Os resultados obtidos são apresentados na Figura 4.

De acordo com o poluente orgânico, um aumento do pH terá um efeito positivo ou negativo sobre a sua taxa de degradação e, conseqüentemente, sobre a taxa de mineralização a solução. O efeito do pH pode ser explicado pela carga da superfície do  $\text{TiO}_2$ , visto que o ponto de carga zero é de aproximadamente 5,6. [10]

Observou-se que para pH ácidos, 2 e 4, a degradação ronda os 70% para o Remazol Amarelo Ouro e Azul RGB. À medida que se aumenta o pH, verifica-se um decréscimo da % de degradação para cerca de 50%. Verificando-se esta % eficiente no tratamento, visto que em Portugal a Legislação permite, para a cor, Valores Máximos Admissíveis (VMA) de  $20 \text{ mgL}^{-1}$ , se trabalhamos com uma concentração mínima de corante de  $30 \text{ mgL}^{-1}$ , e se degradamos cerca de 50% das amostras com pH mais elevados, obtemos concentrações inferiores ao exigido pelo VMA.

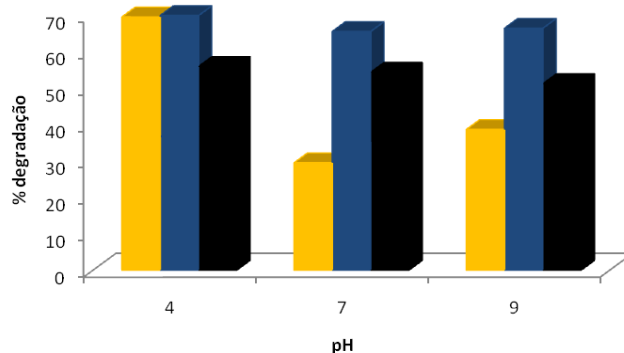


Figura 4 Efeito da Variação de pH na Fotodegradação com  $0,1 \text{ mgL}^{-1}$  de ( — ) Remazol Amarelo Ouro RGB, ( — ) Remazol Azul RGB e ( — ) Remazol Carbon RGB em 120 minutos de irradiação com  $2,70 \text{ mW/cm}^2$  de poder de irradiação com uma lâmpada de vapor mercúri de 125 W.

### Efeito da variação da concentração de Peróxido de Hidrogénio ( $\text{H}_2\text{O}_2$ )

Para este estudo partiu-se de uma concentração inicial de corante de  $30 \text{ mg L}^{-1}$ , da qual se utilizou 100 ml para as diferentes concentrações de  $\text{H}_2\text{O}_2$  e  $0,1 \text{ g L}^{-1}$  de  $\text{TiO}_2$ . As diferentes concentrações de  $\text{H}_2\text{O}_2$  utilizadas foram  $0,3 \times 10^{-3}$ ,  $6 \times 10^{-3}$ ,  $9 \times 10^{-3}$ ,  $1,2 \times 10^{-2}$ ,  $3 \times 10^{-2}$  e  $6 \times 10^{-2} \text{ mol L}^{-1}$  e os resultados obtidos são apresentados na Figura 5.

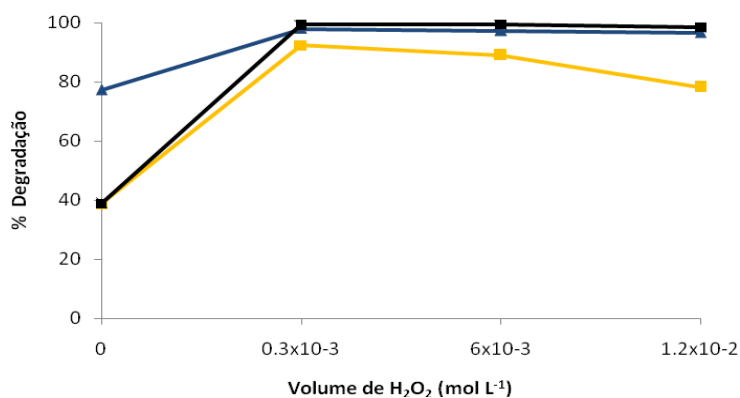


Figura 5 Efeito da Concentração de Peróxido de Hidrogénio na Fotodegradação com  $0,1 \text{ mgL}^{-1}$  de ( — ) Remazol Amarelo Ouro RGB, ( — ) Remazol Azul RGB e ( — ) Remazol Carbon RGB em 120 minutos de irradiação com  $2,70 \text{ mW/cm}^2$  de poder de irradiação com uma lâmpada de vapor de mercúrio de 125W.

O peróxido de hidrogénio é um dos oxidantes mais versáteis que existe, superior ao cloro, dióxido de cloro e permanganato de potássio; através de catálise, o  $\text{H}_2\text{O}_2$  pode ser convertido em radical hidroxilo ( $\text{OH}^\bullet$ ) com reactividade inferior apenas ao flúor. A utilização do peróxido em grandes concentrações pode fazer com que haja uma

recombinação de dois radicais hidroxilo formando novamente  $H_2O_2$  [11]. Observou-se que a adição de peróxido de hidrogénio em baixas concentrações teve efeito benéfico na eficiência da fotodegradação para todos os corantes em estudo.

### Reciclagem do Dióxido de Titânio

Na realização deste estudo preparou-se 100 ml de solução com  $30\text{ mgL}^{-1}$  dos diferentes corantes e  $1\text{ g L}^{-1}$  de  $TiO_2$ .

O tempo de irradiação foi de 1 hora e após este tempo a amostra foi filtrada em sistema de vácuo, onde a parte sólida ficou retida na membrana de celulose ( $\varnothing = 47\text{mm}$ ), e a parte líquida foi recolhida em tubo de ensaio para ser lida posteriormente no espectrofotómetro.

Depois de separado o  $TiO_2$  na membrana, foi colocado no excicador durante 2 horas para ser retirada toda a humidade. De seguida o  $TiO_2$  foi raspado da membrana para ser utilizado novamente com outra amostra. Esta operação foi repetida por 5 ciclos e os resultados obtidos apresentam-se na Figura 6. Como se pode observar a eficiência do processo fotocatalítico diminui drasticamente após os primeiros ciclos de uso do fotocatalizador; no entanto o fim dos cinco ciclos ainda é possível obter taxas de fotodegradação da ordem dos 20%.

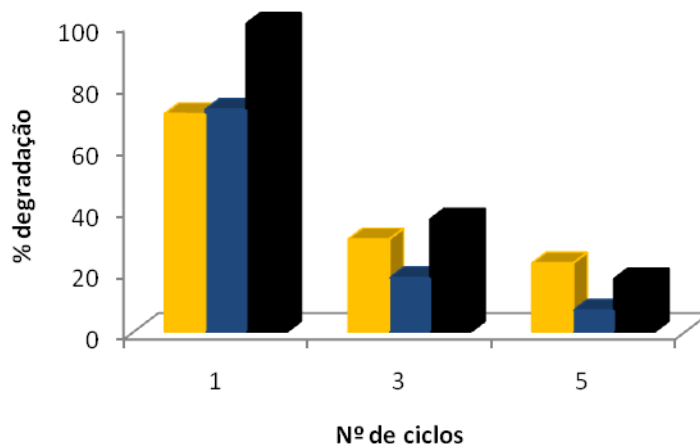


Figura 6 Efeito da reciclagem de  $1\text{ mgL}^{-1}$  de  $TiO_2$  na Fotodegradação de (■) Remazol Amarelo Ouro RGB, (■) Remazol Azul RGB e (■) Remazol Carbon RGB em 5 ciclos de irradiação de 1 hora com  $2.70\text{ mW/cm}^2$  de poder de irradiação com uma lâmpada de vapor de mercúrio de  $125\text{W}$ .



## Conclusões

Concluimos que a degradação fotocatalítica do Remazol Yellow Gold RGB, do Remazol Blue RGB e do Remazol Carbon RGB através do TiO<sub>2</sub> foi atingida com sucesso. Os resultados indicam que a fotodegradação depende da concentração do corante, concentração de TiO<sub>2</sub>, tempo de irradiação, solução de pH e concentração de H<sub>2</sub>O<sub>2</sub>

**Agradecimentos:** Os autores agradecem a Fundação para Ciência e Tecnologia (FCT, Portugal) através do Projecto PTDC|QUI|70153\2006. E.M. Saggiaro agradece a Faperj e ENSP/FioCruz. J.C. Moreira agradece a Faperj e CNPq.

## Referências Bibliográficas

- 1- Luís, P., Remoção de cor em efluentes têxteis por adsorção em materiais inorgânicos de origem natural. Tese de Mestrado em Engenharia do Ambiente. Porto: FEUP (2009).
- 2- Morais, L., Tratamento de efluentes têxteis simulados usando técnicas de adsorção. Tese de Mestrado em engenharia do Ambiente. Porto: FEUP (1996).
- 3- Zhainal Z., Removal of dyes using immobilized titanium dioxide illuminated by fluorescent lamps *J. Harzd. Mater.*, 125 (2005) 113-120.
- 4- Colpini L.M.S., Discoloration and degradation of textile dye aqueous solutions with titanium oxide catalysts obtained by the sol-gel method *Dyes and Pigments*. 76 (2008) p. 525-529
- 5- Muruganandham M., Swaminathan M., Solar driven decolourisation of Reactive Yellow 14 by advanced oxidation processes in heterogeneous and homogeneous media. *Dyes and Pigments*, 72 (2007) 137-143.
- 6- Oliveira A. S., Saggiaro E. M., Pavesi T., Moreira J. C., Vieira Ferreira L.F., "Solar Photochemistry for Environmental Remediation – Advanced Oxidation Processes for Industrial Wastewater Treatment ", *Molecular Photochemistry – Various Aspects*, Intech 2012, in press.
- 7 – Xavier L.F.W., Moreira I.M.N.S., Higarashi M.M., Moreira J.C., Vieira Ferreira L.F., Oliveira A.S. "Fotodegradação de Hidrocarbonetos Policíclicos Aromáticos em placas de sílicas impregnadas com dióxido de titânio", *Química Nova*, **28** (2005) 409 – 413
- 8 - Teixeira, C.P.A.B., Jardim, W.F., Processos Oxidativos Avançados Conceitos Teóricos. Caderno temático V. 3, Unicamp, (2004)

9 - Daneshvar N., Salari D., Khataee A.R., Photocatalytic degradation of azo dye acid red 14 in water: investigation of the effect of operational parameters Journal of Photochemistry and Photobiology A: Chemistry 157 (2003) 111–116.

10 - Saggiaro E., Oliveira A.S., Pavese T., Maia C., Vieira Ferreira L.F., Moreira J.C., Use of Titanium Dioxide Photocatalysis on the Remediation of model textile wastewaters containing azo dyes, Molecules, 16 (2011) 10370-10386

11 - Silva, T. C. F., Processos Oxidativos Avançados para Tratamento de Efluentes de Indústria de Celulose Kraft branqueada. Dissertação de Pós-Graduação em Agroquímica. Minas Gerais, Brasil 2007.

## **Notas sobre os autores**

### **Cátia Gil Maia**

[catiagmaia@gmail.com](mailto:catiagmaia@gmail.com); [catiagmaia@sapo.pt](mailto:catiagmaia@sapo.pt)

Bolseira de Investigação/Aluna de Mestrado Tecnologias de Valorização Ambiental e Produção de Energia na Escola Superior de Tecnologia e Gestão do IP Portalegre  
Licenciada em Engenharia do Ambiente pela Escola Superior Agrária de Beja em 2008

### **Enrico Saggiaro**

[Saggi\\_br@hotmail.com](mailto:Saggi_br@hotmail.com)

Doutorando em Saúde Pública e Meio Ambiente - Toxicologia Ambiental no Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana, Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, Brasil (J.C. Moreira / A.S. Oliveira)  
Bacharel em Farmácia pela Universidade Federal de Juiz de Fora, 2009

### **Anabela Sousa de Oliveira\***

[asoliveira@estgp.pt](mailto:asoliveira@estgp.pt); [asoliveira@ist.utl.pt](mailto:asoliveira@ist.utl.pt)

Professora Coordenadora, Escola Superior de Tecnologia e Gestão, Instituto Politécnico de Portalegre, Portalegre, Portugal

Centro Interdisciplinar de Investigação e Inovação, C3i, do Instituto Politécnico de Portalegre  
Grupo de Fotoquímica de Superfícies no Centro de Química-Física Molecular e no Instituto de Nanociências e Nanotecnologias (Laboratório Associado) do Instituto Superior Técnico, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, Portugal

Pós-Doutoramento: Fundação Oswaldo Cruz, Brasil / Instituto Superior Técnico (J.C. Moreira, L.F. Vieira Ferreira), 2007-2008, Instituto Superior Técnico (L.F. Vieira Ferreira), 2001 - 2003,

Instituto Superior Técnico / Loughborough University, Reino Unido (L.F. Vieira Ferreira / F. Wilkinson), 1997 - 2000

Doutoramento em Engenharia Química pelo Instituto Superior Técnico, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, Portugal (L.F. Vieira Ferreira), 1997

Licenciada em Engenharia Química – Ramo de Química Aplicada pelo Instituto Superior Técnico, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, Portugal, 1990

### **Josino C. Moreira**

[josinocm@fiocruz.br](mailto:josinocm@fiocruz.br)

Tecnologista sênior da Fundação Oswaldo Cruz – Pesquisador do Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana, Escola Nacional de Saúde Pública, Rio de Janeiro, Brasil

Doutorado em Química pela Loughborough University, Loughborough, Reino Unido (A. Fogg), 1991

Mestrado em Química Analítica pela Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-Rio, Brasil, 1977

Bacharel em Farmácia pela Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil 1967

### **Luis F. Vieira Ferreira**

[luisfilipevf@ist.utl.pt](mailto:luisfilipevf@ist.utl.pt)

Professor Associado Agregado (1999), Responsável pelo Grupo de Fotoquímica de Superfícies no Centro de Química-Física Molecular e no Instituto de Nanociências e Nanotecnologias (Laboratório Associado) do Instituto Superior Técnico, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, Portugal

Pós-Doutoramento, Loughborough University, Reino Unido (F. Wilkinson), 1987

Doutoramento em Engenharia Química pelo Instituto Superior Técnico, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, Portugal (J. Conte), 1983

Licenciado em Engenharia Química pelo Instituto Superior Técnico, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, Portugal, 1972

## **EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO**

# Promoção da igualdade de género – um estudo em contexto de educação pré-escolar<sup>1</sup>

Promotion of gender equality - a study in the context of pre-school education

Amélia de Jesus G. Marchão

Alexandra Isabel F. Bento

## Resumo

Nesta comunicação apresentam-se os resultados de um estudo desenvolvido sobre a igualdade de género em contexto de educação pré-escolar no ano letivo 2010-2011. No estudo procurou-se: desocultar as conceções das crianças sobre a igualdade de género e ao mesmo tempo perceber como é que as conceções dos adultos influenciam as conceções das crianças; definir um conjunto de atividades a desenvolver com as crianças em idade pré-escolar que fomentem a construção da igualdade de género para a cidadania plena.

Metodologicamente o estudo desenvolveu-se num quadro de investigação-ação, o que permitiu o desenvolvimento de um processo de reflexão e de reconstrução de práticas dinâmico, interativo, aberto e adaptado às circunstâncias e fenómenos do contexto em estudo. Foi possível um conhecimento aprofundado da realidade e foi possível agir em responsividade às conceções sobre a igualdade de género apresentadas pelas crianças em idade pré-escolar.

**Palavras-chave:** educação de infância; gestão do currículo; promoção da igualdade de género

## Abstract

In this communication we present the results of a study conducted on gender equality in the context of pre-school education in the 2010-2011 school year. In the study we sought to: unveil the conceptions of children about gender equality and at the same time understand how the adults' conceptions influence children; define a set of activities to develop with children in preschool to encourage the construction of gender equality for full citizenship.

Methodologically the study was developed in a framework of action research, which enabled the development of a process of reflection and reconstruction of practical dynamic, interactive, open and adapted to the circumstances and phenomena of the context under study. It was possible a thorough knowledge of reality and it was possible to act in responsiveness to the conceptions on the gender equality presented by children in preschool.

**Keywords:** childhood education, curriculum management, promotion of gender equality

A palavra *género*, e tendo em conta o campo de abordagem, passa pela “(...) *consciência e aceitação de se ser do género feminino ou masculino*” (Silva, Araújo, Luís, Rodrigues, Alves & Tavares, 2005: 11). Vários autores/as alegam que nem todos/as assumem o termo género da mesma forma e com o mesmo sentido, confundindo até, por vezes, o termo género com o termo sexo; no entanto, género e sexo não são duas palavras sinónimas. Recorre-se ao termo sexo quando temos a necessidade de distinguir indivíduos com base na sua pertença a uma das categorias biológicas (sexo feminino e sexo masculino), e recorre-se ao termo género “(...) *para descrever*

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no III Seminário de I&DT, organizado pelo C3i – Centro Interdisciplinar de Investigação e Inovação do Instituto Politécnico de Portalegre, realizado nos dias 6 e 7 de Dezembro de 2012.

*inferências e significações atribuídas aos indivíduos a partir do conhecimento da sua categoria sexual de pertença. Trata-se, neste caso, da construção de categorias sociais decorrentes das diferenças anatómicas e fisiológicas”* (Cardona, Nogueira, Vieira, Uva, & Tavares, 2010: 12). O termo sexo pertence, portanto, ao domínio da biologia e o termo género ao domínio das ciências sociais.

Desde cedo a criança lida e aprende a viver em função da realidade de género e esse lidar e aprender precoce influenciam de forma significativa o modo como ela encara o seu meio social e o modo como ela própria se situa e se considera a si, bem como aos outros. No seu quotidiano, responde socialmente de acordo com os modelos que impregnam o seu meio próximo, de feminilidade ou de masculinidade, reproduzindo-os. E este não é certamente um processo simples, pois *“(…) é movido por uma complexa interacção entre os factores individuais e contextuais, neles incluindo a relação com o pai ou a mãe, os/as amigos/as, os/as educadores/as, professores/as e outras pessoas significativas”* (Cardona et al., 2010: 20).

À medida que o tempo passa, a criança aprende as características culturais específicas da sociedade em que vive e aprende o papel do feminino e do masculino com aqueles que lhe estão/são próximos. Estes papéis são muitas vezes os “ditos estereótipos” que são atribuídos a cada um dos géneros, e que dizem respeito a *“(…) um conjunto de crenças ou conceitos rígidos sobre as formas apropriadas de comportamento dos homens e das mulheres”* (Silva et al., 2005: 11). Nesse sentido, *“ser menino ou menina é um aspecto central na construção da identidade”* (Silva et al., 2005: 11), sendo neste processo, consequência de interações de carácter biológico, social, cultural e cognitivo, que a criança constrói a sua identidade de género.

Na senda dos autores citados, em idade pré-escolar, a criança adquire comportamentos sexualmente típicos de menino ou de menina, enquadrados culturalmente e pertencem ao meio que a circunda. Em simultâneo, apreende o significado de género, isto é, os estereótipos que existem no seu meio, associando-se a um dos géneros e começando a comportar-se de acordo com solicitações feitas ao mesmo. Nesta faixa etária, as crianças sabem a que género pertencem e *“(…) têm consciência que homens e mulheres têm estilos de comportamentos diferentes”* (Silva et al., 2005: 12). É assim que começa a

preferir brincar com crianças do mesmo sexo que optam pelas mesmas brincadeiras e brinquedos.

A família assume um papel de grande relevo na construção da identidade de gênero da criança, pois “(...) é o primeiro e um dos principais agentes socializadores ao longo da infância” (Neto, Cid, Peças, Chaleta & Floque, 2000: 23). E é nesse contexto que a criança começa, desde muito cedo, a interiorizar ideias estereotipadas, fruto do meio social em que está inserida, sendo muito importante a atitude e assunção de gênero que os familiares mais próximos assumem.

Ao longo da construção da identidade de gênero é importante que fique a ideia de que o gênero é uma realidade permanente, apesar das muitas mudanças que ocorrem ao longo da vida de um indivíduo, nomeadamente no que diz respeito à idade, ao vestuário e adereços, aos comportamentos e relacionamentos. Em contexto formal de educação (no jardim de infância, na escola), as aprendizagens e as experiências educativas a proporcionar às crianças devem ter um sentido inclusivo e todos deveremos trabalhar nesse sentido, integrando e valorizando a diversidade. “*Uma sociedade inclusiva é uma sociedade onde todos partilham plenamente da condição de cidadania e a todos são oferecidas oportunidades de participação social*” (Pereira, 2009: 7). Se pretendemos que nas instituições educativas haja uma pedagogia de igualdade, temos que começar por “*(...) reconhecer e integrar a igualdade entre os dois sexos*” (Silva et al., 2005: 8) nas mais diferentes aprendizagens sociais e de convivência entre diferentes grupos sociais.

Neste caminhar inclusivo, cabe a igualdade de gênero, através da aceitação e valorização das diferenças entre as mulheres e os homens e entre os papéis que uns e outros assumem socialmente. Com uma identidade em permanência, a igualdade de gênero, ocorre ao longo da vida em contexto familiar e em contextos envolventes da criança, nas mais diferentes situações, simples ou mais complexas, e de natureza interpessoal e de escolhas e tomadas de decisão. “*A promoção de uma maior igualdade de gênero é um elemento fundamental na educação para a cidadania e na construção de uma verdadeira democracia*” (Cardona et al., 2010: 59). Promover a igualdade de gênero faz parte de um processo educativo, de normas e de valores socioculturais. É, por isso, importante que os sistemas educativos, assim como todos os seus elementos

*“(…) confirmam e/ou deleguem responsabilidades análogas aos rapazes e às raparigas, e se preocupem em corrigir os desequilíbrios existentes entre as hierarquias de género”* (Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 1999: 17). Enquanto primeiro contexto formal (paralelo e/ou complementar da família), o jardim de infância deve promover a formação ao nível pessoal e social, sendo a este nível que começa *“(…) a aprendizagem da diversidade e da igualdade de oportunidades, da paridade entre sexos, da diversidade de culturas, da responsabilidade social de cada pessoa em promover uma sociedade mais democrática e integradora”* (Cardona et al., 2010: 59). A par de outros objetivos, pretende promover o desenvolvimento pessoal e social numa perspetiva de educação para a cidadania, promovendo um ambiente educativo em que o tempo, o espaço, os objetos, as situações e as decisões são partilhadas e tomadas entre direitos e deveres e em clima de aceitação das diferenças, logo aceitando as diferenças entre géneros numa atitude de equidade. Assim, torna-se importante pensar o espaço educativo, o tempo, as atividades e os papéis sociais atribuídos às crianças e aos adultos e ao envolvimento das famílias e da comunidade.

Nesse ambiente, o adulto deve refletir o modo como promove a organização dos grupos, alargando práticas educativas que incentivem a participação igualitária de ambos os géneros. A criança em idade pré-escolar começa a participar ativamente em grupos diversos pois, como diz Lopes & Silva (2009), a pouca inibição, a curiosidade, a necessidade de socialização, a fraca consciência entre géneros e as poucas ideias que têm pré-concebidas sobre a escola, propiciam a participação positiva das crianças nos grupos. Esta participação, mais positiva, resulta das interações e do quadro de socialização em que a diferença entre géneros não é profundamente consciente. Assim, é comum e normal que crianças de género diferente se aceitem sem objeção num trabalho ou brincadeira de grupo.

As atividades do tipo interativo e que assentam no diálogo e na discussão são entendidas como promotoras da consciência da igualdade de género, pois promovem *“(…) uma troca de ideias com aprendizagem activa e participação de todos/as”* (Marques & Vieira, citado por Cardona et al., 2010: 75). Aceitar e rentabilizar as iniciativas das crianças, nas mais variadas situações do quotidiano pedagógico, nas mais diferentes situações de brincadeira e de vivência dos papéis, ainda que estereotipados de género, são boas oportunidades para discutir e desconstruir tais estereótipos. O adulto



aciona, assim, a “(...) *interacção de grupo de modo a manter as crianças mentalmente activas naquilo que deve ser aprendido*” (Cardona et al., 2010: 75). A educadora, ou o educador, deve ser capaz de conduzir e orientar o diálogo, de gizar atividades e de integrar as da iniciativa das crianças, e através de múltiplos recursos e estratégias ajudar a criança a consciencializar-se do género e das oportunidades em equidade.

### **Campo de ação e opções metodológicas**

Falar de género e ajudar a criança a construir a sua identidade e aceitar a igualdade de género não é tarefa fácil, sobretudo em contextos de educação de crianças mais novas. Muitas vezes é um tema esquecido, ou até considerado de menor importância, não sendo objetivo da prática da educadora/do educador. No entanto, na sociedade, atual urge a reflexão sobre a igualdade de género e sobre o papel que os contextos de educação, no caso da educação de infância, podem ocupar na promoção da cidadania em geral e na promoção da igualdade de género em particular. Foi desta reflexão que nasceu a oportunidade de, num contexto de educação pré-escolar da cidade de Portalegre, desenvolver um projeto de investigação-acção (IA) que teve a duração de um ano letivo (2011-2012).

Em concordância com alguns autores, nomeadamente John Elliott (1991), citado por Máximo-Esteves (2008: 27), “(...) *podemos definir a investigação-acção como o estudo de uma situação social no sentido de melhorar a qualidade da acção que nela ocorre*” e há neste tipo de opção, a ambição de melhorar uma determinada ação, tendo sempre por base o seu contexto, remetendo-nos para a necessidade de o investigar e de o compreender. A IA, por ser um processo dinâmico, interativo e aberto que se adapta às circunstâncias e fenómenos é “*usada num processo de reflexão e de reconstrução de práticas*” através de procedimentos em que é necessário “*planear com flexibilidade, agir, reflectir, avaliar/validar e dialogar*” (Máximo-Esteves, 2008: 82). Assim, no desenvolvimento deste projeto de IA foi necessário equacionar as seguintes questões: Como são vividas as questões de género pelo grupo? Que fatores influenciam esta vivência? O que pode ser feito para promover a igualdade de género?

Para obter respostas a tais questões foi necessário conhecer e compreender melhor o contexto educativo, para, de forma progressiva, delinear ações responsivas às

necessidades e concepções dos sujeitos, em particular das crianças e basearmos a nossa ação nas suas concepções de género. Nesse sentido, foram utilizados alguns instrumentos de recolha e de registo de dados e que à luz do pensamento de Máximo-Esteves (2008: 87) se enquadram positivamente no quadro da IA: a observação, as notas de campo e diários, as entrevistas, os documentos e imagens.

A ‘observação’ participante foi de grande importância, permitindo-nos constatar e fundamentar os dados obtidos, pois a observação “(...) *permite o conhecimento directo dos fenómenos tal como eles acontecem num determinado contexto*” (op. cit., 2008: 87), contribuindo para compreender esse mesmo contexto e as pessoas que nele participam assim como as interações que aí se estabelecem. Como forma de registar os dados observados recorremos a notas de campo e a fotografias. Relativamente às notas de campo, estas traduzem-se, na sua maioria, no registo de diálogos ocorridos ao longo do dia-a-dia na sala de atividades, em situações de faz de conta ou de conversas entre criança-criança ou criança-adulto. As fotografias foram outra forma de registo a que se recorreu com bastante regularidade, de forma a ficar com um registo dos vários momentos do dia, nomeadamente, da realização de atividades, de recursos materiais, de trabalhos das crianças, de momentos de faz de conta, entre outros. Associado à fotografia surgiram concomitantemente os “documentos” produzidos pelas crianças, sendo estes, um material muito rico.

Ao longo do projeto foram ainda utilizados alguns instrumentos de recolha de dados do Manual do Projeto Desenvolvendo a Qualidade em Parcerias (DQP) (Bertram & Pascal, 2009) e do Guião de Educação Género e Cidadania - Educação Pré-Escolar (Cardona et al., 2010). Estes instrumentos foram adotados pela importância da informação que permitem obter, sobretudo no que se refere ao conhecimento do contexto, nomeadamente ao nível da gestão, organização e condições da instituição educativa, características da sala de atividades do grupo, as práticas assumidas pela educadora, as rotinas e as características do grupo de crianças. Foi também possível avaliar o trabalho desenvolvido na sala ao nível das questões de género, o que nos permitiu ao longo do tempo delinear e aplicar um conjunto de atividades de promoção da igualdade de género. Foram ainda construídos e aplicados outros instrumentos de recolha de dados: um questionário dirigido aos encarregados de educação e à educadora e uma entrevista dirigida às crianças. Elaborámos dois questionários, um para as educadoras da

instituição e um outro para os encarregados de educação. Pretendeu-se, através deles, perceber de que forma as ideias dos adultos influenciam as crianças, nomeadamente no que diz respeito à identidade de género. No questionário para as educadoras incluíram-se várias questões, tentando através das respostas conhecer as opiniões das educadoras face às questões de género e de que forma estas são contempladas nas suas práticas profissionais. Com o questionário realizado aos encarregados de educação, tentámos perceber a forma como estes encaram esta problemática e de que forma, enquanto principais educadores, influenciam os seus filhos e filhas na maneira como estes veem as questões de género.

Com a entrevista às crianças, o que pretendemos conhecer foram as suas conceções sobre as questões de género, nomeadamente no que diz respeito à vida quotidiana, como tarefas domésticas, escolhas de vestuário, brinquedos, desportos e profissões. Foi uma entrevista semiestruturada, dotada de especificidades, uma vez que as crianças deverão deixar de ser vistas como “(...) *meros objectos de estudo para se tornarem em seres activos e com voz*” (Máximo-Esteves, 2008: 100). Todas as entrevistas foram individuais e realizadas na sala de atividades do grupo, em momentos descontraídos, tanto pelo espaço como pelo diálogo dinâmico. Para apoiar o desenvolvimento da entrevista foi construída uma pequena narrativa, com dois protagonistas, utilizando-os como ponto de partida e guias orientadores da entrevista.

Na análise e abordagem interpretativa e reflexiva dos dados obtidos considerámos a necessidade de não os desligar do contexto. Assim, ao longo desta fase, o ambiente educativo, numa perspetiva meso e numa perspetiva micro, constitui e dá força ao quadro de análise interpretativa e, sobretudo, institui e dá sentido às reflexões sobre a prática pedagógica que foram sendo produzidas. Pesando tais opções, nesta comunicação/artigo, por questões óbvias de tempo e de espaço, daremos apenas relevo aos dados obtidos através dos questionários aos encarregados de educação e da entrevista às crianças. Na interpretação desses dados cruzámos a informação recolhida com algumas orientações do Ministério da Educação e com estudos de autores de referência no campo da educação e promoção da igualdade de género.

**As opiniões/conceções dos encarregados de educação e das crianças sobre a igualdade de género**

De um modo geral, as famílias do grupo de crianças por nós acompanhado e observado revelam interesse, tanto pelo que as crianças fazem como pelas suas necessidades, oferecendo-se para participar nas atividades, sempre que assim seja solicitado. Mas como lidam elas com as questões de género?

Começámos por constatar que o elemento familiar responsável por estabelecer a ligação com a instituição educativa é a figura materna, sendo a mãe a encarregada de educação em todos os casos. Quando questionadas, *'já ouviu falar sobre a igualdade de género'* todas as respostas foram unânimes, sendo a resposta sim. Contudo, um número significativo de inquiridas, referiu não existir igualdade de género em Portugal, não havendo direitos equivalentes entre homens e mulheres.

É possível observar pela resposta a algumas questões, que os estereótipos veiculados pela nossa sociedade ainda exercem algum peso na forma como estas mães encaram as questões de género. E tal ideia é possível perceber através das respostas de algumas mães que referiram que os seus filhos (meninos) não poderiam: vestir roupa cor-de-rosa (referido por cinco mães); usar cabelo comprido (referido por três mães); brincar com bonecas (referido por quatro mães); vestir roupa e usar adereços da mãe para brincar (referido por três mães); ajudar nas tarefas domésticas (referido por duas mães). Quando se trata de uma menina, as mães referem que as mesmas não devem: ir ao café com o pai (referido por três mães) e ir com o pai ao futebol (referido por uma mãe).

Foi possível perceber que nem todas as mães estão despertas para as questões de género, havendo inclusive cinco mães, que referiram não ser habitual falar sobre esta temática. Esta não abordagem influencia certamente as crianças, contribuindo para que estas não atribuam a devida valorização ao tema. Apesar de existirem quatro mães que pensam que as suas atitudes relativamente a esta temática em nada influenciam as suas crianças, sabemos que todos os elementos que rodeiam as crianças estão constantemente a fornecer-lhe informação, ainda que de forma inconsciente, constituindo-se como modelos que assumem maior importância quando pensamos nos pais e educador/a. Estes adultos, que muitas vezes não estão despertos para estas questões de género, acabam por reforçar certos estereótipos sociais referentes a cada um dos géneros. Os

pais, de um modo geral, desejam o melhor possível para os/as seus/suas filhos/as, desejando que estes consigam viver bem em sociedade, construindo uma carreira académica e profissional de sucesso. No entanto, e segundo Shapiro (1990) e Gimero (2001), citados por Figueiredo (2010: 9), os pais, ao tentarem que as suas crianças interiorizem “(...) *as normas sociais e morais do seu grupo, (...)nem sempre facilitam o processo de individualização ao qual devem estar receptivos os assessores familiares, tentando detectar e contrariar os sistemas defensivos e paralisantes do desenvolvimento de identidade pessoal*”.

Também, as conceções das crianças foram ‘escutadas’ e esta escuta surgiu, tal como já referido, a partir de diálogos, desenhos e em diferentes momentos do dia-a-dia. É possível assegurar que todas as crianças têm a noção do género a que pertencem, comportando-se, na sua maioria, de acordo com os papéis de género veiculados na sociedade, seguindo por vezes alguns estereótipos. Por exemplo, ao nível da sala de atividades é possível ver que as meninas frequentam maioritariamente a área da casinha e os meninos a área da garagem, surgindo a área da biblioteca como uma área mais neutra, em que todos por lá passam. Outra forma de ver como as crianças fazem a atribuição de papéis de género é, através dos seus desenhos, em que a mãe surge, na maioria das vezes, a desempenhar atividades domésticas e o pai atividades mais lúdicas, tal como é possível ver pelos desenhos (de duas crianças) que a seguir se apresentam.



Imagem 1: Mãe’ a realizar tarefas domésticas (passar a ferro e cozinhar, desenhos de Andreia e de Luís realizados no dia 22/06/2011)

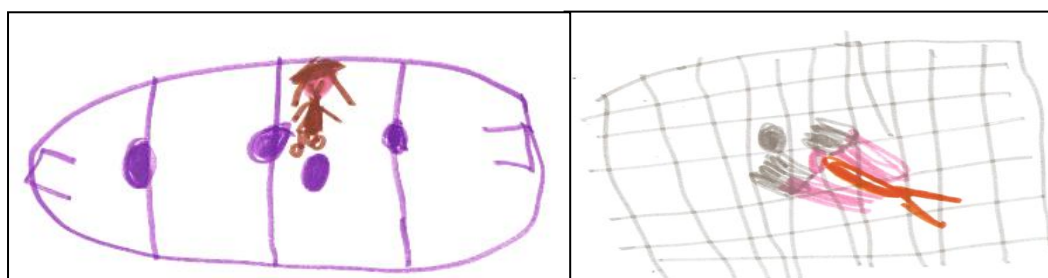


Imagem 2: Pai’ a realizar atividades desportivas (futebol, desenhos de Andreia e de Luís realizados no dia 22/06/2011).

Apesar de ser notória a segregação que as crianças fazem relativamente às atividades que os adultos realizam, na maioria, quando questionadas se os adultos (mãe e pai) podem trocar de atividades, a resposta é sim. O mesmo constatámos através da entrevista às crianças, em que as atividades domésticas eram, de um modo geral, atribuídas à figura feminina.

A partir da entrevista, também foi possível conhecer outras ideias relativamente às questões de género, como por exemplo, ao nível da escolha de brinquedos. Quando questionadas sobre que prendas oferecer à ‘Ana’ e ao ‘Tiago’ (personagens da narrativa de apoio à entrevista), de um modo geral, as sugestões apresentadas revelaram-se marcadamente afetadas por algumas ideias estereotipadas veiculadas na nossa sociedade. As sugestões dadas pelas crianças permitem identificar dois perfis, em que um se relaciona mais com as atividades domésticas, com a maternidade e a preocupação com a estética, e outro em que se destaca a tecnologia e as atividades desportivas. No entanto, apesar das sugestões dadas pelas crianças, quando questionadas se não se poderia dar as mesmas prendas aos dois (‘Ana’ e ‘Tiago’), de um modo geral, disseram que sim, havendo cinco exceções. De seguida, apresentam-se quatro diálogos resultantes destas questões.

**Diana** – *Para a Ana... um carro.*

**Ed.E.** – *Um carro?*

**Diana** – *Sim.*

**Ed.E.** – *E para o Tiago?*

**Diana** – *Gromitti.*

**Ed.E.** – *Está bem. Eles depois podem trocar os brinquedos?*

**Diana** – *Sim, sim.*

Diana – 4 anos  
Entrevista – 29/06/2011

**Luís** – *Para a Ana um beijinho e uma flor.*

**Ed.E.** – *E ao Tiago?*

**Luís** – *Um Gromitti e um Bacogan.*

**Ed.E.** – *Achas que a Ana não gosta de Gromittis?*

**Luís** – *Não sei. Algumas meninas não gostam porque há homens que lutam. A Ana Lúcia gosta, mas é só ela na nossa sala.*

**Ed.E.** – *E achas que isso é mau?*

**Luís** – *Não! As outras meninas é que não gostam.*

Luís – 6 anos  
Entrevista – 04/07/2011

**Ana L.** – *Para a Ana ovos de chocolate e uma cozinha.*

**Ed.E.** – *E para o Tiago?*

**Ana L.** – *O Faisca e Gromittis.*

**Ed.E.** – *A Ana não gosta de Gromittis?*

**Ana L.** – *Não sei. Mas também se pode dar Gromittis à Ana. Eu gosto muito.*

Ana L. – 3 anos  
Entrevista – 05/07/2011

**Carolina** – *Eu dava-lhe uma máquina fotográfica.*

**Ed.E.** – *E ao Tiago?*

**Carolina** – *Nintendo ou jogos.*

**Ed.E.** – *O Tiago não iria gostar de Barbies?*

**Carolina** – *Barbies? (gargalhadas) Não... Ele não gosta, ele é menino. Eu também não posso jogar com alguns jogos.*

**Ed.E.** – *Não podes? Porquê?*

**Carolina** – *Porque há jogos que são só para meninos.*

**Ed.E.** – *Quais?*

**Carolina** – *Os de luta. E... com carros.*

**Ed.E.** – *Tu não gostas?*

**Carolina** – *Não.*

Carolina – 4 anos  
Entrevista – 29/06/2011

Ed.E. – Educadora Estagiária

Outra realidade que foi possível constatar foi a atribuição de cores em função do género pelos elementos do grupo, surgindo a cor “rosa” ligada à figura feminina, e a cor “azul” à figura masculina. Esta é uma atribuição que é partilhada pela maioria dos elementos do grupo. Este facto é possível observar através de alguns diálogos, que surgiram no dia-a-dia da sala de atividades, em situações distintas:

**Ana L.** – *Tens um bibe azul (gargalhadas).*

**Ed.E.** – *Sim tenho. Não gostas?*

**Ana L.** – *Não, isso é cor de menino (gargalhadas).*

**Ed.E.** – *Cor de menino? Não posso gostar de azul?*

**Ana L.** – *É cor de menino. Mas tu podes gostar, és grande.*

Ana L. – 3 anos  
Nota de Campo – 24/05/2011

Ed.E. – Educadora Estagiária

(Elaboração da prenda para o Dia da Mãe)

**Ed.E.** – *Vais pintar tudo de rosa?*

**Gabriel B.** – *Sim, a mãe gosta e vai ficar bem no quarto dela.*

**Ed.E.** – *E tu gostas?*

**Gabriel B.** – *Sim... Mas gosto mais de azul. Mas é para a mãe, ela gosta de cor-de-rosa.*

**Ed.E.** – *Então, ela vai gostar da tua prenda.*

Gabriel B. – 4 anos  
Nota de Campo – 26/04/2011

Ed.E. – Educadora Estagiária

Assim, pela voz das crianças foi possível constatar que estas têm a noção de género, identificando-se como feminino ou masculino, atribuindo também, características a cada um dos géneros. Apesar de ser notória a segregação dos géneros relativamente à realização de algumas tarefas, à escolha de roupa, de acessórios, de cores, de desportos, profissões e até da pessoa com quem brincar, as crianças pareceram francamente disponíveis para alterar estas escolhas.

### **Em jeito de conclusão:**

Os resultados agora apresentados referidos à igualdade de género em contexto de educação pré-escolar são efeito de um longo investimento reflexivo. A sustentação teórica que apresentamos, ainda que de forma sucinta, realça a importância da educação pré-escolar e das especificidades a ter em conta quando organizamos e definimos um currículo a desenvolver com as crianças. Pensar num currículo é ter em conta as conceções da criança, o que se quer fazer aprender e, sobretudo, pensar as oportunidades para a criança experienciar, pensar, intervir, observar e tomar decisões. No fundo, é criar-lhe oportunidades para aprender a ser, tendo o/a educador/a consciência de que a criança é um ser competente (Marchão, 2011; 2012). Para aprender a ser pessoa a criança precisa de estar integrada em contextos que respondam às suas necessidades e também interesses. Nesses contextos aprende-se, entre outros, a construir a identidade de género. Tal como é destacado no enquadramento teórico é muito importante que, desde cedo, a criança aprenda a construir a sua identidade de género sem o fazer de forma estereotipada. O grupo de crianças com quem se desenvolveu este trajeto de investigação-ação vive as questões de género de acordo com o meio em que está inserido, e de acordo também, com as expectativas depositadas pelos adultos mais próximos. Foi notório neste grupo, a veiculação de algumas ideias estereotipadas que influenciam claramente a atribuição de papéis face ao género. No entanto, foi notória a disponibilidade por parte do grupo para lidar com estas questões de outra forma, facto que se deve às características próprias desta faixa etária. Cabe-nos a nós, adultos, proporcionar momentos em que não há discriminação face ao género, promovendo sempre a igualdade de oportunidades, independentemente das diferenças, neste caso de género. É necessário (...) *esclarecer e contrariar a subcarga de estereótipos discriminatórios no quotidiano da criança* (Silva et al., 2005: 10).



O processo de escuta aos adultos responsáveis pelas crianças do grupo, mostrou que apesar da igualdade de género ser assumida com responsabilidade social e educativa, na prática, os mesmos adultos, mostram atitudes estereotipadas e que as crianças, naturalmente, as transportam para o seu quotidiano. É muito importante trabalhar em articulação e de forma transversal esta temática com as crianças de tenra idade, pois elas serão os adultos de amanhã. Resta deixar a ideia de que a educação pré-escolar é fulcral para a construção de identidade de género e que para se obter uma atitude de igualdade relativamente ao género, (...) *é de especial importância o contexto de aprendizagem e os modelos apresentados à criança em idade pré-escolar* (Silva et al., 2005: 14).

## **BIBLIOGRAFIA**

BERTRAM, T. & PASCAL, C. (2009). *Manual DQP. Desenvolvendo a Qualidade em Parcerias*. Lisboa: Ministério da Educação. (Coordenadora de Adaptação Júlia Oliveira Formosinho).

CANÇO, D. (2007). *A Igualdade de Género em Portugal*. Lisboa: Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género.

CANÇO, D. & SANTOS, F. (2010). *A Igualdade de Género em Portugal 2009*. Lisboa: Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género.

CARDONA, M., NOGUEIRA, C., VIEIRA, C., UVA, M. & TAVARES, T. (2010). *Guião de Educação, Género e Cidadania. Educação Pré-Escolar*. Lisboa: Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género.

CAVALHEIRO, C., CARMO, D., RODRIGUES, F. & BASTOS, J. (2008). *GPS - Guia para a Sensibilização e Intervenção em Igualdade de Oportunidades e Diversificação Profissional*. Iniciativa Comunitária EQUAL.

COMISSÃO PARA A IGUALDADE E PARA OS DIREITOS DAS MULHERES. (1999) *Agenda Global 3: A abordagem integrada da igualdade de género "mainstreaming"*. Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.

FÁVERO, O., FERREIRA, W., BARREIROS, D. & Ireland, T. (2009). *Tornar a educação inclusiva*. Brasil – Brasília: UNESCO.

FERREIRA, M. & CARMO, H. (1998). *Metodologia da Investigação – Guia para Auto-Aprendizagem*. Lisboa: Universidade Aberta.

FERREIRA, A. (2002). *Desigualdades de Género no Actual Sistema Educativo Português*. Coimbra: Quarteto Editora.

FIGUEIREDO, I. (1999). *Educar para a Cidadania*. Porto: Edições ASA.

FIGUEIREDO, M. (2010). *A Relação Escola-Família no Pré-Escolar: Contributos para uma compreensão*. Tese de Mestrado em Psicologia da Educação e Intervenção Comunitária. Porto: Universidade Fernando Pessoa – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Consultado em 02/11/ 2011, em: [https://bdigital.ufp.pt/bitstream/DM\\_19037.pdf](https://bdigital.ufp.pt/bitstream/DM_19037.pdf).

GIL, M. (2005). *Educação Inclusiva: O que o professor tem a ver com isso?* Brasil - São Paulo: TEC ART Editora.

LOPES, J. & SILVA, M. (2008) *Métodos de Aprendizagem Cooperativa para o Jardim-de-Infância. Um guia prático com actividades para os Educadores de Infância e Pais*. Porto: Areal Editores.

LOURO, G. (2003). *Género, Sexualidade e Educação*. Petrópolis – Rio de Janeiro: Editora Vozes.

MARCHÃO, A. (2012). *No jardim de infância e na escola do 1.º ciclo do ensino básico. Gerir o currículo e construir oportunidades para construir o pensamento crítico*. Lisboa: Edições Colibri.

MARCHÃO, A. (2011). *Falar de Modelos Curriculares para a Infância*. Portalegre: Escola Superior de Educação de Portalegre. (Texto produzido para módulo ‘Currículos em Educação de Infância’ da UC ‘Contextos e Processos na Educação de Infância’ do Mestrado em Educação Pré-Escolar)

MÁXIMO-ESTEVES, L. (2008). *Visão Panorâmica da Investigação-Acção*. Porto: Porto Editora.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (1997). *Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar*. Lisboa: Ministério da Educação - Departamento da Educação Básica.

NETO, A., CID, M., PEÇAS, A., CHALETA, E. & FLOQUE, A. (2000). *Cadernos de Coeducação: Estereótipos de Género*. Lisboa: Comissão para Igualdade e Direitos das Mulheres.

OLIVEIRA-FORMOSINHO, J. (org.), Lino, D. & Niza, S. (2007). *Modelos Curriculares para a Infância – Construindo uma praxis de participação*. Porto: Porto Editora.

OLIVEIRA-FORMOSINHO, J., KISHIMOTO, T. & PINAZZA, M. (2007). *Pedagogia(s) da Infância – Dialogando com o passado, construindo o futuro*. Porto Alegre - Brasil: Artmed.

OLIVEIRA-FORMOSINHO, J. (org.) (2008). *A Escola vista pelas crianças*. Porto: Porto Editora.

OLIVEIRA-FORMOSINHO, J. & ARAÚJO, S. (2008). *Escutar as vozes das crianças como meio de (re)construção de conhecimento acerca da infância: algumas implicações metodológicas*. In: Oliveira-Formosinho, J. (org.) (2008). *A Escola vista pelas crianças*. Porto: Porto Editora.

RODRIGUES, P. (2003). *Questões de Género na Infância – Marcas de Identidade*. Lisboa: Instituto Piaget.

SARACHO, O. & SPODEK, B. (1998). *Ensinando Crianças de três a oito anos*. Porto Alegre - Brasil: Artmed.

SILVA, A., ARAÚJO, D., LUÍS, H., RODRIGUES, I., ALVES, M. & TAVARES, T. (2005) *Cadernos de Coeducação: A Narrativa na Promoção da Igualdade de Género. Contributos para a Educação Pré-Escolar*. Lisboa: Comissão para Igualdade e Direitos das Mulheres.

SPODEK, B. (org.). (2010). *Manual de Investigação em Educação de Infância*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

VIEIRA, C. (2006). *Educação Familiar. Estratégias para a Promoção da Igualdade de Género*. Lisboa: Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género.

### **Notas sobre as autoras**

*Amélia de Jesus G. Marchão* – ameliamarchao@esep.pt

Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Portalegre

Doutora em Ciências da Educação. Docente da Área Científica de Psicologia e Supervisão. Diretora do mestrado em Educação Pré-escolar.

*Alexandra Isabel Bento* – alexandra\_bento14@hotmail.com

Mestre em Educação Pré-escolar.

Educadora de Infância em exercício na Creche e JI Mãe Galinha, Marinhais.

# Processos e Práticas de Avaliação de Centros Novas Oportunidades: O caso do CNO da Escola Secundária Gabriel Pereira<sup>1</sup>

## Processes and Practices Assessment Centres New Opportunities: The case of CNO High School Gabriel Pereira

Carmem Sofia Ravasqueira da Silva

### Resumo

*O artigo apresenta uma síntese de uma investigação que assentou na temática da Educação e Formação de Adultos, nomeadamente no processo de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências. Sob a configuração metodológica de um estudo de caso, a investigação teve como objeto de estudo o Centro Novas Oportunidades da Escola Secundária Gabriel Pereira.*

*O trabalho de investigação realizado procurou não só analisar os resultados em matéria de satisfação pessoal e profissional, decorrentes da realização de um processo de RVCC, manifestados pelos diferentes intervenientes (adultos certificados, famílias e entidades empregadoras de adultos certificados e equipa técnico-pedagógica) como também, compreender até que ponto a avaliação do processo permite consubstanciar esses mesmos resultados.*

*A investigação realizada permitiu perceber, entre outras questões, que os resultados alcançados pelos adultos certificados são, do ponto de vista dos diferentes participantes, mais positivos no domínio da satisfação pessoal comparativamente à dimensão profissional.*

**Palavras-chave:** *literacia; educação e formação de adultos; processo rvcc, metodologias de avaliação.*

### Abstract

*The article presents an overview of a research that was based on the theme of Education and Training of Adults, particularly in the process of Recognition, Validation and Certification of Competencies.*

*Under the methodological setup of a case study, the research object was to study the New Opportunities Centre from Secondary School Gabriel Pereira.*

*The research work tried not only to analyze the results in terms of personal and professional satisfaction, arising from the realization of the RVCC process, expressed by different stakeholders (certified adults, families and employers of certified adults and technical pedagogical team) as also, understand the extent to which the assessment process allows substantiate those results.*

*The research realized allowed to understand, among other issues, that the results achieved by certified adults are, from the different participants point of view, more positive in terms of personal satisfaction compared to professional dimension.*

**Keywords:** *literacy; adult education and training; rvcc process, evaluation methodologies.*

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no III Seminário de I&DT, organizado pelo C3i – Centro Interdisciplinar de Investigação e Inovação do Instituto Politécnico de Portalegre, realizado nos dias 6 e 7 de Dezembro de 2012.

## **Introdução**

Este artigo foi elaborado, com base numa investigação realizada no âmbito de uma dissertação de mestrado, tendo como principal objetivo o estudo dos processos e práticas de avaliação concretizadas por um Centro Novas Oportunidades [CNO] no âmbito da actual política de Educação e Formação de Adultos em Portugal consubstanciada nos processos de Reconhecimento Validação e Certificação de Competências [RVCC].

A Iniciativa Novas Oportunidades [INO], devido aos meios e aos atores envolvidos, assume um estatuto de política pública educativa justificada pela baixa qualificação dos ativos portugueses. Como aspetos inovadores, destaca-se a forte visibilidade que lhe é conferida no plano político, tornando-se analogamente mediática.

O reconhecimento, a validação e a certificação de competências, à semelhança do que sucedeu noutros países da União Europeia, foi-se afirmando progressivamente na ordem do dia, passando a ser entendida como uma oportunidade privilegiada e única para os adultos verem reconhecidas formalmente as aprendizagens ocorridas em todos os seus contextos de vida.

Devido ao alcance atingido por esta política pública, a avaliação dos processos RVCC adquire uma grande importância durante a implementação do programa. Apesar de em Portugal os processos de avaliação constituírem um campo de investigação e de ação recente, observa-se que a avaliação é hoje reconhecida como uma modalidade essencial de promoção da melhoria do desempenho de qualquer organização ou medida política. A capacidade de autorregulação das organizações executoras afigura-se como essencialmente relevante. Neste sentido, a avaliação parece tornar-se num instrumento de melhoria de desempenho do centro e de promoção da sua sustentabilidade futura.

Assentando no pressuposto de que os processos de avaliação promovem o desenvolvimento e de certa forma a mudança em qualquer organismo que os desenvolve, decidiu-se aferir junto dos principais intervenientes do processo RVCC (adultos, famílias, entidades empregadoras e equipa técnico-pedagógica [ETP]), qual o seu posicionamento face à INO, nomeadamente ao processo RVCC desenvolvido pelo centro da escola secundária em questão.

A investigação realizada aspirou sistematizar um conjunto de informações que pudessem constituir um ponto de partida para uma análise e uma reflexão sobre as especificidades do processo RVCC desenvolvido pelo centro em destaque e do seu impacto na vida quotidiana dos adultos que dele beneficiaram.

Por forma a que os resultados constituíssem um ponto de partida para uma análise e uma reflexão sobre as especificidades do processo desenvolvido, a investigação recorreu a um leque variado de técnicas de recolha e tratamento de informação.

Como métodos de recolha de informação, priorizou-se tanto o inquérito por entrevista como por questionário.

As entrevistas semidirectivas assumiram o desígnio de recolher informação útil junto de alguns protagonistas do processo RVCC da Escola Secundária Gabriel Pereira [ESGP], nomeadamente todos os elementos da ETP a desempenhar funções no CNO da ESGP, familiares de alguns adultos já certificados, assim como representantes de entidades empregadoras de adultos que concluíram algum processo de certificação neste mesmo CNO. Como suporte argumentativo para a realização das entrevistas, foi criado um guião de entrevista.

Através do recurso ao inquérito por questionário, pretendeu-se auscultar o parecer de alguns adultos já certificados face ao modo de funcionamento do CNO da ESGP, nomeadamente ao desenvolvimento do processo RVCC.

## **Educação e formação de adultos em Portugal: breve enquadramento**

### **Competências de literacia da população adulta portuguesa**

O conceito de literacia surge, em Portugal, no decorrer destas duas últimas décadas e a sua definição assenta “na capacidade efetiva de uso das competências básicas de leitura, escrita e cálculo para o processamento de informação escrita, contida em diferentes suportes, nas suas vidas do dia a dia” (Gomes, 2003).

Os estudos extensivos de avaliação direta da literacia surgiram nos EUA nos anos 70, tendo sido progressivamente aperfeiçoados, quer a nível conceptual, quer metodológico.

No ano de 1994, teve início o primeiro estudo internacional de literacia [IALS – Internacional Adult Literacy Survey], cuja metodologia segue de perto os desenvolvimentos alcançados em pesquisas nacionais realizadas nos EUA e no Canadá. No que respeita a Portugal, o perfil de literacia da sua população foi estabelecido pela primeira vez com o Estudo Nacional de Literacia e confirmado com o IALS.

Com base nos dados publicados no relatório final do IALS, “a esmagadora maioria da população portuguesa evidencia competências de literacia muito reduzida” (Ávila, 2005:202). Segundo a mesma fonte, o perfil dominante da população enquadra-se no nível 1 (1), cerca de 70 a 80% de adultos.

Nas sociedades contemporâneas, a escola é o principal contexto no que respeita à aquisição de competências de leitura, escrita e cálculo. Os antecedentes históricos são um dos motivos que pode conduzir ao baixo perfil de literacia da população portuguesa. A escola foi expandida de forma insuficiente e tardia, comparando com outros países europeus. Tendo por base os dados publicados em 2005, “Portugal apresenta uma das mais elevadas percentagens da população com escolaridade inferior ao ensino secundário” (Ávila, 2005:210).

De acordo com as análises teóricas, depreende-se que Portugal tem sido um dos países que tem apresentado menos avanços no que respeita ao aumento da oferta e da qualidade de educação pré-escolar, do ensino básico, do ensino secundário e do ensino superior. Por consequência, é o país que tem “as percentagens mais elevadas de adultos com baixas competências de todos os países europeus” (DataAngel Policy Research Incorporated, 2009:120).

Gradualmente, os decisores políticos foram tomando consciência da necessidade de desenvolver algum trabalho ao nível da qualificação da população adulta. As medidas dirigidas apenas às crianças e jovens não revelavam o resultado desejado ao nível das competências em geral, reflexo das reduzidas taxas de natalidade portuguesas. “Alargar a participação em aulas de reforço de literacia de adultos e em programas do ensino secundário gerais e profissionais, especificamente concebidos para adultos com baixo nível de escolarização, torna-se urgente para ajudar a ultrapassar o subinvestimento” (idem).

Segundo Murray, citado por Ávila (2005), seria incontornável a aposta na educação e formação de adultos tendo em conta o posicionamento de Portugal no que respeita às distribuições de literacia e de escolaridade da população. Para o mesmo autor, a renovação geracional por si só revelara-se insuficiente para alterar tal situação.

Sendo Portugal um dos países que apresenta uma larga maioria da população com níveis baixos de literacia, tornam-se evidentes as desigualdades sociais. A participação em ações de formação, que poderia ajudar a melhorar os níveis de competências e de certificação dos adultos mais desprovidos, é muito baixa.

A problemática da aprendizagem, ou da educação, ao longo da vida atravessara não só as diferentes faixas etárias, como também as diferentes categorias sociais. Devido às transformações e exigências das sociedades contemporâneas, qualquer indivíduo, seja qual for a idade, nível de qualificação escolar ou situação socioprofissional, pode ter a necessidade de desenvolver novos conhecimentos e competências. As tarefas de crescente grau de complexidade requerem acrescidas capacidades em lidar com conhecimentos especializados e com informação escrita.

A aquisição contínua de conhecimentos e competências revela-se determinante no que respeita à participação ativa de um indivíduo na sociedade. De acordo com Gomes (2002), o uso de competências básicas como a leitura, a escrita e o cálculo tornam-se ferramentas indispensáveis para quem quiser funcionar eficientemente na sociedade e na economia existentes.

Pode-se considerar que para que o país consiga ser competitivo em termos de mercado, o desenvolvimento de políticas sociais dirigidas aos adultos pouco escolarizados devem ser uma realidade.

### **Educação de adultos – Iniciativa Novas Oportunidades**

A educação e formação de adultos é vista como o setor mais crítico de um sistema de educação ao longo da vida em Portugal. É um setor que tem sido objeto de orientações políticas intermitentes, marcado por alguns avanços e recuos (Canário & Lima, 2008).



Apesar das medidas implementadas ao longo dos regimes políticos, as taxas de analfabetismo mantiveram-se elevadas, colocando assim Portugal a uma longa distância de alguns países da Europa, nomeadamente Espanha, França, Itália e Bélgica.

A política democrática de educação de adultos é uma condição necessária para se ultrapassar, de forma progressiva, os reduzidos níveis de escolaridade da população adulta em Portugal, resultante de várias décadas de desinvestimento político e de políticas públicas centradas no controlo social. Os níveis de literacia e de certificação escolar da população levam a que a formação de base dos adultos pouco escolarizados seja colocada no centro dos desafios a enfrentar.

Para Cavaco (2009), a política pública de educação de adultos em Portugal caracteriza-se pela ausência de linhas orientadoras, finalidades e pressupostos de intervenção. Lima (2008), acrescenta que a política da educação tem sido ao longo das últimas três décadas, um campo profundamente marcado por políticas educativas descontínuas, estando possivelmente em causa a ausência de grandes instituições educativas ou movimentos sociais com impacto na educação da população adulta. As lógicas político-educativas, as prioridades, as dimensões organizacionais e administrativas e mesmo os elementos de ordem conceptual mudam com frequência, interrompendo ou abandonando certas políticas para dar lugar a outras e assim sucessivamente (*in*, Canário & Cabrito 2008).

Em Portugal, só no Programa do XIII Governo Constitucional a educação foi considerada um domínio prioritário de intervenção. A dependência do paradigma escolar constituiu uma tendência que se acentuou durante a década de 90 e só nos finais desses mesmos anos, ocorreram significativas mudanças no campo da educação de adultos que se traduziram no desenvolvimento de novos modelos de educação e formação alternativos ao ensino recorrente e que conduziram igualmente à obtenção de uma certificação com equivalência escolar, mas estruturados a partir de novas metodologias bastante distanciadas dos modelos até aí privilegiados.

Foi neste governo que foi criada a Agência Nacional para a Educação e Formação de Adultos [ANEFA], “cujas linhas de ação passam exatamente pela educação e formação profissional de adultos, e a acreditação de competências informais” (Gomes 2002:26). A

ANEFA foi responsável pelo lançamento de um conjunto de iniciativas pertinentes, tais como: os cursos de Educação e Formação de Adultos [EFA], com dupla certificação escolar e profissional e a rede de Centros de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências. Ambos tiveram início em 2000 e foram dirigidos à população adulta, com idade igual ou superior a 18 anos, sem a escolaridade básica obrigatória, a qual passou, assim, a dispor destas duas novas modalidades como via para a melhoria dos seus níveis de qualificação.

Tendo em conta Melo, Matos e Silva (1999), as ofertas então criadas passaram a permitir a atribuição de uma certificação escolar e qualificação profissional como no caso dos Cursos EFA. Para o caso do RVCC foram criados centros que promoveram esta oferta, constituídos por entidades da sociedade civil que estabeleceram parcerias com o Estado. É criada uma rede nacional de Centros de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (Centros de RVCC), a partir da qual se promove o Sistema Nacional de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências, concebido e organizado pela ANEFA.

Segundo Melo, Lima e Almeida (2002), citados por Ávila (2005:322) apesar das diferenças existentes entre os dois projetos (EFA e RVCC), “ambos procuram ultrapassar algumas das insuficiências dos modelos de educação e formação de adultos até aqui existentes na sociedade portuguesa.”

Um pilar decisivo da estratégia do Governo para aumentar as competências da população ativa foi o desenvolvimento do programa Novas Oportunidades, iniciado em 2005. O reconhecimento, a validação e a certificação de aptidões e competências adquiridas passou a ser o novo ponto de partida para toda a educação e formação de adultos. A convicção de que uma parte significativa da população, com baixos níveis de qualificação certificada, é detentora desse conjunto de aptidões e competências, que nunca foram reconhecidas para efeitos de certificação, tornou-se uma das principais justificações para a implementação desta iniciativa.

Como política pública, a INO pretendeu responder às identificadas fragilidades dos sistemas de educação e de formação e, conseqüentemente, elevar os níveis de

produtividade, de competitividade e de desenvolvimento humano. Esta iniciativa permitiu converter os Centros de RVCC em Centros Novas Oportunidade.

Tendo por base os resultados alcançados pelo estudo realizado por Cardoso & Ferreira (2010), o processo de RVCC parece promover a criação de hábitos de literacia no adulto, mas também representa na perceção dos sujeitos mudanças positivas nos hábitos de literacia familiar. Visto terem sido percecionadas mudanças a este nível e que o número de adultos a frequentar atualmente este processo tem sido muito elevado, as autoras consideram que este é um espaço privilegiado que pode ser um importante contexto para promover a literacia na vida familiar.

A INO constituiu um programa de grande amplitude social e ambição no domínio da qualificação e da promoção da população portuguesa desenvolvido nas últimas décadas. Devido à forte mobilização de recursos e ao alcance atingido por esta iniciativa, a avaliação das intervenções adquire uma grande importância durante a implementação do programa, tornando-a indispensável.

### **Metodologias de avaliação**

A INO constitui um programa de grande amplitude social e ambição no domínio da qualificação e da promoção da população portuguesa desenvolvido nas últimas décadas. Devido à forte mobilização de recursos e ao alcance atingido por esta iniciativa, a avaliação das intervenções adquire uma grande importância durante a implementação do programa, tornando-a indispensável.

Tendo por base o guia para a autoavaliação dos projetos, “um projeto experimental e inovador e que se desenvolve de forma dinâmica e evolutiva, tem na avaliação um dos seus pilares fundamentais” (*in*, Figueiroa & Pimenta, 2005:14). Estes autores defendem que os exercícios de avaliação devem ser contínuos, atendendo às dinâmicas e acontecimentos fundamentais do projeto. A avaliação deve ser encarada como um processo dinâmico em detrimento de um momento estanque.

À semelhança do que acontece com outros projetos, também na INO a participação de todos os agentes envolvidos na intervenção, em particular o público-alvo (adultos

inscritos no CNO) e todas as pessoas que, direta ou indiretamente, estejam implicados no projeto ou beneficiam das atividades realizadas e cuja perspetiva seja pertinente para a compreensão do processo, identificação e avaliação dos resultados, revela-se fundamental no que toca a questões relativas à avaliação. A autoavaliação a realizar por estes mesmos intervenientes promove a reflexão (auto)-crítica, sendo o resultado da mesma, o juízo que a equipa do CNO faz do seu trabalho.

Segundo Capucha *et al.* (1999:3.2), entende-se por avaliação, “processos de pesquisa científica que enfatizam a objetividade, a recolha de informação suficiente e a utilização de métodos rigorosos para alcançar resultados válidos, sistemáticos e fiáveis”.

Para Capucha, Almeida, Pedroso & Silva (1996:11), o principal objetivo da avaliação consiste em permitir que as pessoas e as instituições envolvidas na conceção, planeamento, gestão e execução das atividades julguem o seu trabalho e os resultados obtidos e aprendam com eles. Segundo os mesmos autores, a avaliação “serve fundamentalmente para melhorar a qualidade das intervenções” (*in*, Alves, Martins & Milheiro (2009:94).

Segundo Capucha, Almeida, Pedroso & Silva (1996), apesar dos diferentes processos de avaliação produzirem diferentes resultados, conhecimentos e aprendizagens, é possível apontar alguns contributos mais frequentes. Não só permitem uma melhoria do autoconhecimento das instituições, da forma com funcionam, como se aproximam e afastam dos seus objetivos como também permitem uma melhoria da condução e gestão dos programas. Outro contributo fundamental está relacionado com o facto de permitirem também uma melhoria dos processos de tomada de decisão, de definição de prioridades e de gestão estratégica.

Sendo a autoavaliação considerada, cada vez mais, como uma modalidade essencialmente importante para a melhoria do desempenho das organizações, surge neste sentido como um projeto essencial a desenvolver junto dos centros, não só pelo seu alcance político, como também pelos recursos monetários mobilizados.

Desde 2009 os Centros Novas Oportunidades passaram a ser submetidos a um mecanismo de autoavaliação exaustivo. Trata-se de um projeto que consistiu na

adaptação do modelo de autoavaliação Common Assessment Framework [CAF] às finalidades do projeto e ao contexto dos próprios centros.

A adaptação do modelo CAF foi realizada tendo em conta as especificidades dos centros, da Carta de Qualidade e do SIGO. A criação e implementação deste modelo de avaliação pretendeu acima de tudo, promover a melhoria do desempenho dos CNO's; induzir práticas de autorregulação da rede de centros e servir de base para a avaliação de maturidade organizacional da rede de centros (Melo, Jacinto, Caldeira *et al.*, 2009:11-13). Tem-se que os dispositivos de avaliação são para a grande maioria dos CNO's, mais do que uma imposição externa, na medida em que são normalmente encarados pelos mesmos, como uma possibilidade de melhoria ao nível do seu desempenho.

### **Principais resultados e conclusões**

Partindo do pressuposto de a aprendizagem realizada pelas pessoas não se circunscreve a contextos formais de educação, o reconhecimento e validação de competências, ao valorizar a experiência do adulto e as diversas aprendizagens que dela decorrem, tem conhecido, globalmente na Europa e noutros países, um assinalável grau de adesão por parte da população menos escolarizada. Em Portugal, a INO desenvolveu um esforço de mobilização que levou muitos adultos a procurarem uma possibilidade de aumentarem as suas qualificações.

Com base na investigação realizada, é possível referir em traços gerais, que a certificação de competências teve um impacto bastante positivo na vida dos adultos, contudo, este impacto não foi sentido de igual modo por todos. Enquanto que em algumas pessoas esta certificação provocou alterações no seu percurso de vida, noutras a mudança não foi tão evidenciada. Também de um modo geral, percebeu-se que a esmagadora maioria dos inquiridos apresentou uma atitude bastante favorável face ao trabalho desenvolvido pelo CNO da ESGP.

Ao nível da dimensão “equipa técnico-pedagógica” percebeu-se que apesar de as razões que estão na origem da integração na equipa, nomeadamente por parte do formadores, não se encontrarem relacionadas com questões opcionais mas acima de tudo com uma situação de atribuição de horário «zero», a verdade é que a esmagadora maioria

reconheceu o trabalho desenvolvido como algo bastante positivo e marcante nas suas vidas, não só enquanto profissionais mas também enquanto pessoas. Estima-se que o espírito de equipa alcançado pelos elementos do centro e as relações humanas estabelecidas entre os diferentes intervenientes possam estar na base de tal manifestação.

De certa forma e salvo algumas exceções, a maioria dos elementos da ETP apresenta uma atitude positiva perante a INO, considerando-a como uma mais-valia para grande parte dos adultos que nela participam. Para além de reconhecerem que o processo RVCC fomenta hábitos de leitura e escrita, há muito perdidos pela maioria dos adultos, sentem que os efeitos da certificação podem ser mais expressivos em termos pessoais do que em termos profissionais. O aumento ao nível da autoestima e autoconfiança encontram-se no centro das principais mudanças apontadas. Para os diferentes elementos da equipa, a certificação de competências provocou nos adultos, uma tomada de consciência relativamente às suas capacidades, fazendo com que passassem a sentir-se mais capazes para enfrentar novos desafios na sua vida. Destaca-se também o facto de atribuírem especial realce aos efeitos positivos da certificação na vida dos indivíduos do género feminino, considerando que é nestes adultos que os mesmos são sentidos de forma mais significativa.

Para os elementos da equipa, as metas surgem no processo de reconhecimento como uma questão a melhorar, no sentido em que a quantidade exigida pela ANQ não se coaduna com o rigor e a qualidade que consideram necessário para o desenvolvimento do processo.

Outro aspeto merecedor de destaque ao nível desta dimensão prende-se com o impacto da certificação ao nível das famílias em entidades empregadoras. Para a ETP, o impacto varia muito conforme a família e consoante as prioridades levadas a cabo por cada entidade empregadora. Realça-se também o facto de apesar de considerarem que o impacto do processo pode ser positivo em termos pessoais para as mulheres, o regresso do elemento feminino à escola pode ser encarado como uma situação que pode provocar alterações na dinâmica familiar, nomeadamente ao nível do cuidado dos filhos e das tarefas domésticas.

Ao nível da dimensão “adultos” as principais mudanças sentidas pelos mesmos após a certificação alcançada, inserem-se na esfera pessoal, nomeadamente ao nível da realização pessoal, aumento do autoconhecimento e da autoestima, tendo-lhes sido validados conhecimentos e competências que até então não lhes eram reconhecidos. Salienta-se a importância de estas mudanças terem permitido aos adultos em geral, a tomada de consciência das suas competências e o alcance de uma maior confiança para assim darem continuidade ao seu percurso educativo e formativo.

Mas mudanças sentidas não se esgotaram na dimensão pessoal, acabaram por se estender ao nível da aquisição de conhecimentos relacionados com as novas tecnologias e com a aquisição de hábitos de leitura. Numa população pouco escolarizada como a portuguesa, onde o défice das mais básicas competências é fortemente inibidor da participação em sociedade, a aquisição e a consolidação de competências nestas duas dimensões parece constituir uma das mais importantes mais-valias da INO.

Tendo por base o estudo realizado, pode acrescentar-se que em termos profissionais o impacto não foi sentido de igual modo por todos os inquiridos na medida em que a esmagadora maioria revelou continuar no mesmo emprego e a desempenhar as mesmas funções. Apesar de tudo, e de só uma reduzida percentagem ter assumido uma progressão na carreira, pode-se acrescentar que de um modo geral, a certificação de competências fez com que os adultos passassem a sentir-se mais preparados para o desempenho do seu cargo devido às aprendizagens realizadas, sendo de salientar que a este nível, alguns acabaram por referir que passaram a considerar-se mais autónomos no que respeita à realização das duas funções.

Tomando em consideração a reflexão apresentada pelos adultos inquiridos sobre a sua passagem pelo CNO em causa, pode-se verificar que o grau de concretização das suas expectativas se apresentou elevado. O processo desenvolvido no local já referido, para além de ter ido ao encontro do inicialmente previsto, acabou mesmo por superá-lo.

Quando a análise se estende à qualidade do desempenho da equipa, percebeu-se que a avaliação realizada pelos adultos espelha um elevado grau de satisfação.

Quanto à dimensão “famílias”, verificou-se que os elementos participantes no estudo realizado apresentaram algumas características coincidentes. Todos, de um modo geral,

manifestaram uma atitude extremamente positiva face ao regresso do seu familiar à escola. Para além de valorizarem essa tomada de decisão, consideraram que poderá ser uma boa alternativa à rotina diária estabelecida. Não só os maridos ou as esposas, mas também os filhos apoiaram de forma substancial o regresso do seu familiar ao contexto escolar.

À semelhança do que foi apontado, tanto pela equipa técnico-pedagógica, como pelos adultos certificados, também as famílias consideraram que as principais mudanças no seu familiar, fomentadas pela certificação de competências, se fez sentir essencialmente na esfera pessoal, aumento na autoestima, na autoconfiança e ao nível da aquisição de competências relacionadas com as TIC.

Se por um lado as mutações ao nível pessoal podem conduzir a uma maior consciência das suas competências e uma maior confiança em prosseguir os estudos, por outro, a aquisição ou aprofundamento de conhecimentos no domínio da informática pode trazer um ganho substancial para a relação estabelecida com os filhos. O facto de ostentarem conhecimentos numa área que faz parte da cultura e identidade dos jovens dos dias de hoje poderá conduzir a uma aproximação dos pais à realidade dos filhos.

Com base na investigação, verificou-se que é nas famílias em que o elemento certificado foi o progenitor que se verifica uma maior mudança na relação pais-filhos. Esta situação leva a crer que se pode estar diante de uma mudança de mentalidades, em que os pais deixaram de encarar as questões associadas ao percurso escolar dos filhos como sendo uma responsabilidade essencialmente da mulher.

Considerando os dados obtidos durante as entrevistas às famílias de adultos certificados, acrescenta-se que o regresso à escola, nomeadamente ao processo RVCC, despertou nos adultos um interesse acrescido pela realidade escolar e pelas aprendizagens, dimensão que até então não era muito valorizada. Partindo do princípio que a representação que os pais têm da escolarização influencia a perceção que os filhos têm da mesma, pode-se concluir que o facto do processo RVCC provocar alterações, em termos positivos, na forma de encarar a realidade escola, faz com que se apresente como uma mais-valia neste sentido.



De um modo geral, constatou-se que os adultos que antes da certificação não participavam muito na vida escolar dos filhos passaram a fazê-lo a partir do momento em que tomaram consciência das suas competências intelectuais. Passaram a sentir-se mais capazes para ajudar os filhos no seu percurso escolar.

Ao contrário do que foi apontado pela equipa técnico-pedagógica, o regresso do familiar à escola, incluindo os elementos do género feminino, foi encarado como algo bastante positivo pela maior parte das famílias. Apesar de reconhecerem que o período de frequência escolar em que o seu familiar se ausentou do espaço doméstico se apresentou de certa forma complicado em termos de gestão familiar, consideraram que acabou por ser estrategicamente ultrapassável. O fortalecimento dos laços estabelecidos entre os diferentes elementos familiares acabou por ser um dos grandes dividendos retirados desta experiência vivenciada.

Quanto à abertura de novas portas em termos profissionais, observou-se um sentimento semelhante em praticamente todas as famílias, mantêm-se uma esperança numa possível evolução na carreira mesmo reconhecendo que até ao momento, de um modo geral, tal não se verificou.

No que à dimensão “entidades empregadoras” diz respeito, verificou-se através do estudo realizado, que todas revelaram ter tomado conhecimento acerca da certificação alcançada pelos seus colaboradores. A atitude bastante positiva que manifestaram em relação ao processo RVCC em geral e ao desenvolvido pelo CNO da ESGP mais especificamente, embora não tenha sido possível fazer-se grandes generalizações devido ao reduzido número de entrevistas conseguidas, parece indicar que de alguma forma, as entidades empregadoras passaram a apresentar uma melhor abertura e uma maior sensibilidade face a este tipo de processos.

Apesar de confirmarem que não houve uma repercussão direta em termos de progressão na carreira após a certificação, a esmagadora maioria dos elementos entrevistados referiu que o reconhecimento verbal foi uma medida adotada por si. Chamaram também a atenção para o facto de este reconhecimento poder vir a ser ainda mais evidente no momento em que procederem à avaliação do colaborador em causa.

Numa análise mais transversal o estudo permitiu verificar que não são apenas as empresas de maior dimensão que apresentam um maior investimento na formação dos seus colaboradores e onde o impacto do processo RVCC é sentido como mais significativo, conforme referido por alguns elementos da equipa técnico-pedagógica. Através dos resultados obtidos, e tendo em conta que as entidades entrevistadas representam diferentes realidades, constatou-se que esta diferenciação não foi manifestada.

À semelhança do que sucedeu nas dimensões de análise, também neste ponto de reflexão é possível apontar a aquisição de conhecimentos ao nível das TIC como uma das mudanças sentidas. As competências adquiridas neste domínio representaram uma mais-valia também para as entidades empregadoras, na medida em que consideraram que esta aquisição pode preparar os seus colaboradores para uma realidade que passa pelo uso das novas tecnologias no decorrer do desempenho das suas funções.

Com base nos dados apurados, percebeu-se que se verificou a existência de um equilíbrio na avaliação realizada pelos principais protagonistas do processo RVCC desenvolvido por este mesmo CNO.

Ao constituir uma oportunidade para cumprir o projeto de escolarização do adulto e ao provocar mudanças profundas na perceção de si próprio e das suas competências, o processo RVCC parece contribuir para uma maior integração e adaptação dos adultos certificados às exigências da sociedade atual. Estas mudanças acabam por se repercutir na sua vida familiar e profissional na medida em que, ao terem uma imagem mais positiva de si próprios e ao considerarem que são mais capazes, faz com que haja, por um lado, um aumento e uma melhoria ao nível do seu envolvimento parental nas questões de carácter escolar dos seus filhos e, por outro, uma maior confiança no desempenho das suas funções.

### **Notas de texto**

Nível 1- Aquele onde se incluem as pessoas cujas competências são de tal forma escassas que, quando muito, lhes permitem resolver apenas tarefas elementares de leitura, escrita e cálculo.

Nível 2- Indivíduos que são capazes de lidar apenas com materiais escritos muito simples e relativamente aos quais as tarefas envolvidas são pouco complexas.

Nível 3- É considerado o nível mínimo para responder às exigências do dia a dia em sociedades avançadas e complexas.

Nível 4 e 5- Corresponde aos indivíduos que demonstram capacidades de processamento de informação escrita de grau elevado. (Fonte: IALS - (Ávila, 2005)).

## Referências bibliográficas

Alves, J.; Milheiro E. & Martins, A. (2009). Avaliação independente de projetos EQUAL. Reflexões e propostas de uma experiência. *Cidades, Comunidades e Territórios*. 17, 93-110.

Ávila, P. (2005). *A Literacia dos Adultos: Competências-Chave na Sociedade do Conhecimento*. Dissertação de Doutoramento em Sociologia da Comunicação, da Cultura e da Educação, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Lisboa.

Canário, R. & Lima, L. (2008). Chegou a hora de agirmos. Revista O Direito de Aprender. Acedido a 14 de dezembro de 2010 em [http://www.direitodeaprender.com.pt/index.php?option=com\\_content&task=view&id=180&Itemid=30](http://www.direitodeaprender.com.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=180&Itemid=30)

Canário, R. (2008). *Educação de Adultos: Um campo e uma Problemática*. Lisboa: Educa.

Canário, R. & Cabrito, B. (Org.) (2008). *Educação e Formação de Adulto: Mutações e Convergências*. Lisboa: Educa.

Capucha, L. et al. (1999). *Metodologias de Avaliação de Intervenções Sociais*. Módulos PROFISS. Lisboa: Ministério do Trabalho e Solidariedade.

Capucha, L.; Almeida, J.; Pedroso, P. & Silva, J. (1996). Metodologias de avaliação: O estado da arte em Portugal. *Sociologia – Problemas e Práticas*, 22, 9-27.

Cardoso, C. & Ferreira, J. (2010). Os adultos no contexto do processo de RVCC: uma abordagem das representações e práticas da leitura e da escrita. In Salgado, L. et al. *A Educação de Adultos: uma dupla oportunidade na família*. Agência Nacional para a Qualificação, I.P. (157-168).

Cavaco, C (2009). *Adultos pouco escolarizados. Políticas e Práticas de Formação*. Lisboa: Educa.

DataAngel Policy Research Incorporated (2009). *A dimensão económica da literacia em Portugal: uma análise*. Lisboa: Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação, Ministério da Educação.

Figueiroa, D. & Pimenta, M. (2005). A Autoavaliação nos Projetos Equal. *Cidades, Comunidades e Territórios*, 11: 13-22.

Gomes, M. (2005). Percursos de Literacia. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 47, 69-97.

Gomes, M. (2003). Literexclusão na vida quotidiana. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 41, 63-92.

Gomes, M. (2002). *Literacia e Educação de Adultos: Percursos, Processos e Efeitos. Um estudo de caso*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (4º Curso de Mestrado em Ciências Sociais), Lisboa.

Lima, L.; Pacheco, J.; Esteves, M.; Canário, R. (2006). *A educação em Portugal (1986/2006). Alguns contributos de investigação*. Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação.

Melo, A. & Benavente A. (1978). *Educação Popular em Portugal (1974/1976)*, Lisboa: Livros Horizonte.

Melo, A.; Matos, L. & Silva, O. (1999). *S@ber+. Programa para o Desenvolvimento e Expansão da Educação e Formação de Adultos em Portugal (1999-2006)*. Lisboa: ANEFA.

Melo, R.; Jacinto, F.; Caldeira, H.; *et al.* (2009). *Iniciativa Novas Oportunidades. Primeiros Estudos de Avaliação Externa. Autoavaliação de Centros Novas Oportunidades. Adequação do SIGO às necessidades de avaliação*. Lisboa: Agência Nacional para a Qualificação, I.P..

#### **Notas sobre o autor**

[carmem.sofia.silva@hotmail.com](mailto:carmem.sofia.silva@hotmail.com)

Instituto Politécnico de Portalegre

Escola Superior de Educação de Portalegre

Licenciada em Psicologia da Educação e Orientação Vocacional pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias e Mestre em Formação de Adultos e Desenvolvimento Local pela Escola Superior de Educação de Portalegre desde Maio de 2012.

Desempenho de funções como Técnica de Diagnóstico e Encaminhamento no CNO da ESGP, de Setembro 2008 a Fevereiro de 2012, e atualmente como Psicóloga no Lar de Infância e Juventude na Fundação Asilo Nossa Senhora do Perpétuo Socorro em Veiros.

# Impactos da Formação Modular Certificada: Contributos para a Aprendizagem ao Longo da Vida<sup>1</sup>

## Certified Modular Training Impacts: Contributions to Lifelong Learning

Sandra Maria Sias Cardoso

### Resumo

O presente trabalho de investigação enquadra-se na Dissertação do Mestrado em Formação de Adultos e Desenvolvimento Local (ainda não concluída) e centra-se no impacto da Formação Modular Certificada, como um contributo para a Aprendizagem ao Longo da Vida, sob diferentes perspetivas, nomeadamente, a dos destinatários (adultos ativos empregados e desempregados, com idade superior a 18 anos, que frequentaram ações no IEFP, IP, no Distrito de Portalegre, entre 2011 e Março de 2012), a das entidades empregadoras e a dos interlocutores-chave especializados. Tendo em conta o tipo e os objetivos definidos para cada um destes sub-universos, utilizou-se um conjunto de métodos e técnicas de investigação social, nomeadamente: o inquérito por questionário (aplicado aos destinatários), a entrevista (dirigida às entidades empregadoras e aos interlocutores-chaves especializados) e a análise documental. Com este trabalho, pretende-se reunir um conjunto de considerações, com recurso a vários focos e contributos teóricos e empíricos, e demonstrar se os dados recolhidos corroboram ou não os pressupostos teóricos considerados, realizando uma análise reflexiva face ao objeto de estudo.

**Palavras-chave:** formação modular certificada; aprendizagem ao longo da vida; avaliação

### Abstract

This research work fits into the Masters Dissertation in Adult Training and Development Location (not yet completed) and focuses on the impact of the Modular Training Certified as a contribution to Lifelong Learning, under different perspectives, namely, the recipients (assets employed and unemployed adults, aged 18, who attended actions in IEFP, IP, the District of Portalegre, between 2011 and March of 2012), the employers and the key partners specialized. Taking into account the type, set goals for each of these sub-universes, we used a set of methods and techniques of social research, namely: questionnaire survey (applied to recipients), the interview (aimed at employers and to key stakeholders) and expert analysis of documents. With this paper, we intend to collect a set of considerations, using various focus and theoretical contributions and empirical data collected, to demonstrate whether or not corroborate the theoretical assumptions considered by performing a reflective analysis against the object of study.

**Keywords:** certified modular training; lifelong learning; assessment

### Introdução

“O ensino e a formação profissional têm por objectivo dotar as pessoas de conhecimentos, capacidades e/ou competências requeridas por profissões específicas ou pelo mercado de trabalho, isto é, o ensino e a formação profissional permitem às pessoas adquirirem conhecimentos, qualificações e competências necessárias ao mercado de trabalho, seja para uma tarefa específica ou para diferentes tipos de ocupações” (<http://cedefop.europa.eu>).

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no III Seminário de I&DT, organizado pelo C3i – Centro Interdisciplinar de Investigação e Inovação do Instituto Politécnico de Portalegre, realizado nos dias 6 e 7 de Dezembro de 2012.

As competências são mais vastas do que o conhecimento ou as capacidades e são adquiridas num processo de aprendizagem ininterrupto, que dura toda a vida ao longo de todos os contextos pessoais, sociais e políticos.

A aprendizagem ao longo da vida assume-se como uma realidade incontornável. Na verdade, as transformações e as exigências das sociedades contemporâneas, a convergência de fatores (como o prolongamento da vida ativa, os cada vez mais ciclos de emprego/desemprego e ainda o facto dos mercados económicos se encontrarem sujeitos a crescentes níveis de concorrência e de competitividade) provocam nos indivíduos, seja qual for a idade, o nível de qualificação escolar ou situação profissional, a necessidade de adquirir, desenvolver e atualizar novos conhecimentos e novas competências.

Num mercado de trabalho cada vez mais caracterizado pela instabilidade das relações contratuais, a aquisição de novas competências profissionais e a sua permanente actualização, através da participação em diversas ações de formação, constitui um factor crítico de valorização profissional e de empregabilidade, ou seja de capacidade de sobrevivência no mercado de trabalho.

De acordo com Ávila (205:150), outros teóricos como Lopes e Murray, têm vindo a insistir, por exemplo, “na necessidade de os principais contextos de atuação dos indivíduos, com particular destaque para o domínio profissional, solicitarem a utilização e mobilização de competências, sob pena de as mesmas poderem estagnar ou mesmo regredir”.

“A promoção de competências transversais constitui um recurso fundamental de promoção dos desempenhos profissionais em contextos de crescente diversidade e complexidade funcional como os que hoje vivemos mas, igualmente importante é fazer corresponder as competências técnicas pela população ativa às exigências colocadas pela transformação organizacional e tecnológica das empresas” (Paulo Feliciano in IEF, 2010: 89).

Abrangendo toda a sua complexidade e dinâmica, o aprender ao longo da vida é, assim, perspectivado como construção social, como processo “contínuo ininterrupto” que considera a dimensão temporal da aprendizagem, do mesmo modo que considera a multiplicidade de espaços e de contextos (pessoais e profissionais) dessa aprendizagem. Os indivíduos são entendidos como atores principais desse processo e as suas vidas como as relações de sustentabilidade para o emergir da aprendizagem.

Em Portugal, tem-se assistido a um movimento de reforço das orientações das políticas públicas de educação e formação em direção aos princípios de aprendizagem ao longo da vida, de adaptabilidade e de flexibilidade. No nosso país, a formação e a qualificação continuam a ser um imperativo, mas com uma premência ainda maior, quer na ótica da adaptabilidade para a competitividade das empresas, quer na lógica da empregabilidade dos trabalhadores. São, inequivocamente, prioridades para a promoção da equidade e da justiça social, da participação cívica, da modernização das estruturas sociais e do desenvolvimento económico.

As reformas dos sistemas de educação e formação (entre os quais o português), quer ao nível dos mecanismos de motivação da procura, quer em termos do incremento das oportunidades de aprendizagem, têm vindo a evidenciar o desenvolvimento de sistemas de qualificação cada vez mais flexíveis. A introdução de maior flexibilidade no acesso às qualificações, na organização e no desenho dos seus percursos e na adequação, mais ajustada, às necessidades dos utilizadores, são características indissociáveis destes processos de reforma.

A modularização da formação e a unitização das qualificações têm vindo a assumir-se como instrumentos privilegiados nesses processos e na modernização dos sistemas de ensino-formação, facilitando o desenvolvimento de sistemas de créditos, que concorrem diretamente para uma maior mobilidade dos aprendentes. A certificação de pequenas unidades (de competências e de formação) que podem contribuir para a obtenção de novas qualificações constitui um passo relevante para a flexibilização dos sistemas e para a produção de respostas mais ajustadas às necessidades dos indivíduos.

A reforma do sistema da formação em geral e a (re) organização da formação segundo uma estrutura modular em particular deverão permitir, entre outros, alcançar um conjunto de objetivos, nomeadamente aumentar a responsabilidade do sistema na adequação das competências às transformações económicas, tecnológicas e organizacionais, aprofundar a ligação da formação às empresas (através do sistema de avaliação e certificação modular, bem como das próprias metodologias que estão na construção dos módulos de formação), favorecer a ligação entre o ensino (dito formal) e a formação profissional e reforçar a articulação entre a formação inicial e a contínua e a diversificação das opções em função das necessidades e das circunstâncias de cada indivíduo.

A opção pela organização modular implica uma abordagem sistémica, assente numa lógica integrada da formação, que inclui a concepção, isto é, a articulação com os referenciais de emprego e a preparação ao nível da estruturação dos programas, do desenvolvimento dos recursos didácticos, da preparação dos formadores e da organização dos espaços e dos equipamentos. Como tal, vai muito mais além que a melhoria dos procedimentos de gestão e de animação das ações ou do controlo do processo de avaliação e de certificação de competências.

Atualmente, em Portugal, a oferta/organização modular é operacionalizada, essencialmente, através da modalidade de formação modular certificada. Enquadrada pelo Decreto-lei n.º 396/2007 de 31 de Dezembro, surge com o intuito de possibilitar uma oferta formativa diversificada, com o objetivo de corresponder à necessidade de qualificação de ativos empregados ou desempregados, que careçam de aquisição ou aprofundamento de competências, numa perspetiva de inovação organizacional ou de adaptação a novos equipamentos, métodos ou contextos de trabalho, assente numa lógica de permanente elevação das competências profissionais e/ou escolares. Constitui uma das modalidades de formação de dupla certificação do Sistema Nacional de Qualificação e obedece aos referenciais de competências e de formação do Catálogo Nacional de Qualificações, agrupado por áreas de educação e formação.

Como contributo e no âmbito da aprendizagem ao longo da vida, assume-se como um instrumento fundamental na prossecução do objetivo “qualificação da população ativa portuguesa”, respondendo às necessidades de uma estratégia nacional, resultante de um dos compromissos constantes do Acordo para a Reforma da Formação Profissional celebrado, em 2007, entre o Governo e os Parceiros Sociais representados na Comissão Permanente de Concertação Social. No âmbito da referida reforma, pela sua flexibilidade, por permitir percursos formativos certificáveis e por permitir conciliar o trabalho com a formação, é um instrumento fundamental de desenvolvimento dos recursos humanos e das empresas.

Neste sentido, o presente trabalho pretende iniciar um processo de reflexão organizada em função do objecto de estudo, que centra-se nos impactos da Formação Modular Certificada, como um contributo para a Aprendizagem ao Longo da Vida, sob diferentes perspetivas: a dos **destinatários** (adultos activos empregados ou desempregados, com idade superior a 18 anos, que frequentaram ações de formação, nas Unidades Orgânicas do IEF, IP, no Distrito



de Portalegre, entre 2011 e Março de 2012), a das **entidades empregadoras** e a dos **interlocutores-chave especializados**<sup>2</sup>.

A investigação e a análise empírica desenvolvida integra-se na Dissertação do Mestrado em Formação de Adultos e Desenvolvimento Local, que ainda não se encontra concluída, e procura sistematizar, tanto quanto possível, um conjunto de informações e de indicadores, que possibilite um conhecimento mais aprofundado, que se assuma, concretamente, como uma avaliação desta modalidade de formação e que permita proporcionar reflexões sobre o impacto por si gerado.

Em Portugal, os processos de avaliação constituem ainda um campo de investigação e de ação recente. No entanto, observa-se que, atualmente, a avaliação já é considerada como uma modalidade essencial de promoção do desempenho de qualquer organização, medida política ou pública ou programa. O processo formativo envolve uma relativa complexidade e revela a existência de múltiplas dimensões de análise.

“A conceção de uma metodologia de avaliação de ações de formação pressupõe, em primeiro lugar, que se defina claramente o objeto a avaliar, ou seja, que se identifiquem os principais elementos ou dimensões que estruturam um processo de formação. Só depois se poderão definir claramente os objetivos específicos da avaliação e conceber os instrumentos operacionais a utilizar” (Pereira, 1996).

Do tema central da investigação, decorrem hipóteses orientadoras, de forma a estabelecer uma delimitação tipológica do objecto do estudo, que permita uma definição clara das realidades a analisar e, subsequentemente, da informação a recolher. Relativamente às hipóteses orientadoras do estudo, formulámos as seguintes:

- Hipótese A - A Formação Modular Certificada origina impactos, que têm reflexos nos adultos e nas entidades empregadoras.
- Hipótese B - Nos adultos, os impactos traduzem melhorias/ganhos nas competências chave, nos conhecimentos objetivos e na construção do seu percurso profissional.
- Hipótese C – Ao nível das consequências nos conhecimentos/competências dos adultos, os reflexos são bem mais positivos do que no âmbito laboral.
- Hipótese D – Nas entidades empregadoras, os impactos traduzem melhorias no desempenho organizacional, na qualidade dos serviços prestados e ao nível da competitividade.

Sob a perspectiva dos **destinatários**, definiu-se um conjunto de objectivos, que permitam reflectir, conhecer, compreender e avaliar como os impactos da Formação Modular Certificada se manifestam nas seguintes dimensões: na conclusão de percursos formativos, nos ganhos/na melhoria das suas competências-chave, nas motivações da procura, na relevância da participação, na construção do seu percurso profissional e na “vontade de continuar”.

Relativamente às **entidades empregadoras**, procurou-se avaliar alguns aspetos, tais como a motivação da procura, a formação entendida como um instrumento para o desenvolvimento dos recursos humanos e das próprias entidades e como um instrumento para o ajustamento entre as competências dos seus indivíduos e as exigências organizacionais.

Do ponto de vista dos **interlocutores-chave especializados**, procurou-se recolher a sua visão sobre a importância, a evolução e a execução desta modalidade de formação, sistematizando pontos estratégicos e contemplando uma visão cruzada do seu potencial. Procurou-se, essencialmente, aferir e cruzar a seguinte informação: saber se a formação modular certificada responde às necessidades de uma estratégia nacional para a aprendizagem ao longo da vida, perceber se responde às necessidades de qualificação da população ativa portuguesa e conhecer as características inovadoras, os pressupostos base, as potencialidades e as vantagens desta oferta formativa.

Para se proceder a um estudo empírico, é necessário seleccionar os métodos e as técnicas de investigação social. A sua escolha não deve ser efectuada de forma arbitrária, pelo contrário, deve ser uma escolha que permita recolher a informação adequada à natureza do próprio estudo, de acordo com princípios de ordem geral, dos quais se enunciam os mais importantes, nomeadamente, o tipo e os objectivos da investigação e a natureza dos factos a observar/estudar.

Para concretizar os objetivos definidos para cada um dos sub-universos e desenvolver as vertentes da investigação, tendo em conta os pressupostos enunciados no estudo, utilizámos uma estratégia metodológica plural, em as técnicas/instrumentos de recolha de dados considerados foram os seguintes: a entrevista semi-diretiva de carácter exploratório dirigida às entidades empregadoras e aos interlocutores-chaves especializados; o inquérito por

questionário, aplicado aos destinatários e a análise documental, considerando documentos orientadores de diversa natureza, produzidos pelo IEFP, IP, pela ANEQ, IP e pelo POPH.

### **Avaliação por Interlocutores-chave Especializados**

Para os interlocutores-chave especializados, a formação modular responde às necessidades de uma estratégia nacional para a aprendizagem ao longo da vida, visando “*eleva os níveis de qualificação dos ativos, assumindo o nível secundário como referencial de qualificação, e diversificar as oportunidades de aprendizagem e de desenvolvimento de novas metodologias para a aprendizagem ao longo da vida*”. Para a Diretora do Centro de Formação Profissional de Portalegre,

*“esta medida formativa é a que melhor se enquadra na estratégia nacional de ALV. Tendo em vista modernizar os mercados de trabalho e capacitar as pessoas, desenvolvendo as suas qualificações ao longo da vida, com o objetivo de aumentar a sua participação no mercado de trabalho e de estabelecer uma melhor correspondência entre a oferta e a procura de mão-de-obra, nomeadamente através de uma maior mobilidade dos trabalhadores, a formação modular assume também, neste contexto, um papel fundamental”.*

Na perspetiva do indivíduo, esta modalidade de formação tem, segundo as interlocutoras, várias vantagens, das quais destacam: a possibilidade do indivíduo ir construindo o seu percurso profissional, de forma flexível e não contínua, em função das suas disponibilidades pessoais e profissionais, numa ótica de aprendizagem ao longo da vida. Na perspetiva das empresas, segundo as mesmas, esta formação permite um maior ajustamento entre as competências dos seus ativos e as exigências da organização, “quer estas sejam de natureza produtiva, tecnológica ou organizacional”.

Evidenciam ainda um conjunto de características inovadoras, destacando a flexibilidade, a individualização, a certificação e a capitalização. Flexibilidade porque permite que sejam organizados percursos formativos com combinações variadas de Unidades de Formação de Curta Duração, de acordo com os interesses e as necessidades específicas das pessoas ou à medida das solicitações das entidades empregadoras. Individualização porque permite responder às necessidades do indivíduo resultantes das suas motivações particulares ou de prescrições técnicas. Certificação porque cada uma das unidades de formação, desde que se insira no Catálogo Nacional das Qualificações, é passível de ser certificada autonomamente e, por essa via, ser formalmente reconhecida. Capitalização porque permite o seu reconhecimento dentro de um determinado percurso de qualificação, conferindo a

possibilidade do indivíduo obter um diploma de qualificação quando tiver conseguido a certificação de todas as unidades que o compõem.

Ao fim de três anos de execução desta modalidade de formação, para as interlocutoras, o “balanço é claramente positivo.” Adiantam que

*“o maior desafio não está na introdução de alterações à medida que ela já é, por si mesma, suficientemente flexível mas, sim no modo da sua apropriação por parte das pessoas e das empresas, devendo ser assumida como algo que lhes é útil e que só faz sentido se for estruturada para responder a necessidades concretas”.* Para as interlocutoras, *“é igualmente importante que as entidades empregadoras reconheçam o aumento dos níveis de qualificação dos seus trabalhadores como fator estratégico para a melhoria da competitividade e produtividade”.*

### **Avaliação pelos Destinatários**

Para desenvolver a avaliação dos destinatários face a esta modalidade de formação, com base numa amostra aleatória, representativa do universo, foram aplicados questionários a adultos que frequentaram ações do IEFP, IP, no Distrito de Portalegre, no período temporal 2011-2012 (Março).

A amostra efetivamente validada é constituída por um número total de 226 indivíduos, dos quais 63% pertencem ao género feminino e 37% ao masculino. A maioria dos adultos inquiridos situa-se no escalão etário dos 25-34 anos (representando 39,4% do total), possui o ensino secundário (60,2%) e está numa situação de desemprego (62,8% do total). Em termos de localização residencial, verifica-se que a amostra validada é constituída por adultos de todos os concelhos do Distrito de Portalegre, em que a maioria reside nos concelhos de Portalegre (40,3%), de Ponte de Sôr (13,3%) e de Elvas (12,3%), representando 65,9% do universo total.

Os adultos inquiridos concluíram acções de formação modular certificada em diversas áreas de educação e formação, nomeadamente, ciências informáticas, construção e engenharia civil, cuidados de beleza, eletricidade e energia, formação base, hotelaria e restauração, metalurgia e metalomecânica, serviço de apoio a crianças e jovens e trabalho social e orientação. As áreas de educação e formação frequentadas pelos adultos com maior expressão são a formação base (31%) e o trabalho social e orientação (21,2%). De realçar ainda os valores da

área das ciências informáticas (17,3%), considerando as exigências atuais, em que existe uma necessidade constante de utilização e domínio das novas tecnologias.

Em termos de motivação da procura, para a maioria dos adultos (40,3%), a frequência de ações de formação modular certificada deveu-se, essencialmente, à necessidade individual de desenvolvimento de competências, numa ótica de reforço de competências/reciclagem/atualização, especialização e reconversão profissional. Para um total de 29,7% dos adultos, a frequência resultou da necessidade de concluir ciclos de estudo que ficaram em aberto ao longo da vida, de completar um percurso de formação/qualificação, correspondendo 17,3% a percursos já iniciados através de um processo de RVCC (dando resposta ao Plano Pessoal de Qualificação) e 12,4% a percursos formação já iniciados e não concluídos (inclui a aplicação do Decreto-Lei n.º 357/2007). De salientar ainda que, para 16,4% dos inquiridos, o motivo principal deveu-se à necessidade de certificação que responda a requisitos legais para o exercício de algumas atividades profissionais.

A avaliação do conceito “Aprendizagem ao Longo da Vida”, assente em onze itens fundamentais, permitiu-nos concluir que os adultos concordam que lhes é/seria favorável o retorno à escola e a conclusão ou obtenção de graus de ensino. O referido retorno é valorizado e avaliado, na generalidade, como positivo, em que a progressão/melhoria na carreira profissional é a motivação principal. É um facto aceite pela maioria dos inquiridos de que uma melhor escolarização pode proporcionar uma melhoria na carreira profissional, no entanto, o retorno à escola tem reflexos menos positivos em termos de melhoria no ordenado. É interessante verificar que os graus de concordância entre a melhoria da situação profissional e a melhoria salarial têm distribuições diversas.

Os inquiridos também avaliam positivamente a conclusão ou obtenção de novos graus de ensino, sobretudo no que diz respeito à imagem de si próprio. Os dados confirmam que a sua obtenção ajudará o adulto a melhorar a sua autoimagem. Em complemento à sua potenciação e diretamente associada à sua estruturação, está a imagem entendida do próprio junto dos seus relevantes, sendo, de uma maneira geral, a família o grupo mais importante. Dado que a formação da heteroimagem familiar recorre a uma diversidade de dimensões, neste campo, aquilo que se pretende avaliar é a perceção que o adulto acha que a conclusão ou obtenção de qualificação poderá influir na sua imagem/valorização dentro da família. As respostas dadas

confirmam que a conclusão ou obtenção de novos graus de ensino faz com que a família valorize mais a pessoa no entanto, não é este o fator de valorização principal.

Melhorar a escolaridade é entendido como um fator positivo, sobretudo no que diz respeito a uma maior inserção do adulto no tempo atual. Numa sociedade em mudança, ao ritmo dos nossos tempos, os inquiridos concordam com o argumento de que a melhoria de escolaridade abre horizontes ao sujeito seu usufrutor. A aprendizagem é, nesta fase de idade adulta, mais do que um elemento burocrático escolar, significa, antes de tudo, um potencial para abrir horizontes e uma ferramenta para os adultos poderem defrontar melhor os problemas que surjam no futuro. Arranjar emprego, se houver necessidade disso, é importante mas, não é, neste âmbito, o fator principal de valorização.

No que diz respeito ao item de avaliação “experiência profissional”, para os adultos esta é valorizada e é tão importante como a escola para adquirir competências. A aprendizagem ultrapassa claramente o modelo escolarizado.

Aprender a falar melhor inglês e, sobretudo, a lidar com novas tecnologias é valorizado positivamente, contribuindo significativamente para um maior sucesso profissional. Dada a globalização, é cada vez mais frequente que as empresas requeiram o conhecimento da língua inglesa. Os inquiridos parecem estar conscientes desse facto e atribuem valores relativamente elevados à aquisição de conhecimentos para a obtenção de sucesso profissional. O mesmo se passa com as tecnologias de informação, com uma intensidade de respostas ainda maior. Os dados são por si reveladores dessa consciência.

No âmbito da progressão/melhoria das competências-chave, pela análise empírica efetuada, conclui-se que existe, na generalidade, um aumento e um reforço dos níveis de educação dos adultos e uma melhoria efetiva destas competências, quer estes sejam detentores de graus do ensino básico quer do ensino secundário e superior. Os maiores ganhos de competência revelam-se no “aprender a aprender” (com 30% de respostas dadas) e em competências no uso de computador e da internet (24%). Há, portanto, um forte reforço no domínio da autoimagem, da autoestima, do raciocínio e pensamento crítico, da motivação para aprender e das novas tecnologias. A literacia e as soft skills possuem um peso de 23% na melhoria/ganhos de competência.

Para 91% dos adultos, a formação modular certificada possibilita a construção de percursos formativos de forma flexível e, em termos de relevância da participação na formação, esta deve-se principalmente, à atualização de conhecimentos, representando este motivo quase metade das respostas dadas pelos inquiridos (48%). Para 20% dos adultos, essa relevância resulta do reforço de empregabilidade (o seu trabalho ou para se manter empregável). O papel da família assume-se como o motivo menos relevante.

No que respeita ao parâmetro de análise qualidade e satisfação, para 70% dos adultos, a frequência de formação modular certificada possui consequências nos conhecimentos/impactes objetivos. Para 66% dos adultos que responderam afirmativamente, as alterações verificam-se maioritariamente no domínio técnico, traduzindo um aumento de conhecimentos técnicos.

Conclui-se ainda que existe, na generalidade, uma satisfação individual, sentindo-se o adulto uma pessoa mais feliz, mais realizada e com maior orgulho em si. A frequência da formação profissional proporciona ao inquirido uma maior vontade de intervenção na sua localidade/região e um maior reconhecimento junto da sua rede social (familiares, amigos, vizinhos). O adulto assume que possui, após a frequência/conclusão de ações, uma maior capacidade de partilha e de discussão de ideias, de socialização e de expressão de vontades e capacidades.

As consequências de frequência desta modalidade de formação evidenciam-se claramente nos “Ganhos do Eu”, que são muito expressivos, sendo declarado o aumento dos níveis de educação dos adultos aliada a uma melhoria efetiva das suas competências. Os principais ganhos estão, assim, relacionados com aspetos ligados à majoração do “Eu” nas diferentes vertentes, designadamente socialização, intervenção comunitária, reconhecimento, partilha, expressão e relacionamento.

Em termos do grau de satisfação total, os adultos atribuem, na generalidade, um grau de importância positivo ao facto de terem escolhido e frequentado esta modalidade de formação, refletindo, por um lado, uma elevada remuneração emocional expressa através de elevada satisfação e por outro, conseqüentemente, uma alta cotação do desempenho da prestação do “serviço”. A maioria dos adultos (56%) assume que frequenta mais formação profissional, enquanto para 36%, a frequência verifica-se ao mesmo nível.

No âmbito de análise dos impactos profissionais, para 48% dos adultos, a frequência desta modalidade de formação não teve qualquer impacto positivo na sua vida profissional. Apenas 39% dos inquiridos respondem afirmativamente a esta questão, referindo que as principais consequências laborais/alterações cingiram-se apenas ao motivo “maior capacidade para procurar outros empregos”. O aumento salarial, a obtenção de novo emprego (mais adequado às habilitações) e o acesso a funções de chefia são claramente os itens com menor impacto.

Conclui-se, pela análise dos dados, que as repercussões na atividade laboral são diminutas, para poderem constituir elemento de disseminação social gerador de procura. A qualificação proporcionada não obteve no mercado de trabalho reflexos produtivos alargados, em que os vários tipos de impactos laborais que se poderiam ter verificado na sequência da frequência desta modalidade de formação tiveram valores muito reduzidos. Apenas 38 % dos adultos empregados afirmam ter recebido reconhecimento no local de trabalho, que refletiu-se apenas em termos afetivos, numa perspetiva de valorização profissional. Os reflexos são reduzidos ao nível da alteração de funções, da progressão na carreira e do vencimento. Para 54,8% dos adultos empregados que afirmam ter existido progressão na carreira resultante da frequência /conclusão de ações de formação modular, esta resulta num acréscimo de responsabilidades, sem que isso represente promoção.

A perceção dos colegas é muito diferente à que houve em relação aos superiores hierárquicos. A frequência da formação profissional não logrou em ser integrada na cultura organizacional das entidades, expressa através da sua vertente hierárquica. Entre os pares verifica-se uma maior valorização social. Naturalmente, as pessoas com relação afetiva ao sujeito reagem mais efusivamente na proporção da sua proximidade ao indivíduo.

Pela finalizar a análise no item “avaliação dos destinatários”, conclui-se que, ao nível de consequência nos conhecimentos/competências dos adultos, os reflexos são bem mais positivos do que no âmbito laboral. Há um desequilíbrio entre os ganhos individuais e os profissionais apontados pelos inquiridos, sendo os primeiros muito amplos e os segundos reduzidos, ou em alguns casos, mesmo quase inexistentes. Isso exprime que há uma remuneração afetiva do Sujeito-Cidadão, elemento muito importante para a autoestima, confiança, mas que, o mundo laboral, não estará a acompanhar essa positividade de modo efusivo e mesmo, a capacitação para a dinâmica da aprendizagem futura não está garantida.



## **Avaliação pelas Entidades Empregadoras**

Do universo total de entidades empregadoras selecionadas e contactadas, demonstraram receptividade e disponibilidade para colaborarem, nesta pesquisa, sete entidades, que desenvolvem a sua atividade nas áreas do trabalho social (nomeadamente, apoio a crianças, idosos e pessoas com deficiência (6)) e no âmbito da atividade militar (1), nos concelhos de Avis (1), de Castelo de Vide (1), de Elvas (1), do Gavião (1), de Monforte (1) e de Portalegre (2). Para fazer face às necessidades organizacionais e dos ativos, foram desenvolvidas ações em diversas áreas de formação, nomeadamente geriatria, higiene e segurança no trabalho, cuidados básicos de saúde, técnicas de informação e animação turística, pintura e construção civil e jardinagem e espaços verdes.

As entidades entrevistadas consideram que a realização de ações de formação profissional, no âmbito desta modalidade, responde às suas necessidades específicas, evidenciando um conjunto diversificado de motivos, em termos de motivação da procura, nomeadamente a resposta ao cumprimento dos requisitos legais ao abrigo do Código do Trabalho, a necessidade de um maior ajustamento entre as competências dos ativos e as exigências organizacionais, a necessidade de contratação de pessoal qualificado e a necessidade de reciclagem, atualização e aperfeiçoamento de competências dos seus ativos empregados.

Para estas entidades, é consensual que a realização de ações de formação modular certificada permite um ajustamento entre as competências dos indivíduos e as exigências da organização, sendo consideradas como um instrumento fundamental para o desenvolvimento dos recursos humanos e da própria entidade. Contribui claramente para um melhor desempenho organizacional e para a melhoria dos serviços prestados.

Nesta modalidade de formação em concreto, identificam um conjunto de vantagens, realçando as seguintes: a sua durabilidade (curta), a flexibilidade de horário, a promoção do aumento dos níveis de qualificação e da aquisição, reciclagem e aperfeiçoamento de competências profissionais dos ativos e a possibilidade de ajustamento às necessidades e ao funcionamento da Instituição.

Do ponto de vista dos ativos, reconhecem o ganho potencial para uma trajetória de aprendizagem ao longo da vida, evidenciando que esta oferta formativa responde às

necessidades individuais e funciona como estímulo à frequência de outras ações de formação profissional.

## **Notas Finais**

Em termos finais, importa referir que, para os intervenientes no processo, é consensual que a modalidade de Formação Modular Certificada é um instrumento fundamental na prossecução do objetivo “qualificação da população” e que responde às necessidades de uma estratégia nacional para a aprendizagem ao longo da vida, sendo esta uma realidade incontornável.

Na generalidade, os intervenientes reconhecem que esta modalidade de formação possui um conjunto diversificado de vantagens, realçando sobretudo o facto de possibilitar a construção de percursos formativos de forma flexível, em função das disponibilidades pessoais e profissionais dos adultos, numa ótica de aprendizagem ao longo da vida.

Os dados recolhidos, através das opções metodológicas adotadas ao longo da investigação, corroboram, na generalidade, as hipóteses orientadoras do estudo. A Formação Modular Certificada origina impactos, que têm reflexos nos adultos e nas entidades empregadoras.

Na dimensão de análise dos adultos, os impactos traduzem melhorias/ganhos nas competências chave e nos conhecimentos objetivos, revelando um reforço dos seus níveis de educação, quer sejam detentores de graus do ensino básico quer do ensino secundário e superior. Relativamente aos impactos profissionais, as repercussões na atividade laboral são diminutas, para poderem constituir elemento de disseminação social gerador de procura. Conclui-se que há um desequilíbrio entre os ganhos individuais e os profissionais apontados pelos inquiridos, sendo os primeiros muito amplos e os segundos reduzidos, ou em alguns casos, mesmo quase inexistentes. Isso exprime que há uma remuneração afetiva do Sujeito-Cidadão, elemento muito importante para a autoestima, confiança, mas que o mundo laboral não estará a acompanhar essa positividade de modo efusivo.

No âmbito de análise desta dimensão e da avaliação do conceito “Aprendizagem ao Longo da Vida”, conclui-se ainda que o retorno à escola e a conclusão ou obtenção de graus de ensino, bem como a aprendizagem da língua inglesa e das novas tecnologias, são valorizados e avaliados, na generalidade, positivamente, podendo proporcionar melhorias nas diferentes

vertentes, como por exemplo, na carreira profissional, no que diz respeito à imagem de si próprio, na socialização, na intervenção comunitária, no reconhecimento, na partilha, na expressão e no relacionamento.

Relativamente às entidades empregadoras, os impactos revelam melhorias no desempenho organizacional e na qualidade dos serviços prestados, traduzindo um ajustamento entre as competências dos indivíduos e as exigências da organização. Esta modalidade é considerada, do seu ponto de vista, como um instrumento fundamental para o desenvolvimento dos recursos humanos e da própria entidade.

Para finalizar, importa referir que concluímos, ao longo desta investigação, que a aprendizagem é, nesta fase de idade adulta, mais do que um elemento burocrático escolar, significa, antes de tudo, um potencial para abrir horizontes e uma ferramenta para os adultos poderem defrontar melhor os problemas que surjam no futuro. A experiência é valorizada e é tão importante como a escola para adquirir competências e a aprendizagem ultrapassa claramente o modelo escolarizado.

## **Notas de Texto**

<sup>2</sup>-Por interlocutores-chave especializados, consideramos os decisores ou intervenientes públicos no processo que, à data da entrevista, exerciam responsabilidades nesta matéria. As interlocutoras entrevistadas foram: Delegada Regional do Alentejo do IIEFP, IP e Diretora do Centro de Formação Profissional de Portalegre que, à data da entrevista, encontravam-se ainda no exercício dos cargos dirigentes.

## **Referências Bibliográficas**

Ávila, P. (2005). *A Literacia dos Adultos: Competências-Chave na Sociedade do Conhecimento*. Dissertação de Doutoramento em Sociologia da Comunicação, da Cultura e da Educação, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Lisboa

Caetano, A. E Velada, R. (2004), Avaliação da formação profissional: o problema da transferência, *Cadernos Sociedade e Trabalho*, IV, pp 3-16

Canário, R. (2008). *Educação de Adultos: Um campo e uma Problemática*. Lisboa: Educa

Capucha, L.; Almeida, J.; Pedroso, P. & Silva, J. (1996). Metodologias de avaliação: O estado da arte em Portugal. *Sociologia – Problemas e Práticas*, 22, 9-27

Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P., Que formação para o século XXI?, 20 Anos da Revista Formar, Novembro de 2010

Lopes, Margarida Chagas (1995), *Estratégias de Qualificação e Metodologias de Avaliação, Entre a Empresa, o mercado de trabalho e a convergência europeia*, Oeiras, 1.ª edição, Celta Editora

Pereira, Conceição (1996), “Uma proposta de avaliação de ações de formação” in *Problemas e Práticas* N.º 22, ISCTE, Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, Departamento de Sociologia, Lisboa

Velada, Ana Raquel (2007), *Avaliação da eficácia da formação profissional: factores que afectam a transferência da formação para o local de trabalho*, ISCTE

### **Websites Oficiais**

<http://cedefop.europa.eu>

### **Legislação**

Decreto-lei n.º 396/2007 de 31 de Dezembro

Resolução do Conselho de Ministros n.º 173/07, de 7 de Novembro (Reforma da Formação Profissional)

### **Notas sobre a autora**

*Endereço de e-mail:* [sandrasiascardoso@gmail.com](mailto:sandrasiascardoso@gmail.com)

*Afiliação Institucional:* Mestranda do Curso de Formação de Adultos e Desenvolvimento Local da Escola Superior de Educação de Portalegre

*Breve Nota Biográfica:*

Sandra Maria Sias Cardoso, natural do Crato, nascida a 2 de Abril de 1975.

Licenciada em Sociologia, pela Universidade de Évora.

Mestranda em Formação de Adultos e Desenvolvimento Local, no IPP – Escola Superior de Educação de Portalegre.

Pós-Graduação em Administração Pública e Desenvolvimento Rural na Perspetiva das Comunidades Europeias, na Universidade de Évora.

Conclusão do FORGEP – Programa de Formação em Gestão Pública, promovido pelo Instituto Nacional de Administração.

No período compreendido entre 1997 e 1999, exerceu funções de Socióloga na Santa Casa da Misericórdia do Crato, mais concretamente num Projecto de Luta Contra a Pobreza, cofinanciado pelo Comissariado Regional do Sul de Luta contra a Pobreza.

Ingressou no Instituto do Emprego e Formação Profissional, IP, em 2000, após a realização de um ano de estágio profissional na área do emprego, exercendo funções de técnica superior e técnica superior de emprego no Centro de Emprego de Portalegre.

A partir de 1 de Janeiro de 2008, resultante de Concurso, promovida, na carreira, a Técnica Superior de Emprego Assessora.

Desde 22 de Agosto de 2005 exerce o cargo de Diretora do Centro de Emprego e Formação Profissional de Ponte de Sôr.

Foi participante como oradora em seminários e encontros temáticos, tutora de estágios profissionais no âmbito do PEPAP, formadora, presidente de júri e vogal em concursos públicos internacionais e comissões de análise. Participou em diversas ações de formação profissional.

Exerceu a função de Presidente do Conselho Consultivo do Centro de Emprego e Formação Profissional de Ponte de Sôr e é/foi representante do IEF, IP em diversos órgãos/serviços, designadamente, Conselhos Municipais de Educação, Rede Social, Rendimento Social de Inserção, Projetos de Luta contra a Pobreza e Projecto Raiz.

# “Sem letras” no mundo das letras<sup>1</sup>

## “Without lyrics” in the lyrics world

**Luísa Maria Serrano de Carvalho**

### **Resumo**

Assumindo como objetivo central, identificar e caracterizar eventuais estilos de aprendizagem, existentes em comunidades com elevadas taxas de analfabetismo, a presente investigação centrou-se no estudo dos processos de aprendizagem de indivíduos analfabetos de seis localidades do concelho de Alandroal e compreendeu a realização de um estudo de caso, assente numa metodologia bidimensional.

A análise descritiva e inferencial corroborou a hipótese de que foi o facto de os indivíduos se localizarem em comunidades, com determinadas características geográficas, culturais, económicas e sociais, que conduziu ao desenvolvimento de determinados saberes/maneiras de fazer, que se traduziram em eventuais estilos locais de aprendizagem.

Sustenta-se que, pela sua localização geográfica e pelas dinâmicas comunitárias existentes, os contornos/singularidades do processo de aprendizagem dos inquiridos das localidades de Ferreira de Capelins e, essencialmente, de Juromenha, apresentaram-se com especial relevância.

**Palavras-chave:** analfabetismo; estilos de aprendizagem; educação de adultos; educação comunitária; território.

### **Abstract**

Taking as its central objective, to identify and characterize possible learning styles that exist in communities with high illiteracy rates, this research focused on the study of the learning processes of illiterate individuals from six small villages in the municipality of Alandroal and it included the realization of a case study, based on a two-dimensional methodology.

The descriptive and inferential analysis confirmed the hypothesis that it was the fact that the individuals were located in communities with certain geographical, cultural, economic and social characteristics which led to the development of specific knowledge/ways of doing that resulted in possible local styles of learning.

It is argued that, by its geographical location and the existing community dynamics, the contours/singularities of the learning processes of the respondents from the localities of Ferreira de Capelins and, essentially, of Juromenha, presented a particular relevance.

**Keywords:** literacy; learning styles; adult education; community education; territory.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no III Seminário de I&DT, organizado pelo C3i – Centro Interdisciplinar de Investigação e Inovação do Instituto Politécnico de Portalegre, realizado nos dias 6 e 7 de dezembro de 2012.

## 1. Ponto de Partida

Como lembram Guerreiro *et al* (1996: 350), «*em Portugal, a prevalência de analfabetismo é muito alta*». Castro-Caldas *et al* (1995) ampliam esta ideia, referindo que, no nosso país, o desenvolvimento social tem sido lento, quando comparado com outros países da Europa e que o analfabetismo é ainda comum em populações rurais com indivíduos na casa dos sessenta anos de idade.

Com efeito, em inícios do século XXI, e de acordo com os censos relativos à população portuguesa (INE, 2001<sup>1</sup>), Portugal possui ainda uma elevada taxa de analfabetismo (9%). De acordo com a mesma fonte, de 1991 para 2001, esta taxa registou uma redução de apenas 2%.

Deste modo, o problema do analfabetismo constitui-se, no território português, como um fenómeno com uma longa história de persistência. Como sublinhavam, na década de setenta do século passado, Melo & Benavente (1978), trata-se de um fenómeno estrutural da vida do país, ligado a um contexto económico, social e cultural herdado. Já Vitorino Godinho (Diretor-Geral de Estatística, cit. por Candeias, 2004: 134), aquando da realização do recenseamento de 1920, afirmava:

Se o poder legislativo e os governos não tomarem sérias medidas para debelar mais prontamente a crise do analfabetismo, e se, pelo contrário, for mantido o pequeno incremento da percentagem que acusam os números acima indicados, por eles também podemos concluir, com certa aproximação, que o analfabetismo só virá a desaparecer no decénio 2030 a 2040...

Na região portuguesa do Alentejo, o analfabetismo assume uma dimensão que se pode considerar relevante, uma vez que, de acordo com a informação disponibilizada pelo recenseamento realizado, em 2001, à população portuguesa (INE, 2002), o analfabetismo na região alentejana afetava 17,1% dos indivíduos residentes – enquanto que, relativamente à totalidade do país, o mesmo indicador revelava, conforme referenciado anteriormente, um valor de 9,0% –.

De salientar que, no recenseamento geral da população portuguesa levado a cabo em 1991, a taxa de analfabetismo no Alentejo encontrava-se nos 21,9%. Perante estes números, poderemos concluir que o analfabetismo continua a ser uma impressionante

realidade alentejana, que resulta da assinalável complexidade dos contornos territoriais, culturais e sociais em que se manifesta, das circunstâncias históricas das respetivas causas e consequências e da quantidade de indivíduos envolvidos (838 140 indivíduos em Portugal, dos quais 83 985 residiam no Alentejo, em 2001).

De referir que existiram, ao longo do tempo, preocupações com os baixos índices de qualificação, mas, a par dessa preocupação, não se evidenciou, no nosso país, o desenvolvimento de estudos sobre o indivíduo analfabeto em si. Escasseiam, no nosso país, estudos em torno dos indivíduos analfabetos, muito embora exista uma investigação muito significativa, que se assumiu, desde o início desta investigação, como um pilar importante: a investigação de Castro-Caldas e seus colaboradores, em torno do cérebro dos indivíduos analfabetos. Os resultados da investigação vieram dar conta de que os indivíduos não-alfabetizados possuem estruturas cerebrais distintas dos indivíduos alfabetizados e que, ao ser distinta a anatomia cerebral, também a forma como se processam as aprendizagens e as estratégias utilizadas para aquisição das mesmas difere, face aos indivíduos que sabem ler e escrever.

Em indivíduos alfabetizados verifica-se uma maior transferência de informação entre os dois hemisférios cerebrais o que pressupõe um aumento significativo de processamento paralelo de ambos os lados implicando aumento de transferência calosa, o que contribui para o desenvolvimento do corpo caloso. Castro-Caldas & Reis (1999: 70) afirmam que «(...) *a própria anatomia do cérebro pode ser modificada em consequência da aprendizagem, o que ficou demonstrado na comparação do corpo caloso de letrados e analfabetos*».

Não se pretendendo enveredar, naturalmente, por uma investigação de carácter neurocientífico, a questão das diferenças na realização das aprendizagens assumiu-se, como um chavão e suscitou a possibilidade de, caso existam estratégias individuais de aprendizagem, as mesmas se poderem traduzir em estilos individuais de aprendizagem.

Castro-Caldas & Reis (1998) referem que, quando um indivíduo considerado normal (relativamente ao seu potencial de aprendizagem), não tem oportunidade de aprender a ler e a escrever, apoiará as suas estratégias cognitivas em mecanismos potencialmente



distintos daqueles que são utilizados pelos que dominam esse conhecimento... A “falta de escolaridade”

(...) certainly influences the way in which people deal with the information necessary for modern life, such as a medical prescription, instructions for use of machines, and safety information, just to mention a few. (...) It increases the emergence of idiosyncratic strategies in some talented subjects<sup>2</sup> (Castro-Caldas, 2004: 6).

Concorrendo para esta discussão, o geógrafo Orlando Ribeiro (1989: 773) lembra que

numa população onde predomina a gente rural e os analfabetos, os elementos tradicionais mantêm-se vivazes: o *costume* tem grande força e as gerações transmitem inalterado um vasto património de ideias, hábitos e atitudes. Sem embargo, a conjugação de várias influências contribui hoje para minar os fundamentos desta cultura genuinamente popular. Essas influências são: a escola, a telefonia, o jornal, os transportes e a cidade.

Ainda de acordo com Castro-Caldas (1993: 206), o facto de o indivíduo não ter frequentado a instituição formal que é a escola, leva-o a desenvolver estratégias individuais que vão diferir de sujeito para sujeito. Acrescenta que «*these are the result of the interaction of natural aptitudes of the subjects with the problems of life, with the informal tutorial teaching by their parents and relatives, and with the tradition of the social environment which may vary from community to community.*»<sup>3</sup>

Esta ideia assumiu-se como um pilar na investigação, pois, para além de se reportar às diferenças individuais na aprendizagem de indivíduos analfabetos, remete para o facto de essas mesmas diferenças poderem ser, igualmente, resultado da interação do indivíduo com a sua circunstância territorial e social e com todo o conjunto de aprendizagens informais que na mesma estão disponíveis.

Ribeiro (1989) frisa que “*o uso tem muita força*” e que “*os hábitos não se desarraigam facilmente*”. A este propósito, e referindo-se à região Alentejo, e neste caso específico aos concelhos do Alandroal e de Mourão, Gaspar (1981: 43) refere que se tratam de

(...) exemplos de coincidência das terras naturalmente pobres com o respectivo afastamento dos grandes centros (...). Se o afastamento dos principais focos organizadores e inovadores acentua por um lado a pobreza natural, favorece por outro a manutenção de arcaísmos técnicos e culturais. Assim, não é por acaso que (...) se encontram (...) restos de um passado de hábitos comunitários ainda em plena actividade.

Tais desequilíbrios ao nível do país, refletiram-se no modo de viver das suas populações, nas suas vivências, nas suas aprendizagens e na forma como efetuaram as mesmas.

Coloca-se, pois, em evidência o papel que a comunidade pode desempenhar ao nível da construção de estratégias próprias de aprendizagem. O território é distinto, como distintas são as pessoas que nele habitam. As comunidades têm características específicas resultantes de um conhecimento específico dos indivíduos, em confronto com as circunstâncias territoriais, que os levou a fazer as “coisas” daquela forma. Possuem uma cultura que lhes é própria e que é a expressão de um dado território. A este respeito, Telles (1982: 225-226) lembra que a cultura de cada comunidade não pode, nem deve ser desprezada, pois:

a maneira de estar, no espaço físico e no espaço-tempo de uma comunidade resulta da experiência acumulada, traduzida em regras e costumes, que constituem parte daquilo a que chamamos “cultura”. (...) Nasceu, portanto, do encontro dos homens com o meio e resulta de um conjunto de experiências bem conseguidas a partir da observação e interpretação dos fenómenos da Natureza.

Ribeiro (1989: 774) referencia que «(...) assim, parece lícito esboçar as linhas mestras de uma “cultura popular”, válidas, a despeito de variações regionais ou de diferenças de estilos de vida».

Nesta linha de ideias, Giacometti (1985: 40) sublinha que «na verdade, a cultura genuína do nosso povo não se inscreve em geral na versão oficializada de património onde, quando muito, a sua existência incómoda é referida em termos passadistas, senão caridosos».

Freire (1993, cit. por Perez, 2008) afirma, precisamente, que a localidade do “educando” deve ser o ponto de partida para a construção do conhecimento do mundo. É o facto daquele(s) indivíduo(s) se localizar(em) naquela comunidade, com aquelas características geográficas, sociais, culturais e não outras, que levou a que desenvolvesse(m) determinados saberes e maneiras de fazer, muitas delas seculares. Como refere Telles (1989), resultou do “encontro dos homens com o meio”. Castro-Caldas (2002: 60) chama, a este respeito, a atenção para a existência de uma possível generalização de um estilo de aprendizagem: «o princípio que norteia esta forma de

*estudo baseia-se no seguinte: se uma determinada ocorrência é possível num indivíduo (...) então essa ocorrência corresponde a uma possibilidade geral do sistema». Nesta linha de ideias, um indivíduo pode ser “catalizador” das aprendizagens numa comunidade. Se um indivíduo aprendeu a partir de uma determinada observação; de um determinado modelo, então as pessoas que pertencem a essa mesma comunidade (ou até membros da mesma família ou colegas de trabalho) podem aprender segundo o mesmo modelo.*

Este princípio assumiu-se como uma âncora no presente trabalho de investigação. Por um lado, remete para a possibilidade de um determinado indivíduo, neste caso analfabeto, ter aprendido de dada forma (estilo); por outro lado, equaciona a hipótese de mais indivíduos dessa comunidade, também eles analfabetos, terem aprendido do mesmo modo, ou seja, possuírem o mesmo padrão/estilo de aprendizagem ou, eventualmente, se poderem encontrar regularidades. Isto é, pondera-se a eventual existência de um estilo comunitário de aprendizagem.

Tendo presente esta realidade, Ribeiro (1989: 773) afirma, relativamente à população analfabeta, que *«esta massa de gente encontra-se, perante os processos de vida moderna, desprovida dum utensílio insubstituível, mas ela move-se com perfeita segurança dentro dos seus valores habituais»*. No seio de uma determinada comunidade, com características específicas e diferenciadas de outra comunidade, evidencia-se, nas palavras de Giacometti (1985: 40), *«(...) o carácter fundamental de um povo que, contra as adversidades, soube criar os meios técnicos aptos a garantir o seu pão de cada dia, melhorar a sua capacidade de resistência ao clima e às doenças, aliviar o exercício das tarefas domésticas e comunitárias e, também, alegrar saudavelmente o seu sombrio horizonte social»*.

Portanto, equaciona-se a existência de eventuais regularidades na forma como os indivíduos analfabetos, inseridos numa dada comunidade, efetuaram os seus processos de aprendizagem.

A propósito destas diferenças importa frisar o território no qual se desenvolveu a nossa investigação: o Alentejo. Como lembra Telles (1982: 215), possui *«(...) regiões com*

*características naturais e sócio-culturais bastante diferenciadas*». Importa, por isso, de acordo com Pestana (1982: 258), frisar que:

as distâncias que separam os aglomerados populacionais (...) são responsáveis pela existência da actual geração de analfabetos alentejanos, pois eram, e ainda são de algum modo [no século XXI], causa determinante do isolacionismo que convida ao conformismo e ao comodismo.

Gaspar (1981: 45) lembra que o povoamento da região Alentejo é concentrado: «*a grande concentração em aldeias e a dispersão regular dos montes (...) constituem os temas dominantes do povoamento rural*».

A acrescer a esta questão dos aglomerados populacionais, junta-se a do envelhecimento da população, sendo que o Alentejo é uma das regiões onde esse fator mais se faz sentir, o que, ainda mais, tende a convidar ao “*conformismo*” e ao “*comodismo*” – conceito de zona de conforto (Vygotsky, 1998; Pérez, 2009) – tudo aquilo que estamos acostumados a fazer, pensar ou sentir.

Neste caso concreto, as pessoas mais idosas, com muita experiência acumulada e, por conseguinte, com uma ampla “zona de conforto”, tendem a por em causa os benefícios do abandono dessa “segurança” já adquirida. Os contornos da “zona de conforto” poderão, no entanto, assumir formas distintas, de território para território.

No que concerne, especificamente, à caracterização da região Alentejo, Borralho (1993: 44) lembra que se trata de uma

terra das grandes planícies, ondeadas pelo pontear de pequenas massas rochosas (à excepção da serra de S. Mamede no Noroeste de Portalegre), de charnecas e montados, de terras de barro, vermelhas, ensolaradas – onde o Homem, no labor árduo dos dias, (...) nas searas que, ano após ano, o vento o verde ondula e o sol escaldante depressa transforma em areais de muitas sementes – o Alentejo é, pelas componentes antropológicas que comporta, uma região de forte identidade cultural.

O mesmo autor refere que esta região é «*terra de cultura antiga, feita de muitas culturas (...). Reflexo do potencial cultural de um povo (...)*» (p.50).

Importa, assim, um olhar mais cuidado sobre o indivíduo analfabeto, inserido num determinado território com características específicas e sobre as aprendizagens que o

mesmo foi efetuando, ao longo da vida, tendo presente que não realizou uma importante aprendizagem: aprender a ler e a escrever.

Portanto, e em síntese, partiu-se das seguintes premissas:

- a) Os indivíduos analfabetos possuem estruturas cerebrais distintas;
- b) Cérebros de indivíduos alfabetizados e não alfabetizados aprendem de maneira diferente;
- c) Um indivíduo não alfabetizado, por não ter frequentado a escola, vai procurar/construir estratégias de aprendizagens noutros contextos que resultam da sua circunstância territorial e social.
- d) As comunidades tendem a ser ricas em contextos de aprendizagens, nomeadamente informais e não formais;
- e) Se um indivíduo analfabeto desenvolveu determinadas estratégias de aprendizagem, na comunidade, há a possibilidade de mais indivíduos analfabetos dessa comunidade terem desenvolvido estratégias idênticas;
- f) Aglomerados populacionais alentejanos, por serem concentrados, convidam ao isolacionismo – a população concentra-se em aglomerados que distam uns dos outros;
- g) Isolacionismo “impede”/condiciona contacto com outras comunidades;
- h) Indivíduos tendem a passar a maior parte do seu tempo com pessoas da mesma comunidade, a com elas (con)viver e aprender e, por conseguinte, desenvolver estratégias locais (de aprendizagem); condição propícia ao desenvolvimento de estilos locais de aprendizagem.

## **2. Alguns Resultados**

Assumindo como objetivo central, identificar e caracterizar eventuais estilos de aprendizagem, existentes em comunidades com elevadas taxas de analfabetismo, a presente investigação incidiu no estudo dos processos de aprendizagem de indivíduos

analfabetos de seis localidades do concelho de Alandroal e compreendeu a realização de um estudo de caso, assente numa metodologia bidimensional.

O Alandroal apresentava-se, em 2001 como sendo um dos concelhos do Alentejo em que se verificava uma das mais altas taxas de analfabetismo (21%), localizando-se, assim, no “ranking dos concelhos do Alentejo”, em 12º lugar.

Do concelho do Alandroal, e conforme já se referenciou anteriormente, fazem parte 5.556 indivíduos recenseados, sendo que, destes, 758 não sabem ler, nem escrever, ou seja, são analfabetos. Por conseguinte, a nossa população em estudo era constituída por 758 indivíduos.

Tendo-se consciência de que não se poderia abranger toda a população, optou-se por seleccionar as freguesias onde as taxas eram mais elevadas: Nossa Senhora do Loreto (localidade de Juromenha); São Brás dos Matos (localidade de Mina do Bugalho); Santo António de Capelins (localidades de Capelins e de Montejuntos) e São Pedro (localidades de Hortinhas e de Terena). Com esta opção, abarcaríamos cerca de metade da população (indivíduos analfabetos) e teríamos quatro freguesias em estudo, duas delas com mais do que uma localidade, o que nos proporcionaria a disponibilidade de seis localidades/unidades de análise.

Ao nível da (representatividade da) amostra, e uma vez que sabíamos, *a priori*, que nem todos os indivíduos se encontravam em condições de responder (doença; mudança para casa dos filhos;...) optou-se por aplicar o questionário junto de todas as pessoas analfabetas recenseadas que se encontravam em cada uma das freguesias (307 indivíduos). Porta a porta, procurou-se cada um dos nomes que constava na listagem.

De entre os indivíduos visados pelo estudo, obteve-se uma taxa de resposta de 79,5%, correspondente a 244 analfabetos das freguesias/localidades em investigação.

**Quadro 1** – Taxa de participação dos analfabetos na investigação, por localidades

Freguesia	Localidade	Analfabetos recenseados por localidade	Analfabetos que responderam ao QAP
Santo António de Capelins	Ferreira de Capelins	38	31 (81,6%)
	Montejuntos	56	40 (71,4%)
S. Brás dos Matos	Mina do Bugalho	62	49 (79,0%)
São Pedro	Hortinhas	50	44 (88,0%)
	Terena	72	60 (83,3%)
Nossa Senhora do Loreto	Juromenha	30	21 (70,0%)
	<b>TOTAL</b>	<b>308 (100,0%)</b>	<b>245 (79,5%)</b>

Tendo em consideração a questão de partida e os objetivos definidos no âmbito da presente investigação, por meio de uma análise descritiva e inferencial, foi possível extrair as seguintes relações:

1. Nas comunidades estudadas, as atividades do sector primário assumiam um papel preponderante. A esmagadora maioria dos inquiridos conviveu com essas práticas e padrões culturais desde a infância. Cedo tiveram de aprender as lides do campo e ajudar a família, o que inviabilizou a oportunidade de aprenderem a ler e a escrever, pois ao desejo de ir à escola, sobrepuseram-se, quase sempre, as dificuldades financeiras da família;
2. Já em adultos, as condições de vida, o trabalho árduo nos campos agrícolas, nas pedreiras ou noutros contextos, não possibilitaram que, então, aprendessem a ler e a escrever. O tempo escasseava e o cansaço foi-se sempre sobrepondo ao desejo de integrar o mundo das letras. Questões de sobrevivência “falaram mais alto” do que o desejo de aprender;
3. Quase todos os inquiridos passavam a maior parte do tempo na sua freguesia. Sair da mesma, sozinhos, sobretudo na “atualidade”, era, segundo estes indivíduos, complexo, pois tudo orbitava em torno da mobilização de competências de leitura;

4. Os indivíduos demonstraram, na sua maioria, um elevado grau de satisfação com as aprendizagens que, ao longo da vida, foram realizando, ainda assim, à exceção dos inquiridos da localidade de Juromenha, revelaram pouca preocupação com a sua formação, quer em relação ao passado, quer em relação ao futuro;
5. Foi na freguesia de residência que os indivíduos desenvolveram a maioria das aprendizagens, especialmente em contextos familiares, profissionais e/ou conviviais, portanto em contextos não formais e, essencialmente, informais;
6. Da análise descritiva e inferencial foi possível confirmar a existência de diferenças significativas, na forma como os inquiridos de cada localidade aprenderam, remetendo para uma demarcação em torno dos processos através dos quais os indivíduos concretizaram as suas aprendizagens;
7. Mesmo variáveis que se manifestaram, de forma similar, em mais do que uma unidade de análise (localidade), por vezes encontraram, para a sua razão de ser, naturezas explicativas distintas, de localidade para localidade;
8. Na medida em que a maioria dos indivíduos aprendeu junto de outros membros da comunidade, muitos deles também analfabetos, podemos aceitar a hipótese de que, neste estudo de caso, o contexto geográfico, caracterizado por uma determinada circunstância territorial e um determinado “microclima comunitário” (Nico, 2004), exerceu influência nos processos de aprendizagem, conduzindo à edificação de estilos locais de aprendizagem por parte dos indivíduos analfabetos;
9. Não excluindo a existência de outras dimensões significativas, é possível destacar como tendo assumido especial relevância:
  - a) Em *Ferreira de Capelins*, a territorialização das aprendizagens, o isolacionismo, a perspetiva cognitivo motivacional (Duarte, 2002; 2004a); a perceção da existência de capacidades para aprender (Berbaum, 1992), bem como uma motivação intrínseca, conducente à realização de aprendizagens e



de abordagens profundas às mesmas – Dimensão da percepção (Pérez, 2009) e do autoconceito (Lima & Seco, 1990);

- b) Em *Montejuntos*, o conceito de “coaching” (Pérez, 2009) aquando das aprendizagens, materializado, essencialmente, no apoio das duas funcionárias da Junta de Freguesia de Santo António de Capelins – Dimensão institucional;
- c) Em *Mina do Bugalho*, o interesse em desenvolver as suas competências (ZDP – Vygotsky, 1998), solicitando ajuda (coaching – Pérez, 2009), tendo em vista aprofundar o conhecimento (Duarte, 2002; 2004a), em contextos familiares e, acima de tudo, por meio da existência de uma rede de relações sociais e do contacto com a realidade – Dimensão convivial;
- d) Em *Hortinhas*, a existência de oportunidades de aprendizagem na freguesia (São Pedro) e os baixos índices de motivacionais (motivação instrumental), condicionadores do desenvolvimento de aprendizagens (Faria, 1997) e conducentes à abordagem superficial das aprendizagens (Duarte, 2002; 2004a) – Dimensão geográfica e motivacional\*;
- e) Em *Terena*, a existência de oportunidades de aprendizagem na freguesia (São Pedro); a existência de uma motivação instrumental (Faria, 1997) e a tendência de recurso à memorização para aprender (Norman, 1985), associadas à realização de abordagens superficiais às aprendizagens (Duarte, 2002; 2004a) – Dimensão geográfica e motivacional\*;  
\* Dimensões comuns nas duas localidades da freguesia de S. Pedro – influência da proximidade geográfica, propícia à edificação de “microclimas comunitários” (Nico, 2004).
- f) Em *Juromenha*, também a tendência para o recurso à memorização, associado à realização de abordagens superficiais às aprendizagens (Duarte, 2002; 2004a), mas, sobretudo, o forte peso dos contextos sociais e institucionais (em detrimento dos profissionais); a eventual influência da proximidade geográfica em relação ao país vizinho e, essencialmente, à cidade de Elvas – Dimensão geográfica e institucional/social.

Parece, assim, colocar-se em evidência a existência de estilos locais de aprendizagem, nos inquiridos das seis localidades em estudo, pelas suas circunstâncias pessoais/motivacionais, territoriais (geográficas), sociais, convívias e institucionais.

Pelo facto de a amostra ser referente a localidades de quatro das seis freguesias do concelho do Alandroal, a confirmação de existência de estilos locais e comunitários de aprendizagem não pôde ser generalizada em relação aos indivíduos analfabetos residentes nas demais localidades das freguesias do concelho do Alandroal (Nossa Senhora da Conceição e Santiago Maior). Ainda assim, pode ajuizar-se que, caso se viessem a confirmar, as mesmas, certamente, estariam intimamente ligadas ao contexto territorial e às dinâmicas sociais, profissionais, institucionais (...) existentes no mesmo, bem como aos interesses e motivações dos próprios indivíduos. Como lembra Nico (2008: 10), *«mais do que em qualquer outra circunstância territorial – onde as dimensões demográficas, económicas e culturais possibilitam outra latitude reflexiva e decisional –, no interior, qualquer exercício de reflexão em torno das redes de aprendizagem ao longo da vida deverá assentar num pensamento global, integrado e coerente»*.

### **3. Em jeito de conclusão**

Sustenta-se que, pela sua localização geográfica e pelas dinâmicas comunitárias existentes, os contornos/singularidades do processo de aprendizagem dos inquiridos das localidades de Ferreira de Capelins e, essencialmente, de Juromenha, apresentaram-se com especial relevância.

Na localidade de Ferreira de Capelins evidenciou-se a tendência para a realização de uma abordagem profunda às aprendizagens, pressupondo, a mesma, a existência de motivação, capacidade de decisão, gosto em aprender e em aprofundar os conteúdos das aprendizagens. As aprendizagens dos indivíduos tenderam a circunscrever-se ao território e à sua pessoa, remetendo para um claro isolamento geográfico e pessoal.

Em sentido oposto, as aprendizagens dos indivíduos de Juromenha pautaram-se, vincadamente, por uma dimensão social, convivial e institucional. A abordagem às aprendizagens tendeu, no entanto, a assumir contornos mais superficiais. Os indivíduos aprenderam num ambiente de maior “abertura”, mas, tendencialmente, realizaram uma abordagem menos profunda das aprendizagens.

Foi o facto de os indivíduos se localizarem em comunidades, com determinadas características geográficas, culturais, económicas e sociais, que conduziu ao desenvolvimento de determinados saberes/maneiras de fazer, que se traduziram em eventuais estilos locais de aprendizagem.

---

### Notas de texto

<sup>1</sup> Dos Censos realizados em 2011 ainda não foram divulgados os dados respeitantes ao analfabetismo.

<sup>2</sup> (...) Influencia certamente a forma como se lida com a informação necessária para a vida moderna, tais como as prescrições médicas, as instruções para o uso de máquinas, as informações de segurança (...). Esta falta estimula a emergência de estratégias idiossincráticas nalguns indivíduos de maior talento.

<sup>3</sup> «Estas são o resultado da interação entre as aptidões individuais dos sujeitos com os problemas da vida, com o ensino tutório informal por parte dos seus pais e parentes e com a tradição do meio social, que varia de comunidade para comunidade.»

### Bibliografia Referenciada

Berbaum, Jean (1992). *Desenvolver a Capacidade de Aprendizagem*. Lisboa: Escola Superior de Educação João de Deus.

Borrvalho, Manuel (1993). *Alentejo: Tesouro Escondido de Portugal*. Évora: Região de Turismo de Évora.

Candeias, António (2004) (Coord.). *Alfabetização e Escola em Portugal nos séculos XIX e XX*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Carvalho, Luísa (2010). *A aprendizagem de indivíduos não-alfabetizados pertencentes a comunidades com elevados índices de analfabetismo*. Tese apresentada à Universidade de Évora para obtenção do grau de Doutor. Évora: Universidade de Évora (não publicada).

Castro-Caldas, Alexandre & Reis, Alexandra (1998). O analfabetismo no contexto dos modelos de estudo em Neuropsicologia. *Neuropsych Latina*, 4 (2), pp.62-65.

Castro-Caldas, Alexandre & Reis, Alexandra (1999). Adaptação bio-funcional do cérebro ao conhecimento da leitura e da escrita. *Jornal das Ciências Médicas*, 163, pp.69-86.

Castro-Caldas, Alexandre (1993). *Problems os testing aphasia in illiterate subjects*. In F. Stachowiak et al (Edits). *Developments in the Assessment and Rehabilitation of Brain-Damaged Patients*. Luxembourg: Gunter Narr Verlag Tübingen, pp.205-210.

Castro-Caldas, Alexandre (2002). *O Cérebro Analfabeto. A influência do conhecimento das regras da leitura e da escrita na função cerebral*. Lisboa: Bial.

---

Castro-Caldas, Alexandre (2004). Targeting regions of interest for the study of the illiterate brain. *International Journal of Psychology*, 39 (1), pp.5-17.

Castro-Caldas, Alexandre *et al* (1995). *Influence of literacy (vs illiteracy) on the characteristics of acquired aphasia in adults*. In C. Lcong & R. Joshi (Eds). *Developmental and Acquired Dyslexia*. Kluwer Academic Publishers, pp.79-81.

Duarte, António (2002). *Aprendizagem, Ensino e Aconselhamento Educacional. Uma perspectiva cognitivo-motivacional*. Coleção Ciências da Educação Século XXI, 12. Porto: Porto Editora.

Duarte, António (2004a). *Auto-Regulação e abordagens à aprendizagem*. In A. Silva *et al*. *Aprendizagem Auto-Regulada pelo Estudante. Perspectivas Psicológicas e Educacionais*. Coleção Ciências da Educação Século XXI, 17. Porto: Porto Editora, pp.41-53.

Faria, Luísa (1997). Objectivos de realização: Que implicações para o estudo da motivação?. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, Ano XXXI, n.º1, 2 e 3, pp.211-221.

Gaspar, Jorge (1981). *A Área de Influência de Évora. Sistema de funções e lugares centrais*. Coleção Memórias do Centro de Estudos Geográficos. Lisboa: Universidade de Lisboa/Instituto Nacional de Investigação Científica.

Giacometti, Michel (1985). Cultura Popular Portuguesa. As tradições artesanais. *Movimento Cultural. Revista dos Municípios do Distrito de Setúbal*, Ano I, n.º1, pp.39-41.

Guerreiro, Manuela *et al* (1996). O cérebro analfabeto. A questão da demência. *Análise Psicológica*, 2-3 (XIV), pp.341-351.

INE (2001). *Censos 2001: Resultados Preliminares: XIV Recenseamento Geral da População: IV Recenseamento Geral da Habitação*. Lisboa: INE.

INE (2002). *Censos 2001: Resultados Definitivos: XIV Recenseamento Geral da População: IV Recenseamento Geral da Habitação*. Lisboa: INE.

Lima, Margarida & Seco, Graça (1990). Auto-conceito académico em adultos. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, Ano XXIV, pp.303-315.

Melo, Alberto & Benavente, Ana (1978). *Educação Popular em Portugal (1971-1976)*. Coleção Educação e Documentos, 4. Lisboa: Livros Horizonte.

Miranda, Luísa & Morais, Carlos (2008). Estilos de Aprendizagem: O Questionário CHAEA adaptado para Língua Portuguesa. *Revista de Estilos de Aprendizaje*, n.º1, volume I, pp.66-87. Recuperado em 1 de Julho de <http://bibliotecadigital.ipb.pt/handle/10198/1067>.

---

Nico, Bravo (2004). *O Pano: um Exemplo de Aprendizagem em contexto comunitário em Nossa Senhora de Machede*. In J. Nico; E. Costa; P. Mendes & L. Nico (Orgs). *II Encontro Regional de Educação – Aprender no Alentejo*. Évora: Universidade de Évora, pp.47-54.

Nico, Bravo (2008). *Aprender no interior português: Vértices para um pensamento integrado e uma acção responsável*. In J. Nico (Org.). *Aprendizagens no Interior: Reflexões e Fragmentos*. Mangualde: Edições Pedagogo, pp.9-19.

Norman, Donald (1985). *El aprendizaje y la memoria*. Madrid: Alianza Psicología.

Perez, Cármen (2008). *Leituras do Mundo/Leituras do Espaço: um diálogo entre Paulo Freire e Milton Santos*. In R. Garcia (Org.). *Novos Olhares sobre a Alfabetização* (3.ª Edição). São Paulo: Cortez Editora, pp.101-122.

Pérez, Juan (2009). *Coaching para Docentes. Motivar para o Sucesso*. Porto: Porto Editora.

Pestana, Luís (1982). *A Educação de Adultos em Portugal. O caso específico do Alentejo – Agentes e grandes métodos de educação de adultos*. In M. Patrício (Coord.). *Educação de Adultos no Alentejo. Contributo para a formação dos agentes educativos*. Évora: Universidade de Évora, pp.249-265.

Ribeiro, Orlando (1989). *Evolução e Distribuição da População*. In O. Ribeiro et al. *Geografia de Portugal III. O Povo Português*. Lisboa: Edições João Sá da Costa, pp.731-778.

Telles, Gonçalo (1982). *Análise sócio-cultural do Alentejo – O Homem e a Terra*. In M. Patrício (Coord.). *Educação de Adultos no Alentejo. Contributo para a formação dos agentes educativos*. Évora: Universidade de Évora, pp.215-239.

Vygotsky, Lev (1998). *A Formação Social da Mente* (6.ª Edição). São Paulo: Martins Fontes.

### **Nota sobre a autora**

[luisacarvalho80@gmail.com](mailto:luisacarvalho80@gmail.com)

Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Portalegre

Licenciada em Ensino Básico – 1.º Ciclo pela Escola Superior de Educação de Portalegre; mestre em Educação – Administração Escolar e doutora em Ciências da Educação pela Universidade de Évora. Docente do Departamento de Educação e Formação na Escola Superior de Educação de Portalegre, desde 2006. Membro colaborador do CIEP – Centro de Investigação em Educação e Psicologia da Universidade de Évora.

---

Principais áreas de investigação: analfabetismo, estilos de aprendizagem, educação de adultos, educação comunitária, território.

# A Transversalidade da Literatura Infantil em Contexto Pré-Escolar<sup>1</sup>

## The transversality of Children's Literature in the Preschool Context

Lúcia Martins  
Teresa Mendes

### Resumo

A presente comunicação, que sistematiza alguns dos aspetos mais significativos de um projeto de investigação-ação desenvolvido no ano letivo de 2010-2011 no âmbito do Mestrado em Educação Pré-Escolar da ESEP, visa problematizar o lugar da Literatura Infantil em contexto pré-escolar, numa perspetiva de transversalidade e em estreita articulação com as áreas e os domínios previstos nos documentos de referência para a Educação Pré-Escolar. É nosso propósito demonstrar que, apesar de a Literatura Infantil se instituir prioritariamente como um território de deslumbramento e de fruição estética, onde palavra e a imagem se interpenetram através de um processo intersemiótico de inegável relevância na formação do leitor competente e crítico, é possível ao educador socorrer-se deste subsistema com objetivos pedagógicos, estabelecendo pontes entre as Áreas da Formação Pessoal e Social, de Expressão e de Comunicação e do Conhecimento do Mundo e ainda entre os vários domínios previstos nos documentos orientadores da prática do educador, promovendo aprendizagens significativas e integradoras numa perspetiva transversal do currículo.

**Palavras-chave:** literatura infantil; educação pré-escolar

### Abstract

This communication, which organizes some of the most significant aspects of a research-action project developed in the school year of 2010-2011 under the Master course of Preschool Education in ESEP, intends to discuss the position of Children's Literature in a preschool context, in a transversal perspective and interaction related to the areas and domains covered in the reference documents for Preschool Education. It is our purpose to show that, although Children's Literature instituting primarily as a land of wonder and aesthetic enjoyment, where word and image interpenetrate through an *intersemiotic* process of undeniable importance in the formation of competent reader and critic, it is possible to the teacher benefits itself of this subsystem with educational objectives, establishing bridges between areas of Personal and Social Education, Speech and Communication and Knowledge of the World and also between different areas mentioned in the guiding documents of the teachers practice, promoting significant learning in an integrative and cross-curriculum perspective.

**Keywords:** children's literature; pre-school education

## 1. Relação da criança com o livro

Sendo a Educação Pré-Escolar a primeira etapa da educação básica e tendo esta um papel decisivo na vida da criança, é neste momento que o educador deve promover estratégias que a ajudem a desenvolver a sua sensibilidade estética, a sua consciência cívica e ecológica, mas também a estruturar o seu pensamento, a tomar consciência do mundo que a rodeia e a desenvolver as suas aptidões naturais, estimulando o seu interesse e a sua curiosidade em vários aspetos e domínios. Concretamente no que ao

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no III Seminário de I&DT, organizado pelo C3i – Centro Interdisciplinar de Investigação e Inovação do Instituto Politécnico de Portalegre, realizado nos dias 6 e 7 de Dezembro de 2012.

contacto com a leitura e a escrita diz respeito, e tendo o educador a consciência que a criança é um sujeito ativo no seu processo de desenvolvimento e aprendizagem, cabe-lhe a ele criar condições favoráveis ao contacto com a linguagem escrita e com práticas de leitura diversificadas que permitam à criança adquirir o gosto pela leitura e, simultaneamente, desenvolver a sua compreensão leitora. Deve, obviamente, mediante interações sociais significativas para as crianças, incentivar a sua participação ativa e valorizar as opiniões das crianças, de forma a estimular a sua expressão oral e a sua capacidade argumentativa mas também a sua integração no grupo.

A colaboração da família é fundamental neste contexto. Aliás, como defendem Papalaia, Olds & Feldman (2007), as interações sociais estabelecidas no contexto familiar e no contexto de jardim de infância são “um fator-chave na preparação das crianças mais novas para a literacia” (Papalaia, Olds & Feldman, 2007:326), estando comprovado que as situações de conversação promovidas no período pré-escolar, bem como o contacto frequente e significativo com a leitura e a linguagem escrita, criam uma maior probabilidade de as crianças se tornarem bons leitores e de escreverem com progressiva correção e desenvoltura ao longo do seu percurso escolar, desenvolvendo assim as suas competências literárias. Na verdade,

Os conhecimentos e competências de literacia que as crianças apresentam à entrada para a escolaridade básica são adquiridos através de experiências precoces, no contexto da família e no contexto do jardim de infância, sendo comumente aceite na literatura a grande influência destes contextos na promoção destas competências. (Leal, Peixoto, Silva & Cadima, 2006: 2)

É, pois, extremamente importante proporcionar à criança situações de contacto com a Literatura Infantil, uma vez que os bons leitores são aqueles que tiveram uma infância rica em convívio com os livros infantis de qualidade estético-literária. Aliás, como defende José António Gomes, “[o]s contactos frequentes com o livro, em casa e nas atividades pré-escolares, constituem momentos privilegiados das experiências de pré-leitura”, assim como “favorece[m] a ligação afetiva aos livros e ao ato de ler.” (Gomes, 1996:32). Rui Marques Veloso defende por isso que “o livro deve estar ao lado do biberão” (Veloso, 2003: 5), porque é desde tenra idade que se alimenta (deve alimentar) o espírito e a imaginação, mas sobretudo, a relação afetiva com o ato de ler/ouvir ler. Os resultados da investigação nesta área têm justamente vindo a demonstrar que o contacto



precoce e frequente da criança com os livros de qualidade, em particular com a Literatura Infantil, alarga a capacidade imaginativa da criança e favorece a interiorização progressiva das regularidades dos textos e das convenções literárias (cf. Mergulhão, 2008: 56), nomeadamente a aquisição de sistemas de símbolos e a compreensão das estruturas narrativas (cf. Colomer, 1994: 18-24).

Assim, o educador deverá criar ambientes de aprendizagem promotores do envolvimento significativo com a leitura (cf. Mata, 2008: 87-92), de forma a que o “pequeno leitor envolvido” (Mata, 2008: 70) desenvolva aptidões e comportamentos de leitor essenciais para se tornar, mais tarde, um leitor competente e crítico. No entanto, para que tal aconteça, e para que as crianças se sintam verdadeiramente motivadas e implicadas com o ato de ler, é fundamental que desenvolvam o seu “projeto pessoal de leitor”, que se caracteriza “pelo modo como as crianças dão sentido à aprendizagem da leitura e da escrita” (Mata, 2008: 16).

Isto é, as crianças identificam motivos pessoais que justificam a sua vontade de aprenderem a ler e a escrever, como por exemplo, para lerem livros, para lerem legendas dos filmes, para escreverem cartas, entre outros. Na verdade, como afirma Lourdes Mata, em *A Descoberta da Escrita*, «o projeto pessoal de leitor» prende-se diretamente com o “querer aprender a ler e a escrever, pois isso vai permitir utilizar esse saber de modo funcional, dando resposta à resolução ou desenvolvimento de situações concretas” (Mata, 2008: 16). A criança interioriza assim “os sentidos e as razões para a aprendizagem da leitura e da escrita” (Martins, 1998: 56), o que lhe permitirá traçar objetivos pessoais e desempenhar um papel ativo na construção de conhecimento, tal como foi amplamente defendido por Piaget e pelas perspetivas curriculares ativas (ou construtivistas) e interativas, que, precisamente, “conceptualizam as crianças como construtores ativos da sua própria aprendizagem” (Fernandes, 2007: 21).

Assim sendo, a sala de jardim de infância deve ser um espaço onde o desenvolvimento global da criança e a aprendizagem (desencadeada por tarefas integradoras e significativas que permitam “a exploração, a descoberta e a construção de conhecimento” (Fernandes, 2007: 21)) se assumem como vertentes indissociáveis num processo em que a criança se institui como *sujeito e não como objeto do processo educativo*, tal como preconizam as OCEPE. Por isso, o educador/a educadora deverá

proporcionar oportunidades de manipulação, sistematização e fruição do impresso, dando particular relevância à Literatura Infantil, por permitir aos mais novos o desenvolvimento de múltiplas capacidades e competências, das quais destacaria a capacidade imaginativa, a sensibilidade estética, o enriquecimento lexical e sintático, e ainda a compreensão leitora.

Esta perspetiva é igualmente defendida por José António Gomes quando afirma que os comportamentos e as atitudes de uma educadora de infância empenhada em “promover uma educação linguística e literária e ajudar a construir (pré-)leitores” estão visíveis no proporcionar à criança “um enriquecimento pessoal e estético através dos livros (...) de qualidade” e na criação de “situações lúdicas que concorram para o desenvolvimento cognitivo e socioafetivo da criança” (Gomes, 2011: 1), utilizando como recurso os livros e a literatura.

## **2. Literatura infantil – conceito, âmbito e estatuto**

No universo dos livros destinados a crianças, podemos encontrar livros literários e não literários, que cumprem, necessariamente, funções distintas. Se é certo que encontramos livros de grande qualidade no domínio do chamado livro – informativo ou documentário, também é verdade que muito daquilo que se publica em Portugal e no mundo tem em vista apenas um propósito comercial. As crianças, porque ainda não apuraram o gosto, e alguns adultos, pouco informados e esclarecidos, continuam infelizmente a preferir livros destituídos de uma dimensão estética e imaginante, seja porque são mais baratos seja porque, à primeira vista, são mais “apelativos” para as crianças. Sabemos que as crianças que não têm contacto sistemático com livros de qualidade estético-literária escolherão invariavelmente aqueles livros cujos heróis conhecem das suas séries televisivas preferidas (de desenhos animados), por exemplo, apesar de esses livros serem, regra geral, demasiado simplistas e estupidificantes.

No entanto, o atual mundo editorial está repleto de livros de grande qualidade estética e literária, para o que terá contribuído a aposta de escritores e ilustradores no livro – objeto artístico e também, é importante referir, a aposta de algumas editoras que, contrariando a lógica mercantilista e economicista de grandes grupos editoriais que ainda detêm o monopólio no mundo da edição, apostam na edição do livro artístico,

numa atitude de respeito pela inteligência e pela educação estética dos mais novos. É o caso de editoras como a Bruaá, a Kalandraka, o Planeta Tangerina, a OQO e outras, cujo propósito é claramente a edição do livro artístico.

A estratégia editorial dessas editoras leva precisamente em consideração a máxima que defende José António Gomes, na sua obra *Da Nascente à Voz*: “tome o livro a forma que tomar, é imprescindível que se apresente como um objeto agradável e capaz de proporcionar prazer, sobretudo ao público para que foi concebido – a criança” (Gomes, 1996: 51). Tal significa que os gostos e/ou interesses da criança deverão obviamente, também, ser tidos em conta, porque um livro, seja ele qual for, deve proporcionar ao leitor infantil (a todos os leitores, no fundo) o prazer da leitura. É justamente esse o propósito do Plano Nacional de Leitura, que inclui nas suas listas, propositadamente, vários tipos de livros, de qualidade diversa, com o objetivo de chegar a todos os leitores.

Todavia, o educador tem a responsabilidade de oferecer à criança alternativas estéticas que ajudem a desenvolver a sensibilidade artística dos mais novos, nomeadamente através de livros que facilitam a entrada no mundo da fantasia e que possibilitem o contacto com uma linguagem ambivalente e plurissignificativa que permitirá à criança estabelecer laços afetivos com o ato de ler, mas também desenvolver a sua capacidade inferencial e a sua competência leitora. É por isso que o adulto-mediador deverá ser crítico relativamente às propostas de leitura que lhe são fornecidas quer pelo PNL quer pelos documentos orientadores da sua prática pedagógica porque ninguém melhor do que ele conhecerá as crianças que tem à sua frente e as suas necessidades.

Deverá igualmente auxiliar a criança a compreender as ilustrações artísticas que complementam e enriquecem a componente verbal porque a criança que foi habituada a observar e a interpretar as imagens num livro esteticamente enriquecedor mais facilmente conseguirá retirar ilações, fazer interpretações e construir percursos de leitura a partir da narrativa visual, leituras essas que se articularão com o que está escrito. Essa possibilidade de proceder a uma leitura dual (texto e imagem) contribuirá, obviamente, para a melhor compreensão do livro no seu todo.

Em suma, o adulto-mediador deverá fomentar o contacto da criança com a Literatura Infantil, um subsistema literário que, na opinião de Juan Cervera, engloba “toda a

produção que tem como veículo a palavra com um toque artístico ou criativo e como destinatário a criança” (Cervera, 1992: 11). Este entendimento do fenómeno “literatura infantil” não é recente, uma vez que Aguiar e Silva, em 1981, na sua “Nótula sobre o conceito de Literatura Infantil”, já defendia que “a Literatura Infantil é a literatura que tem como destinatário extratextual as crianças” (Silva, 1981: 11), embora as investigações recentes nesta área de estudo tenham vindo a enfatizar o papel ativo, crítico e dinâmico do leitor em formação, atribuindo-lhe um papel crucial ao nível da receção do texto (cf. Bortolussi (1985); Colomer (1994)).

Tal significa que a qualidade literária é imprescindível num bom livro para crianças por permitir explorar as possibilidades da língua e estabelecer associações lexicais e semânticas que despertarão os mais novos para a beleza do discurso, ajudando-os a alargar as suas competências imaginativa e leitora, não esquecendo que o principal objetivo da Literatura (infantil ou para adultos) é permitir a fruição e o prazer de ler. No entanto, a Literatura Infantil, considerada por Aguiar e Silva (1981) um “laboratório linguístico”, também permite à criança alargar o seu vocabulário, entender e usar construções frásicas cada vez mais complexas e descobrir sentidos ocultos em expressões linguísticas pouco convencionais, desenvolvendo assim a sua competência leitora.

Estou por isso consciente e convicta que, tal como refere Fernando de Azevedo, “só através de um contacto precoce da criança com textos onde a riqueza da densidade semântica da linguagem literária plenamente se manifesta será possível assegurar às gerações mais jovens esse saber agir na língua e pela língua (...)” (Azevedo, 2011: 6).

### **3. A Literatura Infantil no Jardim de Infância**

Diversos autores defendem que o educador deve criar na sua sala de pré-escolar um espaço e um tempo dedicados à leitura e à atividade de contar histórias, o que constituirá, na perspetiva de Rui Marques Veloso, “um dos momentos privilegiados [de] namoro da criança com o livro”. *A hora o conto* é, neste contexto, um momento de animação do livro e de promoção da leitura, permanecendo como uma forma de cativar a criança e de estabelecer com esta as cumplicidades necessárias a uma “semiose literária” (Veloso, 2001: 4).

Na perspectiva de José António Gomes, esta ocupa um lugar importante na sala do Pré-Escolar, sendo a eleita como a atividade capaz de, pela sua prática continuada, proporcionar o desenvolvimento do prazer pela leitura, que resulta, numa primeira fase, da simples satisfação que as crianças sentem ao ouvir contar histórias. Esta prática deve ser realizada diariamente, constituindo-se este num momento diferente dos outros que compõem as rotinas de uma sala de pré-escolar, pois, como afirma Cristina Taquelim, no seu artigo intitulado “Animação da Leitura”, as formas:

(...) como [Horas do Conto] se organizam podem ser muito variadas, dependendo da natureza do grupo, da sensibilidade e perícia comunicativa do mediador e será importante que caminhem no sentido de possibilitar a construção de relações **com e entre** livros, permitindo à criança, condicionada pela sua maior ou menor competência leitora, uma maior liberdade na projeção sobre o livro ou um texto em particular e a criação de um vínculo que a faça regressar, mais tarde, à relação direta com a leitura. (Taquelim, 2011: 1)

Deste modo, a *hora do conto*, devidamente concebida e planificada, tendo na sua base uma escolha criteriosa do livro de qualidade, no domínio da Literatura Infantil, será a preparação da criança para uma vivência onde a leitura é feita com prazer. Mas a Literatura Infantil, apesar da sua finalidade estética predominante, pode também servir de partida para a articulação com outras áreas e domínios do conhecimento, tal como está previsto nas *Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar*.

Na perspectiva de cruzamento e articulação entre as várias áreas (Área da Formação Pessoal e Social; Área de Expressão e de Comunicação; e Área do Conhecimento do Mundo) e os vários domínios da Educação Pré-Escolar, podemos desenvolver o trabalho em torno do livro e da Literatura Infantil nesta mesma perspectiva, na medida em que os livros para crianças, sobretudo os da Literatura Infantil, abordam poeticamente temas que poderão ser explorados posteriormente nas Áreas e nos Domínios que constam das *Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar*. No entanto, é importante não esquecer que, tal como é referido nas OCEPE, “[é] através dos livros que as crianças descobrem o prazer da leitura e desenvolvem a sensibilidade estética. Por isso, os livros devem ser escolhidos segundo critérios de estética literária e plástica.” (ME, 1997: 70).

Por tudo o que foi referido anteriormente, decidi desenvolver na minha Prática e Intervenção Supervisionada, no âmbito do Mestrado em Educação Pré-Escolar da

Escola Superior de Educação de Portalegre, um projeto de investigação-ação em contexto pré-escolar, no ano letivo de 2010-2011, com o objetivo de promover, através de livros de qualidade estética e literária, práticas de leitura regulares e significativas para as crianças, numa perspetiva transversal, englobando as áreas definidas nas *Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar*.

#### **4. Projeto de investigação-ação implementado em contexto pré-escolar**

O projeto de investigação-ação que me propus realizar no âmbito da minha intervenção pedagógica decorreu no estabelecimento educativo Escola Básica 1/Jardim de Infância do Atalaião, sendo este um estabelecimento de ensino público, pertencente ao Ministério da Educação, que faz parte do grupo de escolas pertencentes ao Agrupamento de Escolas e Jardins de Infância Nº1 de Portalegre, situada no bairro do Atalaião, no qual habitam famílias de classe média que apresentam rendimentos baixos. Este estabelecimento educativo encontra-se inserido numa segunda geração do Programa Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (TEIP II). No ano letivo de 2010-2011, ano de implementação do projeto, encontravam-se em funcionamento neste estabelecimento duas salas de pré-escolar com um total de 40 crianças inscritas, sendo a sala de atividades B, onde desenvolvi a minha Prática, frequentada por um grupo heterogéneo de 21 crianças (10 meninos e 11 meninas), com idades compreendidas entre os 4 e os 6 anos. A frequentar esta sala de atividades existia uma criança com Necessidades Educativas Especiais (NEE) que estava completamente integrada no grupo, participando em todas as atividades da sala de atividades. Esta criança era também acompanhada pela equipa de especialistas da Unidade de Ensino Estruturado para alunos com Perturbações do espectro do Autismo existente neste estabelecimento educativo.

Para a operacionalização deste projeto, procurei selecionar livros/textos que abordavam um tema predefinido no Plano de Atividades da Sala, concebido pela educadora cooperante, e que, na minha opinião, apresentavam qualidade estético-literária, a saber: *A Água*, de Carme Vendrell; *A Menina Gotinha de Água*, de Papiniano Carlos; *Chape, Chape, Chape!*, de Mick Manning; *As Gotinhas e Arco-íris*, de Eunice Braido; *O Dia em que o Mar Desapareceu*, de José Fanha; *Alana, a Bailarina da Água*, de Alice Cardoso; *Curtadilo, o Crocodilo Campeão*, de Cristina Pascoalinho; *Chocolata*, de

Marisa Nunez e ainda o poema “Búzio”, incluído na obra *Conversas com Versos*, de Maria Alberta Menéres.

Ao escolher estes livros para o projeto de investigação-ação que pretendia concretizar baseei-me em três critérios fundamentais: em primeiro lugar, o temático, uma vez que, tendo optado por abordar o tema da água numa perspetiva transversal, a partir de obras significativas da Literatura Infantil, estes foram os livros que, de entre os vários que existem sobre o tema, me pareceram incidir nos vários aspetos relacionados com a água; em segundo lugar, a qualidade estético-literária, uma vez que era meu propósito proporcionar o contacto das crianças com livros em que o texto verbal e as ilustrações se articulassem de forma a desenvolver a educação estética e literária das crianças da sala de atividades B do Jardim de Infância onde realizei a minha Prática e Intervenção Supervisionada, livros esses que poderiam, a meu ver, servir de ponto de partida para uma abordagem transversal e transdisciplinar com as outras áreas e os outros domínios do conhecimento indicados nas OCEPE; por fim, o critério de adequação ao grupo de crianças dessa mesma sala, um grupo com idades compreendidas entre os quatro e os seis anos.

Para a implementação do projeto foram criadas nove sequências pedagógicas (nove planificações diárias), sendo que, em cada uma dessas sequências, o livro era o elemento central, independentemente das abordagens efetuadas e das atividades propostas. Isto porque, naturalmente, cada livro tem uma identidade própria e sugere um tipo de abordagem diferenciado. Daí que a articulação com as outras áreas e com os outros domínios constantes nas OCEPE tenha sido flexibilizada, isto é, livros houve em que essa articulação era feita com uma Área e/ou com um domínio apenas, e outros houve em que foi possível alargar a mais do que uma Área e/ou domínio. No fundo, com o projeto não pretendi demonstrar, porque tal me parece inviável, que todos os livros possam ser abordados numa perspetiva transversal, em todas as Áreas e todos os domínios, mas que esse constrangimento, que advém da natureza e da especificidade de cada texto/livro, não impede que se defenda o carácter transversal da Literatura Infantil. O importante, a meu ver, é que as abordagens façam sentido e que surjam numa perspetiva integradora.

De uma forma ou de outra, portanto, nestas nove sequências pedagógicas foram propostas atividades em todas as áreas e em todos os domínios definidos nas *Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar*, com exceção do Domínio da expressão motora, devido a imprevistos relacionados com a própria gestão da Prática Supervisionada.

Em cada uma das sequências, houve três momentos, que os estudos mais recentes nesta área (cf. Sim-Sim, 2007) consideram essenciais para que se ativem os conhecimentos prévios da criança e se estimule a sua compreensão leitora: a fase da pré-leitura, a leitura propriamente dita e a fase da pós-leitura. Obviamente que também defendo que a leitura deve surgir, noutras circunstâncias, apenas para que as crianças fruam dessa experiência sem outro tipo de abordagem associada, mas o projeto pretendia dar conta das possibilidades pedagógicas da Literatura Infantil em contexto pré-escolar e, por isso, essoutros momentos de leitura recreativa surgiram fora do âmbito do projeto. Em alguns casos, a articulação entre a Área de Expressão e Comunicação e outra (s) Área(s) ou domínio(s) surgia na fase de pré-leitura, como sucedeu com o livro *A Água*, em que, através do diálogo com o grande grupo, procurei recuperar os conhecimentos prévios que as crianças possuíam sobre o tema, estabelecendo assim a articulação com a Área do Conhecimento do Mundo. Com todos os outros livros, nesta fase de pré-leitura explorava-se conjuntamente os elementos paratextuais (capa e contracapa), permitindo às crianças fazerem previsões sobre o conteúdo das histórias.

Noutros casos, a leitura propriamente dita permitia o cruzamento com o domínio da Expressão Plástica, pela possibilidade de as crianças irem construindo a sua narrativa a partir da leitura das imagens, como sucedeu, por exemplo, com o livro *O Dia em que o Mar Desapareceu*, que permitiu, igualmente, estabelecer conexões com outros textos sobre o ciclo da água, como foi o caso dos livros *A Água* e *A Menina Gotinha de Água*, abordados anteriormente no âmbito do projeto. Para além dessa relação intertextual, a leitura do livro, com interrupções para que as crianças pudessem expressar as suas opiniões e demonstrar os seus conhecimentos prévios, permitiu a articulação com a Área do Conhecimento do Mundo.

Por fim, outros livros serviram de pretexto para, após a leitura, se fazer a articulação com outra(s) Área(s) e outro(s) domínios. Foi o caso, por exemplo, dos livros *Alana, a*



*Bailarina da Água e Chocolata*, que possibilitaram o cruzamento entre a Área da Expressão e da Comunicação, a Área da Formação Pessoal e Social, a Área do Conhecimento do Mundo e ainda com o domínio da Matemática.

No primeiro caso, a fase de pós-leitura permitiu a reflexão conjunta sobre comportamentos pouco ecológicos que dão origem à poluição das águas mas também sobre valores sociais e morais, permitindo portanto o cruzamento com as Áreas de Formação Pessoal e Social e de Conhecimento do Mundo. Para além disso, permitiu também a articulação com o domínio da Expressão Plástica, visto que as crianças construíram mobiles com a personagem principal da história, mobiles esses que iriam ser utilizados para decorar a sala de atividades, criando assim uma relação afetiva (de pertença) da criança com o espaço que ela frequenta diariamente.

No caso do livro *Chocolata*, após a leitura, as crianças deram a sua opinião sobre os hábitos de higiene da Chocolata, os seus comportamentos, o seu habitat e fizeram uma reflexão sobre o texto, identificando os acontecimentos importantes da história. A identificação desses acontecimentos permitiu a articulação com o domínio da Matemática, tendo sido proposta uma atividade (combinações de vestuário) que permitiu desenvolver na criança competências neste domínio.

Outros livros permitiram a articulação com: a) o domínio da **Expressão Musical**, como foi o caso do livro *Chape! Chape! Chape!*, tendo sido desenvolvidas atividades de reconhecimento auditivo de sons da natureza (água, chuva, vento, animais – primavera) e instrumentais (jogo de sinos, guiseira, clavas, triângulo, sino, apito, lata); de identificação da intensidade (piano e forte) dos sons e cantar uma canção marcando a estrutura rítmica (pulsção da música) com o auxílio das clavas; b) o domínio da **Expressão Dramática** e o da **Expressão Plástica**, no caso do livro *As Gotinhas e o Arco-Íris*, em que a história foi primeiramente contada com o recurso a fantoches, tendo as crianças posteriormente tido a oportunidade de construir os seus próprios fantoches; c) o domínio da **Linguagem Oral e Abordagem à Escrita**, como sucedeu, entre outros casos, com o livro *Curtadilo, o Crocodilo Campeão*, em que as crianças fizeram um resumo oral da história, destacando os acontecimentos importantes na sua sequência cronológica de acontecimentos, estabelecendo assim uma ponte para a atividade que surgiria a seguir, nomeadamente a montagem de quatro puzzles (domínios da

**Expressão Plástica** e da **Matemática** – neste caso pela possibilidade de as crianças explorarem o conceito de numeral ordinal (primeiro, segundo, terceiro, quarto, etc.)).

### **Reflexões finais**

Em jeito de síntese, este projeto de investigação-ação, aqui necessariamente apresentado de forma sucinta, permitiu-me um contacto próximo com a Literatura Infantil e mostrou-me as potencialidades deste subsistema literário no desenvolvimento harmonioso e global da criança. Criou em mim a consciência plena que a Literatura Infantil pode ser uma fonte inesgotável de aprendizagens emocionais e cognitivas para a criança, uma vez que proporciona momentos de descoberta do mundo que a rodeia, de alargamento de conhecimentos e de desenvolvimento da sua criatividade e imaginação.

Com este projeto compreendi que o educador deve promover o contacto, regular e diversificado, com o livro de qualidade estético-literária, visto que este é um instrumento precioso através do qual a criança vive situações de descoberta e de conquista, ou seja, o educador deve criar, na sua sala de atividades, um espaço dedicado à leitura de histórias, onde o livro infantil é explorado todos os dias, criando uma prática de leitura que irá despertar na criança o prazer de ler/ouvir ler.

Nestas atividades de leitura de histórias em voz alta o educador pode promover aprendizagens em todas em todas as áreas e domínios da Educação Pré-Escolar, aproveitando assim o poder de transversalidade da Literatura Infantil, tendo sido este o ponto de partida do meu projeto. Com o seu desenvolvimento foi possível observar efeitos positivos nas crianças, na medida em que proporcionou o desenvolvimento da sua capacidade de concentração, o desenvolvimento da compreensão de vocabulário e da capacidade de descodificação, nomeadamente na exploração oral dos textos apresentados, promovendo diálogos para partilha de ideias, opiniões e conhecimentos; o desenvolvimento da expressão oral do grupo, na medida em que foram proporcionadas situações de diálogo durante a leitura em voz alta; o desenvolvimento de uma relação afetiva com o ato de ler; o desenvolvimento do gosto pela leitura; o desenvolvimento da compreensão do mundo envolvente, em suma, o desenvolvimento global da criança.

No fundo, não era meu propósito (não o é na Educação Pré-Escolar) transmitir conhecimentos, mas sim dar à criança a possibilidade de alargar a sua visão do mundo e desenvolver o seu espírito crítico partindo da Literatura Infantil e fazendo a articulação com as diversas áreas e os diversos domínios indicados nas OCEPE, numa perspetiva globalizante, transversal e integradora. Só assim, aliás, entendo a Educação Pré-Escolar.

## **Bibliografia**

Aguiar e Silva, V. M. (1981). Nótula sobre o conceito de Literatura Infantil. In Sá, D. G. *A Literatura Infantil em Portugal. Achegas Para a Sua História*. Braga: Editorial Franciscana, pp. 11-15.

Azevedo, F. (2011). “A literatura infantil e o problema da sua legitimação”. In <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/2854/1/Literatura%20Infantil.pdf>. Acedido a 21 de Setembro de 2011.

Bortolussi, M. (1985). *Análisis Teórico del Cuento Infantil*. Madrid: Alhambra.

Cervera, J. (1992). *Teoria de la Literatura Infantil*. Bilbao: U. Desto/ Ed. Mensajero.

Colomer, T. (1994). El lector de la etapa infantil (0-6 años). In *Alacena*. Nº 21, pp. 18-24.

Fernandes, P. (2007). Livros, leitura e literacia emergente. In Azevedo, F. (coord.). *Formar Leitores – das teorias às práticas*. Lisboa: Lidel, pp.19-33.

Gomes, J. A. (2000). *Da Nascente à Voz: contributos para uma pedagogia da leitura*. Lisboa: Editorial Caminho.

Machado, L. (2008). A linguagem escrita. In *Cadernos de Educação de Infância*. Nº 83, pp. 29-33.

Martins, M. & Niza, I. (1998). *Psicologia da Aprendizagem da Linguagem Escrita*. Lisboa: Universidade Aberta, pp. 56-57.

Mata, L. (2008). *A Descoberta da Escrita: Textos de Apoio para Educadores de Infância*. Lisboa: Ministério da Educação – Direcção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular. Disponível on-line em: <http://www.dgicd.minedu.pt/educacaoinfancia/index.php?s=directorio&pid=17>

Mergulhão, T. (2008). *Vozes e Silêncio: a Poética do (Des)encontro na literatura para jovens*. Lisboa: FLUL.

Ministério da Educação (1997). *Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar*. Lisboa: Departamento da Educação Básica Gabinete para a Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar. Disponível on-line em: [http://www.min-edu.pt/data/Orientacoes\\_curriculares\\_preescolar.pdf](http://www.min-edu.pt/data/Orientacoes_curriculares_preescolar.pdf)

Papalia, D. E.; Olds, S. W. & Fedlman, R. D. (2007). *O Mundo da Criança*. Lisboa: Ed. Mc Graw Hill, pp. 314-315, 326-327.

Sim-Sim, I. (2007). *Linguagem e Comunicação: Textos de Apoio para Educadores de Infância*. Lisboa: Ministério da Educação - Direção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular. Disponível on-line em: <http://www.dgide.min-edu.pt/educacaoinfancia/index.php?s=directorio&pid=17>

Taquelim, C. (2011). Animação à leitura: contributos para o desenho de uma sessão. Disponível em <http://www.casadaleitura.org>. Acedido a 21 de Setembro de 2011.

Veloso, R. M. (2001). Curtir a Literatura Infantil no Jardim de Infância. Disponível em <http://www.casadaleitura.org>. Acedido a 23 de Setembro de 2011.

Veloso, R. M. (2003). Não-receita para escolher um bom livro. Disponível em <http://www.casadaleitura.org>. Acedido a 20 de Setembro de 2011.

## **Notas sobre as Autoras**

### **Lúcia Martins**

[lucymartins@sapo.pt](mailto:lucymartins@sapo.pt)

Lúcia Martins é licenciada em Ensino Básico – 1º Ciclo pela Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Castelo Branco, desde junho de 2010, tendo realizado nesse ano estágio numa escola de 1º Ciclo do Agrupamento de Escolas João Roiz de Castelo Branco. Participou também como monitora na pilotagem do Jogo Educativo GUIGUI Consolida e na animação pedagógica dos ateliês realizados nas escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico do Concelho de Castelo Branco. Posteriormente concluiu o Curso de Mestrado em Educação-Pré-Escolar, em Janeiro de 2012, na Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Portalegre.

### **Teresa Mendes**

[teresa.mendes@esep.pt](mailto:teresa.mendes@esep.pt)

Instituto Politécnico de Portalegre/ Escola Superior de Educação

Teresa Mendes é doutorada em Estudos Literários - especialidade de Literatura Comparada – pela Universidade de Lisboa e professora da Escola Superior de Educação de Portalegre desde 1986, possuindo experiência de lecionação nas áreas da Língua e da Literatura Portuguesa, da

Literatura Infantil, do Desenvolvimento Linguístico, da Didática do Português e da Supervisão Pedagógica, na formação inicial, na formação contínua de professores e nos mestrados em Educação Pré-Escolar, Ensino no 1º e 2º Ciclos do Ensino Básico e Educação e Proteção de Crianças e Jovens em Risco. É presidente da Área Científica de Língua e Literatura Portuguesas, membro do Conselho de Representantes, do Conselho Técnico-Científico e do Conselho Interdepartamental na ESEP. Foi coordenadora institucional do núcleo regional de Portalegre do Programa Nacional do Ensino do Português (PNEP) e tem desenvolvido trabalho de investigação nas áreas da Literatura Comparada e da Literatura para Crianças e Jovens, sendo autora de diversos artigos e comunicações nesses domínios, em Portugal e no estrangeiro. É membro do Centro de Estudos Comparatistas da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, onde integra a equipa de investigação sobre Literatura e Emoções, e do C3i – Centro de Investigação Interdisciplinar do Instituto Politécnico de Portalegre. Faz parte do corpo editorial da Editora Opção (Brasil) e tem integrado várias comissões científicas de Encontros Nacionais e Internacionais no âmbito da Literatura Comparada, da Literatura Infantil e da Literatura Lusófona Contemporânea.

# “A preto e branco” – A Geografia na Educação Pré-escolar<sup>1</sup>

## “In black and white” – Geography in kindergarten context

Miguel Castro

### Resumo

A Geografia tenta explicar as relações entre o Homem e o planeta. Olhada deste ponto de vista, poderá parecer difícil introduzir conceitos geográficos no pré-escolar. Demasiado complexo, “abstracto”, para crianças entre os 3 e os 5/6 anos. A diversidade de espaços e a dificuldade de acesso e interiorização dos mesmos leva a que a Geografia seja, para uma criança desta faixa etária, distante, imaterial e imperceptível.

Para que se possa atrair crianças para a Geografia será aconselhável abordá-las dentro do seu próprio universo. Como demonstra Kieran Egan, às crianças atrai mais o exótico, o estranho, o diferente; a partir de narrativas e histórias, a criança consegue manipular conceitos abstractos, desde que apresentados em oposições binárias bem vincadas.

Transpondo este raciocínio para a Geografia, podemos apresentar, de forma significante, diferentes conceitos, como: floresta/deserto, montanha/planície.

**Palavras-chave:** Pré-escolar; Geografia; Narrativas; Oposições Binárias

### Abstract

Geography tries to explain the relationship between Man and the planet. From this point of view, it may seem difficult to introduce geographical concepts in pre-school, since they are too complex and "abstract" for children between 3 and 5/6 years. The diversity of spaces and the difficulty of access and interiorization of the concepts makes geography, for these young children, distant, intangible and imperceptible.

In order to attract children to geography it is advisable to approach them within their own universe. As Kieran Egan shows, children are attracted by the most exotic, strange and different things; with narratives and stories, children are able to manipulate abstract concepts, as long as well defined binary oppositions are presented.

Applying this reasoning to geography, we can significantly introduce different concepts such as: forest / desert, mountain / plains.

**Keywords:** Preschool; Geography; Narratives; Binary Oppositions

O principal objectivo deste texto é dar resposta a uma dúvida que me tem sido reiteradamente apresentada por vários profissionais e futuros profissionais do pré-escolar: É possível introduzir, de forma eficaz, conceitos geográficos neste nível etário?

...

A Geografia, ao contrário do que normalmente é associada, não se reduz a um empilhar de conhecimentos, muitas vezes avulsos, sobre localizações, nomes de países, capitais, mares, montanhas, etc...

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no III Seminário de I&DT, organizado pelo C3i – Centro Interdisciplinar de Investigação e Inovação do Instituto Politécnico de Portalegre, realizado nos dias 6 e 7 de Dezembro de 2012.

A Geografia é a explicação das relações entre o Homem e o planeta, isto é, o estudo do espaço terrestre e dos fenómenos que nele ocorrem. Em suma, essencialmente a “Geografia adopta uma atitude explicativa, procurando identificar, com recurso ao método científico, respostas para questões socialmente relevantes.” (1)

Olhada deste ponto de vista, poderá parecer difícil introduzir conceitos geográficos no pré-escolar. Nada mais concreto do que o estudo do espaço terrestre. Porém, a sua dimensão e a complexidade dos fenómenos que nele ocorrem, tornam a Geografia demasiado complicada, ou ainda, demasiado abstracta para crianças entre os 3 e os 5 anos.

A compreensão geográfica implica a interiorização e compreensão da(s) espacialidade(s), o que leva, numa primeira análise, a que esta seja, para uma criança do pré-escolar, algo de distante, imaterial e não palpável, logo de difícil apreensão, percepção ou conhecimento.

Introduzir conceitos geográficos e naturais, numa idade em que muitos psicólogos da área do desenvolvimento insistem em que as crianças do pré-escolar só conseguem lidar com o concreto, parece ser, para os profissionais desta área, algo demasiado complexo, que não compensa o esforço devido à incapacidade natural das crianças.

Atrair a atenção das crianças para a Geografia (ou para qualquer outra área do conhecimento) terá que ser realizado através de abordagem ligada e perceptível a partir do seu próprio universo.

Como demonstra Kieran Egan (2), às crianças atrai mais o exótico, o estranho, o diferente, do que uma realidade quotidiana que tão bem conhecem e a qual é valorativamente menos interessante do que um mundo tão misterioso como o de Harry Potter, ou, na idade pré-escolar, de um qualquer desenho animado de origem japonesa, com um mundo onde tudo é possível, mágico e maravilhoso, com a vantagem de se ser sempre bem-sucedido! Independentemente das fantasias que podemos integrar no imaginário infantil ou das narrativas que apresentamos, estas necessitam de um espaço físico concreto e real onde decorre a acção, ou seja geográfico.

A diversidade de meios naturais, humanos e de formas de vida atrai mais se for exótica. O deserto, com as suas dunas imensas, escorpiões perigosíssimos, cobras de venenos potentes e lagartos alados que fazem parecer as criaturas fantásticas meras brincadeiras, são mais atraentes do que o jardim da esquina, que praticamente não tem segredos para descobrir. A apresentação de um ambiente como o deserto possui várias vantagens: permite, por um lado, introduzir conceitos como o de planície, calor, seca; e, por outro, sendo uma realidade distante, pode ser um campo fértil para a imaginação, passando a ser cenário de histórias e acontecimentos fantásticos, que por seu lado podem integrar outras Áreas das Orientações Curriculares, desde a Expressão Dramática ou Plástica até à Matemática.

A diversidade de ambientes climáticos e geomorfológicos pode ser facilmente explorada nos dias de hoje, com recurso a tecnologias - das mais sofisticadas, como os simuladores de voo, em computador, até às mais simples, como vídeos. Podemos até não recorrer a nenhuma tecnologia e socorrer-nos dos tradicionais livros e imagens que, de forma alguma, são menos actuais, eficazes ou apelativos.

É neste contexto que um recurso omnipresente em todos os jardins-de-infância se torna num passaporte para a introdução da Geografia – as histórias e/ou narrativas.

Se pensarmos de forma estrita nos estádios de desenvolvimento cognitivo, parece não haver forma de introduzir conceitos geográficos mais abstractos na educação infantil, uma vez que se pressupõe que é necessário partir do concreto para o abstracto e do particular para o geral. Se assim é, a criança não poderá, na educação pré-escolar, ir para além da realidade da escola, da casa ou, no caso dos mais velhos, de uma ténue iniciação do percurso casa/escola e de algumas realidades próximas, muito concretas. Kieran Egan propõe exactamente (ou quase) o contrário: a criança pode manipular conceitos abstractos se apresentados de acordo com o seu microcosmo, que é bastante mais vasto do que a realidade quotidiana - é fantástico (3). Não que o concreto deixe de existir, ele vai, por aproximações sucessivas, sendo construído e é fundamental na interiorização dos abstractos, para que a criança possa, mais tarde, contextualizá-lo face a situações reais.



Egan, muito ligado à área da história e consequentemente à noção de tempo, refere que a criança, desde cedo, manipula conceitos abstractos a partir de narrativas. Nas histórias existem valores que a criança compreende e manipula. O bom e o mau, o honesto e o vigarista, o bem e o mal, o medo e a segurança, a amizade e a inimizade. Todos estes conceitos são subjectivos e fortemente abstractos.

No texto “Estádios da compreensão histórica” Egan (1990) define dois: o Mítico e o Romântico. O primeiro ligado à idade pré-escolar e o segundo relativo aos primeiros anos do ensino básico.

O estádio Mítico remete-nos para as sociedades assentes em culturas orais e faz o paralelo com o mundo infantil, também ele estruturado na oralidade. A “sociedade” pré-escolar assenta essencialmente numa estrutura oral e de expressões que não a escrita. Assim, tal como nas sociedades de cultura oral, o principal meio de transmissão de conhecimentos é, fundamentalmente, construir uma cultura e uma identidade social a partir de narrativas, mais ou menos encenadas, criando mitos e heróis, utilizando oposições binárias bem vincadas.

O segundo estádio – Romântico (a partir dos sete/oito anos) – vai mais além, principalmente na construção do universo da narrativa. Este continua a ter um contexto fantástico mas sempre com uma base geográfica sólida. Neste estádio, o herói possui também uma forte associação com o Eu infantil.

Em termos de acção concreta dos profissionais da educação a nossa proposta é pois a introdução de conceitos históricos a partir de narrativas construídas, com base num universo acessível às crianças, onde as oposições fortes permitam não só processos identificativos e de construção da identidade, mas também a introdução dos mesmos conceitos.

Resolvemos então, a partir de uma narrativa, experimentar a introduzir paisagens e realidades geográficas muito variadas, com base neste jogo de opostos, bem vincados. De facto obtivemos resultados muito positivos e encorajadores. A narrativa possui um espaço físico, a partir do qual podemos apresentar às crianças o seu oposto e, inclusivamente, outros opostos. Podemos então recontar a história nesses novos

quadros, provocando curiosidade e investigação sobre outras paisagens, animais, populações, hábitos e formas de vida. A ênfase da nossa abordagem deixa de se centrar na História e nos conceitos de tempo, para se centrar no espaço onde decorre a acção, isto é, o espaço geográfico, ou de uma forma mais lata, a Geografia.

Concretamente, a actividade que realizámos em contexto de jardim-de-infância, com um grupo de crianças entre os 4 e os 5 anos, foi posta em prática por uma educadora que partiu da história, mais do que conhecida, d' " O Capuchinho Vermelho".

A acção passa-se numa floresta, com uma menina que usava uma capa vermelha; um possível oposto de floresta, e que foi apresentado, é um deserto. A partir daqui foram apresentados dois tipos de deserto – o quente e o frio - com recurso a imagens. Nestas imagens foram apresentadas, e exploradas pelas crianças, a fauna, flora, populações e habitações típicas destes espaços, de modo a lhes facultar o conhecimento de outras realidades, opostas às apresentadas na história original.

Posteriormente, em pequenos grupos, foi recontada a história vivida noutra habitat. Num deserto quente, "O Capuchinho Vermelho" provavelmente não teria uma capa igual e a flora e fauna desta nova realidade seriam seguramente diferentes. A Avozinha já não viveria numa linda casinha, mas sim num simpático Iglô, ou tenda beduína. O lobo passou a urso polar, no deserto frio, e a uma serpente, no deserto quente (embora em determinados contextos ecológicos também existam lobos, como é o caso do ártico, ou em determinadas franjas de alguns desertos).

A actividade seguinte foi a elaboração de dioramas (maquetas) com os animais, plantas e habitações. Numa folha de cartolina apareceram palmeiras, cobras, areia e tendas; noutra, "neve", iglôs e ursos polares, previamente recortados e pintados pelas crianças; numa terceira, reconstruiu-se a floresta do capuchinho original.

Finalmente, cada grupo contou a sua "nova" história aos restantes, utilizando como suporte o diorama por eles elaborado.

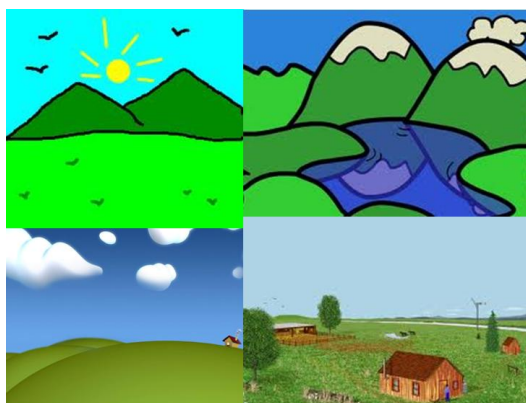


1 Exemplos de dioramas em diferentes ecossistemas - paisagens

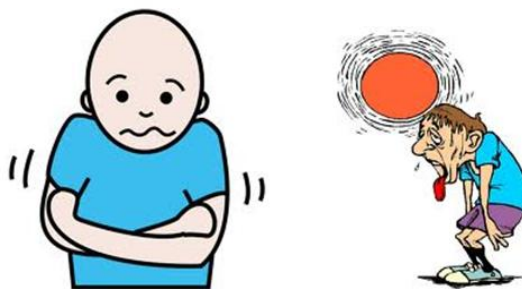
Durante esta semana as crianças ouviram e recontaram histórias (Língua Portuguesa), dramatizaram-nas (Expressão Corporal e Dramática), desenharam e pintaram (Expressão Plástica), investigaram aspectos ligados às ciências naturais e geográficas (Conhecimento do Mundo) e, fundamentalmente, adquiriram novos conhecimentos, de forma lúdica e divertida. Toda esta actividade foi conseguida a partir de uma história, do seu contexto geográfico e da exploração de opostos bem vinculados (neste caso não referentes a valores ou atitudes e comportamentos), que permitiram o conhecimento de novas realidades humanas e físicas.

Este é apenas um exemplo, a partir de uma narrativa muito popular; no entanto, qualquer narrativa é passível de se adequar à introdução no pré-escolar de conceitos geográficos baseados no sistema de opostos binários.

Montanha/planície, mar/terra, terra/ar, ilha/continente, rios/oceanos, frio/calor, paisagem humanizada/paisagem natural, campo/cidade, ... são incontáveis os contextos opostos que nos são proporcionados por uma pequena narrativa, estruturada de acordo com o universo das crianças e que vai de encontro ao seu mundo imaginário, às suas representações, ao seu desejo de fantasia.



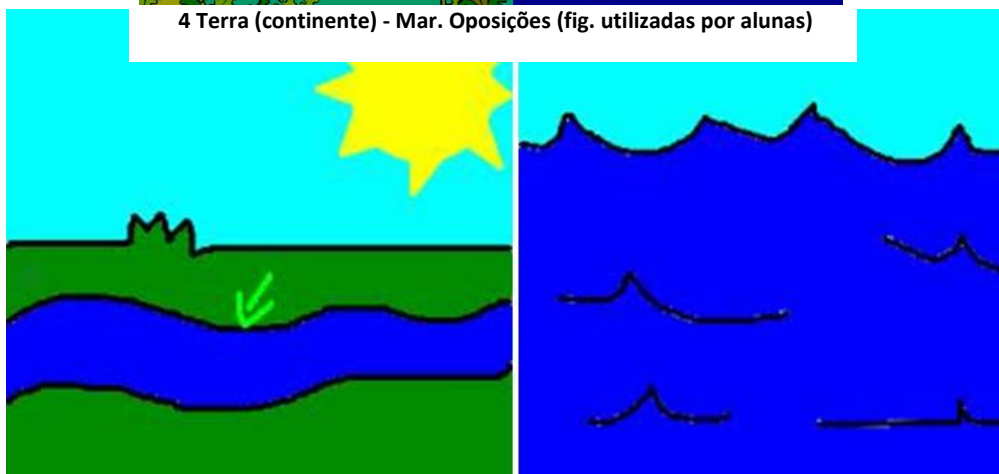
2 Montanha e Planície – oposições (fig. utilizadas por alunas)



3 Frio/Calor – Oposições (fig. utilizadas por alunas)



4 Terra (continente) - Mar. Oposições (fig. utilizadas por alunas)



5 Rio/Mar – Oposições (fig. utilizadas por alunas)

Outra experiência levada a cabo foi relativa à fábula do “Rato do campo, Rato da cidade”. Neste caso, a oposição cidade /campo deu origem não a um diorama, mas a

dois PowerPoints - um relativo à vida urbana e ao seu contexto geográfico e outro ao campo e ao contexto rural.



6 Cidade/Campo - Excerto de um Powerpoint Patrícia Reia Aluna de Prática Pedagógica

Muitas outras formas são passíveis de cumprir a função de transmitir Geografia, desde tenra idade. Porém, o esquema de opostos bem marcados, a partir de narrativas, revela-se fácil, adequado e sem necessidade de grandes recursos. Esta forma de ver o mundo “a preto e branco” não é exclusiva das crianças. Atentemos na estrutura de muitos filmes, onde o bem e o mal não oferecem tonalidades cinzentas, ou dúvidas. Aos bons, tudo é justificado e os meios parecem sempre justificar os fins. Aos maus da fita, só lhes é permitida uma conduta – a negativa. Basta adaptar esta estrutura ao mundo infantil e as crianças passam a manipular conceitos complexos e a valorar as acções, mesmo aquelas que nos parecem demasiado abstractas para o seu nível etário.

A resposta à questão levantada no início - É possível introduzir, de forma eficaz, conceitos geográficos neste nível etário? - é pois claramente afirmativa!

Termino com uma chamada de atenção: A Geografia é a realidade espacializada e como tal multicolor. Se para o pré-escolar, ela pode ser introduzida a “preto e branco”, não deveremos todavia esquecer que esta ciência é fortemente colorida e permite várias nuances...

## Notas

1 MALHEIROS, Jorge (2011); “O que eu preciso saber sobre Geografia”; Visão, 1 de Setembro de 2011, Lisboa

2 EGAN, Kieran (1990); Estádios da Compreensão Histórica; ESEP, Portalegre, (Doc. Policopiado)

3 EGAN, Kieran( 1992); O Desenvolvimento Educacional; D. Quixote, Lisboa

## Bibliografia

BOARDMAN, David (1991); *O Desenvolvimento da Graficacia: A Percepção Cartográfica dos Jovens*; Apogeo, Revista da Associação dos Professores de Geografia, Lisboa

CARVALHO, Graça Simões; FREITAS, Maria Luísa V. (2010); *Metodologia do Estudo do Meio*; Plural Editores, Porto

CASTRO, Miguel (2003 ); *Reflexões sobre a introdução da Geografia na Educação de Infância*; Aprender, Revista da Escola Superior de Educação de Portalegre, Nº 27; pp 127-136; Portalegre

EGAN, Kieran (1990); *Estádios da Compreensão Histórica*; (doc. Policopiado), ESEP, Portalegre

EGAN, Kieran (1992); *O Desenvolvimento Educacional*; D. Quixote, Lisboa

EGAN, Kieran (1994); *O Uso da Narrativa como Técnica de Ensino*; D. Quixote, Lisboa

MARQUES, Ramiro (1990); *Educação Cívica e Desenvolvimento Pessoal e Social – Objectivos, Conteúdos e Métodos*; Texto Editora, Lisboa

MOGARRO, Mª João (1999); *Histórias da História. Marvão no Dia Mundial da Criança*; Aprender, Revista da Escola Superior de Educação de Portalegre, Nº 23, Portalegre

*Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar*; (1997) Ministério da Educação, Departamento da Educação Básica, Lisboa

ROLDÃO, Mª do Céu (1995); *O Estudo do Meio no 1º Ciclo. Fundamentos e Estratégias*; Texto Editora, Lisboa

SALGUEIRO, Teresa Barata (1990); *Sobre o Valor Educativo da Geografia*; Aprender, Revista da Escola Superior de Educação de Portalegre, Nº 10, Portalegre

SPODEK, Bernard (1999); *Ensinando Crianças de Três a Oito Anos*; ArtMed, Porto Alegre

### **Notas sobre o autor**

Miguel Castro

[miguel.sardica@gmail.com](mailto:miguel.sardica@gmail.com)

Escola Superior de Educação de Portalegre

Licenciado em Geografia e Mestre em Geografia Humana – Estudos Urbanos pela  
Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Doutorando em Geografia Humana, no Instituto de Geografia e Ordenamento do  
Território da Universidade de Lisboa.

# Uma outra maneira de aprender uma língua estrangeira: a Aprendizagem Integrada de Conteúdos e de Língua (AICL / CLIL - Content and Language Integrated Learning)<sup>1</sup>

## Another way to learn a foreign language: the Content and Language Integrated Learning (CLIL) approach

Margarida Coelho

### Resumo

No contexto europeu pós-Bolonha, multilingue e pluricultural, onde a ‘internacionalização’ é palavra-chave e no qual é consensual a ideia de que é urgente dotar os estudantes (e professores) do ensino superior com competências linguísticas efectivas em línguas estrangeiras, as novas perspectivas enunciadas pela abordagem ‘Aprendizagem Integrada de Conteúdos e de Língua’ (AICL/CLIL) assumem elevadas potencialidades de futuro.

Embora ainda em fase de experimentação incipiente em Portugal, esta metodologia de aprendizagem conheceu na última década, em particular na Europa e sobretudo em Espanha e em Itália, uma ampla disseminação com relatos de boas práticas em diferentes níveis de ensino. A já extensa investigação publicada sublinha a importância de utilizar uma língua estrangeira para “fazer coisas” e dá conta de resultados muito positivos para alunos, professores e instituições.

Esta comunicação centra-se em alguns das questões estruturantes desta nova abordagem no contexto específico do Ensino Superior, salientando aspectos como os objectivos e princípios que a orientam, os benefícios para os envolvidos, os focos de resistências que ainda surgem e o perfil de competências do professor CLIL (língua/conteúdo). Apresentam-se, ainda, algumas sugestões de temática a desenvolver nesta área e no âmbito do Ensino Superior em Portugal.

*Palavras-chave:* AICL/CLIL; ensino superior; princípios base CLIL; benefícios; competências do professor

### Abstract

In the European multilingual and multicultural post-Bologna context, where 'internationalization' is the keyword and where everybody seems to agree that it is urgent to ensure that university students (and teachers) have effective language skills in foreign languages, the new perspectives provided by the 'Integrated Content and Language Approach' (CLIL) present high potential for the future.

Although still at an incipient stage in Portugal, this learning methodology has known in the last decade, particularly in Europe and especially in Spain and Italy, a wide dissemination with good practice reports from different levels of education. The research published emphasizes the importance of using a foreign language to "do things" and reports very positive results for students, teachers and institutions.

This paper focuses on some of the structural issues of this new approach in the specific context of Higher Education (HE), highlighting aspects such as the objectives and principles guiding it, the benefits for those involved, some reservations about it and the competence profile of the CLIL teacher (language/content). We also present some suggestions for themes to be developed in this area and within the context of Higher Education in Portugal.

*Keyword:* Content and Language Integrated Learning/ CLIL; Higher Education; CLIL basic principles; benefits; teacher's competences

---

<sup>1</sup>. Trabalho apresentado no III Seminário de I&DT, organizado pelo C3i – Centro Interdisciplinar de Investigação e Inovação do Instituto Politécnico de Portalegre, realizado nos dias 6 e 7 de Dezembro de 2012.



## Introdução

A União Europeia (UE), sobretudo a partir do ano 2000, data da Cimeira de Lisboa e de 2002, com a Cimeira de Barcelona, tem vindo a publicar diversos documentos fundadores sobre questões de políticas educativas e linguísticas nos quais enuncia linhas orientadoras para o ensino/aprendizagem das línguas no mesmo espaço económico, social e político. Das indicações divulgadas releva o incentivo ao multilinguismo/plurilinguismo [1] como valor e competência a desenvolver no contexto europeu, destacando-se como elemento-chave da política educativa da UE a promoção da aprendizagem das línguas e do multilinguismo individual, aliada a uma maior ênfase na diversidade linguística [2].

Em paralelo com estas orientações, a UE tem também vindo a incentivar a mobilidade dos cidadãos, particularmente dos jovens, em contextos educativos formais e informais, visando reforçar o espírito de cidadania e da identidade nacional e europeia. Iniciativas como o *Programa de Aprendizagem ao Longo da Vida* (PALV), lançado em 2006, e os seus subprogramas: *Erasmus*, *Leonardo da Vinci*, *Comenius*, *Grundtvig*, *Erasmus Mundus* e *Tempus*, entre outros, dão forma a essa mobilidade e concretizam-se em intercâmbios, parcerias, cooperação e mobilidades que cruzam sistemas de ensino e instituições educativas a nível europeu e promovem, em simultâneo, o desenvolvimento de competências plurilingues nos cidadãos que nela participam.

Recentemente, *O Livro Verde - Promover a Mobilidade dos Jovens para fins de Aprendizagem* (2009), da Comissão das Comunidades Europeias [3] e o programa «Educação e Formação para 2020», “EF 2020” [4], do Conselho da União Europeia, no qual se estabelece o novo quadro estratégico para a cooperação europeia nas áreas da educação e formação para o período 2010-2020, vêm também reafirmar a ideia da necessidade de intensificar a mobilidade transnacional com fins educativos, de forma a consolidar e incrementar os bons resultados obtidos tanto na formação universitária como no acesso ao mercado laboral dos jovens europeus.

Num outro documento chave, “Promover a aprendizagem das línguas e a diversidade linguística: Um Plano de Acção 2004-2006” [5], a Comissão Europeia define um percurso que se organiza em torno de 3 objectivos gerais: (a) promover a aprendizagem de línguas como uma actividade a desenvolver ao longo da vida, (b) melhorar a qualidade do seu ensino

a todos os níveis e (c) criar um ambiente na Europa propício às línguas, promovendo a diversidade linguística, criando comunidades favoráveis às línguas e facilitando a sua aprendizagem. De forma a *incentivar a aprendizagem das línguas ao longo da vida* o documento preconiza a aprendizagem de mais duas línguas, para além da materna, e defende que “A Aprendizagem Integrada de Línguas e Conteúdos (AILC), que designa a situação em que os alunos aprendem outras matérias numa língua estrangeira veicular, pode dar um importante contributo à consecução dos objectivos da União no domínio da aprendizagem de línguas.” [6]. No parecer da Comissão, as vantagens decorrentes da introdução de uma abordagem e modelo de ensino/aprendizagem AICL /CLIL numa instituição facultará aos alunos

oportunidades efectivas de utilização imediata das suas novas competências linguísticas, em lugar de as adquirirem para só as praticarem mais tarde. Além disso, permite que um maior número de aprendentes tenha acesso à aprendizagem de línguas, inculcando autoconfiança aos jovens estudantes e àqueles que, no ensino geral, tiveram menos sucesso na aprendizagem formal de línguas. O sistema proporciona uma exposição às línguas sem impor tempos lectivos adicionais, o que pode revestir um interesse particular nos contextos profissionais. [7]

Num contexto europeu pós-Bolonha, multilingue e pluricultural, onde a ‘internacionalização’, “mobilidade” e “empregabilidade” são palavras-chave e no qual é consensual a ideia de que é urgente dotar os estudantes e professores do ensino superior com competências linguísticas efectivas em línguas estrangeiras, as novas perspectivas apresentadas pela abordagem CLIL assumem, assim, elevadas potencialidades na aprendizagem de línguas. Anunciada e apresentada com vantagens como o *pronto uso de novas competências linguística, possibilidade de aprendizagem para um maior número de alunos, maior autoconfiança por parte do aluno, inovação relativamente a outras abordagens mais formais, mais tempo de aprendizagem sem adição suplementar de tempos lectivos e benefícios em termos profissionais* a abordagem CLIL justifica uma atenta consideração, particularmente quando a investigação realizada e as boas práticas relatadas nesta área têm vindo a confirmar as mais-valias deste modelo de aprendizagem, não apenas como mais uma ferramenta educativa, mas sim como uma abordagem integrada com implicações nos desenho dos planos de estudo dos cursos, na formação de professores, nas metodologias de ensino utilizadas e nos materiais produzidos.

## 1. CLIL em Contexto(s)

Embora ainda longe de constituir uma prática já implementada de forma sistemática nos diferentes sistemas e graus de ensino na Europa, nas duas últimas décadas os cursos/formações com uma abordagem metodológica CLIL têm vindo a tornar-se uma realidade cada vez mais presente e a crescer a nível europeu. Em 2006, o Relatório Eurydice da Comissão Europeia é dedicado a esta questão específica, mas alerta que o facto de a maioria dos países na Europa estar a oferecer um tipo de formação CLIL não significa que essa seja já uma prática alargada:

In certain countries, around 3 % of pupils or students are concerned at primary and/or secondary levels, while in others the proportions stand at between 10 and 15 %. Countries in which over 20 % is reported are few in number. The highest percentages correspond, in general, to situations in which instruction is provided in regional or minority target languages. Such is often the case in countries in which the language situation is very complex and these data reflect real determination to safeguard the languages spoken by their populations. [8]

Dados mais recente apresentados no relatório *Key Data on Teaching Languages at School in Europe – 2012* [9] revelam que em todos os países europeus, com excepção da Dinamarca, Grécia, Islândia e Turquia, há agora escolas do ensino primário e secundário que oferecem aos alunos a possibilidade de aprender conteúdos através de uma língua estrangeira, embora o número de escolas primárias e secundárias que o fazem seja ainda reduzido, com excepção da Comunidade Alemã na Bélgica, no Luxemburgo e em Malta, onde todas as escolas funcionam dentro da abordagem CLIL (*Key Data*, 2012: 39).

Quadro1  
CLIL (Content and Language Integrated Learning) in primary and general secondary education

Country	Number of schools providing CLIL ( <u>all</u> language pairs listed and <u>all</u> ISCED levels included)			Reference year
Malta		All schools (3 ISCED levels)		2010/11
Luxembourg		All schools (3 ISCED levels)		2010/11
Belgium – German-speaking community		All schools (3 ISCED levels)		2010/11
Spain	10.800			2010/11
France	2781		(:)	2010
UK/Wales	1685			2009/10
Ireland	719			2009/10
Hungary	607			2010/11
Romania	437			2009/10
The Netherlands	242		13* pilot projects	2010/11

Country	Number of schools providing CLIL ( <u>all</u> language pairs listed and <u>all</u> ISCED levels included)				Reference year
Bulgaria	240				2010/11
Belgium – French Community	232				2010/11
Poland	220				2010/11
Latvia	185			(:)	2010
Finland	180			(:)	2009/10
Lithuania	160			(:)	2010/11
Estonia	119				2010
Slovakia	105				2010/11
Croatia (Candidate country)	105				2009/10
Czech Republic	51				2009/10
UK/Northern Ireland	33				2010/11
UK/Scotland	30				2010
Norway (EFTA/EEA country)	18			(:)	2010/11
Slovenia	6				2010/11
Portugal			23* pilot projects		2010/11
Cyprus			12* pilot projects		2010
Belgium – Flemish Community			20*pilot projects		2010/11
Liechtenstein (EFTA/EEA country)			1* pilot project		2010/11
Italy		(:)		(:)	(:)
Germany		(:)		(:)	(:)
Austria		(:)		(:)	(:)
Sweden		(:)		(:)	(:)
UK/England		(:)		(:)	(:)
Turkey (Candidate country)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Iceland (EFTA/EEA country)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Denmark	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Greece	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)

Adaptado de “Annex 2: CLIL In Primary and General Secondary Education”.  
 Legenda: (:) Data Missing (-) no CLIL type provision [10]

No contexto português, o recurso a esta metodologia é ainda pouco comum, atribuindo-se tal facto no que se refere ao ensino primário e secundário sobretudo a razões geográficas, históricas e de uniformidade linguística nacional e não de oposição institucional ou formal ao seu uso [11]. Diferentemente dos casos de Espanha e de Itália, por exemplo, onde o CLIL tem funcionado como resposta estratégica educacional ao bilinguismo, parece que em Portugal não há ainda expressiva motivação para a aprendizagem integrada de conteúdos e língua, embora no relatório *Key Data on Teaching Languages at School in Europe – 2012* se registem em 2010-11 já 23 projectos-piloto em curso.

Relativamente ao ensino superior, Coyle (2010) e Vilkanienė (2011), entre outros, distinguem a abordagem CLIL como uma das estratégias de maior potencial e que mais amplamente vem sendo utilizada pelas instituições para responder à urgência de dotar alunos e professores com a preparação linguística e competências interculturais necessárias para

funcionar na nova realidade multilingue e multicultural europeia e mundial, contribuindo decisivamente para promover as possibilidades de mobilidade e de empregabilidade dos que dominam tais competências. Efectivamente, assistimos nas últimas décadas a mudanças substanciais no papel das línguas nas instituições de ensino superior, pois dos especialistas em filologia ou em estudos literários, das vertentes mais práticas da tradução e da interpretação, o estudo das línguas passou a interessar também actores de áreas não linguísticas e a inserir-se em outras estratégias educativas (Tudor, 2008: 41). Em Portugal constatamos que algumas Instituições de Ensino Superior, particularmente após a implementação do processo de Bolonha, estão progressivamente a introduzir nos seus planos de estudos Unidades Curriculares leccionadas em língua estrangeira, na sua maioria em inglês. Francesca Costa (2009: 87-88) refere o estudo de Wachter & Maiworm (2008) e o inquérito realizado sobre programas exclusivamente leccionados em inglês, ao nível do 2º e 3º Ciclos nas Universidades europeias, excluindo os cursos de literatura e de línguas, e indica para Portugal (informação reportada a 2007) que em 96 instituições de ensino superior havia apenas 9 com cursos em inglês. F. Costa conclui também que, de um modo geral, os cursos leccionados em inglês triplicaram em número desde 2002 mas há uma forte necessidade de investigação e de boas práticas no contexto do ensino superior (Costa, 2009: 88). A maior parte das Instituições de Ensino Superior que responderam ao inquérito e que oferecem curso em língua inglesa caracterizam-se por ser de dimensão considerável (cerca de 121,000 alunos média matriculados), com muitos programas de 1º ciclo, de mestrado e de doutoramento. Também o número de alunos em mobilidade (*in & out*) tem vindo a crescer, sendo que esta população flutuante tem exigências muito concretas a nível da formação linguística e a quem as instituições de ensino superior devem dar uma resposta.

## **2. CLIL – Conceito e Princípios Base**

Marsh (2002: 15, 58) reporta a meados de 1990 a adopção por parte da *European Network of Administrators, Researchers and Practitioners* (EuroCLIC) [12] do acrónimo CLIL e sublinha a abrangência do termo que engloba qualquer actividade na qual uma língua estrangeira é utilizada como ferramenta na aprendizagem de um conteúdo não linguístico e onde tanto a língua como o conteúdo têm uma função curricular conjunta. Outros autores de referência na área como Dalton-Puffer (2007), Peeter Mehisto (2008: 9) e Do Coyle (2007; 2010:1) sublinham o duplo enfoque da abordagem CLIL e o facto de se promover em simultâneo tanto os conhecimentos da língua como os do conteúdo, sem preferência por um ou outro. A língua

inglesa, apesar de ser a mais frequentemente utilizada, não ocupa nesta abordagem, também, lugar privilegiado a favor de uma qualquer outra língua (Coleman, 2006; Doiz, 2011), o que contribui para a promoção de um ambiente favorável ao desenvolvimento de competências plurilingues e faculta aos alunos a possibilidade de ganhar competências em diferentes línguas e culturas.

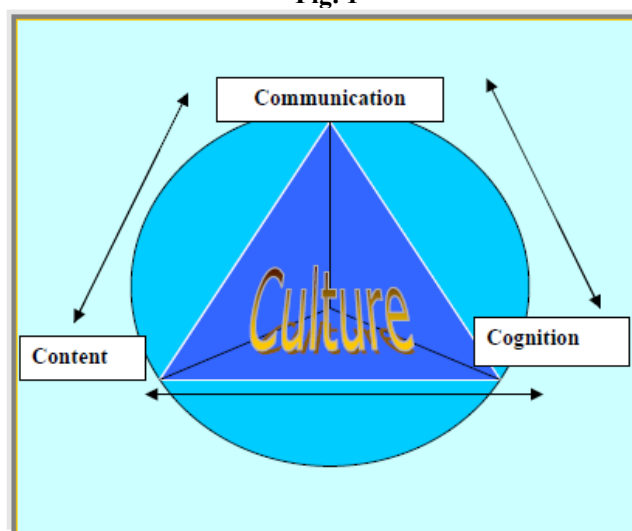
Na abrangência das acepções de CLIL apresentadas, vemos claramente evocadas outras práticas e abordagens didáctico-pedagógicas que também contemplam o recurso a uma segunda língua para transmitir conteúdos (Dalton-Puffer, 2007:1; Mehisto, 2008:12). Experiências de aprendizagem de uma segunda língua ou de uma língua estrangeira através de imersão linguística, educação bilingue, Inglês para Fins Específicos [13], Inglês para Fins Académicos, “Dual Language Programs”, “Content-Based-Instruction” (CBI/ ensino de conteúdos baseados na linguagem), “English as a Medium of Instruction” (EMI), “English as an Additional Language (EAL)”, ou “English across the Curriculum”, remetem, no entanto, para concepções filosóficas ou contextos histórico-culturais específicos que as suportam e que as distinguem de uma abordagem CLIL (D. Lasagabaster, 2010). Questões como a(s) línguas nacionais existentes em cada país, a língua utilizada como veículo educacional ou os objectivos definidos num certo país para a educação, determinaram a criação de modelos distintos de abordagem como são os casos, entre outros, das escolas internacionais, o ensino em escolas de países com duas ou mais línguas oficiais ou a educação de crianças em contextos multilingues.

Fundando-se nos princípios da abordagem comunicativa da língua (Coyle, 2010), a ideia base da metodologia CLIL de integração de *conteúdo e língua* permite aos alunos aprender num ambiente onde a comunicação tem o propósito de veicular um conteúdo de uma área específica, sendo a língua vista como ‘um meio’ e não como ‘um fim em si mesmo’. Dalton-Puffer et. al. (2007) sugerem mesmo que tal facto justifica a maior motivação dos alunos para comunicar na segunda língua (L2), uma vez que a ansiedade que no ensino tradicional se coloca na forma correcta da língua é substancialmente reduzida nesta abordagem. L. Vilkancienė (2011:113) também aponta esta ‘maior tolerância’ no uso da língua, com recurso eventual à língua materna (‘code-switching strategies’), e o maior apoio fornecido aos alunos para a produção/expressão em língua estrangeira, como dois princípios distintivos da metodologia CLIL, em contraponto com as metodologias tradicionais do ensino da língua.

Em *Uncovering CLIL: Content and Language Integrated Learning In Bilingual and Multilingual Education*, Mehisto (2008) sistematiza os 6 princípios fundamentais da metodologia CLIL: 1. *ênfase múltipla* (material linguístico de apoio à aula de especialidade e vice versa); 2- *ambiente de aprendizagem seguro e enriquecedor* (facilitador da construção da confiança do aluno); 3- *autenticidade* (materiais correntes e ligação entre a aprendizagem e as experiências dos alunos); 4 – *aprendizagem activa* (ensino centrado no aluno, negociação de significado; o professor como facilitador da aprendizagem); 5 – *Suporte /‘Scaffolding’* (transmitir mais conhecimentos do que o anteriormente veiculado; rearranjo da informação a transmitir); 6 - *cooperação* (planificação de lições em colaboração com outros docentes). Estes princípios CLIL potenciam a autonomia do aluno e promovem o seu papel activo durante as aulas, apoiando-se preferencialmente em estratégias centradas em tarefas, processos e estudos de casos.

Do Coyle (1999; 2002; 2006: 2010) desenvolveu um enquadramento conceptual – os 4 C’s – pelo qual representa os 4 princípios estruturantes do CLIL: *conteúdo, comunicação, cognição, cultura*. Sendo uma abordagem integrativa e multicultural, é a inter-relação entre os 4 elementos que operacionaliza o modelo e é a língua, enquanto ferramenta de aprendizagem, que opera nos 3 sentidos: **de – para – através**.

Fig. 1



Os “4Cs” para CLIL (Do Coyle: 2006)

Nesta perspectiva, CLIL não é simplesmente a partilha de conteúdos através de uma língua estrangeira, o desenvolvimento de competências cognitivas numa segunda língua. Um curso organizado numa abordagem CLIL deve ajudar os alunos a alargar as suas competência linguísticas e conhecimentos do conteúdo específico, deve proporcionar-lhes actividades

comunicativas relevantes e cognitivamente motivadoras, deve inter-relacionar aprendizagem com uma percepção cultural alargada da área de estudo. Desenvolvimento linguístico e desenvolvimento cognitivo caminham a par e os alunos “aprendem a utilizar a língua devidamente, ao mesmo tempo que usam a língua para aprender devidamente”. (Do Coyle, 2006:6)

### **3. CLIL – Benefícios e focos de resistência**

O CLIL promove a aprendizagem intercultural nas escolas ([www.clilcompendium.com](http://www.clilcompendium.com)), a competência intercultural dos alunos (Dirba, 2009: 86) e constitui um contributo inovador para solucionar os problemas tradicionais que envolvem a aprendizagem de línguas como sejam a insatisfatória competência linguística alcançada pelos alunos, a fraca motivação e os planos de estudo sobrecarregados (Vilkancienė, 2011:11-12). L. Vilkancienė (2011) realizou um extenso trabalho de investigação na Universidade de Gestão e Economia (na Lituânia) que abarcou 3 anos escolares (2006, 2008 e 2010) e que visava perceber a atitude dos alunos relativamente à introdução de metodologias CLIL nos seus planos de estudo. O estudo concluiu que este tipo formação no ensino superior aumenta a motivação do aluno, criando condições para a existência de aprendizagens com conteúdo cognitivamente mais exigente, e possibilita um maior desenvolvimento de competências comunicativas e de aprendizagem de língua.

Também Muñoz & Navés (2007: 164) relatam os resultados de estudos empíricos sobre as vantagens do uso da metodologia CLIL em algumas Universidades espanholas (UAM em Madrid, UB em Barcelona) e destacam uma vantagem de 2 anos em termos da competência linguística efectiva para os alunos que são integrados neste tipo de ensino. Lasagabaster (2008: 38-40) refere a vantagem entre 1 a 2 níveis na competência linguística geral em estudo realizado com alunos do ensino secundário, em particular a sua competência de produção escrita e Fernandez (2009: 16-24) conclui num estudo na Universidad Nacional del Litoral – Santa Fé, das vantagens que advêm de a abordagem CLIL possibilitar que diferentes competências comunicativas estejam integradas com estratégias semântica e funcionalmente relacionadas. Ursula Stohler (2006:4) demonstra, num estudo realizado na Universidade de Berna, que o facto de se ensinarem conteúdos através de uma língua estrangeira não diminui a aquisição da componente dos conteúdos por parte dos alunos e Do Coyle (2007:561) atesta



que ao nível das competências de aprendizagem de vocabulário há uma melhoria de desempenho no grupo de alunos em que se recorria à metodologia CLIL.

Muitos outros têm vindo a investigar e a divulgar diversos resultados de estudos empíricos realizados recentemente nesta área. De entre eles destacamos Dalton-Puffer (2011: 187) que numa extensa e exaustiva revisão dos estudos mais recentemente realizados, salienta outros aspectos positivos do CLIL:

Observations [...] feed into a pool of evidence suggesting that CLIL students are particularly strong in strategic competence, allowing them to successfully convey content notions at an early stage even though their linguistic resources are still limited [...] CLIL significantly enhances the language skills of a broad group of students whose foreign language talents or interests are average.

Pese embora todas as vantagens da abordagem CLIL já extensamente atestadas, há algumas vozes dissonantes que se mostram sobretudo preocupadas pelo facto de questões linguísticas poderem limitar a aprendizagem de conteúdos (Hellekjaer, 2003). Esta desconfiança centra-se com mais acuidade na eventual redução da complexidade cognitiva dos conteúdos abordados ou no abrandamento forçado do ritmo de trabalho com os alunos, em consequência de uma competência linguística em L2 mais limitada (Dalton-Puffer, 2007:5; Gregorczyk, 2012:22). Também o facto de a metodologia CLIL exigir um trabalho de conjunto entre professor de língua e professor de conteúdo, a clara necessidade de formação específica complementar (trabalho ainda incipiente) a este nível, as possíveis debilidades ao nível da competência em L2 dos professores especialistas, a escassa quantidade de materiais disponíveis orientados especificamente para a abordagem CLIL e as dificuldades inerentes à avaliação dos alunos envolvidos neste tipo de aprendizagem, levantam algumas reticências quanto às possibilidades de um maior alargamento na implantação do CLIL nos diversos níveis de ensino (Mehisto 2008; Banegas, 2012).

#### **4. O Professor CLIL - Perfil de competências**

Leccionar num modelo CLIL não é simplesmente “falar uma língua estrangeira” na aula ou ser capaz de transmitir na L2 os conteúdos específicos de uma Unidade Curricular. A tarefa de integração de conteúdos e de língua exige que o professor recorra a estratégias de ensino diferenciadas e obriga-o a trabalhar competências específicas para poder desempenhar o melhor possível a sua função.

De entre diversos trabalhos que abordam esta questão (M. Hunt, 2009, M. Pistorio, 2009, V. Pavón Vázquez & F. Rubio, 2010, D. Coyle, P. Hood & D. Marsh, 2010, entre outros), optamos por expor aqui a abordagem apresentada por David Marsh em *CLIL/EMILE- The European Dimension: Actions, Trends and Foresight Potential Public* (2002) e a de Rick de Graaff, Gerrit Jan Koopman, Yulia Anikina e Gerard Westhof (2007: 603-22), uma vez que o detalhe em que são apresentadas pelos autores nos permite construir um abrangente quadro conceptual do perfil do professor CLIL, tanto em termos das competências de base como das competências específicas que deve dominar.

David Marsh (2002:78-81) sublinha que enquanto abordagem metodológica e pedagógica, o modelo de aprendizagem CLIL exige do professor não só as competências profissionais específicas que esperaríamos dele enquanto especialista de uma determinada área, mas também fluência na língua estrangeira em que vai leccionar, bem como o domínio de uma série de competências de base. Marsh agrupa estas competências nas categorias de *linguagem/comunicação, teoria, metodologia, ambiente de aprendizagem, produção de materiais, abordagem interdisciplinar e avaliação*, remete-nos para as competências específicas com elas relacionadas, e deste modo constrói um exaustivo perfil de competências do professor CLIL que passamos a explicitar com mais detalhe: (1) Ao nível metodológico, o professor CLIL deve ser capaz de identificar dificuldades linguísticas; de explorar metodologias que promovam o uso da língua em termos sociais ou direccionada para a mensagem, facultando ao aluno oportunidades de comunicação com recurso a estratégias comunicacionais; de usar métodos comunicativos/de interacção que facilitem a compreensão de significado; de usar estratégias (de eco, de modelação, de extensão, de repetição) para correcção e para modelo de uso correcto da língua; de identificar e usar actividades de duplo enfoque, que tratem em simultâneo de aspectos da língua e do conteúdo. (2) Em termos da competência linguística/comunicacional o professor CLIL deve ser suficientemente fluente na L2, de modo a ser capaz de produzir informação compreensível para o aluno, compreender a linguagem que este usa e ser até fluente numa língua adicional. (3) No perfil do professor CLIL a competência teórica deve concretizar-se na sua capacidade de perceber as diferenças e semelhanças entre os conceitos de *aprendizagem linguística e aquisição linguística*, enquanto (4) ao nível do ambiente de aprendizagem se lhe exige que recorra a diferentes modelos de organização na sala de aula, que trabalhe com alunos de proveniências distintas, que conceba estratégias que promovam a autonomia do aluno e a interacção com os colegas e que domine as ferramentas tecnológicas mais usadas em ambientes de

aprendizagem CLIL. (5) Relativamente às competências para a produção de materiais, o professor CLIL deverá ser capaz de adaptar e explorar materiais tendo em conta as suas características semânticas, textuais, sintácticas e vocabulares, assim como de seleccionar materiais complementares distintos sobre um assunto determinado, usando-os num contexto integrado. (6) Ao nível da abordagem interdisciplinar, o professor CLIL deve ser capaz de promover a auto-confiança dos alunos, motivá-los a aprender mais, estabelecer relações conceptuais entre diferentes temas, de forma a tornar a aprendizagem interligada, relevante, mais fácil e mais eficiente, procedendo do mesmo modo para todas as línguas activas no ambiente educacional. (7) No que se refere à avaliação, deve ser capaz de desenvolver e implementar ferramentas de avaliação complementares.

No estudo de de Graaff et.al., os autores identificam, a partir da observação de aulas leccionadas em modelo CLIL, 5 indicadores principais que caracterizam o bom desempenho linguístico por parte do professor. Neste caso, o perfil de competências do professor CLIL é traçado em termos da sua capacidade de agir como facilitador em contexto educacional e as suas competências em termos de perfil situam-se, entre outros, ao nível da capacidade de seleccionar materiais, de transmitir sentido, de dominar a forma e formatos como expõe conteúdos, de utilizar estratégias de resolução de problemas:

(1) Teachers facilitate **exposure to input** at a (minimally) challenging level by selecting attractive authentic materials, adapting texts up to the level of the learners and scaffolding on the content and language level by active use of body language and visual aids.

(2) Teachers facilitate **meaning-focussed** processing by stimulating the learners to request new vocabulary items, check their meaning, use explicit and implicit types of corrective feedback on incorrect meaning identification, and practice through relevant speaking and writing assignments.

(3) Teachers facilitate **form-focussed** processing by giving examples, using recasts and confirmation checks, clarification requests and giving feedback (sometimes including peer feedback). No evidence was found of CLIL teachers providing explicit form-focused instruction, e.g. by explaining rules.

4) Teachers facilitate **output production** by encouraging learners' reactions, working in different interactive formats and practicing creative forms of oral (presentations, round tables, debates) and written (letters, surveys, articles, manuals) output production, suggesting communicatively feasible tasks, giving the learners enough time for task completion, encouraging learners to speak only in English, providing feedback on students' incorrect language use and stimulating peer feedback.

(5) Teachers facilitate the use of **compensation strategies** by stimulating students to overcome problems in language comprehension and language production, reflecting on use of compensation strategies, and scaffolding on-the-spot strategy use.

## **5. Aprendizagem Integrada de Conteúdos e de Língua / CLIL – Possibilidades em Aberto**

A investigação e trabalho experimental que tem vindo a ser realizado na área da Aprendizagem Integrada de Conteúdos e Língua/CLIL fundamenta com consistência as vantagens que o recurso a esta abordagem pode introduzir no ensino/aprendizagem de diferentes níveis de ensino. Verificámos que a pertinência desta abordagem não se esgota no âmbito das metodologias de ensino da língua, pois também ao nível da transmissão de conhecimentos especializados os resultados obtidos atestam benefícios para a aprendizagem. Enquanto *outra maneira* de aprender uma língua estrangeira, a Aprendizagem Integrada de Conteúdos e de Língua /CLIL constitui uma inovadora abordagem didáctico-pedagógica a explorar pelos docentes, de línguas e de outras áreas de especialidade, o que abre reais potencialidades de cooperação, de inovação e de investigação neste campo.

Ao contribuir para o desenvolvimento das competências linguísticas e interculturais dos alunos, a metodologia CLIL assume também um papel de relevo no enriquecimento das suas competências profissionais e no conseqüente alargamento das suas possibilidades de empregabilidade. Para além disso, a adopção da abordagem e metodologia CLIL pode constituir um contributo decisivo para a estratégia de internacionalização da formação e das actividades formativas das instituições de Ensino Superior, constituindo-se como estratégia facilitadora da mobilidade docente e discente e funcionando como solução pragmática para resolver uma necessidade que se coloca a nível europeu e mundial. A Abordagem Integrada de Conteúdos e Língua/ CLIL participa, assim, de modo relevante para o desenvolvimento de um Ensino Superior de qualidade e na promoção das competências linguísticas em línguas estrangeiras.

Parece-nos, contudo, que a recomendação da Comissão das Comunidades Europeias, datada de 2003 e relativa à promoção da aprendizagem das línguas e da diversidade linguística, referindo que as políticas linguísticas das instituições de Ensino Superior devem “[...] contemplar acções explícitas de promoção das línguas nacionais ou regionais.” [14] interpela ainda, directamente, as instituições de ensino superior em Portugal. A decisão de oferecer cursos CLIL, estando claramente demonstrada a vantagem deste tipo de metodologia, tem de ser tomada por cada instituição de Ensino Superior no contexto de uma política linguística coerente e bem definida.

Sabemos, também, que a articulação de língua e de conteúdo e o modo como tal pode vir a ser implementado levanta questões muito particulares, sobretudo ao nível do ensino superior. Questões como os modelos institucionais e operativos de ensino CLIL a adoptar, o tipo de preparação e formação linguística específica a disponibilizar, para professores e alunos, a definição de requisitos mínimos, em termos das competências linguísticas, para acesso a formações CLIL, as características dos materiais a utilizar neste tipo de abordagem, as metodologias a adoptar, as estratégias motivacionais para reunir um grupo de professores e alunos CLIL serão certamente algumas das questões/desafios a trabalhar futuramente nesta área, no contexto do ensino superior português e no de cada Instituição de Ensino Superior em particular.

## Notas de texto

1. Usamos os termos na acepção utilizada por Teresa Gonçalves (2011: 26) quando afirma “[...] usamos o termo multilinguismo com o significado de que várias línguas são faladas ou estão presentes numa determinada região geográfica. Plurilinguismo é um termo mais específico e significa uma competência, a *competência plurilingue*, a competência de comunicar, linguisticamente, em várias línguas e de interagir, culturalmente, em várias culturas, isto é, possuir a habilidade/competência de usar e aprender várias línguas. Por outro lado, o *plurilinguismo* também é um valor, o valor fundador da tolerância linguística, que consiste em encarar e aceitar de uma forma positiva a diversidade linguística.”

2. v. Comissão das Comunidades Europeias. Comissão Europeia (2008). *Multilinguismo: uma mais-valia para a Europa e um compromisso comum (Multilingualism: an asset for Europe and a shared commitment)*. Disponível em [http://ec.europa.eu/languages/news/20080918-commission-communication-on-multilingualism\\_en.htm](http://ec.europa.eu/languages/news/20080918-commission-communication-on-multilingualism_en.htm).

3. Comissão das Comunidades Europeias (2009). “Livro Verde - Promover a Mobilidade dos Jovens para fins de Aprendizagem”. Bruxelas, COM 329/3. Disponível em [http://ec.europa.eu/education/lifelong-learning-policy/doc/mobility/com329\\_pt.pdf](http://ec.europa.eu/education/lifelong-learning-policy/doc/mobility/com329_pt.pdf)

4. Disponível em

<http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:C:2009:119:0002:0010:PT:PDF>

5. Disponível em [http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/site/pt/com/2003/com2003\\_0449pt01.pdf](http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/site/pt/com/2003/com2003_0449pt01.pdf)

6. *ibid.* p.9.

7. *ibid.* p.9.

8. Eurydice (2006). “Content and Language Integrated Learning (CLIL) at school in Europe”. Brussels: Eurydice. (disponível em [www.eurydice.org](http://www.eurydice.org)). p.56

Disponível em [http://ec.europa.eu/languages/documents/studies/clil-at-school-in-europe\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/languages/documents/studies/clil-at-school-in-europe_en.pdf)

9. EURYDICE/ EUROSTAT (2012). *Key Data on Teaching Languages at School in Europe – 2012*. Comissão Europeia. Disponível em <http://eacea.ec.europa.eu/education/eurydice>

10. Notas informativas específicas sobre cada país e incluídas como informação suplementar na tabela ‘CLIL In Primary and General Secondary Education’. In *Key Data on Teaching Languages at School in Europe – 2012* (<http://eacea.ec.europa.eu/education/eurydice>)

### “Country specific notes

**Bulgaria:** The figure is an estimate.

**Spain:** Figures from Balearic Islands, Galicia and the Basque country are missing for schools providing CLIL where Spanish and one foreign language are used to teach non language subjects. Also data on schools providing CLIL where Basque is used to teach non-language subjects do not include schools in the Basque country, but only those in Navarre.

**Italy:** Since 2010, all students must learn one non-language subject through a foreign language in the last year of upper secondary education.

**Austria:** In addition to specific schools providing CLIL, it is widespread practice for many schools at secondary level to teach some modules of a school subject through a foreign language. In addition, the first foreign language is taught to students aged 6 to 8 through the CLIL approach.

**Lithuania:** For schools providing CLIL with Lithuanian and German as languages of instruction, the figure for ISCED 3 is underestimated.

**Netherlands:** 15 schools providing CLIL using Dutch, Frisian and English as languages of instruction are currently certified. 25 others are working towards it.

**Sweden:** Some schools are piloting CLIL provision and choose the language they want to target alongside Swedish.

**United Kingdom (UK-WLS/NIR):** Some of these schools are allowed to decide, depending on their linguistic context, to what extent non-language subjects are taught in both languages (English and Welsh – or Irish). Therefore, the figures might be a little overestimated as some schools might choose to teach all non-language subjects in Welsh (or Irish).

**Liechtenstein:** In addition to the one school at upper secondary level providing CLIL as a pilot project, English is taught to all students aged 6 to 8 through the CLIL approach.”

11. v. Eurydice (2006). *CLIL at Schools in Europe*. National descriptions. Portugal.

12. O EuroCLIC ([www.euroclil.net](http://www.euroclil.net)) foi entretanto encerrada e em 2007 surgiu uma a *European Network for CLIL, agora designada CLIL Cascade Network* ([www.ccn-clil.eu](http://www.ccn-clil.eu)).

13. A língua para fins específicos visa preparar os alunos para responder às exigências acadêmicas e profissionais, sendo o enfoque no conteúdo. Os materiais são estruturados em torno de micro competências, funções e vocabulário específico. Os conteúdos geralmente não são matéria nova para o aluno e os tópicos a abordar são definidos na sequência de um estudo de análise de necessidades (v. Vilkcienė, L. (2011). CLIL in Tertiary Education: Does it Have Anything to Offer? *Studies about Language*, (18). 115.)
14. Disponível em [http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/site/pt/com/2003/com2003\\_0449pt01.pdf](http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/site/pt/com/2003/com2003_0449pt01.pdf)

## Referências bibliográficas

- Banegas, D. L. (2012). CLIL teacher development: Challenges and experiences. *Latin American Journal of Content & Language Integrated Learning*. 5(1), 46-56.
- Coleman, J. A. (2006) English-medium teaching in European higher education. *Language Teaching*. 39, 1-14. Disponível em <http://oro.open.ac.uk/5189/1/download.pdf> (cons.12.10.12)
- Costa, F. (2009). ICLHE/ CLIL at the Tertiary Level of Education. State of the Art. *Studies About Languages (Kalby Studijos)*. 15, 85-88. Disponível em [www.ceeol.com](http://www.ceeol.com). (cons. 14.10.12)
- Coyle, D. (1999). Theory and planning for effective classrooms: Supporting students in content and language integrated learning contexts. In J. Masih (Ed.), *Learning through a foreign language: Models, methods and outcomes* (pp. 46-62). London, England: CILT Publications.
- Coyle D. (2002). Relevance of CLIL to the European Commission's Language Learning Objectives. In Marsh, D. (ed.). *CLIL/EMILE – the European Dimension*, Public Services Contract DG EAC, 27-28. Disponível em [http://ec.europa.eu/languages/documents/clil-marsh\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/languages/documents/clil-marsh_en.pdf) (cons. 3.10.12).
- Coyle, D. (2006). Content and language integrated learning: Motivating learners and teachers. *Scottish Languages Review*, 13, 1-18. Disponível em [http://www.scilt.stir.ac.uk/SLR/Issue\\_13/SLR13\\_Coyle.pdf](http://www.scilt.stir.ac.uk/SLR/Issue_13/SLR13_Coyle.pdf) (cons. 12.9.12)
- Coyle D. (2007). Content and language integrated learning: towards a connected research agenda for CLIL pedagogies. *International Journal of Bilingual Education and Bilingualism*. 10: 5, 543-562.
- Coyle, D., Hood, P., & Marsh, D. (2010). *CLIL: Content and language integrated learning*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Dalton-Puffer, C & Smit, U. (eds.) (2007). *Empirical Perspectives on CLIL Classroom Discourse*. Frankfurt, Vienna. Peter Lang., 7-23.
- Dalton-Puffer, C. (2007). *Discourse in Content and Language Integrated Learning (CLIL) Classrooms*. John Benjamins Publishing Company. Amsterdam.
- Dalton-Puffer, C. (2011) Content and language integrated learning: from practice to principles. *Annual Review of Applied Linguistics*. 31, 182-204.

de Graaff, R., Koopman, G.J. & Westhoff, G. (2007). An Observation Tool for Effective L2 Pedagogy in Content and Language Integrated Learning (CLIL). *The International Journal of Bilingual Education and Bilingualism* (10: 5), 603-22.

Dirba, M. & Mencis, J. (2009). CLIL for teachers of Mathematics. *Pedagogika*, (93), 85-90.

Doiz, A., Lasagabaster, D., & Sierra, J. (2011). Internationalisation, multilingualism and English-medium instruction: the teachers' perspective. *World Englishes* 30: 345-359

Fernández, D. J. (2009). CLIL at the University Level: Relating Language Teaching with and through Content Teaching. *Latin American Journal of Content & Language Integrated Learning*, 2 (2): 10-26.

Gonçalves, T. (2011). Linhas orientadoras da política linguística educativa da UE. *Revista Lusófona de Educação*, 18, 25-43.

Gregorczyk, B. (2012). An empirical study on the acquisition of content in a CLIL-based chemistry course: A preliminary report. *Latin American Journal of Content & Language Integrated Learning*, 5(1), 9-32.

Hellekjaer, G.O. & Westergaard, M.R. (2003). An exploratory survey of content learning through English at Nordic universities. in: Van Leeuwen, C., and Wilkinson, R. (eds.). *Multilingual Approaches in University Education: Challenges and Practices*. Nijmegen: Valkhof Pers, 65-80.

Hillyard, S. (2011). First steps in CLIL: Training the teachers. *Latin American Journal of Content & Language Integrated Learning*, 4(2): 1-12. Disponível em <http://journals.sfu.ca/laclil/index.php/LACLIL/article/view/62> (cons. 12.10.12)

Hunt, M., Neofitou, A., & Redford, J. (2009). Developing CLIL training for modern language teacher trainees. In D. Marsh, P. Mehisto, D. Wolff, R. Aliaga, T. Asikainen, M.J. Frigol-Martin, & S. Hughes (Eds.), *CLIL practice: Perspectives from the field*. Jyväskylä, Finland: University of Jyväskylä.

Hunt, M. (2011). UK teachers' and learners' experiences of CLIL resulting from the EU-funded project ECLILT. *Latin American Journal of Content & Language Integrated Learning*, 4(1), 27-39. Disponível em <http://journals.sfu.ca/laclil/index.php/LACLIL/article/view/54> (cons. 12.10.12)

Lasagabaster, D. (2008). Foreign language competence in content and language integrated courses. *The Open Applied Linguistics Journal*, 1: 31-42.

Lasagabaster, D., Sierra, J. (2010). Immersion and CLIL in English: more differences than similarities. *ELT Journal* 64: 376-395.

Marsh, D. (ed.) (2002). *CLIL/EMILE- The European Dimension: Actions, Trends and Foresight Potential Public*. Services Contract DG EAC: European Commission. Disponível em [http://ec.europa.eu/languages/documents/doc491\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/languages/documents/doc491_en.pdf) (cons. 12.10.12)

Mehisto, P., Marsh, D., & Frigols, M.J. (2008). *Uncovering CLIL: Content and language integrated learning in bilingual and multilingual education*. Oxford: Macmillan Publishers Ltd.

Morgado, M., Coelho, M. (2011). "Learning different subjects by using other languages ... or the other way round? - The relevance of the CLIL approach". International Conference *Languages 2011 – Communication without barriers*. Instituto Politécnico de Bragança, Proceedings.

Morgado, M., Coelho, M. (2012). "Higher education experiments with CLIL vs English as the medium of instruction: differences, similarities, and lessons to learn for the Portuguese context." IV Cercles Seminar. Five years of Bologna. Upgrading or Downsizing Multilingualism? Universidade do Minho, Proceedings.

Muñoz, C. & Navés, T. (2007). CLIL in Spain in Marsh, D. & Wolff, D. (2007). *Windows on CLIL. Content and Language Integrated Learning in the European Spotlight*. European Centre for Modern Languages. pp. 160-165.

Stohler, U. (2006). The acquisition of knowledge in bilingual learning: An empirical study on the role of language in content learning. *VIEWZ: Vienna English Working PaperS*, 15(3), p. 41-46.

Pavón Vázquez, V. & Rubio, F. (2010). Teachers' concerns and uncertainties about the introduction of CLIL programmes. *Porta Linguarum*, 14, 45-58.

Pistorio, M.I. (2009). Teacher training and competences for effective CLIL teaching in Argentina. *Latin American Journal of Content & Language Integrated Learning* 2(2), 37-43. Disponível em <http://journals.sfu.ca/lacil/index.php/LACLIL/article/view/18> (cons. em 15.9.2012)

Tudor, I. (2008). The language challenge for higher education institutions in Europe, and the specific case of CLIL. in Joan Martí i Castell & Josep M. Mestres i Serra (eds.), *El Multilingüisme a les Universitats el l'Espai Europeu d'Educació Superior* (pp. 42-64). Barcelona: Institut d'Estudis Catalans.

Vilkancienė, L. (2011). CLIL in Tertiary Education: Does it Have Anything to Offer? *Studies about Language*, (18). 115.

Wächter, Bernd (2008). Internationalisation and the European Higher Education Area. Academic Cooperation Association (ACA) 1-31.



## Notas sobre a autora

- Margarida Coelho (Professora Adjunta, Vice-Presidente do DCESH e Co-coordenadora do CLiC-IPP, IPP –ESTGP, [margco@estgp.pt](mailto:margco@estgp.pt))

Margarida Coelho é professora-adjunta da Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Portalegre, onde lecciona Inglês, Inglês técnico e Estudos da Tradução. Vice-presidente do Departamento de Ciências Empresariais, Sociais e Humanas e co-coordenadora do Centro de Línguas e Cultura (CLiC) do Instituto. Começou a sua carreira académica com investigação sobre a literatura e cultura inglesa do século XX (Mestrado), situando-se actualmente as suas principais áreas de pesquisa nos estudos de tradução e metodologias de ensino, especialmente CLIL.

- Margarida Coelho (Professora Adjunta, Vice-Presidente do DCESH e Co-coordinator of CLiC-IPP, IPP –ESTGP, [margco@estgp.pt](mailto:margco@estgp.pt))

Margarida Coelho is a senior lecturer at the School of Technology and Management of the Polytechnic Institute of Portalegre where she teaches English/ technical English and Translation Studies. She is Vice-President of the Department of Management and Social Sciences and Co-Coordinator of the Languages and Culture Centre (CLiC) of the Institute. She started by doing some research on 20<sup>th</sup> century English literature and culture (Master's Degree) and now her main areas of research are translation studies and language methodologies, particularly CLIL.

# Cooperação interorganizacional e ensino superior: Dilemas e controvérsias<sup>1</sup>

## Interorganizational cooperation and higher education: dilemmas and disputes

Helena Reis do Arco

### Resumo

Falar de redes de cooperação interorganizacional, remete-nos para uma realidade onde a cooperação entre atores de diferentes sistemas são produto de novas tendências cujas diferenças e divergências terão que dar lugar ao emergente paradigma da interação. Hoje é preconizada a aquisição de competências numa constante proximidade Ensino Superior/Empresas, assim como o desenvolvimento de investigação científica com e para a comunidade envolvente, numa perspetiva integracionista de todos os envolvidos, numa lógica de cooperação, com convergência de recursos da qual resultará capital social, tendo como objetivo o empoderamento e desenvolvimento coletivo. Contudo esta interação, até porque nestes cenários interagem atores oriundos de diferentes contextos, nem sempre se faz de forma tranquila. Foi o que desocultámos num cenário de uma rede de cooperação para a formação, integrada por doze organizações, onde contingências de cooperação, desigualdade de recursos, ameaças de reciprocidade e perspetivas individualistas se conjugavam em oposição à interação preconizada, causando dilemas e contingências a um processo que se configurava inovador.

**Palavras-chave:** redes de cooperação, ensino superior, organizações

### Abstract

*Speaking of interorganizational network, leads us to a reality where the cooperation between different kind of actors, whose differences must converge to the emerging paradigm of cooperation. Today to update and develop skills, the education and training is necessary in a constant proximity and partnership between higher education, enterprises world and scientific research, as well the surrounding community in a logic of cooperation. However this interaction, because of the differences between the actors with different backgrounds, is not always easy. That's what we investigated in a scenario of a cooperation network for education and training, comprised of twelve organizations, where contingencies of cooperation, resource inequality, threats of reciprocity and individualistic perspectives are combined, as opposed to the recommended interaction, causing dilemmas and contingencies in a process which is configured innovative.*

**Keywords:** networks cooperation, higher education, organizations

### Introdução

Pensar a cooperação entre organizações ou refletir sobre redes interorganizacionais, remete-nos para um contexto, onde a cooperação entre atores de diferentes sistemas são produto de tendências inovadoras cujas singularidades intrínsecas e discordâncias, terão que dar lugar à negociação e ao emergente paradigma da interação.

Esta relação, até porque nestes cenários interagem atores oriundos de diferentes contextos, nem sempre se faz de forma pacífica, contudo estas redes constituem muitas vezes uma

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no III Seminário de I&DT, organizado pelo C3i – Centro Interdisciplinar de Investigação e Inovação do Instituto Politécnico de Portalegre, realizado nos dias 6 e 7 de Dezembro de 2012.

estratégia para fazer face aos desafios e gerar competitividade e progresso face às exigências do meio, por tudo isto, cada vez mais imperam e se difundem.

Os tempos mudam e se ontem as redes tinha maioritariamente como objetivo primordial a racionalidade económica, hoje o objetivo das redes interorganizacionais de cooperação, ultrapassa largamente os limites da mesma. Temos o caso da necessidade de partilha de informação e conhecimento.

A própria comissão europeia, aposta hoje enquanto estratégia de desenvolvimento, na premissa da “Education and training”, definindo uma série de eixos de atuação com vista aos objetivos traçados para 2020.

Nestes eixos está patente a necessidade da cooperação universidade, centros de investigação e empresas, numa perspetiva estratégica de desenvolvimento de um triângulo de conhecimento, capaz de gerar inovação e desenvolvimento. É nesta perspetiva que estruturamos a nossa análise, ancorados em dados colhidos durante a realização de nossa tese de doutoramento (Arco 2011) e que refletimos, à luz do preconizado pela European Union [EU] (2009) quando elaborou o quadro estratégico para a cooperação europeia no domínio da educação e da cooperação.

### **Redes de cooperação interorganizacionais**

Hoje muito se fala de redes e cooperação, contudo para os sociólogos e analistas de redes sociais, o conceito de rede está relacionado com outros como interação, estrutura, atores e regularidades.

O próprio conceito de cooperação, surge ancorado em premissas onde estão subjacentes processos que nos conduzem à necessidade de desocultar jogos cujas regras e mecanismos de regulação estruturam os processos de interação, isto é, de troca e negociação, através dos quais os atores regulam e gerem as dependências mútuas que contribuiram para a emergência da cooperação, ao mesmo tempo que são mantidas por ela, pois só desta forma poderemos compreender o sistema e os contextos onde se desenvolve esta ação (Friedberg, 1995).

Sendo a dinâmica da cooperação um fenômeno complexo, começemos por tentar perceber as razões que estão por de trás da constituição de redes e porque se envolvem as organizações nestes processos.

Avançamos como resposta com dois tipos de motivos, um ligado às contingências de competitividade, porque formando um conjunto de organizações ligadas através da cooperação, terão mais poder contra rivais competitivos, por outro lado, envolvendo também potenciais competidores, eles transformar-se-ão em aliados. Um outro motivo e quanto a nós diretamente relacionado com o primeiro diz respeito à redução de custos e aumento de benefícios como por exemplo o acesso à informação e a redução de riscos.

Ebers (2002, p. 7), baseado nos estudos elaborados por Oliver (1990), avança ainda outra proposta sobre as razões pelas quais as organizações estabelecem relações de cooperação, sendo estas:

*Necessidade* – quando as organizações estão mandatadas por regulamentos normativos e legais que recomendam a relação;

*Assimetria* – quando uma parte pretende exercer poder ou controlar os recursos de outra parte;

*Reciprocidade* – quando a cooperação entre as organizações pode proporcionar mútuos benefícios ou interesses;

*Estabilidade* – quando a cooperação interorganizacional funcionar como “escudo protector” face às contingências que poderão afetar as suas atividades;

*Legitimidade* – quando através da cooperação interorganizacional as organizações envolvidas possam aumentar o prestígio ou imagem perante as normas vigentes.

A par dos motivos que estão subjacentes à intencionalidade da cooperação interorganizacional, existem também as contingências que estão muitas vezes na base da ação, essas contingências surgem associadas à história dessas mesmas relações e à confiança, sendo tão importantes como os fluxos de recursos transacionados.

Desta forma, para podermos compreender a complexidade destas relações de cooperação, devemos ter em conta aspetos ligados pelo menos a dois domínios: 1 – O da racionalidade económica; 2 – O Social.

Isto porquê? Porque falamos de organizações e as organizações são constituídas por pessoas.

As pessoas estabelecem relações entre elas, logo os dirigentes das organizações envolvidas em processos e redes de cooperação, também estabelecem relações entre si.

Além dos recursos partilhados, que numa rede nos coloca diretamente nos caminhos ou descaminhos das assimetrias de poder (Crozier e Friedberg, 1979), pois se uma organização tem mais recursos, ela detém à partida maior poder, que mais não seja na sequência das questões ligadas à racionalidade económica. Por outro lado estão também as relações formais e informais que são estabelecidas (Krackhardt e Hanson, 1993), muitas vezes não só entre os dirigentes, como também entre os funcionários, sendo esta última uma questão mais complexa, apenas possível de desocultar com recurso às redes multinível.

Focando-nos na questão das relações estabelecidas entre os dirigentes, sabemos que apesar de condicionados por normas legais e das próprias estruturas organizacionais, até pelos protocolos estabelecidos, estes atores ou dirigentes representantes das organizações, gozam ao mesmo tempo, de uma margem de liberdade na ação que poderá ser influenciada pelos seus valores e objetivos individuais (Crozier e Friedberg, 1977), condicionando as relações entre os mesmos (Aldrich e Pfeffer, 1976; Hall, 1990; Neto e Truzzi, 2002). Fatores como a própria história das relações, a sua eficácia, o respeito pelas normas vigentes, individuais e coletivas bem como a complementaridade e as similaridades partilhadas assim como a própria cultura, ajudam a preservar e a desenvolver a estabilidade das relações interorganizacionais.

O facto de terem entre eles relações de amizade, terem sido colegas de curso, de trabalho, etc. poderá condicionar as relações estabelecidas entre as organizações. Isto porque por detrás de qualquer processo de cooperação interorganizacional, coexistem pelo menos dois tipos de rede, a formal e a informal (Krackhardt e Hanson, 1993).

Abordámos há pouco a importância das relações de confiança, também aqui, o cimento que alicerça estas relações é diferente. Nas relações formais existe confiança ligada aos normativos que regulam a ação foi aquilo que Ring (2002)<sup>2</sup> denominou por *fragile trust*. Mas por de trás das relações informais existe a *resilient trust* sustentada em relações prévias muitas vezes de amizade e se a primeira constitui o cimento, a última é o betão.

---

<sup>2</sup> Esta diferenciação foi efetuada por Ring (2002) quando definiu a *fragile trust*, que associou aos aspetos formais de interação, e a *resilient trust*, associada mais a aspetos informais.

Ebers e Grandori (2002), baseados em estudos efectuados por diversos autores e compilados na obra *The Formation of Inter-Organizational Networks* (Ebers, 2002a), destacam quatro campos de investigação das redes interorganizacionais: O *primeiro* onde é focada a perspectiva relacional para a formação das redes, onde é aprofundada a natureza dos laços que ligam as organizações em que apontam três tipos, o fluxo de recursos e atividades relacionadas com a interdependência entre organizações, o fluxo de expectativas mútuas entre os atores organizacionais, associadas à percepção das oportunidades e riscos da colaboração e os fluxos de informação que influenciam as percepções dos atores e guiam as suas ações.

O *segundo* caminho tem a ver com os custos das redes, identificando dois tipos o interno, relacionado com a constituição manutenção e gestão das relações entre as organizações e o externo à rede, referente as custos que surgirão para os que não fazem parte da rede, é amplamente reconhecida a vantagem da constituição de consórcios, *franchising* e associações interfirmas para os envolvidos, contudo estes processos poderão ser negativos para quem não faz parte da rede, criando barreiras até para potenciais competidores. O *terceiro* caminho reporta-se ao significado da dinâmica das redes e desenvolvimento focando três aspetos as consequências que advêm da troca de recursos entre os atores envolvidos, da troca de informação e expectativas sendo estas duas últimas influenciadas uma pela outra. Por fim o *quarto* caminho apontado pelos autores diz respeito às implicações na prática e alertam-nos para o facto da formação de redes interorganizacionais terem diversas consequências nas organizações, pelo que é de extrema importância conhecer para além da estrutura da rede, as formas de colaboração que lhe estão subjacentes, focando as relações de confiança como elementares, o que nos remete para as questões já anteriormente abordadas por Ring (2002).

Hoje, face aos desafios da globalização, é aceite que as relações de cooperação entre organizações poderão constituir uma estratégia promotora do desenvolvimento, através da criação e agregação de valor gerado sinergicamente a partir das competências e contributos individuais, suscetíveis de se transformarem em bem comum, porém muitas vezes estes caminhos são difíceis devido aos inúmeros desafios, obstáculos e constrangimentos que poderão surgir, principalmente quando nesta cooperação intervêm atores diversos cuja identidade e cultura, assumem singularidades diferenciadoras, que é necessário fazer convergir e que é também necessário investigar.

## **Cooperação e ensino superior**

A comissão europeia, sustenta enquanto estratégia de desenvolvimento, a necessidade de integrar de forma sustentada a formação teórica com a proximidade aos contextos reais de trabalho, numa premissa de “Education and training”, definindo uma série de eixos de atuação no intuito de alcançar aos objetivos traçados para 2020 (EU, 2009).

Nestes eixos está patente a necessidade da cooperação universidade, centros de investigação e empresas, enquanto estratégia de um triângulo de conhecimento, capaz de gerar inovação e desenvolvimento.

O ensino politécnico, pelo cariz e filosofia que lhe são subjacentes, há muito que aposta na proximidade aos contextos de trabalho, através de uma interação frequente, já com alguma tradição. Apontamos o caso da formação em saúde, nomeadamente da enfermagem, há muito estreitamente ligada às organizações de saúde em termos de proximidade entre a formação teórica e a prática real realizada em contexto das organizações prestadoras de cuidados, apesar de em termos de investigação haver ainda necessidade de uma aposta mais aprofundada e eficaz. Contudo, face aos novos modelos de gestão e formação vigentes, coloca-se em questão, a efetividade e adequação desta interação, ou se pelo contrário esta surge apenas adornada por protocolos escritos, que depois estão longe de serem concretizados no terreno, face às dificuldades e controvérsias contextuais.

Nesta sequência e reportando-nos à eterna relação teoria/prática, somos por vezes confrontados com relatos de conflitos existentes entre teóricos (professores oriundos das organizações de ensino superior) que abordam a disciplina segundo as regras ideais do saber e os práticos que confrontados com as contingências do quotidiano, a praticam tendo em conta as adaptações necessárias à manutenção dos princípios científicos e a qualidade. Perante tal distanciamento somos confrontados, tendo em conta o quadro teórico anteriormente exposto, com o potencial comprometimento da própria cooperação interorganizacional para a formação. Ou numa outra perspetiva e fazendo referência às questões da informalidade e da confiança, poderão existir situações de conflito ultrapassadas por interações alicerçadas em laços de confiança, amizade e tradição?

Mais uma vez também aqui subjaz a importância da interação e da cooperação ao longo do

processo, à semelhança do que acontece noutras situações de cooperação interorganizacional (Ebers, 2002b; Moreira e Corvelo, 2002; Ring, 2002; Fialho, 2008) requerendo por parte dos representantes das organizações envolvidas, um cuidado acrescido, para que esta interação possa constituir um processo de formação e desenvolvimento.

Confrontados com pressupostos teóricos relacionados com fatores que apontam o caminho da interação e da cooperação, mas também com a possibilidade de conflitos mediados por jogos de atores que devido à margem de liberdade que possuem, aos recursos detidos pelos próprios e pelas organizações que representam poderão modelar as interações e o próprio processo de cooperação, através da implicação no mesmo numa perspetiva de pro-atividade, ou pelo contrário, assumindo uma resistência passiva e até de promoção do conflito, questionámos a realidade de um contexto concreto.

### **Da abordagem metodológica à desocultação dos contextos de cooperação**

A formação em saúde há muito que é feita em estreita articulação com os contextos das organizações prestadoras de cuidados, tanto ao nível da formação inicial, como da efetuada ao longo da vida.

Muitas vezes esta interação e cooperação, é efetivada pela indispensabilidade de partilha de recursos, com vista a colmatar as necessidades de formação dos atuais e futuros profissionais. No caso da formação em enfermagem, tanto as escolas superiores, como os próprios hospitais e centros de saúde, esta prática é uma realidade atual.

Por se tratar de um contexto de cooperação, onde interagem atores oriundos de diferentes espaços e distintos sistemas normativo-legais, investiga-los é sempre um desafio e uma necessidade, no sentido de perceber como são conciliadas divergências e de que forma são mobilizadas estratégias rumo aos objetivos traçados, assim como as dinâmicas que estão subjacentes.

Questionámos esta realidade no contexto de um distrito, envolvendo uma instituição de ensino superior e onze de saúde, sustentados numa linha de investigação de análise de redes sociais.



Recorrendo a metodologias qualitativas e a técnicas de análise de redes sociais, opámos por numa primeira fase fazer uma exploração do terreno de pesquisa, tal como é proposto por Lazega (1998), Varanda (2005) e Molina (2001), pois só assim poderíamos efetuar a passagem entre os níveis mico e macro do sistema, tão necessário à compreensão do mesmo.

Conjugámos diversas técnicas de recolha de dados como observação, aplicação de questionários e entrevistas. A análise dos dados obtidos, foi realizada através da análise de redes sociais numa perspetiva sociocentrica, estatística e de conteúdo.

A opção pela associação de metodologias qualitativas associada à análise estrutural da rede possibilitou a compreensão indutiva do contexto, dando-nos uma visão onde era retratada a interdependência entre as relações que eram efetivadas, as posições e o comportamento adotado pelos diversos atores.

### **Dinâmicas de ação cooperativa: Olhando para lá do protocolado**

A educação de nível superior tem um papel fundamental na sociedade atual face aos desafios económicos e sociais que a que assistimos. O Ensino superior Politécnico, pelo seu cariz e filosofia de proximidade aos contextos de trabalho e à comunidade, não poderá nem deverá ser alheio a processos de cooperação interorganizacionais que promovam de forma sustentada a formação, a investigação e o desenvolvimento pessoal e organizacional.

Contudo pelo já salientado, nesta interação ensino superior/empresas, nem sempre a cooperação é efetuada de forma estruturalmente equivalente, devido à diversidade inerente aos atores que constituem a rede.

Como tal, será sempre necessário ter em atenção estas singularidades, pois apesar da cooperação, ser geralmente mediada por um conjunto de normas protocoladas há por vezes aspetos específicos, ligados não só à diferenciação identitária, como à própria territorialidade, que conduzem à criação de subgrupos organizacionais.

Na investigação que efetuamos no terreno (Arco, 2011), verificámos após efetuada a triangulação dos dados, que a ação cooperativa na rede, emerge essencialmente como resultado não só dos objetivos inicialmente acordados entre as organizações envolvidas, como

estava igualmente associada, a laços de cariz mais informal, estabelecidos entre os dirigentes das mesmas.

Tal situação levou-nos a refletir e tendo em conta o aludido por Krackhardt e Hanson (1993) sobre as redes formais e informais que se estabelecem nos quotidianos onde se desenvolve a ação cooperativa.

Uma vez que além do protocolado, estava subjacente a ação humana, permeada por valores simbólicos e ideológicos estreitamente ligados à profissão, uma vez que se tratava de um contexto de formação, olhamos numa perspetiva Goffmaniana, para lá do palco, no sentido de perceber como eram efetuadas estas interações e conversações sempre que o conflito estivesse potencialmente subjacente (Goffman, 1993).

Constatámos que estas redes condicionavam e eram condicionadas tanto pelas normas previamente estabelecidas como por valores, que influenciavam as condutas sociais e as relações que se estabeleciam, interferindo na operacionalização dos projetos em curso, agilizando-os muitas vezes através da rede informal pelas relações de amizade partilhadas entre os atores envolvidos. Tal sistema de ação, resultou numa partilha de informação não uniforme dentro da rede, condicionadora de poderes desiguais no que diz respeito às organizações envolvidas e por vezes levavam ao assumir de posturas individualistas, claramente opostas à própria filosofia da cooperação.

Tal cenário remete-nos, numa perspetiva reflexiva para as questões relacionadas com dilemas, assimetrias e até controvérsias ligas aos processos de cooperação.

Segundo a EU (2009, p. 119/4), a cooperação europeia a desenvolver até 2020, no domínio da educação e da formação, aos mais diversos níveis (no caso desta reflexão que aqui apresentamos, interessa-nos particularmente ao nível do ensino superior), deverá integrar a aprendizagem ao longo da vida, efetuada em todos os contextos. No seu objetivo estratégico numero quatro “Incentivar a criatividade e a inovação, incluindo o espírito empreendedor, a todos os níveis de educação e formação”, são salientadas as potencialidades da criatividade e da inovação, enquanto motores de desenvolvimento económico sustentável. É ainda salientada a necessidade de assegurar tanto a aquisição de competências por parte dos

cidadãos, como o desenvolvimento e operacionalização do triângulo do conhecimento: inovação/investigação/educação, envolvendo o mundo empresarial e a sociedade civil.

Na reflexão que aqui efetuamos, estão envolvidas organizações de educação, mas também empresariais ligadas à prestação de cuidados de saúde, que inerentemente integram a própria sociedade civil.

Associando estes fatores à própria filosofia do ensino politécnico, verificamos que a formação em saúde, pelo cariz prático que envolve, e estabelecido no caso da enfermagem europeia pela Diretiva 2005/36/CE, está intimamente ligado às organizações de saúde. Tendo ainda em conta que cada vez mais se valoriza também a própria mobilidade dentro do espaço europeu, constituindo este o primeiro objetivo estratégico do Education and Training da EU (2009), é necessário mobilizar estratégias para que tais objetivos se tornem realidade até 2020.

As dinâmicas identificadas pela investigação realizada no contexto circunscrito a um distrito, trouxeram também à luz e complementando outras dimensões já anteriormente apresentadas, um conjunto de aspetos mais e menos positivos condicionadores dos efeitos da cooperação, referindo como potencialidades, a partilha de informação, a reflexão e troca de experiências, oferecendo oportunidade de valorização para profissionais e organizações envolvidas, contribuindo para o desenvolvimento técnico, auto e heteroformação. Por outro lado foram salientados como constrangimentos, a interação pouco sistematizada, bem como algumas situações de individualismo organizacional como efeito constrangedor das dinâmicas de difusão do conhecimento gerado no terreno, assim como a escassez da investigação conjunta (Arco 2011).

Desta forma e comparando diretrizes macro e os dados que embora numa perspetiva micro se integram num contexto de cooperação para a formação, verificamos uma desarticulação estrutural profunda entre o discurso do espectável e do desejável e a realidade das relações quer formais quer informais estabelecidas no terreno.

Como tal e no sentido de ultrapassar os dilemas e constrangimentos encontrados no contexto aqui analisado, propomos uma intervenção sustentada tanto nas potencialidades como nos constrangimentos identificados.

Será então necessário, mobilizar todo um capital subjacente à rede micro e tão essencial ao desenvolvimento das organizações como da comunidade envolvente. Isto para numa fase seguinte, podermos apostar em redes interorganizacionais de cooperação que ultrapassem as barreiras distritais e nacionais.

### **Considerações finais**

As redes de cooperação são hoje uma realidade inquestionável, contudo não constituem uma inovação, pois já há uma década Santos considerava que “a cooperação nas organizações pode ser considerada um destino inelutável” (Santos 1999, p. 108).

Como tal, também o Ensino Superior, não pode nem deve ser alheio a esta corrente, pois se consultarmos os objetivos estratégicos destas organizações, assim como os informativos com diretrizes Europeias, verificamos que a interação Universidade ou Politécnico/ Empresas/Centros de Investigação, assim como a própria internacionalização, compõem os discursos e documentos que estão na ordem do dia.

Por tudo isto, a aposta na vertente e na ação cooperativa terá obrigatoriamente que se constituir uma realidade, mas uma realidade efetiva, eficaz e profícua, para que se possa tornar, pilar sustentável da inovação e do desenvolvimento de todos os envolvidos e das próprias comunidades.

Para tal, sustentados na avaliação efetuada e a efetuar em experiências e investigações realizadas num contexto mais micro, será necessário definir estratégias de ação, que contemplem as potencialidades de todo um capital social subjacente, a fim de construir redes de cooperação interorganizacional, envolvendo o triângulo ensino/investigação/empresas.

Será ainda necessário para que esta cooperação funcione, o uso de formas transparentes e acessíveis de trabalho em rede, incentivando ao mesmo tempo a mobilidade como forma de potenciar a aprendizagem ao longo da vida, bem como a divulgação e expansão do conhecimento produzido, só assim as *Redes de Conhecimento*, promotoras da inovação e do desenvolvimento, se constituirão uma realidade efetiva.

## Referências bibliográficas

Aldrich, H. e Pfeffer, J. (1976). Environments of organizations. *Annual Review of Sociology*, 2, 79-105.

Arco, H. (2011). *Tecendo Redes- As relações interorganizacionais de cooperação para a formação em enfermagem*. Tese de Doutoramento em Sociologia, Universidade de Évora, Évora.

Croizier, M. e Friedberg, E. (1977). *L'acteur et le système*. Paris: Le Seuil.

Ebers, M. (ed.) (2002a). *The formation of inter- organizational networks*. Oxford: University Press.

Ebers, M. (2002b). Explaining inter-organizational network formation. In Ebers, M. (ed.), *The formation of inter-organizational networks* (pp. 3-40). Oxford: University Press.

Ebers, M. e Grandori, A. (2002). The forms, costs, and development dynamics of inter-organizational networking. In Ebers, M. (ed.), *The formation of inter- organizational networks* (pp. 265-286). Oxford: University Press.

European Union [EU] (2009). *Education and Training 2020*. Council conclusions of 12 May 2009 on a strategic framework for European cooperation in education and training ("ET 2020"), pp. 119-2, 119-9. Acedido em 26-9-2011 em [http://europa.eu/legislation\\_summaries/education\\_training\\_youth/general\\_framework/ef0016\\_pt.htm](http://europa.eu/legislation_summaries/education_training_youth/general_framework/ef0016_pt.htm)

Fialho, J. (2008). *Redes de cooperação interorganizacional: O caso das entidades formadoras do Alentejo central*. Tese de Doutoramento em Sociologia, Universidade de Évora, Évora.

Friedberg, E. (1995). *O poder e a regra: Dinâmicas da acção organizada*. Lisboa: Instituto Piaget.

Goffman, E. (1993). *A Apresentação do Eu na Vida de Todos os Dias*. Lisboa: Relógio de Água

Hall, R. (1990, Outubro-Dezembro). Desarrollos recientes en teoría organizacional: Una revisión. *Ciencia y Sociedad*, XV (4), 376-411.

Lazega, E. (1998). *Réseaux sociaux et structures relationnelles* (1.ª edição). Paris: Press Universitaires de France.

Krackhardt, D. e Hanson, J. (1993, July-August). Informal networks: The cowpony behind the chart, *Harvard Business Review*, 71 (4), 104-111.

Molina, J. (2001). *El análisis de redes sociales: Una introducción*. Barcelona: Ediciones Belaterra.

Moreira, P. e Corvelo, S. (2002). *Cooperação interorganizacional: Das trajetórias às redes*. Lisboa: Inofor.

Neto, M. e Truzzi, O. (2002, Abril). Perspectivas contemporâneas em análise organizacional. *Gestão & Produção*, 9 (1), 32-44.

Parlamento Europeu e Conselho da União Europeia (2005). Directiva 2005/36/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 7 de Setembro de 2005 relativa ao Reconhecimento das Qualificações Profissionais. *Jornal Oficial da União Europeia*, série L, 255, 22-142.

Ring, P. (2002). Processes facilitating reliance on trust in inter-organizational networks. In Ebers, M. (ed.), *The formation of inter-organizational networks* (pp. 113-145). Oxford: University Press.

Santos, N. (1999). *Identidade e cooperação: Individual e colectivo em contextos organizacionais*. Tese de Doutoramento em Psicologia, Universidade de Évora, Évora.

Varanda, M. (2005). La réorganisation du petit commerce en centre-ville. *Revue Française de Sociologie*, 46 (2), 325-350

#### **Notas sobre a autora**

Helena Maria de Sousa Lopes Reis do Arco

[helenarco@essp.pt](mailto:helenarco@essp.pt)

Professora Adjunta na Escola Superior de Saúde do Instituto Politécnico de Portalegre.

Doutora em Sociologia pela Universidade de Évora, Mestre em Sociologia pela mesma Universidade, Licenciada em Enfermagem e Especialista em Enfermagem Comunitária. Investigadora do Centro Interdisciplinar de Investigação e Inovação do Instituto Politécnico de Portalegre. Colabora também com o CESNOVA. Tem nos últimos anos desenvolvido os seus trabalhos em torno das questões relacionadas com as redes sociais no âmbito da saúde. Os seus atuais interesses de pesquisa situam-se na área da Sociologia da Saúde e Enfermagem nomeadamente na linha das experiências vividas pelas pessoas em situação de doença ou vulnerabilidade.

# Flexibilidade Cognitiva e Rendimento Escolar: estudo com alunos do Instituto Politécnico de Portalegre<sup>1</sup>

## Cognitive Flexibility and Academic Performance: study with students of the Polytechnic Institute of Portalegre

Cristina Gama Guerra

### Resumo

Este estudo analisa a relação existente entre resultados de provas cognitivas e rendimento académico. A avaliação cognitiva considerou os resultados obtidos na Prova de Desempenho da Flexibilidade Cognitiva, que mede: (i) a capacidade do sujeito para estar atento aos diversos estímulos presentes nos contextos de vida dos sujeitos; (ii) capacidade de representar mentalmente de várias formas o mesmo estímulo e (iii) repertório de respostas perante uma mesma situação. O rendimento académico foi avaliado a partir das notas de acesso ao ensino superior, média atual no curso frequentado e notas nas disciplinas do 12º ano. Os coeficientes de correlação apontam para uma maior associação entre as notas de acesso ao ensino superior nas disciplinas de conteúdo curricular com maior aproximação ao conteúdo dos itens que constituem a prova de desempenho. Estes resultados sugerem a importância da flexibilidade cognitiva para o desempenho académico, mas sugerem igualmente a importância de variáveis não estritamente cognitivas, eventualmente variáveis dos próprios contextos de ensino aprendizagem como explicativas do rendimento académico.

**Palavras chave:** flexibilidade cognitiva; rendimento académico; sucesso escolar.

### Abstract

This study examines the relationship between scores on cognitive tests and academic achievement. The cognitive assessment considered the scores in the Test Performance of Cognitive Flexibility, measuring: (i) the ability of the subject to be aware of the various stimuli present in the contexts of life of individuals, (ii) ability to mentally represent in many ways the same stimulus and (iii) repertoire of responses to the same situation. The academic achievement was evaluated from the notes of access to higher education, current average in course taken and grades in the subjects of the 12th year. The correlation coefficients indicate a greater association between notes of access to higher education in the subjects of curricular content similar to the items which were assessed by the cognitive tests. These results suggest the importance of cognitive flexibility for academic achievement, but also suggest the importance of variables not strictly cognitive, eventually variables which are a result of the contexts of teaching and learning, as explanatory of academic achievement.

**Key words:** cognitive flexibility; academic achievement; school success

### Introdução

Se existe, por parte dos autores que estudam a Flexibilidade Cognitiva (FC), um consenso quanto à sua importância no funcionamento eficaz dos indivíduos, o construto não reúne na literatura unanimidade quanto à forma como o definir e consequentemente quanto ao modo como o avaliar.

O estudo da FC nos seus primórdios encontra-se associado ao estudo da criatividade. A FC foi entendida (Guildford, 1959; Thurstone, 1951) como uma competência chave do comportamento criativo. Existem vários tipos de FC (Murray e Russ, 1981), Guildford

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no III Seminário de I&DT, organizado pelo C3i – Centro Interdisciplinar de Investigação e Inovação do Instituto Politécnico de Portalegre, realizado nos dias 6 e 7 de Dezembro de 2012.

(1959) identificou um tipo de pensamento flexível a que chamou pensamento divergente e que envolve a capacidade de utilização da atenção difusa, permitindo ao indivíduo gerar um maior e mais original número de ideias. Uma componente importante do pensamento divergente é o processo primário do pensamento, identificado por Freud (1946) e sistematizado por Kris (1952) caracterizado por (i) tendência à gratificação imediata e (ii) mobilidade catártica (*Mobility Cathexis*). A ligação existente entre o pensamento divergente e o processo primário do pensamento encontra-se na flexibilidade catártica (*flexibility of cathexis*), isto é, a capacidade de transferência de uma situação/pessoa, para outra situação/pessoa.

Ainda hoje a flexibilidade cognitiva é entendida como crucial quer na criatividade do quotidiano, como na criatividade extraordinária. A FC ajuda a perceber quando as recompensas se alteram e se torna necessário redirecionar a atenção, encontrando-se novas soluções para problemas usais e inusais, é igualmente importante na criação de novas ideias e na abrangência de várias categorias permitindo um olhar original.

Mednick (1962) identificou outro tipo de FC que denominou fluência associativa que se refere à capacidade do indivíduo para encontrar ligações entre associações distantes. O processo primário e secundário do pensamento são componentes importantes deste tipo de FC. O processo secundário do pensamento (Freud, 1946; Kris, 1952) é caracterizado pela (i) capacidade de adiar e (ii) vinculação catártica, ou falta de mobilidade no objeto e na forma de descarregar energia (Arlow e Brenner, 1964) O processo primário do pensamento, neste tipo de FC, permite ao indivíduo gerar ideias ou associações, enquanto o processo secundário corresponde à capacidade de análise (estádio avaliativo ou convergente).

Em 1959, Frick, Guilford, Christensen, Merrifield publicaram um estudo sobre análise fatorial da flexibilidade, e uma taxonomia de tarefas relacionadas. Distinguiram entre flexibilidade adaptativa e espontânea. A primeira entendida como a capacidade para produzir/efetuar um conjunto de mudanças de forma a responder às exigências impostas pelas alterações dos problemas/situações; a segunda como a capacidade para produzir uma diversidade de ideias relativamente a uma situação não estruturada.



Esta distinção é recorrente na literatura, Phillips, Bull, Adams e Fraser (2002) distinguem entre flexibilidade espontânea e controlada justificando que os processos básicos subjacentes à atenção e ao controlo/recompensa são distintos (Rogers e Blackshaw, Middleton, Matthews, Hawtin, Crowley e cols, 1999; Ranza e Carter, 2008). Os processos de controlo/recompensa dizem respeito à aprendizagem efetuada pelo indivíduo da relação existente entre estímulo e recompensa, enquanto os processos de controlo se referem à capacidade de relocar a atenção em torno de novas e relevantes características dos estímulos ambientais (Rogers e cols, 1995)

Surge ainda na literatura a distinção entre flexibilidade associativa (espontânea), controlada e de atenção. A flexibilidade associativa envolve a capacidade para romper com um conjunto usual de associações criando novas associações, é caracterizada por uma afinidade com o novo e inusual, ideias novas são tidas como fazendo parte da solução. As alterações são ativadas inconscientemente e sem esforço. A flexibilidade associativa é entendida como a capacidade de atender novos estímulos ou novas características de estímulos conhecidos, as alterações decorrem de imposições ambientais. Por sua vez a flexibilidade controlada diz respeito à capacidade de ajustar associações entre estímulos e recompensas, inibindo pensamentos perseverantes.

Esta distinção encontra-se sustentada no substrato cerebral, a flexibilidade de atenção está associada ao estriado dorsal e ao córtex pré-frontal dorso central (Cools, Barker, Sahakian e Robbins, 2003), a flexibilidade controlada ao estriado ventral e córtex orbitofrontal (Cools e cols, 2001). Estes dois tipos de flexibilidade são entendidos como funções executivas, permitindo um controlo da regulação da cognição (Phillips, 1997), ainda que as estratégias de regulação possam alterar de um processo controlado para um processo automatizado.

Da mesma forma que outras funções executivas, julga-se possível existir uma relação entre elas e a inteligência fluida (Robbitt, 1997)

A literatura refere ainda a existência de outros tipos de flexibilidade cognitiva: (i) flexibilidade avaliativa, capacidade para re-avaliar as mesmas coisas, (ii) flexibilidade espacial, facilidade para reconstruir configurações espaciais e (iii) flexibilidade temporal, variabilidade no ritmo.

Se tomarmos a classificação internacional de funcionamento, de incapacidade e de saúde, a flexibilidade cognitiva (*b1643*) é entendida como uma função mental que permite mudar estratégias, alterar cenários mentais, especialmente os envolvidos na solução de problemas.

Murray (1990) considera que a flexibilidade cognitiva se reflete na capacidade de entendimento das relações entre conceitos e, de forma contrária, na percepção das distinções entre eles. Esta definição é similar à de Spiro (1991), que considera a flexibilidade cognitiva como a capacidade para representar o conhecimentos de diferentes perspectivas conceituais, e ainda a capacidade de o representar em casos, para, de seguida, o aplicar de forma a dar resposta aos problemas ou situações vivenciadas. A principal distinção entre estes dois conceitos tem a ver com o imediatismo. Para Spiro o *insight* resultante da flexibilidade é usado, não no momento da representação do conhecimento, mas à posterior, quando surge uma situação idêntica ou similar aquela onde o conhecimento foi adquirido (Spiro, 1991).

Spiro e colaboradores (Spiro, Vispael, Schimtz, Samarapungavan e Boerger, 1988:378) definiram flexibilidade cognitiva como a capacidade que, perante uma nova situação, permite reestruturar o conhecimento a fim de a solucionar: *“Cognitive flexibility involves the selective use of knowledge to adaptively fit the needs of understanding and decision making in a particular situation”*. Em 1990 Spiro e Jehng (165) acentuam a reflexão sobre o conceito ao proporem que *“by cognitive flexibility, we mean the ability to spontaneously restructure one’s knowledge, in many ways, in adaptive response to radically changing situational demands”*.

Martin e Rubin (1995) definem FC como capacidade para (i) pensar que existem várias formas para lidar com a situação; (ii) ter vontade de se adaptar e ser flexível em novas situações e (iii) auto-percepção de auto-eficácia ”(Martin e Anderson, 1998, 2001; Martin, Anderson e Thweatt, 1988; Martin e Rubin, 1995).

Na mesma linha Dillon define o modelo das três componentes da flexibilidade cognitiva. O modelo insere-se num outro, “Modelo dos Múltiplos Componentes de Processamento de Informação”, sustentado na teoria triarquica de Sternberg que é composto por seis componentes: (i) codificação, (ii) inferência de regras; (iii) aplicação

de regras; (iiii) aplicação de regras; (iiiiii) aprendizagem e (iiiiiii) flexibilidade. Esta última, por sua vez, composta por três componentes: (i) codificação flexível; (ii) combinação flexível e (iii) comparação flexível.

Esta divisão resulta de pesquisas anteriormente efetuadas por outros autores (Cosden, 1979; Murray, 1990 e Spiro, 1991) que, no entanto, as englobaram numa única componente. Dillon (1992), considera que é possível analisar individualmente cada uma das componentes referenciadas no modelo.

Genericamente Dillon (1992) define flexibilidade cognitiva como a capacidade do indivíduo para (i) definir os atributos do estímulo de várias formas; (ii) gerar mais do que uma estratégia e (iii) alterar de estratégia sempre que as exigências ambientais o justifiquem.

Para Sternberg e Pawell (1983) a flexibilidade cognitiva pode ser definida como a capacidade para alterar representações mentais de forma a atender às alterações ambientais e manter representações mentais quando as alterações são irrelevantes.

De acordo com Cañas, Quesada, Antoli e Fajardo (2003) a Flexibilidade cognitiva é a capacidade de adaptação de estratégias do processo cognitivo face a novas e inesperadas condições ambientais. Esta definição envolve três conceitos importantes: a flexibilidade cognitiva é (i) uma habilidade que implica processos de aprendizagem, é possível ser adquirida através da experiência; (ii) envolve a adaptação de estratégias do processo cognitivo. A estratégia, no contexto desta definição é a *sequence of operations which search throug a problem space* (Payne, Bettman e Johnson, 1993). A flexibilidade cognitiva refere-se, então, refere-se às mudanças complexas no comportamento e não a respostas usuais. (iii) a adaptação ocorre quando surgem alterações inesperadas no contexto, e depois de o sujeito realizar aquele tipo de tarefa durante algum tempo.

Genericamente pode-se afirmar que a FC é uma função executiva que remete para funções corticais superiores responsáveis pelo controlo consciente do pensamento, ação e emoção. Sendo, por isso, uma função essencial no planeamento, controlo de inferências, regulação da atenção e inibição de ações inadequadas. Podem ser considerados dois tipos de FC: (i) representação flexível, relacionada com a capacidade

de alterar o foco da atenção (muitas vezes denominada atenção flexível – Zelazo, Reznick e Spinazzolo, 1998) e (ii) flexibilidade de resposta.

Assumimos, neste estudo, uma definição própria de flexibilidade cognitiva que procura contribuir para uma leitura compreensiva mais alargada do conceito. As abordagens atomistas tiveram o mérito de identificar e caracterizar diferentes elementos inerentes a este conceito, nomeadamente a vertente adaptativa e a vertente cognitiva. A definição que adotámos pretende dar uma visão mais holística e sistémica, representando a complexidade e o dinamismo do conceito, integrando, por um lado, os elementos processuais, nomeadamente os metacomponentes responsáveis pela análise das situações problema, representação mental das mesmas, (r)estruturação da informação, e seleção das respostas, por outro os elementos experienciais, isto é, os conhecimentos declarativos e procedimentais relativos à resolução das situações problema, e os elementos contextuais onde se incluem um conjunto de situações em que se manifesta a presença da FC

Assumimos uma definição de flexibilidade cognitiva enquanto função cognitiva superior que influi na forma como o conhecimento é rececionado, representado, (r)estruturado e na elaboração de respostas. Consideramos que a flexibilidade cognitiva inclui três dimensões:

1. flexibilidade de atenção – implica um processo de atenção e seleção, envolve a capacidade do indivíduo de estar atento, selecionar, filtrar, focalizar, alocar e refinar a integração dos estímulos.

A flexibilidade de atenção (i) capacidade de procura ampla, atenta a diversos elementos e nunca muito focalizada; (ii) capacidade do indivíduo para aceitar a ambiguidade e as novas experiências; (iii) capacidade para realizar processos de síntese perceptiva em direções alternativas ou de organização de dados aparentemente difusos.

2. flexibilidade de representação – avalia a capacidade de análise, síntese, armazenamento e recuperação da informação. Mede, desta forma, a capacidade de desconstrução e reconstrução das informações captadas e ou armazenadas.

Esta dimensão avalia a capacidade do sujeito para (i) perceber a relação entre os conceitos, e a distinção entre eles; (ii) capacidade para representar o conhecimento de diferentes perspetivas conceituais.

- flexibilidade de resposta – mede a capacidade de gerar estratégias, planos, programas de elaboração, regulação, execução, controlo e monitorização; mede igualmente a capacidade de decidir e executar.

A flexibilidade de resposta inclui a capacidade do sujeitos para (i) gerar mais do que uma estratégia para a resolução de problemas e ou tomadas de decisão e (ii) alteração de estratégia quando as exigências ambientais o justificarem.

## Método

### Amostra

A amostra é composta por 345 alunos pertencentes a três das escolas do Instituto Politécnico de Portalegre (IPP): Escola Superior de Tecnologia e Gestão (ESTGP, n=122), Escola Superior de Educação (ESEP, n=92) e Escola de Saúde (ESP, n=131), 254 do sexo feminino e 91 do sexo masculino, com idades compreendidas entre os 18 e os 45 anos (M=21.30; DP5,093). A aleatorização da amostra foi feita com base na disponibilidade dos professores do instituto para a utilização do seu tempo letivo, e voluntariado dos alunos das turmas.

A caracterização da amostra por curso pode ser observada na tabela que se segue

Amostra	N	Ano			idade		Sexo		Rendimento académico		Nota de Acesso ao Ens. Sup					
		1 <sup>a</sup>	2 <sup>a</sup>	3 <sup>a</sup>	M	DP	M	F	M	DP	Min.	Max.	M	DP	Min.	Max
DC	38	14	19	5	20,71	1,11	27	11	13,25	1,03	12,00	15,00	15,63	1,23	12,00	16,50
DAM	24	17	7		19,71	1,32	16	8	13,25	1,22	11,00	15,00	14,01	1,15	12,00	17,00
Enferm.	131	72		59	21,43	2,03	15	116	14,12	1,36	12,30	16,00	13,54	1,28	11,80	17,70
S.S	60	26	32	2	21,03	2,24	9	51	13,54	1,28	10,00	16,00	13,46	1,38	11,20	18,50
jornalismo	19		19		24,74	2,50	4	15	13,18	1,36	11,60	14,00	14,20	1,41	13,00	16,40
RPS	3	3			20	1,01		3	12,48	1,02	12,00	14,80	13,1	1,49	12,00	14,80
EERA	21	4	15	2	21,43	1,22	12	9	11,20	1,47	10,00	15,00	12,31	1,51	11,00	14,30
Bio	6		6		22,17	1,04	2	4	11,7	1,12	11,00	13,00	12,37	1,20	10,50	13,80
Ed. Bás	13	13			21,77	1,78		13	11,9	1,07	11,00	14,00	12,3	1,42	11,00	14,00
APM	17	9	6	2	22,71	1,82	7	10	12,3	1,21	11,5	15,00	11,3	1,78	10,00	15,00
Eng.civil	13		11	2	23,69	2,31	12	1	11,7	1,16	11,00	13,30	12,3	1,12	11,9	14,00

## **Instrumento**

A Prova de Desempenho da Flexibilidade Cognitiva (PDFC; Guerra, 2012) aplicada neste estudo pretende avaliar a flexibilidade cognitiva como um processo mental, tomando em consideração as relações existentes entre flexibilidade de atenção, flexibilidade de representação e flexibilidade de resposta, anteriormente definidas. A prova inclui seis situações, três verbais e três pictóricas. A avaliação das respostas certas dos sujeitos entra em conta com a quantidade e qualidade das performances. Desta forma são consideradas válidas todas as respostas que não repetem conteúdos ou categorias.

## **Procedimento**

A PDFC, e o questionário de caracterização da amostra foram aplicados coletivamente, em contexto de sala de aula, utilizando os tempos letivos cedidos pelos professores. Antes da aplicação dos mesmos os alunos foram informados do objetivo do estudo, da confidencialidade dos dados e da possibilidade de poderem não participar, salvaguardando-se, desta forma, o carácter voluntário exigido neste tipo de estudos.

Não surgiram dificuldades nem no preenchimento do questionário de recolha de dados de identificação pessoal, nem na aplicação da PDFC. As situações que incluem a PDFC foram lidas em voz alta pelo investigador, bem como as instruções para o seu preenchimento. Os testandos foram informados que cada uma das situações incluídas na PDFC tem tempo limite de resposta, pelo que só findo esse tempo se pode passar a responder à situação seguinte. A aplicação da prova teve uma duração de 31 minutos.

A recolha dos dados ocorreu entre os meses de Abril e Julho de 2012.

## **Resultados**

Os resultados foram tratados de forma a entender se havia uma relação entre FC e resultados académicos. No quadro, que se segue, apresentamos os coeficientes de correlação dos resultados entre o total na prova de desempenho da flexibilidade cognitiva (TPDFC), e os totais nas subescalas verbais (TPDFC1) e pictóricas (TPDFC2) e as média de ingresso no ensino superior (MI), média atual no curso (MA) e a média

nas disciplinas de 12ºano. As disciplinas que usámos para correlação foram aquelas onde a amostra era superior a 40 alunos (foram assim seleccionadas as disciplinas de matemática –12º Mat-, português –12º Port-. Educação física – 12ºEF- Área projeto - 12ºAP-, e Inglês – 12ºIng).

**Quadro II Correlações**

	TPDFC	TPDFC1	TPDFC2	MI	MA	12ºMat	12ºPort	12ºEF	12ºAP	12ºPsic	12ºIng
TPDFC	1										
TPDFC1	,872**	1									
TPDFC2	,838**	,463**	1								
MI	,396**	,312**	,300	1							
MA	,242**	,213**	,155	,525**	1						
12ºMat	,434**	,305**	,302**	,424**	,295	1					
12ºPort	,303**	,227**	,225**	,386**	,334*	,277*	1				
12ºEF	,117	,091	,059	,217*	,160	,059	,091	1			
12ºAP	,127	,083	,045	,068	,085	,091	,183	,094	1		
12ºPsic	,364*	,303**	,254**	,474**	,474*	,244	,680**	-,066	,035	1	
12ºIng	,736*	,567**	,315**	,344	,751	,585	,231	,508	-,116	,132	1

\*\*p<.001; \*p<.005

Conforme pode ser observado no quadro II os coeficientes obtidos são consideráveis e apresentam-se estatisticamente significativos entre o total da prova de desempenho da flexibilidade cognitiva, a média de ingresso no ensino superior, a média atual no curso, e as disciplinas de português, matemática, psicologia e inglês de 12ºano. Sugerindo, portanto uma relação entre processos cognitivos, rendimentos e sucesso académico, como seria expectável.

Estes resultados não nos permitem porém afirmar da existência de uma dependência funcional, isto é, de uma relação de causalidade entre os conceitos. Esta preocupação, e tendo por base o propósito desta investigação, remeteu-nos para o estudo da análise de regressão linear (através do método *stepwiser*). Realizámos quatro regressões lineares, utilizando sempre o mesmo procedimento. Primeiro tomamos como variável independente o total na PDFC, o total nas situações verbais (TPDFC1), o total nas situações pictóricas (TPDFC2) e a média de ingresso no curso como variável dependente e, na segunda tomámos as mesmas variáveis independentes e a variável dependente a média atual no curso. O mesmo exercício foi feito, mantendo as variáveis

independentes e tomando como variáveis dependentes as notas no 12º ano nas disciplinas de matemática, inglês, português e psicologia.

A variável independente que entrou no modelo explicativo da média de ingresso no curso foi apenas o total na PDFC, os valores apresentados revelam um valor de  $R^2=.221$  ( $F=22,325$ ;  $p<0,01$ ). No quadro III apresentamos os coeficientes de regressão (coeficiente beta), os valores da estatística t e p, para cada uma das variáveis que entraram na equação, assim como o coeficiente de determinação ( $R^2$ ).

**Quadro III- Análise de regressão**

<b>Preditores</b>	<b>R2</b>	<b>Beta</b>	<b>t</b>	<b>sig</b>
<b>Total PDFC</b>	.221	,772	2,562	,000

A variável independente que entrou no modelo explicativo da média de atual no curso foi também apenas o total na PDFC, os valores apresentados revelam um valor de  $R^2=.157$  ( $F=10,789$ ;  $p<0,01$ ). No quadro IV apresentamos os coeficientes de regressão (coeficiente beta), os valores da estatística t e p, para cada uma das variáveis que entraram na equação, assim como o coeficiente de determinação ( $R^2$ ).

**Quadro IV- Análise de regressão**

<b>Preditores</b>	<b>R2</b>	<b>Beta</b>	<b>t</b>	<b>sig</b>
<b>Total PDFC</b>	.157	,396	3,285	,000

A variável independente que entrou no modelo explicativo da nota de português de 12º ano foi o total na subescala verbal da PDFC (TPDFC1), os valores apresentados revelam um valor de  $R^2=.151$  ( $F=12,289$ ;  $p<0,01$ ). No quadro V apresentamos os coeficientes de regressão (coeficiente beta), os valores da estatística t e p, para cada variável que entrou na equação, assim como o coeficiente de determinação ( $R^2$ ).

**Quadro V- Análise de Regressão**

<b>Preditores</b>	<b>R2</b>	<b>Beta</b>	<b>t</b>	<b>sig</b>
<b>Total PDFC1</b>	.151	,227	3,506	,000

No modelo explicativo da nota de psicologia do 12º ano, a variável independente, depois de todas as outras excluídas, foi o TPDFC1, ou seja, o total na subescala verbal



da prova. Os valores apresentados revelam um valor de  $R^2$ . 111( $F=9,473;p<.001$ ). O quadro que se segue apresenta os coeficientes beta, os valores estatísticos t e p, para a variável que entrou na equação, e o coeficiente de determinação ( $R^2$ ).

**Quadro VI- Análise de Regressão**

<b>Preditores</b>	<b>R2</b>	<b>Beta</b>	<b>t</b>	<b>sig</b>
<b>Total PDFC1</b>	.111	,333	3,078	,000

No estudo feito com a nota de 12º de matemática e inglês o modelo excluiu todas as variáveis independentes.

### **Discussão e Conclusões**

As análises efetuadas permitem corroborar os resultados encontrados na literatura que referem a existência de uma correlação moderada, com significado estatístico, entre processos mentais e medidas de realização acadêmica (Almeida, 1988, 1996, Hezlett e Ones, 2004). Foi igualmente possível constatar a existência de correlações mais elevadas em função da similitude do conteúdo dos itens, com o conteúdo das provas, daí que nas disciplinas de português e psicologia o modelo explicativo tenha apenas retido o TPDFC1, ou seja o total na subescala verbal. Se atendermos ao modelo explicativo das médias de ingresso e atual no ensino superior, este retém apenas o total da PDFC.

Os resultados também confirmam, tendo em conta, os valores da regressão, a presença de muitas outras variáveis necessárias a um bom entendimento do rendimento académico, ou sucesso escolar.

A necessidade/importância do pensamento flexível surge como uma necessidade premente em contextos atuais caracterizados pela mudança, que ocorre muitas vezes de forma imprevisível. A FC é uma competência chave na vida quotidiana que permite ajustar o comportamento às exigências (Kloo, Perner, Aichhorn e Schmidheber, 2010), é igualmente necessária para a resolução eficaz de problemas, no comportamento criativo, na eficácia comunicacional ou na interação social.

A rigidez de pensamento, inflexibilidade cognitiva, origina estruturas cognitivas disfuncionais resultando em problemas de adaptação (Cañas, Quesada, Antoli e Fajardo, 2003). A importância do pensamento flexível é evidente na resolução de problemas em diversos contextos, para se poder adaptar aos contextos o sujeito tem que ser capaz de combinar estímulos ou elementos de forma a definir caminhos possíveis para uma melhor resolução das situações.

Em contexto académico encontramos referência à necessidade da FC por exemplo em Bruner (1987) que alertou para a necessidade da compreensão profunda ou significativa, isto é, para um conhecimento das coisas que só existe quando o sujeito é capaz de o utilizar em diferentes contextos, ou seja, quando tem um conhecimento flexível dos conteúdos. Esta ideia de Bruner é central na obra de Gardner (1991,1993), que reforça a ideia de que o aluno necessita não apenas de reproduzir conhecimento mas transferi-lo para outras situações.

## **Bibliografia**

Almeida, L.(1998). *O Raciocínio diferencial dos jovens: Avaliação, desenvolvimento e diferenciação*. Porto. Instituto Nacional de Investigação Científica.

Almeida, L. (1992). Inteligência e aprendizagem: dos seus relacionamentos à sua promoção. *Psicologia. Teoria e Pesquisa*, Vol8, pp272-292

Almeida, L.. & Freira, T. (2003). *Metodologia da investigação em psicologia e educação* (3ªedição revista e ampliada). Braga. Psiquilíbrios.

Cools, R., Barker, R., Sahakian, B. & Robbins, T. (2001). Mechanisms of cognitive set flexibility in Parkinson's disease. *Experimental Psychology*, 124, 2503-2512.

Cañas, J., Antoli, A. & Fajardo, L. (2003). Cognitive Flexibility and the development and the use of strategies for solving complex dynamic problems: effects of different types of training. *Ergonomics Science*, 6(1). 95-108.

Dillon, R. (1992). A componential sub-theory of cognitive flexibility. *Technical Report*. 92-101. Carbondale, IL: Cognitive Processes Research Report.

Frick, J., Guidford, J., Christenseb, P. & Merrifield, P. (1959). A factor analytic study of flexibility in thinking. *Educational and Psychological Measurement*, 19(4), 469-496.

Gardner, H. (1991). *The unschooled mind. How children think and how school should teach*. New York: Basic Books.

Gardner, H. (1993). *Inteligências Múltiplas*. (1ªed, 1993). Barcelona: Ed Paidós.

Guildford, J.P.,(1959). Three faces of intellect. *American Psychologist*, 14, 469-479.

Kloo, D., Perner, J., Markus, A. Schmidhuber, N. (2010). Perspective taking and cognitive flexibility in the Dimensional Change Card Sorting (DCCS) task. *Cognitive Development* 25, 208-217.

Martin, M. & Anderson, C. (1998). The cognitive flexibility scale: three validity studies. *Communications Reports*, 11, 1-9.

Martin, M. & Rubin, R. (1995). Development communication flexibility scale. *Sothern Communication Journal*, 59, 171-178.

Martin, M.; Anderson, C. & Thweatt, K. (1998). Aggressive communication traits and their relationships with the cognitive flexibility scale and the communication flexibility scale. *Journal of Social Behavior & Personality*. 13 (3), 531-540.

Mednick, S.(1962). The associative basis of the creative process. *Psychological Review*, 69(3), 220-232.

Murray, J. & Russ, S. (1981). Adaptive regression and types of cognitive flexibility. *Journal of Personality assessment*, 41(1), 59-65.

Phillips, L. (1997). Do “frontal tests” measure executive function?: Issues of assessment and evidence from fluency tests. In. P. Rabbitt (Ed.), *Methodology of frontal and executive function* (pp.191-210). Hove, UK: Psychology Press.

Phillips. L., Bull, R.,Adams, E., & Sujana, M. (2002). Positive mood and executive function: Evidence from stroop and fluency tasks. *Emotion*, 2(1), 12-22.

Rogers, R., Blackshaw, A., Middleton, H., Matthews, K., Hawtin, K., Crowley, C. et al (1999). Tryptophan depletion impairs stimulus-reward learning while methylphenidate disrupts attentional control in healthy young adults: Implications for the monoaminergic basis of impulsive behavior. *Psychiatry: Interpersonal and Biological Processes*, 146, 482-491.

Spiro,R. & Jehng, J. (1990). Cognitive flexibility and hypertext: theory and technology for the nonlinear and multidimensional traversal of complex subject matter. In Don Nix & R. Spiro

(Eds), *Cognition, education, and Multimedia: Exploring ideas in High technology* (165-205). Hillsdale, NJ. Lawrence Erlbaum Associates.

Spiro, R. Coulson, P. e Feltovich, D. (1998). Cognitive flexibility theory: Advanced knowledge acquisition in ill- structured domains. *Educational Technology*. 31 (5), 24-33. Skordoulis, R. (2004). Strategic flexibility and change: an aid to strategic thinking or another managerial abstraction?. *Strategic change* 13, 253-258.

### **Notas sobre a autora**

crisrina.gama.guerra gmail.com;

Instituto Politécnico de Portalegre, Escola Superior de Tecnologia e Gestão (ESTGP);

Mestre em Psicologia do Desenvolvimento Pessoal e Profissional,

Doutoranda em Psicologia do trabalho e das organizações

Docente da ESTGP desde o ano de 2000;

Artigos públicos em atas de congresso nacionais e internacionais na área da psicologia cognitiva.

# **Instituições de Proteção a Crianças e Jovens em Risco: O caso da Colónia Correccional de Vila Fernando e o Reformatório Padre António Oliveira<sup>1</sup>**

## **Institutions for the Protection of Children and Youth at Risk: The Case of the Correctional Colony “Vila Fernando” and “Padre António Oliveira” Reformatory**

**Guilherme Trindade**

**Helder Henriques**

### **Resumo**

Esta comunicação visa apresentar as origens de duas instituições reformadoras de crianças e jovens em risco, numa perspetiva histórica. Analisamos o caso da Colónia Correccional de Vila Fernando e o exemplo do Reformatório Padre António de Oliveira. Do ponto de vista conceptual seguimos as perspetivas teóricas defendidas por Erving Goffman (1974) e Michel Foucault (1988). As fontes documentais assentam em três níveis: a análise da legislação, algumas monografias históricas e, ainda, ordens de serviço das respetivas instituições. Estas instituições responderam a uma necessidade socioeducativa de crianças e jovens em perigo moral. Para o efeito eram cumpridos um conjunto de regras apertadas como mecanismos de poder no interior destas instituições em regimes próprios de vivência.

**Palavras-chave:** educação; regeneração; moral; instituição

### **Abstract**

This communication aims to present the origins of two reformatory institutions for children and youth at risk in a historical perspective. We analyze the case of the Correctional Colony “Vila Fernando” and the example of “Padre Antonio de Oliveira” Reformatory. From the conceptual point of view we follow the theoretical perspectives advocated by Erving Goffman (1974) and Michel Foucault (1988). The documental sources are based on three levels: an analysis of legislation, some historical monographs and also orders of the respective institutions. These institutions have responded to a need for socio-children and youth in moral danger. For this, purpose they were completed a tight set of rules as mechanisms of power within these institutions own living arrangements.

**Keywords:** education; regeneration; moral; institution

### **Introdução**

A presente comunicação tem como objetivo central apresentar sumariamente o percurso histórico de duas instituições dedicadas à educação e proteção de crianças e jovens marginalizadas. Referimo-nos à Escola Correccional de Vila Fernando e à Escola de Reforma de Caxias. No fundo, pretendemos enquadrar estas instituições como instituições totais onde há um conjunto de princípios, rotinas, quotidianos e “cerimónias institucionais” que promovem a reabilitação do individuo com comportamentos desviantes ou “anormais”.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no III Seminário de I&DT, organizado pelo C3i – Centro Interdisciplinar de Investigação e Inovação do Instituto Politécnico de Portalegre, realizado nos dias 6 e 7 de Dezembro de 2012.

Este interesse pela “criança-problema” emergiu ao longo do século XIX. O Estado gradualmente sentiu a necessidade de controlar um problema social que era o crescente volume de crianças e jovens delinquentes, com vícios, mendigos, entre outros. As instituições que referimos vêm responder a esta necessidade na sequência de alguns modelos que circulavam internacionalmente.

A reabilitação social e moral das crianças e jovens só era alcançada se fossem afastados do meio que os viciava que promovia formas diversas de delinquência. Assim, Ernesto de Vasconcelos refere o seguinte:

“é no campo, longe de todas as seduções e onde não chegam os ecos da vida fácil, é aqui pela liberdade sã com que recebem os influxos divinos da luz e do ar que a saúde se cria e se restitue ás organizações defeituosas e rachistas dos antigos habitantes das cadeias, é toda a acção surpreendente da influencia pura dos meios naturais em imaginação vivas como as crenças e as dos adolescentes susceptíveis do bem, as mais bellas e delicadas emoções e as mais viris resoluções para o bem moral” (1905).

Esta citação é clara quanto às vantagens do isolamento dos indivíduos delinquentes e como estratégia reabilitadora dos mesmos. A necessária disciplina era mais facilmente inculcada em lugares onde não existissem distrações e onde os respetivos professores e monitores pudessem mais simplesmente agir sobre a própria vontade do individuo. Era preciso cansar o corpo e ocupar a mente em todos os momentos. A ideia de poder, enquanto exercício sobre o corpo e a mente, (Foucault, 2006) encontra-se aqui constantemente presente em articulação com o conceito de instituição total (Goffman, 1974). Uma instituição total é “local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, leva uma vida fechada e formalmente administrada” (Goffman, 1974: 11).

De acordo com este autor, todos os sujeitos caracterizam-se pelo controlo e regulação constantes. Devem obedecer a uma só autoridade, havendo um tratamento sem distinção e encontrando-se obrigados a desempenhar as mesmas tarefas em conjunto, em horários rigidamente estabelecidos, onde as atividades obrigatórias estão inscritas num só plano racional planeado para ir ao encontro dos objetivos oficiais da instituição. Outra característica das instituições totais prende-se com a divisão básica entre o grupo dos internados, que o autor caracteriza com um grande grupo controlado, e a equipa

dirigente, que tem a função de supervisionar apresentando-se em menor número (Goffman, 1974).

Em suma, as instituições como a Escola Agrícola de Vila Fernando ou a Escola de Reforma de Caxias integram-se neste conceito. O quotidiano dos internos era influenciado por uma equipa dirigente que exercia poder sobre cada um e todos os indivíduos, tentando reabilitá-los para a sociedade e conduzir-lhe a sua própria vontade (Foucault, 2006). Não obstante, vejamos agora o caso das instituições que referimos, numa perspetiva sociohistórica e com recurso a um conjunto de fontes documentais diversificadas.

## **2. Escola Agrícola/ Colónia Agrícola/ Colónia Correccional de Vila Fernando: apontamentos**

A Escola Agrícola de Vila Fernando apresenta-se como modelo do ponto de vista da punição e disciplina, mas também da preocupação e dedicação a estes jovens “anormais”. Guerreiro, citado a partir de Garcez, descreve assim no ano de 1885, a sua ideia de Escola Agrícola de Reforma:

“(…) A Escola Agrícola de Reforma será um dos meios mais seguros de regeneração moral da nossa era proletária, que fugindo aos campos se perverte nas cidades; que por meio desta Escola se podem em pouco tempo formar famílias de colonos que povoarão o Alentejo; que a divisão da propriedade nesta tão vasta província dependerá e se tornará efectiva com a prosperidade da Colónia de Vila Fernando, donde partirão trabalhadores rurais alucinados, que isolados ou em grupos divulgarão a educação agrícola que receberam” (2009).

A 22 de Junho de 1880, surgiu a criação de uma escola agrícola destinada a receber e educar menores, vadios, mendigos, desvalidos e desobedientes. Na herdade de Vila Fernando, na Freguesia com o mesmo nome, no concelho de Elvas, foi criada a Escola Agrícola de Vila Fernando a 6 de Outubro de 1895. Projetada em 1881, pelo eng. João Verissimo Mendes Guerreiro Casteirinho, baseando-se diretamente nas referências Europeias mais conhecidas e de sucesso, onde assumiria grande importância a colónia agrícola e penitenciária de Mettray (França, arquitecto Blouet, 1839), e onde a opção recaí sobre este exemplo, não só pelo seu modelo pavilhonar, mas também pela própria forma de organização e funcionamento, numa espécie de células familiares, com as quais se idealiza trabalhar e gerir os grandes contingentes envolvidos. Idealizada para

receber 870 colonos, em cerca de 40 edifícios, ou partes de edifícios, a construção de um espaço destas dimensões, foi pensado ao pormenor destacando-se a organização funcionalista e higienista do programa, que era comum em outras arquiteturas públicas da mesma época, em estruturas fechadas e dedicadas a grandes públicos.

O controlo disciplinar, salubridade e reforço da capacidade física do indivíduo, regeneração pela educação e pelo labor são as linhas essenciais servidas pelo modelo já referido, com a simplicidade e a flexibilidade dada pela facilidade de ampliação. Segundo Garcez (2009), refere-se que num conjunto em que o valor do todo se sobrepõe ao das partes, complementares e interdependentes, a caracterização formal é secundarizada. A principal característica da arquitetura da primeira colónia correcional é a funcionalidade.

Esta Escola ocupou uma área de 777 hectares, onde se reservou 7 a 8 hectares para edifícios, destinando-se o restante à exploração agrícola, permitindo a produção a grande escala de trigo, aveia, cevada e centeio (produtos próprios da região) e de legumes, havendo lugar à implementação de uma vinha e um grande olival. Havia ainda criação de gado e matas de azinheiras e sobreiros cujo objetivo era servir para a engorda dos animais ali criados e também para a produção de cortiça.

Nas culturas agrícolas, além dos processos manuais e da lavoura animal, esta instituição já possuía modernos processos mecânicos, de forma a habilitar os internados a todo o tipo e formas de exploração agrícola. Esta dedicação à terra constituiu uma estratégia de integração destes menores na sociedade possibilitando-lhes o acesso a uma ocupação relevante para a economia da região alentejana. A produção agrícola, em termos gerais, era também constituída (além da cal, do tijolo e telha) pelo vinho, azeite, gado, lã, mel, legumes, hortaliças e frutas que eram utilizados pela própria colónia para seu sustento. O que restava era vendido para financiar outras necessidades. Todavia, toda a aprendizagem agrícola era controlada por perceptores.

Por decreto de 24 de Março de 1898, a superintendência da Escola Agrícola de Vila Fernando, até então sobre alçada do Ministério do Reino, transitou para o Ministério da Justiça, justificado inteiramente pela natureza da própria instituição. Em atenção à especificidade desta instituição, a designação de Escola Agrícola de Vila Fernando,



viria a denominar-se, por decreto de 17 de agosto de 1901, por Colónia Agrícola Correccional de Vila Fernando, que em 15 de maio de 1925 através do decreto n.º 10:767, onde indicava que nas Colónias Correccionais haveria lugar a produção agrícola e industrial, passou a Colónia Agrícola a denominar-se Colónia Correccional de Vila Fernando.

Num relatório de atividade institucional (1903-1904) o diretor apontava o caminho por onde a instituição deveria seguir, salientando a importância da disciplina como elemento central no processo de regeneração moral dos indivíduos. Mas não só, referia também a necessidade de proceder-se à distribuição dos internados de acordo com escalas e classificações. Aos poucos a medicina, a pedagogia e outros saberes entram nestas arenas educativas e regeneradoras na tentativa de compreender estas crianças e jovens com comportamentos desviantes.

Numa comunidade que viria atingir aproximadamente 230 colonos, estes encontravam-se divididos por idade fisiológica denominando-se a 1ª divisão pelos impúberes, a 2ª divisão pelos púberes e a 3ª divisão pelos pós-púberes. Cada uma destas divisões era ainda dividida em 3 seções: em prova, melhorados e apurados e o critério de escolha era o nível de regeneração moral evidenciado por cada menor.

Cada divisão encontrava-se em edifícios separados, onde juntamente com os menores trabalhavam um preceptor, um auxiliar de preceptor, um guarda e um guarda noturno. Havendo ainda outro tipo de assalariados que tinham, além de outras funções a desempenhar junto dos jovens, as funções disciplinares. A “divisão” compreendia: um dormitório, um refeitório, e uma sala de família. No dormitório as seções estavam convenientemente separadas, e cada colono conforme a sua promoção entre seções poderia ter um compartimento distinto e algumas mordomias. No refeitório manter-se-ia a separação das seções de forma muito rigorosa. A organização hierárquica dos internados fazia-se do seguinte modo:

À primeira seção pertenceriam, além dos colonos com menos de um ano de instituição, todos aqueles que ainda não tinham tido capacidades de ser promovidos à segunda seção, devido ao seu mau comportamento ou ainda ao facto de não se terem regenerado moralmente.

Na segunda seção pertenciam os colonos com mais de um ano de internato e merecedores da promoção, cientes de que a sua regeneração moral iria evoluindo progressivamente, e ainda colonos que inseridos já na terceira seção, tivessem cometido ligeiras faltas ou delitos.

À terceira seção pertenciam os colonos com mais de dois anos de internato que, tendo estado pelo menos um ano em cada uma das outras seções, pelo seu comportamento e pela observação meticulosa efetuada sobre seu desenvolvimento, levava a convicção de que estariam regenerados. Nas passagens de seções seria mantido o critério de classificações individuais de cada um, à exceção de haver alguma falta ou delito.

O ingresso de cada colono numa seção à qual poderia ser promovido seria feito com a solenidade e brilho possível, mostrando que esse passo era uma vitória moral, principalmente do jovem, e uma forma de incentivar os outros para melhorar o seu desempenho. A cada divisão correspondia um distintivo, que poderia ser um símbolo a transportar, por exemplo no boné. Em cada seção haveria uma braçadeira que os distinguiria das outras. Os internados eram obrigados a trazer sempre consigo o distintivo e a falta do mesmo, ou troca de braçadeiras, seria considerada uma falta grave.

No que respeita à formação literária, os internados tinham aulas que eram ministradas, no início da centúria de novecentos, pelo Capelão e professor de instrução primária, tentando promover um maior equilíbrio do individuo internado e, conseqüentemente, reduzindo o analfabetismo.

Por outro lado, evidencia-se uma enorme vontade por parte do seu diretor, Ernesto Vasconcellos, de apostar fortemente na arte como influência educativa. O objetivo passava essencialmente pela chamada de atenção para determinadas tarefas que ocupavam simultaneamente o corpo e a mente. No mesmo sentido, apostava-se na formação musical. Vasconcelos refere mesmo que “muitos destes jovens que saem daqui, têm seguido vida militar, e perto de 200 nas bandas regimentais, tendo alguns lugar de destaque – chefe de banda, contramestre, e músicos de 1ª classe” (1904). Para este diretor:

“a musica não é necessária só porque fornece um outro meio de collocação fora do estabelecimento, é considerada como um auxiliar do desenvolvimento e de transformação moral “ (1904). Ainda dentro das artes refere a importância do teatro “cuja influência é muito semelhante a musica, desperta as melhores emoções e faz proveitosamente derivar igualmente a atenção para a fixação d’outras ideias mais uteis“ (1904).

Se por um lado se pode afirmar, que já estando internado é uma forma de castigar, por outro lado “não menos certo que, a par, se pretende modificar, endireitando o que nasceu torto, e educar inculcando ideias, princípios e hábitos por completo diferentes do que constituía a bagagem dos internados à sua entrada na colónia” (Vasconcelos, 1904) Alguns anos mais tarde, de acordo com a Ordem de Serviço n.º 60 de 1925, escrita pelo Diretor Henrique Caldeira Queiroz, refere-se que o principal papel dos preceptores era:

“modelar a alma, modificá-la, transformá-la, apagando-lhes até aos últimos vestígios as más impressões que do exterior tenham trazido, substituindo-as por impressões morais de tal forma indicadas que não seja fácil destruí-las (...) a noção de bondade; a de tolerância; a de dignidade; a de amor pela família; a de amor pela Pátria; e tantas outras devem ser os temas proferidos por eles” (1925).

Aos funcionários, quer preceptores, quer guardas e outros assalariados o dever de zelo devia ser aplicado em todos os momentos de intervenção, nos recreios, nas atividades, na escola, ou seja em todas as ocasiões em que houvesse contato com estes «indivíduos». A estes funcionários o diretor deixava a seguinte recomendação:

“a todo o pessoal se recomenda que aproveite todas as ocasiões para fazer salientar aos olhos dos colonos que a esta seleção preside um critério de ascensão moral (...) o melhoramento moral a que correspondem melhoramentos materiais por isso que a ascensão nas escalas das seções é acompanhada por diversas vantagens e regalias”. (Queiroz, 1927: 23).

“Resta-me repetir o apelo tantas vezes feito a todo o pessoal desta casa para que cada um se compenetre bem da missão elevada, nobre, sacrossanta, que tomou sobre os ombros ao empregar-se nestes serviços. (...) Aqui é preciso pôr o coração e alma ao lado da inteligência, e dedicação. Aqui é preciso ir muitas vezes até ao sacrifício, trabalhando – cada um na sua especialidade – com toda a vontade, com o maior dos zelos, com a mais intensa dedicação, procurando cumprir cada um cada vez melhor, sem limites (...) deve ser a nossa maior preocupação: salvar os desgraçados que aqui são internados, arrancá-los do lugar onde viviam, fazendo dos maus bons (...) Não se força ninguém a ficar; mas não se consentirá que quem fique entrave e prejudique a orientação que se vai seguindo tendente a aperfeiçoar estes serviços de alto valor social”. (Queiroz, 1927: 24).

Em suma, trata-se de uma instituição que regulava os comportamentos através de uma equipa dirigente, onde todos os momentos se encontram pensados com o objetivo de

moldar a vontade dos internados. Para isso, muito contribui o corpo de formadores e perceptores e o próprio diretor.

### **3. O percurso histórico do Convento da Cartuxa enquanto casa “regeneradora” (1903 – 1958)**

Na sequência do que referimos para o caso de Vila Fernando, apontamos agora mais um exemplo de uma instituição regeneradora dos indivíduos com comportamentos fora do padrão. Instituição cujo paradigma, tal como no caso anterior (embora não referido expressamente), tendeu à transição de uma instituição de punição, de tipo prisão, para uma instituição de reabilitação no decorrer da centúria passada. O Padre António de Oliveira ao responder à questão “o que foi a Correção de Caxias?” referiu que foi uma escola nascida numa cadeia onde foi necessário construir um novo modelo de ação introduzindo-se novos elementos, mais escola e oficina do que “cadeia” (Oliveira, 1958: 45).

O Reformatório Central de Lisboa instalado no Convento da Cartuxa de Laveiras - Caxias foi transferido do Convento das Mónicas, em Lisboa, a 31 de Maio de 1903, data em que vinha funcionando desde a sua fundação – 15 de Junho de 1871. As condições do Convento das Mónicas eram degradantes e transformavam o espaço com o objetivo único de recolher «rapazes viciados e vadios» numa lógica prisional. Este foi o primeiro estabelecimento em Portugal destinado à delinquência infantil, embora a Casa Pia tivesse uma seção especial destinada à correção de indivíduos de ambos os sexos.

Na tentativa de alterar o modelo de recolhimento dos jovens delinquentes o padre António Oliveira assumia que:

“todos os motivos lhe serviam para atingir o seu objetivo - o ideal religioso, o sentimento patriótico, o culto da arte, a devoção do trabalho, o gosto pela música, canto coral, a jardinagem, as lições de coisas, os passeios escolares, a visita a museus, etc. (...)” (Fernandes, 1958:36).

Neste sentido referia a importância da música na reabilitação dos jovens, dando continuidade a um projeto que tinha iniciado, enquanto subdiretor nas “Mónicas” que era o “Orfeão Escolar”. Outra iniciativa foi a promoção do ensino de “ginástica sueca, em classe, a tronco nu, ao ar livre e com qualquer tempo (...)” muito reconhecido e bem sucedido (Fernandes, 1958:37).

Por outro lado, desenvolveu nos jovens o interesse pela natureza através dos «jardins escolares» e fomentou o estímulo pela economia formando a «Caixa Económica Escolar» onde depositavam o dinheiro que recebiam pelo trabalho exercido nas oficinas. Com interesse pela arte, foi apurado o sentido de estética nestes menores embelezando paredes do claustro e painéis em relevo. Para consolidar o que era ministrado nas aulas, montou um museu pedagógico, uma biblioteca e uma máquina de cinematográfica.

Ensinando para o culto pela pátria, o padre António de Oliveira criou um templo para guardar a bandeira nacional e esculpiu estatuetas de Camões e Nuno Alvares Pereira. Aos domingos e feriados, os internados iam com todo o cerimonial hastear a bandeira nacional numa alusão clara à valorização da pátria portuguesa e aos heróis e símbolos nacionais que haviam de servir de modelo a seguir pelos jovens. Segundo o Padre António de Oliveira "Quem entrasse em Caxias, nos três templos (...) poderia ver (...) as três altas ideias inspiradoras - Deus, Pátria e Trabalho (...)" (Fernandes, 1958: 42).

Tal como acontecia no caso de Vila Fernando, embora de modo diferente, também se valorizava a prática agrícola. A cerca do Convento da Cartuxa com aproximadamente 4 hectares, possuía um curso de água irregular, e dividia-se em terras de horta e terras com olival. Ainda nessas terras, existia uma pedreira onde o reformatório foi autorizado a explorar fornos de cal, tornando-se umas das modalidades económicas mais rentáveis. Em 1908, a Quinta Real ficou ao encargo de “Caxias” para a criação de escolas práticas de horticultura, pomologia, jardinagem, viticultura e artes de construção civil. Foram também construídas pocilgas, coelheiras e vacarias com vista à regeneração sociomoral dos jovens.

Com o passar do tempo, e concretamente a partir da publicação da Lei de Protecção à Infância de 1911, a casa de correção de Caxias ganhou nova designação: “Escola Central de Reforma”. Verifica-se que existiu efetivamente uma enorme preocupação com a capacidade do estabelecimento para receber os jovens. Após a publicação do Decreto de 27 de Maio de 1911, a necessidade de novas instalações tornou-se um imperativo. A Escola, destinada a seiscentos indivíduos, encontrava-se agora dividida em três seções: Instrução, industrial e agrícola.

A ampliação e remodelação das instalações era uma necessidade, sob a pena de não se obter o necessário rendimento de recuperação. Este era o pensamento do Dr. Augusto de Oliveira, inspetor-geral dos Serviços, que sucedeu ao Padre António de Oliveira.

O Dr. Augusto de Oliveira mandou elaborar um anteprojeto, em 1930, aproveitando os alicerces e a disposição norte-sul do antigo Convento, permitindo assim ter mais um andar sobreposto às instalações já existentes, mas dentro da mais rigorosa observância da separação fisiológica dos internados.

Deste anteprojeto constavam a construção de novas instalações e a adaptação do edifício a três divisões - dormitórios e quartos, refeitório, casas de banho, lavabos e retretes, salas de família, aulas, quartos para o preceptor e auxiliares, rouparia, recreio adaptável a jogos escolares, com árvores, bancos, retrete e lavabo; instalações comuns às três divisões e suas dependências – ginásio, enfermaria geral e quartos de isolamento, quartos de observação e castigo, sala de conselhos, aula de música e canto oral, piscina e lavatórios anexados a um dos tanques de irrigação, lavandaria a vapor, instalação da bomba de incêndios; secção preparatória – rouparia, aulas de ar livre, de instrução primária, de ciências naturais, de trabalhos manuais e pré-aprendizagem, salão de festas, receções e conferências, recreios adaptáveis a jogos escolares, com árvores, bancos, retretes e lavabos, casa de habitação para o preceptor adjunto e família; instalações para oficinas - alfaiataria, sapataria, carpintaria mecânica e civil, marcenaria, serralharia, tipografia e encadernação, e aula de desenho profissional; instalações agrícolas e pecuárias - vacaria com anexo para lacticínios (manteigaria e queijaria), pocilga, instalações canículas, nitreiras e respetivas canalizações, silos, construção de um depósito de água para serventia comum às instalações agrícolas e às oficinas, construção de tanques e acabamento da rede geral de irrigação, aula de ciências naturais, rudimentos de agricultura e de tecnologia agrícola e industrial; construção e levantamento de muros de vedação de toda a propriedade; instalação da canalização geral de esgotos; instalação dos pára-raios necessários à segurança do edifício; aquisição ou aluguer das terras do Infantado anexas ao Casal de Laveiras; construção e compra de habitações - para o pessoal interno e para o pessoal externo, em Laveiras; e, desassoreamento da ribeira de Barcarena, com o auxílio dos desempregados.

Contudo o anteprojeto do Dr. Augusto de Oliveira não teve a aprovação do seu sucessor, Dr. José Cabral. Só mais tarde, após a criação da Comissão das Construções Prisionais, pelo Ministério das Obras públicas, a que foi cometido o encargo da construção dos Palácios da Justiça de Lisboa e Porto e dos Serviços Jurisdicionais de Menores, foi possível elaborar o plano das novas ampliações do Reformatório. Da Comissão constituída para o efeito faziam parte o Prof. Doutor José Beleza dos Santos e os arquitetos Pedreira de Almeida e Rodrigues Lima, tendo como assistente técnico, representante dos Serviços Jurisdicionais de Menores, o Dr. José Guardado Lopes, ao tempo diretor do Reformatório (Fernandes, 1958:91):

“A inclusão do Dr. José Guardado Lopes na Comissão das Construções Prisionais muito contribui para a resolução das dificuldades burocráticas e técnicas de que dependiam as obras de ampliação de Reformatório, tendo acompanhado os trabalhos de remodelação das «oficinas Doutor Manuel Rodrigues» e da construção da secção preparatória, até à sua nomeação para director-geral dos Serviços Prisionais, em Agosto de 1955.” (Fernandes, 1958:94).

No ano de 1949 a Comissão apresentou um relatório onde referiu que se deveria elaborar um plano para as reparações, adaptações e inovações a introduzir no estabelecimento de Caxias. No relatório, entre outros elementos salienta-se que os estabelecimentos para menores devem ter um carácter exclusivamente educativo. Assim, a construção, a distribuição dos edifícios e a sua divisão deveria ter em consideração uma vida higiénica, uma cultura apropriada, uma sólida preparação moral e profissional; os estabelecimentos para os menores deveriam ser pequenos, de forma a aproximarem-se o mais possível do tipo familiar evitando a má influência de uns menores sobre os outros. Por outro lado, como a idade dos internados variava entre os 9 e os 21 anos, o internamento abrangia os pré-púberes, os púberes e os pós-púberes, tornando-se assim necessária a separação destes em grupos, não havendo só a diferenciação psicológica acentuada, mas também uma diferenciação a nível educativo.

Este estabelecimento, tal como o caso de Vila Fernando, constituiu um importante meio de compreensão da juventude marginalizada e delinvente e dos princípios orientadores para a sua regeneração ao longo do século XX. Tornaremos a este assunto.

## **Considerações finais**

Ao analisar as duas instituições modelo apresentadas – Colónia Correccional de Vila Fernando e Reformatório Central de Lisboa Padre António de Oliveira - no que diz respeito à institucionalização de jovens delinquentes entende-se que as intervenções nestas instituições assumiam o objetivo da regeneração moral através de boas práticas e do preenchimento do tempo dos jovens internados, numa perspetiva totalizante. Deste modo, exigia-se concentração nas tarefas atribuídas contribuindo para disciplinar a sua alma e o seu corpo e, simultaneamente, conduzindo a sua própria vontade, de acordo com os princípios das épocas em análise. Controlo, vigilância, disciplina, trabalho e reabilitação moral constituem as palavras-chave destas instituições.

No mesmo sentido do pensamento formulado por Erving Goffman (1961), os locais de trabalho e os locais de dormir estavam claramente definidos. Também a transição entre seções dos jovens resultava do seu próprio mérito, quer dizer do seu comportamento aceitável perante aqueles que vigiavam e que podiam punir.

Terminamos com um citação de Ernesto Vasconcellos que descrevia assim a crença que tinha neste tipo de instituições, nomeadamente na Colonia Correccional de Vila Fernando:

“Creio e estou muito convencido pelos fenómenos por mim observados nos efeitos maravilhosos da obra correccional, (...) os criminosos de profissão, como exemplos que temos aqui, são na verdade susceptíveis de serem saneados, na sua moralidade e na sua afectividade, dependendo desse êxito dos meios necessários que é preciso empregar individualmente, da oportunidade da sua sequestração e da duração indeterminada do seu internato consoante o seu procedimento moral e o grau de confiança que possa por ventura merecer (1905).

Este é um trabalho em aberto, elaborado a partir de uma primeira abordagem exploratória no âmbito do Mestrado em Educação e Proteção de Crianças e Jovens em Risco do Instituto Politécnico de Portalegre. O objetivo é melhorá-lo e encontrar um conjunto de fontes que permitam fundamentar ainda melhor o que se acabou de fazer.



## Referências bibliográficas

Bandeira, F; Martins, P; Agarez, P; Figueiredo, R; Diniz, S. (2009), *Arquitectura de Serviços Públicos Em Portugal: Os internatos na justiça de menores: 1871-1978*, Lisboa: Direção Geral de Reinserção Social.

Direção-Geral dos Serviços Tutelares de Menores. (1968, Julho-Setembro). “Quatro Estabelecimentos Tutelares de Menores construídos de novo ou remodelados profundamente”. *Infância e Juventude*, 55, 13-20.

Direção-Geral dos Serviços Tutelares de Menores. (1978, Janeiro-Março). “Regulamento do Lar Residencial para Rapazes de Caxias”. *Infância e Juventude*, 1, 44-48.

Fernandes, J. M. A. (1958). *Monografia do Reformatório Central de Lisboa Padre António de Oliveira – 1871-1958*. Lisboa: Oficinas Gráficas do Reformatório.

Foucault, M. (1977), *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes.

Goffman, E. ((1961)1974). *Manicómios, Prisões e Conventos*. Coleção Debates. São Paulo: Editora Perspetiva

Ministério da Justiça e dos Cultos (s/d). *Monografia da Colónia Correccional de Vila Fernando*. Lisboa: Tipografia do Reformatório Central de Lisboa «Padre António de Oliveira» - Caxias [inclui ordens de serviço de Henrique Caldeira Queiroz].

Oliveira, Padre Antonio (1923), *Salvemos a Raça*, Lisboa: Edição do Autor.

Vasconcellos, Ernesto de Leite (1905), *Colonia Agrícola Correccional de Villa Fernando, Relatório do ano de 1903-1904*. Porto: Typ. a vapor da Real Officina de S. José.

## Nota sobre os autores

### Guilherme Trindade

[guilha77@hotmail.com](mailto:guilha77@hotmail.com)

Instituto Politécnico de Portalegre/ Escola Superior de Educação.

Licenciado em Animação Educativa e Sociocultural. Licenciado em Serviço Social. Mestrando em Educação e Proteção de Crianças e Jovens em Risco (ESEP – IPPortalegre).

### Helder Henriques

[henriqueshelder@gmail.com](mailto:henriqueshelder@gmail.com)

Professor na Escola Superior de Educação de Portalegre. Investigador do CEIS20 da Universidade de Coimbra e do Centro Interdisciplinar de Investigação e Inovação do Instituto Politécnico de Portalegre.

Doutor em Ciências da Educação, na especialidade de História da Educação.

# 1911/2011:Um século de Proteção de Crianças e Jovens<sup>1</sup>

## 1911/2011: A century of child and youth protection

Marisa Candeias

Helder Henriques

### Resumo

A Lei de Proteção à Infância de 1911 colocou Portugal na vanguarda da proteção de crianças, distinguindo assim a criança, do adulto e o Direito Penal do Direito de Menores. Foi, com este diploma, instituída a primeira Tutoria de Infância, que mais tarde veio dar origem aos atuais Tribunais de Família e Menores e instituídas a Federação Nacional dos Amigos e Defensores das Crianças e os Refúgios. Se em 1911 e 1912, respetivamente, são instituídas as Tutorias em Lisboa e no Porto, o resto do país teve de aguardar pela lei de 1925, que regulamentou a expansão do sistema, concluída apenas no Estado Novo. A lei de Proteção à Infância apenas foi objeto de reforma aquando da publicação da Organização Tutelar de Menores (OTM), em 1962. De referir ainda a década de 90, como um importante marco na proteção de menores, através da Lei Tutelar Educativa e da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo.

**Palavras-chave:** século XX; infância; juventude; políticas educativas

### Abstract

The Childhood Protection law of 1911 has made Portugal a pioneer in the protection of children, distinguishing the child from the adult and Criminal Law from Juvenile Law. It was with this law, established the first Tutorials for Children, which later give rise to the current Juvenile and Family Courts and established the National Federation of Friends and Defenders for Children and the Refuges. If in 1911 and 1912, respectively, the Tutorials are established in Lisbon and Porto, the rest of the country had to wait for the 1925 law, which regulated the expansion of the system, which was completed only in “Estado Novo”. The Child Protection Law has only been the subject of reform when published the “OTM”, in 1962. Note also the 90's as an important mark in the protection of children, through Educational Tutelary Law and the Protection of Children at Risk Law.

**Keywords:** twentieth century; childhood; youth, education policies

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no III Seminário de I&DT, organizado pelo C3i – Centro Interdisciplinar de Investigação e Inovação do Instituto Politécnico de Portalegre, realizado nos dias 6 e 7 de Dezembro de 2012.

## **Introdução**

No início do século XX, as crianças das famílias mais desfavorecidas encontravam-se em situação de pobreza, mendicidade e precariedade, favorecia-se o trabalho infantil, o abandono e marginalidade, mesmo no seio do ambiente familiar, arrastando-se esta situação década após década. Estas crianças eram consideradas potenciais delinquentes precoces ou “anormais”, lançadas a viverem da “rua”, ao abandono e em situação de marginalidade, havendo a necessidade pública de interná-las em estabelecimentos especiais, de modo a regenerá-las a bem da sociedade (Martins, 2006).

O Historiador Ernesto Candeias Martins aponta algumas causas dessa marginalidade socioeducativa e familiar que requeriam medidas e tratamentos médico-pedagógicos, assistenciais e (re) educativos. Refere-se essencialmente à precariedade das condições socioeconómicas, habitacionais, higiénicas e culturais em que viviam. Estas privações manifestam-se em carências diversas, falta de afetividade, doenças psíquicas, deterioração moral, vagabundagem, comportamentos agressivos e delitivos (neste sentido, alguns estudos apontavam para uma correlação entre a delinquência e a marginalidade (infantil e juvenil), com a pobreza, a miséria, os defeitos educativos, a promiscuidade moral e outros tipos de carências) e ainda, a constituição anormal da família, desde as situações de pais separados, amancebados, falta dos pais naturais ou de um deles, as influências hereditárias e das doenças sociais ou psíquicas em muitos casais, a consanguinidade, etc., que provocava o aparecimento dos filhos ilegítimos, dos “expostos”, abandonados, órfãos, etc (Martins, 2006).

No começo da centúria de novecentos a proteção à infância pode ser reduzida a três tipos de serviços: os serviços de assistência pública (assistência e higiene social, materno-infantil, puericultura, pediatria, etc.), os serviços de instrução (a escola e a escolarização) e os serviços de justiça (Tutorias da Infância instituídas em 1911). Enquanto os dois primeiros serviços passaram a ser da incumbência exclusiva do Estado e de algumas entidades particulares (o caso das Misericórdias e de alguns colégios), o último era exclusivo do Estado ou a ele subordinado (Martins, 2006). Deste modo, a missão educativa, quer ao nível de reforma, quer na proteção de menores, recaía essencialmente nas instituições especiais controladas pelos serviços jurisdicionais de

menores e Tutorias ou Tribunais de Menores e pelos serviços assistenciais (Martins, 2006). Aprofundemos este percurso sobre o “século das crianças”.

### **1.A Lei de Proteção à Infância: conteúdo e aplicação**

A proteção de menores em Portugal assume uma enorme importância com a publicação do Decreto de 1 de janeiro de 1911, que criou as Comissões de Proteção. Contudo, foi a Lei de Proteção à Infância (LPI) de 27 de maio de 1911, que deu início à organização de um sistema judicial de proteção às crianças e jovens. Com a Primeira Guerra Mundial viu-se agravar ainda mais o problema da infância, ao mesmo tempo que se fizeram sentir restrições orçamentais que criaram fortes constrangimentos ao desenvolvimento deste sistema de proteção (Tomé, 2010).

Assim, há 100 anos atrás, Portugal colocou-se na vanguarda no que respeita à proteção das crianças, ao criar, logo após a implantação da Primeira República, em 1910, a Lei das Tutorias da Infância (ou LPI), distinguindo assim a criança do adulto. Foi com este diploma instituída a primeira Tutoria de Infância, que mais tarde veio dar origem aos atuais Tribunais de Família e Menores. Anteriormente, os menores eram punidos nos mesmos termos que os adultos. A Lei de Proteção da Infância de 1911 instaurou em Portugal o modelo de Proteção que se opôs ao modelo de Justiça. Desresponsabilizou-se o menor perante a prática de ilícitos criminais, encarando tal prática como decorrente da exclusão social, carência afetiva e da necessidade de proteção do menor. Com a aprovação da Lei da Infância, foram criados os primeiros Tribunais especializados - as Tutorias da Infância que, em 1925, se alargaram a todo o país e assim terminou a aplicação direta dos Códigos Penal e do Processo Penal a menores (Abreu, 2010).

Mas vejamos com maior detalhe a LPI. A Lei de Proteção à Infância de 1911 visava a educação, a purificação e o aproveitamento das crianças que, por esta época, eram frequentemente fonte de receita, alugadas para se exibirem, esmolando. Calculava-se na altura, serem aos milhares de unidades, as crianças que se perdiam. Acreditava-se, que apenas com crianças educadas num regime disciplinado, com uma higiene moral escrupulosa, se poderia constituir uma sociedade que à salubridade dos costumes reunisse as ansiedades fecundas do saber e do trabalho. No seu espírito de justiça, a LPI

tinha o triplo fim de proteger a fraqueza, preparar caracteres e fomentar energias (Tomé, 2010).

O objeto desta Lei era a criança, deixada ao acaso de si mesma ou entregue a pais ou tutores que as deformavam em proveito dos seus próprios vícios, as descuravam por desleixo ou incapacidade educativa, as expunham à mendicidade, vadiagem, malvadez, gatunice e prostituição. A criança alheia aos estímulos de perfeição moral era considerada um fator permanente do vício, da maldade e da perversão (Barbas et al, 1912).

A LPI decretou a criação da Tutoria da Infância e da Federação Nacional dos Amigos e Defensores das Crianças, que tinham por objetivo formar homens que fossem o bom exemplo, a assiduidade do bem e do trabalho. Assim se define a Tutoria da Infância: um Tribunal coletivo especial, que se destina a defender ou proteger as crianças em perigo moral, desamparadas ou delinquentes, sob a divisa: educação e trabalho (Ministério da Justiça, 1911). Diz-nos o legislador que este Tribunal julga pela sua consciência, como um bom pai de família, no amor pela verdade e justiça, e sempre no interesse das crianças. A designação Tutoria da Infância visava evitar que a criança passasse a vida marcada pelo estigma de ter cumprido pena e porque o seu intuito era mais de prevenir e curar, do que propriamente o de castigar. Tratava-se de um processo de terapêutica moral de higiene preventiva contra o crime, antes do crime e de higiene curativa contra o crime consumado. Assim, a Tutoria abrangia as crianças em perigo moral, as crianças desamparadas e as crianças delinquentes. Considerava-se que a Tutoria, afastando o menor criminoso, ou simplesmente abandonado e maltratado, da atmosfera geral dos Tribunais comuns, garantia a esses infelizes modos especiais de tratamento que lhe asseguravam a sua reabilitação e regeneração.

O Estado e qualquer entidade particular, autorizada e constituída com o mesmo fim, tinham assim a obrigação de arrancar as crianças aos ambientes corruptos e de as tutelar, enquanto não estivessem aptas a declararem-se emancipadas pelo trabalho e pela responsabilidade. Mesmo para as crianças delinquentes, menores de dezasseis anos, a ação da justiça passava a exercer-se mais com o caráter de quem previne, do que de quem castiga. Os menores de dezasseis anos não eram considerados criminosos

vulgares, designando assim esta lei, corretivos segundo as circunstâncias do crime (Ministério da Justiça, 1911).

Incumbia então, às Tutorias Centrais ou de Comarca, julgar as causas cíveis e crimes dos menores em perigo moral, dos menores desamparados e dos menores delinquentes, prescrevendo medidas como a colocação definitiva, a guarda, vigilância, tratamento, educação ou tutela. A LPI veio também simplificar o processo de inibição do poder paternal, abrangendo o exercício de parte ou de todos os direitos conferidos sob diversas fórmulas.

Esta lei apresentava ainda uma “tipologia” para estas crianças, considerando “Menores em perigo moral” os menores que não tinham domicílio certo, nem meios de subsistência, desconhecidos ou desaparecidos. A “classificação menores em perigo moral” dividia-se então em: menores em perigo moral – abandonados; menores em perigo moral – pobres e ainda em menores em perigo moral – maltratados. A classificação continua, agrupando as crianças ainda em: menores desamparados: ociosos, vadios, mendigos ou libertinos; menores delinquentes – contraventores ou delinquentes; Menores Indisciplinados e por fim, Menores anormais patológicos (Ministério da Justiça, 1911).

A Revista “A Tutoria”, de 1912, definia como anormais todos os indivíduos portadores de defeitos constitucionais de ordem intelectual e moral, associados frequentemente a defeitos físicos (Barbas et al, 1912). Para o seu tratamento eram indispensáveis métodos especiais de assistência educativa. “A Tutoria” diz-nos ainda que só o regime de internato poderia assegurar a cura e a educação dos menores anormais. O legislador providenciava o seu tratamento e sequestro em instituições apropriadas, podendo o sequestro ir além dos 21 anos, mesmo até à morte, quando fossem incuráveis e perigosos (Barbas et al, 1912). Esta preocupação mantém-se nos anos subsequentes.

No relatório de 1916, subscrito por Álvaro Gomes Ferreira e António Augusto Mendes Correia, sobre um rapaz de 14 anos, “acusado de disparar dois tiros de revólver contra o Dr. Afonso Costa, quando este tomava na estação de S. Bento o comboio para Lisboa”, pode ler-se que um detalhado exame lhe foi feito – hereditariedade, meio físico e social de origem, antecedentes pessoais, exame somático e exame psíquico -, concluindo os

autores que se “trata dum anormal, embora essa anormalidade não seja muito profunda”, que foi “influenciado por um certo número de circunstâncias convergentes” que o levaram a cometer aquele ato. As recomendações no Relatório diziam ser indispensável isolá-lo num instituto pedagógico conveniente (Afonso, 2011).

Candeias Martins conclui mesmo que podemos inferir que aquela etiologia não era perfeita para o efeito de se definir a competência das Tutorias. Os desamparados ou eram menores nas circunstâncias de “em perigo moral” que requeriam medidas preventivas de simples educação e assistência moral e económica, ou eram “indisciplinados” que apresentavam tendências imorais, criminosas que exigiam medidas terapêuticas nos reformatórios e colónias correcionais, como os delinquentes. O autor diz-nos ainda que durante a 1.<sup>a</sup> República a categoria dos “desamparados” representou, apenas, a transigência com antiquados conceitos sobre criminalidade. Encarava-se o delito, quando havia que olhar pelo “delinquente”, pelo menor. Não se perdia de vista o crime, como entidade abstrata, quando havia que apreciar o estado e as causas de delinquência (Martins, 2006).

Se for efetuada uma análise à estatística na primeira metade do século XX, referente à criminalidade, delinquência, abandono e à situação “em perigo moral” dos menores, embora incompleta ou imperfeita, podemos ver que o número elevado de menores julgados nas Tutorias de infância não correspondia a um aumento da criminalidade infantil e juvenil, mesmo incluindo a reincidência dos menores habituais (Martins, 2006). A coincidência do aumento desses índices nas primeiras décadas do século XX, devia-se sim, ao desenvolvimento gradual dos serviços tutelares de proteção que se foram instalando pouco a pouco até uma plenitude de jurisdição das Tutorias de infância (as centrais de Lisboa, Porto e Coimbra e as 154 comarcas) e também, à verificação de aumento de casos, à medida que as Tutorias intensificavam a sua atividade, quer pelo trabalho dos magistrados, autoridades administrativas e policiais, dos curadores, dos “delegados de vigilância”, como pelo conhecimento e interesse daquelas instituições por parte do público e dos colaboradores voluntários (Martins, 2006).

De facto, a ação das Tutorias restringia-se aos “delinquentes”, objetivamente considerados, pelo direito penal comum (jurisdição correcional) e pelo direito de menores. Pouco a pouco acentuou-se o carácter preventivo e a ação social e pedagógica

da reeducação, foram-se alargando a outros campos. Paralelamente, modificou-se o conceito de “delinquência”, para um sentido subjetivo, mais amplo, abrangendo os pré-delinquentes (vadios, ociosos, libertinos, com tendências viciosas, etc.), e substituindo o “delinquente” por “inadaptado” (Martins, 2006).

A LPI instituiu ainda a Federação Nacional dos Amigos e Defensores das Crianças, uma união jurídica, moral e facultativa de várias instituições, quer oficiais quer particulares, de propaganda, educação e patronato, que deverão formar um verdadeiro sistema de higiene moral e social. Esta Federação destinava-se a prevenir os males que pudessem produzir a degenerescência psíquica e moral das crianças; a fazer interessar todo o cidadão português pela conservação e desenvolvimento da saúde e moralidade dos seus filhos e a auxiliar a Tutoria na execução dos seus acordos relativos aos menores maltratados, desamparados e delinquentes (Ministério da Justiça, 1911). O Decreto altera também o nome do Depósito Provisório de menores em perigo moral e desamparados, em Refúgio da Tutoria Central de Lisboa, ficando a receber, para os guardar temporariamente, os menores maltratados, desamparados e delinquentes. Aqui, os menores ocupavam-se em exercícios de leitura, escrita e contas, desenho, trabalhos manuais, canto, ginástica e jogos livres, nas divisões masculinas e femininas. A LPI refere ainda que enquanto não houvesse um edifício apropriado para nele ser instalado este Refúgio, não poderia ser organizada a divisão feminina, devendo entretanto, as respectivas menores ser recolhidas num aposento distinto e reservado da Escola de Reforma de Lisboa para o sexo feminino. Por este motivo, o Refúgio só poderia receber menores desamparados e delinquentes do sexo masculino de menos de 14 anos e de mais de 7 anos, e maltratados de mais desta idade e de menos de 16 anos, devendo estes menores viver separados daqueles. Já os menores desamparados e delinquentes de mais de 14 anos e de menos de 16 anos, deveriam ser recolhidos provisoriamente na sala da cadeia civil central de Lisboa, atualmente reservada aos menores. Na revista “A Tutoria” refere-se que junto da Tutoria funciona um Refúgio, onde as crianças se encontram transitoriamente, esperando que uma decisão do Tribunal lhes dê o destino. A permanência no Refúgio deveria ser pouco duradoura. De lá, as crianças iam para institutos adaptados a funções especiais. As crianças em perigo moral iam para estabelecimentos de educação preventiva, as crianças delinquentes seguiam para institutos correcionais e os anormais patológicos para outros estabelecimentos especiais. (Barbas et al, 1912). Em 1914 os Refúgios não eram ainda uma realidade. O texto de



J.A. Ferreira da Fonseca, “Um caso de nevrose numa menor de 15 anos”, é elucidativo na conclusão da “observação clínica”, “antropométrica e psicológica” da adolescente; escreve o Médico da Tutoria Central da Infância, que não se trata “duma degenerada que deva ser internada num manicómio, nem duma criminosa que possa moralizar-se pela reclusão e castigo” pelo que representa um dos exemplos que devem ser tratados em estabelecimentos especiais, denominados médico-pedagógicos, adjunto às Tutorias, que infelizmente não possuímos (Afonso, 2011).

Também a Casa de Detenção e Correção de Lisboa, sob a dependência do Ministério da Justiça, foi reformada pela LPI com o título de Escola Central de Reforma de Lisboa recebendo, para os guardar, educar e regenerar, até 600 menores do sexo masculino, de menos de 14 anos completos e de mais de nove anos completos, que fossem julgados desamparados ou delinquentes.

As Instituições que marcaram o arranque do sistema foram a Tutoria da Infância, o Refúgio da Tutoria Central de Lisboa e a Escola Central de Reforma de Lisboa. A Tutoria era composta por um Juiz de Direito, seu presidente e dois vogais com o título de Juizes adjuntos, médicos, advogados ou professores, nomeados pelo presidente e escolhidos de entre os homens bons. O Refúgio e a Escola Central de Reforma eram instituições da Federação Nacional dos Amigos e Defensores das Crianças e eram dotadas com pessoal administrativo, de vigilância, professores e preceptores para fazer funcionar o sistema socioeducativo do internato e dos serviços domésticos para a organização do quotidiano da vida interna. A Escola de Reforma estava dotada de mestres para fazer formação para profissões industriais e agrícolas (Tomé, 2010).

Apesar da importância da LPI em matéria de promoção e proteção de crianças em Portugal, sabe-se que a sua aplicação ao quotidiano não foi tão eficaz como seria desejável pois, se em 1911 e 1912, respetivamente, são instituídas as Tutorias em Lisboa e no Porto, o resto do país teve de aguardar pela lei de 1925, que regulamentou a expansão do sistema, concluída apenas no Estado Novo (Tomé, 2010). Portalegre não foi exceção e, a título exemplificativo, apresentam-se dois processos recolhidos no Arquivo Distrital de Portalegre de 1915 e 1916, de crianças condenadas por vadiagem pelo Tribunal da Comarca. Refira-se que ambos os processos legislam pela Lei de 27 de maio de 1911, mas também pelo Código Penal:

### **Autos de corpo de delito por crimes de vadiagem**

Joaquim António, solteiro, carpinteiro de 31 anos de idade, residente nesta cidade, sobre a participação disse que conhece o menor a que a participação se refere porque a mãe, há 8 meses e pouco, mais ou menos, lhe pediu para ele o admitir na sua oficina de carpinteiro, a fim de lhe ensinar o seu ofício, sendo certo que apesar dos bons conselhos nunca pode conseguir dele coisa alguma, só aparece na oficina quando a mãe ou irmã ali o levam, mas logo que se descuidava, fugia da oficina e não mais o via... sabe mais que a mãe tem feito grandes esforços para conseguir-lhe qualquer trabalho ou modo de vida, pois lhe não falta inteligência mas nada tem podido conseguir.

Sobre o caso, a testemunha Rosa Maria disse que conhece muito bem o arguido e sabe que ele se entrega à vadiagem, não querendo seguir modo algum de vida, não acatando os conselhos e ordens de sua mãe, viúva, sendo esta impotente para o corrigir e para o obrigar a aprender qualquer ofício ou outro modo de vida.

Assim, a 23/03/1916, mandou o Doutor Manuel Graça, Juiz de Direito da Comarca de Portalegre, que fosse citado José Fonseca, de **11 anos de idade**, para comparecer no Tribunal Judicial desta Comarca, a fim de ser julgado em processo de policia correcional, que lhe move o Ministério Público, por **crime de vadiagem**, devendo no ato da citação entregar-se-lhe copia do rol de testemunhas de acusação no verso relacionadas e declarar-se-lhe que pode indicar até 5 testemunhas para sua defesa, as quais, conjuntamente com as de acusação serão intimadas para comparecerem no referido dia.

Provou-se, em 06/04/1916, que o arguido José Fonseca, de 11 anos de idade, **praticou o crime de vadiagem**, previsto no art.º58.º do Decreto de 27 de Maio de 1911 e no art.º25.º do Código Penal, não exercendo profissão alguma ou ofício, desobedecendo à sua mãe, desprezando os seus conselhos. Por estes fundamentos condenou-se o réu na pena de 8 dias de prisão, e dele se fez entrega ao governo para lhe dar trabalho, ou internar em algum estabelecimento onde o réu pudesse aprender a trabalhar.

### ***Autos de corpo de delito por crimes de furto e vadiagem.***

Arguido: João José, de onze anos de idade, sem residência certa, natural da Freguesia da Ribeira de Nisa. Em 12/09/1915, o Comissário da Polícia Civil pôs à disposição do Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito da Comarca de Portalegre, sob custódia, João José, menor de 12 anos, que desde a idade de 6 anos se entrega à vadiagem e à prática de furto.

Compareceu Manuel Maria, casado, proprietário, morador na Ribeira de Nisa, o qual sendo interrogado acerca do dano que do ofício retro consta haver-lhe sido causado pelo arguido João José, disse: Que por duas vezes o arguido foi ao seu melancial, partindo, na verdade, muitas melancias e levando outras; que o arguido costuma esconder-se junto das casas em que há cabras, a fim de as ordenhar e beber-lhes o leite; que ao seu melancial foi o arguido por duas vezes, sendo uma no dia 8 e outra no dia 21 de Agosto último, e, por sua honra afirmou que o dano que o arguido lhe causou foi de 5 escudos, sendo de 2 escudos o valor das melancias que lhe furtou e que destes factos bem como de muitos outros provam ser o arguido vadio e gatuno.

Joaquim Francisco, casado, proprietário, residente nesta cidade, respondeu: que há mais de 1 ano, residindo então na freguesia de Ribeira de Nisa, por várias vezes faltou da sua casa pão, carne e outros géneros alimentares, estando fechada a porta da sua casa e ignorando por isso como tais géneros lhe eram furtados até que um dia, estando em casa, sentiu passos descendo a escada e, indo à janela, viu que o arguido saía com alguma carne por uma janela de grades e que por entre as grades conseguia passar. Por sua honra afirmou que o valor dos diferentes furtos que lhe foram feitos pelo arguido são de 6 escudos e que deles não pode indicar testemunhas. Disse ainda que à muito conheceu o arguido e sabe

que o pai não consegue que ele se dedique a qualquer espécie de trabalho e que é um gatuno incorrigível, fugindo de casa paterna com o único fim de praticar furtos.

Passou depois a interrogar Vasco Maria, casado, proprietário, morador na Freguesia da Ribeira de Nisa, o qual disse que há já tempo, não estando pessoa alguma em sua casa, ali entrou o arguido, furtando um cordão de ouro de sua mulher, descobrindo-se dias depois que o furto fora praticado pelo arguido e que o valor do cordão é de 15 mil réis.

António José, casado, Guarda da Serra, residente na Freguesia da Ribeira de Nisa disse que no Inverno último, por consideração para com o pai e dó para com o filho, recolheu este em sua casa e aí o teve durante 3 meses, vestindo-o, alimentando-o, mas no fim desse tempo não pode mais aturá-lo porque tudo lhe furtava.

Mandou o Doutor Manuel Rufino da Graça, Juiz de Direito da Comarca de Portalegre, que fosse citado **João José, de 11 anos de idade**, na pessoa de seu pai, da Ribeira de Nisa e aquele **preso na cadeia civil** para comparecer no Tribunal desta comarca no dia 25/10/1915 a fim de ser julgado em processo de polícia correcional, que lhe move o Ministério Público, por crime de vadiagem.

Provou-se, em 25/10/1915, que o arguido Joaquim Fernandes, de 11 anos, cometeu o **crime de vadiagem**, não exercendo profissão alguma desobedecendo a seus pais e desprezando os seus conselhos, incorrendo na pena do art.º256 do Código Penal e do art.º58 do Decreto de 27/05/1911. Por isso, foi condenado em 3 dias de prisão e dele se fez entrega ao governo para lhe fornecer trabalho, ou internar em algum estabelecimento onde o réu possa aprender a trabalhar.

Estes exemplos apresentam-se como elementos que reforçam a importância da tipologia do delito cometido, das penas atribuídas e/ou da importância do trabalho como fator de regeneração social e moral no concelho de Portalegre.

Com o decreto n.º10767, de 15 de maio de 1925, deu-se uma tentativa de simplificar toda a legislação avulsa anterior e classificam-se os estabelecimentos de menores em “Refúgios” (semi-internatos para observação, exame e diagnóstico antropológico, médico e pedagógico dos menores detidos nas Tutorias Centrais), em reformatórios e em colónias correcionais (previstas no Decreto n.º5611, de 10/05/1919) (Martins, 2006). A LPI teve assim algumas dificuldades de implementação, demorando quase duas décadas a expandir-se ao país, mostrando-se insuficiente para responder cabalmente às necessidades da “criança portuguesa” e também, pelo tipo de seletividade que impôs no acesso à proteção, pois mesmo onde já funcionavam as suas instituições, a regularização das situações das crianças e jovens presos, teve de aguardar ainda algum tempo. Havia também crianças esquecidas na prisão, outras que tinham transitado de uma casa de correção para a prisão por mau comportamento, etc. (Tomé, 2010).

Muitas medidas legislativas foram aparecendo em matéria de profilaxia da criminalidade infantil e juvenil (lei da vadiagem de 1912, lei da imprensa de 1926), lei dos crimes contra a saúde pública de 1931, a reforma prisional de 1936, etc.), intervenção e prevenção criminal das Tutorias da Infância, dos serviços de proteção, nos formalismos processuais, nas competências das Tutorias (diplomas de 1919 e 1925), no internamento para os menores (a modalidade de semi-internato era prevista pelos Decretos n.º2053, de 18/11/1915 e no de 1925) e para o seu internamento, as tentativas de criação de um “Código da Infância” (diploma de 1919, Decreto n.º31844, de 8/01/1942), a criação da Prisão-Escola de Leiria, em 1934, para menores entre os 16 aos 18 ou 21 anos, a implementação de medidas assistenciais, a criação de “refúgios” femininos, estabelecimentos para os “anormais” (Instituto Navarro de Paiva em 1939 e o da Condessa de Rilvas), etc., até à Organização Tutelar de Menores de 1962 (Martins, 2006).

## **2.Os Menores, o Estado Novo e a Organização Tutelar**

Na década de 40, cria-se a Organização Nacional de Defesa da Família, remodelam-se e centralizam-se os serviços de assistência, concede-se o abono de família às famílias mais necessitadas, benefícios materno-infantis e à infância em geral, cria-se o Instituto Maternal para a Infância e constitui-se o Instituto de Assistência aos Menores, fora da área de Lisboa, já que na capital tal função cabia à Casa Pia de Lisboa (Martins, 2006). A publicação do estatuto judiciário de 1944 alterou a designação de Tutoria da Infância para Tribunal de Menores e em 1977 a Lei N.º / 82/77, introduziu profundas alterações à organização dos Tribunais Judiciais, levando à divisão entre Tribunais de Menores e Tribunais de Família (Tomé, 2010).

O sistema instaurado pela Lei de Proteção da Infância, além do seu alargamento à escala nacional em 1925, apenas foi objeto de reforma aquando da publicação da Organização Tutelar de Menores (OTM), em 1962. Este diploma atribuiu ao Ministério Público a função de representante das crianças e jovens, competindo-lhe velar pelos seus interesses. Foram introduzidas duas formas processuais, uma relativa a matérias de natureza penal-tutelar e outra para providências de natureza tutelar cível (Abreu et al, 2010).

O artigo 17.º da OTM de 1962 diz-nos que os Tribunais Tutelares de menores têm competência para decretar medidas relativamente aos menores que, antes de perfazerem os 16 anos sejam sujeitos a maus-tratos ou se encontrem em situação de abandono, desamparo ou semelhante, capazes num e noutro caso de pôr em perigo a sua saúde, segurança ou formação moral; que pela sua situação, comportamento ou tendências reveladas mostrem dificuldade séria de adaptação a uma vida social normal; que se entreguem à mendicância, vadiagem, prostituição ou libertinagem e que sejam agentes de qualquer facto qualificado pela lei penal como crime ou contravenção (Ministério da Justiça, 1962). As medidas da OTM de 1962 surgem no art.º 21.º, que nos diz que aos menores que se encontrem sujeitos à jurisdição dos Tribunais Tutelares podem ser aplicadas, isoladas ou cumulativamente, as seguintes medidas: Admoestação; Entrega aos Pais, Tutor ou pessoa Encarregada da sua Guarda; Liberdade assistida; Caução de boa conduta; Desconto nos rendimentos, salário ou ordenado; Colocação em família adotiva; Colocação em regime de aprendizagem ou de trabalho em empresa particular ou em instituição oficial ou privada; internamento em estabelecimentos oficiais ou particulares de educação ou de assistência; recolha em centro de observação, por período não superior a 4 meses; Colocação em lar de semi-internato; Internamento em Instituto médico-psicológico e internamento em instituto de reeducação.

Refira-se ainda o art.º 24.º, no qual se lê que a colocação em lar de semi-internato e o internamento em instituto médico-psicológico ou de reeducação só podem ser decretados em relação aos menores que revelem tendências criminosas ou acentuada propensão para a mendicância, vadiagem, prostituição, libertinagem ou indisciplina e para os quais o próprio internamento em estabelecimento de assistência se mostre insuficiente. O n.º 2 do mesmo artigo afirma que estas medidas não são aplicáveis aos menores com idade inferior a 9 anos (Ministério da Justiça, 1962).

Em matéria cível (art.º 35.º) competia ao Tribunal Tutelar de Menores decretar a inibição, total ou parcial, do poder paternal ou das funções tutelares; regular o exercício do poder paternal; instituir junto dos pais, tutor ou pessoa encarregada da guarda do menor, o regime de assistência educativa; fixar os alimentos devidos a menores; ordenar a entrega judicial dos Menores; emancipar os menores com mais de 15 anos de idade; entre outras (Ministério da Justiça, 1962). Os estabelecimentos tutelares de menores tinham por fim a recuperação social dos menores a seu cargo e destinavam-se à

observação, à execução de medidas de prevenção criminal e à ação de patronato. Existiam nesta época Centros de Observação anexos aos Tribunais Centrais, cuja função caía no estudo dos menores sujeitos à jurisdição tutelar, definindo as suas qualidades, defeitos de caráter, a investigar as condições do meio familiar e social de onde provinham e a formular conclusões com vista à Instituição do Tratamento mais adequado à sua recuperação social; os Institutos médico-psicológicos, que se destinavam ao internamento e observação de menores mentalmente deficientes ou irregulares; os Institutos de reeducação que promoviam a recuperação social dos menores sujeitos a medidas de internamento, mediante uma educação adequada, instrução escolar e aprendizagem de uma profissão (1); os Lares de Semi-Internato, que promoviam a recuperação social dos menores sujeitos à medida “colocação em lares de Semi-Internato; os Lares de semiliberdade destinavam-se a assegurar a transição entre o Internato e a liberdade, através da readaptação dos menores a condições normais de vida e de trabalho e, por fim, os Lares de Patronato, que se destinavam à recolha temporária dos antigos internados, que por circunstâncias familiares, económicas ou outras, se mostrem carecidos da proteção dos serviços (Ministério da Justiça, 1962).

### **3. Um novo caminho (1978 – 1999)**

Em 1978, a OTM foi reformada pela segunda vez, retomando-se a categoria dos “menores em perigo moral” – afastada em 1967. A revisão da OTM correspondeu, ainda, às alterações introduzidas na organização judiciária pela Lei n.º82/77, de 6 de dezembro. Uma das alterações foi a distinção entre os Tribunais de Família e Menores, atribuindo a competência aos primeiros em matéria de providências de natureza civil (Abreu et al, 2010).

A OTM de 1978 vigorou até 31 de dezembro de 2000. Esta publicação assentava numa ideologia de proteção e tratamento aplicando-se, indiferenciadamente, tanto a situações de crianças em risco, como a situações de jovens delinquentes, sendo estes vistos como indicadores sintomáticos do perigo, produto das circunstâncias socioeconómicas que os envolve, e as suas condutas avaliadas enquanto demonstrações de fraca socialização (Rodrigues, 2010). Em 1979, através do Decreto-Lei n.º 288/79, de 13 de agosto, é criado o Instituto do Acolhimento Familiar e, em 1986, são regulamentados os Lares de Acolhimento através do Decreto-Lei N.º 2/86, de 2 de janeiro (Pacheco, 2010).

É importante referir que o sistema português se insere num contexto internacional onde foram aprovados diversos diplomas legislativos, nos quais se verteram os direitos da criança, quer materiais, quer processuais nomeadamente promovendo ou assegurando as suas garantias perante uma intervenção estatal de cariz penal ou tutelar-penal, nos mesmos termos dos arguidos em processos penais – presunção de inocência, direito a ser ouvido, direito a intervir no processo, direito ao recurso, direito a ser assistido por um advogado, direito ao silêncio, etc. (Abreu et al, 2010). Também a nível internacional refira-se as regras das Nações Unidas para a Proteção de Menores Privados de Liberdade, de 1990, os Princípios Orientadores das Nações Unidas para a prevenção da Delinquência Juvenil, de 1990 e, a nível do Conselho da Europa e apesar de publicado um pouco antes da década de 90, a Recomendação n.º (R) 87 20, de 1987 (Abreu et al, 2010).

A década de 90 representa mais um marco determinante na promoção e proteção de crianças e jovens em risco, merecendo por esse motivo, alguma atenção. Em 1991, através da criação das Comissões de Proteção de Menores, visou-se evitar o contato dos menores com os Tribunais, procurando-se sensibilizar a comunidade para o exercício do dever de, ao lado da família (sempre que possível), encontrar soluções viáveis de intervenção junto das crianças e dos jovens. As Comissões de Menores apelavam à participação ativa da comunidade, numa nova relação de parceria com o Estado, capaz de estimular as energias locais potenciadoras de estabelecimento de redes de desenvolvimento social (Rodrigues, 2010). Em 1992 sai o regime jurídico do instituto do acolhimento familiar (Decreto-Lei n.º190/92, de 3 de Setembro) e em 1997 é criada a Rede Nacional dos Centros de Acolhimento Temporário (Resolução do Conselho de Ministros N.º 193/97) (Pacheco, 2010).

Pela mão do XIII Governo Constitucional, em 1996, surgiu a reforma do direito de menores. Foi instaurada uma comissão encarregue de rever o sistema da justiça de menores em Portugal, tendo esta concluído que o modelo de proteção da OTM era inadequado pois não considerava direitos fundamentais do menor, pondo em causa a constitucionalidade, a legalidade, a legitimidade e a proporcionalidade da intervenção e porque não conseguia dar resposta aos problemas relacionados com a criminalidade, ou melhor, com a delinquência juvenil, pondo em causa a necessidade, a adequação e a eficácia da intervenção (Abreu et al, 2010).

Assim, o ano de 1999 traz-nos a Lei Tutelar Educativa (Lei N.º 166/99, de 14 de setembro) e a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (Lei N.º147/99, de 1 de setembro), regulamentada em 2000 pelo Decreto-Lei N.º 332B/2000, de 30 de dezembro. Em 2003, através da Lei N.º31/2003, de 22 de agosto procede-se à alteração ao Código Civil, à Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, ao Decreto-Lei N.º185/93, de 22 de maio, à Organização Tutelar de Menores e ao Regime Jurídico da Adoção (Pacheco, 2010).

Nesta reforma destacamos dois diplomas fundamentais: a Lei 147/99 (Lei de Promoção e Proteção), de 1 de setembro e a Lei Tutelar Educativa (LTE). Até aqui, os menores com comportamentos desviantes eram considerados, indiscriminadamente, como carecidos de proteção, como vítimas. O modelo de proteção ordenava a aplicação aos jovens de medidas cujo fim essencial assentava na proteção, reeducação e preparação para a vida, e nunca na sua punição ou reprovação social, não fazendo qualquer tipo de distinção entre crianças e jovens em perigo e agentes de crimes (art.º 1.º da OTM) (Abreu et al, 2010). A aprovação destes dois instrumentos (Lei de Promoção e Proteção e LTE) legislativos representou a diferenciação no tratamento de situações de “menores em perigo” – menores vítimas, abrangendo também situações da chamada “para ou pré-delinquência” (consumo de estupefacientes, prostituição, etc), e de menores cujos atos consubstanciaram ilícitos penais – menores delinquentes. Esta reforma separa a intervenção tutelar de proteção da intervenção tutelar educativa. A Lei Tutelar Educativa conferiu finalmente aos jovens sujeitos a processos tutelares as garantias fundamentais conformes ao texto constitucional e aos textos internacionais, aos quais o Estado Português se encontrava vinculado (Abreu et al, 2010).

Refira-se ainda que Portugal ratificou, a 16 de maio de 2003, o Protocolo facultativo à Convenção dos Direitos da Criança relativo à venda de crianças, prostituição e pornografia infantis e a 19 de agosto de 2003, o Protocolo facultativo à Convenção dos Direitos da Criança relativo ao envolvimento de crianças em conflitos armados, ambos os protocolos adoptados pela Assembleia-Geral das Nações Unidas em 25 de maio de 2000 (Reis, 2009).



## Considerações finais

Ao longo do século XX a visão relativamente ao conceito de criança modificou-se. A criança alcançou um estatuto de singularidade que nunca alcançara anteriormente. Do mesmo modo, aprofundou-se a ideia de “risco” como elemento que torna a criança desigual face a alguma circunstância, necessitando de proteção da sociedade. Neste contexto surgiram as instituições de proteção à infância e todo um dispositivo legal, que muitas vezes não foi eficaz, com o objetivo de incluir a criança em situação de perigo na sociedade, dando-lhe utilidade. Assim, a Lei de Proteção à Infância constituiu um contributo assinalável no contexto nacional e europeu. As propostas devem ser analisadas à luz dos princípios daquele tempo. Outros modelos de organização tutelar de menores foram colocados em prática, como aconteceu no Estado Novo em 1962. Todavia, será já no interior do Portugal democrático, enquadrados por princípios europeus, que a criança alcança um reconhecimento social e legal que outrora dificilmente a sociedade assumiria. Quer isto dizer, que a evolução social e legal encontra-se na dependência do tempo e das condições sociais, económicas e políticas em que foram construídas. Portanto, tudo aquilo que acabamos de referir encontra a sua fundação na evolução das mentalidades e dos processos históricos.

## Notas de texto

(1)Os Institutos de Reeducação eram: o Instituto de Reeducação Padre António Oliveira, o Instituto de S. Domingos de Benfca, o Instituto de Reeducação de S. Fiel, o Instituto de Reeducação da Guarda, o Instituto de Reeducação de Vila Fernando, o Instituto de Reeducação de S. Bernardino, a Escola Profissional de Santa Clara, a Escola Profissional de Santo António, o Instituto de S. José e o Instituto de Corpus Christi.

## Referências bibliográficas

Abreu, C.; Carvalho, I. & Ramos, V. (2010). *Proteção, Delinquência e Justiça de Menores – Um Manual Prático para Juristas... e não só...* Lisboa: Edições Sílabo.

Afonso, José António (2011). O Nascimento de uma instituição educativa republicana: A Tutoria. Argumentos científicos e pedagógicos. *História. Revista da FLUP* – Porto, IV Série, vol. 1, 183-207.

Barbas, Alexandre; Borges, António; Castro, Pedro & Costa, Sousa e Fonseca (1912, Outubro). *A Tutoria. Revista Mensal. Defensora da Infância*. N.º1, 1-16.

Martins, Ernesto Candeias (2006, Outubro/Dezembro). A infância desprotegida portuguesa na primeira metade do século XX. *Revista Infância e Juventude. ISSN 0870-6565 (N.º4)*, 93-130.

Ministério da Justiça, LPI 27 de Maio de 1911.

Ministério da Justiça (1962). Organização Tutelar de Menores. *Diário da República*, I Série, N.º89, 512-527.

Pacheco, Paulo (2010). *Lares de Infância e Juventude: Contributos para um modelo de acolhimento e integração social*. Dissertação de Mestrado não publicada, Universidade Fernando Pessoa (Mestrado em Serviço Social), Porto.

Reis, Vitor José Oliveira (2009), *Crianças e Jovens em Risco – Contributos para a organização de critérios de avaliação de factores de risco*. Coimbra: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra (Tese de Doutoramento).

Rodrigues, Clara (2010). *A mão de Deus. A Proteção de Crianças em Perigo em Portugal e no Brasil: um estudo comparativo*. Dissertação de Mestrado não publicada, Universidade Técnica de Lisboa – Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (Mestrado em Política Social), Lisboa.

Tomé, Maria Rosa (2010). “A Cidadania Infantil na Primeira República e a Tutoria da Infância. A Tutoria de Coimbra e do Refúgio Anexo”. *Revista de História da Sociedade e da Cultura*. Vol. 10, 481-500.

## **Nota sobre os autores**

### **Marisa Candeias**

[marisa.candeias@gmail.com](mailto:marisa.candeias@gmail.com)

Diretora técnica da Santa Casa da Misericórdia de Portalegre.

Mestre em Sociologia. Pós-graduada em Educação e Proteção de Crianças e Jovens em Risco

### **Helder Henriques**

[henriqueshelder@gmail.com](mailto:henriqueshelder@gmail.com)

Professor na Escola Superior de Educação de Portalegre. Investigador do CEIS20 da Universidade de Coimbra e do Centro Interdisciplinar de Investigação e Inovação do Instituto Politécnico de Portalegre.

Doutor em Ciências da Educação, na especialidade de História da Educação.

# **Narrativas sobre a Infância e Juventude Republicana na Imprensa Portalegrense (1910 – 1926)<sup>1</sup>**

## **Narratives about Republican Childhood and Youth in the Press of Portalegre (1910 – 1926)**

**Cristina Mira-Luís**

**Joana Duarte**

**Hélder Henriques**

### **Resumo**

A presente comunicação resulta de um projeto pedagógico desenvolvido na unidade curricular de História e Filosofia da Educação, no 3.º ano do curso de Educação Básica. O nosso objetivo consiste na apresentação do referido projeto e, em parte, dos resultados obtidos. Procuramos compreender que discursos se encontram representados na imprensa local sobre a infância e juventude na 1ª República Portuguesa. Para o efeito, recorremos a um conjunto de teóricos que permitem uma interessante discussão conceptual (Ariès, 1973; Ferreira, 2001; Gomes, 1995; Fernandes, Lopes & Filho, 2006). Neste trabalho, utilizamos, metodologicamente, a crítica histórica, numa perspetiva diacrónica.

Em suma, procuramos compreender que discursos e representações podem ser encontrados na imprensa regional e local portalegrense, num tempo em que os conceitos de infância e juventude se encontram em processo de construção. Pretendemos, ainda, salientar o papel da imprensa local, enquanto valioso recurso de trabalho, rico em testemunhos educativos.

**Palavras-chave:** infância; Portalegre; imprensa; História

### **Abstract**

This communication is the result of an educational project developed in the course of History and Philosophy of Education, in the 3rd year of the Basic Education course. Our goal is the presentation of the project and, in part, of the results obtained. We tried to understand what speeches are represented in the local press about the childhood and youth in the 1st Portuguese Republic. To this end, we resort to a theoretical set that allow an interesting conceptual discussion (Ariès, 1973; Ferreira, 2001; Gomes, 1995; Fernandes, Lopes & Filho, 2006). In this paper, we use, methodologically, historical criticism, a diachronic perspective.

In short, we intend to understand what discourses and representations can be found in the local and regional press of Portalegre, at a time when the concepts of childhood and youth are in the process of construction. We also stress the role of local press, as a valuable work resource, rich in educational testimonies.

**Keywords:** children; Portalegre; press; History

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no III Seminário de I&DT, organizado pelo C3i – Centro Interdisciplinar de Investigação e Inovação do Instituto Politécnico de Portalegre, realizado nos dias 6 e 7 de Dezembro de 2012.

## Introdução

A presente comunicação visa divulgar um projeto pedagógico desenvolvido no passado ano letivo, no âmbito da unidade curricular História e Filosofia da Educação, do 3.º ano do curso de Educação Básica (2009/2012). A unidade curricular, da responsabilidade de Hélder Henriques, tem como objetivo, segundo o respetivo programa, “promover uma reflexão crítica sobre alguns dos principais temas e problemas educacionais e formativos, observados à luz de uma perspetiva histórica e filosófica”. De facto, procurou-se promover o trabalho de investigação, de acordo com o espírito da Declaração de Bolonha, levando os envolvidos a “desenvolver, globalmente, competências de identificação e compreensão dos principais momentos da evolução histórica portuguesa, nos domínios da educação e ensino”, à luz de “um olhar crítico e reflexivo relativamente aos debates, às políticas, às opções pedagógicas e às práticas que se registaram” ao longo dos tempos (Programa HFE 2011/2012: 1). Ao longo do projeto, contámos com a orientação do docente, que contribuiu ativamente para que o trabalho fluísse de forma positiva, quer ao nível do fornecimento de informação pertinente, sugestões práticas e esclarecimento geral da turma, em contexto de sala de aula, quer por meio de aconselhamento e apoio específico aos vários grupos de trabalho formados.

O nosso objetivo consiste, portanto, na apresentação do referido projeto académico e, em parte, dos resultados obtidos. Do ponto de vista metodológico, utilizámos a crítica histórica, numa perspetiva diacrónica, de acordo com as ideias defendidas por alguns autores de renome da área da História da Educação, como Philippe Ariès (1973), Joaquim Ferreira Gomes (1995), António Gomes Ferreira (2000; 2001), Rogério Fernandes (1978; 1979, 2006), entre outros.

Este projeto de investigação assumiu como principal fonte documental a imprensa periódica portalegrense, nomeadamente, o jornal *O Distrito de Portalegre*. A investigação realizada foi levada a cabo no fundo local da Biblioteca Municipal de Portalegre, ao longo de várias sessões de trabalho monitorizadas pelo docente, realizadas em dias diferentes, compreendendo, esta fase, muitas horas de trabalho. Para o efeito, a turma foi dividida em grupos de dois ou três elementos. Cada grupo escolheu o período do século XX a estudar. Posteriormente, procedeu-se à procura de informação

relativa à temática “infância e juventude”, sendo necessário folhear os volumes encadernados que contêm a compilação dos exemplares do periódico *O Distrito de Portalegre*, referentes aos diferentes períodos e tentar encontrar artigos apropriados que eram, então, fotografados. A análise dos materiais recolhidos permitiu caracterizar sucintamente as realidades espaciotemporais respeitantes à vida dos jovens e crianças portalegrenses, nos diferentes períodos abordados. Por fim, os vários grupos de trabalho apresentaram o registo das inferências resultantes, através de um breve relatório escrito e também à turma, oralmente.

Nesta comunicação, optámos por restringir a nossa análise à época compreendida entre 1910 e 1926 – a Primeira República Portuguesa. Em suma, procurámos compreender que discursos e representações podem ser encontrados na imprensa regional e local portalegrense, num tempo em que os conceitos de infância e juventude se encontram em processo de construção. Pretendemos, ainda, salientar o papel da imprensa local, enquanto valioso recurso de trabalho, no domínio da educação.

## **1. Educação e República: breve contexto**

O pensamento pedagógico republicano encontra o seu fundamento científico no desenvolvimento de vários saberes no início da centúria de novecentos. A ideia que a nação portuguesa deveria encontrar-se no caminho do progresso tornou a educação um importante domínio que os republicanos deram atenção, de modo a demonstrar que com instrução, educação e trabalho Portugal poderia criar um “outro homem”, novo e com ambição capaz de servir o regime político. Pretendemos, assim, contextualizar, o nosso discurso, pelo que abordaremos, de forma sucinta, o conceito de Educação no período em questão.

No início do século XX, em Portugal:

“com a consolidação do movimento associativo docente, o professorado começa a organizar-se na procura de uma política educativa modernizada(...)

O conhecimento e a divulgação de experiências pedagógicas realizadas além-fronteiras vão contribuindo para uma tomada de consciência de soluções alternativas às metodologias tradicionais e vão criando uma atmosfera favorável à introdução de reformas inovadoras.” (Santos, 2003:107).

Durante este período, a profissionalização da classe docente ganha um impulso importante sobretudo no que respeita à formação de professores. Existe um entusiasmo patente em torno de novas experiências neste domínio evidenciadas ao nível da imprensa e dos eventos pedagógicos.

No entanto, o legado monárquico refletia-se de forma bastante negativa no panorama educativo, uma vez que a formação de professores deixava muito a desejar devido ao número insuficiente de “escolas normais primárias”. O ensino liceal e o ensino profissional eram frequentados por uma pequena fração de jovens e a taxa de analfabetismo situava-se, então, acima dos 75%. Existia uma única universidade, situada em Coimbra.

Com a instauração da República, criam-se as condições ideais para as desejadas mudanças que se tornam propícias à implementação de medidas inovadoras na educação. “Achava-se que a escola tinha um papel fundamental a desempenhar, dada a renovação das consciências que a Revolução Republicana exigia” (Santos, 2003:107).

Os ideais da chamada "Educação Nova" corriam, então, por todo o mundo ocidental e chegaram também a Portugal, resultado, em parte, das interações entre pedagogos portugueses e estrangeiros. A introdução dos ideais da "Educação Nova" em Portugal, porém, não ocorreu de forma tão significativa como em outros países, devido ao reduzido número de “Escolas Novas” criadas e ao curto período de existência das mesmas. O facto é que se vivia um período de grande instabilidade política, o que não abonava a favor do asseguramento da implementação das medidas que floresciam no contexto educativo. No entanto, os republicanos sempre acreditaram na força e na importância da instrução e invocavam o lema: "O Homem vale sobretudo pela educação que possui".

Durante o período da Primeira República, os sucessivos governos desenvolveram significativas reformas no ensino: criaram o ensino infantil para crianças dos quatro aos sete anos, tornaram o ensino primário obrigatório e gratuito para as crianças entre os sete e os dez anos, criaram novas escolas do ensino primário e técnico (agrícolas, comerciais e industriais), fundaram "escolas normais" destinadas a formar professores primários, criaram as Universidades de Lisboa e do Porto, concederam maior número

de "bolsas de estudo" a alunos carenciados e estabeleceram escolas "móveis" para o ensino de adultos.

A principal preocupação da governação republicana era alfabetizar, ou seja, prover instrução primária para o maior número possível de portugueses. Contudo, na prática, muitas das medidas tomadas não obtiveram os resultados que se esperavam, por falta de meios financeiros. No final da Primeira República, mais de metade da população portuguesa continuava analfabeta, sendo o número muito superior nas pequenas vilas e aldeias.

Além do ensino oficial, os republicanos apoiaram as associações recreativas e culturais. Em muitas delas, existiam bibliotecas, salas de leitura infantil e organizavam-se conferências, debates e exposições. A promoção da liberdade de expressão permitia que quaisquer temas fossem objeto de abordagem.

O uso insistente de termos como "Educação Nova", "Escola Nova" e outros, evidenciavam a intenção óbvia de rotura com uma educação tradicional e a mentalidade anteriormente vigentes. Pretendia-se a criação de um "Homem Novo", pensante e atuante em conformidade com a ideologia da "Educação Nova". Esta advogava a educação centrada na criança e uma metodologia dinâmica, onde o aluno fosse verdadeiramente interveniente no processo educativo. O objetivo seria promover o desenvolvimento da autonomia, consciência cívica e espírito crítico dos alunos, direcionando-os para uma futura intervenção ativa na vida em sociedade. O processo educativo deveria apresentar componentes significativas a nível moral, cívico e patriótico. Acreditava-se num mundo melhor e no progresso, em resultado da educação republicana e valores nobres como a solidariedade, a fraternidade, a liberdade e a paz eram glorificados. A experiência como aprendizagem para a vida era uma prioridade, valorizando-se a educação integral, a promoção da saúde e da higiene, assim como a robustez física do indivíduo.

O ensino deveria ser absolutamente laico. Era, assim, necessário demolir "determinadas muralhas, altas e espessas, cuja implantação, no território das actividades pedagógicas, impossibilitava o avanço dos ideais revolucionários". Estas eram ilustrativas das ordens religiosas presentes no território e da intensa influência da Igreja Católica ao nível do

ensino das escolas públicas. Deste modo, implementaram-se leis e decretos “deliberadamente incómodos para os sentimentos conservadores da Nação”, que incluíram, até mesmo, a extinção da Faculdade de Teologia (Carvalho, 2003: 659, 661).

A localização das instalações educativas era considerada importante pois existia a preocupação de que promovesse o contato com a natureza. Compreendiam instalações prático-laboratoriais e oficinais, de modo a permitirem a experimentação científica e a realização de trabalhos manuais. Existiam também instalações de prática de atividades desportivas e espaços ao ar livre para atividades lúdicas. Realizavam-se, ainda, atividades educativas extracurriculares e culturais, como as festas escolares do Natal, da Primavera e do Final do Ano, entre outras. A relação entre os professores e os alunos pretendia-se familiar e não do tipo hierárquico, centralizada na posição inquestionavelmente superior do docente. Privilegiava-se o ensino experimental e a fomentação da criatividade e liberdade do aluno.

Os valores relacionados com a família eram prezados. Esta devia colaborar com os novos princípios educativos. A mãe, em especial, detinha um papel importante, colaborando com o professor na educação dos filhos, em casa. A mulher reivindicou e assegurou alguns direitos, como o acesso à educação, uma vez que a “Educação Nova” defendia e praticava a coeducação dos géneros masculino e feminino, estimulando a cooperação e interação social entre os mesmos. Apesar de tudo, o número de alunas era predominantemente inferior ao dos alunos.

O golpe de 28 de maio de 1926 ditaria, aos poucos, a gradual decadência deste movimento marcado por inovação e liberdade. Muitos dos pedagogos renovadores de destaque foram perseguidos, presos e exilados. Gradualmente, o “fervor” progressista foi-se dissipando, de modo que, “a partir de 1935 quase se deixou de falar em Educação Nova em Portugal” e “os pedagogos progressistas passam, a partir desta altura, a funcionar nas margens do sistema” (Santos, 2003:112).



## 2.A Imprensa, a História e a Educação: “O distrito de Portalegre”

A imprensa periódica portuguesa, cuja origem remonta ao período moderno, floresce nos aglomerados urbanos de maior desenvolvimento, como Lisboa, Porto e Coimbra e só anos mais tarde surge em localidades menos centrais. Não existem dúvidas, atualmente, em relação ao valor da imprensa local. Este é inquestionavelmente inestimável no que diz respeito a desvendar as realidades dos tempos passados e o reconhecimento de tal verdade evidencia-se no facto de que “são felizmente numerosos os estudos sobre o jornalismo regional em todo o país, com dezenas e dezenas de trabalhos (...)” (Ventura, 1991:XIII).

O periódico que serviu de base à nossa investigação – *O Distrito de Portalegre* – foi fundado a 27 de abril de 1884. Foi um jornal de edição, ora semanal, ora bissemanal, que privilegiou os acontecimentos significativos de âmbito local com uma componente predominantemente cultural, apresentando frequentes artigos de natureza histórica, etnográfica e biográfica. Apresentou, invariavelmente, um cunho conservador e católico. Com uma vida de mais de cem anos, *O Distrito de Portalegre*, cuja publicação perdurou até o ano de 2010, foi um dos jornais de província de maior longevidade.

Seleccionámos, portanto, alguns artigos fotografados que nos documentam algumas questões sobre a temática da educação vigente na Primeira República. Apesar de encontramos diversos artigos sobre outras áreas relacionadas com a infância e a juventude portalegrense durante essa época, optámos por limitar a nossa exposição de hoje, em especial, ao domínio educativo, uma vez que durante os processos de investigação esta articulação evidenciou-se perante os elementos da turma.

Pouco antes do início do referido período, *O Distrito de Portalegre* apresentava duras e insistentes críticas à realidade educativa nacional. Por exemplo, o artigo “A instrução primária” de 16 de fevereiro de 1910 referia: “Ninguém contesta que a instrução primária oficial é, entre nós, deficiente” e salientava as más condições características das instalações escolares portuguesas, além do reduzido número das mesmas. Já com a República instaurada, as críticas continuavam. De acordo com o artigo “A escola primária em Portugal” de 27 de novembro de 1910, o alvo da educação em Portugal era, supostamente, inalcançável: “A escola primária portuguesa não pode, portanto, formar o

homem de carácter, o verdadeiro cidadão” e identificava o motivo subjacente a tal impossibilidade: “Porque nós não temos escolas, nós temos espeluncas, antros, que pervertem, não educam”.

O artigo “A instrução primária” de 20 de fevereiro de 1910 salientava a missão cobrada ao professor: “Ao professorado, e muito especialmente ao professor primário, não importa e interessa somente a instrução, porque no ensino das crianças grande relevo e valor tem a educação civil e moral.”

Em repetidos artigos, as características do sistema educativo português foram contrastadas com os panoramas educativos de outros países, como a França, a Alemanha e a Bélgica, entre outros. O número de 13 de novembro de 1910, na série “A escola primária em Portugal”, observava: “Percorramos as escolas da Bélgica e da França (...) N’estes centros educativos não notamos a monotonia e a aridez contrariamente ao que se dá entre nós.” E acrescentava: “As suas escolas convenientemente mobiladas, reunindo todo o material didáctico, obedecendo a todas as condições hygiénicas e pedagógicas, dão-nos o aspecto d’um jardim!”

O papel da mulher foi, claramente, esclarecido em vários artigos recolhidos. O jornal de 7 de dezembro de 1910, na série “A escola primária em Portugal”, dizia:

“A mãe, *esse poderoso íman*, que tão grande influência exerce nos destinos do filho, não se encontra à altura de desempenhar convenientemente o papel sagrado que a Natureza lhe confiou, porque a influência d’um meio asfíxiante, actuando sobre ella, lhe não permite pôr em prática a sua acção educativa!!...”

Assim, a condição degradante do ensino escolar é identificada como fator corrompedor da própria família, comprometendo os deveres “naturais” atribuídos às mães. O artigo de 25 de dezembro de 1910 mencionava, com conotação negativa, o recurso aos serviços de amas, alegando: “Poderá a ama desempenhar cabalmente o seu papel? Não. Porquê? Porque não é mãe”. Fazia, então, alusão à situação supostamente condenável: “(...) reportamo-nos à mulher do nosso meio aristocrático, que, para obedecer ao luxo, se transvia do seu fim, abandonando o filho (...)”.

No ano seguinte, as críticas ao sistema educativo e as comparações entre este e os sistemas de outros países continuaram. Relativamente ao sistema belga, o artigo “A escola primária em Portugal” de 9 de janeiro de 1911, declarou:

“O seu acendrado amor pela escola obrigou-o a proporcionar aos alunos excursões escolares, jogos, banho, médico para exames minuciosos, dentistas, professores modelos, cantinas escolares, gymnástica sueca, etc., meio este tão sympático que tende a extirpar o terrível analfabetismo!...”

Aqui é feita uma clara alusão à pedagogia defendida pela “Educação Nova”. Também o é, a reivindicação realizada no artigo anterior da mesma série, do número de 4 de janeiro de 1911: “(...) nós queremos tornar a criança forte de corpo para robustecimento do espírito, tornando-a capaz d’um ideal elevado (...) Nós queremos tratar a fundo da educação physica da criança (...) nós queremos a gymnástica obrigatória (...)”.

De facto, impunham-se mudanças e cobravam-se promessas. O artigo “A escola primária em Portugal – IX” de 1 de fevereiro de 1911 afirmava: “A dignificação da escola impõe-se ao governo da república portuguesa” e o artigo “Instrução e Educação – XII” de 8 de fevereiro de 1911 declarava esperançosamente: “Aguardamos, pois confiados, n’esse ideal de justiça.” E continuava: “Anhelemos pacientes e ponderados pelo advento da escola *instructivo-educativa* para nos dias do grande regozijo nacional içarmos conscienciosamente a bandeira (...)”.

*O Distrito de Portalegre* de 2 de abril de 1911 enumerava as diversas reformas educativas a implementar à luz da governação republicana, apresentando as principais alterações consequentes. Todavia, as críticas não demoraram a surgir de novo. Com o passar do tempo, acusações e críticas diversas eram constantemente apresentadas, referentes a várias questões – a não implementação ou a prática tardia de medidas propostas, o deficiente desempenho docente, as inadequadas condições das instalações escolares, a distância necessariamente percorrida a pé pelas crianças para acederem às escolas, as despesas envolvidas na aquisição de materiais escolares apesar do caráter de gratuidade do ensino, entre outras.

Contudo, os valores republicanos continuavam a ser invocados na publicação analisada. O jornal de 27 de novembro de 1912 apelava para a “missão educadora” do professor enquanto promotor do “amor à República e à Democracia” e defendia que “a escola é a

pedra angular da Pátria incarnada na República”. O artigo “Instrução” de 11 de março de 1914 admitia, por fim: “Devemos concordar que alguma coisa de útil tem resultado dos estudos feitos e das reformas tentadas (...) Mas muito há ainda por fazer (...)”. Assim, *O Distrito de Portalegre* continuou, durante todo o período da Primeira República, tecendo críticas ao sistema educativo e reivindicando melhorias.

As sucessivas críticas encontradas nos artigos analisados deixam-nos concluir que, em Portalegre, as medidas envolvidas na reforma educativa não se implementaram facilmente nem se registaram mudanças positivas de imediato face ao que eram as linhas gerais da política educativa republicana. Os portalegrenses nem sempre viram as suas ambições no domínio da educação serem facilitadas. Por exemplo, o número de 23 de novembro de 1916 refere-se a um projeto de elevação do Liceu Nacional de Mousinho da Silveira à categoria de central, que representava um alto benefício à causa da instrução e um incontestável melhoramento a que o distrito de Portalegre sentia ter inegável direito. Todavia, a sua concretização foi dificultada, devido ao aumento de despesas que acarretava. No artigo, porém, alegava-se que “essa será na sua maior parte compensada pelo aumento extraordinário de alunos (...)” (Henriques, 2008).

Por fim, o jornal de 22 de abril divulgava uma nova etapa no processo – “que o projeto de lei (...) já foi dado para ordem do dia e que, brevemente, será discutido”. Outros problemas ocorreram, mais tarde, também em relação à Escola Industrial de Portalegre. O artigo “Reformas necessárias” de 7 de outubro de 1920 explicou que, devido à desorganização e má gestão, a instituição havia perdido o estatuto, passando à categoria de Escola de Artes e Ofícios. Posteriormente, reconquistou a categoria anterior.

O artigo “Instrução” do número de 28 de setembro de 1913 mencionava problemas que parecem denunciar a realidade portalegrense da época. Referia a dificuldade por parte dos pais em arcar com as despesas associadas à aquisição de livros e restante material escolar, responsabilizando tal situação pelo crescente abandono escolar. Também expunha as caminhadas percorridas por algumas crianças a fim de aceder às escolas e ironizava: “quem faz parte das comissões não sabe, visto julgar que nas nossas aldeias há comodidades como em Lisboa (...)”.

Estes testemunhos levam-nos a acreditar que, provavelmente, em virtude da interioridade do território e do seu carácter predominantemente rural, com aldeias e montes espalhados, a acessibilidade à educação não seria fácil. Talvez, por tais motivos, o analfabetismo, considerado um “cancro” a vencer, continuasse, por anos, a apresentar níveis tão significativos. O número de 20 de janeiro de 1916 apresentava um artigo intitulado “O analfabetismo no districto de Portalegre” e revelava conclusões pessimistas, conforme os seguintes excertos:

“A média districtal do iletrismo, sem distinção de sexos, em Portalegre, eleva-se à cifra de 71,5 por cento, a qual só é excedida pelos districtos de Beja e Castelo Branco.  
(...) o retrocesso da instrução elementar do homem (...) é somente excedido nos districtos de Leiria e Ponta Delgada (...)  
Portalegre é um districto de grande analfabetismo e, o que é mais grave, sem progresso, que permita modificar dentro em pouco esse precário estado de intrução elementar.”

Assim, é de supor que grande parte das crianças e jovens chegava dificilmente à escola e que, provavelmente, auxiliaria os pais em atividades agrícolas, domésticas e outras. Apesar de se acreditar que “a educação é tão necessária como o pão”, conforme afirmado no artigo de nome “A Educação” de 18 de abril de 1915, o analfabetismo continuou, assim, a grassar no distrito de Portalegre, durante largos anos.

Outra questão que se coloca está relacionada com a existência de atividades de carácter lúdico-recreativo. Estas, naturalmente, existiam, embora grande parte delas refletissem princípios transversais ao domínio da educação. Por exemplo, o artigo “A festa da bandeira”, de 27 de novembro de 1910, informava que o Diário do Governo havia publicado um diploma que demandava: “Que se solemnize o dia 1.º de dezembro como festa da bandeira nacional”, que deveria ser observada em todas as “cidades e vilas da República” e promovida ao nível das instituições educativas. Outro exemplo é referido no número de 11 de março de 1914, no artigo intitulado “Festa da Árvore”, que orientava os professores de todas as escolas, oficiais e particulares, a acompanhar os seus alunos num cortejo, cerimónia que incluiria a entoação de hinos patrióticos e a plantação de árvores, numa clara alusão à celebração do “florescimento” da República.

Realizavam-se ainda outro tipo de festas. O número de 8 de janeiro de 1922, noticiava a ocorrência de uma festa escolar, realizada no salão da Cooperativa Operária, que incluía a entrega de prémios “aos alunos distintos das escolas da cidade” e que contou com a

presença de “autoridades civis, militares e eclesiásticas”. Decorriam também outros eventos culturais. Por exemplo, o número de 16 de julho de 1914 menciona um espetáculo de teatro da banda dos bombeiros, promovido pelo Núcleo Juventude Sindicalista.

A presença de autoridades eclesiásticas num evento escolar, num contexto em que a educação se pretendia laica, parece denunciar o esforço da parte da Igreja Católica em manter a influência outrora exercida. Essa intenção parece ficar evidente ao constatar a realização de eventos em que se contrariam os princípios defendidos pela “Educação Nova”. Uma dessas ocasiões foi noticiada pelo número de *O Distrito de Portalegre* de 14 de julho de 1918, que aludiu a “uma conferência notável à mocidade de Portalegre”, presidida pelo Bispo da Diocese e com a participação de um tal Dr. Almeida Correia.

Este último, entre outras coisas, “disse que era deficiente a educação da mocidade” e declarou perentoriamente: “Firmeza de vontade e metodologia rigorosa num viver sóbrio, norteado pela moral cristã, eis as grandes alavancas do aperfeiçoamento individual”. Assim, era óbvio que a Igreja não desistira de procurar influenciar a mente e conduta do povo em geral e persistiria, decididamente, no seu objetivo, usando os meios ao seu dispor para o efeito.

## **Conclusão**

De acordo com o que apurámos na investigação realizada, parece-nos que é lícito inferir que as reformas no panorama educativo, durante a Primeira República, não produziram os resultados desejados no distrito de Portalegre. Facto que despoletou incessantes críticas ao nível da imprensa periódica. Por se tratar de um território do interior, com fracos acessos e com uma população predominantemente rural, com poucos meios de subsistência, o distrito continuou a apresentar níveis muito elevados de analfabetismo. Conclui-se, portanto, que as condições existentes não favoreciam o ingresso de todas as crianças na escola e que, provavelmente, o sucesso e abandono escolar por parte de crianças e jovens era frequente.

Por outro lado, a imprensa reflete um quotidiano que era profundamente marcado pelas iniciativas escolares. Em vários momentos verificamos que a cidade vivia o calendário

académico, destacando-se as iniciativas das crianças e jovens nas escolas primárias, no ensino liceal e técnico. Portalegre era palco de diversas festas e eventos culturais. Nestes, era frequente a exaltação dos valores e princípios propagandeados pela República, ainda que a Igreja procurasse manter a sua esfera de influência e controle sobre a população em geral e sobre a mocidade, em particular.

Em suma, este trabalho de iniciação à investigação permite-nos reforçar o argumento de que as políticas educativas republicanas chegavam ao distrito de Portalegre, todavia eram adaptadas às características do território. Uma coisa era aquilo que se promovia, do ponto de vista central, outra era aquilo que acontecia do ponto de vista local. É por tudo isto que a imprensa periódica surge como um importante elemento para o conhecimento das realidades locais e, neste caso particular, da infância e juventude em articulação com as políticas educativas. Acreditamos que

“A imprensa periódica constitui uma fonte necessária para o estudo da história contemporânea nos seus diversos domínios; nela se exprime, directa ou indirectamente, a opinião pública no sentido de opinião publicada. E foi igualmente, até à difusão alargada de outros meios de comunicação de massas (televisão, *internet*...), o principal instrumento de formação dessa mesma opinião pública” (Adão, 2012:11).

Esperamos ter conseguido transmitir a importância que reconhecemos e que atribuímos ao papel da imprensa, enquanto recurso de informação insubstituível, aquando do estudo da história e em particular da História da Educação. É, portanto, legítimo afirmar que “a imprensa periódica ocupa um lugar privilegiado entre as fontes da história contemporânea” (Ventura, 1991:VII) e que assume, igualmente, enorme importância nos processos de ensino-aprendizagem.

## **Referências bibliográficas**

Adão, Áurea (2012). *A Educação nos artigos de jornal durante o Estado Novo (1945-1969) – Um repertório cronológico, temático e onomástico*. Lisboa: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa.

Carvalho, Rómulo de (1986). *História do ensino em Portugal, desde a fundação da nacionalidade até ao fim do regime de Salazar-Caetano*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Fernandes, R. (1978). *O pensamento pedagógico em Portugal*. Lisboa: Instituto da Cultura Portuguesa.

Fernandes, R. (1979). *A pedagogia portuguesa contemporânea*. Lisboa: Instituto de Cultura Portuguesa.

Henriques, Helder M. G. (2008) *O professor do ensino liceal: Portalegre 1851-1963*, Coimbra: Palimage.

Santos, Luís C. R. (2003). *A educação nova, a escola moderna e a construção da pessoa. Desenvolvimento, cidadania, educação e liberdade*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa: Faculdade de Ciências e Tecnologia.

Ventura, António (1991). *Publicações de Portalegre (1836 – 1974)*. Portalegre: Câmara Municipal de Portalegre.

#### **Periódico analisado:**

*O Distrito de Portalegre (1910-1926)*.

#### **Nota sobre os autores**

##### **Cristina Mira-Luís**

[cris.mira-luis@live.com.pt](mailto:cris.mira-luis@live.com.pt)

IPPortalegre – ESEP – Educação Básica

É licenciada em Educação Básica. Nasceu em Toronto, no Canadá e reside atualmente em Nisa. Frequenta o mestrado de Ensino do 1.º e 2.º Ciclos do Ensino Básico na Escola Superior de Educação de Portalegre.

##### **Joana Duarte**

[joanapatriciaduarte@sapo.pt](mailto:joanapatriciaduarte@sapo.pt)

IPPortalegre – ESEP – Educação Básica

É licenciada em Educação Básica. Nasceu e reside em Portalegre. Frequenta o mestrado de Educação Pré-Escolar na Escola Superior de Educação de Portalegre.

##### **Helder Henriques**

[henriqueshelder@gmail.com](mailto:henriqueshelder@gmail.com)

Professor na Escola Superior de Educação de Portalegre. Investigador do CEIS20 da Universidade de Coimbra e do Centro Interdisciplinar de Investigação e Inovação do Instituto Politécnico de Portalegre.

Doutor em Ciências da Educação, na especialidade de História da Educação.



# **O Internato de Santo António de Portalegre: Uma perspetiva histórica (décadas de 30 a 80 do século XX)<sup>1</sup>**

**The Internship St. Anthony of Portalegre: A historical perspective (30 to 80  
decades of the twentieth century)**

**José Alberto Gomes**

**Paula Cristina Patacas**

**Helder Henriques**

## **Resumo**

O propósito deste trabalho consiste na apresentação de um retrato histórico sobre uma das mais relevantes instituições de proteção de crianças e jovens do norte alentejano, entre as décadas de 30 e 80 da centúria de novecentos. Partimos para esta análise ancorados num conjunto de autores que permitem problematizar este olhar histórico de uma forma global e plural (Goffman, 1974; Foucault, 1980; Amâncio, 1994; Ariés, 1973). Recorremos a um conjunto de fontes documentais que podem ser divididas em três partes: em primeiro lugar, documentação de arquivo (correspondência); em segundo lugar, a imprensa regional e local e, em terceiro lugar, a iconografia. Este trabalho caracteriza-se por utilizar uma abordagem sociohistórica, do ponto de vista metodológico. Em suma, a comunicação abordará principalmente os ritmos formativos e sociais, em cruzamento com a realidade local, que o Internato de Santo António foi promovendo ao longo de várias décadas de existência na cidade de Portalegre.

**Palavras-chave:** instituição; infância e juventude; formação; sociedade

## **Abstract**

The purpose of this paper is to present a historical picture about one of the most relevant institutions for the protection of children and young people of the north Alentejo, between 30 and 80 decades of twentieth century. We start this analysis anchored in a set of enabling authors to investigate this historical portrait (Goffman, 1974; Foucault, 1980, Amancio, 1994; Ariès, 1973). We use a set of documentary sources that can be divided into three parts: first, documentation file (correspondence), and secondly, the local and regional press and, thirdly, the iconography. This work characterizes itself by using a sociohistorical approach. In short, the communication will focus training and social rhythms, crossed with the local reality, the Internship St. Anthony has been promoting over several decades of existence in the city of Portalegre.

**Keywords:** institution; childhood and youth; formation; society

## **INTRODUÇÃO**

O propósito deste trabalho consiste na apresentação de um retrato histórico sobre uma das mais relevantes instituições de proteção de crianças e jovens do norte alentejano, entre as décadas de 30 e 80 da centúria de novecentos. Partimos para esta análise ancorados num conjunto de autores que permitem problematizar este retrato histórico de

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no III Seminário de I&DT, organizado pelo C3i – Centro Interdisciplinar de Investigação e Inovação do Instituto Politécnico de Portalegre, realizado nos dias 6 e 7 de Dezembro de 2012.

uma forma global e plural (Goffman, 1974; Foucault, 1980; Amâncio, 1994; Ariés, 1973).

Recorremos a um conjunto de fontes documentais que podem ser divididas em três núcleos: em primeiro lugar, documentação de arquivo (correspondência); em segundo lugar, a imprensa regional e local e, em terceiro lugar, a iconografia. Do ponto de vista metodológico, este trabalho caracteriza-se por utilizar uma abordagem sociohistórica. Revestindo-se este ponto de um papel importante uma vez que foi o método utilizado na análise interpretativa do material recolhido na instituição, fotografias de vários eventos e atividades. Também a revisão de literatura permitiu-nos salientar que a imprensa, a partir da década de 80 do século XX, tem vindo a assumir uma nova importância no desenvolvimento do conhecimento histórico. Tal como podemos constatar “ *a imprensa constitui uma fonte imprescindível para o estudo da História Moderna e Contemporânea*” (Lopes, 2004:87).

Ainda, de acordo com este autor, fatores como a interpretação de episódios enquanto recursos fundamentais para a investigação histórica e a conceção do carácter periódico da História justificam a crescente importância adquirida pela imprensa escrita pelos investigadores. Constatamos que a imprensa escrita poderá ser interpretada:

“como factor metodológico de maior interesse para uma maior aproximação do passado que deve compreender desde a evolução do mundo das ideias aos grandes movimentos políticos e sociais, até à recuperação de realidades e concepções geralmente ignoradas pela história convencional numa espécie de arqueologia da vida quotidiana que só é possível por intermédio da imprensa”. (Garcia e Aragonês, 1993:528, citado por Lopes, 2004:87).

Surgem-nos assim algumas interrogações que constituem linhas orientadoras deste trabalho: Que aproximações e distanciamentos podemos estabelecer entre o Internato de Santo António de Portalegre e uma “instituição total”? De que forma esta tipologia institucional educa (ou) / integra (ou) os seus “jovens”? Que importância e que função desempenha (ou) o Internato de Santo António na comunidade local? Com base na abordagem de diversos conceitos gerais e específicos (Institucionalização, Infância e Juventude, Formação e Sociedade) propomos - nos então responder a estas questões, problematizando a evolução do conceito de infância, a contextualização histórica da instituição e/ou de internato/instituição, o papel e funções atribuídas às instituições com

o objetivo de mostrar a importância desta instituição ao longo dos tempos, no Alto Alentejo e no país.

Em suma, a comunicação abordará principalmente os ritmos formativos e sociais, em cruzamento com a realidade local, que o Internato de Santo António de Portalegre foi promovendo ao longo de várias décadas de existência na cidade de Portalegre.

## **1. HISTÓRIA E INFÂNCIA: CONSTRUÇÃO DE UMA CONSCIÊNCIA**

Torna-se revestido de especial importância, para a interpretação e compreensão conceptual deste trabalho, o estudo e abordagem aos conceitos de criança e infância, salientando que ao longo da História a atitude dos adultos face à criança foi alvo de grandes mudanças, que perduram até hoje, e que estão, certamente, relacionadas com as diferentes épocas em que se vive (Ariés, 1973;1997). Importa retratar a importância das construções históricas na interpretação das crianças e jovens. É necessário recuar à Antiguidade, para mais facilmente perceber que as crianças eram geralmente vistas como seres indefesos e incapazes de dirigir os seus próprios afetos.

A autora Magalhães (2002) salienta a este propósito que:

“(…) o infanticídio era uma prática habitual, por razões que se prendiam com crenças religiosas, onde era implicado o sacrifício de crianças, servindo também para eliminar filhos ilegítimos, recém-nascidos prematuros ou com malformações, ou ainda como um modo de controlo da natalidade, “(…) na Roma Antiga as crianças não desejadas podiam ser mortas à nascença (...)” (Alberto, 2004: 27)”.

Na antiguidade clássica é possível encontrar referências às crianças que traduzem uma enorme complexidade. Se por um lado, eram vistas como tendo uma natureza pouco estruturada, moldáveis, ensináveis, ignorantes, desconhecedoras, sem capacidade para pensar e corruptíveis, por outro lado, também eram consideradas brincalhonas, divertidas, ternas, encantadoras, adoráveis, inocentes e curiosas (Borstelmann, 1983).

Davam-lhes especial atenção, por exemplo, em cerimónias e rituais que acompanhavam o nascimento, tendo inclusive criado uma deusa de nome Rumília (para a criação das crianças até ao estado adulto). Igualmente na Grécia Antiga, as crianças, eram vistas como objetos de afeto, membros importantes da família e como símbolos da sua futura sociedade. Os gregos atribuíam grande importância ao treino precoce, para moldar e

formar a criança, para que esta adquirisse interesses culturais, tendo em consideração as diferenças sociais e de idade de cada criança. Sublinhe-se aqui a ênfase que os gregos davam à educação.

Já na Época Medieval, não existia a consciência de infância (aquilo que distingue as crianças dos adultos). Logo que a criança pudesse viver sem a constante solicitação da sua mãe, ama ou “*embaladora de berço*”, passava a pertencer à sociedade dos adultos (Borstelmann, 1983). O adulto via na criança um pequeno homem ou, melhor, um homem ainda pequeno que, rapidamente deveria vir a ser um homem completo. O único local onde era possível à criança manter a sua “*fragilidade*” era nos mosteiros, aos quais eram confiadas de modo a serem educadas, com alguma atenção e preocupação (Ariés, 1997).

O Renascimento, trouxe grandes e significativas alterações na relação dos adultos com as crianças. Os bebés eram deslocados, após o nascimento, para amas de leite, regressando após o desmame, para que, mais tarde (*por volta dos 7 anos*), fossem enviadas para salas de aula (Sá, 1998). No decurso do Renascimento, a criança passa a apresentar um vestuário próprio para a sua idade, o que durante muito tempo não aconteceu, tendo apenas uma tira de pano e faixas que eram enroladas à volta do seu corpo, imobilizando-a completamente. Aquando da libertação das faixas, era vestida como um adulto.

Nas classes pobres vestia roupas usadas, trapos, por sua vez nas classes abastadas usava roupas de adulto, feitas à sua medida. Em ambas as classes “mimavam-se” as crianças, e brincava-se com elas, implicando um sentimento de ternura, por parte de quem o fazia (Ariés, 1997). Consideramos à luz da literatura dos tempos, que no século XVIII, a ternura parece, de fato, ter chegado para ficar. No entanto, as crianças enquanto alunos, não tinham tempo para si e as suas brincadeiras, eram apenas um pretexto para lições de gramática ou de moral. É neste século, que se cria a “*Roda*”, existente em igrejas, misericórdias e outras instituições, onde as crianças abandonadas eram expostas, sendo que muitas delas acabavam por morrer (Canha, 2000).

Segundo Salgueiro (1991):

“As Rodas consistiam em uma abertura na parede da casa ou do hospital, e dentro uma roda que girava de forma que a criança passava da rua para

dentro do edifício sem que se visse quem ali a depositara. Uma campainha tangida pelo portador do enjeitado despertava a rodeira; a roda girava sobre si, e a criança entrava naquele antro onde a aglomeração espantosa de pequeninos seres, a falta de amas, e de cuidados de higiene, produziam uma mortalidade aterradora” (p: 32-33).

É através de um processo evolutivo e dinâmico pela sua não passividade e estaticidade, que no século XIX surge o interesse pela proteção infantil e da infância, consequência da Revolução Industrial, pese embora tenha sido ela a responsável pela exploração do trabalho na criança (Magalhães, 2002). Durante um longo tempo, os estudiosos não obtiveram sucesso perante os pais e os educadores, estando estes convencidos das virtudes do exercício e do esforço. É assim que se vê a criança sair do anonimato e da indiferença dos tempos passados para se tornar na criatura mais preciosa e mais rica de promessas de futuro (Ariés, 1997).

O século XX, reveste-se de importância extrema pois assistiu-se a uma viragem de paradigma relativamente à criança. No início deste século, verifica-se um “*baby-boom*”, coincidente com os dois pós guerras, introduzindo-se grandes transformações nas famílias. No entanto, na segunda metade deste século, a natalidade começa a decrescer. Só em meados do século XX é que se começa a perceber a criança como “(...) *um ser social, integrante e parte preciosa da sociedade*” (Canha, 2000 : 22). Foi pois neste século que as crianças viram os seus direitos assinalados, com a aprovação da Assembleia Geral das Nações Unidas, a 20 de Novembro de 1959 da “Declaração dos Direitos da Criança”, e em 1989 da “*Convenção dos Direitos da Criança*”, ratificada por Portugal em 21 de Setembro de 1992.

Nos nossos dias, apesar de tudo, existe cada vez mais, uma maior consciência do valor e importância das nossas crianças e da natalidade. De facto esta é uma época onde se verifica grande interesse, curiosidade e importância pelas crianças e jovens, sendo possível identificar preocupações a nível psicológico e emocional, procurando-se acompanhar crianças vítimas de discriminações, de maus tratos, sobredotadas, com necessidades educativas especiais, portadoras de deficiência e institucionalizadas. Torna-se pertinente e de extrema importância problematizar o retrato histórico de uma forma global e plural. A conceptualização do internato encontra-se ancorada num conjunto de autores, de entre os quais destacamos a abordagem de Erving Goffman (1974). Este considera o internato “um local de residência e trabalho onde um grande

número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levando uma vida fechada e formalmente administrada” (1974:11).

Verificámos que a palavra “internato” sempre carregou uma conotação negativa vinculada ao símbolo de punição e castigo. Percorreremos, para um melhor entendimento, Áries (2006), que revela características do internato nos séculos XV a XVIII. Segundo o autor os alunos “jovens ou velhos” eram abandonados a si mesmos. Alguns, muito raro, viviam com os pais. Outros viviam em regime de pensão, quer na casa do próprio mestre, quer na casa de um padre ou cónego, segundo as condições fixadas por um contrato semelhante ao contrato de aprendizagem. Estes últimos eram os mais vigiados, ou ao menos os mais seguidos. Pertenciam a uma casa, à família do clérigo ao qual haviam sido confiados e nesse caso havia uma espécie de compromisso entre a educação pela aprendizagem e a educação escolar de tipo moderno. Essa era a única forma de internato conhecida. (Ariés, 2006:109)

Consideramos assim, que o internato assume um papel de enclausuramento e controle total, sendo visto no século XIX como um lugar ideal que oferece disciplina e educação.

“Os mestres tenderam a submeter o aluno a um controle cada vez mais restrito, no qual as famílias, a partir do fim do século XVII, cada vez mais passaram a ver as melhores condições de uma educação séria. Chegou-se a aumentar os efectivos outrora excepcionais dos internos, e a instituição ideal do século XIX seria o internato.” (Ariés, 2006:127)

Na sua obra, o autor afirma que “a escola confinou uma infância outrora livre num regime disciplinar cada vez mais rigoroso, que nos séculos XVIII e XIX resultou no enclausuramento total do internato.” (Ariés, 2006:195). Com o intuito de se esgotar o entendimento sobre internato, torna-se pertinente e necessário compreender o conceito de instituição total, segundo a óptica de Goffman (1987). Do mesmo modo e segundo o autor, “a instituição total é um híbrido social, parcialmente comunidade residencial, parcialmente organização formal (...); são estufas para mudar pessoas; cada uma é um experimento natural sobre o que se pode fazer ao eu”. (Ibid.:22)

Já o contemporâneo Benelli (2002) relata-nos num dos seus artigos o modo de funcionamento das instituições totais, retratando os seus efeitos na produção da subjectividade dos inseridos nesse contexto. Para ele, essas instituições “(...) continuam

sendo utilizados como agências produtoras de subjectividade, modelando-a de acordo com o contexto institucional ao promover relações peculiares entre dirigentes e internados no conjunto de práticas institucionais. (Ibid:19)

Tendo em conta o conceito de Instituição “*Total*” (Goffman, 1961), em cruzamento com os dados recolhidos do Regulamento Interno de Funcionamento do Internato de Santo António (IDSA), concluímos que estamos na presença de uma instituição total. Goffman (1961) define instituição como um estabelecimento de cariz social, que obedece a diversificados formatos de instalações e onde ocorre atividade humana e interação social. Ainda, de acordo com o autor, existe uma tendência na instituição total para o seu encerramento ao mundo exterior, simbolizado por diversas infra estruturas como portas fechadas ou paredes altas. As instituições totais podem ser organizadas em várias categorias distintas. Por exemplo, Goffman (1961) agrupa as instituições cujo objetivo é cuidar dos indivíduos considerados incapacitados e inofensivos, como, por exemplo invisuais, idosos ou crianças sem família.

Atendendo à população residente no Internato de Santo António, assim como aos fins a que a sua atividade se propõe, concluímos que esta instituição se insere na categoria acima descrita. Tal como podemos interpretar, à luz da leitura do Regulamento Interno do IDSA, este tipo de instituição tem por fins o proporcionar às crianças e jovens acolhidos, a satisfação de todas as necessidades básicas, no sentido das condições de vida tão próximas quanto possível às de uma estrutura familiar, promovendo a sua re “integração” na família e na comunidade, não descurando a promoção e valorização pessoal, social e profissional de todos os jovens acolhidos na instituição, respeitando a individualidade e privacidade das crianças e jovens e acompanhar e estimular o seu normal desenvolvimento psicossocial, assim como promover a aquisição de normas e valores. (Regulamento Interno do Internato de Santo António)

Concluímos assim, que “o IDSA desenvolve resposta social Lar de Infância e Juventude, compreendendo a prestação dos seguintes serviços: educativo – pedagógicos, alojamento, refeição, higiene e segurança.” (*Regulamento Interno do Internato de Santo António*)

A instituição total surge, deste modo, como um local que quebra o pressuposto de que o indivíduo desenvolve diversas atividades do seu quotidiano em locais diferentes. No seio da instituição total todas as atividades quotidianas são desenvolvidas no mesmo local e sob a mesma autoridade. No interior destas instituições o indivíduo desenvolve as múltiplas atividades que fazem parte do seu quotidiano, em grupo, onde todos são sujeitos a um tratamento igualitário. O desenvolvimento dessas atividades obedece a um plano, previamente, estabelecido. Existe, também, um rígido estabelecimento de horários, por parte de quem exerce autoridade.

É de destacar um outro aspeto que nos leva a identificar o I.D.S.A enquanto instituição total, tal como nos é descrita por Goffman, reside no facto de, segundo este, todas as atividades obrigatórias a desenvolver pelos residentes serem compiladas num plano geral, que vai ao encontro dos objetivos oficiais da instituição. Analisando o funcionamento do IDSA, em particular, concluímos que o Plano Geral de Atividades, elaborado pelo seu Diretor Técnico, em colaboração com a Equipa Técnica da Instituição incorpora alguns destes princípios.

Ainda tendo como referência Goffman, o interior da instituição total pode ser interpretado como um espaço onde se exerce a vigilância. Existe um grande grupo, o de residentes, que é vigiado e controlado por um grupo mais restrito. A missão essencial do grupo mais restrito é garantir que todos os elementos residentes cumprem as tarefas, previamente, estabelecidas.

Abordaremos algumas considerações conceptuais, referindo-nos à evolução histórica das instituições de Infância e Juventude. As instituições existem em todas as sociedades minimamente organizadas. Esta é uma característica “universalizante” que nos permite, desde já, evidenciar que se trata de uma componente essencial ao funcionamento de uma sociedade.

Para percebermos melhor qual o papel da instituição numa sociedade e, mais concretamente, qual o papel dos Lares de Infância e Juventude enquanto instituições sociais, importa interpretar um pouco da história e conhecer as definições que alguns teóricos na área da Ciências Sociais atribuíram aos conceitos de instituição e institucionalização. De acordo com Talcott Parsons, “(...) uma instituição consiste num



conjunto complexo de valores, de normas e de usos partilhados por um certo número de indivíduos” (1951, cit. por Boudon, et al., 1990: 134). É este conjunto complexo de elementos associados que compõem os “universos totais, totalizadores e totalizantes”.

## **2.O ASILO – ESCOLA DE SANTO ANTÓNIO: BREVE PERCURSO DE UMA INSTITUIÇÃO**

Ao analisar a documentação recolhida, principalmente a partir de fontes documentais e de fontes arquivísticas, percebemos que durante o século XIX e meados do século XX, registou-se uma preocupação pelo Estado e dos seus organismos e também de instituições particulares para com a “(...) educação, existência e da infância com problemas de comportamento anti-social, definitivo, e de abandono e semi - abandono(...)” (Martins, sd: 90). A ação social e educativa do Estado, através dos seus serviços tutelares e assistenciais foi mais expressiva durante a Monarquia Constitucional e 1ª República que no período correspondente ao Estado Novo. Segundo este autor, a ação do Estado face a situações de carência de índole social, económica e educativa obedecia a uma regra de resolução, em detrimento de uma política de prevenção de problemáticas como a pobreza infantil, o analfabetismo, marginalização, delinquência e o trabalho infantil.

Percebemos que em meados do séc. XX existiam diversas categorias de estabelecimentos, de cariz público e particular, de acolhimento de menores, das quais destacamos as “Instituições de assistência social e educativa” (Martins, sd: 86). Estas instituições têm como objetivo assistir os menores nos parâmetros da “assistência social, médica, higiénico-sanitária, higiene mental infantil, educação e à formação de crianças órfãs, mendigas, indigentes, pobres, abandonadas e em perigo moral” (Martins, sd: 86).

De acordo com o autor, asilos, recolhimentos particulares, estabelecimentos ligados à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, as Casas Pias de Lisboa, Porto e Beja, instituições na dependência dos municípios ou Juntas Distritais são exemplos que devem ser estudados. Havia já registo da preocupação do Estado, em assentar as suas principais linhas de atuação, essencialmente, de acordo com três valores já provenientes da Monarquia e da 1ª República, a saber: prevenção, proteção e assistência à infância. O

funcionamento destas instituições rege-se, em regra, pelo regime de internato ou semi internato. Destaca-se a promoção de atividades de reformadores e educadores sociais, pertencentes, ou não, a ordens religiosas, dedicados ao trabalho de educação, proteção e assistência da infância e juventude mais desprotegida.

Transportando esta situação para a realidade local, na década de 30 do século XX, constatámos que se fazia sentir, já à época, a necessidade de uma instituição, em Portalegre, por existir um grande número de crianças em situação de perigo moral. Nesta sequência, de acordo com a informação retirada de fontes documentais nomeadamente notas de imprensa de Junho do ano 1935, foi proposta à Junta Geral do Distrito de Portalegre, por Manuel Fernandes de Carvalho, a criação de um Asilo para o acolhimento de crianças do sexo masculino.

Este asilo - escola foi fundado pelo Dr. Manuel Fernandes de Carvalho na altura presidente da Junta Geral do Distrito de Portalegre e, numa das reuniões realizadas mensalmente neste organismo propôs a criação de um asilo para rapazes uma vez que na cidade já havia um asilo para raparigas e pela existência de um elevado número de crianças em perigo moral em Portalegre. Nesta época, o Dr. Manuel Fernandes de Carvalho desempenhava diversos cargos de relevo na cidade, nomeadamente, era diretor do asilo dos rapazes, Co - director do jornal “*O Alto Alentejo*”, professor do 7º grupo no Liceu Mouzinho da Silveira, desde 1929 (Henriques, 2008).

Era considerado um homem ativo e competente. Enquanto esteve na presidência da Câmara, criou o arquivo distrital, inaugurou o mercado municipal (1952), o palácio da justiça (1955), o seminário maior (1957), cineteatro Crisfal (1957) e o monumento aos Bombeiros (erigido em 1955). Iniciaram-se as construções da futura escola secundária de S. Lourenço e do Colégio de Santo António. Faleceu no ano de 1957.

Da aceitação da proposta, foram tomadas todas as diligências para o arrendamento do imóvel, a Quinta de Santo António, assim como para a sua preparação. A Instituição é inaugurada a 17 de Novembro de 1935, com a capacidade de acolher 50 crianças. Na cerimónia de inauguração marcaram presença diversos representantes da autoridade e de alguns benfeitores.

A interpretação das fontes documentais, permite-nos concluir que em 1937 regista-se a extinção das Juntas Gerais e a criação das Juntas de Província. Assim, este novo organismo, a Junta da Província do Alto Alentejo, sediada em Évora, passa a deter a tutela dos, então denominados Asilos (Feminino e Masculino) da cidade de Portalegre. Ao ano de 1943, procedeu-se à compra do imóvel na Rua de São Lourencinho, onde ainda hoje funciona. A inauguração das novas instalações ocorreu no mês de Junho desse ano. Em 1960, é denominado de Asilo-Escola de Santo António.

Das fontes documentais, concluímos que a escola-asilo de Santo António em Portalegre, funcionou inicialmente nas instalações do edifício da Quinta de Santo António, desde 17 de Novembro de 1935 até meados de 1943, com o nome de “Asilo de Infância Desvalida”, localizada no cimo da Avenida de Santo António. Com uma vista privilegiada para a cidade de Portalegre, iniciou com 36 crianças, sem ter pessoal devidamente qualificado, que pudesse dar às crianças internadas, a educação, a instrução e a disciplina de que necessitavam, (Luísa, 1981: 52). Dado que o edifício tinha condições para poder acomodar mais algumas crianças, chegou a ter 50 crianças a morar na quinta.

Outro homem com uma ação relevante no Asilo de Santo António foi o Dr. António Rodrigues Soares (1886-1952). Foi Conservador do Registo Civil de Portalegre, fez parte da extinta Junta Provincial do Alto Alentejo, diretor do Hospital e dos asilos masculino e feminino de Portalegre e ainda substituiu o juiz de direito dando uma generosa assistência diretiva a outras instituições em Portalegre. Foi nos internatos que ocupou a maior parte do seu tempo. Sempre preocupado com o futuro dos jovens, rapazes e raparigas, internados, tentou dar-lhes a melhor orientação escolar e profissional.

O edifício onde hoje ainda se encontra a funcionar, na Rua de São Lourencinho, foi por iniciativa do Dr. António Rodrigues Soares, adquirido pela então Junta da Província e sujeito a alguns melhoramentos, tais como balneários, refeitórios, oficinas, tornando este estabelecimento num estabelecimento-modelo, com a introdução de oficinas de mercenária, sapataria e alfaiataria. Através da sua dedicação e empenho, transformou rapazes que na altura eram considerados como elementos perdidos na sociedade, e

cidadãos úteis. Estes elementos perdidos para a sociedade eram rapazes cuja família não tinha capacidade para lhes dar educação, ou até mesmo rapazes sem família.

O discurso, enquanto fonte documental, de um antigo aluno, o Prof. Manuel Francisco Pinto, proferido na cerimónia de Comemoração do 25º aniversário da Instituição, está presente a linha de orientação da instituição. Em que por um lado, pretendia-se satisfazer as necessidades básicas das crianças, nomeadamente da alimentação e do vestuário, e por outro existia uma grande preocupação com a sua educação “a suprema finalidade dum casa como esta, é procurar completar, ou suprir, por completo, a insuficiência educacional da família”.

Deste asilo saíram jovens que se vieram a tornar, por exemplo, agentes técnicos de engenharia, professores da escola de magistério, professores do ensino primário, funcionários públicos, administrativos, polícias, guardas-fiscais, marinheiros, carteiros, G.N.R., cozinheiros, motoristas, entre outros. Alguns dos alunos que estiveram internados no asilo, consideram o Dr. António Rodrigues Soares como “grande triunfador, magnífico educador, amigo, pai.”, “Grande educador, chefe de família, amigo dos humildes, português, católico”.

Atualmente, e à luz do seu regulamento Interno do Internato de Santo António, “ (...) é um estabelecimento integrado do Instituto de Segurança Social, IP., na dependência do Centro Distrital de Portalegre (...)”. Encontram-se acolhidas 30 crianças e jovens do sexo masculino, com idades correspondentes entre os 8 e os 20 anos. Ao abrigo da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, nº 147/99, de 1 de Setembro, assim como do já citado Regulamento Interno de Funcionamento, torna-se possível contextualizar a atividade e a dinâmica desta instituição.

As medidas de promoção e de proteção das crianças e dos jovens em perigo, adiante designadas, têm como objetivo:

“afastar o perigo em que estes se encontram”; “proporcionar-lhes as condições que permitam proteger e promover a sua segurança, saúde, formação, educação bem estar e desenvolvimento integral”; “garantir a recuperação física e psicológica das crianças e jovens vítimas de qualquer forma de exploração ou abuso.” (Regulamento Interno IDSA)

No âmbito da intervenção, como princípios orientadores da ação desenvolvida pelo IDSA destacamos os seguintes:

“Interesse superior da criança e do jovem – a intervenção deve atender prioritariamente aos interesses e direitos da criança e do jovem, sem prejuízo da consideração que for devida a outros interesses legítimos no âmbito da pluralidade dos interesses presentes no caso concreto”;

“Privacidade – a promoção dos direitos e protecção da criança e do jovem deve ser efectuada no respeito pela intimidade, direito à imagem e reserva da sua vida privada”;

“Proporcionalidade e actualidade - a intervenção deve ser a necessária e a adequada à situação de perigo em que a criança ou o jovem se encontram no momento em que a decisão é tomada e só pode interferir na sua vida e na da sua família na medida do que for estritamente necessário a essa finalidade”;

“Obrigatoriedade da informação – a criança e o jovem, os pais, o representante legal ou a pessoa que tenha a sua guarda de facto têm direito a ser informados dos seus direitos, dos motivos que determinam a intervenção e da forma como esta se processa; (...)”.

### 3.0 QUOTIDIANO INSTITUCIONAL E SOCIAL: O CORPO E A ALMA

Pensar o homem de forma ambígua, considerando-o um ser formado de carne (corpo) e alma (mente), é quase uma constante na nossa cultura, ora privilegiando a alma, ora o corpo. Estas posições, pensadas na filosofia e na história, alcançaram o campo da cultura, sendo propagadas intensamente no Ocidente. Qual a influência dessa dicotomia no papel do professor de Educação Física como educador? De que modo se relacionava o Asilo de Santo António com a comunidade local? Que atividades desenvolvia?



**Fig. 1** – Participação da Equipa de Ginástica do Asilo de Santo António nas Festas da Mocidade Portuguesa, 1962

Estas premissas históricas são relevantes para conhecer as representações do corpo nas nossas sociedades e ponto de partida para as interpretações do pensamento na área de Educação Física, com uma tradição muito forte no campo da saúde, o que acarretou um deslocamento da área em relação às discussões pedagógicas sobre a profissão, sobretudo em relação ao seu papel na formação de educadores. A este propósito Descartes defendia:

(...) tenho uma ideia distinta do corpo, na medida em que apenas uma coisa extensa e que não pensa, é certo que este eu, isto é minha alma, pela qual eu sou o que sou, é inteira e verdadeiramente distinta do meu corpo e que ela pode ser ou existir sem ele. (Descartes, 1999:17).

Considerava-se uma representação de corpo mecanizado na cultura, disseminada nos hábitos corporais, nos valores morais e na economia, como podemos exemplificar abaixo. As pesquisas na área da saúde pública também contribuíam para essa representação. Segundo Georges Vigarello, essas pesquisas modificaram as orientações médicas, vencendo obstáculos religiosos em relação ao banho, que difundiram a cultura de uma higiene sem água e nudez.

A ciência do século XVIII e XIX, com grande prestígio na época do cientificismo, descobre, pelas pesquisas de Pasteur, os invisíveis micróbios. Portanto nem tudo que tinha uma aparência limpa era asseado. Era preciso lavar as partes íntimas, como as engrenagens de uma máquina: “*Sendo o corpo humano uma máquina das mais delicadas, é necessário velar pela sua limpeza e pela expulsão regular dos seus dejectos.*” (Vigarello,1985:165). Esta nova representação do corpo – máquina, tem uma importante influência sobre a moral dos indivíduos, estabelecendo uma relação muito íntima. A princípio esta ideia de corpo provocou a oposição dos sectores religiosos ligados à tradição cristã, que não aprovavam uma relação tão íntima com o corpo, julgando esses hábitos imorais. Então os médicos utilizaram a mesma estratégia, defendendo a tese de que o banho e a higiene constituem uma educação moral: “ (...) a impiedade não se traduz por um corpo nu abandonado à água, mas, pelo contrário, em não cuidar do corpo.” (Vigarello, 1985:139).

O cuidar do corpo articula-se com a moral. Michel Foucault explora esses factos para defender a tese de que uma educação do corpo seria mais do que tudo educação moral. A política médica que se delineia no século XVIII em todos os países da Europa, tem como reflexo a organização da família “(...) como instância primeira e imediata da medicalização dos indivíduos. (...). Desde o fim do século XVIII, o corpo sadio, limpo, válido, o espaço purificado, límpido, arejado (...) constituem algumas das leis morais essenciais da família”. (Foucault, 1980: 199).



**Fig. 2** – Balneários do Asilo em 1951



**Fig. 3** – Cadeira de Barbeiro do Asilo em 1951

“(…) desde a infância o treinamento esfinteriano no seio familiar, passando pela escola, até o exército e o recinto da fábrica, o estado trabalhava para produzir súbditos dóceis (...) através da disciplina sistemática dos corpos das pessoas.” (Foucault, 1980: 199-200).

Todo o investimento na educação do corpo procurava instituir uma nova educação moral, modificando os hábitos. A cultura, então, era defender um melhor tratamento e aprofundamento dos princípios higienistas que cruzavam o saber médico com uma dimensão moral. A ideia de corpo - máquina teve a sua influência no pensar económico – se ele é uma máquina, então produz.



**Fig. 4** – Equipa de Voleibol do Asilo em 1962



**Fig. 5** - Equipa de Futebol do Asilo 1962

Tal era a conceção do corpo do ponto de vista europeu. Uma máquina a ser dirigida pela mente, mas não necessariamente pela mente da própria pessoa. A dicotomia corpo / mente levou à dicotomia trabalho manual / trabalho intelectual característica do mundo ocidental em que o segundo elemento é mais valorizado.

Através da revisão de literatura podemos, então, concluir que o movimento higienista surge associado às capacidades regeneradoras da criança ou jovem, mediante um conjunto de “ (...) artes que têm por fim dirigir o homem – medicina, higiene, educação e política (...) ”.(Ferreira – Deusdado, 1889: 211, citado por Rufino e al., 2003: 37). Estas práticas pedagógicas continuam a ser postas em prática ao longo do século XX,

nomeadamente, junto das crianças pertencentes às camadas mais desfavorecidas da sociedade.

Tendo como base estas premissas, olhamos, mais detalhadamente, para os elementos iconográficos pertencentes ao espólio do IDSA, apresentados neste texto. Neles ilustram-se diversas atividades, desenvolvidas pelos jovens aí acolhidos. Podemos categorizá-las em dois grupos distintos. O primeiro diz respeito ao desporto, onde figura a prática de algumas modalidades no interior da instituição, nomeadamente a Ginástica, o Voleibol e o Futebol. O segundo grupo integra atividades de cariz lúdico – cultural, como o passeio dos jovens à Portagem, a realização de festas, como a que nos surge aqui registada no ano de 1942 e a atuação do Grupo Cénico Beatriz Rente. O desenvolvimento destas atividades, regista-se entre 1942 e 1978, e fundamenta o que dissemos anteriormente sobre o exercício de poder sobre os indivíduos numa instituição onde o poder circula em todos os momentos sobre os corpos e a mente dos jovens.

Ao relacionarmos o teor destas imagens com a literatura consultada, podemos interpretar o desenvolvimento destas atividades como uma metodologia de disciplinar os jovens a nível físico e moral. Subentende-se, assim, a existência de “ (...) um poder muito mobilizador e em expansão constante, suportado por práticas pedagógicas que se forma construindo e sustentando por uma discursividade crescente em recursos teóricos e científicos.” (Rufino, 2003:37). Interessa fazer algumas considerações conceptuais, referindo-as à evolução histórica do papel, das funções das instituições de Infância e Juventude na relação com a própria comunidade local.



**Fig. 6** - Festa de despedida de antigos alunos que completam a maioridade 1942.

Para Pité a presença das instituições em sociedade manifesta-se por forma de “comportamentos e de pensamentos sociais ou colectivos, herdados do passado e resultantes do constrangimento a que os indivíduos estão sujeitos quando inseridos



numa sociedade historicamente determinada” (1997: 76). Esta definição é muito abrangente, levando-nos a identificar uma variedade de instituições na nossa sociedade, independentemente das suas finalidades, necessidades e interesses que servem, seja de carácter público, cooperativo, social ou privado, onde o comportamento e as relações sociais dos indivíduos, que delas fazem parte, se regem em função de valores, normas, ideologias, culturas, símbolos (por exemplo, a família, o hospital, a escola, o estado, o parlamento, o partidos políticos, entre muitas outras). Notámos que a existência de instituições deve-se à necessidade de o social se sobrepor ao individual. Durkheim, na mesma linha de pensamento, refere que as instituições têm como finalidade “(...)assegurar a objectividade da vida em sociedade, em oposição às motivações individuais”. (cit. por König, 1971: 247)



**Fig. 7 - Passeio dos jovens do Internato de Santo António à Portagem 1962**

Isto significa que as instituições constituem uma necessidade intrínseca da sociedade, funcionando como forma de organização e controlo social e, que todos os membros de uma sociedade reconhecem nas suas relações sociais a:

“...presença das instituições o que significa uma presença permanente da ideologia, de normas, de valores, de símbolos de classe que constringe o indivíduo ao grupo a produzir comportamentos e pensamentos tendo como referência as instituições existentes na sociedade (Pité, 1997: 77).

É nítido que as instituições de acolhimento de menores em risco, desde a década de 50 do século XX, um pouco por toda a Europa, vêm sofrendo transformações em diversos níveis e a diferentes velocidades. De uma forma generalizada, pretendem oferecer às crianças que estão acolhidas um ambiente de tipo familiar em detrimento do ambiente despersonalizado e impessoal que caracterizava as instituições de grande dimensão. As consequências evidentes destas mudanças verificam-se no encerramento de macro - instituições na maioria dos Estados na Europa Ocidental, consideradas inadequadas e estigmatizantes, sendo substituídas por instituições de tipo familiar, mais normalizadas, com uma dimensão mais reduzida – as micro - instituições.

Constatámos com base em fontes documentais e literárias que, a criança passa, então, a ser o Homem livre no seio de uma escola de massas que se tornou a regra. No entanto, relaciona-se com a vida e experiências pessoais do aluno que é levado a entender e trabalhar matérias de uma forma crítica, que se deseja cada vez mais aberta e onde a individualidade e a voz de cada um se possa fazer ouvir de uma forma diferente. Bartolomeis afirma a este respeito: "tirai à escola este carácter criador, esta atmosfera de coisas novas e interessantes (mesmo para o professor) e, em seu lugar só podereis encontrar tédio e desapontamento (...) um dever sem inspiração nem entusiasmo" (1984:159).

A motivação, a criatividade e a metacognição, quer do aluno quer do professor, as competências cognitivas e a autonomia devem ser levadas em conta na consecução do processo de ensino aprendizagem, daí a importância de repensar o papel de teorias como as de Piaget neste mesmo processo (Sprinthall s/d; Candeias, 1994:453).



**Fig. 8 e Fig. 9** – Grupo Cénico Beatriz Rente (Asilo Santo António) em 1978.

É neste contexto que se pretende conferir uma maior autonomia à criança - aluno que são teorizados e estimulados dois modelos didáticos não diretivos: o do ensino pela descoberta (aprendizagem construtiva) e o do ensino por exposição (aprendizagem reconstrutiva ou significativa), com o fim de se atingirem determinados objetivos e competências ao centralizar a aula, enquanto momento de (re) descoberta, cada vez mais no aluno.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao longo dos tempos, o conceito de criança tem vindo a sofrer grandes mudanças, que perduram até hoje, e que estão, certamente, relacionadas com as diferentes épocas em que se vive. Em Portugal, durante o século XIX e meados do século XX assistiu-se a uma preocupação pelo Estado e dos seus organismos e instituições particulares em dar resposta a diversos níveis para com a infância, com problemas de comportamento anti-

social definitivo e de abandono. Nesta sequência, em Portalegre em Junho de 1935, é proposta na Junta Geral do Distrito de Portalegre, por Manuel Fernandes de Carvalho, a criação de um Asilo para o acolhimento de crianças do sexo masculino.

Na tentativa de interpretar e definir o Internato Distrital de Santo António, concluímos que as instituições existem em todas as sociedades minimamente organizadas, por isso podemos considerar que assumem um carácter universal. Esta é uma característica que nos permite, desde já, concluir que se trata de uma componente essencial ao funcionamento de uma sociedade. Segundo Goffman (1996), todas as instituições possuem a tendência de ocupar determinada parte do tempo e do interesse dos seus participantes, assim “ (...) toda a instituição tem tendências de ‘fechamento’ (...) fechamento ou carácter total é simbolizado pela barreira à relação social com o mundo externo ou por proibições à saída” (Goffman, 1996, p. 16). Assim, a característica central da instituição deste tipo é obrigar o indivíduo que dela participa, a realizar todas as actividades quotidianas (dormir, estudar, alimentar-se...) no interior dos seus domínios. Ou seja, “todos os aspectos da vida diária são realizados no mesmo local e sob uma única autoridade” (Goffman, 1996, p. 17). Por isso, são classificadas por Goffman como “totais”, pois possuem carácter totalizante na vida do indivíduo, ocupando-a integralmente, o que permite chamar de “interno” o participante de tal instituição. Nestas instituições todas as actividades são realizadas na companhia imediata de um grupo grande de outras crianças, que são tratadas da mesma forma e a fazer as mesmas coisas. Esta padronização e esta rigidez disciplinar são o avesso daquilo que encontramos num ambiente familiar. Por todas estas restrições, “As instituições totais são também incompatíveis com outro elemento decisivo de nossa sociedade – a família” (Goffman, 1974).

A observação e análise dos dados iconográficos, recolhidos na instituição remete - nos para a temática do adestramento do corpo e purificação da alma. Pensar o homem de forma complexa, considerando-o um ser formado de corpo e alma (mente), é quase uma constante na nossa cultura, ora privilegiando a alma, ora o corpo. Estas posições, pensadas na filosofia e na história têm sido propagadas intensamente no Ocidente.

Por outro lado, e a partir da interpretação do devir histórico, a privação e carência ou interrupção das relações afetivas poderão constituir - se num obstáculo ao processo de

crescimento de um indivíduo. Segundo Rizzini e Altoé (1985), os principais problemas que as crianças apresentam devido à privação materna em instituição, são atrasos na área da linguagem, problemas de aprendizagem, perturbações no desenvolvimento físico e cognitivo, dificuldades em estabelecer e manter relações significativas com outras pessoas, psicopatia e diversos distúrbios psicóticos. Por outro lado, o investimento na educação do corpo procurava instituir uma nova educação moral, modificando os hábitos.

No internato de Santo António desde a sua fundação que se propunha abrigar, formar e educar os seus “*internos*” (crianças desvalidas), até aos dias de hoje passando pelos diferentes modelos aqui enunciados brevemente. A evolução histórica do conceito criança / adolescente, da transformação do sentimento de família, da escola nova enquanto período de transição na visão do aluno passivo, absorvedor de demandas adultas e de preconceitos estabelecidos para um novo olhar, a criança ativa participativa da sociedade, como “*engrenagem*” renovadora, participativa e produtiva – Homem – máquina, sentiu-se também nesta instituição, mudanças no funcionamento, interpretação e estruturação interna.

Da interpretação documental, verificámos no regulamento interno do IDSA, a preocupação pelos jovens terem direito a manter regularmente, e em condições de privacidade, contatos pessoais com a família e com pessoas com quem tenham especial relação afetiva, sem prejuízo das limitações que lhe são impostas judicialmente, e receber uma educação que garanta o desenvolvimento integral da sua personalidade e potencialidades, sendo-lhes asseguradas a prestação dos cuidados de saúde, formação escolar e profissional e a participação em atividades culturais, desportivas e recreativas além de terem direito a receber dinheiro de bolso, inviolabilidade de correspondência etc. Assiste-se a uma abertura, participação e envolvimento da instituição na comunidade local, em que os jovens institucionalizados participam da vida social, não fechados na redutividade do espaço físico da instituição, mas encontrando-se a estudar nas várias escolas de Portalegre, Centro de Formação Profissional, assim como, exercendo de forma autónoma a prática de desportos do interesse de cada um dos jovens, nos clubes da cidade, usufruindo dos espaços recreativos e de lazer de acordo com a sua vontade e interesse.

Perante uma cultura cada vez mais global, os particularismos têm merecido uma especial atenção, conseqüentemente, têm surgido debates e acções que visam a valorização e defesa dos patrimónios locais. É neste sentido que propomos a criação de um núcleo museológico, no interior do Internato de Santo António, mais concretamente, nas instalações onde funcionavam as antigas oficinas. Este núcleo museológico reuniria o máximo possível de elementos para exposição e seria um espaço aberto à comunidade. Tudo o que aqui apresentamos resulta de uma determinada compreensão do passado de uma instituição em articulação com os processos evolutivos das crianças e jovens na sociedade ocidental.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Alberto, I. M. M. (2004). *Maltrato e trauma na infância*. Coimbra: Almedina.

Altoé, S. (1985). Os processos disciplinares nos internatos de menores. In: O menor em debate. *Rio de Janeiro: Espaço/Cadernos de Cultura USU, n° 11*.

Amâncio, L. (1994) *Masculino e Feminino – A Construção Social da Diferença*. Lisboa: Edições Afrontamento.

Ariès, P. (2006). *História social da criança e da família*. 2ª edição. Rio de Janeiro: LTC.

Ariés, P. (1973). *L'enfant et la vie familiale sous l'Ancien Régime*, Éditions du Seuil, Paris.

Bartolomeis, F. (1984). *Introdução à Didáctica da Escola Activa*, Livros Horizonte, Lisboa.

Benneli, S., J. (2002). O Internato Escolar como Instituição Total: *Violência e Subjectividade. Psicologia em Estudo*, Maringá, V.7, n.2, p. 19-29, Jul/Dez.

Boudon, R., Besnard, P. Cherkaoui, M. & Lécuyer, B. (1990). *Dicionário de Sociologia*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

Borstelmann, L. J. (1983). Children before psychology: Ideas about children from antiquity to the late 1800s. *Em P. H. Mussen (Org.), Handbook of Child Psychology, (Vol.1 pp.1-38)*. New York: John Wiley & Sons.

Canha, J., (2000). *Criança maltratada: O papel de uma pessoa de referência na sua recuperação*, Estudo prospectivo de 5 anos, Quarteto Editora, Coimbra.

Candeias, A. (1994). *Educar de outra forma? A escola nº 1 de Lisboa 1905-1930*. Instituto de Inovação educacional, Lisboa.

Descartes, R. (1999 [1628]) *Regras para a Orientação do Espírito*. [Trad. Maria E. Galvão] São Paulo: Martins Fontes.

Foucault, M. (1980). *Microfísica do poder*. 6. ed. Rio de Janeiro: Graal.

Goffman, (1974). Erving. *Manicómios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva.

Henriques, Helder M. G. (2008), *O professor do ensino liceal: Portalegre (1851 – 1963)*, Coimbra: Palimage.

Koning, R. (1971), *Sociología de la Comunidad Local*, Madrid, Fundación FOESSA.

Lopes, M. (2004). Crianças e Jovens em Risco nos séculos XVIII e XIX: O Caso Português no Contexto Europeu, in Crianças e jovens em Risco. *Da Investigação à Intervenção*, Silva M. H. D. e al, Centro de Psicopedagogia da Universidade de Coimbra, Almedina, p.37-63.

Luísa F. L. S. (1981). *Roteiro e subsídios para a história da cidade de Portalegre*. Orbis Edições Ilustradas, LDA.

Magalhães, T. (2002). *Maus Tratos em Crianças e Jovens*. Coimbra: Quarteto

Martins, E.; C.(s/d) *As Reformas Sociais e a Protecção da Criança Marginalizada (Estudo Histórico do século XIX a meados do século XX)*.

Pité, J. (1997). *Dicionário Breve de Sociologia*. Editorial Presença.

Rufino, C.; Lima, A. L. G.; Rodrigues, F. S. (2003) *Para uma História da Reeducação e Assistência a Menores em Portugal e no Brasil dos Séculos XIX e XX: Discursos e Instituições*. Educa. Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação de Lisboa

Sá, E. (1998). Deslumbramento e bom-senso : pequeno ensaio sobre a história e os direitos da criança e da família / Eduardo Sá In: *Análise psicológica*. - ISSN 0870-8231. - Série 16, n.º 1 (Jan./Mar. 1998).

Salgueiro, E., (1991). Evolução Histórica das Estruturas Sociais de Apoio à Criança violência individual, violência familiar e violência institucional. *Revista Portuguesa de Pedopsiquiatria*, 2, 27 – 42

Sprinthal, N. A. e R. C. Sprinthal (s/d). *Psicologia Educacional*, MacGraw-Hill, Lisboa.

Vigarello, G. (1985). *O limpo e o sujo: a higiene do corpo desde a Idade Média*. Trad. Isabel At. Aubyn. 1. ed. Lisboa: Fragmentos, 210 p.

### **Fontes Documentais:**

Regulamento Interno Internato de Santo António (IDSA).

Iconografia existente no Espólio do Internato de Santo António.

Imprensa Local.

### **NOTAS SOBRE OS AUTORES**

#### **José Alberto Gomes**

psialberto@gmail.com

Psicólogo do LIJ de Santo António.

Mestrando IPPortalegre – ESEP.

Licenciado em Psicologia Aplicada, pelo Instituto Superior de Psicologia Aplicada, Pós-graduado em Psicologia do Desenvolvimento em Contextos de Risco, pela Universidade de Évora.

#### **Paula Cristina Patacas**

paulapatacas@hotmail.com

Animadora Sociocultural do LIJ de Nossa Sr<sup>a</sup> da Conceição.

Mestranda IPPortalegre – ESEP.

Licenciada em Animação Sociocultural, pela Escola Superior de Educação de Portalegre. Instituto Politécnico de Portalegre

#### **Helder Henriques**

henriqueshelder@gmail.com

Professor na Escola Superior de Educação de Portalegre. Investigador do CEIS20 da Universidade de Coimbra e do Centro Interdisciplinar de Investigação e Inovação do Instituto Politécnico de Portalegre.

Doutor em Ciências da Educação, na especialidade de História da Educação.

# Desenvolvimento de Culturas Inclusivas para a Educação em Portugal: O papel dos diretores de agrupamentos de escolas<sup>1</sup>

## The Development of Inclusive Cultures for Education in Portugal: The role of schools leadership

Maria Luísa de Sousa Panaças

### Resumo

A UNESCO (2008) afirma que o progresso em direção à educação inclusiva tem mais sucesso em contextos em que existe uma cultura de colaboração que encoraja e apoia processos de resolução de problemas. Desta forma é preconizada a atenção ao desenvolvimento de culturas inclusivas que crie consensos acerca de valores inclusivos. As escolas com culturas inclusivas, de acordo com a investigação (Ainscow, Booth & Dyson, 2006; UNESCO, 2008), desenvolvem características que implicam a existência de líderes comprometidos com valores inclusivos e estilos de liderança que encoraja a participação de todos em funções de liderança.

Nesta investigação pretendemos perceber que políticas e práticas das escolas permitem uma inclusão bem-sucedida e como as comunidades escolares constroem a sua visão de inclusão.

Foram utilizadas metodologias qualitativas e entrevistados diretores de agrupamentos de escolas do distrito de Portalegre.

Serão apresentados resultados parciais respeitantes ao papel dos diretores de agrupamentos de escolas na construção de culturas inclusivas. Estes resultados fazem parte de uma investigação mais alargada intitulada *Desenvolvimento de Culturas Inclusivas para a Educação em Portugal*.

**Palavras-chave:** Educação Inclusiva; Necessidades Especiais de Educação; Liderança.

### Abstract

UNESCO (2008) refers that progress towards inclusive education is most successful when it occurs in contexts where a collaboration culture encourages and supports problem-solving processes. Thus it is recommended attention to the development of inclusive cultures that create consensus about inclusive values. Schools with inclusive cultures, according to research (Ainscow, Booth & Dyson, 2006;; UNESCO, 2008), develop characteristics that imply the existence of leaders committed to inclusive values and leadership styles that encourage the participation of all in leadership roles. In this research we want to understand what school's policies and practices allow a successful inclusion and how school communities build their vision of inclusion. We used qualitative methodologies and interviewed directors of school of Portalegre district. Partial results will be presented concerning the role of the school's directors in building inclusive cultures. These results are part of a wider research untitled *Development of Inclusive Cultures for Education in Portugal*.

**Keywords:** Inclusive Education; Special Needs, Leadership.

## O Papel dos Diretores de Escolas no desenvolvimento da inclusão

O papel das direções de escolas para o desenvolvimento de processos de melhoria e transformação é atualmente considerado determinante para a educação inclusiva. A participação, enquanto forma de dar voz a todos os intervenientes, deverá favorecer a colaboração conjunta entre alunos, famílias, professores e todos os envolvidos na comunidade educativa na tomada de decisões que guiam a vida da escola. A UNESCO

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no III Seminário de I&DT, organizado pelo C3i – Centro Interdisciplinar de Investigação e Inovação do Instituto Politécnico de Portalegre, realizado nos dias 6 e 7 de Dezembro de 2012.



(2008) afirma que o progresso em direção à educação inclusiva tem mais sucesso quando ocorre em contextos em que existe uma cultura de colaboração que encoraja e apoia processos de resolução de problemas. Desta forma é preconizada a atenção ao desenvolvimento de uma cultura inclusiva que crie consensos acerca de valores inclusivos.

As escolas com culturas inclusivas, de acordo com a investigação (Ainscow, Booth & Dyson, 2006; UNESCO, 2008) desenvolveram características tais como:

“Consenso acerca dos valores de respeito pela diferença e compromisso para permitir a todos os alunos o acesso a oportunidades de aprendizagem;  
Altos níveis de colaboração entre os membros da comunidade educativa;  
Culturas participativas;  
Líderes comprometidos com valores inclusivos e estilos de liderança que encoraja a participação em funções de liderança;  
Ligações com os pais e a comunidade.” UNESCO, 2008, p.17.

As escolas que evoluem no sentido da eficiência nas práticas inclusivas são apoiadas por diretores que promovem uma visão de escola que encoraja o respeito pela individualidade. (Ainscow, 1997; Ainscow, Booth & Dyson, 2006). Os líderes que favorecem a inclusão são elementos-chave no desenvolvimento de culturas colaborativas e, segundo Ainscow (1997), reconhecem que o crescimento das escolas assenta na capacidade dos seus colegas professores e nas práticas colaborativas. Ainscow (2005) apresenta uma tipologia de seis condições relacionadas com a liderança que contribuem para o desenvolvimento das escolas: os benefícios da investigação e reflexão; o compromisso com a planificação cooperativa; o envolvimento das equipas, o desenvolvimento de atividades que se focam na prática da sala de aula; as estratégias de coordenação e os papéis de lideranças eficazes partilhados pela escola.

Conforme preconizado pela UNESCO (2008) a transição para a educação inclusiva não é uma simples mudança técnica ou organizacional, é pelo contrário um movimento com uma direção filosófica clara que implica mudanças nas culturas de escola. Contudo, a mudança das culturas de escola depende das novas culturas institucionais dentro das sociedades e comunidades locais assim como da forma como a autoridade local é exercida. A revisão da investigação realizada nesta área (UNESCO, 2008) indica que para conseguir mudanças em direção à educação inclusiva, os responsáveis pelas escolas precisam responder a três grandes tipos de tarefas: a) avançar com novos

significados sobre a diversidade; b) promover práticas inclusivas entre escolas; c) construir ligações entre a escola e a comunidade.

Ainscow e Sandill (2010) afirmam que o princípio da inclusão requer desafios para o pensamento dos participantes nas organizações e, por isso, levanta questões no que diz respeito ao exercício da liderança. Na revisão da investigação que Ainscow e Sandill (2010) fazem acerca da importância da liderança para a inclusão sobressai o desenvolvimento de uma compreensão reflexiva e a importância das relações sociais incluindo a colaboração entre escolas que permitirão a identificação e partilha de boas práticas. O desenvolvimento de colaboração e redes entre escolas parece ser central para o desenvolvimento de culturas inclusivas, tornando-se assim num importante desafio para as lideranças inclusivas. (Ainscow & Miles, 2008). Para González (2008) a liderança deve ser uma responsabilidade de todos pois, como afirma:

“A complexidade e multiplicidade de aspetos organizativos e curriculares que se relacionam com a resposta educativa adequada a alunos cada vez mais diversos fazem com que seja improvável que uma única pessoa, por exemplo um diretor, possa proporcionar uma liderança para tudo e em todas as circunstâncias”. González (2008), p. 94.

O papel do diretor, segundo esta autora, será o de facilitar as condições que permitam que a visão da escola e da educação sejam debatidos por todos os intervenientes. O papel do diretor passa, assim, pela capacidade de potenciar a liderança de outros membros da equipa, que lhes permita ter parte ativa nas decisões.

Leo e Barton (2006) chamam também a atenção para a natureza multidimensional da liderança afirmando que para a liderança ser eficiente é necessário o constante envolvimento do diretor com os professores, pais e alunos, assim como a criação de uma organização adaptativa e sobretudo a utilização de uma liderança baseada nos valores morais da inclusão social.

Segundo Digeorgio (2008) os diretores de escolas, enquanto líderes, devem equilibrar as exigências internas e externas. O equilíbrio entre responder às pressões do exterior e manter o controlo no interior da escola é fundamental para o sucesso no desenvolvimento de uma escola que responde à diversidade e que consegue manter a sua própria identidade. A visão do diretor enquanto líder é fundamental na escola inclusiva, sendo, conforme afirma Digeorgio (2008), importante que essa visão seja

disseminada pela comunidade educativa e que todos os intervenientes participem e se articulem numa filosofia partilhada.

A UNESCO (2008) referindo os modelos que os líderes podem utilizar para estruturar as relações de trabalho na escola: de forma cooperativa, individual ou competitiva, assinala a importância do desenvolvimento dos modelos de cooperação que permitem que os professores coordenem os seus esforços para alcançar metas comuns. A UNESCO (2008) preconiza, assim, que os diretores de escolas têm que:

“desafiar o status quo dos modelos tradicionais de ensino competitivos e individualistas; inspirar uma visão mútua clara do que a escola deve e pode ser; dar poder aos professores através de equipas cooperativas; liderar utilizando procedimentos cooperativos e correndo riscos; e encorajar os docentes a serem persistentes para melhorar as suas capacidades”. UNESCO (2008), p. 16.

A criação de um clima favorável à inclusão e a forma como os líderes percebem a organização da escola e promovem práticas inclusivas, assim como as variáveis relacionadas com uma inclusão eficiente apontam para a necessidade de uma visão articulada, de um comportamento profissional e do estabelecimento de práticas colaborativas (Villa & Thousand, 2003). Os modelos com mais sucesso são caracterizados pela utilização de equipas colaborativas que se comprometem a adotar estratégias para melhorar a qualidade do ensino, quer para os alunos com necessidades especiais, quer para os alunos do ensino regular. Contudo, numa análise dos custos da inclusão, Preslow, (2003), chama a atenção para a necessidade de apoios para as comunidades mais pobres, com dificuldade em reunir os recursos necessários para a inclusão.

Rayner (2009) apresenta um modelo de liderança para responder aos desafios da diversidade educacional. Para este autor um modelo de liderança inclusiva é articulado nos campos da gestão educacional, diferenças individuais e inclusão educativa. Por isso, a liderança inclusiva deve ser vista como um processo integrativo que modela uma gestão interativa da diversidade e da diferença na comunidade escolar. Segundo Rayner (2009), a estrutura de liderança desenvolve-se através de três princípios interativos e interdependentes: 1) Integrativo que facilite a recolha, a síntese e o uso dos conhecimentos de gestão; 2) Relacional que interaja como mediação entre a estrutura e os agentes; 3) Funcional que permita aprendizagem, adaptação e aplicação instrumental

contínuas e a gestão do conhecimento. Para Rayner, (2009) um líder inclusivo eficiente tem como meta facilitar os efeitos da aprendizagem desenvolvendo recursos para os mais vulneráveis.

Para Renault (2009) as pessoas com cargos de direção nas escolas são atores chave nos processos educativos, nos resultados dos alunos e nas mudanças que ocorram na educação. As suas capacidades, conhecimentos e vontade, assim como as suas crenças relativas ao que é uma escola, conjugam-se num conjunto de ações que impulsionam o desenvolvimento dos projetos de escola.

Renauld (2009) considera que a liderança educativa está ligada à pessoa que ocupa o cargo de diretor numa escola mas, atualmente, há um reconhecimento do papel de todos os intervenientes no processo educativo como líderes, assim como nos processos de colaboração que conduzirão necessariamente a tomar em conta o outro e possam criar sinergias e compromissos.

Crockett (2002) considera que a educação especial tem um papel crucial na preparação de líderes para escolas inclusivas. Admite que as reformas educativas nem sempre são eficientes para todos os alunos, o que conduz à necessidade de formar líderes que respondam à diversidade. Crockett (2002) apresenta um modelo conceptual para utilização no desenvolvimento da planificação da liderança cooperativa que sugere cinco princípios que devem guiar a formação dos líderes para a inclusão: ética, individualidade, igualdade, eficiência e parceria.

Os coordenadores de educação especial desempenham, um importante papel na implementação da inclusão eficiente (Voltz & Collins, 2010). São muitas vezes estes coordenadores que fornecem nas escolas uma visão e uma liderança que permite respostas às necessidades dos alunos, mas a exigência do papel que desempenham remete para a importância da formação específica em áreas como a seleção de professores de educação especial, liderança e justiça social.

Pijl e Frissen (2009) ao analisarem a implementação da educação inclusiva pensam que estamos longe de poder afirmar que foram feitos muitos progressos. Contudo, também afirmam que a consciência social dos benefícios e necessidade da educação inclusiva

tem crescido consideravelmente. O desenvolvimento da educação inclusiva em diferentes países é assimétrico, mesmo em países europeus. Na revisão da investigação que fazem, Pijl e Frissen (2009) apontam aspetos como o desenvolvimento de políticas nacionais claras para a educação inclusiva, o abandono da legislação sobre educação especial, a remoção de obstáculos e o *empowerment* dos pais como pré-requisitos para políticas inclusivas eficientes. Contudo, estes pré-requisitos só por si, não mudam a vida diária das escolas, são as escolas, enquanto organizações e os professores que têm que desenvolver escolas mais inclusivas. Para Pijl e Frissen (2009) o papel das políticas nacionais para a inclusão será o de garantir a autonomia profissional às escolas e a tomada de decisões aos pais. Como afirmam “Os políticos não podem tornar a educação inclusiva só por si. Mas podem apoiá-la”, p. 373.

Esse apoio para desenvolver práticas responsáveis em função das necessidades da sociedade deve passar pela capacidade dos governantes, da gestão escolar e dos colegas em apoiar os professores e contribuir para que estes se sintam confiantes no desempenho do seu papel.

## **Método**

Este trabalho teve como finalidade perceber a evolução da inclusão nos últimos quinze anos em Portugal, referida especificamente ao distrito de Portalegre, Nordeste Alentejo. Pretendeu-se comparar os resultados de um estudo realizado em 1995 sobre esta problemática, com os resultados encontrados na realidade escolar portuguesa cerca de quinze anos depois.

A comparação dos resultados obtidos nos dois estudos permitiu perceber a evolução das conceções acerca da inclusão e sobretudo identificar as condições que foram criadas para ultrapassar obstáculos e desenvolver as culturas, políticas e práticas de inclusão que encontramos atualmente em Portugal.

Pretendemos identificar quais são e como são desenvolvidas as culturas inclusivas, assim como os problemas que se colocam aos professores e aos diretores dos Agrupamentos de Escolas do Ensino Básico, no decorrer do processo de inclusão de crianças com necessidades especiais nas estruturas regulares de ensino, bem como as mudanças

ocorridas no que diz respeito às respostas organizadas nas escolas para estes alunos, às práticas dos professores e aos modelos teóricos da sua formação.

Neste estudo usámos um desenho qualitativo, no tipo de estudo de caso, explorando um sistema, neste caso um grupo de professores e de diretores de agrupamentos de escolas do ensino básico, situadas numa zona delimitada, o Nordeste Alentejo. Pensamos que os métodos qualitativos são, pela sua natureza, mais eficientes quando se pretende explorar as perspetivas dos participantes e compreender as suas experiências no contexto em que ocorrem.

### **Instrumentos**

Neste trabalho utiliza-se a entrevista como instrumento básico. Foi ainda recolhida e analisada informação acerca dos agrupamentos de escolas selecionados: projetos educativos de escola, relatórios de autoavaliação e de avaliação externa, programas e projetos de combate ao insucesso escolar.

Foram elaborados dois guiões de entrevista, um para os professores e outro para diretores de agrupamentos de escolas. Em primeiro lugar foi elaborado um guião de entrevista exploratória. Este guião de entrevista exploratória foi inspirado nas questões que havíamos previamente colocado e na análise da investigação sobre o tema.

Em seguida, foi feita uma entrevista prévia e exploratória a uma professora de Educação Especial, e a um diretor de agrupamento de escolas para testar a sua pertinência.

Depois da análise da entrevista prévia, o guião exploratório foi revisto e foram elaborados os protocolos das entrevistas semiestruturadas que constituíram assim os instrumentos que iriam servir os fins da investigação e que iríamos utilizar, um para todos os professores e outro para todos os diretores de agrupamentos de escolas que fazem parte da amostra.

Neste trabalho apresentaremos apenas os resultados referentes aos diretores de agrupamentos de escolas. No que diz respeito à entrevista utilizada com os diretores de agrupamentos de escolas as questões orientadoras exploradas foram:

Culturas inclusivas: neste primeiro grupo pretendíamos perceber como se constroem as culturas inclusivas, se a legislação apoia as culturas inclusivas, como se desenvolvem na prática e que apoio é dado à formação de professores.

Políticas locais de desenvolvimento das culturas inclusivas: os aspetos explorados neste grupo estão relacionados com a acessibilidade física, a organização de turmas, a organização dos apoios educativos e das modalidades de apoio, a captação do apoio da comunidade e o estabelecimento de códigos de conduta no que diz respeito à disciplina/indisciplina.

Boas Práticas para o desenvolvimento da inclusão: neste grupo procurámos perceber como é feita a organização dos recursos, que projetos existem e como se organizam, se existem serviços de orientação educativa e como se organizam, que obstáculos e barreiras existem e quais são as forças e prioridades existentes.

A análise e interpretação da informação obtida no decorrer da investigação seguiram o seguinte processo, segundo o modelo de Miles e Huberman, 1984.

O modelo de análise e interpretação da informação recolhida pareceu-nos adequado aos nossos objetivos e permitiu-nos recorrer a um modelo sólido e a um processo organizado de “seleção, de centração, de simplificação, de abstração e de transformação” dos dados recolhidos. (Miles e Huberman, 1984, p.24). Como afirmam Miles e Huberman (1984) “o recurso a modos de apresentação que reduzam e estruturam os dados é uma importante via de aperfeiçoamento da análise dos dados qualitativos”. (Miles e Huberman, 1984, p.24).

Do processo resultou a redefinição e modificação das categorias que tinham sido definidas previamente. Este processo que consistiu na transformação dos dados "brutos em subconjuntos manejáveis" (Goetz e Le Compte, 1988) orientou-se pela problemática teórica de enquadramento, pelos objetivos do nosso trabalho e pela natureza da própria informação. As categorias, no que diz respeito aos dados que aqui apresentamos, diretores de agrupamentos de escolas, ficaram assim configuradas:

1. Culturas inclusivas – Como são construídas as culturas inclusivas.
2. Legislação - Legislação de apoio às culturas inclusivas.

3. Desenvolvimento de culturas Inclusivas – Como se desenvolvem as culturas inclusivas
4. Formação – Qual o apoio dado à formação de professores e da comunidade educativa.
5. Políticas para a inclusão – que políticas são desenvolvidas em cada agrupamento de escolas.
6. Boas práticas para a inclusão – Práticas inclusivas implementadas.
7. Desenvolvimento do processo – Desenvolvimento da educação inclusiva, obstáculos e prioridades.

## **Sujeitos**

Os sujeitos do estudo que aqui apresentamos foram 7 diretores de agrupamentos de escolas do distrito de Portalegre. Estes sujeitos foram escolhidos de acordo com a localização dos agrupamentos de escolas e de acordo com referências de que se tratavam de agrupamentos de escolas com uma experiência bem-sucedida na inclusão. As referências acerca dos agrupamentos de escolas e respetivos diretores escolhidos foram fornecidas pelos serviços de administração locais.

## **Resultados**

Apresentamos a seguir os resultados por categoria. Optámos pela apresentação resumida em quadros para maior facilidade de leitura.

### **Categoria 1. Culturas Inclusivas**

No que diz respeito a esta categoria os resultados indicam:

#### **Quadro I** **Categoria 1. Culturas Inclusivas**

- Culturas inclusivas vistas como um processo;
- Procura de mecanismos que transmitam os valores e a missão do agrupamento: não discriminação, flexibilidade e organização;
- Procura de condições para responder de forma eficiente aos desafios criados pela diversidade, considerada como uma mais-valia que obrigou as escolas a adaptarem-se.
- Programas de combate ao insucesso escolar e exclusão social.
- Atitudes positivas face à diversidade dos alunos
- Projeto educativo importante para o diagnóstico, definição e desenvolvimento das culturas inclusivas.



Estes resultados estão de acordo com as recentes investigações acerca da importância da liderança no desenvolvimento de escolas inclusivas. Muitos investigadores põem a tónica nas competências da liderança como condição de favorecer a colaboração na tomada de decisões que guiam a vida nas escolas (UNESCO, 2008; Ainscow e Sandill (2010).

## **Categoria 2. Legislação**

No que diz respeito à categoria 2. Legislação os resultados apontam para:

### **Quadro II Categoria 2. Culturas Inclusivas**

- |  |
|--|
| <ul style="list-style-type: none"><li>➤ Positiva, porque definiu e criou condições de apoio para alunos com deficiências mais profundas;</li><li>➤ Os recursos para responder às exigências da legislação são considerados insuficientes;</li><li>➤ As práticas e as soluções que as escolas encontram podem ajudar a responder às necessidades dos alunos, independentemente da legislação.</li></ul> |
|--|

Nos resultados desta categoria parece ser evidente que os diretores de agrupamentos de escolas estão conscientes que as práticas e as políticas locais deverão ser o motor de desenvolvimento das escolas que dirigem.

No que diz respeito à legislação como forma de apoiar as escolas inclusivas Pijl e Frissen (2009) apontam aspetos como o desenvolvimento de políticas nacionais claras para a educação inclusiva, o abandono da legislação sobre educação especial, a remoção de obstáculos e o *empowerment* dos pais como pré requisitos para políticas inclusivas eficientes.

## **Categoria 3. Desenvolvimento de culturas inclusivas**

No que diz respeito à categoria 3. Desenvolvimento de Culturas Inclusivas, podemos extrair as seguintes conclusões:

### **Quadro III Categoria 3. Desenvolvimento de culturas inclusivas**

- |  |
|--|
| <ul style="list-style-type: none"><li>✓ Colaboração entre professores habitual e comum.</li><li>✓ Preocupação com a participação dos pais.</li><li>✓ Estabelecimento de relações e parcerias com os recursos locais para suprir as carências de recursos humanos especializados.</li><li>✓ Desenvolvimento de projetos para fazer face aos desafios de alunos provenientes de minorias culturais e diferenças de género.</li></ul> |
|--|

Nos nossos resultados é bem evidente a importância do desenvolvimento de modelos de cooperação e de projetos e parcerias com os recursos locais de forma a melhorar as condições e o sucesso de todos os alunos.

Preslow (2003) acredita que a chave para uma educação inclusiva é a colaboração. Os modelos com mais sucesso são caracterizados pela utilização de equipas colaborativas que se comprometem a adotar estratégias para melhorar a qualidade do ensino, quer para os alunos com necessidades especiais, quer para os alunos do ensino regular. Contudo, numa análise dos custos da inclusão, Preslow, (2003), chama a atenção para a necessidade de apoios para as comunidades mais pobres, com dificuldade em reunir os recursos necessários para a inclusão. Podemos verificar no nosso estudo que existe ainda uma discrepância entre os agrupamentos rurais e urbanos no que diz respeito aos recursos disponíveis.

#### **Categoria 4. Formação**

No que diz respeito à categoria 4 retirámos as seguintes conclusões:

**Quadro IV**  
**Categoria 4. Formação**

- |  |
|--|
| <ul style="list-style-type: none"><li>✓ Plano de formação anual em parceria com os Centros de Formação;</li><li>✓ Formação planificada para toda a comunidade educativa;</li><li>✓ Aconselhamento aos docentes quando consideram que estes necessitam de formação em áreas específicas de forma a poderem melhorar áreas de competência.</li></ul> |
|--|

A questão da formação parece estar organizada nestes agrupamentos e parece ser um fator chave no desenvolvimento de políticas mais inclusivas.

Os nossos resultados relacionam-se também com a investigação acerca da importância da formação de todos os participantes na comunidade educativa, incluindo os diretores. (Pijl, 2010; Parrilla, 2009).

#### **Categoria 5. Políticas para a Inclusão**

No que diz respeito a esta categoria assinalamos as seguintes conclusões:

**Quadro V**  
**Categoria 5. Políticas para a Inclusão**

- |   |
|---|
| <ul style="list-style-type: none"><li>✓ São desenvolvidos esforços para conseguir acessibilidade física das escolas;</li><li>✓ Programa Educativo Individual tomado em consideração para a organização de turmas;</li><li>✓ Aposta na organização dos apoios educativos.</li><li>✓ Distribuição dos alunos por turmas feita em função das condições existentes para assegurar o apoio do professor de Educação Especial;</li><li>✓ O apoio é feito sobretudo ao aluno dentro da sala de aula ou em sala de apoio;</li><li>✓ A indisciplina preocupa todos os diretores e existem códigos de conduta definidos e estratégias de prevenção.</li></ul> |
|---|

A modalidade de apoio mais comum é o apoio ao aluno dentro da sala de aula e é justificada sobretudo pela dificuldade que os professores titulares sentem para acompanhar todos os alunos. Os diretores consideram que precisam de meios para poderem dar apoio na sala de aula a todos os alunos e por isso o apoio fora da sala é contextualizado em função dos meios de que dispõem.

Verificámos uma grande preocupação dos diretores de agrupamentos de escolas em desenvolver políticas que permitam assegurar as condições para responder às diversidades dos alunos. O desenvolvimento dessas políticas segue ritmos próprios em cada agrupamento, dependendo das suas características específicas, localização e dimensão. Os agrupamentos de escolas situados nas zonas rurais e mais isoladas, apesar de encontrarem mais dificuldades em obter os recursos necessários, mostram muita vitalidade em contornar os obstáculos próprios da interioridade e procurar soluções equilibradas.

A investigação de Booth e Ainscow (2002) aponta para a importância do desenvolvimento de políticas para a inclusão, afirmando que esta dimensão assegura que a inclusão possa ser desenvolvida como um processo de inovação, que assegure a participação de todos.

**Categoria 6. Boas Práticas para a Educação Inclusiva**

No que diz respeito a esta categoria podemos assinalar as seguintes conclusões:

**Quadro VI**  
**Categoria 6. Boas Práticas para a Educação Inclusiva**

- |   |
|---|
| <ul style="list-style-type: none"><li>✓ Desenvolvimento de uma multiplicidade de projetos;</li><li>✓ Recurso a protocolos com outros serviços da comunidade para responder às necessidades.</li></ul> |
|---|

Mais uma vez verificamos o estabelecimento de parcerias locais e o recurso a projetos em parceria para fazer face aos desafios colocados pela diversidade de alunos.

Estes resultados são consistentes com os estudos desenvolvidos por Ainscow (2007) e Booth e Ainscow (2002) que chamam a atenção para a importância de assegurar boas práticas que apoiem a educação inclusiva e permitam a mobilização de recursos da escola e das comunidades locais para assegurar a aprendizagem ativa de todos.

### **Categoria 7. Desenvolvimento do Processo**

No que diz respeito a esta categoria os diretores parecem unânimes ao afirmar que têm consciência dos desafios que estão a enfrentar e apontam caminhos e estratégias para continuarem esse processo. Essas estratégias passam por:

#### **Quadro VII**

##### **Categoria 7. Desenvolvimento do processo: Estratégias**

- |  |
|--|
| <ul style="list-style-type: none"><li>✓ Melhoria das práticas;</li><li>✓ Autonomia das escolas;</li><li>✓ Capacitação dos professores;</li><li>✓ Modelos de gestão que apostem nas condições de trabalho e no apoio e estímulo aos docentes para investirem na qualidade das aprendizagens dos s alunos.</li></ul> |
|--|

Os diretores de agrupamentos identificam obstáculos que dificultam o processo de desenvolvimento da inclusão, e referem formas de minimizar as dificuldades. Os obstáculos dizem respeito a:

#### **Quadro VIII**

##### **Categoria 7. Desenvolvimento do processo: Obstáculos**

- |   |
|---|
| <ul style="list-style-type: none"><li>✓ Gestão difícil dos recursos, sobretudo se estes são escassos ou inexistentes;</li><li>✓ Aposta nas competências que as autarquias locais devem colocar ao dispor dos agrupamentos.</li><li>✓ Multiplicidade de funções e carga burocrática que impedem a criação de mais espaços de reflexão e de formação;</li><li>✓ Dificuldade em conseguir um corpo docente estável;</li><li>✓ A legislação obriga a um excesso de documentos produzidos para os alunos com necessidades especiais.</li></ul> |
|---|

Os diretores de agrupamentos assinalam fatores que constituem forças para o processo de desenvolvimento da inclusão e identificam prioridades a nível de:

**Quadro IX**  
**Categoria 7. Desenvolvimento do processo: Prioridades**

- ✓ Recursos humanos;
- ✓ Recursos materiais;
- ✓ Clareza expressa na missão do agrupamento;
- ✓ Vontade de responder eficazmente às necessidades de todos os alunos.

### **Conclusões e Implicações**

De uma forma geral estes resultados estão em consonância com a revisão da investigação na área da gestão para a inclusão (UNESCO, 2008), que preconiza que as escolas com culturas inclusivas devem ter líderes comprometidos com valores inclusivos e estilos de liderança que encorajem a participação de todos os agentes educativos.

No nosso estudo os diretores de agrupamentos de escolas estão conscientes de que a evolução da educação inclusiva e a criação de escolas abertas à diversidade fazem parte das suas responsabilidades enquanto líderes e parecem também estar conscientes e atuantes enquanto promotores da participação de toda a comunidade educativa nesse processo. Por outro lado manifestam confiança nos professores e consideram que os professores de educação especial desenvolvem um trabalho importante em defesa dos valores inclusivos.

Nos resultados obtidos no estudo referente aos diretores é constante a referência à falta de recursos, sobretudo nos agrupamentos de menor dimensão e mais afastados dos grandes centros urbanos. Mas é também notório o esforço demonstrado pelos diretores de agrupamentos em reunir apoios e parcerias que façam face à escassez de recursos. A multiplicidade de parcerias e o esforço evidenciado em responder às diversas necessidades sentidas através de projetos comuns e redes locais parecem ser uma mais-valia dos agrupamentos de escolas.

A investigação aponta para modelos de liderança que assentem nas práticas colaborativas (Villa & Thousand, 2003; Preslow, 2003; Renauld, 2009) e nos nossos resultados a colaboração e a criação de redes, como forma de responder aos desafios postos pela diversidade parecem ser aspetos cruciais defendidos e desenvolvidos por todos os diretores

Gonzalez (2008) aponta também para a importância da participação de toda a comunidade educativa de forma ativa no desenvolvimento das culturas inclusivas, o que é consistente com os nossos resultados, uma vez que todos os diretores entrevistados referem claramente a importância da colaboração para o desenvolvimento de culturas inclusivas.

Podemos afirmar que os diretores entrevistados procuram encontrar mecanismos que assegurem a mudança de atitudes na comunidade educativa. Verificamos que os diretores de agrupamentos estão conscientes, aceitam e valorizam a diversidade. Os trabalhos de Ainscow, Booth e Dyson (2006) e UNESCO (2008) remetem-nos justamente para que escolas que evoluem no sentido da eficiência nas práticas inclusivas são apoiadas por diretores que promovem uma visão de escola que encoraja o respeito pela individualidade e negociação de consensos acerca dos valores de respeito pela diferença e compromisso para permitir a todos os alunos o acesso a oportunidades de aprendizagem.

A investigação sobre inclusão tem necessidade de se ajustar ao desenvolvimento que esta tem tido, gerando teorias e modelos, mas também participando nessa mudança integrando os temas que se relacionem com as necessidades práticas das escolas e das suas lideranças.

### **Referências Bibliográficas**

Ainscow, M. (1997). Towards Inclusive Schooling. *British Journal of Special Education*, 24, 1, 3-6.

Ainscow, M. (2005). Developing inclusive education systems: What are the levers for change? *Journal of Educational Change*, 6(2), 109-124.

Ainscow, M. (2007). Taking an inclusive turn. *Journal of Research in Special Educational Needs*. Vol. 7, N.º 1, 3-7.

Ainscow, M., Booth, T. & Dyson; A. (2006). Inclusion and standards agenda: negotiating policy pressures in England. *International Journal of Inclusive Education*, Vol. 10, Nº 4, 295-308.

Ainscow, A. & Miles, S. (2008). Making Education for All Inclusive: where next? *Prospects*, 38, 15-34.

Ainscow, M. & Sandill, A. (2010). Developing inclusive education systems: the role of organizational cultures and leadership. *International Journal of Inclusive Education*, Vol. 14, N° 4, 401-416.

Booth & Ainscow (2002). *The Index for Inclusion*. (2ª Ed.). Bristol: Centre for Studies in Inclusive Education. (CSIE).

Crockett, J. B. (2002). Special Education's Role in Preparing Responsive Leaders for Inclusive Schools. *Remedial and Special Education*. 23, 3, 157-168.

Digeorgio, C. (2008). Negotiating cultural and academic expectations in a minority language school: the inclusive and exclusive effects of a principal's vision. *International Journal of Leadership in Education*. Vol. 11, n° 2, 169-189.

Goetz & Le Compte, (1988). *Etnografía y diseño cualitativo en investigación educativa*." Madrid. Ediciones Morata, S.A.

González, G. M<sup>a</sup>. T. (2008). Diversidad e inclusión educativa: algunas reflexiones sobre el liderazgo en el centro escolar. REICE, *Revista Electrónica Iberoamericana sobre Calidad, Eficacia y Cambio en Educación*, Vol. 6, n° 2, 82-99

Leo, E. & Barton, L. (2006). Inclusion, Diversity and Leadership: Perspectives, Possibilities and Contradictions. *Educational Management Administration and Leadership*, 34, 2, 167-180.

Miles & Huberman, (1984). *Qualitative Data Analysis: A Sourcebook of New Methods*. Newbury Park, CA: Sage.

Parrilla, A., L. (2009). Y si la investigación sobre inclusión no fuera inclusiva? Reflexiones desde una investigación biográfico-narrativa. *Revista de Educación*, 349, Mayo-Agosto, 101-117.

Pijl, Sip J. (2010). Preparing teachers for inclusive education: some reflections from the Netherlands. *Journal of Research in Special Educational Needs*. ·Volume 10, · s1, · 197–201.

Pijl, Sip, J. & Frissen, Paul, H. A. (2009). What Policymakers can do to make Education Inclusive. *Educational Management Administration and Leadership*. Vol. 37, 3, 366-377.

Preslow, J. T. (2003). What Schools Administrators Should Know about Inclusion and its costs. *Leadership and Policy in Schools*, 2, 1, 65-78.

Rayner, S. (2009). Educational diversity and learning leadership: a proposition, some principles and a model of inclusive leadership? *Educational Review*, 61: 4, 433- 447.

Renauld, M. E. V. (2009). Aspectos clave de la educación inclusiva. Publicaciones del INICO, Colección Investigación: Salamanca. Disponível em <http://sid.usal.es/docs/F8/FDO22224/educacion-inclusiva.pdf> em 20 de Setembro de 2010.

Ryan, J. (2006). Inclusive Leadership and Social Justice for Schools. *Leadership and Policy in Schools*. 5: 1, 3-17.

UNESCO (2008). “Inclusive Education: The Way of the Future” International Conference on Education. Geneva, 25-28 November 2008. Disponível em <http://icfe.teachereducation.net.pk/resources/res8.pdf> em 12 -07- 2009

Villa, R. A. & Thousand, J. S. (2003). Teaching all students: Making inclusive education work: Systems level practices benefit all students, not only those with disabilities. *Educational Leadership*. 61, 2, 19-25.

Voltz, D. L. & Collins, L. (2010). Preparing Special Education Administrators for Inclusion in Diverse, Standards-Based Contexts: Beyond the Council for Exceptional Children and the Interstate School Leaders Licensure Consortium. *Teacher Education and Special Education*, 33 (1), 70-82.

**Notas sobre a autora:**

[mlpanacas@esep.pt](mailto:mlpanacas@esep.pt)

Professora Adjunta

Escola Superior de Educação

Instituto Politécnico de Portalegre



# O Ensino da Enfermagem no Estado Novo: um olhar pela legislação (Décadas de 40 a 70)<sup>1</sup>

Nursing Education in “Estado Novo”: a look at the legislation (40-70 Decades)

Helder Henriques

## Resumo

O objetivo deste trabalho é discutir o processo de construção identitária da enfermagem portuguesa durante o Estado Novo, tomando como objeto de estudo o ensino da enfermagem (décadas de 40 a 60). Teoricamente recorreremos à História e Sociologia das Profissões (Freidson, 1986; Abbott, 1988, Silva, 2008) e à literatura produzida pelos próprios enfermeiros (Abreu, 2001; Amendoeira, 2006; Soares, 1997). Do ponto de vista empírico, a investigação produzida baseia-se em fontes documentais e orais. Destacando-se, principalmente, os diplomas legais e um conjunto de entrevistas realizadas a enfermeiras/os que participaram como alunos ou professores numa escola de enfermagem portuguesa, durante o período identificado. Do ponto de vista metodológico, optamos pela análise sócio histórica uma vez que permite uma compreensão ampla sobre a problemática em destaque.

Defenderemos que o ensino e as escolas de enfermagem encontravam-se na dependência do Estado. Consequentemente, a definição identitária do grupo das/os enfermeiras/os é o resultado de um processo de controlo e regulação levado a efeito pelo regime político da época, dificultando a emergência do grupo como atividade profissional (Henriques, 2012).

**Palavras-Chave:** estado; enfermagem; formação; escolas

## Abstract

The aim of this paper is to discuss the process of identity construction of nursing during the Portuguese “Estado Novo”, taking as object nursing education (the 40 to 60). Theoretically we used the history and sociology of professions (Freidson, 1986; Abbott, 1988, Silva, 2008) and the literature produced by the nurses (Abreu, 2001; Amendoeira, 2006; Soares, 1997). From the empirical viewpoint, the research produced is based on oral and documental sources. Emphasizing especially the legal texts and a set of interviews with nurses those who participated as students or teachers in a Portuguese school of nursing, during the period identified. From the methodological point of view, we chose the socio historical since it allows a broad understanding on the problems in focus. We will argue that teaching and nursing schools were dependent on the state. Consequently, the definition of the identity of the nursing group is the result of a process control and regulation carried out by the political regime of that time, hindering the emergence of the group as a professional activity (Henriques, 2012).

**Keywords:** state, nursing, education, schools

## Introdução

Nas últimas décadas as ciências sociais, humanas e comportamentais olharam com muito interesse para as questões relacionadas com a construção de identidades profissionais. De facto, as atividades profissionais constituem um campo de análise capaz de potenciar um conjunto alargado de perspetivas sobre a definição de identidades.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no III Seminário de I&DT, organizado pelo C3i – Centro Interdisciplinar de Investigação e Inovação do Instituto Politécnico de Portalegre, realizado nos dias 6 e 7 de Dezembro de 2012.

A História da Educação também encontrou um espaço relacionado com as questões identitárias e, sobretudo, com a importância dos processos formativos e das instituições escolares na produção de identidades profissionais. O objetivo central deste texto prende-se com a análise da importância do ensino da enfermagem no processo de emergência de uma determinada identidade, no período do Estado Novo, associado ao grupo dos enfermeiros portugueses. As perguntas orientadoras deste estudo são as seguintes:

Como se construiu a identidade dos enfermeiros portugueses no Estado Novo? Que papéis tiveram as instituições escolares? Que lugar ocupou o Estado nesse processo? Em suma, que dificuldades e oportunidades a enfermagem encontrou para construir uma identidade profissional?

A análise sociohistórica, numa perspetiva diacrónica, permitirá responder às questões anunciadas. Ancoramos o nosso trabalho na História da Educação (HENRIQUES, 2012; SILVA, 2008, NÓVOA, 1987) e das Profissões, na Sociologia das Profissões (FREIDSON, 1986; ABBOTT, 1988; MACDONALD, 1999; DUBAR, 1997; RODRIGUES, 1999, 2002; GONÇALVES, 2006) e na literatura produzida pelos próprios enfermeiros (ABREU, 2001; AMENDOEIRA, 2006; ESCOBAR, 2004, SOARES, 1997, NUNES, 2003). Do ponto de vista empírico analisamos essencialmente a legislação, fontes de arquivo e orais.

O trabalho divide-se em três momentos relacionados entre si. O primeiro, onde discutiremos essencialmente um conjunto de conceitos que permitem uma leitura geral sobre o papel do Estado e a importância dos processos formativos na construção de identidades profissionais; o segundo momento, onde apresentaremos os principais diplomas legais enformadores do ensino da enfermagem portuguesa no Estado Novo; e, o terceiro momento, onde destacaremos a importância das ciências sociais, humanas e comportamentais na definição de uma “nova” enfermagem.

No fundo, defenderemos que o ensino e as escolas de enfermagem encontravam-se na dependência do Estado, promovendo um conjunto de avanços e recuos, de acordo com interesses estratégicos, no processo de definição identitária do grupo das/os

enfermeiras/os dificultando, muitas vezes, a emergência do grupo como atividade profissional (HENRIQUES, 2012).

### **1.Estado, Formação e Identidade (s): uma espiral de poder**

As atividades profissionais são constructos sociohistóricos complexos. A sua interpretação é essencial para reforçar a autonomia que caracteriza as profissões. O despertar de uma consciência histórica sobre a atividade que se desenvolve constitui um importante mecanismo de consolidação e reforço de identidades profissionais. A este propósito Maria de Lurdes Rodrigues salienta o seguinte:

O estudo do processo histórico de desenvolvimento das profissões em cada contexto nacional é fundamental para a compreensão da estrutura e formas de organização com que os grupos se apresentam na atualidade, porque, por um lado, é nele que se encontram os mecanismos particulares da institucionalização do grupo ocupacional e, por outro lado, também permite explicitar o enquadramento político, económico e social em que o processo se desenrola (1999: 5)

O estudo das configurações identitárias não pode esquecer os processos de transformação pelos quais passaram, as relações de dependência que desenvolveram, os cenários políticos, económicos e sociais em que conquistaram e reforçaram a sua jurisdição profissional. No caso específico dos enfermeiros portugueses, salientamos o papel do Estado, das Escolas e da formação na construção de identidades profissionais com um certo grau de autonomia.

O Estado deve ser interpretado como um agente ativo na construção de identidades profissionais. Ao longo do Estado Novo, o Estado foi a cúpula de uma organização hierárquica no processo de definição do que significava ser enfermeiro/a naquela altura. Era o Estado que regulamentava o exercício e o ensino da enfermagem, que direcionava as escolas de enfermagem para determinadas formas de credencialismo e/ou ainda que influenciava decisivamente todo o processo formativo e a constituição de uma consciência de grupo ou de uma “ideologia profissional” dos enfermeiros portugueses.

Assim, a análise das relações estabelecidas entre o Estado e as profissões constituem um eixo de análise relevante para a compreensão das estratégias desenvolvidas quer pelo Estado, quer pelas profissões, no sentido da negação ou da afirmação das últimas. Como já salientamos, o Estado não pode ser encarado como um elemento passivo no

desenvolvimento das profissões, pelo contrário, “dado que constrói mecanismos que ajudam a valorizar o seu projeto político a partir, ou por intermédio das atividades profissionais” (HENRIQUES, 2012: 81) de acordo com os seus próprios interesses.

Hoje é um dado adquirido entre os estudiosos destas matérias que “a relação política com o Estado, o papel das profissões no processo político, a sua dinâmica e estrutura política, a análise das suas redes de influência e ação coletiva” (RODRIGUES, 1997: 123) constituem elementos relevantes para a interpretação do papel das profissões nas sociedades contemporâneas. Do mesmo modo, o Estado assume centralidade na constituição de identidades profissionais dos grupos. A gestão e regulação do controlo que o Estado exerce sobre a sociedade e, especificamente, através das atividades profissionais é um elemento fundamental e estratégico na definição de identidades de grupo.

Também António Nóvoa se encontra alinhado com as palavras que referimos anteriormente. Quando estudou o processo de profissionalização dos professores, imediatamente refutou a passividade do Estado no processo de construção de uma ideologia profissional, colocando-o como um “ator central” na regulação do mundo do trabalho (1987: 46) e das identidades profissionais.

A formação dos grupos profissionais e os conhecimentos que possuem constituem outro eixo de análise quando estudamos as profissões e as identidades profissionais. As instituições escolares assumem aqui um importante papel na definição dos grupos profissionais e na construção da sua identidade. Por um lado, as instituições escolares apresentam-se como elementos credencialistas, ao serviço do Estado; por outro lado, como elementos onde se aprende a Ser e a Fazer, também de acordo com orientações da tutela. Analisemos estes dois novos elementos.

O credencialismo constitui um dispositivo de controlo, seleção e acreditação dos indivíduos que pretendem ingressar numa determinada instituição escolar e, conseqüentemente, num coletivo. É, portanto, um processo que permite controlar o acesso a determinados conhecimentos e posições profissionais. De acordo com Eliot Freidson constitui uma importante fonte de poder profissional (1986: 63, 64 e seguintes). Também aqui o Estado desenvolveu mecanismos legais que permitiram a

criação de exigências a vários níveis de modo a diferenciar aqueles que possuíam licença ou mandato para exercer uma determinada atividade, daqueles que não possuíam acreditação. As escolas assumiram este importante papel de escrutínio dos elementos que integravam os grupos. A enfermagem não fugiu a esta “regra” como teremos oportunidade de demonstrar. Portanto, as atividades profissionais e os respetivos grupos no decorrer do seu processo de afirmação e consolidação:

Encontraram dispositivos que permitiram averiguar a capacidade dos sujeitos para fazer parte de determinados agrupamentos profissionais e exercer tarefas específicas. O credencialismo caracteriza-se, em parte, por esse ato de subordinação, ao mesmo tempo habilitador, e de reconhecimento das capacidades dos indivíduos que, para exercer algumas atividades profissionais, deveriam possuir “qualidades” físicas, psicológicas, intelectuais ou morais definidas pelos grupos, pelo Estado e pelos contextos sociopolíticos que envolviam os agrupamentos profissionais (HENRIQUES, 2012: 142).

Por outro lado, coube às instituições escolares o papel de formar aqueles que eram acreditados, depois de avaliado, por especialistas, o seu processo de candidatura, numa lógica formativa onde importava aprender a Ser (enfermeiro/a neste caso) e a Fazer. O conceito de formação pode ser interpretado, neste contexto, como um processo plural, multifacetado e em constante mutação de acordo, muitas vezes, com orientações políticas e necessidades sociais.

A formação escolar, ministrada nas escolas, permite aos alunos adquirir uma consciência de grupo, a sua socialização, apreender os valores essenciais ao desenvolvimento de uma ideologia e jurisdição profissionais e mobilizar um conjunto de conhecimentos especializados com reconhecimento social e político. A formação constitui, portanto, “um elemento central na organização, estruturação e afirmação dos grupos e das identidades profissionais”. A formação, o conhecimento e/ou Saber, constituem elementos configuradores das identidades profissionais. Os processos formativos legitimam o grupo perante a sociedade e permite o reforço do mesmo do ponto de vista sociopolítico.

O Estado, as Escolas, o Credencialismo, a Formação, os Conhecimentos ou os próprios Valores constituem os principais elementos que permitem construir uma determinada identidade profissional reconhecida pelos grupos profissionais, pelos regimes políticos e pela própria sociedade. Deste modo, defendemos a ideia de que a identidade profissional:

(...) constrói-se no interior de lógicas de ação, na sequência do que defende a abordagem interacionista, e representa um processo dinâmico sempre em (re)construção, que situa os diferentes elementos no interior de uma determinada especificidade, ou grupos de pertença, e que se pode alterar consoante as relações que se estabelecem com o Estado ou com outros grupos profissionais que exercem pressão sobre os grupos tornando-os mais permeáveis a outros interesses que não os do próprio grupo profissional. São os conhecimentos e os valores que os indivíduos adquirem em contexto de formação escolar que os tornam seres socialmente identificáveis (DUBAR, 1997: 13).

Na sequência do que acabamos de referir, a relação entre Estado, Formação e Identidades assume centralidade uma vez que permite a produção de identidades credenciadas e acreditadas socialmente e por outros grupos profissionais. Como salienta Lucília Escobar, o conceito de identidade profissional é relacional, multifacetado, construído e emerge do interior de tensões, negociações, avanços e recuos de fora para dentro e de dentro para fora do grupo.

## **2.O ensino e exercício da enfermagem: o discurso do Estado**

As primeiras escolas de enfermagem surgiram, em Portugal, na segunda metade do século XIX por iniciativa particular. Destacamos a Escola de Coimbra fundada por António Augusto da Costa Simões, administrador dos Hospitais da Universidade de Coimbra, em 1881. De curta duração, afirma-se a importância da formação deste público sobretudo com o objetivo de substituírem e auxiliarem os médicos nas suas ausências. Algum tempo passado, surgiu em 1901 a primeira escola oficial de enfermagem portuguesa, sediada no Hospital Real de S. José. O seu principal objetivo era, de acordo com o artigo primeiro dos estatutos da instituição, proporcionar:

(...) aos indivíduos que se destinem à profissão de enfermeiros a instrução doutrinária e os conhecimentos de pratica, que as exigências da sciencia actual reclamam em quem tenha de cumprir prescrições medicas ou cirúrgicas e de prestar cuidados de enfermagem a doentes” (Diário do Governo nº 204, de 12 de Setembro de 1901).

As administrações hospitalares assumiam o controlo das escolas de enfermagem portuguesas. Este controlo caracterizou as relações da escola com as administrações durante quase toda a 1ª metade da centúria de novecentos e impediu durante muito tempo a afirmação da enfermagem portuguesa, uma vez que se encontravam associadas aos Hospitais e sob o domínio médico.

Esta questão vai ser ultrapassada, pelo menos em parte, a partir da década de 40 quando o Estado manifesta um enorme interesse em regular e controlar a atividade e o ensino da enfermagem portuguesa. Em 1942 o Estado promoveu a lógica credencialista sobre a enfermagem (Decreto-Lei nº 32612 de 31 de Dezembro de 1942). Para exercer esta atividade era necessário possuir um conjunto de requisitos, chamando a si o poder da seleção, recrutamento e idoneidade das futuras enfermeiras. De facto, assume-se que esta atividade deveria ser realizada por quem possuísse um diploma escolar e quem quisesse olhar para a mesma como uma missão ao serviço dos outros, de um modo desinteressado e com poucos custos para o Estado. Neste sentido, o casamento das enfermeiras foi proibido e o recrutamento devia fazer-se entre jovens solteiras e/ou viúvas que não tinham filhos e/ou maridos para cuidar. A enfermagem tornava-se, aos poucos, um verdadeiro sacerdócio. Mesmo assim, a identidade profissional das enfermeiras saiu reforçada uma vez que o Estado apostou na sua formação e a partir do final da década de 40 incentivou a abertura de escolas de enfermagem (por exemplo, em 1948, José Lopes Dias fundou a Escola de Enfermagem de Castelo Branco).

Aquilo que parecia ser um processo de afirmação e distinção positiva da enfermagem portuguesa, com a reforma de 1942, depressa se percebeu que não passava de um jogo estratégico do próprio Estado. Em 1947, através do Decreto – Lei nº 36 219 de 10 de Abril, promoveu a reorganização do ensino da enfermagem. Esta reforma, entre outros aspetos, pretendia dar resposta à necessidade social de falta de enfermeiras. Para o efeito, foram criados vários cursos de enfermagem de modo a garantir uma maior eficácia no processo de recrutamento. Além do curso de Enfermagem Geral, foi constituído o curso de Auxiliares de Enfermagem e o curso de Pré-enfermagem. O último, com a duração de 2 anos, visava a preparação para a entrada no curso geral de enfermagem; o curso de Auxiliares tinha como objetivo formar “enfermeiras práticas” e tinha a duração de apenas um ano, ao contrário do curso geral de enfermagem que tinha a duração de dois anos.

Estes novos cursos acabaram por desvalorizar o curso de enfermagem geral na medida em que existiu um espartilhar da formação, algo que não era benéfico para o reforço identitário do grupo, apesar de socialmente ter ajudado a resolver o problema da falta de pessoal de enfermagem. Ao longo da década de 50, o curso de enfermagem geral era procurado por menos pessoas do que o curso de Auxiliares de Enfermagem

(HENRIQUES, 2012). Os motivos eram vários, mas sobretudo tinham a ver com a facilidade com que se entrava para o curso de Auxiliares do ponto de vista literário exigindo-se apenas a instrução primária.

Na reforma de 1947, embora anteriormente já tivesse sido apontada, o legislador confirma uma dimensão relevante no processo de emergência da identidade dos enfermeiros portugueses: a ideia de que para se pertencer ao grupo devia possuir-se um comportamento moral irrepreensível. Quer dizer, a enfermeira não devia questionar, devia ser submissa e obediente, colocar-se a si mesma em último lugar, enfim, agir como um verdadeiro “anjo de bata branca”.

Em 1952, houve uma nova reforma do ensino da enfermagem. Reforçou-se a ideia de que apenas quem possuísse uma habilitação escolar poderia exercer enfermagem. Passou também a existir um regulamento geral das escolas de enfermagem. Reafirmava-se a dimensão moral da enfermagem e a importância da existência de uma formação “total” onde o internato poderia ter um papel crucial. O diploma manteve-se em vigor até meados da década de 60.

Nesta altura, fruto de pressões da Igreja, de alguns governantes, dos próprios enfermeiros, a enfermagem ganhou um novo folego. A reforma de 1965 (Decreto 46448, nº 160, de 20 de Julho de 1965) trouxe centralidade e acreditação profissional à enfermagem. Os candidatos a auxiliares de enfermeiro já teriam de possuir o 1º ciclo do ensino liceal; no caso do curso de enfermagem geral o 2º ciclo. Como defendemos, a reforma de 1965 constituiu um marco na afirmação identitária do grupo, dado que o ensino da enfermagem transitou, definitivamente, para as enfermeiras. As enfermeiras ensinam os seus pares, transmitindo-lhes assim uma cultura própria, modos de estar e de Saber-Fazer do grupo. O diploma reforça a ideia da articulação entre a teoria e a prática omitindo referência às enfermarias-escola, valorizando sobretudo as práticas clínicas em ambiente de trabalho. Discutia-se essencialmente a cientificidade da enfermagem.

A discussão referida teve impacto na constituição de carreiras específicas para a enfermagem em 1967 (Decreto-Lei nº 48166 de 27 de Dezembro de 1967). Foram constituídas, neste ano, as carreiras hospitalar, de saúde pública e do ensino. Todavia, o que aparenta constituir uma conquista acaba por significar uma forma de divisão interna



não favorecendo o reforço da identidade profissional da enfermagem portuguesa. Apenas anos mais tarde assistiremos à unificação das carreiras de enfermagem.

Em suma, durante o Estado Novo, promoveram-se um conjunto de avanços e recuos constantes no processo de engrandecimento profissional da enfermagem. O caminho da afirmação abriu-se, por intervenção do Estado, quando se referiu à necessidade da formação escolar para exercer a atividade; não obstante voltou a estreitar-se quando criou vários cursos de enfermagem, desprestigiando o grupo e acabando mesmo por dividi-lo. O aumento das exigências literárias de 1965 constituiu um avanço, todavia a divisão da carreira promoveu ambiguidades internas que só se resolveriam anos mais tarde.

A influência do Estado na construção identitária deste grupo é imensa: o comportamento moral irrepreensível, a preferência por elementos do género feminino, a negação do casamento, a relação entre o Estado e os médicos como observadores e vigilantes do grupo dos enfermeiros, são apenas alguns aspetos do que temos vindo a defender.

### **3.O caminho para uma “nova” enfermagem: o papel das ciências sociais, humanas e comportamentais**

A emergência, afirmação e consolidação da enfermagem como um Saber próprio e relacional evidencia-se a partir do diploma de 1965. Gradualmente os enfermeiros passaram a assumir lugares de chefia e direção no interior das escolas de enfermagem, substituindo os médicos. No entanto, foi através do conhecimento e da construção de uma ideia de “cuidados de enfermagem”, que haveria de ser aprofundada anos mais tarde, que o grupo encontrou caminhos alternativos à submissão médica.

Estrategicamente verifica-se a partir de meados da década de 60 com maior intensidade, uma aproximação às ciências sociais, humanas e comportamentais. A psicologia, a Sociologia e a Educação possibilitaram à enfermagem a utilização de novos métodos e técnicas com utilidade para aprofundar um domínio que se pretendia com a maior autonomia possível de modo a adquirir visibilidade socioprofissional. A capacidade do grupo dos enfermeiros, através essencialmente das suas escolas, de construir um

conhecimento relacional com um determinado nível de abstração trouxe vantagens ao grupo.

Ismael Martins, antigo enfermeiro e diretor de uma escola de enfermagem, realça a importância destas ciências na emergência e consolidação da jurisdição profissional da enfermagem portuguesa quando afirma que:

(...) isso também era uma das minhas preocupações, porque era pouco usual nos cursos antigos. Dava-se muito pouco ou quase não se falava na psicologia, falava-se na psiquiatria um pouco, da psicologia pouquíssimo, sociologia nem pensar. Mas como nós pensávamos principalmente no Ser Humano, a pessoa humana em todas as suas vertentes, em todas as suas idades e etapas da vida e achávamos que a psicologia, também a sociologia, mas principalmente a psicologia era uma disciplina base. Foi uma das minhas grandes preocupações em convidar psicólogos para virem dar as aulas (Entrevista ao Enfermeiro Ismael Martins – Cf. HENRIQUES, 2012).

Estes novos saberes que agora se aprendiam nas escolas de enfermagem ajudaram a criar uma identidade profissional mais definida e reforçada. A psicologia, a Sociologia e a Educação permitiram o aprofundamento daquilo a que este grupo chamou de “cuidados de enfermagem”. Conceito que implica entendimento multidisciplinar sobre o Ser Humano e o seu bem-estar, objetivo último dos enfermeiros portugueses.

### **Considerações Finais**

A identidade dos enfermeiros portugueses, no período do Estado Novo, desenvolveu-se em torno de dois momentos específicos. No primeiro momento verificamos a intervenção do Estado na regulação do ensino e do exercício da enfermagem, embora posteriormente não alimentasse demasiado a autonomia do grupo criando para o efeito cursos que dividiam a própria enfermagem e a ideia do que era ser enfermeiro. Por outro lado, o grupo dos enfermeiros portugueses fez parte de um projeto político que servia de exemplo à sociedade através dos valores que devia transmitir, nomeadamente a submissão, a entrega e a obediência.

A partir de 1965 (o 2º momento) aprofundou-se o conhecimento dos enfermeiros envolvendo as técnicas médicas e de enfermagem que conheciam, tornando-se gradualmente mais reflexivos e atentos à sua prática e promovendo uma dimensão

teórico-abstrata que permitiu consolidar os cuidados de enfermagem como domínio próprio do grupo, ainda que de um modo relacional.

As identidades profissionais resultam de longos processos históricos e de relações de interdependência com o Estado, outros grupos profissionais e/ou ocupacionais e a própria sociedade envolvente.

## **Bibliografia**

ABBOTT, Andrew (1988) *The System of Professions – An Essay on the Division of Expert Labor*, Chicago/London: The University of Chicago Press.

ABREU, Wilson Correia de (2001), *Identidade, Formação e Trabalho – Das Culturas Locais às Estratégias Identitárias dos Enfermeiros*. Coimbra/Lisboa: Formasau/Educa.

AMENDOEIRA, José (2006), *Uma Biografia Partilhada da Enfermagem: A Segunda Metade do Século XX*, Coimbra: Formasau.

D'OREY, Isabel de Albuquerque (1937), *Moral Profissional da Enfermeira*, Lisboa: Livraria Sá da Costa – Editora.

DUBAR, Claude, A Socialização (1997), *A Construção das Identidades Sociais e Profissionais*. Porto: Porto Editora.

ESCOBAR, Lucília (2004), *O Sexo das Profissões – Género e Identidade Socioprofissional em Enfermagem*, Col. Biblioteca das Ciências Sociais, Porto: Edições Afrontamento.

FREIDSON, Eliot (1986), *Professional Powers: A Study of the Institutionalization of Formal Knowledge*, Chicago/London: The University of Chicago Press.

GONÇALVES, Carlos (2006), *Emergência e Consolidação dos Economistas em Portugal*, Porto: Edições Afrontamento.

HENRIQUES, Helder Manuel Guerra (2012), *Formação, Sociedade e Identidade Profissional dos Enfermeiros: A Escola de Enfermagem de Castelo Branco/Dr. Lopes Dias*. Tese de doutoramento. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.

MACDONALD, Keith (1999), *The Sociology of the Professions*, 2º ed., London/Thousand Oaks/ New Delhi: Sage.

NÓVOA, António (1987) *Le Temps des Professeurs – Analyse Socio-Historique de la Profession enseignante au Portugal (XVIIIe-XXe siècle)*, 2 Vols. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica.

NUNES, Lucília Rosa Mateus (2003) *Um Olhar Sobre o Ombro: Enfermagem em Portugal (1881- 1998)*. Loures: Lusociência.

RODRIGUES, Maria de Lurdes (1999) *Os Engenheiros em Portugal – Profissionalização e Protagonismo*, Oeiras: Celta Editora.

RODRIGUES, Maria de Lurdes (2002), *Sociologia das Profissões*, 2ª ed., Oeiras: Celta Editora.

SILVA, Ana Isabel (2008), *A Arte de Enfermeiro: Escola de Enfermagem Dr. Ângelo da Fonseca*, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

SOARES, Maria Isabel (1997), *Da Blusa de Brim à Touca Branca – Contributo para a História do Ensino de Enfermagem em Portugal (1880-1950)*, Lisboa: Educa/Associação Portuguesa de Enfermeiros.

### **Nota sobre o autor**

#### **Helder Henriques**

henriqueshelder@gmail.com

Professor na Escola Superior de Educação de Portalegre. Investigador do CEIS20 da Universidade de Coimbra e do Centro Interdisciplinar de Investigação e Inovação do Instituto Politécnico de Portalegre.

Doutor em Ciências da Educação, na especialidade de História da Educação.

# Fédération de blogues<sup>1</sup>

## Federação de blogs

Anne Studer

*Merci à Mme Colette Charbonnier (UEX-Espanha),  
pour sa collaboration au projet ici relaté.*

### **Résumé**

*Les nouvelles technologies sont peut-être à l'origine des plus grandes transformations en classe de langue aujourd'hui. Transformations de l'agir scolaire d'une part, et valorisation de l'agir social d'autre part, avec l'entrée de la vraie vie en classe de langue. Le Web 2.0 permet en effet aux apprenants de devenir des acteurs sur la Toile, et d'y réaliser de vraies tâches. La réalisation de blogues en classe de langue s'insère dans ce cadre d'étude, d'autant plus lorsque les écrits, socialisés, sont aussi l'occasion d'un échange, d'un partage, d'une collaboration à l'intérieur et à l'extérieur des murs de la classe. Ce sont ces transformations, liées à l'apparition de nouvelles pratiques d'écriture et à l'altération de la relation d'enseignement/apprentissage, qui font le sujet de cet article.*

**Mots-clés:** *blogues; FLE; nouvelles pratiques d'écriture; Web 2.0*

### **Resumo**

*As novas tecnologias estão talvez na origem das maiores transformações na aula de língua de hoje. Transformações do agir escolar por um lado, e valorização do agir social por outro, com a chegada da vida verdadeira à sala de aula. Com o Web 2.0, é possível para os aprendentes serem atores na Tela, onde podem realizar tarefas verdadeiras.*

*A realização de blogues na aula de língua insere-se nesse quadro, sobretudo quando os escritos, socializados, são também o pretexto para uma troca, uma partilha, uma colaboração no interior e no exterior da sala de aula. São essas as transformações que, ligadas às novas práticas de escrita e a uma alteração da relação de ensino/aprendizagem, constituem o assunto deste artigo.*

**Palavras-chave:** *blogues; FLE; novas práticas da escrita; Web 2.0*

## **Introduction**

Les blogues sont des outils à la croisée de l'information et de la communication. Ce sont des fenêtres ouvertes sur la somme de tout ce que l'on peut trouver sur Internet. Produits du Web 2.0, ce sont des lieux d'écriture, de dialogue et de partage, voire même de collaboration. La publication sur la Toile permet en effet de socialiser ses écrits, et, dans l'idéal, de dialoguer et d'interagir avec ses lecteurs.

Sans faire du blogue la panacée de l'apprentissage, il s'agit cependant d'en souligner les possibilités, en insistant sur les liens et les réseaux qui peuvent se créer à l'intérieur et à l'extérieur de la classe et en indiquant quelles modifications ces nouvelles pratiques peuvent apporter à la relation d'enseignement/apprentissage.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no III Seminário de I&DT, organizado pelo C3i – Centro Interdisciplinar de Investigação e Inovação do Instituto Politécnico de Portalegre, realizado nos dias 6 e 7 de Dezembro de 2012.

Nous évoquons dans un premier temps les apports d'Internet, en particulier lorsqu'ils sont liés aux pratiques de l'écriture. Puis nous expliquons le choix du blogue. Nous nous arrêtons enfin sur l'observation des échanges au sein de blogues<sup>1</sup>, en montrant quelles transformations de la relation enseignement/apprentissage ils peuvent mettre en évidence.

### **Diversité et authenticité des pratiques de l'écrit sur Internet**

Internet offre une pléthore d'applications avec lesquelles travailler en classe de langue. De la messagerie instantanée, aux wikis, aux blogues, la liste complète serait longue et rapidement désuète, étant donné que tout évolue très rapidement. Travailler avec Internet nous permet de multiplier les ressources, et de diversifier les activités et les tâches, en mobilisant des compétences désormais nécessaires, tellement le monde numérique semble transformer aujourd'hui nos façons de travailler et de vivre.

« Sur Internet et sur le WEB 2.0 sont en train de s'inventer *de nouvelles façons de vivre* et de consommer (e-commerce, e-tourisme [...]), *de nouvelles façons de jouer* (au casino, au poker, aux simulations de constructions de monde comme «Second Life»), *de nouvelles façons de travailler* : nouveaux business models et réseaux sociaux professionnels comme viadeo, LinkedIn [...], *de nouvelles façons d'aimer* (réseaux sociaux comme Facebook, My Space, Les Copains d'avant et les sites de rencontres comme Meetic [...]), *de nouvelles façons de s'informer et de se documenter, d'enseigner et d'apprendre* (google, wikipedia [...]). » Yaiche [2009 : 35]

Ni les wikis, ni les réseaux sociaux, ni le courrier électronique, ni les blogues n'ont été spécialement créés pour les apprenants ou pour les enseignants. Mais l'utilisation de chacun de ces formats, parmi bien d'autres encore, permet la diversification et l'authentification des pratiques d'écriture en classe de langue.

Diversification, car si l'écriture numérique modifie notre expérience de l'écrit, ce sur quoi nous reviendrons, on n'écrit cependant pas non plus exactement de la même façon sur un blogue, un forum, ou encore Wikipedia, encyclopédie en construction. Explorer successivement chacun des formats présents sur la Toile permet donc de diversifier les pratiques, et de développer de nouvelles compétences en langue étrangère.

« L'écrit revêt aujourd'hui des formes plus diverses que jamais par le passé, et les technologies de l'information et de la communication jouent un rôle central dans la diversification et la diffusion des pratiques de lecture et d'écriture. La littératie numérique occupe donc une place importante dans les compétences à construire pour les citoyens du 21<sup>ème</sup> siècle. » [Gerbault : 2012]

Authentification, car la communication se fait vers l'extérieur, en dehors des murs de la classe. Il devient alors possible de réaliser de *vraies* tâches, comme publier la critique d'un film sur un site dédié au septième art, ou une critique de livre sur *Amazon* : le monde *virtuel* que représente Internet ne l'est pas aussi souvent que ça. En effet, « là où hier nous cherchions, parfois laborieusement, à simuler la vraie vie dans nos classes, nous sommes constamment en contact direct avec ce monde du dehors de l'instruction ». [Mangenot : 2009]

Ainsi, même s'il existe des sites consacrés à la diffusion et à l'enseignement de la langue française (TV5 monde, RFI), et si les manuels ont aujourd'hui souvent leurs sites compagnons, l'ouverture à d'autres produits sur la Toile est néanmoins aussi pour les apprenants une lancée au cœur du *Web.2.0* lui-même, non seulement du côté de l'utilisateur, mais aussi du côté du constructeur, de *l'acteur*<sup>2</sup>, ce qui n'est pas toujours proposé au sein des sites pédagogiques.

### **Les apports d'Internet : une liste inachevée**

Nombreux sont les apports d'Internet en classe de langue : la multimodalité ; la richesse multiréférentielle de l'information, qui permet des croisements, son authenticité, son actualité ; la possibilité pour l'apprenant d'être un acteur et de réaliser des tâches de la vraie vie ; la possibilité aussi de mettre en place des parcours individuels d'apprentissage, le temps de travail *asynchrone*, un plus grand respect des rythmes de chacun, l'aide au travail et à l'écriture enfin. La liste est longue, inachevée.

L'autonomie est favorisée. L'apprenant est davantage sollicité et conduit à réaliser des choix en vue de son apprentissage, à se responsabiliser face à celui-ci. Un exemple simple et anodin, mais évocateur : sur Internet, l'apprenant peut choisir lui-même, selon ses besoins et la tâche à réaliser, le nombre de fois qu'il écoute un document audio, ou le nombre de fois qu'il visionne une vidéo. Fini le temps où l'enseignant avait le doigt posé sur le bouton du magnétophone pour une, deux ou trois écoutes obligatoires d'un même document en classe.

Parmi tous ces apports, la transformation des modes de travail, à l'intérieur et à l'extérieur des murs de la classe, est peut-être le plus grand et le plus significatif. Yaiche [2009 : 36] souligne que « pour les élèves et les enseignants, c'est peut-être pour la première fois l'occasion d'échanger, de mutualiser des expériences, des savoirs, des savoir-faire et des savoir-être... en un mot de « casser » le sens unique et vertical de l'apprentissage traditionnel ».

## Les raisons d'un blogue

Selon la définition de Wikipedia, un blogue est:

« Un site Web constitué par la réunion de billets agglomérés au fil du temps, et souvent classés par ordre déchronologique (les plus récents en premier) [...] Le blogueur y délivre un contenu souvent textuel, enrichi d'hyperliens et d'éléments multimedia, sur lequel chaque lecteur peut généralement apporter des commentaires. »

Que l'on parle du blogue de la classe, outil pédagogique de l'enseignant à l'usage des apprenants, ou du blogue de l'apprenant lui-même, il s'agit toujours de manipuler un outil qui hérite des caractéristiques de la Toile : la multimodalité, qui associe sons, textes et images, et l'hypertextualité, qui donne visibilité et accès instantané à l'hypertexte, en ouvrant de nouveaux parcours de lecture. A l'ère de l'écriture numérique et des nouvelles littératies<sup>3</sup>, un blogue est de fait bien plus qu'une simple page blanche sur laquelle rédiger ses textes.

Il n'est pas forcément simple de définir une écriture blogue. Différents styles d'écritures coexistent en fait sur la blogosphère : le journal intime des débuts coexiste depuis longtemps avec d'autres genres. Des oppositions pourraient être faites et levées aussitôt : genre court pour beaucoup, techniquement rien n'interdit pourtant de faire plus long, ce que d'aucuns font aussi. Au-delà de l'opposition entre le court et le long, au-delà de l'opposition traditionnelle entre l'écrit et l'oral, au-delà de l'opposition entre temps *synchrone* et *asynchrone* de l'écriture sur la Toile, il faut peut-être d'abord noter que le billet du blogue est normalement reconnu par son auteur comme relevant d'une pratique de l'écriture, et que l'on parle bien le plus souvent pour évoquer les écrits d'un blogue d'une publication ou même d'une auto-publication, quel que soit le genre de celle-ci, écriture du moi pour le journal intime, écriture créative, professionnelle, journalistique, ou encore scolaire.

L'écriture n'y est pas forcément instantanée, ni automatique. Elle peut être travaillée, et suivre les chemins déjà balisés : planification, mise en texte, réécriture(s), gestion des « états du texte »<sup>4</sup>. Le travail de réécriture en classe peut même être renforcé par la perspective de l'auto-publication, du partage de ce qui a été écrit sur la blogosphère, ou, dit autrement, par la perspective de la socialisation de ses écrits. Par expérience personnelle, on n'a sans doute jamais autant corrigé et réécrit en classe que lorsqu'il s'agissait d'être publié et lu à l'extérieur. Lorsque *l'agir scolaire* est aussi un *agir social*<sup>5</sup>, et vice-versa, la frontière entre les deux s'estompant, le travail de correction prend un autre sens. On n'est plus corrigé uniquement pour se corriger, pour ne plus reproduire une même erreur une autre fois, mais pour être lu en dehors de la classe. Lorsque l'enjeu est bien compris, la perspective d'être lu par d'autres que celui ou ceux par lesquels on est habituellement lu,



et la conscience de devoir être compris par tous, motive une charge de travail différente.

L'attention portée aux écrits peut cependant par ailleurs bloquer le bon fonctionnement du blogue. En effet, le travail de correction, s'il se prolonge, peut empêcher la régularité de la publication, et donc inviabiliser le retour, la réaction, c'est-à-dire la parution de commentaires sur les textes, qui suit toujours la publication du billet lui-même. Il faut donc savoir trouver un équilibre de façon à ne pas annuler ce qui semble être aujourd'hui le plus riche en nouveaux apprentissages : le moment de l'échange au sein de l'espace commentaires, des interactions, lieu de la co-construction de savoirs, et de l'interculturel.

Il y a en effet deux espaces d'écriture bien différents l'un de l'autre sur un blogue, l'espace de "publication", celui réservé à l'auteur ou aux auteurs, le *post*, ou le billet, qui est de fait une écriture personnelle (seul le ou les auteurs du texte peuvent y accéder pour le transformer), et l'espace "commentaires", le plus souvent ouvert et ouvert à tous, qui est le lieu privilégié du dialogue.

L'espace personnel de publication semble admettre de nombreux modèles : de plus ou moins longs écrits sans jamais être excessivement longs, une écriture plus ou moins planifiée, de nouveaux modes d'écriture enfin, incluant la présence de l'image et du multimédia, et celle de liens renvoyant vers l'hypertexte... le blogue ouvre toutes ces possibilités.

L'espace "commentaires" relève quant à lui d'une écriture collective. Springer [2007] définit l'écriture blogue comme une « écriture collective, solidaire, à plusieurs mains, un brouillon partagé qui ne vise aucune finalisation, une mosaïque d'idées, de mots, de pensées informelles ». Au sein d'une fédération ou communauté de blogues, l'écriture est « collaborative et collective », et chacun peut à la fois être auteur et lecteur, « sachant que la frontière entre auteur et lecteur disparaît dans la mesure où, sur un blogue, on peut être contributeur, mais auteur sur son propre blog. » [ibid]

Pour Springer, l'écriture blogue est un brouillon (de mots et d'idées) ; il faut cependant en considérer les potentialités. En effet, « l'ensemble, billets et commentaires et liens interblogues, constitue une unité réflexive qui n'aurait pas la même valeur et richesse de langue, d'optique, si l'auteur était unique. Le blogue permet de garder la trace de tout cela dans les archives, vaste mémoire collective de la blogosphère. » [ibid] À propos des forums pédagogiques, C.Celik et F.Mangenot [2004 : 10-11] évoquent eux aussi la mémoire collective, et ils soulignent le rôle de celle-ci dans l'élaboration de la pensée : « le système informatique joue le rôle d'une mémoire collective permettant l'élaboration d'un objet de pensée plus complexe. »

## **Fédération de blogs : la socialisation des écrits et les interactions qui en découlent**

Le dictionnaire donne de la *fédération* la définition suivante : « états séparés qui ont une politique commune ; union en vue d'un intérêt commun. » Pour une communauté comme celle d'un réseau de blogues, le terme *fédération* renvoie à la fois à l'individualité et à la spécificité de chaque blogue (même lorsqu'il y a plusieurs auteurs), et au lien ou à l'appartenance à un groupe qui a au moins un intérêt commun. S'agissant de l'apprentissage d'une langue étrangère, la communauté de blogues peut aussi, avec le temps, devenir une communauté d'apprentissage<sup>6</sup>. Il y a une communion d'intérêts, des intérêts professionnels et/ou personnels, une expérience commune d'apprentissage.

L'utilisation des blogues - à l'origine, comme journaux intimes - s'est beaucoup diversifiée aujourd'hui. En classe de langue aussi, de nombreuses utilisations sont possibles, le cas du journal intime étant, comme sur l'ensemble de la blogosphère, une possibilité parmi d'autres. L'écriture créative en particulier peut y être développée, mais pas seulement. Le blogue semble particulièrement bien s'adapter au français de spécialité : on peut y enrichir des simulations globales en dynamisant le blogue d'une ville et son office du tourisme, ou le blogue d'une entreprise, d'un hôtel, d'un hôpital...

L'intérêt du blogue réside en partie dans le fait de pouvoir publier son travail, et de socialiser ainsi ses écrits, en les donnant à lire. De création individuelle, le blogue s'enrichit lorsqu'il débouche sur une interaction, un échange à l'intérieur et à l'extérieur d'un groupe d'apprenants. Même encore limités (puisque dans notre cas, une grande partie de la conversation autour des blogues entre les apprenants d'un même groupe se faisait aussi à l'oral, et pas forcément à l'écrit, et puisque les échanges avec l'extérieur en sont encore à leurs débuts), une brève observation de commentaires écrits sur des blogues d'apprenants montre bien les potentialités de cet outil : un blogue peut être un lieu où travailler et apprendre ensemble. C'est aussi une invitation à une communication plus authentique en langue étrangère. Et le ferment, certainement, d'échanges interculturels entre groupes d'apprenants et d'enseignants résidant à des centaines de kilomètres de distance. Un outil de médiation.

## **Écritures, échanges et interactions : les apports de l'écriture numérique**

Entre la construction de savoirs et la conversation ordinaire, les échanges qui se réalisent sur les blogues sont porteurs de sens. Ils indiquent une altération du fonctionnement de la classe, lorsque le travail se déroule sur le *Web*, et que les apprenants y deviennent des acteurs. Ils indiquent aussi un

fonctionnement discursif particulier, une *conversationnalisation* de l'écrit. Même en nombre limité, nous donnerons ici quelques exemples significatifs d'échanges entre enseignants et apprenants, qui se déroulent au sein de l'espace "commentaires" des blogues réalisés par ces derniers.

### **Partage de l'information et construction du savoir**

Sur un blogue et au sein d'une fédération de blogues en lien les uns avec les autres (sur chaque blogue peut être affichée à l'écran la liste des blogues « associés »), les informations données par chacun sont partagées entre tous. Les billets, mais aussi l'espace communautaire des commentaires du blogue, lieu de l'interaction, peuvent devenir un lieu privilégié de partage d'informations et de construction commune de savoirs, au sein d'une communauté d'apprentissage qui se définirait peu à peu avec le temps.

Dans l'exemple suivant, les commentaires sont faits sur le message d'une apprenante qui, avoue-t-elle, aimerait un jour vivre dans un château en France. Les deux commentaires (de la part d'une apprenante du même groupe pour l'un, et de l'enseignante pour l'autre) qu'elle reçoit sur son blogue l'invitent à s'informer davantage sur le sujet. Chacun des deux commentaires inscrit un lien dans le texte, le premier vers un site immobilier de vente de châteaux, le deuxième, vers un site où trouver des informations sur la vie de châtelains, ouvrant ainsi des portes en suggérant des lectures. Ces pistes sont à leur tour visibles par tous, et susceptibles d'être suivies par d'autres personnes que l'intéressée elle-même.

Très intéressant comme premières impressions. Elles sont toujours importantes car elles restent gravées dans notre mémoire. Comme future acheteuse d'un château, je t'indique le lien pour pouvoir voir ce qui t'intéresse. N'oublie pas de m'indiquer ton adresse pour que je puisse te rendre visite!<http://www.chateaux-belles-demeures.com/vente-chateau-a-vendre/en-france.htm>

C., la vie de château est-elle bien celle à laquelle vous rêvez? pour un peu plus d'informations, consultez le site [bcbg-france.com](http://bcbg-france.com) (art de vivre/habitat/la vie de château). Sur le mode humoristique, vous trouverez aussi sur ce site un petit concentré du style Bon Chic Bon Genre ! (CB, 2010)

### **Une altération de la relation d'enseignement/apprentissage**

Si le rôle de l'enseignant reste essentiel, celui-ci n'est plus cependant au centre des échanges qui se déroulent sur le *Web* entre l'apprenant et les autres internautes, quel que soit le statut de ces derniers, qu'ils soient eux aussi apprenants, ou non... Nous en donnerons ici un exemple. Pour le blogue *détours*, compilation de textes à vocation touristique auparavant publiés sur des blogues personnels d'apprenants, les contacts ont été préalablement établis en dehors d'Internet, et l'enseignante

française (extérieure au groupe-classe) qui dialogue avec les apprenantes portugaises a répondu à une sollicitation extérieure. A partir de là, cependant, tout se passe en ligne. Brefs, puisqu'ils se déroulent sur une période de deux semaines, les échanges permettent cependant quelques réflexions.

- **Organisation des échanges et prise de parole**

En classe de langue, l'enseignant est le plus souvent celui qui distribue la parole. Il s'assure ainsi notamment que tout le monde participe. C'est aussi ce qui aurait pu se passer ici, puisque la question qui est généralement posée à la fin de chaque billet, pour demander une précision ou un renseignement, s'adresse en particulier à l'auteur du texte (« Pourrais-tu me dire quels sont les produits typiques de l'Alentejo ? »), et non pas à l'ensemble du groupe. Mais il se produit alors un fait intéressant : puisque les échanges sont visibles par tous d'une part, et que les étudiantes, qui travaillent en salle informatique en temps synchrone sur les réponses, ont la possibilité de s'organiser entre elles d'autre part, c'est parfois une autre étudiante que celle qui a été sollicitée qui prend en charge la réponse, lorsqu'elle estime en avoir la compétence. C'est ce qui se passe à deux reprises pour Lula (pseudonyme choisi pour la publication), qui considère que c'est elle qui doit répondre à deux questions portant sur la gastronomie portugaise, son sujet de prédilection. La prise de parole est donc régulée par les apprenantes elles-mêmes, un peu comme sur un forum, lorsqu'une question est posée à l'ensemble d'une communauté, et non plus distribuée. Comme les apprenantes ont seulement un contact écrit avec l'enseignante avec laquelle elles dialoguent, on trouve la trace de cette nouvelle organisation et co-construction de l'écrit :

Je ne connais pas encore cette région. Pourrais-tu me dire quels sont les produits typiques de l'Alentejo?

Je suis la « femme gastronome » et comme les produits typiques de l'Alentejo sont des produits gastronomiques, **c'est moi qui écris la réponse.** (Portalegre, 2012)

ou encore, exactement sur le même mode :

Que sont les «vasquinhos» ? As-tu la recette ?

Vous avez demandé ce que sont les vasquinhos et quelle est la recette. J'écris sur la gastronomie portugaise et **je pense que c'est une question pour moi.** (Portalegre, 2012)

- **Présence et rôle de l'enseignant**

Je n'apparais jamais dans les échanges, qui sont résolument tournés vers l'extérieur. Les rôles sont redéfinis et le mien se limite à ce stade à l'aide à la lisibilité et à l'intelligibilité de l'écrit : j'aide à la rédaction. Le dialogue se fait avec l'enseignante extérieure au groupe, qui devient alors l'interlocutrice privilégiée. Celle-ci est *a priori* déchargée de toute tâche d'enseignement ou

d'évaluation. Il est intéressant de noter qu'elle tient cependant plusieurs rôles. Ses propos, ses questions agissent comme *stimuli*, mais son action ne se limite pas là, bien au contraire. Elle est à la fois :

- la touriste qui demande à être informée : par chance, elle partait en vacances au Portugal et sollicitait de l'information. Une aubaine pour des étudiantes de tourisme, qui réalisaient alors une « vraie » tâche, en rédigeant de l'information touristique. Ici, le savoir ne vient pas d'une seule source, et les apprenantes peuvent partager le leur.
- l'enseignante qui apporte des informations sur la civilisation.

En France aussi, on récupère et on protège les loups, en particulier dans les Alpes et les Pyrénées. (Portalegre, 2012)

- celle qui favorise l'apprentissage, en situant aussi le dialogue dans ce contexte.

Merci.

Je te souhaite de bonnes vacances

**Si tu croises des touristes français, parle avec eux !**

Colette (Portalegre, 2012)

### **Une conversation écrite : interpersonnel et interculturel**

On assiste à une *conversationnalisation* des échanges, telle qu'elle est définie aujourd'hui dans l'espace numérique, qui répond à un changement discursif global, et qui, selon Maroccia [2012 : 100], s'étend « à tous les genres qui semblent conçus sur le modèle du bavardage décontracté et informel, même lorsqu'ils appartiennent à la communication écrite ».

« [la] conversationnalisation des écrits s'inscrit dans une tendance générale de conversationnalisation de l'oral, mais aussi de l'écrit, c'est-à-dire l'extension du champ de la conversation ordinaire et de la sphère privée à la sphère publique. Ainsi à la suite de Fairclough (92), on appelle conversationnalisation l'ensemble des procédés discursifs qui témoignent de l'influence qu'a le registre de la conversation ordinaire sur d'autres types de discours[...]. » Maroccia [2012 : 100]

Même s'il prend un autre sujet, le tourisme, l'espace commentaires du blogue *détours* est bien aussi un lieu de conversation ordinaire, et on peut en repérer plusieurs indices : outre la présence d'un indice de compensation de manques du discours écrit, le *smiley* - « je vous souhaite un bon voyage :) » - on remarque également des formes langagières de salut (« à bientôt »), pour clore la conversation. Puisqu'on se situe en fin d'année scolaire au moment de l'échange, une grande partie du dialogue a lieu autour de la préparation d'un voyage de l'enseignante au Portugal. L'évocation des vacances et les vœux de bonnes vacances sont alors particulièrement présents.

Merci de tes conseils. Je vais les noter et les emporter en vacances. Moi aussi, j'aime beaucoup cuisiner et déguster de bons petits plats. A bientôt. Colette

J'espère que vous vous rappellerez de mes conseils quand vous mangerez une «tripa». Bon voyage. Lula

Merci beaucoup. Je te dirai l'année prochaine ce que j'ai pensé de la «tripa». Bon été. Colette

Dans la conversation observée, dialogues entre trois apprenantes et une enseignante qui n'est pas cependant l'enseignante du groupe, le statut des locuteurs est fortement marqué. Il n'y a pas d'échanges entre pairs, et chacune des apprenantes converse individuellement avec l'enseignante. L'enseignante tutoie les apprenantes, comme elle en a l'habitude, tandis que les apprenantes vouvoient l'enseignante, comme elles en ont également pris l'habitude avec d'autres enseignants. Cependant, l'échange est souvent décontracté, surtout du côté de l'enseignante : à plusieurs reprises, elle s'inscrit dans le discours de façon très informelle, lançant la conversation ordinaire, faisant preuve de décontraction et d'humour.

Je vois qu'il y a beaucoup de choses à voir à Porto (sans oublier de prendre un petit verre de Porto...) (Portalegre, 2012)

Enfin, au cœur de l'échange, apparaissent la représentation de soi et la représentation de l'autre, l'échange interculturel. Tout écrit est en un sens un écrit du moi<sup>7</sup>, et les écrits-blogues, même lorsqu'ils ne sont pas des journaux intimes et qu'ils prennent un autre sujet que soi, n'échappent pas à la règle. Représentation de soi et représentation de l'autre sont présents sur les blogues, aussi bien dans les billets que dans les commentaires.

J'aime beaucoup le Portugal et les Portugais qui sont si aimables, si accueillants. (Portalegre, 2012)

## Conclusion

Le multimédia et sa forme dite en ligne, Internet, est-il bien « le futur déjà présent de la classe de langue »<sup>8</sup> ? Aujourd'hui, un retour en arrière, une occultation de l'Internet en classe de langue, semble en effet difficile, tellement les possibilités offertes par le *Web 2.0* sont nombreuses. La création de blogues est l'une de ces possibilités.

Il y a parfois une conception assez hédoniste de l'utilisation des blogues. Facile à créer (« 5 mn chrono en main » nous annonce *canalblog* sur sa page d'accueil), facile à utiliser, actuel et authentique, on évoque souvent la motivation, qui peut elle-même être associée au plaisir. Pourtant,

un blogue est bien plus qu'une éventuelle source de motivation. C'est un lieu d'écriture, et celui de nouvelles pratiques de l'écrit. Présent sur la blogosphère, associé en classe à une fédération de blogues, un blogue est un lieu où l'on peut diffuser l'information et partir à la recherche de celle-ci. C'est un instrument de construction collective de savoirs, de partage et d'échange. C'est aussi un instrument de communication, de dialogue et de conversation écrite, un lieu de rencontre avec l'autre.

Ce n'est pas seulement la possibilité de faire entrer en classe de langue la réalité, tellement convoitée et si souvent invoquée, que nous donne Internet. Ce ne sont pas seulement de nouveaux recours qu'il nous offre. Ce sont aussi d'autres façons de travailler, d'enseigner et d'apprendre. On travaille autrement, sous de nouveaux auspices, qui sont en grande partie rendus possibles par le système lui-même. Il est troublant de constater combien cela répond à une tendance générale. Plus le système informatique autorise le partage d'informations en ligne et le travail collaboratif, plus celui-ci se développe, dans tous les domaines.

Soulignons pour finir que l'utilisation d'Internet en classe de langue n'exclut évidemment pas une approche traditionnelle de l'écrit. Pour Gerbault<sup>9</sup>, « littératie traditionnelle et littératie numérique ne sont pas opposables », mais bien « synergiques ». Pour Yaiche<sup>10</sup>, « il n'y a pas incompatibilité, encore moins de rivalité, entre le livre et Internet, il y a complémentarité ». Après la « sarabande » de sons et d'images sur Internet, la fréquentation des livres permet une « conversation silencieuse » et « le livre reste un outil incomparable d'ascèse, d'abstraction, de repos, de recueillement, de conversation avec soi-même, de forum intérieur, de construction du for (fort?) intérieur ».

## Notes

<sup>1</sup>Deux blogues sont cités dans cet article : l'un réalisé en 2010 à l'Ecole Supérieure d'Education de Castelo Branco - (CB, 2010) dans le texte -, et l'autre réalisé en 2012 à l'Ecole Supérieure d'Education de Portalegre - (Portalegre, 2012) dans le texte -.

<sup>2</sup>«Avec le web 2.0, peu à peu, une évolution est apparue. De nouvelles formes de sites sont nées, ce qui a engendré un nouveau type de communication sur Internet. Blogs et forums ont permis l'échange d'idées, d'opinions, de points de vue. Les wikis, à l'image de wikipédia, ont facilité la conception collaborative d'un site. Ainsi, les internautes ont-ils peu à peu pris la main sur la construction de l'Internet par une action sur le contenu. Les webmasters ne sont plus les seuls détenteurs des informations des sites. Après le partage des idées, d'autres formes de sites ont favorisé le partage de documents, d'images, de vidéos.» [Barrière, Emile & Gella, 2011: p.15]

<sup>3</sup> La littératie est une notion aujourd’hui largement étudiée, comme le montre le numéro 45 des Cahiers de l’Acedle (août 2012), qui lui est consacré. La notion de littératie numérique nous intéresse particulièrement dans le cadre de ce travail. Gerbault [2012 : 116] «adopte une analyse de la notion de littératie numérique selon trois dimensions : 1/obtention, évaluation, stockage, production, présentation et échange d’informations, 2/compréhension de la façon dont les technologies et les médias influencent le monde, 3/compréhension de la façon dont les technologies peuvent être utilisées dans les apprentissages formels et informels.»

<sup>4</sup>Les «états du texte» [Ferrão Tavares, Babeiro, 2008 : 148] : l’écriture assistée par ordinateur revient aujourd’hui à gérer des états du texte. Une partie du texte peut se situer à un état plus avancé qu’un autre.

<sup>5</sup>On distingue l’agir social (ou d’usage), et l’agir scolaire (d’apprentissage). Puren [2008 : 6] «propose de parler «d’action» comme unité de sens au sein de l’agir social (ou d’usage) et de «tâches» comme unités de sens au sein de l’agir scolaire (ou d’apprentissage)».

<sup>6</sup>Une communauté d’apprentissage est «un groupe de personnes qui se rassemblent pour acquérir des connaissances.» TECFA, glossaire commun, 2004. Dillenbourg, Poirier et Carles [2003 : 12] soulignent le fait «qu’aucun media n’a pour effet intrinsèque de transformer automatiquement un groupe d’utilisateurs en une «communauté.» La création d’une communauté d’apprentissage se fait lentement, elle ne repose pas uniquement sur le partage d’informations, elle répond à une dynamique bien plus forte que cela. En ce sens, elle met du temps à émerger.

<sup>7</sup>«En un sens, toute écriture est une écriture du moi. Mais, le plus souvent, ce moi qui fait oeuvre d’écriture parle d’autre chose [...]». [Gusdorf,1991 : 124]

<sup>8</sup> Cuq & Gruca [2005 : 464]

<sup>9</sup> Gerbault [2012 : 125]

<sup>10</sup> Yaiche [2005 : 37]

## Références bibliographiques

BABEIRO, Luís Filipe & FERRÃO TAVARES, Clara – TIC: implicações e potencialidades para a leitura e a escrita. *Intercompreensão*. 14 (2008). 129-157. Chamusca. Edições Cosmos/Escola Superior de Educação de Santarém. [consulté en septembre 2012] Disponible en ligne :

<http://www.atrilinguarum.org/pdivulgacion/files/CFerrao.pdf>

BARRIERE, Isabelle, EMILE, Hélène & GELLA, Frédérique – Les TIC, des outils malins pour la classe. Grenoble : PUG (2011)



CELIK, Christelle & MANGENOT, François – La communication pédagogique par forum : caractéristiques discursives. In Les Carnets du Cediscor [en ligne] (2004) 75-88 [consulté le 19 septembre 2012] URL : <http://cediscor.revues.org/695>

CUQ, Jean-Pierre & CRUCA, Isabelle – Cours de didactique du français langue étrangère et seconde. Grenoble : Presses Universitaires de Grenoble (2005)

DILLENBOURG P., POIRIER, C. & CARLES, L. – Communautés virtuelles d'apprentissage : e-jargon ou nouveau paradigme ? In A.TAURISSON & A.SANTINI. Pédagogies.Net. (2003) Montréal : Presses Universitaires du Québec. [consulté en septembre 2012] Disponible en ligne : <http://tecfa.unige.ch/tecfa/teaching/staf11/textes/Dillenbourg03.pdf>

GERBAULT, Jeannine – Littérature numérique, les nouvelles dimensions de l'écrit au 21<sup>ème</sup> siècle. In Les cahiers de l'acedle [en ligne] volume 9 : numéro 2 (2012) 109-128 [consulté en septembre 2012] URL : <http://acedle.org/spip.php?article3371>

GUSDORF, Georges – Les écritures du moi. Paris : Odile Jacob (1991)

MAROCCIA, Michel – Conversationnalisation et contextualisation : deux phénomènes pour décrire l'écriture numérique. Le français dans le monde. R&A n°51. Didactique de l'écrit et nouvelles pratiques d'écriture. Paris : CLE international (2012) 92-106

MANGENOT, François – Ecrire avec l'ordinateur : du traitement de texte au web social. Le français dans le monde. R&A n° 51. Didactique de l'écrit et nouvelles pratiques d'écriture. Paris : CLE international (2012) 107-116

MANGENOT, F. & PENILLA, F. – Internet, tâches et vie réelle. La perspective et l'approche par les tâches en classe de langue. Le français dans le monde. R&A n°45. La perspective actionnelle et l'approche par les tâches en classe de langue. Paris : CLE international (2009) 92-100

SPRINGER,C. & KOENIG-WISNIEWSKA;A – Les blogues communautaires ; du journal intime aux communautés de blogueurs. *Le français dans le monde* n°351. Paris : CLE international (2007) 23-25

YAICHE, Francis – Les Pronétaires du Web 2.0 ou l'évolution de la définition de la relation et ses conséquences. L'explosion discursive autour du concept d'identité. In *Synergies Pologne* n°6 [en ligne] (2009) 33-48 [consulté en septembre 2012] URL: <http://ressources-cla.univ-fcomte.fr/gerflint/Pologne6t1/yaiche.pdf>

### **Note biographique**

[studer.anne@gmail.com](mailto:studer.anne@gmail.com);

Escola Superior de Educação de Portalegre;

Realizou os seus estudos universitários (Letras modernas, FLE, Linguística) na Universidade François Rabelais de Tours (França). É professora adjunta na Escola Superior de Educação de Portalegre. Atualmente interessa-lhe particularmente na sua prática profissional as alterações de funcionamento que a utilização da Internet provoca na sala de aula.

## **ARTE E CULTURA**

# Postais Ilustrados: Um Olhar Sobre os Silos do Distrito de Portalegre<sup>1</sup>

## Illustrated Postcards: A look at the Silos of the district of Portalegre

Alexandra Palmeiro

### Resumo

*A colecção de Postais ilustrados com vistas dos silos assume-se como um olhar sobre os silos do distrito de Portalegre. Os silos da EPAC são edifícios francamente distintos. Detentores de uma envergadura que reclama um estatuto, inserem-se na paisagem como monumentos e são pertença do colectivo e da identidade local.*

*Palavras-chave: fotografia, postal ilustrado, silos, Portalegre*

### Abstract

*The illustrated postcards collection assumes itself as a look at the silos of the Portalegre district. EPAC silos are frankly different buildings. Holders of a wingspan that demands a statute they stand like monuments in the landscape and belong to the local identity and the collective.*

*Keywords: photography, illustrated postcard, silos, Portalegre*

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no III Seminário de I&DT, organizado pelo C3i – Centro Interdisciplinar de Investigação e Inovação do Instituto Politécnico de Portalegre, realizado nos dias 6 e 7 de Dezembro de 2012.

O projecto fotográfico apresentado consiste numa colecção de postais ilustrados com imagens dos Silos do Distrito de Portalegre que pertenciam à EPAC. Considerei que estas estruturas industriais contêm referências socioeconómicas do passado da região e que permitem através da imagem fotográfica criar um espaço para representações no imaginário.

A presente comunicação segue uma linha, na qual é focada a forma como abordei o assunto e desenvolvi o trabalho. Passa primeiramente por referir como me interessei pelo assunto, passando pela sua contextualização e finalmente pela forma como resolvi o projecto em termos práticos e quanto às questões da fotografia.

A afirmada presença e imposição dos silos no meu campo de visão, aquando das viagens que realizava pela região, levou-me a perguntar: qual a condição actual destes silos? É certo que a sua condição simbólica me remetia para um passado, no qual o Alentejo seria o “celeiro de Portugal”. Remetia-me também para uma modernidade passada e uma série de associações com as actividades agrícolas da região. Contudo, estas associações não se pareciam coadunar com a minha presente percepção do distrito.

Constatada a actual falta de utilização destes edifícios e a realidade da região quanto à sua produção agrícola, levou-me a perguntar qual é a viabilidade destes silos no que respeita à sua função original? Considerando que integram a identidade das localidades a que pertencem, e o seu estado actual de desuso, vale a pena perguntar qual o valor e possível protecção patrimonial destes edifícios?

Estas questões levaram-me a desenvolver um projecto fotográfico que reflectisse sobre os silos. Assume-se como um olhar sobre os silos do distrito de Portalegre e não um inventário ou um registo extensivo de imagens fotográficas dos silos, ou de edifícios industriais. Não obstante, é óbvia a referência do trabalho fotográfico de Bernd e Hilla Becher e das suas séries de imagens fotográficas,

ou “tipologias” de estruturas industriais, nas quais também se incluíam silos<sup>1</sup>.

O projecto foi desenvolvido no Campo de Estudo de Fotografia – Conviver na Arte, em regime de residência artística na Fundação Robinson. Tendo em conta a abordagem ao tema, o projecto fotográfico e o contexto específico em que se insere, foram identificados três silos no distrito de Portalegre. Nomeadamente, o de Portalegre, Elvas e Fronteira. A limitação da intervenção fotográfica prende-se com a especificidade do enquadramento do tema na comunidade e a duração temporal para a realização do projecto.

Antes, considerado como o “celeiro de Portugal,” o Alentejo caracterizava-se por uma elevada produção cerealífera. Com o objectivo de assegurar o abastecimento de cereais e sementes foi criada em 1976 a EPAC — Empresa Pública de Abastecimento de Cereais<sup>2</sup>. Beneficiava de um regime de exclusivo na aquisição de produção nacional e na importação de cereais, sementes de cereais e forragens. Considerava a defesa da produção, as exigências do consumo e os superiores interesses da economia nacional. A adesão de Portugal às Comunidades Europeias, levou à liberalização progressiva do sector, sem que se efectuassem ajustamentos ou reestruturações na EPAC. A alteração da realidade económica e do mercado de comercialização de cereais inviabilizou a manutenção da EPAC, resultando na sua dissolução em 1999<sup>3</sup>. Os silos foram então legados à paisagem alentejana como um testemunho histórico da região.

Com o intuito de contextualizar a relevância dos silos de cereais para a região, merece ser considerado o problema do trigo em Portugal, nomeadamente em finais do século XIX. A entrada de trigos de origem estrangeira, mais baratos do que os nacionais, provocou uma reacção nos produtores trigueiros que resultou na promulgação de duas leis proteccionistas, em 1889 e 1899.<sup>4</sup> O objectivo era assegurar aos agricultores condições de venda razoavelmente lucrativas, sem prejudicar outros sectores da economia ou o consumidor, e devia conduzir a um aumento da produção que diminuiria a dependência nacional em relação a fornecedores estrangeiros, proporcionando uma utilização mais ampla dos recursos nacionais. Nos finais do século XIX, devia-se aos distritos de Évora, Portalegre e

Beja mais de metade da produção de trigo em Portugal. O Alentejo, dada a então área de terras por cultivar e às suas supostas condições favoráveis para o cultivo de cereais, era considerado a esperança para uma expansão do produto agrícola nacional.<sup>5</sup>

Em 1929, com a Campanha do Trigo, a expansão é acrescida em matéria de créditos e de subsídios. Verifica-se um excesso de produção em relação ao consumo, originando um conflito entre os produtores de trigo, que argumentavam a baixa do preço do cereal, e os industriais de moagem, pelo aumento de moinhos improvisados devido à superprodução. Em Junho de 1931, por iniciativa do Sindicato Agrícola de Beja, vinte e um sindicatos patronais enviavam uma representação ao ministro da Agricultura a exigir a «compra imediata dos trigos nacionais pela entidade ou entidades que o Governo [julgasse] idóneas para esse efeito».<sup>6</sup>

Na década de trinta, do século XX, são criados vários organismos que controlavam a produção, a transformação e a comercialização dos cereais em Portugal, e que foram posteriormente extintos entre 1972 e 1974.<sup>7</sup> Estes organismos foram sendo integrados no Instituto dos Cereais, criado em 1972. Em 1974, herda as funções de coordenação, disciplina e intervenção económica da Federação Nacional dos Industriais de Moagem e dos grémios dos industriais de Arroz, de Panificação e de Moagem e em 1976, transforma-se em empresa pública. É neste ano que é criada a Empresa Pública de Abastecimento de Cereais (EPAC), que visava assegurar o abastecimento de cereais e sementes, tendo em conta a defesa da produção, as exigências do consumo e os superiores interesses da economia nacional, com intervenção na definição de normas para as actividades produtivas e de transformação, de controlo de qualidade, da certificação e tipificação de produtos. Com a extinção do Instituto de Cereais, em 1977, a EPAC alargou o âmbito de intervenção, intervindo no mercado de cereais, de acordo com as orientações do Governo, assegurando o escoamento dos cereais de produção nacional, o apoio aos agricultores, no que respeita ao armazenamento e secagem de cereais e na concessão de crédito para aquisição de sementes, fomentando a produção e melhoria de sementes em conjunto com serviços oficiais, contribuindo para a modernização do sistema comercial e dando apoio técnico às indústrias transformadoras.

Em 1991, torna-se sociedade anónima de capitais públicos, designando-se Empresa para a Agroalimentação e Cereais, S.A. e em 1998 é constituída a sociedade anónima EPAC Comercial, Produtos para a Agricultura e Alimentação. A EPAC foi extinta pelo Decreto-Lei 572-A/99, de 29 de Dezembro, tendo o a Direcção Geral do Tesouro herdado o seu património activo e passivo.<sup>8</sup>

Serve o contexto da criação e dissolução da EPAC para estabelecer a relevância dos silos na região, como reflexo de décadas de políticas de intervenção, no que respeita à produção cerealífera, transversais a vários momentos históricos nacionais e fomentadoras de expectativas de desenvolvimento da região do Alentejo.



Nº 176 Portalegre - Portugal

Fig. 1. *Colecção: Postal ilustrado: silo de Portalegre.* Alexandra Palmeiro, 2012

Os silos integram inegavelmente a paisagem no distrito de Portalegre. Induzem o observador à reconciliação com o que poderia ser a presença forçada de um elemento constrangedor na paisagem. Num contacto mais próximo confrontam o observador e não lhe permitem a indiferença. Contudo, à distancia, no olhar de um viajante, são renegados para uma visão periférica, um olhar fugaz de dentro de uma janela de automóvel que os cruza na linha do horizonte.





Fig. 2. *Colecção: Postal ilustrado: Elvas*. Alexandra Palmeiro, 2012

Não sendo este um trabalho sobre paisagem, é de notar que estes elementos marcam a paisagem como referências históricas das actividades agrárias da região e os seu recursos. Este é um referente associado à historicidade regional que confronta a imagem e a identidade local. Formam parte das vivencias e do imaginário colectivo local, ligando as pessoas ao espaço. O seu desuso, no entanto, remete-os para uma ambígua necessidade de confrontar a sua posição actual e inserção na paisagem deixando aberto novas possibilidades de consolidação com a paisagem.<sup>9</sup>



Fig. 3. *Colecção: Postal ilustrado: Elvas*. Alexandra Palmeiro, 2012

A minha abordagem ao tema passa por conferir à imagem fotográfica a condição de postal ilustrado.

Esta aplicação da fotografia prende-se com dois factores:

- 1- a possibilidade de permitir um espaço para a criação no imaginário de elementos diferenciados. Admite a encenação, que neste caso cumpre-se sob a forma de seriação ficcionada dos postais. A numeração imprime um carácter limitado ao postal, evocando um valor de apropriação e certa exclusividade do objecto. A numeração alta remete, neste contexto, para a suposta reprodução numerosa dos postais com vistas dos silos. Sendo que podem incluir um numero de postal e um numero de série. A temporalidade dos postais é também ficcionalmente sugerida pelo tratamento da cor da imagem.
- 2- a natureza do postal ilustrado exclui, de certo modo, a necessidade do formalismo que pode ser à primeira vista imperativo à abordagem fotográfica do assunto. Procurando um meio que se aproxime do espectador, pela familiaridade com o objecto e pela abordagem ao tema e não como um registo que se baseia na contemplação do silo, mas antes num olhar sobre os silos.



Nº745 - SILOS EPAC - Elvas

Fig. 4. Coleção: Postal ilustrado: silo de Elvas. Alexandra Palmeiro, 2012

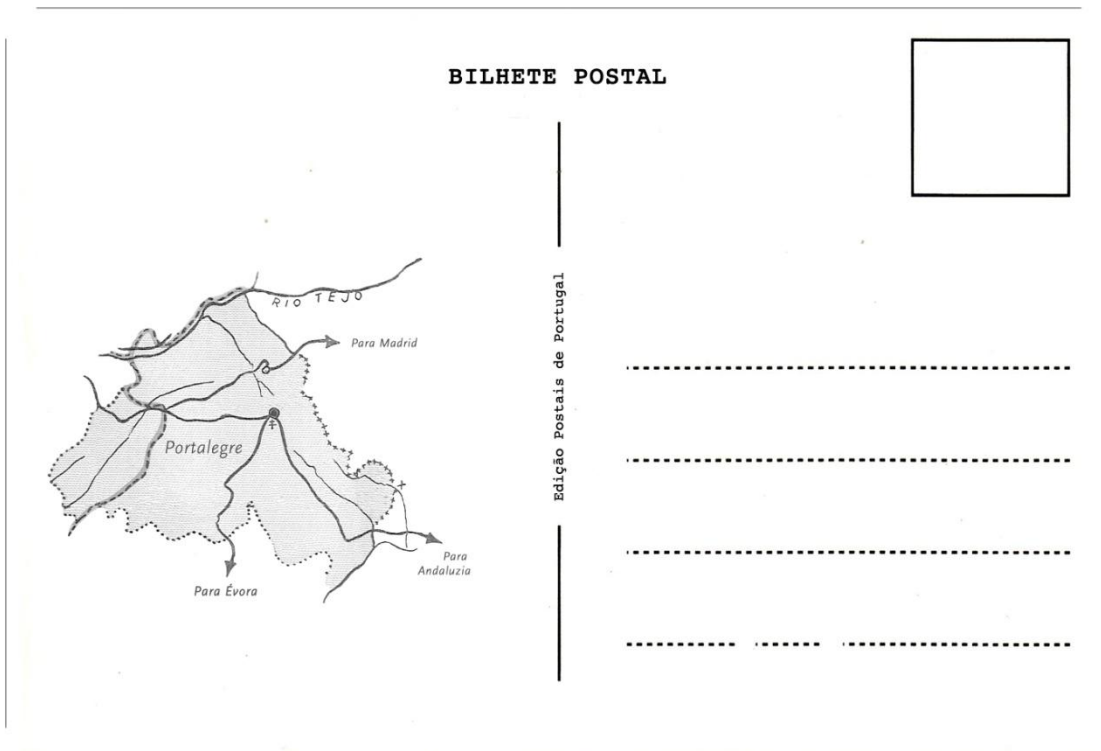


Fig. 5. Coleção: Postal ilustrado: verso do postal. Alexandra Palmeiro, 2012

Na sua génese, o postal é um meio de comunicação, que permite uma mensagem curta e directa, e que serve a função de fazer prova de que o remetente terá estado num local emocionante e distinto, que merece ser partilhado, lembrando ao destinatário que não foi esquecido. Adquiriu popularidade e reproduz os mais variados assuntos.

A venda dos primeiros bilhetes-postais, produzidos oficialmente, data dos finais dos anos 1860, embora seja possível traçar a sua descendência até aos primeiros postais comerciais ilustrados, envelopes decorativos, cartões de visita e fotografias *carte-de-visite*. Nos anos de 1890, assistiu-se a um florescimento dos postais de “saudações de...” com reproduções de duas ou três pequenas vistas coloridas de uma determinada cidade, com espaço para escrever algumas palavras de saudações.<sup>10</sup>

Quanto mais difundidos e interessante o motivo maior o interesse manifestado pelo consumidor. Em breve a ilustração era razão suficiente para enviar um postal. Dada a sua facilidade em ser reunidos e guardados, começaram a ser objectos coleccionáveis. Com o aumento do numero de pessoas que viajava, os postais encontraram um maior numero de compradores e, o aspecto atraente dos postais fazia com que os seus receptores tivessem relutância em deita-los fora e assim nasceu o álbum para bilhetes postais de recordação. Visto ser já prática guardar retratos de família em álbuns, o postal poderia ser guardado pela mesma forma.

A colecção compreende três tomadas de vista sobre os silos: Uma vista geral, onde o silo é um dos elementos que compõem a paisagem; outra, mais aproximada, onde o silo é o protagonista e assume a sua importância na imagem, sendo o elemento central; por ultimo uma onde outros elementos se sobrepõem ao silo. Não existe propriamente uma sequencia narrativa contínua, mas antes uma decomposição fotográfica do tema. Uma forma de considerar mais dados fotográficos, que forneçam mais informação para que os sentidos transmitidos pelo imagético permitam maior variação na interpretação por parte do espectador. É o conjunto de imagens que cria uma relação de analogias. Várias fotografias permitem uma melhor compreensão do assunto e revelam mais sobre o seu conteúdo.



Figura 6,7,8. *Colecção: Postal ilustrado*. Alexandra Palmeiro, 2012

Para concluir, os silos são, de certo modo, edifícios que permanecem numa contínua espera, reclamam uma acção que os retire da permanência estática à qual estão remetidos. Este trabalho estabelece uma possibilidade de reflexão sobre os silos como legado industrial, sobre a forma como fazem parte e como poderão, no futuro, enquadrar as vivências quotidianas. Tendo em conta a localização específica de cada um destes silos, penso sobre a capacidade da cidade assumir estes edifícios como potenciadores de ser conservados ou reciclados, superar os limites da centralidade histórica da cidade e ser um marco em termos turísticos. Pensar a paisagem e estabelecer estratégias de protecção necessárias para o enquadramento visual dos silos. Este trabalho fotográfico direcciona o olhar sobre os silos e convida o espectador a observar estes edifícios cuja imagem considere merecer ser partilhada.

#### Notas de texto

1. Bernd e Hilla Becher, *Typologies of Industrial Buildings* The MIT Press, 2004
2. Decreto-Lei nº 572-A/99 de 29 de Dezembro. *Diário da República*, série I-A suplemento, nº301/99
3. Decreto-Lei nº 572-A/99 de 29 de Dezembro. *Diário da República*, série I-A suplemento, nº301/99
4. Luciano Amaral, *Política e economia: o Estado Novo, os latifundiários alentejanos e os antecedentes da EPAC*. *Análise Social*, vol. xxxi (136-137), 1996 (2.º-3.º), 465-486
5. Jaime Reis, A «Lei da Fome»: as origens do protecção cerealífero (1889-1914). *Análise Social*, vol. XV (60), 1979-4.º, 745-793
6. José Machado Pais, et al. *Elementos para a história do fascismo nos campos: A «Campanha do Trigo»: 1928-38 (II)*. *Análise Social*, vol. XIV (54), 1978-2.º, 321-389
7. Incluem-se a Federação Nacional dos Produtores de Trigo (1932-1972), Federação Nacional dos Industriais de Moagem (1934-1974), Instituto Nacional do Pão (1936-1974). Arquivo Nacional da Torre do Tombo. *EPAC Empresa para a Agroalimentação e Cereais 1920/1999*.
8. Arquivo Nacional da Torre do Tombo. *EPAC Empresa para a Agroalimentação e Cereais 1920/1999*.
9. David Salamanca Cascos, Carlos Mateo Caballos, António Alarcón Gordo, Grupo de investigación silosygraneros.es. *Los estratos del paisaje. El papel de los silos de Almacenamiento de cereal*. (2011).

### **Notas sobre a autora**

[alexandra.palmeiro@gmail.com](mailto:alexandra.palmeiro@gmail.com)

C3i/Instituto Politécnico de Portalegre

Alexandra Palmeiro (Lisboa, 1979). Investigadora e Bolseira de Investigação no Centro Interdisciplinar de Investigação e Inovação do Instituto Politécnico de Portalegre. Mestre em Comunicação Audiovisual, especialização em Fotografia Documental pela Escola Superior de Música, Artes e Espectáculo do Instituto Politécnico do Porto e Licenciada em Design Gráfico e Multimédia pela Escola Superior de Artes e Design das Caldas da Rainha do Instituto Politécnico de Leiria. As principais áreas de interesse em termos de investigação passam pelo estudo da fotografia e design de comunicação.

# **Consciência Cidadã: novas práticas de participação e de envolvimento social tendo como itinerário e território a Arte e a Animação Sociocultural<sup>1</sup>**

**Citizen Consciousness: new practices of participation and social involvement as having itinerary and territory Art and Community Development**

**Avelino Bento**

## **Resumo**

Reflexão sobre as nossas experiências, associadas às nossas expectativas, às nossas utopias e aos valores que temos vindo a ver desboroar-se entre os dedos. As nossas esperanças por uma sociedade mais justa, fraterna e harmoniosa vão sendo deslocalizadas cada vez mais para as calendas. Paradoxalmente a consciência crítica e auto-crítica, que está na base de uma consciência cidadã, é cada vez mais forte, ao ponto das aspirações e legitimações, apesar de tudo, serem cada vez mais reivindicadas. Daí a emergência de uma consciencialização para o exercício da cidadania, naquilo que representa o imperativo da legitimidade, da reivindicação, dos direitos e das oportunidades. É nas formas organizadas ou espontâneas ou até aparentemente extemporâneas junto das populações, cada vez mais fragilizadas, que a Animação Sociocultural e a Arte têm uma função importante. A acção cultural, assente naqueles dois campos, como as trocas solidárias, o trabalho associativo e a iniciativa de aprendizagens culturais e artísticas, consciencializa as populações para um capital de intervenção e participação na Comunidade, tornando-os cultos e criativos, permitindo-lhes, ao mesmo tempo, dominar objectos como a criatividade, a criação, a inteligência e a mudança.

**Palavras-Chave:** cidadania; arte, cultura, animação sociocultural, globalização

## **Abstract**

Reflecting on our experiences, associated with our expectations, our utopias and values that we have come to see desboroar up between the toes. Our hopes for a more just, fraternal and harmonious are being relocated increasingly to the calends. Paradoxically critical consciousness and self-criticism, which is the basis of a social consciousness, is becoming stronger, to the point of aspirations and legitimation, though, are increasingly claimed. Hence the emergence of an awareness for the exercise of citizenship, what is the imperative of legitimacy and demands, rights and opportunities. It forms organized or spontaneous or extemporaneous up apparently with the population increasingly vulnerable, and the Sociocultural Animation Art has an important role. The cultural action, based on those two fields as trade solidarity, work and initiative of associative learning cultural and artistic populations raises awareness for a capital intervention and participation in the Community, making them educated and creative, enabling them to same time, dominating objects such as creativity, creation, intelligence and change.

**Keywords:** citizenship, art, culture, community development, globalization

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no III Seminário de I& DT, organizado pelo C3i - Centro Interdisciplinar de Investigação e Inovação do Instituto Politécnico de Portalegre, realizado nos dias 6 e 7 de Dezembro de 2012.

Não pretendo fazer uma Comunicação no sentido epistemológico do termo. Para isso não desenvolvo conceitos, não defino metodologias e não desenho bibliografias a suportar a intervenção.

O cruzamento das áreas que estão em discussão neste Seminário, e neste painel, levam-me a não desenvolver questões sobre a Arte e sobre a Animação Sociocultural, cada uma de per si ou mesmo a articulação entre ambas, já que noutros Fóruns o tenho feito, para além de, sobre esses objectos, ter escrito, publicado e leccionado ao longo destes últimos trinta e cinco anos.

O que gostaria de fazer, aqui e agora, era partilhar convosco uma reflexão sobre as nossas experiências, associadas às nossas expectativas, às nossas utopias e aos valores que temos vindo a ver desboroar-se entre os dedos. As nossas esperanças por uma sociedade mais justa, fraterna e harmoniosa vão sendo deslocalizadas cada vez mais para as calendas. Paradoxalmente a consciência crítica e auto-crítica, que está na base de uma consciência cidadã, é cada vez mais forte, ao ponto das aspirações e legitimações, apesar de tudo, serem cada vez mais reivindicadas.

Consciência Cidadã!

Entendemo-la como a capacidade de reagir a factos sociais que emergem do défice de interacção entre o quotidiano das Pessoas e a Cultura e entre esta e a Política.

É também a consciencialização de um conceito, Cidadania, que advém das experiências dos movimentos sociais a partir da década de 90, e que assentam em dinamismos singulares, projecção e afirmação, por oposição a aspectos da mundialização e da globalização e das suas tentativas de homogeneização.

Sabe-se, sabemos todos, que este processo de homogeneização configura, enfim, uma tentativa de subalternização das minorias, e das diferenças, à cultura e às práticas socioculturais dominantes que estão no poder. Paradoxalmente não são maioritárias, apenas se vão sustentando e apoiando essencialmente no poder económico, ideologia marcante no início do Séc. XXI, tornando por isso as sociedades mais injustiçadas, sofríveis e excluídas.



Esta minha reflexão pretende fazer uso dessa consciencialização contribuindo para a existência de pontes entre as comunidades, de forma a construir espaços de afirmação, individual e colectiva, assentes em poderes outros que estão na base das identidades e tradições culturais. Seria importante, ao mesmo tempo, que emergissem novos interesses e novas necessidades culturais e artísticas, no pressuposto que a cidadania é, sobretudo, um conjunto de atitudes e protagonismos de mudanças. Afinal de apelos à participação.

Este apelo à participação pretende ir ao encontro, hoje, do aparecimento de novos sujeitos sociais e, por consequência, de outros cenários políticos, como resistência a um Mundo cada vez mais global e neo-liberal. Este mundo global pode contribuir para a não afirmação das identidades culturais dos países e da não autonomia dos povos, deixando estes com uma existência difícil, sem recursos e sem autonomia para promoverem essas identidades culturais e, nestas, as identidades locais que criam por sua vez escolas de aprendizagens e de vidas absolutamente marcantes.

Perante uma globalização suportada por uma ideologia neo-liberal, que reforça o primado da economia sobre as pessoas, estamos em permanente alteração dos sistemas económico-financeiro e sócio-cultural que afectam, sobretudo, a dimensão cidadã. Daí a emergência de uma consciencialização para o exercício da cidadania, naquilo que representa o imperativo da legitimidade, da reivindicação, dos direitos e das oportunidades. Do ponto de vista da Arte e da Cultura pressupõe o reforço de quatro pontos essenciais:

### **Itinerários/Territórios**

- Descoberta
- Desenvolvimento
- Crescimento
- Procura/Projectção

### **Organização**

- Associativismo Contemporâneo

- Novas Práticas de Intervenção Cultural
- Socialização/Novos Modelos Organizacionais
- Valores/Princípios/Sentidos

É neste sentido que a Arte e a Animação Sociocultural ajudam a reformular os princípios que regem hoje o conceito de cidadania, partindo do pressuposto que pensar e agir é o corolário do reconhecimento da liberdade.

### **Cultura/Arte**

- Conhecimento
- Criatividade
- Iniciativa
- Saber

### **Animação Sociocultural**

- Auto-Crítica
- Emancipação
- Mudança
- Participação

Felizmente o retorno a práticas socioculturais emergentes, resultantes de uma sociedade civil mais consciente e politizada, faz com que os cidadãos se organizem, a si e às suas acções, direccionando-se para a protecção de políticas sociais e públicas mais justas e equilibradas. Estas acções consubstanciam protestos e manifestações simbólicas traduzidas em novas práticas culturais e/ou artísticas, ao mesmo tempo que se apropriam de novos territórios de intervenção sociocultural em processos emergentes de associação.

Começa, assim, a ter importância o aparecimento de um novo associativismo local que reivindica, para as regiões mais periféricas, a emergência de continuarem a existir com dinâmicas e movimentos culturais autónomos e democráticos.

Ao contrário do movimento associativo tradicional, outrora escola de aprendizagens da vida, da arte, da humanidade e dos valores, enfim, da Cultura, cujas infra-estruturas e sistemas organizacionais eram fixos no tempo e no espaço, o movimento associativo de hoje surge de forma espontânea em função de causas sociais, de perspectivas estéticas diversificadas e de forma de socialização menos hierarquizadas.

O que era fixo, literalmente, tornou-se efémero, flexível.

O que eram práticas socioculturais mais tradicionais que envolviam convívio mais restrito, educação mais formal, valores tradicionais e socialização mais hierarquizada, tornaram-se, hoje, práticas socioculturais de cidadania que se diversificam em propostas estéticas e/ou artísticas inovadoras/contemporâneas, mas também em propostas culturais muito mais abrangentes e universais.

Esta nova abordagem às práticas socioculturais, pela e com a cidadania, vieram ocupar vários territórios, deslocando ou descentrando a ideia de Sede como espaço vital da intervenção/acção.

Enfim, aquilo que dantes era Instituição é agora Organização.

O que dantes era fixo, estruturado e hierarquizado, é agora flexível, espontâneo e efémero.

Não se trata de afirmar que hoje é melhor do que ontem, apenas os itinerários são diferentes e, porventura, mais eficazes quer na informação/comunicação, quer na afirmação/consciencialização. A utilização das redes sociais contribuem para a mudança de paradigma no que diz respeito aos conteúdos/causas em discussão, mas também no que diz respeito às formas de organização e às estratégias a implementar para se alcançar sucesso nas iniciativas.

Este instrumento de afirmação individual e colectiva contribui também para aumentar a amplitude do conceito de cidadania e permite estar atento à sua evolução, sendo importante a criação de espaços de reflexão/formação mais sistematizados e a construção de territórios de intervenção/acção mais organizados e democratizadores.

Hoje, a questão essencial quando falamos de cidadania é estarmos a falar também de solidariedade, de cooperação, de participação activa. Trata-se de um novo paradigma assente na criação de novos itinerários e territórios cada vez mais emergentes, onde a cidadania actua e evolui.

É nas formas organizadas ou espontâneas ou até aparentemente extemporâneas junto das populações, cada vez mais fragilizadas, que a Animação Sociocultural e a Arte têm uma função importante. A acção cultural, assente naqueles dois campos, como as trocas solidárias, o trabalho associativo e a iniciativa de aprendizagens culturais e artísticas, consciencializa as populações para um capital de intervenção e participação na Comunidade, tornando-os cultos e criativos, permitindo-lhes, ao mesmo tempo, dominar objectos como a criatividade, a criação, a inteligência e a mudança.

É neste sentido que a Arte e a Animação Sociocultural ajudam a reformular os princípios que regem hoje o conceito de cidadania, partindo do pressuposto que pensar e agir é o corolário do reconhecimento da liberdade. É neste reconhecimento que se encontram alternativas em termos de espaços e territórios inovadores que traduzem novas realidades e emergências, levando o cidadão, actor da mudança, a relacionar-se com a Sociedade, contribuindo para a sua transformação.

A Arte, no seu sentido lato e a criatividade no seu sentido mais específico, ajudam a superar o discurso dominante que habitualmente leva a uma estratificação e categorização dos processos de expressão e compreensão, sobretudo a partir de relações fictícias ou frágeis entre o artista, a obra e o espectador. O que se pretende é uma mudança de paradigma onde a Arte deverá ser, cada vez mais, um processo de crescimento/desenvolvimento e, cada vez menos, um produto de consumo ou de luxo, tanto do ponto de vista económico, como do ponto de vista intelectual.

Há autores que falam nalgumas premissas da relação entre Arte e Cidadania, nomeadamente o direito a produzir a sua própria obra, o direito a apreciar as suas obras e de toda a humanidade, o direito que o processo criador seja lido pelo outro e o direito que a sua obra participe na construção de uma memória colectiva. Para concretizar esta intenção o papel da Animação Sociocultural é fundamental, uma vez que esta faz apelo a uma participação cultural dos indivíduos e das comunidades, ao mesmo tempo que

cria condições para o aparecimento de novos espaços e territórios de experimentação e de partilha.

Estes territórios, a Arte e a Animação Sociocultural, têm objectivamente uma diversidade interna que permite fazer conciliar a abstracção e a subjectividade de um, a Arte, com a polissemia e a realização de outro, a Animação Sociocultural.

A entrada, hoje, destes territórios nos itinerários da cidadania e dos movimentos sociais faz-se de uma forma que ajuda a conciliar as dificuldades de sobrevivência com a afirmação e dignidade de se ser pessoa; faz-se de uma forma que permite construir espaços de crescimento e desenvolvimento local; faz-se ainda de uma forma que concretiza um quadro axiológico amplo, onde se cruzam os valores da tradição com os valores da modernidade.

A Arte, através do contacto (democracia cultural) com os objectos artísticos e da experimentação de actividades artísticas e culturais (democratização cultural), que permite, desta feita, resgatar a auto-estima e a segurança emocional dos cidadãos.

A Animação Sociocultural, através de uma intervenção/acção baseada na construção colectiva e no compromisso por planos de mudanças sociais e culturais, possibilitando a participação e a emancipação dos cidadãos.

Num e noutro contexto são os artistas e os animadores socioculturais, porque mediadores, os principais responsáveis pela articulação das necessidades e interesses das populações com as políticas sociais, públicas e privadas, que apelam a uma participação institucionalizada, sendo que essa articulação deve incidir sobre os movimentos populares organizados, sobre os movimentos espontâneos nas práticas de cidadania em Comunidade e sobre o movimento associativo e cultural organizado ou espontâneo.

Uma das premissas que deve ser veiculada por esses mediadores vai no sentido de que os indivíduos das Comunidades têm competências na produção do conhecimento adquiridas na origem e na experiência de ordem mais popular, como também têm

competências de produção do saber mais universal a partir da sua atitude crítica sobre o mundo.

(Escrito não de acordo com o AO)

### **Nota biográfica do autor**

**Avelino Bento**

[avelinobento@gmail.com](mailto:avelinobento@gmail.com)

Professor Coordenador na Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Portalegre,  
Doutor em Comunicação, Arte e Cultura pela Universidade de Aveiro,  
Investigador do C3I

# Os animadores: cultura profissional e participação social<sup>1</sup>

## Socio-cultural professionals: professional identity and social participation

### Animateurs: culture professionnelle et la participation sociale

Helena Simões

#### Resumo

Uma das especificidades dos ‘animadores’ coloca a ênfase da profissão na participação social. Confrontam-se com algumas *nuances* de percepção mais localizada. A observação que fazem dos seus relacionamentos organizacionais e das suas estratégias, os lugares da sua produção, em contexto disperso ou incisivo, ou, as avaliações que se motivam desses relacionamentos influem na sua identidade profissional. Qual a cultura profissional dos animadores? Como transpõem essa cultura para o processo de democratização e a participação cívica?

A averiguação e a compreensão de contextos e de práticas, embora com algumas ambiguidades de estratégia mediada, são fulcrais na interpretação da identidade destes profissionais. Estas estratégias marcam lógicas de intervenção, e argumentações, não menos interessantes aquando da criação de equipas multidisciplinares, na inserção no mercado de trabalho e suas contratações. A sua profissionalização apresenta conflitos internos com relacionamento exteriorizado, mediados por outros conflitos, agora, com a participação social. Como intercedem estes conflitos na profissionalização, no âmbito da participação social? Compreender como observam as situações e os seus relacionamentos permite, igualmente, interpretar o âmbito e a lógica de cruzamentos com outros profissionais. Para além do envolvimento de outros apetrechos de relacionamento institucional, e, com outras áreas do conhecimento especializado.

**Palavras-chave:** Cultura profissional; participação social; compreensão de contextos; conhecimento especializado

#### Abstract

One of the questions of specialization in socio-cultural development, social and cultural occupations, puts its emphasis on social participation. Such specialization in terms of social relationships is faced with some perception nuances. Organizational and mediation strategies followed the places of production, in specified contexts, at the same time dispersed. In fact, we can evaluate some motivations in these relationships and in these strategies. The impact of these motivations is influential to their professional identity. In What professional culture we speak about?

How they shape this identify in the slow process of democratization and social participation? We can say that this investigation leads to understanding contexts and practices, even supposing some ambiguity in their mediation strategies. Apart from this question, central to the identity of these professionals, mark the logic of interventions, conflicts and arguments, not least interesting at time of multidisciplinary teams.

The analysis of the contexts and the environment, that allows them, also reveal intersections with other professionals. An engagement with other specializations is detected, by different interpreted concepts, however shapes a professional identity.

At the end of last century, the career paths of these ‘workers’ stems from a short process of institutionalization – in municipal, social welfare or associative aims. It is pointed out by benevolent practices specialized and regular in these organizations.

However, their professionalization remains shrouded in ‘ideologies’ and logical ‘politicized intercession’. Crossing by institutional partnership, the identity of these professionals reveal us some internal conflicts, externalized, in mediation with other cultural conflicts in social participation. However, motivations and logics of recognition is influential in legitimacies for this professionals. This, induct an implication observed in other institutional relations and other domains with specialized knowledge.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no III Seminário de I&DT, organizado pelo C3i – Centro Interdisciplinar de Investigação e Inovação do Instituto Politécnico de Portalegre, realizado nos dias 6 e 7 de Dezembro de 2012.

**Keywords:** Professional identity; social participation; understanding/interpretation; specialized knowledge

### **Résumé**

Une des spécificités du travail de l'animation socioculturel, le travail social et culturel, et l'accent de la profession et son expertise en matière de participation sociale. En termes de relations sociales, cette profession se confronte avec nuances de perception, plus localisés. L'observation qui rendent leurs relations organisationnelles et des stratégies de médiation, les lieux de production dispersés dans le contexte plus incisive ou d'évaluations, motivent ces relations et ces stratégies, et l'impact sur leur identité professionnelle. Quelle est la culture professionnelle des animateurs? Comment transposer cette culture dans le processus de démocratisation et de participation sociale?

L'enquête et la compréhension des contextes, avec une certaine ambiguïté dans leurs stratégies de médiation sont essentielles, également, à la compréhension de l'identité de ces professionnels. Ces stratégies marquent des logiques d'intervention et des arguments, et non moins intéressante lors de la création d'équipes multidisciplinaires, ou l'insertion dans le marché du travail et de leur engagement. Comprendre comment observer les contextes et leurs relations permet aussi de divulguer la portée et la logique d'intersections avec d'autres professionnels. L'implication des autres attirails de relations institutionnelles avec d'autres domaines, et des connaissances spécialisées.

**Mots clé :** Culture professionnelle; participation sociale; compréhension des contextes; connaissances spécialisées

### **Objetivos**

O processo de institucionalização (finais do século passado) associativa, autárquica ou de solidariedade social, primeiramente benévola, assinala-se por práticas ocupacionais mais regulares e uma profissionalização marcada por cruzamentos institucionais de parceria disperso. Embora algumas destas práticas se mantenham envoltas em 'ideologias' e lógicas de 'intervenção politizada', entre a localização de poderes e a autonomia de intervenção. O envolvimento de outros apetrechos de relacionamento institucional e com outras áreas e, saberes especializados, configura, igualmente, um percurso profissional relativamente recente.

Perceber como observam esses contextos e os relacionamentos aqui produzidos permite, também, descortinar os âmbitos e as lógicas de interseções com outros profissionais.

Representam, neste percurso, uma inserção profissional estreita com o mercado de trabalho, na sua capacidade de mobilidade profissional e social. Acresce, à mobilização participativa a compreensão desta complexidade entre a ação e o discurso da ação que configura a sua própria política de ação.

Pretendemos averiguar quais as suas motivações? Como se delimitam as afinidades e os conflitos de posicionamento na génese de identidade dos animadores?



Entretanto, os cruzamentos que estabelecem com a ação política determinam, igualmente, o que os define no cerne do ‘trabalho social’, do ‘trabalho cultural’ ou do ‘trabalho sociocultural’, enquanto mediadores de processos.

Temos um alargamento na padronização das suas intervenções, diferentes motivações interetadas por mediações, derivadas em partenariados dispersos? Ou, representações e lógicas de reconhecimento e legitimação diferenciadas? De que cultura profissional estamos a falar quando falamos de ‘animadores’?

### **Estado da Arte**

A observação da realidade social e cultural nos seus contextos de intervenção, com *públicos*, interpreta reciprocidades de participação, com alguma oportunidade para a Animação Cultural. Encontramos aqui algumas *inevitabilidades* de relacionamento da Animação Cultural com o poder local e o consumo urbano da cultura, a par do desenvolvimento do mercado da cultura (Conde 1998).

Uma averiguação de alguns casos paradigmáticos que projetam os ‘sentidos positivos’ ou ‘negativos’ da globalização, entre dificuldades e facilidades de intervenção (Dubar 2005; Beck *et al.* 2000; Giddens 1997, 2000; Castells 1999, 2003).

Através do desenvolvimento social local estabelecem elos entre a contemporaneidade e a tradição com alguma sustentabilidade na criação de redes ou, por entre o restabelecimento de memórias afetivas com os locais - um ‘nó’ entre o agenciamento económico e social (Castells 1999).

Entretanto, a aproximação ou o distanciamento que estabelecem com as autarquias e o desenvolvimento social local ou, o seu envolvimento com a difusão e a divulgação de projetos, com alguma tentativa de distanciamento com a difusão de eventos, modifica motivações e atitudes de mediação e, alguma produção de relacionamentos alternativos no campo político (Gillet 1995; Simões 2006).

Nestes relacionamentos desenvolvem-se dispersas e complexas formas de representação e reconhecimento da Animação Cultural no mercado de trabalho, com diversas dinâmicas e em dupla contração/dilatação do campo:

- **Primeiro**, uma contração do campo com a ação cultural sob dispersão de pontos de observação na argumentação de condições mas, que estipulam as formas de relação com públicos e, uma mediação com múltiplas formas de participação, recepção e percepção.

- **Segundo**, uma dilatação do campo com a ação social, económica e política no seu alargamento a outros territórios vizinhos e, com representação de ‘condições alternativas’ para a mediação de processos em projetos e iniciativas locais (Simões 2006).

Nesta duplicidade, observamos ainda uma permanente refração (em dispersão projetada de condições) de oportunidades e de meios, aquando da delimitação de territórios de intervenção em comunidades:

- . envolvimento pontual com o campo social e cultural (na formação, na produção artística e suas parcerias).
- . intervenção continuada com o agenciamento económico local (informatização, mediatização em projeção social local)
- . localização funcional de animadores profissionais com organizações locais na requalificação de espaços e de recursos humanos, no seu envolvimento junto do poder político (e alguma confluência no movimento associativo).
- . constituição de redes de cooperação e relacionamento nacionais e internacionais, com outros processos intermédios de mediação, presentes na constituição de empresas e ‘serviços’ alternativos de Animação (mobilidade na profissão).

As suas metodologias derivam de uma observação mediada na construção individual de processos coletivos que sustentam um contínuo de intervenções (Badesa 1995; Cembranos 1999; Hernandez 1989). A ritualização profissionalizada com as atividades culturais e sua acessibilidade aproximam este duplo investimento relacional da Animação. Por outro lado, a divulgação promocional de projetos medeia, ainda, outra

construção de realidades, a promoção de um serviço que, sendo público, constrói uma ‘opinião pública’ sobre Cultura (Giddens 1997).

Para além do paralelo acompanhamento de desenvolvimentos (e territórios) e de tecnologias (e metodologias) - muito embora a aproximação com as novas realidades comunicacionais (TIC) desenvolvam ambiguidades no equacionamento de estratégias e sinergias - abrem, em simultâneo, algumas formas alternativas de mediação, para reflexão e debate, no campo político, no seu sentido de ‘projeto coletivo de participação’ (Hernandez 1989).

Procurar compreender a ‘*cultura profissional dos animadores*’ e qual a modificação que se estabelece na regularidade de relacionamentos do campo com a participação social significa compreender, paralelamente, a evolução de processos e a alteração de espaços de representação nas últimas décadas.

O que significa compreender, igualmente, o que os define como ‘animadores’ neste triângulo desdobrado entre: o ‘*trabalho social*’, o ‘*trabalho cultural*’ e o ‘*trabalho sociocultural*’.

Para além das experiências singulares dos seus agenciamentos, nas múltiplas ramificações do campo, a observação da Animação Cultural pelo ‘espaço intermédio de mediação’ com a participação pública transita, simultaneamente:

- i. Perceção de condições múltiplas dos vários percursos dos animadores e dos seus diversos interesses, motivações e formações e do;
- ii. Reconhecimento de recursos, em funcionamento, no desenvolvimento de iniciativas locais.

Paralelamente, a esta perceção e a este reconhecimento, ‘os animadores’ apresentam um sistemático discurso de intervenção com especial relevância:

. na vocação (*beruff*), trabalho vocacionado - uma abstração de conceitos paralela à sua realidade sociocultural mas, menos abstrata no relacionamento com o mercado de trabalho.

- . na missão - uma ligação histórica da Animação com grupos de expressão e intervenção social com o voluntariado inicial, na tentativa de aproximação à ‘festa urbana’, também na intervenção sociocultural local – o que marca a ‘cultura local’ pela concretização de espaços de ação social e de encontro com algumas atividades mais performativas, da atividade cultural urbana, de produção pontual.
- . na recente profissionalização (anos 90) com inserção graduada - em postulados diversos e consoante a localização ou a gênese de especialização na formação.
- . na necessidade de legitimação e reconhecimento (sem visibilidade aparente) - o que marca e define papéis e perfis de mediação.
- . na preocupação ‘estatutária’ de profissionais (originário no pós-25 de Abril), entre a ‘funcionalidade’ e a flexibilidade, estruturadas no interior da organização de trabalho (com efeitos na mobilidade inter e intraorganizacional).
- . na especialização e acessibilidade ao mercado de trabalho - com alguma perversão entre a indefinição de conceitos e acesso democratizado na relação desproporcional entre ofertas e as procuras, consumo das práticas e no acesso a programas de desenvolvimento local - uma *mediação* e um agenciamento com articulação de conceitos e práticas distintas na produção de *atividades*.

Definidos como ‘*agentes culturais*’ enfrentam um setor público, privado ou, misto entre circunstâncias heterogêneas e cruzamentos de intervenção (e mediação) na sua integração em equipas e grupos de trabalho.

Os objetivos, embora comuns, no sentido da formação (não-formal e informal), apresentam uma concentração de esforços para a capitalização de capacidades individuais e potencialização de sinergias locais. Um trabalho de persistência, em situação de estrutural (deficiência na organização e/ou, nos equipamentos) de grande oportunidade para a criação de mais um espaço aberto a apoios locais.

No entanto, as dificuldades estruturais, paralelamente a uma *informação pouco articulada* de projetos separam setores, em alguns *vetores* – da cultura e da intervenção social e económica.

A ausência de um sério desenvolvimento na formação e na potencialização de recursos, para além da (in)acessibilidade à cultura, reposicionam e configuram este duplo *vetor* de

forças no interior do campo - entre incrementos e fraca estruturação de projectos - muitas vezes de sentido contrário. Um conflito que acentua contrariedades já existentes na profissionalização pela ausência de equidade, pluralismo ou diversidade de participação.

O real enquadramento de ações pontuais da Animação Cultural sobrevive neste conflito, e com virtual sustentabilidade programática na organização de tempos e lugares para a participação social, cultural e política. Por aqui surgem algumas interrogações a estes mediadores:

.Qual a influência das suas práticas na gestão e na criação de iniciativas locais para a participação?

Também a deficiente *articulação* entre as políticas centrais e a mediação, fraca na participação, para o desenvolvimento social local origina uma deficitária comunicação estratégica pública/privada. Ainda que, se modificarem, também por aqui, alguns processos de cooperação na constituição de redes e parcerias;

.Como explicam o seu papel na aplicação, e implicação, em complexos processos de comunicação?

Encontramos:

.Algumas definições de ‘democratização de públicos/infraestruturas’.

.Influência da modificação de conceitos: onde o lugar da cultura avança para a produção de patrimónios individuais e autóctones, numa observação antropológica; no acesso mais plural destes patrimónios no local e; na comunicação mais ‘globalizada’, embora, indefinida aquando da aproximação pontual, permanentemente, destes profissionais com as comunidades locais.

. Um real incremento de projetos e iniciativas, e alguma autonomia empreendedora.

Assim, representam, pela confusão instalada, a desconstrução de um ‘trabalho cultural’ (embora social) na permanente (des)coordenação entre o trabalho da produção artística e o trabalho social com discrepâncias na ‘oferta/procura’, configurando a *mediação* numa *dupla via* de distinção/eficiência: de profissionais especializados/mercado de trabalho (com diferenciadas interpretações).

.Como interpretam nos seus contextos a acessibilidade ao desenvolvimento de recursos para a participação?

A compreensão de singularidades de participação perspectiva as suas práticas por contrastes de posicionamento. Surgem contradições e conflitos com efeitos nos seus múltiplos envoltimentos organizacionais e que, acrescentam a esta compreensão das suas possibilidades de inserção profissionalizada, as diferentes formas de adaptação ao mercado de trabalho, com motivações diversas, e em conflito situacional, no seu intuito de promoção para a participação ativa.

.Qual a influência das suas motivações no desenvolvimento das práticas? Como se insinuam essas motivações, e se impõem e se interpõem, entre o trabalho para a participação e a profissionalização? Como constroem a sua identidade profissional?

As interpretações entre o ideal pretendido e a prática realizada ocasionam interrogações na representação de atitudes e alternativas:

.O ‘promotor de atividades’ - um festivo ou, um ‘activista’ criador de espaços de representação sociocultural - que ‘anima’ vontades e interesses diversos, no interior de uma cultura globalizada;

.O ‘construtor de públicos’ - protagonista na mediação de eventos, com necessidade de parceiros e alguma capacidade de organização;

.O ‘missionário’ - entre a consciência prometida e a vocação pronunciada na participação, observadora de realidades sociais e culturais e outras especificidades de participação mais comunitária;

.O ‘mediador da participação coletiva e criativa’ - um pretexto para o estabelecimento de relações mais situacionais e o desenvolvimento de auto-estima individual e coletiva de locais.

A atitude profissional dos animadores representa-se numa complexa relação com a organização do trabalho, as políticas públicas e os sistemas de relação individuais.

Com maior ou menor valorização junto de empresas e serviços públicos, contextos diferenciados e socializações particulares, em busca de sucesso, influem na evolução das atitudes perante o trabalho. Também a crise e o desemprego influem nessas atitudes.

Os efeitos das novas configurações de especialização apresentam uma complexidade participativa, todavia reflexiva, pelo salto acelerado no processo de integração na economia global. No interior desta relação de consensos e conflitos reside a exigência produtiva e a universalização de estilos de vida, modelos e imagens, e padrões de comportamento.

Esta universalização complexa, alargada à sustentabilidade mais sinérgica dos diferentes actores envolvidos, constrange processos, práticas, modos e parcerias sociais encetadas por estes profissionais. Desenvolvem-se interdependências com a sustentabilidade de uma qualidade de vida, em paralelo com a necessidade de regulação no sistema político.

A evolução de comportamentos ou a emergência de movimentos sociais combinam práticas e ideologias nesta relação com o sistema político. Tal facto alarga os próprios âmbitos da identidade profissional dos animadores, enquanto mediadores estratégicos de consensos e conflitos.

Entretanto nesta oposição de consensos e conflitos inscrevem-se no mercado de trabalho apropriado por pressões externas (EU) de políticas económicas e sociais (Freire 2004). A defesa dos seus interesses, em contexto concorrencial, ganha para a inovação de estratégias, mas perde na aquisição de identidades culturais – uma consequência das mudanças organizacionais e sociais induzidas da Europa.

As práticas de intervenção dos animadores, com situações de trabalho específicas, nomeadamente na mobilidade geográfica com os movimentos sociais internacionais, continuam a mediar comportamento e atitudes. As participações, embora porosas, dependem da evolução do seu próprio estatuto social de actividade e da percepção (subjectivas) dos indivíduos comprometidos profissionalmente.

Ressaltam, assim, regularidades mais prementes ‘da’ e ‘para’ a sua profissão, em especial, na pertinência das suas dinâmicas. Sabendo que são dispersas, estas dinâmicas, o trabalho social e o trabalho cultural conceptualmente ficam separados mas, na prática, dissipam-se as fronteiras. Ainda com profusos interesses e motivações dispersas, consoantes os contextos de intervenção e mediação.

A interpretação antropológica ou ‘*culturalista*’ obriga a um reposicionamento na observação destas representações e o esclarecimento face à própria interpretação do conceito de ‘cultura’. O conceito encontra-se mais alargado à produção de relacionamentos e na compreensão de patrimónios culturais identitários e menos com a Cultura restringida à produção dos artefactos gerados pela atividade cultural (essencialmente urbana).

Na terceira variável desta especialização - o ‘trabalho sociocultural’ - o discurso nem sempre coincide com a ação. Quando avança para o discurso da própria ação, avança por ramos diversos de práticas profissionalizadas, consoante as situações programadas e/ou os locais de intervenção. Por essa razão é importante a localização dessas ações, nos seus discursos, e a observação, desses discursos, em função das condições que determinam e possibilitam o objetivo mais essencial dos seus saberes, a participação social, cultural, cívica e ativa dos sujeitos.

## **Metodologias**

Sendo uma temática de observação avançada por processo exploratório (em anterior tese de Mestrado (Simões 2006)), tal como se apresenta o objeto de estudo presente, teremos uma análise de conteúdo dos materiais resultantes de pesquisa bibliográfica publicada e o levantamento de entrevistas estruturadas, semi-diretivas, a atores privilegiados com agenciamentos no campo profissional da Animação Cultural.

A teoria de campo de Pierre Bourdieu (1970,1984,1996,2005) permite a articulação da observação de constrangimentos patentes na ação profissional dos animadores e nas suas relações com os organismos e instituições onde se inserem, entre estrutura-ação. Portanto, esta dualidade interpretativa, por um lado, do campo objetivado por três tipos de inserção profissionalizada, com a construção e uma triangulação preliminar, por outro lado, pelas suas disposições, hábitos, e formas de pensar e agir, que articulam processos de ordenação, e regulam as condições das práticas profissionais (Dubar 2005; 2010).

A compreensão do *campo intermédio* dos profissionais da Animação Cultural deriva da observação de processos autónomos de mediação. Por aqui sustentam metodologias de



aproximação à realidade prática de pessoas e grupos. Propõem-se, portanto, para interpretação da própria ‘*cultura profissional dos animadores*’ nos seus lugares de contacto.

A complexidade destes pontos de contacto comporta riscos acrescidos na averiguação e interpretação do mapeamento conceptual e prático dos seus pressupostos de ação, seja pela observação participante, pela correlação de dados disponibilizados ou, ainda, na construção e análise de entrevistas semi-diretivas para interpretação (Lahire 1996). Por tal facto, é na ‘participação’ que depositamos objetivação numa dinâmica distanciação/implicação, situando os ‘discursos da ação’ como retroação disposicional de socialização (profissional) dos próprios animadores.

O traçado de condições, disposições e algumas contradições interpretarão, no interior deste *triângulo desdobrado de caracterização*, uma especialidade já profissionalizada e/ou em profissionalização efetiva (Rodrigues 2002; Dubar 2010; Freire 1997). Entretanto, delimitado por conceitos de *difícil percepção* numa observação mais exterior e/ou superficial.

Propomos distinguir as diferentes percepções de envolvimento das suas *práticas* o que exige, em permanência, uma reflexão crítica, de reconstrução de disposições traçadas no campo, conforme o contexto, a delimitação de espaços de intervenção, e na atualização e verificação das variáveis e não variáveis comportamentais e de atitude destes profissionais (Lahire 2002:390).

Serão necessárias notas de campo para interpretação e na relação com as interrogações (em entrevista estruturada) já propostas, aquando do levantamento das hipóteses fulcrais e orientadoras do trabalho agora proposto – sobre domínios e sub-domínios de prática.

Podemos, ainda, compreender os pontos de ligação que alicerçam as configurações de uma cultura profissional pela sua socialização com os lugares de representação. Seja no acolhimento programado das organizações, na tipologia de contratação efetiva ou, nos seus agenciamentos mais singulares de relação associativa:

1. Através de trajetórias de integração profissional
  - . antecedentes de inserção e práticas.
  - . formação e integração profissional.
  - . condições de contratação e valorização familiar/profissão.
  - . identidade das mediações para a participação.
  
2. Análise dessas narrativas estruturas na observação de
  - . Regularidades de ação e representação de espaços.
  - . Singularidades representativas e exceções de mediação.
  - . Autonomia, reprodução, distinção e suas contradições.

Partindo do cruzamento de dados, propomos uma relevância de observação/identificação de agenciamento ‘triângulado’ entre o *trabalho social*, do *trabalho cultural* e, do *trabalho socioeducativo*, com levantamento e análise de condições avaliadas pelos entrevistados:

- .de contratação e integração organizacional.
- .de trabalho em equipa e organização do trabalho.
- .de mediação e processos para a participação.
- .de coordenação para o alargamento interventivo.
- .de estratégias e planificação de recursos para a participação.
- .de avaliação de resultados do trabalho de participação social.
- .de processos de divulgação e difusão alargada.
- .de articulação entre a produção e o mercado da cultura.
- .de articulação entre o mercado de trabalho e a participação local.
- .de programas de intercâmbio e participação económica local.
- .de legitimação e reconhecimento do trabalho das suas intervenções.
- .de avaliação das motivações e de atitudes face à profissão.
- .de procura de alternativas e mudança para a profissão.

Parece-nos, portanto, que se trata da observação e análise de variáveis regulares de inserção profissionalizada dos animadores, de onde partiremos para análise de narrativas e avaliação de trajetórias. As descrições conceptualizadas no interior das condições de produção de trabalho e em cruzamento com a efetiva oportunidade de

meios, e de acesso a saberes e fazeres dimensionam os resultados da auto-avaliação mais particular (e irregular), com os parâmetros de uma especialização reconhecida (pela graduação de profissionais) e legitimada em estruturas organizacionais para a participação de pessoas e lugares.

Os efeitos dessa participação na construção da identidade profissional dos animadores passa por diagnosticar e aprofundar a produção de saberes, em situação e contexto de trabalho, logo, interpretar os antecedentes de uma cultura que lhes permitem assumirem-se como ‘corpo profissional’ operacional e específico.

A interseção de variáveis de partida como ‘trabalho & equipas’, ‘motivação & profissão’, ‘avaliação na profissão & autoavaliação’, ‘participação & identidade’ deverá permitir a construção de um guião preparatório para entrevistas/narrativas.

Ao intersetarmos ligações naquilo que os define nos três grandes ramos de inserção profissionalizada, de âmbito generalista (trabalho sociocultural), mais específico e restrito (trabalho cultural) ou ainda de âmbito estratégico local (trabalho social) estipulamos, nesta triangulação, a definição de conceitos para a profissão. O que significa para cada um deles, no termo e na ação, e como dominam os saberes profissionais dentro daquilo em que se (auto) definem.

Tendo à partida os seus percursos, propomos analisar quatro grandes eixos para interpretação ‘Os animadores; a construção de uma identidade profissional pela participação social’:

- i. A identidade de práticas e a identificação de agenciamentos (representações/dispositivos de mediação)

*Para a*

- ii. A intervenção sociocultural local na transformação social global (sujeições, conflitos e alternativas de mediação)

*e,*

- iii. As condições de intervenção, formação e de contratação (Génese/efeitos da profissionalização)

*Para a*

- iv. A produção de relacionamentos dos ‘Animadores’ na adaptação e na modificação de processos  
(estratégias para a participação/mudança social, na construção da identidade profissional dos animadores)

Pretende-se, deste modo, focalizar esta dispersão e esta plêiade de interesses e motivações nas especificidades organizativas de inserção profissional, nas suas condições regulares de produção, de uma cultura profissional com singularidades interventivas, e intersubjectivas, descritas nos seus vários contextos e organização de trabalho.

### **Bibliografia:**

AA.VV.(1990) *Experiências Profissionais de Sociólogos*, Lisboa, APS.

ALMEIDA, João F. de, José Madureira PINTO (1982) *A Investigação nas Ciências Sociais*, Lisboa, Ed. Presença.

ARENDT, Hannah (1991) *Os Homens em Tempos Sombrios*, Lisboa, Relógio d’Água.

AUGUSTIN, J-Pierre e J-Claude GILLET (2000) *L’Animation Professionnelle*, Paris, L’Harmattan.

BADESA, Sara de Miguel (1995) *Perfil del Animador Sociocultural*, Madrid, Narcea.

BENAVENTE, Ana, Alexandre ROSA, António Firmino da COSTA, Patrícia ÁVILA (1996) *Literacia em Portugal; resultados de uma pesquisa extensiva e monográfica?* Lisboa, ICSUL.

BENJAMIN, Walter (1992) *Sobre a arte, técnica, linguagem e política*, Lisboa, Relógio d’Água.

BECK, Ulrich, Anthony GIDDENS, Scott LASH (2000) *Modernidade Reflexiva*, Oeiras, Celta.

BERGER, Peter e T. LUCKMANN (1999) *A construção social da realidade*, Lisboa, Dinalivro.

BERGER, Peter (1998) *Perspectivas Sociológicas. Uma visão humanística*, RJ-Brasil, Vozes.

BERGER, Peter (2000) *O Recuo do Secularismo*, in nº 6, publ.Nova Cidadania.

- BERGSON, Henri (1991) *O riso*, Lisboa, Relógio d'Água.
- BERTHELOT, J-M.(2000) *Sociologie. Épistémologie d'une discipline. Texte Fondamentaux*, Bruxelles, Boeck Université.
- BOLTANSKI, Luc, L. THÉVENOT(1991,2008) *De La Justification*, Paris, Gallimard.
- BOURDIEU, Pierre (2001) *O Poder Simbólico*, Oeiras, Difel.
- BOURDIEU, Pierre (1984,1996) *La Distinction- critique social du jugement*, Paris, Minuit.
- BOURDIEU, Pierre (1997) *Sobre a televisão*, Oeiras, Celta.
- BOURDIEU, Pierre e J-Claude PASSERON (1970) *A Reprodução*, Lisboa, Veja.
- BOURDIEU, Pierre, J-Claude PASSERON, J-Claude CHAMBOREDON, 5ªed. (2005) *Ofício de Sociólogo; metodologia de pesquisa na sociologia*, RJ- Brasil, Vozes.
- BRANCO, Jorge de F. e S. Castelo-BRANCO *orgs* (2001) *Vozes do Povo*, Oeiras, Celta.
- CABIN, Philippe, J-F DORTIER *coord.*(2000) *La Sociologie*, Paris, Sciences Humaines.
- CASTELLS, Manuel *et al* (1999) in *Critical Education in The New Information Age*, Oxford, Rowman & Littlefield Pub.
- CASTELLS, Manuel (2003) *O Poder da Identidade*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- CASTORIADIS, Cornelius (1998) *A Ascensão da Insignificância*, Lisboa, Bizâncio.
- CEMBRANOS, Fernando *et.al.* (1999) *La Animación Sociocultural: una propuesta metodológica*, Madrid, Popular-SA.
- COLOM, Antoni J. *et.al.*(1987) *Modelos de Intervención Socioeducativa*, Madrid, Narcea.
- COLOM (Cañellas), Antoni J., Luis Núñez CUBERO (2001) *Teoría de la Educación*, Madrid, Síntesis.
- COLOM, Antoni J.(1997;2001)) *Teorías e instituciones contemporáneas de la educación*, Barcelona, Ariel.

COULSON, Margaret A., David S. RIDELL(sd) *Introdução Crítica à Sociologia*, 5ªed., RJ, Zahar.

COMPTE-Sponville, A., L. FERRY (2000) *A Sabedoria dos Modernos: dez questões para o nosso tempo*, Lisboa, Inst. Piaget.

CONDE, Idalina (1998) 'Práticas Culturais: digressão pelo confronto Portugal-Europa', Lisboa, in O.A.C; nº4/Out.

CONNERTON, Paul (1993) *Como as sociedades Recordam*, Oeiras, Celta.

CRESPI, Francesco (1996;1997) *Manual da Sociologia da Cultura*, Lisboa, Estampa.

DAMÁSIO, António (2000) *O Sentimento de Si - o corpo, a emoção e a neurobiologia da consciência*, Lisboa, Europa-América.

DANERMARK, Berth, M. EKSTROM, L. JAKOBSON, J. Ch. KARLSSON (2002) *Explaining Society - critical realism in social sciences*, London-NY, Routledge.

DAHRENDORF, Ralf *entrev. Antonio Polito*(2001) *Dopo la Democrazia*, Roma, Laterza.

DUBAR, Claude (2005) *A Socialização; Construção das Identidades Sociais e Profissionais*, S.Paulo, Mart. Fontes.

DUBAR, Claude, P. TRIPIER (1998, 2010) *Sociologie des Professions*, 2ª ed, Paris, Armand Colin.

DURAND, Gilbert (1995) *A imaginação Simbólica*, Lisboa, Edções70.

ELIAS, Norbert (1989;2002) *Teoria Simbólica*, Oeiras, Celta.

FERNÁNDEZ, J. Merino (2000) *Programas de animación sociocultural-tres propuestas metodológicas*, Madrid, Narcea.

FERREIRA, J.M. Carvalho *et al.*(1995) *Sociologia*, Lisboa, McGraw-Hill.

FORTUNA, Carlos e A. Santos SILVA *et.al.* (2002) *Projecto e circunstância -culturas urbanas em Portugal*, Porto, Afrontamento.

FREIRE, João *org* (2004) *Associações Profissionais em Portugal*, Oeiras, Celta.

- FREIRE, João (1997) *Variações Sobre o Tema Trabalho*, Porto, Afrontamento.
- FREIRE, Paulo (1972;1975) *Pedagogia do Oprimido*, Porto, Afrontamento.
- GALBRAITH, J. Kenneth (1992) *A Cultura do Contentamento*, Lisboa, Europa-América.
- GAY, Paul du, Jessica EVANS, Peter REDMAN eds. (2002) *Identity*, London, Sage.
- GIDDENS, Anthony (1997) *Modernidade e Identidade Pessoal*, Oeiras Celta.
- GIDDENS, Anthony (1998) *As Consequências a Modernidade*, Oeiras, Celta.
- GIDDENS, Anthony (2000) *Sociologia 2ª ed* Lisboa; Fundação C.Gulbenkian.
- GIDDENS, Anthony (1996) *As Novas Regras do Método Sociológico*, Lisboa, Gradiva.
- GIDDENS, Anthony (2000) *O Mundo na Era da Globalização*, Lisboa, Presença.
- GILLET, J-Claude (1995) *Animation et Animateurs. Le sens de l'action*, Paris, L'Harmattan.
- GOFFMAN, Erving (1993) *A Apresentação do Eu na Vida de Todos os Dias*, Lisboa, Relógio d'Água.
- GOLDMANN, Lucien (1976) *A Criação Cultural na Sociedade Moderna: para uma sociologia da totalidade*, Lisboa, Presença.
- GUERRA, Isabel Carvalho (2000) *Fundamentos e Processos de Uma Sociologia de Acção*, Cascais, Principia.
- HALL, Edward T. (1986) *A Dimensão Oculta*, Lisboa, Relógio d'Água.
- HEINICH, Nathalie (2001) *A Sociologia de Norbert Elias*, Lisboa, Temas e Debates.
- HERNANDEZ, A. aavv (1989) *Processos Socioculturais e Participación*, Madrid, ed.Popular.
- JOAS, Hans (1996) *The Creativity of Action*, Oxford, Blackwell.
- KAUFFMANN, J-Claude (2001) *Ego. Pour une Sociologie de L'Individu*, Paris , Nathan.

KAUFFMANN, Jean-Claude (2004) *L'Invention de Soi*, Paris, Armand Colin.

KAUFFMANN, Jean-Claude (2007) *L'Entretien Compréhensif*, Paris, Armand Colin.

KERCKHOVE, Derrick (1997) *A Pele da Cultura*, Lisboa, Relógio d'Água.

LAHIRE, Bernard (2006) *A Cultura dos Indivíduos*, Porto Alegre, Artemed.

LAHIRE, Bernard (1996) 'Risquer l'interprétation. Pertinences interprétatives et surinterprétations en sciences social', *Enquête. Anthropologie, Histoire, Sociologie*, nº3, p.61-87.

SIMÕES, Helena (2006) *Animação Cultural: três andamentos de compreensão*, Lisboa, L. Horizonte.

RODRIGUES, M. de Lurdes (2002) *Sociologia das Profissões*, 2ª ed., Oeiras, Celta.

**Notas sobre a Autora**

[helena.s@esep.pt](mailto:helena.s@esep.pt)

Escola Superior de Educação de Portalegre

Equiparado a Assistente do 2º triénio

Programa de Doutoramento em Sociologia, Universidade de Évora (2010-2013)



# Lipovetsky e o proscénio da hipermodernidade<sup>1</sup>

## Lipovetsky and the proscenium of hypermodernity

Jorge Santos

### Resumo

O pós-moderno parece ter sido placentário e incubador da necessária transição da modernidade para a hipermodernidade, o que poderá criar algum gelatinoso entendimento de períodos. Nesta fase de aprendizagem de uma nova era, o que se espera para o social e para a cultura? Desde os anos oitenta do século passado, a cultura vem disseminando o seu olhar em todos os espaços vivenciais. Vem criando a própria ontologia de modernidade pela massificação, democratização e mercantilismo. As estruturas narrativas abraçam a complexidade e a heterogeneidade. Vem encurtando distâncias entre o recetor e o imagético, sem perder a representação ilusionista. A mesma representação torna-se expressão de uma lógica híper, pelo excesso visual e múltiplo. A hipermodernidade parece sequiosa do obscuro, do violento e do desregulado. Transborda de oximoros: simplicidade e complexidade, imediatismo e distanciação, falso e verdadeiro, fictício e autêntico. O objeto de consumo torna-se excessivo, hiperbólico, desregulado e auto-referenciado. Lipovetsky arrisca a requisição das condenadas metanarrativas da pós-modernidade, superiormente parametrizadas na ciência e na religião, para as mesmas gerenciarem novos temores e indefinições. Este estudo pretende um entendimento reportado aos considerandos do filósofo sobre a contemporaneidade.

**Palavras-chave:** Lipovetsky; social; cultura; hipermodernidade

### Abstract

Postmodernism seems to have been placental incubator of the necessary transition from modernity to hypermodernity, which could create some understanding of gelatinous periods. At this stage of learning a new era, which is expected for the social and culture? Since the eighties of the last century, the culture has been spreading his gaze on all experiential spaces. Is creating the very ontology of modernity by massification, democratization and commercialism. The narrative structures embrace the complexity and heterogeneity. Come shortening distances between the receiver and the imagery without losing the illusionistic representation. The same representation becomes a logical expression of hyper, through multiple and excessive visual. The hypermodernity seems thirsty of the obscene, the violent and unregulated. Overflows with oxymorons: simplicity and complexity, immediacy and distancing, true and false, fictitious and authentic. The object of consumption becomes excessive, hyperbolic, unregulated and self-referential. Lipovetsky risks requisition of metanarratives convicted of postmodernity, superiorly parameterized in science and religion, they manage to new fears and uncertainties. This study aims at understanding about the recitals reported on the contemporary by the philosopher.

**Keywords:** Lipovetsky; social; culture; hypermodernity

Tales de Mileto, segundo Aristóteles, teria sido o fundador da filosofia ocidental. Os testemunhos aristotélicos, se bem que suportados numa certa imparcialidade, poderão ser considerados como uma fonte essencial sobre um dado período da história da humanidade. Platão defendia uma bipolarização: o mundo inteligível, do cogito e da perfeição, por contraponto com o mundo dos sentidos, corrompido. Epistemologicamente, torna-se constatada a

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no III Seminário de I&DT, organizado pelo C3i – Centro Interdisciplinar de Investigação e Inovação do Instituto Politécnico de Portalegre, realizado nos dias 6 e 7 de dezembro de 2012.

divisão entre corpo e alma, entre o homem e o mundo e entre o inteligível e o sensível. Aristóteles tinha a tendência de contradizer o inatismo platônico, em que o homem não nasce com as categorias inatas do conhecimento, sendo estas despertadas pelo empírico. Bom, o pensamento aristotélico, suportado pela necessidade do senso comum foi requisitado pelo cristianismo até à Idade Média.

Para Descartes (s.d.,1997), essa apropriação aristotélica caracterizava a filosofia escolástica, em que a organização é pura alma. A análise cartesiana identificava o séc. XVI como o tempo passional das descobertas, possibilitando o redescobrir verdadeiro da cultura e da sabedoria grega. Daqui decorrem duas orientações metodológicas do pensamento moderno, por um lado uma perspectiva empirista, cuja gênese será Francis Bacon, situada na observação e na experimentação; por outro lado encontramos as raízes do racionalismo moderno. A física cartesiana procura o entendimento através da separação de corpo e alma, assim indo em sentido contrário à física escolástica.

É constatada a validade reflexiva com bases filosóficas, antropológicas e epistemológicas que esses períodos exclusivos do pensamento vieram a fermentar para a subjetividade concetual da pós-modernidade. A concetualização corporal e sua arrumação existencial poderá, de futuro (se o entendermos no atual léxico), alimentar-se ideológica e semanticamente com explanações distantes na cronologia física. Tempo e espaço podem ser inseparáveis. Para Castells (2009), o espaço é tempo cristalizado, somos tempo encarnado, assim como as sociedades estão feitas de história. Estas noções são representadas por perspectivas distintas, segundo a complexidade técnica e simbólica do social. O tempo é sempre precursor da experiência humana e, qualquer forma de percepção identitária só será possível pelos princípios da inteligibilidade e alteridade.

Será então necessário ressaltar as perspectivas fundamentais da própria modernidade, para então estabelecermos em que sentido podemos falar de uma posterioridade na pós-modernidade. Enquanto exercício lexical, o termo «modernidade» parece procurar a apotansia do significado. Segundo os considerandos de Gumbrech (1998), apreciações de modernidade e modernização misturam-se numa gelatinosa e desordenada diferenciação concetual, na qual parece possível um juízo de valor. Um referencial de moderno poderá significar atualidade e qualidade. Para Jauss (1996), o vocábulo modernidade terá gênese latina, no adjetivo *modernus*, cujo primeiro registo terá sido encontrado no Séc. V, curiosamente na transição do decrépito Romano para um mundo de Nova Cristandade. Tecnicamente, o termo reportava-se ao imediatismo do atual, em que a

função seria a de designar a atualidade histórica presente. O mesmo autor refere o Séc. XII como o instante em que o moderno é aproveitado enquanto aperfeiçoamento, pelo realçar do antigo e pela constatação da sobrevivência deste no novo. De imediato, a concretização de tal *modernitas* num plano intelectual torna-se incómoda e desconfiante. O moderno só encontraria a sua consagração em um futuro credibilizante da sua *antiquitas*. Charles Perrault, no Séc. XVII, ajuda a dar corpo à obra *Querelle des anciens et des modernes*, requiem do ideal renascentista da perfeição. Aparecem os «modernes», comprometidos com o progressismo científico de Copérnico e com a filosofia cartesiana, e brotam os «anciens», defensores do valor atemporal da antiguidade. Talvez esteja encontrado o primeiro momento em que a modernidade se terá assumido como movimento. Perrault (1856), insistia no desejável de ser moderno, sem renegar o tradicional, pois a legitimação teria que ser sustentada pela antiguidade. Deparamo-nos com o visionário aperfeiçoamento do futuro, estabelecedor canónico da história do presente, juiz da sua pretensão à modernidade. A modernidade iluminista renega assim o *ancien* humanista, mergulhando numa panóplia possibilativa de interpretações do real, sem fazer oscilar o intocável dogma de que o existente é a própria realidade em si mesma. A modernidade procura a sua epistemologia, reforçada por Baudelaire (s.d.), no referencial de uma nova estética, apreendida sobretudo nas criadas situações vivenciais dos novos grandes burgos citadinos, geralmente insuflados pela nova era industrial, onde o sujeito e o contexto serão inseparáveis, ideal posteriormente reforçado por Deleuze na visão identitária da modernidade.

Jauss (1996), demonstra a ilusória consideração de que tempo, geração ou época deteriam o privilégio do novo por direito, dado que o entendimento do presente em oposição ao passado deterá forçosamente um cíclico retorno histórico. Toma forma um paradoxo, suportado na constatação de que a modernidade de um período se irá transformar na *antiquitas* do período sucessor. Tal impasse parece começar a sua diluição no confronto assumido entre moderno e o conceito de atemporalidade, encontrado filosoficamente numa segunda fase do Iluminismo.

Se com a Idade das Trevas a humanidade procurava suportar-se no saber do passado, com o Iluminismo o futuro assume-se como referencial da promessa. Diderot (1779), e Rousseau (2001), refletem o aperfeiçoamento pelo conhecimento, ideal não completamente sustentado pelas diversas fases da modernidade, como o viria a defender Baudelaire, mas retomado quase de forma messiânica por um período que alguns autores identificam como Positivismo, desde o aproximar do final do Séc. XIX até ao início das sustentadas teorizações do pós-moderno, já na segunda metade do Séc. XX. As últimas décadas do Séc. XIX vieram a inebriar a humanidade

com o deslumbramento científico e tecnológico, possibilitado pelo inusitado maquínico, pelo eufórico inventivo, com ação direta na vivência diária, qual redenção da humanidade, qual atingível paraíso. A modernidade assume então um objetivo, um projeto, ficando conceitualmente designado como o «Projeto Moderno». Aparecem as placentárias referências sociológicas de novos espaços públicos, geradas, entre outros, por Gabriel Tarde (1999), ou pela microsociologia de Georg Simmel (s.d.). Esse maravilhoso positivismo não perdeu a oportunidade de se exacerbar numa mostra cujo hipnótico legado haveria de permanecer por alguns anos: a Exposição Universal de Paris 1900. Flaubert, no *Dictionnaire des idées reçues* (1913), define exposição como “motivo de delírio do século XIX”. O século responsável pela noção de obra de arte total necessitava de uma representação do saber e do conhecimento, bem como do progresso e da modernidade civilizacional.

Segundo Bauman (1999), esse projeto moderno confluía para a modernidade sólida, recusado recetáculo para o questionamento e eliminação da ambivalência. A ciência e a técnica exigem o papel de atores principais na classificação do social, através do ideal de Estado-Nação. O empolgado desenvolvimento industrial tendia para horizontes de globalização. Por vezes, e com alguma ironia, a história repete-se sujeita a psicofrenismos. Em concordância com Adorno e Horkheimer (1985), Bauman caracteriza a modernidade sólida como o período em que o sustentado racionalismo se volta contra si mesmo. O controle racional do nosso mundo moderno começa a perder o endeusado estabilismo profético, resultado da crescente descrença de que a renegação da ambivalência resultaria de vez em mais um admirável mundo novo. Essa descrença do projeto moderno, reforçada pelo incontrolável desenvolvimento de mobilidades espaciais e comunicacionais, veio a abrir o pano à modernidade líquida. Esta apresentou o descontrole, a particularização, transformando o social numa ilusão.

Tomando forma um novo paradigma cultural, resultante da experiência da crise e da dissolução de valores, bloqueia-se a solidez da ordem, ultrapassada por uma lógica de caos policiadora do quotidiano social. Suportados numa reportagem analéptica, poderemos constatar anteriores profecias. Nietzsche (2001,2002), confrontava de forma declarada o raciocentrismo cultural gerado por ideais iluministas. Assiste ao celebrar da razão pela ciência e pela tecnologia, instrumentos possibilitadores do pregão modernista favorável do humano. Este empolgar cavalgante dos campos científico e tecnológico provoca irrefutável ceticismo no filósofo. O cientifismo não passaria da anulação de zeugmas de anteriores metáforas, dando-lhes solidez. O ocidente, na procura da verdade, veio a submeter religião e metafísica às ordens da ciência e da

tecnologia. Nietzsche insistia na demonstração de não conteúdo das intenções iluministas, e crescentemente positivistas, no quadro do poderio racional da «tecnociência» de então, confronto aparentemente descontextualizado numa época de endeusamento científico, mas transparecido e emergente nas sendas dos pós-modernos, um século à frente.

A arquitetura da razão não terá mais pretensões, não será mais do que um sistema de persuasão. A anunciação do ocaso de Deus vai ao encontro de uma antevisão pós-moderna. No mesmo instante, encontramos uma significação para um esvaziar filosófico, através do esgotamento racionalista, e encontramos a impossibilidade da certeza, do ilusório moral e da negação do real pelo aparente. Para Nietzsche, a redenção do homem residia na obrigatoriedade de aceitar o niilismo, separando-se da ilusão e da aparência, anulando o diferencial comprometido com a verdade e o erro, procurando a abolição do proibido, na demanda do não limitativo.

Outra fonte para os pós-modernos terá sido Martin Heidegger, por sua vez atento ao niilismo nietzscheano. Heidegger (1989), manifestava a não crença do real na correspondente objetividade, refletindo o malograr de uma ontologia, abrindo espaço para o ceticismo e para a interpretação do conhecimento como resultado de estruturas passadas do próprio sujeito. Hryniewicz (2009), precisamente suportado em Heidegger, aponta níveis de observação no pós-moderno a essa valência da interpretação, como os meios de comunicação de massa enquanto agências interpretativas e não neutras; na convicção de que a ideia de história não ser mais do que um esquema retórico, em que a objetividade do fato se apresenta como um sonho da razão moderna; no constatar da preservação dos códigos culturais, desmentindo o caminho redutor e progressivo da razão; na necessária dissolução psicanalítica de conjunto de sistemas que possam formar a consciência. Apesar de alguma racionalidade, a interpretação sente-se enaltecida pela cultura contemporânea, numa transversal relatividade histórica. O sujeito é pré-compreensivo, não se suportando no real objetivado, até porque este é ilusório.

Por sua vez, Simmel (s.d.), apresentava uma visão do burgo urbano resultante de mais um advento técnico e industrial, como o foco locatário da experiência da modernidade, por isso mesmo como os essenciais centros de crise. Nesta visão sociológica, Simmel apontava para o significado simbólico do dinheiro e da mercadoria, membros reveladores do capitalismo consumista, separador do indivíduo com a cultura. A não agradabilidade com a ausência de significado permite um refúgio para o estético, afastado da forma, em que a procura de sentido, aliada à intrínseca moralidade, provocam uma confusão axiológica.

A era pós-moderna espelha-se então pelo constante retorno a Nietzsche e pela ultrapassagem da metafísica de Heidegger. Para Vattimo (1996), “*é só relacionando-se a problemática nietzschiana do eterno retorno à problemática heideggeriana do ultrapassamento da metafísica, que as esparsas e nem sempre coerentes teorizações do pós-moderno adquirem rigor e dignidade filosófica*”. Uma abordagem genético-sintomática da contemporaneidade exige essa dignidade filosófica, através dos propósitos discursivos das artes, letras e ciências sociais. Nietzsche e Heidegger manifestam traçados distintos, mas confluem na construção de um cogito apontado à suspeita de uma metafísica estabelecida, no intuito de uma visão, de uma nova efetivação experiencial do pensamento. Apresenta-se a dúvida da sustentação da condição filosófica na própria história do pensamento. Poderemos visualizar uma resposta, certamente não única, no constatar de que uma das características presentes dos princípios filosóficos dos séculos XIX e XX, será precisamente a negação da estabilidade estrutural do ser, a isso devendo o pensamento recorrer para a constatação de certezas não suportadas pela precaridade. A ontologia deriva para a hermenêutica. Tais considerandos poderão parecer ainda, de certa forma, conotados com a modernidade, apontando para uma decorrente dificuldade de caracterizar um efetivo carácter radical de alteração condicional. Minimizamos essa dificuldade no entendimento de que o pós-moderno, enquanto causador do ocaso da modernidade (não consentâneo em todos os pensadores atuais), não se apresentar somente como novidade, mas ainda como dissolutor do novo, como um experimentalismo do fim da história. Denotamos um certo paradoxismo, evitado quando se compromete o pensamento com uma necessária vinculação às temáticas da ontologia hermenêutica, constructo das emergentes noções de não-historicidade ou pós-historicidade. O abandono da noção moderna de história torna-se evidente, dando lugar à história contemporânea e ao seu paradigma comunicacional. Releva-se o simultâneo, provocando uma apócope historicista da experiência.

Pós-modernismo. Uma pesquisa onomástica transporta-nos curiosamente para a década de 1860, inocente profecia suportada no ruir do diferencial da alta cultura com a cultura popular, discutida a partir das obras de Matthew Arnold (*Essays in Criticism*, 1865 e *Culture and Anarchy*, 1869). Federico de Onís terá usado o termo em 1934 em considerandos sobre a célebre «Geração de 98» espanhola e o modernismo. A designação viria a encontrar alguma popularidade num certo meio intelectual nova-iorquino dos anos sessenta, na designação do esgotado alto-modernismo, suportado pelas eternas grilhetas do museu e da academia. Em considerandos sobre o capitalismo

tardio, o pós-modernismo encontra em François Lyotard a sua consagração terminológica, com a publicação de *A condição pós-moderna (The postmodern condition)*, em 1979.

Se o pós-moderno não renega o efêmero, o descontínuo e o caótico, ele mesmo aceita algo do que poderá ser apontado como o ideal baudelairiano de modernidade, navegando assim pelo fragmentário e pelo mesmo caótico tão ao gosto de correntes de mudança. Contudo, não procurou a sua legitimação somente pela diversificação de referências ou cânones passados, parecendo ter requisitado parâmetros de tipo niilista para a própria construção ideológica. Ao mesmo tempo, o lirismo tecnológico apresenta-se como detentor de diversas formas de cultura. Navegamos pela significação, resultante do compromisso entre a técnica e o imaginário. O conseguimento científico não terá ainda, enquanto pressuposto, o maquínico revoltado à criação. O ficcional sempre o fez, fortemente apoiado na literatura e no cinema.

Nas últimas décadas, a tecnologia foi alterando e diferenciando suportes epistemológicos das práticas disciplinares e culturais. A mesma veio a ser responsável por uma panóplia de discursos, entrecruzados com a cultura e a própria ciência. Tornam-se decorrentes e necessários entendimentos sobre diferenciações comprometidas com a tecnologia e a ciência, apesar das óbvias mesclas causadoras de fusões. Aqui, o termo «tecnocultura», reflete imediatos recatos de interpretação. A tecnologia poderá esculpir a cultura, a ciência fornecerá suportes epistemológicos à tecnologia, enquanto a cultura poderá ser tecnológica, mas nem sempre científica. A abordagem a estas considerações apresenta-se lata.

As teorizações e o sustento filosófico da pós-modernidade apresentam-se como temporalmente próximos, apesar de alguns fogachos ideológicos ou concretizados se explanarem pela própria história, na sua multiseularidade. Parece-nos a abordagem concetual não tão empírica, tendo ainda bases teóricas e abstratas, porventura pelo aparecimento de tais estudos de forma progressiva nas últimas décadas. Aparentemente, o pós-moderno navega (ou navegou) essencialmente pela contemporaneidade, fato revestido de alguma emergência social, onde se denota uma incessante procura por uma possível definição, por vezes esquecendo a necessidade do seu suporte empírico. Para variados autores, um retrocesso temporal poderá ir ao encontro de algum ideal caracterizante, no questionamento da racionalidade filosófica, onde um declarado niilismo procura a sustentação de um relativismo tanto ético como epistemológico, manifestando ceticismo na separação entre o verdadeiro e o falso. Assim, os suportes filosóficos existentes estariam dependentes de interesses de minorias, por oposição à massificação desejada e apanágio

de qualquer pós-moderno. Nietzsche (2001,2002), terá assumido o papel de um dos seus mais ativos apóstolos, negando significado ao humano, defendendo a crença em um ser absoluto, fonte de toda a verdade, colocando em causa a metanarrativa cristã, um século antes de Lyotard.

Foucault absorve o pensamento de Nietzsche da não existência de sujeito, encontrando os alicerces filosóficos do não idealismo, rejeitando terminologias, como *verdadeiro*, *falso* ou até *consciência*. Essa consciência não passa para Baudrillard (1981), de uma falsa construção, dado que o significado é substituído pelo significante, onde as necessidades do indivíduo pós-moderno aparecem por requisição de economia de mercado. Então o humano deixa de existir, pois o sujeito não passará de uma estruturação ideológica. A inata linguagem foi tendo tendência de formalizações, utilizando a semiótica na necessidade de especificar regras e manifestações caracterizantes do produto cultural. O pós-moderno ditou a sentença da explicação realista. A natureza força o próprio discurso, transparecendo o nosso insignificante. O ato de criar pode ser então gerador de imagens autónomas e patológicas.

Lyotard (2001), tende a apontar a repulsa por metodologias totalizantes, defendendo a pluralidade das teorizações. Para o mesmo, o essencial do pós-moderno será a crise de conhecimento no social ocidental, suportada na suspeita pelas metanarrativas, de onde terá de surgir o heterogêneo derrotando a homogeneidade. Não se apresenta disfarçável algum ceticismo em relação à condição pós-moderna, afirmando o mesmo ser uma cultura sem gosto, indo de encontro até com Baudrillard na jurisprudência do dinheiro. A análise de Lyotard transporta-nos para a consideração de que a pós-modernidade será o berço da modernidade. Curiosa elipsidade. Baudrillard (1981), enfatiza a negação da certeza adquirida, onde a perda de autoridade conduz para o hiper-real. A cultura do sinal torna-se reforçada pela cultura do simulacro, onde modelarmente o real se encontra desprovido da realidade. O hiper-realismo, este hiper-realismo, coloca então a simulação como valência sobreposta ao próprio real. Esta será uma batalha contra o significado e a representação. A não ser só um simples estilo de cultura, Jameson (1991), aponta o mesmo dominante de um capitalismo tardio. Parece existir certa concordância entre autores, dado que o mesmo Jameson considera a pós-modernidade uma aculturação comercial, impedindo a mudança socialista do social. O fato da pós-modernidade quebrar distinções entre manifestos escolásticos e cultura popular, provoca uma esteticização das vivências diárias, de onde poderão emergir os media como a única “verdade”. Bom, temos campo aberto para concetualizações e espaços críticos.



Variados pensadores foram manifestando concordâncias e desencontros, pelo que fomos navegando pela não refração estilística, podendo verificar características na dualidade existente entre cultura e comunicação, entre estilo e substância, entre arte e popular, entre tempo e espaço, e, forçosamente, o pretense ocaso das grandes narrativas. Fredric Jameson (1989, 1991, 1996), vem a considerar que no pós-moderno as obras de alguma criação artística navegam na esquizofrenia, assim como a cultura no seu todo, não refletindo relacionamento temporal entre os significantes, não sendo este tempo um *continuum*. No considerando da amnésia histórica tão definidora da cultura para Jameson, duas ressalvas se apresentam imediatas: numa obra, o tempo sempre foi detentor de diversas significações, assim como a mesma se reporta constantemente à história da própria, sem que por isso tenha que deixar de poder ser pós-moderna.

A audioscriptovisualidade abandonou o seu espaço no universo metafórico, abraçando a metamorfose, confluindo, e confundindo, a transcendência com a imanência, passando por uma estética do grotesco, cujas complexidades e desconstruções prendem-nos à condição pós-moderna, concebendo a multi-percepção e o imaginário tecnológico contemporâneo.

A pós-modernidade refletiu as inerentes limitações. Veio a promover a sua inclusão nas ciências humanas enquanto inovação encarregue da substituição de desgastados paradigmas. A inovada abordagem ao social provocou o esperado afastamento da modernidade, página amarelecida da cultura ocidental. O paradigma pós-moderno exigiu a reformulação de um já desacreditado marxismo, ultrapassando os limitativos estruturais e semiológicos. Permitiu o findar do Séc. XX sem viciados hábitos iluministas e historicistas, sem totalitarismos, enquanto integrava o novo tecnológico no discurso do presente. Requisitou estudos de neomarxistas (Harvey), pós-estruturalistas (Derrida, Lyotard), nietscheanos (Vattimo, Baudrillard), sociólogos (Maffesoli, Lipovetsky), entre um vasto catálogo de autores e áreas. Todavia, para alguns, o bezerro de ouro viria a apresentar sinais de decrepitude. Nasceu com a genética da sua ascendência moderna, nunca se conseguindo libertar dessa amaldiçoada traição.

Ainda com resquícios dos anos 50, a noção de pós-modernidade entrou em cena principalmente nos anos 60 e 70 do século passado, enquanto período agressor da pretensa solidez da racionalidade e das ideologias. O ideal progressista e o expectável futuro moderno foram trocados pela individualidade e pelo efêmero, elevando ao altar dos Deuses o presente no seu imediatismo. O neologismo «pós-moderno» procurava a descrição dessas transições. Parecendo a referida decrepitude acusar um qualquer Síndrome de Matusalém, o novo género entrou em

transição para um novo período. De novo toma forma um paradoxo já aqui apontado, suportado na constatação de que a modernidade de um período se irá transformar na *antiquitas* do período sucessor.

Apresentava-se necessário uma forma lexical para rotulação das transformações sociais, de uma nova modernidade superlativa, substituidora do nivelamento pela acentuação, sem bloqueios institucionais e ideológicos para valores de individualidade e de consumo. Algumas propostas foram aparecendo. Uma parece consentânea: a «hipermodernidade». O pós-moderno, qual *Prometeu Acorrentado* de Ésquilo, vai acusando as grilhetas da sua expiação.

Gilles Lipovetsky e Sébastien Charles (2004), apresentam uma insofismável visibilidade na juvenilidade do novo apregoado período, até pela referenciação lexical. Devemos entender que as conceptualizações do mesmo ainda se encontram no imaginário da própria adolescência. Contudo, segundo a já existente obra, até em comum, o sociólogo e o filósofo permitem um primeiro ciclo de entendimentos. Não ficaremos à espera de bênçãos futuristas, mas iremos assumir receios e inseguranças, sem que com isso assumamos a descrença da ciência. Não mais do que uma diferenciada visão de cíclicas problematizações. Desta vez (mais uma vez), o futuro poderá ser agradável, sem conseguirmos engavetar o receio de a referenciada ciência nos conduzir à catástrofe (também mais uma vez). Para os mesmos, assistimos a um ideal pós-religioso do progresso, da indeterminação e problematização. Esse será o futuro hipermoderno.

A questão da ciência não deixa de ser curiosa. Se com o «pós» houve a necessidade de desconsiderar metanarrativas, com o «híper» ela assume um papel basilar para a visão do futuro, visão essa elevada a potência extrema, celestial. Essa hipnose, em alguns aspetos, deixa transparecer algo do «Projeto Moderno». Em alguns aspetos, devido a um esvaziamento romântico do advento híper, mas sempre com o social crente no além do presente. A utopia coletiva afasta-se, empurrada pelo pragmatismo do previsional e preventivo.

Segundo Lipovetsky e Charles (2004), “*na hipermodernidade, a fé no progresso foi substituída não pela desesperança nem pelo niilismo, mas por uma confiança instável, oscilante, variável em função dos acontecimentos e das circunstâncias*”. A sociedade hipermoderna tende para a multidimensionalidade, assemelha-se a um caos paradoxal, ao organizativo de uma desordem onde coabitam antagonismos concepcionais de diversas vivências. Reportamos testemunhos do passado, redescoberto e revisitado por lógicas reflexivas. O espaço-tempo disfarçadamente deixa

transparecer um *continuum* registado em outros períodos. Clivagem com o «pós». O passado seduz, o presente é normativo e o futuro promissor e dicotomicamente preocupante. Não vivemos o fim da modernidade, mas uma forma desta, enquanto modernidade de segundo grau, inata do social ausente de contra-modelos, em que a insegurança vem a suplantar a despreocupação pós-moderna. A globalização veio a diluir a força democrática. O futuro da hipermodernidade está em aberto, dado o estágio em que se encontra.

No caso do cinema, Lipovetsky (2007), aponta a sua história marcada em quatro momentos da modernidade: primário, clássico, modernista e hipermodernista. O pós-moderno parece-nos assim ter sido placentário e incubador da necessária transição da modernidade para a hipermodernidade, o que poderá criar algum gelatinoso entendimento de períodos, dado que o cinema nasceu e continua moderno. E nesta fase de aprendizagem de uma nova era, o que se espera? Desde os anos 80 do século passado, a hipercultura vem disseminando o seu olhar em todos os aspetos vivenciais. Vem criando a própria ontologia de modernidade pela massificação, democratização e mercantilismo. As estruturas narrativas abraçam a complexidade e a heterogeneidade. Vem encurtando distâncias entre o recetor e a imagem, sem perder a representação ilusionista. A criação parece sequiosa do obscuro, do violento e do desregulado. Transborda de oximoros: simplicidade e complexidade, imediatismo e distanciação, falso e verdadeiro, fictício e autêntico. A publicidade e o marketing exigem um papel condicionante das indústrias sociais. A imagem torna-se excessiva, hiperbólica, desregulada e auto-referenciada. A hipermodernidade não é uma pós-modernidade. É uma modernidade onde tudo se extremiza e se torna vertiginoso, fora de limite. Para Lipovetsky (2007), todas as artes do Séc. XX encontram-se marcadas por um processo de subversão radical da própria forma, excluindo o cinema, dado que este assume a continuidade dos grandes recitais míticos.

O filósofo apresenta uma visão paradoxal do presente, apontando não somente um empolgar do materialismo e do cinismo, mas acusando o reinvestir de valores tradicionais, sendo esta uma oposição ao cavalgante individualismo. Para o mesmo, “Os indivíduos hipermodernos são ao mesmo tempo mais informados e mais desestruturados, mais adultos e mais instáveis, menos ideológicos e mais tributários das modas, mais abertos e mais influenciáveis, mais críticos e mais superficiais, mais cétricos e menos profundos.”. O sujeito hipermoderno é então inquieto, ansioso, não esgotando o presente pela negação do amanhã. A tendência será a intervenção afastada do perigo. Segundo Cavallini (2009), apoiado em Lipovetsky:

A lógica da moda passa a impor-se e a superar os discursos ideológicos. Esses discursos não limitam mais ou impõem resistência, bem como as antigas restrições culturais e estruturais à lógica do consumo, o que permite que a vida social e individual se organize em torno dela. Essa hipermodernidade chegou permitindo que o domínio do consumo se estendesse ao máximo, com todas as tecnologias de transmissão de informação existentes. Assim, os indivíduos encontram-se livres, capazes de exercer o livre arbítrio, de informar-se, de escolherem os seus próprios sistemas ideológicos; no entanto, esses sistemas ideológico-espirituais de restrição continuam presentes, porém não se defendendo mais da imposição, mas sim da argumentação, sendo também endossados pela opinião pública. A diferença é que hoje há liberdade de escolha. (Cavallini,2009).

Constatamos um clima social e cultural distanciado cada vez mais da descontraída tranquilidade dos tempos pós-modernos. Partimos para viagens com o mesmo destino, sem ramificar o social da ação. Então, se não há ligação com a arte e a história, não há razão para a sua preservação, descontextualizando significações e arquivos culturais, os quais correm o risco de serem esvaziados de finalidade. Mais um oxímoro, pois a hipermodernidade incorpora uma ressonância cultural imediatista para o sujeito. Fellini, Miró, Kafka, Khatchaturian e tantos outros não reaparecem em remix de um qualquer alguém. É uma força cultural sem dono no contemporâneo, é um arquivo. Mas é permitido o acesso, e até criado um espaço cultural e social reportado a anteriores criadores, por substituição da obra de arte resultante das suas criações. A incapacidade de organizar ou controlar materialmente implica a significação. Na via digital tudo se apresenta gratuito: propriedade intelectual, ficheiros, contextos e significados. Na hipermodernidade, a cultura precisa de contradizer a atividade arquivista como o único garante da existência dela própria.

O celebrar do passado está permeado de um aspeto frívolo e efêmero do instante da comemoração, e não mais por um registro permanente da memória nos próprios locais do passado. As obras do passado não são mais contempladas, mas sim consumidas em segundos, funcionando como objeto de animação de massa. A voga do passado também pode ser vista no sucesso dos objetos antigos, clássicos, como uma tradição: produtos “legítimos”, “autênticos”, cujos produtores os fabricam “desde” datas antigas, que despertam nostalgia. A antiguidade torna-se argumento comercial. Já a vida quotidiana, mesmo exprimindo o gosto pelo passado, é regida pela ordem cambiante do presente. O passado não é mais instituidor; é reciclado e renovado ao gosto da nossa época. A tradição tornou-se um objeto-moda, não convocando à repetição, apenas valores estéticos e lúdicos. “O passado nos seduz; o presente e suas normas cambiantes nos governam.”

O próprio Lipovetsky questiona se a hipermodernidade, caracterizada por consumos emocionais e indivíduos preocupados com a própria saúde e segurança, não será a ascendência da barbárie

sobre as nossas sociedades. Segundo o mesmo, o erro de uma visão reducionista, será o de considerar o sujeito hipermoderno hermético e desligado do passado e do futuro, em que a cultura do presente é aquela que assume a eternidade desse mesmo presente. São suas palavras (2004): “Tal conceitualização deixa passar excessivamente em branco as tensões paradoxais que animam o regime do tempo na hipermodernidade.”... “Na hipermodernidade, a fé no progresso foi substituída não pela desesperança nem pelo niilismo, mas por uma confiança instável, oscilante, variável em função dos acontecimentos e das circunstâncias.”.

Não navegamos na dúvida de os tempos mudam ou não. O nosso mundo hipermediatizou-se, no qual o papel social da arte, ao contrário do que pretendem algumas afirmações, não está de forma alguma em declive. Uma última ideia, a de que a cultura não só produz uma percepção do mundo, mas num sentido mais radical, produz a realidade. No fundo, sempre assim terá sido.

### **Bibliografia impressa**

Adorno, T & Horkheimer, M. (1985), *Dialética do Esclarecimento*. Rio de Janeiro: Zahar.

Arnold, M. (1994), *Cultura e anarquia*. Lisboa: Editora Pergaminho.

Baudrillard, J. (1981), *Simulacros e simulação*. Lisboa: Relógio D'Água Editores.

Bauman, Z. (1999), *Modernidade e Ambivalência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

Castells, M. (2009), *A sociedade em rede. (A era da informação: economia, sociedade e cultura; v.1 e v.2)*. São Paulo: Editora Paz e Terra.

Gumbrecht, H. (1998), *Modernização dos Sentidos*. São Paulo: Editora 34.

Heidegger, M. (1989), *El Ser y el Tiempo*. México/Madrid/Buenos Aires, F. Cultura Economica.

Lyotard, J-F. (2001), *A condição pós-moderna*. Rio de Janeiro: José Olympio.

Lipovetsky, G & Charles, S. (2004), *Os Tempos Hipermodernos*. São Paulo: Barcarolla.

Lipovetsky, G. & Serroy, J. (2007), *L'écran global, Culture-médias et cinema à l'âge hypermoderne*. Paris: Ed. Seuil.

Lipovetsky, G. & Serroy, J. (2009), *Anagrama*. Barcelona: LEG.

Nietzsche, F. (2002), *Genealogia da Moral*. São Paulo: Companhia das Letras.

Simmel, G. (s.d.), *Questões Fundamentais da Sociologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

Tarde, G. (1999). *La logique sociale*. Paris: Institut Synthélabo.

Jameson, F. (1989), *Ensayos sobre el posmodernismo*. Buenos Aires: PsiKolibro.

Jameson, F. (1991), *Postmodernism, or, The Cultural Logic of Late Capitalism*. Durham: Duke University Press.

Jameson, F. (1996), *Teoria de la postmodernidad*. Madrid: Editorial Trotta, SA.

Jauss, R. (1996), *Tradição literária e consciência actual da modernidade*. In *Histórias de Literatura: As novas teorias alemãs*. Org. Heidrun Krieger.. São Paulo: Ática.

Vattimo, G. (1996), *O fim da modernidade*. Rio de Janeiro: Martins Fontes.

## Webgrafia

Arnold, M. (1865), *Essays in criticism*. Disponível em: <http://archive.org/details/essaysbymatthewa00arnorich>, acedido Jan. 2012.

Baudelaire, C. (s.d.), *As flores do mal*. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/53611283/Charles-Baudelaire-As-Flores-Do-Mal-Rev-PDF>, acedido Set. 2011.

Cavallini, V. (2009), *Os tempos hipermodernos – Resenha*. Disponível em: <http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/31850-36998-1-PB.pdf>, acedido Jan. 2011.

Descartes, R. (s.d.), *Discurso do método*. Disponível em: [http://www.4shared.com/office/rfKYYhOR/Descartes\\_Renn\\_Discurso\\_do\\_mto.html](http://www.4shared.com/office/rfKYYhOR/Descartes_Renn_Discurso_do_mto.html), acedido Jan. 2011.

Descartes, R. (1997), *Princípios de filosofia*. Analytica. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/49190180/DESCARTES-principios-da-filosofia-traducao-parte-01>, acedido Out. 2011.

Diderot, D. (1779), *Encyclopédie, ou, Dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers*. Disponível em: <http://archive.org/details/encyclopedieoudi00conggooq>, acedido Dez. 2012.

Flaubert, G. (1913), *Dictionnaire des idées reçues*. Disponível em: [http://www.ebooksgratuits.com/pdf/flaubert\\_dictionnaire\\_des\\_idees\\_recues.pdf](http://www.ebooksgratuits.com/pdf/flaubert_dictionnaire_des_idees_recues.pdf), acessado Jan. 2012.

Hryniewicz, S. (2009), *A filosofia e o paradigma ético da actualidade: dos paradigmas tradicionais à pós-modernidade*. Disponível em: <http://www.revistaidea.com.br/clip-n/Arquivos/3.pdf>, acessado Mar. 2011.

Nietzsche, F. (2001), *Além do bem e do mal ou prelúdio de uma filosofia do futuro*. Disponível em: [http://www.controversia.com.br/uploaded/pdf/12886\\_friedrich-nietzsche-alem-do-bem-e-mal.pdf](http://www.controversia.com.br/uploaded/pdf/12886_friedrich-nietzsche-alem-do-bem-e-mal.pdf), acessado Nov. 2012.

Perrault, C. (1856), *Querelle des anciens et des modernes*. Disponível em: [http://books.google.pt/books?id=i50CAAAAYAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-PT&source=gbs\\_ge\\_summary\\_r&cad=0#v=onepage&q&f=false](http://books.google.pt/books?id=i50CAAAAYAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-PT&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false), acessado Fev. 2012.

Rousseau, J.J. (2001), *Discurso sobre as Ciências e as Artes*. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/cienciaarte.pdf>, acessado Set. 2010.

**Autor:**

Jorge Manuel Torres Ferreira dos Santos

[janobuti@gmail.com](mailto:janobuti@gmail.com)

Escola Superior de Educação de Portalegre / Instituto Politécnico de Portalegre  
Mestrando em Jornalismo, Comunicação e Cultura. ESEP / IPP

# Da influência de Lautréamont na poesia surrealista portuguesa<sup>1</sup>

## Lautréamont's influence in the Portuguese surrealistic poetry

Luísa Falcão Murta

### Resumo

Este artigo procura estudar a influência da obra de Isidore Lucien Ducasse, Conde de Lautréamont na poesia surrealista portuguesa. O estudo deste autor implica um trabalho de pesquisa em textos muitas vezes considerados malditos e proscritos, de poetas cuja obra foi, por várias vicissitudes, afastada do conhecimento geral e da maioria dos leitores. Devido ao teor de perversidade do seu tema e da sua linguagem, das imagens monstruosas, do seu tom fortemente apelativo e de interpelação constante, a obra *Cantos de Maldoror* foi censurada e a sua leitura proibida.

É nosso propósito verificar que a influência existiu, se não de uma forma directa e facilmente identificável, pelo menos através da leitura da obra por parte dos intelectuais portugueses. Nos nossos dias, ultrapassados que estão alguns constrangimentos políticos, culturais, religiosos e sociais, parece agora tempo para que a obra possa por fim ser lida por um maior número de leitores.

**Palavras-chave:** Lautréamont; surrealismo; poesia; Portugal.

### Abstract

This paper's aim is to study the influence of Isidore Lucien Ducasse, Count of Lautréamont's work in the Portuguese surrealistic poetry. The study of the author entails a research in damned and proscribed texts of poets whose work has been banned, by several reasons from the general knowledge and from the majority of readers. Due to its perversity meaning and its language, to its monstrous images, of its appellative writing and constant demands, the book *Chants de Maldoror* was censored and its reading prohibited.

It is our purpose to ascertain that the influence existed, if not in a direct and easily identifiable way, at least, through the reading of the book by the Portuguese intellectuals. Nowadays, with some political, religious and social constraints exceeded it is time for the work to be at last read by an increased number of readers.

**Key words:** Lautréamont; surrealism; poetry; Portugal.

## 1. Lautréamont e *Os Cantos de Maldoror*

Qualquer investigação sobre Isidore Ducasse (Montevideo, 1846- Paris, 1870) é sempre dificultada por diversos factores, muitas vezes relacionados com aspectos sinistros da sua obra. Do autor, pouco se conhece para além do seu interesse pela Literatura, Filosofia e Matemática e que adoptou como pseudónimo o nome Lautréamont, inspirado na personagem de um romance homónimo de Eugène Sue, intitulado *Latréaumont* publicado em 1873. Isidore Ducasse encarna o enigma do poeta misterioso

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no III Seminário de I&DT, organizado pelo C3i – Centro Interdisciplinar de Investigação e Inovação do Instituto Politécnico de Portalegre, realizado nos dias 6 e 7 de Dezembro de 2012.



que morre em plena juventude (24 anos) e de quem apenas se conhecem duas obras: *Les chants de Maldoror - Os Cantos de Maldoror* (1), e *Poésies I e II*.

Os *Cantos* são recriações de uma tradição anterior, como se se tratasse de uma colagem literária em forma de romance gótico. O tema é a luta entre o Bem e o Mal e vice-versa, através de citações literárias e de conceitos filosóficos, muitas vezes em parágrafos que mais não são do que fragmentos integrais de enciclopédias de história natural, como a de Jean-Charles Chenu (2), integrando o mundo enciclopédico no mundo da poesia.

O livro não contém uma história única e coerente, mas uma série de episódios em que o único fio condutor é a presença de Maldoror, personagem maléfica, dotada de poderes sobrenaturais e a acção desenvolve-se como um canto à violência e à encarnação pura do mal. A personagem encarna o jovem que padece do “mal de siècle”. O próprio nome da personagem principal “Maldoror” expressa esse “mal d’aurore”, como um derivado do romance *Melmoth the Wanderer* de Charles Robert Maturin (1820).

No texto encontramos uma forte tendência caínista e sádica, com recurso ao canibalismo, a uma escrita derivada das ciências naturais, da mesa de dissecação, do corpo descarnado e das suas vísceras. A força de algumas destas imagens, nomeadamente “ Belo como o encontro fortuito de uma máquina de costura e um guarda-chuva sobre uma mesa de dissecação”, Canto VI, 3. O elemento masculino máquina erótica mortal, guarda-chuva e o elemento feminino, máquina de costura, sobre um leito de morte, leva os surrealistas a considerar a sua escrita fantástica como emblema do surrealismo.

A responsabilidade do desconhecimento de Lautréamont pode ser atribuída a Léon Bloy e Remy de Gourmont, os seus primeiros críticos, que muito contribuíram para fazer desaparecer o poeta dos estudos literários. Estes autores criaram em torno do poeta uma atmosfera de terror e atribuíram-lhe alguma influência satânica sobre os que se interessaram pela sua leitura. Em 1890, numa intervenção intitulada “Le Cabanon de Prométhée” publicada em *La Plume*, Bloy fala de “um livro monstruoso” referindo-se a *Os Cantos de Maldoror* e afirma sobre Lautréamont: “É um alienado que fala, o mais deplorável, o mais ignóbil dos alienados”. Remy de Gourmont dá no ano seguinte, a

notícia da descoberta de *Poésies* no jornal *Le Mercure de France* (1 Fevereiro 1891). Também para este crítico, Lautréamont é um louco, mas “de uma loucura lúcida”.

Em 1896, Rubén Darío, influenciado por Léon Bloy, publica no livro *Los raros*, um ataque feroz contra Lautréamont:

“Su nombre verdadero se ignora... Él se dice montevideano; Pero ¿quién sabe de la verdad de esa vida sombría, pesadilla tal vez de algún triste ángel a quien martiriza en el empíreo el recuerdo del celeste Lucifer? Vivió desventurado y murió loco. Escribió un libro que sería único si no existiesen las prosas de Rimbaud; un libro diabólico y extraño, burlón y aullante cruel y penoso; un libro en que se oyen a un tiempo mismo los gemidos del Dolor y los siniestros cascabeles de la Locura. (...) Su libro es un breviario satánico; (...) quien ha escrito *Los Cantos de Maldoror* puede muy bien haber sido poseso. (...) El no pensó jamás en la gloria literaria. No escribió sino para sí mismo. Nació con la suprema llama genial, y esa misma le consumió.” (Darío: 1896: 12).

Em 1905, André Gide anota no seu Diário que está a ler o Canto VI em voz alta e que está completamente seduzido pela atmosfera do livro. Valéry Larbaud retoma a ideia da “loucura lúcida” em 1914 e em 1919, André Breton (3) e Louis Aragon reivindicam Lautréamont como um dos precursores do surrealismo no *Manifesto Surrealista* de 1924 e referem-no como “figure éblouissante de lumière noire”. Em 1947 Julien Gracq vê *Os Cantos de Lautréamont* como uma obra revolucionária tendo possibilitado a sua reedição. Antonin Artaud aproxima-o de Nietzsche, e diz que se trata de “un poète enragé de vérité”. É no entanto necessário esperar até 1950 quando Maurice Blanchot afirma que a personagem principal do poema é o próprio leitor, o leitor que se transforma no próprio Maldoror, numa perigosa aventura.

As primeiras edições da obra de Lautréamont em língua portuguesa datam, em Portugal e no Brasil, dos finais da década de 60. A primeira edição portuguesa da obra esteve a cargo do editor e tradutor Pedro Tamen, na editora Moraes de Lisboa em 1969, com o nome *Cantos de Maldoror*. Reeditado pela mesma editora em 1979, edições seguintes, sempre com o mesmo tradutor, tiveram lugar apenas em 1988 e 2004, *Os Cantos de Maldoror, seguidos de Poesias*, (Prefácio de Le Clézio) Coleção Metamorfose, Lisboa, Fenda Edições e *Os Cantos de Maldoror*, (Prefácio de Adolfo Luxúria Canibal), Famalicão, Edições Quasi. A última edição, *Os Cantos de Maldoror. Poesia I & II*, foi publicada em 2009, pela editora Antígona, Lisboa, com tradução de Manuel de Freitas e Prefácio de Silvina Rodrigues Lopes.

Parece no entanto, que em Portugal, a obra de Lautréamont era já conhecida através de edições na sua maioria francesas, cuja existência é detectável na Base Nacional de Dados Bibliográficos (PORBASE). Podemos encontrar um total de 51 títulos registados, com referência quer à obra do autor quer a estudos feitos sobre o mesmo, distribuídos da seguinte forma: anos 30, uma edição; anos 40, três edições; anos 50, uma edição; anos 60, doze edições; anos 70, dezasseis edições; anos 80, nove edições; anos 90, sete edições; e anos 2000, duas edições. A mais antiga versão de *Les chants de Maldoror et oeuvres complètes* teve como editor Julien Gracq na editora La Jeune Parque em Paris e data de 1947; encontra-se hoje em depósito na Biblioteca Nacional. Segue-se-lhe *Lautréamont et Sade: avec le texte integral des Chants de Maldoror*, por Maurice Blanchot, Éditions de Minuit, Paris, 1963 e *Oeuvres complètes. Les Chants de Maldoror. Poésies (I, II). Lettres*, Gallimard, Paris, 1963, existentes na Biblioteca João Paulo II na Universidade Católica de Lisboa.

Admitimos como possível que o conhecimento de Lautréamont já existisse por parte de alguns dos intelectuais e poetas portugueses através de exemplares hoje na posse de privados ou de viagens frequentes a Paris. O contacto com artistas franceses entre as duas guerras terá possibilitado a leitura de textos originais que se encontravam proibidos pela censura em Portugal. A influência que Lautréamont possa ter tido nos poetas portugueses parece atestada por textos produzidos por alguns dos autores ligados ao movimento surrealista português.

## **2. O surrealismo em Portugal**

Data de Dezembro de 1924, dois meses após a publicação do *Primeiro Manifesto Surrealista* por Breton, a primeira referência ao surrealismo feita em português (4). Foi um catedrático de Coimbra, Agostinho de Campos quem produziu tal referência, logo procedendo a um “reaportuguesamento” do termo como “super-realismo”.

José Régio critica os surrealistas e inclui-os na “fanfarra dos ismos!”, de teorias que “nascem num dia, morrem num mês!”(5).

Em 1930, António de Oliveira Salazar proferia na Sala do Risco um discurso que ficaria célebre pela apologia de um Estado forte, autoritário e centralizador como solução para

o destino do país. A censura foi instalada, proibindo a liberdade de expressão, e isolando o país dos grandes acontecimentos culturais mundiais. António Ferro, ligado à 1ª geração modernista, foi a pessoa indicada por Salazar em 1933 para a direcção do Secretariado de Propaganda Nacional (SPN). Ferro defendia que os propósitos do SPN e da sua política eram os de “fomentar o desenvolvimento da literatura, da arte e da ciência” combatendo “tudo o que é feio, grosseiro, bestial (...) por simples volúpia ou satanismo”, “pinturas viciosas do vício” ou “literatura sádica” (Henriques; 1990: 153) “produtos de escavações freudianas” realizadas por infatigáveis e doentios rebuscadores de contradições, verdadeiros “déspotas da liberdade de pensamento”, reclamados ‘intelectuais livres’ ”. (Ramos do Ó, 1993: 134 a).

Em Agosto de 1934, António Pedro estuda em Paris no Instituto de Arte e Arqueologia da Sorbonne e entra em contacto com o movimento de André Breton assinando em conjunto com outros artistas de nome internacional (Marcel Duchamp, Francis Picabia, Hans Arp, Joan Miró, e os Delaunay entre outros) o *Manifeste Dimensioniste*.

Debatido ao longo dos anos 30, o surrealismo surge no panorama cultural português a partir de 1936, nas chamadas “experiências literárias automáticas” realizadas por António Pedro mas só se organizou em Portugal como movimento no final dos anos 40. Apesar de tardio como fenómeno colectivo, foi motivo de inúmeras polémicas e paixões.

No início da década de quarenta, os intelectuais portugueses que se haviam reunido sobretudo em torno da *Presença* (6), começam a dispersar. Alguns dos poetas que aí escreviam começam a individualizar a sua produção literária, o que possibilitou a redescoberta e consagração de autores como Fernando Pessoa e Mário de Sá Carneiro.

A redescoberta do surrealismo francês, do imagismo anglo-saxónico e da Geração Espanhola de 27 contribuiu para uma abertura do panorama literário nacional. Publicam-se os *Cadernos de Poesia* (1ª série. cinco números 1940-42) cuja orientação oscila entre o neo-realismo, o surrealismo e uma linha tradicionalista. Surge a primeira publicação de Jorge de Sena, *Perseguição* (1942) em que se denota uma desarticulação lógica e sintáctica que o leva posteriormente ao surrealismo. Sophia de Mello Breyner

Andresen publica *Poesia* (1944) e Eugénio de Andrade consagra-se definitivamente com *as Mãos e os Frutos* publicado em 1948.

As influências do surrealismo francês em Portugal só são reconhecidas tardiamente quando a escola de Breton entra na fase das grandes antologias e retrospectivas históricas. Somente após a 2ª Guerra Mundial surgem as primeiras manifestações aliadas a tendências cronologicamente posteriores, herdeiras do teatro de Eugène Ionesco, Samuel Beckett e Fernando Arrabal, em conjunto com testemunhos da abjeção humana valorizada pela psicanálise e pelo existencialismo através dos textos de Sade, Lautréamont, Artaud, Céline e Genet.

Em 1947, ainda durante o período Neo-realista, surge um grupo de críticos, pintores e poetas, fortemente influenciado pelas teorias de André Breton - o Grupo Surrealista de Lisboa. O que mais importa aos escritores portugueses não são os princípios de doutrina patente nos dois manifestos franceses (1924 e 1929) nem as dicotomias vida/ morte, real/ imaginário, dizível/ inefável, consciência/ inconsciência, vigília/ sonho, divino/ demoníaco, mas a arte poética que possibilita a sugestão, a rima, a paronímia, a aliteração, as derivações, a prática de colagens e do *cadavre exquis*, a justaposição ou mesmo a ocultação do texto de partida. O surrealismo português conhece mais ligações aos aforismos, ao esoterismo e ao exacerbamento de pulsões sexuais reprimidas, encontrando os seus mentores em Sade e Lautréamont.

Entre 1947 e 1950 o movimento surrealista parece consolidar-se. Em Janeiro de 1949, é inaugurada em Lisboa a I Exposição dos Surrealistas onde expõem Alexandre O'Neill, António Dacosta, António Pedro, Fernando de Azevedo, João Moniz Pereira, José-Augusto França e Vespeira. Por divergências internas, o movimento português começa a fragmentar-se, resultando no aparecimento de um novo grupo "Os Surrealistas", também designado como "Grupo Dissidente". Em Maio do mesmo ano, foi a vez de o Grupo Surrealista Dissidente organizar uma série de conferências e debates públicos no Jardim Universitário das Belas-Artes e na Casa do Alentejo em Lisboa, com o título geral "O Surrealismo e o Seu Público". Nesta última, António Maria Lisboa leu o que se pode considerar o primeiro manifesto surrealista português. Houve ainda mais duas exposições levadas a cabo por este grupo (em Junho de 1949 e no ano seguinte, no mesmo mês), sem grande repercussão junto do público.

Os factos a partir dos quais, geralmente, se deduz o carácter tardio do surrealismo português são os seguintes: enquanto movimento, este só surge em 1947, ou seja, mais de duas décadas depois de ter surgido em França; a doutrina bretoniana é assimilada e explicitamente assumida, nomeadamente, no *Final de Um Manifesto* que Cesariny escreve em 1949: aí se dizia que “a (nossa) posição surrealista decorre: dos *Manifestos do Surrealismo* na edição Sagittaire, 1947 e dos *Prolegómanos a Um Terceiro Manifesto do Surrealismo ou Não*, da mesma edição.” (Cesariny de Vasconcelos, 1966: 96).

É uma realidade que o surrealismo português foi bastante pobre em textos de carácter doutrinário e em textos colectivos de intervenção, mas o facto de não ter elaborado teoricamente uma doutrina não significa que não seja dotado de especificidade e de valor próprio.

Perfecto Cuadrado, um dos grandes estudiosos do fenómeno surrealista português, defende que este se trata de um autêntico movimento de vanguarda repleto de vicissitudes pessoais e de grupo, por polémicas e dissidências cujos contornos doutrinários (se os havia) nem sempre são fáceis de perceber: “O surrealismo português não nasceu, todavia, como um fenómeno de imitação retardada, mas como necessidade de um momento histórico e cultural bem preciso” (Cuadrado, 1998:293); ou porque um contexto marcado, até muito tarde, pela hegemonia neo-realista não era favorável a uma leitura sem preconceitos da literatura surrealista.

É também o que defende Perfecto Cuadrado, destacando por exemplo a força que nele assume, a par de uma evidente influência do surrealismo francês (tanto nos temas como nas técnicas, designadamente esse exemplo da escrita automática que é o “cadáver esquisito”), a tradição satírica da poesia portuguesa a par do Abjeccionismo, outra marca de originalidade, que, “definido ou redefinido sobretudo por Pedro Oom, foi frequentemente considerado como a componente mais específica e rica do surrealismo português.” (Martinho, 2005: 64). Uma outra característica do surrealismo português é a presença quase exclusiva na poesia: a literatura surrealista portuguesa é, por definição, a poesia.

### 3. Os poetas surrealistas portugueses

O primeiro exemplo de surrealismo na literatura portuguesa pode ser encontrado na obra de António Pedro, *Apenas uma Narrativa*, publicada em 1942. Trata-se de uma pequena novela com 10 capítulos curtos, precedidos por uma Epígrafe de Mário de Sá Carneiro. No Prefácio, o autor discute a questão do título e da classificação da obra e dedica-a a Aquilino Ribeiro. Cada capítulo é aberto por um desenho do próprio autor, relacionado com uma frase do texto correspondente, procurando fundir poesia e artes visuais. A “intenção surrealista” desta obra foi estudada e comparada à dos surrealistas franceses (Alçada, 1978: 110). A personagem principal, muitas vezes comparada ao próprio Maldoror, é um plantador de mulheres que semeia:

“...bocados de mulher que levava num braçado. Havia braços de rainhas de mãos pendentes, brancas e com anéis, rosários de olhos como bolindros variegados com ternuras incalculáveis e molhadas (...). Também havia pernas e bocas, ossinhos brancos e dentes e também havia cabelos no que ele levava de braçado.” (Pedro, 1978: 15)

No final do texto, e após acender a lua, o plantador de mulheres metamorfoseia-se em planta suspensa nos ares e, ao fazê-lo, rebenta por causa da altitude e provocando “um desabar, lá de cima, de sangue vermelho em catadupas, a reflectir-se no rio com os reverberos da luta” (Pedro, 1978: 128).

O surrealismo em Portugal marca quase toda a poesia posterior a 1950, através do automatismo subconsciente, das técnicas de utilização do acaso objectivo ou das interferências de associação verbal, apresentando um fenómeno editorial característico: pequenos cadernos e brochuras de poesia e crítica de diversos autores, em séries não periódicas, de tiragem limitada, na tentativa de iludir a censura, mas facilmente identificáveis pela apresentação gráfica e pelo grupo de organizadores. Surgem algumas revistas que dão origem à chamada “segunda vanguarda” do movimento surrealista: *Momento* (2 números, 1950), *Távola Redonda* (1 número 1950-1954), *Árvore* (2 números, 1951-1953), *Sísifo* (4 números, 1952), *Cassiopeia* (1 número, 1955), *Búzio* (1 número, 1956), *Graal* (4 números, 1956-1957), *Folhas de Poesia* (4 números, 1957-1959), *Notícias do Bloqueio* (9 brochuras, 1957-1962), *Pan* (1 número, 1958), *Coordenada* (2 números, 1958-1959), *Cadernos do Meio-Dia* (5 números, 1958-1960), *Pirâmide* (3 números, 1959-1960) e *Hidra* (1966).

Alguns poetas de uma geração posterior, parecem também influenciados pela leitura de Lautréamont, através de escritos de fantasia livre, sátira mordaz ou de narrativas absurdas como Natália Correia Manuel de Lima, Ruben A, Mário Henrique Leiria, ligado ao grupo dissidente de 1949 e José Viale Moutinho.

Nos finais da década de 50, a publicação de *Poesia 61*, feita por um grupo de poetas que procuravam um maior rigor e contenção expressivos, leva às primeiras tentativas de uma poesia concreta ou experimental, notabilizada sobretudo por poetas herdeiros do surrealismo como Herberto Helder e António Maria Lisboa.

António Maria Lisboa (1928-1953) é um dos poetas que contém na sua produção literária alguns dos melhores e mais surpreendentes textos do surrealismo português (7). A sua obra, pouco divulgada devido à morte prematura do autor e à destruição de quase todo o espólio, mantém-se até hoje desconhecida para a maioria dos leitores. Elementos como o sonho, o amor, o humor, o exótico e o esoterismo surgem na sua poesia como meios de atingir a libertação total. Os poemas são um espaço de experimentação e manipulação por meio da linguagem. Os “Novos Amorosos” encontrarão um futuro onde poderão realizar a sua plenitude original perdida:

“ (...) num dia próximo (...) hão-de aparecer revestidos de plumagem de pássaros numa cratera minúscula aberta numa flor. (...) E assim até que a Verdadeira Vida de que somos abortos seja erguida sobre os alicerces de que eles são os portadores esplêndidos!” (Lisboa, 1977:23).

É precisamente na obra deste autor que encontramos a primeira referência explícita a Isidore Ducasse: “O Amor de Isidore Ducasse, Comte de Lautréamont” e onde é utilizada uma frase de *Os Cantos de Maldoror* na língua original: “*Tu as un ami dans le vampire, malgré ton opinion contraire*”. (Lisboa, 1977:77-78). Escrito na década de 50, só é dado a conhecer ao público aquando da publicação de *Poesia de António Maria Lisboa* em 1977.

Também em 1951, num manifesto distribuído na cidade de Lisboa e que surge como resposta ao artigo crítico de João Gaspar Simões no *Diário Popular* (5 de Dezembro 1951) sobre “As palavras Interditas” de Eugénio de Andrade, é referido o mal-entendido sobre uma citação de Lautréamont “a poesia deve ser feita por todos, não por um.”.



“... se há na literatura de descoberta dos fins do século XIX expressão absoluta, díspar e sem antecedência ; no seu carácter meteórico, essa é a de Isidore Ducasse, Comte de Lautréamont, que permanece uma das expressões mais violentas da afirmação do homem libertado.” (Leiria e Pereira, Manifesto, 1951)

Um outro poeta, Mário Cesariny, é o principal animador do surrealismo lisboeta, evidenciando nas suas publicações características marcadamente surrealistas: sequências anafóricas ou paralelísticas, jogos verbais, pseudo-definições, pseudo-etimologias, diálogos desconexos e automatismo frásico. Também na obra deste autor encontramos referência a Lautréamont nos poemas *Discurso Sobre a Reabilitação do Real Quotidiano*, escritos entre 1947 e 1952 e editados em *Manual de Prestidigitação*, em 1981:

“falta, ó Lautréamont, não só que todo o figo coma  
o seu burro  
mas que todos os burros se comam a si mesmos  
que todos os amores palavras propensões sistemas  
de palavras e de propensões  
se comam a si mesmos”. (Cesariny, 1961: 68)

Em Fevereiro de 1974, no Catálogo da Exposição COLAGENS REVESTIDAS, de Anne Ethuin, Galeria de S. Mamede, Cesariny escreve um poema colagem constituído pela tradução de títulos retirados de versos de diferentes escritores (8). Um dos versos utilizados é de Lautréamont: “Tu tens um amigo no vampiro embora penses o contrário”, o mesmo verso utilizado por António Maria Lisboa.

É também Cesariny que organiza as principais edições colectivas de produções surrealistas portuguesas como *Afixação Proibida* (1953), *Contraponto e Antologia* (1958), *Antologia Surrealista do Cadáver Esquisito* (1961), *Surreal/ Abjeccionismo* (1963).

Outro poeta, Alexandre O’Neil, também surrealista, evidencia na sua obra uma mordacidade satírica que, aliada à comoção lírica assume a liberdade metafórica e sintáctica do surrealismo, lembrando por vezes influências da escrita de Lautréamont.

Nos anos 60, Luís Pacheco (1925-2008), director da Editorial Contraponto, publica alguns dos textos individuais e colectivos mais importantes da corrente surrealista e é simultaneamente o editor da primeira tradução de Sade. Este autor, assumidamente libertino, tem como primeira intenção o desmascaramento moral e social, a auto-

exibição e o cinismo patente nas suas publicações. No texto *O Libertino passeia por Braga, a Idolátrica, o seu Esplendor*, sugere com frequência, através da linguagem e do desassombro do depoimento, a escrita de Lautréamont na sua forma mais perversa. Abrindo o texto com a premonição da morte e o problema do castigo, o Libertino acaba negando-se como tal e confessa a sua queda e a sua derrota. O facto de se localizar em Braga, cidade dos arcebispos, símbolo do conservadorismo português, impede a cidade de todo e qualquer contágio libertino. Ao Libertino apenas lhe interessa pecar, pecar pela carne, aprofundar as zonas obscuras da consciência, numa tentativa de pesquisa da autenticidade humana através da reabilitação de um certo estado de miséria psicológica. Este texto, escrito em Braga (Outubro de 1961), foi guardado durante anos e lido apenas em sessões privadas. Em 1969 o livro foi disputado por diversas editoras, aparecendo publicado pela primeira vez pela Contraponto, em 1970, edição esgotada e proibida no mesmo ano, editado pela segunda vez em edição clandestina em Luanda e reeditado em edição semi-clandestina em 1972. A Edição de Autor pela Editora Afrodite em Maio de 1977 dará a conhecer esta obra apenas a um grupo restrito de leitores.

#### 4. Conclusão

A influência de Lautréamont foi notória em quase toda a poesia portuguesa surrealista do século XX. Se não de uma forma directa e facilmente identificável, podemos pelo menos afirmar como certa a leitura da obra por parte dos intelectuais portugueses. Compreendemos também que os *Cantos de Maldoror* através do teor de perversidade do seu tema e da sua linguagem, das imagens monstruosas, do seu tom fortemente apelativo e de interpelação constante ao leitor, não podiam ou não deviam ser lidos pela maioria dos leitores:

“Queira o céu que o leitor, tornado audaz e momentaneamente feroz à semelhança do que lê, encontre, sem se desorientar, o seu caminho abrupto e selvagem através dos lodaçais desolados destas páginas sombrias e cheias de veneno; pois que, a não ser que utilize na sua leitura uma lógica rigorosa e uma tensão de espírito pelo menos igual à sua desconfiança, as emanações mortais deste livro irão embeber-lhe a alma, como a água o açúcar. Não convém que toda a gente leia as páginas que se seguem; só alguns hão-de saborear sem perigo este fruto amargo.”  
*Cantos de Maldoror*, Canto I, 1.

Nos nossos dias, ultrapassados que estão alguns constrangimentos políticos, culturais, religiosos e sociais, parece agora tempo para que a leitura da obra possa por fim ser aberta a um maior número de leitores. No entanto, a tiragem das suas edições não

supera os dois mil exemplares, o que não parece indicar um grande interesse comparativamente a outras obras em publicação. Nas universidades portuguesas Lautréamont não é um dos poetas estudados nos cursos de Literatura onde parece imperar ainda o conhecimento dos clássicos. Excepção apenas referida na Universidade de Coimbra onde foi apresentada uma tese de Doutoramento em 2004 (9).

\*Por vontade expressa da autora, esta comunicação não respeita o novo Acordo Ortográfico.

### Notas de texto

- (1) *Les chants de Maldoror (Os Cantos de Maldoror)* - Poema épico em prosa composto por seis cantos com um total de 70 estrofes. O primeiro canto sai anónimo em 1868 publicado por Balitout, Questroy et Cie., assinado \*\*\*. O mesmo canto seria publicado, novamente, em 1869, na Antologia "Parfums de l'Âme", de Evariste Carrance, também sem identificação de autor. Nesse mesmo ano o manuscrito é enviado para a Bélgica para publicação, mas não será editado em vida do autor. A 23 de outubro de 1869 é anunciada a publicação de "Cantos de Maldoror (I, II, III, IV, V e VI) pelo Conde de Lautréamont", o que só viria a acontecer em 1890, mas os livros foram retirados de venda pelo editor; só em 1874 o volume chegaria às livrarias.
- (2) CHENU Jean-Charles - DESMAREST, Eugène, *Encyclopédie d'histoire naturelle ou traité complet de cette science... d'après les travaux des naturalistes les plus éminents*. Carnassier-Paris: F. Didot, 1865, 23 vols.
- (3) Breton dedica ainda, em 1937, uma série de artigos às fontes literárias do surrealismo, num texto intitulado "Têtes d'Orage" (nº10 de *Minotaure*). Lautréamont e Raymond Roussel são os primeiros desta selecção.
- (4) Cf. Jorge de Sena "A primeira referência ao surrealismo feita em Portugal", in *Diário de Notícias*, 10 e 17 de Janeiro de 1974 (incluído in J. Sena, *Estudos de Literatura Portuguesa*, Vol. III, Lisboa, Edições 70, 1988, pp. 233-234).
- (5) José Régio, "Continuação. Elucidações. A personalidade e a inteligência na nossa literatura. Hoje e Sempre." In *Presença*, nº9, 9 de Fevereiro de 1928.
- (6) Revista literária de carácter modernista que se opunha ao academismo através da crítica. Fundada em Coimbra por José Régio, Gaspar Simões, Branquinho da Fonseca, Edmundo de Bettencourt, Fausto José e António Navarro (54 números, 1927-40).
- (7) *Ossóptico e Erro Próprio*, conferência-manifesto, 1952; *Isso-Ontem-Único*, 1953; *A Verticalidade e a Chave*, 1956; *Poesia*, selecção, 1962; *Poesia de António Maria Lisboa*, 1977, incluindo produções colectivas, cartas, desenhos e apêndice com apreciações, texto estabelecido e anotado por Mário Cesariny.
- (8) Éluard Jaguer, André Breton, Jean-Louis Roure, Paul Neuhuys, Lautréamont, Marcel Havrenne, Hans Harp, Octávio Paz, Mário Cesariny, Benjamin Péret, Michel Leiris, Guillaume Apollinaire, Ilmar Laaban, Karel Hinek e Stéphane Mallarmé.
- (9) Tese de Doutoramento em Letras na área de Línguas e Literaturas Modernas (Literatura Comparada) apresentada à Faculdade de Letras de Coimbra em Dezembro de 2004 com o título: *Invenção de Orfeu de Jorge de Lima : uma epopeia labiríntica: presenças de Baudelaire e de Lautréamont* de Maria Manuela da Costa Santos, sob orientação de Ofélia Paiva Monteiro.

### Bibliografia

ALÇADA, João Nuno. (1978) "Apenas uma Narrativa di António Pedro, ouvero il romanzo surrealista in Portogallo", *Quaderni Portoghese* 3 , Pisa: pp. 89-118.

BLOY, Léon. (1964). "Le cabanon de Prométhée", [1890]. *Œuvres de Léon Bloy*. Paris : Mercure de France.

CESARINY de VASCONCELOS, Mário (Org.). (1966). *A intervenção surrealista*. Lisboa: Assírio & Alvim.

CESARINY, Mário. (1981) *Manual de Prestidigitação*. Lisboa: Assírio e Alvim.

CUADRADO, Perfecto. (1998) *A única real tradição viva – Antologia da poesia surrealista portuguesa*. Lisboa: Assírio & Alvim.

DARÍO, Rubén. (1896). *Los raros*. Barcelona: Maucci.

DUCASSE, Isidore, Conde de Lautréamont. (1988). *Cantos de Maldoror*, seguidos de Poesias. Lisboa: Fenda Edições.

FERRO; António. [1935] A Política do Espírito e os Prémios Literários do S.P.N. Discurso pronunciado em 21.02.1935 in HENRIQUES, Raquel Pereira. (1990). *António Ferro, Estudo e Antologia*. Lisboa: Col. Testemunhos Contemporâneos, 9, Alfa, pp. 150-154.

HENRIQUES, Raquel Pereira. (1990). *António Ferro, Estudo e Antologia*. Lisboa: Col. Testemunhos Contemporâneos, 9, Alfa, pp. 150-154.

LEIRIA, Mário Henrique e RISQUES PEREIRA, Henrique. (1951) *Mais um cadáver*, manifesto. Lisboa. Espólio de Mário Henrique Leiria, BN.

LISBOA, António Maria. (1977) *Poesia de António Maria Lisboa*. Lisboa: Assírio & Alvim.

MARTINHO, Fernando J. B. (2005). *Tendências Dominantes da Poesia Portuguesa da Década de 50*. Lisboa Edições Colibri.

NESSSELROTH, Peter W. (1969). *Lautréamont's Imagery (A stylistic Approach)*. Paris. Histoire des Idées et Critique Littéraire, 96.

PACHECO, Luís. (1977). *O Libertino passeia por Braga, a Idolátrica, o seu Esplendor*. Lisboa: Afrodite.

PEDRO; António. *Apenas uma Narrativa*. (1978). Lisboa: Estampa, 2ª edição.

RAMOS DO Ó, J. (1993). O Dispositivo Cultural dos Anos da Política do Espírito. Dissertação de Mestrado. Lisboa: UNL-FCSH.

RÉGIO, José. Continuação. Elucidações. A personalidade e a inteligência na nossa literatura. Hoje e Sempre. *Presença*, nº9, 9 de Fevereiro de 1928).

SAILLET, MAURICE. (1854). Les Inventeurs de Maldoror (II). Paris : *Lettres Nouvelles*, nº15, Noël Arnaud.

SENA, Jorge. “A primeira referência ao surrealismo feita em Portugal”. *Estudos de Literatura Portuguesa*, Vol. III, Lisboa. Edições 70: pp. 233-234.

WINSPUR, S. (1995) Lautréamont and the question of intertext. *The Romanic Review*, 2, Volume 76, pp.192-201.

**Nota sobre a autora:**

Maria Luísa da Costa Falcão Murta

[lmurta@essp.pt](mailto:lmurta@essp.pt)

Assistente da Escola Superior de Saúde do Instituto Politécnico de Portalegre. Doutoranda em Literatura na Universidade de Évora e Mestre em Estudos Ibéricos pela mesma Universidade, Licenciada em Línguas e Literaturas Modernas (Variante Francês/ Inglês) pela Universidade de Lisboa. Colaboradora do Centro Interdisciplinar de Investigação e Inovação do Instituto Politécnico de Portalegre e do CEL - Centro de Investigação em Linguística e Literatura da Universidade de Évora. Tem nos últimos anos desenvolvido os seus trabalhos em torno das questões relacionadas com o estudo da Literatura Espanhola Contemporânea. Os seus actuais interesses de investigação são o estudo das Literaturas de Vanguarda do século XX com especial incidência na Teoria da Literatura e Literatura Comparada.

# Portugal e os portugueses no palco espanhol: a visão de Lope de Vega<sup>1</sup>

## Portugal and the Portuguesees in the Spanish Stage: Lope de Vega`s account

M<sup>a</sup> del Rosario Leal Bonmati

### Resumo

As relações entre Espanha e Portugal não se deram apenas a nível político e militar, mas também ao nível cultural: por exemplo, é conhecido como, no campo do teatro, durante o século XVII, os cómicos espanhóis representavam em castelhano no Pátio das Arcas, em Lisboa.

Evidência destas relações culturais intensas é a visão que os espanhóis tinham dos portugueses. É isto que estudaremos em várias comédias, cuja ação se situa em terras portuguesas ou cujos protagonistas são portugueses, do prolífico dramaturgo espanhol Lope de Vega.

**Palavras-Chave:** Lope de Vega. Comédias. Relações luso- espanholas. Século XVII

### Abstract

Relations between Spain and Portugal were not only the political and military level, but also to the cultural level: for example, it is known as, in the field of theatre, during the 17th century, the Spanish comic represented in Castilian in the *patio de las Arcas*, in Lisbon.

Evidence of these intense cultural relations is the vision that the Spaniards had of the Portuguese. This is what we in several comedies, whose action takes place in Portuguese lands or whose protagonists are the Portuguese, the prolific Spanish playwright Lope de Vega.

**Keywords:** Lope de Vega. Comedies. Spanish-Portuguese Relationships. 17th Century

### Resumen

Las relaciones entre España y Portugal no sólo se dieron a nivel político y militar, sino también a nivel cultural: por ejemplo, es conocido cómo, en el campo del teatro, los cómicos españoles representaban en castellano en el *patio das Arcas de Lisboa* en el siglo XVII.

Muestra de estas relaciones culturales intensas es la visión que los españoles tenían de los portugueses. Esto lo estudiaremos en varias comedias del prolífico dramaturgo español Lope de Vega, en las que sitúa la acción en tierras portuguesas o bien los protagonistas son nobles de esa misma nación.

**Keywords:** Lope de Vega. Comedias. Relaciones hispano-portuguesas. Siglo XVII

---

<sup>1</sup>Trabalho apresentado no III Seminário de I&DT, organizado pelo C3i – Centro Interdisciplinar de Investigação e Inovação do Instituto Politécnico de Portalegre, realizado nos dias 6 e 7 de Dezembro de 2012.

En 1580, Felipe II unió a la corona española el reino de Portugal. Fue proclamado Rey de Portugal el 12 de septiembre de 1580 con el nombre de *Felipe I* y jurado como tal por las Cortes reunidas en Tomar el 15 de abril de 1581. Lope de Vega (1562-1635), nuestro dramaturgo, tenía dieciocho años. En 1583 se alista en el ejército, dirigido por el Marqués de Santa Cruz, para dominar las Azores, único reducto que no acata a Felipe I; pocos años más tarde, embarcó en la Armada Invencible desde Lisboa. Además, nuestro escritor tuvo amigos portugueses como el médico Henriques Jorge Henriques, el matemático y cosmógrafo Joao Baptista Lavanha, erudito y el poeta Manuel Faria e Sousa (Glaser, 1955: 27). Como vemos, Lope vivió desde los momentos más “dulces” de la unión de España y Portugal hasta los prolegómenos de la independencia. Algunos autores opinan que aunque Lope se daba cuenta del complejo problema político de la dominación; anhelaba la unión aunque no llegara a ser real (Idem: 28).

Esta relación con Portugal se plasmará en sus comedias y lo hará a través de los caracteres propios del pueblo portugués. Efectivamente, Lope dedicó numerosas comedias a temas portugueses o bien ambientadas en el país vecino: *El duque de Viseo*, *La fortuna adversa del infante don Fernando de Portugal*, *El más galán portugués*, *duque de Berganza*, *El príncipe perfecto I y II*, *La intención castigada*, *El guante de doña Blanca*, *El primer rey de Castilla*, *Burlas y enredos de Benito*, *La lealtad en el agravio*, o *El Brasil restituido*, entre otras. La mayoría de ellas son de carácter histórico-novelesco o de enredo, comedias de capa y espada. No solamente Lope escogió el tema portugués; también, Tirso y Calderón escogieron para sus obras temas y personajes portugueses (Marcos de Dios, 2005).

Hemos elegido a Lope por ser el primero cronológicamente y así, comenzará a difundir una determinada visión de Portugal entre el público español. En esta comunicación, trataremos las comedias *El duque de Viseo*, *El más galán portugués*, *duque de Berganza*, *El príncipe perfecto I y II*, ya que versan sobre temas históricos, novelados, de personajes sobresalientes de la cultura portuguesa.

*El más galán...* (1610-12) es una comedia ambientada en el reinado de Alfonso V de Portugal (1348-1361). La trama principal es la honra conyugal supuestamente agraviada, con las inevitables sospechas del marido que le inducen a la venganza. El duque de Braganza se enamora de la hermana del Prior de San Juan a través de un

retrato, y va a hasta Castilla para casarse con ella, y es tal su decisión, que consigue deshacer un matrimonio ya previamente concertado entre la dama y un noble aragonés.

Lope caracteriza de forma sobresaliente al duque de Braganza, el más poderoso de los nobles portugueses, quien, como dice el Prior:

“Soys honra de Portugal,  
y cifra de su grandeza,  
del oro de su nobleza  
soys vn esmalte Real”<sup>1</sup>

El Duque está caracterizado según la percepción que se tenía de ellos: enamorado, educado, audaz para conseguir la dama, muy caballeroso, por ejemplo, esto comenta ante el retrato de la dama:

Duque:  
Porque nunca vn gran señor  
para retratar su dama,  
buscará vn hombre sin fama,  
sino vn diuino pintor,  
a pintura que esto puedes!

Figueroa:  
Agora bien te diran,  
que eres Portugues galan,  
pues de lo que es justo excedes.  
(...).

También son valerosos y aguerridos para conseguir lo que quieren en el amor, virtudes reconocidas por los castellanos:

Ortuño:  
Beso gran señor tus pies,  
y que perdones te pido,  
a vn Castellano atreuido  
con valor de Portugues.

Y confirmado por los propios lusitanos:

Duque:  
Preuengase mi partida.  
Ortuño.  
Amor, y peligro es.  
Duque:  
Quando has visto Portugues,  
que amando estime la vida?

El desarrollo de la comedia es el típico de una comedia de honra, con un conflicto secundario, de celos. Sin embargo, hay algo que la diferencia: el Duque no mata a su mujer por deshonor (como sí sucede en la fuente que utiliza Lope) sino que inventa una



treta para demostrar que los motivos de celos son falsos y, por tanto, elimina el castigo a la mujer. Lope “salva” al Duque. Así, se ve cómo trata de manera benévola al portugués:

Duque  
Perdonad señor Marques,  
señor Prior.  
Prior  
nuestras faltas,  
perdone el noble Senado,  
que aqui la comedia acaba.  
Duque  
Pues llamalda injustos zelos,  
y no Duque de Vergança.

En el *Duque de Viseu* (1608-09), la acción transcurre en el reinado de Juan II de Portugal, en la segunda mitad del siglo XV. Principalmente, trata de las injusticias de un rey tirano y frente a él, resaltan las virtudes de los nobles que le sirven: aguerridos, leales hasta la muerte:

Condestable: Lançadas y cuchilladas,  
heridas todos los dias,  
desafios, valentias,  
limpiar los jacos y espadas.  
Cosas, realmête, en que ha dado  
la nobleza Portuguesa  
muestra de quien es.

Defensores del rey aunque critiquen su “aspereza”, es decir, su poca amabilidad y deferencia con sus más íntimos así lo vemos en la conversación entre los cuatro hermanos (el Condestable, el Conde de Faro, don Álvaro de Portugal y Duque de Guimarans) que prometen ser leales:

Guimaraens:  
Està bién  
todos pedimos tambien  
a Dios su vida y salud.  
Viua el Rey, que en fin, señores  
es el natural señor,  
si aora tiene rigor,  
y nos niega sus fauores.  
Ya mudara con los años  
La condicion.  
(...)  
No hermanos, no sea ansi,  
aspero, o tierno, sea ley  
en todo seruir al Rey.

Aun en circunstancias difíciles, como le sucede al Conde de Guimaraens, después de ser hecho preso injustamente:

Guimaraens:  
Conde de Faro, no hagas  
menos que tu obligacion,  
el Rey quiere, el Rey lo mande,  
al Rey obediencia hermanos.

Con respecto a las acciones del Duque, cuando éste intuye que le va la vida, hace un juramento muy solmene delante de una cruz y se le aparece el fantasma de Guimaraens, previniéndole del rey. Es un momento climático en que si cabe, se ensalza todavía más la nobleza y lealtad del Duque:

Voz.  
Del buen Duque de Viseu,  
mancebo fuerte y gallardo,  
tiene mil quejas el Rey,  
con ser su primo y cuñado.  
Guardate Duque inocente,  
guardate Abel desdichado,  
que malas informaciones,  
ensangrientan nobles manos,

Viseu  
Que me guarde yo, porque?  
porque he de guardarme, estado  
inocente como estoy.

En esta obra, muy trágica, Lope elabora los personajes femeninos; por ejemplo, la reina, hermana del Duque de Viseu, sabiendo a lo que se expone, intercede por él.

Elvira (con la reina. Le pide que interceda)  
No temas, que en la ocasion,  
seras Ester a sus pies,  
deste Xerxes Portugues,  
y deste Español Leon.

También Elvira, dama enamorada del Duque de Viseu, hace todo lo posible por salvarle de las asechanzas y de la ira del rey y llega a acudir a la reina; además, el rey le impone una boda y prefiere morir antes que ceder, como sucede:

Rey.  
Es muerta Elvira?  
Luis.  
Y tan fria,  
que ya no ay señal de aliento.  
Rey.  
Matòse?  
Leonardo.  
No se matò.  
Rey.  
pues q à sido?  
Leonardo. amor inmêso

Al final, el rey incita a otros cortesanos a matar en su presencia al Duque, pero ninguno consiente y él mismo lo ejecuta. Finalmente, el castigo recae sobre el noble que favoreció las intrigas. El rey queda salvado, según el decoro teatral:

Rey: Valiente escudero y noble,  
haganle vn honroso entierro,  
valame Dios, si don Egas  
en estas cosas me ha puesto,  
pues Dios le castiga ansi.  
Leonardo.  
Si, como prudente y cuerdo,  
nos quieres oyr, sabras,  
que este traidor lisongero  
te ha puesto en tantas desdichas.

Sin embargo, el contraste entre la figura de Juan II y sus nobles, concretamente, los cuatro hermanos y el Duque, es muy llamativa y Lope la marca para subrayar aún más “la tragedia lastimosa”, como él mismo la llama. Tendremos que considerar la siguiente comedia para ver por qué Lope trata de muy distinta manera al rey Juan II. En el *Príncipe Perfecto I Parte* (1612-14), Lope sigue el canon de noble; primero, alabado por sus súbditos y por España:

Doña Clara  
Que es tan grande su justicia,  
mientras su padre està ausente,  
que le habla, y tiembla la gente  
(...)  
El es hombre que en Castilla  
le tienen por marauilla  
del mundo, vn Hercules,  
En la batalla de Toro  
fue diuino su valor,  
en fin salio vencedor,  
en Africa tiembla el Moro,

También, por reinos más lejanos:

Lionel: Es de suerte, que en los Reynos  
Mas estrangeros le llaman  
oy el Principe perfeto,  
no ay virtud que falte en el,  
de todas esta compuesto,  
Vn sugeto celestial,  
a ningun vicio sugeto,  
y si alguna mocedad  
tuuo aunque pocas sabemos,  
Està tan cuerdo señor,  
que es de los moços exemplo,  
espejo de los casados,  
y retrato de los viejos.

En definitiva, es el modelo de príncipe del renacimiento y así hacen una pintura perfecta de él:

D. Juan:  
(...)  
Es hombre proporcionado,  
de suerte en mediano cuerpo,  
con tal rostro, y grauedad,  
que entre mil hombres diuersos.  
(...)  
La habla apazible, y mansa,  
en los donayres discreto,  
y en las sentencias tan sabio,  
que nigrun Romano, o Griego,  
(...)  
es justiciero, y piadoso,  
y piadoso, y justiciero  
De suerte que es la prudencia,  
de los extremos el medio,  
en mercedes y castigos  
mucho se parece al cielo.  
(...)  
Guarda las leyes que hizo,  
como si fuesse sugeto,  
a las leyes el que es Rey,  
y es Rey de tan alto extremo  
En cosas de Religion  
que admira tan alto zelo  
(...)  
Es don Iuan en sus palabras  
tan cierto, y tan verdadero,  
que si promete vna cosa,  
va tan alegre, y contento  
El hombre a quien la promete  
(...)  
Los seruicios que le hazen,  
que satisfaze a su tiempo,  
y con dar a todos tanto  
(...)  
es desembuelto, y mañoso,  
dança muy galan, y diestro.  
Y anda tambien acauallo  
que hasta agora no sabemos  
(...)  
Las cosas de su Capilla,  
como plata, y ornamentos,  
no reconocen igual,  
la musica solo al cielo.

En el *Príncipe Perfecto I Parte* (1612-14) y *II Parte* (1616?) va plasmando un modelo de príncipe cristiano que no tiene nada que ver con el modelo propuesto en la tragedia del duque de Viseu, que tiene su referencia en Maquiavelo, según Romanos (1998:186-188).

Lope también refleja rasgos cómicos de los portugueses, por ejemplo, imitando su lengua:

Lope  
Sois vos estrella del Alua?  
Tristán  
Cuido que fala a jinela.  
Alf.  
Por noso Señor Tristao,  
que estou morrendo de enueja.

Como hemos intentado mostrar, Lope de Vega transmitió una visión positiva de los rasgos portugueses tanto serios como cómicos en la escena española e influyó en el resto (Glaser, 1955: 8). Quizás, esta perspectiva tiene sus condicionantes históricos, culturales y políticos: para Lope, al presentar a los portugueses de esta forma, venía a señalar que tanto ellos como los españoles tenían un mismo origen en común, que la “monarquía dual” tenía en él su asiento y que era posible la convivencia de las dos naciones. Además, desde tiempo atrás, la cultura española y portuguesa convivían en muchos campos; por ejemplo, en el teatral, son bien conocidas las compañías españolas que llegaron a representar en español comedias españolas en el *Patio das Arcas* de Lisboa (Reyes y Bolaños, 1992) y, si consideramos la influencia de Lope en Portugal, tampoco podemos olvidar la presencia de importantes testimonios bibliográficos de su poesía en la cercana Biblioteca Pública de Évora (Silveira)

Con este trabajo solamente he querido esbozar la relación hispano-portuguesa en los siglos XVI-XVII, ejemplificada en la obra del genial dramaturgo Lope de Vega.

### Notas de texto

1. Las ediciones de las obras que citamos se encuentran en VVAA: VVAA: *Teatro Español del Siglo de Oro* (Base de datos de texto completo publicada en CD-ROM). ProQuest LLC, Chadwyck-Healey, 1997.

### Referências bibliográficas

Ares Montes, José, “Portugal en el teatro español del siglo XVII”, *Filología Románica*, 8, 1991, pp. 11-29.

Glaser, Edward, *El lusitanismo de Lope de Vega. Portugal y los portugueses como tema literario*, Separata del Boletín de la Real Academia Española, tomo XXXIV, cuaderno CXLIII), Madrid, 1955.

Marcos de Dios, Ángel, “Viaje del Siglo de Oro a la cultura portuguesa”, *Territorios e culturas ibéricas*, Porto, Campo das Letras, 2005, pp. 213-223.

Reyes Peña, Mercedes de los y Piedad Bolaños Donoso, “Presencia de los comediantes españoles en el Patio de las Arcas de Lisboa (1608-1640)” *En torno al teatro del Siglo de Oro*, Instituto de Estudios Almerienses, Almería, 1992, pp. 105-134

Romanos, Melchora, “Drama histórico e ideología en Lope de Vega: El Príncipe Perfecto (Primera y Segunda Parte)”, *El escritor y la escena. Actas del VII Congreso de la Asociación Internacional de Teatro Español y Novohispano de los Siglos de Oro (1998, Ciudad Juárez)*, México, Universidad Autónoma de Ciudad Juárez, 1998, pp. 179-188

Silveira, Luis, “Lope de Vega y Portugal. El núcleo lopesco de la Biblioteca Pública de Évora”, <http://www.doredin.mec.es/documentos/00820073001035.pdf>.

Vega y Carpio, Félix Lope de, *El más galán portugués, el Duque de Braganza*, VVAA: *Teatro Español del Siglo de Oro* (Base de datos de texto completo publicada en CD-ROM). ProQuest LLC, Chadwyck-Healey, 1997.

\_\_\_\_\_, *El duque de Viseo*, VVAA: *Teatro Español del Siglo de Oro* (Base de datos de texto completo publicada en CD-ROM). ProQuest LLC, Chadwyck-Healey, 1997.

\_\_\_\_\_, *El Príncipe perfecto, Parte I*, VVAA: *Teatro Español del Siglo de Oro* (Base de datos de texto completo publicada en CD-ROM). ProQuest LLC, Chadwyck-Healey, 1997.

\_\_\_\_\_, *El Príncipe Perfecto, Parte II*, VVAA: *Teatro Español del Siglo de Oro* (Base de datos de texto completo publicada en CD-ROM). ProQuest LLC, Chadwyck-Healey, 1997.

Zamora Vicente, Alonso, *Lope de Vega. Su vida y su obra Edición digital*: Alicante: Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, 2002

### Notas sobre a Autora

*Endereço de e-mail para contacto*: mrlealb@estgp.pt

*Afilição institucional*: Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Portalegre.

*Breve nota biográfica*: Doutorada em *Filología Hispánica* pela Universidad de Sevilla.

Desempenhou funções como professora na Faculdade de Filologia da Universidade de Sevilha e na Universidade de S. Jorge, em Saragoça. A sua investigação tem-se centrado na actividade teatral nos séculos XVII e XVIII (*zarzuelas, teatro de corte, corrales de comedias, mascaradas*), no jornalismo espanhol do século XIX e na bibliografia da Extremadura.

# A Referencialização Identificativa da Autoria Literária na Narrativa Ficcional de José Régio<sup>1</sup>

## The Identifying Reference of Literary Authorship in José Régio's Fictional Narrative

Maria José M. Madeira D'Ascensão

### Resumo

Na narrativa ficcional de José Régio assinala-se a existência de três personagens com o mister de autores literários. Estas são contempladas com designadores nominais que, no âmbito da referencialização identificativa, se reportam exclusivamente às categorias dos nomes próprios, na forma de prenome simples associado a um apelido. Por sua vez, tais designadores nominais enquadram-se em três categorias no âmbito da autoria literária: a da ortonímia, a do nome literário e a da pseudonímia.

Neste enquadramento, focar-se-á uma personagem que, embora incluída na ficção, representa um Ser real referencializado com o nome próprio civil, na verdade, um célebre ortonímo no âmbito da literatura portuguesa: Fernando Pessoa. No que respeita às outras duas personagens, puramente ficcionais, patenteamos dois percursos distintos no âmbito da referencialização da sua autoria literária. De facto, uma cunha a sua obra com um nome literário que nada mais é do que o respetivo nome próprio civil intencional e esteticamente reduzido; outra, no seu ofício de autor, adota um nome próprio falso: um pseudónimo.

**Palavras-chave:** personagens; autores; referencialização.

### Abstract

In José Régio's fictional narrative it is pointed out the existence of three characters with the profession of literary authors. These are contemplated with nominal designators that within the identifying reference report exclusively to the categories of proper names in the form of simple name associated to a surname. In turn, such nominal designators are framed in three categories within the literary authorship: the oronym, the literary name and the pseudonymity.

In this framework it will be focused a character who although included in fiction, represents a real referenced Being with the civil name, in fact a famous oronym within the Portuguese Literature: Fernando Pessoa. Concerning the other two characters, purely fictional, we patent two separate routes within the reference of their literary authorship. In fact one marks his work with a literary name that is nothing more than his civil name intentional and aesthetically reduced; another, in his author work, adopts a fake name: a pseudonym.

**Keywords:** characters; authors; reference.

## A Referencialização da Ortonímia

No âmbito da narrativa ficcional regiana, particularmente no volume IV de *A Velha Casa (As Monstruosidades Vulgares)* de José Régio, surpreende-nos a figuração breve de uma personagem que, conquanto inserida numa circunstância ficcional, representa uma pessoa real, um autor que constitui um dos grandes pilares da cultura e literatura

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no III Seminário de I&DT, organizado pelo C3i – Centro Interdisciplinar de Investigação e Inovação do Instituto Politécnico de Portalegre, realizado nos dias 6 e 7 de Dezembro de 2012.

portuguesas. Referimo-nos nós a Fernando Pessoa que, embora interprete um simples figurante num café em Lisboa, se diferencia aos olhos do protagonista:

“Num desses pequenos cafés encontrara Lélito um homem que lhe atraía a atenção, e depois lhe indicaram como sendo o grande poeta Fernando Pessoa: Estava diante duma bebida branca, um tanto inclinado para a frente, os olhos piscos por trás dos óculos, — mergulhado numa espécie de atenção a nada.”<sup>2</sup>

A referencialização identificativa desta personagem, apesar de pouco variada devido ao carácter episódico e pontual da sua figuração, não deixa de ser rica. Na verdade, favorece logo, num primeiro plano, um certo destaque e brilho, quando referencializado como “um homem que [lhe] atraía a atenção”.

Entretanto, o destaque a que é votado Fernando Pessoa não é gorado no percurso da sua referencialização identificativa: muito pelo contrário, é intensificado e justificado. Deveras, a referencialização mediante o nome civil da personagem — o ortónimo do poeta — antecedido da expressão que o contextualiza no patamar da criação poética (“o grande poeta”) desenvolve a sua notoriedade e justifica-a. Claro está que, aliadas a estes traços que se reportam à referencialização identificativa da personagem, não devemos menosprezar certa postura física e atitude particulares que denunciam a diferença, a superioridade, a intangibilidade da intelectualidade, do ser e, conseqüentemente, o respetivo brilhantismo e genialidade.

Deste modo, a referencialização identificativa desta personagem concentra, traduz e fundamenta o impacto que uma simples figuração de Fernando Pessoa tem no campo visual do protagonista. Na verdade, além de assim homenagear “o grande poeta Fernando Pessoa” (com quem ainda privara a troca de algumas cartas particulares), está o autor de *A Velha Casa* a destacar o ortónimo criador poético por excelência, o fingidor que adota o seu nome civil para assinar uma obra genial e consagrada no âmbito da cultura e literatura portuguesas.

No âmbito desta referencialização identificativa em específico desenvolvemos, ainda, um outro polo subliminar que explicará, quiçá, o facto de a figuração do poeta, no quarto volume de *A Velha Casa*, ser breve e frugal. Reportamo-nos, assim, à realidade do primeiro e sumário encontro de José Régio com o venerado Mestre no Café



Montanha. Na verdade, Fernando Pessoa, vestindo a pele do heterónimo Álvaro de Campos, dispusera-se segundo “a pose desenvolta do engenheiro sensacionalista”<sup>3</sup>, afugentando (e desiludindo) aqueles<sup>4</sup> com quem se reunira. José Régio, sentindo-se fruído pela falta de sinceridade latente naquele episódio (resultado que Fernando Pessoa não intentara, como mais tarde justificaria nas suas missivas<sup>5</sup>), alheara-se, então, do mestre.

Se nos reportarmos, ainda, à especificidade do heterónimo com que Fernando Pessoa se “mascarara” no referido encontro, não devemos menosprezar a existência de traços comuns entre Álvaro de Campos e José Régio:

“Foram ambos solitários — grandes tímidos também. Ambos fixaram residência num plano que não era o do homem quotidiano que «dorme sono e come comida», como diz Campos. Ambos rejeitaram ser «de companhia»: Campos exclamou (em «Lisbon Revisited») «Não me peguem no braço!» e José Régio «Sei que não vou por aí».

«Queriam-me casado, fútil, quotidiano e tributável?» insurgia-se Campos nesse citado poema — e pressente-se que eu fazia um gesto feio. Régio disse o mesmo por outras palavras mas sem gesto feio e sem palavrões.”<sup>6</sup>

Na verdade, o uso da máscara que se revelara tão pouco sincero fora porventura genialmente engendrado por Fernando Pessoa de modo a criar empatias e cumplicidades pessoais (pois que as intelectuais já existiam) com o discípulo que tanto relacionara com o seu grande amigo Sá-Carneiro<sup>7</sup>.

Podemos estabelecer, assim, uma ponte com outra das vertentes autorais de Fernando Pessoa igualmente extraordinária: a da heteronímia. Deste modo, indiretamente, o autor de *A Velha Casa* denuncia um cariz que lhe é intrínseco e que imbuí toda a sua obra, pois que paralelamente ao uso dos heterónimos pela parte de Fernando Pessoa, José Régio recorre a máscaras que servem a dispersão da sua voz única<sup>8</sup>, todavia num trajeto próprio e distinto que, delineado por Teresa Rita Lopes, se explica no facto de que:

“Afinal, poderíamos concluir, Régio também praticou, a seu modo, a estética do fingimento. Sem dúvida, porque sem ela — no sentido do fingimento pessoano — não há verdadeira criação literária. Mas fê-lo como Sá-Carneiro: sem corte de cordão umbilical. Quer dizer: as personagens de Sá-Carneiro (que, nos poemas, é de si próprio personagem) existiam como sombras com contorno próprio mas não se

desprenderam do corpo que as projectava. Através delas o poeta não «voa outro» (expressão de Pessoa para explicar a sua despersonalização).”<sup>9</sup>

## A Referencialização do “Nome Literário” e da Pseudonímia

O disfarce regiano substantivado em inúmeros aspetos da sua obra — sendo que se traduz inequivocamente na vária, distinta e particular referencialização identificativa das personagens da narrativa ficcional regiana e, até, no próprio nome que o autor adota para assinar os seus frutos literários — liga-se, especificamente no contexto da referencialização identificativa da autoria literária, aos designadores que José Régio escolhe para as duas personagens ficcionais com o ofício de escritores e autores. E, nesse sentido, os designadores nomes próprios que se concretizam no “nome literário” e no pseudónimo<sup>10</sup> — em, designadamente, “Luís Silvério”, com o nome civil de Luís Fernandes Silvério (“Os Paradoxos do Bem”, *Há Mais Mundos*) e “Ricardo Abrantes”, com o nome civil de Julião Coelho da Silva (*A Velha Casa*) — constituem inequivocamente máscaras que, representando criadores literários, servem a sua camuflagem estético-literária de forma mais ou menos radical.

Entretanto, no que concerne especificamente aos designadores destas duas personagens que categorizam a entidade autoral, urge analisar *a priori* duas diferenças expressivas: na primeira não se denota, no seu nome literário, uma alteração radical do seu nome civil, mas sim uma adaptação do mesmo; na segunda, o nome falso adotado nula afinidade apresenta com o verdadeiro. Todavia, uma singularidade partilhada nestes designadores convém salientar: em nenhum deles é declarada objetiva e distintamente a razão que motivara a escolha dos respetivos designadores.

Assim, a primeira personagem: “Luís Fernandes Silvério — simplesmente Luís Silvério de seu nome literário”<sup>11</sup> representa um escritor já falecido, bastante adulado pelo público pela criação e autoria de uma obra literária imbuída de um extraordinário humanismo.

No que concerne à formação do seu “nome literário”, esta representa uma adaptação ligeira do nome próprio civil, pois que resulta apenas do apartamento de um dos apelidos que o constituem (“Fernandes”). Assim, e predominantemente, referencializado com o designador “Luís Silvério”, denuncia-se nesta personagem

alguma densidade, insondabilidade e impenetrabilidade pois que o étimo que enraíza o apelido perfilhado (“Silvério”) é *silva, ae* e significa “floresta, selva, mata, arvoredo, vegetação”<sup>12</sup>. Ou seja, o portador do nome verdadeiro identifica-se claramente na sua obra, através de um designador que exacerba inequivocamente a feição de uma complexidade e incompreensibilidade quase inextrincáveis. Na verdade, a máscara que representa o nome literário apenas serve esteticamente a intensificação de traços que a personagem já possuía.

Com efeito, o desvendar do intrincado carácter da personagem constitui, mesmo, o motor e o cerne da ação do conto “Os Paradoxos do Bem”. A narração é, assim, consumada por um narrador, um escritor apagado, que apresenta, justifica, clarifica e desculpabiliza o paradoxo que, no fundo, constituía o seu amigo, o homem e escritor “Luís Silvério”. Por conseguinte, sustentado numa amizade íntima e conivente — bem patente nos designadores “o meu amigo Luís Silvério”, “o meu defunto amigo Luís Silvério”, “o meu defunto camarada”, “o meu finado amigo”, “o meu finado amigo Luís Silvério”, “o meu ilustre amigo”, ou simplesmente, “o meu amigo” — ficciona e relata um diálogo mantido com o espírito do falecido escritor, no intento de esclarecer “*o caso [sublinhado nosso] de [meu amigo] Luís Silvério*”<sup>13</sup>.

Começa, assim, por nos apresentar, através dos designadores “o escritor Luís Silvério”, “o grande escritor”, “o grande homem”, “o grande filantropo”, “o amado escritor” e “o paladino do bem”, um escritor querido dos literatos avançados e conservadores, dotado de uma “*inteligente compreensão*”<sup>14</sup>, de um sentimentalismo tocante, de uma imensa bondade e de um otimismo inveterado, bem patentes na sua obra:

“Através de tudo quanto viemos dizendo, tudo quanto poderíamos dizer, — e todas as flutuações a que a obrigava o seu movimento empós as últimas novidades e os interesses mais recentes — sempre a obra de Luís Silvério florescera na apologia do Bem, da Justiça, do Amor da Humanidade. Sempre reconhecera um fundo no próprio homem em que, não obstante todas as fraquezas e contradições da sua condição, refulge o eterno instinto da Caridade, da Verdade, da Fraternidade, da Beleza.”<sup>15</sup>

Porém, revela que esta obra de feições extraordinárias tinha sido tecida a par de um Diário editado postumamente (por vontade expressa de seu autor), que revelava perversamente “o danado velho”<sup>16</sup>, um Luís Silvério sarcástico, pessimista, dotado de ódio pela humanidade, aplaudido agora e apenas por uma pequena minoria:

“(…) o autor pessimista que, durante uma vida e uma obra inteiras, soubera burlar a humanidade pelo emprego da mais calculada, mais refinada hipocrisia, para, postumamente, lhe cuspir na cara aquele formidável autodesmentido. O cinismo, a crueldade, a frieza mais ofensiva que a paixão, a vibração da paixão quando a sustentada frieza pudesse cansar, eis o que eles agora admiravam num autor cujo «*humanitarismo*» não tinham podido sofrer.”<sup>17</sup>

Na verdade, esta obra maldita tinha nascido com a necessidade de denunciar o mal que convive com o bem e de equilibrar absurdamente ambos. Efetivamente, para não corromper a natureza imaculada da bondade humana patente na sua vasta obra, servira o Diário de instrumento de simultânea acusação e digladição da e perante a maldade humana. Deste modo, Luís Silvério pretendia paradoxalmente assombrar os seus fantasmas; regenerar-se na degeneração e absolver-se na transgressão:

“Talvez eu fosse mais complexo: Como não aborrecer os homens quem os conhece? Mas como, apesar de tudo, não os amar quem nasceu com a vocação da caridade, e vê como as suas baixeiras fazem parte da sua desgraça, e como até nas suas obscuridades sinistras penetra qualquer centelhazinha...? O amor da humanidade na minha obra não podia ser um rótulo, não era um rótulo! Mas, para isso, precisava eu de me vingar da mesquinhez, da maldade, da frivolidade dos meus semelhantes e minhas próprias. Precisava de os acusar, os ferir, os envilecer, os humilhar, aos homens meus irmãos, para lhes perdoar e continuar a amá-los. Assim, de certa idade em diante, quando já o meu fel ia corroer os livros que andava publicando, nasceu este meu famigerado diário. Sobre ele extravasou o meu fel: o meu ódio, o meu desgosto, o meu desespero. Só esse livro secreto permitia que os outros continuassem luminosos e sinceros.”<sup>18</sup>

E, conquanto o bem vença espiritualmente o mal, sofre ainda um percalço material. Com efeito, o narrador recorda que o célebre escritor tentara pedir-lhe algo nos últimos minutos de vida. E eis aqui o capital paradoxo do bem: Luís Silvério revela-lhe ter compreendido finalmente a soberania do bem e do amor e a inutilidade do mal e da vingança, todavia a sua morte levava consigo um desejo, um pedido que poderia anular estes últimos: a destruição do seu famigerado Diário...

“Sim, meu amigo: nessa noite, às portas da morte, me veio este pensamento estúpido e blasfemo. Estúpido e blasfemo, este como outros. Porque afinal, que pode o homem conhecer de Deus? Que mais podemos, os humanos, senão atribuir-lhe a perfeição que só através da nossa imperfeição concebemos, — e depois julgá-lo, nós!, segundo a perfeição que lhe atribuímos? Por amor dos homens ousava eu, às portas da morte, julgar Deus! Mas é que, nesse momento, a minha caridade humana era total: O que nesse momento eu via era a inocência dos homens, (imensos momentos esses, que duns a outros me jogavam!) e o que sentia era só amor por essas vítimas da misteriosa imperfeição divina. Finalmente, só

amor; só caridade. Aniquilar o meu diário, cometer o que só nestes momentos deixaria de ser uma colossal hipocrisia, — foi o último desejo da minha vida; talvez o mais ansioso de toda ela.”<sup>19</sup>

Em *A Velha Casa*, destaca-se, por fim, outra personagem: um escritor referencializado inúmeras vezes com o designador nome próprio apresentado na forma de pseudónimo, revelando-se, este último, basilar na referencialização identificativa e movimentação na acção deste Ser ficcional.

Focamos nós “Ricardo Abrantes” introduzido indiretamente na acção através do seu livro — *Porta Fechada* — cuja leitura Estêvão aconselhara a Lèlito. Na verdade, este livro era desconhecido e desconsiderado de muitos críticos ignorantes e pseudoliteratos pois que não tivera um alarde sensacionalista que o projetasse no patamar da literatura portuguesa:

“Pretendendo ensinar o público a ler, quase nada compreendiam eles próprios do que liam. Sobre tudo que fosse um pouco mais subtil, íntimo e secreto — e em verdade requintado — passavam como um cego que, trôpego, avançasse tacteando as trevas, à procura de tesoiros que sempre ia deixando para trás, sem os poder ver. Era preciso atirar-lhes com o talento à cara; marretar-lhes com o talento na cabeça; fazer render o talento como uma prostituta faz valer as suas graças públicas, — para o reconhecerem. Dir-se-ia não prezarem senão o declamatório, o gesticulante, o violento, o génio em caricatura ou ao *gros complet*. Mas a densidade poderosa e concisa; a riqueza que tem pudor de se mostrar; a verdade que não precisa de retinir campainhas; a profundidade discreta e sóbria; a intimidade que exige sensíveis antenas, — quem?! quem, por dom natural, as via?! Quais os nossos críticos de qualquer ramo de arte sabiam reconhecer a originalidade e o autêntico mérito, em não vindo aleiloados pela imprensa e a crítica estrangeiras? Assim, aspirando ao papel de mentores, se tornavam, afinal, fáceis vítimas das mesquinhas habilidades dos cabotinos.”<sup>20</sup>

Todavia, o primeiro e único livro de Ricardo Abrantes era tido, por Estêvão e Lèlito, como uma obra-prima dotada de uma criatividade, uma genialidade, uma originalidade e uma complexidade extraordinárias que, por isso, se torna impenetrável para muitos críticos e literatos avassalados pela leitura fácil, comercial, badalada, sensacional e superficial:

“Trata-se de um livro único entre nós, original em qualquer parte do mundo; uma coisa nova... que ficará sempre nova; mas eles só apreciam as novidades que estão na moda! As que vêm de fora. Querem extravagâncias, querem irritar e dar nas vistas... Afinal, é tudo uma brincadeira de garotos!”<sup>21</sup>

Entrementes, referencializado por Estêvão, por elementos do Grupo dos Montes Claros e pelo próprio narrador heterodiegético, em vários episódios, com os designadores “Ricardo Abrantes”, “o Ricardo” ou, simplesmente, “o velho Ricardo”, nada leva a presumir que este seria o pseudónimo do escritor. Então, o autor de *Porta Fechada*, num segundo encontro com Lèlito<sup>22</sup>, na casa do primeiro e respetiva intimidade, despe-se da máscara que constitui o seu pseudónimo e mostra-se em toda a sua autenticidade e genuidade, como homem vincadamente afetivo e intelectual e apresenta o seu autêntico nome — “Julião Coelho da Silva”:

“– Li o livro... do senhor Ricardo Abrantes, que me emprestou o Estêvão. O Estêvão...

– Perdão! – interrompeu de novo o outro, com um pequeno gesto da mão comprida – devo dizer-lhe que me não chamo Ricardo Abrantes: o meu autêntico nome é Julião Coelho da Silva. Coisas da juventude!, pensa-se em novo que um artista já tem de ter um nome estético.”<sup>23</sup>

Todavia, os designadores “o velho escritor”, “o velho”, “o escritor”, “o mestre”, “o senhor doutor”, “esse homem” e “o seu interlocutor” passam a dominar a ação, aludindo a insígnias valores que caracterizam o escritor, como o genuíno saber e cultura, a pacata sensatez, a verdadeira intelectualidade e a invulgar sensibilidade. Sublinha-se, então, a ilusão presente na falsidade do nome estético que privilegia apenas um preceito artístico. E, embora o escritor sugira, mesmo, ao protagonista que o trate pelo seu “nome estético”<sup>24</sup> — a forma de tratamento social por que todos o tratam — a partir deste episódio, é recordado, por Lèlito, simultaneamente com o seu pseudónimo “Ricardo Abrantes” alternado com o designador “o velho”. Vinca-se, assim, com este processo de alternância, a genuidade, a preciosa sabedoria e a prolongada intelectualidade que tanto caracterizaram o escritor e a sua obra e que, no fundo, se escondiam por detrás da máscara que representara o seu pseudónimo.

## Notas de Texto

<sup>2</sup> Cf. José Régio, *Obras Completas: A Velha Casa IV — As Monstruosidades Vulgares*, 3ª ed., Lisboa, Brasília Editora, 1985, p. 257.

<sup>3</sup> Cf. Teresa Rita Lopes, “Pessoa e Régio” in *Boletim do Centro de Estudos Regianos*, 6-7, Junho-Dezembro, 2000, p. 19.

<sup>4</sup> O encontro a que se alude não incluía apenas a presença de José Régio, mas também a de João Gaspar Simões.

<sup>5</sup> Cf. Teresa Rita Lopes, *Op. Cit.*, p. 20.

<sup>6</sup> Cf. Teresa Rita Lopes, *Op. Cit.*, p. 22.

<sup>7</sup> Numa carta a JR, Fernando Pessoa assim o denuncia: “Há uma íntima analogia entre o seu modo de sentir e o modo de sentir que distingue o Sá-Carneiro. O modo de sentir o modo de sentir é que é diferente.” (Cf. Teresa Rita Lopes, *Op. Cit.*, p. 21).

<sup>8</sup> Cf. Joana Courteau, “Fernando Pessoa e José Régio: o Conflito Titânico entre a Arte e o Mundo” in *Boletim do Centro de Estudos Regianos*, 12-13, Junho-Dezembro, 2004, p. 91.

<sup>9</sup> Cf. Teresa Rita Lopes, *Op. Cit.*, p. 22.

<sup>10</sup> Consideramos que o pseudónimo, embora constitua também um nome literário (Cf. Carlos Reis, *O Conhecimento da Literatura: Introdução aos Estudos Literários*, 2ª ed., Coimbra, Livraria Almedina, 2001, p. 63), representa objetivamente e apenas um nome puramente ficcional, falso. Em contrapartida, o “nome literário”, no contexto da narrativa ficcional regiana a que aludimos,

enquadra-se, não no âmbito do nome fictício, mas no do nome civil genuíno que, propositada e esteticamente segmentado, assinala a autoria de uma obra.

<sup>11</sup> Cf. José Régio, *Obras Completas: Há Mais Mundos*, 2ª ed., Lisboa, Portugália Editora, 1962, p. 93.

<sup>12</sup> Cf. F. Gaffiot, *Dictionnaire Latin Français*, 44ª ed., Paris, Hachette, 1990, p. 1442 e AAVV, *Dicionário de Latim Português*, «Dicionários Editora», Porto, Porto Editora, 1988, p. 1071.

<sup>13</sup> Cf. José Régio, *Op. Cit.*, pp. 93 e 97.

<sup>14</sup> Cf. José Régio, *Op. Cit.*, p. 112.

<sup>15</sup> Cf. José Régio, *Op. Cit.*, pp. 113-114.

<sup>16</sup> Cf. José Régio, *Op. Cit.*, p. 138.

<sup>17</sup> Cf. José Régio, *Op. Cit.*, p. 137.

<sup>18</sup> Cf. José Régio, *Op. Cit.*, pp. 146-147.

<sup>19</sup> Cf. José Régio, *Op. Cit.*, pp. 166-167.

<sup>20</sup> Cf. José Régio, *Obras Completas: A Velha Casa III — Os Avisos do Destino*, 3ª ed., Lisboa, Brasília Editora, 1980, p. 112.

<sup>21</sup> Cf. José Régio, *Op. Cit.*, p. 190.

<sup>22</sup> O primeiro tinha-se dado no Café Central e representara uma apresentação mútua de carácter socioprofissional, sem qualquer impacto pessoal ou afetivo (Cf. José Régio, *Op. Cit.*, pp. 211-214.)

<sup>23</sup> Cf. José Régio, *Op. Cit.*, p. 218.

<sup>24</sup> Cf. José Régio, *Ibidem*.

## Referências Bibliográficas

Courteau, Joana “Fernando Pessoa e José Régio: o Conflito Titânico entre a Arte e o Mundo” in *Boletim do Centro de Estudos Regionais*, 12-13, Junho-Dezembro, 2004, p. 91.

D’Ascensão, Maria José M. Madeira, “*O rol de quantas máscaras usei...*”: *A Referencialização Identificativa da Personagem na Narrativa Ficcional Regiana*, Tese de Doutoramento em Letras apresentada ao Departamento de Letras da Universidade da Beira Interior, sob orientação do Professor Doutor Gabriel Magalhães e coorientação do Professor Doutor José Rosa, 2012.

Lopes, Teresa Rita, “Pessoa e Régio” in *Boletim do Centro de Estudos Regionais*, 6-7, Junho-Dezembro, 2000, p. 19.

Régio, José, *Obras Completas: A Velha Casa III — Os Avisos do Destino*, 3ª ed., Lisboa, Brasília Editora, 1980.

Régio, José, *Obras Completas: A Velha Casa IV — As Monstruosidades Vulgares*, 3ª ed., Lisboa, Brasília Editora, 1985.

Régio, José, *Obras Completas: Há Mais Mundos — Contos*, 2ª ed., Lisboa, Portugália Editora, 1962.

Reis, Carlos, *O Conhecimento da Literatura: Introdução aos Estudos Literários*, 2ª ed., Coimbra, Livraria Almedina, 2001.

Reis, Carlos e LOPES, Ana Cristina M., *Dicionário de Narratologia*, 3ª ed., Coimbra, Livraria Almedina, 1991.

### **Notas sobre a Autora**

Maria José M. Madeira D'Ascensão (mariajma@estgp.pt) é Docente na Escola Superior de Tecnologia e Gestão – Instituto Politécnico de Portalegre, desde 2000.

É Licenciada em Línguas Literaturas Clássicas e Portuguesa e em Línguas Literaturas Clássicas e Portuguesa – Ramo de Formação Pedagógica, pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra; Mestre em Língua, Cultura Portuguesa e Didática pela Faculdade de Artes e Letras da Universidade da Beira Interior, e Doutorada em Letras, também pela Faculdade de Artes e Letras da Universidade da Beira Interior.

A sua área de investigação incide nos estudos regionais, pelo que, além de algumas comunicações nessa área, realizou, como dissertação de mestrado, “*A Construção da Personagem Feminina em Histórias de Mulheres de José Régio*” e, como tese de doutoramento, “*O rol de quantas máscaras usei...”: A Referencialização Identificativa das Personagens da Narrativa Ficcional de José Régio*.”

É autora do livro *A Construção da Personagem Feminina em Histórias de Mulheres de José Régio*, editado pela Caleidoscópio, em Lisboa, em Março de 2007.



# Autobiografias da infância – um século e dois escritores na cidade luz<sup>1</sup>

## Childhood autobiographies – a century and two writers in the city of light

## Autobiographies de l'enfance – un siècle et deux écrivains dans la ville lumière

Teresa Coelho

### Resumo

A escrita do eu é um tema recorrente na literatura e na crítica literária actuais. Com ela problematiza-se o funcionamento da memória, a estetização do discurso subjectivo, entre outros aspetos da escrita literária na primeira pessoa.

Propõe-se aqui a revisitação dos eus longínquos da infância de dois escritores que usaram o Francês como língua literária, e lembram, avançados na idade, as crianças que foram em Paris, há um século. Nathalie Sarraute e Jean-Paul Sartre recriaram-se meninos em *Enfance* e *Les mots*, autobiografias dos infâncias de escritores, cujo *compte rendu* é publicado aos 59 anos de Sartre (1964) e aos 83 anos de Nathalie Sarraute (1984). Estes textos podem ser lidos como testemunhos de um desejo de compreensão dos indícios, na infância, daquilo que na vida adulta viriam a ser - escritores. Ao contar os seus mundos, distantes no tempo, reencontram-se e reinventam-se, a si próprios e à linguagem: *às palavras, ao uso das palavras*.

**Palavras-chave:** autobiografia; infância; memória; literatura francesa.

### Abstract

The writing of the self is a recurring theme in current literature and literary criticism. Autobiographical texts discuss and make us discuss, on the one hand the way memory works and on the other hand, how this subjective speech is transformed into an aesthetical one, among other aspects of first person literary writing.

Here, a visit to the distant childhood of two writers who used French as a literary language is proposed. They recall at an advanced age the children they were in Paris a century ago. Nathalie Sarraute and Jean-Paul Sartre recreated the children they were in *Enfance* and *Les mots*, autobiographies of their childhoods, published “*compte rendu*” at 59 years of age for Sartre (1964) and 83 for Nathalie Sarraute (1984). These texts can be read as testimony of a desire to understand the indications in childhood of what they would become as adults - writers. In the telling of their worlds, distant in time, they find and reinvent themselves, as well as language, *words and the use of words*.

**Keywords:** autobiography; childhood; memory; french literature

### Résumé

L'écriture de soi est un thème récurrent dans la littérature et la critique littéraire actuelles. Elle problématise le fonctionnement de la mémoire, l'esthétisation du discours subjectif, parmi d'autres aspects de l'écriture littéraire à la première personne.

Nous proposons une revisitation des enfances éloignées de deux écrivains qui ont utilisé le français comme langue littéraire, et se souviennent, à un âge déjà assez avancé, des enfants qu'ils étaient à Paris il y a un siècle. Nathalie Sarraute et Jean-Paul Sartre se sont recréés enfants dans les textes *Enfance* et *Les Mots*, autobiographies de l'enfance, *compte rendus* publiés à 59 ans pour Sartre (1964) et à 83 ans pour Nathalie Sarraute (1984). Ces textes peuvent être lus comme témoignages d'un désir de comprendre les indices dans l'enfance, de ce qu'ils deviendraient adultes - écrivains. Tout en racontant leurs mondes, éloignés dans le temps, ils se retrouvent et se réinventent, eux-mêmes et le langage: *les mots, l'usage des mots*.

**Mots-clés:** autobiographie ; enfance ; mémoire ; littérature française.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no III Seminário de ID&T, organizado pelo C3i – Centro Interdisciplinar de Investigação e Inovação Instituto Politécnico de Portalegre, realizado nos dias 6 e 7 de Dezembro de 2012.

Foram muitos os escritores de culto do séc. XX francês ligados pelo fio do discurso autobiográfico. Gide, um eu confessional (*Les nourritures terrestres*); Proust em busca de um tempo ido e perdido, um eu romanceado; Duras, a amante das confissões e falsas confissões que acabou de entrar este ano para a *Pléiade*, consagração suprema. Mas também Jorge Semprun, Albert Camus, Georges Pérec, André Malraux, J.M.G. Le Clézio, Michel Tournier, Annie Ernaux, Aragon, Simone de Beauvoir, Marguerite Yourcenar, René Barjavel, Albert Cohen para apenas mencionar alguns.

Sartre e Sarraute foram os escolhidos. Porque viveram ambos há um século, em Paris, e ambos escreveram autobiografias da infância nesse enquadramento espacial e histórico.

Nestes dois autores, crianças de há cem anos, fui procurar memórias do início do séc. XX, nas autobiografias de infâncias que percorreram o caminho da(s) língua(s) e da leitura, até ao da escrita literária. Situações diferentes. Escritas diferentes. Jean-Paul Sartre, figura emblemática do século, nascido em 1905, o filósofo-dramaturgo-romancista, vedeta mediática que recusou o Nobel... Nathalie Sarraute, russa, judia e francesa, nascida em 1900, a autora de *Tropismos*, aparentada ao *Nouveau Roman* que deu forma a narrativas nas quais as personagens que conhecíamos do realismo já não existem e a ficção perdeu a intriga, o tempo e o espaço convencionais. Aplicou à literatura a técnica que os pintores introduziram na arte abstrata.

Os dois escritores partilharam o início do século, e são as suas vidas, revistas de longe, de um tempo outro, de maturidade na profissão, que partilham com o leitor.

## **I – As obras**

Dois livros: *Les mots*, *Enfance*. Estas infâncias de escritores podem ser lidas (ainda quando os próprios o negam) como testemunhos de um desejo de compreensão dos indícios, na infância, daquilo que na vida adulta viriam a ser - escritores. Ao contar aqueles mundos distantes no tempo, continentes perdidos que à imagem da Atlântida pensam reconhecer mas cujos perigos admitem não dominar, reencontram-se e reinventam-se, a si próprios e à linguagem: às *palavras*, ao *uso das palavras*.

Lidos como textos explicativos de uma “vocação”, há em ambos uma espécie de humor irônico, de auto-derisão. Paradoxalmente, apesar de tudo indiciar que não poderiam vir a ser escritores, (ele por excesso de cabotinagem, ela por falta de estímulos), é isso que são, no presente da escrita, escritores consagrados, ambos publicados na Pléiade, *pour dire le moins*.

No caso de Sartre essa ideia é explícita na própria divisão da narrativa em duas partes: *Lire, Ecrire*. Há uma assumpção declarada desse propósito demonstrativo de que o leitor compulsivo («j’avais trouvé ma religion: rien ne me parut plus important qu’un livre.» p. 51) engendrou o escritor viciado («si je reste un jour sans écrire, la cicatrice me brûle ; si j’écris trop aisément, elle me brûle aussi.» p.135) mas, simultaneamente, uma necessidade perversa de a pôr em causa: «l’appétit d’écrire enveloppe un refus de vivre.» (p.156).

Em Nathalie Sarraute, apenas muito leve e subtilmente se refere esse propósito.

Não existe portanto, explicitamente, um desejo de fazer uma autobiografia da infância, à maneira de outras antes publicadas ou suas contemporâneas. No entanto, e talvez *malgré eux-mêmes*, ambos retomam as imagens habituais de todas as narrativas de infância: as primeiras recordações, a mãe, o pai, os avós, as casas, os mestres (da escola ou de fora dela) as épocas que ritmam aquela fase da vida. E vamos assistir, nos dois, ao folhear das memórias sobre pessoas, espaços e livros que as povoam, num caleidoscópio de imagens que nem sempre conseguem ou desejam ajustar ao calendário.

De modos diversos, roçam universos da ficção: Sartre pela impossível onisciência e perversidade que empresta ao rapazinho que foi: «Vertueux par comédie, jamais je ne m’efforce ni ne me contrains: j’invente. (...) On m’adore, donc je suis adorable.» (p.25); Nathalie pela introdução de elementos que vêm dos contos de fadas e que, apesar do seu esforço explícito em recusá-los, emergem ainda no texto, como a figura da madrasta ou a da avó idealizada, a *babouchka* que nem chega a ser sua avó mas guarda o encanto da cumplicidade e do afeto.

Há um século também, com Proust, aprendemos que recordar é, sobretudo, imaginar. Com estes dois autores isto confirma-se, tocam a fuga ao estereótipo do texto autobiográfico canónico:

- As belas imagens da infância são ridicularizadas pelo escritor que põe constantemente em causa a criança que foi, aliás a criança que nunca chegou a ser, porque se inventou adulto liliputiano, na permanente imitação do modelo familiar e das expectativas nele depositadas. Após a consagração obtida por uma obra filosófica, ensaística, literária, tão diversificada, toma-se a si próprio como tema para denunciar o rapazinho impostor, o ator medíocre, o consumidor de livros e universos que, para agradar a uma família ofuscada pelo seu brilho, lê e escreve, fabrica livros, para lisonjear e criar o seu lugar no mundo. É impossível uma memória tão nítida, um discurso tão omisciente.

- Por parte da escritora, uma permanente *mise en garde* na narrativa-diálogo: dois eus que se confrontam, se discutem; Natacha é gerada no diálogo de Nathalie, a narradora-autora de 83 anos, ou a entidade narrante, numa expressão de Gaetan Brulotte (1984: 41), numa sub-conversação consigo mesma: com o seu super-ego, dirão alguns, a voz da sua consciência, ou com um leitor ideal de todos os seus textos, com a “sobrenarrante” que vigia e critica. (Re)constróem a figura da menina que foi, chamando repetidamente a atenção para os perigos corruptores da literariedade em que a memória e a linguagem podem incorrer, quando se voltam para o início da vida. Refaz imagens, nos **tropismos** que ela própria definira, no início da sua carreira literária, como reações ínfimas e íntimas provocadas por uma palavra, uma entoação, uma sensação, uma atmosfera, um gesto. Uma espécie de lucidez esquiva. Inscrita numa tradição russa, com Tolstoï e Gorki, escolhe para o seu texto o mesmo título daqueles escritores (1854 e 1913), mas não descreve um tempo arrumado, são as intermitências da memória, de momentos interiores e fugitivos vividos para além da história e do dizível, ainda que a cronologia seja, quase sempre, respeitada.

Os títulos são quase antagónicos: *Infância* e *As palavras*. No primeiro a etimologia latina *infans* (aquele que ainda não tem acesso às palavras), lembra o momento da vida em que o ser ainda não se nomeia, não está no discurso, não se reconhece, por oposição ao indivíduo que já é dono das palavras e se cria, nasce delas e nelas. E no entanto, é o *uso das palavras* que domina estas infâncias, partilhadas de longe com os leitores.

A pequena Tachotchek sabe mais que uma língua. Lembra expressões e palavras em russo, em francês, em alemão (pp. 10-12). Mesmo que não consiga situar o momento da aquisição dessas línguas, elas manifestam-se na memória da compreensão e do uso. Desde o início ela ensina o pai a melhorar a pronúncia em francês.

Il parle souvent le français avec moi... je trouve qu'il le parle parfaitement, il n'y a que ses «r» qu'il prononce en les roulant, je veux lui apprendre... Écoute quand je dis Paris... écoute bien, Paris... maintenant dis-le comme moi... Paris... mais non, ce n'est pas comme ça... il m'imité drôlement, en exagérant exprès, comme s'il s'éraflait la gorge... Parris... Il me rend la pareille en me faisant prononcer comme il faut le « r » russe, je dois appuyer contre mon palais puis déplier le bout retroussé de ma langue... mais j'ai beau essayer... Ah, tu vois, c'est toi maintenant qui ne peux pas y arriver... et nous rions, nous aimons nous amuser ainsi l'un de l'autre... (Sarraute: 44-45)

Partilhada entre duas famílias, dois países, nenhum lugar de pertença. Posta à prova, escolhe o pai e a França. Mas não consegue evitar o sentimento de traição. Foi o francês que escolheu para escrever. Mas há recordações em russo, claro, e também em alemão, em inglês. E significantes comparados na sua materialidade sonora. Acima de tudo, parece haver uma descrição da memória que tem das palavras que, através das ressonâncias provocadas na intimidade do ser, fizeram dela quem é.

Jean-Paul é órfão de pai, venerado pelo avô materno, patriarca a quem todos se submetiam e que se submeteu ao neto. A mãe não tem um estatuto de adulta na casa paterna para onde regressa viúva, com um bebé. Partilha o quarto com o filho - foi acrescentada uma cama, para Anne-Marie. Sartre vangloria-se do ascendente que Poulou tinha sobre os seus em geral, uma autoconsciência de *petit criminel*. Tem o mundo literalmente a seus pés e tem que o nomear. Assim se torna escritor.

Tout homme a son lieu naturel ; ni l'orgueil ni la valeur n'en fixent l'altitude. L'enfance décide. Le mien, c'est un sixième étage parisien avec vue sur les toits. (...) l'Univers s'éteignait à mes pieds et toute chose humblement sollicitait un nom, le lui donner c'était à la fois la créer et la prendre : sans cette illusion capitale, je n'eusse jamais écrit. (Sartre : 51-52)

Nathalie apenas aflora a ideia de ser escritora no final do livro. Ao logo da narrativa, persiste a recusa de atribuir a si própria saberes, discursos, ideias ou palavras que não pertenceriam à infância, que nem mesmo agora domina. Luta para não dar uma falsa imagem de menina triste que não considera ter sido. É fundamental a consciência de que

as palavras nem sempre se adequam a traduzir o que se sente, o que o mundo produz dentro do ser, por isso ela inventou os tropismos:

J'étais assise, encore au Luxembourg, sur un banc du jardin anglais, entre mon père et la jeune femme qui m'avait fait danser dans la grande chambre claire de la rue Boissonade. Il y avait, posé sur le banc entre nous ou sur les genoux de l'un d'eux, un gros livre relié... il me semble que c'étaient les Contes d'Andersen.

Je venais d'en écouter un passage... je regardais les espaliers en fleurs le long du petit mur de briques roses, les arbres fleuris, la pelouse d'un vert étincelant jonchée de pâquerettes, de pétales blancs et roses, le ciel, bien sûr, était bleu, et l'air semblait vibrer légèrement... et à ce moment-là, c'est venu... quelque chose d'unique... qui ne reviendra plus jamais de cette façon, une sensation d'une telle violence qu'encore maintenant, après tant de temps écoulé, quand, amoindrie, en partie effacée elle me revient, j'éprouve... mais quoi ? quel mot peut s'en saisir ? pas le mot à tout dire : « bonheur », qui se présente le premier, non, pas lui... « félicité », « exaltation », sont trop laids, qu'ils n'y touchent pas... et « extase »... comme devant ce mot ce qui est là se rétracte... « Joie », oui, peut-être... (...) des ondes de vie. De vie tout court, quel autre mot ?... (Sarraute : 66-67)

As palavras não traduzem a essência do humano. Não têm o poder de revelar mais do que imagens fluidas, apenas aproximadas da realidade. Mesmo escrita e pensada à luz daquilo que o tempo permitiu aprender, a narrativa de infância quer descobrir a criança de outrora, aos olhos de dúvida permanente da velha escritora que ainda não encontrou as palavras para dizer o indizível dos tropismos.

- Rassure-toi pour ce qui est d'être donné... c'est encore tout vacillant, aucun mot écrit, aucune parole ne l'ont touché, il me semble que ça palpite faiblement ... hors des mots... comme toujours... des petits bouts de quelque chose encore vivant... je voudrais, avant qu'ils disparaissent... laisse-moi... (Sarraute : 9)

E esta narrativa constrói-se num movimento circular. No final « la boucle est bouclée » :

Je ne pourrais plus m'efforcer de faire surgir quelques moments, quelques mouvements qui me semblent encore intacts, assez forts pour se dégager de cette couche protectrice qui les conserve, de ces épaisseurs blanchâtres, molles, ouatées qui se défont, qui disparaissent avec l'enfance. (Sarraute : 277)

Os tropismos, o lirismo controlado de Sarraute, não têm correspondência em Sartre : « Un baiser sans moustache, disait-on alors, c'est comme un œuf sans sel ; j'ajoute : et comme le Bien sans le Mal, comme ma vie entre 1905 et 1914. » (Sartre: 35) Foi a Belle Époque. Claro que o menino narrado não sabe o que o narrador-autor conhece. Só quando contraposto ao Bem daqueles tempos o Mal da guerra, se compreenderá que foi uma bela época. Paris é a cidade-luz, o avô de Sartre é um crente no progresso, «(...) ce vieux républicain d'Empire m'apprenait mes devoirs civiques et me racontait l'histoire bourgeoise ; il y avait eu des rois, des empereurs, ils étaient méchants ; on les avait

chassé, tout allait pour le mieux.» (Sartre: 23) O escritor de 64 anos faz um retrato cáustico deste avô substituto todo-poderoso de um pai fantasma que o abandonou à nascença. Graças ao universo onde reina o avô-Deus (com quem por vezes o confundem), na vida da criança tudo está certo, não há desarmonia, desacordes, nada de dissonante. Daí a ilusão de um mundo perfeito, o Céu: «C'était le Paradis. Chaque matin, je m'éveillais dans une grisaille stupeur de joie, admirant la chance folle qui m'avait fait naître dans la famille la plus unie, dans le plus beau pays du monde. » (Sartre : 30) É irónico, crítico, mas autêntico para o órfão que não conheceu o pai, nem pelas histórias contadas por outros. O privilégio de não ter que lutar no campo do romance familiar freudiano dá-lhe a paz da segurança.

Natachka Tcherniak tem uma família do avesso. Ou antes, tem duas famílias. A relação com a mãe escritora e o marido, Kolia, também escritor, evolui entre a luz dourada da primeira infância na rue Flatters, dos dois aos seis anos, e o brilho das neves na Rússia, nos três anos seguintes; a sombra surge depois, quando é enviada sem prazo para Paris, abandonada ao pai, à mulher do pai, depois desalojada e preterida em nome da meia-irmã (cf. p.120). O reaparecimento da mãe, anos depois (numa prolepse que convoca o início da guerra, mas que está fora do tempo da infância), apenas serve para acentuar a ideia de uma impossível comunicação, de uma distância inultrapassável entre ambas, a impossibilidade de agarrar de novo as cintilições presas à leveza, à beleza e ao riso fácil da mãe.

Podemos dizer que os dois se vêem como crianças-títeres, manietadas pelas vontades de adultos que os encerram em definições:

- erradas e redutoras, para ela que quer sair desta categoria em que a prendem as consciências dos adultos: «de pitoyables pygmées aux gestes peu conscients, désordonnés, aux cerveaux encore informes...» (p. 274); mas, em *Enfance*, raramente surge a revelação da autoconsciência do ridículo. Uma cena apenas em que papagueia um poema, contrafeita: «j'ai été poussée, j'ai basculé dans cette voix, dans ce ton, je ne peux plus reculer, je dois avancer, affublée de ce déguisement de bébé, de bête, me voici arrivée à l'endroit où il faut singer l'effroi.» (p. 62) Uma imagem de menina bem comportada que, correspondendo ao que dela se espera, abdica de ser quem é: «je parcours jusqu'au bout ce chemin de la soumission, de l'abject renoncement à ce qu'on se sent être, à ce qu'on est pour de bon.» (p. 63)

- demasiado laudatórias para ele, num teatro permanente, uma comédia para um só herói: «Je ne cesse de me créer; je suis le donateur et la donation.» (p.29) Poulou responde à família com o mimar viciado do menino-prodígio :

On me surprit – ou je me fis surprendre –, on se récria, on décida qu’il était temps de m’enseigner l’alphabet. Je fus zélé comme un catéchumène (...) je savais lire. J’étais fou de joie : à moi ces voix séchés dans leurs petits herbiers, ces voix que mon grand-père ranimait de son regard, qu’il entendait, que je n’entendais pas ! Je les écouterais, je m’emplirais de discours cérémonieux, je saurais tout. On me laissa vagabonder dans la bibliothèque et je donnai assaut à la sagesse humaine. C’est ce qui m’a fait. (p. 42)

Partilha depois conosco a sua imitação do pequeno génio que só fora do círculo familiar não é reconhecido. A primeira vez que o põem na escola, no Lycée Montaigne, é um ultrage para o avô o aviltamento a que o neto é sujeito, por mera falta de domínio da escrita: «J’étais le premier, l’incomparable dans mon île aérienne; je tombai au dernier rang quand on me soumit aux lois communes.» (p.65) Entra e sai do sistema no mesmo dia. «Je n’avais rien compris à cette affaire et mon échec ne m’avais pas affecté : j’étais un enfant prodige que ne savait pas l’orthographe, voilà tout.» Da segunda tentativa, no liceu, «A la première composition je fus dernier.» (p.179). Mas foi a partir desta entrada no liceu que o herói passou a forjar o seu próprio destino de aventura, com companheiros da mesma idade, o que lhe fora interdito até então.

## II – Quando e onde

Viviam-se os tempos antes da primeira guerra, daquela que alterou definitivamente o mundo, o encheu de fronteiras e passaportes, até então desnecessários.

A família de Natacha circulava pela Europa com uma facilidade que ainda hoje surpreende: um tio refugiado na Suécia, os pais entre Paris e Ivanovo, St. Petersburgo, a Alemanha, a Suíça...

A família de Poulou é mais sedentária: o avô materno tinha escolhido a França, quando a Alsácia-Lorena fora ocupada, na guerra anterior. Para os Schweitzer

Il y a de vrais méchants : les Prussiens, qui nous ont pris l’Alsace-Lorraine et toutes nos horloges, sauf la pendule de marbre noir qui orne la cheminée de mon grand-père et qui lui fut offerte, justement, par un groupe d’élèves allemands ; on se demande où ils l’ont volée.» (Sartre : 32)

Mas de facto a família dependia dos alemães, porque vivia do *Institut des Langues Vivantes*, fundado pelo avô, onde se ensinava o Francês aos estrangeiros de Paris, pelo



método directo (cf. p.33) (uma grande inovação da época que só chegaria a Portugal muitas décadas depois) e a maioria dos alunos eram alemães. Conviviam com eles nas festas da instituição, e o rapaz, que vestiam de anjo para a ocasião, o inocente a quem ainda não se revelara a sua fealdade, como bom francês, detestava «les Allemands, parbleu, mais sans conviction.» (idem : 33).

A la fête anniversaire de la fondation de l'Institut, il y a plus de cent invités, de la tisane de champagne, ma mère et Mlle Moutet jouent du Bach à quatre mains. Allons, ce ne sont pas de si mauvaises gens. Bien entendu, nous n'avons pas renoncé à venger l'Alsace martyre : en famille, à voix basse, comme font les cousins de Gunsbach et de Pfaffenhofen, nous tuons les Boches par le ridicule (...) les Allemands sont des êtres inférieurs qui ont la chance d'être nos voisins ; nous leur donnerons nos lumières. (pp. 34-35)

Nathalie acaba a sua narrativa com o fim da infância que significou a entrada no liceu. Mas antes há um momento de avanço da narrativa para o verão de 1914, passado na praia, Saint-Georges-de-Didonne, com a mãe, sempre bela, alegre e despreocupada, que tem que regressar de repente à Rússia para não ficar bloqueada em França. Mais um episódio vivido como um abandono, uma traição, punida ainda pela rispidez do pai e da madrasta quando se lhes junta, desolada, na vivenda que ali tinham alugado para a época.

A guerra, para o jovem escritor, foi um momento terrível, não pelo sofrimento apercebido, mas porque pôs o heroísmo e a coragem ao alcance de todos, lhes tirou o carácter único e solitário para os transformar em dever nacional.

E a Paris de há um século? Onde está a cidade da época em que Poulou e Tachok viveram a infância?

Na verdade pouco é dito. Porque não são textos de memorialistas a querer emoldurar o indivíduo no seu contexto histórico e geográfico. Aqui, são as evoluções interiores que contam. Mas há um cenário reconhecível, o da cidade-luz, inundada pela electricidade na exposição mundial no início do século, que deixou a Maison de l'Electricité como lugar de roagem do progresso (Sartre: 99). Paris que inaugurou 175 salas de cinema entre 1900 e 1913. Paris que se deixou pintar, fotografar, cantar, como uma metrópole ainda provinciana, no sentido mais humanamente positivo do epíteto. Um quadro de

Utrillo, um poema de Apollinaire, um cartaz de Toulouse-Lautrec, dão imagens várias da cidade onde estas vidas aconteceram.

As crianças frequentam o jardim: « quand ma mère m'emmenait au Luxembourg – c'est-à-dire : quotidiennement » (Sartre : 51) ; « Je me promène avec mon père... ou plutôt il me promène, comme il le fait chaque jour quand il vient à Paris. (...) Nous sommes passés par l'entrée du Grand Luxembourg qui fait face au Sénat et nous nous dirigeons vers la gauche, où se trouvent le Guignol, les balançoires, les chevaux de bois... » (Sarraute : 57) Para ele o imperfeito (um presente do passado), para ela o presente do indicativo com o efeito temporal de presentificação de outros tempos, de omnitemporalidade. Mas a cidade era outra quando vivia “du côté de chez sa mère” e as ruas conduziam «aux amusements, à l'insouciance des jardins du Luxembourg où l'air était lumineux, vibrant.» (Sarraute: 113) Porque mais tarde, “du côté de chez son père”, a geografia e a toponímia modificam-se, acinzentam-se, as ruas estão mortas, já não surgem como um ninho de conforto:

Ici les rues compassées menaient au parc Montsouris. Son seul nom me semblait laid, la tristesse imbibait ses vastes pelouses encerclées de petits arceaux, elles étaient comme plaquées là pour rappeler de vraies prairies et vous en donnaient une nostalgie par moments déchirante... Tu m'accorderas que le mot n'est pas trop fort.  
C'est là que j'allais faire semblant de jouer, auprès de Véra, aux pâtés, au cerceau, ou en courant sur le gravier des allées bordées d'arceaux. Même les chevaux de bois ici ne me tentaient pas. (Sarraute : 113-114)

A luz e a forma da paisagem dependem do olhar do sujeito. A própria ressonância das palavras influencia os lugares que designa. São também tropismos. Daí que a menina não brinque realmente como outrora, e se limite a imitar os comportamentos esperados de uma criança.

Poulou e Tachok são diferentes na forma como são olhados, como lidam com os outros, com a linguagem e com a escrita, tal como os narradores-escritores o são e se produzem em obras com pouco em comum. Têm ainda uma característica que os distingue das demais crianças, o facto de não terem famílias “normais”. Um tem toda a família submetida ao ritmo da sua respiração: «plutôt que le fils d'un mort, on m'a fait entendre que j'étais l'enfant du miracle.» (Sartre: 20); a outra parece não poder contar senão consigo própria, talvez com uma «gentille grosse bonne» (p.146) ou uma ama compadecida: “Quel malheur quand même de ne pas avoir de mère.» (p.121) E

contudo... «elle m'observe, elle l'a reconnu, c'est bien lui : le malheur qui s'abat sur les enfants dans les livres dans *Sans Famille*, dans *David Copperfield*. Ce même malheur a fondu sur moi, il m'enserre, il me tient.» (p.122)... a criança recusa a palavra, rasga-a, solta-se. Como Nathalie procurou sempre fazer com todas as “grandes palavras”.

Nesta fase da infância, como se adaptam ao jogo colectivo?

Sur les terrasses du Luxembourg, des enfants jouaient, je m'approchais d'eux, ils me frôlaient sans me voir, je les regardais avec des yeux de pauvre : comme ils étaient forts et rapides ! comme ils étaient beaux ! Devant ces héros de chair et d'os, je perdais mon intelligence prodigieuse, mon savoir universel, ma musculature athlétique, mon adresse spadassine ; je m'accotais à un arbre, j'attendais. Sur un mot du chef de la bande, brutalement jeté, : «Avance, Pardaillon, c'est toi qui feras le prisonnier », j'aurais abandonné mes privilèges. Même un rôle muet m'eût comblé. (Sartre : 111)

Ao contrário do rapaz, tristemente excluído dos jogos de grupo, a escritora vê a menina que foi semelhante às outras crianças. Recusa sequer pensar numa possível marca diferenciadora. Ele é posto à margem, ou marginaliza-se. Ela é normal, segundo a narradora. Sem julgamentos, sabe que não tinha a consciência do tempo, reconhece a sua ignorância infantil:

Passé les grilles du Grand Luxembourg, plus de savantes traversées, elle [la bonne] s'installe à une place pas loin du bassin, le dos tourné à la vaste façade blanche... Je ne sais pas lire sur la grande horloge pour savoir si c'est l'heure du goûter, mais j'observe les autres enfants et aussitôt que j'en vois un qui reçoit le sien, je me précipite... elle m'a vue venir, elle me tend ma barre de chocolat et mon petit pain, je les saisis, je la remercie de la tête et je m'éloigne...

- Pour faire quoi ?

- Ah, n'essaie pas de me tendre un piège... Pour faire n'importe quoi, ce que font tous les enfants qui jouent, courent, poussent leurs bateaux, leurs cerceaux, sautent à la corde, s'arrêtent soudain et l'œil fixe observent les autres enfants, les gens assis sur les bancs de pierre, sur les chaises... ils restent plantés devant eux bouche bée... (Sarraute : 23-24)

Ele é infeliz ao ar livre, não sabe nem pode brincar com outros, é um rapaz só, na família e na rua. Ela quer rever-se igual aos outros. Mas isso era no tempo em que vivia ainda com a mãe, e tudo era cintilante. Depois, também isso muda. E terá realmente memória desses episódios triviais e indistintos?

Que outros rituais ritmavam a vida de então?

A igreja. O hábito do culto, sem sentimento religioso que o sustente, é sobretudo feminino, na família de Sartre: «Le dimanche, ces dames [la grand-mère et la mère] vont à la messe, pour entendre de bonne musique ; elles croient en Dieu le temps de goûter une toccata. Ces moments de haute spiritualité font mes délices : tout le monde a l'air de dormir... » (Sartre : 25) Da missa o que importa é a música. O avô, por seu lado, amava Beethoven “sa pompe, ses grands orchestres ; Bach aussi, sans élan.” e havia decretado que os Schweitzer eram músicos natos – o bebé Jean-Paul já o era aos 8 dias porque riu ao ouvir o tilintar de uma colher. (idem: 50)

Natacha, por seu lado, compara a igreja de Montrouge, onde acompanhava por vezes Adèle, a menos espiritual das mulheres que a rodeavam, e a igreja ortodoxa russa da rua Daru, onde ia com a avó: as arquiteturas, os ornamentos, os rituais eram diferentes e lembravam as igrejas da Rússia. Mas a prática religiosa não é um hábito de família e o pai, judeu, é acima de tudo um “livre pensador” assim como a maior parte da corte de emigrados russos em Paris que tem uma atitude de abertura e tolerância, de indiferença, perante as religiões. (cf. pp. 234-236)

Os passatempos eram outros: « Les jours de pluie, Anne-Marie me demandait ce que je souhaitais faire, nous hésitions longuement entre le cirque, le Châtelet, la Maison Électrique et le Musée Grévin ; au dernier moment, avec une négligence calculée, nous décidions d'entrer dans une salle de projection. » (Sartre : 99)

Vejamos, uma a uma, as opções oferecidas: o circo era um hábito de século e meio em Paris, que começa então a ser ultrapassado pelos novos espetáculos. O Châtelet é uma sala de referência de espetáculos de teatro que, na época, se abriu a concertos de música erudita e popular, à opereta e ao ballet. Foi aí que começaram a actuar, em 1908, os famosos *Ballets Russes* de Diaghilev, com Nijinsky, Ana Pavlova, Balanchine... para quem Stravinsky, Picasso, Matisse, Cocteau trabalharam, e onde os artistas viram acontecer uma revolução que fundiu música, dança e pintura, cubismo, futurismo e surrealismo. Da Maison Electrique já falámos, era uma espécie de “Pavilhão do conhecimento” da época, onde o milagre da energia fazia mover o mundo. Quanto ao Museu Grévin representava a atualidade das figuras públicas a três dimensões.

Tinham surgido a 6ª e a 7ª artes: a fotografia e o cinema. O avô de Sartre adora ser fotografado. O grandiloquente apaixonado é vítima de 2 técnicas recentes:

l'art du photographe et l'art d'être grand-père. Il avait la chance et le malheur d'être photogénique ; ses photos remplissaient la maison : comme on ne pratiquait pas l'instantané, il avait gagné le goût des poses et des tableaux vivants ; tout lui était prétexte à suspendre ses gestes, à se figer dans une belle attitude, à se pétrifier ; il raffolait de ces courts instants d'éternité où il devenait sa propre statue. (idem : 22-23).

Toda a teatralidade de Charles Schweitzer, emoldurada em tonalidades de cinzento: nas fotografias o homem elevava-se à estatura da sua imagem. O neto é bafejado pela mesma sorte, até à revelação da fealdade, com o corte de cabelo que põe a nu o olho que começa a desobedecer: «On tire de moi cent photos que ma mère retouche avec des crayons de couleur.» (idem: 26). Ainda assim se faria uma geração mais tarde.

Mas é a 7ª arte que vence. O cinema é um passatempo democrático. Sem que a palavra seja pronunciada, está presente : «plutôt que par une fête, ce public si mêlé semblait réuni par une catastrophe ; morte, l'étiquette démasquait enfin le véritable lien des hommes, l'adhérence. Je pris en dégoût les cérémonies, j'adorai les foules» (idem : 101) Os divertimentos democratizaram-se. O séc. XIX fora do teatro, o novo século era do cinema. Espetáculos com diferenças essenciais:

Les bourgeois du siècle dernier n'ont jamais oublié leur première soirée au théâtre et leurs écrivains se sont chargés d'en rapporter les circonstances. (...) Je défie mes contemporains de me citer la date de leur première rencontre avec le cinéma. Nous entrons à l'aveuglette dans un siècle sans traditions que devait trancher sur les autres par ses mauvaises manières et le nouvel art, l'art roturier, préfigurait notre barbarie. (idem : 98)

Esta crítica ao cinema não é assumida pelo narrador-autor. É um eco da voz do avô, o modelo para comportamentos e gostos do neto e que não gostava de ver a família perder tempo em “passatempos superficiais”. Mas o jovem Jean-Paul escolhe esta aventura infratora das regras do patriarca. E, tal como faz com os livros e revistas infantis providenciados pela mãe e pela avó, lidos às escondidas do avô, descreve as sensações proibidas de um espetador de cinema de há 100 anos. Não só os momentos vividos por interposto herói, mas os aspetos do ritual de quintas-feiras, as salas, a iluminação, os cheiros:

Le spectacle était commencé. Nous suivions l'ouvreuse en trébuchant, je me sentais clandestin ; au dessus de nos têtes, un faisceau de lumière blanche traversait la salle, on y voyait danser des poussières, des fumées ; un piano hennissait. Des poires violettes luisaient au mur, j'étais pris à la

gorge par l'odeur vernie d'un désinfectant. L'odeur et les fruits de cette nuit habitée se confondaient en moi : je mangeais les lampes de secours, je m'emplissais de leur goût acidulé. Je raclais mon dos à des genoux, je m'asseyais sur un siège grinçant, ma mère glissait une couverture pliée sous mes fesses pour me hausser ; enfin je regardais l'écran, je découvrais une craie fluorescente, des paysages clignotants, rayés par des averses ; il pleuvait toujours, même au gros soleil, même dans les appartements ; parfois un astéroïde en flammes traversait le salon d'une baronne sans qu'elle parut s'étonner. J'aimais cette pluie, cette inquiétude sans repos qui travaillait la muraille. Le pianiste attaquait l'ouverture de La Grotte de Fingal et tout le monde comprenait que le criminel allait paraître : la baronne était folle de peur. Mais son beau visage charbonneux cédaît la place à une pancarte mauve : « Fin de la première partie. » C'était la désintoxication brusquée, la lumière. Où étais-je ? Dans une école ? Dans une administration ? Pas le moindre ornement [à l'opposé des théâtres] : des rangées de strapontins qui laissent voir, par en dessous, leurs ressorts, des murs barbouillés d'ocre, un plancher jonché de mégots et de crachats. Des rumeurs touffues remplissaient la salle, on réinventait le langage, l'ouvreuse vendait à la criée des bonbons anglais, ma mère m'en achetais, je les mettais dans ma bouche, je suçais les lampes de secours. Les gens se frottaient les yeux, chacun découvrait ses voisins. Des soldats, des bonnes du quartier ; un vieillard osseux chiquait, des ouvrières en cheveux riaient très fort : tout ce monde n'était pas de notre monde ; heureusement, posés de loin en loin sur ce parterre des têtes, de grands chapeaux palpitants rassuraient. (Sartre : 99-100)

Os sentidos, a memória dos sentidos, recuperei os momentos passados nas salas de cinema:

Dans l'inconfort des salles de quartier, j'avais appris que ce nouvel art était à moi, comme à tous. (...) On disait qu'il était à ses débuts, qu'il avait des progrès à faire ; je pensais que nous grandirions ensemble. Je n'ai pas oublié notre enfance commune : **quand on m'offre un bonbon anglais, quand une femme, près de moi, vernit ses ongles, quand je respire dans le cabinet d'un hôtel provincial, une certaine odeur de désinfectant, quand, dans un train de nuit, je regarde au plafond la veilleuse violette, je retrouve dans mes yeux, dans mes narines, sur ma langue les lumières et les parfums de ces salles disparues** ; il y a quatre ans, au large de la grotte de Fingal, par gros temps, j'entendais un piano dans le vent. (idem : 101-102)

Nathacha encontra no cinema inspiração para trabalhos de escola. O cinema mudo requer palavras que ela ordena :

Dans l'obscurité de la salle de cinéma de la rue Alésia, tandis que je regarde passer je ne sais plus quel film muet, accompagné d'une agréable, excitante musique, je les appelle [les mots], je les rappelle plutôt, ils sont déjà venus avant, mais je veux les revoir encore... le moment est propice... je les fais résonner... faut-il changer celui-ci de place ?... j'écoute de nouveau... vraiment la phrase qu'ils forment se déroule et retombe très joliment... encore peut-être un léger arrangement... et puis ne plus l'examiner, je risquerais de l'abîmer... il faut seulement s'efforcer de la conserver telle qu'elle est, ne pas en perdre un mot jusqu'au moment où je l'écrirai sur ma copie déjà mise au net, en allant à la ligne pour bien la faire ressortir dans toute sa beauté, en la faisant suivre du point final. (Sarraute : 213)

A escritora insuspeitada está em germinação.

Nas férias, Mauban, para os dois. Ou as praias, a Suíça, a Alemanha para ela. Para o rapaz a terra natal do avô. Mostrava-lhe ruínas romanas e igrejas góticas e românicas.

O resto é silêncio. Sobre a arquitectura da Arte Nova não há referências. Mas não podemos impedir-nos de os imaginar à boca de uma estação de metro em que o ferro se moldou em volutas, ou a circular entre edifícios de arabescos delicados, sentados à luz de vitrais coloridos de fadas e libélulas.

### III - O fado da escrita

Nos diálogos teatrais que Poulou estabelecia com o Espírito Santo, era um eleito que sofreria os suplícios dos criadores a quem o talento não bafejou e que, apesar de tudo, prosseguia uma carreira brilhante, de glória em escândalo, de sucesso em martírio, inventando-se o futuro de escritor: «je n'écrirai pas pour le plaisir d'écrire mais pour tailler ce corps de gloire dans les mots.» (Sartre : 158) Explica com sarcasmo como tinha escolhido «pour avenir un passé de grand mort et j'essayai de vivre à l'envers. Entre neuf et dix ans, je devins tout à fait posthume.» (idem : 162) As palavras para se contar são a própria denúncia da tirada dramática do mestre que domina uma linguagem, a quilómetros da criança-contada.

Et puis j'avais neuf ans. (...) j'étais un auteur très ignoré. J'avais recommencé d'écrire. (...) pour avoir découvert le monde à travers le langage, je pris longtemps le langage pour le monde. Exister, c'était posséder une appellation contrôlée, quelque part sur les Tables infinies du Verbe; écrire, c'était y graver des êtres neufs ou – ce fut ma plus tenace illusion – prendre les choses, vivantes, au piège des phrases.» (idem : 148-149)

Tudo se joga como se, em vez de se autobiografar, Sartre fizesse uma biografia de si próprio, com o distanciamento objetivante de entomólogo, que se exige de um biógrafo.<sup>2</sup>

Nathalie situa-se existencial e literariamente no extremo oposto. É fiel aos tropismos que perseguiu ao longo de uma carreira de ensaísta, romancista, dramaturga. Por isso *Enfance* se distancia tanto do lirismo fácil associado às histórias de infância, como da estridente denúncia e recusa de *confissões* de Sartre.

A menina não sonhava com a glória de Poulou. Recorde-se o episódio, na Rússia, em que a mãe a obriga a mostrar o “romance” que está a escrever a um estranho: ela não quer, sabe que não deve, sabe o julgamento que cairá sobre si: «Avant de se mettre à écrire un *roman*, il faut apprendre l’orthographe...» (...) je n’ai plus écrit une ligne.» (Sarraute: 85). Daí em diante mais nenhuma referência a escritas fora do enquadramento da escola. O engenheiro químico russo elogiava a escola francesa, prezava nela a instrução e o sentido democrático, enquanto a mãe desdenhava a instrução formal. Natochka limitava-se a viver no universo pessoal que a escola lhe permitia frequentar, a ser muito boa aluna sobretudo nas redações, a ter sucessos que partilhava secretamente com o pai atento:

Mon père est toujours réservé, il ne se répand pas en compliments, mais je n’en ai pas besoin, je sais à son air, à la façon dont il m’écoute qu’il me dira que c’est très bien. Sans plus. Mais cela me suffit. Pas une seconde entre nous il ne s’agit d’une appréciation d’un autre ordre que celle qu’il ferait sur n’importe lequel de mes devoirs. Jamais n’est même de loin suggérée, jamais ne vient nous frôler l’idée de « dons d’écrivain »... rien n’est aussi éloigné...

- En es-tu sûre ?

- Absolument. Je n’ai fait qu’un très bon devoir. Je ne me suis rien permis, je n’en ai d’ailleurs aucune envie, je ne cherche jamais à dépasser les limites qui me sont assignées, pour aller vagabonder Dieu sait où, là où je n’ai rien à faire, chercher je ne sais quoi... ou plutôt ce que mon père déteste par-dessus tout, ce qu’il n’évoque qu’en plissant d’un air méprisant ses lèvres, ses paupières, et qu’il appelle « la gloriole »... certes non, je ne la cherche pas. L’idée ne me vient jamais de devenir un écrivain. Parfois il m’arrive de me demander si je ne pourrais pas être une actrice... mais pour ça il faut être belle comme Vera Koren ou comme Robine. Non, ce que j’aimerais, c’est d’être institutrice. (Sarraute : 215-216)

Assim, na confissão de um sonho outro termina a história de *Enfance*. Esta infância não se quer diferente de tantas outras na sua essência. As crianças vivem, ainda mais que os adultos, num mundo impossível de circunscrever às palavras, um campo de tropismos onde ouvem indistintamente a intimidade das conversas dentro si com o mundo.

## Conclusão

Apenas uma, e só porque é quase obrigatório: lemos textos como estes para melhor compreender quem somos. As vidas revistas e partilhadas por outros configuram a nossa própria imagem da vida. Sartre percebeu-o desde cedo. O leitor procura nas



autobiografias e nas biografias ecos de si, palavras que o traduzam na desorientação da existência.

Em ambas as obras se recusa a originalidade do escritor, embora uma biografia ou uma autobiografia valha precisamente pelo que tem de particular, de exemplar, positiva ou negativamente.

Nathalie Sarraute retoma no texto autobiográfico o seu desígnio estético de encontrar os movimentos interiores provocados pelas reverberações do mundo. *Enfance* seria uma espécie de parábola de todas as infâncias.

Do último parágrafo de *Les mots* fica também a recusa da singularidade, tão alardeada e ridicularizada ao longo da obra:

Ce que j'aime en ma folie, c'est qu'elle m'a protégé, du premier jour, contre les séductions de «l'élite»: jamais je ne me suis cru l'heureux propriétaire d'un «talent»: ma seule affaire était de me sauver – rien dans les mains, rien dans les poches – par le travail et la foi. Du coup ma pure option ne m'élevait au-dessus de personne: sans équipement, sans outillage je me suis mis tout entier à l'œuvre pour me sauver tout entier. Si je range l'impossible Salut au magasin des accessoires, que reste-t-il? Tout un homme, fait de tous les hommes et qui les vaut tous et que vaut n'importe qui. (p. 206)

Somos todos iguais, a eles e uns aos outros; somos todos originais e únicos e, simultaneamente, imitações e personagens medíocres e simultaneamente heróicas de um romance que gostávamos de poder escrever, ou ao menos viver.

#### **Notas de texto**

1. Sublinhado meu.
2. Afinal, ele foi um biógrafo abundante. Publicou livros sobre as vidas e obras de Baudelaire (1947), de Genet (1952), de Flaubert (1971-72).

#### **Referências Bibliográficas:**

BRULOTTE, Gaetan (1984), «Tropismes et sous-conversation» in *Arc* n° 95, Paris: Editions Le JAS, pp. 39-54.

SARRAUTE, Nathalie (1983), *Enfance*, Paris: Editions Gallimard.

SARTRE, Jean-Paul (1964), *Les mots*, Paris : Editions Gallimard.

**Notas sobre a Autora :**

[teresa.coelho@esep.pt](mailto:teresa.coelho@esep.pt)

Escola Superior de Educação de Portalegre

Teresa Coelho licenciou-se em Línguas e Literaturas Modernas – estudos Franceses e Ingleses, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Concluiu a parte curricular do terceiro ciclo de estudos em Didática das Literaturas de Língua Estrangeira, na Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade da Extremadura. É docente da Área Científica de Línguas e Literaturas Estrangeiras na Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Portalegre desde 1990.

# III Seminário de I&DT

VALORIZAR O SABER, CRIAR OPORTUNIDADES

6 e 7 Dezembro, 2012

## Organização



## Apoios

